



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

ANO LXVI – SUP. AO Nº 154 – SÁBADO, 17 DE SETEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14
Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹²⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES NO SENADO FEDERAL		
1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2011.....	4	Ata da 10ª Reunião, realizada em 7 de julho de 2011..... 269
Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de agosto de 2011.....	17	Ata da 11ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2011..... 284
Ata da 37ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de agosto de 2011.....	51	Ata da 12ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2011..... 284
Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de agosto de 2011.....	70	1.2.5 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
1.2.2 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2011..... 285
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2011.	96	1.2.6 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2011.	107	Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2011. 317
1.2.3 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2011..... 325
Ata da 30ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de agosto de 2011.....	121	Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2011..... 332
Ata da 31ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de agosto de 2011.....	172	Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2011..... 334
Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de agosto de 2011.....	215	Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2011..... 355
Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2011.....	247	1.2.7 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
1.2.4 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE		Ata da 31ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de agosto de 2011..... 375
1.2.4.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas		Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de agosto de 2011..... 426
Ata da 9ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2011.....	250	Ata da 33ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de agosto de 2011..... 469
		Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2011..... 501

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Quinta Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 23 de Agosto de 2011, às 9 Horas e 30 Minutos, Na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e três de agosto do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Reditario Cassol, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Aécio Neves, Paulo Bauer, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. Comparece, ainda, o Senador Renan Calheiros. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Flexa Ribeiro e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 34ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Projeto de Lei do Senado nº 399 de 2009 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera os arts. 138 e 155-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para incluir o parcelamento do débito entre as ações que acompanham a confissão de dívida de modo a configurar a denúncia espontânea da infração”, tendo como Relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório favorável ao Projeto. Em 16/8/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Benedito de Lira Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador Demóstenes Torres. Em 16/8/2011, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc* da Matéria. Iniciada a discussão, é apresentada a Emenda nº 1 pelo Senador Lindbergh Farias, que recebe parecer favorável do Relator *Ad Hoc*, Senador Francisco Dornelles. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 9 de 2011, não termina-

tivo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que “suprime o artigo 11 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB”, tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Em 16/8/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou o Senador Casildo Maldaner Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira. Em 16/8/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Lindbergh Farias. A apreciação da Matéria é adiada. Item 3– Projeto de Resolução do Senado nº 45 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que “suspende, por doze meses, o pagamento dos serviços da dívida do Estado de Alagoas junto à União”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório contrário ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador João Tenório. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador José Pimentel Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto e à Emenda nº 1. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 172 de 2006 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de inadimplemento de obrigações de consumidores”, tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira, Relator da Matéria. A Matéria é retirada de pauta. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “institui a Agência Nacional de Finanças e Investimentos – ANFIN, disciplina o regime do sistema financeiro e bancário e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*,

encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 6– Projeto de Lei da Câmara nº 176 de 2008, não terminativo, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que “dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal”, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Armando Monteiro, José Pimentel e Francisco Dornelles. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 373 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “revoga o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu contribuições sociais e autorizou créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”, tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório contrário ao Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador José Pimentel Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, que solicitam Vista da Matéria. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 214 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o benefício adicional a ser concedido ao aposentado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que permanecer em atividade ou a ela retornar, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 9/8/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 16/8/2011, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Romero Jucá, pela rejeição do Projeto. Em 23/8/2011, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Cyro Miranda. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 15 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “altera a Lei nº 9.496, de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o financiamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de respon-

sabilidade dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 526 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “dá nova redação ao art. 2º, caput, e §§ 1º e 4º, da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir no Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a assistência financeira ao transporte intermunicipal de estudantes universitários”, tendo como Relator o Senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. A apreciação da Matéria é adiada. Item 11– Requerimento nº 47 de 2011, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e Aloysio Nunes Ferreira, que “requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Mansueto Almeida Junior, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; e Wesley Batista, Presidente do Grupo JBS, para explicar, em audiência pública, a realização de operações financeiras envolvendo o estabelecimento de crédito oficial, bem como de suas subsidiárias e coligadas, inclusive a BNDESPAR”. Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador José Pimentel. A Comissão aprova o Requerimento nº 47 de 2011-CAE. São lidos pela Presidência e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 61 e 62 de 2011. O Requerimento nº 61/2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer a realização de audiência pública para debater o Plano Decenal de Energia 2011-2020, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Hermes Chipp, Diretor Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS; Sr. Xisto Vieira Filho, Presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas – Abraget; Sr. Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia – Abiape; Sr. Mauricio Tomalsquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; Sr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; e Sr. Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine. O Requerimento nº 62/2011, de iniciativa do

Senador José Pimentel, requer sejam convidados para participar do Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para debater a repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira, os seguintes senhores: Exmo. Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia; Exmo. Sr. Eduardo Campos, Governador do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Marcelo Déda, Governador do Estado de Sergipe; Exmo. Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo; Exmo. Sr. Sérgio Cabral, Governador do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Paulo Roberto Ziulkosky, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; Exmo. Sr. Wellington Dias, Senador da República pelo Estado do Piauí; Exmo. Sr. Vital do Rêgo, Senador da República pelo Estado da Paraíba; Exmo. Sr. Alceu Moreira, Deputado Federal; e representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399 DE 2009 – Complementar – Não Terminativo –

Altera os arts. 138 e 155-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para incluir o parcelamento do débito entre as ações que acompanham a confissão de dívida de modo a configurar a denúncia espontânea da infração.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria Ad Hoc: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: – Em 16/8/2011, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou

o Senador Benedito de Lira Relator *ad hoc* da matéria, em substituição ao Senador Demóstenes Torres;

– Em 16/8/2011, foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo Relator na 34ª Reunião realizada em 16 de agosto, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

A matéria está em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Esse é um projeto muito importante, é um bom projeto do Senador Valdir Raupp. Eu apresentei aqui uma emenda que, na verdade, fala que, no caso de denúncia espontânea, acompanhada do parcelamento do tributo devido e dos juros de mora, a responsabilidade fica suspensa até sua extinção pela quitação do débito, podendo ser novamente exigível no caso de inadimplemento das parcelas.

Então, apresento substitutivo aqui com essa emenda que envio a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Benedito de Lira está chegando e ele dará o parecer sobre a emenda de V. Ex^a, de tal maneira que a gente vote ainda hoje esse item 1.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9 DE 2011 – Não Terminativo –

Suprime o artigo 11 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Autoria: Senadora Marinor Brito.

Relatoria Ad Hoc: Senador Casildo Maldaner.

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações: – *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.*

O relatório já foi lido pelo Relator *ad hoc* na 34ª Reunião, realizada em 16 de agosto.

A matéria está em discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu quero encaminhar contrariamente.

Senador Aloysio Nunes, Senador Armando Monteiro, Senador Dornelles, o item fala da educação de jovens e adultos. Fui prefeito de uma cidade, o Município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, de quase um milhão de habitantes. É impossível passar de 15% da aplicação de recursos do Fundeb com educação de

jovens e adultos. A média nacional – e está aqui a nota do Ministério da Educação – é de 5,55%. Na verdade, esse limite de 15% foi colocado como uma proteção, porque seria estranho, num determinado Município do País, você utilizar mais de 15% dos recursos do Fundeb com educação de jovens e adultos.

Então, acho que é desnecessário. A média nacional é de 5,55% de educação de jovens e adultos. É praticamente impossível ultrapassar os 15%, mas, se forem ultrapassados os 15%, é de se chamar a atenção. Então, na verdade, foi utilizado como uma proteção. Acho que esse projeto está prejudicado por esses fatos. Eu queria encaminhar contrariamente porque é um projeto cuja intenção é boa, mas que não contribui. Acho que nossa pauta aqui já é bastante extensa. Eu preferiria, no caso, matar esse projeto aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles, retornando ao item 1, especialmente no que se refere à emenda apresentada pelo Senador Lindbergh. Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, esse assunto foi debatido amplamente na reunião anterior e houve um entendimento grande com a emenda do Senador Lindbergh, que apenas muda a palavra “exclui” por “suspende” – o problema da denúncia espontânea.

De modo que a minha posição é pela aprovação, porque isso é extremamente importante para os contribuintes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós estamos retornando ao item 1, porque, agora, o Senador Dornelles está esclarecendo a emenda que o Senador Lindbergh aqui apresentou. Pelo encaminhamento, o entendimento é de se efetivamente aprovar esse projeto com a emenda do Senador Lindbergh.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Lindbergh, expliquei certo? Trocar a palavra “extinguir” por “suspender”.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro, claro, professor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, com o consenso e com base também no que o Senador Dornelles também me falou, dizendo que isso já foi também conversado com o Senador Benedito de Lira, o Senador *ad hoc*, indicado, tendo sido apresentada a emenda substitutiva pelo Senador Lindbergh Farias, coloco em votação a aprovação do projeto do item 1 com a emenda do Senador Lindbergh Farias.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1 da CAE.

Item 2.

Senador Lindbergh Farias, eu gostaria que V. Ex^a, aproveitando que os Senadores já estão aqui presentes, voltasse a expor as suas preocupações com relação ao **item 2**.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Deixe-me explicar aos Senadores que chegaram. Trata-se de um projeto da Senadora Marinor Brito. Hoje, os recursos do Fundeb podem ser destinados à educação de jovens e adultos em até 15%. Fui Prefeito em um Município e eu falava, Senador Pimentel, que, no meu Município, não usávamos nem 4%, mesmo tendo uma política para educação de jovens e adultos muito forte e muito estruturada. A média nacional é de 5,55%. Então, na verdade, esse limite de até 15% é uma proteção que o Ministério da Educação colocou, porque, de fato, ultrapassar 15% seria um procedimento estranho, não usual. Então, eu não vejo sentido. Poderíamos até aprovar esse projeto, mas, por economia processual... São tantos projetos tramitando nesta Casa. A média nacional é de 5,55% e não há nenhuma pressão no sentido de chegar perto desses 15% em educação de jovens e adultos. Por esse motivo, encaminho contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias, se todos os Senadores estiverem de acordo, vamos aguardar o Senador Casildo. Quanto ao item 1, o Senador Dornelles já havia discutido com o Relator Benedito de Lira. Então, vamos deixar sobrestado o item 2 e partir para o item 3.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Casildo foi relator *ad hoc*, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Relator *ad hoc*. Eu não tenho a posição do Senador aqui e seria importante votar com a presença do Senador Casildo aqui. Exceto o item 1, que o Senador Dornelles já me esclareceu.

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 45 DE 2010 – Não Terminativo –

Suspende, por doze meses, o pagamento dos serviços da dívida do Estado de Alagoas junto à União.

Autoria: Senador João Tenório

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Contrário ao Projeto e à Emenda nº 1, de autoria do Senador João Tenório.

Como os Senadores estão hoje divididos em várias comissões, em várias audiências públicas, o Senador Suplicy... Eu nomeio Relator *ad hoc* o Senador Pimentel, para apresentar o relatório desse projeto de resolução que é não terminativo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Resolução do Senado nº 45, de 2010, de autoria do Senador João Tenório, é submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos.

A proposição, consoante o art. 1º e seus parágrafos, determina a suspensão pelo prazo de doze meses dos pagamentos dos serviços da dívida do Estado de Alagoas, contratada junto à União. Os pagamentos suspensos constituirão dívida postergada e, sobre ela, incidirão os encargos financeiros definidos no contrato de refinanciamento celebrado pela União. O saldo devedor resultante será liquidado em até 120 meses após o vencimento da última prestação do referido contrato de financiamento.

O projeto determina, também, que os recursos disponibilizados com a suspensão serão “exclusiva e obrigatoriamente aplicados em obras e outras ações necessárias à reconstrução e recomposição das áreas afetadas por calamidades públicas no exercício de 2010, vedada qualquer cobertura de despesa com pessoal.”

O art. 2º elide a aplicação das sanções estabelecidas no contrato de refinanciamento das dívidas e na respectiva resolução autorizativa da operação de crédito pelo Senado, em razão da suspensão dos pagamentos.

Na justificação, o autor argumenta que a suspensão dos pagamentos da dívida se faz necessária em virtude da “situação absolutamente caótica e emergencial vivida pelo Estado de Alagoas por conta das enchentes que ocorreram recentemente (...).” Aduz, em síntese, que é fundamental a disponibilização de recursos “para que o governo estadual possa efetivamente reconstruir as várias cidades afetadas, reduzindo o sofrimento de milhares de alagoanos.”

No prazo regimental, o próprio autor ofereceu uma emenda de redação ao art. 2º do projeto, para fazer a correta referência à resolução do Senado que autorizou a operação de crédito relativa ao refinanciamento da dívida do Estado de Alagoas junto à União – isto é, referência à Resolução nº 97, de 1998, e não à Resolução nº 98, de 2000.

Análise.

Conforme o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar, dentre outros assuntos, sobre “o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida [...].”, assim como sobre finanças públicas.

Preliminarmente, faz-se necessário registrar que, mediante a Resolução nº 97, de 1998, o Senado Federal autorizou o Estado de Alagoas a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas e seu termo aditivo, celebrados com a União.

O refinanciamento foi realizado com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Estado de Alagoas, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados – seguindo, portanto, a mesma metodologia empregada na consolidação e refinanciamento de dívidas de outras unidades da Federação.

No caso de Alagoas, a dívida do Estado a ser quitada e assumida pela União totalizou R\$ 677,8 milhões, compreendendo dívidas junto à Caixa Econômica Federal e dívidas de operações de Antecipação de Recursos Orçamentários (ARO) contraídas junto a diversas instituições financeiras privadas e junto ao Banco do Brasil.

Importa ressaltar que a parcela de R\$ 29,6 milhões deduzida do total da dívida assumida pela União (R\$ 677,8 milhões) correspondeu a subsídio explícito concedido ao Estado de Alagoas no seu processo de refinanciamento. Portanto, a dívida desse Estado refinanciada pela União totalizou R\$ 648,2 milhões, com juros de 7,5% ao ano, correção do saldo devedor pelo IGP-DI e prazo de amortização de 360 meses.

Conforme a citada resolução do Senado autorizativa da operação, caso o Estado venha a descumprir as obrigações constantes do contrato de refinanciamento ou de contratos dele integrantes, a União substituirá o encargo financeiro (juros contratados) por encargos equivalentes ao custo médio de captação da dívida mobiliária interna do Governo Federal. Além dessa sanção, haverá a elevação, em quatro pontos percentuais, do percentual de Receita Líquida Real (RLR) tomado como base para apuração do limite de dispêndio máximo com serviços de dívidas.

De imediato, cabe enfatizar que o contrato de financiamento ou refinanciamento celebrado entre a União e os Estados, ou entre quaisquer entes federados, constitui ato jurídico perfeito e, como tal, uma das cláusulas pétreas em nosso ordenamento constitucional. Portanto, não pode a lei – *lato sensu* – retroagir seus efeitos para negar-lhe validade.

Na espécie, somente as partes poderiam – em tese – alterar as cláusulas contratuais. Em tese porque, satisfeita a condição constitucional, há que satisfazer, também, a condição infraconstitucional, se houver. Em outras palavras, o contrato pode ser aditado somen-

te mediante prévio e livre acordo entre as partes, e a existência de lei autorizativa anterior ao aditamento.

Para o caso, é preciso considerar ainda que a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 2000 – veda operação de crédito entre entes da Federação, inclusive sob a forma de postergação de pagamentos de serviços de dívidas preexistentes, conforme disposto no art. 35, *verbis*:

Art. 35. *É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.*

Por outro lado, a Constituição fixa taxativamente, em seu art. 52, as competências privativas do Senado. A propósito, cabe a esta Casa dispor sobre normas que controle o endividamento público e, em especial, sobre limites e condições para a realização de operações de crédito internas e externas dos entes federados. Todavia, o Senado não dispõe de competência para alterar – por iniciativa própria – cláusulas contratuais estabelecidas entre os entes. No exercício de suas atribuições constitucionais, analisa e delibera pela aprovação ou denegação dos pedidos de autorização, a ele submetidos, para a realização de operações de crédito.

Do ponto de vista econômico, cabe lembrar que a União renegociou diversas dívidas dos entes federados para com o Tesouro Nacional e até mesmo para com entes do sistema financeiro nacional. Foram firmados amplos contratos de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, nos moldes do contrato firmado com o Estado de Alagoas.

Nesses contratos, a União adquiriu as dívidas pelo valor de face, as refinanciou por um valor menor e concedeu prazo de 30 anos para o pagamento. Em suma, os estados e municípios obtiveram um subsídio explícito nas renegociações, afora o subsídio implícito em face da fixação de juros menores do que os juros do custo de captação incorridos pelo Tesouro Nacional.

Em que pesem as justas preocupações do autor, mormente quanto à necessidade de recursos para lidar com os graves prejuízos e sofrimentos das populações atingidas por enchentes, inundações e outros desastres naturais, como os que temos visto nas várias partes do País nos últimos anos, há que se reconhecer que a via eleita pelo Senador João Tenório não nos parece a mais adequada, seja do ponto de vista constitucional, jurídico ou econômico-financeiro.

Considere-se, por fim, que há alternativas de ajuda financeira e mesmo de financiamentos aos entes federados para lidar com tais situações, a exemplo de

transferências voluntárias do governo federal (convênios), de linhas de crédito da Caixa Econômica Federal e do BNDES, no plano interno, e de empréstimos do Banco Mundial e do BID, no plano externo. Essas alternativas equacionam a justa demanda dos governos por recursos adicionais aos de seus orçamentos anuais e não põem em risco a implementação do amplo programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados e municípios, em curso no País e com inegáveis resultados positivos para a gestão fiscal responsável e para a obtenção de crescimento econômico estável e sustentável.

Depreende-se do exposto que o projeto contém eiva de inconstitucionalidade e, ao mesmo tempo, de injuridicidade. Ademais, a análise econômico-financeira acima também sugere a não aprovação da medida legislativa proposta, inobstante as inegáveis boas intenções de seu autor.

Voto.

Pelos motivos expostos, voto pela rejeição do Projeto de Resolução nº 45, de 2010, e, por via de consequência, da Emenda CAE nº 01.

É este, Sr. Presidente, o parecer do relator.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Em votação o relatório do Senador *ad hoc* José Pimentel.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto e à Emenda nº 1.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172 DE 2006 – Complementar – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para estabelecer limites à cobrança de multa, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de *inadimplemento de obrigações de consumidores*.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Com a palavra o relator, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu estava conversando agora com o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Eu sou relator e devo apresentar a V. Ex^a, se V. Ex^a estiver de acordo, na semana próxima, até pedindo que o assunto seja examinado e votado até outubro, a lei de reforma do sistema financeiro. De modo que perguntei ao Senador Aloysio se essa matéria não poderia ser examinada conjuntamente com essa lei do sistema financeiro e se ele concordaria com a retirada dessa matéria de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes, concorda com a retirada de pauta da matéria?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – De pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, então, Senador Dornelles, esse projeto será apresentado por V. Ex^a. V. Ex^a tratará desse assunto. Até por sugestão do Senador Aloysio Nunes, redistribuíamos... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem, Senador Dornelles. Eu vou ser vencido pela burocracia interna aqui. Eu não resisto.

Portanto, retirado de pauta o item 4.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 169 DE 2010

– Não Terminativo –

Institui a Agência Nacional de Finanças e Investimentos – ANFIN, disciplina o regime do sistema financeiro e bancário e dá outras providências.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Francisco Dornelles, sobre o item 5.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o PLS nº 169 cria uma agência reguladora que terá finalidade de regular e fiscalizar o sistema financeiro, assumindo parte das atribuições do Banco Central.

O relatório é no sentido de que não vale criar outra instituição para tirar poderes do Banco Central numa hora que exige unidade de comando e de direção. O parecer é contrário e eu ratifico esse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Parecer objetivo e eficiente do Senador Dornelles, o ágil Senador Dornelles.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa, meu caro Senador Renan Calheiros.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 176 DE 2008

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta.

Observações: *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

Com a palavra o relator, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, trata-se de proposição de extrema relevância que visa contemplar uma reclamação recorrente da indústria brasileira: a admissão de importações que não cumprem com normas e regulamentos técnicos brasileiros, o que caracteriza concorrência desleal aos produtos nacionais.

O art. 1º do projeto veda a importação ou fornecimento do produto em desacordo com a Regulamentação Técnica Federal competente. O art. 2º determina que a importação de produtos sujeitos a essa regulamentação, listados em regulamento, obedecerá ao regime de licenciamento não automático. O art. 3º faculta aos órgãos responsáveis pela Regulamentação Técnica Federal a atuação no recinto alfandegado em que o produto esteja armazenado para efeitos de comprovação de atendimento às regulamentações técnicas por eles expedidas.

O art. 4º estabelece a sistemática de fiscalização e as sanções a serem impostas nos casos em que o produto importado se apresente em desconformidade com a Regulamentação Técnica Federal, incluindo a aplicação de pena de perdimento do produto e,

no caso de apresentação de documentação falsa ou declaração dolosa, a suspensão e cancelamento do registro do importador.

O art. 5º contém cláusula de vigência da lei.

Para justificar sua iniciativa, o autor da proposição argumenta que a multiplicação do fluxo de comércio exterior não comporta lacunas institucionais, não só para preservar a qualidade dos produtos, mas, também, para evitar uma concorrência predatória e selvagem, decorrente da invasão de mercadorias sem os padrões técnicos minimamente aceitáveis. Ademais, segundo ele, se especificações técnicas de qualidade e segurança são exigidas da produção nacional, não há qualquer razão legítima para não se exigir que a produção importada também a elas se sujeite.

No que concerne ao mérito, julgamos pertinente e oportuna a proposição. De fato, não há justificativa para não submeter os produtos importados às mesmas exigências de licenciamento a que se sujeitam os fabricados no Brasil. O projeto, ao corrigir essa distorção, visa proteger o consumidor, evitando que mercadorias inadequadas para o consumo cheguem às prateleiras do varejo. Além disso, impede que empresas nacionais sofram concorrência predatória de produtos estrangeiros, que, por não terem que observar as mesmas regras e requisitos de qualidade e segurança, podem ser colocados no mercado brasileiro a custos muito menores.

Nesse sentido, a proposição se alinha com o objetivo de diminuir a chamada “discriminação às avessas”. O direito do comércio internacional, com destaque para o acervo normativo da Organização Mundial do Comércio (OMC), condena a discriminação do produto importado em relação ao eventual tratamento privilegiado proporcionado a produto similar produzido no mercado doméstico. Trata-se de um dos pilares do sistema de concorrência do comércio mundial.

Considerando que o projeto em tela visa justamente evitar o inverso, infere-se que ele não afronta os acordos que regem o comércio internacional, além de evitar a discriminação aos produtos locais.

Ao longo da confecção deste relatório, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a ABINE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), a ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção) manifestaram-se, em diversas ocasiões, favoravelmente à proposição do Deputado Mendes Thame. A Receita Federal do Brasil (RFB) e o Ministério das Relações Exteriores também me enviaram Notas Técnicas acerca do posicionamento desses órgãos sobre o PLC 176, de 2008;

posições governamentais que estão em harmonia com as preocupações empresariais.

Nesse sentido, destaco as sugestões de aperfeiçoamento enviadas pela Receita Federal que acatei. A primeira está associada ao “Licenciamento não automático e atuação durante o despacho aduaneiro”.

A segunda é vinculada à “retenção da mercadoria nos casos em que não se considerem as hipóteses de aplicação da pena de perdimento do produto”.

As últimas implicam em melhorias que dispõem sobre a suspensão e ao cancelamento do registro de importador.

Avalei que essas proposições da Receita Federal eram pertinentes e contribuíram para alcançar os objetivos do Deputado Mendes Thame, pelo que acolhi essas ponderações sob a forma de emendas no meu relatório.

Tendo em vista a globalização da economia brasileira e o consequente aumento do fluxo de comércio internacional, já não era sem tempo que essa norma constasse do aparato legal que trata do comércio exterior no Brasil.

Diante do exposto, Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação do PLC nº 176, de 2008, com as seguintes emendas.

Emenda n. 1 – CAE

Dê-se ao art. 3º do PLC n.176, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 3º É facultada aos órgãos responsáveis pela Regulamentação Técnica Federal de produtos a atuação no recinto alfandegado em que o produto esteja armazenado, para efeitos de comprovação de atendimento às regulamentações técnicas por eles expedidas, na forma do regulamento.”

Emenda n. 2 – CAE

Dê-se ao *caput* e ao § 1º do art. 4º do PLC n.176, de 2008, as seguintes redações:

“Art. 4º. O produto importado que se apresenta em desconformidade com a regulamentação técnica federal correspondente será retido pela autoridade aduaneira pelo prazo a ser determinado pelo órgão ou entidade fiscalizadora competente, para que o importador promova a adequação ou providencie a repatriação do produto.

§ 1º – Caberá ao importador arcar com as custas de armazenagem do produto em recinto alfandegário, bem como os ônus do perdimento ou destruição, quando cabível.

.....”

E finalmente a Emenda nº 3 para dar ao § 4º do art. 4º do PLC nº 176 de 2008 a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 4º. Sem prejuízo da pena de perdimento, aplica-se ao importador que apresentar documentação falsa ou que fizer declaração dolosa quanto à regulamentação do produto importado, em qualquer fase do processo de importação, o disposto no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, quanto à suspensão e ao cancelamento da habilitação ou ao credenciamento para operar como importador.”

Este é o parecer, Sr. Presidente, portanto favorável, com apresentação de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique, depois o Senador Armando.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tive a grande satisfação de ser colega do Deputado Mendes Thame na Câmara Federal e aprendi a admirar a atuação daquele Parlamentar não só pela sua seriedade como pela profundidade do seu trabalho.

Esse projeto, eu já conversava aqui com o Senador Armando Monteiro, é da maior importância. Quero assinalar aqui, perante os membros desta Comissão, que este é um dos projetos mais importantes nessa difícil conjuntura que vive a indústria de transformação nacional. Por quê? Porque assegura uma situação de igualdade entre o produto nacional e o produto importado; segundo, garante o exame da qualidade do artigo importado.

Cito um caso, Sr. Presidente. Em Joinville, na minha cidade, nós temos cerca de 500 ferramentarias que produzem moldes de alto valor agregado e são pequenas empresas, algumas são microempresas produzindo moldes de altíssima precisão. Pois bem, sobre essas micro e pequenas empresas pesa o ônus de ter o engenheiro responsável que atesta a qualidade do produto. Agora, para o produto importado não tem essa exigência.

Nós vivemos o momento em que pesa sobre a nossa economia o risco da desindustrialização.

Ontem, na audiência pública que tivemos na Comissão de Relações Exteriores, um dos painelistas, depois de analisar com dados a situação do câmbio no Brasil e dos nossos concorrentes, profetizou que a continuarmos assim não haverá risco, haverá certeza de desindustrialização, principalmente no setor mais dinâmico da indústria, que é o setor metal-mecânico,

aquele que exige maior investimento em pesquisa, maior investimento em inovação.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu voto com entusiasmo esse projeto. Esse projeto é excepcional para conter as importações deletérias de produtos de baixa qualidade que vêm com preço vil afetando o emprego e afetando o desenvolvimento da indústria nacional.

Voto a favor desse projeto, com o nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Meu caro Presidente, colegas Senadores, quero me associar a essa manifestação do nosso companheiro Senador Luiz Henrique e reconhecer o mérito extraordinário desse projeto que tem, indiscutivelmente, grande alcance. Quero, portanto, congratular-me com o autor, o nobre Deputado Mendes Thame, e também com o nosso relator, Senador Suplicy.

Na realidade, o Brasil, neste momento, pretende reestruturar seu sistema de defesa comercial, já que estamos aí submetidos a um momento de verdadeira guerra no cenário internacional. E o Brasil precisa, para essa guerra, armar-se minimamente, estabelecendo condições isonômicas nesse processo de competição. E, como bem acentua o relatório do Senador Suplicy, hoje há uma situação de discriminação às avessas, ou seja, o produto nacional é penalizado *vis-a-vis* a competição com o produto importado.

Portanto, esse projeto tem grande alcance, o Brasil reforça seu sistema de defesa comercial e, o que é mais importante, sem ferir as regras da Organização Mundial de Comércio.

Então, congratulo-me com o autor, o Deputado Mendes Thame, e com o nosso relator, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Senador José Pimentel e, depois, Senador Dornelles.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero também me associar ao mérito dessa matéria e registrar que é fundamental sua aprovação e, ao mesmo tempo, ele vem ao encontro do programa Brasil Maior, que tem como objetivo fortalecer a indústria brasileira, criar mecanismos para que ela continue competitiva e avance cada vez mais na inovação tecnológica, na redução de custos, particularmente nos setores mais frágeis, como é o setor têxtil, o calçadista, em que, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no nosso Nordeste, lá no Ceará em especial, temos um polo muito forte.

Mas não posso deixar de registrar a questão grave do ICMS na origem, o chamado diferencial de alíquota. Os Estados semi-industrializados, como é o caso do Estado do Ceará, quando compra uma máquina ou um equipamento, aos Estados industrializados, de imediato, nós deixamos 7% do valor dessa máquina ou desse equipamento naquele Estado, que, normalmente, quando vende para aquele Estado, não tem ICMS, em face do incentivo local. Ou seja, uma máquina que custa 100 no Estado industrializado, para os Estados semi-industrializados, ela custa 107; em seguida, o diferencial entre os sete e os 18 em ICMS, essa média e essa grande indústria, quando é voltada para a exportação, ela tem zero de ICMS, em face da Lei Kandir. E o Estado onde essa indústria, essa planta industrial está fixada tem que devolver ao investidor 11% de diferença, por meio de cobrança de ICMS dos micros e pequenos do seu Estado; e, quando a indústria nova normalmente tem incentivo fiscal e esse incentivo fiscal diz respeito a algo em torno de 75% do ICMS que ele deveria pagar, novamente o Estado semi-industrializado tem que pegar suas pequenas poupanças, sua pequena receita, para fazer esse pagamento do diferencial de alíquota. Esse processo termina levando essa máquina, para o Estado semi-industrializado, a sair em 118% lá do Estado industrializado, e este é também um dos motivos de ter levado à dificuldade da nossa indústria. Esse processo levou os Estados a terem uma dívida de aproximadamente R\$95 bilhões para o setor industrial brasileiro na devolução desse diferencial de alíquota, e esta devolução está se dando, em média, em 48 meses, ou seja, quatro anos, e esse industrial que precisa do capital de giro toma dinheiro emprestado do mercado pagando esse juro altíssimo. Isso tem contribuído para a menor competitividade da nossa indústria.

Por último, Sr. Presidente, precisamos, no menor tempo possível, enfrentar essa questão do diferencial de alíquota. Não se justifica pagar de 12 a 7%, dependendo da região no Brasil, para comprar máquinas no Brasil, enquanto esse mesmo empresário, se importar essa máquina ou esse equipamento, o seu ICMS o Estado tem a competência para fixar. Estão fixando em 2%, esse é o valor a devolver, e ele se credita no imposto de importação, que a União hoje devolve em 12 meses. E, no Programa *Brasil Maior*, a partir de maio de 2012, devolverá em tempo real, em até 48 horas, quando apresentar o direito ao crédito.

Portanto, diria que, entre as questões da importação, nessa questão do imposto interestadual o diferencial de alíquota é tão perverso para a indústria de máquinas e equipamentos quanto a importação predatória. Por isso, espero que o Senado Federal e

o Congresso Nacional consigam evoluir nesse debate para reduzir o custo Brasil e aumentar a nossa competitividade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, muito pertinentes as observações de V. Ex^a.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Queria cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy pelo projeto, mostrar minha plena concordância com as observações dos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, e realmente existem distorções enormes. Por exemplo, existe uma indústria de luvas no Rio para qual o Inmetro faz todas as exigências, e a luva que chega da China não está sujeita às exigências do Inmetro.

Considero tão importante esse projeto, Sr. Presidente, que não sei por que o Governo não lança uma matéria dessa por medida provisória, porque é da maior importância e urgência.

Quero trazer aqui o meu apoio ao projeto do Deputado Mendes Thame e esperar que a Comissão de Fiscalização e Controle vote e compreenda a urgência desse problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles, também quero registrar a importância desse projeto, tendo como autor o Deputado Mendes Thame, muito qualificado e competente. Sem dúvida nenhuma, para o momento que vivemos – e vamos ter oportunidade, inclusive de, hoje, com o Ministro Guido Mantega aqui, ouvir essas preocupações do Governo –, considero um projeto absolutamente importante para o nosso País, pelas considerações feitas pelos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, e também quero parabenizar a relatoria do Senador Eduardo Suplicy, que efetivamente levará a aprovação na reunião de hoje.

Portanto, não havendo mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir o projeto, em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Partimos agora para o Item 7. O Ministro Guido Mantega já está chegando e o Relator é o Senador Humberto Costa, que está dividido entre as comissões que estão funcionando, todas elas, hoje pela manhã.

ITEM 7

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 373 DE 2007 – Complementar
– Não Terminativo –**

Revoga o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu contribuições sociais e autorizou créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Humberto Costa

Nomeio o Senador Pimentel relator da matéria. Gostaria apenas, Senador Pimentel, que fôssemos bastante objetivos, porque têm alguns requerimentos associados à crise internacional e também associados aos *royalties* do pré-sal que temos que aprovar, porque é uma agenda muito forte para a Comissão de Assuntos Econômicos, para encontrarmos uma solução especialmente para os *royalties*.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Se V. Exª e o Plenário concordarem, eu gostaria de sugerir que esta matéria fosse retirada de pauta, porque eu gostaria, inclusive, de fazer um exame dela.

Trata-se de matéria proposta pelo Governador de Santa Catarina, e eu faria esse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador *ad hoc*...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Acho que é solicitar vista, Presidente, porque aí já surte efeito.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu peço vista, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, precisa ler só o relatório – a burocracia interna aqui determina que seja lido o relatório. Eu peço a V. Exª, Senador Pimentel, sucumbido pela burocracia da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vou fazer uma leitura conclusiva aqui.

O parecer é bastante fundamentado e conclui:

Vale lembrar, ainda, que a contribuição é fundamental para a manutenção dos níveis de arrecadação do FGTS, cujos recursos são essenciais para a sustentação de programas de infraestrutura urbana, de saneamento básico e, especialmente, de habitação. Por isso mesmo, não resta dúvida que a sua permanência é eticamente justificável e, mais do que isso, recomendável.

Em face do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2007, complementar. É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu quero pedir, também, vista conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vista coletiva, e, na próxima reunião, nós votaremos esse projeto, depois da apreciação dos Senadores Armando Monteiro e Luiz Henrique.

Só queria registrar que, no item 1, o Senador Dornelles, de comum acordo, está sendo indicado como Relator *ad hoc*, pela ausência do Senador Benedito de Lira – só para constar.

Os itens 8, 9 e 10 são itens terminativos, portanto nós vamos pautar na próxima reunião.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 47 DE 2011

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Mansueto Almeida Junior, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; e Wesley Batista, Presidente do Grupo JBS, para explicar, em audiência pública, a realização de operações financeiras envolvendo o estabelecimento de crédito oficial, bem como de suas subsidiárias e coligadas, inclusive a BNDESPAR.

Iniciativa: Senador Demóstenes Torres

Observações: Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão

Em 17/8/2011, a Secretaria da Comissão recebeu novo Requerimento, o de nº 47, que eu li, com a substituição do Sr. Abílio Diniz pelo Sr. Mansueto Almeida Junior, do Ipea.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira pede para subscrever o requerimento, portanto.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Esta matéria das fusões, das incorporações, com a participação de recursos do BNDES foi frustrada no caso concreto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, mas este requerimento, Senador Pi-

mentel, foi alterado. Ele já não trata mais do caso Pão de Açúcar, do Carrefour. Ele trata especificamente do JBS.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Ao lado disso, o nosso Presidente do BNDES já está convidado para vir a esta Comissão.

Se nós pudéssemos fundir essa matéria com a que ele já está convidado para esta Comissão, talvez fosse possível, em vez de termos uma outra audiência ainda neste semestre para tratar de matérias do BNDES, fundir numa única audiência os vários temas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Eu coloco em votação o requerimento e aqui nós vamos ajustar a audiência pública de tal maneira a aproveitar a vinda do Presidente Luciano Coutinho, conforme sugestão do Senador Pimentel.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 47, de 2011, da CAE.

Eu gostaria de ler rapidamente alguns requerimentos.

Primeiro, dentro do que os atos determinam, um requerimento apresentado por mim sobre audiência pública relativa ao Plano Decenal de Energia 2011 – 2020, com a presença dos convidados Hermes Chipp, que é o Diretor Geral do ONS; o Dr. Xisto Vieira Filho, Presidente da Abraget; Dr. Mário Luiz Menel da Cunha, Presidente da Abiape; Maurício Tolmasquim, Presidente da EPE; Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME e Luiz Fernando Vianna, Presidente da Apine.

A razão, a justificativa é porque esse tema é relevante. Nós estamos discutindo intensamente a matriz energética, especialmente num País que tem uma vocação extraordinária para uma matriz energética renovável. Portanto, estou lendo o requerimento que, pelo ato, votaremos na próxima reunião.

O próximo requerimento é também do Senador José Pimentel relativo aos *royalties* do petróleo, que vamos apresentar em caráter excepcional. Depois, vamos incorporar essas sugestões, convidando o Ministro Lobão, o Governador Eduardo Campos, o Governador Marcelo Déda, o Governador Renato Casagrande, o Governador Sérgio Cabral; o Dr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; o Senador da República Wellington Dias; o Senador da República do Estado da Paraíba Vital do Rêgo; o Deputado Federal Alceu Moreira e o representante do IPEA.

Como nós vamos, dentro dos atos que aprovamos... Eu só estou lendo esse requerimento e na próxima reunião vamos abordá-lo. E aqui, em função de entendimento com os próprios Senadores e Senadoras,

Senador Renan, estamos apresentando requerimentos em caráter excepcional. Até porque isso não segue o ato que aprovamos aqui de ler o requerimento e depois aprovar na semana seguinte, apresentamos os Requerimentos nºs 58 e 60 de 2011, da CAE.

É um ciclo de audiências públicas conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Pimentel, e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos representantes dos estados, municípios e União, para debater a repartição dos *royalties* do petróleo entre os entes da Federação brasileira. Alguns desses nomes já constam do requerimento apresentado por V. Ex^a.

Nós teremos, já, hoje, às 14 horas, a presença do Ministro de Minas e Energia Edison Lobão; às 14 horas, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos junto com a Comissão de Infraestrutura. Por que isso? Porque foi o acordo feito do Senador Renan com o Presidente José Sarney que faríamos essas audiências públicas e depois buscaríamos uma solução junto aos governadores, aos estados produtores e não produtores e às bancadas, tendo em vista o dia 15 de setembro que é a votação do veto dos *royalties* do petróleo, conforme programado pelo Presidente Sarney. Isso nós abordamos inclusive na última reunião.

No dia 24, amanhã, há a presença também do Presidente da Petrobras, às 14 horas; o Dr. Sérgio Gabrielli, que falará sobre o plano de investimentos. E estamos aproveitando a vinda dele para que fale de *royalties*, até porque participou ativamente dessas propostas que foram encaminhadas à Câmara dos Deputados.

Na quinta-feira, às 14 horas, receberemos o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. Quinta-feira. Porque entendemos que temos que usar inclusive as quintas-feiras para acelerar essa discussão interna. Então, virá o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Nelson Barbosa, dia 25/08, às 14 horas.

Dia 31/08, na quarta-feira, às 11 horas, o Governador do Estado do Espírito Santo. Semana que vem, 31/08, às 11 horas, virá o Governador do Espírito Santo Renato Casagrande. E também, na mesma quarta-feira, o Governador do Estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, às 11 horas, dia 31/08. São os governadores dos estados produtores.

Dia 1º/09, quinta-feira, às 11 horas, virão o Governador de Pernambuco Eduardo Campos e o Governador do Estado de Sergipe Marcelo Déda, porque são os dois governadores encarregados pelos governadores dos demais estados não-produtores para discutir com o Senado, com o Congresso, com a Comissão de Assuntos Econômicos e com a Comissão de In-

fraestrutura uma proposta para que equacionemos, definitivamente, essa questão.

Já estou trazendo, em caráter excepcional, esse requerimento, buscando a aprovação imediata, até para tomar as medidas necessárias de tal maneira que aceleremos os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos com relação a essa questão, conforme acordo com o Presidente Sarney.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Sem pretender interrompê-lo, mas aproveitando a oportunidade, eu gostaria, em nome dos companheiros do PMDB, de pedir que V. Ex^a designe, por favor, o relator de um projeto que a bancada apresentou por meio de uma formulação do nosso querido Senador Luiz Henrique e do Senador Eduardo Braga, que propõe a substituição – já que essa matéria, evidentemente, tem que ver com as outras matérias que V. Ex^a está sugerindo – do indexador da dívida dos Estados. Essa é uma matéria importante, e essa providência, não tenho nenhuma dúvida, vai ajudar para que tenhamos um desfecho num curtíssimo espaço de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sem dúvida nenhuma, é um tema fundamental, importantíssimo, e é um dos escopos que a Comissão de Assuntos Econômicos vai discutir, além da Resolução nº 72, sobre a qual o próprio Ministro Guido Mantega falará hoje. Portanto, esses assuntos são todos correlatos e fazem parte também de uma grande negociação que, sem dúvida nenhuma, vai levar à aprovação de projetos fundamentais.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na mesma linha do que acaba de propor o nobre líder Renan Calheiros, eu sugeriria a V. Ex^a que essa matéria fosse relatada pelo Senador Armando Monteiro, que é relator de um outro projeto, terminativo, que está na pauta de hoje, de autoria do ex-Senador e hoje Governador Raimundo Colombo. Quem sabe, com a designação do Senador Armando Monteiro, ele possa apreciar conjuntamente os dois projetos e salvar a iniciativa do ex-senador e atual governador de Santa Catarina e, prontamente, com a sua eficiência de sempre, relatar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique. Nós vamos encaminhar a relatoria para o Senador Armando Monteiro e, evidentemente, vamos discutir isso intensamente, porque isso passa também pelo Ministério da Fazenda, e queremos as condições ne-

cessárias de fazer um amplo debate para buscar a melhor solução para o País.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, só para subsidiar: parece-me que a comissão já designou a relatoria nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não designou. É o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2001, mas ainda não tem relatoria aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Tudo bem. Há uma matéria tramitando sobre esse mesmo tema e para a qual fui designado relator; não sei quem é o autor, mas estou relatando. É uma matéria idêntica a essa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O.k.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Por fim, Sr. Presidente, o nosso requerimento, na verdade, está contemplado, em grande parte, no que V. Ex^a apresenta; a única diferença é no que diz respeito às pessoas da Casa e mais a entidade representativa dos prefeitos. Então, acredito que, como sugestão, a nossa comissão deveria aprovar o requerimento de V. Ex^a, e, em seguida, terminada essa fase, ordenar se deveremos fazer outras audiências ou não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E, com isso, deixamos o nosso requerimento sobrestado, e votamos o da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Portanto, coloco em votação o requerimento das audiências públicas até dia 1º de setembro.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o meu Estado de São Paulo também é um Estado potencialmente grande produtor de petróleo, uma vez que parte dos campos do pré-sal encontram-se hoje na área que colocaria o Estado de São Paulo nessa condição. Então, eu sugeriria que se pudesse também consultar o Governador Alckmin para ver se ele tem interesse em participar dessa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós consultaremos o Governador Alckmin. Agora, a única questão, Senador Aloysio Nunes, é que já estamos com os dois governadores, o do Espírito e o do Rio de Janeiro, o Senador Dornelles fez o con-

vite, já agendados, ou seja, essa data não podemos alterar mais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está tudo bem. Eu apenas peço a V. Ex^a para que converse com o Governador Alckmin para verificar o interesse dele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

Na sugestão do Senador Aloysio Nunes Ferreira, se todos os Senadores e Senadoras estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa).*

Aprovado.

Como todos os Senadores concordam com o requerimento, o requerimento está aprovado e vamos fazer essas audiências públicas até o dia 1º de setembro para encerrar essa fase de audiências públicas.

Se forem necessárias outras, Senador Pimentel, nós o faremos mantendo sobrestado o requerimento de V. Ex^a e, depois, vamos trabalhar internamente para buscar uma solução, Senador Renan.

Outros requerimentos também, rapidamente, porque o Ministro da Fazenda já chegou e se encontra na CAE são os Requerimentos nºs 56, 57, 54. Os requerimentos de nºs 08, 56, 54 e 53, todos eles de 2011 da CAE de audiências públicas sobre a crise econômica internacional.

Vamos ter agora a primeira audiência pública. Aprovamos isso na reunião passada com a presença do Ministro Guido Mantega. Depois, no dia 30/08 havíamos apresentado o requerimento, se aprovados, a presença do Ministro Fernando Pimentel. Seria na terça-feira que vem. No dia 13 de setembro, o Ministro Mercadante falando sobre o projeto Brasil Maior que está incorporado a essa questão da crise, as soluções que o Governo Federal apresenta para enfrentar essa crise e o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Ele ainda não definiu a data, mas nós faremos também no mês de setembro.

Se todos os Senadores e Senadoras concordarem, permaneçam como se encontram. *(Pausa).*

Aprovado.

Dou, portanto, por encerrada esta pauta administrativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

Temos hoje duas audiências: uma agora, no horário da CAE e, outra, às duas horas. Pediria, portanto, a V. Ex^{as} que fizéssemos uma audiência pública bastante objetiva porque, às duas horas, o Ministro Lobão estará aqui presente.

Proponho a meta de uma audiência de duas horas, aproximadamente, encerrando a uma hora da tarde porque os Senadores também têm outras atividades e, 14 horas, o Ministro Lobão, estará aqui presente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas como vai ser o encaminhamento das falas? Vão ser três perguntas? Vão ser blocos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, vamos fazer como temos feito. Os inscritos perguntam, mas eu vou ser rigoroso com o tempo. Passou do tempo estabelecido, nós suspendemos as perguntas. Quer dizer, precisa objetivar a pergunta.

O Ministro Guido Mantega já me disse que está disposto a vir todos os meses aqui falar, mas nós temos que entender a questão do tempo. A última audiência pública do Ministro Guido Mantega durou quatro horas e meia. Gostaria, como ele se propôs...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E a crise não havia chegado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E a crise não havia chegado ainda. Imaginem se crise estivesse chegado. Queria só perseguir essa data e os Senadores e Senadoras procurarem, Senador Dornelles, V. Ex^a que é muito objetivo e respeita o tempo, cumprir o tempo que o Regimento determina para aproveitar bem todas as perguntas dos Senadores e as respostas do Ministro Guido Mantega.

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)

Ata da Trigesima Sexta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 23 de Agosto de 2011, às 10 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e três de agosto do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Reditario Cassol, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, José Agripino, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Aécio Neves, Paulo Bauer, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Fernando Collor, e, ainda, dos Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza e Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Flexa Ribeiro e Marinor Brito. A Presidência declara abertos

os trabalhos e esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença, como expositor, do Excelentíssimo Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, a fim de “debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira”, em atendimento aos Requerimentos nºs 56 de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Delcídio do Amaral e Francisco Dornelles, e nº 57 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Romero Jucá; bem como para “discutir o conjunto de medidas adotadas pelo Governo sobre uma nova política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do País, reunidas no ‘Plano Brasil Maior’”, em atendimento ao Requerimento nº 54 de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Aloysio Nunes Ferreira, Lindbergh Farias, José Agripino, Blairo Maggi, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, Aécio Neves, Eduardo Braga e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

PAUTA

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA, COMO EXPOSITOR, DO EXMO. SR. GUIDO MANTEGA, MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, A FIM DE DEBATER A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL E AS REPERCUSSÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 56/2011-CAE, DE INICIATIVA DOS SENADORES DELCÍDIO DO AMARAL E FRANCISCO DORNELLES, E Nº 57/2011-CAE, DE INICIATIVA DO SENADOR ROMERO JUCÁ, BEM COMO PARA “DISCUTIR O CONJUNTO DE MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO SOBRE UMA NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA, DE SERVIÇOS E DE COMÉRCIO EXTERIOR DO PAÍS, REUNIDAS NO ‘PLANO BRASIL MAIOR’”, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 54/2011-CAE, DE INICIATIVA DOS SENADORES INÁCIO ARRUDA E EDUARDO SUPLICY.

Peço ao Senador Dornelles e ao Senador Lindbergh Farias que conduzam o convidado, o Ministro Guido Mantega, ao plenário desta Comissão. (Pausa.)

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a, o Ministro Guido Mantega, terá trinta minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido – o Senador Lindbergh gosta muito desse critério adotado aqui pela burocracia da CAE. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Eu vou seguir o tempo rigorosamente em função das atividades que nós temos ainda hoje à tarde na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra, muito bem-vindo, o Ex^{mo} Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para fazer sua exposição.

O SR. GUIDO MANTEGA – Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Senador Delcídio Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, as Senadoras e os Senadores aqui presentes, os técnicos, jornalistas etc.

É sempre uma satisfação ser convidado por esta Comissão para esclarecer os temas econômicos que dizem respeito à realidade brasileira. Hoje eu vou falar um pouco da perspectiva da economia brasileira face o cenário mundial adverso que é este que nós estamos vivendo neste momento.

Conforme todos podem notar, nos últimos meses, houve uma deterioração do cenário econômico mundial, uma piora principalmente localizada nos países avançados. Já se fala em risco de recessão nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, em possibilidade de recessão. Espero que não venha, mas temos que estar preparados.

A verdade é que a crise financeira de 2008 não terminou para esses países. Estes apenas mudaram de fase na crise, que começou com uma crise financeira dos bancos que estavam quebrando, aí o estado socorreu e se transformou numa crise da dívida soberana, ou seja, da dívida dos estados. O abacaxi estava no colo dos bancos, passou para o colo do estado e se transformou na crise da dívida soberana.

Em certos casos, a crise da dívida soberana pode novamente se transformar numa crise bancária, porque os credores da crise da dívida soberana, em geral, são os bancos. Então é um processo rotativo. Acaba voltando aos bancos.

Nós estamos preocupados com o baixo nível de crescimento da economia americana, que ainda é um dos principais motores da economia mundial. A economia americana está decepcionando quanto às taxas de crescimento. Havia projeções de crescimento de 2,5% a 3% para este ano, mas estão sendo rebaixadas. Conforme os senhores podem ver ali no quadro, 1,7% é a última projeção que temos para o crescimento da economia americana no ano de 2011. Isso significa, portanto, que a economia americana não está gerando dinamismo na economia mundial, não está gerando empregos e não está demandando manufaturados e outros produtos produzidos em todo o mundo. Então, é uma situação complicada porque já se passaram dois anos depois da crise e a economia não decolou.

A economia europeia não se encontra em melhores condições. Lá também nós temos um baixo crescimento dos países, a zona do euro tem uma previsão de 1.7 para 2011; lá nós observamos uma crise da dívida soberana mais acentuada; há países com dificuldades para honrar os seus títulos soberanos e uma dificuldade de encontrar uma saída para essa situação.

Na União Europeia os problemas são maiores porque não é um único país como nos Estados Unidos, são vários países que têm pontos de vista diferentes. Então, é mais difícil encontrar as soluções para os problemas. Os líderes dos países, em geral, batem cabeça e têm propostas diferentes e com isso as soluções demoram a ocorrer. E o Fundo de Estabilização Europeu, que foi criado para bancar esses papéis, esses títulos, socorrer os bancos, socorrer os países, ele tem pouco recurso, são 400 bilhões de euros. No passado quando a gente falava em 400 bilhões de euros era uma barbaridade, para converter isso em reais são duas vezes e meia. Então, é uma cifra bastante expressiva. Mas os problemas hoje são muito maiores. Somente a dívida da Grécia, que é o país com mais problemas, é de 350 bilhões, a dívida pública da Grécia é de 350 bilhões de euros. Portanto, 400 bilhões de euros não dão nem para resolver o problema da Grécia. Depois, você tem Portugal, Irlanda, Espanha, Itália etc. Então, nitidamente, os recursos não são suficientes; na União Europeia está faltando uma determinação maior dos países para que eles possam solucionar, equacionar os problemas. Ou deixar quebrar ou solucionar o problema, não fica no meio termo. Então, acho que eles deveriam colocar mais dinheiro, um trilhão de euros nesse Fundo. E muitas vezes, quando você faz isso, você nem usa o dinheiro, mas você recupera a confiança. Porque o que acontece numa situação como essa é uma crise de confiança, em que os mercados e a sociedade não confiam mais nas soluções que estão sendo dadas por esses países.

Se você fizer uma pesquisa de opinião lá, o resultado diz: olha, o governante x não está fazendo a política adequada, portanto a população não confia que vai sair. Quando há crise de desconfiança, isso ajuda a aprofundar a crise bancárias, porque o pessoal começa por vender ações e aí os mercados acionários caem. Se começa a desconfiar de algum banco, começa a tirar dinheiro do banco.

Então, esse é o quadro.

Nos Estados Unidos o quadro também é pior porque existe um conflito político forte no governo. Eu diria assim: a situação econômica dos Estados Unidos é melhor do que a da Europa, porque os bancos lá estão capitalizados. Mas, como eles estão falhando na recuperação do crescimento, porque não fazem a política fiscal adequada, falta política fiscal, então eles ficam batendo cabeça e fica um conflito político entre o governo, os republicanos etc. exacerbado que leva àquilo que os senhores viram, o rebaixamento dos Estados Unidos e a dúvida se os Estados Unidos – que já foi o país mais poderoso do mundo, mais seguro do mundo – se os títulos americanos inspiram confiança ou não. E foram rebaixados por uma agência de *rating*, para *Double A*, Duplo A. Então, é uma situação complicada e, nesse caso, o político está atrapalhando.

Eu queria dizer que aqui no Brasil isso não acontece, porque o conflito político faz parte da nossa democracia, natural, porém o conflito político não tem sido levado a ponto de prejudicar os interesses maiores do País. Então, quando há problema de crise todos colaboram e conseguem solucionar. Então eu diria que do ponto de vista político estamos mais maduros aqui no Brasil do que nos Estados Unidos, se me permite uma afirmação forte. Essa falta de confiança nos Estados Unidos pode ser medida pelo índice de confiança do consumidor que é aquela linha vermelha, os senhores estão vendo, normalmente ela ficava em cima mas, na crise de 2008, ela caiu para menos três, lendo do lado direito, e hoje a confiança do consumidor está no mesmo nível do que em 2008, o que é grave. Quando o consumidor não confia ele não consome. Ele poupa, não ativa a economia, tem medo de perder o emprego e, assim, por diante. Não cria um cenário favorável de recuperação da economia.

O resultado desse quadro dos países avançados que não é o mesmo dos países emergentes. Os países emergentes estão muito melhor, os países emergentes estão crescendo, estão gerando emprego, porém serão afetados de alguma maneira por essa situação dos países avançados. Por melhor e mais protegidos que esteja o país ele pode ser afetado por esse quadro. Essa situação nos leva a uma maior disputa do mercado, porque os mercados de manufaturados não

se recuperaram. Desde 2008 falta mercado para manufaturado. Então isto acirra a disputa, porque existem países que dependem da exportação. Na China, 40% do PIB é de exportação. Na Alemanha a mesma coisa. Portanto, eles têm que ter mercado para exportar para que o PIB não caia. Na falta de mercado a concorrência fica predatória, desleal. Você faz qualquer coisa para exportar: subfaturamento, subsídio disfarçado. Então esse é um problema que temos que enfrentar e estamos enfrentando aqui. Outro problema é causado pelas políticas monetárias expansionistas, que é uma das poucas medidas que os governos desses países conseguiram implementar. Diga-se de passagem que não sou contra às políticas monetárias expansionistas quando devida. Ocorre que só política monetária expansionista, não resolve porque você tem excesso de liquidez na economia que não é absorvida pelo setor produtivo.

Nos Estados Unidos existem aquela situação que os economistas chamavam de armadilha da liquidez. O que é isso? O governo injetou uma grande quantidade de dinheiro nos bancos durante a crise. Deveria ter injetado também no setor produtivo, nos que foram prejudicados com subprime... A população não recebeu, quem recebeu foram os bancos. Eles estão entupidos de dinheiro. Existe um excesso de liquidez, as carteiras dos bancos estão com US\$1,6 trilhão, sobrando. Esse dinheiro não tem para onde ir. O que é uma dívida da liquidez? Quando não há perspectiva de retomada de investimento, quando não há confiança na retomada você pode injetar dinheiro que ele não vai ser utilizado na produção nem no consumo. E quanto mais dinheiro você põe, mas ele fica sobrando. Esse dinheiro está rendendo 0,25% ao ano, nos Estados Unidos. Portanto, não está rendendo nada. Uma parte desse dinheiro acaba vindo para a especulação, vindo para os países emergentes, atrapalhando aqui, causando bolhas financeiras, bolhas imobiliárias, se os governos que recebem esse dinheiro deixarem isso. É claro que nós não deixamos acontecer isso no Brasil. E leva à guerra cambial porque quando você emite muita moeda, como nos Estados Unidos, por exemplo, você está desvalorizando o dólar. No último ano, o dólar se desvalorizou em 50%. E aí você está barateando artificialmente as mercadorias americanas tentando exportar mais. Já que você não tem mercado interno, você tenta buscar o mercado externo. Então, até os Estados Unidos estão disputando os mercados de países como o Brasil, barateando artificialmente o custo das suas mercadorias com essa guerra cambial.

Ao prosseguirmos nessa direção, nós poderemos ter redução do crescimento da economia mundial. O crescimento da economia mundial para 2011 está

previsto em 4,4%. Esse crescimento, naturalmente, é uma média; temos os países avançados com uma média de 1,5% e os países emergentes com 7%, 8% de crescimento.

Hoje quem está puxando o crescimento da economia mundial são os emergentes. Oitenta por cento da economia mundial se deve aos países emergentes. Agora, se os países avançados descenderem mais um degrau na sua crise, eles vão acabar reduzindo o crescimento também dos países emergentes a partir da redução do comércio.

(Próximo, por favor.)

O Brasil está preparado para enfrentar a crise, eu diria até que mais preparado que em 2008, porque hoje nós temos mais reservas do que em 2008. Naquela época, nós tínhamos cerca de US\$200 bilhões em reserva e hoje temos US\$352 bilhões aproximadamente, portanto, mais reserva. Nós temos aquilo que falta à maioria dos países, que é mercado interno. Temos um mercado interno que continua crescendo. E um fator importante é que as vendas, as exportações brasileiras representam um percentual menor do PIB do que outros países: 13% do PIB. Portanto, nós dependemos menos do mercado externo para poder crescer do que economias que exportam 40% do seu PIB. Então, essa situação, que em outros tempos poderia não ser favorável, porque é bom ter uma abertura maior da economia, neste momento, ela chega a ser até favorável para nós. E um outro aspecto importante é a solidez do nosso sistema financeiro. Nosso sistema financeiro já passou pela crise de 2008, não tinha problema de *subprime*, tinha outros problemas que nós resolvemos aqui, dos derivativos tóxicos, portanto, ele está sólido, não é motivo de preocupação e esse é um fator que nos diferencia dos outros países cujos bancos estão na berlinda. Se olharmos a desvalorização dos ativos dos bancos com a queda das Bolsas, veremos, por exemplo, que o maior banco americano, o Bank of America – Bofa, já perdeu 50% o valor de mercado nesses dois meses. Se pegarmos o Citi, veremos que também desvalorizou; se pegarmos os bancos europeus, também. E os nossos bancos, claro, perderam um pouco porque todas as empresas de capital aberto perdem, mas eles estão sólidos. Então, o nosso sistema financeiro está sólido.

(Próximo, por favor.)

Aí está a evolução das nossas reservas internacionais.

Ali é o nosso mercado interno medido pela pesquisa mensal de comércio – PMC, que mostra cada mês em relação ao mês anterior. Então, os senhores veem, por exemplo, junho: o consumo no varejo estava

11,2% maior do que em junho do ano passado. Portanto, nós continuamos tendo um sólido mercado interno.
(*Próximo, por favor.*)

Além disso, o Brasil tem fundamentos sólidos, que foram construídos ao longo de muitos anos, uma situação fiscal melhor do que os países avançados, melhor que todos os países avançados. O Brasil é um dos poucos países cuja dívida pública não cresce; ela está estabilizada ou cai. Enquanto que, na maioria dos países, a dívida pública vem se avolumando, vem crescendo consideravelmente. A inflação subiu recentemente porque nós tivemos um surto mundial e também alguma pressão interna, mas ela está dentro das metas estabelecidas. Neste segundo semestre, a inflação medida pelo IPCA deve andar, em média, por volta de 0,35% ou 0,38%. É a previsão do mercado e, portanto, está sob controle.

Não acredito que este ano tenhamos um *boom* de *commodities*, como tivemos no ano passado, de modo a elevar o preço das *commodities*; não acredito porque este ano, como a perspectiva é de recessão, a economia está mais desaquecida, e a tendência é que as *commodities* ou fiquem como estão ou caiam desse patamar, portanto, sem causar pressão inflacionária como tivemos no ano passado. Além disso, o Brasil hoje é um País que possui confiança. Nós podemos pegar vários indicadores de confiança, ingresso de investimento direto, um indicador que gosto de pegar é o CDS, *swap default credit*, um seguro que se faz, por exemplo, quando se compra título de um país. Se você quer fazer um seguro caso ele tenha um *default*, você faz um *swap*, paga um seguro e se houver *default* você recebe aquilo. Então o Brasil é um país que tem um seguro menor e isso mostra confiança.

(*Próximo, por favor.*)

Aqui é a projeção para o déficit nominal em 2011, mostrando que o Brasil está entre os países que terão o menor déficit nominal, em azul; os países que terão o maior déficit estão em vermelho – déficits acima de 4% chegando até 9%, 10%, como é o caso dos Estados Unidos. Nossa situação fiscal é sólida.

(*Próximo, por favor.*)

Aqui temos a trajetória do nosso superávit primário. Quero dizer que já há 12 anos estamos fazendo superávit primário bastante consistente que nos permite diminuir gradualmente o déficit nominal. Os senhores veem a trajetória de diminuição do déficit; mesmo em um ano de crise internacional, vamos continuar reduzindo o déficit nominal, que está em trajetória benigna.

(*Próximo, por favor.*)

Cumprindo as metas fiscais deste ano, de janeiro a julho acumulamos 55,5 bilhões só no Governo central – não estão computados Estados e Municípios;

se estivessem, chegaria a quase 85 bilhões com o primário do governo como um todo e aumentando o desempenho do ano passado. Nosso desempenho é o dobro do do ano passado: 24 bilhões ano passado e, este ano, 55 bilhões no mesmo período. Portanto, estaremos cumprindo o resultado fiscal com folga.

(*Próximo, por favor.*)

Esse é o CDS, que mede o risco soberano dos países. Quando você acha que é arriscado... Se você detém um título português e quer fazer um seguro, você paga 9% sobre o valor dos títulos que você está segurando. Se você tem um título italiano, você paga 3,5% de seguro. E, no caso do Brasil, nós estamos falando de um título de cinco anos, é a desconfiança que você tem se o título será honrado cinco anos depois, no caso do Brasil, você pagará 1,5% de seguro para ter a certeza de que esse título brasileiro será honrado daqui a cinco anos. Muito próximo da França, abaixo da França e acima dos Estados Unidos, que é de... Portanto, isso mostra a confiança que se tem nos títulos da dívida soberana brasileira.

(*Próximo, por favor.*)

Este cenário internacional, naturalmente, nos coloca desafios. O primeiro desafio é que continuemos esta trajetória da consolidação fiscal, que continuemos tendo bons resultados primários, exatamente para que haja essa confiança. Quando se tem mal resultado primário, a dívida aumenta e se aumenta também a possibilidade de não se pagar o título, entrar em moratória, etc. Portanto, particularmente nesse momento é importante que o Brasil se distinga dos outros países mostrando que tem uma situação fiscal sólida. Para isso, temos que continuar com a contenção de novos gastos de custeio. Isso não quer dizer baixar os gastos de custeio. É muito difícil baixar gastos e custeio porque você tem, por exemplo, gastos em saúde, que sobem automaticamente com a Emenda 29; gastos com a educação, que sobem normalmente, segundo uma lei que dizia que se pode gastar menos que 18% – Esqueci qual é a lei, é uma lei de educação. Faz tempo que a gente não fala nela, mas os senhores aprovaram aqui, nesta Casa, a lei que garantia um mínimo de gastos com a educação. Trata-se da Emenda João Calmon. Faz tempo que não mencionamos. Portanto, existem despesas obrigatórias. O que o Governo faz é um esforço para que as despesas de custeio sejam controladas, cresçam menos que o PIB e que novas despesas não sejam criadas.

Faço um apelo a esta Casa para que os Senadores nos ajudem a cumprir essa diretriz, que é muito importante para a solidez do Governo. Por exemplo, PEC 300, não aprovação da DRU, isso é delicado, acaba ameaçando a situação do Governo.

A gente deve fazer essa contenção de gastos de custeio e não criar novos gastos de custeio, pelo menos neste ano, para abrir espaço para a continuação de investimentos e desonerações tributárias. É muito importante que se mantenha o nível elevado de investimento. Faz-se consolidação fiscal não para derubar custeio, investimento, tudo. Não é isso. É para abrir espaço para mais investimento e para a redução dos juros, que acredito que todos querem, só que, nas condições adequadas e no momento certo.

Manter um fiscal mais sólido cria condições para que os juros possam cair no Brasil. É claro que no momento certo, no momento em que o Banco Central considerar adequado que isso venha a ser feito, quando a inflação estiver sob controle. Isso cria as condições para que haja uma mudança na relação entre política monetária e política fiscal.

Esse é um ponto muito importante porque o Brasil evoluiu numa série de coisas, a política econômica evoluiu numa série de aspectos, mas falta ainda mudar essa composição política fiscal e monetária. Temos que usar mais política monetária e menos política fiscal para, por exemplo, enfrentar situações de crise, dificuldades e tudo o mais.

É assim. Você tem alternativas diante de uma crise para enfrentar – por exemplo, uma queda no nível de atividades. Então, você pode usar a política fiscal, com desonerações, subsídios e tudo o mais. Isso tem um benefício, mas tem um ônus para o Governo.

Nós fizemos isso em 2009, tivemos que fazê-lo. Agora, se você usar mais a política monetária – é claro que a inflação tem de estar sob controle, evidentemente –, pode baixar os juros. Os juros estimulam a economia, da mesma forma que baixar tributos, porém não custa para o Erário Público e elimina uma distorção que nós temos hoje na economia brasileira, que carregamos há muito tempo. Não foi possível consertá-la antes, mas eu acho que nós podemos consertá-la daqui pra a frente, se tivermos uma situação fiscal sólida, e diminuir os juros, de modo que você se alinhe com os juros de países semelhantes ao Brasil.

Então, é uma maneira de aliviar a economia. Você pode dar um alívio fiscal ou um alívio monetário. Acho que está no momento de mudar esse mix: manter um fiscal mais consolidado, segurar gastos do Governo etc., e folgar a área monetária.

Não estou falando aqui nenhuma grande novidade. Muita gente já está falando isso. Só que eu acho que agora é o momento de praticarmos isso. Existem as condições para que nós possamos praticar isso.

Além disso, a conjuntura internacional nos coloca o desafio da defesa comercial. Nós temos que defender o mercado brasileiro para os produtos brasileiros, por-

que nós fizemos um esforço para construir esse mercado. Agora, nós temos ele. E ele sofre a predação de outros países, de aventureiros, que entram aqui... Não estou falando da concorrência leal, da concorrência legal. Estou falando de concorrência desleal, concorrência ilegal, subfaturamento, contrabando, triangulações.

Muitas vezes nós abrimos o processo de *dumping*, e o Brasil hoje é um dos países que mais abre ações de *dumping*, e aí o país que está sofrendo *dumping*, que seria penalizado se exportasse, manda mercadoria para um segundo país, muda a etiqueta, e é como se fosse um produto de um outro país. Até com os Estados Unidos estão fazendo isso.

Então, nós temos que combater isso para que o nosso mercado não seja vilipendiado por esses aventureiros. E a Receita Federal está se empenhando nesse trabalho. Não é fácil, porque o Brasil tem muitas portas e entradas. O MDIC, juntamente com a Receita, criou uma área de inteligência. Colocamos mais recursos humanos nessa área. Estão atuando cada vez mais para coibir essas falcaturas que são realizadas contra várias mercadorias.

Por exemplo, há várias mercadorias, e a gente detecta mercadoria “x” está entrando falsificada ou vem com triangulação, a Receita coloca essa mercadoria em linha cinza. Linha cinza significa aquela em que o contêiner deve ser aberto, não pode passar automaticamente. Então, nós temos colocado mais produtos nessa linha para uma fiscalização maior.

(*Próximo, por favor.*)

O reflexo dessa concorrência pode ser visto no saldo de manufaturados. O setor que mais sofre é o setor de manufaturados. A indústria é a que mais sofre. Porque o setor agroexportador não sofre tanto, porque nós somos bem mais competitivos, e mesmo com o cambio desfavorável nos afeta.

Mas vejam ali a evolução das exportações de manufaturados, é ali a parte vermelha do gráfico, e as importações é a parte azul. Vejam como estava mais ou menos equilibrados, 2000, 2001, 2002, e houve uma deterioração, sendo que hoje nós temos um déficit anual de US\$82 bilhões de manufaturados. É claro que nós temos um saldo de *commodities* muito mais alto do que isso e temos até um bom saldo comercial este ano. Mas, no caso dos manufaturados, nós estamos sofrendo.

E nós não podemos permitir que a indústria brasileira seja extinta, porque um país que não tem indústria é um país que não tem desenvolvimento tecnológico, não gera emprego, e nós não permitiremos que isso aconteça.

(*Próximo, por favor.*)

Bom, então, para enfrentar essa situação, nós precisamos de uma agenda da competitividade. Continuaremos administrando fluxo de capitais de curto prazo, que vem aqui em busca de arbitragem, de lucros fáceis, e esses nós estamos taxando com IOF e outras medidas.

Lançamos recentemente o programa Brasil Maior. O programa Brasil Maior é um programa para fortalecimento da indústria brasileira. E ele contém os seguintes eixos básicos: ele contém crédito a investimento e capital de giro. O BNDES, com o Programa de Sustentação do Investimento, tem 75 bilhões nessa linha, com taxa de juros bastante reduzida, o que diminui o custo de investimento para os investidores brasileiros. Nós reativamos linhas de capital de giro, que são muito importantes para pequenas, médias e mesmo empresas grandes, que, muitas vezes, pagam pelo capital de giro 20%, 30%, 35% ao ano. Nessa linha, pagarão até 13% ao ano. Existe capital de giro, portanto, para as empresas.

Desoneração. Nós mantivemos a desoneração dos setores como bens de capital, como bens de capital, como compra de caminhões e ônibus e outros, material de construção também, e novas desonerações. A devolução de crédito do PIS/Cofins, que hoje se dá em 12 meses, vai passar para zero mês, portanto uma devolução direta para o caso de exportação de manufaturados. E temos também um programa chamado Reintegra, que, para o exportador de manufaturado, pelos créditos de IPI que ele não conseguiu apropriar-se – e uma parte sempre ele não consegue se apropriar – ele receberá 3% sobre o valor da exportação em dinheiro, portanto estimulando o exportador brasileiro.

E um outro ponto importante são as compras governamentais. Os senhores aprovaram uma lei que garante as compras governamentais para os produtos produzidos no Brasil. Porque o que vinha acontecendo? É o caso, por exemplo, quando o Exército faz uma licitação e compra farda da China, quando nós temos aqui uma indústria de confecção, uma indústria têxtil. Então, com um valor de até 25% mais elevado do que no caso do produto importado, vai se dar preferência para a compra de produtos nacionais. Há uma comissão que vai administrar isso.

E nós introduzimos também a desoneração da folha de pagamentos. Começamos a fazer desoneração de folha de pagamentos, que é muito importante para os empresários. Temos uma contribuição patronal que é alta no Brasil, 20% sobre a folha. Não existe em outros países, portanto isso nos deixa em desvantagem, seja no mercado externo, seja no mercado interno. Nós começamos a fazer isso para quatro setores mais intensivos em mão de obra, de confecções, cal-

çado, bens de capital, couro – calçados – e tecnologia da informação, *softwares* etc., que empregam muita gente. Esses setores já estão com o novo regime, não vão pagar os 20%, mas pagarão 1,5% sobre o faturamento. A conta se dá de forma que o que passa para o faturamento é menos do que eles pagavam, é cerca de $\frac{1}{3}$ a menos do que eles pagavam com a folha de pagamentos. Portanto, isso é um projeto piloto. Começa com esses setores, mas o Governo pretende estendê-lo para os demais setores de manufaturados e depois para os outros setores da economia brasileira, porque isso dará mais competitividade à economia brasileira.

Fizemos também a ampliação do Simples. O Simples é um regime tributário para pequenas empresas. É um regime muito avançado porque desonera a pequena empresa, a pequena empresa só paga uma alíquota, sete impostos federais, estaduais, municipais; portanto, facilita a vida do produtor. Nós corrigimos a tabela do Simples em 50%, de modo que mais empresas passaram a integrar o regime do Simples. Tem um estímulo para exportação, porque o regime do Simples compreende empresas que faturavam até 2 milhões e 400 ao ano e está passando até 3 milhões e 600 ao ano, portanto, são mais empresas que poderão entrar. E também corrigiram-se todas as tabelas, de modo que quem pagava 5,5%, paga 4% de alíquota mensal, todos os impostos. Quem pagava 7%, paga 5,5%, e assim por diante.

Também ampliamos a faixa de abrangência do Microempreendedor Individual, o MEI. Passamos de 36 mil reais de faturamento anual para 60 mil; portanto, vai abranger também mais. Já são mais de 5 milhões de empresas que estão abrangidas por esse sistema, cerca de 75% de todas as empresas do País.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Os dois juntos. O Simples, 4 milhões; e 1 milhão e 300, 1 milhão e 400 o MEI, que também vem crescendo bastante. Portanto, para esse segmento da produção, baixos impostos e simplificação tributária, de modo a estimular a produção e o emprego; é um setor que emprega muita mão de obra.

Temos uma agenda tributária pela frente, que está em curso e que depende dos senhores e dos governadores. Uma medida muito importante nessa guerra comercial, nessa guerra cambial em que estamos metidos é eliminar um subsídio, um estímulo que existe hoje para importação de produtos do exterior. Alguns Estados – poucos Estados, felizmente – estão dando crédito de ICMS aos importadores. Quando a mercadoria entra num determinado porto, recebe um crédito de ICMS e, em vez de pagar 12%, paga 2% e recebe 10%, 9% de crédito, benefício esse que o

produto nacional não possui. Portanto, isso coloca o produto importado em condições de superioridade em relação ao produto nacional. Eu não vou discutir aqui quais foram os critérios, as necessidades – certamente, foram necessidades – que levaram os Estados a fazerem isso, mas, infelizmente, no momento em que a guerra comercial se agudiza, não podemos tolerar que haja um estímulo para importação. Se vamos dar algum estímulo, pode dar para o produto local e não para o produto que vem sendo importado. Portanto, já está em curso aqui, no Senado, a Resolução nº 72, que cuida para que o ICMS interestadual para importação seja reduzido para 2%, de modo a inibir esse estímulo que é dado. Ele mantém certa arrecadação para o Estado que recebe a mercadoria, o Estado tem o estímulo de controlar a mercadoria, porém ele não pode mais dar esse subsídio. Então, eu gostaria de pedir aos Senadores que deem celeridade à aprovação dessa medida, porque hoje mais de 20 Estados – 23 ou 24 Estados – que não praticam isso são prejudicados. Senão, daqui a pouco, todo mundo vai querer praticar isso e, aí, todo mundo vai perder e só vão ganhar os importadores. Então, não me parece adequado. Nós devemos coibir esse privilégio para as importações e cuidar, com os Estados que estão praticando, para que eles tenham alternativas de sobrevivência de atividade econômica. Não queremos prejudicar ninguém, mas também não podemos prejudicar o comércio do País por causa disso.

Além disso, também estão em curso discussões com os governadores sobre a redução do ICMS interestadual para todos os produtos, para todos os bens e mercadorias que são transacionados entre os Estados, de modo a diminuirmos as alíquotas que hoje são 12% para um conjunto de Estados e 7% para outro conjunto de Estados. Queremos diminuir esses números para valores menores, para coibir também a guerra fiscal, é claro que com compensações, de modo a não permitir que os Estados tenham danos com isso, mas partindo para um sistema mais avançado de tributação, um sistema que não acumule mais os créditos de ICMS que não são pagos. Os Estados acabam não tendo condições de pagar e não pagam. Então, vamos implantar um sistema mais racional que dê mais transparência às contas, que não acumule créditos etc. Esse também é um tema que gostaríamos de discutir com os Srs. Senadores para que, juntos, pudéssemos avançar. E junto com os Governadores...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ministro, permita-me.

Eu acho que chegamos a isso rapidamente, se equacionarmos as duas coisas: a dívida dos Estados, com o novo indexador, e essa questão da alíquota nas

operações interestaduais. Eu acho que se consegue uma negociação fácil com os governadores.

O SR. GUIDO MANTEGA – Nós temos essa disposição, Senador. O senhor já foi governador e conhece bem o problema. Estamos negociando para que as dívidas que crescem acima de certos patamares não cresçam. Estamos olhando o conjunto de problemas que os Estados têm para que eles sejam equacionados de uma vez só, do ponto de vista tributário, do ponto de vista das finanças dos Estados. E os Estados têm de ter capacidade de investimento e crescimento. Essa é uma premissa básica que tem de nortear essas nossas ações.

(Próximo, por favor.)

Regulação... Bom, nós temos batalhado nessa guerra cambial com várias medidas, caso contrário o dólar já tinha derretido aqui no Brasil, embora ele de fato tenha derretido no mundo, mas impedir que haja uma valorização excessiva do real porque aí, sim, nós estaríamos prejudicando os exportadores brasileiros, os produtores brasileiros de um modo geral. Estaríamos exportando emprego brasileiro para o exterior.

Então, temos tomado medidas de IOF, que os senhores já conhecem e, recentemente, tomamos uma medida que é uma MP 539, Decreto 7.536, que dá ao Conselho Monetário Nacional a prerrogativa de estabelecer limites e prazos para recolhimentos de margem... Não, limites de alavancagem – eu tinha corrigido o texto, mas não foi corrigido. Limites para alavancagem e novas margens de recolhimento, de modo que a gente possa moderar o apetite daqueles que especulam no mercado derivativo. O mercado derivativo é um mercado legítimo. Todos os países têm de ter, porque é onde se faz *hedge*. O *hedge* é legítimo: alguém faz uma exportação; tem a receber US\$ 1 milhão, faz um *hedge* de US\$ 1 milhão e está tudo certo. O problema são aqueles que ficam só com posição vendida, muito acima daquilo que eles têm para fazer *hedge*. Aí, portanto, nós poderemos estabelecer limites de alavancagem e novos recolhimentos de imagem. Quando você faz uma aplicação no mercado derivativo na BM&F você tem de recolher uma margem de segurança. É uma espécie de garantia e cada movimentação do ativo se recolhe mais margem. Nós podemos exigir uma margem adicional de modo a diminuir a rentabilidade da operação. E nós já colocamos 1% de IOF sobre os contratos de derivativos; que parece pouco, mas não é, porque é sobre o valor notional da transação, ou seja, o valor de face. É mais ou menos assim: eu vou fazer uma operação de derivativos de R\$1 milhão. Aí, eu recolho, digamos, 10% de margem: R\$100 mil. Na verdade, minha operação é de R\$100 mil. Aqueles que vão me render 3%, 4%. Quando eu

coloco 1% sobre o valor nominal, eu estou tirando um terço do rendimento ou dois terços do rendimento. E nós podemos passar de 1% até 25%, de modo que nós estaríamos coibindo excessos que se fazem em relação a derivativos. E o derivativo tem a capacidade de manusear esse mercado de câmbio e elevar e produzir a valorização do real. Então, foram essas as medidas que tomamos recentemente.

(Próximo, por favor.)

Bom, só para mostrar que o câmbio tem-se mantido em certo patamar, apesar de todos esses recursos que têm entrado no País, excessos de capitais especulativos, que nós temos contido. É bom lembrar que nós não pusemos nenhuma taxa sobre investimento externo direto. Não há nenhuma tributação. O investimento é bem recebido aqui no Brasil, apenas em outras modalidades. E com isso nós temos mantido certa estabilidade do câmbio, de modo que vamos continuar tomando medidas, assim que elas se fizerem necessárias.

(Próximo, por favor.)

Bom, eu já falei rapidamente sobre o *Brasil Maior*. Não sei se os senhores gostariam que eu fizesse um detalhamento. Eu acho que já ultrapassei meu tempo, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já, Ministro.

O SR. GUIDO MANTEGA – Então, eu poderia esclarecer os pontos na medida em que o debate transcorresse. Se tiver alguma dúvida em relação ao *Brasil Maior* ou à ampliação do Simples Nacional ou a tudo o que foi dito, passo adiante. Inclusive, vou deixar aqui aos senhores o quadro completo com cada medida do *Brasil Maior* e as medidas do MEI – Micro Crédito Produtivo. De modo que, para finalizarmos e dar mais tempo para que os senhores possam fazer perguntas, eu queria dizer que o Governo continuará tomando medidas para atenuar os efeitos da crise. Não sabemos se essa crise vai ser mais aguda ou vai continuar numa crise crônica. Imagino que essa crise vai continuar nos próximos dois anos, com uma baixa recuperação dos países avançados.

Então, aqui, no Brasil, temos de garantir a solidez do País, continuar garantindo a solidez, continuar gerando muitos empregos e dar continuidade ao crescimento sustentável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Francisco Dornelles, autor do Requerimento nº 56, de 2011, da CAE.

Volto a insistir com as Sr^{as} e os Srs. Senadores que vou seguir à risca o Regimento, até para que todos os Senadores tenham condições de perguntar e aproveitar a vinda do Ministro Guido Mantega à Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Ministro, V. Ex^a expôs e abordou com muita objetividade uma série de questões que eu gostaria de colocar. De modo que desejo, neste momento, apenas cumprimentá-lo e mostrar a importância da urgência da regulamentação do problema do IOF nas operações derivativos, porque, até agora, nós estamos numa situação em que as pessoas não sabem como pagar o Imposto.

E um segundo ponto, gostaria apenas de dizer que V. Ex^a, na condução da política econômica financeira, olha para o nível de inadimplência, que é realmente fundamental para a saúde do nosso sistema financeiro. E que V. Ex^a considere, como já expôs, a possibilidade de aumentar os setores da indústria que se beneficiam da eliminação do imposto dos encargos patronais que incidem sobre a folha.

Cumprimento V. Ex^a e desejo muito sucesso na condução da política econômica financeira do Governo. Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente.

Em relação à regularização dessas medidas derivativos, é claro que, quando tomamos uma medida dessa natureza, não podemos conversar com o setor privado antes de tomá-las. Medida cambial não se conversa, se toma antes e se conversa depois. E com o setor, estamos organizando a forma de pagamento do IOF, porque o IOF tem que ser recolhido pelo BM&F e pela Cetip, onde se fazem essas operações derivativos.

Então, os nossos técnicos estão conversando. Nós prorrogamos o prazo para o recolhimento do tributo e já temos propostas de como fazer isso. Seria mediante carnê. As instituições forneceriam os valores a serem pagos, porque elas não podem receber e eles estariam pagando para a Receita.

Mas a Receita Federal juntamente com essas instituições está trabalhando para operacionalizar esse pagamento.

Em relação à ampliação da desoneração da folha, este é um objetivo que nós temos também de aumentar o número de setores que podem se beneficiar dessa desoneração.

Nós estamos discutindo com os setores porque cada setor é uma alíquota diferente para passar para o

faturamento. Em breve, nós estaremos incluindo novos setores nesse sistema. Enquanto isto...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não estou defendendo o passado do faturamento, não. Estou defendendo a gente eliminar a contribuição da folha. Acho que o Governo está com muito dinheiro, não precisa criar o imposto sobre faturamento não.

O SR. GUIDO MANTEGA – Olha, o Senador conhece melhor do que ninguém as contas públicas, até mais do que eu, porque me antecedeu...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Imagina. Nunca houve um Ministro que teve tanto dinheiro.

O SR. GUIDO MANTEGA – ...me antecedeu no cargo. Portanto, nunca teve tanto dinheiro e nunca teve tanta despesa também. Então, é proporcional.

Nós não podemos simplesmente desonerar a folha de pagamentos, porque o custo disso seria de R\$ 95 bilhões aproximadamente, que é a arrecadação da Previdência com os 20%. Então, desonerar tudo é impossível. Eu gostaria de ter essa condição. Mas não temos, não chegamos ainda a essa condição.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não estou defendendo a desoneração ampla, não.

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas o que nós já estamos fazendo é uma desoneração parcial, porque deveríamos passar para a folha – por exemplo, o setor de confecções, etc – 2,5% sobre o faturamento e passamos 1,5%. Então, há uma desoneração. Mais ou menos um terço da contribuição previdenciária está sendo desonerada. É como se, dos 20%, a gente estivesse cobrando 14% e deixou de cobrar 6%. Então, há uma desoneração, que é o que nós podemos suportar neste momento. Não dá para suportar tudo isso, mas a filosofia correta é esta, desonerar o máximo possível, porém sem permitir que haja desequilíbrio das contas, porque, depois, os senhores me cobram. Se eu não cumprir o resultado fiscal, serei cobrado pelo desequilíbrio das contas públicas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Guido Mantega. Passo a palavra ao Senador Dornelles.

Passo a palavra ao Senador Romero Jucá, autor do Requerimento nº 57, de 2011, da CAE.

Com a palavra, o Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Quero louvar a apresentação do Ministro Guido Mantega e registrar aqui que temos toda confiança em que o Governo brasileiro, o País, está preparado para enfrentar este momento. Tem mostrado isso o País.

Queria me focar apenas no aspecto da Resolução nº 72, Ministro. O senhor falou efetivamente sobre essa

questão do incentivo aos importados. Nós estamos enfrentando um incentivo a produtos importados que cria uma desindustrialização no Brasil. Efetivamente, isso gera emprego fora do País, em detrimento do País. O Governo tem analisado e conversado com os Governadores e com os Secretários de Fazenda no Confaz. Eu gostaria de saber se esse número de 2%, que é a ideia básica – o meu projeto, primeiro, era 0%, mas estamos evoluindo para 2%, efetivamente, para que os Estados tenham o que arrecadar e efetivamente se interessem em acompanhar, em fazer o acompanhamento da cobrança. –, se esse número é um número que já foi conversado com os Secretários de Fazenda, se é um número já fechado nos estudos do Governo e qual a importância de se aprovar rapidamente essa resolução, para que a gente possa, efetivamente, ter um instrumento que combata o processo de importação agudizado, fazendo com que a balança brasileira fique da forma como está.

Era essa a pergunta que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Romero;

Com a palavra, o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente.

É da maior importância que a gente aprove, muito rapidamente, essa medida, porque essa guerra comercial, cambial, cresce a cada dia e, diante desse cenário que nós estamos vendo, nós podemos esperar não uma melhora, mas uma piora da guerra comercial. Se os países avançados podem entrar em uma recessão, os mercados deles estão apáticos; portanto, cabe a nós defender os nossos mercados com unhas e dentes.

Eu queria dizer ao Senador que nós não vamos desamparar os Estados que estão fazendo isso. Eles têm que ter uma transição de modo a que possam sobreviver. E já estamos conversando. Outro dia conversamos com o Governador do Espírito Santo, que é um dos Estados que pratica isso, e ele vai ter as condições, com outros projetos, com outros investimentos para poder compensar a perda que terá neste momento. Também temos que conversar com Santa Catarina, que é outro Estado que também pratica essa modalidade, mas é muito urgente que se possa apressar essa modalidade e que ela seja aprovada, porque darão 10% de diferença. Estamos falando que o produto importado tem 10% de vantagem em relação ao nacional só por causa disso. Então, nós temos que coibir, já que prejudica a maioria dos Estados brasileiros. E nós cuidaremos dos Estados que estão fazendo, para que eles não sofram. Não é para penalizar os Estados. Cada um se defendeu como pôde no passado, mas vamos evoluir para que esses Estados, ao invés de ganhar simplesmente no tráfico, que eles tenham valor agregado local, que se

implantem projetos naqueles Estados. O senhor pode conversar com o Governador do Espírito que há saídas que não penalizam os Estados.

Portanto, faço um apelo aqui, Senador Romero, ao Senador Delcídio, que é o Relator, que possa fazer isso com pressa, porque os concorrentes não brincam em serviço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Passo a palavra agora ao nobre Senador Eduardo Suplicy, autor do Requerimento nº 54, de 2011.

Cinco minutos, meu caro Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, prezado Senador Delcídio Amaral, prezado Ministro Guido Mantega:

Primeiro os meus cumprimentos por ter conseguido levar a economia brasileira a ter um desempenho tão positivo ao longo destes últimos anos, em especial, durante a crise de 2008 e começo de 2009. Agora também está sabendo enfrentar muito bem a nova desaceleração da economia dos países desenvolvidos.

V. Ex^a aqui tem apresentado alguns dos instrumentos que visam garantir maior competitividade da economia brasileira. Dentre esses, mencionou a desoneração da folha de pagamentos de taxas de tributos, que têm sido transferidos, em alguns casos, conforme o que citou de maior intensidade do uso de mão de obra, para o faturamento.

Uma questão que tenho é em que medida se considerou, em vez de se transferir para o faturamento, se transferir para o valor adicionado, porque em muitas ocasiões a equipe de governo tinha pensado em tributar não o faturamento, mas o valor adicionado. Terá sido escolhido... *(Pausa.)*

Estou aguardando.

Terá sido escolhido o faturamento por uma razão de maior simplicidade no controle da tributação ou haveria vantagens outras? Do ponto inclusive de se pensar na questão de estimular setores que criem maior valor adicionado, não seria adequado a tributação sobre o valor adicionado? Quais foram os fatores que levaram à tributação do faturamento e não do valor adicionado?

Em segundo lugar, eu gostaria de estimular o Governo brasileiro, V. Ex^a e os demais Ministérios, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, a considerar, na hora de se pensar no grau de competitividade, em quais os efeitos que têm o sistema de transferências de renda existentes, por exemplo, nos países desenvolvidos, no Brasil e em outros países em desenvolvimento?

Este eu gostaria de transmitir a V. Ex^a que considero muito importante. Nós já temos dialogado, há alguns anos, sobre o fato de nós, brasileiros, sejam os empresários, os trabalhadores ou o próprio Gover-

no, estarmos bem cientes dos instrumentos de transferência de rendas que existem em países como os EUA e o Reino Unido e que se tornaram mais e mais importantes nas últimas duas décadas. Refiro-me, por exemplo, ao crédito fiscal por remuneração recebida nos EUA, ao crédito Family Tax Credit, ou seja, ao IATC, nos EUA, ao Family Tax Credit, no Reino Unido, e em muitos países que adotaram sistemas semelhantes.

O nosso sistema de transferência de renda, o bolsa família, por exemplo, é de natureza diferente. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, por certo intervalo da remuneração do trabalho, paga-se um complemento de renda que chega a 40% da remuneração até um certo patamar. Esse instrumento, na minha avaliação, tem o poder de tornar mais competitiva a economia dos Estados Unidos em relação à nossa, se não adotarmos um instrumento de natureza semelhante ou melhor.

Eu vou encaminhar a V. Ex^a um trabalho que apresentarei, quinta-feira, em Buenos Aires, em seminário internacional, em que trato desse assunto; justamente isso está relacionado ao objetivo de um dia se ter um sistema ainda mais racional de transferência de renda, que avalio seja a renda básica de cidadania, objeto de lei já aprovado, para ser instituído por etapas, ao longo do tempo, em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Presidente.

De fato, quando nós pensamos na desoneração da folha, pensamos em modalidades distintas para a transferência desse ônus e pensamos nas duas modalidades: faturamento ou valor agregado. Havia uma terceira modalidade, sugerida por um segmento de serviços – estou vendo o presidente ali atrás – que sugeria que se reciasse o CPMF como tributo para poder substituir. Como nós discutimos isso muito com trabalhadores, com empresários, essa modalidade foi descartada, a maioria dos empresários não gostava dessa modalidade, então nós nos fixamos nessas duas possibilidades.

Valor agregado seria o PIS e COFINS, ou algo parecido com PIS e COFINS. O PIS e COFINS hoje têm uma diversidade grande, os setores não têm uma situação homogênea em relação ao PIS. Não conseguimos estabelecer valor agregado a todos os setores, tivemos que retroceder em alguns casos e voltar ao cumulativo. Então, hoje nós temos alíquotas de 9,25 ou alíquotas de 3,5 ou 3,25. Então, era, do ponto de vista técnico, mais complicado fazer sobre o valor agregado, porque, em princípio, parece que o valor agregado

é mais racional, mas era mais difícil de implementar. Além disso, nós teríamos que colocar uma alíquota muito maior, o que me causava temores sobre a inflação. Teoricamente não deveria aumentar a inflação, porque você está tirando um custo aqui e colocando ali, mas sabe como é, muitas vezes o empresário absorve a redução de custos e quer transferir ao preço.

Em 2004, quando o Governo fez a modificação de transferir o PIS e Confins para valor agregado, houve uma pressão inflacionária momentânea. Então, queríamos evitar também a pressão inflacionária, por isso discutimos com as empresas, inclusive, e se chegou à conclusão de que era mais fácil colocar no faturamento, o que a rigor também não vai para valor, ele não é tão cumulativo assim, porque colocamos... em geral é no final da cadeia o faturamento do produto já pronto, você fatura e ele vai ao consumidor, então você também não tem uma cadeia de agregação de tributos. Chegamos a essa conclusão.

De qualquer maneira, Senador, como fizemos um projeto piloto nesses quatro setores, criamos uma comissão tripartite, uma comissão que tem trabalhadores, Governo e o Parlamento, não me lembro exatamente a comissão, mas ela vai acompanhar o resultado dessa nova modalidade, que é uma revolução nas contas públicas brasileiras, é uma revolução tributária essa desoneração até que ela seja completa e vamos acompanhando para ver se ajustes são necessários.

Uma outra razão é a seguinte: para passar para faturamento bastava uma lei ordinária, porque já foi previsto na Constituição que se poderia desonerar, reduzir a tributação, passando ela para faturamento. Os legisladores previram isso no passado, não sei quem foram, alguns poderão estar aqui, previram, enquanto que, se fossem passar para PIS e COFINS, teria que ser uma lei complementar, teria que ser uma emenda constitucional, o que daria mais problemas.

Em relação à questão dos mecanismos de transferência de renda, eu não sou especialista nesse assunto – sei que o Senador é um grande especialista –; nós temos feito algumas modalidades de transferência de renda que têm sido muito bem sucedidas, basta ver a melhoria do nível de vida da população, o aumento do mercado consumidor etc. Então, eu não saberia dialogar com o Senador e comparar essas modalidades que existem em outros países, seria melhor dialogar com a Ministra de Desenvolvimento Social a esse respeito.

Obrigado, Eduardo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Vou encaminhar a V. Ex.^a o trabalho que formulei agora, de pronto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Apresentação em Buenos Aires, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Quinta-feira.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Ministro Mantega, quero também me congratular com a sua exposição, porque eu acho que foi bastante objetiva, e dizer que eu queria manifestar primeiro a minha satisfação de ver que o Ministro considera realmente necessário que se produza um novo arranjo macroeconômico no Brasil; que valorize, de certo modo, a política fiscal, ou seja, que utilize a política fiscal de forma mais efetiva, para que o Brasil tenha, ao final, condições de poder ter uma taxa de juros mais baixa.

Nós continuamos a ter no Brasil uma anomalia e há pouco tempo um economista, num brilhante artigo, um economista insuspeito, porque economista chefe de um dos maiores bancos do Brasil, ele, num artigo que chama “equilíbrio macro em busca da perplexidade perdida”, cobra dos economistas no Brasil algo que ele considera uma apatia, ou seja, é um conformismo com esse quadro que, a rigor, representa uma distorção e uma anomalia no quadro do Brasil. Devo imaginar que sua inquietação seja maior, na medida em que é o economista que está à frente da condução da política econômica do País. Ele traduzia, por exemplo, essa distorção, lembrando de que o Brasil gasta com o serviço da dívida pública 6% do PIB. Ou seja, isso é algo que os países que estão agora em crise e que têm um estoque de dívida muito maior, corresponde mais ou menos o que a Grécia vinha gastando, ou seja, 6,5%, 7% do produto com o serviço da dívida, ainda que tendo um estoque da dívida muito maior sobre o PIB. Por quê? Porque no Brasil nós servimos a dívida pública com uma taxa de juro real elevadíssima. Então, isso nos coloca um espaço fiscal limitado, porque, se despendemos quase 6% do PIB com a dívida pública, se temos na Previdência gastos incompatíveis com um País jovem, como o Brasil, ou seja, o Brasil também tem na Previdência um problema fiscal.

Dentro dessa necessidade de produzir um novo ajuste, um novo arranjo macroeconômico, e aí a política fiscal vai ser fundamental, eu queria indagar do Ministro como o Brasil vai criar condições para crescer a taxas mais elevadas, se a nossa taxa de investimentos é ainda muito pequena se compararmos, por exemplo, a outros países emergentes. O Brasil tem uma taxa de poupança de 18, 17% e só poderemos criar uma taxa de poupança mais alta se elevarmos

a poupança do setor público. O que acontece hoje no Brasil é que essa taxa hoje de 18% corresponde a um esforço do setor privado, porque a taxa de poupança do setor público é muito pequena. O que eu quero indagar do Ministro Mantega é como ele vê essa questão, não num curtíssimo prazo, mas como o Brasil poderá criar as condições para elevar a taxa de poupança e, conseqüentemente, de investimento para que o Brasil possa pensar em ter um crescimento maior.

E quero também perguntar ao Ministro se nós não perdemos oportunidades em relação à questão da desindexação, que ainda está presente na economia brasileira. No período em que as expectativas inflacionárias estavam ancoradas em uma taxa de inflação mais baixa, nós não deveríamos ter avançado no desmonte desta indexação que ainda está presente na economia e que coloca também uma rigidez com relação ao combate à inflação?

Eram essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Muito obrigado Senador.

Vejo que temos total acordo quanto ao arranjo macroeconômico que deve ser feito no Brasil, eliminando uma velha anomalia com a qual convivemos que foi, digamos, produzida talvez em um período inflacionário e não havia saída, naquele tempo – não estou aqui criticando os antecessores. Hoje nós estamos em um outro cenário e temos que dar este passo: evoluir para esse novo arranjo.

Não podemos continuar pagando quase os 6% da do PIB como serviço da dívida, não podemos. Isso significa quase R\$200 bilhões. Então, acho que os países hoje que estão com risco de dívida soberana, nem eles pagam esse montante. Se a Itália pagasse isso, já tinha quebrado três vezes. A Itália tem uma dívida pública de mais de 100% do PIB há muitos anos. Ela vem arrastando há muitos anos, mas paga juros... O serviço da dívida dela deve ser 1,5%, 1%. Então, se ela crescer 2%, paga os serviços da dívida. Agora, aqui é um volume muito alto. Uma parte disso se deve às reservas, é verdade. Então, R\$35 bilhões disto é pelo manejo das reservas, porque compramos o dólar e depois temos que enxugar o mercado com títulos públicos, mas o diferencial de juros é muito alto, e nós pagamos essa conta. Já está na hora de evoluirmos para uma situação melhor onde nós vamos pagar menos. Imagina! Se nós pagamos 5,5%, 6% e temos um déficit nominal de 1,9% e 2%, se pagarmos 2% a menos, nós já estamos com um déficit zero, zero dé-

ficit do Brasil, ou seja, o Brasil potencialmente é um País bem equilibrado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – E estaríamos investindo em infraestrutura.

O SR. GUIDO MANTEGA – Exatamente. Só que aí temos que ter o seguinte cuidado: não se pode baixar a taxa de juros de uma forma voluntarista, e eu sei que não é isto que o Senador está propondo, mesmo porque eu acredito que há um pacto aqui no País, e acredito que todos comungamos disto, de que não se deve voltar à inflação ao País. Portanto, temos que olhar a inflação, garantir que ela esteja sobre controle e aí, sim, trabalhar com os juros. E agora temos espaço, porque Governo está determinado a fazer uma política fiscal neste momento que abra essa condição. E é agora. Temos que aproveitar este momento. É agora.

A desindexação é uma tarefa difícil de fazer. Quando o País evoluiu com o Plano Real, o regime de inflação muito baixa, conseguiu domar a inflação, mas ficou um resíduo inflacionário e desconfianças, e o Governo teve que indexar, porque ninguém iria se arriscar a fazer aplicações no Brasil, se não tivesse garantia. No setor elétrico, por exemplo, tinha que se garantir a remuneração, porque havia ainda aquela memória do passado, que poderia voltar e tudo o mais. E hoje nós estamos em condições de desindexar. Já estamos fazendo isso no campo da energia elétrica. Nos contratos que vencem, já estamos mudando os indexadores. Mas não basta isso. Nós temos ainda a LFT na economia, nós temos ainda os contratos que são indexados pelo IGPM. Temos aluguéis e contratos em que o IGPM, que não é um bom indexador, continua sendo usado porque é faculdade das pessoas usarem. Talvez tenhamos que fazer uma campanha incentivando a adotar outro índice, como o IPCA. Então nós temos essa tarefa de desindexação pela frente, o senhor falou muito bem, é um desafio que temos. Concorro que a taxa de investimento do Brasil ainda é insuficiente, assim como o de poupança.

Quando nós falamos em reduzir os gastos, falamos em gastos de consumo e não em gastos em investimentos. Temos que continuar estimulando investimento que tem que ultrapassar os 20% do PIB. Ele está um pouco aquém, temos condições, o Governo e o setor privado estão trabalhando nessa direção de modo a chegarmos a 23%, 24% de investimento e aumentarmos a poupança. O País cresce e a poupança acompanha o crescimento.

Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está satisfeito, Senador Armando Monteiro?

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Ministro, mais uma vez bem-vindo à nossa Comissão. V. Ex^a traçou, com muita competência, um quadro muito desafiador para o Brasil, dentro de uma crise mundial que persiste com componentes políticos dificilmente superáveis no curto prazo, Estados Unidos e Europa, o que nós faz, aliás, se me permite o registro, lamentar muito a falta de uma inteligência das mais brilhantes que o Brasil perdeu nesse domingo: o brilhante economista, homem corajoso que não hesitava em navegar contra a corrente, que foi Barros de Castro.

Voltando ao nosso tema de hoje, V. Ex^a coloca com bastante ênfase a preocupação com a situação fiscal no Brasil.

Pergunto a V. Ex^a como avalia os perigos que veem por aí e que já estão colocados. Refiro-me, entre eles, a pressão pela expansão do custeio, exatamente ao contrário do que V. Ex^a afirma que seria o cenário ideal. Temos em andamento programa de transferência de renda, ampliados, temos o salário mínimo, desonerações fiscais que são componentes muito fortes do Programa Brasil Mario, recentemente lançado pela Presidente Dilma, e alguns deles até imprevisíveis como aqueles incentivos que poderão ser baixados por decreto, beneficiando indústrias que aumentem a participação de componentes nacional no seu produto final. Serão baixados por decreto e não se sabe exatamente qual será o volume disso.

Por outro lado, nós temos hoje uma pressão fiscal forte decorrente do acúmulo de reservas. V. Ex^a se refere a 30 bilhões por ano, oxalá se concretize a sua previsão, porque o balanço do Banco Central mostra-nos que somente no primeiro trimestre foram 20 bilhões. Então a pressão fiscal é forte. E a relação da despesa do Governo brasileiro com juros e a taxa selic é mais do que proporcional. Quer dizer, a despesa com juros cresce mais do que a taxa selic. Gostaria de saber, na sua opinião, quais são os outros componentes que levam a esse descasamento, a essa desproporção: as despesas com juros aumentam mais do que a taxa Selic. Então são questões fiscais que estão aí presentes no horizonte. E a hipótese que V. Ex^a afirma, de inflação absolutamente sob controle, eu gostaria que V. Ex^a fosse um pouco mais detalhado, nos desse mais razões de conforto diante dessa afirmação.

Outra questão que poderá ter também reflexos fiscais para o Governo Federal são as questões federativas que estão aí no horizonte. V. Ex^a se referiu ao problema da pressão sobre a indústria nacional e a necessidade de se rever a política de alguns Estados que incentivam a importação. Mas nós temos outras questões urgentes a serem resolvidas, que implicam

em tensões fiscais, tensões federativas: a decisão do Supremo declarando inconstitucional com voto por unanimidade numa série de ações diretas de inconstitucionalidades dos incentivos fiscais concedidos à revelia do Confaz; a disputa em torno das receitas oriundas do pré-sal; a necessidade de uma nova lei que discipline a partilha do FPE e também seguramente, porque o fundamento é o mesmo da inconstitucionalidade do FPE do Fundo de Participação dos Municípios.

Se isso não for conduzido com muito cuidado e a União não assumir a liderança dessa negociação e se ela não for feita de maneira conjunta, colocar tudo na mesma mesa, tenho receio de que vá sobrar para a União. A União depois verá a forma de compensar, e aí aumenta também a pressão fiscal sobre o Governo Federal.

São essas preocupações que eu gostaria de expor a V. Ex^a no momento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Com a palavra o Ministro Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador.

O senhor colocou aqui várias questões importantes e pertinentes. Queria começar fazendo minhas as suas palavras sobre o economista Antônio Barros de Castro, que faleceu domingo de forma trágica. A meu ver, ele é um dos maiores economistas que tivemos. Eu tive a oportunidade de conhecê-lo há muito tempo e de tê-lo como colaborador. Quando eu era Ministro do Planejamento, ele foi meu assessor no Ministério; quando eu fui para o BNDES, foi diretor do BNDES. Eu mantinha com ele um diálogo permanente, porque ele era uma das cabeças importantes, pensava o Brasil e o mundo, estava à frente de seus pares com visões... Digamos, não se prendia a modelos, era muito criativo. Foi uma fatalidade que nos levou o Antônio Barros de Castro, de uma forma besta, porque caiu algo na cabeça dele, um pedaço de laje, até agora não sei direito. Foi uma perda.

O senhor menciona vários perigos que ameaçam a expansão do custeio. De fato, há uma pressão, em qualquer Governo, para aumento de custeio, benefícios sociais. Programas de transferência de renda estão aí incorporados, acredito que eles são considerados essenciais, prioritários pelo Governo, portanto, uma despesa que está dada. São programas compartilhados pelos Estados. Acabamos de ver agora a união entre os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo para compartilhar esse programa. Parece-me que ele é considerado essencial, independente de coloração partidária, e tem ajudado muito na elevação do nível de vida da população brasileira. A população se transforma em cidadão e consumidor e,

portanto, ajuda a economia, depois entra no mercado de trabalho e assim por diante. Então, esses programas certamente vão ser mantidos.

O salário mínimo também é um instrumento que foi usado para transferência de renda e elevação do nível de vida da população. E no passado, em 2007, se estabeleceu um acordo quanto a um critério, uma fórmula para a elevação do salário mínimo: ele teria uma elevação proporcional ao PIB, ao PIB de dois anos antes.

No ano em curso, nós aplicamos um reajuste real zero em cima dele porque ele reflete o crescimento de 2009, que não houve, portanto, ele não foi elevado. Em 2012, ele deverá ter uma elevação de 13%, 14%. Então, não nos esqueçamos de que este ano ele não teve aumento real. Ele tem, digamos, uma folga, que será... É claro que alguns acham que isso é inflacionário; eu não acho, Senador. Sinceramente, esta é uma velha ideia dos economistas conservadores do passado, entre os quais eu certamente não me incluo, de que aumentar salário é inflacionário. Nós já ultrapassamos isso, acho que já há um consenso.

Temos que olhar a Previdência, o impacto na Previdência. Agora, eu acho que, pela evolução das contas públicas, nós temos como absorver isso, mesmo porque o déficit da Previdência está caindo. Ele não está subindo, fundamentalmente, porque a atividade econômica cresce no País e a formalização é forte. Então, com a formalização, há mais gente pagando e o déficit da Previdência vem caindo. Ele é sustentável pela Previdência.

Em relação a isso, eu até, no momento oportuno, gostaria de pedir a colaboração, a ajuda, a parceria dos Senadores na regulamentação do fundo de previdência complementar, que está na Câmara ainda, porque esse, sim, é uma medida que dá solidez ao setor de previdência. E foi aprovado. Falta regulamentá-lo. Foi aprovado em 2004, se não me engano, e até hoje não foi regulamentado. Isso daria uma solidez. Então, o salário mínimo é absorvível e as desonerações fiscais são um compromisso do Governo. Nós sabemos que a carga tributária no Brasil ainda é elevada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Em todo o País, qual é o cálculo, quanto custará isso?

O SR. GUIDO MANTEGA – Tudo isso já está no orçamento. Nós estamos mandando agora – acho que no final de agosto – a peça orçamentária para o Congresso. Na peça orçamentária, estão todas as pressões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu não sei lhe dizer de cabeça quanto isso... Mas certamente a conta fe-

cha, e fecha com o primário que nós devemos fazer. É razão de preocupação? É claro que é. Eu me preocupo com todas essas despesas, todos esses itens que o Senador mencionou, mas estão sob controle. Não há perda de controle, principalmente se nós continuarmos com o crescimento sustentável da economia brasileira, portanto, gerando uma receita que pode cobrir a despesa. E a despesa tem que crescer menos do que a receita e menos do que PIB. Esse é um princípio que nós estamos procurando praticar e que me parece saudável.

O senhor tem razão, há uma pressão forte das reservas por causa desse diferencial de juros que existe, que se alargou nesse período de crise. Porque antigamente os Estados Unidos tinham uma taxa de juros de 4%, 5%. Então, a distância era menor. E quanto menor a distância, nós pagamos essa diferença. Por isso que é muito salutar criar as condições para baixar os juros, porque nós vamos diminuir o custo de carregamento dessa dívida. Por exemplo, os chineses carregam a maior reserva do mundo: US\$2,6 trilhões de reserva, mas eles não têm custo de carregamento, porque a taxa de juros interna é parecida com a taxa de juros externa. Se bem que agora deve ter aberto um pouco, porque o dólar caiu. Eles tinham muito em dólar; eles devem estar pagando alguma coisa. Mas historicamente não pagam. O ideal para nós seria isso. Chegaremos lá. Não devemos abrir mão das reservas, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro que não.

O SR. GUIDO MANTEGA – Mas vamos diminuir esse custo que, baixando a Selic, nós conseguiremos. Então, criar as condições para baixar a Selic parece-me prioritário neste momento, sob todos os pontos de vista.

O senhor pede para eu falar sobre a inflação. A inflação subiu muito no ano passado, no final do ano, e, quando a gente fala em inflação anualizada, temos essa pressão, porque as *commodities* subiram cerca de 40% no ano passado, e temos várias *commodities* que fazem parte da nossa cesta de preços no Brasil. Tivemos um primeiro semestre forte, depois vieram os preços sazonais, e houve uma pressão também dos serviços. A economia está com renda, crédito, etc., emprego alto, salário real alto, e o pessoal vai gastar. Alguns vão gastar lá fora, saindo de férias e tudo mais. Então, há uma pressão aí, e nós desaceleramos a economia justamente para fazer essa pressão diminuir. E desaceleramos: a economia deu uma desacelerada. Assim, qual é a projeção da inflação nos próximos meses – não feita por mim, feita pelo mercado? O mercado prevê 0,38% de IPCA no segundo semestre. É com esse índice que estão trabalhando os analistas. Significa uma inflação sob controle. Olhando para trás,

está alta. Se somarmos 12 meses para trás, está alta; ultrapassa o limite dos 6,5%. Mas o que interessa é para frente, e, para frente, ela está mais baixa 0,38%, o que dá uma inflação de 5% e pouco. Por isso é que eu digo... E eu não acredito que haja, nesse segundo semestre, as pressões de *commodities* que ocorreram no ano passado e no ano retrasado, porque não há condições internacionais para isso. Se houver, é para baixo, e não para cima. Não haverá essas pressões. Então, embora sempre estejamos vigiando a inflação, todos os dias sai algum índice atuarial, olhando o índice, certamente a equipe do Banco Central está lá debruçada, inclusive projetando, e a inflação tem de ser uma preocupação permanente de todos nós. E nós estamos olhando. Daqui para a frente, eu diria que ela está num caminho mais benigno, mesmo porque eu acredito que, de fato, a economia internacional vai desacelerar. Não sei se vai haver uma agudização da crise ou não, porque isso é difícil de adivinhar; mas uma coisa é certa: uma redução da taxa de crescimento, e, portanto, a tendência do mundo é deflacionária, e não inflacionária. E vai contaminar também o Brasil.

Sobre questões federativas, existem várias a serem resolvidas. E o senhor tem razão: precisamos buscar resolvê-las em conjunto. E nós estamos tentando fazer isso. Eu mesmo já me reuni com todos os governadores do País nesse período, discutindo ICMS, dívidas dos Estados, planos de investimento que eles têm por meio do PAF (Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública), programa de ajuste fiscal que fazemos com eles. Aí eles discutem a questão das compensações da guerra fiscal, que devem diminuir com a diminuição de alíquotas; discutem as correções das dívidas, os *royalties*; discutem, por exemplo, a questão das vendas eletrônicas, que estão crescendo e que são um problema. Então, estamos tentando montar uma equação que não é fácil, porque são 27 Estados, e os interesses não são exatamente os mesmos. Mas estamos tentando montar uma equação de modo a contemplar a maioria dos Estados de forma equilibrada. O interesse é mais dos Estados. A União não quer levar nenhuma vantagem, por exemplo, no equacionamento do IMCS. A reunião é neutra. Não é neutra para os Estados, e nós temos que encontrar aqui o ponto de equilíbrio, e acho que o Senado é um lugar importante para isso, porque todos os Estados estão representados, vários ex-governadores estão aqui e conhecem as realidades e podem nos ajudar muito a encontrar esse ponto de equilíbrio. Assim, estamos buscando o equilíbrio, e o senhor tem razão: devemos olhar os problemas em conjunto para encontrarmos uma saída razoável.

Eu acho que respondi a maioria das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ministro, eu queria começar me associando ao Senador Aloysio Nunes no pesar pela morte do Professor Antônio Barros de Castro. Tive a oportunidade de passar ontem no velório... Em especial para o Rio de Janeiro, para a academia do Rio de Janeiro, o Professor Antônio Barros de Castro, como o Professor Carlos Lessa e Maria Conceição são pilares. Então, nós tivemos ontem uma grande perda e sei que o senhor também, pois trabalhou diretamente com ele.

Ministro, eu vou direto ao ponto. A minha intervenção vai ser sempre em relação à questão do tempo, que decisões tomar e em que tempo.

Eu começo pegando uma entrevista da Presidente Dilma, na revista Carta Capital, onde ela mostra que tem um diagnóstico completo dessa crise e os reflexos sobre o Brasil. Quero citar dois trechos. Em um trecho ela diz: “temos um problema sério, porque os Estados Unidos podem ir para o *quantitative easings* [vai ter um pronunciamento do Presidente do FED na sexta-feira, eles não têm muita saída, a saída fiscal perderam nesse acordo lá com os republicanos] e aí eles vão inundar este nosso País. Não têm para onde ir e então eles virão para os mercados existentes, ou seja, nós.”

Continua a Presidente:

“(...)além de tudo, há o fato de que a indústria manufatureira no mundo está com uma grande capacidade ociosa, procurando de forma urgente mercados, e que somos esse mercado. Não vamos deixar inundar o Brasil com produtos importados por meio de uma concorrência desleal e muitas vezes perversa.”

Diagnóstico perfeito. Quais as medidas do Governo? Medidas de controle dos capitais. Em abril, IOF 6% em relação à captação externa; agora IOF sobre derivativos.

Primeira pergunta: Tem mais algumas medidas planejadas sobre o controle de capitais? O senhor tem o resultado dessas medidas? O IOF e derivativos têm números que mostram resultados concretos disso?

Segundo ponto. Eu vou entrar na discussão das taxas de juros, e aqui vou colocar a minha posição pessoal, política, eu sei que talvez o Ministro não possa falar. Nós vamos ter reunião do Copom na próxima terça e quarta-feira da semana que vem. Mas, Ministro, sinceramente, nesse quadro que a Presidenta traçou, fica difícil não sermos tão atrativos para esses capitais se nós temos uma taxa de juros reais de 6.8%; a segunda do mundo é a Hungria, com 2.5. O Chile tem 1.8; nos Estados Unidos, agora, a decisão do FED foi de colocar até 2013 a taxa de juros deles de 0 a 0.25%

do PIB. E aqui eu quero entrar num momento que acho foi uma perda na crise de 2008. Sinceramente, nós erramos em relação à política monetária na crise de 2008. Eu tô aqui com a reunião do Copom de 09 de setembro de 2008, e a reunião do Copom falava “o ritmo de expansão da demanda doméstica continua bastante robusto...”. Não mexemos na taxa de juros.

Em outubro, 28 e 29 de outubro de 2008, “o Copom considera que a persistência de descompasso importante entre o ritmo de expansão da demanda...”. Não mexemos na taxa de juros.

Aqui, o Presidente Lula já estava fazendo sabe o quê? Desoneração tributária, tava mandando o povo consumir, tava ampliando as linhas de crédito, tava havendo diminuição do superávit primário. O que aconteceu? Nós forçamos no fiscal, porque tínhamos que forçar, porque o País tinha que reagir, porque o monetário não foi...

Aí, eu pego novamente uma entrevista fantástica do ex-Ministro Delfim Netto com o Belluzzo, na Carta Capital dessa semana, que inclusive cita uma reunião em que o senhor estava presente, que fala o seguinte, o Delfim diz: “A sorte do Brasil foi ter conseguido engrenar com maior rapidez, mas, agora que estamos aqui nós dois, podemos contar até alguns fatos interessantes. Lembra daquela reunião que o Lula providenciou na segunda-feira trágica após a quebra do Lehman Brothers. Estávamos eu, você, o Guido, o Lima, do Banco do Brasil, o Meirelles...”. E o Belluzzo diz: “Eram estes. Foi na sede do Banco do Brasil.” Naquele instante, foi decidido que era preciso baixar a taxa de juros; esse momento que falei agora, de 2008. Mas o Governo, depois – o termo que ele usa é afrouxou. Ele fala do Meirelles e diz o seguinte: “Para mim, Belluzzo, está claro que poderíamos ter reduzido os efeitos da crise no Brasil a quase nada. O País tinha musculatura para substituir o problema externo de financiamento, pois sabíamos que iria durar pouco. Se as medidas tivessem sido tomadas, hoje a gente ia discutir se a taxa de juros seria de 6,75% ou 7%, não 12,5%. Isso mostra como são falsas todas as teorias para explicar porque temos essa taxa de juros teratológica.” E por aí vai.

Eu não estou querendo nem fazer o balanço de 2008, mas estou vir para hoje. Ministro, o balanço já fiz. Eu vou dar minha opinião, aqui. O Banco Central vai analisar em cima de critérios técnicos, mas para mim o Banco Central tem que agir rápido, na próxima reunião do Copom. Se não fizer isso, e nós temos, aqui, índices: retração econômica de 0,26 em junho pela medida do Banco Central. É a primeira, depois de dezembro de 2008. Há uma diminuição do número de carteiras assinadas. Se não fizermos isso, Ministro... Sabemos que a política monetária demora mais

em apresentar resultados. A política fiscal é ali. Estou convencido de que o arranjo é esse, é aperto fiscal e jogarmos na política monetária. Mas na minha avaliação é a de que se perdermos o *time*, se não usarmos agora esse instrumento, mais à frente, vamos ser forçados pela realidade se houver uma desaceleração econômica maior, vamos para o fiscal e vamos perder uma nova chance histórica. Não quero perder a oportunidade de, aqui, sobretudo, agora que nós temos um Banco Central de funcionários públicos, de expressar a minha opinião.

Encerro, fazendo uma última pergunta, que é aquela que inquieta a todos que estão tentando entender esta crise internacional, que é a pergunta sobre a China. Sabemos que a desaceleração vai impactar o preço das commodities, tem um efeito que, por um lado, ajuda a reduzir a inflação, mas piora o nosso balanço de pagamentos. Sei que na China, além da desaceleração da economia mundial que vai repercutir na nossa relação com aquele país, tem uma situação nova. Eles estão querendo estimular mais o consumo das famílias. Queria pedir a análise de V. Ex^a sobre essa questão da China. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias. Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador.

De fato, o tempo é crucial, em economia. E a gente não pode deixar passar o tempo. Mas aliás não só em economia, Delcídio. Tem aquela história que, às vezes, quando o cavalo passa selado, se você não montar, você perde o cavalo.

Temos que montar quando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUIDO MANTEGA – Não, não quero ser candidato. Estou bem como... Já apanho bastante como técnico, como Ministro da Fazenda, não quero apanhar como...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. GUIDO MANTEGA – Certo. Para mim, estou satisfeito no meu cargo.

De fato, os Estados Unidos deixaram passar a possibilidade de fazer políticas fiscais mais contundentes, mais corajosas, e hoje a economia está nas mãos da política monetária. A política monetária, isolada, não resolve, ela tem que ser combinada com política fiscal. Agora, eles poderão apelar para o quantitativismo em três, que é mais do mesmo. A diferença é que eles já estão com taxa de juros de 0,25. Não dá para baixar a taxa, já está com um monte de liquidez. Então, infelizmente, a meu ver, a saída é passar a fazer política fiscal de modo a recuperar o crescimento da economia. Mas vamos pagar o preço de termos uma inun-

dação de dólares no mundo e mais desvalorizações. Por isso temos que nos precaver, criar proteções de modo a impedir isso. Medidas de controle de capitais, nós continuaremos tomando se forem necessárias. O Senador gostaria que eu mencionasse aqui, mas o Senador sabe que medidas cambiais não se anunciam. Elas são feitas. Explica-se no dia seguinte. O mercado já sabe que nós não deixamos os especuladores fazerem o que bem entenderem. Nós temos medidas desde... Aumento de reservas, faz tempo. Isso já é uma medida para diminuir a oferta de dólares. Em segundo lugar, em outubro de 2009, nós começamos com IOF e tem surtido efeito. Se você olhar medidas e a curva de câmbio no Brasil, vai ver como as medidas têm feito efeito. Acredito que se não tivéssemos essas medidas tomadas, já estaríamos com câmbio a 1,30, a 1,20, há muito tempo. Já quebrava a indústria lá atrás. Porque se passarmos um ano, dois anos, com o câmbio altamente valorizado, já inunda o país de produtos estrangeiros. Então nós temos a prova de que o Brasil, tomando essas medidas, atenua o problema. Não é que resolve, não é a resolução definitiva, mas atenua o problema e faz com que diminua essa volatilidade.

Em relação à taxa de juros, não tenho dúvidas. Quando outros países estão com a taxa baixa, estabelece-se um atrativo fantástico para os japoneses, os americanos, os europeus, porque nesses países não se ganha nada. Aplicar em dólar... Hoje a taxa de dez anos do *Treasure* é em torno de 2%. O cidadão ganha 2% com *Treasure* de dez anos. Se você computar a desvalorização do dólar, não ganha nada, porque se o dólar desvalorizar 10%, perdeu oito. Realmente, é segurança que o pessoal tem.

Lá no Japão as taxas são zero. Então pegar o dinheiro lá e aplicar no Brasil é uma maravilha. Com 6% que nós cobramos, nós diminuimos esse rendimento, mas ainda tem o que fazer.

Agora, os juros não podem olhar só para essa questão da arbitragem. Os juros olham principalmente para a inflação, e nós temos que zelar para que a inflação seja prioritariamente combatida. Vocês sabem que o aumento da inflação prejudica principalmente o trabalhador.

A inflação na China hoje está 6,5%, mas a inflação para o trabalhador chinês, em cuja cesta de consumo o alimento pesa mais, é 14,5%, o que pode criar problemas políticos lá na China, porque isso começa a deteriorar o poder aquisitivo da população chinesa. Então eles estão com essa preocupação. Eu não sei qual é a solução que eles vão adotar lá, porque eles estão entre a cruz e a caldeirinha: se eles diminuirmos o nível de atividade, eles correm o risco de ter desemprego. E, aí, como alimentar essa população?

Por outro lado, eles não podem deixar essa inflação subir, então eles estão lá com problema. Os chineses são muito ciosos do nível de atividades deles. Então eles lutarão muito para não deixar cair o nível de atividade de que eles precisam. Agora, se eles resolverem baixar um pouco o nível de atividade, significa que nós teremos problemas, o mundo terá problemas, porque hoje a economia chinesa é a locomotiva do crescimento mundial; inclusive para nós, brasileiros, ela é importante, porque, apesar dela exportar muito para o Brasil, nós exportamos muito para ela também e temos saldo comercial com ela. Se a China balançar, vai balançar muito gente. Esperamos que não balance, porque eles estão mantendo uma trajetória há mais de vinte anos, quase trinta anos. Se ela balançar, o preço das *commodities* pode cair, porque ela é uma grande consumidora de *commodities*, que ela não possui. Vamos torcer para que eles acomodem os seus problemas sem baixar o nível de atividade para nos prejudicar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Ministro Mantega. Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Mantega, eu queria ser bem objetivo e vou direto ao ponto. Uma coisa que me preocupou muito na economia nesses últimos dois anos foi o anúncio, pelo Banco Central, da queda do IBC-Br, 0,26% em junho, ou seja, uma sinalização clara de que a economia está dando sinais de retração. Isso aponta, evidentemente, para a queda na arrecadação e inquieta os mercados, que confiam no equilíbrio fiscal, tendo em vista que o Brasil vem batendo recordes sucessivos de arrecadação, e fazendo, com isso, face às despesas que, na minha opinião, não são contidas. Como existe sempre aumento de arrecadação pelo crescimento da economia, o equilíbrio fiscal se consegue manter mesmo com a despesa elevada.

Esse IBC-Br de junho, menos 0,26%, na minha opinião, iria inquietar o mercado.

Eu vi hoje anúncio claro de que isso já se substanciou pelo fato de o Banco Central precisar rolar 84 bilhões, mais ou menos, de dívida interna vencida. Precisava, evidentemente, emitirem-se papéis novos, tendo em vista que não dispõe de poupança suficiente para resgatar, com recurso do Tesouro, esses títulos que venceram. Precisou emitir, e vai precisar emitir, papéis novos para cobrir a rolagem da dívida que venceu e o Tesouro já resgatou.

Está ocorrendo um fato, esse sim preocupante. Acho que, depois de muito tempo, o mercado se retrai

e não compra os papéis do Governo, exigindo juros mais altos. Exigindo juros mais altos.

A minha pergunta a V. Ex^a é: o que fazer? É fato que o IBC-Br de menos 0,26 teria, na verdade, sinalizado para o mercado essa inquietação, que teria provocado a retração, na não compra ou no regateio de títulos a uma taxa de juros mais alta, tendo em vista o perigo que o mercado estaria enxergando na perda de arrecadação pela diminuição do tamanho da economia? O mercado teria percebido isso, que esse fato estaria em curso, e isso seria um fato extremamente preocupante dentro de uma sequência histórica, porque, ao longo do tempo, o Governo tem conseguido manter as suas despesas altas com uma arrecadação também alta, em função do crescimento permanente da economia. Esse IBC-Br de menos 0,26 estaria apontando para uma retração da economia, evidentemente, em função de fatores externos que vão nos atingir.

Aí a minha pergunta a V. Ex^a: esse fato é real? Gostaria de ter uma explicação sobre esse assunto. Esse fato é real? E o que o Governo estaria fazendo? O que o Governo poderia fazer para dispor de caixa para diminuir o gasto público? Eu não vi, até hoje, nenhuma atitude clara do Governo no rumo da diminuição real do gasto público. Aumentar receita, você pode se a economia crescer. Aumentar carga de impostos, aí o Brasil torna-se definitivamente não competitivo. Não tem mais como mais crescer a carga de impostos, só com o crescimento da economia. Qual é a estratégia do Governo para enfrentar esse problema se ele realmente existe? Se a economia se retrair, se, portanto, a arrecadação do País diminuir, se faltar dinheiro para rolagem da dívida, o que o Governo pensa fazer? Estaria em curso algum programa de diminuição de custeio da máquina pública, de racionalização do gasto público? Esse é um dado que eu acho importante esclarecer, tendo em vista o fato concreto: a diminuição de 0,26 no IBC-Br de junho. É a pergunta que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador.

Esse índice do Banco Central é uma previsão, uma projeção, mas, de fato, a economia vem se desacelerando, mesmo porque o próprio Governo promoveu isso. No ano passado, a economia estava muito acelerada, terminou com um PIB de 7,5%, quase pleno emprego da economia e também com uma inflação se elevando. Então, o Governo tomou várias medidas, principalmente monetárias, para que houvesse uma desaceleração. Desacelerar sem derrubar a economia.

Esse índice a que o senhor está se referindo é do último mês do segundo trimestre, quando deve-

mos ter um crescimento inferior ao primeiro trimestre de algo como 0,8; é o que nós estamos prevendo. Foi 1,3 no primeiro trimestre; 0,8 no segundo trimestre. Então, essa era uma trajetória já esperada. Não exatamente, porque a gente nunca acerta com precisão, mas essa desaceleração era esperada. E no terceiro trimestre, também teremos uma economia menos acelerada e, no quarto trimestre, teremos uma aceleração da economia. Então estamos numa trajetória de uns 4,5% contra 7,5% do ano passado, que implicou uma desaceleração.

Essa desaceleração da economia não terá impacto na arrecadação, impulsionada pelo que aconteceu em 2010 – em geral, imposto de renda, lucros e tudo o mais acabam se transmitindo para o ano seguinte. Ela tem que ver também com o fato de que aquele Refis feito em 2009 ter começado a funcionar agora, pois precisávamos montar um sistema, e agora eles começaram agora a fazer os pagamentos do Refis; então, é uma dívida tributária do passado. E temos segurança de que não haverá problemas com as contas públicas, e a receita e a despesa estarão equilibradas nesse período.

Não vejo problema com a rolagem da dívida pública. O que acontece é que, muitas vezes, o Tesouro Nacional não aceita as taxas que o mercado quer impor. Ele faz um leilão, e aí o mercado diz: “Não, eu quero uma taxa maior”. O Tesouro tem caixa, não precisa, e aí ele não rola simplesmente. Todo mês há rolagem da dívida pública. É normal. A cada ano, mais ou menos rolam 30% da dívida pública. E há sempre, digamos, este braço de ferro: o mercado quer sempre mais, e a gente quer menos. Então, não é motivo de preocupação que estes dias o Tesouro não tenha aceitado. Se quisesse, ele rolava, mas pagaria uma taxa maior. Então, não há problema de rolagem. Mostrei aqui que o nível de risco da economia brasileira é muito baixo; da dívida pública, particularmente, é tão baixo quanto hoje os europeus; e, no curto prazo, se aproxima... O CDS, o crédito de risco de crédito, é muito baixo no Brasil hoje. Isso mostra que há segurança na dívida pública brasileira, e não há problema de não rolagem. Não devemos nos preocupar com isso.

As despesas de custeio estão crescendo menos do que cresceram no ano passado. Fizemos um corte de R\$50 bilhões no início deste ano, e não repusemos, esse recurso não está à disposição dos Ministérios, independentemente da boa arrecadação que temos tido. A arrecadação se dá não por causa de aumento de tributos, mas se dá pelo nível de atividade e se dá pela formalização da economia. Com isso, temos espaço para desonerações que são necessárias para dar competitividade à indústria brasileira, e, a cada ano,

fazemos novas desonerações. Nós acabamos agora de anunciar o Brasil Maior, que contém algumas desonerações. A ampliação do Simples também é uma desoneração, só do Governo Federal, de R\$4,5 bilhões, para as pequenas empresas que estão no Simples Nacional. Não é pouca coisa. E nós faremos essa desoneração e, mesmo assim, apresentaremos o resultado fiscal com o qual nos comprometemos com esta Casa, com o Congresso, de manter nossas contas sólidas. Eu diria que temos uma situação fiscal melhor do que a da maioria dos países. É claro que devemos sempre nos preocupar com a racionalização dos gastos de custeio. Isso é uma preocupação permanente, e até foi criado um grupo que tem gente do setor privado, grandes administradores, que estão nos ajudando a fazer essa racionalização, que deve ser uma preocupação de todos os governos. Então, a racionalização sempre será feita, como também controlar as despesas para que elas aumentem menos do que o Produto Interno Bruto, porque é inevitável que se aumentem despesas, mas que elas aumentem menos do que o Produto Interno Bruto, e muito menos do que a arrecadação. Para o senhor ter uma ideia, o último número de que me lembro de cabeça é que a receita está crescendo este ano algo em torno de 17,5% em relação ao ano anterior, e a despesa crescendo menos de 12% – acho que é 9%... Está ali: este é o último número. Temos ali, na segunda coluna, a receita crescendo 19,3%, e a despesa, 10,8%, em valor nominal; em valor real, é menos do que isso. Portanto, a receita está crescendo muito mais do que a despesa. Se não tivéssemos toda essa conta de juros, nós teríamos uma situação realmente muito favorável do ponto de vista fiscal. Esse é um grande gasto que temos que reduzir, mas, é claro, da maneira responsável e adequada.

Então, o senhor veja ali despesas de pessoal, despesa de custeio e capital crescendo menos do que o próprio PIB e muito menos do que a arrecadação. Nós podemos dizer que a situação está sob controle.

O que acontece se o PIB cair? Eu não acredito que vá além de 4%, nós deveremos estar em 4%, o que não é um mau PIB para um ano de transição e para a história do Brasil. Então, conseguimos ficar em torno de 4%, o que é suficiente para continuar gerando arrecadação, bancar os custos e fazer o superávit primário que é necessário para o País. A rolagem da dívida não tem problema nenhum.

Recentemente, nós colocamos títulos no mercado internacional, em reais, com a taxa de 4,2% sobre o dólar, que é a taxa mais baixa que o Brasil conseguiu. Eram títulos de 10 anos, em reais. O cidadão está aplicando em reais, vai receber em reais, com uma taxa de juros de 4,2%. Mostra a confiança que há no

Brasil e, portanto, na dívida brasileira. Hoje, nós estamos numa situação das mais seguras em relação a dívida brasileira.

Recentemente, nós tivemos um *upgrade*, subimos um *rating*, duas empresas de *rating*, a Fitch e a Standard & Poor's; a Moody's que não nos deu um *upgrade*, sob dívida, dizendo que a nossa dívida é mais segura do que era no passado. Então, o senhor pode ficar tranquilo que não haverá problema de rolagem da dívida brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Agripino, O.k.?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu passo a palavra ao Senador Blairo Maggi. Eu só gostaria de registrar que ainda temos inscritos o Senador Cyro Miranda, Senador Demóstenes Torres, Senador Aécio, Senador Waldemir Moka e Senador Eduardo Braga.

Nós estamos procurando seguir o regimento para, exatamente, dar espaço para cada Senador questionar e o Ministro responder, os dois interagirem. Mas nós temos um compromisso importante aqui às 14 horas com o Ministro Lobão, dentro daquela agenda dos *royalties* do pré-sal. Portanto, eu gostaria de pedir que seguissemos à risca o regimento sob o ponto de vista do tempo, porque isso é muito importante. Serão 5 minutos para cada Senador.

Meu caro Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento ao nosso Presidente, Senador Delcídio, Ministro Guido Mantega seja bem-vindo.

Sempre que vou falar começa a limitação de tempo, né?, Sr. Presidente. Mas vamos em frente.

Mas, Ministro, eu gostaria, primeiro, de me desculpar por não estar aqui desde o início para ouvi-lo, porque acho que a grande maioria dos Senadores deve ter feito a constatação hoje, a Casa está lotada, várias Comissões funcionando, nós estávamos até agora na arguição do pessoal do Dnit. Portanto, não tínhamos como estar aqui antes. Não sei se o senhor falou sobre esse assunto, mas vou ser bem específico em uma pergunta e dois comentários.

Com respeito da Medida Provisória 539, sobre a questão do aumento do IOF de 1 até 20%, conforme foi anunciado, sobre as operações de *head* – aí que mora a preocupação do setor exportador brasileiro – porque uma coisa é conter a questão das operações especulativas – estamos todos de acordo, porque senão a gente não consegue segurar um valor razoável do dólar, ou pelo menos deixá-lo cair tanto. Mas nas operações de exportação, sempre que se começa a

programar, principalmente no setor do agronegócio funciona assim, e acho que na indústria não é diferente, nós começamos a tomar dinheiro no exterior um ano antes daquela safra que você vai plantar. E você tem operações de *head*, de troca de moeda, desde o frente, passando pelos fertilizantes, pela mão de obra, pela energia e tudo mais. Então, a preocupação, hoje, que o setor traz é a seguinte: qual é a taxa que ele deve considerar e se a taxa considerada é a indicada neste momento ou a Fazenda pode, ao longo do ano, conforme a sua necessidade fazer uma mudança desse um para dois, três ou coisa parecida?

Esse é um assunto que preocupa muito porque as margens que esse setor trabalha são muito pequenas, o senhor conhece. Portanto, se ali na frente a Fazenda entender que tem que fazer uma mudança brusca, teremos problemas seriíssimos na cadeia como um todo que vai desde a produção ao processamento, ao transporte ou coisa parecida. Então eu gostaria de um posicionamento do senhor nesse sentido. Como é que isso funciona e como podemos ficar tranquilos dentro dessa Medida Provisória nº 539.

Duas constatações rápidas. A primeira diz respeito ao que foi apresentado agora. O senhor nós diz que não teremos problema de desequilíbrio fiscal. Nós temos muitos órgãos de Governo reclamando muito no sentido que estão sem recursos para o dia a dia dos ministérios, dos órgãos auxiliares, das empresas...

Pergunto: Nós estamos com problema de fluxo de caixa ou isso faz parte da estratégia do corte de 50 bilhões que foram feitos. Existe um problema nessa área. O terceiro comentário é sobre a questão da indústria brasileira, com relação ao que vem sendo importado da China. Nós temos, como consumidor, nos utilizado das facilidades e preços baratos que o chinês nos apresenta. Mas, quando nós olhamos a médio prazo e um pouco mais a longo prazo, nós preocupa muito o que pode acontecer com o nosso País. Por exemplo. Este ano, nós importamos equipamentos da China, equipamentos como pá carregadeiras, patrol. Eles foram utilizados em fazendas e muitos têm sido comprados para utilização em obras rodoviárias, a um terço do preço da máquina brasileira. Uma pá carregadeira, por exemplo, o senhor compra, põe no navio, paga o seguro, paga o imposto, leva para o Estado do Mato Grosso, a um terço do preço da máquina equivalente da mesma tonelagem, do mesmo HP, aqui no Brasil. Como consumidor, está tudo bem. Mas como vai ser a nossa indústria dentro em pouco. Se ela não conseguir ser competitiva internamente, não consegue ser para fora. Se, em determinado momento, essas empresas resolvem, por exemplo, parar de produzir, de evoluir tecnicamente. Elas estão dando um passo que acho

extremamente perigoso para a economia brasileira e para a indústria... As grandes marcas nacionais que produzem aqui já estão abrindo filiais de máquinas similares importadas e dando a própria revenda para quem já detém a revenda da marca brasileira, ou da produção brasileira. Estão abrindo negócios paralelos e importando essas máquinas da China para cá. Quero deixar essa reflexão. Se o senhor puder fazer alguma comentário sobre esse assunto. Sei que não é uma decisão fácil de ser tomada, sei que o País precisa dos recursos para tocar a sua vida com os impostos, mas se olharmos um pouco para frente, preocupa-me o que pode acontecer com a indústria nacional. A desindustrialização que as pessoas tanto falam, nós estamos constatando no dia a dia, vide preços mais baratos para o consumidor, porém com sérios problemas para o futuro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado. Senador, em relação à Medida Provisória 539, nós estabelecemos a possibilidade de caminhar de 1% até 25%, casos haja abusos por parte dos aplicadores em derivativos. É claro que nós não queremos penalizar o setor produtor que faz *head*, *head* legítimo. O problema é que essa medida teve que ser horizontal. Nós pegamos tudo, para depois conversar e ver, caso a caso, como é que podemos... O que nós vínhamos fazendo? Tomávamos a medida num setor, aí o pessoal corria para o outro; aí tomava no outro, fechava uma porta, eles abriam outra. Então pegamos para todo mundo. Agora vamos flexibilizar.

No caso do exportador legítimo, nós estamos pensando como fazer para que ele não pague esse 1%; por exemplo, fazê-lo descontar do imposto de renda. Estamos estudando uma modalidade, porque o setor produtor se diferencia do setor financeiro, especulativo e tudo o mais. O setor não especula, portanto, tem como fazer. Então já está sendo estudado como minimizar.

É claro que esse setor se beneficia também quando essas medidas repercutem no câmbio. Se elas conseguem valorizar o dólar ou desvalorizar o real, o 1% já está compensado, está certo? Se houver, e já aconteceu, porque quando tomamos a medida o câmbio estava a R\$1,53 e caindo. A minha preocupação era que, naquela semana, pelo impulso da coisa, fosse abaixo de R\$1,50. Aí prejudica o exportador. Então, com essas medidas todas, ele voltou para um patamar mais alto, aí veio o agravamento da crise e hoje está a R\$1,60. Então eu diria que o exportador já está no lucro, mesmo pagando esse 1%. Mas nós não queremos que ele pague nem esse 1% e vamos corrigir.

Não posso lhe garantir para quanto vamos evoluir com essa taxa. Agora, posso lhe garantir que, caso venhamos a aumentá-la, o setor exportador será compensando, não terá o ônus disso. Ficaré só em cima ou do não residente ou não residente que fez... Porque temos como saber qual o setor que ficou com posição vendida em dólar. Nós temos lá. “Ah, é o não residente”, bom, podemos ajustar a alíquota para o não residente e assim por diante. Então estamos atentos para não prejudicar o setor exportador que é tão importante para o País numa hora como esta.

Em relação à desindustrialização, pena que o senhor não viu a nossa apresentação, falava muito desse tema e constatava que a concorrência tornou-se predatória, porque, quando o senhor me diz que consegue importar um implemento agrícola que custa um terço do nacional, alguma coisa está errada. Ou o produto nacional está exageradamente alto, ou a nossa produtividade é pífia, ou o pessoal lá fora está fazendo manipulação de câmbio, de subsídio e outras marmeladas, não deve estar pagando imposto etc. Então nós temos que combater isso. É claro que o primeiro impulso do consumidor é: “Eu posso comprar mais barato, por que eu vou...?” Só que, ao fazer isso, ele não sabe que poderá estar comprometendo o emprego dele amanhã, porque, amanhã, os empregos estarão indo para outro lugar. É claro que isso não justifica a indústria de não lutar por mais produtividade.

Então nós temos que enfrentar esse problema de várias formas. Temos que criar condições para que a indústria aumente a sua produtividade de competitividade. Reduzir custo para a indústria é fundamental, custo tributário, custo financeiro, custo de infraestrutura. O Governo tem um programa neste sentido, de reduzir. O senhor vê que o Brasil Maior reduz tributos. A redução da folha: tem uma redução ali de tributos da folha, que tem que ser generalizada para mais setores. Tem IPI, outros tributos que estamos reduzindo.

Então continuar reduzindo tributos, criar um programa de estímulo à inovação tecnológica, porque acho que a indústria nacional tem que estar se superando, e premiar o conteúdo nacional. Isto é muito importante: premiar o conteúdo nacional, desde que ele seja competitivo. Então temos vários programas para premiar o conteúdo. Temos que eliminar distorções de produtos que vêm de contrabando, subfaturados, porque parte desses produtos... Às vezes temos relato de alguém que diz: “Olha, veio uma máquina da Ásia e a máquina custa menos do que o aço que eu utilizo para fazer essa máquina; quer dizer, não paga nem o aço que eu utilizo”. A máquina inteira, completa, custou menos que as despesas. Há alguma coisa errada, porque o nosso diferencial de aço não é tão grande; é de 30%,

40%. Então, nós não podemos permitir que essa concorrência predatória atrapalhe a nossa indústria. E temos sempre que estimular a indústria também, porque indústria não pode ficar parada, ela tem sempre novos desafios para enfrentar. E o Governo tem que dar condições para inovações tecnológicas, financiamento mais barato, capital de giro mais barato. Mesmo a inovação tem que ser barateada, e eu acho que o Brasil tem uma indústria bastante avançada, uma indústria moderna, mas que tem que se modernizar mais, porque a corrida hoje é uma corrida infernal, é uma corrida de obstáculos. Ninguém pode ficar parado. Mas eu acho que a indústria brasileira, em parceria com o Governo, tem condições de vencer essa parada e se manter firme para o futuro.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O.K., Senador Blairo? *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, mais uma vez, obrigado pela sua presença e pela sua exposição bem objetiva.

É bom que fale por último porque as minhas 36 perguntas se reduziram a uma ou duas. Então, vou gastar menos saliva porque o senhor já respondeu a quase todas.

O senhor tem uma preocupação procedente, inclusive com o PL 72, que fala em igualar as taxas. Esta Casa começou a discutir, não se sabe se é zero, um, dois, três ou quatro, mas vamos ouvir os governadores, mas tem que haver celeridade. Em contrapartida, eu pedi uma celeridade ao senhor em relação ao nosso câmbio.

Ontem, em reunião da Comissão de Relações Exteriores, a Prof. Vera Thorstensen, da Fundação Getúlio Vargas, nos alertou para esse nosso problema do câmbio. Em face da desvalorização cambial praticada pelos Estados Unidos e a China, nós não estamos tendo mais aquele instrumento eficaz na proteção do produto nacional, com a anulação dos seus efeitos, ao mesmo tempo em que equivale favorecimento ilegal dos produtos estrangeiros. Então, eu acho que isso vai também contribuir muito com a proteção desse lado. O senhor também já conversou, já falou alguma coisa, mas acho que tem que haver celeridade também por parte do Governo.

Em relação ao déficit nominal também, que o senhor disse que chega a quase 6% do PIB, realmente, como disse o Senador Armando Monteiro, se nós reduzirmos um pouco,...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perdão, serviço da dívida ativa. Nós vamos ter opor-

tunidade de investir na infraestrutura, que é o ponto a que eu chego aqui. O País foi muito criativo na crise de 2008/2009, em alguns casos, como reduziu os encargos na linha branca em veículos. Acho que a gente tem que sair na frente, não esperar que essa crise venha porque os senhores arrecadaram, nós arrecadamos mais, e a indústria veio com aquecimento maior.

Os países do Brics: no Brasil está se prevendo uma taxa de crescimento de 4% e já existe analista dizendo que nós não vamos passar dos 3,5%; Rússia, 4,3%; Índia, 7,9%; China, 9%.

É procedente quando se fala que a China reduzindo vai ser uma marolinha, porque nós temos, de um lado, a potência dos Estados Unidos e, do outro, a China com problemas. Isso vai nos afetar; nós não somos uma ilha.

Agora, ao mesmo tempo, o dinheiro também circula e vai procurar novos caminhos. Mas vamos nos deparar, entre esses países, na pior situação, porque a nossa infraestrutura deixa a desejar, Ministro. A rodoviária, a portuária, a ferroviária, a aeroviária, a complexidade da nossa burocracia para atrair investimentos, a parte energética do nosso País está às vezes no limite... Cito aqui um caso e aproveito para fazer um apelo. O meu Estado tem a Celg, que está capengando. Nós não conseguimos mais trazer investimentos. Precisa muito da ajuda do senhor para interferir nos ministérios competentes e junto à Presidência da República, porque isso está causando um colapso no Estado de Goiás e vai ter efeitos maiores. Agora, a carga tributária nossa, Ministro, quando o senhor fala que a receita aumentou em 17 e as despesas em 12, porque nós tivemos um volume muito grande e aumentou o PIB. Agora, se houver um fluxo contra, isso pode inverter. Eu não vejo... E pergunto ao senhor, porque esta sempre foi a preocupação nossa, sobre o inchaço da máquina pública, o que é possível e se deve fazer no médio prazo, para que a gente aproveite e invista nas outras áreas, e sobre o custo Brasil, que está excessivamente extrapolando.

Eu acho que nós tomamos medidas, o País avançou muito, tenho certeza, mas temos muito ainda o que avançar. Se essas preocupações não forem levadas a efeito de maneira bem rápida, podemos perder muitos atrativos. Temos de fazer da crise também uma oportunidade. E, com alguns entraves aqui, não estamos aqui conseguindo isso.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador.

Em relação ao câmbio, com certeza é uma variável chave, porque ela determina a competitividades

dos países. Se há uma defasagem cambial de 30%, 40%, significa que um produto que vem de fora custa 30%, 40%, 50% mais barato, artificialmente, por causa só do câmbio. Então, é uma questão central, que nos traz muitas preocupações, e eu tenho atuado nas instituições internacionais, no Fundo Monetário, no G20, discutindo essa questão com meus colegas, para ver se podemos reduzir essa guerra cambial que está estabelecida.

A professora que é minha colega lá da Fundação Getúlio Vargas, que conheço há tempos, tem razão: eu já levei essa questão para a OMC, só que ela não está equipada para administrar o chamado subsídio cambial, porque esse câmbio manuseado é um subsídio disfarçado. Se a moeda deveria estar em 100% e está em 50%, você... Eu tenho conversado com o Pascal Lamy, que é o presidente da OMC, e ele, em geral, comparece às reuniões do Fundo Monetário e me dá razão. Só que não existe, na OMC, um mecanismo que qualifique esse subsídio; existe para outros subsídios; para esse subsídio específico, não existe. Existe lá um dispositivo antigo que diz o seguinte: “Se houver conflitos de câmbio, deve-se remeter essa questão ao Fundo Monetário, para ele fazer uma análise da situação”

Então, não há um mecanismo, mas estamos avançando na OMC de modo que ele seja colocado na pauta, porque é um conflito muito grande. Sabemos que os Estados Unidos têm um conflito com a China. Eles brigam por causa disso, porque os americanos acusam os chineses de estarem manipulando o câmbio. E aí eles também manipulam, e todos saem prejudicados. E nós acusamos os americanos e os chineses. Então, é uma questão que deve chegar à OMC, mas ela tem de ter os instrumentos e admitir que manipulação de câmbio é também uma forma de subsídio. Agora, para isso, a OMC tem de ter um instrumento de aferição, e não é muito fácil aferir. É fácil ver a flutuação. Por exemplo, eu sei que, no último ano, o dólar desvalorizou 50%; o iuan, da China, também valorizou 30% a 40%; o real se valorizou não sei quanto”. E aí se começa a discutir: “qual é o ponto de partida? Qual é a base que adotamos?”

Não é uma questão fácil. O Fundo Monetário tem lá um instrumental, mas ele está meio parado, e nós já sugerimos que se levasse à OMC a questão cambial. Então, a direção está correta. E o impacto, não tenha a menor dúvida. E temos procurado discutir, nos fóruns internacionais, essa questão do câmbio. Em todas as reuniões, discutimos câmbio nas regiões do G20, que têm sido frequentes.

Quanto à questão de diminuir o serviço da dívida para investir em infraestrutura, não tenha a menor dúvida, porque, de fato, temos de continuar investindo

muito em infraestrutura. A infraestrutura no Brasil ficou atrasada. Foram muitos anos, décadas sem investir, e, com o País crescendo, precisamos de mais infraestrutura, e está havendo um esforço grande. Os investimentos em infraestrutura estão crescendo mais ou menos 10% ao ano, cada ano em relação ao outro, mas precisaríamos fazer mais. E se a gente conseguisse aliviar uma parte dos serviços da dívida, isso poderia ser canalizado para investimentos em infraestrutura; sempre ressalvado que reduzir dívida não pode ser só para... tem que ser para combater só quando a inflação permitir que isso seja feito. A prioridade é inflação e, depois, quando o Banco Central considerar adequado, mexer nisso.

O senhor fala que temos que reduzir o custo Brasil. Concorro plenamente, temos procurado desonerações várias. A cada ano fazemos novas desonerações e temos também que desonerar o custo da energia elétrica e se houver de fato uma redução do nosso crescimento, abaixo daquilo que nós planejamos, porque os orçamentos, as receitas, as despesas estão todas planejadas com um crescimento do PIB em torno de 4,5%. Então, se der isso aí, estamos lastreados. Se por acaso houvesse uma queda maior, aí talvez tivéssemos problema de arrecadação. Mas nós não estamos trabalhando com essa hipótese. Porque se houver uma deterioração da situação internacional, uma piora, nós tomaremos medidas para impedir que o nosso PIB caia e que a gente continue gerando arrecadação. É claro que se nós usarmos instrumentos fiscais vai diminuir um pouco a nossa arrecadação. Mas, dessa vez, julgamos que é mais importante usarmos instrumentos monetários, caso isso venha a acontecer: uma queda do PIB abaixo daquilo que estamos trabalhando e, portanto, temos muitas armas monetárias, um compulsório elevado, taxa de juros elevada, que pode ser usado para compensar uma eventual queda e recuperar rapidamente a economia. De qualquer maneira, não deixaremos a economia cair. Tomaremos as medidas que forem necessárias para que o PIB brasileiro continue crescendo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, a dívida bruta do governo geral, que é a dívida interna mais a dívida externa, representa hoje algo em torno de 54% do PIB projetado para 2011, enquanto que a dívida líquida do setor público como um todo está orçado em 40% disso. Esse último termômetro, a dívida líquida, tem perdido credibilidade porque ocorrem

muitas deduções da dívida bruta de ativos financeiros que não gozam de liquidez necessária. E para piorar, a partir de 2009, as capitalizações do BNDES e residualmente da Caixa Econômica Federal, disfarçados obviamente em empréstimos, engrossaram esse rol de valores deduzidos ao arrepio dos princípios da boa contabilidade econômica que deveriam presidir, ao fim, a apuração da dívida líquida do setor público.

Então, digamos que são 290 bilhões de reais, o equivalente a 7% do PIB projeto para este ano, de 4 trilhões, que não reúnem as características necessárias para ser deduzido da dívida bruta e acabam se assemelhando, naturalmente, ao que se denomina capital de segunda linha. Tratam-se de instrumento, portanto, híbridos de capital e dívida. Aliás, 19 bilhões desses 290 ganham mesmo essa classificação, embora também sejam igualmente deduzidos da dívida bruta.

Em resumo, nós podemos dizer o seguinte: eliminando-se essa dedução, a dívida líquida já chegaria à casa dos 47% do PIB. Sendo que as demais deduções também são controversas, não parece a V. Ex^a que seria mais adequado que a Secretaria do Tesouro Nacional adotasse como padrão de medida do endividamento público o conceito de dívida bruta do governo geral, até porque se assemelha, também, aos padrões internacionais? Ou V. Ex^a concorda com essas deduções. Se concorda, por que concorda?

Perguntaria a V. Ex^a qual a estimativa que tem para o aumento da taxa de desemprego no ano vindouro. Se o Governo trabalha com aumento da taxa de desemprego, uma vez como V. Ex^a mesmo disse, haverá desaceleração da atividade econômica.

A LDO, Ministro, previa que os gastos correntes, as despesas, não poderiam ser maiores que a arrecadação. E V. Ex^a repetiu isso aqui. Olha, não tem cabimento a despesa ser maior do que a receita. No entanto, a Presidente Dilma vetou esse artigo da LDO. V. Ex^a poderia nos dizer o porquê?

Ministro, queria me reportar a um assunto que foi tangenciado pelo Senador Cyro Miranda. No mês de maio, se não me engano, liguei para V. Ex^a e confesso que fiquei encantado com a presteza de V. Ex^a em atender e dar o retorno. Eu pedi uma audiência para que nós tratássemos do assunto Celg que foi levantado aqui pelo Senador Cyro. E V. Ex^a marcou, imediatamente, a audiência para a semana seguinte. E o assessor de V. Ex^a. foi muito educado, disseram-me que era do Corpo Diplomático. No entanto, um dia antes da reunião ele me ligou dizendo que a reunião não poderia ser realizada porque a Presidenta – usou a palavra Presidenta, se não me engano – convocou o Ministro para ir a São Paulo. Infelizmente, essa audiência nunca aconteceu. Nunca mais recebi qualquer

notícia de que poderíamos tê-la. Fiquei sabendo, sim, que o Governador do Estado esteve lá, e nós somos aliados, o Presidente da Celg, o Secretário do Tesouro Nacional, e lá fizeram uma proposta para que o Bnds entrasse na operação que assumisse 51% do capital da Celg. Lembrando que no mês de dezembro o Governo queria passar, fazer o mesmo empréstimo à Celg sem nenhuma condição. O Governador eleito, Marconi Perillo, tendo notícias de que o então governador iria pagar empreiteiras com o que recebesse e não ia aplicar na Celg, mandou uma carta ao Governo Federal dizendo que topava o acordo, mas que o acordo fosse feito no mês de Janeiro. Não adiantou nada, porque o Governador usou o dinheiro para pagar os empreiteiros e atrasou o salário do funcionalismo público em geral.

Depois, nós tivemos notícias de que o ex-Presidente Lula, numa reunião de Ministros teria pedido especificamente ao Ministro da área que ele fizesse tudo, menos ajudar, falou um palavrão, ao Governador eleito Marconi Perillo.

O fato é que a empresa passou a ter excelentes resultados. Mesmo com a ausência de reajustes da energia elétrica por 4 anos, a empresa conseguiu pagar, este ano, 65% do ICMS ao Governo, algo que não fazia há dois anos.

A empresa, para se viabilizar, no ano passado tomou empréstimo do sistema financeiro em torno de R\$200milhões. Este ano, algo em torno de R\$30milhões de reais.

Perguntaria a V. Ex^a se há alguma coisa do Governo, especificamente contra empresa. Por que o Governo quer tirar a maior empresa do Centro-Oeste das mãos do Governo de Goiás?

Segundo, perguntaria a V. Ex^a se só recebe gente da situação. Se V. Ex^a em vez de ser o Ministro de Estado que identifica essa plaqueta, é Ministro do Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado.

Senador, em relação à questão da dívida bruta líquida existe uma contabilidade que define claramente o que é dívida líquida e dívida bruta. E nós seguimos à risca essa contabilidade. Ela foi feita com o Governo brasileiro e o Fundo Monetário. Já há algum tempo ela vigora no País. Nós usamos os dois conceitos. Então, o senhor pode encontrar dívida bruta e dívida líquida e escolher a que achar mais conveniente. Eu acho melhor dívida líquida, porque os componentes de ambas estão perfeitamente identificados. Não tem sentido usar a dívida bruta porque é a mesma coisa que um país ter uma dívida bruta x e outra y, um ter reserva e outro não ter reserva e eles terem a mesma

dívida, o que é uma incoerência. Portanto eu prefiro usar os dois conceitos.

É bom notar, já que o senhor falou em dívida, que, quer seja bruta, quer seja líquida brasileira, é uma dívida que não cresce, é uma dívida que não diminui enquanto que a maioria dos países tem aumento de dívida bruta e líquida. Portanto, eu diria que isso, para mim, é bastante satisfatório.

Em geral, a dívida bruta cresceu porque os empréstimos que nós fizemos ao BNDES são contabilizados como dívida bruta. Eu acho que eles foram feitos por causa da crise, são legítimos, dentro da contabilidade nacional, e nos ajudaram a sair da crise. Logo, foram extremamente valiosos para o País e são dívida bruta.

Recurso que será devolvido. É bom lembrar que o BNDES é uma das instituições financeiras mais sólidas que temos no Brasil, basta ver a sua taxa de inadimplência. A taxa de inadimplência do BNDES é menor do que a taxa de inadimplência dos bancos privados, dos grandes bancos privados. Ou seja, há muito rigor no BNDES quando se faz um empréstimo, quando se dá um crédito. Tem que analisar o projeto, olhar o passado da empresa e tudo o mais. Basta ver o resultado: o BNDES, apesar de emprestar com taxas mais baixas, tem tido lucros cada vez maiores.

O ano passado, se não me engano, o BNDES teve R\$12 bilhões de lucro. Tem também aplicações, mas, no conjunto, é lucrativo. Lembro-me que, em 2002, o BNDES estava dando lucro de R\$1,2 bilhão e só deu lucro porque uma empresa de energia elétrica estava pendurada e recebeu uma injeção de recursos lá, senão, ele teria um resultado negativo. Então, o BNDES está absolutamente sólido e atuou fortemente na crise. Agora, o crédito que damos ao BNDES entra na dívida bruta. Está correto. É a contabilidade. E assim está. Eu acho que devemos lidar com esses dois conceitos. Esse recurso que foi dado ao BNDES será devolvido à União e nada me leva a crer que ele não será devolvido, que terá algum problema.

Em relação ao nível de crescimento, o Senador está preocupado com o desemprego, eu acho que essa deve ser a última preocupação hoje no Brasil. O Brasil é hoje um dos países que mais está gerando emprego no mundo, posso dizer, claro que em termos proporcionais. A China cria dez milhões de postos por ano, mas a população é muito maior. Proporcionalmente, o Brasil é um dos países que mais gera emprego. O ano passado gerou 2,5 milhões, não sei quantos. Este ano vai gerar menos, mesmo porque não temos a capacidade de atender a esses empregos gerados. Então é natural que, com essa desaceleração da economia que promovemos, o número de empregos seja menor. Ali está o gráfico dos empregos que são gerados no País.

Portanto, quero dizer o seguinte: nós deveremos estar gerando empregos novos mais do que suficientes para absorvermos os jovens que entram no mercado de trabalho, porém menos do que no ano passado e talvez no ano retrasado, porque foi um número muito grande, a ponto de o nosso nível de desemprego hoje ser um dos mais baixos dos últimos tempos. Estamos abaixo de 6%. Acho que pontualmente nós estamos com cinco ponto qualquer coisa e anualmente, porque é uma curva que se move ao longo do mês, a curva deste ano será menor do que a curva de desemprego do ano passado. Portanto, estamos indo bem, não vejo preocupações. É claro que, se mantivermos o crescimento de 4,5 este ano, 5% no próximo ano, nós geraremos todos os empregos necessários para o País. Se houver algum agravamento da crise internacional, aí nós vamos atrás dos problemas e vamos resolvê-los.

Não me lembro exatamente do detalhe na LDO, como estava colocado, porque sempre são muitas emenda feitas e algumas são vetadas. Confesso que não me lembro exatamente disso. Mas o Governo adotou publicamente o princípio de fazer com que a despesa cresça menos do que a receita, naturalmente, porque não se faria primário, e até menos do que o PIB. E nós estamos cumprindo esse preceito. Se está na LDO ou não, não sei, mas isso é um compromisso público que nós estamos assumindo e pretendemos cumprir porque é isso que vai dar solidez. Aliás, o senhor não estava aqui, mas, no início, eu comecei falando que nós temos que consolidar o fiscal, sempre controlar o aumento de despesas, principalmente de custeio de modo a viabilizar mais investimentos, desonerações e queda da taxa de juros. Eu acho que estamos sintonizados nessa direção.

Quanto à questão da Celg, não sei se é o caso de colocar aqui uma questão específica de um Estado. A Celg é uma empresa que tinha uma situação muito crítica; o senhor conhece bem.

No ano passado, foi feito um plano de saneamento da Celg e foi contestado pelo Governador Marconi Perillo. Ele não queria que se pusesse o plano daquela maneira. Implicava em se resgatar uma parte da dívida – eu acho que era um empréstimo de 3,8 bilhões para a empresa. Aí ele mandou uma carta dizendo que não era para cumprir.

Passou-se o tempo e, depois, no novo governo, nós revimos isso e foi feita uma proposta para o governador. Eu não tive a oportunidade de recebê-lo – a minha agenda é uma agenda complicada –, mas eu gostaria de recebê-lo em uma outra ocasião.

Digo ao senhor que tenho tido reuniões com alguns governadores da oposição, por exemplo, posso citar o Governador Alckmin, o governador de Alagoas

e vários outros governadores. Eu realmente não faço distinção entre os governadores da situação e os governadores da oposição. Isso eu posso dizer. E aqui está o ex-governador Aécio Neves que poderá dizer – eu já era ministro quando ele era governador – que ele sempre foi recebido. Discutíamos as questões do Estado com igualdade.

Há um outro governador reclamando ali, do Amazonas. Sempre recebi o governador, embora ele fosse da base. Eu tenho sido republicano nessa questão.

E quanto à questão da Celg, foi feita uma proposta para o governo do Estado equacionar, que passa pela Eletrobras entrando nas contas da empresa. Mas acho que aqui não é o momento, Senador Delcídio, para a gente entrar nesse detalhe. Mas nós queremos resolver a questão da Celg e de outras empresas que tenham problema, porque não interessa nada à União porque ela é credora. Além de tudo, a União é credora. Se nós pudermos resolver o problema, será bom para todos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente Delcídio, Ministro Guido Mantega, prazer em reencontrá-lo.

Realmente, nós que ficamos aqui ao final desta reunião, certamente já tivemos oportunidade de ver muitas de nossas indagações ou preocupações, de alguma forma, incorporada aqui, tanto na explanação inicial quanto nas respostas de V. Ex^a. Mas eu vou, mesmo correndo o risco de ser repetitivo em algumas delas, externar algumas preocupações que trago, e que não são poucas, Sr. Ministro.

Vejo, no início da explanação de V. Ex^a, que V. Ex^a busca traçar um quadro de preocupação em relação à economia mundial. V. Ex^a fala do risco de recessão dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, aborda que a crise de 2008 para essas economias mais avançadas não teria ainda terminado. V. Ex^a faz uma projeção de que essa crise pode acabar redundando ou resultando numa nova crise bancária, enfim, V. Ex^a faz alguns alertas. Mas, não obstante esses alertas, Ministro, chama-me a atenção o discurso quase que uníssono do Governo no sentido de minimizar os efeitos dessa crise. Ouço, não apenas da Presidente da República, mas de todas as figuras do Governo, talvez de V. Ex^a um pouco mais de cautela, mas um discurso que me preocupa, um discurso de certa forma ufanista de que o Brasil tomou todas as providências possíveis e está imune às consequências dessa crise que ainda não é possível dimensionar.

Nós sabemos que, numa economia global como a nossa, e num país tão dependente em especial de

exportação de *commodities*, como é o nosso, nós estamos longe de estar imunes ao efeito dessa crise.

Eu tive a oportunidade de, nas últimas semanas, conversar com alguns analistas internacionais sediados fora do Brasil, ligados a instituições financeiras internacionais, e é preciso que constataremos que já houve, Sr. Ministro, uma reversão de expectativas em relação à situação fiscal do Brasil. Foi o que ouvi de analistas de diferentes continentes, inclusive, em razão talvez da expansão, a meu ver, além do razoável, dos gastos correntes no ano passado, a ausência das reformas estruturantes – carência que nós temos hoje e me parece permanecerá por algum tempo – mas já não temos, do ponto de vista internacional, uma visão tão generosa em relação ao Brasil que tínhamos há pouco tempo atrás.

Fica essa primeira introdução, mas volto a alguns temas aqui abordados pelo Senador Demóstenes, mas o fato de forma objetiva.

Eu apresentei, Sr. Ministro, na LDO – e V. Ex^a certamente teve conhecimento disso – uma proposta que garantia que toda emissão de títulos federais constasse do orçamento. Na verdade, eu sugeria que o Congresso cumprisse a sua função constitucional, obviamente aprovando o endividamento público, em razão das suas consequências em torno do ônus que decorre com o pagamento de juros no futuro.

O Governo vetou essa emenda incluída pelos parlamentares, com a alegação de que ela revelaria a estratégia de endividamento do País, com riscos à administração do passivo público, alguma coisa nessa linha.

Eu pergunto a V. Ex^a se não é exatamente o contrário, se não é exatamente essa incerteza sobre a expansão no futuro do ônus com pagamento de juros que gera riscos, que gera essa incerteza. E pergunto a V. Ex^a qual a lógica que leva o Governo a permitir o livre endividamento – e ora o que tem acontecido no mundo – sem apreciação do Congresso Nacional.

O Governo tem – isso é notório – buscado enfrentar a valorização cambial através da aquisição de divisas e obviamente que esse é um caminho que deve ser respeitado por todos nós, mas é preciso externar que isso implica um endividamento interno da Selic em torno de 12,5% e uma aplicação dessas reservas a 2% ao ano fora do Brasil. Essa diferença, Sr. Ministro, é um subsídio, e esse subsídio não estará, certamente, abaixo de R\$40 bilhões a R\$50 bilhões ao ano ou algo além disso. V. Ex^a poderá até nos esclarecer efetivamente qual o custo desse subsídio, dessa diferença entre o endividamento interno feito com base na Selic de 2,5% e a aplicação desses recursos a 2%.

Portanto, algo que traz um impacto tão forte nas finanças públicas vem ocorrendo, mais uma vez, ao largo do Congresso Nacional. Pergunto a V. Ex^a se não era adequado, num sistema republicano como o nosso, que o Congresso pudesse ajudar o Governo no controle desse endividamento.

Por outro lado, nas medidas que se concebeu chamar de Brasil Maior, teve uma que me chamou a atenção, Sr. Ministro, muitas positivas – faço aqui o registro que considero inclusive adequadas, talvez tímidas em alguns campos, mas adequadas. Apesar de o Governo ter enfrentado no campo jurídico, no campo judicial junto ao STF aquilo que se chamou lá atrás de crédito prêmio de IPI, inclusive com uma vitória no Supremo, que representou um retorno de recursos importante para o Tesouro, o Governo apresenta, sob o nome de “Reintegra”, a possibilidade de algo muito parecido, senão absolutamente igual. E agora possibilitando que o setor exportador possa ter um reembolso de 0% a 3% do resultado da exportação; é uma recuperação de 0% a 3%.

Eu não vou aqui me ater na incoerência do Governo que condenou esse mesmo mecanismo e que, agora, o propõe. O que me preocupa, Sr. Ministro, é: V. Ex^a não considera perigoso o Governo se autointitular, hoje, aquele que terá de forma discricionária o poder de definir quais os setores que terão 3%, quais o que terão 0%, quais os que terão 1% desse retorno. Então eu pergunto a V. Ex^a, de forma muito objetiva: serão àqueles que têm sofrido mais com a competição interna, portanto, que estão mais desaquecidos, perdendo competitividade, os que terão o apoio maior de 3%; ou serão exatamente àqueles mais ativos, os que estão, efetivamente, gerando, fazendo a economia se movimentar, e que são mais competitivos, mais dinâmicos, os que terão o apoio dos 3%?

O que eu penso, Sr. Ministro, é que isso pode gerar um problema – eu quero pedir aqui ao Senador Eduardo Braga que me permita concluir –, o que me preocupa, Sr. Ministro, é que nós poderemos ter o início de um processo de pressão dentro do Governo, dos setores mais organizados da economia. Não seria mais prudente – e falo isso porque apresentei à Medida Provisória uma emenda nesse sentido – que se estabeleça uma faixa específica para todo o segmento exportador? Acho que o Governo minimizaria ou até inibiria problemas que poderia ter no futuro.

O Senador Demóstenes também aqui fez uma indagação em relação à questão do emprego. Eu volto a fazê-lo, Ministro, já que há uma sinalização clara, quando V. Ex^a fala do índice de 0,38% de inflação prevista como a média para até o final do ano. Isso significa, é uma sinalização clara na direção do esfriamento, do

desaquecimento da economia, obviamente com um impacto na geração de emprego. Por um lado, o Plano Brasil Maior não vai nessa direção do esfriamento, certamente que não. Mas, se essa é a posição estratégica do Governo, acho que o Governo deve ter alguma previsão de quanto isso impactará na diminuição do emprego ou do aumento do desemprego.

Para finalizar, Sr. Ministro, trago um tema que, pelo menos, desde que estava aqui, me pareceu não ter sido abordado. Na verdade, quando o Governo aumenta o IOF – e recebeu a compreensão de todos para conter essa enxurrada de dólares que ainda chegam ao Brasil –, ele não atentou para algumas brechas que foram deixadas. A meu ver, até os impactos desse aumento de IOF foram poucos expressivos. Nós temos lido, permanentemente, na análise de economistas que falam muito sobre a remessa que as matrizes estrangeiras têm feito às suas filiais no Brasil.

Mas eu quero me ater à outra ponta desse problema. O que tem acontecido com as empresas brasileiras cujas filiais têm feito uma remessa muito vigorosa de recursos para a matriz – apenas para ilustrar a parte final dessa minha explanação. Nessa modalidade de empréstimo... Na realidade, chamava-se empréstimo intercompanhias, foi a brecha que ficou. Nos cinco meses de 2011, através dessa modalidade, os estrangeiros trouxeram 6,4 bilhões de dólares ao país, nove vezes e meia, Sr. Ministro, do que ocorreu no igual período de 2010. Portanto, estou falando das empresas estrangeiras que remeteram para as suas filiais no país.

Mas o que é mais grave foi o inverso, pelo menos daquilo que se esperaria normal: são as filiais das empresas brasileiras que remeteram para o Brasil 16,5 bilhões de dólares para as suas matrizes; ou seja, 5,4 vezes maior do que no mesmo período do ano anterior.

Na verdade, nós estamos descobrindo, Sr. Ministro, que o exterior virou uma fonte de recursos baratos, de lucro fácil, e quem saiu, na verdade, está se aproveitando para captar lá fora e novamente mandar e especular aqui dentro.

O que me preocupa, afinal, é que na eventualidade do enfrentamento dessa crise, se houver uma maxidesvalorização cambial, por exemplo, diferente do que ocorria no passado, quando os governos eram os penalizados, agora serão os bancos e as empresas brasileiras que correrão sério risco. Desejo saber se V. Ex^a está atento a essa questão e se o Governo tem em mente tomar alguma iniciativa para conter esse excessivo endividamento das empresas privadas em dólar lá fora?

Por último, quero dizer, de público, que sou absolutamente solidário ao esforço do meu companheiro Governador Marconi Perillo na sua administração,

mas devo, por dever de justiça, dizer que V. Ex^a, como Ministro da Fazenda, teve comigo, enquanto eu era Governador de Minas Gerais, uma relação absolutamente republicana. Em nenhum instante, o Estado de Minas foi discriminado pelo Ministério de V. Ex^a; em alguns momentos, até se deu o contrário.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ministro Guido Mantega, está faltando o Senador Eduardo Braga e o Senador Cristovam. Eu pediria que fossem feitas logo as perguntas, Senador Eduardo Braga. Aí o Ministro Guido Mantega as responderia. Daqui a pouco, o Ministro Lobão virá à CAE, para falar sobre *royalties* de pré-sal.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Por mim, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Presidente Delcídio, V. Ex^a sempre pode contar com nossa colaboração. Buscarei ser breve e bastante objetivo.

Eu gostaria apenas de fazer um registro, Ministro Guido. Tenho trinta anos de vida pública. No Executivo, fiquei praticamente oito anos como Governador e, como Vice-Prefeito e Prefeito, mais quatro anos. Portanto, vivi no Executivo doze anos praticamente da minha vida pública. Eu comentava, ainda há pouco, com o Líder Renan Calheiros que, nesse período todo, V. Ex^a não apenas é um Ministro diligente e republicano, como também um Ministro que retorna telefonemas, que dá atenção, que trata a economia com o respeito e o zelo necessários e que trata as relações republicanas e democráticas com o mesmo respeito. Eu gostaria de fazer esse registro antes da minha ponderação.

Ouvi muitas indagações e comentários com relação a questões de balanços internacionais e à situação da economia internacional, e as respostas do Ministro são sempre no sentido de que há efetivamente uma instabilidade, mas que o Brasil está mais preparado para isso.

Eu gostaria de fazer indagações sobre questões da indústria nacional, do mercado de consumo nacional brasileiro, porque me parece que um dos segredos para a nossa economia resistir a essa instabilidade é exatamente o consumo interno do mercado doméstico brasileiro. E me preocupa muito, Ministro, a desindustrialização ou a possibilidade de desindustrialização, em função de importações por meio de corredores de importação, combinando dois tipos perversos de invasão do nosso mercado: um deles usa o câmbio como artifício indireto de isenção tributária no país de

origem, para alcançar o mercado nacional; o segundo é aquele em que os Estados não tributam o ICMS na importação nesses corredores de importação e abrem uma grande janela para o mercado nacional. Os únicos instrumentos de que o Brasil dispõe para fazer frente a isso são: o Imposto de Importação por meio da Camex, da OMC e dos acordos multilaterais que o Brasil possui; e o controle de domínio brasileiro para a proteção da nossa indústria por meio do IPI.

A minha pergunta – no caso, V. Ex^a conhece especificamente uma questão já tratada de proteção da indústria – é a seguinte: com relação à questão do IPI, como estão os estudos do Ministério? Já houve no Brasil uma sinalização no sentido de desonerar para a exportação. Mas o que tem sido feito para onerar para a importação, no sentido de proteger a indústria nacional? Esse é um ponto.

O segundo ponto é o papel dos bancos públicos regionais de fomento no financiamento da atividade econômica para o enfrentamento dessa instabilidade econômica. É o caso do Banco da Amazônia, é o caso do Banco do Nordeste. Há muita concentração e atenção e foco no BNDES, mas esse dois Bancos de fomento têm um papel extremamente importante para o desenvolvimento das nossas atividades econômicas nessas regiões, que são emergentes no plano interno nacional.

No mais, cumprimento V. Ex^a pela forma gentil, cavaleiresca e republicana com que trata as questões públicas do Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam Buarque.

Aí V. Ex^a responderia, pois é o último Senador inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Último. Procurarei ser o mais breve.

Ministro Mantega, quando a gente observa os indicadores da economia brasileira, a gente fica tendo de cumprimentá-lo positivamente. Afinal de contas, com todas as turbulências que têm acontecido, temos uma boa taxa de emprego, nós estamos resistindo à inflação, podia não estar tão bom como queria, mas está sob controle, nós temos conseguido crescer menos do que gostaríamos. Então, do ponto de vista da gestão do imediato, eu acho que o seu trabalho merece ser considerado. Mas, no Ministério da Fazenda, porque eu creio que o Ministério dos Assuntos Estratégicos, ou como o chama, talvez não consiga trabalhar, no Ministério da Fazenda eu quero saber se se está trabalhando para sair das armadilhas em que o Ministério, graças à sua liderança, vem trabalhando bem, mas sem nos libertar da armadilha. Por exemplo, nós temos uma armadilha fiscal. Não dá para continuar com essa carga

fiscal, mas seria irresponsabilidade reduzir essa carga fiscal de uma maneira simples. Não dá para continuar com as altas taxas de juros, mas não dá para a gente defender a redução dos juros pela simples vontade do Ministro ou da Presidenta. Não dá para reduzir as reservas cambiais que temos, porque, com as turbulências internacionais, essas reservas são fundamentais, mas não dá para continuar pagando o custo desses reservas pelo *spread* que nós temos entre os juros que pagamos e os juros que recebemos. Nós temos também uma armadilha, a meu ver, ambiental. Não dá para continuar crescendo depredando a natureza. Mas se pararmos o crescimento hoje teremos uma crise. O melhor exemplo é o automóvel. Não dá para continuar com uma economia tendo como o seu carro-chefe a produção automobilística, mas, se parar a produção automobilística, nós teremos uma crise séria de crescimento e de emprego.

Uma outra armadilha é a nossa incapacidade de inovação; fazer com que nós sejamos uma economia que produza coisas como essa e não baseado, sobretudo, no ferro e na soja, mesmo quando a gente sabe que a soja tem uma inovação, mas é inovação na forma de produzir para produzir o mesmo bem, que é soja, invés de ser para produzir coisas novas que geram a demanda. Nós trabalhamos produzindo mais, mas com uma elasticidade da demanda que não é favorável para nós. Ninguém vai comer mais carne do que o necessário. Agora, todo mundo consome mais daquilo que é supérfluo.

Então, eu gostaria de saber em que setor do Ministério – se é que dá tempo na crise que a gente atravessa no dia a dia – onde se está pensando a formulação da economia que nós vamos ter daqui a 20, 30 anos, ou até mais? Sei que pode parecer quixotismo falar em 20, 30 anos quando muitos falam que não sabem onde vão estar na crise dos próximos 30 dias. Mas o fato é que essa crise, a meu ver, ela reflete também uma exaustão de um modelo, até mais do que econômico, civilizatório. E se nós não pensarmos lá adiante, podemos estar indo muito bem sob a sua tutela e, daqui a pouco, estarmos indo muito mal.

Eu concluo, Presidente, dizendo que a economia está bem; mas eu temo que ela não vai bem, se a gente coloca um horizonte de médio e longo prazos.

Essas são as considerações que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Falamos da CEB, quase...

Agora, finalmente, com a palavra o Ministro Guido Mantega.

E, nós, Ministro, já avançamos bastante. Começamos hoje, às dez e quarenta e seis, e estamos ter-

minando às duas. A última, nós começamos às dez e terminamos às três.

Com a palavra o Ministro Guido Mantega.

O SR. GUIDO MANTEGA – Obrigado, Senador.

Começamos, aqui, com as preocupações do Senador Aécio Neves.

De fato, existe uma preocupação com a economia mundial, e o Senador não teve oportunidade de ver a minha apresentação, que começa exatamente assim: a situação econômica mundial está piorando. Aí faço uma análise da situação nos Estados Unidos, na Europa, no Japão etc. e digo: consequências possíveis para os países emergentes. Aí digo: pode cair o comércio internacional, pode aumentar a guerra fiscal, vai aumentar a guerra fiscal, vai prejudicar o setor de manufaturados, vamos ter mais quantitativo *easing*, vamos ter mais política monetária. Tudo isso está lá.

Então, talvez o Senador tenha ficado um pouco prejudicado. Quem lhe passou os dados não foi fiel.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Mas V. Ex^a há de concordar, Ministro, que esse não é o discurso da própria Presidente da República e de colegas seus de Ministério.

O SR. GUIDO MANTEGA – É o discurso da Presidência, porque estamos bastante afinados. Nós conversamos sobre isso quase todo dia. Portanto, estamos bastante afinados. E dizemos o seguinte: há uma piora da crise internacional de fato; isso terá consequências, dependendo do grau de gravidade da crise, se maior ou menor. Agora, o que a gente diz é que o Brasil está preparado. O Brasil está mais sólido do que em outras ocasiões. Aí eu menciono por que ele está mais sólido.

Então, não significa que não haverá consequência. Haverá consequência, e isso é reconhecido. Está na nossa pauta de preocupações. Existem problemas que poderão surgir. Por exemplo, com a desaceleração da economia mundial, vamos ter mais competição, menos mercado, pode cair o preço das *commodities*. Cheguei até a dizer aqui: bom, o que acontece se a China desacelerar? Vamos ter problemas.

Então, aqui, não fizemos nenhum discurso ufanista. Foi muito bem realista, chamando a atenção para os problemas. E até pedi a ajuda dos Senadores para que a gente continuasse tomando as medidas que nos tornassem mais sólidos. Por exemplo, consolidação fiscal. É uma preocupação permanente. A gente, por estar nesse cenário, tem que continuar consolidando o fiscal, e não gerando, por exemplo, novas despesas; para conter o aumento das despesas.

Então, eu diria que fomos muito bem realistas aqui. Não foi ufanismo. O senhor foi prejudicado porque devia estar em outra comissão e não viu o início da nossa apresentação.

Não estamos imunes, não falei isso. O que estamos é preparados, mais do que muitos países, para responder a uma crise que poderá ser pior ou melhor. Em 2008, já assistimos a uma história parecida. Num primeiro momento, o PIB caiu, o emprego aumentou, e, logo, superamos isso.

Portanto, o Brasil não está imune; porém, está preparado. E mais do que em 2008. Mas não acredito que a crise seja similar à de 2008. Ela deverá ser mais crônica, com problemas mais a longo prazo que poderemos enfrentar.

Quanto à análise das nossas contas públicas, o Senador menciona que tem conversado com analistas, que tem mencionado uma reversão de expectativas ou uma deterioração das contas brasileiras. Certamente nós estamos conversando com analistas diferentes, porque os meus analistas dizem o contrário. E a maioria dos indicadores diz o contrário do que o senhor mencionou aqui. Dizem que as contas públicas brasileiras estão cada vez mais sólidas, que estamos cumprindo o fiscal. E acabamos de ser promovidos. O nosso *rating* acabou de subir por causa das nossas contas públicas.

O senhor pode pegar a análise do Fundo Monetário sobre o Brasil. Pegue-o e pode pegar outros analistas. Pegue as análises da Fitch que nos deu um grau maior de segurança. Nós tivemos uma *upgrade* no nosso *rating*. Duas empresas de *rating* deram um *upgrade*, este ano, há pouco tempo, ao Brasil. O senhor pode examinar, por exemplo, o CDS (Credit Default Swap), que é uma medida muito usada. Vai ver que o nosso risco soberano da dívida hoje é menor do que de países europeus. Portanto, significa que o mercado confia mais no Brasil do que em alguns países avançados.

Eu cheguei a mencionar que teve uma semana, Senador, em que o nosso CDS, que é um bom indicador de risco, ficou menor do que dos Estados Unidos. O nosso CDS de um ano dava 38 *base points* e dos americanos dava 45 *base points*, enquanto eles estavam com aquela ameaça de serem rebaixados no seu risco.

Os analistas não têm dúvida de que nós estamos fazendo uma política fiscal sólida e eu aqui dizia que temos que continuar, temos que persistir nessa direção.

Na questão que o senhor colocou da LDO, embora eu ache que nós temos que caminhar para uma redução de gastos correntes e para uma redução do gasto com juros, nós não podemos engessar isso, principalmente os juros, porque os juros é uma variável que tem que ser utilizada pelo Banco Central de acordo com as dificuldades do momento, de acordo com a situação. Então, não pode ser pré-estabelecida. É isso que dispõe o regime que o Brasil adotou, que é um regime bem sucedido de metas de inflação, es-

tabelece que a taxa de juros tem que subir se houver uma subida da inflação e aí o custo da dívida vai subir. É inexorável que isso aconteça. Não parece que é isso que vai acontecer, mas nós temos que ter um grau de liberdade para que isso possa ser feito. Não podemos engessar a política monetária dessa maneira. Então, não me parece conveniente, embora todos queiramos a mesma coisa: que haja uma redução dessa despesa, que é uma despesa elevada, cujo recurso podia ser utilizado para investimento.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Ministro, sei que não é mais momento para o debate, mas apenas para dizer que não foi isso o que propus na minha emenda. Na verdade, o que propus é que esse endividamento a ser decidido pelo Governo tivesse aprovação do Congresso Nacional para que fosse que fosse feito com absoluta transparência. Na minha proposta não se estabelece nenhum limite, apenas a necessidade, já que estamos falando de recurso subsidiado – obviamente com custo ao Tesouro ao final, que é exatamente a diferença desses subsídios – de passar pelo Congresso Nacional.

O SR. GUIDO MANTEGA – Eu acho que seria redundante porque o Congresso já aprova o tamanho do orçamento, aprova o tamanho da despesa, o limite da despesa é uma autorização do Congresso e aprova o superávit primário que nós nos comprometemos a fazer. Portanto, já está contemplado isso que o Senador queria colocar como emenda. Nós já estamos pautados. A cada dois meses, nós fazemos um relatório dizendo como estamos cumprindo a receita, a despesa, o que variou e, no final, temos que entregar o primário.

Acredito que essa relação é transparente. Há um acompanhamento minucioso do Congresso e o resultado primário tem sido alcançado.

O Senador deve saber que nós temos cumprido o primário; nos últimos doze anos, nós cumprimos o primário; os governos cumprem os primários, que são a resultante de despesa com receita.

Então, eu diria que a sua preocupação está contemplada no exercício da forma como já é feito e pelos limites que são estabelecidos pela LDO.

Em relação às reservas, é verdade que as reservas têm um custo para o País, porque existe esse descasamento de taxa de juros, que se acentuou na crise dos países avançados. Porém, nós não abrimos mão de ter reservas, porque elas são um seguro contra intempéries cambiais e nós não podemos ficar a mercê, como já ficamos no passado. No passado, quando não tínhamos reservas e se avizinhava uma crise como esta, o pessoal já entrava em pânico: Ah! Não temos reservas. E aí começava a ter fuga de capitais, e nós ficávamos sem recursos.

Quando você tem reservas, você fica seguro. Ninguém vai fazer um ataque especulativo cambial contra o país, porque o Governo tem muita bala para enfrentar e para coibir, para impor perdas àqueles que tentarem fazer isso. Portanto, apesar do custo, vale à pena ter as reservas elevadas. Agora, concordo consigo que temos que ter a preocupação de reduzir esse custo. E foi colocada aqui a minha preocupação em abrir espaço para que a política monetária possa reduzir juros com uma política fiscal mais dura, mais austera. De modo que essa diferença de juros diminua e o custo de carregamento da dívida diminua conforme imagino que seja a sua vontade.

No Brasil Maior, V. Ex^a menciona o Reintegra. De fato, o Reintegra não tem nada a ver com o crédito prêmio de IPI. Eu posso lhe dizer com profundo conhecimento de causa, porque esse crédito prêmio me atormentou durante três anos, quando eu tentei equacioná-lo, de forma a não prejudicar ninguém, nem o Governo, e finalmente fomos salvos por uma definição do Supremo Tribunal Federal.

O problema do crédito prêmio de IPI é que era um incentivo que não tinha, inicialmente, uma data definitiva e ele foi prorrogado por injunções – o próprio Ministério da Fazenda de então prorrogou por uma medida comum que não poderia prorrogar; ficou um contencioso. E não tem nada a ver com o Reintegra. O Reintegra vale só por um ano, ele se encerra por um ano e, portanto, ele é bastante republicano no sentido de que ele não escolhe os setores; é só para o setor manufatureiro. Por quê? Porque o setor manufatureiro é o que mais sofre a competição internacional nesse momento. E o setor de *commodity*, o setor agroexportador, não está sofrendo, pelo contrário, está indo muito bem. E no setor manufatureiro são 85 bilhões de dólares que são exportados por ano. Então, tudo que se classificar, pela classificação que já existe no Siscomex, já está definida, não vamos redefinir. E esses setores receberão 3%; não há arbítrio de taxa, não há arbítrio de setores, já está definido o setor que irá receber, ou seja, o setor manufatureiro, por motivos óbvios, que é o que mais sofre os problemas da concorrência predatória que temos hoje.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Ministro, me corrija então, porque ao que me consta, pelo menos no texto que eu vi do Projeto Brasil Maior, é a possibilidade de esse retorno estar entre 0% e 3%. Estamos falando especificamente do setor manufatureiro, mas dentro do setor manufatureiro há a possibilidade de o Governo equilibrar, ou calibrar, esse retorno, de 0% a 3%.

O SR. GUIDO MANTEGA – Não, será de 3%, e não de 0% a 3%.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Por que a minha emenda buscava exatamente corrigir. Pela nossa interpretação é de que havia a possibilidade de uma calibragem que me parecia totalmente sem sentido.

O SR. GUIDO MANTEGA – É, num primeiro momento, de fato, alguém pensou que poderia ter uma calibragem, dependendo do setor. Mas nós tiramos isso e dissemos: isso aí vai dar um trabalho, uma burocracia, arbitrar qual é o setor... Então é de 3% para todo mundo, para o setor manufatureiro.

Então foi simplificado e já atendeu a sua preocupação.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Cumprimento V. Ex^a pela correção.

O SR. GUIDO MANTEGA – Finalmente, o Senador se preocupa com a possível do nível de emprego com uma desaceleração da economia.

É bom deixar claro que a desaceleração que pretendemos não é uma desaceleração para os níveis baixos de crescimento, é para 4,5%, 5%. Desaceleração em relação ao patamar do ano passado, 7,5%, que era um patamar elevado, não era sustentável, para algo como 4,5%, 5% este ano. Então, mantida essa taxa de crescimento um pouco menor, um pouco maior, não teremos problema de desemprego no Brasil, pelo contrário, o problema que temos hoje é de falta de mão de obra para atender os empregos disponíveis. Nós estamos com um dos menores níveis de desemprego da série, e vamos continuar crescendo menos – é claro que este ano nós vamos gerar menos empregos do que o ano passado, mas isso até é desejável porque nós não temos os empregos disponíveis, pois nós estamos importando trabalhadores de várias partes do mundo.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Falta qualificação, não é, Ministro?

O SR. GUIDO MANTEGA – Exatamente, falta qualificação. Criamos o Pronatec, que é um programa de qualificação. Há trabalhadores no Brasil que não estão habilitados para ingressar em certos setores produtivos, naqueles que demandam mão de obra. Então, é um grande programa de qualificação, que deverá qualificar 3,5 milhões de trabalhadores em níveis de qualificação distinta, num período de dois ou três anos, não me lembro agora com exatidão. Então, Senador, não haverá problema de desemprego no Brasil nos próximos anos, a menos, é claro, que haja uma catástrofe internacional.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – E ninguém a espera.

A última questão foi relativa ao endividamento excessivo, a meu ver, das empresas privadas brasileiras e a essa remessa...

O SR. GUIDO MANTEGA – A sua preocupação também foi a nossa preocupação, tanto que, há alguns meses, tomamos uma medida que limitou o endividamento das empresas brasileiras no exterior por meio do IOF. Cobramos 6% de IOF quando uma empresa capta recursos no exterior com menos de 720 dias, ou seja, no curto prazo. Nós inibimos o curto prazo, porque notamos que havia por parte de bancos e de empresas uma tendência a se endividar em dólares, porque lá está muito fácil, o juro está muito baixo. Então, criamos um anteparo. Examinamos o fluxo de endividamento e vimos que esse fluxo caiu muito.

É claro que existem outras modalidades, e o senhor mencionou uma que deve ser investigada, que são as filiais das empresas brasileiras que estão no exterior e que mandam dinheiro para as matrizes. Lá fora, não sei se eles estão lucrando, mas eles mandam dinheiro para cá e aqui o aplicam. Essa é uma luta incansável, Senador. A cada dia, a gente tem de olhar para onde vem a coisa. O Brasil é tão atraente para o especulador, que isso merece uma atenção diária. Olho diariamente os fluxos, onde eles estão entrando. E aí se percebe: agora, está entrando nessa modalidade; agora, está entrando na renda fixa, na renda variável, no derivativo, em empresas, etc. O senhor chamou a atenção para uma questão que vou examinar. Não tenho uma resposta definitiva, mas eu lhe agradeço.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Ex^a. Obviamente, teremos outras oportunidades para aprofundar o debate sobre essas questões.

Quero só registrar, Presidente Delcídio, duas questões finais. Preocupa-me ainda a questão do BNDES.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Na verdade, essa capitalização do BNDES não é tida como despesa, mas como financiamento, como empréstimo, não contabilizada a diferença da taxa que o BNDES empresta em relação àquela que o Governo capta. Mas não vamos aprofundar esse debate.

Quero apenas registrar o que V. Ex^a disse inicialmente, quando fez um apelo aos Srs. Senadores, na busca do equilíbrio fiscal, para que não gerem medidas que possam aumentar custos do Governo. Certamente, estaremos atentos a isso, os da oposição, em especial. Mas esse apelo de V. Ex^a teria um efeito muito mais importante em nossa economia se tivesse sido ouvido pelo próprio Governo, por seus colegas de Ministério, no ano passado, quando houve uma expansão dos gastos correntes acima do próprio crescimento da economia. Não sei se o Senado poderá ajudar tanto nisso, como poderia ter ajudado o próprio Governo de V. Ex^a. Mas

lhe agradeço, sobretudo, a gentileza e a fidalguia com que V. Ex^a respondeu às minhas indagações.

O SR. GUIDO MANTEGA – No ano passado, Senador, ainda trabalhávamos pela recuperação do País, e os países que não fizeram como nós se arrependeram. Os Estados Unidos e países da União Europeia, que retiraram os estímulos muito cedo e não conseguiram consolidar o crescimento, estão se dando mal, porque não conseguiram a recuperação. Nós, que fizemos uma retomada, que usamos mais estímulos na economia durante mais tempo, conseguimos, de fato, colocar a economia em outro patamar. Então, mantenho tudo o que fiz no ano passado. Já estávamos desativando os gastos, já estávamos contendo os gastos.

Espero que, neste ano, possamos contar, de fato, com os Senadores, para se fazer o controle de novos gastos. Posso mencionar aqui a PEC nº 300, a necessidade de se aprovar a DRU e outras matérias dessa natureza, em que espero contar principalmente com a oposição.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Fique tranquilo, essa é uma das virtude do atual Governo, a fortuna a que se referia Maquiavel, o governo não precisa ter virtude, é fortuna, sorte. Felizmente, para questões dessa gravidade, o Governo encontra nós, do PSDB, na oposição, e não aquele antigo PT que tanto trabalho deu ao Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. GUIDO MANTEGA – E nem o tripartite, e nem o tripartite. Está certo.

Bom, Senador Eduardo Braga, a nossa preocupação é também para que não haja desindustrialização no País.

O Brasil construiu uma indústria importante, sólida, e não podemos deixar que ela se perca. E, para isso, nós temos de tomar várias medidas de toda a natureza. O Brasil maior responde a uma parte delas. Sempre temos que persistir: baratear crédito, desonerar tributo, reduzir custo Brasil, tudo isso estamos fazendo em etapas, na medida do possível.

Temos que acabar com esses corredores de importação que estabelecem privilégios para a importação de produtos. Por isso fiz um apelo aqui aos Senadores, para que aprovem a Resolução nº 72, que já está tramitando, que reduz a 2% o ICMS interestadual para importações. Isso ele tem a possibilidade de cercar essa importação.

Imposto de importações nós temos utilizado, porém, temos uma limitação. Na lista de ex-tarifários, que foi combinada com o Mercosul, o Brasil tem direito a 100 itens. Nós estamos negociando com o Mercosul mais 100 itens para colocar Imposto de Importação de até 35% nesses novos itens. No caso do IPI, ele tem

menos utilidade em coibir as importações, porque ele se aplica tanto ao produto importado quanto ao produto nacional. Então, ele está em condições iguais. Mas temos uma modalidade de conectar o IPI com componente local e investimentos e inovações feitas no Brasil. Então, também deveremos usar o IPI como um instrumento dessa natureza.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ministro, apenas para contribuir.

A colocação de V. Ex^a está absolutamente correta, à exceção de pólos industriais que tenham benefícios fiscais, como é o caso do pólo industrial de Manaus. Lá, se houvesse, por exemplo, no setor de ar condicionado split, que 100% da indústria nacional estão no Amazonas, uma elevação do IPI, V. Ex^a estaria aumentando as barreiras para a invasão de produtos estrangeiros, que estão sendo, nesse momento, a meu juízo, duplamente desonerados, uma pelo câmbio e a outra por esses corredores, e salvando 10 mil empregos de um arranjo produtivo extremamente importante. Cito o exemplo do ar condicionado split porque sei que é do domínio de V. Ex^a. Além do ar condicionado split, apenas para dar uma informação a V. Ex^a, a questão, por exemplo, de pneus de motocicletas e bicicletas. A curva inverteu drasticamente nos últimos 90 dias.

Senador Blairo, nos últimos 90 dias o Brasil atendia a 80% do mercado doméstico com indústria nacional e 20% com indústria importada. De 90 dias para cá a curva inverteu: são 80% de produtos importados e 20% de produtos nacionais. Portanto, existem alguns produtos que, combinando imposto de importação com o IPI, há condições de proteger determinados segmentos da indústria brasileira, favorecendo o emprego regional. Além da questão do índice nacional de empregabilidade, há a questão também do índice regional de empregabilidade.

O SR. GUIDO MANTEGA – Concorde como o seu raciocínio. Mas é melhor que ele não seja estendido, porque isso pode causar reações no mercado. Então, temos de examinar essas questões com o devido cuidado, de modo que, em casos excepcionais, quando o IPI não se aplica a produtos internos, nós possamos usá-lo também como uma arma de estímulo regional.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – A questão dos bancos regionais.

O SR. GUIDO MANTEGA – Os bancos regionais já foram orientados em não financiarem mais produtos importados. Já temos uma resolução quanto a isso, e os bancos, principalmente os de desenvolvimento, aqueles que recebem fundos, como o FAT, fundos constitucionais, não poderão emprestar para empresas que estão praticando importação de equipamentos. Isso já

está determinado, já está em vigência. Faz parte do Brasil Maior, no sentido do que o senhor mencionou.

Acho que era mais ou menos isso.

Finalmente, as armadilhas do Senador Cristovam em relação à armadilha fiscal. De fato, o Brasil possui uma carga tributária elevada, que vem do passado, e temos trabalhado no sentido de reduzi-la. Já reduziu bastante, viu, Senador? É que não aparece porque, em contrapartida, nesse período, o País cresceu mais, e a arrecadação cresce em função do crescimento e da formalização, que tem sido considerável no País nesse período. Mas temos buscado desonerar. Por exemplo, começamos a desonerar a folha de pagamento. O IPI já está desonerado em quase todas as suas modalidades; PIS/Cofins tem desonerações, Imposto de Renda etc. É uma lista grande de desonerações que temos feito, mas concordo que temos que continuar fazendo desonerações para reduzir esse custo tributário brasileiro.

Altas taxas de juros – o senhor não estava aqui. Conversamos muito a esse respeito, e o Governo está fazendo um esforço de consolidação fiscal para abrir espaço para que haja redução maior dos juros neste País. É claro que sempre olhando para a inflação. Não podemos deixar a inflação voltar, mas o Governo está fazendo uma política fiscal que abre espaço para que a política monetária seja mais flexível no futuro, quando o Banco Central considerar adequado.

O senhor falou nas reservas, e nós não podemos reduzir as reservas no País, porque isso nos dá solidez. O que temos é que baixar o custo da reserva. Baixando a taxa de juros, a reserva custará menos.

A China, que tem 2 trilhões e 600 bilhões de reserva, não tem o custo que nós temos com 350 bilhões de reserva. Por quê? Porque a taxa de juros interna é parecida com a taxa de juros externa. E é para isto que temos que caminhar: não reduzir as reservas, mas reduzir os juros. Isso está no *pipeline*, isso está no horizonte do Governo.

Acho que temos procurado encontrar esse equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Não é fácil; o senhor sabe que não é fácil. Há conflitos, mas acho que o Brasil tem se saído bem, procurando preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, não inibindo o desenvolvimento, que é importante para tantos brasileiros.

Na questão de uma formulação econômica de longo prazo, é claro que existe um ministério que tem essa função. Além disso, nos últimos anos, o Governo já introduziu um novo modelo de desenvolvimento para o País, que é para perdurar nos próximos vinte, trinta anos. Nós mudamos o modelo; esse novo modelo tem, na elevação do nível de vida da população, a possibilidade de termos um mercado interno mais forte. Então, é um modelo de desenvolvimento mais

equilibrado, que estimula investimento, inovação tecnológica, valorização do componente local, políticas ativas do Governo, uma complementaridade do Governo com o setor privado.

Certamente não terei, aqui, o tempo necessário para descrever esse modelo de desenvolvimento. Mas já há um novo modelo de desenvolvimento que está sendo muito bem-sucedido, diga-se de passagem. E temos que seguir em frente com essas diretrizes que são estabelecidas nesse modelo. Já temos percorrido algumas etapas, e o resultado é que, hoje, o Brasil cresce mais, gera mais emprego, reduz as discrepâncias de renda, tem uma infraestrutura cada vez melhor, mais ainda tem que aumentar o investimento. E, por último, e não menos importante, temos, hoje, uma inserção internacional mais importante, onde o Brasil já é um protagonista, e não apenas um coadjuvante no concerto internacional.

Sinteticamente, era isso o que eu podia dizer em poucos minutos.

Muito obrigado, Senador, pela sua colocação.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois de economizarmos um pouco mais de tempo, apesar de a gente ter avançado um pouco mais no final, conseguimos realizar uma audiência pública em um espaço de tempo menor do que na última vez.

Espero que isso estimule o Ministro Guido Mantega a comparecer mais vezes aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada esta reunião, anunciando que daqui a alguns minutos começaremos outra reunião com o Ministro Lobão, para começar a esquentar os tamborins em relação aos *royalties* do pré-sal. Vai ser uma missão muito importante aqui dos Senadores e das Senadoras para que a gente apresente uma proposta definitiva até o dia da votação do veto, que é o dia 15 de setembro, conforme acordo com o Presidente Sarney.

Muito obrigado, Ministro Guido Mantega, pela paciência, pela competência, pela serenidade. Que V. Ex^a conte conosco, Senadores e Senadoras. Estaremos ajudando V. Ex^a nesse grande esforço para que a economia do Brasil continue mais do que nunca sendo uma referência para todos nós, principalmente com o trabalho competente de V. Ex^a e de toda a sua equipe.

O SR. GUIDO MANTEGA – Muito obrigado, Senador. É sempre um prazer vir aqui a esta Comissão. É muito instrutivo para mim. Espero poder voltar outras vezes para esclarecer todas as questões que os senhores desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Ministro.

(Iniciada às 10 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 33 minutos.)

Ata da Trigésima Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e Trigésima Quinta Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada, em Conjunto, em 23 de Agosto de 2011, às 14 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e três de agosto do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral e da Senadora Lúcia Vânia, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Angela Portela, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Clésio Andrade, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Demóstenes Torres, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy, Fernando Collor, Francisco Dornelles, Humberto Costa, João Alberto Souza, José Agripino, José Pimentel, Lindbergh Farias, Lobão Filho, Marta Suplicy, Reditario Cassol, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Walter Pinheiro e Wellington Dias, e, ainda, dos Senadores Eptácio Cafeteira e Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, com a presença, como expositor, do Excelentíssimo Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, a fim de debater a “repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira”, em atendimento aos Requerimentos nº 58/2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, nº 60/2011-CAE, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, nº 46/2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro, e nº 47/2011-CI, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Blairo Maggi. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço, Eduardo Suplicy, Waldemir Moka, Wellington Dias e Lobão Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 35ª Reunião da Comissão de Infraestrutura.

Audiência pública com a presença do Exmº Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, com a finalidade de debater a repartição dos *royalties* do petróleo entre os entes da Federação Brasileira, em atendimento aos Requerimentos nº 58/2011, da CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores; nº 60/2011, da CAE, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral; de nº 46/2011, da CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro; e de nº 47/2011, da CI, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Blairo Maggi.

Eu gostaria, antes de iniciar os trabalhos, de passar a palavra à Senadora Lúcia Vânia. E aí o Senador Lobão viria aqui para a Mesa e faria a sua exposição, seguida de questionamentos dos Parlamentares.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, Srªs e Srs. Senadores, nesta 35ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura em conjunto com a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, nós ouviremos o Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, com o propósito de dar início a um ciclo de debates acerca da repartição dos *royalties* do petróleo entre os entes da Federação Brasileira, a partir da iniciativa nossa e dos Senadores Humberto Costa, Delcídio do Amaral, Francisco Dornelles, Walter Pinheiro e Blairo Maggi.

Trata-se, sem dúvida, de tema extremamente polêmico que foge à compreensão da maioria dos cidadãos brasileiros, sobretudo pela sua complexidade teórica, pois pressupõe o conhecimento prévio de toda uma sistemática de compensação, indenização financeira na exploração dos recursos minerais.

Portanto, o objetivo desta reunião conjunta é justamente esclarecer o tema, para que os Srs. Senadores, posteriormente, possam tomar a sua decisão a respeito desse projeto que é polêmico.

Nós temos um tempo exíguo para elaborá-lo, é pensamento nosso que até o dia 15 do mês de setembro, nós estejamos com a formatação do projeto pronto.

No mais, é agradecer a presença de todos, e cumprimentar o Senador Delcídio, dizer da nossa satisfação

de, mais uma vez, estar ao seu lado levantando temas extremamente importantes para o Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Nós que temos trabalhado juntos em temas extremamente relevantes e importantes para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, e mais uma vez a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos fazem uma reunião conjunta.

Mas eu gostaria de registrar que esta audiência faz parte de uma série de audiências que serão realizadas a partir de hoje. Hoje a audiência é com a presença do Ministro Lobão, que foi quem desenvolveu esse projeto de partilha e que está vindo aqui para explicar a proposta do Governo com relação à repartição dos *royalties*. Amanhã nós teremos a presença do Presidente José Gabrielli, da Petrobras. Agora, é importante registrar que o Presidente Gabrielli vem aqui para a Comissão de Infraestrutura e a de Assuntos Econômicos em função de um requerimento apresentado pelo Senador Lindbergh. Ele vai falar sobre o plano de investimentos, mas também nós solicitamos que ele preparasse, até para o esclarecimento dos Srs. Senadores, das Sr^{as} Senadoras, e da Casa, essa questão dos *royalties*, cujo tema é de extrema importância para todos nós.

Então ele está vindo aqui mais para falar do plano de investimentos, e nós vamos aproveitar a oportunidade para que ele também fale sobre *royalties*.

O importante é que o Ministro Lobão, antecedendo o Presidente Gabrielli, vai estar presente hoje conosco; depois, na quinta-feira, o Secretário Executivo Nelson Barbosa, também do Ministério da Fazenda. E na semana que vem, na quarta-feira, às 11 horas, os Governadores dos Estados produtores: Espírito Santo e Rio de Janeiro. Os Governadores Sérgio Cabral e Casagrande. E hoje foi solicitado pelo Senador Aloysio a possibilidade de vir também o Governador Alckmin, com quem nós vamos entrar em contacto. Na quinta-feira, falaremos com os Governadores que forem encarregados pelos demais Estados não produtores, para negociar com o Congresso: o Governador de Sergipe, Marcelo Déda, e o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

Essa é a nossa agenda que se encerra no dia 1º de setembro. Depois, vamos conversar, fazer a lição de casa interna, para buscarmos uma proposta, considerando a data limite, o *dead line* de 15 de setembro, a data estabelecida pelo Presidente Sarney para a votação do veto.

Portanto, agora, solicito ao Senador Ferraço e ao Senador Moka que conduzam o convidado, o Ministro Edison Lobão, ao plenário desta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Ex^a e a Senadora Lúcia pela energia, pois conduziram, por mais de cinco horas, a reunião pela manhã e estão aqui, sem almoçar, retomando essa importante agenda. Quero louvar essa energia de V. Ex^a e de S. Ex^a a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Comi um sanduíche do McDonald's.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está melhor do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Solicito que o Senador Moka e o Senador Ferraço conduzam o Ministro Lobão à Mesa, ao plenário da Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É verdade que foi o Senador Lindbergh que pagou o sanduíche?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, o Senador Lindbergh só almoça e janta em lugares sofisticados, refinados, de Brasília.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, sobrou uma bolachinha aqui ainda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E o chá também, não é?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – O chá também. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, as Presidências adotarão as seguintes normas: S. Ex^a o Ministro Edison Lobão terá trinta minutos para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpeção pelos Senadores e Senadoras inscritos; a palavra será concedida aos Senadores e às Senadoras na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido; o interpeção disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpeção, havendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Concedo a palavra ao Exm^o Sr. Senador e Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, para fazer sua exposição.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Assuntos Econô-

micos; Sr. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Sr^{as} e Srs. Senadores, em atenção aos honrosos convites que me foram formulados pelas senhoras e senhores colegas parlamentares, compareço, com a maior satisfação, às Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para tratar de temas relativos às áreas de competência do Ministério de Minas e Energia, que tenho a honra de comandar.

Eu não poderia, portanto, abrir mão da possibilidade de estar aqui, nestas Comissões, para falar um pouco sobre o meu trabalho no Executivo, a serviço dos melhores interesses nacionais. Permitam-me, antes, apresentar-lhes uma visão sucinta do atual cenário do setor energético brasileiro.

Tenho dito, em diversos foros, que o setor energético brasileiro vive, já há algum tempo, um momento auspicioso, o que é reflexo da situação privilegiada que o Brasil alcançou nos últimos anos, como uma Nação economicamente forte, que atingiu um nível de desenvolvimento sustentável, reconhecido e aplaudido em todo o mundo.

Somos, já, a 7^a economia do mundo e nos aproximamos da 4^a ou 5^a posição nas próximas décadas.

Tão fortes e sólidos são os fundamentos da nossa economia que, as crises recentes que abalaram e, em alguns casos, devastaram grandes economia do mundo, pouco nos afetaram. Provamos que somos uma economia estável, uma democracia consolidada ao longo de quase cinco décadas e, por isso, um País cada vez mais admirado e respeitado.

O Brasil já é o terceiro destino preferido do investimento internacional, e continua crescendo. O setor energético reflete esse cenário econômico. Empresas de todo o mundo e entre as maiores do mundo estão investindo fortemente em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Brasil.

O setor de petróleo e gás, não somente em decorrência da descoberta do pré-sal, mas também como consequência do desenvolvimento da indústria naval e de componentes, tem atraído investimentos consideráveis.

O Plano Decenal de Expansão de Energia prevê um investimento da ordem de R\$1 trilhão até 2020. Somente em usinas hidrelétricas, os investimentos necessários alcançam R\$214 bilhões. Devemos dobrar a nossa capacidade instalada atual de 114 mil *megawatts* até 2020. E, para isso, redobramos os esforços para a instalação de novas hidrelétricas. Somando Belo Monte, às usinas do Madeira e o Complexo do Tapajós, somente essas plantas representam cerca de 30 mil *megawatts* novos no parque gerador do País.

O desafio de implantar todo esse potencial de geração passa também pelo desenvolvimento da capacidade de transmissão, sem a qual a energia produzida não chega ao seu destino, que é o consumidor.

Nos últimos oito anos, o Brasil implantou quase 30% de tudo aquilo que foi feito no País, desde o seu descobrimento, em linhas de transmissão de energia elétrica.

No momento, passamos pelo desafio de interligar toda a Nação com energia, construindo mais de dois quilômetros de linhas e subestações associadas, que levarão a energia de Tucuruí até a capital do Amazonas, e daí a Boa Vista, em Roraima. A linha para Manaus está em construção, e a de Boa Vista participa do leilão de transmissão, em 2011.

Portanto, o cenário de abastecimento em energia elétrica é de extrema tranquilidade, apontando sobra de energia em toda a parte.

Srs. Parlamentares, um dos temas da recente visita que membros desta Comissão me fizeram, para honra minha, no Ministério, foi o das concessões de ativos de geração, transmissão e distribuição, que deverão vencer a partir de 2015.

Ao tratar desse importante assunto, como disse – e repito – devemos considerar os seguintes cenários: os contratos relativos à concessão, transmissão e distribuição em referência vencem a partir de julho de 2015, envolvem a produção de 11.3 mil *megawatts* médios de energia. Deste montante, 68% correspondem a usinas hidrelétricas e térmicas de empresas estatais federais, e 32% de usinas hidrelétricas e térmicas de empresas estatais estaduais. Em número de contratos, são 67 de usinas hidrelétricas e seis de usinas termelétricas vencendo em 2015.

Em 2017 vencem contratos de concessão correspondentes a cerca de 1.100 *megawatts* médios. Independentemente da decisão pela licitação ou pela prorrogação, o custo da energia dessas usinas para os consumidores será menor, pois os novos contratos de concessão vão capturar o efeito da amortização das usinas. Após a decisão pela licitação ou pela prorrogação, a Aneel vai definir, para cada concessão, os investimentos totalmente amortizados e a amortizar. Dessa forma, enquanto esse estudo não estiver concluído, não é possível saber de quanto será a redução do custo, nem seu impacto nas tarifas dos consumidores.

A sociedade brasileira e os agentes setoriais podem ficar tranquilos quanto à decisão que o Governo está por tomar sobre a renovação das concessões, seja mediante nova prorrogação, seja com o retorno dos ativos à União, como prevê a lei, licitando-se todas as concessões.

Diferentemente do processo de privatização, a licitação prevista na legislação atual se refere aos ativos, ou seja, não se trata da transferência de uma empresa como um todo, mas, sim, da transferência das instalações para prestação do serviço de energia elétrica. Seja qual for a decisão, prevalecerá o princípio fundamental adotado pelo modelo setorial implantado em 2004, pela então Ministra Dilma Rousseff, ou seja, o princípio da modicidade tarifária. Estou certo de que a sociedade só tem a ganhar com esse processo, e o setor elétrico confirmará, mais uma vez, o acerto do modelo em vigor. Ao contrário do que vem sendo dito e repetido, temos tempo para adotar, juntos, uma decisão serena, lúcida, a mais adequada aos interesses do País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no setor de petróleo, gás e combustíveis renováveis, o cenário é tão promissor quanto o da energia elétrica. O Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, do Ministério de Minas e Energia, prevê que, nos próximos dez anos, a produção de petróleo crescerá 185%, e a de gás natural, 280%. Os investimentos em exploração, produção e oferta de petróleo e gás natural, incluindo investimentos na indústria naval, serão da ordem de R\$1 trilhão. Portanto, na área de petróleo e gás natural, as perspectivas são verdadeiramente animadoras.

Com o início da exploração do pré-sal, vamos alcançar a almejada segurança energética na área de combustíveis fósseis, ao mesmo tempo em que teremos os benefícios de um crescimento extraordinário da indústria de petróleo, gás e derivados. Só nas descobertas anunciadas do pré-sal, até o momento, o volume recuperável de petróleo e gás natural está estimado entre 25 e 34 bilhões de barris de óleo equivalente. Por comparação, em dezembro de 2010, esse volume era de aproximadamente 15 bilhões de barris de óleo equivalente. Estimativas situam o Brasil, num futuro próximo, por volta de 2020, entre os dez maiores exportadores de petróleo do mundo.

Na área dos biocombustíveis, não obstante turbulências momentâneas, o Plano Decenal prevê um avanço significativo. A produção nacional de etanol deve evoluir de 28 milhões de metros cúbicos, em 2010, para cerca de 86 milhões de metros cúbicos em 2020. Para isso, vamos investir, fortemente, em novos canaviais, buscando ainda mecanismos de incentivo à produção de etanol.

Para o biodiesel, mantendo-se a atual mistura de 5% ao diesel de petróleo, a produção evoluiria do montante em 2 milhões e 400 mil metros cúbicos, verificado em 2010, para valores da ordem de 3 milhões e 800 mil metros cúbicos, em 2020; ou seja, um crescimento de 4,7% ao ano.

Em setembro de 2009, quando exerci pela primeira vez o Ministério de Minas e Energia, o Governo encaminhou ao Congresso um conjunto de projetos de lei, traçando as novas regras para o setor de petróleo e gás, frente à descoberta das reservas do pré-sal. Desses projetos de lei enviados ao Congresso, dois, aprovados nesta Casa, já foram sancionados pelo ex-presidente Lula, faltando aquele referente aos *royalties*, que tantas discussões têm gerado em todo o país.

Devemos reconhecer que o debate do pré-sal derivou para posições turbulentas entre Estados produtores e não produtores. O consenso aguardado entre as partes, lamentavelmente, ainda não se deu, mas confio no império do bom sendo que haverá de prevalecer.

É importante lembrar alguns aspectos da proposta do projeto de lei do Governo, especialmente o que se relaciona com a exploração e a produção do petróleo e gás na plataforma continental.

Assim, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, a 25% dos Estados produtores confrontantes receberão: 6% aos Estados, aos Municípios produtores confrontantes; 3% aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonantes; 22% para a constituição do Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Estados e Distrito Federal, de acordo com o critério de repartição do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal, de que trata o art. 159 da Constituição Federal; e 22% para a constituição de Fundo Especial a ser distribuído entre todos os Municípios, de acordo com o critério de partilha do Fundo de Participação; 19% para a União a serem destinados ao Fundo Social, instituído pela Lei nº 12.351, de 2010, reduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do Regulamento do Poder Executivo; e, finalmente, 3% para a constituição do Fundo Especial, a ser criado por lei, para o desenvolvimento de ações e programas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Trata-se, como se vê, de proposta que contempla as reivindicações de Estados e Municípios e assegura recursos suficientes para a formação do Fundo Social.

Sobre o Fundo Social, vale à pena repetir o que disse a Presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso de posse:

O meu Governo terá a responsabilidade de transformar a enorme riqueza obtida do pré-sal em poupança de longo prazo, capaz de fornecer às atuais e às futuras gerações a melhor parcela dessa riqueza, transformada ao longo do tempo em investimentos efetivos, na qualidade dos serviços públicos, na redução da pobreza e na valorização do meio ambiente.

Srs. Senadores, o Governo entende que o pré-sal é verdadeiramente o nosso passaporte para o futuro. Por isso é importante, fundamental, que busquemos o consenso quanto à justa distribuição dos *royalties* do petróleo. Judicializar esta questão, no meu entender, em nada contribuiria para a definição urgente, como todos nós desejamos, de questão que interessa a todo o povo brasileiro.

A criação de um impasse jurídico diante da possibilidade da derrubada de veto presidencial poderia significar o adiamento, por tempo indefinido, de um sonho que pode tornar-se realidade desde logo.

A discussão sobre os *royalties* é de interesse de todas as unidades da Federação, aqui representadas pelos Srs. Senadores, mas é, sobretudo, de interesse do País, que precisa ampliar sua luta pelo desenvolvimento sem pobreza e sem miséria, reduzindo as gritantes desigualdades regionais.

O consenso a ser obtido nesta Casa, Sr^{as} e Srs. Senadores, será a expressão legítima do pacto federativo, que nos tornará um País mais justo, mais humano e mais fraterno. Que Deus nos ajude e nos ilumine, na busca da melhor solução para o povo brasileiro em matéria dessa riqueza!

Sr. Presidente, temos estas planilhas, que poderão ser vistas por todos os Srs. Senadores.

São mostradas as principais participações governamentais ou o bônus de assinatura, que é o montante pago pelo licitante vencedor na assinatura do contrato pelo direito de exploração de petróleo ou gás natural. Esse é o bônus de assinatura. O que é o *royalty*? É a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural. A participação especial é a compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade. É o caso, por exemplo, da exploração pelo regime de concessão na área do pré-sal, que já foi licitada.

Aqui, está a fundamentação legal de tudo o que se falou acima.

(Próximo, por favor.)

Qual é o regime vigente no Brasil para a exploração e produção de petróleo e de gás? Há o regime de concessão, que é uma lei de 1997, que resulta na contratação por processo licitatório. Faz-se uma licitação de blocos exploratórios, e aquele que oferecer mais será o vencedor. A União cede às empresas vencedoras o direito à exploração. Em caso de sucesso, se o que ganhou a licitação encontrar petróleo, todo o produto da lavra pertencerá a ele, ao concessionário.

Quanto às participações governamentais devidas, a petroleira exploradora, o consórcio explorador pagará bônus de assinatura, que é definido no processo

licitatório, pagará 10% de *royalties* sobre a produção e pagará a participação especial. É o que se deu em 22 campos, no ano passado, em 2010.

(Próximo, por favor.)

O regime vigente no Brasil sobre o petróleo no caso de cessão onerosa à Petrobras resulta na contratação direta da Petrobras para a produção. A Petrobras terá o direito de produzir até cinco bilhões de barris de petróleo naquele campo, na região do pré-sal. O valor pago pela Petrobras foi de R\$75 bilhões ao Tesouro Nacional. Caso não seja possível produzir o volume contratado, que é o de cinco bilhões de barris, a União devolverá a parcela do montante pago pela Petrobras em excesso.

Quanto às participações governamentais devidas, são 10% da produção a título de *royalties*.

O regime de partilha já foi votado pelo Congresso Nacional e já é lei desde 2010. É a Lei nº 12.351, que resulta na contratação por licitação. Vence a maior oferta de excedente em petróleo para a União. Ou seja, aquele que oferecer maior participação à União no excedente do petróleo, esse consórcio será o vencedor. Em relação aos custos, todas as despesas serão pagas com petróleo. O que oferecer a maior parte será o vencedor.

A Petrobras será a operadora exclusiva, com participação mínima de 30%. Isso foi proposto pelo Governo, e o Congresso Nacional aprovou. Portanto, quaisquer que sejam os consórcios vencedores, eles terão a Petrobras como sócia, com 30%, e a Petrobras será a operadora única.

Em caso de sucesso exploratório – estamos no convencimento de que haverá sucesso em quase todos os blocos –, a produção pertence à União, que repassa ao contratado os custos incorridos, *royalties* e a parcela devida ao contratado do excedente em óleo.

Pré-Sal Petróleo é a empresa que se vai criar, empresa pública que participa dos consórcios e fiscaliza custos. Resulta da venda do petróleo da União destinado ao Fundo Social. É resultado da venda do petróleo.

Participações governamentais devidas: bônus de assinatura fixado pela União e *royalties*. A alíquota ainda não foi definida. Os senhores verão abaixo – está escrito em vermelho – que não cabe participação especial nesse caso, pois os contratados não ficarão com os grandes volumes a serem produzidos, mas, sim, a União Federal.

(Próximo, por favor.)

Mostra-se a distribuição das participações governamentais, os *royalties* e a participação especial na legislação atual, ou seja, no regime de concessão.

Os Estados produtores ou confrontantes recebem, quando se trata de petróleo extraído do mar, 26,25%,

e, quando se trata de petróleo extraído em terra, 61%. Quanto à participação especial, os Estados produtores recebem 40%, quando se trata de petróleo extraído do mar, e 40%, quando se trata de petróleo extraído em terra. Os Municípios produtores recebem 26%, em número redondo, de *royalty* e 17,5% quando o petróleo é extraído em terra. Quanto à participação especial, recebem 10%, quando a extração é feita no mar, e 10%, quando a extração é feita em terra.

Os Municípios afetados são aqueles que estão à margem do mar ou mesmo em terra e que sofrem as consequências da exploração do petróleo. No caso da extração no mar, recebem 8,75%; e, na extração em terra, 8,75%.

Os demais Estados, por meio do sistema do Fundo de Participação, quando se trata de extração no mar, recebem 1,75%. Os demais Municípios brasileiros recebem 7%. A União Federal recebe 30%, quando o petróleo é extraído do mar, e 12,5%, quando o petróleo é extraído em terra. E, de participação especial, recebe 50%, quando a extração é feita no mar, e 50%, no caso da extração em terra. Aqui completamos os 100%.

(*Próximo, por favor.*)

Esses são *royalties* e participação especial entre 2005 e 2011. Essa é uma distribuição que se deu entre União, Estados e Municípios.

(*Próximo, por favor.*)

Essa é uma figura demonstrando como são distribuídos os *royalties* e a participação especial. Isso tudo já foi distribuído aos senhores, já está sobre a bancada dos Senadores.

(*Próximo, por favor.*)

Essa é a arrecadação de *royalties* e participação especial pelo Espírito Santo. Mostra-se o que se deu em 2006 e a evolução em 2010. A partir de 2011, há perspectiva de distribuição bastante elevada, indo ao dobro, no Espírito Santo. Isso vai subindo, até 2015. A partir de 2016, a receita do Espírito Santo será caindo em matéria de recebimento de *royalties* e participação especial.

(*Próximo, por favor.*)

São Paulo tem recebido muito pouco. O percentual aumentará bastante a partir de 2011 e chegará ao auge em 2019, o que está mais ou menos próximo do que receberá o Rio de Janeiro.

(*Próximo, por favor.*)

Aí está o Rio de Janeiro, que tem tido uma receita elevada, que também será crescente até 2019 e que começará a decair um pouco, segundo as previsões, a partir de 2020.

(*Próximo, por favor.*)

Isto aqui mostra a receita dos três Estados produtores: o Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Rio de Janeiro é a faixa de cima, é o que mais recebe *royalties* e participação especial.

(*Próximo, por favor.*)

Agora estamos diante do veto que haverá de ser examinado pelos Parlamentares.

Quais são os impactos do veto no nosso entendimento?

Ressalvada (*Incompreensível.*) da União e dos Municípios afetados por instalação de embarque e desembarque, o restante da arrecadação de *royalties* e participações especiais serão distribuídos: 50% para os Estados e o Distrito Federal, segundo o Fundo de Participação dos Estados, e 50% para os Municípios. Isso se o veto for derrubado. Válido para produção na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, sobre os regimes de concessão e de partilha. A União compensará os Estados e Municípios que tenham redução em suas receitas. Isso se o veto for derrubado e enquanto não for julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

A proposta que foi feita pelo Presidente Lula com o veto; vetou e propôs – isso apenas para o regime de partilha –, e mantém a regra para as áreas sob o regime de concessão.

A concessão vigente: os Estados confrontantes têm 26,25 e a participação especial, 40%.

O que propôs o Presidente da República, Lula? Para os Estados confrontantes, reduzia para 25%. Os Municípios confrontantes que recebem 26%, ou receberiam 26%, passariam para 6%. Municípios afetados por terminais, 8,75, passariam para 3. Todos os Estados que hoje recebem 1,75 passariam a receber 22%. Os Municípios que, hoje, seriam 7%, passarão a receber 22%, e a União Federal cairia de 30% para 22%.

A última coluna.

Nós estamos falando sobre receitas de *royalties* sobre 15% e não sobre 10, como está na primeira coluna aqui.

Bem, se for vetado, ou melhor, se for derrubado o veto do Presidente da República, como é que tem que proceder a União Federal?

A arrecadação da União, em 2010, foi de R\$8.642 bilhões. Os Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo estariam perdendo R\$6.752 bilhões, e os Municípios, R\$3.400 bilhões. Ou seja, o Estado teria de compensar as perdas. Toda receita da União Federal seria insuficiente para compensar as perdas dos três Estados e dos Municípios dos três Estados. A União Federal teria de desembolsar, além do que recebeu do petróleo, mais R\$1.522 bilhão, para poder compensar os Estados confrontantes e Municípios dos Estados confrontantes.

Sr. Presidente, coloço-me agora à disposição dos Srs. Senadores, de V. Ex^a e da ilustre Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Francisco Dornelles, autor do Requerimento de nº 46, de 2011, da Comissão de Infraestrutura.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Presidente Delcídio do Amaral, Senadora Lúcia Vânia, um dos privilégios que tenho na minha vida pública, Senador Lobão, é poder dizer que, há mais de duzentos anos, tenho tido o privilégio de estar ao lado de V. Ex^a. Tive um grande apoio de V. Ex^a na Procuradoria da Fazenda, na Receita Federal, nos Ministérios que ocupei. E, hoje, estou aqui, ao seu lado, acompanhando seu brilhante trabalho no Ministério de Minas e Energia. V. Ex^a está atuando com muita categoria, com muita competência, e quero dizer da minha satisfação de ver esse sucesso.

Eu queria apresentar a V. Ex^a quatro questionamentos. E devo dizer que não quero resposta, não. Eu gostaria apenas de saber se V. Ex^a, no momento em que estivesse coordenando esse grande entendimento, admitiria levar esses pontos em consideração. Devo dizer que não desejo resposta no momento.

A União cedeu à Petrobras, para integralizar no capital da empresa, o campo de Franco, cujas reservas estão estimadas em cinco bilhões de barris. Considerando um preço estimado de US\$8,5 por barril, chegou-se a um valor de 42 bilhões, que foram utilizados para aumentar a participação da União no capital da Petrobras. O campo de Libra, já encontrado e disponível, segundo a Agência Nacional do Petróleo, possui reservas de 5 a 8 bilhões. Com o preço fixado a 8, 8,5, o mesmo do campo de Franco, o campo de Libra deverá propiciar à União uma receita de aproximadamente R\$40 bilhões.

Estou certo de que a União não vai dar isso de graça para a empresa petrolífera. É um campo cujo valor é 40 bilhões. Nem mesmo uma empresa estatal privada vai receber esse presente.

Os recursos obtidos pela transferência do campo de Libra a uma empresa de petróleo privada deverão propiciar à União, entendo eu, um valor de US\$40 bilhões, que, certamente, poderá ser parcelado em um número de anos.

Pergunto: poderia a União considerar a possibilidade de destinar parte dos recursos obtidos pela venda de Libra nas negociações realizadas com os Estados não produtores?

Pergunta dois: no regime de concessão, a empresa que explora o campo de petróleo, como V. Ex^a bem disse, recebe participação especial em *royalty*.

No regime de partilha, a participação especial não será cobrada. Consequentemente, a eliminação da participação especial vai reduzir o custo da empresa exploradora e vai elevar o ganho que advirá no cálculo do petróleo excedente. Em outras palavras, a participação especial recebida pelos Estados vai se transformar em lucro da União. Em 2010, Estados e Municípios produtores receberam de participação especial R\$5,8 milhões. Com o regime de partilha, esse valor deixa de ser receita dos Estados e vai se transformar em ganho da União.

Estaria a União disposta a destinar esses recursos para os Estados e Municípios não produtores? Devo salientar que, nessa operação, a União, pelo regime de partilha, não vai perder um só real, na medida em que estaria transferindo aos Estados e Municípios não produtores uma receita que hoje cabe aos Estados e Municípios produtores.

Terceira questão: com a adoção do regime de partilha, os Estados e Municípios produtores não receberão a participação especial. Não vão receber participação especial, que, em 2010, foi de 5 bilhões e 800 milhões.

Para atenuar essa perda, no projeto de V. Ex^a, a alíquota de *royalties*, hoje, em 10% e que propiciou, em 2010, uma receita de 6 milhões e 300 aos Estados – vou terminar, Sr. Presidente – produtores, seria elevada a 15%, o que traria uma receita adicional de 3 milhões e 100 para Estados produtores. Os *royalties* recebidos pela União, em 2010, 2 bilhões e 800, vão alcançar 4 bilhões e 200.

Entendo que a União – um exame que coloco – poderia destinar 1 bilhão e 400 milhões para Estados e Municípios não produtores e 1 bilhão e 400 para os Estados produtores. Com o aumento da alíquota de 10% para 15%, os Estados e Municípios não produtores, que hoje recebem 800 milhões, iriam receber um adicional de *royalties* de um bilhão. Com a proposta apresentada, caso estivesse em vigor em 2010, Estados e Municípios produtores ficariam com dez bilhões e oitocentos milhões, com uma perda de um bilhão e trezentos milhões.

Os Estados e Municípios não produtores receberiam oito bilhões e quatrocentos milhões, com um ganho de sete bilhões. E a União ficaria com sete bilhões e duzentos, com uma perda de um bilhão e quatrocentos.

E a última para terminar, Sr. Presidente, quando foi criada a participação especial foi estabelecida uma isenção não com base em um valor de reais, mas com base em volume de barris. Como o barril estava cotado a 18,40 dólares, naquela época, hoje com a cotação do barril na faixa de 100 dólares, a isenção foi ampliada em duzentos e cinquenta a quinhentos por cento. Isso faz que somente dezoito campos, entre todos os

duzentos que participam da exploração do petróleo paguem participação especial. Somente dezoito campos estão pagando. Eu pergunto: é possível corrigir esse mínimo de isenção estabelecida para a cobrança da participação especial? Com essa correção a participação poderia gerar recursos adicionais de até cinco bilhões de reais que poderiam ser destinados a Estados e Municípios não produtores.

A União admitiria corrigir o mínimo de isenção estabelecida pela cobrança da participação especial? Porque, Ministro Lobão, hoje, dos quase duzentos campos explorados em terra e mar, aproximadamente dezoito campos estão pagando participação especial. Quando se calculou a participação especial não se calculou em volume de reais, se calculou em volume de barris. Como o barril na época estava a 18,40 dólares a isenção ficou baixa, quando no momento em que chegou a 100 dólares a isenção ficou lá no teto e ninguém está pagando.

Então esses são os pontos, como disse a V. Ex^a, não gostaria de ter resposta imediata, eu pediria que V. Ex^a no momento em que está coordenando essa negociação se V. Ex^a poderia considerar ou, inclusive, gostaria de discutir detalhes dessa proposta se V. Ex^a me desse esse prazer e esse privilégio de me admitir mais exames desses pontos que levo para V. Ex^a. Em outras palavras, eu gostaria simplesmente, principalmente no campo da participação especial, eu acho que as petroleiras estão pagando pouco. Nós não queremos aumentar o imposto não, queríamos corrigir o mínimo de isenção; corrigir o mínimo de isenção não precisava nem de ser plenamente, poderia ser a metade da variação do preço para que elas pudessem pagar em termos reais o mesmo que pagava há 20 anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, Sr^a Presidente,

Conviver com Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ministro, só um...

Nós temos feito um a um, mas em função da Ordem do Dia, acho que seria salutar talvez fazer em grupo de cinco, até para dar mais agilidade a essa...

Se todos estiverem de acordo, são duas comissões aqui reunidas, então antes do Ministro Lobão...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que a pauta está trancada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A pauta está trancada?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Está trancada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então temos tranquilidade para fazê-la. Muito bem Ministro Dornelles.

Com a palavra o Ministro Edison Lobão, com pressuposto que a pauta está trancada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Manda quem pode, obedece quem tem juízo.

O SR. EDISON LOBÃO – Para a minha alegria.

Srs. Senadores, conviver com Senadores da altitude de Francisco Dornelles, é um prazer imenso. Nós somos amigos, como disse S. Ex^a, há 200 anos, e creio que foi em razão desta convivência de dois séculos que, se aprendi alguma coisa isso se deveu a este convívio. A lhanza dele, a cordialidade e a segurança com ele interfere no processo legislativo. Eu era colega dele aqui – sou ainda, emprestado ao Poder Executivo por algum tempo – e admirava sempre as intervenções do Senador Francisco Dornelles porque eram todas judiciosas.

S. Ex^a me encaminha quatro, cinco indagações – quatro indagações – cada qual delas um tratado sobre a matéria. E por se tratado, o próprio Senador Dornelles recomenda que o Ministro não responda agora, mas que deve em sua pasta para meditação. É o que farei Senador Dornelles. Nós não tomaremos nenhuma decisão, esteja certo V. Ex^a, sem compulsar uma a uma as indagações feitas por V. Ex^a, que tem conteúdo. Desde longo, responderia a quase todas, mas prefiro, de fato, recomendado por V. Ex^a, sobre elas meditar e considerar no momento da decisão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado Ministro.

O SR. EDISON LOBÃO – Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado Ministro Lobão.

Eu quero também aqui anunciar a presença do Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o nosso querido Secretário Marco Antonio Martins Almeida, também companheiro lá da Petrobrás.

Eu quero passar a palavra para a Senadora Lúcia Vânia, também autora do requerimento – aqui tem um enxame de autor de requerimento – autora de um dos requerimentos, o requerimento de número 47/2011, da Comissão de Infraestrutura. Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

Como nós estamos ouvindo um a um, se V. Ex^{as}. entenderem que eventualmente a gente pode mudar esse procedimento, ao longo dos trabalhos a gente pode rearrumar isso, mas eu estou seguindo a risca o Regimento, que é um a um e cinco minutos, a intervenção de cada um.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner. Pela ordem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só para a gente se situar. Se pudesse os dois próximos nomes ou para fechar os cinco, para ter uma ideia para a gente saber que são os...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O próximo é o Senador Humberto Costa, depois Senador Inácio Arruda, depois Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois Senador Blairo, depois Senador Flexa Ribeiro, depois Senador Walter Pinheiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, não é o signatário o segundo a falar? Logo depois da Senadora Lúcia Vânia...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É, mas existe... Mas V. Ex^a fique tranquilo, porque o Senador Humberto Costa aqui não se encontra; o Senador Inácio Arruda eu não o vi e o próximo é o Senador Casildo Maldaner, e aí V. Ex^a vem logo em seguida como autor do requerimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, só avisar que vai haver votação de autoridades hoje.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, não se trata disso. Eu sou autor do requerimento, e correu uma lista logo no início para fazer perguntas. O Senador Eduardo Braga é o primeiro e eu o segundo pela lista também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, na pressão, o Senador Blairo Maggi fala primeiro, antes da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente. Desculpe Senador Blairo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Fazer em grupo de cinco.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É melhor fazer em grupo porque vai haver votação de autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então nós fazemos: Senador Blairo Maggi, Senadora Lúcia Vânia, Senador Casildo Maldaner. Esses que são signatários, depois nós entramos na sequência.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Mas eu quero deixar a Senadora Lúcia Vânia falar primeiro. É a minha chefe, é a Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não adianta. Agora V. Ex^a é obrigado a falar, compulsoriamente...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Serei breve.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu também queria propor que os Senadores que não estivessem presentes fossem sucedendo os seus espaços...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, mas só aqui eu já arranquei uns três (Humberto Costa, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro). Então aqui já adianta bastante.

Então com a palavra o Senador Blairo Maggi. Depois, só para entrar na sequência aqui: Senador Blairo, depois Senador Casildo Maldaner, depois Senadora Lúcia Vânia, Senador Eduardo Braga, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh é depois do Suplicy.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito bem. Presidente Delcídio, Presidente Lúcia Vânia, Ministro Edison Lobão que está com a gente, também – faltou óculos agora para reconhecer o nome do Sr. Marco Antonio Martins Almeida. Mas eu serei bastante breve.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Cinco minutos Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cinco minutos.

Bom, eu vou defender a tese de quem está no interior do Brasil. Nós não estamos na beira da praia, não estamos na beira do mar e, no entanto, eu entendo e acho que quem mora nos Estados para fora, deve pensar meio parecido comigo.

Para mim o que está no mar, o que está no Pré-Sal não é de ninguém que está na frente do mar. Isso deveria ser desconsiderado e a gente partir para uma nova etapa de dividir isso igual com todo mundo. A União tem que pegar a parte dela e os Estados e os Municípios totalmente iguais. Porque eu, eu tenho um apartamento lá na praia em Balneário Camboriú, e eu não pago imposto para a prefeitura, eu pago imposto para a Marinha – um tal de laudêmio que tem -, porque eles entendem que nem a beira da praia não é do Município e nem do Estado, é pertencente a Marinha, se é da Marinha logo é do mar. Está certo? Então eu acho que essa questão dos *royalties*, com todo o respeito a quem está explorando, acha que tem direito porque a costa daquele mar está dando ali naquele Estado, mas eu acho que os Estados que são produtores “já são muito beneficiados” pela atividade econômica que acontece em terra: construção de *supply*, construção de navios de apoio, toda a Infraestrutura, a gente vê todo dia lá da Baía de Campos, helicóptero que vai,

gente que mora ali. Quer dizer, há uma atividade econômica muito grande.

Eu sei Ministro, isso aqui não é uma coisa para o senhor responder, mas sim, é só uma reclamação e uma constatação de quem não mora e não habita na frente da Costa brasileira. Eu tenho um entendimento de que essa distribuição de *royalties* no Pré-Sal deveria ser para todo mundo de forma igual ou dividido pelo FPM, pelo FPE ou alguma coisa parecida. Mas uma vez, com todo o respeito a quem defende outra posição, por isso que os senhores viram a reação dos Estados “não produtores” porque acham que estão sendo deixados em segundo plano em detrimento daqueles que acham que são donos do pedaço de mar a 300km da Costa brasileira.

Quer dizer, nós já fizemos a discussão no passado lá, com as milhas – eu acho que eram 300 milhas que nós queríamos -, acho que os nossos antepassados já sabiam que iriam encontrar petróleo naquela época. Portanto, fica aqui só o meu registro e espero que eu encontre a minha posição – a minha posição encontre eco naqueles que não fazem parte dos “Estados produtores”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Blairo Maggi.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores,

Eu vou na mesma linha do Senador Blairo Maggi. Não poderia ser diferente, uma vez que somos da região Centro-Oeste. Mas Ministro, a grande polêmica em torno da repartição dos *royalties*, refere à diferença do tratamento dado a Estados e Municípios em oposição aos não produtores. Sabemos que os Estados produtores tem que suportar o ônus de investir em infraestrutura de magnitude suficiente para atender as populações que se deslocam atraídas por empregos gerados pela indústria do petróleo. Mas esses Estados e Municípios já são beneficiados de forma intrínseca pelo aquecimento da economia local, em função dessa mesma indústria do petróleo.

Então Sr. Ministro, não lhe parece justo que os Estados e Municípios não produtores também sejam aquinhoados com parcela dos referidos *royalties*, que lhes permitam investir igualmente em sua própria infraestrutura. E eu falo aqui da região Centro-Oeste, onde nós somos extremamente carentes em infraestrutura, e somos a região solução para esses Estados, somos hoje o celeiro do País. Então nada mais justo que essa região obtenha uma vantagem, nesse momento em que o País se apresenta com essa riqueza inquestionável.

Embora defendendo isso, eu quero aqui dizer que a fórmula colocada pelo Ministro Dornelles, é uma fórmula que pode ser objeto de negociação. Eu acredito que ele apresenta, através de números, através da nova modificação do regime de concessão para partilha, ele acha um caminho que pode ser negociado. Dependendo naturalmente aí da boa vontade, da flexibilidade do Governo Federal.

Portanto, eu quero aqui colocar a nossa posição dos Estados não produtores, no sentido de que nós vamos lutar para que a gente tenha uma compensação neste momento. Mas estamos abertos a que tenha uma solução que não venha a prejudicar os Estados produtores, mas que esses novos Estados sejam também contemplados. E acredito que a União, dentro do argumento do Senador Dornelles pode perfeitamente acomodar um projeto que venha ao encontro de todos os brasileiros, tanto dos Estados não produtores quanto dos Estados Produtores.

Portanto, deixo aqui a minha posição, que não é diferente da do Senador Blairo, e acredito, esteja aqui transmitindo a posição de todos os Municípios dessas regiões, de todos os Estados que não concordam naturalmente que nessa oportunidade nós tenhamos uma compensação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Delcídio, cara Presidente Lúcia Vânia, também das duas Comissões, Ministro Lobão e caros colegas,

Eu acho que aquela ideia do Senador Dornelles, aqueles números eu não os detenho, mas eu partiria Senador Dornelles, vendo aqueles princípios da linha do que se pensa, do que se medita. Inclusive, Santa Catarina é um Estado que tem até um potencial de produção, praticamente, que começa em Santa Catarina vai até o Espírito Santo é uma bacia que pode até gerar petróleo.

Mas eu acho que não é o que está se colocando e não quero me ater nisso, não é esse o caso. O que eu penso Ministro Dornelles – aliás, Ministro Lobão –, que diante dessa questão que está aí colocada, se veta ou não veta, eu acho que nós temos que encontrar um caminho para o Brasil. Precisamos encontrar um caminho consensual. A produção de petróleo no Brasil é uma riqueza nacional, com a ressalva de que aqueles Estados que vivem mais, os municípios influenciados em função disso, com essa ressalva, agora não podemos deixar de lado o consenso do Brasil, é uma riqueza nacional. Não tem como não participarmos todos do consumo dessa riqueza nacional. Se não tiver

o consumo também nós temos uma produção retida e se não consumir de nada vale.

Então todos nós do Brasil inteiro, como irmãos, estamos consumindo essa riqueza nacional para gerar riquezas. E é em função disso que é preciso, é a grande ginástica Ministro Lobão de encontrar uma questão consensual nessa questão para atender aos Estados e os Municípios do Brasil inteiro. Ressalvado a parte dos maiores produtores, mas tem que ressaltar tudo isso.

Eu quero colocar isso com muita sinceridade, sem querer uma resposta agora. Sei que V. Ex^a está procurando construir esse consenso e, quero aproveitar também, dentro dessa premissa, eu sei que está aqui em pauta hoje a questão dos *royalties* do petróleo, mas só porque Santa Catarina produz carvão também – as minas de carvão – e o Presidente Delcídio conhece bem, essa produção de energia térmica, eu sei que não é hora, mas é uma preocupação que se tem também na produção de energia térmica de carvão, só para deixar, nesse momento aqui colocado perante o nosso Ministro e Senador Lobão.

São as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, olha, eu acho que aqui, Senador Wellington Dias, Senadora Lúcia Vânia que fez fala agora, eu acho que o maior desafio nosso aqui é fazer um debate completamente desarmado para tentar achar um caminho em comum. Eu acho que o fundamental aqui é a gente... Essa é a maior tarefa do Senado Federal hoje, é ter o equilíbrio e tentar construir um consenso.

Eu, sinceramente, acho que aqui, mais do que ficar definindo posições de seus Estados, a gente pode evoluir com muita maturidade para a construção de um caminho de consenso, que deixe tanto Estados não produtores como Estados produtores satisfeitos com final do nosso trabalho. Então, primeiro, eu estou tendo muito cuidado de a gente desarmar qualquer clima de tensão, fazer o debate com muita calma.

Eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores para um aspecto: essa última tabela... a penúltima tabela, Senador Blairo Maggi, na última página, entregue pelo Senador Lobão, eu só queria mostrar a diferença aqui para os senhores entre a concessão e a partilha. Eu queria mostrar... Será que eu posso colocar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Ex^a é da diretoria, se V. Ex^a...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Se os senhores pegarem essa última folha aqui, o gráfico de cima, nós temos aqui como era na concessão...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria só para que se colocasse a penúltima, que é a proposta que foi enviada em função do veto presidencial. É o projeto que está na Câmara.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu queria chamar a atenção... é só um ponto para chamar a atenção da mudança da concessão para a partilha. Os senhores vejam o seguinte, pelo sistema de concessão, hoje, Estados e Municípios não produtores recebem 8,75%, ou seja, 7% mais 1,75%. Agora, na partilha, eles iriam para 44%. Saem de 8,75% e vão para 44%. A União, que era 30%, entrega 8% e fica com 22%. Então ela entrega 8% para Estados e Municípios não produtores. Estados produtores, Municípios produtores e Municípios afetados por terminais – são os casos dos produtores – chegavam antes a 61,25%. Esse era o montante que nós tínhamos. Disso aqui, foi reduzido para – se você pegar essas três primeiras somas – para 34%. O que é que eu quero dizer? Dos 8,75% que foram para 44%, 27% saíram dos Estados e Municípios produtores e 8% por parte da União.

Eu só quero acabar a primeira tese de que o Rio perde muito. A gente perderia, em tese, na constituição daquele acordo que foi feito, quase metade: saímos de 61% e fomos para 34%. Essa é a primeira constatação.

Tem o segundo gráfico – que eu não quero dizer aqui de cabeça –, hoje como é que está a participação especial e *royalties*? *Royalties*, nós temos, hoje, em 2010, menos de 10 bilhões; participações especiais 11 bilhões. Então, veja bem, tem mais em participação especial do que em *royalties*. Agora, na partilha, acaba a participação especial. O Governo o que é que fez? Aumentou os *royalties* de 10 para 15. Se fosse para manter uma distribuição proporcional entre Estados e Municípios, tinha que aumentar esses *royalties* para mais de 20.

Então, o que eu quero dizer aqui? Aumentou, e muito, o ganho da União em proporção aos Estados e Municípios. E é por isso que eu queria voltar ao Senador Dornelles, porque aqui, Senador Lobão, é a gente achar um caminho nessa distribuição, porque eu conversei com vários senadores e governadores de Estados não produtores e percebi que a briga, Senadora Lúcia Vânia, não é nem tanto em relação ao pré-sal, uma vez que nos números em relação ao pré-sal a gente pode até mexer, mas em relação a agora, ao momento de agora. E eu acho que está por aí, o entendimento passa por isso.

E aí eu queria chamar a atenção para essas propostas que o Senador Dornelles fez. Ela falou do campo de libra, que é uma possibilidade. A segunda possibilidade: só o que a União vai deixar de repassar para Estados e Municípios – porque não vai ter

participação especial no pré-sal – é algo em torno de, segundo cálculos, de 5,8 bilhões, como falou o Senador Dornelles.

Será que aqui não dá para haver uma composição que de alguma forma isso possa ser repassado para Estados e Municípios não produtores agora? Eu daria um exemplo: a União abre mão – já que vai ganhar, no futuro, no pré-sal – da participação especial sua hoje, porque a grande discussão, o grande problema é hoje, pois os governadores e senadores querem que os Estados não produtores recebam hoje.

Acho que nesse detalhe todo aqui, do jeito que falou o Senador Dornelles, já que a União vai ganhar tanto, uma vez que acabou a participação especial, também não acho justo quando aumenta os *royalties* de 10% para 15% a União ganhar mais nesses *royalties*. Não é outra parcela que a gente poderia colocar em negociação com os Estados não produtores?

E, por fim, estou falando aqui porque estou dizendo que existem vários caminhos. O Senador Dornelles é o nosso professor, sou liderado dele aqui nessa questão. Com capacidade, quero dizer que o Senador Wellington tem desempenhado um papel nesse clima de discussão, de debate, de tensionamento. Mas eu queria dizer uma última coisa que o Senador Dornelles, dizer que o Senador Wellington tem jogado um papel nesse clima de discussão, de debate, de distensionamento, mas eu queria falar uma última coisa que o Senador Dornelles também falou. Senador Dornelles, participação especial – dos 313 campos, só 22 campos têm participação especial.

Agora, olha só, o decreto foi um decreto de 3 de agosto de 98, Senador Blairo Maggi. Estão aqui os critérios. Naquela época, sabe qual era o preço do barril de petróleo? US\$15; hoje, está US\$100. Alguma mexida aqui, eu tenho certeza, pode possibilitar um aporte de um valor...

O SR. EDISON LOBÃO – Só queria interromper V. Ex^a...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu estou no mesmo caminho... Pode falar, Senador Lobão, claro.

O SR. EDISON LOBÃO – Para lembrar que o *royalty* é pago sobre o valor internacional do petróleo, não importa o quanto ele esteja custando aqui, internamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas eu não estou falando do *royalty*, eu estou falando, meu Ministro, Senador querido, que vai achar uma saída para isso, eu estou falando sobre a participação especial. Dos 313 campos apenas 22 campos pagam participação especial, porque nesse decreto foi estabelecido que só quem tenha acima de 450 mil metros

cúbicos de petróleo (*Inaudível.*) pode pagar. Naquela época, o cálculo foi feito porque o preço do barril de petróleo era US\$15, ou seja, abaixo disso, não se considerava tão lucrativo. A situação mudou.

Então, na mesma linha do Senador Dornelles, com calma, talvez seja outro caminho. O que eu queria, só para encerrar minha fala aqui, dizer que o fundamental aqui é o espírito de construção, de buscar um caminho, de ter essas reuniões públicas, mas depois sentar aqui, coletivamente, e achar um caminho. Eu acho que há espaço. A gente sabe que se não houver acordo aqui essa matéria vai para a Justiça, vai para isso... Há espaço. Acho que esse Senado pode dar uma demonstração de muita maturidade se conseguir administrar essas questões de equilíbrio federativo.

Então, eu estou muito esperançoso, mas vai depender muito de como vamos conduzir esse nosso debate.

Eu agradeço a V. Ex^a. Muito obrigado, Ministro Lobão. Também não preciso de respostas aqui, não; estou só falando de cenários para a gente sentar, debater e procurar caminhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias.

Só queria fazer o registro de que essa primeira reunião, até pelo papel que o Ministro Lobão terá, que é fundamental aí na busca... é o dono do jogo... e portanto ele vai ter nessa coordenação que ele fará, vai ter um papel muito importante, e o objetivo dessas audiências públicas é exatamente... hoje o Ministro Lobão veio aqui para explicar o modelo das concessões, depois a partilha, depois como é que é a distribuição de *royalties*, como é que isso fica nos Estados, nos Municípios e na União e, depois do veto, o projeto que o próprio Presidente Lula encaminhou à Câmara dos Deputados.

Então, aqui já estão surgindo várias propostas e esse é o objetivo da audiência pública. O Senador Dornelles fez uma série de sugestões muito pertinentes, todos aqueles que vieram posteriormente colocaram suas posições com muita competência, o Senador Lindbergh agora. E o objetivo dessas audiências é exatamente saber como é que está o estado da arte desse debate, os projetos, as propostas, ouvir depois os governadores de Estados produtores, de Estados não produtores. O Senador Wellington Dias também trabalhando forte num modelo, já tendo discutido isso também com governadores. Quer dizer, a ideia realmente é fazer um *brainstorm* aqui, fazer um grande debate no sentido de ouvir cada um dos senadores e senadoras que representam seus Estados, para que depois dessas audiências públicas a gente caminhe

para um trabalho interno aqui, no Senado, para buscar uma solução até o dia 15 de setembro.

Eu passo a palavra para o Senador do Espírito Santo Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Presidente, eu, lamentavelmente, não tenho o mesmo tempo de convivência com o Senador e Ministro Lobão que tem o Senador Dornelles. Se não tenho os duzentos anos de relacionamento, tenho algo muito próximo, porque meu pai foi deputado federal, já em 1978, e desde essa época sou admirador do Ministro Lobão, por sua capacidade política, por sua habilidade, por sua jornada testada e provada de homem público, não apenas aqui no Legislativo, como também no Poder Executivo.

Saúdo aqui, Ministro Lobão, a presença do nosso Deputado Federal capixaba, Audifax Barcelos, homem que teve 160 mil votos para Deputado Federal – o Deputado Federal mais votado do Espírito Santo. Mas é muito natural que nós estejamos todos aqui – o Ministro é homem da Academia, das letras, conhece muito bem o poeta Tolstói, quando ele diz que quem não é capaz de amar sua aldeia não é capaz de amar o mundo. E o que fazemos todos nós, Senadores, aqui é exatamente isso, porque esta é a Casa que representa os Estados brasileiros, esta é a Casa que tem a responsabilidade da união nacional, da fraternidade federativa.

Eu acho, sinceramente, que não há qualquer tipo de bom-senso em dividirmos este País em Estados que produzem petróleo, Estados confrontantes e Estados não confrontantes; Municípios confrontantes e Municípios não confrontantes. Esse não é o papel, seguramente, do Senado da República.

O nosso papel é trabalhar uma proposta técnica e, sobretudo, uma proposta política. No momento em que nós, julgo eu, precisamos ter a dimensão e a consciência das nossas responsabilidades, que não estão limitadas à questão dos *royalties*. Por decisão do Supremo Tribunal Federal e por omissão desta Casa, nós teremos, até o final do ano que vem, que regulamentar o Fundo de Participação dos Estados, que tem grande impacto na vida dos Estados brasileiros, sobretudo dos Estados do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste.

Também estamos em meio ao início de uma, a meu juízo, equivocada, reforma tributária fatiada, quando o Governo Federal fala em fazer reforma do ICMS, que também tem uma enorme capacidade de impactar os nossos Estados. Imagino o que acontecerá com o Mato Grosso do Sul, se Mato Grosso do Sul perder a capacidade de seu incentivo regional da importação do gás que vem da Bolívia. Perderá receitas anuais da ordem de R\$600 milhões.

Portanto, nós, Senadores, estamos diante de uma complexidade muito grande. Discuti, na semana passada, com o Senador Delcídio, com o Senador Dornelles e com a Senadora Lúcia Vânia, se não seria oportuno que nós discutíssemos tudo isso no mesmo instante, com a mesma estratégia, porque nós estaremos alterando profundamente a realidade dos nossos Estados e não temos a consequência disso ainda. Não temos o impacto medido e dimensionado do que estaremos fazendo com a nova distribuição desse bolo tributário do País. Mas estamos diante de uma necessidade premente, que é o debate em torno do veto do 8051, e aqui é preciso reconhecer o esforço do Senador José Sarney, Presidente desta Casa, que tem tido uma postura extraordinariamente democrática, dando-nos tempo, abrindo toda a condição, para que a gente possa construir uma proposta de consenso.

Não quero aqui me debruçar em qualquer alternativa técnica. Todos nós estamos associados à necessidade dessa convergência. Sou também autor de uma proposta nesse sentido, assim como o Senador Wellington o é, assim como o Senador Dornelles o é, assim como nós temos aqui uma proposta, que, a meu juízo, é a melhor delas todas, que é a proposta encaminhada a esta Casa, ao Congresso Nacional, pelo ex-Presidente Lula, que é produto desse grande entendimento que foi feito à luz desse debate, porque, na verdade, quando o Governo Federal encaminhou para o Congresso a nova forma, caminhando de concessão para partilha, esse tema não foi debatido. E foi uma ingenuidade imaginar que esse debate caminharia pelo Senado sem que os Estados, sem que os Deputados, sem que os Senadores pudessem debater a respeito desse tema.

Ministro Lobão, V. Ex^a está no comando dessa articulação. V. Ex^a é o nosso Ministro das Minas e Energia, homem de visão, visão de Estado e de estadista.

Precisamos, mais do que nunca, que o Governo Federal coordene e lidere esse processo de negociação, ainda que as Comissões de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura façam aqui esse esforço. Vamos ouvir, esta semana ainda, o Presidente da Petrobras, os governadores dos Estados confrontantes e não confrontantes. O esforço político está sendo feito, mas sem a coordenação do Governo Federal, sem a coordenação de V. Ex^a, sem a coordenação da Presidente Dilma não chegaremos a nenhum consenso, nem a convergência. Nós conhecemos a força do Poder Executivo no Congresso Nacional, e isso será fundamental para que nós não entremos naquilo que, julgo eu, seja o pior dos mundos: a judicialização desse processo, o que também seria um atestado de incompetência. Nós estaríamos abrindo mão de arbitrar este tema e o de

legaríamos para a Justiça – sabe-se Deus quando –, causando incerteza e insegurança jurídica, enviando péssimo sinal para o mercado da nossa incapacidade de estabelecer regras estáveis para tema tão complexo como este.

Toda vez que, para tema complexo, você tem uma resposta simplificando o mesmo, é demagogia, populismo. O tema é complexo e vai exigir dedicação permanente de V. Ex^a, a liderança de V. Ex^a na condição de nosso Ministro de Estado de Minas e Energia, Ministro de todos os brasileiros, Ministro dos Estados confrontantes e não confrontantes porque não pode haver cidadão de primeira e de segunda grandeza. Esse é o papel do Senado e é para essa tarefa que estamos mais uma vez pedindo o apoio e a liderança de V. Ex^a para nos coordenar na busca de uma proposta que possa nos colocar num caminho de manter a união nacional em torno deste que é um tema decisivo para o presente e para o futuro do País. É a manifestação que faço elogiando a postura do Ministro Edison Lobão e contanto com a liderança dele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço. Uma vez que nós cinco Senadores já falamos, volto a palavra ao Ministro Lobão. Depois, temos inscritos: Senador José Pimentel, Waldemir Moka, Senadora Ana Rita, Senador Wellington Dias. Há Senadores inscritos, mas não estão presentes. Na medida em que eles cheguem, eles falarão também. Mas esses que citei são os próximos quatro inscritos.

Com a palavra, o Ministro Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, ouvi atentamente as palavras marcadas pelo equilíbrio dos Senadores Blairo Maggi, Lucia Vânia, Casildo Maldaner, Lindbergh Farias e Ricardo Ferraço.

O Senador Blairo Maggi levanta a questão do direito – que a ele ocorre – dos Estados chamados não produtores sob argumento de que a riqueza é uma só e pertence a todos. É exato, Senador, está no artigo 20 da Constituição Federal que o subsolo, além de outras riquezas que a Constituição especifica, pertence à União Federal, que é composta por todos os Estados e Municípios. Na mesma direção falam a Senadora Lucia Vânia e o Senador Casildo Maldaner. O Senador Casildo indaga se, no seu Estado de Santa Catarina, há possibilidade de manifestação da presença de petróleo. Sim, não exatamente do pré-sal, que vai do Espírito Santo até o Paraná, passando por São Paulo, Rio de Janeiro, e temos indícios bastante fortes da presença de petróleo no mar territorial confrontante a Santa Catarina.

Senhores, o que se está procurando fazer ao longo desse tempo é justamente buscar uma solução

que seja capaz de contemplar todos os que têm direito a essa riqueza, sejam os Estados confrontantes, sejam os Estados não confrontantes. A Constituição ressalva a posição dos Estados confrontantes, dizendo que eles terão de ter uma participação diferenciada, o que também é justo, mas reconhece o direito dos demais Estados.

Eu acredito que, ao cabo desses debates que estamos travando já há muito tempo e com as sugestões que surgem a cada dia, seja dos Deputados, seja dos Senadores, seja dos próprios Governadores, possamos chegar a um consenso. A proposta do Presidente Lula já teve esta intenção, a intenção do consenso. O Governo Federal abdicou de uma participação mais expressiva, na busca, portanto, desse entendimento.

Eu quero adiantar aqui que - eu não sei se todos os Senadores estão advertidos para esta situação –, na distribuição prevista dos recursos do pré-sal, os Estados deverão recebê-los prontamente, os Municípios também e a União Federal, não. A União Federal recebe os recursos e deposita-os num fundo soberano no exterior. A União Federal não disporá desses recursos para seus investimentos imediatos ou para suas despesas imediatas. Eles vão para um fundo soberano, exatamente para prevenir a economia nacional da chamada maldição holandesa. Quando esses recursos estiverem produzindo resultados no exterior, parte deles voltará ao Brasil para cumprir investimentos. Onde? Nos Estados e nos Municípios todos. Em qualquer circunstância, os recursos que caberão à União Federal não servirão para despesas na Esplanada dos Ministérios e, sim, no futuro, não muito imediato, para redistribuição com os Estados e Municípios através de programas como combate à pobreza, saúde, educação, cultura, meio ambiente e assim por diante. Portanto, os recursos que caberão à União Federal, em última análise, pertencerão aos Estados e Municípios e não à União Federal, que, em si mesma, já significa Estados e Municípios.

Creio que não há nenhuma indagação objetiva a ser prontamente respondida e, sim, contribuições valiosas de todos os Srs. Senadores, que levarei para que, junto com a minha assessoria... Aqui está um dos principais assessores que nos ajudaram a elaborar essa legislação, que é o Dr. Marco Antonio. Não está aqui hoje o Dr. José Lima, que hoje é Presidente da BR Distribuidora, que nos ajudou enormemente na formulação desse trabalho...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO – Que foi coordenado por mim e presidido pela Ministra – hoje Presidente – Dilma Rousseff.

Senador Lindbergh...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– V. Ex^a toca num tema muito importante, quando diz que a Constituição Federal, no seu art. 20, garante aos Estados confrontantes uma participação diferenciada em função dos impactos ambientais, das demandas no campo da infraestrutura e assim por diante. O Constituinte, em 1988, quando assim o fez, não deixou de reconhecer os Estados não confrontantes, porque, no caso do ICMS, o combustível é o único produto em que o ICMS se dá no consumo e não no destino, como forma de compensar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Energia e combustível.

O ICMS grava todos os produtos na origem; no destino, somente o combustível e a energia. Foi uma forma que o Constituinte encontrou, em 1988, de reconhecer uma forma de os Estados não confrontantes participarem da distribuição desse bolo tributário.

É a contribuição que eu quero dar ao que V. Ex^a trouxe aqui.

O SR. EDISON LOBÃO – Obrigado a V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Eu solicitaria aos Srs. Senadores que deixassem o Ministro concluir e, posteriormente, pedissem o Ministro, porque, do contrário, fica difícil ordenar os trabalhos.

Com a palavra o Sr. Ministro Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Para essa bateria de perguntas que foram intervenções muito mais propositivas que indagações, eu já concluí.

A SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Depois, Waldemir Moka, do PMDB e, posteriormente, Wellington Dias, do PR. O PT volta com José Pimentel.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr^a Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, caro Ministro Edison Lobão, Sr. Marco Antônio Martins Almeida.

Querido Ministro Edison Lobão, quero agradecer a sua atenção para com a minha pessoa nesses últimos dias. Estamos em um dia daqueles que V. Ex^a conhece, de termos de estar em três, quatro lugares simultaneamente, o que nem sempre é possível. Mas acho muito importante o empenho, o esforço que V. Ex^a está realizando para ouvir os Senadores dos mais diversos Estados, para conseguir chegar à harmonia do entendimento segundo a qual se vai assegurar o objetivo pelo qual os recursos do pré-sal venham, ao mesmo tempo, beneficiar os 191 milhões ou quantos

formos, nos próximos anos, décadas, e, ao mesmo tempo, vai assegurar o direito, que está na Constituição, de que os Estados e Municípios onde se dá a exploração de petróleo possam ter também recursos que levem em consideração o esforço, os eventuais males ao meio ambiente, a tudo que precisa ser feito.

Acho que V. Ex^a está conseguindo, com a Presidenta Dilma Rousseff, conduzir o diálogo para que se chegue a uma boa solução, de tal maneira que o Estado Piauí se entenda bem com o Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul e todos nós percebamos os recursos extraordinários que, felizmente, o Brasil conseguiu.

O Presidente Lula muitas vezes fez a observação de que parece que Deus é brasileiro, que veio morar no Brasil e ajudou a Petrobras a encontrar, no fundo do oceano Atlântico, na camada pré-sal, extraordinária reserva petrolífera. Então, será importante que nós venhamos a assegurar esse direito de maneira a harmonizar todos os brasileiros.

Parabéns por essa disposição de V. Ex^a

V. Ex^a sabe que, dentre as diversas finalidades do recurso do pré-sal, tenho imaginado que será possível – inclusive, com o objetivo de erradicação da pobreza absoluta, já que é um dos objetivos principais e já definido em lei – considerar a hipótese de financiar, com o tempo, uma renda básica de cidadania para todo e qualquer brasileiro e brasileira, não importa a origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica.

Gostaria de lhe propor e de ouvir a sua reflexão no sentido de que esse objetivo esteja também considerado como uma das possibilidades, uma vez que – inclusive quando V. Ex^a era Senador – a Lei nº 10835 prevê a instituição, por etapas, da renda básica de cidadania, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, venha a ser instituída. Possivelmente, as reservas de petróleo muito poderão colaborar para isso, assim como as de outras fontes de riqueza geradas em nosso país.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka, pelo PMDB.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidente, quando a senhora puder voltar ao número quinze, que é José Pimentel, estou aqui à disposição. Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Estamos fazendo como o Senador Delcídio estabeleceu: um por cada partido.

Waldemir Moka.

O WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr^a Presidente, muito obrigado por assegurar minha vez.

Senti que já ia levar uma rasteira aqui, mas V. Ex^a garantiu a minha vez.

Primeiro quero manifestar ao Ministro a forma como fomos recebidos. Não poderia esperar nada diferente. Eu e meu colega Ricardo Ferraço fomos adentrá-lo e eu disse: “V. Ex^a está muito mais acostumado nessa Casa que eu e ele, que estamos estreando aqui no Senado”. Mas, objetivamente, penso que existem alguns conceitos, por isso a discussão é problemática. Esses conceitos de Estados confrontantes ou Estado produtor é que dá essa questão. Primeiro, sou um que entendo que aquilo que é receita dos Estados, Rio de Janeiro e Espírito Santo, aquilo que for receita e que o Estado já contabiliza é muito difícil de se mexer. Sou um daqueles que acha que isso não pode acontecer, porque o Estado já conta, já arrecada. Agora, daqui pra frente, precisamos entender esse conceito de forma diferente, porque a 300 km e de 3 a 5 mil metros de profundidade é forçar a barra querer dizer que é de alguém ou de algum Estado, porque não é. Aí não tem jeito, ninguém consegue convencer.

Sou de um Estado em que, a 300 km da minha cidade, estou quase em Assunção, no Paraguai. Então não tem jeito. É um negócio que ninguém consegue admitir. Agora, por um outro lado, não dá para pedir para o Rio de Janeiro e Espírito Santo abrirem mão de receitas que eles já contabilizam. Agora, daqui para frente, acho que temos que estudar realmente, principalmente em um momento em que vamos discutir reforma tributária, o Governo ensaia uma reforma tributária e começa pelo ICMS.

O ICMS é o único tributo que os Estados têm. E o meu Estado do Mato Grosso do Sul, ao reduzir isso, não tem. Acho que o momento para essa discussão é oportuno, porque, a partir de alguns critérios, podemos chegar a um consenso. Aí sim – e sou um daqueles que acredita que temos que votar isso sob consenso. Não nos interessa ficar ao longo do tempo discutindo isso no Poder Judiciário. Agora, é importante também que os outros Estados entendam. Já integrei uma comissão e creio que o Presidente Sarney recebeu um abaixo-assinado de não sei quantos coordenadores de bancada. Ele não vai resistir por muito tempo a ter que submeter esse veto à apreciação do Congresso Nacional. Essa é uma preocupação que tenho. Uma vez derrubado o veto, teremos que entrar e brigar na justiça, porque claro que tanto o Rio de Janeiro quanto o espírito Santo não vão, evidentemente, abrir mão dessas receitas já contabilizadas. Então, não é uma pergunta, é uma constatação, mas penso que é fundamental.

Para encerrar, acho que a proposta que o Senador Wellington Dias... Aliás, essa história começou lá

com Marcelo Castro, Wellington. Ele estava aqui, também parlamentar do Piauí, e foi quem começou essa discussão lá na Câmara dos Deputados, eu estava lá. Acho que a proposta hoje formulada pelo Senador Wellington Dias é interessante, até porque parte de um consenso que tem um número muito grande de apoio de governadores dos nossos Estados.

Era isso, Sr. Ministro.

A SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias. Logo em seguida, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidente, sou o 15º inscrito, portanto a senhora tem todo o direito de não cumprir o Regimento e saltar.

Muito obrigado, estou saindo e sou um daqueles que está há 17 anos na Casa e nunca procurei dar rasteira em ninguém, sou muito disciplinado, talvez a senhora não me conheça bem, por isso estou me retirando, porque não dou rasteira, mas cumpro o Regimento.

A SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador, estou seguindo a orientação do Senador Delcídio do Amaral, que deixou aqui definido assim.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Bom, se for possível, seria um prazer muito grande ouvir aqui o nosso querido Senador Pimentel, com o maior prazer.

Primeiro quero saudar a iniciativa da Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos por podermos realizar este momento aqui, e também agradecer a presença do Ministro Edison Lobão e da sua equipe, por intermédio do Dr. Marcos Almeida, pelo importante trabalho que vem fazendo. Uma tarefa que, se fosse simples, não precisaria haver esse debate de muitos anos sobre esse tema. Mas sabemos que a Presidente Dilma confiou a V. Ex^a a tarefa de conduzir esse processo, para que se possa chegar ao entendimento.

Vou partir aqui de alguns pontos de vista que são fundamentais. Primeiro aqui com o Senador Ferraço. Por que a proposta que o Presidente Lula enviou à Câmara, pelo bom senso, não pode ser a referência? Porque ela já foi derrotada na Câmara e no Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Foi. Na Câmara e no Senado. A Câmara fez uma proposta, além da que ele mandou, veio para o Senado, que não resgatou a proposta anterior, fez uma nova proposta e, a partir dessa nova proposta... Mas quero dizer aqui o que tem de bom nela, que acho que vale a pena se considerar. Não é por uma suposição, claramente o Congresso Nacional já colocou um posicio-

namento em relação à proposta que veio em lugar do veto. Certamente, se for a voto, na minha compreensão, pelo que vejo hoje, vai acontecer de novo o que já aconteceu lá atrás.

Em segundo lugar, claramente, de todo o diálogo que temos travado, há algumas coisas que são – quero destacar aqui – importantes. Quem é do Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste, quem está no litoral ou no centro, enfim, há uma compreensão de que se trata de uma riqueza toda especial e não pode. Em sua regulamentação, desconhecer que regras foram feitas lá atrás, que estão vigentes, e não pode o Congresso Nacional, agora na mudança, desequilibrar os Estados chamados de produtores – prefiro confrontantes –, incluindo petróleo. No caso, especialmente petróleo em mar.

Do outro lado, da parte do Governo federal, há uma compreensão de que a União não suportaria, sozinha, fazer as vezes dessa compensação, por isso teve o veto. O Congresso pode derrubar o veto, o Congresso pode manter o veto, mas essa é uma posição compreendida assim, da parte do Executivo.

Hoje sou mais otimista do que era há algum tempo atrás, quando dizia claramente que achava pouco provável encontrar uma fórmula que pudesse, por exemplo, ter a concordância do Rio de Janeiro. Por quê? Porque, pela regra que temos, especialmente na área de concessão, o Rio de Janeiro pode até encontrar fórmula em relação a manter o que tem, mas olhando a perspectiva futura, em qualquer mudança que se faça, mexe com a parte do Rio de Janeiro. Não se faz omelete sem quebrar ovos. Essa é uma posição.

A proposta que o Senador Dornelles nos trouxe agora para o debate, Ministro – é o que quero chamar atenção –, nos abre uma grande perspectiva. A primeira delas é em relação ao preço referência para o efeito do cálculo da participação especial. Ou seja, se o preço referência é em torno de 20 dólares/barril, e se o valor do barril no mercado é completamente diferente, ou seja, uma atualização que não precisa nem ser pelo valor do crescimento do barril, mas uma atualização que seja já coloca uma receita nova, que problema se tem para analisar? Faço questão de ressaltar isto: são as empresas que ganharam as concorrências que pagam a participação especial. Precisam ser analisados os efeitos que isso tem na sinalização para o mercado.

O segundo ponto também é um fato – e aqui também quero pegar carona com o outro, que também abre espaço para o entendimento. É que, na partilha, já não há mais a participação especial. Ela se transforma em receita da União, que, na verdade, tirando o que já recebe, vai para a formação do Fundo Social. Correto?

Bom, que ponto eu trago da lei que o Presidente Lula encaminhou? Para que houvesse um entendimento, o Presidente Lula, lá atrás, abriu mão de seis pontos percentuais da participação da União para compartilhar com os Estados produtores ou confrontantes. Isso é fato. Isso é fato. Bom. Qual é o ponto agora então? A Presidente Dilma concordaria que, ao invés de a União ficar com 40% – repito, tirando a parte que já recebe, o restante vai para o Fundo Social –, trabalharia com 34%, e não com 40%, para dar aqui um número redondo. Isso também abriria outro espaço para a negociação.

Enfim, a proposta que apresentamos. E o que eu queria, na verdade, era ouvir o Ministro sobre isso. A informação que tenho aqui da parte do Ministério de V. Ex^a e de outras áreas do Governo é de estudos em relação às alternativas, para que se possa ter esse entendimento. Por quê? Porque se houver uma forma de Rio e Espírito Santo, que é o que está na proposta que apresentamos,... Em relação ao que recebem, permanecem recebendo o valor efetivamente já creditado. Se entram na partilha do bolo dos Estados, na regra que foi estabelecida – está certo? –, e se têm, ainda, os Estados produtores, alguma coisa dessa fatia que é destinada ao Fundo Social pela União, eu acho que temos um grande espaço para o entendimento.

Então, eu quero aqui, modestamente, contribuir para esse entendimento. Porque o alerta que quero fazer sempre é este: primeiro, claramente, é o que a última tabela do Ministério mostra, inclusive pegando carona em uma fala do Senador Ferraço. A pior coisa que pode acontecer, na visão – está certo? –, é o que é possível acontecer, que é a derrubada do veto. Por quê? Primeiro, porque cai sobre a União a responsabilidade da compensação. Segundo porque, Rio e Espírito Santo, para pegar apenas esse exemplo de Estados confrontantes ou produtores, têm uma compensação sobre um valor, sobre uma base atual. Para frente, são novas regras. Terceiro, porque pode gerar um conflito judicial, e no conflito judicial pode acontecer de tudo. Pode acontecer de tudo, é bom lembrar. De tudo. Inclusive é possível que o STF concorde que não cabe à União compensação. E aí, como é que fica a situação dos Estados produtores? O STF pode entender que tem que sair do bolo dos Estados não produtores ou pode fazer uma regra nova, como tem feito muito ultimamente. Aliás, uma das coisas que mais tem acontecido no Brasil é o STF legislar. Ou seja: “O Congresso não teve coragem de fazer, pois eu vou fazer agora”. E nós sabemos quais são as posições que saem de lá. Então, eu acredito que tem que haver um esforço.

O que é que eu quero louvar aqui? A posição do Governador Casagrande e a posição do Governador Sérgio Cabral, que apresentam propostas que abrem

essa possibilidade de entendimento. E do Senador Dornelles também, pela contribuição, com a sua experiência e o seu conhecimento, no sentido desse entendimento, e sei que faz isso discutindo com as Bancadas do Espírito Santo, do Rio e de outros Estados.

Então, Ministro, o que eu quero aqui é me colocar à disposição para esse debate. Se caminharmos com essas variáveis, eu acho que temos como chegar, quem sabe, a um entendimento, senão unânime, muito próximo da unanimidade, que é o interesse maior do nosso País.

E não posso deixar de dizer aqui: esse debate da partilha nos impede quase de tratar do principal. O principal é o destino desses recursos, e eu acho que a gente tem que ter a coragem de colocá-los para aquilo que é a essência do nosso País: para a educação, para a saúde, para a segurança, para a ciência e tecnologia. Registro que, hoje mesmo, estiveram aqui estudantes, o pessoal da UNE, que estão travando um debate belíssimo aí no sentido desse trabalho. Acho que o petróleo, mais do que nunca, é nosso, por essa nova regulamentação, e acho que a gente pode abrir um grande espaço pensando nas gerações futuras.

Agradeço a tolerância.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o último orador inscrito, Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Exmº Ministro, antes de mais nada, sinto-me muito honrado, e não como filho, de estar aqui com o Ministro de Minas e Energia, o Ministro que conseguiu levar energia à residência de mais de três milhões de brasileiros, conseguiu levar adiante o marco regulatório do petróleo, está agora levando adiante o marco regulatório da mineração, que são avanços na nossa legislação, fruto do empenho que conheço, como profissional, do Ministro na área de planejamento, de estratégia, de pensar adiante do seu tempo.

Mas faço esses elogios todos não para elogiá-lo porque é meu pai, mas por uma precaução, para que ele, num átimo de saudosismo desta Casa, não queira retornar e tirar o meu lugar. (*Risos.*)

Mas, Ministro, eu não quero entrar muito nesse assunto do *royalty* porque nós pensamos de forma diferente, o Governo tem um pensamento inteiramente diferente do meu. Eu acho que, preservados os atuais recursos dos Estados produtores, todas as receitas provenientes do pré-sal, no meu entendimento, têm que ser distribuídas equitativamente para o Brasil todo, usando até o critério do Fundo de Participação dos Estados.

Então, esse é um pensamento que grassa aqui no Congresso, e isso deveria ser mais bem discutido, como está sendo discutido, e essa é a função desta audiência pública.

Então, parabenizo a nossa Presidente Lúcia Vânia e o Presidente Delcídio, que tiveram a iniciativa, junto com os subscritores desses requerimentos, de propiciar essa oportunidade, para que a gente possa exaustivamente discutir esse assunto da distribuição dos *royalties*.

Parabéns, Ministra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra...

(*Interrupção do som.*)

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – ...nesta Casa, honra a nossa comissão, e apenas colocar um ponto. Muitas vezes existe uma confusão muito grande entre os conceitos de *royalty* e petróleo. As pessoas falam, algumas vezes, do *royalty* como se fosse petróleo. Ninguém discute com petróleo: no mar ou na terra, é da União. Ninguém discute. Isso é o óbvio. O Ministro Lobão colocou isso muito bem. O *royalty* é uma compensação devida aos Estados afetados pela exploração do petróleo da União.

Dentro de um conselho, em qualquer lugar do mundo, aquele que explora o petróleo é dono do petróleo, tem o lucro do petróleo; e aquele que é afetado pela exploração recebe o *royalty*. Muitas vezes, eu coloco esse ponto porque se faz a confusão entre *royalty* e petróleo. Nós do Rio não queremos que o petróleo seja nosso. O petróleo é da União – e nem pode ser de outro jeito. Apenas, em termos constitucionais, o *royalty* é devido aos Estados que sejam afetados pela exploração.

Mas eu confio imensamente no Ministro Lobão, conheço sua capacidade de coordenar, conheço seu tirocínio e estou certo de que vamos fazer um grande entendimento.

O Rio quer participar e reconhece o direito, como disse o Senador Lobão, de todos os Estados participarem da repartição do pré-sal, mantendo, como disse o Senador Moka, o respeito ao que já foi feito, ao direito adquirido de poços já licitados, para evitar uma batalha judicial. E vamos discutir a repartição do petróleo do pré-sal num sentido maior, procurando a participação de todos nessa nova riqueza.

Está certo, muitos Senadores querem conseguir uma vitória, uma participação, mas não tem nenhum sentido humilhar, querer agredir o Rio de Janeiro. Querem defender uma participação maior de todos os Estados no pré-sal, nós reconhecemos e até aplaudimos.

E quero cumprimentar o Senador Wellington Dias, que tem sido um grande companheiro, uma pessoa

aberta ao diálogo, uma pessoa que teve uma atuação tão brilhante que hoje o Governador do Rio não conversa comigo nem com o Senador Lindbergh, só com o Senador Wellington. O Rio já adotou o Senador Wellington. Está certo que ele vai ser o grande instrumento de amplo acordo que vamos fazer com todos os Estados do Brasil, evitando uma batalha judicial que iria paralisar toda a produção do pré-sal.

Muito obrigado, Sr^a. Presidente. Ministro Lobão, mais uma vez, meus cumprimentos.

A SR^a PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PDSB – GO) – Com a palavra, o Senador Wellington, pela ordem.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para dizer que é isso que dá um mineiro ser adotado pelos cariocas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – pela ordem, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PDSB – GO) – Com a palavra, o Ministro Lobão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente. Na mesma direção do Senador Dornelles, na condição de representante de Estado produtor, também achamos que essa riqueza tem que ser distribuída pelo conjunto do País, e tem que ser distribuída com justiça. Mas precisamos especificar mais este debate. Uma coisa é quando o Senador Wellington diz fazer a distribuição de toda a plataforma continental; outra coisa é fazer a distribuição daquilo que é geologicamente a camada pré-sal. Não somos contra a distribuição dessa riqueza que está, como disse aqui o Senador Moka, a 300 quilômetros da costa, a três mil metros de profundidade. Não é isso. Nos achamos também e por isto confiamos no Ministro Lobão que ele vai nos conduzir, nos coordenar para construir uma proposta que harmonize o País. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PDSB – GO) – Com a palavra, o Ministro Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr^a Presidente, parece que estamos chegando ao final desta audiência pública, agora com a intervenção do Senador Eduardo Suplicy, Waldemir Moka, Wellington Dias e Lobão Filho. O Senador Suplicy nos traz à colação outra vez o combate à pobreza e a questão fundamental da renda básica, uma bandeira pela qual ele se bate frequentemente com toda a razão e com méritos que reconheço a S. Ex^a. Tem sido uma bandeira nobre da parte dele. Ele entende que essa nova riqueza que está sendo descoberta pode acudir a esse propósito. O Senador Wellington Dias tem estudado essa questão com muito afinco e já nos apresentou creio que duas versões das suas ideias – que não são apenas dele, mas de um conjunto de Parlamentares que o ajudam nesta tarefa

fundamental de encontrar um caminho que seja capaz de se projetar como consenso neste debate que travamos há bom tempo. O Lobão Filho fala mais ou menos na mesma direção e apenas manifesta a intenção de prosseguir aqui porque está aprendendo com os senhores Senadores. É uma escola muito útil para ele.

Quando o Presidente Lula vetou o projeto que foi aprovado pelo Senado e pela Câmara, ele reapresentou o que fora concebido pelo Líder Henrique Alves. Foi o que quis dizer o Senador Wellington Dias. Henrique Alves foi o relator na Câmara, apresentou substitutivo que mais ou menos correspondia também ao pensamento do Governo Federal naquele momento. O projeto foi rejeitado pelo Senado e pela Câmara e substituído pelo projeto do Senador Pedro Simon. O que fez o Presidente Lula? Vetou a decisão do Congresso Nacional, direito constitucional seu, sendo também direito do Congresso examinar o veto consequente, e reapresentou o projeto Henrique Alves porque ele correspondia ao que o Poder Executivo imagina fosse um bom caminho.

Hoje, eu não quero tomar uma posição mais definitiva sem examinar detidamente as sugestões que estou recolhendo aqui, além das dos governadores, vários que estiveram comigo, de prefeitos que têm estado comigo. Mas os governadores apresentaram uma solução. Quero apenas chamar a atenção dos senhores Parlamentares que, até pelo caminho mais fácil de resolver a questão, seria retirar recursos que caberiam à União.

Ora, quando a Presidente Dilma pediu, mais do que recomendou, ao governadores que procurassem se entender em torno da matéria, ela não imaginava que já tendo a União Federal cedido bastante, outra vez os governadores se entendessem retirando da União Federal. O que propõe o projeto vetado? Que não se mexam nos ganhos dos Estados produtores ou então que se mexam profundamente, transferindo-os para os não-produtores, com a obrigatoriedade de a União Federal compensar os produtores. Ou seja, está tirando da União.

Vimos ali que mesmo a União Federal utilizando todos os recursos que arrecada, esses não seriam suficientes para compensar Estados produtores da perda que teriam com o projeto vetado. A conclusão a que chego é que, de fato, o projeto vetado não pode ser a melhor solução. E se nós vamos assistir ao Congresso Nacional derrubar veto presidencial – é uma possibilidade constitucional essa – não há dúvida de que a União Federal terá que recorrer ao Supremo até porque não terá condições de pagar, com o que arrecada, as perdas dos Estados e dos Municípios produtores. E qual vai ser a decisão do Supremo? Primeiro,

vai decidir no dia seguinte; ou então não decidirá no dia seguinte, só daí a 20 anos. Vai decidir a favor do veto ou contra o veto. Vai legislar, não vai legislar. Nós não sabemos o que vai ser feito. Então nós que somos políticos, e o Milton Campos, que é do Estado do Senador Dornelles, depois adotado, segundo o Wellington Dias, e bem adotado pelo Rio de Janeiro, o Milton Campos dizia que o técnico tem o saber e o político a sabedoria. Nós temos que trabalhar então com o saber do técnico e a sabedoria dos políticos para encontrar a melhor solução.

Eu agradeço muito a V. Ex^{as} a gentileza com que me receberam aqui e estarei sempre pronto para debatermos este assunto. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PDSB – GO) – Agradeço ao Ministro Edison Lobão a gentileza de estar aqui conosco, agradeço inclusive a suas palavras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 57 minutos.)

Ata da Trigésima Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e Trigésima Sétima Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada, em Conjunto, em 24 de Agosto de 2011, às 14 Horas, na Sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e quatro de agosto do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral e da Senadora Lúcia Vânia, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Ana Amélia, Casildo Maldaner, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Lídice da Mata, Lindbergh Farias, Paulo Bauer, Reditario Cassol, Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Walter Pinheiro e Wellington Dias, e, ainda, da Senadora Ana Rita**. Deixam de comparecer os Senadores **Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Clésio Andrade, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Fernando Collor e Mozarildo Caval-**

canti. A Presidência declara abertos os trabalhos e esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, com a presença, como expositor, do Senhor José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, a fim de debater a “repartição dos royalties do petróleo entre os entes da Federação Brasileira”, em atendimento aos Requerimentos nº 58/2011-CAE, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, nº 46/2011-CI, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro, e nº 48/2011-CI, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Blairo Maggi, bem como para “conhecer e discutir a política de investimentos da Petrobras”, em atendimento ao Requerimento nº 32/2011-CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores **Wellington Dias, Ana Amélia, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Francisco Dornelles, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner**. **A reunião é suspensa por uma hora e seis minutos. Dando continuidade, o convidado responde às perguntas, e faz suas considerações finais**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às **dezoito horas e dezesseis minutos**, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidenta da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 38ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 37ª reunião da Comissão de Infraestrutura.

Audiência pública com a presença, como expositor, do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro SA – Petrobras, com a finalidade de debater a repartição dos *royalties* do petróleo entre os entes da Federação brasileira, em atendimento aos Requerimentos de nº 58/2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros Senadores, de nº 46, de 2011, da Comissão de Infraestrutura, de iniciativa dos Senadores Francisco Dornelles e Walter Pinheiro, e de nº 48/ 2011, da Comissão de Infraestrutura, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Blairo Maggi, bem como para conhecer e discutir a política de investimentos da Petrobras, em atendimento ao Requerimento nº 32/2011, da CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará

as seguintes normas: o convidado fará sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, eu gostaria aqui de cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, Senadora Presidenta da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, quero cumprimentar aqui a Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, aqui presente, a competente Senadora Ana Amélia, o Senador Ferraço, do Espírito Santo, o nosso querido Senador Cyro Miranda, de Goiás, o nosso Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro, e cumprimentar, em nome do Deputado Federal Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul, Presidente da Frente Mista do Pré-Sal, e da nossa querida Senadora Ana Amélia, todas as lideranças políticas aqui do Rio Grande do Sul e todos os Vereadores presentes. Quero dizer que é uma honra tê-los aqui nesta audiência pública com temas tão relevantes, como aqueles de que trataremos nesta audiência pública com a presença do Presidente Gabrielli.

Eu gostaria só de registrar também que, na primeira etapa dessa exposição, o Presidente Gabrielli vai falar sobre o plano de investimentos da Petrobras, que é um programa vigoroso, ousado, de investimentos de US\$224 bilhões nos próximos cinco anos. A vinda do Presidente Gabrielli se originou desse requerimento apresentado pelo Senador Lindbergh Farias. E depois, como estamos agora numa fase de discussão do pré-sal aqui no Senado, e todos os senhores sabem que temos até a data de 15 de setembro para votar o veto do Presidente Lula, estamos fazendo um ciclo de audiências públicas, que termina no dia 1º, pelo menos é o que foi planejado inicialmente... Ontem, tivemos aqui o Ministro Lobão; hoje, temos o Presidente Gabrielli; depois, teremos o Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, e, na próxima semana, na quarta teremos os Governadores dos Estados produtores e na quinta, os Governadores que representam os Estados não produtores.

Com isso, a gente fecha esse ciclo de audiências públicas da Comissão de Infraestrutura, presidida pela Senadora Lúcia Vânia, e da Comissão de Assuntos Econômicos, para que, efetivamente... Aí começa um trabalho de negociação para se buscar uma proposta de consenso até o dia 15 de setembro porque, se o veto cair, nós vamos judicializar essa discussão, e eu acho que não interessa a ninguém aqui a judicialização de um tema tão importante para os Municípios e para os Estados brasileiros e, evidentemente, para a União e para a Federação.

Esse é o intuito. Não é um trabalho fácil. Os senhores e as senhoras já conhecem as dificuldades que envolvem o pré-sal. Nós temos um compromisso com o País de fazer com que o pré-sal, a riqueza do pré-sal garanta desenvolvimento econômico, social, para que o Brasil não repita experiências de outros países que são ricos em petróleo, mas com seu povo pobre. Não podemos perder essa oportunidade, essa janela rumo ao futuro que se apresenta, especialmente com o pré-sal.

Eu queria fazer a abertura falando isto até para que todos os senhores e as senhoras conheçam bem os cronogramas. É um cronograma difícil, nós estamos aqui com várias comissões funcionando, Senador correndo pra cá, correndo pra lá, em função das suas atividades, mas é um esforço que precisa ser feito independentemente do quórum para que a gente cumpra essas etapas e até o dia 15 de setembro apresente uma proposta para discussão da distribuição dos *royalties* do pré-sal.

Antes de iniciar os trabalhos e chamar o Presidente Gabrielli, vou passar a palavra para a Senadora Lúcia Vânia, nossa Presidente da Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Delcídio do Amaral, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento, a exemplo do que fez o Senador Delcídio do Amaral, todas as lideranças que aqui se encontram, quero dizer que V. Sªs são bem-vindos aqui nesta discussão.

Nesta 37ª reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura em conjunto com a 38ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ouviremos o Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro AS – Petrobras, com o objetivo de dar continuidade ao ciclo de debates acerca da repartição dos *royalties* do petróleo, além do motivo principal do Requerimento, que já foi dito aqui pelo Senador Delcídio do Amaral, que seria conhecer os investimentos da Petrobras para o próximo período.

A proposta da presença do Sr. Gabrielli aqui hoje é, sobretudo, apresentar essa discussão através de um viés técnico e didático de forma a contribuir para o esclarecimento público de um assunto também tão complexo como a repartição dos *royalties* do petróleo.

Sabemos que este não tem sido um debate de unanimidades, pois envolve interesses diversos, mas ainda assim este Senado está disposto a ouvir as possibilidades e propostas que ainda possam ser apresentadas na expectativa de chegarmos a um consenso.

Foi dito aqui pelo Senador Delcídio, e concordamos com isto, que a derrubada do veto levaria esse

tema ao Judiciário, o que não é bom para ninguém, não é bom principalmente para o País.

Portanto, quero, aqui, nesta oportunidade, cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral, dizer da nossa satisfação, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, de estar ao seu lado num debate tão importante como este e dizer que o Senador Delcídio do Amaral, por ser da área terá muito a colaborar na formatação desse projeto que pretendemos entregar ao Presidente da Casa, Presidente José Sarney, até o dia 15 deste mês.

Portanto, muito obrigada pela presença de todos e vamos à nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Presidenta Senadora Lúcia Vânia.

Eu pediria ao Senador Wellington Dias e ao Senador Lindbergh que conduzam à Mesa dos trabalhos o Presidente Gabrielli, nosso Presidente da Petrobras. É a nossa comissão de frente. *(Pausa.)*

Nós queremos dar as boas-vindas ao Dr. José Sergio Gabrielli, Presidente da nossa querida Petrobras.

Meu caro Gabrielli, V. S^a terá 30 minutos para a exposição. Depois, começaremos os debates, priorizando aqueles que apresentaram requerimentos nas duas Comissões, de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, para que façamos um bom debate, aproveitando a presença do Presidente Gabrielli aqui, entre nós.

Com a palavra o Presidente Gabrielli.

Mais uma vez, as boas-vindas aqui, das Comissões de Assuntos Econômicos e Infraestrutura do Senado Federal.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Exm^o Sr. Senador Delcídio do Amaral; Exm^a Sr^a Senadora Lúcia Vânia; Exm^{os} Srs. Senadores e Deputados aqui presentes; senhores e senhoras, é com muito prazer que eu estou aqui para apresentar – sei que a discussão mais candente, neste momento, é sobre os *royalties*, mas, se não houver produção, não há *royalties*. Então, eu tenho de falar um pouco da produção antes de falar do *royalty* porque, se não houver produção, não há *royalty*. Então, eu quero falar um pouco mais da produção, dar alguns números para os senhores e apresentar perspectivas para o futuro.

Neste primeiro *slide*, eu queria chamar a atenção dos senhores para este primeiro *slide*, porque este primeiro *slide* mostra um pouco a evolução dos investimentos da Petrobras de 1954 para cá.

Nos últimos 30 anos, a Petrobras cresceu uma média de 10% ao ano, de produção, de petróleo e gás.

A Petrobras conseguiu ter esse crescimento extraordinário, de 10% em média ao ano, nos últimos 30 anos, não de forma linear, mas com saltos na sua

produção, à medida que descobriu novas áreas de exploração para produção de petróleo.

Então, a Petrobras começa, em 1954, com a produção de 2,2 mil, 2,3 mil barris por dia. De 2 mil barris por dia. Hoje, a Petrobras produz 2 milhões de barris por dia!

A Petrobras sai da produção de terra, vai para a produção de águas rasas, porque descobre novas fronteiras em águas rasas, principalmente da bacia de Campos; das águas rasas, vai para as águas profundas e começa a produção dela nas águas profundas em 1978. E, de 1978 para cá, ela produz intensamente nas águas profundas da bacia de Campos.

A partir de 2003, ela intensifica seus investimentos e, ao intensificar seus investimentos, descobre a bacia de Santos e a bacia do Espírito Santo. E tem a enorme descoberta, com a bacia de Santos, de uma nova fronteira, que vai permitir à Petrobras dizer que, nos próximos dez anos, vai crescer 9,6% ao ano.

Portanto, ela cresceu, nos últimos anos, nos últimos 30 anos, 10% ao ano e vai crescer 9,6% nos próximos dez anos. Vai sair da produção atual de 2 milhões de barris para atingir 3 milhões de barris em 2015, e atingir 4,9 milhões de barris em 2020.

Nessa produção da Petrobras – é só Petrobras –, se você adicionar à produção dos outros sócios da Petrobras, dos outros produtores na bacia de Campos e dos outros produtores no Brasil, pode-se estimar que o Brasil estará produzindo, em 2020, mais de 6 milhões de barris por dia. Ou seja, três vezes mais do que hoje! Nenhum barril, nenhum barril desses 6 milhões de barris virá de áreas do novo pré-sal. Nenhum barril desses virá das áreas cujos *royalties* os senhores estão discutindo, porque, para esses seis milhões de barris, valem atualmente as regras da concessão, as regras atuais da distribuição de *royalties*. Esse é um elemento para o qual eu acho extremamente importante chamar a atenção, porque nós estamos prevendo um aumento da produção três vezes maior do que é hoje nas áreas atualmente concedidas. Então, consequentemente, mantido tudo o mais constante, os *royalties* e participações serão multiplicados por três, de hoje até 2020.

(Próximo, por favor.)

Para fazer isso, evidentemente teremos que fazer investimentos. Na indústria de petróleo, diferentemente de outras indústrias, a produção vem do que foi investido. Se não houver investimento, não haverá produção. E você investe e começa a produzir o mais rapidamente possível no máximo de capacidade de produção possível.

Quando nós comparamos o plano da Petrobras 2012/2014 no período 11/14 com o período 2011/2015,

nós vamos ver que os números são globalmente a mesma coisa: US\$224 bilhões e US\$224,7 bilhões. Mas são muitos diferentes. Eu queria chamar atenção para algumas diferenças. Primeiro, no plano até 14, os US\$224 bilhões correspondiam a R\$419 bilhões.

O plano 2011/2015 corresponde a R\$389 bilhões, por causa da taxa de câmbio. Consequentemente, a valorização do Real faz com que esse plano 11/15 em reais seja menor do que o plano 11/14 em reais. Essa é a primeira mudança.

A segunda mudança importante: nós estamos aumentando o investimento na atividade de exploração e produção de petróleo. Nós estamos saindo de 53% para 57% na atividade de exploração de petróleo. Ou seja, nós estamos aumentando investimento na produção e na descoberta de novas fronteiras de petróleo. E mais ainda: nessa atividade, nós estamos fazendo uma mudança muito importante que é importância do pré-sal nessa produção.

O pré-sal hoje representa 2% da produção da Petrobras. Em 2015, o pré-sal vai representar 18% da produção da Petrobras. Em 2020, o pré-sal vai representar 40% da produção da Petrobras. Dois por cento, 18%, 40%, nenhum barril do novo pré-sal, toda a produção do pré-sal já concedido. O campo de Lula, Guará, Carica, Bem-te-vi, Iara, a cessão onerosa, as áreas que estão sob concessão ou que estão sob o regime de cessão onerosa. Não há nenhum barril na partilha de produção nesses números.

Segundo elemento importante: no investimento que nós fazemos para encontrar petróleo, a maior parte dos investimentos que nós fazemos para encontrar petróleo está fora do pré-sal. A maior parte dos investimentos, que são US\$22 bilhões, serão investimentos feitos fora do pré-sal.

O investimento de produção, no entanto, a maior parte do investimento para desenvolver a produção, para acelerar a produção será feito na região do pré-sal brasileiro.

Consequentemente, nós estamos dizendo o seguinte: o pré-sal se torna realidade cada vez mais. A Petrobras hoje produz 127 mil barris por dia do pré-sal já. Se nós colocarmos Petrobras e parceiros, o pré-sal está produzindo mais de 150 mil barris por dia hoje. Nós vamos produzir do pré-sal mais de 540 mil barris por dia em 2015 e vamos produzir do pré-sal mais de 2,3 milhões de barris por dia em 2020. E esse pré-sal não é o pré-sal novo. Esse é o pré-sal já concedido. Eu faço questão de enfatizar isso porque sobre esse pré-sal, em tese, valem as regras atuais.

A segunda diferença importante é na área de refino. Na área de refino, nós temos a seguinte situação no Brasil – chamo isso de segundo pré-sal brasileiro,

esse segundo pré-sal é com letra minúscula: o mercado brasileiro de derivados de petróleo é dos que mais crescem no Brasil. Nós hoje consumimos, no Brasil, 2,2 milhões de barris em derivados. Nossa capacidade de refino instalada é de 1 milhão, 845. Portanto, nós temos hoje uma situação no Brasil em que nós importamos diesel – nós importamos, anualmente, diesel –, nós importamos gasolina, nós importamos querosene de aviação, nós importamos gás liquefeito de petróleo, nós importamos nafta; nós exportamos óleo para navio...

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Mas etanol é outra coisa, por outras razões, aqui estou falando do petróleo; importamos etanol também, posso até falar um pouco do etanol, mas aqui estou falando do petróleo e das refinarias. E nós temos uma enorme obrigação de não somente, nesse período, atender a esse mercado, que é hoje importador, porque nós não temos capacidade de produzir, portanto temos de importar esses produtos; mas nós, além disso, temos de fazer um enorme investimento para melhorar a qualidade do diesel e da gasolina. Nós temos que reduzir a quantidade de enxofre na gasolina e no diesel. Isso vai demandar, no nosso plano, quase 24 bilhões de dólares sem aumentar um barril na capacidade de produção, apenas reduzindo a emissão de enxofre na gasolina e no diesel.

Felizmente, nós estamos concluindo esse ciclo. Então, nós estaremos concluindo o ciclo de investimentos na qualidade do diesel e da gasolina. Vamos implantar 26 unidades novas de hidrotratamento e de hidrossulfurização nas nossas refinarias, de tal maneira que nós vamos reduzir drasticamente, de algumas áreas de duas mil partes por milhão de enxofre para 10 partes por milhão de enxofre, a partir de 2014. Dez partes por milhão de enxofre. Isso é um investimento pesado, que não aumenta em nada a produção.

Nós vamos também, nesse investimento gigantesco de 73 bilhões, 74 bilhões de dólares, nós vamos criar, iniciar a construção e concluir algumas refinarias. Vamos iniciar a construção de cinco refinarias. Cinco refinarias serão construídas aí, de tal maneira que, de hoje até 2020, nós vamos acrescentar à capacidade de refino no Brasil mais um milhão e 200 mil barris por dia. Nós vamos chegar, em 2020, com a capacidade de refino, que hoje é de 1 milhão e 840, para 3 milhões e 100 mil barris por dia no Brasil. Em 2020, portanto, nós não somente seremos autossuficientes na produção de petróleo, mas também seremos autossuficientes no diesel, na gasolina, no QAV, no GLP. Na nafta não, a nafta depende da natureza do petróleo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – No enxofre nós vamos ter, a partir de 2014, 10 p.p.m., 50 p.p.m. e 500 p.p.m., dependendo dos diferentes tipos de enxofre, mas, na maior parte das capitais, serão 10 p.p.m., e na maior parte das cidades maiores, 50 p.p.m.

(Intervenção fora do microfone.) – Hoje é quanto?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Hoje, o diesel metropolitano é 50 e o diesel das cidades menores é 2.000. Agora, tudo isso implica uma série de outras mudanças, não basta o diesel. Não basta o diesel. Eu queria lembrar que, para isso, vai ser necessário trocar os motores dos caminhões e dos ônibus porque, para os motores atuais da maior parte de nossa frota, ter diesel de 10 ou de 50 ou de 2.000 não tem diferença. Para que esse diesel tenha efeito sobre o meio ambiente, é preciso que o motor seja outro, e não é esse motor que nós temos, particularmente nos veículos fabricados antes de 1998. Depois de 1998, você pode adaptar alguns elementos na exaustão que permitem segurar os particulados, mas, na maioria dos veículos nossos, nem com isso você tem efeito.

A terceira mudança importante é no gás e energia. Nos últimos anos, nós investimos fortemente na montagem de uma cadeia de gasodutos no Brasil. Temos hoje quase 10.000km de gasodutos funcionando no Brasil, de tal maneira que temos uma rede nacional. Você pode injetar gás natural no Ceará, na Bolívia, no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Norte, e esse gás injetado na rede é usado em qualquer lugar do Brasil, porque a rede é integrada nacionalmente.

Essa fase se concluiu. Os nossos novos investimentos em gás e energia não serão mais na construção de gasodutos. Os nossos novos investimentos na área de gás e energia serão para aumentar a flexibilidade da oferta de gás e na demanda de gás no Brasil. Então, nós vamos construir três plantas de ureia e amônia, que são nitrogenados, gerados a partir do gás natural para fertilizantes, e vamos construir uma capacidade de regaseificação de 41 milhões de m³/dia. Hoje nós temos 21, vamos para 41 milhões de m³, que é mais do que o gasoduto Brasil-Bolívia. O gasoduto Brasil-Bolívia, ou Bolívia-Brasil, é de 30 milhões de m³/dia. Teremos, nos nossos portos, no Ceará, na Bahia e no Rio de Janeiro, a capacidade de injetar, no sistema brasileiro 41 milhões de m³/dia em 2015. Então, hoje já tem 21, vamos construir mais 20. Essas são mudanças importantes no gás e energia.

E, no etanol e no biodiesel, também nós temos uma mudança muito importante. Nós temos um investimento previsto de 4,1 bilhões de dólares na área de biocombustíveis, sendo que a maior parte desse investimento vai ser dedicada, dessa vez, ao etanol. Nós vamos sair de uma produção atual de 5,3% da

produção total da Petrobras com seus sócios para estar produzindo, em 2015, 12% da produção brasileira de etanol. Provavelmente, nós seremos o maior produtor de etanol do Brasil em 2015, estaremos produzindo 5,6 bilhões de litros de etanol em 2015. Há dois anos, não tínhamos nenhuma produção. Hoje nós produzimos 1,6 bilhão de litros, vamos passar a produzir 5,6 bilhões de litros em 2020.

(Próximo, por favor.)

Aqui temos um exemplo do tipo de produção que nós fizemos. Se os senhores e senhoras notarem, estamos dizendo o seguinte. Em 2015, estaremos produzindo, de óleo e gás, 3 milhões, 993; 3 milhões e 70 de petróleo no Brasil, 543 mais 13 do pré-sal e o restante fora do pré-sal – esse pré-sal de novo é o pré-sal já concedido. Para fazer isso, nós vamos implantar, de 11 a 15, 10 plataformas no pós-sal, 8 plataformas de produção no pré-sal e um projeto de produção na cessão onerosa. Nós vamos adicionar de capacidade – não é adicionar produção, vamos adicionar de capacidade – 2,3 milhões de barris por dia, de capacidade adicional de produção.

Só para lembrar, nós levamos 57 anos para produzir 2 milhões e 100. Nos próximos cinco anos, nós vamos adicionar 2 milhões e 300, à velocidade que estamos fazendo aqui. Significa que nós vamos implantar esse monte de projetos aqui. São 19 grandes sistemas de produção, que vão entrar em produção, no pós-sal e no pré-sal. Isso faz com que a produção chegue próxima, de petróleo e gás, no Brasil e no exterior, a 4 milhões de barris.

Agora, notem, de 2015 a 2020, se aqui são 19, nesse período aqui, serão 35. Portanto, a aceleração que nós vamos ter no período 15-20 é maior do que o que tivemos nesse período aqui, que já é uma aceleração muito grande.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui mostra um pouco como é que nós vamos sair dos dois milhões para os três milhões.

Cada quadradinho desse aqui, que é muito bonitinho e fácil de fazer, tem milhões de horas/homens técnico, tem milhares de componentes, tem centenas de fornecedores, porque é um sistema que vai produzir 120 mil barris por dia. É um sistema que vai produzir 100 mil barris por dia, 180 mil barris por dia, 80 mil barris por dia. Isso aqui são quatro testes de longa duração. Vamos produzir 30 mil barris por dia cada um.

Então, isso aqui é um sistema extremamente complexo. É bonito fazer assim, mas a ideia é mostrar que nós temos um gigantesco programa para fazer isso.

Como é possível dizer que vamos fazer isso? Até 2013, todos esses sistemas já estão contratados e estão em construção. Nós estamos em processo de

contratação dos sistemas de 2014 e 2015. Até 2013 estão todos contratados e em construção. Portanto, temos, hoje, uma tranquilidade de dizer que é possível fazer isso porque já temos isso contratado.

(Próximo, por favor.)

Isso aqui tenta mostrar um pouco o volume de vendas nosso. Isso aqui é transformando todos os nossos produtos em barris de óleo equivalente. Então, temos venda de fertilizantes transformados em barris de petróleo, energia elétrica transformada em barris de petróleo, biocombustíveis transformados em barris de petróleo equivalente, vendas internacionais em barris de petróleo equivalente, gás natural em barris de petróleo, exportações em barris de petróleo, venda para outras distribuidoras no Brasil em barris de petróleo, vendas para nossa distribuidora BR em barris de petróleo.

Eu queria chamar atenção para o volume que nós operamos hoje em vendas. Nós estamos, hoje, vendendo o equivalente a 3,8 milhões de barris por dia. Nós vamos chegar a 2020 com uma operação equivalente a sete milhões de barris por dia.

Notem que as nossas exportações hoje são de 586 mil barris por dia e vamos crescer essas exportações para 2,3 milhões de barris por dia em 2020. Exportações, além do mercado doméstico, de 2,7 milhões, de petróleo, de derivados de petróleo.

Notem que, além desses 2,3 milhões, nós estaremos vendendo, internacionalmente, mais 900 mil barris por dia. Portanto, a Petrobras, em 2020, estará vendendo ao mercado internacional no Brasil, do Brasil e fora do Brasil, mais de três milhões de barris por dia.

Esses 2,3 milhões, para dar uma noção do que representa isso, significa que as exportações correspondentes a 2,3 milhões, se o preço do petróleo for US\$80,00, representa US\$67 bilhões só de exportações em 2020. Esse é o tamanho do programa que nós estamos apresentando.

(Próximo, por favor.)

Aqui nós temos as refinarias. Nós temos a Refinaria Abreu e Lima, que entra em operação no final de 2012, que é de Pernambuco, que nesse momento é com a PDVSA, até que ela se decida se casa ou não casa. O casamento ainda está para se realizar.

Nós temos o primeiro trem do Comperj, no Rio de Janeiro, que entra em 2013, temos o primeiro trem da Refinaria Premium I, no Maranhão, que entra em 2016, o primeiro trem da refinaria do Ceará, que entra em 2017, o segundo trem da refinaria do Rio de Janeiro, que entra em 2018, e o segundo trem da refinaria do Maranhão, que entra em 2019.

Então, vamos sair de uma capacidade de refino, carga fresca processada, hoje, de 1,8 milhão de bar-

ris por dia para chegar a 3,2 milhões, em 2020, com um mercado que será entre três milhões e 3,3 milhões em 2020.

Mas notem que nós vamos estar produzindo petróleo, 4,1 milhões, em 2020. Se nós pudéssemos voltar atrás e lembrar de 1980, veríamos que em 1980 nós tínhamos uma produção de 181 mil barris por dia, uma capacidade de refino de 1,4 milhão e um mercado brasileiro de um milhão. Nós importávamos petróleo leve, processávamos no Brasil e vendíamos para o mercado brasileiro. Saímos de 181 mil para atingirmos, hoje, dois milhões. Saímos de 1,3 milhão para 1,8 milhão. E o mercado brasileiro, que era de um milhão, foi para dois milhões.

(Próximo, por favor.)

Mas tem outro detalhe importante: o Brasil cresce mais fora do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Sul e Sudeste. O Brasil cresce mais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Se olharmos a capacidade de refino nossa no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, vamos ver que hoje temos um déficit de 464 mil barris por dia no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque nossa capacidade de refino é de 299 e a demanda é de 763. Com as refinarias que vamos fazer até 2015, essa capacidade de produção vai sair de 299 para 552, mas o mercado do Nordeste, Centro-Oeste e Norte vai sair de 763 para 968, de tal maneira que continuaremos com déficit nessas regiões. No Sul e Sudeste, o mercado é relativamente equilibrado hoje e vai continuar relativamente equilibrado em 2015. Portanto, as refinarias têm de ser localizadas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque é lá que temos o maior déficit de produtos no nosso mercado.

(Próximo, por favor.)

Aqui, tem um pouco da divisão dos investimentos da Petrobras. É uma visão operacional, o que significa que é um investimento onde ele vai ser usado, não onde ele está sendo produzido. Evidentemente, ele vai ser usado predominantemente no Sudeste, que é onde está o petróleo nosso. Temos a maior parte do nosso petróleo na bacia de Campos, na bacia de Santos e na bacia do Espírito Santo. Portanto, a maior parte do petróleo está aqui nessa região e é onde teremos o maior investimento, mas isso não quer dizer que todo esse investimento que será feito aqui está sendo produzido nessa região. Nós temos investimentos feitos – vou mostrar mais adiante – em outras regiões do País que atendem a essas regiões. O Nordeste vai ter um investimento de 45 bilhões; o Centro-Oeste, onde ainda não encontramos petróleo, 2,9 – algum dia, encontraremos, não é Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Tem gás?

Então, temos de achar.

(Próximo, por favor.)

Então, nós temos um problema novo, porque, para se fazer tudo isso, nós precisamos de gente. Assim, treinamos já 78 mil pessoas para a cadeia de fornecedores da Petrobras. Vamos precisar treinar mais 212 mil pessoas.

(Próximo, por favor.)

Já treinamos esses 78 mil em quase todos os Estados do Brasil: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro – evidentemente, treinamos no Rio de Janeiro um bocado de gente –, São Paulo – um bocado de gente. Então, 78 mil pessoas já foram treinadas. Vamos treinar mais 212 mil, distribuídos dessa forma que temos aqui.

(Próximo, por favor.)

Das 291 mil pessoas que treinamos e vamos treinar de 2006 a 2014, realizamos cursos em 17 Estados e 34 cidades. Temos 185 cursos estruturados de nível básico, de nível médio e de nível superior. Fizemos cinco ciclos de seleção de candidatos; tivemos 750 mil candidatos inscritos e aprovamos 106 mil. Vamos fazer mais 12 mil turmas até 2014 com setenta entidades para treinar os profissionais para trabalhar na cadeia de petróleo e gás. E 81% dos egressos dos nossos cursos estão empregados.

(Próximo, por favor.)

Aqui, mostra um pouco o que aconteceu com a cadeia de fornecedores nossos. Como os senhores podem ver, os nossos fornecedores estão predominantemente no Sul e no Sudeste, mas na costa, no período de 2000 a 2003; de 2004 a 2007, passamos a perceber que tem um pouco mais de interiorização. A costa continua predominante, mas já há mais interiorização da nossa cadeia de fornecedores para o interior do Brasil, o que mostra um pouco um envolvimento maior do conjunto do Brasil no fornecimento de bens e serviços para a cadeia de petróleo e gás.

(Próximo, por favor.)

Aqui, mostra um pouco – vou entrar no tema *royalties* e participações – a participação da Petrobras na arrecadação dos Estados e Municípios brasileiros. Em todos os Estados brasileiros, com exceção de São Paulo, a Petrobras é responsável por mais de 13,8% da arrecadação desses Estados. O Estado em que mais somos responsáveis é o Estado do Amapá, com 39,6% da arrecadação do Amapá; em segundo lugar, está o Rio de Janeiro, com 35,9% da arrecadação do Rio de Janeiro vindo da Petrobras, da venda direta e indireta da Petrobras, porque aqui inclui ICMS, *royalties* e participações especiais. ICMS, *royalties* e par-

ticipações especiais no Rio de Janeiro... O Piauí está aqui com 20%. Mais do que na Bahia, que está com 19,6%. Isso aqui é arrecadação total.

Aqui mostra um pouco o aumento do que a Petrobras pagou de Cide, ICMS, PIS/Pasep, Cofins, Imposto de Renda, Contribuição Social e outras contribuições – 1.010% foi o crescimento de 1999 para 2010. Esse foi o crescimento das contribuições e participações governamentais da Petrobras nesse período. No ano de 2010, nós recolhemos R\$19,8 bilhões de participações governamentais no País, pela Petrobras.

Do ponto de vista da arrecadação federal, levando em conta apenas a controladora, a Petrobras, sem as subsidiárias – a Petrobras corresponde a quase 7% da arrecadação federal, somente a Petrobras controladora, 7% da arrecadação federal. Já fomos 8,8% em 2008. Mas, como a arrecadação federal cresceu muito, a Petrobras caiu relativamente, apesar de também ter tido um pequeno... Aqui é queda do lucro da Petrobras, essencialmente, via redução do Imposto de Renda da Petrobras.

Aqui é um pouco o modelo – os senhores conhecem – de distribuição de renda. Qual é o papel da Petrobras na distribuição de *royalties* no Brasil? Na lei atual. A Petrobras produz petróleo e gás e a ANP faz um cálculo de quanto vale essa produção. Esse valor dessa produção não é feito com base no preço que a Petrobras vende, é um preço cotado em dólar no mercado internacional. É uma cesta de produtos cotada em dólares no mercado internacional. Então, não importa se a gasolina é baixa ou alta; não importa se o *diesel* é alto ou baixo no Brasil. O imposto de *royalties* que nós pagamos é com base nos preços internacionais, cotado por uma cesta de produtos que mede isso aqui. Valora-se isso aqui e se define o *royalty*, a Petrobras paga o *royalty*. A Petrobras não paga o *royalty* a nenhum Estado, a Petrobras não paga o *royalty* a nenhum Município. A Petrobras paga o *royalty* ao Tesouro Nacional. O Tesouro Nacional recebe esse *royalty* através do Banco do Brasil, que distribui esse *royalty* para os Municípios e os Estados, de acordo com os critérios que o IBGE define. Então, a Petrobras só faz pagar o *royalty*. A Petrobras não tem nada a dizer sobre a distribuição do *royalty*, ela só faz pagar o *royalty*. Nada mais do que isso. Isso é uma coisa importante.

A distribuição entre Estados e Municípios é com base em dois sistemas. Os Estados, como os senhores podem ver, têm linhas octogonais que definem para o mar quais são as áreas que correspondem a cada Estado no limite do Estado. Vocês veem o Paraná, por exemplo, tem uma linha que tende a acabar com... Paraná, pequeninho; Piauí nem tanto, tem mais. Mas aqui é paralelo ao Piauí, quase paralelo. Então, são

dois Estados que têm uma situação diferente. Isso aqui é o IBGE, a Petrobras não tem nada a ver com isso.

Além disso, que define os limites dos Estados, tem a definição dos Municípios. Essas linhas são dos Municípios, correspondem aos Municípios confrontantes dentro de cada Estado. Combinando essas duas coisas, aí nós temos a distribuição dos Estados e dos Municípios, que pega a produção de todos os poços e distribui isso para os diversos Estados e os diversos Municípios. Vou apresentar na média de 2006-2010 como é que a ANP – esses dados não são nossos, são dados da Agência Nacional de Petróleo – distribui os *royalties*: o Rio de Janeiro levou 69,25% dos *royalties*; os outros Estados levaram o resto desses *royalties*. Essa é uma realidade fática do período 2006-2010.

No que se refere aos Municípios, *royalties* municipais, os Municípios do Rio de Janeiro levaram 67,96% dos *royalties* desse período.

No que se refere às participações especiais, que são pagamentos que são feitos sobre os campos de alta produtividade, o Rio de Janeiro levou 95,4%, no período 2006-2010, das participações especiais, que são maiores, são três vezes mais do que os *royalties*. Então, consequentemente, temos uma distribuição onde o Rio de Janeiro é, predominantemente, o receptor dos *royalties* e participações.

Em termos de participações especiais nos Municípios, os Municípios do Rio de Janeiro levaram 95,4% dos *royalties*. Os 5% foram distribuídos pelos outros Estados do País.

E aqui estão juntos Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia e Amazonas, que são os cinco Estados maiores em *royalties* e participações. Esses cinco Estados maiores, no período 2006-2010, receberam R\$9,8 bilhões, e aqui está a distribuição dos outros, em escala, nesse mesmo período. Os números estão referindo-se à situação atual.

(*Próximo, por favor.*)

Agora, nós recolhemos, em 2010, 19,8 bilhões nesse sistema. Qual é a previsão nossa de recolhimento de *royalties* e participações especiais na nossa produção, olhando 2015 e olhando 2020, na hipótese de US\$80.00 o barril? São R\$29,7 bilhões...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Deixa-me perguntar: aí entra a parte da Petrobras e as empresas outras?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não. Só tem Petrobras aí.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Ok.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – São R\$29,7 bilhões que pretendemos recolher de *royalties* e participações, nessa regra atual, em 2015, e R\$45 bilhões, nessa regra atual, em 2020. Isso é na regra atual, que

tem aquela distribuição que nós já apresentamos. Portanto, estamos dizendo...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente, a participação especial continua, então, nesses que já estão contratados?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Claro. Claro, continua. Mudando a partilha.

Então, portando, aqui são R\$45 bilhões previstos em 2020, se a produção nossa for aquela que disse-mos, a 80 dólares o barril.

Aqui é para mostrar um pouco o quadro nos campos de alta produtividade, comparando com campos equivalentes no mundo. Nós pagamos, nos campos de alta produtividade no Brasil, 76% de participações governamentais, hoje. Nos Estados Unidos, no *gulf offshore*, se pagam 47%; no Reino Unido, 51%; em Angola, 78%; na Noruega, 81%; na Nigéria, 81%; no Alasca, Estados Unidos, 82%, e, na Rússia, 94%. Portanto, nós não estamos pagando muito menos do que a média dos países do mundo nos campos equivalentes. Portanto, nós já temos uma tributação, em termos de participações especiais, na situação atual, de 76%. Basicamente, de cada três barris que nós produzimos, nós pagamos aos governos dois barris. Nós ficamos com um barril. Para tudo, mais.

Então, eu não vou entrar, como os senhores perceberam, na discussão que é competência dos nobres Senadores, que é a discussão sobre a distribuição dos *royalties* futuros. Estou apenas expressando a realidade do que fez a atual.

Muito obrigado, Sr. Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não, esse último é agora...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, esse último é agora, no modelo atual.

Bom, nós vamos chamar o primeiro orador, Senador Lindbergh Farias, autor do Requerimento nº 32/2011, da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, Presidente Delcídio do Amaral, além de cumprimentar o Dr. Gabrielli pela exposição brilhante que fez, endossar e subscrever as suas afirmações no início desta audiência pública, porque o que V. Exª disse e a Senadora Lúcia Vânia, também, de certa maneira confirmou: o pior dos mundos é a judicialização desse processo.

Então, penso que nós teremos condições, sim, através de uma negociação madura, democrática, res-

ponsável e competente, de chegar a bom termo nesse processo dos *royalties*.

Está aqui o meu Líder, Senador Francisco Dornelles. Estamos em campos opostos nessa matéria, porque ele sendo do Rio de Janeiro é favorável à manutenção do veto e eu sou favorável à derrubada do veto, porque represento o Rio Grande do Sul, e os Municípios gaúchos também querem uma repartição mais justa desse patrimônio que é dos brasileiros.

Então, queria apenas subscrever o que disse V. Ex^a, sobretudo em relação ao risco da judicialização e que o melhor caminho é mesmo a negociação e o entendimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia pelas palavras. E eu não tenho dúvida nenhuma de que nós vamos chegar a uma solução definitiva até esse *deadline* que nós temos aí, que é o 15 de setembro.

Eu inicio aqui com o primeiro orador, signatário do requerimento –são requerimentos que entraram, foram aprovados e estão cronologicamente aqui listados com seus autores. Então, eu passo a palavra para o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, vou tentar ser breve aqui. Os números impressionam em relação aos investimentos, impressionam também os números em relação ao valor de mercado da empresa. Eu vejo aqui que, em 2003, a empresa estava valendo 14 bi. Eu não sei o número atualizado, mas o último número que tenho é 224 bilhões. Investimentos em 2003 – 5,6 bilhões; em 2007, já tínhamos ido a 20; agora é uma média superior a 50 bilhões por ano. Eu queria fazer uma pergunta: qual foi o momento dessa virada? Uma decisão política da empresa? O papel do governo? O que houve nesse período, porque o primeiro gráfico que o senhor apresenta nos impressiona? A gente vem num ritmo e depois o número de investimento sobe de forma muito brusca. Então, eu queria saber se houve um momento, uma decisão política importante no caso.

Eu queria saber em relação ao PIB. Quanto o Brasil arrecada da Petrobras – 3%, 4% – em relação ao PIB?

Queria falar também em relação à inflação/etanol. Eu aqui quero dizer que, contra algumas opiniões do mercado, eu acho fundamental o que a Petrobras tem feito quando há oscilação do preço internacional do petróleo. Não jogar logo aquilo para a bomba. Isso tem sido importante, principalmente no começo do ano, no cenário complicado que nós tivemos quanto à questão da inflação.

E aí uma decisão em relação ao etanol; da Petrobras investir firme na produção de etanol. Houve um diálogo com o governo. Nós sabemos também que o etanol pressiona muito a inflação. Tivemos alguns meses em que o problema foi justamente o etanol. Se houve um diálogo do governo, se a Petrobras está ajudando nessa preocupação com o controle inflacionário.

Eu queria perguntar sobre a crise econômica internacional. Praticamente todo mundo hoje avalia que a China vai desacelerar um pouco, vai haver uma redução do preço das *commodities*. Eu pergunto: isso pode, de alguma forma, influenciar nesse plano de investimentos? E se essa crise econômica se agrava? Há existência de um cenário de restrição de crédito, isso pode também influenciar nesse plano de investimento?

Por fim, no Rio de Janeiro, há pouco tempo, encontrei um livro de Celso Furtado sobre a Venezuela, um livro fantástico que falava que a Venezuela podia ser o primeiro país desenvolvido da América do Sul. Eu queria saber o que nós estamos fazendo de inovação? O que vamos fazer para internalizar conhecimento, ciência e tecnologia?

Quero só concluir falando num ponto só sobre *royalties*: eu também estou convencido de que há um espaço para uma construção coletiva aqui entre Estados e Municípios não produtores e Estados e Municípios produtores. Presidente Gabrielli, nós achamos importante tentar achar alguma saída para Estados e Municípios não produtores agora, e aqui tem um ponto – por isso que aquele último gráfico me chamou a atenção: de 313 campos, em apenas 22 nós temos a cobrança de participação especial.

Esse decreto de 98 era um decreto que aconteceu num momento em que o preço do barril era algo em torno de US\$15.00. Hoje está US\$100.00. Será que aqui não há um caminho na discussão desse decreto de 98 para cobrarmos participação especial porque o cenário é outro? Alguns campos, em 98, podiam não ser lucrativos, hoje houve essa mudança. Será que não é por aqui que nós podemos achar?

Eu só questioneei esse último gráfico, porque chegou aqui em minhas mãos o estudo de técnicos do Fundo Monetário Internacional sobre a Rússia e falava dos ganhos do governo e várias experiências internacionais. Aqui, este estudo que eu quero passar para o senhor para dar uma olhada, porque a gente está querendo aqui achar saídas, para fazer um grande acordo, que seja bom para todo o Brasil, que desarme esse clima – esse é o sentimento aqui nosso, no Senado Federal – mostra um Brasil que, quando se há o aumento de preço do petróleo, não reflete muito no aumento dos ganhos governamentais.

Eu queria passar ao senhor isto aqui, porque esse estudo foi feito sobre a Rússia, mas levantava situações de vários países, e para nós é importante, porque a gente está nessa construção coletiva. Eu sinto que é preciso que discutamos algumas possibilidades para já, agora, tentar construir um acordo com Estados e Municípios não produtores.

Eram essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Presidente Gabrielli.

Nós vamos, até para qualificar ainda mais o debate, fazer um a um, porque aí todos têm oportunidade de fazer suas perguntas e o Presidente Gabrielli também de respondê-las.

Com a palavra, o Presidente Gabrielli.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Eu vou tentar ser o mais rápido possível na resposta. O Senador Lindbergh fez importantíssimos comentários.

Primeiro, por que nós conseguimos alterar o volume de investimentos tão grandes? Existiram algumas decisões que foram tomadas em 2003. Primeira decisão importante: nós estávamos com o nosso portfólio de exploração, áreas exploratórias, caindo. Então, nós tomamos a decisão que nós tínhamos que voltar intensamente à exploração. Foi uma decisão tomada pela Diretoria da Petrobras com o Conselho de Administração da Petrobras.

Segunda questão importante: nós, ao fazermos isso, passamos não somente a aumentar o nosso investimento na atividade exploratória – e nesse período de 2003, 2004, 2005, nós fizemos essencialmente tentar encontrar novas áreas e foram nesses anos que nós encontramos a bacia de Campos, a bacia de Santos e a bacia do Espírito Santo. Num segundo momento, nós precisávamos consolidar essas descobertas. Então, é preciso aumentar o investimento para consolidar essas descobertas.

Se nós não tivéssemos feito as descobertas, não teríamos o crescimento, mas, como fizemos as descobertas, é preciso aumentar o investimento.

Segundo elemento importante daquele momento: nós saímos de um período em que a última refinaria construída foi em 1980; no período de 2000 a 2005 a Petrobras investiu, em média, 250 milhões/ano em refino; de 2005 a 2010, ela investiu US\$250 milhões/mês em refino. Então, há uma diferença brutal no investimento da Petrobras, no refino.

Terceira mudança que ocorreu nesse período: nós redefinimos a presença da Petrobras no gás e na energia no que se referia às termelétricas. Nós éramos afastados das termelétricas – o Diretor Dalcídio se lembra disso. Havia as *merchants*, e a Petrobras tinha um contrato para pagar coisas. Passamos a operar

nas termelétricas e compramos as termelétricas; não só compramos as termelétricas, como avançamos na construção dos gasodutos. Fizemos um programa chamado Plangás, que tinha uma meta de, em três anos, resolver a situação de infraestrutura de gás no País. Resolvemos o problema de gás no País, e houve um enorme investimento.

Em relação à área de biocombustíveis, nós também entramos pesado em biocombustíveis, além das mudanças que fizemos na contratação de pessoas. Hoje, 51% dos empregados da Petrobras têm menos de nove anos na empresa – 51% têm menos de nove anos; 46% dos empregados da Petrobras têm mais de vinte anos; e 2% ou 2,5%, uma diferença, entre dez e vinte anos na Petrobras. Então, foram mudanças tomadas com a orientação do Conselho de Administração, em que o Governo, evidentemente, tem um papel preponderante.

Em relação ao PIB, a Petrobras, sozinha, deve gerar alguma coisa em torno de 3%, 4%, sozinha, em termo de valor adicionado da Petrobras. Se nós considerarmos a cadeia primária de fornecedores, a primeira cadeia de fornecedores diretamente ligados a Petrobras, isso deve sair de 4%, 5% para 7%, 8% do PIB. Então, nós estamos falando de 7%, 8% do PIB na cadeia de fornecedores diretos da Petrobras. Se nós incluirmos os fornecedores indiretos, até o quarto elo da cadeia, nós vamos atingir 255 mil empresas, e aí a gente não sabe dizer qual é realmente a dimensão no PIB, mas são 255 mil empresas que, de uma maneira ou de outra, se relacionam com a Petrobras.

Em relação à inflação, à estabilidade, ao etanol, qual é a situação que nós vivemos no etanol? Nós vivemos uma situação particular no etanol. Nós saímos de um período de grandes anúncios de investimentos em nova plantação de cana. Quando o setor privado enfrentou a crise em 2008, puxou-se o freio de mão dos investimentos. Os investimentos no setor privado não cresceram em cana, ao mesmo tempo em que houve um período de crise climática. A safra foi ruim em 2009. Simultaneamente, houve uma safra ruim na Índia. A Índia, que é o maior produtor mundial de açúcar, fez com que o preço do açúcar explodisse. Então, na medida em que aumentou o preço do açúcar, a proporção entre o etanol e o açúcar mudou: aumentou a proporção de produção de açúcar. Isso fez com que a oferta de etanol nas bombas caísse. Paralelamente a isso, a frota brasileira de carros *flex fuel* aumentou. Na medida em que aumentou a frota brasileira de carros *flex fuel*, a demanda, com a alternativa de o motorista escolher álcool ou gasolina, aumentou.

Então, o que aconteceu em 2010? A demanda de gasolina, em 2010, cresceu, em um ano, 19,5%. Mas

a demanda de gasolina no Brasil não é de gasolina A, não é de gasolina pura. A demanda de gasolina no Brasil é de gasolina com 25% de álcool anidro, misturada. Então, o crescimento da demanda de gasolina também significa aumento da demanda de álcool, só que álcool anidro. Isso fez com que agravasse o problema no mercado do álcool. Qual é o problema do álcool? É a capacidade de produção de álcool? Não! O grande problema é a disponibilidade de cana, e a disponibilidade de cana depende de área plantada. Área plantada leva dois anos para apresentar resultado. Então, nós vamos viver, por dois anos, provavelmente, com dificuldades na área de crescimento de produção de álcool no Brasil. Nós estamos trabalhando, ampliando a área plantada e investindo em novas plantações. Estamos trabalhando com sócios. Somos sócios da São Martinho, da Guarani e da Total, que são empresas tradicionais na produção de álcool no Brasil. Portanto, o nosso crescimento vai ser, principalmente, através das associações com essas empresas. Isso tem efeito na estabilização de preço? É claro que tem. A nossa motivação é a estabilização de preço? Um pouco, porque nós somos um grande produtor de gasolina e, como grande produtor de gasolina, nós não queremos que o preço fique variando a toda hora. Então, nossa política, nos últimos oito anos, tem sido de estabilizar os preços no Brasil.

A crise econômica nos afeta? Depende da intensidade dela, mas, de qualquer maneira, nós temos a visão de que o futuro não foi cancelado. As pessoas vão continuar andando de carro, as pessoas vão continuar andando de caminhão, de ônibus, os aviões vão continuar voando, os navios vão continuar andando, aquecedor vai ser usado no frio, ar-condicionado no calor, óleo lubrificante será usado, plástico será feito. Então, demanda vai existir, porque o mundo não acaba. Demanda vai existir! Provavelmente vai haver um problema financeiro no curto prazo. Afeta a nossa capacidade de endividamento? Não! Acreditamos que não falta dinheiro na crise. A crise é uma crise de seleção de bons projetos.

Em janeiro de 2009, no auge da crise de 2008, a Petrobras captou, no mês de janeiro, US\$6 bilhões. Agora, no mês de janeiro deste ano, em 45 minutos, nós tivemos uma demanda de US\$15 bilhões e captamos US\$3,5 bilhões, em 45 minutos, em janeiro deste ano. Então, nós não acreditamos que haja um problema.

Com esse investimento, nós vamos ficar com uma razão de geração de caixa em relação à dívida entre 1,6 vezes e 1,9 vezes, o que é absolutamente tranquilo do ponto de vista financeiro. Vamos ter uma alavancagem da empresa entre 26% e 29%, o que é perfeitamente tranquilo, considerando os preços entre

80 e 95. O preço hoje é 109, e nós estamos falando em 80, 95. Quanto mais alto o preço, mais fácil é a situação financeira. Então, nós não acreditamos que o nosso principal problema seja financeiro, mesmo com a crise internacional. A queda do crescimento da China, se existir, será de 9,5% de crescimento para 7,5% de crescimento, se for muito. Mas 7,5% de crescimento é um baita crescimento. Então, não vemos grande problema.

O mundo hoje consome principalmente... O crescimento do consumo de derivados de petróleo não está nos Estados Unidos, não está na Europa, não está Japão. O crescimento de derivados de petróleo está na China, na Índia, no Brasil, na África, na América do Sul. É aí que está o crescimento dos derivados de petróleo, e esses países vão continuar crescendo. Então, não vemos grandes problemas nessa questão.

Doença Holandesa na economia da Venezuela, brilhante estudo do mestre Celso Furtado, elaborado em 58 – se não me engano, na década de 50 ainda. O que nós estamos fazendo? Existem algumas situações diferentes entre nós e a Venezuela. A primeira grande diferença é que nós temos uma indústria mais complexa do que a da Venezuela e nós temos uma política de conteúdo nacional, de compras da cadeia de fornecedores no Brasil muito intensa. Se nós conseguirmos implementar essa política mais ainda, com a criação de estaleiros, com a criação de indústria produtora de máquinas, motores, tubulações, inovações tecnológicas, sensores, sistemas submersos, válvulas, nós vamos ter um enorme crescimento da cadeia brasileira de produção de bens e serviços. Por que a gente pode fazer isso? Porque a escala que nós estamos apontando para a indústria no mar é a maior do mundo. Nós somos já a maior empresa do mundo na produção em águas profundas. Nós temos três vezes mais do que o segundo maior. Se você somar o segundo, o terceiro e o quarto, os três juntos são menores do que a Petrobras. Nós temos 45 sistemas de produção. Os três juntos, que são Esso, Shell e Statoil, têm 42. Então, nós somos o maior e vamos crescer mais. Portanto, nós temos escala para atrair estaleiros navais, para atrair indústria naval para o Brasil e viabilizar esse crescimento.

Em relação à Rússia, o trabalho que você está citando do FMI – eu não conheço provavelmente esse trabalho, mas eu sei qual é a lógica – tem uma diferença substantiva: a tributação soviética ou a tributação russa é baseada no valor do preço internacional de exportação. À medida que o preço internacional varia e como eles exportam muito, as exportações acompanham os preços internacionais a partir de saltos.

O Brasil tem uma situação única entre as empresas de petróleo do mundo, única. O Brasil é o único grande produtor de petróleo em que 85% da produção é usada dentro do Brasil, dentro do País. Oitenta e cinco por cento da nossa produção é usada na nossa refinaria, que vende o seu produto para o mercado brasileiro. A Venezuela tem 15% desse volume, a Rússia tem cerca de 20% desse volume, a Arábia Saudita tem algo em torno de 6% desse volume. Nós temos de 85% a 90%.

Isso muda completamente a lógica da nossa relação com o mercado internacional.

Em 2020, se produzirmos e exportarmos o que estamos, dois milhões e trezentos mil barris por dia, ainda assim vamos produzir quatro milhões e novecentos em 2020. Portanto ainda assim nós teremos um enorme mercado interno.

Essa é a grande beleza do Brasil. O mercado interno brasileiro é o principal mercado nosso, que não é da Venezuela, que não é da Arábia Saudita, que não é do Kuwait, que não é do Iraque, que não é da Líbia, não é de nenhum desses países. O mercado interno desses países é muito pequeno para a produção deles, daí por que a comparação da tributação da Rússia com a nossa tem que levar em conta essa realidade. É completamente diferente uma situação em que você tem um mercado que depende da exportação e outro mercado que depende da venda de gasolina e diesel dentro do país. Nós não vendemos petróleo bruto; nós vendemos gasolina, diesel, GLP, querosene de aviação dentro do Brasil.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Me diga uma coisa, Sérgio, nesse dado que você está citando, qual é comparativo quando você fala de maior investimento em águas profundas? Qual é o nível de comparação com esses mesmo países do ponto de vista do que nós investimos em desenvolvimento, pesquisa e tal para inclusive enfrentar essa situação? Se você puder fazer um paralelo com essas nações, o que isso representa percentualmente?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – A história de águas profundas começa basicamente com a expansão do Mar do Norte.

O que aconteceu com o Mar do Norte?

Você tinha vários países no Mar do Norte – Inglaterra, Holanda, Noruega, Dinamarca, basicamente esses países – e tinha umas 26 empresas atuando nesses países. O investimento tecnológico, portanto, desses países foi dividido entre muitas empresas e muitos países.

Nós temos uma situação completamente diferente. Nós temos uma empresa num país. Quando nós comparamos com eles, o nosso tamanho fica muito maior,

porque nós temos muito investimento em desenvolvimento científico e tecnológico. Nós temos hoje o maior centro de pesquisa e desenvolvimento do mundo, que é o Cenpes, estamos atraindo uma coisa nova para os países do sul e no Rio de Janeiro um enorme volume de novos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento das empresas fornecedoras de bens e serviços, Schlumberger, Baker Hughes, FMC, GE, Siemens, IBM, Intel, só para citar algumas, estão montando não indústria, mas pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias no Fundão, lá no Rio de Janeiro.

Nós montamos hoje uma rede nacional que envolve 70 instituições de pesquisa no País inteiro, montamos 19 grandes laboratórios no País inteiro, temos 1.900 contratos assinados com as universidades brasileiras, com laboratórios do melhor nível em várias áreas, em 50 redes temáticas no Brasil todo para desenvolver pesquisa e desenvolvimento. Nenhuma empresa tem isso. Ninguém tem isso. Não tem comparação, porque nós somos muito grandes num país só.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente Gabrielli.

Passa a palavra agora para o segundo autor de requerimento aqui inscrito, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente José Sérgio Gabrielli, o senhor sabe muito bem – tenho certeza disso – que em vários pronunciamentos eu tenho reiterado o maior respeito que tenho pela sua pessoa, pelo trabalho da maior importância que vem conduzindo na Presidência da Petrobras.

É realmente fantástica a sua administração na Petrobras. Isso merece aplausos de todos os lados.

A nossa divergência ocorreu na hora da mudança do regime de exploração e, ao verificar a sua exposição, eu acho que estava certo, Presidente, porque o crescimento que o senhor mostrou da Petrobras nesse período foi fantástico e tudo isso dentro do regime de concessão.

Depois do anúncio da partilha houve uma paralisação. Faço eu o desejo de que nos próximos leilões não existam problemas da maior gravidade que possam inclusive impactar o sucesso da operação.

Verifiquei aqui por que se mudou o regime de concessão para partilha e hoje chego à seguinte conclusão, Sr. Presidente: a mudança da concessão para a partilha teve o único objetivo de transferir renda dos Estados para a União. Se o regime de partilha estivesse em vigor em 2010, 585 bilhões e 800 milhões recebidos pelos Estados de Municípios produtores a título de participação especial teriam ido para a União.

E é justamente para “avançar” ao senhor que estou defendendo que essa perda de receita dos Es-

tados produtores não seja um ganho da União, mas que seja uma devolução aos Estados produtores que querem participar das riquezas do Pré-Sal.

O segundo ponto que eu queria levantar é o seguinte: eu tenho divergências, Presidente, e gostaria de uma explicação – se não agora, pode ser depois – sobre essa situação da tributação da Petrobras.

Olhando, eu acho que ela está subtributada. Eu acho que o setor petróleo está subtributado. E não haverá mágica, Presidente.

Tenho aqui um trabalho recente do Senador Mercadante: dos 74 campos do mar – atualmente já aumentaram – apenas 14 pagam participação especial; dos 189 em terra, só seis. E por um motivo que o Senador Lindbergh já demonstrou: no momento em que se calculou a isenção da participação especial era em metros cúbicos e até em barris. Como estava em dez, ficou a isenção calculada neste valor: barris vezes dez. No momento em que foi a 100 ou a 80, essa isenção aumentou consideravelmente, de modo que hoje o número de campos que pagam a participação especial é praticamente nulo.

Devo dizer abertamente ao senhor, Presidente, que defendo que o setor está subtributado no Brasil e defendo o aumento da participação especial. Vejo que esse também é um campo para a União atender aos Estados e Municípios não produtores que desejam participar dessa riqueza nacional.

Queria lhe perguntar, Presidente, sobre a situação do Campo de Libra.

A União cedeu à Petrobras o Campo de Franco e considerou o valor de 42 milhões. Não foi isso, Presidente? Por 42 milhões ela entregou Franco à Petrobras com base em reservas de cinco bilhões de barris, a um preço de 8.5.

Os cálculos divulgados informam que Libra tem uma reserva de cinco a oito bilhões. Calculados a 8.5, Libra valeria 40 bilhões, 50 bilhões. Então, vamos verificar no primeiro momento. Se estivesse em vigor o regime da concessão seria feita uma licitação. E o bônus de assinatura daria ao Governo, de imediato, 30 a 40 bilhões. Poderia ter sido parcelado.

Pergunto ao senhor o seguinte: como vai ser feita essa transação Governo/Petrobras ou Governo/empresas petrolíferas em relação a Libra? Será que o Governo vai dar de graça? Será que o Governo vai ceder sem remuneração?

A venda de Franco custou 40 bilhões. E Libra vai ser dada na base do amor? Ninguém acredita que a União vai dar 50 bilhões para empresas petrolíferas, por melhor que sejam, ainda que seja uma estatal administrada com a maior competência, com a maior seriedade que é a sua administração.

De modo que nós queremos saber da União como vai ser a transação União/empresas petrolíferas em relação ao Campo de Libra.

E por sua vez, Sr. Presidente, o que desejo em relação a essa tributação? Eu tenho dúvidas sobre elas. Gostaria até de, depois, ter esses dados da sua equipe, para verificar esse nível e dizer que um dos grandes erros de política que o Brasil cometeu, no século, foi transformar, abandonar o regime de concessão e adotar o regime de partilha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero cumprimentar o Deputado Geraldo Simões, do PT, da Bahia, aqui presente. Seja muito bem-vindo. Aqui prestigiando a forte bancada da Bahia do Senador Walter Pinheiro, Presidente Gabrielle, está a nossa querida Senadora Lídice da Mata, o homem está forte aqui. E a bancada do Rio forte, também, Espírito Santo, Santa Catarina e a do Centro-Oeste, apesar dos números do Centro-Oeste...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Ele apresentou o pagamento de arrecadação de *royalties*. Agora, garanto, Sr. Presidente, que se o senhor mostrar a arrecadação do ICM da soja, verá que o Rio fica lá embaixo. O Rio não tem soja. (*Risos.*)

Se demonstrar o ICM da carne bovina, verá que o Rio fica lá embaixo. O Rio não tem carne bovina. Agora, do petróleo, tem que ser elevado, porque é o Estado que sofre o desgaste da exploração do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero registrar aqui a presença do ex-Deputado Federal do Paraná Wilson Picler, que nos honra com sua presença.

Presidente Gabrielle com a palavra.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – O Senador Dornelles, com seu brilhantismo de sempre, coloca perguntas muito difíceis de responder, mas vou tentar, mais uma vez, explicitar a nossa divergência no que se refere ao regime de partilha e ao regime de concessão.

Por que o Governo propôs ao Congresso, e o Congresso aprovou, uma mudança no regime? Diria que existem três grandes razões, Senador. A primeira delas é que o regime de concessão é um regime que, no processo licitatório, como o senhor bem mencionou, ao comparar a libra com o franco, a licitação, o elemento de bônus tem um papel importante. Por que o elemento de bônus... quanto a empresa vai pagar de bônus é importante? Porque a empresa vai dizer qual a expectativa que ela tem de valor daquele petróleo que ela vai encontrar, se encontrar, e vai pagar, na frente, para o Governo.

Então, o bônus reflete uma expectativa que as empresas têm sobre qual o fluxo de caixa futuro daquela

exploração, se der certo a exploração, evidentemente, ao que chamamos na indústria de uma avaliação arriscada, em função do risco exploratório que se tem.

E o risco exploratório é muito grande porque, de cada quatro poços perfurados, só se tem, em média, a descoberta em um. Em média, 20% do sucesso exploratório. Então, perfuram-se quatro poços e encontra-se petróleo em um.

O primeiro poço no pré-sal, por exemplo, custou US\$240 milhões.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – E o último dois bilhões.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Não, os atuais poços do pré-sal custam em torno de US\$130 milhões, cada um, cada poço. Cada poço custa US\$ 130 milhões.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Em cada campo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Não, cada poço, cada furo custa US\$130 milhões. Um poço custa US\$130 milhões e levam-se três, quatro meses para perfurá-los.

O aluguel de uma sonda que é utilizada custa US\$500 mil por dia. Hoje, o custo total de uma sonda utilizada no pré-sal é de US\$1 milhão por dia.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Estou me referindo a campos, não a furos.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Não, mas o campo é resultado de furos e poços.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas a participação especial deu dois milhões.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Não, eu vou falar da participação especial.

O primeiro elemento é o risco exploratório.

Na concessão, o que se faz? Faz-se uma estimativa de risco exploratório e quanto vai pagar ao Governo. Se der certo e ganhar, se acertar os quatro poços, o ganho é seu.

Na partilha, é completamente diferente. Na partilha, não é isso que se julga. Diz-se quanto do seu lucro você dará para o Governo. É outra lógica. Na partilha, tem-se quanto do que você ganhar fica para o Governo e quanto do excedente você devolverá para o Governo.

O critério da partilha não é o bônus de entrada. Então, o que acontece? Se você ganhar e obtiver um aumento de ganho futuro, esse aumento vai para o Governo, não como na expectativa inicial, quando você paga o inicial, a entrada e acabou.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O que vai para o Governo é o lucro excedente?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – É parcela do lucro óleo. Isso é o critério da partilha.

Então, não tem lógica, num regime de partilha, haver bônus alto. Porque, se houver bônus alto, a parcela do lucro do Governo é pequena.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O que o Governo iria receber de bônus assinatura, ele irá receber de lucro.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Então, no caso de Libra...

Ele vai receber de lucro no que der, não o lucro antecipado, que se prevê o que será e que havia o risco grande, porque, necessariamente, há um risco.

Acontece que a partilha é um bom regime quando o risco exploratório é baixo.

Então, veja o que aconteceu quando foi realizada essa discussão. Na época, o risco exploratório no pré-sal brasileiro era de 80%, ou seja, enquanto no mundo era 20%, em cada cem poços, se acertava vinte; no pré-sal, em cada cem poços, se acertava 87.

Então, o risco exploratório no pré-sal é muito pequeno. Nesse sentido, do ponto de vista do risco exploratório para o Governo, que é o dono da riqueza, é melhor a partilha do que a concessão.

Por lado, a concessão tem um outro momento. Como é uma visão riscada, ela atraía capitais, quando se coloca capital à frente – porque é isso que acontece na partilha – se atraía capitais. Se não houvesse condições de capitalizar dentro do Brasil, é um bom momento fazer a concessão. Quando a concessão foi feita, em 1998, a Petrobras estava descapitalizada, o Brasil estava em uma crise internacional grave e o preço do petróleo estava dez, onze dólares o barril.

Não é esse o quadro atual. Atualmente, a Petrobras está altamente capitalizada, tecnologicamente competente, o País macroeconomicamente equilibrado e o preço do petróleo está a cento e dez dólares.

Então, a concessão, neste momento, é dar riqueza ao concessionário. Ao contrário da partilha, que será um regime em que o Governo irá obter mais. Essa é a diferença chave.

Libra, para dar um exemplo, provavelmente – não sei se é ou não –, deverá ser o primeiro campo a ser colocado à disposição para partilha. Há dois poços perfurados em Libra, dois poços. Cada poço tem 36 polegadas, Senador, de diâmetro, trinta e seis polegadas, um poço que terá milhares de quilômetros quadrados de área. Com dois poços, o risco exploratório é grande. Se fosse feito um regime de concessão para Libra, jamais se teria a concessão, o bônus que o senhor está calculando, porque o risco exploratório é muito grande.

Então, conseqüentemente, iria se arbitrar aí alguma coisa em torno de 10, 12% de taxa de recuperação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas Libra já sabe que Libra tem.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Hoje se sabe, mas se fosse concessão, não seria assim. Como não é concessão e será partilha, o que irá acontecer? Em Libra, o critério de seleção do concorrente será a parcela do lucro do óleo que vai para o Governo. Não será o bônus de entrada.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas o valor, no fluxo, seria o mesmo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLE – Não, porque no fluxo, não se diz qual será o volume, mas a proporção do lucro que se vai pagar, qualquer que seja ela.

No caso do bônus, paga-se o volume, o valor. Quando compramos o Franco, pagamos R\$8,51 por barril e dissemos que o fluxo de caixa futuro que hoje conhecemos é R\$8,51 – pagamos isso ao Governo.

Se, depois da declaração de comercialidade, houver uma maior produtividade ou não, quem ganha é a Petrobras. Até a comercialidade, todo o ganho é do Governo. A cessão onerosa, que é o caso de Franco, é completamente diferente da partilha e da concessão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – E Libra vai ser cessão onerosa?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não, Libra vai ser partilha. Cessão onerosa acabou, não tem mais. A lei é clara. Franco não. São sete campos. Franco é uma delas. O problema é esse. O modelo de partilha é melhor, ao nosso ver, para campos com baixo risco exploratório e que o Governo ganha mais.

Agora, a pergunta do senhor: “paga-se pouco ou muito participação especial?” Os campos que pagam participação especial foram campos que fizeram contratos com a ANP, baseados em duas coisas: no regime de concessão e num determinado nível de participação especial e num determinado nível de *royalt*. Alterar isso é alterar o contrato.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O contrato não pode ser alterado porque já foi licitado.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – já foi licitado. É um problema jurídico que vai existir.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Então, não foi licitado não pode ser alterado?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não pode ser alterado. Ao nosso ver, não pode.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Nem em relação a sujeito ativo nem passivo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – A nosso ver, não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quer dizer, a posição do Rio de Janeiro, nesse caso, é tranquila?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – No que se refere à distribuição de *royalties*, no passado, sim. A discussão que está se fazendo é sobre o futuro

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu sei, mas quando se tenta aumentar a participação especial, é para o futuro.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não, mas para o futuro, tudo bem. Aí não tem problema. Mas note que aumentar a participação especial em certos...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Participação especial é imposto sobre o lucro do setor petróleo.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não, mas aí a participação especial significa diminuir a participação do lucro. Não tem mágica. É 100%, é 100%. Cem por cento vai ser custo/óleo, que inclui tributos, lucro/óleo. A parcela do lucro/óleo vai para o Governo. Somando-se tudo, é 100%.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se o Governo aumentar o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas, não pode atingir as empresas de petróleo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Pode, pode. Aí pode porque é outra coisa, é fora do regime.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A participação especial, o imposto de renda específico para o setor petrolífero.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não é a mesma coisa. Não é sobre a renda. Nós pagamos sobre faturamento, não é sobre a renda. O Governo pode botar 100% de Imposto de Renda, é outra coisa, mas não pode botar 100% para petróleo só. O Imposto de Renda é geral para todas.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Tenho dúvidas.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Bom, é uma discussão interessante.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Só uma última pergunta. Como é que vai ser feita a operação do poço de Libra com o Governo?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Libra, provavelmente, a lei aprovada pelos senhores permite duas alternativas. Uma primeira alternativa é o Governo fazer um leilão para 70% de Libra. Ao fazer um leilão para 70% de Libra, o que é que vai haver de concorrência? As empresas que queiram entrar no leilão de 70% de Libra vão oferecer a proporção do lucro futuro que vai par ao Governo: 70? 80%? 90%? 110%? 5%? O critério de seleção é a proporção do lucro/óleo que volta para o Governo. Trinta por cento são para a Petrobras. Nos 30% da Petrobras, a Petrobras tem que seguir resultado da licitação, qualquer que seja ela. Se se disser que é 100% do lucro, nos 30% a Petrobras tem que devolver

ao Governo 100% do lucro. Se for 95%, tem que devolver 95%. Se for 10%, a Petrobras vai ter de devolver 10%. Mas ela não tem a capacidade de arbitrar isso. Isso é o resultado da licitação. Essa é uma maneira.

A outra maneira que a lei permite é o Governo dizer: a Petrobras vai ter 100%. E aí a Petrobras vai dizer: bom se eu tiver 100%, eu vou devolver ao Governo tantos por cento do lucro. A negociação vai ser quantos por cento do lucro da Petrobras vai devolver para o Governo desse campo. São as duas opções. É uma decisão do Governo, não é uma decisão da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – São os famosos 30% da Petrobras, compulsórios. Eu não sei foi é uma vantagem ou um problema.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Faça minhas as palavras do Presidente. Não sei se é uma vantagem ou um problema.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Olha, nós vamos ter que resolver no momento que acontecer. Nesse plano nosso, não há nenhum recurso para isso. Nós não podemos ter um recurso para isso porque não sabemos o que vai acontecer, nem quando vai acontecer.

SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas essa preocupação não existiria num regime de concessão.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Existiria outra preocupação porque, se tivesse um regime de concessão, provavelmente a gente teria de botar o dinheiro de vez.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se não botasse a Petrobras, botaria outros.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Sim, mas você perguntou a Petrobras. A Petrobras seria pior. Um regime de concessão, nesse caso, para a Petrobras seria pior. Eu acho que é pior para a Petrobras e é pior para o País.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Satisfeito, Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Obrigado pela gentileza e pela paciência.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – O senhor sabe que o senhor sempre me instiga positivamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, Sr. Presidente Gabrielli, é um prazer tê-lo aqui conosco. Quero cumprimentá-lo pela exposição.

Sem dúvida nenhuma, após a exposição de V. S^a, a gente fica entusiasmada. Entusiasmada com a gestão de V. Ex^a, entusiasmada com a riqueza do País.

Mas, para mim ficou muito claro quando V. S^a colocou ali o mapa e o nível de investimento por regiões. A distribuição, na minha visão, é muito desigual, como são desiguais as regiões. No entanto, ao discutir a questão dos *royalties*, é preciso levar em conta esse trabalho que V. S^a está apresentando aqui. É claro que a gente tem que considerar que os Estados produtores têm que ter a sua preservação, a preservação dos seus investimentos, mas é preciso também que haja pelo menos um pouco de equalização em relação às demais regiões.

O que me surpreendeu – eu não sou da área –, o que me deixou surpresa é quando V. S^a coloca que vão conviver dois sistemas: o de concessão e de partilha, sendo que o de concessão vamos ter um investimento três vezes maior. Parece que o senhor coloca a perspectiva de três vezes maior no regime de concessão. Havendo esse crescimento, obviamente a participação especial dos Estados produtores continuará como está hoje. No entanto, no regime de partilha, os Estados produtores perdem a participação especial. Então, acredito que aí seria a entrada para se poder fazer uma divisão mais equânime entre os outros Estados. Eu sempre imaginei que essa divisão poderia ser feita num regime de partilha de forma mais equilibrada, não deixando de contemplar os Estados produtores, redividindo o restante. Mas a verdade é que os Estados produtores ainda mantêm o “privilégio”, entre aspas, o “direito” de ter a sua participação na partilha e continua tendo crescimento no regime de concessão. Então, eu acho que isso precisa ser...

(Intervenção fora do microfone)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – De partilha não? Mas seria a União. Mas os Estados não produtores continuariam tendo a participação especial e, segundo ele, cresceriam três vezes nos próximos anos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Posso tentar ajudar? O Dr. Sérgio Gabrielli poderia falar um pouquinho daquilo que propõe o ex-Presidente Lula no PL 8051, porque nesse PL os Estados produtores abrem mão de participação, assim como a União, para favorecer Estados e Municípios não confrontantes. Se V. S^a pudesse abordar um pouquinho esse tema, seria muito importante porque há a impressão de que o PL 8051 não prioriza ou não contempla os Estados não produtores, o que não é verdade. Então, eu pediria o Dr. Sérgio Gabrielli abordasse esse tema.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu acredito que ele contempla, mas eu acho que, ao fa-

zer a divisão dos *royalties*, é preciso levar em conta que os Estados produtores mantêm a sua participação especial crescente.

(Intervenção fora do microfone)

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Não, na concessão. A concessão é crescente. Então, os Estados produtores continuam tendo a participação especial ao longo do tempo. Não cessam, nessa nova descoberta do pré-sal, porque continua. Além do pré-sal, eles têm o pós-sal.

Então, eu acho que isso é que deveria ser levado em conta, e eu gostaria, reafirmando as colocações do Senador Ferraço, que V. S^a falasse um pouco sobre o projeto: se levou em conta essas diferenças regionais; se levou em conta que os Estados produtores continuariam tendo a participação especial no pós-sal e como poderia ser feita essa distribuição de forma mais equilibrada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Presidente Gabrielli.

Eu só queria informar aos Senadores que há votação nominal no Plenário, e aí nós poderíamos, eventualmente – se o Presidente Gabrielli puder também –, fazer uma pequena interrupção, ou nós alternaríamos aqui – eu voto Senadora, V. Ex^a comanda aqui, e eu retorno, para a gente... Talvez seja melhor sair...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu acho que o debate vai perder o sentido, porque estamos fazendo um esforço grande. Ouvimos, ontem, o Ministro Lobão; hoje ouvimos, com muita alegria, o Presidente Gabrielli; semana que vem, os grandões. Por que não suspender por dez minutos, o nosso presidente pode tomar um café e nós retornamos para cá? Ou cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É só o tempo de votarmos, Presidente, e aí V. S^a vai ser muito bem atendido aqui, pelo café e água gelada da Comissão. E retornamos.

Peço aos senhores e às senhoras que aguardem, porque nós voltamos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já abriu a votação. Já abriu.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não é porque é da minha parte, Sr. Presidente, não sei quantos estão inscritos ainda: o Ricardo Ferraço...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem, V. Ex^a está aqui.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não, não. Até pela exposição que fez aqui o Presidente, algumas questões posso fazer até pessoalmente. De minha parte, por Santa Catarina, eu me

dou por... A não ser um expediente que, depois, vamos entregar ao Presidente Gabrielli, por Santa Catarina. Mas eu o faço reservadamente.

Mas quero deixar aqui um depoimento: interrogar, debater com o Ministro Dornelles, a maneira de ser instigado, como diz o Gabrielli, que ele gosta... Foi um alto debate, muito preparado. Fiquei muito satisfeito com o debate. A não ser a questão dos *royalties*, porque isso aí vai demandar ainda, porque acho que a participação, no Brasil, dos *royalties* é uma questão de justiça.

Mas eu, de minha parte, Sr. Presidente, não há problema algum. Não sei se há mais alguém que precisamos interrogar. Acho que para voltarmos aqui... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, nós vamos suspender por dez minutos e retornamos. Eu pediria às pessoas que também estão nos acompanhando que nos aguardem, porque vamos voltar. É só para a votação nominal, que é o DNIT.

Então, nós vamos e voltamos rapidamente.

(Suspensa às 16 horas e 17 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 23 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sr^{as} e Srs. Senadores, Presidente Gabrielli, a vida é dura, como diz um amigo meu: nos dez minutos cumpridos, nós simplesmente votamos onze embaixadores e a diretoria do DNIT, votação nominal. Há uma medida provisória agora que, aparentemente, é por consenso, então não vai ser necessária a nossa presença lá. Mas quero pedir desculpas, Gabrielli. Sei das suas responsabilidades, a companhia que você representa, e fico muito chateado por ter que interromper, tomando seu tempo, que é precioso. Mas, infelizmente, é a dinâmica do Parlamento, que você conhece muito bem.

Volto, agora, com a Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Gabrielli, uma dúvida ficou para mim. Nesses blocos já concedidos, em forma de concessão, existe o pré-sal e o pós-sal. Então, esses blocos continuam rendendo participação especial para os Estados produtores.

Essa participação especial nesses blocos é crescente ou decrescente?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Senadora, o sistema de partilha de participação especial incide sobre blocos de alta produtividade e é crescente em função da produção do bloco, atingindo o máximo de 40% sobre o valor da produção. Então, ele é crescente nesse sentido.

Considerando que os blocos de alta produtividade do pré-sal estão todos pagando 45% – 45%, não 35%

–, que é o máximo que a lei hoje permite, a produção desses blocos vai crescer. Então, isso faz com que o volume que será recolhido cresça de acordo com essa produção crescente. Então, 45%, paga mais...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor disse aí que cresceria três vezes mais até...

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É, o nosso cálculo hoje é de participações e *royalty*, somando os dois, nós pagamos, hoje, em torno de 20 bilhões/ano. Vamos pagar 45 bilhões/ano, mantendo a mesma proporção, participações e *royalty* nas áreas concedidas. Nas áreas partilhadas futuras do pré-sal, nessas áreas, nós só pagaríamos *royalty*. Por quê? Porque a partilha é parte, a participação especial é parte da parcela do lucro que a gente devolve ao Governo. Se a gente for pagar participação especial, a parcela do lucro que é paga ao Governo diminui. Então, é uma questão de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Pode ser, porque é futuro, tudo pode.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Diminui. Não pagando a parcela que vai para o Governo, aumenta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É um ganho do Governo.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Então, na verdade, os Estados produtores, com a partilha, acabam nem ganhando nem perdendo.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não, os Estados produtores, com a partilha, de acordo com o que foi pedido pelo Senador aqui, o PL 8.051 redefiniria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Na partilha, a proposta 8.051 envolvia uma redefinição do *royalty* na partilha. Hoje, por exemplo, na 9.478, os Estados confrontantes têm 26%; na proposta 8.051, cairiam para 25%. Os Municípios confrontantes têm 26%; na nova, na proposta 8.051, cairiam para 6%; os Municípios afetados por terminais, que eram 8,75%, caem para 3%; os Estados, via Fundo de Participação de Estados e Municípios, cresceriam de 1,75% para 22%; todos os Municípios, pelo FPM, sairiam de 7% para 22%; e a União, que tem 30% cairia para 22%.

Essa é a distribuição que está na 8.051, que muda a proporção do *royalty*. Não tem partilha, mas tem *royalty*.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não perde na partilha, porque o lucro que será pago à União vai todo, não é para o Governo Federal, vai para o fundo social; e o fundo social vai usar esse recurso no País inteiro...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se a Senadora Lúcia Vânia me permite, posso entrar nisso?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pode sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Posso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Em 2010, os Estados e Municípios produtores receberam 5,8 milhões por participação especial. Se tivesse a partilha, isso subiria. Em termos de *royalty*, eles teriam um ganho de três e cem e uma perda de cinco e oitocentos. De modo que, nesse esquema da partilha, se passar, vamos dizer, o projeto Lula, a perda será de dois milhões. Por isso, estou defendendo que essa participação especial que nós perdemos, cuja eliminação seria um ganho, como o senhor falou, no lucro seja destinada aos Estados e Municípios.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Dornelles, perdemos ou não ganhamos?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Os Estados produtores perdem reforço para os estados e municípios que...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Perdem no futuro, mas não no passado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Perdem no futuro. Perdem naquilo que não foi licitado.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas o raciocínio que o senhor faz, Senador, comparando a concessão com a partilha, o senhor tem que levar em conta que tem o lucro, a parcela do lucro que o Governo recebe na concessão ele não receberia. Para onde vai esse lucro? Essa é outra coisa bonita no projeto do Governo; não vai para o orçamento público normal; ele vai para um fundo social específico aplicado no País inteiro. Ele não entra no orçamento geral da união; ele entra num fundo.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas, dentro do esquema que se admite, o Governo vai ter uns nove ou dez bilhões para fazer o que quiser.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não pode; a lei que os senhores aprovaram...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não, ele joga para os fundos sociais. Mas desse percentual que ele vai ter, ele pode retirar a parcela do lucro em que cabia participação especial e que ele vai continuar mandando para os fundos. Agora a realidade

é a seguinte: a participação especial que deixará de ser cobrada pelos estados produtores vai aumentar o fluxo de barris de petróleo e um ganho da união. O que estamos defendendo, pelo menos o que eu defendo, é que a união não tenha perda, mas não tenha ganho também. Que o ganho que ela teria com a mudança do sistema seja dos estados e municípios não produtores.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – V. Ex^a tem toda a razão quando fala a união no sentido lato da palavra porque o fundo soberano vai ser da união, mas não é a mesma coisa que Orçamento Geral da união porque ele não entra no Orçamento Geral da união. O dinheiro do lucro não entra no Orçamento Geral da união; entra num fundo que tem aplicação específica. Isso foi aprovado pelos senhores. A lei já existe. O fundo é para aplicação em projetos transgeracionais no País inteiro, prioritariamente nos estados mais necessitados. Isso já está na lei.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas, Presidente Delcídio...

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Coloca ali nos investimentos da Petrobras no Brasil. Vamos voltar à planilha da distribuição e investimento. (*Pausa.*)

Não à outra, a que tem os blocos, quanto está sendo investido em cada região.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É aqui nestas regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Mas o senhor tem outro mais elucidativo que contém os gráficos.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas por região só tem este. As colunas?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – O das colunas.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É o da participação nas receitas.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Não, não é esse.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Participação na receita. O ICMS... Amapá... É esse aí?

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Não. O anterior.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Esse é muito bom; o do ICMS é muito bom.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Ali.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Aí é refino.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – É refino? Mas é investimento.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Não, não, é volume de produção. Barril de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Este é volume de produção, é déficit,

para a Petrobras mostrar que tem que investir no Nordeste, Norte.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Mas aquela outra planilha de investimentos.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – A outra planilha, a dos investimentos dos Estados...

Mas eu queria explicar à senhora o seguinte: por exemplo, o Rio Grande do Sul. O Sul está com 7,1 bilhões; o Sudeste está com 139 bilhões. Nós temos lá no Sul a construção de oito cascos de plataformas que vão funcionar e trabalhar no Sudeste e não no Sul. O investimento dessas oito plataformas está alocado ao Sudeste, mesmo que estejam sendo construídas no Sul. Ou seja, a geração de emprego e renda é do Sul. Mas por efeito operacional eu não posso fazer isso como investimento no Sul porque quem vai pagar esse investimento é o ativo que está no Sudeste. Então tem um ajuste que se deve fazer. Aquele 139 é o que vai ser colocado lá, mas não é o que está sendo feito lá. Tem muita coisa que está no Rio, mas que é feito em São Paulo. Aquele outro gráfico que mostra a distribuição dos fornecedores mostra um pouco como nós interiorizamos os fornecedores brasileiros.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Ele mostra uma preocupação com a distribuição, mas ainda é muito concentrado.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas isso vem de 400 anos; os portugueses começaram a valorizar a costa e...

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Mas é aí que acho que a distribuição dos *royalties* tem que compensar isso para acelerar um pouquinho mais. Não vamos levar mais 400 anos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, o combativo Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senadora Lucia Vânia, hoje, se pegarmos 2010, a União recebeu de *royalty* dois e oitocentos, participação especial, cinco e oitocentos, num total de oito e seiscentos.

A proposta que faço é que a União continuaria recebendo como lucro a participação especial de cinco e oitocentos e abriria mão da metade dos *royalties* para os estados não produtores. Então eles teriam um adicional; a União cederia um e quatrocentos. Os estados produtores receberam seis e duzentos de *royalties* e cinco e oitocentos de... Eles não deixariam ir para a União estes cinco e oitocentos. De modo que os estados e municípios não produtores ficariam com uma receita de sete bilhões e oitocentos, sendo que cinco e oitocentos da nossa participação especial que nós não deixamos ir para a União e mandamos para eles

e de uma parcela de *royalties* de que a União abriria mão. Dentro desta questão nós estamos dispostos a perder; mas queremos que a perda seja para os estados e municípios não produtores e não para a União.

Estou certo de que vou ter o apoio da senadora Lucia Vânia e do senador Delcídio.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Vai ser difícil. Porque essa sua conta eu acho que não perde, não tem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Perante os números, eu me ajoelho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Trocando em miúdos, a proposta do senador Dornelles é aqueles ganhos adicionais da União sejam revertidos aos estados não produtores.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não é nem o adicional. Se estivesse em vigor em 2010, a nossa participação especial, nós queremos perder para os estados não produtores; não para a União.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas não é para a União que o senhor vai perder; com isso, o senhor mata o fundo social.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não, não. A União ainda ficaria com 8,6 bilhões. A União ficaria com a participação especial dela, com a parcela de *royalties* dela. Quer dizer, a União, não estou dizendo que retiraria recursos do fundo; nem eu teria coragem de fazer porque me bate aqui na consciência. O problema é o seguinte: a perda dos estados produtores eu estou defendendo que não seja da União mas que seja dos estados e municípios não produtores. E que devemos abrir mão de um bilhão e quatrocentos cada um em favor dos estados não produtores.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Senador, fazendo uma conta bem grosseira: somando participações especiais e *royalties*, o Rio deve ter entre 67% e 95% do valor. Vamos botar 70%, conta redonda. Então o rio tem 70% dos 20 bilhões que recolhemos hoje em participações e *royalties*; 70% são 14 bilhões, grosseiramente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – São 12 bilhões. Dos estados produtores.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É. Estou falando do Rio; 70% para o Rio.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O Rio teria menos; o Rio de Janeiro teria seis e quatrocentos com mais nove daria 15 ou 16.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É. Quatorze.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pouca diferença.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Quatorze bilhões para o Rio de Janeiro, com 20 bilhões de *royalties* de participação. Com 45, o Rio vai receber...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – De onde tirou 45?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Nós vamos pagar 45 em 2020; nós vamos pagar 45!

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – mas o problema é o seguinte: nós...

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Então, com 45, o Rio vai receber 35 mais 28...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas o Rio não receberia nada porque esses *royalties* estão querendo tirar todo do Rio.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI Não! Porque esse é o passado!

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas querem tirar o passado; a proposta é tirar o passado. Mas se a proposta é a emenda Simon, tira o passado. Ficamos com zero.

Olha, Sr. Gabrielle, eu posso continuar, ou estou impertinente?

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É um tremendo prazer, Senador. É uma honra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Vou contar o seguinte: o Rio de Janeiro recolheu à União, em 2010, R\$118 bilhões. Recebeu de volta 0,05%. Se nós tivéssemos recebido o mesmo percentual – diria – do Sul do País, nós teríamos recebido R\$25 milhões. Teria aberto mão dos *royalties*. Então, nós mandamos – é uma injustiça dizer que o Rio é concentrador – R\$118 bilhões e recebemos de volta R\$ 600 milhões, 0,05%. Grande parte dos Estados recebe mais do que a União arrecada, mas não estamos reclamando isso. Nós queremos apenas o seguinte: que nessa repartição a União não tire dos Estados produtores para ficar com ela. O que ela tirar dos Estados produtores deve ser dado para os Estado não produtores. Isso daqui é numérico. Perante aos números, eu me ajoelho. Se tiver errado as contas, nos refazemos.

A minha posição é que a União fez a partilha para diminuir a receita dos Estados e ganhar. Pois bem, quem parte, reparte, fica com a melhor parte. Mas, na hora em que todos gritam, eu quero que aquilo que nós vamos perder seja dos Estados não produtores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MT) – Só gostaria de registrar, Presidente Gabriele, que a Emenda Ibsen, realmente... O que o Senador Dornelles afirma aqui é correto. A turma diz que no Brasil nem o passado é previsível. Isso é uma demonstração clara que nem o passado é previsível, porque ele avança no passado.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – A Emenda Ibsen subtrai dos Estados produtores e obriga a União a compensar, só que os Estado produtores não podem se submeter à armadilha que os Estados se subme-

teram na Lei Kandir. Esta é a questão central: uma compensação que, na prática, não acontece. Então, quando a Presidente da República fala que vai a juízo – que seria ao meu juízo o pior dos mundos –, ela fala porque, na verdade, a União vai ter que compensar em R\$9 bilhões por ano aos Estados produtores.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, o senhor estava falando do passado e eu fazer uma brincadeira com o Presidente. Eu estava dizendo para ele que, no passado, a uns 20 anos atrás, se um Senador fizesse um Presidente General da Petrobrás esperar, estaria preso. O Presidente da Petrobrás prendia o Senador. Hoje, em pleno regime democrático, o Presidente não pode nem tomar café e água, e disse mais, disse que estaria disposto a esperar V. Ex^a até as oito horas da noite, pelo respeito que todos lhe têm.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MT) – Então, se fosse um general, nós poderíamos ser presos aqui hoje.

Quero passar a palavra para o Senador Ricardo Ferraço, que está inscrito.

E mais uma vez, Gabriele, quero pedir desculpas, porque realmente as nossas atividades estão muito conturbadas aqui no Senado Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, a Senadora Lúcia Vânia fazia uma intervenção antes da nossa ida ao plenário e o Presidente Gabriele faria uma abordagem a respeito do PL-8051. É importante dissiparmos a dúvida sobre o PL-8051, que foi um entendimento feito pelo ex-presidente Lula com o Congresso Nacional, que ratificava a emenda do então Deputado Federal que foi o relator da matéria, Henrique Eduardo Alves. O projeto do ex-Presidente Lula, encaminhado após o veto, tem essa dimensão, a dimensão de os Estados da União abrirem mão de alguma coisa para beneficiar os Estados não produtores. Então, seria importante que nós pudéssemos iniciar dessa fala e o Dr. Gabriele pudesse fazer uma abordagem sobre o PL-8051.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Na verdade, já tinha me pronunciado, Senador Ferraço, mas vou repetir, com prazer. A Senadora Lúcia Vânia levantou uma questão que é perfeitamente pertinente. Os campos atualmente concedidos, se não houver mudança do passado, vão continuar produzindo, até, nos nossos cálculos, 2020. Foi o cálculo que nós fizemos. Esses campos, de agora até 2020, vão aumentar a produção, vão pagar mais *royalties* e participações. Vão pagar mais. A tendência de alguns é diminuir, mas a média geral, como nós vamos aumentar produção geral... Vamos sair de R\$20 bilhões para R\$45 bilhões. Então,

vamos aumentar o pagamento de *royalties*, participações nos que já existem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – No sistema de concessão.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – No sistema de concessão.

No sistema de concessão, vamos sair, como eu disse, de R\$20 bilhões/ano para R\$45 bilhões/ano, até 2020. Então, pagando R\$45 bilhões/ano, fazendo a mesma distribuição, hoje, da concessão, os Estados mais produtores vão receber a maior parcela, porque essa é a regra, desse volume muito maior. Então, esse é um primeiro elemento que ela está dizendo que é correto.

Nesse sentido, os Estados não produtores não ganhariam, relativamente, mais nada, porque ganhariam exatamente o que tem aí. Então, tem que olhar agora as novas áreas do pré-sal que são na partilha de produção. Na partilha de produção, não tem participação especial. Então, na partilha de produção, a participação especial está embutida no lucro, óleo, que será pago não à União, mas ao Fundo Social, porque o Fundo Social não é a União, e o Senador sabe bem mais do que eu – é meu professor de finanças.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Se não é da União, passa o Fundo para o Rio.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas ele não tem uso igual ao Orçamento Geral da União. Não entra no OGU, no Orçamento Geral da União.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Uma parcela vai lá, outra vai para a União.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Só vão entrar no Orçamento da União outros projeto resultantes da rentabilidade do Fundo. Isso é o que está na lei que os senhores aprovaram. Essa é a lei que os senhores aprovaram. O Fundo inteiro não entra na União. Entra só a parcela da lucratividade que vai ser usada nos projetos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ele vai para a constituição do Fundo Soberano.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – É, para a constituição do Fundo Soberano. Essa é a lei. Foi criado o Fundo Social. Aliás, é Fundo Social, não é Fundo Soberano.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Fundo Social, desculpa.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Agora, o que é que o Presidente Lula apresentou na proposta, no relatório do Deputado Henrique Alves, do PL-8051? No PL-8051 tinham modificações. Os Estados chamados confrontantes, ou seja, os Estados que não são produtores, não produzem e os *royalties* não são para pagar sofrimento, mas para superar uma coisa que é exaurível. Por isso, pagam-se *royalties*. A origem dos

royalties é porque vai acabar, não porque sofre, porque tem um bando de benefícios enormes, e o senhor sabe disso. Então, os Estados confrontantes cairiam para 26,25% para 25%, uma pequena queda 1,25%; de 26,25% para 25%. Os municípios confrontantes cairiam de 26,25% ...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Mas é preciso considerar que os Estados confrontantes teriam uma participação especial e deixariam de ter na partilha. Então, não é irrelevante. É muito relevante.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas eles vão receber os fundos sociais. O Fundo Social vai ser gasto onde? Não vai ser gasto em Brasília, espero. O Fundo Social não vai ser gasto em Brasília. O Fundo Social vai ser gasto nos Estados, principalmente nos Estados que têm mais necessidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Os Estados confrontantes não terão gestão sobre esses recursos.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Têm gestão sobre os projetos, porque os projetos serão dos Estados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Sim, mas a gestão será feita pelo Governo Federal.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Claro, mas a gestão e a elaboração dos projetos são dos Estados. Os Estados participarão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Mas, no sistema de concessão, essa participação especial iria para os Estados confrontantes, para gestão dos Estados confrontantes, para o Tesouro Nacional, para o Banco do Brasil e para os Estados confrontantes.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Com certeza, mas aí não teria Fundo Social.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ)

– Teria a parcela da União e a do Fundo Social.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas não teria toda a parcela do Fundo Social.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ)

– A parcela dos Estados produtores não iria para o Fundo Social, mas da União iria para o Fundo Social.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – A parcela dos Estados produtores, que é 25%, não iria. Os vinte e cinco por cento estão fora. Você tiraria 25% do Fundo Social para ir para os Estados. Tudo bem, é uma decisão dos senhores, não é uma decisão da Petrobrás. É uma decisão dos Senadores e Deputados, soberanos, representantes do povo brasileiro. É fato. Estou apenas tentando identificar o problema. Nos Estados se faria uma distribuição. Aí sim, qual é o ganho? Hoje, a distribuição dos *royalties* para os Estados, através do Fundo de Participação dos Estados (FPE), é de 1,75%. Isso iria para 22%.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Ou seja, os Estados não confrontantes iriam de um ponto alguma coisa para vinte ponto alguma coisa.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Iria de 1,75% para 22%. Os municípios não confrontantes saem de 7% para 22%. Então, de fato, há uma redistribuição, usando FPE, FPM muito maior, porque tem um aumento aí significativo do recurso dos *royalties* para esses Estados e Municípios. E a União cai de 30% para 22%.

Isso está na proposta do PL 8051.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Essa é a questão. Por que alterarmos uma proposta que já pressupõe uma distribuição entre Estados confrontantes e não confrontantes, Municípios confrontantes e não confrontantes, se essa proposta está submetida ao Congresso Nacional. Basta que o Congresso Nacional avalie e vote essa proposta, que não é apenas acordo, que não é apenas entendimento apenas com o Presidente Lula. Foi entendimento com a República, foi entendimento com o Presidente da República, qualquer que fosse ele naquela circunstância.

Então, eu quero crer, Presidente Delcídio, que talvez nós tenhamos que trazer para debate nesta Comissão o PL-8051. Por que não partirmos do PL-8051 para que ele possa ser o nosso ponto de convergência? Porque nele Municípios e Estados não confrontantes estão sendo absolutamente acolhidos, e fazendo distribuição da riqueza do pré-sal, que nós também achamos que precisa ser distribuída para o conjunto do País.

O SR. JOSÉ SERGIO GABRIELLI – Mas, Senador, é bom dizer que o PL-8051 se aplica somente ao futuro. Aplica-se somente ao futuro, não se aplica ao passado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– É disso que estamos falando. Nós não temos como alterar a regra do jogo, não temos como sair quebrando contrato. Quer dizer, um *player* como o País, que estará liderando o arranjo de petróleo e gás no mundo não pode sair por aí quebrando contrato, estabelecendo novas regras, como se essas regras não tivessem sido construídas.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Se quebrar o contrato teria que ter o aumento da participação. Se quebrar, é por aí. Se não quebrar... Não pode quebrar, nós precisamos respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria só fazer... É importante o comentário de V. Ex^a e do Presidente Gabrielli.

Esse projeto que está na Câmara é um projeto consequente. Foi discutido intensamente, amplamente. Na minha opinião, o que ficou ruim, em função da

Emenda Ibsen e, depois, da própria votação aqui no Senado, é que houve uma distorção e uma criação de perspectivas.

Acho que o que faltou, Gabrielli, foi dizer o que você falou aqui. E que, lamentavelmente, naquela correria para se aprovar o novo modelo e também a distribuição dos *royalties*, foi que, na verdade, nós estamos falando aqui, esses seis milhões de barris que você tem estão dentro da Lei de Concessões. E ali tem pós-sal e tem pré-sal.

Então, quer dizer, com essas condições de contorno colocadas, e eu concordo com você, que, sob o ponto de vista legal, os Estados produtores estão muito bem. Eles têm segurança jurídica para discutir em qualquer foro isso aí. Eu acho, Senador Dornelles, que nós vamos ter que buscar alternativas que eventualmente podemos adotar. Até para ser litúrgicos, adotar o projeto do governo que está na Câmara. É o 8051, não é?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não. Ele está distribuído para o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Ele está arrastando a barriga lá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ele está distribuído para ao Deputado Jordão, do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso. Mas não foi votado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não foi relatado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não foi relatado ainda. E eu acho, Senador Dornelles, que nós vamos ter que discutir essa questão de participação especial e outras coisas. Eu não vejo muitas alternativas a serem buscadas sem ferir, quer dizer, sem prejudicar aquilo que já está contratado, mesmo com as considerações que o Gabrielli fez, até porque, na última negociação que foi feita, inclusive com os governadores do Nordeste, eles propuseram a emissão de títulos com base numa produção.

É aquela história, é não almoçar... Aliás, é se preparar para a ceia de Natal sem ter condição de almoçar hoje, ou jantar. Porque, na verdade, essa conta tem que fechar lá na frente. Se tirar lá na frente, se você antecipar, como é que você faz? E criou-se uma expectativa, e nós temos que reconhecer que esse é o grande desafio, e por isso eles fizeram essa proposição, de que era já para começar a distribuir os recursos do pré-sal de imediato.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Mas eu acho, Delcídio, só indo aí um pouquinho, eu acredi-

to que falta muita informação. Essa informação que foi dada hoje aqui é muito importante para que quebreemos esse preconceito que se formou em torno dessa divisão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Eu acho, eu queria sugerir, porque nós temos mais duas ou três reuniões apenas para começarmos a sentar e discutir objetivamente o nosso ponto de convergência, porque nós temos um *deadline*, que é 16 de setembro. Então, porque não partirmos do PL 8051 e nos debruçarmos em torno dele? Porque esse projeto é um projeto robusto, responsável, consequente, cuja juridicidade foi analisada.

E é isto que eu queria perguntar ao Presidente Gabrielli, da Petrobras: Em caso de o Congresso Nacional não chegar a um entendimento, esse processo vai para judicialização. Como é que V. S^a imagina um cenário com esse processo do novo marco regulatório estando submetido à Justiça? Quais são os sinais, quais são as incertezas que nós emitimos para o mercado internacional, até porque a Petrobras tem um enorme desafio, e o enorme desafio é conseguir parceiros para ajudar a chegar em 2020 com a produção de 2,300 milhões barris da camada pré-sal. Como é que o mercado receberia uma notícia como essa, ou seja, o pré-sal brasileiro está *sub judice*.

O SR. SERGIO GABRIELLI – V. Ex^a está mencionando a hipótese do veto ser...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– A hipótese de o Congresso derrubar o veto. A Presidente Dilma já se manifestou publicamente ontem. O Ministro Lobão afirmou aqui nesta Comissão que isso acontecendo, o Governo vai a juízo.

O SR. SERGIO GABRIELLI – O efeito disso, da judicialização, é adiar a licitação para as áreas do pré-sal novo. Mas isso não afeta a situação atual. A única coisa que vai afetar aí é o futuro. Ou seja, não é possível fazer uma licitação para o pré-sal novo sem resolver esse problema. Mas o pré-sal antigo e as áreas exploratórias fora do pré-sal não têm problema.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – ...derrubar o veto, pega o pós-sal e o pré-sal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Pega a plataforma continental.

O SR. SERGIO GABRIELLI – Se derrubar o veto você vai ter duas judicializações. Se derrubar o veto, você tem uma judicialização da União, que vai dizer que não pode pagar mais do que ela recebe, e vai ter uma judicialização das concessionárias. Dos Estados também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Os Estados vão recorrer em juízo.

O SR. SERGIO GABRIELLI – E vai ter das concessionárias. Vão dizer: Olha, eu fiz um contrato com a União, através da ANP, que me dava certas condições. Isso está sendo rompido.

Porque notem o que acontece. Se se derruba o veto, volta a emenda que foi aprovada. A emenda que foi aprovada altera o passado. E ao alterar o passado, altera os contratos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Só mantém os municípios portuários do Rio Grande do Sul.

O SR. SERGIO GABRIELLI – Mas não estou falando dos Municípios, estou falando das concessonárias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ou seja, esse é o pior dos mundos, porque vai adiar *sine die* a produção e a distribuição dessa riqueza. E essa é a pergunta que faço a V. S^a.: o senhor teve uma participação importante, a Petrobras também, na construção desse novo marco regulatório. Quando esse novo marco regulatório foi pensado e os três ou quatro projetos foram submetidos ao Congresso, não foi imaginado que esse debate suscitaria esse tipo de divisão que estamos vivendo hoje?

O SR. SERGIO GABRIELLI – Foi, tanto é que foram apresentados quatro projetos e, na realidade, a proposta original não envolvia a discussão do *royalty*. A discussão do *royalty* seria separada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas o Governo Federal não imaginou?

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Exatamente para evitar esse problema, mas o Congresso Nacional, soberanamente, legitimamente, incluí esse debate, mas a proposta original do Governo não incluía esse debate.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não incluía, mas essa que é a minha pergunta: o Governo Federal não imaginou, não planejou que esse debate fosse ocorrer? Porque foi muita ingenuidade imaginar que o Congresso Nacional não veria nisso uma oportunidade de fazer o que fez.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – A proposta que o Governo fez, que o Executivo fez foi fazer esse debate em um projeto de lei separado, mas não conseguiu. Faz parte da democracia, faz parte...

Os senhores sabem disso mais do que eu.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Outra pergunta que faço a V. S^a: em caso de uma eventual distribuição dos *royalties* entre Estados confrontantes e não-confrontantes, em desobediência ao art. 20 da Constituição, que estabelece que os Estados confrontantes tenham participação diferenciada, V. S^a não imagina que Estados onde se dá a produção poderá ter uma relação com a Petrobrás um pouco adversa?

Há informações de que no Rio Grande do Norte, por exemplo, a Petrobrás estaria tendo mais dificuldades em concessões, desculpe-me, licenças ambientais?

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Mas não é um problema de *royaltie*, é um problema de que a Petrobrás, em alguns Estados, ela representa 36% da arrecadação estadual. No Rio de Janeiro é 35%. Em outros Estados, no Rio Grande do Norte, é 22%.

O senhor note que a Petrobrás é importante no Brasil inteiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Então...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Do que se recolhe no Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro fica com 0,05.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Não, porque a maior parceria é para *royaltie* e participação. Não é só o Imposto de Renda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, de modo que acho que a vinda do Presidente Gabrielli foi extraordinário. Foi extraordinário porque jogou luz, nos ajudou nesse esforço que estamos fazendo. Fico com essa contribuição e com essa sugestão.

Acho que podemos partidos do PL nº 8.051, como forma de termos um debate concreto e objetivo porque esse é o único projeto que analisou todas as questões inclusive a segurança jurídica desse debate que estamos fazendo aqui no Senado da República.

Agradeço ao Presidente Gabrielli.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – O prazer foi meu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria só fazer alguns registros.

Acho que, Gabrielli, essa reunião foi uma reunião muito mais produtiva. Desse elenco de reuniões que fizemos, essa é a segunda e foi muito mais produtiva principalmente porque o Gabrielli veio aqui para discutir plano de investimentos e, por nossa solicitação, se dispôs a falar sobre *royalties* e hoje tivemos condição de ter uma discussão mais aprofundada dessa questão. Quer dizer, aí cabe, viu Gabrielli, por isso que pedi a você isso, até para esclarecer uma série de pontos que, lamentavelmente, em nosso dia a dia, muitos Senadores não sabem.

Às vezes é um discurso fácil sob o ponto de vista político, mas dentro de um setor bastante complexo, como você bem afirmou aqui a questão da produção, seis milhões, em 2020, dentro do que você já têm, do que você já licitou, onde você tem pós-sal e você tem pré-sal, mas o que vale é a concessão. Então, ou seja, estamos antecipando uma discussão da distribuição de *royalties*, uma coisa que tem que vir no futuro, a

partir do momento em que você faça um leilão do novo pré-sal porque o pré-sal do passado já foi, é concessão mesmo.

Então, esse assunto é complexo, não é um assunto que pode ser conduzido de uma forma demagógica, simplista porque ele é um assunto difícil e importante também. O Gabrielli falou aqui de uma forma muito competente – ele é competente. A questão é, se cair o veto, se cair o veto, a Emenda Ibsen vai criar um problema jurídico absolutamente inadmissível, porque o que vai valer, Senador Dornelles, é a emenda. O Presidente Lula votou, o Congresso derrubou e vai derrubar, vai derrubar o veto porque, se a gente avaliar bem, tirando os Estados produtores, quais Senadores vão votar com os Estados produtores?

Difícil. Por quê? Porque têm razões. Agora, esse processo tomou uma dimensão que tem um viés político intenso e a gente não pode deixar de considerar isso e, quando foi feito esse projeto, o Governo pensou como deveria pensar. É o futuro. Quando, aí, em função da dinâmica do Congresso, veio a proposta de, aparentemente, os Municípios e Estados receberam os dividendos do pré-sal como se o pré-sal fosse hoje. Como se isso já estivesse ocorrendo, mas o que existe do pré-sal, na verdade, é a concessão.

A lógica toda que o Governo seguiu é para depois.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Com as concessões de pré-sal hoje estamos em 120 mil Petrobrás mais outros 150 mil. Só com concessão nós chegaríamos, em 2020, com que produção?

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Mais ou menos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dois milhões e trezentos.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Só isso aí. Um milhão e cem mais oitocentos, quase dois milhões.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– De concessão?

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – De concessão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– No pré-sal?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – No pré-sal.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Tinha que ser o que foi licitado e o que não foi licitado.

O que não foi licitado, se pré-sal ou pós-sal, vamos discutir. Agora, o que foi licitado, pré-sal ou pós-sal, são situações já constituídas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu concordo, Senador Dornelles. Esse é o problema.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– A partilha é para a camada pré-sal, a partilha não é para a pós-sal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só que a preocupação, nessas negociações, é a de voltar no passado ou é entrar nos contratos atuais. Essa é a dificuldade.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O problema é inclusive paralisar as situações futuras da Petrobrás.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – O conceito básico da lei do petróleo é o cone, ou seja, vale uma área que vai até o centro da terra, em última instância e, o que é pré-sal e pós-sal, é dentro da mesma subconcessão.

A lei foi aprovada, faz uma delimitação da área do pré-sal...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Do polígono estratégico etc...

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – E das áreas estratégicas que por decisão do Governo, pode incluir outras áreas, também nessa lei e essas áreas são pré-sal e pós-sal.

Nós estamos fazendo, por exemplo, hoje, um programa muito intenso da Petrobrás, um programa chamado “varredura” na Bacia de Campos, não só na Bacia de Campos, mas principalmente na Bacia de Campos. Nas áreas concedidas estamos intensificando a atividade exploratória dentro das áreas já concedidas para tentar encontrar novos reservatórios.

Encontramos os recursos recuperáveis nessas áreas, no pós e no pré-sal dessas áreas, mas dois bilhões de barris. E nessas áreas é muito vantajoso porque são áreas em que você conecta o poço ao sistema que já existe, que já está lá, é uma rentabilidade alta.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, concordo inteiramente com o Senador Delcídio, a audiência pública hoje foi extremamente importante para a gente e acho que ela foi consistente quando V. S^a mostrou os investimentos, a descentralização, como é que está mapeado todo esse processo.

A gente começa a entender a demanda tão forte de Prefeitos, de Governadores porque, na verdade, há uma concentração de renda na região Sudeste e acho que V. S^a foi perfeito hoje mostrando isso e fazendo com que a gente tenha argumento para defender, não de forma apaixonada, emocional, mas de forma racional, mais objetiva.

Para mim, que não sou da área, achei muito importante porque deu uma visão muito clara.

O SR. SÉRGIO GABRIELLI – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Queria só fazer um registro, Senador Dornelles, Senador Ferraço, Senadora Lúcia Vânia e

Gabrielli. Eu acho que o quadro é muito claro, ou seja, é um projeto que foi montado para o futuro e querem trazer para o presente, mexendo no passado. Então, é uma situação difícil, complexa, só que, evidentemente, hoje já existe uma mobilização intensa no Brasil, uma mobilização no sentido de votar o veto, portanto, nós vamos ter que exercitar muito a nossa capacidade de articulação. Viu, Gabrielli, vamos precisar também em muitas situações consultá-lo, consultar a sua equipe, não no sentido de expô-los, expor a Petrobras, expor a Companhia, mas exatamente para utilizar os conhecimentos da Companhia, os conhecimentos que você trouxe aqui, para nos ajudar nessa caminhada, porque o tempo é muito curto.

Semana que vem temos os Governadores, e aí começa um... O Nordeste o Senador Wellington Dias começa já fazendo contato para confirmar, mas os Governadores do Sudeste estão confirmados, o Governador Alckmin ainda não me deu notícia se virá ou não, mas os dois Governadores, do Rio e do Espírito Santo, já estão confirmados.

É uma questão importante, acho que esses pontos elencados aqui são fundamentais. Se o veto cair vale a emenda. E aí nem Deus sabe o que pode acontecer. Então, temos que fazer um esforço tremendo para evitar que isso aconteça.

Só queria, viu, Gabrielli, sei que o plano investimentos, acho que você foi muito claro na exposição, e esse foi o objetivo maior do requerimento, eu não poderia deixar de registrar aqui o esforço que a Companhia está fazendo, o aumento na produção, o aumento no refino, o refino era uma área que... ao longo... não vou dizer que era considerado assim, numa escala secundária em função da exploração e da produção, mas o refino andou mais lentamente que os avanços na área de produção e exploração. A gente vê nitidamente, não só, é uma coisa impressionante, nós saímos de dois milhões hoje, dois milhões e cem e chegarmos a 2015 com três milhões, mais de três milhões de barris.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Três milhões e setenta e chegar depois a seis milhões em 2020.

Então é um esforço extraordinário, só uma empresa com a tecnologia, com a competência e os quadros qualificados que a Petrobras que tem faz uma coisa dessas, absolutamente extraordinária. O que salta aos olhos são os números quando se transfere para barril equivalente. Você pega o gás, tudo aquilo que entra no jogo aí, essa tela é muito interessante, biocombustíveis, energia elétrica, quando se mistura tudo em barril equivalente. Nós temos hoje uma empresa extraordinária. O valor de 2020, chegando a

sete milhões cento e quarenta e dois mil. Quer dizer, é um esforço extraordinário e sei que a sua equipe e você, particularmente, como presidente da Petrobras, têm feito para garantir esses investimentos, a despeito de todas as dificuldades, eu sei, não são pequenas.

A única coisa que eu gostaria só de sugerir a você, eu sei que vocês estão fazendo um esforço muito grande, e falei para você isso hoje antes da reunião, é o negócio da refinaria lá no Nordeste. Essa história com as PDVSA não vai a lugar nenhum. A PDVSA, desde a época do Governo Itamar Franco, eu ouço esse papo de as PDVSA fazerem refinaria no Nordeste. É um lero-lero, é um “enroleixon”, um “embromeixon”, como dizem, não vai adiante. Isso vai desgastando, todos os dias os jornais colocam: a PDVSA vai dar uma posição, a PDVSA tem interesse.

Eu acho que a Petrobras está perdendo tempo. Você me disse que eles têm aí um prazo de 31 de agosto. Eu espero que Deus seja brasileiro, e a gente tem certeza disso, Senador, e a gente tenha condições de reverter esse quadro, porque é inacreditável. Hoje eu li nos jornais. Nós fizemos aqui um debate intenso, você veio aqui, ah, porque a obra da refinaria estava super faturada. Você lembra disso? A refinaria está superfaturada, o preço superfaturado. Agora vem a PDVs para falar que está superfaturado, que o preço está muito elevado. Acho que essa refinaria, como você próprio demonstrou, pelo déficit, tem que ser da Petrobras mesmo, a Petrobras terminar essa refinaria como fez em outros projetos aí distribuídos pelo Brasil.

Acho que se nenhum Senador ou Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Quero agradecer em nome da Comissão de Infraestrutura e dizer da minha satisfação, Gabrielli, de recebê-lo aqui e, principalmente a satisfação de ver uma exposição didática, sintética e muito proveitosa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, mais alguma coisa?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, por esse ciclo de reuniões que estão fazendo na Comissão, todas elas extremamente proveitosas e importantes. E cumprimentar o Presidente da Petrobras pela aula que acabou de proferir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço?

Gabrielli, agradecendo a você, pedir desculpas, porque tivemos que interromper a audiência pública, por causa das votações nominais. E dizer que, as Comissão de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, estamos absolutamente à disposição de vocês. Somos parceiros desse grande trabalho que vocês têm

feito, comandando a Petrobras e, acima de tudo, um trabalho espetacular para este Brasil com que todos nós sonhamos.

Muito obrigado a vocês.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 16 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 24 de Agosto de 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Walter Pinheiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Antonio Carlos Valadares, Waldemir Moka, Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Lídice da Mata, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 41/11–CE, de autoria do Senhor Senador Alvaro Dias, destinado a discutir “**A situação atual do Projeto Rondon e o Programa Forças no Esporte**”. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Coronel Sérgio Mário Pasquali, um dos fundadores do Projeto Rondon; Secretário-Geral do Ministério da Educação na gestão do Ministro Rubem Ludwig e também da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz e Presidente do Projeto Rondon Nacional; Senhor Coronel Brito Neto, Gerente de Operações do Projeto Rondon do Ministério da Defesa; Senhor Coronel Cesar, Coordenador na Comissão Desportiva Militar do Brasil do Ministério da Defesa; Senhor Capitão-Tenente Marcos, Assistente Militar do

Ministério da Defesa; Senhor Capitão-de-Corveta Bessa, Assessor Parlamentar da Marinha; Senhor Wagner do Nascimento Carvalho, Gerente na Assessoria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto – SEPED do Ministério da Defesa; Senhor Major Marcos Vieira Junior, Adjunto na Comissão Desportiva Militar do Brasil do Ministério da Defesa; Senhor Luiz Carlos Pinheiro Serrano, Gerente Executivo na Comissão Desportiva Militar do Brasil do Ministério da Defesa; Senhor Antonio Dmeterko, Gerente na Comissão Desportiva Militar do Brasil do Ministério da Defesa; Senhor Ricardo Henrique Bento de Souza de Barros Moreira, Coordenador de Comunicação Social do Ministério da Defesa; Senhora Emilia Maria de Faria, Coordenadora no Ministério da Defesa; Senhor José Ferreira de Barros, Coordenador no Ministério da Defesa; Senhor Ivan Cavalcanti Gonçalves, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Defesa; Senhor Ney Oliveira Müller, Assessor Parlamentar do Ministério da Defesa; Senhor Josbecasi Moreira Lima, Assessor de Esportes do Ministério da Defesa e Senhor Vanderlei Teixeira de Oliveira, Assessor de Finanças do Ministério da Defesa. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Rogério Luiz Veríssimo, Brigadeiro-do-Ar e Diretor do Departamento de Pessoal, Ensino e Cooperação do Ministério da Defesa e Coordenador Geral do Projeto Rondon e Senhor Bernardo José Pierantoni Gambôa, Vice-Almirante e Presidente da Comissão Desportiva Militar Brasileira do Ministério da Defesa**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Alvaro Dias, autor do Requerimento e os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Valdir Raupp. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Havendo número regimental, aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 41/11-CE, de autoria do Sr. Senador Alvaro Dias, para a realização de audiência pública destinada a discutir o tema. A situação atual do Projeto Rondon e o programa Forças no Esporte, através de parcerias entre os Ministérios da Defesa e do Esporte.

Dando início à audiência pública, solicito à Secretária da Comissão, Sr^a Adriana Nunes, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Saudando o Vice-Almirante Bernardo Gambôa, Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil, do Ministério da Defesa, e o Brigadeiro da Aeronáutica, Rogério Veríssimo, Coordenador Geral do Projeto Rondon, do Ministério da Defesa, quero informar a V. S^{as} e aos Srs. Senadores e Senadoras que a presente audiência pública está sendo gravada para ser transmitida pela TV Senado, como também é transmitida ao vivo pelo sistema de Internet do Senado. Também será noticiado pelo *Jornal do Senado*, *Rádio Senado* e em todos os meios de comunicação disponíveis na Casa.

Dando início à presente audiência pública, requeria pelo Senador Alvaro Dias, e tendo em vista que nós já tivemos aqui na Comissão o número regimental de Senadores que subscreveram o livro de presença, embora não estejam presentes neste momento na reunião, em função das várias Comissões que se reúnem, neste exato momento, aqui na Casa. Isso, obviamente, não prejudica nossos trabalhos porque muitos Senadores ainda estarão presentes aqui e há outros que assistem à presente reunião em seus gabinetes, nós daremos início aos trabalhos.

Vamos, conforme a regra que esta Presidência tem adotado nas reuniões, sempre em audiência pública eu começo ouvindo da direita para a esquerda e na outra da esquerda para a direita. Então, desta feita, vamos ouvir inicialmente o brigadeiro Rogério Veríssimo, Coordenador Geral do Projeto Rondon, e depois ouviremos o Almirante Bernardo Gambôa.

Por favor, o senhor tem a palavra por até 15 minutos. Esteja à vontade e pode apresentar como bem o desejar.

O SR. ROGÉRIO LUIZ VERÍSSIMO – Minhas senhoras e meus senhores, bom-dia a todos. Antes de mais nada, gostaria de agradecer por esta oportunidade de trazer a esta Casa um pouquinho do Projeto Rondon. Para atingir meu objetivo hoje, vou passar pelo seguinte roteiro.

(Próximo, por favor.)

Nós vamos ter uma introdução em que eu falarei um pouco sobre o que é o projeto, seu histórico, as características do trabalho desenvolvido pelo Projeto Rondon, fundamentos do Projeto, a concepção política, estratégia, trabalho em campo, resultados alcançados até o presente momento, próximas operações e uma breve conclusão.

(Próximo, por favor.)

O que é o Projeto Rondon?

O Projeto Rondon, hoje, é um projeto do Governo Federal, desenvolvido por intermédio do Ministério da Defesa, que tem por missão viabilizar a participação do estudante universitário no desenvolvimento local e sustentável dos Municípios brasileiros.

(Próximo, por favor.)

Um breve histórico.

O Projeto teve origem em 1967. A Operação Zero do Projeto Rondon aconteceu no Estado de Rondônia e foi o resultado de uma inteiração entre a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército e Universidades do Rio de Janeiro, como a Universidade Federal Fluminense, a PUC do Rio e a antiga UEG, Universidade do Estado da Guanabara, que hoje é URJ.

No ano ainda de 67, foi batizado o projeto com o nome de Projeto Rondon, em homenagem ao Marechal Rondon, natural de Mato Grosso, militar que se destacou em obras sociais, identificação de comunidades indígenas, levando comunicação telegráfica aos rincões deste País e alargando a civilização brasileira dentro dos limites do território nacional. Então, uma justa homenagem ao Marechal Rondon.

Em 1989, o Projeto até então estava sendo conduzido no Ministério do Interior, ele foi interrompido. Mas, graças ao empenho de pessoas como o Coronel Pasquali, hoje presente nesta reunião, o projeto não morreu, continuou a chama acesa por intermédio de uma Oscip, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e continuou suas atividades. Ele retorna – digamos assim – ao Governo Federal através da interação de diversos grupos, mas eu cito aqui a União dos Estudantes junto à Presidência da República. Então, essa interação começou em 2003 e em 2005 nós tivemos um seminário com os professores que definiram um novo formato de atuação do Projeto, agora já sob a égide do Ministério da Defesa. Em 2005, então, nós tivemos o relançamento do Projeto já com a ordenação do Ministério da Defesa.

(Próximo, por favor.)

As características do Projeto hoje.

O Projeto, no passado – na década de 70 e na década de 80 –, tinha uma estrutura das universidades, chamada de *campi* avançados, onde as universidades

tenham condições logísticas de dar suporte à operação durante um período maior. Hoje o Projeto está caracterizado por um trabalho voluntário dos estudantes, durante o período de férias escolares e atuamos por duas semanas entre a abertura, atuação no Município e o encerramento, em torno de 14 a 15 dias. As equipes são constituídas de dois professores e oito alunos, com apoio logístico das Forças Armadas, principalmente em locais de concentração, com apoio de alimentação e pousada e depois o deslocamento para os Municípios de destino, com parceria entre o Ministério da Defesa e as Prefeituras para que possam ser desenvolvidos os trabalhos dos universitários com o apoio mínimo da municipalidade.

(Próximo, por favor.)

Fundamentos do Projeto Rondon, no formato em que está hoje, no Ministério da Defesa.

Ele foi criado em 14 de janeiro de 2005, com um decreto sem número, onde foi aprovada uma concepção política que define, grosso modo, as localidades de atuação, normalmente na região amazônica, no nordeste brasileiro, havendo possibilidade também de operações especiais em função de demandas específicas e uma concepção estratégica que defini como fazer os objetivos da política.

(Próximo, por favor.)

Existe, também criado por esse decreto de janeiro de 2005, um Comitê de Orientação e Supervisão. Esse comitê supervisiona toda atuação do Projeto, desde a análise das propostas das universidades, a execução, o planejamento para o ano seguinte e a análise dos relatórios das operações passadas. Então, é um Comitê que é composto pela Secretaria Geral da Presidência da República e mais sete ministérios, sendo o Ministério da Defesa o coordenador dessa atividade.

(O próximo, por favor)

As ações executadas em campo se dividem em dois conjuntos: um Conjunto A e um Conjunto B. Nós temos duas universidades, com equipes de 10 cada, em cada Município. Então, uma universidade com o Conjunto A e uma com o Conjunto B.

O Conjunto A envolve cultura, direitos humanos, justiça, educação e saúde; e o Conjunto B na área de comunicação, meio ambiente, tecnologia e produção e trabalho.

Então, aqui, só para ilustração, uma sala de aula típica do Projeto Rondon, com os meios que nós temos na área rural. Os alunos rapidamente montam sua exposição, conforme o planejamento que fizeram na universidade, com até dois ou três meses de antecedência.

(Próximo, por favor.)

O trabalho desenvolvido em campo. Como é uma ação que dura duas semanas, nós precisamos atuar

com multiplicadores locais. Então, são lideranças locais, pessoas da própria prefeitura, que têm liderança. Dependendo da temática que vai ser abordada – por exemplo, mortalidade infantil –, o público alvo são parteras. Enfim, para cada conjunto daqueles de ações, conjunto A e conjunto B, é feita uma visita precursora, em que os professores estabelecem esses contatos, para que, após a retirada do projeto Rondon, essas pessoas possam dar continuidade aos ensinamentos que foram plantados naquele Município.

(Próximo, por favor.)

Aqui é uma visão desse trabalho, com multiplicadores locais. Na figura de cima, foi a operação realizada agora, no mês de julho, uma operação especial nos tramos sul e norte do Rio Paraguai. Então, para atingirmos o maior número de comunidades pequenas, nós utilizamos meios de transporte da Marinha e do Exército. Essa é uma embarcação do Exército brasileiro que está ancorada numa localidade do Rio Paraguai, no tramo sul. Eles fazem o contato com as pessoas que seriam os multiplicadores locais e interagem com eles.

Mas, também, quando não temos essa figura de liderança, de multiplicadores locais, é feito o desembarque – este aqui foi no Rio Paraguai –, a preparação bem rústica, como os senhores e as senhoras estão percebendo, da exposição da universidade em campo. Então, realizam ações que tragam efeitos duradouros para a população, a economia, o meio ambiente e a administração local. Também atuamos fortemente com administração municipal local.

(Próximo, por favor.)

Um pouco dos resultados alcançados. Vou me limitar aos resultados do Ministério da Defesa desde a reativação, em 2005.

Até a presente data, já computada a operação de julho último, nós temos a participação de 12.672 rondonistas e alcançamos 777 Municípios.

(Próximo, por favor.)

Um custo aproximado. Isso varia um pouquinho em função da região. Uma operação, por exemplo, na região amazônica, geralmente, em função da logística, é uma operação um pouco mais cara para o Ministério da Defesa. Mas, em média, para o Ministério da Defesa, da ordem de R\$2.332,00 por um período de 15 dias por rondonista. Não estão computados aqui os gastos da prefeitura com hospedagem, porque geralmente é feita em colégios municipais, e com a alimentação da equipe de vinte rondonistas.

(Próximo, por favor.)

Uma visão para as nossas expectativas de próximas operações. Está prevista para o próximo mês de janeiro e o início de fevereiro uma operação com dois centros regionais no Estado do Maranhão. Teremos um

centro regional em São Luís. Esse centro regional é simplesmente onde são concentrados os rondonistas, onde é feita uma orientação de segurança. Dali, eles saem para os Municípios. Então, teremos um centro regional em São Luís e um centro regional em Imperatriz.

(Próximo, por favor.)

O resultado que pretendemos alcançar é atingir 23 Municípios, 12 próximos a Imperatriz e 11 próximos à capital, São Luís. E vamos levar em torno de 414 rondonistas para essa operação.

(Anterior, por favor.)

Pretendemos, para as próximas operações, concentrar-nos um pouco em Estados que têm poucos Municípios. Por exemplo, o Amapá tem 16 Municípios, então, com uma operação, nós praticamente alcançamos todo o Estado do Amapá. Nós pretendemos fazer inclusive operações de retorno, para fixar mais os resultados nesses Estados. É o caso do Amapá, de Roraima e do Acre. No Acre, também é possível, em uma operação, atingirmos todo o Estado.

(Próximo, por favor.)

A título de conclusão, eu queria trazer só alguns aspectos que são relevantes para o Projeto Rondon. Nós temos um projeto de lei em trâmite no Congresso Nacional – se não em engano, está na Comissão de Finanças e Tributação – que é de criação de novos cargos para o Ministério da Defesa, que vão nos proporcionar uma ampliação também do efetivo do Projeto Rondon. Um dos limites que nós temos hoje não é tanto o aspecto orçamentário, mas a equipe reduzida que temos no Ministério da Defesa para poder acompanhar todas as demandas do Projeto Rondon. Então, esse projeto de lei terá um impacto positivo para o projeto em termos de recursos humanos.

A participação dos Parlamentares nas cerimônias de abertura das operações também é um aspecto muito relevante para o projeto. Nós percebemos claramente, nas operações de janeiro e na operação de julho último, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, que a participação dos Parlamentares em seus Estados faz com que os Municípios se mobilizem mais fortemente, para que possamos ter melhores resultados. No Município em que o prefeito está diretamente engajado, interessado e participante, com toda a sua estrutura, o projeto consegue alcançar resultados muito mais relevantes. Então, essa participação parlamentar, para nós, realmente, é muito relevante – emendas parlamentares, para podermos complementar o orçamento do projeto. E apoio também de empresas públicas é fundamental, haja vista que em nossa própria política está o fomento à responsabilidade social não só das universidades, mas também das nossas empresas.

(Próximo, por favor.)

A título de conclusão e motivação, uma frase de uma jovem de treze anos, do Estado do Amapá, daquele Município de Cutias do Araguari, da operação de julho de 2011: “O Rondon nos traz a esperança que a realidade nos tira. Um dia serei rondonista como vocês”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecendo a apresentação do Sr. Brigadeiro Rogério Luiz Veríssimo, passamos a palavra agora ao Almirante Bernardo Gambôa, para a sua exposição, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. BERNARDO JOSÉ PIERANTONI GAMBÔA – Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Bauer, que preside esta audiência, e, em particular, ao Senador Alvaro Dias, que nos dá oportunidade de fazer uma apresentação sobre um programa que nos honra muito e que nós entendemos, no Ministério da Defesa, de extrema relevância.

Não sei se é melhor falar daqui. Eu posso falar daqui, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pode, sem problema.

O SR. BERNARDO JOSÉ PIERANTONI GAMBÔA – Está bem. Muito obrigado.

Eu vou apresentar o Programa Segundo Tempo, que nós, no Ministério da Defesa, tratamos e apelidamos de Forças no Esporte. Esse entendimento é bastante importante porque o Programa Forças no Esporte é uma parceria do Ministério da Defesa com o Ministério do Esporte e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ele foi implantado oficialmente no Ministério da Defesa em 2003 e recebeu o nome de Forças no Esporte. Por que Forças no Esporte? Porque são as Forças Armadas usando o esporte como um instrumento de cidadania. É um programa de inclusão social, que tem uma penetração bastante grande. E como os senhores e as senhoras terão oportunidade de ver, nós trabalhamos hoje com cerca de 12 mil crianças no Brasil. Ele não é tão grande, mas fazemos o que fazemos com muita convicção, com muita seriedade e com muito respeito a esses jovens que são e serão o nosso País.

(Próximo, por favor.)

Aí é uma definição de que o Programa Forças no Esporte é desenvolvido pelo Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Esporte. Cada um desses ministérios tem uma pequena participação conosco, porque o Ministério do Esporte aporta recursos principalmente para a contratação de instrutores e de monitores que possibilitem a condução do programa. E o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome aporta uma certa quantidade de

recursos, pequena também, que nos ajuda na parte da alimentação dessas crianças. Eu digo pequena, mas depois vou voltar aos números e vocês vão ficar impressionados com o número de quanto nós temos, de quanta criatividade nós usamos dentro das nossas organizações militares, dos nossos quartéis para alimentar essas crianças.

(Próximo, por favor.)

O nosso público alvo são crianças e adolescentes de sete a 17 anos, prioritariamente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. E como nós identificamos essas crianças, essas comunidades, essas áreas de vulnerabilidade social? O nosso melhor termômetro são as escolas, as professoras, as diretoras das escolas. São áreas onde temos próximas organizações militares que possam dar a infraestrutura para acolher essas crianças dentro dos nossos quartéis. As professoras e as diretoras são os nossos termômetros na indicação das crianças que mais necessitam desse apoio.

(Próximo, por favor.)

O nosso objetivo é desenvolver, por meio da prática esportiva, a inclusão social. Esse é o grande objetivo. Promoção da saúde, nós temos tanto para atuar nessa área. E a prevenção da violência e da marginalidade, utilizando mecanismos de valorização da cidadania e de preparação para o mercado de trabalho.

Dentro dessa área da cidadania e da inclusão social, eu vou mostrar mais adiante onde nós focamos tudo isso, com esteio e baseado no esporte.

Na promoção da saúde, nós damos um *plus* a esse programa com o apoio das nossas organizações militares na área da assistência médica e odontológica. Em relação à prevenção da violência e da marginalidade, nós plantamos valores nessas crianças, nesses jovens que minimizam esse problema da marginalidade.

E vou concluir, lá no final, mas já vou adiantar, onde podemos melhorar a participação da família. Nós entendemos que a participação da família é muito grande, mas estamos fracos nisso. Atingir a família ainda é uma debilidade do nosso programa. Atingir a família como? Essas crianças são os vetores. Mas atingir a família é trazer a família um pouquinho, pelo menos um dia no mês, um dia a cada 15 dias, para o programa para que eles possam se envolver realmente, porque é fácil fazer os filhos, mas criá-los, educá-los... E passar isso para o Governo, achar que é o Governo que tem que resolver esse problema também é muito fácil. Eu passo o problema, e alguém vai ter que cuidar do meu filho. Nós procuramos minimizar esses problemas.

(Próximo, por favor.)

Resultados obtidos. Com o nosso programa vimos uma forte redução da evasão escolar, porque uma

das condições desse programa é que a criança esteja matriculada na escola. O incremento do rendimento escolar melhorou tremendamente. Nós vimos – isto é muito claro – que esse incremento no rendimento foi muito bom. A diminuição da violência familiar e junto à sociedade. As crianças retornam para casa com alguns valores que minimizam essa violência, não só das próprias crianças. Elas levam para casa, para o entorno, para os amigos, para os pais, para os parentes que estão próximos essa diminuição da violência. As crianças já com valores básicos de cidadania exigem dos pais, cobram dos pais a diminuição dessa violência.

A melhoria da saúde é patente. A nossa contribuição ajuda muitíssimo, porque acolhemos as crianças, cuidamos, tratamos desde a simples verminose até um tratamento dentário. Fazemos um censo odontológico. Tratamos dos casos mais complexos e encaminhamos essas crianças para o atendimento de saúde pública, porque isso não é uma atividade fim nossa. Isso é uma contribuição, como eu disse, é um *plus* que as Forças Armadas dão ao programa.

O aumento da consciência ambiental. Incutimos nas crianças a importância do respeito ao meio ambiente e temos tido bons resultados. Depois vou mostrar uma fotografia para ampliar isso, o que fazemos nessa área.

O maior interesse pela prática esportiva. As crianças conhecem os esportes e passam a se interessar muito mais pelo esporte.

(Próximo, por favor.)

Com isso, nós ampliamos uma integração social. As crianças se integram muito mais, se integram dentro da sociedade, que é o propósito de inclusão social que nós temos com o programa. Temos também a descoberta de talentos esportivos. Nós estamos agora numa fase de levantamento dessa descoberta de talentos esportivos, onde, por métodos científicos, estamos descobrindo jovens que poderão se tornar. Já temos um tremendo sucesso em alguns jovens atletas que vão representar o nosso País ou já estão representando em campeonatos mundiais. E a nossa intenção é que representem o País em 2016. Em 2012, eu acho que já teremos, principalmente na modalidade de levantamento de peso, atletas oriundos do Forças no Esporte, que estão treinando no Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, da Marinha, na avenida Brasil, na parte de levantamento de peso.

E o reconhecimento ao apoio do Governo nas três esferas, principalmente no Governo Federal e das Forças Armadas.

(Próximo, por favor.)

Como estamos organizados? Os três Ministérios constituíram um comitê gestor, que hoje tem, formal-

mente, membros do Ministério da Defesa, do Ministério do Esporte e do Ministério do Desenvolvimento Social, que comparece como consultor. No Ministério da Defesa, temos uma coordenação geral. Também temos um coordenador-geral também no Ministério dos Esportes, que é apoiado por um coordenador técnico. E, no Ministério da Defesa, temos um coordenador em cada força, onde realmente se trabalha nisso forte, além daqui, logicamente, no Ministério, na administração central, mas nas organizações militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. São os nossos soldados, os nossos cabos, os sargentos, os tenentes, que se dedicam a esse programa. Esse programa não é um programa para receber. As Forças Armadas não recebem nada. As Forças Armadas dão, oferecem a essas crianças, que nós entendemos que necessitam.

(Próximo, por favor.)

Organizações militares que participam. Hoje nós temos 82 organizações militares e atendemos cerca de 12 mil crianças.

(Próximo, por favor.)

O que nós disponibilizamos de instalações esportivas? Esses são números macros. Esse número aumenta a cada dia, porque estamos melhorando e incrementando as nossas instalações, mas isso é muito fácil de comprovar, porque não existe um quartel, uma organização militar da Marinha, do Exército, da Aeronáutica que não tenha uma quadra poliesportiva ou, no mínimo, um campinho de futebol.

(Próximo, por favor.)

O programa como se desenvolve? A criança é apanhada por um meio de transporte que nós providenciamos e a levamos para o quartel. Eles têm um primeiro lanche, são alimentados.

(Próximo, por favor.)

Depois, eles praticam atividade esportiva.

(Próximo, por favor.)

Dentro dessa atividade esportiva, não só eles conhecem a atividade em si. Não são atividades exclusivamente recreativas. Nós estamos entendendo que temos que ter com essas crianças muito mais carinho, muito mais respeito e muito mais cuidado. Nós não queremos, por exemplo, que um dos nossos garotos comece a aprender a jogar tênis sendo boleiro. Nós queremos que ele comece jogando tênis tendo um princípio do esporte. Isso é o que fazemos com a atividade esportiva. Sempre com instrutores que conheçam o esporte e possam passar o conhecimento de forma bem técnica.

(Próximo, por favor.)

Damos também noções de inclusão digital

(Próximo, por favor.)

Atividades culturais em que eles têm aula de canto por ali e fazem visitas a museus, pontos turísticos, bibliotecas e outras atividades culturais de uma maneira geral.

(Próximo, por favor.)

Preservação do meio ambiente. Envolvemos as crianças no plantio de árvores, na coleta de lixo, para entender o que é a reciclagem, o respeito ao meio ambiente e uma forma sustentável de tratar o meio ambiente.

(Próximo, por favor.)

Reforço escolar. Nós temos sempre... Essa parte é fundamental. Todo dia... Eles vão três vezes por semana. Eles têm a frequência nas nossas organizações e têm o reforço escolar.

(Próximo, por favor.)

Assistência médica e odontológica.

(Próximo, por favor.)

Oportunidade de melhoria, para concluir.

O que nós entendemos que podemos melhorar no nosso programa? Precisamos ter uma melhor adequação da infraestrutura esportiva, ou seja, melhorar a nossa infraestrutura, principalmente porque acolhemos crianças de sete a dezessete anos. Temos uma divisão não só das crianças como dos jovens, mas temos que ter espaços multifuncionais. Temos crianças dos dois sexos, masculino e feminino, e precisamos ter melhores espaços para isso dentro das nossas instalações militares.

(Interrupção do som.)

O SR. BERNARDO JOSÉ PIERANTONI GAMBÔA – Já estou concluindo.

(Próximo, por favor.)

Aquisição de material esportivo, uniforme.

(Próximo, por favor.)

Capacidade logística de transporte. Precisamos melhorar isso.

Maior envolvimento dos familiares.

(Próximo, por favor.)

E, para terminar, isso mostra que, recentemente, no dia 10 de agosto, inauguramos um núcleo aqui, onde a Presidente da República teve a oportunidade de cumprimentar as nossas crianças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecendo a exposição feita pelo Brigadeiro Rogério Veríssimo e também pelo Almirante Bernardo Gambôa, quero, antes de passar a palavra aos Srs. Senadores que desejarem apresentar e formular os questionamentos e as sugestões, mencionar e saudar aqui a presença do Coronel Sérgio Mário Pasquali, um dos fundadores do Projeto Rondon, há 44 anos. Ele também foi Secretário-Geral do Ministério da Educa-

ção na gestão do Ministro Rubem Ludwig e também na gestão da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz. Hoje, é Presidente do Projeto Rondon Nacional, que é uma associação nacional dos rondonistas e funciona como uma Oscip.

Também quero registrar que esta reunião está sendo objeto da atenção e está merecendo cobertura da Agência Senado.

Também quero registrar a presença, que nos honra muito e honra toda a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Coronel Brito Neto, que é Gerente de Operações do Projeto Rondon do Ministério da Defesa; o Coronel César, que é o Coordenador da Comissão Desportiva Militar do Brasil no Ministério da Defesa; o Tenente Marco, que é Assistente Militar do Ministério da Defesa; o Capitão-de-Corveta Bessa, que é da Assessoria Parlamentar da Marinha.

Também quero registrar a presença de Vagner do Nascimento Carvalho, que é Gerente na Assessoria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa. Saúdo o Major Marcos Vieira Júnior, que é Adjunto na Comissão Desportiva Militar do Brasil também do Ministério da Defesa; o Sr. Luiz Carlos Pinheiro Serrano, Gerente Executivo na Comissão Desportiva Militar do Brasil; o Sr. Antonio Demeterco, que é Gerente da Comissão Desportiva Militar do Brasil; o Sr. Ricardo Henrique Bento de Souza de Barros Moreira, Coordenador de Comunicação Social do Ministério da Defesa; a Sr^a Emília Maria de Faria, Coordenadora do Ministério; o Sr. José Ferreira de Bastos, que também é um Coordenador do Ministério da Defesa; o Sr. Ivan Cavalcanti Gonçalves, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Defesa; o Sr. Ney Oliveira Müller, Assessor Parlamentar do Ministério; o Sr. Josbecasi Moreira Lima, que é Assessor de Esportes do Ministério da Defesa; e o Sr. Vanderlei Teixeira de Oliveira, que é Assessor de Finanças do Ministério da Defesa.

Sintam-se todos cumprimentados e muito bem-vindos à nossa Comissão.

Conforme prevê o Regimento, o Senador autor do requerimento tem a prioridade e a preferência para a apresentação de suas observações, questionamentos e sugestões aos demais presentes, principalmente aos palestrantes.

Por isso, concedo, com muita honra, a palavra ao meu grande Líder e amigo Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Presidente Paulo Bauer.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados, que certamente representam aqui as Forças Armadas e nos honram com essa exposição de importância para os congressistas.

O Projeto Rondon, por exemplo, está na nossa memória. Quando apresentei o requerimento propondo esta exposição, ouvi de Senadores: “Olha, que bom falar do Projeto Rondon! Há quanto tempo não falamos do Projeto Rondon!” Então, esse ressurgimento do Projeto Rondon, desde 2005, ainda não chegou ao conhecimento nem mesmo de todos os Parlamentares. Daí a importância de um evento como este para maior conhecimento e, se possível, contribuição. Eu já faço sugestão na linha da contribuição.

Quem sabe, Presidente Paulo Bauer, esta Comissão não possa reservar, entre as emendas da Comissão ao Orçamento, uma parcela de recursos para os programas que estão sendo hoje aqui expostos, tanto o Forças no Esporte quanto o Projeto Rondon?

E a minha sugestão também, relativamente ao Projeto Rondon, é que este é um momento bom para se encaminhar aos Parlamentares uma solicitação de emenda parlamentar, especialmente no Estado onde haverá a próxima operação do Projeto Rondon. O Estado do Maranhão deve ser o próximo Estado. Certamente, os Parlamentares do Maranhão estarão mais estimulados à apresentação de emendas parlamentares para motivar o projeto, estimular o projeto e dar a ele mais condições de abrangência.

Aproveito, inclusive, para indagar sobre isto: qual a possibilidade de abrangência atual do Projeto Rondon? Quantos Municípios uma operação pode alcançar em função do que dispõe de recursos humanos e de instrumentos para tal? E qual a importância do projeto para suprir, muitas vezes, até a ausência do Estado em determinadas localidades mais longínquas? Qual a capacidade atual do projeto de suprir essas deficiências, diante desta frase incrível da garota, “o Rondon nos dá esperança que a realidade nos tira”? Onde a realidade tira a esperança, qual é a possibilidade de o Projeto Rondon realmente suprir a ausência do Estado brasileiro?

Enfim, nessas questões, relativamente ao Projeto Forças no Esporte, quero começar cumprimentando, parabenizando o excelente desempenho dos nossos atletas militares nos Jogos Mundiais Militares e dizer da importância de um projeto como esse para a inclusão social, como V. S^a fez referência.

Apenas para complementar, a exposição de ambos foi completa para que nós pudéssemos ter o conhecimento da realidade dos dois programas, mas eu gostaria também de saber onde esse programa está sendo desenvolvido – se em todo o País, se em todos os Estados –, quantas crianças são atendidas com esse programa atualmente e qual é a forma de seleção, se essa seleção leva em conta o desempenho escolar.

Quando nós fizemos um programa semelhante no Estado do Paraná, na época em que fui Governador, o Frutos da Terra, a seleção era exatamente em função do desempenho escolar, da aptidão para a prática do esporte, mas a exigência prioritária era o desempenho escolar. Os melhores alunos, os alunos de bom desempenho é que acabavam sendo premiados com a inclusão dos seus nomes entre aqueles que eram selecionados para a participação no programa.

Enfim, são essas as questões que eu gostaria de colocar e, mais uma vez, justificando a ausência... Tenho certeza de que muitos Senadores gostariam de estar aqui. Mas este não é o dia da reunião da Comissão de Educação. A Comissão de Educação se reúne na terça-feira. E hoje todos nós estamos comprometidos com outras comissões da Casa. O Senador Cristovam, eu, todos estamos comprometidos com outras comissões. Estamos faltando lá para estar aqui. Por isso a ausência. Mas, certamente, todos tomarão conhecimento do que aqui se tratou e nós temos certeza de que a presença, aqui, de ambos traz conhecimento, informação e estímulo para que nós possamos também, através do Legislativo, tentar contribuir.

Por exemplo, há um projeto que está tramitando na Câmara dos Deputados. Nós vamos assumir o compromisso de, especialmente quando chegar ao Senado, tentar dar celeridade a ele em benefício daquilo que é o seu objetivo: melhorar as condições para que o Projeto Rondon possa alcançar os seus objetivos.

Mais uma vez, muito obrigado pela presença e os cumprimentos pela exposição de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Consulto se mais algum Senador deseja usar da palavra.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, peço desculpas por não estar aqui desde o começo porque aqui ao lado está havendo uma reunião sobre uma síndrome que afeta a população negra no Brasil e que tem sido pouco atendida pelos sistemas de saúde e do outro lado tem a reunião para discutir o Código Florestal. Neste momento está falando a ex-Ministra Marina Silva. Eu gostaria muito de estar lá, mas não poderia deixar de vir aqui.

Primeiro, quero manifestar minha admiração, meu gosto, meu respeito e a certeza do papel do Projeto Rondon na formação dos brasileiros. Na verdade, deveria ser obrigatório fazer parte do Projeto Rondon, e não voluntário, assim como penso, contra quase todas as opiniões, que o serviço militar deveria ser obrigatório no Brasil, como defendo, como parte da educação, o

serviço cívico junto às comunidades pobres, através, por exemplo, de fazer a alfabetização e o atendimento de saúde pelos alunos da saúde.

Então, o Rondon está dentro dessa concepção de mergulhar os nossos jovens na realidade. Sou defensor disso. Sou defensor até mesmo de coisas mais simples, como que, durante algumas horas do semestre, o aluno faça leitura para cegos e coisas desse tipo. E o Rondon tem uma qualidade muito mais ampla para isso.

Por isso, podem contar comigo inclusive na proposta do Senador Alvaro Dias se for o caso de alguma emenda, até porque as emendas no Brasil estão muito desmoralizadas quando vão para as ONGs e nós precisamos concentrar em instituições com seriedade.

Mas eu quero aqui, Senador Alvaro, fazer uma pequena história – lamento que não esteja aqui o Senador Aloysio Nunes, porque foi testemunha – de que poucos talvez saibam, mas que é uma espécie de embrião anterior ao Projeto Rondon na concepção.

Havia, no Brasil, durante os anos 60 e 70, uma instituição norte-americana chamada Associação Universitária Interamericana. Era uma associação que financiava, Senador Bauer, a cada ano, uma visita de um grupo de estudantes brasileiros universitários aos Estados Unidos. Eles enchiam um avião, naquela época um 707, e os levavam. Nessa viagem, só para lembrar a alguns, e nós temos catalogados novecentos, foram Marco Maciel, Roberto Freire, Aloysio Nunes, Sérgio Amaral. É uma lista que a gente quase não precisa perguntar quem é quem ali. Eles levavam e nos deixavam durante um mês visitando universidades americanas, visitando Washington. Era uma entidade que tinha uma direção muito prestigiada a ponto de os estudantes serem recebidos pelo Presidente da República durante o tempo de Kennedy. Obviamente, depois parou. Mas eram recebidos pelos Ministros, como Robert Kennedy, por exemplo, como Ministro da Justiça.

Depois de algum tempo, essa entidade fez um concurso entre os que já tinham ido lá. Ofereceram uma nova viagem para quem oferecesse um bom projeto para a universidade brasileira. E um projeto que foi feito e que ganhou um prêmio no Brasil, no encontro em Ouro Preto, onde estava o Aloysio, foi o vencedor. Esse projeto se chamava “Uma Cadeira Universitária” e propunha atividades tanto teóricas como práticas para tentar reunir estudantes de cada atividade, com engenheiros, com economistas, com arquitetos, com estudantes de medicina. Todos teriam curso de poucas semanas para uma formação. No fundo, depois surgiu como o curso de Moral e Cívica, que tivemos aqui durante alguns anos. Era ali, era aquela concepção. Depois disso, a ideia era pegar essas pessoas e levar para uma cidade do Nordeste, para que ficassem ali

durante algum tempo – aí vem a diferença do Rondon, a favor do Rondon – para fazer um estudo de desenvolvimento daquela região. Esse programa ganhou.

E a direção dessa entidade, em contato confesso que não lembro com quais das autoridades da época, terminou vendendo para que o governo fizesse, e virou o Projeto Rondon. Eu, inclusive, não sabia que tinha virado o projeto Rondon. Mas o Aloysio Nunes fez questão de um desses dias, durante a convocação desta audiência, falar isso. Eu fico feliz de estar aqui porque participei desse processo. Fui um desses bolsistas e participei muito diretamente na elaboração dessa proposta.

Eu tenho a impressão de que se chegou a fazer uma experiência numa cidade de Pernambuco, Santa Cruz do Capibaribe. Fez-se ali uma experiência. Não sei o resultado. Confesso que perdi o contado.

A partir daí surgiu não como vinculação, talvez seja uma coisa independente. Mas a ideia é a mesma. Então, eu tenho um compromisso muito grande, porque eu tive a ideia de criar a Cadeira Universidade, diferente das cadeiras que nós temos aqui, uma a uma, separadinhas, como se fosse uma caixinha; uma disciplina que reunia todos os universitários e, ao mesmo tempo, que levasse esses universitários para uma atividade no campo. O Rondon é isso.

Então, eu sou absolutamente defensor do ponto de vista pedagógico. Creio que esse é um projeto que tem uma pedagogia muito grande e sou favorável do ponto de vista da formação do patriotismo, da cidadania, do respeito ao Brasil que esse programa provoca.

Quando fui relator, participei até apoiando o projeto – ainda existia – a partir sobretudo de uma constatação trágica que eu tive. Houve uma inundação no Estado do Acre, e eu procurei a Faculdade de Medicina da nossa Universidade para ver quem queria ser voluntário na tragédia que estava vivendo. E fico até triste de dizer, Senador: os estudantes me perguntaram quanto eu ia ganhar.

Eu disse: no meu tempo, estudante sem trabalho, sem família que o prenda aqui, eu ia correndo pegar um avião desse que a Aeronáutica se ofereceu para colocar à minha disposição, e não conseguimos fazer, porque eles não aceitaram ir sem ganhar. Eles não viram que o simples fato de irem ali era um ganho muito alto, um ganho de aventura, e jovem que não tem espírito de aventura não é jovem; é velho. Eu não posso dizer, lamentavelmente, que velho que gosta de aventura é jovem. Seria ótimo. Não é verdade. Mas as jovem que não gosta de aventura é velho. Demonstra uma falta de generosidade muito grande, de patriotismo, de tudo. E o Projeto Rondon preenche isso, porque consegue localizar aqueles que querem fazer essa aventura,

essa prática pedagógica, esse serviço público à Nação brasileira. Por isso, eu mergulho totalmente no apoio ao Projeto Rondon, com muito entusiasmo, da forma que for preciso.

É isso que eu vim aqui dizer, não poderia deixar passar isso. E espero que o Senador Aloysio, que nós chamamos – eu fiz questão de chamar porque esse era o assunto – possa complementar algumas coisas que eu não falei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Consulto se mais algum Senador deseja se manifestar. *(Pausa.)*

Concederemos a palavra ao Senador Valdir Raupp e, depois da sua manifestação, se nenhum Senador comparecer para fazer observações, questionamentos e sugestões, então passaremos a palavra aos palestrantes para que comentem as manifestações dos Srs. Senadores aqui já apresentados.

O Senador Cristovam pede a palavra mais uma vez, antes do Senador Valdir Raupp, com a concordância de S. Ex^a, como posso ver.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Simplesmente uma pergunta que me foi cochichada pelo ex-Deputado Picler, que é dono de uma rede com alunos do Brasil inteiro, até porque ele usa muito ensino à distância: entidades de ensino privado têm direito a participar do Rondon ou não? Deixo essa pergunta aí, que ele formulou e que é muito importante para 75% dos alunos universitários brasileiros, que estão em faculdades particulares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Quero cumprimentar o Presidente Senador Paulo Bauer, os representantes do Ministério da Defesa, Brigadeiro Rogério Veríssimo, Coordenador-Geral do Projeto Rondon, e o Dr. Bernardo Gambôa, Presidente da Comissão Esportiva Militar do Brasil.

Eu poderia até fazer minhas as palavras do Senador Cristovam Buarque, que com certeza conhece com mais profundidade o Projeto Rondon, já foi Ministro de Estado da Educação. Mas, como Governador que fui do meu Estado e Prefeito – duas vezes Prefeito, uma vez Governador, Secretário de Estado – conheço a credibilidade do Projeto Rondon, principalmente na Amazônia, e tudo isso que está aqui descrito nesse relatório de resultados obtidos, como educação, redução da evasão escolar, incremento do rendimento escolar, diminuição da violência familiar junto à sociedade, melhoria da saúde, aumento da consciência ambiental,

maior interesse pela prática esportiva, ampliação da integração social, descoberta de talentos esportivos e reconhecimento ao apoio do governo e das Forças Armadas.

Tenho certeza de que esse reconhecimento está na mente de todos os brasileiros. Então, louvo a atitude do Ministério da Defesa, por estar não sei se relançando ou implementando o Projeto Rondon, que foi muito importante para o Brasil e, repito, especialmente para a Amazônia brasileira. Lugares de difícil acesso, onde não chega avião, onde não chega automóvel, ônibus, lá estive, com certeza, por muitas vezes, o Projeto Rondon. Eu mesmo encontrei, em lugares remotos do meu Estado, jovens cheios de entusiasmo. É isso que o Senador Cristovam falou, acho que se fosse fazer uma pergunta nas universidades, nos colégios, se os jovens gostariam de participar do Projeto Rondon, tenho certeza de que a resposta seria afirmativa pela grande maioria, esmagadora, dos jovens. É uma aventura, é uma experiência de vida que os jovens têm participar do Projeto Rondon, levando saúde, esporte e humanismo. É um projeto humano, de grande relevância para o Brasil. Então, parabênizo o Ministério da Defesa por essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecendo a manifestação do Senador Valdir Raupp, quero informar ao Plenário e aos que participam desta audiência pública que chegou à assessoria da comissão a consulta sobre a possibilidade de algum dos presentes se manifestar e apresentar alguma informação ou mesmo questionamento. Lamentavelmente, não podemos atender ao pedido, já que o Regimento Interno prevê que só é possível tal providência se, na reunião anterior da comissão, tiver sido apresentado o requerimento para tanto e se ele tiver sido submetido aos Srs. Senadores que teriam de aprovar aquela possibilidade, para que ela pudesse ser contemplada. Caso contrário, não. É muito difícil para esta Presidência abrir um precedente, porque, se ela abre um precedente neste momento, deve fazê-lo em outras ocasiões também. Os senhores, como militares, sabem que é absolutamente necessário seguirmos determinadas regras, mesmo que isso contrarie, em determinados momentos, a nossa disposição e a nossa boa vontade em acrescentar algo que, com certeza, contribuiria muito com os trabalhos.

Nós ouviremos agora a manifestação, por cinco minutos, de cada um dos palestrantes e, se houver necessidade de tréplica, dos Srs. Senadores.

Eu queria apenas, para contribuir, fazer uma observação muito breve. Nos meus tempos de universidade, falava-se muito em integração nacional.

A exemplo do que disse aqui o Senador Cristovam sobre grupos de jovens e estudantes brasileiros conhecerem outros países e outras experiências, coisa que, felizmente, eu também pude fazer, a promoção da integração nacional, na época, através do Projeto Rondon, era algo excepcional, era algo que encantava a juventude brasileira, principalmente os universitários brasileiros, porque, pelo menos para o meu grupo de conhecidos e amigos universitários em Santa Catarina, era algo extraordinário imaginar que poderiam ir a Rondônia, a Amazônia, ao Nordeste, num tempo em que os meios de comunicação não ofereciam tanta informação como hoje e o deslocamento, a logística e o transporte eram muito precários, se comparados ao que temos hoje. Por isso, formulo um questionamento que, certamente, os senhores poderiam considerar. Existe algum plano de se promover, de se incrementar ou de se executar algum tipo de projeto que permita aos alunos universitários de todos os lugares do Brasil se inscreverem e procurarem participar desse programa como voluntários, sem remuneração, mas pela aventura e pela ventura, digamos assim, de poder conhecer o Brasil e de ser útil, de alguma forma, no trabalho que o Projeto Rondon desenvolve tanto na área do esporte e da assistência social como nas outras áreas que aqui foram mencionadas? Eu considero sempre que é preciso no Brasil – esta é uma opinião minha – repetirmos à exaustão aquela frase do John Kennedy de que sempre é necessário que alguém se pergunte o que pode fazer pelo país antes de perguntar o que o país pode fazer por ele. Quando vemos que estudantes universitários, inclusive de escolas públicas, gratuitas, não estão sendo motivados, não estão sendo chamados a participar, a contribuir, a conhecer o Brasil, o Brasil verdadeiro, o Brasil grande, mas o Brasil com carências também, nós temos que lamentar, porque eles efetivamente se formam graças ao esforço do País, eles têm conhecimento graças ao esforço de todos os governos, das políticas públicas que são desenvolvidas. A retribuição vem depois de formados; a retribuição, muitas vezes, vem no exercício da profissão pela qual recebem remuneração. Aí, ficamos perguntando: por que não tentar fazer com que todos contribuam e participem um pouco mais de uma coisa tão maravilhosa e tão valiosa como são o Projeto Rondon e outros mais que possam ser colocados? Essa é apenas uma observação, que também faço na forma de contribuição e de pergunta.

A palavra agora, da direita para a esquerda, está com o Almirante Bernardo Gambôa.

O SR. BERNARDO JOSÉ PIERANTONI GAMBÔA – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer. Eu queria agradecer pelas intervenções dos Srs. Senadores,

do Senador Valdir Raupp e, em particular, do Senador Cristovam Buarque e do Senador Alvaro Dias.

Vou-me ater aos dois programas que hoje apresentamos aqui, que o Ministério da Defesa apresentou. Tanto o Projeto Rondon quanto o Projeto Forças no Esporte – são programas, aliás, desculpe, não são projetos –, são programas de brasilidade. E ouvir do Senador, mas o professor, educador, Cristovam Buarque, o seu depoimento, para nós é bastante motivador, em particular, não só pelo Programa Segundo Tempo – Forças no Esporte, que é um programa que tem o mesmo viés, um viés semelhante ao Projeto Rondon, mas ele atinge, nessa parte da cidadania, da inclusão social, da educação. E eu concordo com o senhor plenamente quando o senhor foca na parte da educação como a saída para o nosso País. É importantíssimo, e essa contribuição eu quero reiterar. Eu acho que, enquanto um universitário, enquanto um jovem, enquanto um brasileiro tivesse oportunidade de ser chamado a participar de um programa social desse tipo, desse nível, o quanto ele gostaria e deveria estar vibrando por isso. Tenho um irmão que é geólogo, doutor em geologia, que, na época, anos 70 – eu estava na Escola Naval e ele estava na Universidade Federal do Rio de Janeiro, fazendo Geologia –, foi convidado para participar do Projeto Rondon. E foi para a Paraíba, para a região do Catolé do Rocha. Ele adorou, e tinha lá as duas famílias, os Maias e Suassunas, que queriam ver naquela parte, na área da geologia, o que tinham as suas terras. Ele adorou, vibrou com aquilo, sentiu o que era o interior. Saiu da barra da saia da nossa avó, porque fomos criados pela nossa avó, italiana, lá no Rio de Janeiro, no Jardim Botânico, e foi lá comer uma buchada de bode. E nunca mais se esqueceu disso. E hoje estou falando isso aqui porque também não me esqueci. Eu não estive lá, mas o quanto ele vibrou com isso. Foi e não recebeu absolutamente nada. Foi lá, um programa para dar. Como eu disse, o Programa Forças no Esporte é um programa para as Forças Armadas ou para nenhuma organização militar receber algum recurso.

A gente precisa de recurso para tocar o programa, para fazer a coisa andar, de uma maneira natural, para cobrir os custos, mas não para receber recurso ou para algum universitário receber um pagamento por estar prestando serviço num programa desse de tanta brasilidade.

E, respondendo uma pergunta pontual do Senador Alvaro Dias, que perguntou quantas crianças e qual era a forma de seleção do Programa Forças no Esporte, Segundo Tempo. Hoje atendemos, no Brasil inteiro, são 82 organizações militares, atendemos cerca de 12,4 mil crianças, de 7 a 17 anos, no Programa

Forças no Esporte. E a seleção dessas crianças, diferentemente do que se possa entender ou pensar, nós procuramos atender as crianças mais necessitadas, aquelas crianças que têm maiores dificuldades, que têm maiores problemas. As nossas professoras das escolas das regiões e zonas de comunidades com maior vulnerabilidade e necessidade são os nossos termômetros indicadores para a escolha dessas crianças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com a palavra o Brigadeiro Rogério Veríssimo.

O SR. ROGÉRIO LUIZ VERÍSSIMO – Bom. Encerrando, eu queria aproveitar algumas colocações pontuais, agradecer as palavras gentis dos nossos Senadores e dizer que o foco do Projeto Rondon é o voluntariado. Então, o nosso estudante universitário não recebe nada mais do que uma mochila, um boné, uma camiseta e um cantil. E tranquilizar o Senador Cristovam, dizendo que a minha tristeza hoje é não ter condições de absorver todos os voluntários que nós temos nas universidades.

Agora eu tive, na semana passada, reunião com os professores e o Pró-Reitor da PUC do Rio Grande do Sul me informou que, na PUC, eles têm inscrição de 350 universitários e, infelizmente, a PUC só consegue enviar dez deles. Então, nós temos realmente hoje um voluntariado muito grande no Projeto Rondon, mas há a incapacidade de absorver toda essa energia universitária em prol dos objetivos do Projeto Rondon.

Quero finalizar, agradecendo pela oportunidade, colocando a estrutura do Ministério da Defesa à disposição para maiores esclarecimentos e para ações que venham a fortalecer esse Projeto de âmbito nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito bem. Agradecemos as manifestações dos palestrantes. Consulto se há alguma manifestação na forma de tréplica de algum Senador? Não?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro para dizer da satisfação de saber que há muitos voluntários. Isso é muito bom – obviamente muitos voluntários levando em conta toda a comunidade universitária brasileira. Se concentrar em uma universidade só, provavelmente não será tão grande, e foi essa a decepção que eu tive na UnB, e foi em outro tempo. As coisas podem ter se modificado muito de lá para cá.

Segundo, eu queria enfatizar a pergunta: se as universidades particulares participam ou não?

O SR. ROGÉRIO LUIZ VERÍSSIMO – Participam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Participam.

O SR. ROGÉRIO LUIZ VERÍSSIMO – Públicas e particulares participam do Projeto Rondon.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ok. Muito obrigado. Fico muito feliz com a presença e a contribuição do Senador Cristovam Buarque, que, em seu período como Ministro da Educação, deu uma grande contribuição para que o Projeto Rondon pudesse contar com a participação do Ministério e dos educadores do Brasil. Ficamos felizes com a oportunidade.

O Senador Alvaro Dias deixou aqui uma provocação muito positiva, relacionada à possibilidade de apresentação de emendas por parte da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Orçamento da União para o próximo exercício, visando assegurar que o projeto tenha continuidade, crescimento e maior abrangência, e, naturalmente, como foi dito aqui, era preciso, e talvez improrrogável, que essa oportunidade fosse viabilizada para que o Senado da República pudesse conhecer um pouco mais do Projeto Rondon e se aproximar um pouco mais das informações que os senhores possuem e que, com certeza, através dos meios de comunicação da Casa e da contribuição de todos os seus integrantes, merecerão divulgação e merecerão discussão e avaliação em todo o País.

Agradecemos a todos, e encerro a presente reunião, convocando a próxima no horário regimental da próxima terça-feira.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

Ata da 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Realizada em 30 de Agosto de 2011.

Às onze horas e quinze minutos do dia trinta de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Geovani Borges, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, João Vicente Claudino, Marinor Brito, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Magno Malta, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, José Agripino e Armando Monteiro. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência informa que mesmo alcançado o quórum exigido pelo Regimento Interno do Senado Federal no livro de presença da Comissão, grande parte dos membros não se encontra presente na sala de reuniões, o que dificulta o debate de matérias importantes elencadas na pauta. Ante o exposto, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, submete ao Plenário proposta no sentido de encaminhar expediente aos Presidentes das Comissões para, em reunião a ser posteriormente agendada, trabalharem no sentido de buscar soluções à sobreposição de horários nos trabalhos dos Colegiados. Usam da palavra os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia e Ângela Portela, que se manifestam favoravelmente a iniciativa. A proposta é aprovada por unanimidade. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Pedro Simon, que “Altera o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, para introduzir critério de reajuste anual de seu valor”. A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação da relatora. Neste momento, a Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CAS/CE, nº 2-CAS/CE e nº 3-CAS/CE, aprovadas por 16 (dezesesseis) votos, acatando ainda a emenda nº 04-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovada por 16 (dezesesseis) votos, apresentada durante a discussão da matéria. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Determina

que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Durval, que “Autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro”. O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o parecer pela rejeição do projeto é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Cyro Miranda requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para deliberação do item 11, o que é aprovado. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que “Confere ao Município de São Carlos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Tecnologia”. O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Presidente da República, que “Inscreve o nome do Barão do Rio Branco no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 13 (treze) votos favoráveis. Logo após, a Senhora Senadora Ana Rita requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimentos, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Itens 1 e 2**). **Item 014: Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que “Denomina Rodovia Joaquim Pinto Lapa a BR-408, no trecho que liga o Município de Carpina, Estado de Pernambuco, ao entroncamento com a BR-232”. O relator designado é o Senador Wellington Dias e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e 2-CE aprovadas por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 015: Comunicados da Presidência**: Não houve comunicados. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 51/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer “... a participação desta Comissão em seminário a ser realizado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados para debater a Lei nº 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre os direitos autorais, bem como as propostas de alteração à referida Lei. Após a primeira audiência pública realizada em 02/06/2011, os deputados autores dos requerimentos 01 e 05, que a

motivou, acordaram a realização deste seminário com o objetivo de ampliar os debates”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 52/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que requer “... a participação desta Comissão em Seminário sobre Internet e Direitos do Autor, a ser realizado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2007; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2010; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2010 e Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2010**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião, às doze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Sr^{as} Senadoras e Sr. Senador Aloysio, mais uma vez quero fazer uma observação. É evidente que nós temos quórum no livro de presença, mas, pela sobreposição de comissões, todas no mesmo horário, e na falta do dom da ubiquidade por parte dos Senadores e Senadoras, nós temos quatro Senadores e Senadoras no plenário.

Eu acho que urge uma providência da Mesa diminuindo o número de comissões e, fundamentalmente, acabando com as subcomissões. Nós não temos mais como fazer funcionar o Senado. Então, nós acabamos entrando em simulações legais de presença, sem que a discussão se realize em profundidade, pela ausência dos Senadores, que assinam para não ser inquinados

da falta, mas realmente não participam do processo. E não é culpa deles. É culpa da licença regimental. Nós precisamos, de uma forma ou de outra... Até peço a colaboração dos senhores e senhoras para que, em conjunto, tomemos uma providência junto à Mesa do Senado. Nós estamos simulando reuniões de comissões. E não é uma questão da nossa Comissão, que, aliás, até anda muito bem na maioria das vezes. É uma questão do conjunto das comissões do Senado da República.

Senador Aloizio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a exprime um sentimento geral da Casa. Quer dizer, é impossível continuar trabalhando dessa forma. A minha sugestão é que os Presidentes das comissões, e V. Ex^a, com autoridade e liderança que tem, poderia até tomar a iniciativa de conversar com seus pares, possam ir, incorporados, conversar com o Presidente do Senado, com a Mesa Diretora para propor realmente uma mudança profunda nisso, até reduzindo o número de comissões drasticamente.

Informa-me a assessoria da Comissão de que, até meados da década de 90, havia seis ou sete comissões permanentes. Acho que é mais do que suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É. Na verdade, eram cinco. Nós temos hoje 11 comissões permanentes e quarenta e tantas subcomissões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso é absolutamente impraticável, ainda mais considerando que as reuniões das comissões se concentram na terça e quarta-feira. Essa é a realidade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, nós temos 16 Senadores que assinaram a lista de presença e um, dois, três, quatro, cinco Senadores presentes no plenário. É evidente que, do ponto de vista legal, regimental, a Comissão pode funcionar assim – ela não pode realizar votações terminativas –, mas a participação necessária dos Senadores na discussão não se efetiva.

Vou acatar a sua sugestão, Senador. Vou entrar em contato com os Presidentes de comissão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Assuma a liderança desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – ...para ver se botamos uma ordem neste caos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, apenas para prosseguir nessa questão, o Senador Mozarildo está colhendo assinaturas – eu, inclu-

sive, assinei – para fazer uma divisão de tarefas. Uma semana, comissões; e uma semana, plenário; porque é a única maneira de poder se pensar na possibilidade de sustentar um trabalho minimamente razoável no Senado Federal. Concorde com o Senador Aloizio...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Daí nós não estaríamos no plenário à tarde, e as comissões funcionariam à tarde, é isso?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, a ideia é essa. Deixar uma semana inteiramente para comissões; e, na outra semana, só plenário manhã e tarde.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É uma ideia, mas, mesmo assim, com o número de subcomissões, isso não resolveria o problema.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, temos que...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Porque, por exemplo, neste momento, nós não temos plenário, mas temos algumas comissões funcionando, e todas na situação em que estamos aqui.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – São 31 comissões e 81 Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – São mais.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pior ainda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – São mais. Onze comissões permanentes e mais de quarenta subcomissões. Não é possível o funcionamento.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Presidente, eu também gostaria de concordar com o senhor, concordar com os demais Senadores. Realmente, fica muito difícil, e a gente fica também com aquela sensação de que não está cumprindo com o nosso papel, porque, neste momento, estamos aqui, na Comissão de Educação, para discutir projetos, aprovar projetos. Temos aqui a presença, na Comissão de Assuntos Econômicos, do Ministro, que está falando sobre um projeto de fundamental importância para o nosso País. E aí a gente fica naquela dúvida: fica na Comissão de Educação, discutindo os projetos? Vai participar da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E somos titulares das comissões que funcionam ao mesmo tempo.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Exatamente. Amanhã mesmo vamos ter, na Comissão de Ciência e Tecnologia, a presença do Ministro das Comunicações. No mesmo horário, temos a aprovação de projetos em outra comissão.

Então, realmente, é necessário fazer uma mudança no Regimento no sentido de se organizar melhor

o funcionamento das comissões permanentes e das subcomissões. Concorde que há necessidade dessa mudança para que a gente possa trabalhar de forma mais efetiva, mais produtiva.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Peço, então, à Secretaria da nossa Comissão que procure um horário e convide os Presidentes das demais comissões para uma conversa sobre esse assunto, para procurarmos uma solução.

Quando os partidos políticos se ausentam dos grandes debates nacionais, abre-se um espaço incrível para a juventude. Recebo aqui uma comunicação de que, amanhã, a União Nacional dos Estudantes e alguns grupos de sindicalistas vão fazer uma manifestação diante do Banco Central para pressionar pela queda dos juros.

Nossa Presidenta cortou – ou pretende cortar – 10 bilhões do Orçamento agora, para aumentar o superávit primário. Se nós reduzíssemos um ponto na taxa Selic, estaríamos reduzindo R\$23 bilhões; dois pontos, R\$46 bilhões. É o vazo conservador da política brasileira.

Eu me lembrava ontem, no plenário, de uma frase que vem do Império e que me chegou através dos textos do Oliveira Vianna: “Nada mais se parece a um saquarema do que um luzia no poder.” Os saquaremas eram os conservadores, e os luzias, que tomaram o nome da cidade onde se organizaram, eram os progressistas. Mas, no poder, todos acabavam tendo a mesma postura conservadora. Na ausência dos partidos, os estudantes ocupam um espaço. É o que está acontecendo na política brasileira.

Ontem, à tarde, depois das seis horas, depois do encerramento do plenário, eu, o Senador Aloysio e a Senadora Ana Amélia participamos de um debate na C.R.E.. Em determinado momento o Senador Cristovam faz à Mesa algumas perguntas sobre a educação, sobre os investimentos em educação. E o *enfant terrible* do liberalismo econômico brasileiro, que teve muito sucesso durante determinado período, Alexandre Schuartsman, inicia fazendo crítica dos excessos de investimento da educação no Brasil. Ele era ex-Diretor do Banco Central e, posteriormente, Economista-Chefe do Banco Santander. Dizia ele que nós teríamos que reduzir as despesas com educação porque a União gastava demais, principalmente com o ensino de terceiro grau. E eu fiquei aqui imaginando como é que uma figura dessa pôde fazer parte do Banco Central, decidindo taxas de juros no Brasil. Entende razoavelmente de monetarismo. Não tem nenhuma ideia da realidade do País que ele, através do Banco Central, ajudou a administrar, dominou, porque a União não investe nada em educação.

Eu levantei aqui uns dados de 2009, que eram os que ainda estavam disponíveis. Nós gastamos R\$177 bilhões em educação. Desses R\$177 bilhões, a participação da União foi 37 ou seja, pouco mais de 20%. Mas esse cidadão que dá palpite sobre a economia brasileira hoje e que administrou a economia como Diretor do Banco Central acha que nós temos que cortar os gastos da União, que são exagerados. Nós não gastamos nada. Em comparação com outros países, gastamos menos ainda. E é na mão dessa gente que nós estamos.

Eu deixei claro o meu protesto. E ele me desafiava dizendo: “Eu sou doutor. Tenho doutorados. O que você tem”? Tenho algumas modestas pós-graduações, fui Senador duas vezes, Governador de um Estado por três vezes, mas não é possível que essa insensibilidade continue governando o País.

É por isso que nós temos hoje esse anunciado aumento do superávit primário num momento em que nós sabemos que o perigo da inflação surge exatamente por falta de investimento público em infraestrutura e por falta de investimento privado na indústria de modernização tecnológica e de produção de bens. Qualquer aumento do meio circulante provoca inflação num País tão carente de investimentos públicos e privados como o nosso.

Registro aqui, como Presidente da Comissão de Educação, o meu protesto. Na mão desses *enfants gâtés*, desses *enfants terribles* do liberalismo estive-mos e estamos nós ainda no Banco Central.

É simplesmente espantosa a desinformação de uma figura dessa que ajudou a administrar a economia brasileira, achando exagerado o investimento federal que não chega a pouco mais de 20% de investimento total em educação no País e que propõe a privatização do ensino público.

Nós temos uma série de projetos terminativos. Onde nós vamos conseguir aqui um projeto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O projeto não terminativo é o Item 2, de autoria do Senador Cristovam Buarque e Pedro Simon. A Relatora é a Senadora Ana Rita.

A Senadora Ana Rita está com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria muito de solicitar a retirada desse projeto da pauta para reexame, considerando que existem fatos novos que precisam ser analisados. E eu penso que, ao retirá-lo, poderemos contribuir melhor. Então solicito a retirada da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Inclusive, a nossa Comissão criou um pequeno grupo de trabalho para estudar, em parceria

com o Ministério da Educação, uma proposta de diretrizes de plano de cargos e salários para o ensino básico no Brasil, acoplada a um projeto de formação continuada e de sustentação por fundos estaduais e federal. Então acho que a retirada é oportuna.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É prudente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Temos algum outro item não terminativo?

Temos o Item nº 5, páginas 55 a 65, de autoria do Senador Paulo Paim, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos de “melhor técnica” e “técnica e preço” na contratação de serviços de propaganda e publicidade.

Na verdade, sobre esse item, há um pedido de vista sobre a mesa de minha autoria. Acho muito interessante o projeto do Senador Paulo Paim, mas eu gostaria de acrescentar algumas coisas a partir da experiência de moralização da publicidade que nós exercemos no Estado do Paraná.

De qualquer forma, o Senador Paim também não está presente e nós havíamos estabelecido que, na ausência do Relator, a não ser em casos absolutamente especiais, nós não votaríamos o projeto. De qualquer forma, quando entrar em pauta, pretendo pedir vistas e apresentar, junto com o Senador Paim, que é o autor, um substitutivo mais amplo.

Outro projeto. *(Pausa.)*

Temos o Item nº 7, de autoria do Senador João Durval e relatoria do Senador João Vicente Claudino.

O Senador está a caminho da Comissão. Então, vamos aguardar.

Algum outro não terminativo? *(Pausa.)*

Então nós vamos ao Item 1 da pauta, mas seguramente no momento não temos quórum para deliberação. Faltam cinco Senadores presentes no plenário, mas nós iniciaremos a leitura e abriremos a discussão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 225, DE 2010

– Terminativo -

Institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Com a palavra, Senadora.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o projeto define alimentação saudável como um direito humano e estabelece as diretrizes a serem seguidas pelas escolas de forma a viabilizar esse tipo

de alimentação a seus alunos, isto é, com um padrão alimentar adequado às suas necessidades biológicas, sociais e culturais.

Além disso, estabelece que a alimentação escolar, entre outros fatores, deve levar em consideração os hábitos alimentares e a cultura regional, deve obedecer às boas práticas de manipulação e de fornecimento de alimentos e incorporar a prática de monitoramento da situação nutricional dos escolares.

Na justificativa, o autor esclarece que, diante da manifestação de diversos segmentos da sociedade em prol da instituição de uma lei federal com a finalidade de disciplinar a promoção da alimentação saudável nas escolas, entendeu ser conveniente incorporar ao ordenamento legal o teor da Portaria Interministerial nº 1.010, de 2006. Em seu entendimento, isso configuraria maior força normativa àquelas determinações.

A matéria, por envolver instituições educativas, enquadra-se entre aquelas passíveis de apreciação pela CE, nos termos do art. 102, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Entendemos que a proposição ora analisada está revestida de grande interesse social, especialmente por intentar prevenir os problemas decorrentes de uma alimentação não saudável, o que deve ser buscado o mais precocemente possível. Nada mais adequado que inserir dentro das escolas a preocupação com a alimentação saudável, mediante o oferecimento de uma dieta equilibrada aos alunos, o que poderá promover a adoção de bons hábitos alimentares, com repercussões para além dos muros da própria escola.

Recente pesquisa norte-americana identificou que a alimentação nas escolas é um fator de risco para a obesidade infantil. A avaliação de mais de mil alunos da sexta série em diversas escolas do sudeste de Michigan demonstrou que os alunos que compravam regularmente lanche na escola tinham 29% mais chances de serem obesos do que aqueles que traziam o lanche de casa.

Apesar de não dispormos de dados sobre o impacto da alimentação escolar nos índices de obesidade infantil em nosso País, é notória a franca comercialização, por cantinas e lanchonetes dentro das escolas, de alimentos pouco saudáveis, especialmente aqueles considerados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde como os mais danosos à saúde: alimentos com teores elevados de gordura, de gordura trans, de açúcar e de sódio, além de bebidas de baixo teor nutricional.

Destacamos, pela relevância do assunto, dois dispositivos presentes no projeto de lei sob análise. O primeiro refere-se à *restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e prepa-*

rações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal, e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras. A imposição de restrições à publicidade e à venda de alimentos não saudáveis dentro da escola é medida que deve ser aplaudida.

O segundo dispositivo trata de prática importante a ser adotada pelas escolas: o monitoramento periódico da saúde dos escolares, com especial ênfase no perfil alimentar. Essa iniciativa permitirá a adoção de medidas de estímulo à alimentação mais saudável dentro das unidades de ensino e os ajustes necessários na alimentação escolar.

Concordamos com o autor da proposta de que é preciso dispor de norma legal ampla que discipline a alimentação escolar, tanto em escolas públicas quanto nas escolas privadas. Atualmente, o arcabouço normativo só conta com lei sobre a merenda escolar ofertada na rede pública de ensino. Com relação à oferta de alimentos por entidades privadas, como as cantinas escolares, não há disciplinamento legal. A proposição, de forma bastante oportuna, preenche o vazio legal existente.

Pelas considerações expendidas, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2010, e das Emendas nos 1 – CAS, 2 – CAS e 3 – CAS.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sobre a mesa um projeto de emenda do Senador Cristovam a respeito desse mesmo projeto.

Para orientar a escolha de uma alimentação saudável, os rótulos das embalagens dos alimentos deverão trazer selo de identificação nas cores vermelho, amarelo e verde, em função da sua composição nutricional.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, isso não é uma ideia nova, já se adota em outros países, como o Chile, e eu próprio apresentei, já faz algum tempo, projeto de lei que visa fazer isso em geral.

Aproveitando aqui esse projeto específico da alimentação infantil, eu trouxe como um art. 7º. A ideia é de que qualquer pessoa, os pais, os professores, e as crianças, ao ver o alimento, passa a saber o seu conteúdo do ponto de vista da sua saúde.

Hoje, eu duvido que nós aqui saibamos tirar conclusões depois de ler a fórmula que está nos alimentos, aquela porcentagem incrível de componentes não quer dizer nada para nenhum de nós.

Entretanto, pode haver uma instituição, a própria Anvisa ou outra, que analise os componentes de cada alimento e diga: esse alimento é totalmente saudável, esse é restritivo para algumas pessoas, como, por

exemplo, açúcar para diabéticos, e esse é provavelmente nocivo pelo excesso de componentes negativos.

Essa ideia, aproveitando o projeto de lei, Senadora, lamento não ter conversado antes com a senhora, só ontem que me debrucei sobre o projeto. Essa é a ideia de que os alimentos tenham uma marca para entendimento, inclusive, de criança, toda criança sabe de amarelo, vermelho e verde, que resume o que significa aquela composição que vem na caixa, na embalagem de cada alimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, adota a emenda do Senador Cristovam?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Ela vem enriquecer o projeto. Então, eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sim?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o projeto.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, gostaria de ressaltar aqui a importância do referido projeto. Considero que a iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi e que a relatoria favorável da Senadora Maria do Carmo são muito importantes, porque esse projeto vem fortalecer, de fato, uma política do Governo Federal que faz parte de um dos eixos estratégicos da Promoção da Saúde, que é o Programa lançado em 2008, pelo Ministério da Saúde, que tem como objetivo assegurar a saúde nas escolas. Então, cuidar da alimentação escolar é de fundamental importância, especialmente nos primeiros anos da vida escolar de nossas crianças.

Então, quero, aqui, parabenizar a Relatora, Senadora Maria do Carmo, parabenizar também o autor do projeto, porque fortalece uma política extremamente importante, que é a política de segurança alimentar nas escolas.

Parabéns aos Senadores pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

Nós atingimos o glorioso quórum para votação terminativa na Comissão.

Senadora Angela Portela, como vota?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Como a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo Alves. *(Pausa.)*

Voto conhecido.

João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB– PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Como a ilustre Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado, por unanimidade.

Como temos três Emendas da CAS e a Emenda do Senador Cristovam, os Senadores que concordam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovadas as emendas.

Parabéns, Senador.

Item 2, a Relatora, Senadora Ana Rita, pediu para retirar de pauta.

Item 3, o Relator Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

S. Exª não está presente. Deixemos para a próxima reunião.

Item 4, Relator Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Também não está presente.

Item 5, Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Também não está presente.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 517, DE 2009

– Terminativo –

Determina que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas Senadora, que o Hino fosse tocado em ritmo de marcha, porque, de vez em quando, tem umas versões melosas do Hino Nacional que me horrorizam.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Roberto Requião, o projeto, como disse V. Exª, é de autoria do nosso produtivo Senador Cristovam Buarque, atento e diligente Senador dedicado à defesa da instituição e, aqui, no caso, da cidadania e do civismo.

Deixarei de fazer o preâmbulo do relatório para agilizar a votação. Vou direto à análise, no que compete, Presidente, ao entendimento dos Srs. Senadores.

No que concerne ao mérito do Projeto de Lei nº 517, de 2009, consideramos legítimas as preocupações do autor da iniciativa, Senador Cristovam Buarque.

Aproveitando o gosto e o interesse dos brasileiros pelo esporte, a maior exposição da população ao Hino Nacional permitirá maior familiaridade com sua letra e melodia, além da valorização do sentimento de nacionalidade no País.

Conquanto o reconhecido mérito da presente medida legislativa, entendemos que ela requer algumas alterações.

Com efeito, assiste razão ao Senador Jefferson Praia em seu relatório sobre essa matéria, no argumento de que a proposição impõe obrigação excessiva ao determinar que o Hino Nacional seja executado na abertura de todas as competições esportivas de âmbito nacional, inclusive as de natureza privada ou informais.

A obrigatoriedade de que o Hino Nacional seja apresentado apenas na abertura das atividades desportivas organizadas por entidades que integram o sistema nacional do desporto, nos parece mais adequado. Entre essas entidades inclui-se o Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Para-Olímpico Brasileiro, as Federações e

Confederações e os clubes esportivos nos termos da Lei 9.615, de 24 de março de 1998.

De outra parte, Presidente, julgamos necessária uma alteração quanto à técnica legislativa de modo a adequar a emenda do projeto às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 98.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há Senadora na tribuna, e eu pediria que a assessoria mantivesse silêncio. Nós estamos esperando os dois da ponta interromperem a palestra, se não eu mando evacuar o Plenário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Por favor, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente. Por essas razões, me manifesto pela acolhida da proposição com a apresentação das emendas acima descritas.

VOTO

Diante de todo exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 517/2009, com as seguintes emendas:

Dê-se à emenda do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação:

– altera a lei 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências; para determinar que o Hino Nacional seja executado na abertura das competições esportivas nacionais que especifica.

A outra emenda:

– dê-se ao inciso III do art. 25 da Lei 5.700, de 1º de setembro de 1971, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado 517, de 2009, a seguinte redação:

Art. 5º, § 3º:

– Na abertura das competições esportivas, organizadas pelas entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto, conforme definidas pelo art. 13 da Lei 9.615, de 24 de março de 98. Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas para dizer, como autor do projeto, que o relatório da Senadora melhorou o projeto. Corrigiu uma posição inicial que eu coloquei e que poderia ser difícil de a lei ser executada. Eu agradeço à Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fico apenas grata que o autor tenha acolhido essas alterações e as emendas apresentadas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o projeto.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque, autor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Geovane Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Conhecido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado por unanimidade.

Em votação simbólica a emenda da Relatora.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem.

Aprovado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Falta só cantar o Hino Nacional agora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas que seja em ritmo de marcha e não aquela melosidade que a gente vê em alguns momentos. Acho que vou fazer um projeto de lei proibindo melar o Hino Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) –

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 152, DE 2011

– Não Terminativo –

Autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro.

Autoria: Senador João Durval

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Senador João Vicente Claudino, com a palavra.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores.

Em exame nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2011, de autoria do Senador João Durval, que autoriza os conselhos profissionais a realizar exame de proficiência como condição para a concessão de registro.

O projeto contém dois artigos. O primeiro autoriza aos conselhos fiscalizar o exercício de profissões regulamentadas e instituir exame de proficiência para aferição de conhecimentos técnicos mínimos como requisito para a concessão do registro profissional. O segundo determina a data de publicação da lei.

Na análise, no que concerne particularmente ao mérito, observa-se, de pronto, que a medida proposta cria, na prática, uma barreira ao exercício profissional. A par disso, o projeto afronta o princípio constitucional do livre exercício profissional, assim parcialmente invocado em sua justificação. Ao que nos parece, no caso das profissões regulamentares de nível superior, a exigência de realização dos estudos correspondentes

já seria suficiente ao cumprimento da previsão constitucional. Daí julgarmos um equívoco da proposição o fato de desconsiderar a possibilidade de qualificação do próprio processo educativo como o momento da formação profissional. Tal ponto de vista não apenas mitiga o dever do Estado, com a aferição da qualidade do ensino, como também o libera de oferecer ensino de qualidade.

Com efeito, não é nenhum exagero suscitar, ante a sacralização dos exames de proficiência, consequências indesejáveis para a sociedade brasileira. A nosso ver, a mera expectativa de desempenho nesse tipo de prova não implica melhoria na formação profissional. Ao contrário, ao desencadear uma mudança de foco na formação, negligenciada para ceder lugar à preparação específica para os exames, esse tipo de exame pode fazer florescer um novo mercado, o de cursos preparatórios.

Daí a se arguir a possibilidade de substituição de estudos por resultados obtidos em provas não se levará a muito. Certamente não é esse o modelo de formação adequado às mais prementes necessidades do País.

A propósito da questão da qualidade do ensino, foi sob o argumento de que a avaliação desse atributo deve se dar no processo, durante a realização dos estudos, que o Presidente da República vetou integralmente o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2004. Esse projeto alterava a redação do art. 2º da Lei 5.517, de 23 de outubro de 1968, para dispor sobre a exigência de aprovação em Exame Nacional de Certificação Profissional para o exercício da profissão de médico veterinário. Cabe esclarecer, ademais, que o referido veto (aqui processado como Mensagem nº 55, de 2008), foi mantido em sessão conjunta do Congresso Nacional, realizada no dia 6 de maio de 2009.

No mais, qualquer controle adicional do exercício profissional deve ser visto com cautela, sobretudo quando possa implicar reserva de mercado. Se não tem sido esse o objetivo dos conselhos, mas o mero interesse em oferecer melhores serviços à sociedade, talvez fosse mais inteligível a adoção de outro tipo de alternativa. Afinal, os conselhos poderiam, sem qualquer impedimento, realizar os tais exames entre os associados por adesão voluntária e distribuir um selo de qualidade aos que demonstrassem desempenho apropriado. E, ao que nos consta, não há empecilho jurídico a tal prática. No entanto, não vemos iniciativa nesse sentido, sobressaindo-se as reiteradas e pouco criativas soluções consistentes em franquear o exercício profissional a uns poucos eleitos, desconsiderando a importância do desenvolvimento profissional e serviço.

Desse modo, não havendo fatos novos que modifiquem o entendimento firmado a respeito do as-

sunto, a matéria remanesce carente de mérito. Além disso, a extensão aviltada para a medida, alcançando profissões regulamentadas, um dos tipos de controle suscitados sequer é cogitado por ocasionar danos aos futuros profissionais, sem qualquer garantia de retorno à sociedade.

Voto.

Diante do exposto, meu voto é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador João Vicente Claudino. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Wellington Dias?

Ah, este é não terminativo.

Os Senadores que estão de acordo com o Relator permaneçam como estão e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há sobre a mesa um pedido de prioridade do Senador Cyro Miranda, que é o requerente da audiência do Ministro Fernando Pimentel na Comissão de Economia.

A Mesa dá provimento ao seu pedido e lhe dá a palavra para relatar o Item 11 da pauta.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 186, DE 2010 – Terminativo –

Confere ao Município de São Carlos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Tecnologia.

Autoria: Deputado Lobbe Neto

Relatoria: Senador Cyro Miranda

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço a inversão de pauta.

O Município de São Carlos, no Estado de São Paulo, revela, desde meados do século passado, sua excepcional vocação para a pesquisa e o empreendimento tecnológico e industrial.

A cidade, de 220 mil habitantes, conta com dois *campi* da Universidade de São Paulo (USP) e com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que, juntamente com as universidades particulares e outras instituições públicas de ensino e pesquisa, criaram um ambiente favorável à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. Além da decisiva atividade de pesquisa das

instituições educacionais, ali se instalaram importantes centros de pesquisa e inovação tecnológica, tais como duas unidades da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa), o Centro Empresarial de Alta Tecnologia (CEAT), o Centro de Inovação e Tecnologia São Carlos (Citesc) e o Parque Eco-Tecnológico Damha.

Mediante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2.010, que atribui à cidade de São Carlos o título de Capital Nacional da Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sobre a mesa, emenda do Senador Cristovam Buarque acrescentando o Município de São José dos Campos à mesma condição e uma segunda emenda alterando a ementa.

Com a palavra o Senador Cristovam para explicar suas duas emendas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, na verdade, é uma só ideia, só que, para mudar o artigo único é preciso mudar a ementa também. Então, não sei se formalmente é preciso as duas.

A apresentação do relator mostrou como a minha proposta é válida. Não sei se prestaram atenção, mas na hora de dizer, ele chegou a falar em São José antes de falar em São Carlos, porque, de fato, São José dos Campos é hoje uma cidade que tem uma visibilidade de capital, como se chama, da ciência e da tecnologia. São Carlos merece perfeitamente, mas eu gostaria de aproveitar o momento, para não fazer outro projeto a favor de São José dos Campos, e colocar juntamente com o projeto do Deputado. Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ficamos, então, com duas capitais.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Estou de pleno acordo, até quando a minha mudança de São José dos Campos para São Carlos é porque estava com a emenda do Senador Cristovam. Reconheço que a cidade de São José dos Campos, com o antigo ITA e hoje CTA, tem realmente grande qualificação e não precisa ser apenas uma cidade com esse título. Então, eu acato, com muito prazer, essa emenda do Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se, amanhã ou depois, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica se mudar do Município ela deixa de ser capital.

Em discussão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É claro que só tenho a elogiar o Senador Cristovam Buarque pela lembrança de incluir São José dos Campos como cidade importante para a ciência e tecnologia do País. Mas quero apenas fazer uma observação. Ao adotarmos a emenda, o projeto tem que retornar à Câmara dos Deputados. Então, quero sugerir ao Senador Cristovam Buarque que apresente um projeto autônomo, porque assim já resolveríamos São Carlos e depois trataríamos de São José dos Campos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu aceito a sugestão do Senador. De fato, não quero atrasar que São Carlos seja...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E o relator concorda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Concordo. Assim não corremos o risco de o ITA ou o CTA mudarem de São José dos Campos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Depois de aceito, faço uma consulta: esse conceito de capital – aqui já aprovamos muitos projetos neste sentido – é capital ou é centro? Eu fiquei em dúvida. Quando o Senador falou em capitais não sou bem, é claro, e V. Ex^a citou assim exatamente para provocar-nos. Quando fui escrever...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Do latim, cabeça.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pois é, não tem duas, a não ser uma ou outra cobra por aí. Então, não tem duas cabeças.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Acho que temos aí uma medeia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, fica aqui a pergunta se não deveríamos regulamentar isto: é centro, é capital. E, se é capital, a gente usa também no plural, porque não pode ser só uma. Eu espero que, um dia, todas as cidades brasileiras sejam capitais da arte, da ciência, da tecnologia. Em Campinas mesmo – eu pensei até em colocar Campinas –, mas três, aí, já seria demais.

Então, eu aceito a sugestão do Senador e faço esta pergunta à Comissão: existe regulamentado em algum lugar esse conceito de capital disto ou daquilo?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não tenho conhecimento, Senador. Fico lhe devendo a resposta. Mas eu acho que a medusa prevalece sobre a cabeça única.

Então, Senador Ciro Gomes, sem a emenda do Senador Cristovam...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor, por favor, então me chame de Nogueira, que é melhor. Com Ciro Nogueira eu fico mais satisfeito; o Gomes eu, realmente, acho...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas Cyro Miranda, eu acho que não foi um equívoco, porque, havendo duas cabeças, eu imaginei que você poderia representar os dois Ciros do Senado neste momento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Do Senado, sim, mas o ex-Governador do Ceará, não!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em votação.

Senadora Angela Portela, como vota?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Geovani Borges?

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira? (*Pausa.*)

Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer? (*Pausa.*)

Maria do Carmo Alves?

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antonio Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes? (*Pausa.*)

Mozarildo Cavalcanti? (*Pausa.*)

Atingimos quórum? (*Pausa.*)

Aprovado.

Voltamos ao Item 9 da pauta, terminativo, com o meu apelo para que os Senadores não se retirem para a gente poder limpar as votações terminativas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Barão já vinha...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) –

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 41, DE 2011

– Terminativo –

Inscribe o nome do Barão do Rio Branco no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Presidente da República.

Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Finalmente, podemos relatar o projeto.

Confesso a V. Ex^a, Sr. Presidente, que a figura do Barão já vinha assombrando as minhas noites de insônia, porque eu não conseguia apresentar o relatório. Mas eu creio que todos nós conhecemos a importância de José Maria da Silva Paranhos Júnior na diplomacia brasileira e na configuração do Estado brasileiro.

De modo que o meu parecer é, entusiasticamente, favorável à inclusão, à inscrição do seu nome no livro dos heróis da Pátria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É o relatório?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Os Senadores...

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, votação nominal.

Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque? (*Pausa.*)

Lídice da Mata?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) –

Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Geovani Borges?

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Acompanho o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira? (*Pausa.*)

Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer? (*Pausa.*)

Maria do Carmo Alves?

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antonio Valadares? (*Pausa.*)

Com o Relator.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antonio Carlos Valadares, famoso ACV. Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Temos quórum? (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de incluir dois requerimentos como extrapauta, se for possível, ainda na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como não?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como não? V. Ex^a manda aqui, nesta Comissão. (*Pausa.*)

Nós estamos procurando aqui... (*Pausa.*)

O Senador Aloysio fez uma emenda. Então, em votação a emenda.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos procurar aqui...

O Senador Paulo Paim não está presente.

O Senador Inácio Arruda não está presente.

Temos o Senador Wellington Dias. Vamos ao item nº 14 da pauta:

ITEM 14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 77, DE 2010

– Terminativo –

Denomina Rodovia Joaquim Pinto Lapa a BR-408, no trecho que liga o Município de Carpina, Estado de Pernambuco, ao entroncamento com a BR-232.

Autoria: Deputado Inocêncio Oliveira

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1– *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas*

2– *A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 16/08/2011 e 23/08/2011*

3– *Matéria a ser votada em bloco*

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto simples, como já diz o preâmbulo. Fizemos aqui apenas duas emendas de redação.

A primeira dá à ementa a seguinte redação: “Denomina ‘Rodovia Joaquim Pinto Lapa’ o trecho da rodovia BR-408 compreendido entre a cidade de Carpina e o entroncamento com a BR-232, no Estado de Pernambuco.”

A outra, no artigo 1º, que diz: “Art. 1º O trecho da rodovia BR-408 compreendido entre a cidade de Carpina e o entroncamento com a BR-232, no Estado de Pernambuco, passa a denominar-se ‘Rodovia Joaquim Pinto Lapa’.”

Segundo o autor, trata-se de um reconhecido jogador de futebol lá do Esporte Clube Recife que morou nessa região e lutou muito por essa rodovia – veio a falecer em 1972 –, e há um forte apoio na região e no Estado de Pernambuco.

Por essa razão, o meu voto é pela aprovação do projeto com as emendas de redação que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Wellington. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Wellington Dias: voto conhecido.

Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Geovani Borges?

O SR. GILVAM BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Paulo Bauer? *(Pausa.)*

Maria do Carmo Alves?

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aloysio Nunes Ferreira? *(Pausa.)*

Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado.

Em discussão as emendas.

Os Senadores que concordam com as emendas apresentadas pelo Senador Wellington Dias permanecem como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Sobre a mesa, dois requerimentos da Senadora Ana Rita.

Os Senadores que concordam com a inclusão dos requerimentos extrapauta permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa)*

Aprovado.

A Mesa me chama a atenção para o fato de que a Senadora propõe a participação desta Comissão em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados na realização de seminário sobre Internet e Direitos do Autor.

Isso é possível, não há nenhum impasse regimental.

O segundo requerimento propõe que esta Comissão se reúna com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados na realização de seminários para debater a lei.

Não se trata de audiência pública. Há uma impossibilidade regimental. Nós não podemos nos reunir para decidir uma lei junto com os Deputados, porque a lei necessariamente virá para o Senado da República. Por antecipação, não podemos aprová-la ou desaprová-la.

Coloco à consideração de V. Ex^a se mantém um dos dois requerimentos, se retira este ou não.

Nós poderíamos transformar isso num convite para os interessados em participar, mas não vai haver presença dos Srs. Senadores nem votação e nem responsabilização.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade, nós estamos encaminhando este requerimento a pedido da Comissão da própria Câmara dos Deputados. Nós entendemos que é importante a participação dos Senadores. Embora não seja para deliberar, é um debate que queremos fazer conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – De seminário, nós podemos participar, não há presença nem responsabilização. Mas da audiência pública, não.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas o que estamos propondo aqui é um seminário mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Num é um seminário...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – E o outro?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O outro é participação.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Fazer uma reunião conjunta das duas comissões, tanto do Senado quanto da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, na abertura da nossa reunião, nós mostramos que estamos com mais de quarenta subcomissões. Não há tempo material para a participação.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Podemos fazer o convite e, caso os Senadores possam contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Transformamos isso num convite então?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Podemos transformar num convite. Não vejo nenhuma dificuldade. Acho que é importante a participação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Comissão de Informática: seminário sobre Internet e Direitos do Autor; e um seminário para debater a lei que consolida a legislação sobre direitos autorais, com proposta de alteração da referida lei.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pode transformar num convite. Eu não vejo nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Transformando em convite não há problema.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não tem problema.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quem é que faria o convite? Só para o meu esclarecimento, porque, se houver mudança na lei sobre direitos autorais, o Senado vai receber a proposta que vier da Câmara. Eu não vejo por que... Qual é a razão?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador, na verdade, o que se está buscando? Eu faço parte da Frente Parlamentar da Cultura. Essa solicitação veio por intermédio da Frente Parlamentar da Cultura, para que possamos fazer um debate conjunto, acumular informações. Eu não vejo nenhum problema em transformar num convite, um convite que poderá vir pela Frente Parlamentar de Cultura inclusive, para que possamos fazer isso conjuntamente, com as duas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Aloysio, vamos considerar que a Senadora é porta-voz da Frente Parlamentar de Cultura e faz um convite no sentido da participação da Comissão. Nós tornamos esse convite público, e a Secretaria da Comissão levará ao conhecimento, por escrito e por *e-mail*, de todos os Senadores participantes da Comissão.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Podemos encaminhar dessa forma, porque esse é um tema que precisa ser mais bem debatido. É um tema recorrente nas reuniões da Frente Parlamentar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Querem acabar com os direitos do autor. Há uma tentativa de acabar com os direitos do autor pura e simplesmente, sob o pretexto da liberdade de acesso e tal.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – E a Frente está se empenhando em fazer bem esse debate. Então, concordo: podemos transformar em convite.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então será encaminhado dessa forma, a Secretaria da Comissão se encarrega disso.

Não estando presente mais nenhum autor, ou relator principalmente, convocamos a reunião de amanhã, que é uma reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte destinada a debater o financiamento da educação pública e os *royalties* do pré-sal, com a participação da UNE, a União Nacional dos Estudantes.

Essa reunião será amanhã, às 15 horas, no auditório do Interlegis.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Convide o Alexandre Schwartzman para participar também!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Convide o Alexandre Schwartzman para participar também!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Convidar o Alexandre Schwartzman para propor... É uma ideia, não é? Agora, eu fico imaginando de quem foi a ideia de trazer essa figura para a Comissão de Relações Exteriores. Meu Deus!

Então, encerrada a sessão, fica esse convite para a reunião no Interlegis amanhã, às 15 horas.

(Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 30ª reunião da comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle, em conjunto com a 30ª reunião da comissão de agricultura e reforma agrária e 31ª reunião da comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 24 de agosto de 2011, quarta-feira, às 08h30.

Às nove horas e um minuto do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG**, **ACIR GURGACZ** e **EDUARDO BRAGA**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ**, **ANA AMÉLIA**, **ANA RITA**, **ANGE-**

LA PORTELA, **ANÍBAL DINIZ**, **ANTONIO RUSSO**, **CASILDO MALDANER**, **CÍCERO LUCENA**, **CLÉSIO ANDRADE**, **CRISTOVAM BUARQUE**, **CYRO MIRANDA**, **DELCÍDIO DO AMARAL**, **EDUARDO BRAGA**, **EDUARDO SUPPLY**, **FLEXA RIBEIRO**, **JAYME CAMPOS**, **JOÃO ALBERTO SOUZA**, **JORGE VIANA**, **LUIZ HENRIQUE**, **LINDBERGH FARIAS**, **PAULO DAVIM**, **PEDRO TAQUES**, **RANDOLFE RODRIGUES**, **REDI-TARIO CASSOL**, **RODRIGO ROLLEMBERG**, **SÉRGIO SOUZA**, **VANESSA GRAZZIOTIN**, **VICENTINHO ALVES**, **WALDEMIR MOKA** e **WALTER PINHEIRO**. Deixam de comparecer os demais senadores membros. A Presidência anuncia a presença do Senhor Deputado Federal Ricardo Trípoli, dos Ex-Senadores João Pedro e Eurípedes Camargo, do Senhor Mário Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica, do Senhor Elias Castilho, Presidente do Parlatino, do Senhor Fernando Cordeiro – Presidente da Assembléia Nacional do Equador, do Senhor Jorge Pizarro, ex-Presidente do Senado do Chile, da Senhora Gabriela Garcia Carranza – Embaixadora do Panamá no Brasil, do Senhor Jorge Montero Figueroa Embaixador do Chile no Brasil e do Senhor Santiago – Ministro da embaixada do Equador. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 73, de 2011-CMA; nº 46, de 2011-CRA, nº 37, de 2011-CCT; com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), com a presença de Ex-Ministros do Meio Ambiente. Comparecem como convidados os Senhores Ex-Ministros Carlos Minc, José Sarney Filho, José Goldemberg, José Carlos Carvalho e Marina Silva. A presidência passa a palavra aos Ex-Ministros, que fazem suas apresentações. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ**, **RODRIGO ROLLEMBERG**, **EDUARDO BRAGA**, **ANA AMÉLIA**, **PAULO DAVIM**, **CYRO MIRANDA**, **JORGE VIANA**, **LUIZ HENRIQUE**, **SÉRGIO SOUZA**, **VANESSA GRAZZIOTIN**, **EDUARDO SUPPLY**, **ANA RITA** e **CRISTOVAM BUARQUE** e o Senhor **DEPUTADO ALFREDO SISKIS**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO Nº 76, DE 2011-CMA e Nº 40, DE 2011-CCT**, que “Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 18, de 2011-CRA, seja realizada diligência, em conjunto, pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), na

Expointer 2011, que se realizará na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, entre os dias 27 de agosto e 4 de setembro de 2011. A Expointer é um dos mais importantes eventos agropecuários da América Latina, e essa diligência proporcionará aos produtores e parlamentares a oportunidade de discutirem possíveis soluções para os problemas do agronegócio brasileiro.” Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz. Colocado em votação, a CMA e CCT aprovam os requerimentos. **2) REQUERIMENTO Nº 77, DE 2011–CMA; Nº 48, DE 2011–CRA e Nº 41, DE 2011–CCT**, que “requer com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater a reforma do Código Florestal (Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011) e sua influência nas cidades, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Paulo Safady Simão, Presidente da CBIC; João Batista Crestana, Presidente do SECOVI/SP; Márcio Ackermann, Consultor Ambiental; Raquel Rolnik, Professora da FAU-USP; Nabil Bonduki, Professor da FAU-USP; um representante do Ministério do Meio Ambiente; um representante do Ministério das Cidades.”. Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz. Colocado em votação, a CMA, CCT e CRA aprovam os requerimentos. **3) REQUERIMENTO Nº 82, DE 2011–CMA; Nº 53, DE 2011–CRA e Nº 42, DE 2011–CCT**, que “Requeremos, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública, em conjunto, pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, com a participação de juristas, incluindo: José Antonio Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); Paulo Affonso Leme Machado, Doutor “Honoris Causa” em Direito Ambiental, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”; e Antônio Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)”. Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz. Colocado em votação, a CMA, CCT e CRA aprovam os requerimentos. Ao término da reunião, a presidência submete à votação a leitura da ata da

reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos, havendo lavrado a presente ata José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Luiz Gonzaga Silva Filho, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO CONJUNTA DE 24/08/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 30ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública que visa a coletar subsídios técnicos jurídicos para o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), em cumprimento aos Requerimentos nºs 73, de 2011, da CMA, nº 37, de 2011, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e nº 46, de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, aprovados em 16 de agosto do corrente.

A audiência contará com a presença de ex-Ministros do Meio Ambiente: José Sarney Filho, Deputado Federal, Ministro de 1999 a 2002, José Carlos Carvalho, Ministro em 2002, Marina Silva, Ministra de 2003 a 2008, e Carlos Minc, Secretário de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Ministro de 2008 a 2010.

Foram também convidados os ex-Ministros José Goldemberg e Rubens Ricupero, que informaram sobre a impossibilidade de seu comparecimento hoje.

Quero registrar ainda que amanhã, no mesmo horário, a partir das oito e trinta, teremos audiência pública conjunta, desta feita com ex-Ministros da Agricultura. Estão confirmados o ex-Ministro Alisson Paulinelli, o

ex-Ministro Reinhold Stephanes, o ex-Ministro Francisco Turra e o ex-Ministro José Eduardo Andrade Vieira.

Quero submeter uma proposta de requerimento para audiência pública conjunta, já aprovada, pela Comissão de Agricultura, dentro do ciclo de debates sobre o Código Florestal para que, “nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura na Expointer 2011, que se realizará na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, entre os dias 27 de agosto e 4 de setembro de 2011.

A Expointer é um dos mais importantes eventos agropecuários de maquinário da América Latina e esse encontro proporcionará aos produtores e Parlamentares apresentarem e discutirem possíveis soluções para os problemas do agronegócio brasileiro, especialmente em relação à revisão do Código Florestal.”

Essa audiência pública deverá se realizar no dia 2 de setembro.

Pergunto aos Senadores se concordam com a apreciação extrapauta desse requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo discordância, coloco em votação o requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, apenas uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa porque fui a autora do requerimento para essa audiência pública na Expointer porque é o evento do setor da produção agropecuária mais importante do País e a audiência ficará enriquecida com a presença oficial dos representantes da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Ciência e Tecnologia. Os dois relatores, nas referidas Comissões, Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana, estarão participando desse evento representando os setores. Independentemente disso, todos os demais Senadores integrantes das mesmas Comissões serão muito bem-vindos a esse encontro.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, grande representante do Estado do Rio Grande do Sul.

Entendo que todas essas iniciativas conjuntas da Comissão de Agricultura, da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Ciência e Tecnologia só contribuem para enriquecer o debate e para que tenhamos a oportunidade de ouvir visões diversas e diferentes

acerca de um tema tão complexo e tão importante como a revisão do Código Florestal brasileiro.

Quero aproveitar para registrar a presença, que muito nos honra, entre nós do Deputado Ricardo Tripoli, do PSDB de São Paulo.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Eu quero registrar, enquanto aguardamos a presença dos ex-Ministros do Meio Ambiente, que certamente enriquecerão o nosso debate, que estamos consultando as personalidades que foram aprovadas por esta Comissão para serem ouvidas nesses debates conjuntos sobre a reforma do Código Florestal, sobre possíveis agendas.

Era nosso objetivo já realizar na próxima terça-feira uma reunião da Comissão de Meio Ambiente, que eu sugiro aqui que também seja conjunta com as de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, para ouvir personalidades do mundo jurídico a respeito da segurança jurídica do Código Florestal. Entre os nomes aprovados e já consultados, nós temos os do Ministro Herman Benjamin, do Ministro Dias Toffoli, do professor Leme Machado e de diversos outros que já estão sendo consultados.

Era nosso objetivo realizar essa audiência pública na próxima terça-feira, mas estamos tendo dificuldade de agenda com esses juristas. E provavelmente essa audiência pública se realizará no dia 13 de setembro, primeira semana após a semana do feriado.

De qualquer forma, ainda nesta semana definiremos, com o Relator Jorge Viana e com o Relator Luiz Henrique, as diligências aprovadas por esta Comissão para que possamos visitar alguns daqueles locais aprovados pelas Comissões que demonstram experiências bem sucedidas por terem conseguido aliar alta produção agrícola, alto desempenho da pecuária com sustentabilidade ambiental. Temos exemplos de Municípios como Paragominas, que esteve entre os Municípios com maior índice de desmatamento e que, por uma ação conjunta da prefeitura e da sociedade local, conseguiu reverter essa tendência.

Portanto, é importante conhecer essas experiências bem sucedidas, porque elas podem trazer contribuições efetivas e importantes para esse debate.

Então, recebo aqui uma sugestão do Relator na Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, para que possamos tentar realizar semana que vem, é claro que depende da agenda dos nossos convidados, uma audiência pública sobre o Código Florestal e as cidades. Alguns nomes de pessoas já aprovados pela Comissão de Meio Ambiente eu sugiro que a gen-

te possam ser colocados em apreciação também no âmbito da Comissão de Agricultura e da Comissão de Ciência e Tecnologia, para que seja conjunta. São eles: o professor Carlos Nobre, representantes do CBIC e da Secovi, o Sr. Marcio Ackermann, a Raquel Rolnik e o Nabil Bonduki.

A ideia é discutir os impactos da APP nos mananciais que abastecem as cidades. Qual deve ser a regulamentação das áreas de proteção permanente dentro das cidades? A divisão de responsabilidade das três esferas, municipal estadual e federal, no código aprovado na Câmara, atende às necessidades? Os papéis e responsabilidades estão bem definidos? As penalidades para os descumprimentos estão claras?

Então, quero aqui sugerir a apresentação oral a ser formalizada imediatamente para que esta audiência pública, tanto dos juristas quanto dessas personalidades para discutir os impactos do Código Florestal nas cidades, seja realizada conjuntamente pelas três Comissões.

Consulto o Presidente da comissão...

Vou colocar em apreciação.

Aqueles que concordam com a audiência pública conjunta das três Comissões permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Quero registrar que, entre nós, além da presença do Relator do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, está o Senador Luiz Henrique, que é o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Agricultura e na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu tenho convicção de que nós começaremos a viver um momento muito importante, decisivo, de debates sobre o Código Florestal.

Entendo que as audiências públicas marcadas para hoje e para amanhã e essas que pretendemos fazer sobre o impacto nas cidades e também ouvindo os juristas vão trazer contribuições muito significativas para esse debate.

Os quatro ex-Ministros do Meio Ambiente, que foram Ministros em governos diferentes, deram uma contribuição significativa à questão ambiental no Brasil, até porque nós temos, nos últimos anos, acompanhado uma redução crescente e regular dos índices de desmatamento no Brasil, o que é um aspecto muito positivo e demonstra um acerto e uma contribuição dada por esses ex-Ministros nos últimos anos.

Ao mesmo tempo, amanhã ouviremos ex-Ministros da Agricultura. E para um país que, nos últimos anos, aumentou sua área plantada em 45,8% e aumentou sua produção em 268%, nós devemos reconhecer e louvar também muitos acertos no que se refere à po-

lítica agrícola. Então, entendo que são pessoas com muita experiência na vida pública, na gestão pública, mas também pessoas com experiência anterior e posterior ao desempenho dessas funções públicas, seja na atividade parlamentar, como é o caso de alguns, seja na sua atividade junto à sociedade civil, seja na sua atividade, como é o caso, hoje, de alguns, assessorando a iniciativa privada. Mas tenho convicção de que teremos contribuições muito significativas.

Da mesma forma, há uma preocupação muito grande sobre como tratar a questão das cidades no Código Florestal, que, sem dúvida, deve ter um tratamento diferenciado em relação ao tratamento dado no meio rural.

E há a questão da segurança jurídica. Essa preocupação vem sendo manifestada por diversos Senadores, da importância de que o texto seja muito claro, de que o texto não deixe margem a dúvidas. Portanto, será fundamental também a contribuição de juristas para esse debate.

Consulto o Presidente Eduardo Braga se quer fazer uso da palavra enquanto aguardamos. A Secretaria da Comissão já está entrando em contato com os ex-Ministros para que possamos iniciar, efetivamente, os nossos debates.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar a iniciativa do nobre Relator Jorge Viana da apresentação da agenda, com debates tão pertinentes ao tema e com a contribuição de companheiros que possuem larga experiência no setor e larga experiência acadêmica e científica com relação ao tema, tanto como o Professor Carlos Nobre quanto o Dr. Antônio Carlos Hummel, Israel Klabin e os demais convidados, como é o caso de Miriam Leitão, do Paulo Moutinho, do Instituto Imatura, do Dráuzio Varella, do Beto Veríssimo, Fernando Castanheira, Márcio Ackermann, entre outros.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de fazer uma sugestão a V. Ex^a e aos membros desta comissão. Via de regra, quando marcamos nossas audiências públicas entre 8 horas 30 minutos e 9 horas da manhã – estamos tendo esta experiência também na Comissão de Ciência e Tecnologia –, os convidados acabam se deslocando de seus Estados e das suas cidades de origem no dia dos nossos debates e das nossas audiências públicas. Em função disso, talvez fosse interessante, para o dia de amanhã, pedir à secretária das audiências conjuntas para verificar, junto aos convidados, se não seria mais pertinente estabelecermos um horário como 10 horas da manhã para o início da audiência pública, a fim de que déssemos tempo para que os convidados pudessem chegar ao Senado da República, para a participação das audiên-

cias. Por exemplo, estamos informados de que, neste momento, praticamente todos os convidados estão se deslocando para o Senado da República, inclusive muitos deles já no trânsito. No entanto, como sabemos, a audiência pública estava marcada para as 8 horas e 30 minutos. Eu acho que, apenas para que possamos dar certa praticidade, seria interessante talvez ouvir a opinião e a contribuição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores a respeito de como estabelecermos esses horários para poder avançar sobre esse tema.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, acredito que as nossas agendas de viagem precisam ser vistas, a partir da semana que vem, para visitarmos experiências como foi aprovado na reunião anterior, porque tenho informações de que muito provavelmente deverá ser colocado em votação e aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça, até o dia 31, o Código Florestal. A partir daí, começará a correr prazo nas comissões de mérito. Portanto, talvez fosse muito interessante pedir às secretarias que pudesse fazer um cronograma entre as audiências públicas que estamos aprovando e a agenda de viagem que estamos aprovando, para que possamos ter um cronograma dessas audiências, dessas nossas reuniões, a fim de que possamos nos organizar e nos planejar também com relação às outras comissões, as outras subcomissões etc, que estão em funcionamento no Senado da República. Ontem, todos nós testemunhamos, nesta Casa, uma presença que eu até diria exagerada de ministros simultaneamente. Tivemos ontem quatro ou cinco ministros no Senado da República, com audiências que praticamente foram simultâneas e com a participação de membros comuns de várias comissões. Portanto, creio que essas colocações com relação aos cronogramas serão de extrema importância e valia para a organização dessas audiências e dessas visitas da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, da Comissão de Agricultura e da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quero, portanto, agradecer e devolver a palavra ao nosso Presidente Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero agradecer ao Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, e fazer aqui mais uma sugestão de acrescentar aos convidados para a audiência pública para discutir o impacto do Código Florestal nas cidades um representante do Ministério do Meio Ambiente e um representante do Ministério das Cidades.

Portanto, por requerimento oral, eu o submeto à apreciação do Plenário.

Aqueles com concordam com a sugestão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero registrar, Senador Eduardo Braga, que concordo inteiramente com a sua sugestão para que possamos, imediatamente, reunir as secretarias das três Comissões, com base já nos nomes aprovados conjuntamente, para que possamos definir um calendário de audiências públicas, de diligências externas, para que todos os Senadores possam se organizar a fim de fazerem parte dessas audiências.

Registro aqui também a presença do Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz. Registro também, com alegria, a presença do Deputado Alfredo Sirkis, que chegou aqui há pouco. E já temos notícia de que a Senadora e ex-Ministra, Marina Silva, já se encontra aqui, está dando entrevista à imprensa, e que os demais também já estão a caminho da Comissão.

Passo, então, neste momento, a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Bom dia, Senador Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, realizamos uma audiência pública em conjunto para debatermos o Código Florestal Brasileiro. Nós estamos fazendo as audiências públicas todas em conjunto, no sentido de debatermos o assunto coletivamente, mostrar a todo o País que há uma unidade, que há uma união no pensamento com relação às três Comissões. Não há um pensamento ambientalista, não há um pensamento de produtores rurais, não há um pensamento isolado de ciência e tecnologia. Há um pensamento conjunto na tentativa de fazer um Código Florestal que atenda a população brasileira.

Por isso estamos fazendo as audiências públicas todas em conjunto, para que a gente possa, Senador Cyro, aprovar o mais rápido possível, porque a população brasileira está nos cobrando e preocupada com o tempo que vai passando e não há uma definição de tempo, de prazo para que haja essa votação.

Essa demonstração nossa de fazermos essas audiências públicas sempre em conjunto com os Relatores, sempre juntos, é, de fato, uma demonstração de unidade, de que o Senado está unido, tentando fazer aquilo que será melhor para a população brasileira, não que seja melhor para ambientalistas, não que seja melhor para o agricultor, mas, sim, para a população brasileira. Todos nós dependemos da agricultura, todos nós dependemos do meio ambiente e queremos trabalhar exatamente dessa forma, fazer um Código Florestal que atenda os agricultores, que atenda a toda a população brasileira.

Nesse sentido, tivemos na última sexta-feira em Curitiba, Senador Sérgio, um grande evento, uma audiência pública importante, que debateu com profundidade o tema. Esteve junto conosco o Senador Luiz Henrique, que é o nosso Relator da reforma aqui, na Comissão de Agricultura também. Tivemos um evento muito importante. Ouvimos vários segmentos da sociedade, todos puderam se posicionar e tivemos um saldo, colhemos muitas informações positivas daquele evento. Teremos, no dia 2 de setembro, em Esteio, no Rio Grande do Sul, a pedido da Senadora Ana Amélia, mais uma audiência pública para debater esse tema junto com a sociedade, junto também com a Comissão de Meio Ambiente, junto com a Comissão de Agricultura da Câmara Federal também. Ou seja, estamos tentando aglutinar o maior número de pessoas possível para debatermos esse assunto.

Era isso que eu tinha para colocar, Sr. Presidente.

Volto a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Registro, com muita alegria, a presença entre nós da Senadora, Ministra, Marina Silva. É uma alegria muito grande poder recebê-la e já convido V. Ex^a para fazer parte da Mesa. Estamos aguardando os nossos outros convidados, que, pelas informações da Secretaria, também já estão a caminho.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Permita-me acompanhar os comentários do Presidente da Comissão de Agricultura, o Senador Acir Gurgacz, com relação ao evento ocorrido na última sexta-feira, no Estado do Paraná.

Gostaria de registrar que, na minha avaliação, o debate que nós fizemos colocando toda a sociedade organizada, naquele momento, no plenário da Assembleia Legislativa, possibilitou, de alguma forma, que nós ouvíssemos todos os lados, não só o lado da agricultura, não só o lado do meio ambiente, mas também o lado da ciência e tecnologia, porque, naquele evento, também estavam universidades do Estado do Paraná e, como representante das universidades, a Universidade Federal do Paraná, que trouxe a sua contribuição.

Gostaria aqui de destacar a condução de V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz, naquela Comissão, porque, quando falamos em preservação do meio ambiente e falamos em produção rural, alguns entendem que são atividades concorrentes, e nós aqui, do Senado

Federal – muito prazer em vê-la, Ministra Marina Silva –, entendemos que é nossa função encontrarmos o equilíbrio, encontrarmos, de certa forma, o equilíbrio entre produção rural e preservação do meio ambiente. E temos que ter a consciência de que estamos falando aqui de uma legislação que vai regulamentar a utilização do solo em propriedades privadas.

Então, eu quero enaltecer também a presença do Relator da Comissão de Agricultura, do Relator da Comissão de Ciência e Tecnologia e da CCJ, o Senador Luiz Henrique, que deu uma aula sobre como ele está vendo essa discussão dentro do Senado Federal; e agradecer todos aqueles que tiveram a oportunidade de participar do evento que ocorreu na última sexta-feira, no Estado do Paraná. Inclusive, nós estivemos também conversando com o Senador Jorge Viana sobre esse debate, e o convidamos também, Senador Rodrigo Rollemberg para que pudesse estar presente naquele momento, mas, devido a sua agenda, não foi possível.

No mais, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, Bloco/PSB – DF) – Quero agradecer, Senador Sérgio Souza, e quero aproveitar aqui para avisar que, hoje, às 14 horas e 30 minutos, nós realizaremos a 3^a Reunião da Subcomissão Permanente da Água, criada por meio do Requerimento nº 38, de 2009, da CMA, da 1^a Sessão Legislativa Ordinária, no Plenário 13, para eleger o novo Presidente da Subcomissão da Água.

Também, no mesmo horário e no mesmo local, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, teremos uma reunião para eleger o novo Presidente da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20.

Registro que há a necessidade de realizarmos essas duas eleições, porque a Senadora Marisa Serrano, que presidia a Subcomissão da Água, foi nomeada para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e o Senador João Pedro deixou o mandato com a volta do Senador Alfredo Nascimento.

Eu consulto o Senador Jorge Viana se quer fazer alguma colocação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria de que, já que a Comissão aprovou um sequência de nomes para audiências conjuntas, V. Ex^a também pudesse dar um encaminhamento. Eu me ausentei há pouco. Nessa audiência conjunta, nessa diligência a Esteio – uma proposta da Senadora Ana Amélia –, ficou acertado, então, que teríamos oficialmente representantes da Comissão de Agricultura, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da de Meio Ambiente? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O que nós acabamos de aprovar aqui, Senador Jorge Viana, é que será uma audiência conjunta das três Comissões. A audiência pública já está marcada, segundo me informa o Senador Acir Gurcacz, Presidente da Comissão de Agricultura, para o dia 2 de setembro, às 14 horas, em Esteio.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Está bem.

Como eu tomei a iniciativa de apresentar um conjunto de diligências externas, eu gostaria de saber também de V. Ex^a se temos condição de já acertar, inclusive tentando fazer, na próxima semana, a primeira diligência, visitando, obviamente, regiões em que poderemos encontrar os problemas para os quais o Código, na sua revisão, pode apontar soluções. E, nessas mesmas regiões, também é importante levarmos em conta o que fazem as pessoas que estão colaborando com o trabalho da própria Comissão de Meio Ambiente, para encontrarmos exemplos de solução para os problemas, seja de prefeitura, de governo ou mesmo de proprietários. Então, pergunto se é possível, a partir também da semana que vem, iniciarmos essa sequência de viagens. Na nossa proposta, serão cinco viagens, uma para cada região do País, na busca de termos um contato com a realidade dos problemas que hoje estão diretamente vinculados a essa revisão do Código Florestal, que o Senado faz neste momento. Indago se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não apenas é possível, Senador Jorge Viana, como é necessário.

Como sugeriu aqui o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, nós vamos proceder a uma reunião conjunta das Secretarias das três Comissões para fazer um calendário dessas audiências públicas conjuntas que já foram aprovadas, bem como dessas diligências, dessas viagens, para conhecer experiências bem-sucedidas em outros Estados, nas diversas regiões brasileiras, nos diversos biomas brasileiros, que souberam compatibilizar uma agricultura altamente produtiva, uma pecuária de bom desempenho com preservação ambiental. Então, esse é o objetivo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só uma última... Aproveito esse espaço para mais um esclarecimento.

Eu estou aqui ao lado do ilustre Senador Luiz Henrique, que é Relator da matéria, que cria uma expectativa muito grande na sociedade brasileira, especialmente junto aos que lidam diretamente com a atividade produtiva, e também em uma parte importante da sociedade que se preocupa com o modelo de

desenvolvimento do País, com a agenda que o mundo discute hoje no Ano Internacional de Floresta, às vésperas da Rio+20, e no próprio Governo.

Ainda ontem eu tive um rápido contato com a Ministra de Meio Ambiente. O Governo está muito preocupado com o resultado desse trabalho, que é muito importante para o País.

Nós temos no Senado quatro Comissões para apreciar essa matéria, além do Plenário. O calendário que, obviamente, temos que estabelecer não pode atropelar o debate necessário de uma matéria tão rica e tão importante. Eu tenho conversado constantemente com o Senador Luiz Henrique e eu sei do esforço dele. Ele queria hoje apreciar, na Comissão de Constituição e Justiça, a constitucionalidade, como ele mesmo tem falado na imprensa, dessa matéria, para que, imediatamente, essa matéria ficasse a cargo das comissões de mérito que vão tratar do mérito da matéria. Ele é Relator em duas delas – na Comissão de Agricultura e na Comissão de Ciência e Tecnologia –, e eu, na Comissão em que essa matéria vai passar por último, na Comissão que hoje sedia esta audiência coletiva. É importante que estejamos todos nos associando à iniciativa do Senador Luiz Henrique para que rapidamente possa passar essa matéria na Comissão de Constituição e Justiça, já que o propósito do Relator é tratar apenas, como ele tem tornado público, a constitucionalidade da matéria para que nas questões de mérito a gente possa aprofundar, com a colaboração das Senadoras e dos Senadores. E me parece que essa proposta do Senador não foi possível de se viabilizar hoje. Mas seria bom se ele pudesse passar para nós o calendário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique, Relator na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Agricultura e na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Srs. Presidentes, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Ministra Marina Silva, a minha intenção era ter relatado esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, no mês de julho, antes do recesso. Todavia o requerimento formulado pelo nobre Senador Ricardo Ferraço para que a matéria fosse apreciada também pela Comissão de Ciência e Tecnologia ficou para ser votado no Plenário, e decorreu todo o mês de julho e parte do mês de agosto sem votação.

Produzimos um entendimento que propiciou a aprovação do requerimento. Eu me empenhei pessoalmente nisso, junto com o Senador Ferraço e o Senador Eduardo Braga, e, em razão disso, nós aprovamos o

requerimento e me foi conferida a relatoria também na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O meu propósito era relatá-lo hoje. O fato de haver necessidade de complementação da reforma política nesta data, na Comissão de Constituição e Justiça, onde devo comparecer também para discutir matérias importantes, adiou mais uma vez a apresentação do meu parecer, mas pretendo apresentá-lo.

Combinei com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, no dia 31, portanto na próxima quarta-feira. E fiz um apelo ao Presidente da Comissão para que, em havendo – o que é previsível – vista, e vista coletiva, nós realizemos a segunda reunião já no dia 6 de setembro. Vamos fazer um esforço para que os Senadores estejam presentes, não obstante o feriado de 7 de setembro, no dia 6 de setembro, quando acredito que poderemos ultimar a votação do parecer.

Esse é o meu desejo. No dia 31 apresentarei. Certamente haverá pedido de vista coletiva. E no dia 6 nós deliberaremos sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Eu faço um apelo a todos os Senadores presentes e aos que estão nos ouvindo neste momento para que agendem a sua presença na Comissão de Constituição e Justiça, no dia 6 de setembro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Gostaria de sugerir, dado que já temos dois expositores, dois ex-Ministros, a Ministra Marina e o Ministro Sarney Filho, que a gente comesse a ouvir os depoimentos deles, porque assim a gente adianta o serviço que estava marcado para as 8h30. Já são 9h37. E a gente ganha tempo com isso.

Agradeço muito a gentileza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço, Senadora Ana Amélia. A Mesa assim procederá.

Quero registrar a presença do Ministro José Sarney Filho, Deputado Federal, que foi Ministro de 1999 a 2002. Já temos aqui também a presença da Ministra Marina Silva.

Quero agradecer, mais uma vez, à Comissão de Agricultura, na pessoa do Presidente Acir Gurgacz, e à Comissão de Ciência e Tecnologia, na pessoa do Presidente Eduardo Braga.

Devo dizer, muito rapidamente, antes de passar a palavra para o Ministro Sarney Filho, da importância deste debate, da contribuição que V. Ex^{as} trazem a este debate, pela experiência bem sucedida que ti-

veram à frente do Ministério do Meio Ambiente e pela experiência acumulada ao longo da vida pública ou na relação com a sociedade civil.

Esse é o objetivo desta audiência.

Amanhã, ouviremos o ex-Ministro da Agricultura. Na semana seguinte, deveremos ouvir pessoas que aqui virão para discutir a influência do Código Florestal nas cidades e, em seguida, juristas, para tratar da segurança jurídica.

Sem mais delongas, passo a palavra ao Deputado Federal José Sarney Filho, que foi Ministro de 1999 a 2002.

Quero também registrar as presenças do ex-Ministro Carlos Minc, do ex-Ministro José Carlos Carvalho. É uma honra, uma alegria muito grande ter agora a nossa mesa completa para, finalmente, iniciarmos o nosso debate.

Com a palavra, por um período inicial de vinte minutos, o Deputado Federal José Sarney Filho.

O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (PV – MA) – Obrigado, Presidente Rodrigo Rollemberg, Senador Acir Gurgacz, Senador Eduardo Braga, Ministra Marina, meus ex-Ministros, companheiros Carlos Minc e José Carlos, aqui presentes, Senadores e Senadoras, senhoras e senhores.

Vou entrar logo no texto que redigi, mas antes gostaria de fazer uma observação.

A crise climática que está gerando tantos desastres ambientais no mundo todo e que já é uma realidade incontestável, sob todos os aspectos, faz com que qualquer que seja o parâmetro de desenvolvimento seja feito sob dois tetos, duas vertentes: a vertente da mitigação dos gases de efeito estufa e a vertente da adaptação.

O mundo, que hoje está em crise econômica e financeira, o mundo desenvolvido e o em desenvolvimento sabem que um dos motores propulsores da economia é a economia verde e, dentro dela, os nossos biomas, que prestam relevantes serviços à vida, não só à humanidade, no Planeta Terra, ganham um diferencial totalmente diverso daquilo que tradicionalmente se começou a pensar.

Por isso, costumamos dizer que hoje, seguramente, a floresta em pé vale mais do que a floresta derrubada.

Meus amigos, de forma geral, pode-se afirmar que o texto aprovado pela Câmara traz sérios retrocessos quando comparadas as normas atualmente em vigor.

A grande preocupação do texto trabalhado pelo Deputado Aldo Rebelo não foi assegurar a proteção da floresta e das demais formas de vegetação. Também não foi a de garantir padrões sustentáveis de exploração dos recursos florestais.

O texto aprovado espelha, acima de tudo, as decisões políticas de consolidar, de tornar regulares variados tipos de ocupações ocorridas em desacordo com a Lei Florestal, notadamente nas áreas rurais.

Elege-se uma data “mágica” – 22 de julho de 2008 – data da edição do mais recente regulamento da Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e passa-se um verdadeiro “cheque em branco” para as ocupações anteriores a essa data serem legalizadas mediante programas de regularização extremamente vagos e mesmo independentemente desses programas. Essa é uma falha que precisa ser corrigida.

Concretiza-se uma verdadeira afronta ao princípio da igualdade perante a lei. Aqueles que protegeram as suas matas nativas, seguiram a lei o tempo todo, devem se sentir lesados, vão receber o mesmo tratamento dos produtores que simplesmente ignoraram a legislação florestal. Um instrumento de grande valia, que deveria ter sido privilegiado seria o pagamento por serviços ambientais aos que hoje estão observando a legislação ambiental, corrigindo o desequilíbrio da presente proposta que está praticamente voltada à regularização e à anistia de quem não a observou. Esta situação é um incentivo e um convite a novas infrações. O que se tem em pauta hoje no Senado Federal? Tem-se um texto com sérios problemas de mérito e também de consistência interna, e com brechas para que as diferentes normas protetivas, mesmo as nele insertas, sejam descumpridas.

Mantêm-se em tese as Áreas de Preservação Permanente (APPs), um dos principais institutos jurídicos nesse campo, mas a largura das faixas protegidas ao longo dos corpos d’água deixa de ser mensurada pelo nível mais alto das águas. Mantêm-se em tese as APPs, mas se reduz a proteção dos mangues, ao se diferenciarem os salgados e apicuns.

Mantêm-se em tese as APPs, mas o texto aprovado, especialmente em seu art. 8º, na prática, admite todo e qualquer tipo de atividade nesses locais, independentemente dos programas de regularização. O texto nesse ponto é tão mal resolvido, que se impõe perguntar: se o caput do art. 8º inclui os casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental, atividades agrossilvopastoris, em áreas de preservação permanente, ecoturismo e turismo rural, quais são as “outras atividades” possíveis de serem regularizadas, na forma prevista no § 3º do art. 8º? Não tem.

Comente-se ainda que, nos pequenos cursos d’água, a recomposição só é exigida na faixa de quinze metros de largura, apesar de, no papel, ser mantida a exigência de APP de trinta metros. A esse respeito, a Agência Nacional de Águas já falou: não há rios grande se não houver rios pequenos que contribuam para fazer

com o rio grande exista. Então, se a gente começa a atingir os pequenos cursos d’água, naturalmente nós vamos atingir os grandes cursos d’água.

No topo de morros, bordas de tabuleiros e áreas com altitudes maiores do que 1.800 metros, por sua vez, atividades florestais, culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo e pastoreio extensivo passam a ser admitidos. Mais uma vez, descaracteriza-se nesses pontos o instituto jurídico da APP, independentemente dos programas de regularização ambiental. Mesmo que fosse feito ajuste no texto tendo em vista concretizar ligação mais direta entre a consolidação de ocupações preexistentes em APPs e os programas de regularização ambiental, os problemas continuariam, já que o texto sequer traz detalhes sobre a esfera governamental que responderá concretamente por esses programas, nem sobre os limites que eles terão em termos de flexibilização da legislação ambiental. [Ver arts. 30 a 39, em especial o art. 33].

Os dispositivos sobre os programas de regularização dão a impressão de que basta o cadastramento nos órgãos ambientais para os problemas de ocupações irregulares estarem resolvidos. Os órgãos ambientais têm capacidade real de fazer esse cadastramento? Eu acho que não. Cadastradas as ocupações irregulares, quais poderão ser mantidas? A lei não diz nada sobre isso. Pelo texto, toda e qualquer ocupação em APP, pelo menos no que toca a atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural. Esses vão poder ser mantidos.

As APPs, que são concebidas em grande parte para a proteção das próprias populações humanas, se mantido o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, na prática, ficarão descaracterizadas.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados no processo do PL nº 1.876/1999 e apensos, cabe registrar, apresenta problemas sérios também no que se refere ao instituto jurídico da reserva legal. Mais uma vez, simula-se proteção.

São mantidos os percentuais de reserva legal, mas em imóveis com até quatro módulos fiscais (que, na Amazônia, computarão até 400ha) será considerada apenas a área ocupada com vegetação nativa existente na data mágica de 22 de julho de 2008 (art. 13, § 7º).

Tudo o que estou citando aqui tenho os artigos citados nesta palestra e vou deixar na comissão para que os senhores relatores possam fazer as correções, extremamente necessárias.

Também nesse ponto não há vínculo da medida com os programas de regularização ambiental, ou seja, ela será aplicada sem condicionantes.

Além disso, admite-se recomposição da reserva legal com até 50% de exóticas e a compensação em

Estados diferentes, dificultando o controle ambiental. (art. 38, §§ 3º, 5º e 6º).

Também as regras sobre regularização de reserva legal são colocadas de forma independente dos programas de regularização e valem inclusive – perigoso – para desmatamentos futuros. (art. 38, caput). Para a comprovação da área consolidada, há demandas muito frágeis do ponto de vista jurídico, como anotações de “fatos históricos”, registros de comercialização e dados agropecuários.

Pelo texto, o proprietário rural fica desobrigado da averbação da reserva legal, que passará a ser controlada pelo cadastro organizado pelos órgãos ambientais. Os especialistas e brasileiros em geral debateram o suficiente as implicações dessa nova regra? Acredito que não... Será que os órgãos ambientais têm realmente condições de assumir essa tarefa? As diferentes esferas do Sisnama foram consultadas sobre isso?

Será que a Secretaria de Meio Ambiente ou o Município no interior do Estado do Amazonas, no interior do Estado do Maranhão terão condições de dar essa resposta? Não acredito.

Falando sobre o Sisnama, deve ser dito que o texto aprovado pela Câmara deixa em aberto, na maior parte de suas disposições, a divisão de responsabilidades entre os órgãos ambientais.

Mesmo havendo um processo em que as responsabilidades administrativas em política ambiental estão sendo trabalhadas especificamente – o processo do PLP 12/2003, de minha autoria, também em estudo pelo Senado, deve ser esclarecido que o texto que está em negociação nesse segundo processo não chega a um nível de detalhamento suficiente para que a lei florestal possa se omitir nesse campo.

É importante clarificar as competências; não pode ficar esta mistura, esta névoa porque vamos ter confusões jurídicas que vão tornar impossível qualquer tipo de clarificação de propriedade, de atuação, de produção e de proteção.

Se aprovado o texto na forma como saiu da Câmara, nem sequer se terá noção do órgão competente pelas autorizações para exploração sustentável da reserva legal, pelo registro da reserva legal no cadastro proposto, pela emissão da Cota de Reserva Ambiental etc. Em outras palavras, estará configurada insegurança jurídica.

Prova de que não se está tendo a devida atenção com a insegurança jurídica a ser criada está no fato de que o texto não prevê participação do Ministério Público na formalização do termo de adesão e compromisso ao programa de regularização. Não obstante, a assinatura do termo de adesão suspende a punibilidade de crimes ambientais.

Ora, não se há de esquecer que o MP, nos termos do art. 129 da Constituição Federal, tem prerrogativa exclusiva de promoção de ação penal pública. Como é que ele poderá ficar ausente num processo de regularização que pode anistiar? Não tem sentido.

Entendo que esses são os pontos que necessitam mais atenção no texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Como coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, clamo para que o Senado Federal amplie esse processo de debate e efetive todos os ajustes necessários nessa proposta com a devida oitiva dos representantes de diferentes setores governamentais, não governamentais e da ciência brasileira, que já disse que nós precisávamos de muito mais tempo para fazer uma legislação a esse respeito.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Sarney Filho.

Eu quero apenas registrar, antes de passar a palavra para o próximo orador, que a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, em conjunto, já realizaram duas audiências públicas com representantes da SBPC, da Academia Brasileira de Ciências, já aprovaram, novamente, uma terceira audiência conjunta. Ouviremos a comunidade científica quantas vezes forem necessárias para esclarecer esse debate.

Agora, passo a palavra ao Ministro José Carlos Carvalho. Agradecemos muito pela sua presença. Estamos muito honrados com a presença dele, que também foi Secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais.

O SR. JOSE CARLOS CARVALHO – Exmº Senador Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, na pessoa de quem quero saudar os demais Senadores da Mesa, Presidente das Comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia, os Senadores e Senadoras presentes a esta reunião, os meus colegas ex-Ministros aqui presentes e todas as lideranças da sociedade que aqui também comparecem para estimular de maneira ainda mais intensa esse importante debate que, em boa hora, o Senado da República proporciona a respeito do Código Florestal Brasileiro.

Eu queria iniciar as minhas palavras lembrando aos Senadores e às Senadoras, a propósito do tema em debate, que o Brasil é a única nação do mundo que tem nome de árvore.

Faço esta lembrança para colocar o contexto no qual essa questão precisa ser discutida, porque além da importância econômica, social, ambiental das florestas, que, certamente, já foram e serão extrema-

mente debatidas, para o Brasil, as florestas têm uma importância histórica na formação da nossa cultura, na formação da nossa nacionalidade e na formação da nossa Pátria.

Por isso, muito mais, neste momento, do que arbitrar uma disputa política entre segmentos da sociedade, muito mais do que arbitrar uma disputa política entre ruralistas e ambientalistas, o Senado está sendo convocado pela História para definir um estatuto jurídico que dê a salvaguarda e as proteções necessárias às florestas do Brasil.

Nós sabemos e não custa fazer uma rápida retrospectiva histórica para mostrar que o Parlamento brasileiro, o Congresso, em todas as oportunidades que teve, ao longo da história, de decidir sobre o patrimônio florestal brasileiro, decidiu de maneira afirmativa pela sua proteção em razão da sua importância. Isso ocorreu em 1965, com o Código que foi submetido em 1962. No contexto da grande efervescência que o Brasil reclamava na primeira metade da década de 60, surgiu a proposta do Código Florestal, depois votado em 1965, como um fundamento essencial. Naquele momento, o Congresso deu ao Brasil e ao mundo um das mais importantes estatutos jurídicos de proteção de um recurso natural, porque, já em 65, os direitos difusos que viriam ser consagrados muito tempo depois já haviam sido expressos por força da decisão do parlamento brasileiro, tratando as florestas como bem de interesse comum do povo.

Essa foi, no campo da doutrina, uma das mais importantes mudanças realizadas na dualidade clássica do direito público e do direito privado, criando a expressão do direito para proteger bens coletivos de interesse comum.

Eu acho que é aí que precisamos reforçar o debate desse tema.

O nosso colega e companheiro Zequinha Sarney fez especificamente um debate de todos os pontos críticos. Não vale a pena repeti-los porque eles foram aqui expostos com clareza. Eu prefiro discutir o tema no contexto conceitual em relação àquilo que o Brasil precisa e que nós esperamos que o Senado certamente fará.

Eu gostaria, neste contexto com que estou introduzindo a minha fala de mencionar a questão conceitual do Código, que foi aqui em vários momentos citada em casos específicos pelo Ministro Zequinha Sarney.

Nós estamos, pelo menos é o que a gente ouve, fazendo um Código para dar segurança jurídica. Certamente, não há jurídica no texto que este Senado vai votar. Pelo contrário, o texto traz incongruências. É possível ver no mesmo texto dispositivo que manda recompor e que desobriga de recompor. É esse o texto

que o Senado vai votar. Na pressa de obter uma solução que atendesse determinados propósitos, nós temos um texto, surpreendentemente, comandos contraditórios.

Se o objetivo é obter texto para dar segurança jurídica, certamente não será o texto que o Senado vai votar que dará segurança jurídica aos proprietários rurais do Brasil na relação com as nossas florestas.

Mas há um outro ponto que eu gostaria de chamar a atenção, porque é muito repetido. Trata-se do fato de que nós estamos, no projeto de lei aprovado na Câmara e durante toda a sua tramitação, nós estamos, aí sim, repetindo os mesmos erros conceituais de todas as legislações precedentes. Mesmo com as distorções que foram aqui apontadas pelo Ministro Zequinha Sarney, ainda que o projeto de lei esteja atenuando despropositadamente uma série de exigências de proteção das florestas, ele repete os mesmos vícios de origem das legislações anteriores porque continua baseado exclusivamente nos mecanismos de comando e controle do Estado. Ele não inova naquilo que é fundamental para a agricultura brasileira. Ele não inova naquilo que é fundamental, sobretudo para a agricultura familiar, porque ele mantém os mecanismos de controle. Ele é mandatário quando trata dos mecanismos de comando e controle e meramente declaratório quando trata de uma questão essencial, que são os incentivos econômicos financeiros, fiscais, creditícios para que o agricultor possa fazer aquilo que a lei exija que ele faça.

Então, na possibilidade ou no impedimento ou na falta de vontade política de criar as condições de incentivos necessários para recompor, adota-se a solução mais simples, que é retirar a proteção. Esse é um tema central. Então, se não se criam as condições para proteger, retira-se a proteção.

É evidente que, mesmo considerando as distorções aqui mencionadas... Vamos tomar como exemplo um caso de um agricultor familiar, e não falo nem do Norte, estou falando do Sudeste, da região mais desenvolvida do Brasil. Ainda que se possa reduzir para 15 metros a APP e exigir, obviamente, que ela seja recomposta, o agricultor familiar não está capitalizado para fazê-lo. Nós estamos apenas mudando o problema de tamanho. Estamos mudando o problema de tamanho porque é fundamental criar as obrigações e criar os meios para que o agricultor familiar, principalmente, possa estabelecer suas ações e fazer aquilo de que a sociedade precisa.

E aí também acho que, do lado da sociedade, temos que ter clareza de que, com o Código Florestal, em 65, herdando já o conceito de 34, não estamos falando de lei feita ontem, não estamos falando de lei feita pelos ambientalistas, porque sequer a palavra

meio ambiente era dicionarizada em 1965. Não era. Então, estamos falando de uma legislação herdada deste Parlamento, deste Congresso, que nos deu estatutos jurídicos que nos permitem ter uma vanguarda, inclusive, nas relações internacionais.

Mas o que nós precisamos claramente perceber é que, se não avançarmos nos instrumentos que permitam aos agricultores, especialmente aos pequenos, recuperar aquilo que ele deve recuperar, certamente vamos continuar tendo o mesmo problema que está posto hoje à decisão do Senado, da Câmara, do Congresso Nacional, porque estaremos perdendo a oportunidade, se continuarmos insistindo só em comando e controle, de fazer uma revolução em relação ao uso da terra no Brasil.

E aqui eu queria fazer um comentário adicional. Todo esse debate está sendo pautado, e não apenas esse debate aqui no Congresso, mas na sociedade brasileira, com a leitura de que o uso predatório dos recursos naturais, o desmatamento e todas as consequências do desmatamento, é um problema ambiental, é um problema ecológico, como se fosse exclusivamente um problema ecológico. Outro erro conceitual, outro equívoco de avaliação. Os recursos naturais renováveis, obviamente que seu uso predatório provoca flagrante dano ao meio ambiente, mas eles são os fatores de produção do negócio agrícola. Eles são os fatores de produção do setor agropecuário. Não é possível fazer agricultura sem solo e sem água. É disso que nós estamos tratando também. Nós, para termos solo e água, temos que ter cobertura vegetal devidamente protegida.

Ainda agora, os relatórios internacionais apontam um recorde negativo para o nosso País. O Brasil tornou-se o país que é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. São dados recentes. Inclusive no consumo *per capita*, não apenas no consumo absoluto. E uma das razões, certamente, pelas quais esse consumo aumentou é porque nós estamos destruindo sistematicamente todo o *habitat* dos inimigos naturais das pragas da lavoura do Brasil. E, na medida em que destruímos os inimigos naturais, temos que recorrer cada vez mais ao uso de agrotóxicos para fazer aquilo que a natureza não faria por conta própria. Também aí temos uma questão fundamental a ser decidida: a questão do uso predatório dos animais, que é um problema ambiental e um problema econômico.

Nós estamos destruindo – quando destruímos os recursos naturais – as possibilidades da prosperidade futura da agricultura brasileira. Nós não estamos apenas destruindo o meio ambiente, e não falta o exemplo no território brasileiro. E isso não é uma verborragia. Se nós visitarmos extensas áreas das regiões ocupadas no passado no Vale do Paraíba, no meu Estado, no Vale do

Rio Doce e no Vale do Mucuri, que foram intensamente desmatadas. A situação foi inversa, porque, regiões como o Vale do Rio Doce, há trinta anos, há quarenta anos, tinham uma produtividade de três unidades por animal por hectare. Houve o desmatamento no auge da pecuária do Vale do Rio Doce. Hoje é 0,6 unidades por hectare. Por quê? Porque nós destruímos os fatores de produção. Acabamos com a nascente, detonamos a qualidade do solo. É impressionante!

Estamos discutindo problemas aqui que eu reconheço que são sérios. Reconheço a pertinência de muitas demandas que vêm do setor agropecuário. Estou muito à vontade para discutir isso aqui, até pelas minhas origens como cidadão. Há pertinência em discutir várias questões que nós estamos examinando aqui, mas é preciso levar em conta que o ponto fundamental é o ponto de equilibrar comando e controle com incentivos econômicos, e podemos atenuar, se essa for a decisão do Parlamento brasileiro, tudo o que for comando e controle e teremos o problema do mesmo tamanho do futuro, porque aqueles que serão obrigados a recompor não vão ter condições de refazê-lo por conta própria. E aí eu quero corroborar mais uma vez as palavras do Ministro Zequinha Sarney, primeiro, para chamar a atenção que nós estamos vivendo sinceramente – uma opinião minha, pessoal – uma dualidade falsa. Um falso dilema que durante esse debate opõem ruralista e ambientalistas. Nós estamos decidindo aqui é o futuro do Brasil. Uma lei que trata das florestas em qualquer País do mundo é uma lei transgeracional. Nós não estamos decidindo para hoje. Nós não estamos resolvendo o problema de ontem, porque o que está dominando todo o debate no Código de Reflorestamento Florestal no Congresso é o passivo ambiental, é o para traz. Aliás essa lei não trata... É o mais de uso da terra, é uma lei florestal. Nós não podemos chamar o que está sendo colocado aqui porque não tem um artigo que trata de problema florestal no senso amplo. Tem o nome de florestas para corrigir distorções no passado. E eu pela minha relação que tenho com a agricultura acho que devem ser corrigidos.

Sou por vezes severamente criticado por alguns dos meus amigos ambientalistas, mas eu reconheço que nós temos que admitir o uso consolidado das áreas antrópicas do passado.

Eu acho que não é razoável em regiões antrópicas consolidada do Sul e do Sudeste, multar o agricultor por uso de ATP que já vem sendo utilizada pelo seu bisavô. Tranquilo. Agora nós não estamos falando de desmatamento. Não estamos falando de novos desmatamentos. Da mesma maneira que nós entendemos que é razoável, diante da realidade brasileira, admitir o uso antrópico consolidado das áreas de proteção

permanente, nós temos que estabelecer uma regra de transição para que elas possam ser recuperadas. E estabelecer uma regra de transição para recuperar APP, sobretudo na pequena e média propriedade, sem criar os meios para que isso possa ocorrer, é jogar o problema para, daqui a trinta ou quarenta anos, novamente o Congresso voltar para fazer uma nova “anistia” – entre aspas –, porque o passivo não vai ser resolvido e vai continuar sendo acumulado.

Então, eu queria, para não tomar demasiadamente o tempo dos meus colegas que ainda terão que falar, introduzir essas colocações. Prefiro fazer um debate conceitual, para deixar claro que nós podemos fazer. E acho que é o desafio do Senado. Aqui nós temos Senadores e Senadores eleitos pela soberania do voto popular, eleitos em eleições majoritárias. Aqui, além da representação popular, está representada a Federação e a República e é aqui que eu acho que nós podemos contribuir para dar ao Brasil um estatuto jurídico de proteção das suas florestas que realmente seja sintonizado com o futuro. Nós temos que legislar para o futuro. Está certo que há problemas que precisam ser corrigidos. Nós precisamos encontrar uma maneira de fechar o contencioso que se estabeleceu no uso da terra no Brasil, principalmente depois da Lei de Crimes Ambientais, mas lembrando – e faço isso com maior convicção – que a solução desses problemas está muito mais em mudanças no âmbito da política agrícola do que em atenuar as exigências de natureza ambiental.

A política agrícola brasileira, hoje, resume-se em uma política de crédito rural. Essa é a política agrícola que o Brasil tem *stricto sensu*, e uma política de crédito rural que ainda hoje financia o produto, financia o cultivo. Se um proprietário vai fazer nove cultivos na sua propriedade, ele vai fazer nove projetos. Essa é a nossa realidade. Ainda hoje, em pleno século XXI, com todas as transformações nos sistemas de produção a que nós assistimos no mundo, nós não tratamos a propriedade rural no Brasil como deveríamos fazer, que é tratá-la como uma unidade de produção sustentável, ao invés de ficar tratando de cultivo de milho, de arroz, de eucalipto, de café, desconsiderando a propriedade como uma unidade de produção sustentável, inserida na bacia hidrográfica e no bioma na qual ela está. Aí, certamente, nós vamos encontrar os caminhos para dar ao Brasil um estatuto jurídico de proteção das suas florestas, eliminar o contencioso e acabar com esse falso dilema de agricultura e meio ambiente, que está posto à decisão do Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro José Carlos Carvalho.

Não posso deixar de observar que concordo em gênero, número e grau com suas colocações.

Quero registrar que, automaticamente, aos dezenove minutos, toca a campainha, apenas para alertar para alerta que falta um minuto.

Passo, agora, a palavra ao Ministro Carlos Minc.

O SR. CARLOS MINC – Bom-dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Senador Rollemberg, Presidente da Comissão do Meio Ambiente; o Senador Eduardo Braga, da Comissão de Ciência e Tecnologia; também o Senador Cyro Miranda, aqui presente; o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Agricultura; meus colegas, ex-Ministros Sarney Filho, José Carlos Carvalho, Marina Silva; todos os Senadores e Senadoras presentes, a população presente e a imprensa, que está acompanhando este debate importante.

Naturalmente, todo o País está de olho no que acontece no Senado. É uma oportunidade ímpar. E eu queria cumprimentar o fato de as três Comissões terem decidido tratar disso em conjunto. Acho que isso é um avanço, mostrando que a Agricultura, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente podem realmente amadurecer esse posicionamento.

Quero chamar a atenção de alguns pontos importantes.

O Ministro Sarney Filho pegou vários tópicos e números e deu sugestões, como também o Ministro José Carlos Carvalho falou da parte importante, conceitual, filosófica, acentuando que do jeito que está isso não é uma Lei de Florestas, embora guarde o nome, mas pouco mais que o nome. Eu vejo da seguinte forma. O Brasil é um país que pode expandir a agricultura e pode expandir a sua proteção ambiental. Talvez seja um dos poucos países do mundo que tenha essa possibilidade.

Sou Secretário Estadual do Ambiente no Rio de Janeiro e digo, Senadores, que o Rio de Janeiro talvez seja o Estado que mais está crescendo em economia, em investimento, em empregos, e é o Estado que menos desmata a Mata Atlântica. Nós conseguimos, em dois anos, dobrar as unidades de conservação municipais, graças a uma série de estímulos. Por exemplo, o ICMS Verde, que dá mais recursos para o prefeito que cria unidades de conservação, acaba com os lixões e protege recursos hídricos. Então, eu acho que isso é perfeitamente fazer no Rio, em outros Estados, no Brasil.

Vou chamar atenção para alguns pontos específicos do projeto, como ele veio da Câmara que atentam

contra essa harmonia entre a produção agrícola necessária, a produção de alimentos, a legalização das propriedades, sempre que possível e desejável é, e o aumento da proteção dos nossos biomas dos nossos rios, das nossas florestas. Quero dizer que nós do Rio de Janeiro que, no ano que vem, vamos receber a Rio+20, talvez o maior encontro das Nações Unidas. Todos os países do mundo, por causa da questão climática, estão ampliando a proteção das suas florestas dos seus biomas, dos seus ecossistemas. Então o Brasil, anfitrião da Rio+20, ficaria numa situação muito defensiva se diminuir essa proteção. Acho que isso é um fato relevante, porque o Brasil obteve um protagonismo na questão de biodiversidade, na questão climática, assim como na proteção de alimentos.

Vamos passar alguns pontos concretos e depois algumas propostas objetivas, como cabem numa audiência dessa natureza.

Primeiro, a questão já mencionada pelo Sarney filho sobre o art. 8º quando fala da regularização de desmatamentos, inclusive de atividades agrosilvopastoril. Essa expressão ela realmente é completa. Então a preservação ela vai ser a exceção. Essa é a verdade. Essa expressão, mantida as outras, do turismo, das atividades ligadas às frutíferas, lenhosas, etc, poderia ser substituída pela agroflorestal agroflorestalsustentável. Ninguém, em sã consciência, vai querer propor, embora isso seja dito, arrancar as macieiras das encostas de Santa Catarina, os cafezais do Espírito Santo, ou os vinhedos, porque várias dessas explorações seguram a erosão com as suas raízes. Ao contrário da pecuária que é uma das principais responsáveis pela erosão, pela movimentação de terra. Então, aqui, no caso, a proposta seria realmente substituir este “agrossilvopastoril” pelo agroflorestal sustentável.

Outra questão importante é onde se misturam também, no meu modo de ver, no art. 8º, as ocupações tradicionais consolidadas, José Carlos Carvalho, às legais e às ilegais. É completamente diferente alguém ter ocupado uma faixa de rio de dez metros, quando a faixa de proteção legal à época era cinco, portanto estava dentro da lei, do que ter ocupado dez metros anos depois, quando a faixa de proteção era trinta. Então, ao colocar de forma parelha a ocupação consolidada legal e ilegal, se faz, Senador Lindbergh – e V. Exª tem se preocupado e escrito sobre o assunto –, uma injustiça com aqueles que seguiram a lei da época. Essa distinção pode e deve ser feita.

Uma outra questão que me chama atenção, neste caso no art. 3º, é a expressão “supressão de vegetação ou consolidação de áreas que foram derrubadas também a título de pousio”. Bom, uma coisa, José Carlos Carvalho, como você falou, é alguém que há 50 anos

fez sua agricultura e alguém chegar e dizer que ele é um criminoso, passar o rodo e tirar tudo dali. Quero dizer que eu também sou contra isso. Uma área de pousio é uma área que pode estar em regeneração. Uma área de topo de morro que está em regeneração você considerar de ocupação consolidada para fins de não promover a recuperação, ampliar ou manter é um erro muito sério, porque você não pode equiparar uma produção de alimentos, que, no limite, deve ser legalizada com os cuidados agronômicos, florestais, de solo, com aquela de pousio. Então, proponho também, neste art. 3º suprimir “pousio” das outras mencionadas, que são razoáveis para efeito de consolidação.

Também me parece, e o Sarney Filho já falou, que restrição às proteções dos manguezais e também apicuns e marismas seja realmente muito grave. Essas são as vegetações mais importantes para as cadeias alimentares, para os ecossistemas, e isso me parece muito, muito sério e indesejável.

Chamo atenção para o art. 8º, que retira a participação do Conama em definições sublegais, ou seja, abaixo daquilo que a lei dispõe. Muitas vezes é dito que o Conama compete com o Parlamento, que são naturalmente os Senadores e Deputados eleitos pelo povo para legislar. Disso não há dúvida. Agora, uma série de definições sublegais que cabe... Isso é algo que existe há muitos anos e não vejo qual o ganho de se extinguir essa instância democrática, Senador Rollemberg.

Dou um exemplo nosso no Conema, no Rio de Janeiro, que é exatamente o estadual equivalente ao Conama. Recentemente, aprovamos normas sobre uso de piscicultura em faixa marginal, conseguindo legalizar e possibilitar a recuperação da piscicultura na região serrana e várias coisas que incrementam baseadas nas leis votadas e existentes. Por exemplo, normatização sobre padrão de emissões. Há a lei e depois você pode ir ajustando e regulando. Então fico muito preocupado com a supressão do Conama. Acho que é um retrocesso em matéria de arcabouço legal na nossa legislação.

A questão da anistia. A preocupação no caso, aqui, é traçar uma base temporal e condições para que haja realmente a recomposição. Porque simplesmente considerar que quem se inscreve, a qualquer momento, poderá recuperar, em 20 anos, inclusive com 50% de exóticas, isso cria o seguinte problema... Eu quero dizer que sou favorável a entendimentos, sou favorável até que a recuperação tenha parte de exótica, mas a questão do corte temporal, Senadores, é muito importante. Senão, o que acontece? Se você permite a reserva legal em outro Estado, onde as terras são mais baratas, permite, sem um corte temporal, que, a

qualquer momento, o proprietário utilize e compense essa reserva legal em outra área, e ainda permite que esse prazo seja ampliado pelo próprio governo estadual. O que vai acontecer? Qual vai ser a consequência prática disso? Muitos vão usar a reserva legal ilegalmente; agora, porque não é um corte temporal, claro, em relação a isso, vão recompor ou propor recompor em outro Estado onde o valor da terra é muito mais baixo, podendo inclusive usar o mecanismo – que eu não acho errado, ao contrário – de explorar as exóticas. Vai ser um negócio explorar reserva legal compensando numa área onde a terra valha menos. Então, no caso, a proposta é definir claramente um corte temporal que poderia ser 99, por exemplo, quando esse projeto de lei começou a ser discutido e quando foi regulamentada a lei nacional de crimes ambientais. Aí sim, se faz um corte e diz: “Olha, não é algo que valha para agora, mas daqui para frente”, senão você vai estimulará novos desmatamentos.

Eu queria também chamar a atenção para o mecanismo do ZEE. Quero dizer que estou de acordo, quando fui ministro de Estado, aprovamos para vários Estados do norte ZEEs, legalizando áreas consolidadas. Mas o importante também é marcar consolidadas a partir de que data? Vale a mesma expressão. Porque senão alguém pode desmatar hoje imaginando que o ZEE estadual vai incorporar como consolidada e você vai passar dos 80%, dos 50%. Se você não faz um corte temporal – um mecanismo que eu acho justo e pratiquei como ministro –, vai acabar virando também um incentivo. Ou seja, vai desmatar além da proteção de 80% na expectativa de que o ZEE estadual considere como área consolidada. Então, no caso, a proposta é estabelecer, mais uma vez, um horizonte temporal claro para o passado e que não estimule novos desmatamentos nessa expectativa.

Eu queria também chamar a atenção para o art. 27. O art. 27 é aquele que cria autorização municipal na questão do desmatamento, desde que haja, por exemplo, uma área ambiental. Então, o que acontece? Eu acho muito bem, e a Constituição é clara quando diz que a União cria a regra geral e os Estados e Municípios, de forma complementar, concorrente, estabelecem normas específicas. Mas a lei geral não pode ser vaga senão nós vamos ter 27 códigos florestais. A lei tem que ir ao detalhe e, aí sim, deixar para cada Estado e Município, a exemplo da Lei da Mata Atlântica, estabelecer outros tipos de norma, mais incentivos, condições de estágios de regeneração diferente, possibilidade do uso sustentável do manejo, até porque a reserva legal não é uma unidade de conservação; é uma área para dar sustentabilidade à produção agrícola. Então, nesse caso, por exemplo, se

você diz que um Município pode conceder autorização de desmatamento de vegetação nativa numa área de preservação municipal, o que pode acontecer, Senador Rollemberg? Um prefeito, numa área de pressão no interior da Amazônia, cria uma APA municipal que seja praticamente do tamanho do município, e, sobre essa APA municipal, como é uma APA municipal, ele pode dar autorização de supressão de vegetação. Então, isso me parece uma coisa muito arriscada. Eu sou favorável a que os estados e os municípios tenham esse papel. Atualmente sou secretário estadual do Rio de Janeiro e exerço esse papel: criamos unidades de conservação, criamos normas no Conema, mas a forma como está vai ser um incentivo à pressão e ao desmatamento, com certeza.

Queria avançar para propostas de princípios gerais que esse código pode ter.

Primeira questão: a diferenciação da agricultura familiar. Sou completamente favorável à diferenciação da agricultura familiar. Quando ministro, fizemos acordos, assinamos acordos com a agricultura familiar, inclusive computando a reserva legal nas APPs, para a agricultura familiar. Quando você põe quatro módulos sem a expressão agricultura familiar, Ministra Marina Silva, o problema é que a agricultura familiar não é só uma quantidade de terra: é mão de obra familiar, é o objetivo, há vários aspectos definidos numa lei nacional da agricultura familiar. Então, isso pode gerar o fracionamento de grandes propriedades em pequenas áreas de quatro módulos, e todas elas vão poder somar a APP com a reserva legal. Então, no caso, a proposta seria realmente para este fim, e não para outros – porque acho que aí os quatro módulos podem entrar –, mas, para este fim da soma, acho que o critério da agricultura familiar é correto, é importante, até limitar uma propriedade, porque, daqui a pouco, a pessoa tem várias propriedades de quatro módulos.

Outra coisa: mesmo para a agricultura familiar – Ministro Sarney Filho, V. Ex^a que é um defensor, participou dos nossos entendimentos também, e sei que há vários Senadores aqui que têm base e defendem a agricultura familiar, que é uma coisa fundamental –, esse cômputo deveria também levar em conta a possibilidade de recuperação das APPs, porque, se para essas APPs, margem de rio, tão completamente desmatadas e sem processos de recuperação, você disser que não precisa de ter a reserva legal porque tem APP, mas aí a APP também está desmatada, e aí não vai ocorrer nenhuma coisa, nem outra. Então, eu acho que, sim, a reserva legal, nesses casos, pode e deve somar com a APP, é justo, mas também é preciso dizer que essa APP tem de ser recuperada, tem que

estar em vias de recuperação e tem de ter processos específicos para isso.

Vou pular vários pontos, porque o tempo está acabando aqui, e vou também no ponto do José Carlos Carvalho, na questão princípios, objetivos e diretriz. Essa lei não pode ser uma lei de regularização e de correr atrás de passivos existentes na regularização. Se você for ler os artigos como vieram da Câmara, 90% deles tratam de como fazer para regularizar alguma situação. É importante regularizar? É fundamental, se não teremos uma agricultura na ilegalidade, e ninguém quer isso. Agora, você não pode ter uma lei florestal no País que é vanguarda da biodiversidade, mas cujo eixo seja a regularização desse passivo. Tem que haver uma série de políticas de incentivo.

Que políticas são essas?

Quando eu ainda estava no Ministério, preparamos – e o Presidente Lula assinou em dezembro de 2009 – o decreto Mais Ambiente, que tinha uma série de mecanismos para ajudar os agricultores, sobretudo os familiares, mas os agricultores em geral, com apoio creditício, apoio financeiro, apoio tecnológico. Que, no caso da agricultura familiar, seja o próprio Estado que banque a averbação e o georreferenciamento das APPs e das reservas legais. Muitas vezes, o pequeno quer se regularizar, mas não tem como. Então, tem que haver esse princípio: estimular a legalidade, estimular a recomposição, dar crédito, dar incentivo.

E, por fim, creio que nós temos que incentivar o manejo florestal sustentável. Mesmo o uso, no caso, da reserva legal, eu sou favorável que ela não seja intocada, porque ela não é unidade de conservação, mas que não seja qualquer uso, que mesmo na parte florestal seja vedado, por exemplo, o corte raso, seja condicionado a um plano de manejo aprovado. Porque uma coisa é usar ou não usar. A outra coisa é usar de qualquer maneira. Aí, você acaba com o instituto da reserva legal como instrumento de sustentabilidade da produção agrícola, das explorações agrícolas.

Então, nesse caso, a sugestão concreta, Senador Rollemberg, era condicionar esse uso vedando o corte raso a planos de manejo e na forma da lei.

Eu queria concluir, dizendo o seguinte: o País inteiro está olhando com muita atenção o Senado e com muita esperança. A própria junção das três Comissões, Senadores, nos enche de esperança. Nós não queremos que triunfe aqui uma tese ambientalista, embora nós, ex-Ministros do Meio Ambiente, lidemos mais com esse lado. Nós, no Rio de Janeiro, temos licenciado projetos importantíssimos, queremos viabilizar a produção agrícola, faz parte do combate à fome a inclusão, ampliar a produção de alimentos. A agricultura tem sido o sustentáculo da balança comercial. Temos

que bater palmas para agricultura. Aliás, esse avanço tem sido mais por tecnologia do que por incorporação de novas áreas, é bom que se diga isso. Os próprios líderes agropecuários no Brasil dizem que se pode dobrar a produção sem derrubar uma árvore. Mas o problema é que há uma diferença, há uma distância entre a intenção e o gesto. O discurso é que se pode ampliar a produção sem desmatar, mas o problema é que a lei como está abre “n” caminhos para desmatar legalmente, e não somente no passado, desmatar agora; e não somente na encosta, no topo de morro, e até na reserva legal.

Então, eu acho que tampar essas brechas, criar condições diferenciadas para a agricultura familiar e apontar na política florestal, no fomento, no crédito.

No Rio de Janeiro aprovamos o decreto de pagamento por serviços ambientais. Estamos replantando, Marina Silva, amiga, margens de rio, do rio Guandu, do rio Claro, do rio São João, com os agricultores pagos para recompor as matas ciliares. Já falei do ICMS que dobrou a área de proteção. Nós somos o Estado que menos desmata a Mata Atlântica. Então, a gente tem que ter mais incentivo e menos concessão para desmatamento, já que todos os importantes líderes dizem que é possível ampliar a produção de alimentos sem desmatar. Mas não é isso que está escrito na lei que veio. A lei é uma lei de regularização de passivo e fala “n” possibilidades de como pode desmatar e muito pouco de como incentivar a produção sustentável, o reflorestamento, a produção de alimentos e a recomposição das áreas que têm que ser recompostas.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós que agradecemos, Ministro Carlos Minc.

Eu gostaria de solicitar que V. Ex^a deixasse as contribuições que trouxe para a secretaria das Comissões, para que os Senadores possam se debruçar, de forma mais detalhada, nas suas sugestões.

Passo agora, com muita alegria, a palavra à Senadora, Ministra, Marina Silva.

A SR^a MARINA SILVA – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus a oportunidade de estarmos aqui. Quero cumprimentar todos os Srs. Senadores aqui presentes, na pessoa do nosso Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; cumprimentar também o Senador Cyro Miranda, o Senador por Rondônia, Acir Gurgacz; meus colegas ex-Ministros, José Carlos Carvalho, Zequinha Sarney, José Carlos Minc; cumprimento os Srs. Relatores, Senador Luiz Henrique, meu querido amigo Jorge Viana, do Estado do Acre. Cumprimento também os Srs. Deputados que acompanham esta reunião, enfim, todas

as organizações da sociedade civil aqui presentes, colegas da imprensa.

Primeiro, quero dizer da minha satisfação de poder saber que temos a oportunidade de debater um tema dessa relevância. Acho que o debate na Câmara dos Deputados ficou prejudicado. Em que pese a grande quantidade de audiências públicas realizadas, houve um recorde em que um setor teve maior proeminência em prejuízo de outros. Nós estamos diante de um desafio de tal magnitude que a lei que sairá no Ano Internacional das Florestas para proteger e promover o uso sustentável das florestas não pode ser a lei de uma parte. Tem que ser a lei de toda a sociedade brasileira. Esse é o desafio que temos. E o Senado como Casa revisora, o Senado que não tem a dificuldade de 513 Srs. Deputados, posto que são 81 Srs. Senadores, talvez seja facilitado o entendimento, o diálogo com os diferentes setores. Ontem, eu tive a oportunidade de estar no Conselho de Meio Ambiente da FIESP, onde fizemos o debate, sei que o relator, Senador Aldo já esteve no Conselho, já esteve nessa Casa. Sorte que nós temos que promover aqui não é o embate de posição de ambientalistas ou de ruralistas, mas o debate. O bom seria que fosse um diálogo. Por que? Porque no debate alguém sai perdendo, alguém sai ganhando. No embate, todos perdemos. No diálogo, há possibilidade de convencimento progressivo. De sorte que eu parabenizo o Presidente desta Comissão e demais Comissões, aos Srs. relatores, por nos proporcionar a oportunidade da escuta. Já não somos mais Ministro de Meio Ambiente, sobre nós, muitas vezes, tem o peso de que somos contra o desenvolvimento. Aqui, de Minc a Zequinha, de Marina a Zé Carlos, teríamos aqui também o Professor Goldemberg que foi Ministro também mas, infelizmente, não pôde vir, Professor Ricupero que também não pôde vir, Coutinho Jorge, que também não pôde vir por questões de circunstâncias, e também o Ministro Henrique Brandão, além do nosso querido e mestre Professor Paulo Nogueira. De sorte que são 10 ex-Ministros de Estado que estão nesse fórum, tiveram a oportunidade de conversar com a Presidente Dilma, com o Chefe da Casa Civil, à época, Ministro Palocci, com líderes dos partidos que se dispuseram a nos receber. Estamos aqui para dizer, em que pese as vezes esses rótulos, precisamos desconstruir os rótulos, porque eles não nos ajudam no mérito de um desafio com essa magnitude. Primeiro, os rótulos fazem a desqualificação do interlocutor. Se alguém defende uma legislação porque, a priori está vendido para ONGs estrangeiras. Se alguém defende uma legislação que não foi feita pelo constituinte originário, nem pelo constituinte derivado porque é fruto de interesses alienígenas de outros países contrários

à nossa agricultura, esse alguém não merece respeito de pessoa alguma.

Por isso é mais fácil rotular do que ir ao mérito. Se alguém é a priori defensor da destruição da floresta de forma irresponsável que não tem nenhum compromisso com a proteção ambiental, que não se importa com os serviços ambientais, que não liga para a perda da biodiversidade, que não se importa com os compromissos assumidos em Copenhague de redução de emissão de CO₂ em 36,1% e 70% dessa redução vem do uso da terra, sobretudo, do desmatamento. Se alguém é assim, quem vai querer discutir com essa pessoa? Então, rotular de um lado não ajuda; rotular do outro, muito menos. O bom é que possamos discutir no mérito.

Eu acho que eu e os colegas que me antecederam fizemos, sem combinar, quase que um jogral. O Zequinha pontuou cada uma das questões, o Zé Carlos fez uma discussão do ponto de vista dos fundamentos, porque é engenheiro florestal, nosso Relator Jorge Viana também o é, o Minc pontuou alguns encaminhamentos, dizendo que não estamos tratando o Código como algo hermeticamente fechado, que não precisa de aperfeiçoamentos, e já apresentou inclusive algumas propostas que desmistificam o debate e essas rotulações, quando ele disse: “Topo de morro, declividade com espécies lenhosas ou de ciclo longo podem ser aceitas, porque nós não vamos agora destruir os cafezais, as parreiras, as macieiras seculares que temos no Brasil”.

Essa é uma proposta que, na época em que eu era Ministra do Meio Ambiente, nós já havíamos apresentado na Câmara dos Deputados, e o Deputado Zequinha é testemunha. Mas quando colocamos essa proposta, veio toda a conta: então também pinhos e eucaliptos e também é possível pecuária, é possível agricultura. E aí não dá para fazer, porque nós não podemos viver uma cultura sem senões. O problema nosso é que queremos um mundo sem senões. Quando você diz: pode, desde que sejam as culturas lenhosas e de ciclo longo porque elas inclusive ajudam a fixar o solo, aí as pessoas dizem que, se não pode eucalipto, se não pode pecuária, se não pode agricultura, você está querendo destruir o que já está consolidado nessas regiões. É uma visão infantil do debate que precisa ser feito e que não nos faz avançar.

Feita essa questão de natureza geral, eu fiquei aqui nesta Casa durante 16 anos. Sei que cada um dos senhores aqui é uma instituição, portanto, precisamos conversar com cada uma dessas instituições, que é o senador, com o poder que tem de representar o seu Estado, mas também com o poder que tem de falar pelo Brasil. Neste momento, os olhos do Brasil estão no Senado brasileiro. Oitenta por cento dos Srs.

Deputados votaram nesse relatório, com todas as dificuldades que foram colocadas aqui pelos colegas ex-Ministros. Oitenta por cento da sociedade brasileira, segundo a pesquisa Datafolha, é contra a aprovação deste relatório nos termos em que ele foi aprovado na Câmara dos Deputados. O Senado tem a possibilidade de fazer um realinhamento entre representante e representado. Neste momento, há um descompasso entre a vontade da sociedade e aquilo que os nossos legisladores estão dizendo.

Eu sempre dizia, quando eu era Senadora, que somos eleitos para representar as pessoas. Não é para substituir as pessoas. De sorte que, neste momento, é bom nos colocarmos na perspectiva de representados que queremos que os nossos representantes não nos substituam e busquemos, pelo menos, mediar os diferentes interesses, para que tenhamos um texto à altura das florestas brasileiras, da agricultura brasileira e à altura do compromisso assumido pela Presidente Dilma Rousseff no segundo turno, que, por escrito, diferente, sem nenhum demérito, do Governador José Serra, que, através do seu líder, respondeu para o Partido Verde e para a minha pessoa que estariam comprometidos com a agenda que apresentamos, no que concerne ao Código Florestal, a Presidente Dilma disse que vetaria qualquer proposta que signifique aumento do desmatamento e anistia para desmatadores.

Eu sei que há a compreensão de alguns que basta tirar a emenda 164 e o problema estará resolvido. Eu digo para os senhores, com tranquilidade da alma, que não está; não está. Suponhamos que tenhamos aqui este copo com água e veneno; suponhamos que tenhamos esta xícara com água e veneno, a Emenda 164 está diluída em todo o texto, com muito ou um pouco mais de água, em todo o texto. A emenda foi sintetizada num pequeno frasco e pode ser removida. Mas, ao ser removida, não significa que a diluição dela não está no texto.

Os pontos que o Ministro Sarney levantou, o Minc, o Zé Carlos são a maior prova disso. Quando você diz que as propriedades embargadas por desmatamento ilegal, a partir de agora, poderão ser embargadas, você está tirando do texto que deverão ser embargadas, e isso faz toda diferença. Isso vai atrapalhar, e muito, o plano de combate ao desmatamento.

Quando se estabelece a ideia de que os 27 Estados poderão legislar sobre o Código Florestal, nós estamos trazendo para o espaço das florestas e da agricultura a guerra fiscal, o exemplo da guerra fiscal. O que via permanecer é o seguinte: eu vou para o Estado de Minas se o Zé Carlos flexibilizar tudo. Ou eu vou para o Estado do Amazonas se lá não houver

proteção de florestas; valerá mais quem flexibilizar mais. Isso aumenta o desmatamento.

Quando se coloca a questão de que, ao fazer o pedido para a regularização fundiária no cadastro, são suspensas todas e quaisquer penalidades e que os governadores poderão, indefinidamente, por decreto, continuar revogando o prazo para que as punições não sejam feitas, está se estimulando o desmatamento.

Eu não vou repetir tudo o que está neste texto. Agora, eu acho que há uma coisa muito boa que o Senado sinalizou, muito boa mesmo. E confesso aos senhores que eu cheguei a temer. Eu cheguei a temer que seria aprovado tudo do jeito que veio, para não ter que voltar para a Câmara dos Deputados. Mas eu já ouço de muitos dos Srs. Senadores que a Emenda 164 não pode ser aprovada. Se ela não pode ser aprovada significa que o texto vai voltar de qualquer jeito. E se vai voltar de qualquer jeito, então nós temos a oportunidade de fazer um bom texto, de fazer um bom texto. E os Srs. Relatores não vão ficar com a pecha de que estão protelando, porque a Câmara teve dois anos para fazer o debate. O Senado não pode fazê-lo em apenas dois, três ou quatro meses. O Senado é a Casa revisora, e a sociedade tem muitas expectativas, sobretudo, em relação ao que sairá daqui.

Eu não preciso repetir aqui a importância das florestas porque eu sei que os senhores sabem. A proteção da biodiversidade, serviços ambientais, o equilíbrio do regime de chuva, a geração de energia elétrica. Nós somos um País que depende da energia de hidroeletricidade. A destruição das florestas pode ser o fim da nossa matriz energética. O que nós vamos fazer com um país que tem 45% da sua matriz energética limpa, com a maior parte de hidroeletricidade? Se nós colapsarmos os nossos rios, esse é um prejuízo, é uma conta que ninguém está fazendo. Ainda mais, a produção agrícola brasileira tem um estudo feito pela Esal, coordenado pelo ex-Ministro Roberto Rodrigues, chamado “Geografia recente da agricultura brasileira”. Ele diz que, se as mudanças climáticas continuarem no ritmo que estão, o Brasil prejudicará nove de suas grandes culturas, com exceção de duas, a mandioca e a cana-de-açúcar, sendo que, nos próximos vinte anos, a continuar essa tendência, teriam que ser plantada no Rio Grande do Sul. Olhem o tamanho do problema que estamos enfrentando. Não sou eu quem estou falando. Eu estou tomando emprestado de alguém que conhece da agricultura e que fez isso com o suporte de cientistas.

O Brasil pode dar uma grande contribuição para diminuir as emissões de gases de efeito estufa, como está fazendo, mais de 2 bilhões de toneladas de CO₂, com uma redução, nos últimos anos, de 2005 até

2010, de 80% do desmatamento. Isso é em benefício do sistema climático como um todo, sem dúvida, mas principalmente em nosso benefício.

A meta de redução assumida pelo Brasil em Copenhague depende da diminuição do desmatamento, e nós dependemos de manter o clima equilibrado para que nós não venhamos a pagar um preço altíssimo para a nossa agricultura.

Bem, agora eu queria só entrar numa questão. As motivações para alterar o Código Florestal existem. Os interesses que perpassam essas motivações sabemos que existem. E eu sempre digo: não é errado ter interesses. As pessoas têm interesses diferentes. O erro é alguém querer impor seu interesse de forma ilegítima, em prejuízo dos interesses dos demais. Na democracia, a gente faz a mediação dos interesses. Quanto às motivações, podemos estar alinhados com aquilo que eu chamo de alinhamento com o desafio deste início de século, ou estarmos na contramão desse desafio.

Acho que, nos princípios, eu ainda não vi ninguém dizer que é a favor do desmatamento. Eu leio os artigos, ouço as entrevistas, as declarações. Todos até falam em desmatamento zero. O que a gente precisa é estabelecer uma espécie de marco zero, a partir do qual não haverá mais ilegalidade. O que a gente precisa é tornar a lei efetiva para que possamos dar segurança, e que a lei possa ser cumprida.

Obviamente que todos estamos de acordo em relação a isso. O problema é quando vamos traduzir isso do ponto de vista prático. Dizer que topo de morro e APP pode ter pecuária e agricultura não contribui com o princípio que todos estamos defendendo. Dizer que as 27 unidades da Federação, inclusive os 5 mil municípios, também poderão legislar não contribui com esse princípio. E eu poderia citar aqui tantos que já foram citados.

Então, a motivação, no meu entendimento, deve estar alinhada a um círculo virtuoso da competição pelo caminho de cima, e não o círculo vicioso da competição pelo caminho de baixo.

O que é a competição pelo caminho de cima, queridos Srs. Senadores?

Começarei pela competição pelo caminho de baixo. É, em primeiro lugar, acabar com todos os esforços até aqui conquistados para ajustar as nossas condutas às necessidades do séc. XXI. Sabemos que os recursos naturais são finitos, sabemos que nós precisamos transitar para uma economia de baixo carbono, e sabemos que podemos transformar as nossas vantagens comparativas em vantagens competitivas. A competição pelo caminho de baixo não considera esses aspectos.

A competição pelo caminho de baixo anistia aqueles que descumpriram a lei, em prejuízo dos que a cumpriram. A competição pelo caminho de baixo não quer respeitar as conquistas da Constituição de 1988, nem quer respeitar a legislação infraconstitucional daí derivada, e ainda a competição pelo caminho de baixo usa a pecuária extensiva ou as práticas de expansão predatória e não agrega valor aos produtos. Só um dado, Srs. Senadores: uma cabeça de gado por hectare; para gera um emprego, 400 hectares. A Embrapa já dispõe de tecnologia que pode nos fazer dobrar a produção e gerar um emprego a cada 80 hectares. Para que nós queremos uma lei que permita a competição pelo caminho de baixo e deixar nossa agricultura em maus lençóis, inclusive do ponto de vista competitivo?

Agora vamos para a competição pelo caminho de cima. Mas, aí, é aquela coisa que eu falo: isso não é obra de uma pessoa, não é obra de um governo, não é obra de um setor; é obra de um povo, é obra de um povo, e, nesse momento, acho que a gente pode diluir as nossas diferenças no sentido de fazê-las mais tênues para avançar. Mas aí não é só no discurso, é do ponto de vista da prática, criando os instrumentos econômicos para que isso aconteça. E na competição pelo caminho de cima a gente integra os avanços da Constituição de 88, a gente consegue desenvolver instrumentos para viabilizar a coexistência entre o aumento da conservação e o aumento da produção, como disse o Ministro Carlos Minc, a fim de que com isso possamos proteger mais florestas e preservar os benefícios dos serviços ambientais prestados por ela.

Estimular a governança pública e a evolução competitiva do setor agrícola. Hoje, nós temos regiões do Brasil altamente competitivas, pecuária altamente tecnologicada, com altíssima produtividade. Temos é que reivindicar do Governo os incentivos, as políticas públicas, para que essa seja a regra e não a exceção. Não temos que ficar reivindicando o direito de produzir uma cabeça de gado por hectare, e se nós fizermos o dever de casa, ainda liberaremos cerca de 17 milhões de hectares para o desenvolvimento das mais variadas culturas. Essa é a grande questão que o Senado brasileiro está diante dela.

Eu disse que era muito importante a gente não ficar na rotulação, nas mitificações, e é por isso que é fundamental que a gente não preste o desserviço de dizer que o esforço do constituinte originário, que o esforço do constituinte derivado, dos nossos juristas, dos nossos advogados, da sociedade civil brasileira organizada a duras penas é fruto de interesse alienígena externo ao nosso País.

O Brasil é o país do século XXI. O Brasil está para o século XXI assim como os Estados Unidos esteve-

ram para o século passado. Sendo um país jovem, foi capaz de, *pari passu* com países de cultura milenar e para os padrões de desenvolvimento do século XX, se tornar mais desenvolvido do que ele. No século XXI, o Brasil é o país que reúne as melhores condições para fazer isso. Tem 45% de matriz energética limpa, 22% das espécies vivas do Planeta, 11% da água doce do mundo. O Brasil é o país que pode quebrar o paradigma do modelo de desenvolvimento em bases predatórias e poderia começar muito bem por aquilo que ele é forte. É forte em florestas: 60% do seu território têm florestas; é forte em agricultura: mais de 30% da nossa balança comercial. Agora, só é possível esse vigor todo porque temos florestas.

O Projeto Rios Voadores dá conta de que a Amazônia, só a Amazônia produz 20 bilhões de toneladas de água por dia. Destrua a Amazônia e o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste se transformarão em um deserto.

Alguém já fez o cálculo do que significa bombear 20 bilhões de toneladas de água por dia? Quantas Itaipu seriam necessárias para fazer esse bombeamento, para ter chuva no Sul, Sudeste e Centro-Oeste? Ninguém nunca fez, porque isso são serviços ambientais prestados pela floresta amazônica, e esses serviços se nós não os preservarmos, estaremos matando a nossa galinha dos ovos de ouro.

Nós temos que fazer, sim, a diferenciação – como já disseram – os pequenos agricultores, fazer a diferenciação de quem era legal pela lei antes de aumentar a reserva legal de 50% para 80%, mas não podemos, em hipótese alguma, ser complacente com qualquer tipo de erro. E ainda podemos criar incentivos econômicos para corrigir os erros. Para isso temos que ter visão estratégica e não nos conformarmos com nenhuma vitória de Pirro. Tirar só a Emenda 164 é uma vitória de Pirro, porque ela está toda diluída dentro desse texto. Isso não é para desqualificar a Câmara dos Deputados, é para aperfeiçoar, é para dar sustentabilidade política para que possam ser feitas as mudanças.

Por último, Srs. Senadores, estou esperançosa de que esta Casa faça o debate à altura do Brasil, à altura das florestas, à altura do povo que tem, porque o capital mais importante para essa mudança nós já temos, 80% da população do lado dos senhores dizendo: Façam uma lei que proteja as florestas, que promova o uso sustentável e que faça com que a agricultura brasileira seja vigorosa, mas não se deixem ir pela competição do caminho de baixo. A competição pelo caminho de baixo não leva o Brasil a lugar nenhum.

Eu dizia, durante as eleições, que a gente precisa de ter pensamentos estratégicos para o nosso País. E é em nome desse pensamento estratégico que, eu tenho certeza, os senhores haverão de encontrar um

caminho ou pelo menos uma nova maneira de caminhar. Eu sei que não será fácil para os senhores relatores que eu tenho aqui diante de mim. Eu sei que não será fácil para os Srs. Senadores, mas nós que estamos aqui tivemos que abrir mão de muitas coisas, de computar reserva legal e APP, de dizer que a recomposição não será feita só na sub-bacia e na mesma micro-bacia. Nós tivemos que abrir mão. O movimento ambientalista também está pagando um preço por isso. Está pagando um preço. É preciso que as pessoas percebam que a transigência é em nome do avanço. Agora, o que não podemos é aceitar que se transige desse lado, para que tenhamos algo que seja razoável, e o outro lado não abre mão um milímetro; pelo contrário, só aprofunda os retrocessos. E eu não tenho medo de dizer: a prevalecer esse texto, o desmatamento vai sair de controle, vamos chegar à Rio+20 de cabeça baixa.

Eu fui agora para a Alemanha, um debate difícil, ferrenho, mas eu podia dizer o seguinte: diminuímos a pobreza em quase 40%, aumentamos a compra de equipamentos agrícolas em 28%, mais de 30% cresceu a produção agrícola em toneladas e o desmatamento caiu quase 80%. Não tem discurso protecionista que resista a esse argumento. Somos capazes de aumentar a nossa produção, somos capazes de reduzir pobreza e somos capazes de reduzir desmatamento. Isso é a competição pelo caminho de cima. Isso não nos deixa constrangidos diante daqueles que querem um pretexto só para taxar a nossa agricultura, para taxar os nossos produtos. Então, Srs. Senadores, me desculpem a veemência, mas eu acho que o lado de cá tem transigido, e transigido muito. Poderemos até deixar os pontos, inclusive com divergências – algumas entre nós. E é preciso um gesto, um gesto, em nome do Código Florestal. As florestas brasileiras precisam disso.

E quis Deus, de alguma forma, que dois ex-governadores fossem os relatores. Um engenheiro florestal, porque eu acho que, no Ano Internacional das Florestas, nós merecemos uma lei que trate a proteção como regra, e não como exceção. No texto que está aqui, a regra é a flexibilização para destruir floresta; a exceção é proteger. E, se forem aplicados todos os dispositivos que temos aqui, com o zoneamento ecológico econômico, você reduz de 80 para 50; se você diz que a APP pode ser computada, você já reduz aí praticamente à metade; e, se você diz que, dentro da reserva legal, podem ser plantadas, inclusive exóticas, se você fizer um cálculo, o que vai ficar de proteção em termos de reserva legal é quase zero – se todos os mecanismos de flexibilização forem aplicados do jeito que estão aqui.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª MARINA SILVA – Estou dizendo isso para mostrar que temos – desculpe, meu querido – uma grande oportunidade de fazer o debate, de fazer o diálogo, de forma respeitosa, sem rótulo; de apostar-mos no convencimento e não em execrar posições *a priori*. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero cumprimentar a Senadora, Ministra Marina Silva, pela sua brilhante exposição. Quero dizer que estou muito honrado e muito feliz com a iniciativa conjunta das três comissões, com a contribuição trazida pelos nobres ministros.

Quero aqui comunicar, mais uma vez, a forma que vamos adotar para os nossos debates. Vamos, inicialmente, ouvir os três autores dos requerimentos, os três presidentes de comissão e, em seguida, por ordem de chegada a esta reunião. A ideia é que tenhamos cinco intervenções. Passaríamos para as observações da Mesa, em seguida mais cinco, blocos de cinco enquanto tivermos Senadores inscritos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não poderiam ficar três, para agilizar mais, já que são muitos Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu penso que, se fizermos cinco, Senadora Ana Amélia, nós vamos agilizar mais. Se, a cada três, passássemos a palavra à Mesa, como são quatro palestrantes, talvez tivéssemos uma demora maior. Acho que poderíamos começar com cinco – inclusive quero registrar que a senhora é a quinta inscrita, e dois não estão presentes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Os requerentes: eu, Senador Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro e Ana Amélia. São os cinco primeiros inscritos.

Bom, como primeiro inscrito, quero dizer da minha satisfação de estar participando desta reunião e quero aqui cumprimentar os presidentes da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz; Senador Cyro Miranda, representando a Comissão de Ciência e Tecnologia. Entendo que esse é um gesto simbólico, de muita importância, que o Senado tem dado, de construção coletiva, conjunta, deste debate em relação às comissões; deste diálogo, Senadora Marina, que temos procurado fazer com os diversos representantes da sociedade sobre esse tema.

Mas eu vou direto ao ponto, cumprimentando todos os ex-ministros pelas brilhantes palestras.

Quero iniciar dizendo o seguinte. Como foi dito aqui, o presidente da Embrapa, quando esteve numa das audiências públicas com a comunidade científica, trouxe um dado muito relevante: nos últimos 30 anos, o Brasil ampliou a sua área plantada em 45,8%, número aproximado disso, e aumentou sua produção em 268%, mostrando, no meu entendimento, de forma cristalina – e aqui quero registrar a presença dos colegas João Pedro e Eurípedes Camargo, que também muito nos honram com suas presenças –, que a forma mais eficiente, mais eficaz de reduzir a pressão sobre novas áreas é através de investimentos em inovação tecnológica em conhecimento.

Dados demonstram que temos mais de 50 milhões de hectares de pastagens degradadas no País, sendo que grande parte desses milhões de hectares na região do cerrado e que temos, como foi dito aqui, uma produtividade na pecuária brasileira baixíssima. Se aumentamos muito a nossa produtividade na agricultura nos últimos anos, permanecemos com a produtividade baixíssima na pecuária – em torno de uma unidade por hectare. E, historicamente, o avanço da agricultura se dá nas áreas de pecuária.

Então, afirmando a minha convicção de que o investimento em inovação tecnológica é uma das grandes alternativas para reduzir pressão sobre os novos biomas, eu gostaria de ouvir a posição dos ex-ministros sobre uma proposta que chegou a ser apresentada pelo Deputado Aldo Rebelo num determinado momento e que depois foi retirada do texto votado pela Câmara, que propunha uma moratória de cinco anos em todos os biomas brasileiros; ou seja, durante cinco anos todos estaríamos impedidos de desmatar, e todo o avanço da produção agrícola ou pecuária deveria dar-se em áreas já antropizadas. Então, essa é uma primeira pergunta que faço.

Há outra questão, e aí quero saudar as apresentações de todos os ex-ministros, especialmente a fala do Ministro José Carlos Carvalho, quando coloca muita ênfase na necessidade de instrumentos econômicos que incentivem a preservação e que incentivem a recuperação. Não tenho dúvida alguma de que, se aprovarmos o Código Florestal da forma que está, mesmo com a obrigatoriedade de recomposição de apenas 15 metros nas APPs de rios de até 10 metros de largura, e não tivermos incentivos econômicos fortes, o pequeno produtor rural não terá capacidade de recuperar as suas áreas de preservação permanente. Ao mesmo tempo, manifesto uma preocupação, Ministra Marina, demais ministros, de que, com o desmatamento legal, se não tivermos instrumentos fortes de incentivo econômico à preservação, com o aumento do preço dos alimentos no cenário mundial, com o aumento do preço das

commodities, com a população chinesa aumentando o seu consumo, a população indiana, nós poderemos ter uma corrida às áreas, especialmente de cerrado, onde ainda temos uma grande biodiversidade – somos nascente de uma série de bacias hidrográficas – e, com isso, promover um grande desmatamento legal no cerrado. Nesse sentido, gostaria de ouvir a opinião dos ex-ministros.

Em 2015 se encerrarão as concessões de várias usinas hidrelétricas neste País. Segundo dados da Fiesp, só para esses recursos, hoje, na tarifa de energia elétrica, em torno de 50% aproximadamente são para amortização dos investimentos realizados à época. Isso faria com que, em tese, pudéssemos, já em 2015, reduzir o preço dessas tarifas pela metade. Segundo ainda dados da Fiesp, isso daria uma receita em torno de R\$900 bilhões em 30 anos, ou seja, R\$30 bilhões por ano, o que é mais do que um pré-sal, sendo que todos os investimentos já foram feitos e esses recursos já estariam disponíveis a partir de 2015. Eu pergunto: claro que é importante a redução da tarifa para determinados setores industriais, para a população mais pobre especialmente, mas não seria uma grande oportunidade de, com parte desses recursos, termos um grande fundo para financiar grandes programas de serviços ambientais, que permitam, como disse a Senadora Marina, que o Brasil possa se colocar nesse debate no andar de cima, ou seja, numa discussão de altíssimo nível, sendo um exemplo para todo o mundo?

Essa é a questão que eu gostaria não apenas de colocar para a Mesa, mas para a reflexão das senhoras e dos senhores Senadores, agradecendo a atenção de todos e passando a palavra para o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurcagz.

O SR. ACIR GURCAGZ (Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; ao Senador Cyro Miranda, da Comissão de Ciência e Tecnologia; à Sr^a Ministra; aos Srs. Ministros, é um prazer estar aqui com os senhores e a senhora. Agradeço a presença de todos e os parabéns pela explanação que fizeram hoje nesta manhã para as senhoras e para os senhores Senadores.

É preciso reforçar a intenção nossa, Srs. Ministros, de trabalharmos aqui relativamente ao Código Florestal não como uma questão de agricultura nem como uma questão de meio ambiente, mas, sim, como uma questão brasileira, da população brasileira. Não está havendo aqui no Senado um embate entre agricultores e ambientalistas, que fique bem claro isso. Estamos fazendo um esforço muito grande para levar à população brasileira que não há esse embate aqui no Senado. Estamos debatendo, discutindo isso, com

uma clareza muito grande, junto com o Senador Luiz Henrique, com o Senador Jorge Viana e com os demais Senadores. Isso mostra que tanto os agricultores quanto os ambientalistas e os cientistas estão realmente preocupados com a população como um todo, com o País como um todo.

Quero colocar uma questão que entendo ser muito preocupante, Ministro. No Código de 65, houve várias modificações, modificações feitas através de decreto, sem que fosse ouvida a população ou o Congresso. Houve várias mudanças significativas em relação a áreas de plantio, áreas de preservação e tudo mais.

Temos vários exemplos, mas cito apenas dois, que considero preocupantes. Houve o incentivo do Governo ao plantio das várzeas, no sul do País. Depois, houve o incentivo do Governo brasileiro à integração da Amazônia, em especial, o meu Estado de Rondônia, para onde a população não apenas foi incentivada a ir, mas foi transferida pelo próprio Governo, que pegou a sua mudanças nas terras que seriam alagadas pelas águas da barragem de Itaipu, colocou-a nos caminhões e nos ônibus e transferiu as pessoas para Rondônia, instalou-as lá e as obrigou a desmatar, e desmatar não simplesmente por desmatar, mas desmatar para ocupar a Amazônia e para tornar aquela área produtiva.

Na época, a área de plantio era de 75%, depois passou para 50% e, agora, passou para 20%. Nessa transição, não houve um estudo científico para justificar por que passou de 75% de área produtiva para 20% de área produtiva. Essa é a minha preocupação.

E o que fazer com essas famílias que estão nessa região do País, que estão no Estado de Rondônia, que foram incentivadas a ir para lá e precisam continuar trabalhando? Essa é a nossa preocupação. Nós não queremos incentivar o desmatamento. Muito pelo contrário: concordo com a Senadora e Ministra Marina Silva quando diz que precisamos conter o desmatamento. Entendo que esse pensamento é coletivo, é de toda a sociedade brasileira, do Senado também. Nós temos de nos preocupar com os seres humanos, com as pessoas que estão lá na Amazônia, em especial no meu Estado de Rondônia. Esta é a minha preocupação: com aquelas pessoas que deixaram seus estados de origem, que foram incentivadas pelo Governo e estão produzindo, estão trabalhando para contribuir para a balança comercial brasileira e estão contribuindo também para levar tecnologia ao campo e tornar a Amazônia bem brasileira – a Amazônia brasileira tem de ser brasileira.

Essa população merece um cuidado especial. É essa a colocação que faço, Srs. Ministros, Sr^a Ministra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Quero registrar a presença do Sr. Mário Mantovani, Presidente da SOS Mata Atlântica.

E passo a palavra para falar, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg; Presidente Acir; Ministros e Ministras; Sr^{as} e Srs. Senadores.

Quero só fazer uma reflexão, em primeiro lugar, e dizer que aqui no Senado, Ministra, os espíritos podem ter certeza de que estão e estarão desarmados. A senhora tem toda razão – quando é legítimo – de que os interesses de ambas as partes sejam postos à mesa, mas que sejam discutidos democraticamente e não impostos. Nós temos realmente de fazer um equilíbrio. Um equilíbrio entre o nosso meio ambiente, os rios, as hidrelétricas necessárias, as matas, a conservação, como também temos de pensar na produção de nossos alimentos, na balança comercial equilibrada, produzir alimentos mais baratos, ajudar o mundo a combater a fome. Então, aqui vai ser o exercício de irmos para o equilíbrio totalmente desarmados e pensando em um efeito futuro. Nós temos de ter a consciência que o que for aprovado no Congresso Nacional terá repercussão nas vidas de muitos milhares e milhares de brasileiros e de milhares e milhares de pessoas no mundo inteiro. Nós somos responsáveis por isso.

Então, hoje os senhores foram extremamente conscientes. O peso de V. Ex^{as} hoje têm de ser levado em consideração, porque são pessoas que exerceram essa função com muita dignidade e extremamente competentes. Hoje, ouvimos de todos vocês que nós temos de repensar. E é isso o que nós temos de fazer aqui. Então, pode contar... Eu acredito que com o Senado, com o equilíbrio deste Senado desarmado de qualquer espírito para que a gente pense em um todo e não particularmente em um pedaço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Passo agora a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg. Queria também agradecer as manifestações do Senador Cyro Miranda e de nosso Presidente Acir Gurgacz a respeito do debate democrático que está sendo estabelecido nesta Casa a respeito de um tema que interessa a todo o País. Queria cumprimentar também todos os expositores que ocuparam cargos importantes – todos Ministros –, a Secretária de Meio Ambiente de Minas Gerais e os demais Ministros do Meio Ambiente.

Começo minhas perguntas, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, pela ordem das exposições. Então, minha primeira colocação é para o ex-Ministro Sarney Filho. Na sua exposição ficou muito claro... Eu diria uma desqualificação do que foi decidido pela Câmara. Um pensamento parecido com o que a Ministra Marina Silva desposou. Mas eu considero que, quando 410 Deputados votaram favoravelmente, das duas uma... Foram 63 contrários ao projeto do Deputado Aldo Rebelo. Das duas uma: ou não sabiam que estavam votando ou a matéria foi de conhecimento. Então, nesse aspecto, eu gostaria até... Como o senhor é Deputado Federal, também é a Casa que o senhor também representa.

O senhor disse também que uma floresta em pé vale mais que uma floresta no chão ou derrubada – concordo plenamente com V. Ex^a. Só que o relatório de Aldo Rebelo, Ministro Sarney Filho, as florestas não ficarão desprotegidas, pois as novas regras não visam flexibilizar o desmatamento e sim criar alternativas para o cumprimento da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanentes. As novas regras mantêm inalterados os percentuais de Reserva Legal, ou seja: 80% para a Amazônia, que precisam ser preservados; 35% no cerrado e 20% nas demais áreas. A última pergunta a V. Ex^a é: falamos muito no passivo ambiental... Eu sou de um Estado produtor agrícola que tem nesse setor o fundamento de sua economia, que é o Rio Grande do Sul e do qual eu me orgulho muito de representar. Eu lhe pergunto: o custo dessa recomposição ou da solução desse passivo ambiental deve ser de responsabilidade ou paga pelo consumidor dos alimentos produzidos na área rural, pelos produtores que trabalham e produzem, ou pelo Estado. Então, essas são as questões para V. S^a.

Para o Dr. José Carlos Carvalho, eu tenho uma informação. Quando o senhor foi Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, a sua Secretaria teve um orçamento – gostaria que o senhor confirmasse – de aproximadamente R\$530 milhões. Quero saber se era esse mesmo o orçamento. Se isso for verdadeiro, se procede a informação de que mais de R\$250 milhões, portanto quase metade desse valor, foram destinados a organizações não governamentais. Quero saber se o senhor defende, se esses números forem confirmados, a terceirização dos serviços ambientais, tirando do Estado essa competência que é tão importante.

O senhor também fez menção de que o Código Florestal, de 1965, é a data dele e ainda está em vigor, era um instrumento muito bom, porque o governo, também, no caso, de Minas Gerais e do Governo Federal, do qual o senhor fez parte, estragou o projeto que era tão bom com várias medidas provisórias, que nunca foram votadas, a respeito dessas alterações, e

que só serviram para colocar os produtores rurais na ilegalidade. Por exemplo, o aumento das APPs ripárias de 5 metros para 30 metros, no mínimo. Isso não é o que o senhor, com muita propriedade, falou da necessidade de segurança jurídica para o produtor e para o ambientalista, ou para o meio ambiente e para o próprio sistema legal brasileiro. Então, há essa questão da insegurança jurídica.

Já que falo na questão da insegurança jurídica, tenho a informação de que, quando o senhor estava na Secretaria, havia um critério de fiscalização bastante rigoroso, o que deve ser feito. Mas tem um detalhe: quando havia aplicação de multas nas áreas, não havia a informação aos produtores rurais do tipo de APP considerado lesado pelos fiscais. Ou seja, o senhor não tinha conhecimento de que os autos de infração ocorridos em APPs não tinham qualquer detalhamento da discriminação da APP, o que seria um mínimo direito do produtor que sofreu a infração ou a multa para fazer sua defesa. Então, é a questão que também coloco para o senhor: isso também não gera uma insegurança jurídica e até uma lesão no próprio direito do produtor rural?

Para o Ministro Carlos Minc, eu gostaria de cumprimentá-lo pela forma como reconheceu a importância do setor agrícola. Aqui repito o dado que o nosso Senador e colega Rodriigo Rollemberg se baseou. São dados da Embrapa dos últimos 35 anos: houve um aumento da área plantada de 48% cultivada no País, enquanto no mesmo período, 35 anos, o aumento foi de 268% na produção. Ou seja, o uso de agricultura de alta precisão, como é o caso do meu Estado, que é muito moderno nisso, plantio direto, aplicação de modernas tecnologias de preservação. Estamos aplicando – e aí também para a Ministra Marina Silva – o ABC, a agricultura de baixo carbono, com todas essas novas tecnologias que fazem parte desse processo, inclusive com a modernização da mecanização. E a própria biotecnologia que houve aqui no Congresso Nacional um enfrentamento quando a matéria foi aprovada, mas que agora mostra seus resultados.

O senhor fez uma referência, Ministro Carlos Minc, ao Programa Mais Ambiente. Ao que sabemos, ele nunca saiu do papel. Nenhum órgão ambiental soube ou foi capacitado para aplicar esse Programa. Se isso, de fato, foi implementado, gostaria que V. S^a desse um exemplo do que foi feito.

Tenho uma outra questão para o senhor. Quando era Ministro do Meio Ambiente e também presidente do Conama, foi editada a Resolução nº 412, de 2009, que, em seu art. 8º, permite estabelecer licenciamento simplificado para regularização de moradias de população de baixa renda em APP, conforme as regras esti-

puladas na Resolução Conama nº 369, publicada pela Ministra Marina Silva. Repetindo, pela importância, os parâmetros da Resolução nº 369 — vou fazer também essa pergunta à Ministra — permitem a regularização dessas residências com recomposição de 15 metros para rios com largura de até 50 metros. Portanto, essa resolução permite mais do que o atual projeto do Código Florestal. Lembro, também, que essa resolução permite ainda que a regularização se dê dentro de 15 metros, se não houver risco. Dessa forma, ela é muito mais permissiva do que o atual projeto de alteração do Código Florestal. Estou perguntando ao senhor se considerou correta a aprovação, como presidente do Conama, dessa norma de ocupação de APP por licenciamento simplificado. Essas são as questões para o senhor.

Para terminar, dirijo-me à Ministra Marina Silva. Ministra, a senhora fez referência ao meu Estado, sobre a questão de que o Rio Grande do Sul vai acabando produzindo mandioca e cana-de-açúcar. Já houve, também, um zoneamento agroclimático para o Rio Grande do Sul em algumas poucas áreas do Estado. Isso foi permitido fazer. Como V. S^a sabe, esses estudos agroclimáticos são decididos tecnicamente com as condições de solo, do próprio clima e da própria situação da composição geográfica do Estado. A produção de mandioca no Rio Grande do Sul está sendo para alimentação animal, dos pequenos agricultores familiares, que uma boa parte está no Rio Grande, ou para produção de biomassa e produção de energia. Para a senhora, Ministra Marina Silva, a Agência Estado, cumprindo um evento que a senhora participou, chamado Campus Party, em reportagem do dia 18 de janeiro de 2011, atribui à senhora a seguinte frase: não se pode mudar o Código Florestal permitindo que as pessoas façam construções e edificações nas áreas de preservação permanente. Houve muita crítica da senhora ao projeto aprovado na Câmara dos Deputados, porque permite a recomposição até 15 metros para rios com largura de até 10 metros. Durante sua gestão como Ministra do Meio Ambiente e presidente do Conama, foi editada a Resolução nº 369, de que falei há pouco, que, no seu art. 9º, permite a regularização de moradias de populações de baixa renda, como já me referi. Entretanto, o § 1º desse mesmo art. 9º permite que a regularização se dê dentro dos 15 metros, se não houver risco. Portanto, se houver uma casa a cinco metros do rio, em local sem risco geológico, a resolução aprovada por V. S^a regulariza essa área. Eu lhe pergunto, então, qual dos dispositivos está errado: o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados ou a Resolução do Conama nº 369, aprovada pela senhora quando Ministra do Meio Ambiente?

São essas questões. E uma para todos os Srs. Expositores: se concordam com a temporalidade da lei das APPs.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vamos ouvir agora o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar todos os expositores, os ex-Ministros, parabenizar os presidentes das comissões de Agricultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, por esta audiência pública.

Eu tinha uma preocupação muito grande de quando essa matéria chegasse ao Senado, para que tivéssemos a capacidade de exorcizar alguns fantasmas. O primeiro deles, colocar em posições opostas ambientalistas e agricultores, pessoas do agronegócio, como se, na verdade, estivéssemos em um campo de batalha e o Brasil tivesse menor importância. Segundo, acabar definitivamente com a ideia de que as florestas são problemas. De forma alguma, florestas são soluções. E terceiro, que pudéssemos expor nossos pensamentos sem o risco do policiamento ideológico que aconteceu na Câmara. Acho que o debate na Câmara foi contaminado, sim, foi um debate emocional, foi um debate que sofreu influências externas e variadas. Por isso mesmo, o texto saiu, na minha avaliação, com algumas deformações e comprometimento do objetivo principal.

Achar que... Inclusive, esse debate emocional deu margem a discursos inverídicos. Lançaram, por exemplo, mão do argumento de que vai faltar alimento para alimentar o pobre, vai faltar alimento para exportar, vai comprometer a economia do Brasil. Evidentemente, sabemos que isso não é verdade, mas o debate emocional levou a essas argumentações falaciosas, enfim. O contexto foi outro, coisa que não está acontecendo aqui no Senado. Quero fazer esta ressalva.

Está sendo conduzido com muita sensatez, com muita clarividência, com muita responsabilidade, permitindo, inclusive, o debate franco e aberto.

Eu tenho o conceito de que nós podemos aumentar nossa produção, fortalecer o Brasil como celeiro alimentar do mundo sem, necessariamente, comprometer as nossas reservas ambientais, até porque, na década de 60, o Brasil produzia um pouco mais de setecentos quilos de grãos por hectare e criava meio boi por hectare e hoje nós produzimos mais de três mil quilos por hectare e um boi por hectare. Acho até que essa densidade por hectare é muito baixa, até porque nós temos o maior rebanho bovino do mundo e há países que tem um rebanho menor do que o nosso e essa densidade é bem maior, maior que a do Brasil.

Portanto, eu acho que a gente tem como crescer, tem como avançar respeitando o que a gente tem de melhor, que é um patrimônio nosso, um patrimônio ímpar. Nós temos, como foi dito pela Ministra Marina Silva, 60% de florestas, temos a maior biodiversidade do mundo, e todas as vezes que a gente fala em biodiversidade, há sempre alguém que questiona: vocês pensam muito em animais, mas e o bicho homem?

Fala-se em biodiversidade, mas eu quero ressaltar que a biodiversidade é uma prateleira de opções científicas. Eu quero lembrar a todos que a maioria do arsenal terapêutico que existe às mãos da ciência parte da nossa biodiversidade. Não podemos esquecer que um dos medicamentos mais utilizados para hipertensão foi extraído do veneno da jararaca, que um dos remédios mais utilizados para insuficiência cardíaca, a digoxina, foi extraído da *digitalis purpurea* e da *digitalis lanata*, porque tudo vem da biodiversidade, tudo vem da nossa riqueza ambiental.

Portanto, eu acho que essa discussão tem que ser assentada em princípios éticos, em princípios técnicos, em princípios que venham contribuir para um Brasil melhor, um Brasil mais pujante do ponto de vista agrícola.

Agora, pergunto rapidamente ao Deputado Zequinha Sarney se essa discussão lá na Câmara não levou em consideração as informações trazidas pelo Sisnama, trazidas pela Embrapa – nós participamos de uma audiência pública aqui no Senado com a presença da Embrapa que foi extremamente interessante –, pela SBPC, pela Academia de Ciência e, sobretudo, por algumas universidades que tem com que contribuir muito para esse debate, como a Universidade de Campinas, a USP, a Ufesa, a Universidade do Semiárido, lá do Rio Grande do Norte, que tem uma experiência com o semiárido fantástica, eu gostaria de saber se essas informações não foram adicionadas, se o debate não foi enriquecido com essas informações desses órgãos tão respeitados no Brasil.

Eu queria perguntar ao Ministro Minc... É uma situação hipotética. Eu quero saber se é verdade, se isso pode acontecer. É a questão da composição e recomposição, da compensação e recomposição. Primeiro, na questão da recomposição, os vinte anos... Ou seja, o indivíduo destrói uma reserva legal. Aí ele vai e se cadastra no programa de regularização e tem vinte anos para fazer essa recomposição. Então, levando em consideração que ele vai recompor um vinte avos por ano, então ele vai cultivar, até o vigésimo ano, a produção que ele quiser nessa área. Vai recompondo e não vai fazer a recomposição total da vegetação nativa, podendo recompor apenas 50% de plantas exóticas, o que termina... O senhor, inclusive, defendeu que era a

favor da plantação de plantas exóticas, o que termina acabando com a metade, se essa lógica for levada a cabo, das nossas reservas, com plantas substituídas por plantas exóticas.

A outra questão é a da compensação. O indivíduo utiliza uma área na região Sudeste, na Mata Atlântica, uma área valorizada no mercado, vai para o Nordeste, no mesmo bioma, compra uma área de menor valor, entrega ao Ibama e continua explorando comercialmente a área que ele derrubou aqui, devastou aqui. Portanto, isso não seria um incentivo ao desmatamento?

Então, eram duas questões que eu ia fazer.

Eu quero agradecer a tolerância, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu é que agradeço ao Senador Paulo Davim. Agradeço a presença ao Deputado Ricardo Tripoli, que nos honra muito; ao Sr. Fábio Feldmann, que foi Secretário de Meio Ambiente, Deputado Federal; ao Sr. Roberto Klabin, Presidente do SOS Mata Atlântica.

E agora passo a palavra para as considerações dos nossos convidados, cinco minutos para cada um.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Há muitos outros inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Cristovam Buarque, nós adotamos aqui o critério de inscrição por ordem de chegada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim. Correto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em função disso, havia inicialmente 23 inscritos. Mas a gente percebe que muitos não estão presentes. Entre os que percebo presentes, temos mais quatro Senadores que ainda não fizeram as suas indagações, que fariam no próximo bloco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não seria melhor fazermos todas? Daqui a pouco, começa a esvaziar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consultei o Plenário, inicialmente, que deliberou nesse sentido. Se houver um entendimento diferente, a Mesa não tem dificuldade nenhuma em rever o procedimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu queira fazer, talvez não consiga. Mas eu retiro.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Eu estaria de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, vamos dar continuidade. Com a palavra o Deputado Fábio Feldmann.

O SR. FÁBIO FELDMANN – Presidente, inclusive, eu quero pedir vênias a V. Ex^a, aos Senadores e Senadoras, a todos os presentes, porque, logo após eu responder essas perguntas, vou à Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Assim como inúmeros Senadores aqui tinham outros compromissos, sou autor de um requerimento na Comissão e preciso defendê-lo ainda hoje.

Vou começar com a nossa Senadora, primeiro, quanto à questão da Câmara. Senadora, eu sou Deputado Federal no meu sétimo mandato eletivo. Então, eu conheço bem a Câmara e eu tenho, de certa forma, autoridade para falar na Câmara – não da Câmara; na Câmara. E isso eu falei. Fui um dos que mais ocupou a tribuna alertando os Deputados sobre o retrocesso nessa legislação, sobre a falta, Senador Davim, de discussões apropriadas. Houve audiências públicas? Essas audiências públicas eram todas dirigidas. Não houve novidade, tanto que o SBPC, que é o maior órgão representativo da ciência no Brasil, veio aqui e disse que não havia sido ouvido. Então, essas audiências públicas foram audiências controladas por aqueles que queriam realmente flexibilizar a lei de defesa das nossas florestas.

Quanto à questão de esse novo substitutivo não implicar novos desmatamentos, eu cito, desde já, dois exemplos. O art. 8º diz:

Art. 8º. *A intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente e a manutenção de atividades consolidadas até 22 de julho de 2008 ocorrerão nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas em lei, bem como nas atividades agrossilvopastoris.*

Isso é uma carta branca para o desmatamento, sim.

Diria mais. Estou vendo aqui o artigo que escrevi para a *Folha de S. Paulo*, que infelizmente não trouxe.

Mas o art. 3º, inciso III, ao definir o conceito de área rural consolidada, estende o regime de pousio para todas as propriedades, sem regra de temporalidade. Então, esses dois exemplos, fora os outros que a senhora já deve ter aí na mão do meu discurso, todos eles não tratam apenas de recuperação de áreas. Tratam de possibilidades de mais desmatamentos.

No que diz respeito à votação na Câmara, se todos estão errados, acontece. A senhora verá que, aqui no Senado, nem sempre aqueles que estão votando têm conhecimento específico do conteúdo. Mui-

tos deles são levados pelas lideranças partidárias. E o PMDB, que é o segundo maior partido da Câmara, por exemplo, entre outros partidos, ouviu somente o Deputado Aldo Rebelo. Não ouviu nenhum de nós, nenhum de nós. Ouviu o Deputado Aldo Rebelo, que tinha aquele discurso fácil: vamos resolver os problemas dos pequenos, fulano de tal está ali há não sei quantos anos!...Não é nada disso! O problema dos pequenos está resolvido nessa lei. O problema é que os grandes querem se escorar atrás dos pequenos para conseguirem seus privilégios. Essa foi a grande questão. Na Câmara, os grandes partidos, tirando o PT, todos eles fecharam questão em torno dessa votação, levados pelas lideranças. A senhora sabe que a bancada ruralista é muito grande na Câmara. Todos os partidos, os maiores partidos têm uma bancada ruralista muito grande, muito influente, tanto que, no ano passado, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, tínhamos mais ruralistas do que ambientalistas. E este ano ganhamos uma votação apertada lá. Então, não tenho dúvida de que a maioria daqueles que votou, na Câmara dos Deputados, não sabia o que estava votando. Houve discursos dizendo: Apontem-me onde implica mais desmatamentos! E aqui já apontei dois artigos e poderia apontar mais, no meu discurso, que fiz aqui e que distribuí, está cheio, os arts. 3º, 4º, 8º, 30, 33, 35, 39, uma série de artigos. Como a Senadora Marina disse, a regra está até 30%, mas as exceções fazem com que a própria regra seja uma exceção. É aquilo que o Minc disse, a regra aqui é desmatar; a exceção é proteger.

Presidente, acho que não dá mais tempo de responder às outras perguntas.

Quem paga? Muito bem. Essa questão é importante. Eu estive conversando com o Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, e ele me explicou que nenhuma sentença, nenhum acórdão, nenhuma sentença jurídica obrigou nenhum daqueles proprietários que, antes da mudança na legislação de reserva legal, tinham desmatado determinada área a sofrer alguma punição. Eles não foram punidos. A Justiça não está punindo ninguém. Isso é uma enganação que se fala. Quem prova que antes da mudança da legislação tinha sua área desmatada não tem que pagar nada, não sofre nenhuma penalidade alguma, nem administrativa nem jurídica. Ele tem é que refazer, ou teria, pois, com essa lei, já não se sabe exatamente o que vai ser feito.

Então, quem paga? Acho que temos instrumentos – falei isto aqui rapidamente –, podemos e devemos cobrar por serviços ambientais, essa lei não tem instrumentos econômicos adequados para manter, e o Senado pode iniciar esse processo. Eu, inclusive,

poderia disponibilizar uma proposta feita pela Frente Parlamentar Ambientalista, entregue ao Deputado Aldo Rebelo e disponibilizada na imprensa toda, que é um substitutivo a esse projeto de lei, que, seguramente, abrange muito mais instrumentos econômicos que possam garantir esse pagamento.

Aqueles que desmataram ilegalmente e aqueles que estão desmatando agora, porque houve um salto no desmatamento, Senador Rollemberg, a partir da aprovação na Câmara... A sinalização é que pode começar a desmatar e não precisa recuperar. Ainda há pouco, eu estava conversando com um fazendeiro do bem, e ele me disse: comprei uma terra em Minas Gerais e fui para lá, mandei dizer que, na área de preservação permanente, cercasse de trinta metros do rio para diante. E o capataz da fazenda disse: não, vamos cercar só de quinze porque a lei já está sendo votada. Então, são exemplos como esse... E o próprio Ibama já disse, em notas oficiais, que o desmatamento no Mato Grosso do Sul aumentou em decorrência da aprovação do Código Florestal. Esses, sim, devem pagar. Quem desrespeitou a lei deve pagar.

Então, são essas as minhas observações.

Sr. Presidente, infelizmente, vou ter de me retirar, mas vou ter acesso às notas taquigráficas daqui. Se for necessário, estarei à inteira disposição. Sou da casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Deputado Sarney Filho. Agradeço a presença de V. Ex^a e a sua contribuição para o debate.

Passo a palavra para o ex-Ministro Carlos Minc.

O SR. CARLOS MINC – Eu queria cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que fizeram as considerações. Infelizmente, vou ter de escolher alguns temas para responder.

Primeiro, Senador Rollemberg, eu acho ótima a proposta do Deputado Aldo de moratória de cinco anos, de não desmatar nenhum bioma em cinco anos. Só lamento que ela não tenha sido incorporada ao projeto de lei. A proposta é maravilhosa, só que ela não entrou no projeto de lei. Aliás, ela é uma boa oportunidade, se o Senado assim entender, de colocar a moratória de cinco anos no projeto de lei.

Incentivos econômicos ao reflorestamento e à recomposição. Eu acho que isso é fundamental. Por exemplo, nós, no Rio – isso vale um pouco também para algumas questões levantadas pela Senadora Ana Amélia -, aprovamos o decreto de pagamento por serviços ambientais, identificando os recursos: o Fecam, que é um fundo do Estado de compensação de conservação ambiental, e o Fundo de Recursos Hídricos. Inclusive temos colocado no licenciamento ambiental

de grandes empresas, como a Petrobras, a obrigação de recompor. Por exemplo, só no Comperj, a Petrobras tem de plantar quatro milhões de árvores. Aí, tem uma negociação com os produtores para já plantarem para isso contar como recomposição das áreas nos vales dos rios próximos, no caso, rio Macacu, rio Caceribu, que são próximos aos Comperj.

O Senador Acir coloca questões das populações que foram levadas a ocupar áreas no passado e que foram praticamente obrigadas, pois, se não desmatsassem, não tinham crédito. Quero dizer que, em relação aos assentamentos, à agricultura familiar, à produção de alimentos, a nossa posição é clara e já a manifestamos aqui: tratamento diferenciado, custeio pelo Estado da averbação do georreferenciamento. Nós, no Rio, Senadora Ana Amélia, aprovamos, ainda neste ano, com recursos nossos, do Estado, hortos municipais para fornecer apoios para o reflorestamento.

Senador Paulo Davim, sobre a questão das exóticas, não é em qualquer lado. Por exemplo, a ideia é que isso seja aprovado pelo comitê de bacia. A ideia de usar exóticas numa recomposição numa determinada proporção é uma forma também de viabilizar economicamente o reflorestamento. Depois, não se está falando... Da forma como V. Ex^a falou, parecia que estava tudo plantado e que ia se retirar a mata nativa. Está tudo desmatado e, então, refloresta-se com espécies nativas e também, de acordo com a situação, mantendo pelo zoneamento, com a questão da exótica. Isso tudo numa situação de correr atrás do prejuízo e não de permitir que alguma área seja desmatada dessa forma. Estamos falando de áreas que já perderam e estamos correndo para ganhar.

Eu queria também saudar essas questões levantadas do plantio direto e da integração com a pecuária. Eu quero dizer, Senadora Ana Amélia, quando fizemos um grande acordo com a agricultura familiar, com a Contag, com a Fetraf e também, na época, com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, que fomos lançar esse acordo na sua terra, na Assembleia do Rio Grande do Sul, com milhares de agricultores, colocamos já naquela época, por exemplo, a questão para a agricultura familiar da soma reserva legal com APP. Então, essa preocupação também existe.

V. Ex^a fez algumas perguntas diretamente ligadas a mim, mas que têm a ver com a questão habitacional em área urbana. Também acho que deva haver um tratamento diferenciado. É completamente diferente você, numa área desmatada urbana, colocar o plano habitacional para baixa renda, por exemplo, Minha Casa, Minha Vida, diga-se de passagem, Senadora, exatamente por faltar uma política habitacional, porque muitas encostas e margens de rios foram ocupadas –

no Rio de Janeiro e no Brasil inteiro –, para onde vão as pessoas. Por isso, nós estamos avançando muito com o Morar Carioca, o Morar Seguro, a recomposição. Por quê? A falta de uma política habitacional de mais de 20 anos neste País levou os pobres deste País a ocuparem exatamente essas áreas. Então, na verdade, eu defendo um tratamento diferenciado para a questão da área urbana e da área rural, mas não é você, entendendo o plano habitacional urbano que vai, então, se partir para uma situação de permitir uma ocupação muito ampla, com uma recomposição muito baixa das APPs das áreas rurais.

Só para completar, Srs. Presidentes das Comissões, eu queria retomar um tema que também foi levantado pelos Senadores e também pela Senadora, em relação à fiscalização e ao combate ao desmatamento.

Eu fui Ministro por quase dois anos – um ano e dez meses. Nós conseguimos reduzir significativamente o desmatamento nesse período em 50% em relação ao anterior. Quero dizer da importância que o embargo ao desmatamento ilegal teve nessa redução. Claro que nós também fizemos acordos, por exemplo, com a sociedade civil, com os produtores, a moratória da soja com o setor produtivo, o acordo da madeira legal, o acordo do minério legal, mas você tem que combinar medidas de repressão ao crime ambiental com medidas de estímulo e de entendimento com o setor produtivo, que até precisa do selo verde para exportar o óleo de soja para a Europa, por exemplo.

Então, quero dizer que você não obrigar ao embargo numa área que é desmatada agora, em área protegida, e permitir que um governador amplie por um ano, sucessivamente o outro ano, isso sim é um mecanismo que vai permitir o crime ambiental ser tratado como impunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/ PSB – DF) – Obrigado, Ministro Carlos Minc.

Passo a palavra agora ao Ministro José Carlos Carvalho.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Muito obrigado, Presidente Rollemberg.

Eu vou, sucintamente, dar as minhas respostas pela ordem dos questionamentos que foram realizados, a começar por V. Ex^a.

Introduzo aqui uma questão relevante, porque quero voltar à questão dos incentivos econômicos. Primeiro, a questão da moratória. Como todos sabem, essa discussão começou com uma proposta de moratória de cinco anos, como V. Ex^a mencionou, inclusive foi bandeira das principais entidades que representam o setor agropecuário. É impressionante notar que ela desaparece completamente durante a tramitação do projeto. Ao contrário, como diz aqui, o nosso ex-Mi-

nistro Zequinha Sarney, a lei voltou a tratar de temas que criam a possibilidade da continuidade do desmatamento. Mas, se nós quisermos realmente fazer uma grande pactuação, porque acho que é isso que precisamos fazer no Brasil, um pacto em torno das nossas florestas, tanto do ponto de vista da sua conservação, quanto do seu uso sustentável e também da atividade agropecuária. Eu quero insistir nisso, nós não estamos fazendo... Uma questão não é excludente em relação à outra. O Brasil pode e deve ser o maior *player* mundial do agronegócio e pode e tem que ser o detentor do maior ativo ambiental do Planeta. Se nós temos as condições de pactuar em torno dessas grandes questões, não há razão para ficar criando falsos conflitos. Então, esta é minha posição: então, voltaria. Mas voltando à questão do setor energético – e essa questão está posta –, porque já houve amortização dos grandes investimentos na usina. Então, em tese, haveria uma grande redução de tarifa no próximo processo de renovação das hidrelétricas.

Eu queria lembrar aqui, já hoje, em razão de lei votada aqui por comando constitucional da compensação das áreas inundadas, inclusive há no Senado, neste momento, um projeto de lei já aprovado na Câmara, que altera a legislação federal que trata da compensação financeira das áreas inundadas, que é o chamado *royalty* do setor elétrico, que está aproximando, praticamente R\$1 bilhão, por ano, que o setor elétrico já paga aos Estados e Municípios com áreas inundadas, correspondentes as suas represas e hidrelétricas. Com exceção de alguns Estados como Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, são os que me constam... Isso, inclusive, vai ser objeto de minha resposta, depois, à Senadora Amélia... Eles estão reforçando caixa dos tesouros. Eles não estão sendo aplicados, efetivamente, na recuperação das bacias hidrográficas. Esse já é um fato. E eu acho que essa questão é central porque, neste momento, nós poderíamos fazer um fundo ou constituir receita, sem prejuízo de diminuir a tarifa, inclusive ampliar as possibilidades de desconto nas tarifas sociais no setor elétrico, mas garantir recursos para que nós possamos dar, efetivamente, aos produtores rurais, especialmente aos agricultores familiares, condições para fazer aquilo que a lei vai continuar exigindo que eles façam. Então, eu daria essa questão.

Também foi mencionado aqui a questão do Pro-Várzea, da integração da Amazônia. Por isso, eu acho que isso permite uma reflexão. Realmente, nós temos muitos casos – e é preciso reconhecer isso – em que os desmatamentos foram estimulados pelas próprias políticas governamentais, como ainda continua ocorrendo hoje. É possível, desde que o desmatamento seja legal, desmatar com Crédito Rural ou com Crédito

dos Fundos Constitucionais do Nordeste, do Centro-Oeste ou da Amazônia. É possível desmatar... Agora, se o agricultor quiser plantar floresta, não tem... Ou tem alguns mínimos, cujas exigências inviabilizam a aplicação dos recursos. Então, essa é a realidade que nós estamos nela hoje. Essa é a realidade que nós estamos hoje! Por isso, eu disse que há necessidade de mudança de política agrícola. É fundamental modernizar a política agrícola brasileira, em corroborando a importância desse setor para o Brasil! O que nós não podemos aceitar (e isso acontece em grandes situações), porque, parafraseando o ex-presidente Bill Clinton: na agricultura brasileira, não há nada de ruim que nós não possamos melhorar o que tem de bom. Está certo? Porque nós vamos, desde o mais predatório, mais empírico ao plantio direto; ao plantio da palha, à integração lavoura/pecuária. Então, nós estamos em dois extremos: de um lado uma agricultura altamente tecnificada que protege, que tem condições de proteger o meio ambiente, conserva solo, faz prática de solo adequada e uma política ainda antiga, até por falta de capital do pequeno que não tem como investir em tecnologia e acaba tendo de fazer uma agricultura empírica do ponto de vista tecnológico. E nesse modelo de uso predatório, como nós não adotamos, como a União Europeia e os Estados Unidos, um subsídio financeiro explícito para a agricultura, indiretamente – é bom colocar essa discussão aqui no Senado –, nós estamos subsidiando nossa agricultura com nosso capital natural. É com nosso capital natural que ela está sendo subsidiada, porque há aí uma questão essencial. Então, com isso, eu vou responder às questões que a senhora me colocou diretamente, Senadora Amélia. Primeiro, quisera eu ter administrado um orçamento de R\$530 milhões. Mas, graças à sensibilidade do Governador Aécio Neves, seu colega Senador, nós conseguimos passar o orçamento da administração ambiental de Minas de R\$70 milhões para R\$305 milhões durante todo o Governo Aécio Neves. Foi um aumento substantivo. Por que nós aumentamos? Porque nós conseguimos, por lei estadual mineira – graças ao apoio do Governador Aécio –, vincular os recursos da compensação financeira do setor elétrico à gestão do meio ambiente e à gestão dos recursos hídricos, inclusive destinando metade dos recursos para o Fehidro – Fundo Estadual de Conservação e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas. Esse Fundo que opera, anualmente, em torno de R\$80 milhões, deve ser o orçamento dele em 2011, é para financiar projetos (não das ONGs) do terceiro setor através de editais públicos de convocação e de seleção de projeto. E isso faz parte, sim! Faz parte de um trabalho nosso de trabalhar com o terceiro setor.

Essa era uma orientação de governo. Nós entendemos que a gestão pública cada vez mais deve incorporar o terceiro setor não apenas na sua formulação, mas também na sua implementação. E isso precisa ter parâmetros de ética e moralidade administrativa, o que nós fizemos através de um fundo, mediante edital de seleção de projetos.

Outra questão aqui que coloca, eu queria aproveitar, a senhora me dá essa oportunidade de desmistificar um pouco o debate quando fala que uma série de restrições foram colocadas por decreto, por normas infralegais, etc, com as medidas provisórias. Mas não é bem assim. Eu gostaria de dizer aqui, por exemplo... Fala-se tanto nas APPs e na averbação de reserva legal. Esse é o mantra. Isso foi aprovado pela Lei nº 7.803, de 1989, por este Congresso. Isso não foi feito por medida provisória, nem por decreto. Isso foi feito no contexto do Programa Nossa Natureza, através de um projeto de lei mandado por esta Casa, pelo então Presidente da República, o atual Presidente do Senado. Então, nós precisamos colocar as coisas.

Outro ponto fundamental: recuperação da reserva legal, obrigatoriedade de recompor a reserva legal. Outra lei aprovada pelo Congresso. E nenhum dispositivo da política de meio ambiente na política agrícola fixada por lei do Congresso em 1991. O Congresso entendendo... E aí, parabéns para aqueles que decidiram que isso é uma questão tão relevante para o próprio negócio agropecuário, por aquelas razões que nós mencionamos anteriormente, que esta Casa, este Congresso, através de uma lei de 1991, na Lei de Política Agrícola, estabeleceu que, no prazo de trinta anos, agora modificado no projeto de lei que está em discussão, deveria ser realizada a recomposição da reserva legal.

Então, nós estamos falando de regras que passaram pelo crivo do Congresso. É evidente que o Poder Executivo, por decreto, não pode decretar... Ele pode fazer medida provisória. E sem querer açular o debate, também precisamos reconhecer que a medida provisória passa pelo crivo do Congresso. Se essa medida provisória já está há praticamente dez anos no Congresso, o Congresso já teve dez anos de oportunidade de votar a medida provisória.

Acho que essas questões têm que ser postas claramente para a opinião pública, para que a gente possa entender, porque eu estou compreendendo claramente as razões de V. Ex^a.

E menciona-se também, inclusive por conta desse mantra de que não foi o Congresso que decidiu, quando foi o Congresso que decidiu, vai ao projeto de lei um dispositivo de reduzir as competências do Conselho

Nacional do Meio Ambiente, que eu também queria aproveitar aqui agora e introduzir nessa discussão.

Uma das maiores conquistas da nossa Constituição de 1988 foi uma gestão colegiada e participativa. Aliás, o constituinte brasileiro foi tão ousado que logo no art. 1º da Constituição fala que todo poder emana do povo, será exercido pelos seus representantes e diretamente. Isto está no art. 1º da Constituição, numa conquista extraordinária de fortalecer a gestão colegiada e participativa.

Ora, o Conama... Não há nenhuma decisão do Conama que tenha sido invalidada quando questionada no Supremo, porque o Conama atua na esfera infralegal. Ele não inventa normas, ele está praticando normas ou que lhe foram delegadas pelo Congresso ou que estão no âmbito da sua competência.

Então, eu queria dizer claramente que temos que examinar que essas normas principais todas foram aprovadas no Congresso. Eu cito a Lei Nacional da Política Agrícola, que introduziu a exigência da recomposição da reserva legal, e a Lei nº 7.803, que ampliou as áreas de preservação permanente e estabeleceu a exigência da averbação da reserva legal. É isso que se coloca como questões que teriam surgido por decreto ou por decisões infralegais quando não coincide com a realidade daquilo que está vigendo no nosso ordenamento jurídico.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, Sr. Presidente, já que houve referência à questão da omissão do Congresso em relação a medidas provisórias...

Dr. José Carvalho, queria lhe dizer que eu sou Senadora de primeiro mandato e como jornalista, antes de chegar aqui, sempre fui crítica da omissão do Legislativo em relação a essa questão.

O seu ex-Governador Aécio Neves, que eu admiro muito, foi autor aqui de um... como relator para agilizar a votação e o rito das medidas provisórias.

Como nós temos um Congresso bicameral, ele tem as atribuições de Câmara e Senado, duas Casas com esse rito complicado um pouco mais.

Quero lhe dizer que apoio isso. Também critico, agora como Senadora, a responsabilidade que nós temos aqui, como legisladores, de não deixar uma medida provisória ficar dez anos na gaveta sem ser examinada e votada.

Concordo com V. Ex^a, mas preciso fazer este esclarecimento.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Não estou criticando a omissão do Congresso, até porque acho que o Congresso não é omissor. Permita-me a observação: o Congresso é refém.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, obrigada.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Refém de um dispositivo posto na Constituição que o obriga o Congresso a praticamente seguir a agenda...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço, porque...

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – ...do Poder Executivo e não a sua própria agenda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...o senhor está agora fazendo justiça. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a contribuição da Senadora Ana Amélia e do Ministro José Carlos Carvalho, que traz informações realmente bastante relevantes para o nosso debate, e passo agora a palavra à Ministra Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA – Eu acho que este é o momento mais importante dessa nossa interação. É o momento de podermos discutir e esclarecer as dúvidas.

Primeiro, Senador Acir, eu queria reiterar as palavras do colega José Carlos, porque, em relação à questão do Código Florestal, todas as modificações foram feitas por lei, exceto a medida provisória, mas também não deixa de ser um mecanismo para a futura de leis, em que pese tenhamos uma posição crítica quanto a esse dispositivo.

Em 1996, o Presidente Fernando Henrique editou a medida provisória que aumentou de 50% para 80% a reserva legal na Amazônia.

As pessoas que estavam de acordo com a lei, que averbaram reserva legal, que estavam corretas, elas não têm por que pagar essa conta. E aí V. Exª tem razão, porque, enfim, não se pode mudar a lei, retroagindo-a para prejudicar as pessoas.

Mas se o Presidente Fernando Henrique, em que pese o instrumento – poderia ter sido um projeto de lei –, fez isso, a gente tem que recuperar as circunstâncias. O desmatamento chegou a 29 mil quilômetros quadrados. Naquele momento, o mundo inteiro caiu como uma bomba em cima do Brasil, da agricultura brasileira, que não tinha para onde se virar que não tivesse um ser humano descontente com o que estava acontecendo: fora de controle. O que o Governo entendeu fazer foi editar uma medida provisória ampliando a reserva legal.

Eu me lembro de que nas audiências públicas dessa medida provisória eu era a única que defendia a medida provisória do Governo, porque era na Amazônia. Da base do Governo, ninguém apoiava.

Eu me lembro de uma audiência pública lá em Rondônia que era dentro de um lugar de rodeio. Quando se chamavam os outros Srs. Senadores, eram aplausos

e tal; quando me chamavam, assobio, espora, cangalha, tudo o que podiam jogavam em mim, porque eu era a única que defendia a medida provisória. E alguns companheiros meus do PT diziam: mas não sei por que você defende essa medida provisória, primeiro porque é do Governo Fernando Henrique e, segundo, porque você só perde voto e tudo. Eu dizia: eu defendo porque ela está correta. O que a gente pode fazer diante de um desmatamento descontrolado desse?

Por isso eu digo que o debate é que faz a gente chegar ao convencimento, na perspectiva de políticas de longo prazo para os nossos curtos prazos políticos, e não a política de curto prazo para alongar os nossos prazos políticos. O mundo, a humanidade, o Brasil está exigindo de nós política de longo prazo para os nossos curtos prazos políticos. E aí não vale a ética de circunstância, não vale transigir a ética dos valores para a ética das circunstâncias, mesmo que isso renda popularidade, mesmo que isso renda sacrifício, como rendeu naquela época. Mas eu fui até o fim defendendo a medida provisória, mesmo com toda a base do governo contra ele. E quem deu sustentabilidade política para que ele mantivesse a medida provisória, na hora em que ela iria ser mudada, foi a sociedade civil.

Esse sistema, o Prodasen, na época – os servidores lembram –, era o melhor sistema no País, em termos de uso de tecnologias modernas, com Internet, mas ele sofreu um colapso devido à quantidade de emails do povo contra a provação do projeto do Deputado Micheletto.

O Palácio do Planalto recebia a mesma quantidade. Nós estávamos aqui nesta Casa, o Senador – na época Deputado – Arthur Virgílio à mesa, o Congresso já apto a votar, e o Presidente Fernando Henrique ligou para o Arthur Virgílio – o Arthur ficou vermelho, parecia um pimentão –, que nos disse: O Presidente acaba de dizer que é para retirar da pauta.

Eram quatorze parlamentares. Sete Srs. Senadores, sete Srs. Deputados. Só três votaram contra o projeto Micheletto, os outros todos votaram favoravelmente. Havia sido aprovado quase que por unanimidade. Mais de 80% da sociedade, como agora, deu sustentação política a Fernando Henrique, e ele manteve a medida provisória.

Essa mesma sociedade está dando sustentação política para o Senado e para que a Presidente Dilma não permita o retrocesso, para que seja repetido o ato, possível naquela época talvez em circunstância bem piores.

Outra coisa que mudou foi a questão de proteção de topo de morro, mas isso foi feito por lei, como disse o José Carlos, em 1965, aliás em 1935. Mudou-

-se a questão da mata ciliar em 1986, também por lei, no Congresso.

V. Ex^a falou do problemas dos pequenos. Nós todos concordamos com a necessidade de haver diferenciação. Como vamos interditar a agricultura familiar, os problemas que temos?

Quanto a isso, creio que os senhores já têm uma base muito boa. Fizemos um esforço para fazer um levantamento da ação do Ibama em seis Municípios críticos da Amazônia, provavelmente no arco do desflorestamento, de 2007 a 2011. A conclusão a que se chegou, levantando as operações feitas pelo Ibama, é a de que 90% dos embargos do Ibama, nos seis Municípios examinados, ocorrem em grandes desmatamentos acima de cem hectares ou maiores. Ainda mais, oito por cento em médios desmatamentos e 2% em pequenos desmatamentos.

Então, quando se usa o pequeno e sua situação – por isso elogiei o discurso de V. Ex^a -, porque em estatística não se pode pegar um caso e generalizar ...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARINA SILVA – Não vou contar porque é algo muito estranho. O Marcos Barros conta que um pesquisador quis provar que, ao se tomar esterco de animal, seria desenvolvida uma bactéria – não sei bem o que era. Ele fez sua tese de doutorado encima disso e, corajosamente, com seu espírito de cientista, digeriu o esterco do animal para defender que o fenômeno acontecia. Na banca de doutorado, segundo o Marcos relata, o professor disse: Você fez um trabalho corajosa, de espírito científico, mas comeu esterco para nada, porque é preciso haver uma estatística muito grande para que se prove uma tese científica. Um só caso não vale.

Então, é isso que diz o chefe da banca. Em caso de problema, estatisticamente, não se pega um caso para citar, e foi isso que V. Ex^a disse no discurso. É claro que serve como retórica para ilustrar. E se quisermos ilustrar, podemos. Na Terra do Meio, se eu quiser pegar um caso, um desmatamento de milhares e milhares de hectares, em função desse desmatamento, nós criamos a maior ReBio do Planeta, com mais de três milhões de hectares para uma unidade de conservação. Eu acho que foram cinco mil hectares devastados, assim da noite para o dia, lá na Terra do Meio. Se eu quisesse pegar isso como exemplo também, para generalizar, mas não vale, porque é só um caso. Estatisticamente, não vale.

Então, o dado de realidade é que lá, pequenos desmatamentos, 2%; médios, 8% e 90% foram desmatamentos acima de cem hectares. Ou seja, nós estamos aqui falando de quem tem o poder de usar o correntão, quem tem poder de muita destruição e em

prazo muito hábil, antes que os fiscais consigam chegar. Mas V. Ex^a tem razão e estamos de acordo. Vamos excetuar os pequenos.

A pergunta que me foi feita pela Senadora Ana Amélia é em relação à questão da Resolução do Conama, que faz um tratamento diferenciado nas áreas urbanas. Ela falou: “O que está certo? A forma como o Deputado Aldo colocou agora ou é a resolução aprovada pela senhora?”

Primeiro, o que a Resolução Conama fez foi, tipificando caso por caso, estabelecer exceções para atividades de interesse social, para atividades de interesse públicos e atividades notadamente de baixo impacto. O próprio Conama tipifica e trata como exceção e faz uma resolução para isso. Só que tem uma coisa: no Conama, não tem a menor possibilidade de ser o Ministro que aprova aquela resolução, ainda que ele presida o Conselho, certo? O Conama é uma instituição democrática, o único conselho deliberativo desta República – o único! – e que tem uma composição muito interessante. As pessoas dizem: não o Conama foi assaltado pelas ONGs internacionais e essas ONGs é que estão fazendo as regras para o Brasil.

Vamos desmistificar esse aspecto. O Conama tem um presidente, no caso é o Ministro, o secretário executivo – o José Carlos já esteve nas duas posições, não é José Carlos? – e cerca de 22 entidades de trabalhadores da sociedade civil. Nenhuma delas é ONG internacional, inclusive são ONGs pequenas, não são as famosas *king* ONGs, com todo o respeito pelas grandes organizações brasileiras. São organizações pequenas.

Então, 15 entidades ambientalistas. O Conama tem 14% de entidades ambientalistas, 8 entidades empresariais, grandes entidades. Aí, as grandes representações do empresariado brasileiro. Governos municipais, são 8; governos estaduais, 27/; e Governo Federal, 37. Ou seja, 72 representantes de governo, num total de 70% da composição do Conama é governo, somando Governo Federal, governos estaduais e governos municipais, de sorte que há um membro honorário – não sei se ainda é o nosso professor Paulo Nogueira – e 3 conselheiros sem direito a voto, num total de 108 conselheiros. Não é o Ministro do Meio Ambiente que aprova, mas esse Conselho, que tem poder de resolução. Essa resolução foi feita para tratar as exceções, e não para estabelecer como regra. O que o Deputado Aldo fez foi transformar a resolução em regra, a exceção em regra, sem que tenha o respaldo das câmaras técnicas de altíssimo nível para tratar o caso a caso. A partir de agora, os Estados e os próprios Municípios decretarão o que é de relevância e de interesse social, de interesse público e de baixo

impacto. É completamente diferente. Isso permite, sim, aumento do desmatamento sobre áreas que deveriam ser protegidas e sem o olhar rigoroso de um conselho, que, longe de favorecer entidades ambientalistas, as tem em minoria; mas para dar também o seu ponto de vista, a maioria, 70%, é Governo e as organizações do setor empresarial também estão lá.

É uma perda tirarmos o Conama do Sistema Nacional do Meio Ambiente, acabar com as competências do Conama. Isso está, infelizmente, no projeto.

Portanto, eu me sinto inteiramente confortável com a posição democraticamente aprovada no Conama, mas rechaço completamente transformar exceção em regra no projeto do Deputado Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministra Marina.

Quero registrar a presença do ex-Deputado Federal Wilson Picler, do PTB do Paraná, do Deputado Sabino Castelo Branco, do Deputado Lupércio Ramos e do Deputado Luiz Carlos Busato, que nos honram com sua presença.

Em função do número de Senadores, vou sugerir um novo encaminhamento. Vamos ouvir os Senadores que estão inscritos e, em seguida, voltaremos a ouvir os Ministros com as suas considerações finais.

Passo, neste momento, a palavra ao relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, o Senador e engenheiro florestal Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srs. Presidentes, eu queria cumprimentar a todos e dizer que esta comissão facilita o trabalho de relatoria, tanto o meu e, tenho certeza, como o do meu colega Luiz Henrique.

Eu queria cumprimentar e agradecer a presença dos ex-ministros: do Zequinha Sarney, do querido colega, companheiro e amigo Carlos Minc, do também irmão, amigo que a gente tem há longa data, José Carlos Carvalho e obviamente, sem diminuir ninguém, falar da minha alegria em ver aqui essa acriana que muito nos orgulha, que é uma irmã que a gente tem – mais velha, é bom que se diga. (Risos) Ela não gosta dessa parte (Risos). Mas é uma querida amiga, a Marina, que tanto nos orgulha pela sua capacidade de tratar um tema tão delicado; e ela, normalmente, aproxima um tema tão delicado, que às vezes é muito técnico, com as lições que a vida nos dá, a todos.

Eu penso que, neste momento, a disposição, que é absoluta, aqui no Senado é de encontrarmos um melhor texto para o Brasil. É fato que temos um dissenso no texto da Câmara, e isso não significa diminuir o trabalho que foi feito lá. Mas houve um desencontro. O próprio relator e o autor, que é o Deputado Aldo, falou que a condução final foi contaminada por

interesses de questões políticas, e não mais de procurar o melhor texto.

No Senado, o ambiente é outro. Essa vinda aqui de Ministros e Ministra de Meio Ambiente é determinante para que a gente possa consolidar esse caminho novo. Vamos trazer também ex-Ministros da Agricultura, que certamente virão amanhã, e o objetivo maior nosso é nos prendermos ao texto votado e, obviamente, tirando as lições do Brasil, do País que temos.

Eu gostaria, se fosse possível, de ter comentários, porque, para mim, as exposições apresentadas já colaboram com esse propósito. Sei que o resultado aqui no Senado tem todas as condições de ser bem melhor, voltando para a Câmara já, de certa forma, como parte, senão de um consenso nacional, de um entendimento nacional em cima de um tema tão delicado e tão importante para o presente, mas especialmente para o futuro desta.

Ministros e ministra, todos nós brasileiros temos origem rural, a da Marina, a minha, a dos senhores que estão aqui não passa da terceira geração sem esbararmos numa ligação direta com a natureza, com os recursos naturais. Todos nós somos assim. O Brasil, portanto, vem se consolidando como uma potência mundial na produção de alimentos. É um grande ajudador na busca da segurança alimentar para o planeta. Mas por mais que os números mostrem grande avanço, como foi colocado aqui claramente com documentos da Embrapa, segundo os quais nas últimas três décadas tivemos um incremento de terra para produção em torno de 30% ou um pouco mais, tivemos um aumento de produtividade de mais de 200%. Isso é muito importante, mostra como a ciência e a tecnologia – aqui está o presidente da comissão que se somou acertadamente neste propósito –, mostra como é relevante a ciência e a tecnologia nesse momento da vida brasileira e neste momento em que decidimos lei tão importante. Mas, mesmo assim, a produção de grãos no Brasil hoje é menor do que a produção de milho dos Estados Unidos. É bem menor. Os Estados Unidos produzem mais de 200 milhões de toneladas de milho; e o Brasil ainda não chegou a 150 milhões de toneladas de grãos. Então, o desafio que temos é enorme em várias frentes, ao mesmo tempo em que somos uma possibilidade de aumento real da oferta de alimentos no mundo, e assim diminuir a fome, que nos envergonha a todos.

Agora, o modelo de agricultura no Brasil talvez não avance por conta de seu modelo agrícola dependente. Foi dito aqui nesta audiência, somos o País que mais consome, e o nosso Ministro José Carlos colocou, *per capita*, somos o maior consumo de agrotóxico do mundo. Isso mostra uma agricultura equivocada que

difficilmente vai bater a agricultura dos próprios Estados Unidos.

E aí, na hora em que discutimos a lei mais importante do ponto de vista ambiental, porque ela está colocada implicitamente como também de acesso ao uso do solo, não podemos dissociar esses dois temas. Falei para o Deputado Aldo que a tese que ele usava, inclusive para fazer um contraponto com organizações não-governamentais, é de que tínhamos que ser um País independente na hora da legislação ambiental. Mas como vamos ser um País independente na hora de discutir legislação ambiental? Acho impossível, porque estamos falando do mesmo planeta; estamos falando de uma interdependência que Deus, nosso Criador – para quem acredita – nos colocou, um equilíbrio absolutamente perfeito e numa relação de dependência absoluta. Mas vamos lá. Temos que ser independentes na hora de legislar sobre o meio ambiente, mas temos que seguir dependentes de um modelo ultrapassado e insustentável de produção, que é o que vivemos, que piora em vez de melhorar, porque as exceções estão aí, principalmente em algumas atividades produtivas em grande escala. Mas a grande massa de produção nossa ainda é muito dependente de melhor tecnologia. Não tem capital para melhorar, para incorporar. E aí o que foi colocado aqui: nossa política agrícola é voltada para o produto, ela esquece a propriedade e o produtor. E aí é o absurdo de colhermos pouco em áreas enormes! Faço esta referência porque na hora em que decidimos a legislação estamos dando uma contribuição e quanto mais acertarmos no equilíbrio entre produção e preservação e conservação dos recursos ambientais, mais vamos estar na busca de um modelo sustentável de produção e mais vamos nos distanciar do modelo insustentável de produção, do qual somos dependentes hoje.

Eu dizia ao Deputado Aldo que temos que ter uma política de independência, de deixarmos de ser reféns das grandes incorporações internacionais produtoras de adubos, de inseticidas, de toda sorte de produtos de agrotóxicos, para sermos dependentes de uma agricultura sustentável, com equilíbrio, onde possamos manejar melhor as águas, o solo e com isso termos mais produção.

Então, eu queria fazer um questionamento, que o tempo de fato é curto e precioso para todos nós, mas como os senhores podem comentar, porque há uma decisão hoje da Ministra Izabella – estive com ela ontem e ela fala em nome do Governo –, há uma posição explícita da Presidente Dilma que foi fundamental para que esse equilíbrio do debate ambiental pudesse ser recolocado quando ela se posicionou pessoalmente, preocupada com o texto que veio da Câmara. Então,

ela nos impôs o desafio de buscarmos equilíbrio entre o texto da Câmara e as necessidades do País, mas a Presidente Dilma também tem deixado claramente que nós devemos dar um tratamento diferenciado para a pequena produção, por várias razões que, inclusive, os senhores e as senhoras já colocaram.

Gostaria de ver um comentário como? Quem já foi gestor da política ambiental do País, quem já viveu esse problema do ponto de vista real pode apontar um caminho para que esse texto novo possa fazer essa diferenciação entre a pequena produção – a produção familiar – dos demais produtores. Qualquer sugestão que possa vir para que o texto encontre esse caminho seria de grande utilidade.

Outro aspecto que eu queria pôr. É um tema aparentemente político, tem uma ação, inclusive, do meu colega Luiz Henrique, por conta de Santa Catarina, no Supremo esperando uma decisão. É a relação de como os senhores podem ver, porque eu não acredito que apenas uma lei geral estabelecendo as regras do que pode e do que não pode possa pegar nesse País. Nós temos mais de 5 mil Municípios, 27 Estados. Se não tivermos envolvimento na busca do cumprimento dessa legislação, certamente ela pode cair na situação de não pegar de novo e nós temos uma situação que eu gostaria de ter um comentário – e aí já estou juntando – ... as informações que me chegam é de que apenas 1% das multas aplicadas são pagas e o Ministro José Carlos colocou claramente que é por conta de a legislação estar muito vinculada à ação de comando e controle.

Eu sei o sacrifício da Ministra Marina, da exposição pessoal, dos riscos pessoais que ele correu, para, usando um instrumento de comando e controle – porque aí o Brasil estava a exigir naquele momento uma posição firme, dura de quem pode mais e aí teria que ter alguém com coragem. E a Marina sempre agiu levando o sentido mais profundo da palavra coragem, porque eu aprendi com um mestre, a quem recorro sempre, que a palavra coragem não é sinônimo do que a gente entende hoje, corriqueiramente. Coragem não é o valente; coragem não é aquele que vai para a frente, mas a palavra coragem – eu acho que a ação da Ministra Marina expressou bem isso – é a ação do coração, mas é uma ação, é uma atitude que tem que se tomar, mas tem que levar o coração junto. Daí a palavra coragem ser tão bonita, e eu comecei a usar muito mais essa palavra mas por esse outro conceito.

Mas o certo é que o Brasil envergonhava a todos nós e chamava a atenção do mundo de ocuparmos uma agenda negativa com quase 30 mil quilômetros quadrados de floresta sendo destruídos anualmente, quer dizer, o Brasil estava destruindo perto de 3 milhões de

hectares por ano, pondo fogo e, ao longo de 500 anos, tinha plantado próximo de 2 milhões de hectares de floresta. Essa equação afrontava a todos nós. O certo é que o Governo do Presidente Lula, com ação de ministro, com a participação de Estados, reduziu para números que são bastante importantes hoje e fazem com que possamos vislumbrar alcançar a meta assumida em Copenhague antes do tempo. Isso é muito importante. Ou seja, surtiu algum efeito, cumpriu algum papel, comando... controle.

Mas o tempo é outro. Não cabe mais seguir nesse caminho. O que podemos fazer? Aí entra a última questão que eu queria pôr e que foi levantada aqui nessa audiência.

O Código, do jeito que está, de fato, está voltado para resolver um passivo que temos de uso do solo. É um fato. O desmatamento foi reduzido, mas pode voltar? Pode. O risco existe? Existe. Não acredito, porque sou otimista, que volte aos patamares que estava, mas volta perigosamente.

Mas eu queria por outro componente. O Brasil, hoje, está com o programa Terra Legal em curso, legalizando propriedades em regiões sensíveis como a Amazônia. Defendo, em termos, que se faça uma condução da legalização de terras, mas com muito cuidado, sob pena de daqui um pouco nós termos uma ampliação, em escala exponencial, do desmatamento legal na Amazônia.

Coloco isso porque acho que vai acontecer uma ampliação muito significativa do desmatamento legalizado no Brasil, especialmente na Amazônia. É claro que, se me perguntarem, acho que o Brasil tem que rapidamente acabar com o desmatamento ilegal. Essa é uma meta possível, mais rapidamente possível que zerar o desmatamento. Então, o desmatamento ilegal desaparecendo, a madeira ilegal desaparecendo, nós teremos avançado muito e construído uma autoridade maior diante do mundo.

Eu queria concluir colocando claramente isso. Se votarmos a melhor legislação possível, a que acredito que é possível, e não adotarmos uma política florestal para o Brasil, vamos ter o incremento em vários biomas, inclusive aqui no cerrado, do desmatamento legalizado. Eu gostaria de ouvir um comentário dos Ministros para o pós Código Florestal, porque acredito que nesse semestre nós vamos votar, a legislação sairá melhor do que estava na Câmara, vamos fazer um acordo, o Governo está com uma posição firme, a sociedade está com uma posição firme, e acredito nos meus colegas Senadoras e Senadores para que isso aconteça.

Mas eu gostaria de ouvir um comentário, por último, de como devemos fazer, se nesse código agora

ou se o legado desse código é o Brasil tomar juízo e estabelecer uma política florestal para que possamos usar de maneira sustentável os recursos florestais de que dispomos para que, com isso, em vez da conversão de áreas de floresta em áreas de outras atividades, nós possamos fazer o uso desse ativo, que é o ativo mais importante, para que não sigamos neste caminho, sendo uma das maiores potências florestais do mundo e participando com apenas 4% do PIB mundial ligado a florestas.

Era esse o meu pedido de comentários, com os agradecimentos pelas colaborações que já foram fundamentais para que a gente possa encontrar o melhor texto para o Brasil e para a produção agrícola sustentável, para a criação neste país e também para a política de florestas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Tenho convicção de que as contribuições trazidas por nossos convidados colaborarão muito com o relatório de V. Ex^a.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente da nossa Comissão de Meio Ambiente e de Controle, nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, meus queridos Ministros Carlos Minc e José Carlos Carvalho, querida Ministra Marina Silva, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, primeiro quero dizer da pertinência desta audiência pública ouvindo os Srs. Ministros do Meio Ambiente do Brasil que foram responsáveis por uma mudança de comportamento do Brasil em relação à política florestal.

O Brasil alcançou uma posição de destaque internacional exatamente porque conseguiu vencer um grande desafio, que era o de cortar o desmatamento na Amazônia, cortar o desmatamento na Mata Atlântica, cortar a linha nacional de desmatamento. Mais que isso, o Brasil conseguiu um grande avanço quando foi talvez um dos poucos países a alcançar a meta do Protocolo de Kyoto. Isso é pouco dito, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, mas a verdade é que a meta do Protocolo de Kyoto no Brasil, em função de que as emissões brasileiras eram fundamentalmente baseadas no desmatamento e nas queimadas e não na emissão de gases de efeito estufa, em função dos combustíveis fósseis, até pelo nosso modelo energético brasileiro... O Brasil, com um número de redução no desmatamento, chegou à COP 15 com uma condição excepcional de liderança no cenário internacional e com a autoridade

de um país que detém a maior floresta em pé do planeta. Ao mesmo tempo em que o Brasil possui esse acervo de maior floresta em pé do planeta, o Brasil também é um país que tem a sua economia baseada e fundamentada no agronegócio. E essa é uma realidade que todos nós, ambientalistas ou ruralistas, brasileiros de todas as regiões sabemos. No entanto, é muito importante entendermos que a floresta não é inimiga do agronegócio, ao contrário, a floresta é um princípio e um ativo importante para a manutenção do clima e para a manutenção do ritmo hidrológico, para a manutenção das chuvas que são essenciais para o modelo agrícola brasileiro.

Portanto, tenho repetidas vezes dito, nesta Casa, que não consigo entender um Código Florestal que apenas olhe para o retrovisor, porque, se for para fazer um Código Florestal apenas para legalizar aquilo que está ilegal, estaremos delegando para as futuras gerações um futuro menos inteligente. E Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o que quero dizer aqui é que não há uma trincheira entre aqueles que produzem e aqueles que preservam, ao contrário, o que precisamos é criar uma ponte que possa fazer a interligação entre aqueles que produzem e aqueles que conservam os ativos necessários para as manutenções do clima, da chuva e da umidade relativa do ar.

Recentemente, e ainda ontem ou anteontem em aparte ao Senador Rollemberg, que fazia uso da palavra na tribuna para registrar a situação de umidade relativa do ar no Centro-Oeste, eu fazia em um aparte a um Senador um registro do que aconteceu na Cidade de Manaus há três semanas. Há três semanas, senhoras e senhores, em Manaus, registramos uma queda nunca antes verificada da umidade relativa do ar, com queda de mais de 40%. Alguns meios de comunicação fazendo manchetes, inclusive, de que a umidade relativa do ar na Cidade de Manaus chegou a 18%, o que não aconteceu, porque, se chegássemos a 18% de umidade relativa do ar na Cidade de Manaus, banhada pelos rios Negro, Amazonas etc., isso significaria dizer que Brasília já estava a essa altura com 2% de umidade do ar e calamidade pública decretada há muito tempo. Mas o que estamos mostrando é que há, efetivamente, algo estranho acontecendo, porque essa umidade relativa do ar em Manaus, que caiu drasticamente, veio acompanhada por uma temperatura superior a 40 graus Celsius em plena floresta amazônica, temperatura que também não é usual e não é comum na Amazônia brasileira. E quem acompanha o ritmo de temperatura da Amazônia percebe que isso não é real.

Portanto, o que temos dito? É que, ao contrário de estarmos fazendo um debate sobre o retrovisor, deveríamos estar olhando como construir um futuro

inteligente. E, aí, meus amigos, ficam as perguntas que quero ouvir. Alguns nos acusam de que temos uma reserva legal e somos o único país no mundo que temos reserva legal. Senhores, acho que isso, ao contrário de ter sido algo pouco inteligente, nos fez ter uma vanguarda e uma liderança que é uma vantagem comparativa. Precisamos ter a inteligência de fazer com que o uso e o direito social do uso da terra seja compartilhado, dividido, entre o proprietário da terra e a função de Estado. O que está, a meu juízo, equivocado é querer que apenas o proprietário da terra na reserva legal sobre propriedade particular seja ônus do proprietário da terra. Se isso é uma estratégia de Governo e uma estratégia de nação, somos G1 em biodiversidade. Portanto, precisamos saber como construir a ponte não entre o agronegócio e a floresta, mas entre o presente e o futuro, e o futuro é a biotecnologia, é a economia da biodiversidade. E se quisermos chegar à transição de um país que tem uma economia fundamentada em commodities, em grãos, e, como bem disse o Senador Jorge Viana, a produção de grãos de milho dos Estados Unidos é mais do que o dobro da produção total de grãos do Brasil. Quando o Senador, ainda há pouco, citou os 200 milhões de toneladas de milho, eu e o Senador Rollemberg fomos à ciência e tecnologia da Internet e imediatamente consultamos alguns sites. A verdade é que a produção de milho dos Estados Unidos, em 2011, será de 359 milhões de toneladas e a de soja será de 90 milhões de toneladas. A produção brasileira está por volta de 150, 160, 170 milhões de toneladas. Se quisermos ser bastante otimistas, 190 milhões de toneladas. Eles, só no milho, têm o dobro da nossa produção. Mas isso não significa dizer que não tenhamos um papel importantíssimo nisso. Como resolver isso? Como construir a manutenção da reserva legal e o compartilhamento? Em minha opinião, emprestando incentivos econômicos e financeiros para a reserva legal. E para emprestar serviços econômicos e financeiros à reserva legal os serviços ambientais precisam estar explicitados de forma clara dentro do Código Florestal. O Programa de Serviços Ambientais e o Plano de Serviços Ambientais, que está paralisado na Câmara Federal há pelo menos cinco anos, precisa ser inserido como um dos capítulos do nosso Código Florestal. Código Florestal sem serviços ambientais é um Código Florestal que não está consoando com o presente e muito menos com o futuro. Finalmente, colocar, além dos serviços ambientais, um mecanismo para que os serviços ambientais possam ser monetizados economicamente. Para isso, o Brasil precisa criar aquilo que chamo de *red* tupiniquim. Não precisamos que o *red* esteja instituído e estabelecido na comunidade internacional para podermos criar a

relação entre a floresta e a economia, que depende da floresta, no Brasil. O cenário econômico brasileiro é diferente do cenário econômico mundial. O mundo reconhece que o melhor custo/benefício da mitigação do clima é exatamente o carbono florestal, mas o mundo não está em condições de fazer isso diante da crise mundial que aí está nos Estados Unidos, na Europa, os países emergentes sofrendo impactos de uma instabilidade econômica. A ideia certa no momento errado na Comunidade Internacional inviabilizou o Acordo de Copenhague, na COP 15. No entanto, no Brasil, nós podemos ter o Código Florestal no Senado no momento certo, na hora certa, com a ideia certa de que não precisamos estar em trincheiras opostas e que podemos colocar, para viabilizar e resolver de uma vez por todas essa questão da reserva legal, porque a questão da APP não é mais bode na sala. Todo agricultor, seja grande, seja pequeno, seja médio, sabe que, se ele não preservar as suas nascentes, se ele não cuidar das suas encostas, se ele não cuidar das suas margens de rios, ele pagará por isso, pagando da forma mais dolorosa, porque é tendo prejuízo na sua própria propriedade. Portanto, há uma diferença entre APP e reserva legal. APP é um interesse direto do uso da terra. A reserva legal é um direito e um interesse social, coletivo do uso da terra.

Portanto, o enfrentamento no busilis da questão é que o proprietário, o agricultor não quer pagar sozinho esta conta da reserva legal. O que o Congresso e o Senado precisam decidir é se a sociedade brasileira como um todo está disposta a pagar e a compartilhar esse custo da reserva legal.

Quanto ao resto, se a reserva legal vai ser de 80%, de 20%, de 10%, de 1% é uma questão de saber o que é possível dentro de cada bioma.

E, finalmente, para encerrar a minha participação, veja, eu sou daqueles que defendem que a compensação e a reposição do passivo ambiental não devem ser permissivos a ponto de ser anistiado.

Dizem os ruralistas o seguinte: em nenhum momento, no texto da lei, está dito: está anistiado o desmatamento. E é verdade, você não encontra a palavra anistia, mas o texto foi construído com tamanha permissividade e flexibilidade que a consequência do texto é nos levar à anistia.

Quando peço que se aprove um programa de recomposição naquilo que não tem prazo, naquilo que não tem viabilidade de recomposição, estou na realidade tirando a punibilidade e dando, portanto, anistia indireta àqueles que cometeram o desmatamento.

E qual o fato concreto dessa discussão? O fato concreto dessa discussão é que, se a compensação não for além do bioma, ela não acontecerá por razões

físicas. A mata atlântica hoje está 27% preservada, entre reservas legais, parques e unidades de conservação.

Portanto, o passivo não tem como ser recomposto na própria bacia, não tem como ser recomposto no próprio Estado e não tem como ser recomposto no próprio bioma. No entanto, a nossa pergunta aos senhores Ministros é: por que não, então, fazermos compensações além dos biomas, mantido o respeito e as características da ciência e da tecnologia para manutenção dos mosaicos dos corredores extremamente importantes para a manutenção dos microclimas e para que possamos ter conexão entre os climas da floresta amazônica, com o cerrado, com a mata atlântica, com a caatinga.

Creio que esses são temas que precisam ser abordados.

E ao encerrar, digo que concordo plenamente que excluir o Conama como um fórum legítimo de debate e de participação do processo do dia a dia e da especificidade do meio ambiente é fazer um retrocesso com o qual não coaduno. E não participarei dessa votação que acaba com a participação da sociedade de forma direta no acompanhamento do caso a caso das exceções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos o seu pronunciamento, Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que demonstra claramente a rica contribuição que V. Ex^a dará e está dando a este debate.

Passo, então, a palavra ao Senador Sérgio Souza.

Perdão, quero anunciar aqui, com muita alegria, com muita honra, as presenças do Presidente do Parlatino, ex-Presidente da Assembleia Nacional do Panamá, o Sr. Elias Castilho; do Presidente da Assembleia Nacional do Equador, Sr. Fernando Cordeiro; do Presidente do Senado do Chile, Sr. Jorge Pizarro; da Embaixadora do Panamá no Brasil, Sr^a Gabriela Garcia; do Embaixador do Chile, o Sr. Jorge Monteiro. (*Palmas.*)

S. Ex^{as} nos honram com a sua presença. Sejam bem vindos.

Esta é uma audiência pública de discussão do Código Florestal, com a presença de ex-ministros do meio ambiente e todos esses que nos honram com as suas presenças estão no Brasil para o encontro do Parlatino, no Rio de Janeiro, quinta-feira e sexta-feira.

Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Vanessa Grazziotin, membros do Parlatino, que acompanham essa delegação. Fiquem à vontade, será uma honra tê-los aqui na nossa sessão.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Ao tempo que lhe cumprimento, cumprimento os demais Senadores aqui presentes. Excelentíssimos Srs. Ministros Minc, Marina Silva e João Carlos Carvalho. Também faço uma referência ao Sarney Filho.

É um prazer tê-los aqui nesta Comissão. E na reunião das Comissões de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e também de agricultura para debatermos esse assunto de tamanha importância para o nosso País e também para o nosso planeta.

Nós temos dois pontos muito debatidos nessa nova redação do Código Florestas, que, ao meu ver, não debate, não devemos aqui trazer um debate ambiental, porque estamos falando de uma regulação de uma propriedade privada. E o Brasil, nós sabemos, a maior parte, a grande parte das suas áreas de preservação estão em áreas públicas e também em reservas indígenas, que não são debatidas dentro dessa legislação.

Mas o ponto principal que nós temos é realmente o equilíbrio, muito bem colocado pelo Senador Jorge Viana, que a preservação, a conservação do meio ambiente e a produção agrícola. E o nosso país, com a sua característica continental, Senador Eduardo Braga, as realidades são muito diferentes. No Amazonas, como no Estado da Senadora Ana Amélia, o Rio Grande do Sul, como no meu Estado, o Paraná, como em regiões do Nordeste, o Árido o Semiárido. Não só em questão de solo e vegetal, mas também em relação ao clima.

Na última segura-feira, quando embarcava de Curitiba para Brasília, lá chovia, 8°. Quando cheguei aqui, 23°, às 21hs. Então, vejam que no Brasil temos uma complexibilidade muito diversa, até mesmo pelas dimensões que ele tem.

Mas trago também a minha preocupação com a redação do Código, da forma como ele veio da Câmara, Senadora Marina, especificamente, restringindo-me até mesmo por questões do tempo e já pelo adiantado da hora, ao Art. 8°.

O Art. 8° realmente ele é temeroso. Ele é muito claro no que ele diz e no momento em que ele fala em supressão de vegetação. Acho que o Senado Federal vai dar a redação plausível a este dispositivo para que tenhamos realmente o equilíbrio que podemos ter.

E há uma dúvida muito grande sobre o que é área consolidada. Área consolidada é algo onde temos que chegar a um consenso comum entre ambientalistas e ruralistas, para que possamos ter esse equilíbrio tão desejado.

V. Ex^a, Ministra Marina, disse que no Brasil, nós temos mais de 60% de áreas cobertas por florestas. Eu acredito que sejam por florestas nativas. Eu estou

descartando as áreas de reflorestamento e também as lenhosas.

Qual é a influência dessas florestas todas no PIB brasileiro? Quanto isso representa no Produto Interno do nosso País. Eu também questiono a V. Ex^a que, assim como os outros países, nós assumimos agora na 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre as mudanças climáticas, que ocorreu em Copenhagen, em 2009, os compromissos voluntários de controle das emissões de gases de efeito estufa, oficializados na Cop 16, em Cancun.

Em que medida as alterações do atual Código Florestal, desse projeto que está no Senado, já aprovadas pela Câmara, podem afetar esses compromissos assumidos pelo nosso País?

E ao Ministro Minc eu gostaria de colocar uma questão que tem me preocupado bastante. Tem uma discussão, Ministro Minc, muito grande em comparações entre como é a preservação ambiental no continente sul-americano, no Brasil, especificamente, e como isso ocorre nos países da Europa, na Ásia, nos países norte-americanos. E eu questiono: a legislação ambiental do Brasil é realmente uma das mais avançadas do mundo? Existe algum outro país, expressivo no cenário internacional, que possua uma legislação ambiental tão ou mais rigorosa do que a nossa? Como é a legislação ambiental nos principais países economicamente falando do nosso planeta?

E eu encerro as indagações perguntando ao Ministro José Carlos Carvalho o seguinte. Já tinha notado isso e vem um pouco ao encontro daquilo que a Senadora Ana Amélia falou em relação às ONGs. A atuação das ONGs – isso não é só para o senhor, mas também para os demais ministros, tanto para o Ministro Minc e como para a Ministra Marina Silva – no processo do Código Florestal e nas questões ambientais do País, em geral, como V. Ex^{as} vêem? A atuação dessas entidades não governamentais dentro da discussão do Código Florestal e de todas as políticas ambientais no Brasil e no mundo.

E encerro a minha participação dizendo que apresentei recentemente um projeto de lei no Senado Federal que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros, estabelecendo o monopólio das patentes originadas das pesquisas. Trata-se de uma proposição cujo objetivo principal é justamente combater a biopirataria e assegurar aos brasileiros o aproveitamento das nossas riquezas.

Porque dentro daquilo que coloquei para V. Ex^a, Ministra Marina, nós temos mais de 60% das áreas de cobertura florestal, e também foi colocado por um outro colega Senador, talvez grandes produtos tenham sido

tirados da nossa biodiversidade. Eu acho que o enriquecimento daquilo que nós podemos tirar da nossa biodiversidade talvez seja a sustentabilidade e o equilíbrio que nós precisamos também na área ambiental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu é que agradeço, Senador Sérgio Souza, pela contribuição de V. Ex^a a este debate. Vamos ouvir agora a Senadora amazônica Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente, eu vou me esforçar para ser muito breve. Não vou fazer perguntas, apenas não podia abrir mão de fazer alguns comentários diante de pessoas que eu acredito têm dado uma grande contribuição e acompanhado de perto todo esse debate relativo ao novo Código Florestal brasileiro.

Primeiro, eu quero dizer o seguinte. Eu não imaginei, eu tenho ido muito à tribuna, eu tenho procurado participar de todos os debates enaltecendo a posição do Deputado Aldo Rebelo. Não porque o Deputado Aldo Rebelo faça parte da bancada do meu Partido, o PCdoB, mas porque ele teve coragem de enfrentar um tema tão polêmico, mas cujo debate é necessário.

Ou será que entre nós, apesar de eu muito ter ouvido, nunca preferi tratar a questão como apenas um boato, mas não como um fato, efetivamente. Ouvido o quê? Ouvido que vários segmentos, setores, pessoas eram contra qualquer tipo de mudança no Código Florestal. Isso foi o que muito se ouviu. Mas superamos aquele problema, porque não acredito que nenhum de nós, que tem responsabilidade para com o País, que tem responsabilidade com a humanidade, para com o meio ambiente, diga que o Código Florestal é um instrumento moderno, um instrumento suficiente para o Brasil. Ele requer, sim, na minha opinião, e acredito que na dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, Ministra Marina, uma atualização – essa lei vem da década de 60 –, assim como foi necessário ampliar a área de preservação na Amazônia. E eu era uma daquelas, Deputada, recém eleita, que estava ao lado da então Senadora Marina Silva, defendendo a ampliação da reserva legal na Amazônia de 50% para 80%, e devemos primar para que isso seja não apenas algo escrito na lei, mas para que isso seja uma realidade plausível. Acho que esse deve ser o objetivo de todos nós.

Eu ouvi o Dr. Zé Carlos usar a seguinte expressão – com a qual eu concordo, Dr. José Carlos: o desmatamento tem sido estimulado muito ao longo dos tempos, não é de agora, mas de longo dos tempos, e tem sido estimulado com as próprias políticas governamentais, essa é uma verdade. Mas também é verdade que o desmatamento tem sido também muito estimulado pela ausência das políticas públicas governamentais. Uma

verdade não poder ser só dita. Uma verdade tem que estar acompanhada da outra verdade, porque, senão, vira meia verdade, e aí sim é querer tapar o sol com a peneira. Então, o nosso grande desafio está destacado nessas duas frases.

Penso que estamos à frente em relação ao Código Florestal.

O Senador Eduardo Braga, não é porque é do meu Estado, porque estivemos juntos na última campanha, não é porque, e efetivamente eu vi, ele fez um grande esforço para fazer um governo que, ao mesmo tempo, desenvolvesse o interior e preservasse o meio ambiente.... Lá nós somos criticados pela outra ponta. Lá, no Estado, a crítica – e a Marina sabe isso – é que a gente só se importa com a Zona Franca, que a gente se satisfaz com a Zona Franca – e está aqui o Deputado Lupércio –, que nós só nos satisfazemos com a Zona Franca e nos esquecemos do interior.

Amanhã nós temos uma grande atividade lá, Ministro Minc, Ministra Marina, Ministro José Carlos. Será inaugurada uma fábrica, uma unidade de processamento do pirarucu que vai utilizar a superpopulação de pirarucu de áreas de reserva de manejo do Mami-rauá – e não do só do manejo – e de outras reservas.

Então, não adianta manter a reserva. Ao lado da reserva, temos que ter políticas que garantam a sobrevivência e a qualidade de vida das pessoas. Por isso, fica difícil, não só para o grande. Não sou ruralista. Não tenho um palmo de terra. Tenho um apartamento onde eu moro. A terra que eu tenho divido com uma série de condôminos junto comigo.

Então, veja, acho que precisamos... Esse é o desafio. Entendo o Senador Eduardo Braga e concordo plenamente quando ele diz que precisamos preservar, mas que o ato da preservação é um bem que será usufruído por todos. Então, por que só alguns pagam por todos? Enquanto não resolvermos esse dilema, não vamos chegar a lugar nenhum. Se para o grande é difícil, imaginem, Sr^s e Srs Senadores, para os pequenos. Aquele que tem quatro módulos – vamos pegar o máximo –, com 400 hectares, na nossa região tem que preservar 20% de 440 hectares, 80 hectares. Se ele ainda tiver uma APP, se cair no acaso de que ali tenha uma Área de Preservação Permanente, ele vai viver de quê? Quem está em área de assentamento faz coletivamente, tudo mais. Mesmo aquele que não esteja sob tudo isso, ele tem que receber o que ele está preservando. Então eu acho que esse seria o grande salto.

Esse seria o grande salto, e aí eu gostaria, até porque não gosto de usar um exemplo, até mesmo porque eu acho que, além de piegas, distorce muito a realidade. Então, sou daquelas que diz o seguinte,

prefiro ter não a melhor lei, mas a lei que nós podemos aplicar, e hoje as leis ambientais no Brasil não são aplicadas.

Eu estive, agora, há pouco mais de um mês, lá em Nova Ipixuma. Chegamos de avião a Marabá e fomos de carro, andamos mais de 100 km de chão batido. Eu, Senador Randolfe, o Senador Pedro Taques foi só até Rondônia e não foi ao Pará.

Chegamos em Nova Ipixuma e lá, Senador Eduardo, o povo dizia: Nós tem forno. Eram pessoas humildes.

Aí eu perguntei para a pessoa que estava ao meu lado se elas produziam muita farinha aqui, porque lá no nosso estado quem tem forno faz farinha, mas era forno de fazer carvão vegetal.

Olhem como a realidade é diferente, era forno de fazer carvão vegetal.

Eles têm forno, não têm como sobreviver.

O IBAMA sabe, todo mundo sabe e deixa. Sabe por quê? Por que é uma Resex, uma reserva extrativista de 14 anos e não tem manejo aprovado.

Eu não quero ilustrar não, está aqui. São dados do IPEA, estudo de 2010. Das 299 unidades de conservação federal, 200 não tinham plano de manejo e não mudou muito do ano passado para agora.

Não tem plano de manejo.

Já estou concluindo.

São 173 que só têm fiscais. Aqui só as federais fora as estaduais.

Então, acho que nós temos de colocar os pés no chão, vamos trabalhar a nossa realidade.

A Lei 9.985, que é de 2000, de 11 anos e que diz que tanto em florestas nacionais, modalidades de reservas, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável tem de ter conselho deliberativo, tem de ter plano de manejo.

Aí o IBAMA chega, Ministro Minc, e multa um pobre de um coitado de um agricultor, amigo da Maria que foi morta, amigos do Cláudio que foram mortos, porque estavam querendo mudar uma cultura. O IBAMA chega e multa esses que tem o forninho.

Mas, não seria ser o Ministério do Meio Ambiente que deveria ser multado primeiro?

Então, só para concluir, sobre alguns pontos que eu considero polêmicos.

Nunca passou pela minha cabeça que o projeto iria chegar aqui e que daqui houvesse qualquer pressão de quem quer que fosse para sair do jeito que estava. É tipo dois turnos, não é PEC, não é dois turnos, mas politicamente e na prática funciona como dois turnos, Senado e Câmara. Aprovou lá vem para cá e daqui volta para lá. Eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso.

Disse ao Deputado Aldo Rebelo que, eu mesmo, não concordo, não me conformo com a liberação da

recomposição de até 4 módulos. Não me conformo, principalmente para a região Amazônica. Quem vive lá sabe que isso pode trazer um grande dano. Não obrigar a recompor até 04 módulos. Não adianta dizer para o agricultor para ele recuperar que ele não tem meios de recuperar.

Em relação à anistia, aí eu não sou ruralista não, mas não vejo no Art. 33 qualquer anistia. O decreto foi assinado, o decreto foi reassinado, não tem anistia. Tem uma forma de punição e qual é a forma de punição? Estou aberta a todas as críticas, inclusive ao semblante de interrogação. Está escrito aqui. Quem desmatou pode entrar, não é Terra Legal é Mais Ambiente o nome do programa, pode se cadastrar no Mais Ambiente. Quem desmatou ilegal pode cadastrar-se no Mais Ambiente. Cadastra-se e recupera a terra, a floresta que foi suprimida ilegalmente.

A partir do momento em que foi cumprido isso, ele é liberado das multas.

Nem o decurso de prazo conta durante o período da vigência do período de recuperação.

A não ser que todos os Ministros do Meio Ambiente, inclusive o Ministro Minc que assinou o decreto e que foi prorrogado agora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Me permita um aparte.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– V. Exª tem toda razão: a única coisa que acontece é que, a partir do momento em que dou entrada no documento em que digo que vou recompor mas não digo como, não digo onde...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, perfeito, vamos chegar lá...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) –

E em determinados biomas não há mais espaço para recomposição, o que acontece? A punibilidade é suspensão, é extinta. E ainda se pode prorrogar. Por isso é que digo e repito: não tem aí escrito “anistia”, o que tem é um conjunto de permissões que flexibilizam de tal forma que acabaram levando a, entendeu?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu concordo com V. Exª, mas eu ia chegar exatamente aí. Eu não quero fazer nenhuma pergunta, mas eu acho que essa observação do Senador Eduardo pode ser respondida pelo ex-Ministro Minc, que foi quem assinou junto com o Presidente da República e tenho certeza de que quando assinaram não foi para legalizar o desmatamento, não. Sou daquelas que acham que o pardal tem que estar nas ruas, tem que estar nas avenidas, tem que estar nas estradas não é para arrancar dinheiro do povo, não. Não estou

preocupada com os R\$26 bilhões que possam deixar de entrar.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O que é pardal aqui? É o radar. Lá no meu Estado a gente chama pardal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aqui em Brasília a gente também chama pardal, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não é para arrancar dinheiro de quem ultrapassa a velocidade, mas é tão-somente para evitar mortes. Eu não estou preocupada com os R\$26 bilhões que podem deixar de ser arrecadados; não arrecada nada mesmo agora, principalmente do pequeno. Eu estou preocupada com a recomposição daquilo que foi subtraído ilegalmente da floresta. Essa é a minha preocupação maior.

Então, Senador Eduardo, repito o que disse desde o início: há convergência nas opiniões. Nós precisamos melhorar a redação, dar prazo, dar tempo, porque se é verdade que ele não pode ser multado, nada pode ser embargado, por outro lado, é verdade também que não conta o prazo para prescrição de crime. Está escrito aqui, que já é um avanço, que não tem nem no decreto.

Acho que é isto, o bom caminho é o caminho do diálogo. Mas eu sou quero voltar a pedir e implorar, porque senão nós vamos ficar no debate teórico e teoria é importante, mas, sozinha, sem a prática, não leva a lugar nenhum. Leis maravilhosas, só para mostrar para o mundo que nós temos, não adiantam. O que nos interessa é como as leis são aplicadas e qual o grau de eficiência das leis brasileiras em relação ao meio ambiente.

Acho que estamos bem servidos, não só pelas quatro comissões – quero dizer que foi uma vitória de ministros e da Comissão de Ciência e Tecnologia. Nós precisamos dar essa outra visão porque, senão, muda, muda, muda, mas não muda. Não muda porque não tem nada inovador, não tem nada de novo a não ser esses princípios que muitas vezes nem observados são.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Vamos ouvir, agora, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Srs. Presidente Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, parabéns pela qualidade dessas audiências e eu gostaria de objetivamente perguntar aos Ministros Carlos Minc, José Carlos Carvalho e Marina Silva, que têm dado uma colaboração ao lado dos demais, mas muito significativa e certamente todos

contribuirão muito para os pareceres dos Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique.

Como gestores, como veem a questão da competência para legislar dos Estados e Municípios como está no relatório aprovado pela Câmara.

O texto aprovado retira, na prática, competência, do Conama para definição dos critérios para regulamentação específica de vários dispositivos. Já mencionaram o assunto, mas eu gostaria de ouvir a conclusão sobre a importância desse órgão na atual sistemática de aplicação da legislação ambiental e como deve ser alterado o Código Florestal nesse ponto.

O texto aprovado na Câmara retira qualquer menção à lei no que diz respeito a crimes ambientais. Como fiscalizar a aplicação da norma sem que haja uma previsão de sanção?

E finalmente, sobre o debate em que se afirma se há ou não anistia decorrente do novo texto, o art. 33 do texto prevê que basta inscrição no plano de regulamentação ambiental (PRA) para que a área seja considerada isenta de multa. Será isso que se chama anistia?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Suplicy, quero agradecer a V. Exª e cumprimentá-lo pela sua objetividade, que contribui muito com o Presidente desta reunião, até pelo adiantado da hora.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita, última Senadora inscrita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Infelizmente, o tempo aqui não nos ajuda, porque é um corre-corre, um vai para lá vem para cá, e a gente não aproveita bem os espaços que temos de debate.

Quero iniciar em relação dizendo que, com relação à discussão do Código Florestal, como tem sido importantes essas audiências públicas, porque estamos acumulando informações. Pelo que percebo, estamos também ampliando um conhecimento que se aproxima de um certo consenso sobre as questões. Eu acho que isso nos ajuda e facilita muito. Vamos qualificando o debate e vamos buscando construir, na medida do possível, tentando aproximar aquilo que é mais consensual.

Eu teria três perguntas e vou tentar fazer, para ver se é possível responder ainda a tempo.

Uma pergunta que ainda nos incomoda porque se refere à agricultura familiar – talvez vocês já tenham até se manifestado sobre isso, mas de qualquer maneira eu vou fazer –: no entendimento de vocês, dos palestrantes, nossos ministros que aqui estão e com muita alegria nos os recebemos aqui, a não necessidade de propriedade de até quatro módulos fiscais de

recomporem a reserva legal não está restrita a propriedades da agricultura familiar? Como vocês entendem isso? Qual é o entendimento de vocês da não necessidade de propriedade de até quatro módulos fiscais de recomporem a reserva legal não estar restrita a propriedades da agricultura familiar?

Essa medida é um avanço para a agricultura ou um retrocesso para proteção do meio ambiente?

Não fixar um limite temporal para essa isenção é o maior risco?

O que significa para a proteção do meio ambiente considerar como área rural consolidada e, portanto, passível de legalização desmatamentos ilegais ocorridos até 2008? Me parece que essa questão já foi trabalhada por vocês.

Temos condições de comprovar o que foi desmatado até 2008? E o que ocorreu até hoje, por exemplo, não entraria como área consolidada? É possível fazer uma diferenciação? Qual o impacto disso em nossos ecossistemas mais frágeis e que sofrem maior pressão por desmatamento?

E, para finalizar, como é entendida a permissão da compensação em outro Estado sem o cadastramento georreferenciado, que é integrado em ambas as áreas? Haveria perda de controle sobre a conservação da área a ser compensada?

Então essas são as perguntas. Me desculpem se vocês já se pronunciaram sobre algumas delas.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Senadora Ana Rita, pela sua contribuição a esse debate.

Recebi uma solicitação do Deputado Alfredo Sirkis para fazer uma colocação – estou consultando o plenário –, mas queria pedir três minutos em função do nosso tempo.

O SR. ALFREDO SIRKIS – Com certeza, três minutos é suficiente.

A minha colocação é, primeiro, uma exortação aos Senadores, para que não caiam nos mesmos erros da Câmara do Deputados. O debate na Câmara foi extremamente pobre, foi polarizado, inutilmente, buscou-se sempre os pontos de divergência, jamais os pontos de convergência; Foi um cabo de guerra de epítetos onde se buscava, de um lado, caracterizar os ambientalistas como agentes de interesses estrangeiros – até hoje a acusação que me fizeram foi ser agente da agricultura francesa –, e do lado dos ambientalistas, até como reação, uma tendência a não reconhecer como verdadeiras certas preocupações do setor produtivo que me parecem consistentes.

Eu vejo duas coisas fundamentais. Em primeiro lugar, hoje nós dispomos de ferramentas tecnológicas

avançadíssimas que, em 1965, nem se sonhava. Então, o Código Florestal modernos tem que incorporar a possibilidade de incorporar essas ferramentas para sintonia fina das diferentes situações. Porque é verdade que nós podemos ter um determinado rio com uma série de situações naturais diferentes nas suas margens ao longo do seu curso. Então, eu acho que é fundamental, por exemplo, conversar muito com o Antônio Nobre, que vai fazer uma apresentação prodigiosa para vocês a respeito das ferramentas tecnológicas hoje disponíveis.

Podendo incorporar isso de alguma forma acho importantíssimo.

Finalmente, para concluir até antes dos três minutos que me deram, acho que uma coisa que faltou absolutamente no debate da Câmara foi a questão dos mecanismos econômicos; a discussão sobre serviços ambientais prestados por ecossistemas; a discussão sobre como podemos atrair uma imensidão de créditos de carbono que estarão disponíveis no dia em que a China e os Estados Unidos se comprometerem com a redução de suas emissões.

Eu acho que o Senado tem a oportunidade de travar o debate profundo que a Câmara não travou. E a bola está com os senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Alfredo Sirkis.

Vamos, agora, ouvir os nossos nobres convidados, começando pelo nosso Ministro Carlos Minc.

O SR. CARLOS MINC – Obrigado, Sr. Presidente. Também queria saudar a qualidade das questões levantadas e abordar algumas delas, imaginando que o José Carlos Carvalho e a Marina Silva vão abordar outras, dada a imensidão dos temas levantados nesta segunda rodada.

Bem, o relator Jorge Viana, meu companheiro e conhecedor do tema, até profissionalmente, levantou temas importantíssimos: a questão dos agrotóxicos, a questão das especificidades da exploração familiar, a importância de envolver Estados e Municípios, e a questão do risco do desmatamento legal.

Eu acho, Senador Jorge Viana, que a sua preocupação é correta, inclusive na nossa gestão, quando apresentamos dados do cerrado, incorporamos também o cerrado na meta brasileira do clima, já naquela altura dizíamos que era muito mais complexo combater o desmatamento do cerrado só com medidas de repressão. Se bem que na Amazônia também não foi só com medidas de repressão, veja a moratória da soja, pacto da madeira legal, iniciativas de Estado como o bolsa-floresta e várias outras.

Na Amazônia já não era e eu posso mencionar outras também do nosso tempo, como o preço mínimo

dos produtos extrativistas, e vários outras que V. Ex^a acompanhou *pari passu* assim como o então Governador do Amazonas e agora Senador. No cerrado tem que haver mais ainda mecanismos tecnológicos e mais ainda mecanismos financeiros, porque lá a autorização legal para desmatar é 65%. E lá estão as águas. Isso tem que ser completamente feito.

O Senador Eduardo Braga levantou um problema que ele levanta sempre – tem coerência – que é a questão do incentivo, dos serviços ambientais. Eu quero dizer, e ele sabe, a todos aqui que eu, como Ministro, até confrontei uma posição de governo para apoiar os governadores do Amazonas no REDD Plus, por exemplo, que passou a ser a posição brasileira. V. Ex^a é testemunha disso. Não era a posição inicial de alguma área econômica do Itamaraty, não era nesse sentido. E nós mudamos a posição trabalhando junto com os Governadores da Amazônia, V. Ex^a à frente. E passou a ser a posição do Governo brasileiro. V. Ex^a confirma exatamente nesses termos.

Eu vejo isso e queria listar aqui, Senador Eduardo Braga, alguns mecanismos que nós criamos e outros que podem e devem ser aperfeiçoados. Por exemplo: Fundo Amazônia, essencial, conseguimos só de um país doador US\$ 1 milhão não reembolsáveis, que foi da Noruega. Isso está em curso, é lento, mas vai avançando.

Outro: Fundo Clima, também foi apresentado pelo Governo, aprovado pela Câmara e pelo Senador, portanto pelo Congresso. Nós temos que usar esse recurso que é 10% do lucro do petróleo e do gás natural para estimular projetos de clima, de recomposição, de fiscalização, de monitoramento.

O terceiro: Preço Mínimo para produtos extrativistas. Tivemos que votar um a um no Conselho Monetário, porque no Brasil sempre teve preço de garantia para soja, café e algodão. Nunca teve para borracha, babaçu, castanha, etc. Agora não basta isso, a gente tem que avançar, por exemplo, na comercialização. Não adianta se ter o preço e não se colocar esse produto na merenda escolar, nos mercados. Estamos falando com os nossos companheiros do Acre, do Amazonas para garantir até no sudeste colocando, por exemplo, a castanha na merenda escolar, que é uma coisa interessante.

Bem, ainda como mecanismos econômicos, eu falei do REDD Plus, do preço mínimo, Fundo Clima, Fundo Amazônia. Aqui no papel que nós distribuímos a vocês, o último ponto – e eu não vou referir todos porque foi distribuído e eu imagino, Senador Rollemberg, que depois será publicado de alguma forma – da nossa contribuição, e nós contamos com o apoio de várias pessoas que ajudaram a fazer esse texto, in-

clusive o Tasso Azevedo, André Lima e vários outros, que também trabalham com a Senadora Marina Silva e que nos assessoraram a nós todos de alguma forma. Aqui estão listados seis mecanismos econômicos e financeiros, além daqueles cinco que eu mencionei – Fundo Clima, preços mínimos etc.

Por exemplo, política de assistência técnica especializada; preço mínimo e compra de produtos oriundos de manejos sustentáveis de APPs e reservas legais; política de agroindustrialização voltada para produtos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro; compensação por serviço adicional de proteção de vegetação nativa – V. Ex^a falou com muita propriedade desse tema. Acrescentaria tirar, por exemplo, o imposto territorial rural completamente. É uma sugestão concreta retirar, Senador Jorge Viana, o ITR...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MINC – Mas tirar o ITR de todas as áreas de reserva legal e APPs, com certeza. Não se pode pagar imposto em cima de uma área que não se pode utilizar do ponto de vista produtivo. É o mínimo, diz o Senador Acir.

Então, quero dizer que essa preocupação esteve presente no texto que nós apresentamos, mas esteve muito presente no tempo em que estivemos à frente do Ministério e criamos várias dessas políticas ou incrementamos algumas que vinham do tempo da Ministra Marina e nós levamos adiante muitas propostas dos governos estaduais como o caso do REDD Plus, que mudou realmente a posição brasileira. E a gente tem que levar isso às últimas consequências.

Passando rapidamente aqui para o Senador Sérgio Souza, que fez várias observações: falou do equilíbrio, criticou o art. 8º – e acho que ele tem razão, eu mencionei isso na minha fala inicial –, que abre o caminho da supressão da vegetação; discutiu a questão da área consolidada, pois, do jeito que está, até a área de pousio é consolidada. Isso eu falei na minha fala inicial, isso não tem cabimento. Uma coisa é ter lá uma macieira que você não vai tirar; outra coisa é uma área de pousio, que, se você não deixar recuperar a área de proteção, porque é área de pousio... Aí, realmente, isso tem que ser retirado do texto, entendo eu.

Perguntou-se se a legislação é a mais avançada. Acho que a legislação brasileira, em relação à questão florestal, é avançada. Pena que estão passando um pouco a motosserra em cima de uma parte desses avanços. E estou contando com que o Senado valorize o que é avanço e impeça esse recuo, que abre o caminho para o desmatamento. Em outras áreas, nem tanto; na área, por exemplo, de emissões de lixo industrial. E depois há muita impunidade. O problema também é do “cumpra-se”. Lá, no Rio de Janeiro, fizemos mais

de cem leis, e o mais difícil foi fazer a campanha do “cumpra-se”, de cumprir essas leis. Alguns Senadores chamaram a atenção disso.

Então, a gente tem de criar mecanismos de proteção dessa biodiversidade, mecanismos de fiscalização, mecanismos econômicos e mecanismos de apoio do Estado, por exemplo, pagando o georreferenciamento e a averbação dessas reservas.

A Senadora Vanessa fez uma série de considerações, inclusive algumas perguntas diretas para mim, e ela teve que sair, seguramente para outra comissão, mas eu vou falar de alguns pontos: a questão do desmatamento estimulado, a questão de APP e reserva legal, cumpram-se as leis florestais.

Realmente, não é fácil fazer cumprirem-se essas leis. Elas também têm que ter esse princípio da sua factibilidade. Eu acho que muita coisa pode e deve ser modernizada. Esse é o intuito também dos parlamentares em geral, mas eu acho que temos de ter um olho específico para, por exemplo, a questão da anistia, que foi um ponto levantado pela Senadora. Falamos disso no nosso texto. Vou só chamar a atenção – não vou repetir toda a argumentação: qual é o ponto central? E qual é a diferença do decreto que nós preparamos e o Presidente Lula assinou em dezembro de 2009, que é o Decreto Mais Ambiente?

Aqui, na forma como o projeto veio para o Senado, não existe um corte temporal, e existe a possibilidade de o governador prorrogar indefinidamente isso. Então, a pessoa está no erro; ela dá entrada na questão da recuperação; não diz a partir de quanto ela pode dar entrada a partir de desmatamentos feitos a partir de que data; então, ela pode fazer o desmatamento ontem, dar entrada; aí não cumpre o prazo de recomposição, e o governador prorroga por um ano; depois, por outro ano; então, você está prorrogando indefinidamente não aquele desmatamento que o sujeito foi levado para Rondônia e fez há 20 anos; você está prorrogando indefinidamente a recomposição do desmatamento feito há seis meses! Isso é equivalente a anistia. E isso, sim, estimula o desmatamento.

Rapidamente, queria só mencionar: o Senador Suplicy fez questões muito diretas. Sobre a questão do Conama, acho que o Senador Eduardo Braga respondeu muito bem. É um retrocesso. Todos os ex-ministros falaram disso, não é admissível, a Ministra Marina falou da composição. Realmente, as ONGs são menos de 15% do Conama, e não é assim... E mais: é complementar; não substitui as leis! Vai no vácuo delas, enquanto não houver outra lei que legisle sobre o mesmo assunto.

Em relação, Senador Suplicy, aos Estados e Municípios, a Constituição é clara: a União tem que legislar

sobre a floresta, meio ambiente e recomposição dos biomas. O Estado e o Município podem complementar, podem avançar, podem ser mais rigorosos, podem trabalhar na questão do manejo, podem trabalhar na questão de situações de fragilidade, de situações de vegetação em situação de regeneração. Agora, do jeito como está, a União Federal, ou seja, vocês aqui, Senado e Câmara, estipulariam apenas uma legislação muito genérica, cabendo a cada Estado e a cada Município fazerem 27 códigos florestais estaduais! Então, o ponto aí é como achar o princípio que a Constituição diz que a União estipula regras claras. A partir daí, elas são adequadas, adaptadas, e não podem ter a mesma especificidade no detalhe para a Amazônia e para o Rio de Janeiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS MINC – Vou concluir.

Ou mesmo dentro da Amazônia, como levantou o Senador Acir, para áreas diferentes.

A Senadora Ana Rita falou dos quatro módulos. Só vou responder essa, até porque concordo com as observações feitas pelo Deputado Sirkis, meu companheiro há alguns anos, não vou dizer quantos, mas já beira meio século.

Senadora Ana Rita, a questão dos quatro módulos, no texto, está confusa. Nós fizemos – eu era ministro –, assinamos um acordo com a agricultura familiar de 23 pontos. Inclusive gostaria, já que o Senador Jorge Viana falou sobre isso, de passar para ele um documento que foi assinado por mim, pelo então Ministro Cassel e pelos presidentes de todas as representações da agricultura familiar. Porque agricultura familiar não é a mesma coisa que quatro módulos. Agricultura familiar é mão de obra predominantemente familiar, o objetivo... Há várias coisas definidas numa lei federal, que é a lei da agricultura familiar. Na questão dos quatro módulos sem ser agricultura familiar, qualquer um pode partir a sua propriedade em várias de quatro módulos e acaba fragmentando e acabando com... Aí sim é perigo. Mas, no caso do pequeno, da agricultura familiar, eu acho que deve ser contado sim... eu defendo que seja contado, mas também que a APP seja recuperada. Se a APP está toda cortada, daqui a pouco, ele não terá nem uma coisa nem outra. Somam-se as duas, mas dá prazo e incentivo para o pequeno familiar recuperar a sua APP.

Não vou poder responder todas as outras questões.

Quero dizer o seguinte: estamos realmente num impasse. Eu acho que o Senado está demonstrando, pela organização das três comissões e pela intervenção dos Senadores, que o clima aqui está totalmente diferente do clima da Câmara. Buscar consenso, de-

bate em alto nível, questão científica, incentivo econômico, diferenciar o que é consolidado do que é..., diferenciar o que é desmatamento induzido do que é desmatamento ilegal. Diferenciar o que foi há 20 anos e o que foi ontem. Se você soma tudo, o legal e o ilegal, o ontem e o de há 20 anos, aí sim, você está querendo passar uma boiada onde passa apenas um boi. Aí você está querendo pegar o caso que tem que realmente ser reparado e regularizado e botar nessa porteira a boiada que vai aumentar o desmatamento e vai impedir o Brasil de assumir as metas. Porque o Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a ter metas de redução das emissões. A maior parte do governo era contrária a isso. A gente foi buscar apoio na Embrapa, na Ciência e Tecnologia, na universidade. O governo mudou de posição, e o Presidente Lula foi aclamado em Copenhague, porque a gente teve o menor desmatamento da história da Amazônia e fomos o primeiro país entre os países em desenvolvimento a assumir meta de redução. Só que agora a gente tem que cumprir, a gente tem que fazer um “cumpra-se” disso. E não será abrindo a porteira para passar a boiada e confundindo o desmatamento legal com o ilegal, confundindo o que é macieira consolidada com pecuária em topo de morro, que nós vamos alcançar a meta que levou o Brasil a ser considerado protagonista da política de floresta, da política de clima e da política de biodiversidade no Planeta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Carlos Minc.

Vamos ouvir agora o Ministro José Carlos Carvalho.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Obrigado, Presidente. Eu vou começar pela ordem das questões que foram colocadas, principalmente aquelas abordadas pelo Relator Jorge Viana, companheiro de longa data, colega com quem já repartimos e compartilamos várias das nossas lutas.

Primeiro, em relação à produção de grãos. Colocou-se aqui o potencial de grãos dos Estados Unidos, o que eles produzem efetivamente diante dos potenciais que nós produzimos.

É evidente que o Brasil tem espaço para aumentar a produção; os órgãos científicos que já passaram por aqui já fizeram essas demonstrações. Nós, como já se mencionou aqui, avançamos na agricultura, tecnologicamente, muito. Com exceção de alguns nichos de melhoramento genético, nós temos uma pecuária atrasadíssima, e aí é que está o espaço da modernização do agronegócio do Brasil. Nós podemos ter a produção de carne num espaço muito menor e reorientar esses espaços que estão hoje subutilizados, absolutamente subutilizados no processo de produção, para ampliar

a produção, de tal maneira que nós possamos quase que dobrar em relação... (*Falha na gravação.*) Se o próprio Congresso já deu uma lei para cada bioma, de tal maneira que as especificidades desses biomas vão ser alcançadas por leis nacionais específicas. Ao contínuo, os Estados, no uso da competência concorrente do art. 24 da Constituição, exercerão o seu poder de suplementar a legislação federal.

Eu pessoalmente acho que, diante da complexidade, do tamanho continental e das peculiaridades do Brasil, essa é uma questão vital na nova legislação. Por quê? Para quem vem do Sul e do Sudeste – e aqui temos representantes de todo o Brasil –, é perceptível, desde o advento da Lei nº 7803, que já tem 15 anos, que é impossível fazer legislação florestal no Brasil sem uma forte influência da realidade amazônica. Então, nós acabamos na lei, e como a lei é simétrica, nós transportamos uma realidade da Amazônia... Por exemplo, o Sul e o Sudeste vão passar a conviver com CRA e PRA, que são coisas que estão sendo assimilada da Amazônia e que serão levadas para o Sul e para o Sudeste. Essa é uma questão que deve ser discutida.

Quando se está em Estados de ocupação consolidada, absolutamente consolidada, você não tem mais... porque a diferença do Brasil é que nós temos uma fronteira econômica móvel no nosso Brasil setentrional, diferente praticamente daquilo que já ocorreu no Sul e no Sudeste, mas como a lei é nacional, nós igualamos.

E aí eu quero responder conclusivamente ao meu colega e amigo Jorge Viana o que fazer com a política e com a pós-política – eu acho que essa é a questão.

O Senado tem uma oportunidade rara, que é transformar uma discussão que está muito baseada no uso da terra, muita mais baseada, como disse o Senador Eduardo Braga – e depois quero chegar aos incentivos econômicos na sequência –, para resolver um problema de circunstância, como a Marina mencionou, que é o problema do uso ilegal, do uso irregular, que se tornou irregular, e não estamos fazendo um Código Florestal no sentido amplo. Nós não estamos fazendo uma lei florestal. Nós precisamos fazer uma lei florestal. E não é possível fazer uma lei florestal exclusivamente com mecanismo de comando e controle; é repetir os vícios do passado. Quero voltar a insistir nisso, sobretudo com os novos temas que foram postos, foram colocados aqui. Os temas novos estão rigorosamente ignorados na legislação: a mudança de clima, mecanismo de desenvolvimento limpo, o REDD, as possibilidades de cooperação. Então, há um mundo novo que um código transgeracional teria que levar em conta que não está claramente posto. Acho que esta é uma oportunidade. E uma oportunidade que se

vincula ao que disse também aqui o nosso Senador Eduardo Braga.

Ora, se lá em 65, como mencionamos aqui, o Brasil já antecipou, ao transformar suas florestas em bens de interesse comum, de interesse público, criando a terceira geração de direitos, porque tradicionalmente era o público e o privado, criam-se os direitos coletivos que depois viriam se transformar nos direitos difusos atualmente consagrados na Constituição e nas normas. Ora, se é um bem de interesse coletivo, é natural – e aí eu acho que o Brasil tem que assumir isso claramente – que toda a coletividade contribua para a sua manutenção, e isso também está absolutamente silente no projeto de lei que está sendo aqui debatido.

Outra questão ainda sintonizada com a provocação que o Senador Jorge nos fez, para refletir sobre o pós-código: o Brasil tem uma tradição – uma tradição longa – de fazer leis específicas, temáticas ou setoriais sem nenhuma sintonia com a LDO e com a lei orçamentária anual, absolutamente divorciadas. Então, você cria, numa lei setorial, uma série de obrigações para o Poder Público. Nós estamos falando aqui do cadastro e do programa de regularização ambiental, meus amigos; nós estamos falando de seis milhões de propriedades rurais, é disso que nós estamos falando. E se não dermos aos órgãos gestores os meios necessários, eu lhes pergunto: no dia seguinte – já falando no pós-código –, como vai ser isso resolvido? Porque estamos falando de institucionalidade – e aqui temos a presença de ex-governadores, o Jorge, que tratou muito bem, num ato criando uma secretaria de florestas, e a mesma coisa fez o nosso ex-governador Eduardo Braga. No meu Estado, isso também é bem equacionado, você tem instituições, institucionalidades florestais, para poder atender as demandas que a legislação impõe, e isso também é outro ponto absolutamente silente.

Eu quero fazer um registro público aqui do empenho da Senadora Marina como ministra, de criar um serviço florestal brasileiro que pudesse atender as nossas expectativas. E aí vou fazer aqui uma reflexão. O Congresso me devolveu uma lei pela metade, porque aqui cortaram, não deixaram que uma série de atribuições fossem colocadas no Código, na proposta do serviço florestal. Então é disso também que nós estamos tratando. É evidente que, como se trata de estrutura de governo, isso teria que ser feito em sintonia com o Poder Executivo, mas é preciso tratar da institucionalidade, de como vamos aplicar isso de maneira concreta.

Também volto a insistir em relação aos pontos aqui listados pelo Senador Braga, pelo Senador Sérgio, pela Senadora Ana Rita, que vão além de resolver

esse passivo, porque as pessoas ficam perguntando sobre APP e reserva legal. Outro dia mesmo, e é muito freqüente as pessoas perguntarem. Mas isso precisa realmente de uma reflexão. Por que APP? O que é área de preservação permanente? Porque, quando nós legislamos sobre floresta, como nós estamos editando o Código Florestal, não é só de floresta que estamos tratando. Essa é a questão central. Nós estamos tratando de água; nós estamos tratando de conservação de solo, por isso, aparece APP. Ela não está porque, em algum momento, se inventou. Você pode discutir se são 40 m, 50 m, 60 m, mas ela está lá porque é tecnicamente necessária para o interesse da própria agricultura. Então, aí vem esta imbricação: por que aparece APP? Por que vem reserva legal? Como disse aqui o ex-governador Eduardo Braga, nosso Senador.

Meus amigos, primeiro, eu listei aqui rapidamente: Venezuela, Nicarágua, Panamá, Chile, Bolívia, Costa Rica – só para ficar nos países latino-americanos – têm legislação específica para proteção de suas florestas na linha de APP e reserva legal. Não no mesmo grau que nós temos aqui, mas têm. Outra coisa, reserva legal num país que quer se tornar o grande *player* do agronegócio, no mundo em que o mercado – não estou mais falando de norma legal, de regulação – está cada vez mais exigente em relação à qualidade ambiental dos produtos, reserva legal é uma vantagem, não é um ônus. Nós precisamos inverter essa concepção. Agora, é um ônus que deve ser dividido, porque, se ele é importante para a coletividade – nós, brasileiros, estamos decidindo dessa maneira –, vamos arrumar uma forma de colaborar. Seja através de um fundo do setor elétrico, no momento – o Senador Rollemberg tinha colocado aqui, logo na introdução –, poderia ser uma chance.

Agora, a sociedade brasileira tem que decidir outra coisa. Não dá para, em pleno século XXI, o Brasil manter a mesma política de crédito rural desenhada nos anos 70. Mesmíssima! A única coisa que mudou dos anos 70 para cá foi o manual de operação de crédito do Banco Central, porque o conceito e o conteúdo continuam os mesmos.

Não é razoável que o agricultor que esteja com sua propriedade rigorosamente dentro da lei, e alguns casos acima da lei, receber o mesmo tratamento creditício de um proprietário que não tem. Então nós temos que voltar novamente a pensar num conceito de financiar o uso sustentável da propriedade rural. Precisamos acabar com o modelo de financiar produto, de financiar plantio de arroz, de financiar plantio de milho. A cada financiamento desse, como eu disse aqui, um processo no banco.

O crédito rural tem que ser direcionado para o uso sustentável da propriedade rural. E nesse momento de financiar o uso sustentável da propriedade rural, nós vamos incluir APP, nós vamos incluir reserva legal, nós vamos incluir a redução abusiva do uso de agrotóxico – o Brasil está sendo campeão no uso de agrotóxico no mundo –, nós vamos melhorar as práticas de uso da terra. Nós estamos falando num país, como você citou aqui, que vai desde o plantio direto, altamente tecnificado e extraordinário para o meio ambiente para processos empíricos.

Eu viajo muito de carro, de Belo Horizonte para Vitória. É de doer ver agricultura de montanha, um cidadão num trator arando morro acima, em que o tratorista está correndo risco de vida. Esse é o modelo de uso da terra que nós ainda praticamos, com financiamento do crédito rural. Então, sobra para os ambientalistas uma parcela de culpa que os ambientalistas não têm. E nós precisamos botar isso nos eixos. É lamentável quando falamos que não há tecnologia. É lógico que há tecnologia! Aliás, quem já foi a Machu Picchu, deve ter percebido que os incas, 300 anos antes de Colombo, já faziam agricultura em terraço, já respeitavam curva de nível. Há 300 anos antes de Colombo. Então, não estamos falando de coisa ainda por descobrir. É preciso fazer isso com o espírito voltado para o Brasil, para que nós possamos ter uma agricultura realmente produtiva, para podermos dobrar, se quisermos, em 10 ou 15 anos, a nossa atual produção de grãos em terras já desmatadas, manter os nossos ativos ambientais, recuperar os nossos ativos ambientais em áreas que, diferentemente da Amazônia, como mata atlântica, foram extremamente depredadas no passado e fazer com que a gente tenha condições de ser uma economia verdadeiramente sustentável. Poucas nações no mundo têm essa oportunidade.

Eu queria concluir com essa reflexão.

O Brasil está conseguindo entrar no grande jogo da economia mundial no momento em que ele ainda pode fazer isso de forma correta, sem todos os erros que os ricos cometeram no passado, sem repetir os erros que os ricos cometeram no passado. Então, nós podemos fazer a diferença. Nós podemos ser uma economia sustentável e fazer a diferença no terceiro milênio, bastando que as coisas sejam dadas sem emoção, com inteligência, e criando as condições objetivas para que eles possam fazer.

E, conclusivamente, porque ficou a provocação aqui do pequeno. Eu acho que se deve adotar a legislação que já trata da agricultura familiar e dar à agricultura familiar um tratamento. Eu, sinceramente, pessoalmente, ainda tenho dúvidas se devemos cancelar a obrigação de reserva legal em todo o universo de

pequeno. Tenho dúvidas. Eu, pessoalmente, adotaria uma regra progressiva de tal maneira que atenuasse a responsabilidade, mas que não eliminasse completamente. Mas acho que essa é uma questão que o Senado vai examinar. Eu acho que, até 30 hectares, poderia não ter; de 30 a x, ter; de x a y, fazer uma coisa progressiva de tal maneira que, a partir dos quatro, todos tenham que cumprir rigorosamente aquilo que já era exigido na lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro José Carlos Carvalho.

Realmente é muito bom ouvi-lo. O senhor traz lucidez a este debate.

Antes de passar a palavra a Ministra Marina, eu gostaria de ouvir a opinião de S. Ex^a acerca da proposta de utilizar parte dos recursos da redução das tarifas elétricas em função do fim da amortização dos investimentos na construção das usinas hidrelétricas, na constituição de um fundo que pudesse financiar o pagamento de serviços ambientais.

Com a palavra a Senadora e Ministra Marina.

A SR^a MARINA SILVA – Sr. Presidente, estou usando este dispositivo aqui porque tenho três hérnias de disco na cervical. Então, essa posição é cruel para mim.

Primeiro eu quero, mais uma vez, parabenizar as comissões de Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, e de Agricultura, por esta audiência. E gostaria de dizer que é uma pena que os outros colegas não tenham podido vir, mas obviamente a gente está inteiramente em concordância naquilo que foi dito aqui, porque éramos aqui ministros de diferentes governos, em diferentes períodos da história, juntos pelo Brasil que nós queremos, o Brasil do século XXI, que é capaz de integrar economia e ecologia numa mesma equação e não de vê-las como se fosse em oposição.

Quero também dizer da minha satisfação em ter aqui o relator, Jorge Viana, do começo ao fim desta reunião, saindo apenas para votar, e dizer, Jorge, que é uma responsabilidade muito grande. Você, como engenheiro florestal, ser relator desta lei, vai precisar da ajuda da sociedade, da ajuda dos seus colegas Srs. Senadores, da ajuda do Governo para fazer um bom texto. Porque como estão dizendo aqui a gente está falando muito mais de agricultura na lei das florestas do que de florestas na lei de florestas. E você, como engenheiro florestal, digamos assim, tem a árdua e feliz tarefa de colocar as coisas nos seus devidos eixos. Mas sei que você vai ter sabedoria e peço a Deus que te ajude a fazer essa construção.

O Jorge falou que sou a irmã mais velha, eu sou do dia 08 de fevereiro de 1958, ele é de setembro de 59. Portanto, são somente alguns meses.

Eu brincava aqui com o Eduardo, quando ele era governador, que ele era o irmão mais velho, porque era de um Estado grande. Então, na hora da briga tinha que chamar o irmão mais velho. Mas, eu fico feliz porque vendo a contribuição que o Minc já deu, o José Carlos também como engenheiro florestal, que tem servido a um governo diferente, mas estamos inteiramente alinhados. Isso não é uma leitura qualquer para ser feita. Se somarmos do Professor Paulo Nogueira, o Recupero, mais o Coitinho Jorge, mais o Professor Henrique Brandão, o José Carlos, eu e o Minc, são mais de 500 anos de experiência ambiental e pode ter certeza o senhor que eu sou quem está contribuindo menos com toda essa experiência. Então, vocês estão diante de um grande desafio e o Jorge fez algumas provocações inteligentes como relator. Não vou repetir o que os meus colegas disseram: ele fez!

O que nós devemos fazer para resolver o problema dos pequenos? O José Carlos já falou, e eu concordo. E acho, Jorge, que uma coisa na qual insistimos, na Câmara dos Deputados, mas que o relator não nos deu oportunidade desse caminho, dessa saída, é ter uma seção, uma espécie de capítulo específico para os pequenos agricultores, para os agricultores familiares.

Se nós fizermos isso, nós vamos resolver a maior parte dos problemas, porque você já vai separar e tirar o discurso que, em nome dos pequenos, você atende a interesses que não são dos pequenos e generaliza para quem sabe, pode e tem como resolver o problema, usando os que não sabem, não podem e não têm. Então, uma seção, um capítulo específico só para agricultura familiar, com as características que tem a agricultura familiar, porque tem uma lei específica, não é somente o tamanho da área; é ser o uso e o trabalho direto pela unidade familiar com contratação de mão de obra sazonal, com um certo nível de produtividade e de renda. A agricultura familiar é isso, não é o tamanho da produtividade que caracteriza o que é agricultura familiar. Então, se fizer isso, já estaremos no caminho que tentamos construir, em que pese dizerem que era pela agricultura familiar. Ninguém quis considerar a nossa proposta.

Em relação à questão de especificidades, porque o País é continental, o José já respondeu. A exemplo do que fizemos com a Mata Atlântica; levou 15 anos para aprovar a lei da Mata Atlântica, e foi na época da minha gestão; trabalhamos incansavelmente os vários governos, até chegar na minha gestão, trabalhamos a sua aprovação.

Mas, agora, a gente já sabe que é possível criar uma lei que vai, inclusive, incentivar o desenvolvimento sustentável para as atividades dentro de um bioma com essas especificidades.

O Jorge mencionou a questão das ações de comando e controle, e que a gente tem que avançar para o apoio às atividades produtivas sustentáveis. De fato, na minha gestão, o que prevaleceram foram as ações de comando e controle porque o plano de combate ao desmatamento estava fulcrado em três eixos estruturantes: combate às atividades ilegais, apoio às atividades produtivas sustentáveis e ordenamento territorial e fundiário.

Nós pensamos o plano estrategicamente e não apenas com as ações de comando e controle, com todas as ações necessárias para que ele pudesse ser um plano sustentável ao longo do tempo. As ações de apoio às atividades produtivas sustentáveis não dependiam do meu Ministério; a parte de ordenamento territorial, em parte, sim; outra parte, não. Mas criamos 24 milhões de hectares de unidades de conservação, aprovamos a lei da gestão das florestas públicas, criamos o serviço florestal brasileiro e ainda criamos a limitação administrativa provisória, que pode interditar qualquer área que esteja sendo devastada por seis meses. Aquilo que estava na nossa governabilidade como instrumentos econômicos para viabilizar, não somente pelas ações de comando e controle, foram feitas; e alguma coisa o Ministro Rosseto também contribuiu, na tentativa de fazer o ordenamento territorial e fundiário, porque inibiu 35 mil propriedades de grilagem. Vocês têm idéia do que seria não ter inibido essas propriedades em termos de desmatamento na BR-163 e em outras regiões do Brasil, lá na terra do meio, como estavam fazendo a festa?

E, como se não bastasse, fizemos o plano Amazônia Sustentável, que esse, sim, tinha quatro eixos. Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável, os demais que eu mencionei e a inclusão social. Porque não se pode falar de meio ambiente sem colocar os graves problemas sociais. O plano foi feito com a ajuda dos governos, o plano foi feito envolvendo os oito Ministérios, com a coordenação do Ministério do Planejamento e da Integração Nacional, com a Secretaria Executiva do meu Ministério, na época era o Ciro Gomes, depois mudou, mas assim nós fizemos o plano. Nunca me esqueço que o plano foi entregue ao Dr. Mangabeira Unger para a sua implementação. E ao ser entregue ao Dr. Mangabeira Unger o plano não foi implementado. A única coisa que foi feita pelo Dr. Mangabeira Unger foi levar o governo a mandar para esta Casa uma medida provisória sob a alegação de que com isso acabaria o desmatamento, que com isso

acabaria o ilegal, que com isso acabaria a grilagem, repassando 67 milhões de hectares de área na Amazônia. O Dr. Mangabeira Unger trabalhou exaustivamente pela aprovação dessa medida provisória, que foi aprovada. Lamentavelmente, não acabou com a grilagem, lamentavelmente agora estamos usando o mesmo discurso para flexibilizar o Código Florestal. Mas nós não podemos nos dar por vencidos. As pessoas me perguntam: a senhora está otimista ou pessimista? Eu digo: nem um, nem outro, eu estou persistente. Por que quem imaginou que a gente faria um plano de combate ao desmatamento que sairia de 27 mil km² para 6 mil Km² no ano passado? Isso parecia um sonho, mas virou realidade. Imaginem se colocarmos em prática as ações de apoio às atividades produtivas sustentáveis etc. etc. que não vou repetir.

Então, temos um grande desafio pela frente.

O Jorge falou do pós-Código. Ele tem razão, e temos que ficar muito atentos. Tem um cenário que acho não podermos contar com ele. Se prevalecer o texto aprovado na Câmara dos Deputados, o pós-Código será um desastre, será um desastre! Porque proteger floresta é exceção e a regra é destruição. As pessoas todas, como o José Carlos, a Maria, sua esposa e tantos que morreram em nome dessa legislação que existe no Brasil, Chico Mendes... Quando o Chico morreu não tinha a lei de crimes ambientais, não tinha o Sistema Nacional de Unidade de Conservação; quando o Chico morreu, nós tínhamos o velho Código Florestal. Nem isso terão mais para defender florestas, nem a lei teremos mais. Então, o pós-Código aprovado na Câmara dos Deputados será uma catástrofe. Mas, eu acredito que o Senado vai repor e nós vamos ter um pós-Código aprovado que vai exigir de nós trabalho.

Qual o trabalho do pós-Código? É uma política florestal, uma política nacional de florestas. É isso que vai fazer a diferença. Eu defendia isso e dizia, dentro do governo. Falei com o Ministro Palocci: Palocci a gente tem que tirar isso da pauta, convencer o Deputado Aldo, eu sei que é difícil. Vamos tentar fazer um caminho de volta.

E o governo, ao invés de mexer só no Código, faz uma política florestal, porque vocês, por mais que a gente chie aqui, não podem apresentar instrumentos econômicos porque o legislativo não legisla sobre matéria financeira. Quem pode legislar sobre matéria financeira é o Executivo. Nós, por acaso, fizemos uma política social dissociada do Executivo? A política social foi feita pelo Executivo porque ele que podia criar bolsa família, bolsa escola, transferência direta de renda.

Nós fizemos uma política de resíduos sólidos separada do Governo? Não temos como fazer, mesmo com uma política nacional de florestas. O pós-Código,

agora, é pedir para a nossa Presidente que encaminhe imediatamente a Política Nacional de Florestas. E com a Política Nacional de Florestas o serviço florestal, que ainda é desse tamanhozinho, ser transformado numa instituição do tamanho da Embrapa. É isso que tem que ser feito; a Embrapa é uma instituição respeitada, com pesquisadores, com uma estrutura fantástica, dentro e fora do Brasil, em vários países da África, dando contribuição. O Brasil tem que ter um serviço florestal do tamanho das suas florestas, do tamanho que ele pode dar para os países florestais, como a Malásia, a Indonésia, a Índia e sem falar nos países *hermanos*.

Então, temos um grande desafio depois desse Código aprovado.

Então, acho que em relação às coisas que o Jorge colocou, eu fico por aqui.

O meu amigo, Governador Eduardo Braga, ele falou sobre várias questões, fez um discurso brilhante. O José Carlos colocou, o Minc também colocou. Eu só vou colocar um senão aqui, na questão da compensação fora do bioma, pelo seguinte: quanto custa um hectare de terra no Sul, Sudeste e Centro-Oeste? Quanto custa um hectares de terra no Norte, por exemplo, no Amazonas? Ou mesmo no Cerrado? Então, todo mundo vai querer utilizar 100% das suas áreas nos lugares em que as suas terras são mais caras e compensar na Amazônia, e aí o seu Estado, daqui a pouco, vai ser...

O SR. CARLOS MINC – Mas Senadora, a questão não é fazer com essa liberalidade...

A SR^a MARINA LIMA – Ah, tá. Entendi...

O SR. CARLOS MINC – Só que há uma necessidade física se quisermos fazermos com que haja reposição, porque não cabe no espaço físico posto.

A SR^a MARINA SILVA – Então, este questionamento precisa ser feito porque, no meu entendimento, a reserva legal e a área de preservação permanente dentro do bioma, em determinados ecossistemas, é pelo serviço ambiental que ela presta, a função ambiental que ela tem para aquele bioma e para aquele ecossistema. A perda... mas, em alguns casos, será necessário recuperar. É só o cuidado para que não se tenha algo que leve a perder a função desse instrumento de proteção de biodiversidades, de mananciais e assim por diante, porque o Cerrado precisa dessas áreas para proteger o ecossistema do Cerrado, os ecossistemas do Cerrado, do Pantanal, da Mata Atlântica e assim por diante.

Era essa a observação. No resto, concordo com tudo.

O nosso Senador Sérgio, que já saiu, ele falou uma coisa aqui que irei comentar muito rapidamente. Ele disse: Bom, isso aqui não é um debate ambiental porque se trata de regulação dentro de propriedades

privadas. É claro que é um debate ambiental! É um debate ambiental e é econômico; é um debate econômico e ambiental, mesmo sendo dentro de propriedade. Se as propriedades privadas pudessem sobreviver sem água, sem agentes polinizadores, sem os serviços ambientais que a floresta presta, ele estaria correto. Mas, como não é possível prescindir de interesse, sim, seja público ou privado, preservar os serviços ambientais prestados pela floresta, que é uma depositária de biodiversidade.

A Senadora Vanessa não fez nenhuma pergunta, e obviamente que ela teve que se ausentar por corretas, mas, ainda do nosso Senador tenho uma coisa aqui. Ele falou que desses 60% do território com florestas é só a parte de floresta nativa e que tem a parte de floresta plantada. O José Carlos me admoestou aqui que de floresta plantada a gente tem em torno de 4%. Logo, a maior parte mesmo é de floresta nativa. O Brasil é um País que, graças a Deus, tem muita floresta nativa.

Em relação à outras questões que ele colocou, de ONGs interferindo nesse assunto, eu acho que a gente tem que ter um olhar adequado e moderno para esse debate. As organizações da sociedade civil têm dado uma contribuição fantástica no mundo inteiro e acho que somente aqui no Brasil que elas são tão execradas por alguns setores. Durante muito tempo os ambientalistas ficavam pedindo aos desenvolvimentistas o que eles poderiam fazer para proteger a natureza, o meio ambiente. Hoje, são os desenvolvimentistas que estão dizendo para os ambientalistas o que eles poderiam fazer pelo desenvolvimento. Há muitas contribuições sendo dadas para o setor produtivo em todos os seguimentos pela competência acumulada pelo setor ambiental, as ONGs, que, aliás, hoje a competência instalada, a maior parte, vem do mundo das ONGs, porque não foram formados nas universidades; não foram formados dentro dos governos, estão sendo puxados, drenados para dentro dos governos e da academia. Isso, se não for reconhecido como tal, a gente fica fazendo essas satanizações que não servem. Não existe ONG ruim, genericamente, assim como não existe agronegócio ruim, genericamente falando. Existe agronegócio e agronegócio, ONGs e ONGs. E as que se relacionam conosco abertamente, conversam nesses corredores, pedem audiência, não tem nenhuma que seja digna dos achaques que são feitos publicamente como se fosse vendedor, traidor da pátria. Nenhum! Porque se tiver e o Ministério Público não mandar para a cadeia imediatamente estará prevaricando. As que conversam abertamente, aqui nesses corredores, são homens e mulheres de bem tentando contribuir com o desenvolvimento sustentável do nosso País.

A questão da biopirataria, colocada por ele, que está propondo uma agência, uma iniciativa interessante. Eu gostaria, inclusive, de conhecer, mas tem um dado: não vai combater biopirataria sem uma lei. Hoje, nós temos uma medida provisória, tem sanção administrativa, mas não tem sanção penal. E uma lei que não tenha unha, que não tem dente não serve para nada daquilo que a gente quer fazer em termos de proteção. O que é preciso é uma lei aprovada no Congresso. E eu com frustração digo que a primeira lei que eu apresentei, em 1995, chegando aqui – um dia desses eu estava vendo uma entrevista minha, eu tinha um sotaque bem mais carregado do que tenho agora. Fiquei triste, porque perdi o sotaque. Então, à lei apresentada por mim, fiquei aqui 16 anos batalhando e não consegui aprovar a lei, a lei de Acesso aos Recursos de Biodiversidade. Não adianta a gente criar qualquer estrutura se não tivermos uma lei que crie os instrumentos econômicos, mas que também puna os biopiratas. Não vai funcionar.

Bem, agora, vamos à Senadora Vanessa, que não está aqui, mas os nossos telespectadores, vocês que estão aqui, o nosso relator. Há algumas coisas sobre as quais eu gostaria de falar. Por exemplo, ela disse que o nosso Deputado Aldo é corajoso porque enfrentou um tema polêmico. De fato, enfrentou um tema polêmico. Sem demérito, eu sempre digo que o Aldo é um homem de esquerda, tenho respeito pela sua biografia de esquerda e sempre o tratei com respeito e gostaria, inclusive, de ter sido tratada igualmente. Mas, graças a Deus que aprendi alguma coisa com a minha fé: melhor sofrer uma injustiça do que praticar uma injustiça. Então, estou muito mais feliz de ser injustiçada do que cometer uma injustiça. Eu não preciso entrar em detalhes porque todos os senhores sabem do que estou falando, do ataque injusto que foi feito a mim e ao meu marido, e que eu encaminhei ao Ministério Público para que investigue, porque não se pode, neste País, banalizar qualquer tipo de acusação de corrupção. A banalização da corrupção não nos leva a lugar algum.

Então, tenho respeito pela sua biografia, mas nesse ponto do Código Florestal estamos divergindo. O Deputado Aldo, de fato, enfrentou temas polêmicos. A questão dos transgênicos ele estava lá e ajudou a viabilizar o texto dos transgênicos que nós temos hoje. Eu acho que é um texto excessivamente permissivo; o Brasil poderia ter um modelo de coexistência e não tem; poderia ganhar duas vezes e não ganha, porque tem um texto permissivo.

Na questão de Raposa/Serra do Sol, como uma pessoa que tem inclusive relação com as Forças Armadas, o Deputado Aldo também estava contrário

à demarcação de Raposa/Serra do Sol. E agora, na questão do Código Florestal.

Então, eu posso identificar três momentos em que ele enfrentou temas polêmicos: a questão dos transgênicos, Raposa/Serra do Sol e na questão do Código Florestal. Nesses três temas estamos divergindo. Tivemos divergências, mas isso não nos inviabiliza como homens e mulheres que, na democracia, estabelecessem o diálogo em cima de princípios éticos e de respeito uns para com os outros.

Eu não vou me ater mais, porque já estamos no final, mas ela falou o seguinte: que a gente precisa de uma lei que seja exequível, que tenha condições de ser implementada, porque o que nós temos pode ser muito bonita e não ser implementada. Olha, nós temos a lei mais bonita que um país pode ter sobre educação; nós temos a lei mais bonita que um país pode ter sobre saúde. O Sistema Único de Saúde diz que todos os brasileiros têm direito a um tratamento de saúde adequado, mas nós vamos encontrar centenas de pessoas que não conseguem um médico, que não conseguem uma assistência e nem por isso nós vamos dizer: vamos revogar, mudar, adaptar essa lei porque não está sendo cumprida adequadamente. A mesma coisa em relação à educação. Ainda temos 10 milhões de jovens analfabetos, mas a lei diz que é obrigação do Estado educação de qualidade para todas as nossas crianças e nem por isso nós vamos dizer “vamos agora tornar legal os que são analfabetos mudando a lei”. Então, se é válido para a saúde, se é válido para a educação, é válido também para a legislação ambiental.

E aí, eu quero encerrar dizendo o seguinte: não podemos inverter a equação e, ao invés de passarmos no teste, a gente mudar o teste. Passar no teste é termos um texto que faça a mediação entre preservação e desenvolvimento que integre agricultura, ecologia e economia e partirmos para os instrumentos econômicos e a criação da Política Nacional de Florestas. Isso, sim, vai nos fazer dar um passo para o desafio do século XXI.

Por último, sei que a nossa Presidente Dilma já recebeu ontem a Presidente da CNA. Amanhã, nós vamos ter uma reunião do Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, composto pela OAB, pela CNBB, pela ABI, por várias organizações da sociedade civil. Eu gostaria... E sei que o movimento vai pedir uma audiência também para a nossa Presidente. E tenho certeza de que, da mesma forma que ela recebeu a Presidente da CNA, vai receber também o Comitê em Defesa das Florestas.

Mas, se eu posso pedir para o Presidente das Comissões, da base do Governo, o Relator, da base

do Governo, e para o Senador Suplicy, para que também possam fazer a intercessão para que tenhamos a ausculta do representante da agricultura brasileira e do Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável pela nossa Presidente. A primeira mulher Presidente da República e, talvez, a única que possa nos fazer dar o passo que precisamos: gerar o Brasil do século XXI. E o Brasil do século XXI tem de ter florestas, tem de ter biodiversidade e agricultura próspera e, principalmente, um processo de escuta democrática. Tem de ter a visão, o processo e a estrutura. No caso do Código Florestal, da visão, acho que todos nós falamos. O processo é esse, não aquele lá da Câmara. E a estrutura, com certeza, é um texto à altura do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Marina, Ministra Marina.

Eu quero pedir aos Senadores Eduardo Braga, Acir Gurgacz, Cristovam Buarque e Jorge Viana para ficarem mais cinco minutos, após o encerramento desta reunião, para fazermos a eleição – cinco minutos, as urnas já estão ali – da Subcomissão da Água e da Subcomissão da Rio+20.

O Senador Cristovam Buarque pede a palavra. Eu peço, encarecidamente, para o Senador Cristovam ser breve, para que nós possamos fazer as eleições em seguida. Até porque estamos aqui desde as 8h30 da manhã.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Vou ser breve, Senador. Até porque creio que o que vou apresentar não dá para debater. Mas é uma emenda que estou apresentando ao Código, já no art. 1º, porque eu não sei por que não se colocou, e é importante, hoje, quando a gente faz 57 anos da morte de Getúlio Vargas, que foi quem tomou a iniciativa de dizer que o subsolo brasileiro pertence à Nação, e não ao dono do terreno. Eu me pergunto por que os recursos minerais no subsolo pertencem à Nação e as florestas que estão em cima pertencem ao dono do terreno. Eu estou colocando uma emenda, sabendo que provavelmente não será aprovada, que diz o seguinte: “As florestas brasileiras são patrimônio da Nação brasileira, podendo ser concedido seu uso a particulares dentro das regras definidas por esta lei”.

Fará uma diferença completa você ver as florestas como propriedade do dono do terreno ou ver para uso do dono do terreno. Eu gostaria, naquela hora que pedi, de ouvir a opinião de cada um, mas é impossível ouvir agora. Mas não queria deixar de registrar em público

essa minha proposta. E não pude ficar, porque tinha muito o que fazer, comissões, almoço, mas...

O SR. CARLOS MINC – Mas eu queria replicar. Queria permissão... Um minuto!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por mim, não tem problema.

O SR. CARLOS MINC – Só para lembrar... Um minuto apenas! Só para lembrar que, na tradição legislativa brasileira, dos recursos naturais renováveis, o único que é privatizado são as florestas. A fauna é propriedade do Estado, as águas são de domínio do Estado, o subsolo é de domínio do Estado. O único recurso natural expressivo hoje, que não tem o tratamento de domínio do Estado, hoje, são as florestas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Vou encontrar tempo de repor minha justificativa e acrescentar isso. (*Risos.*)

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço ao Senador Cristovam Buarque pela sua contribuição, agradeço aos nossos convidados. Realmente, tivemos um dia especial, hoje, aqui, no Sento Federal, muito enriquecedor para o nosso debate.

Antes do encerramento, submeto a ata da reunião à deliberação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 9 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 14 horas e 46 minutos.)

Ata da 31ª reunião da comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle, em conjunto com a 31ª reunião da comissão de agricultura e reforma agrária e 32ª reunião da comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 25 de agosto de 2011, quinta-feira, às 08h30.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ** e **EDUARDO BRAGA**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.

Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ANA AMÉLIA, ANTONIO RUSSO, BENEDITO DE LIRA, CYRO MIRANDA, EDUARDO BRAGA, JAYME CAMPOS, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TQUES, REDITARIO CASSOL, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VITAL DO RÊGO, WALDEMIR MOKA, WALTER PINHEIRO e ZEZE PERRELLA**. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Justificou a sua ausência o Senhor Senador Flexa Ribeiro. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 73, de 2011-CMA; nº 46, de 2011-CRA, nº 37, de 2011-CCT; com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), com a presença de Ex-Ministros da Agricultura: Reinhold Stephanes, Francisco Turra e Alysson Paulinelli. A Presidência anuncia a presença do Senhor Deputado Federal Homero Pereira. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO Nº 50, CRA-2011**, que requer, “nos termos regimentais, seja realizado encontro, dentro do Ciclo de Debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 16 de setembro do corrente ano, sexta-feira, às 14h, na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, com a finalidade de debater o Código Florestal, bem como a cadeia produtiva de leite”. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Colocado em votação, a CRA aprova o requerimento. **2) REQUERIMENTO Nº 78, DE 2011-CMA; Nº 42, DE 2011-CCT E Nº 51, DE 2011-CRA**, que requer “nos termos dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, na condição de relatores, a realização de encontro, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no dia 16 de setembro de 2011, às 14:00 horas, tendo como tema o debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre normas gerais de política florestal”. Autoria: Senadores Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana. Colocados em votação a CMA, CCT e CRA aprovam os requerimentos. **3) REQUERIMENTO Nº 79, DE 2011-CMA; Nº 43, DE 2011-CCT E Nº 52, DE 2011-CRA**, que “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento n.º 66, de 2011-CMA, seja realizada diligência na fazenda pertencente ao ex-ministro Alysson Paulinelli, em Baldim (MG), em conjunto, pelas Comissões de Ciên-

cia, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), visando conhecer e avaliar a tecnologia de manejo do solo e da água empregada na propriedade para uso agropastoril”. Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga. Colocados em votação, a CMA, CCT e CRA aprovam os requerimentos. A presidência passa a palavra aos ex-ministros. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, RICARDO FERRAÇO, ZEZE PERRELLA, PEDRO TAVARES, REDITARIO CASSOL, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, KÁTIA ABREU e CASILDO MALDANER**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Ao término da reunião, a presidência submete à votação a leitura da ata da reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos, havendo lavrado a presente ata José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Luiz Gonzaga Silva Filho, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO CONJUNTA DE 25-8-2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 31ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 31ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública que visa coletar subsídios técnicos e jurídicos para o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, Lei 4.771, de 1965, em cumprimento aos Requerimentos nº 73, de 2011, da CMA; nº 37, de 2011, da CCT; e nº 46, de 2011, da CRA, de autoria

dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, aprovados em 16 de agosto do corrente.

A audiência conta com a presença dos seguintes ex-Ministros: Ministro Alysson Paulinelli, querido amigo, grande referência da agricultura brasileira, que convido para a Mesa; Ministro Francisco Turra, a quem também agradeço muito a presença e a contribuição que dará a esse debate. Estamos aguardando ainda a presença do Sr. Ministro José Eduardo Andrade Vieira e do Sr. Ministro Reinhold Stephanes. Foram também convidados os ex-Ministros Roberto Rodrigues, Arlindo Porto e Pratini de Moraes, que informaram sobre a impossibilidade de seu comparecimento hoje. O Ministro Pratini de Moraes solicitou que comparecesse a esta Comissão o Sr. Fernando Sampaio, Diretor da Abiec – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne –, que nos honra com a sua presença e que trouxe um documento que farei distribuir entre os demais Senadores.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz; o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; e afirmar, prezados Ministros Alysson Paulinelli e Francisco Turra, que nós temos procurado, aqui no Senado, construir um ambiente de entendimento, um ambiente de equilíbrio para fazer esse debate e poder aprofundá-lo. Esta reunião conjunta das três Comissões demonstra, de forma simbólica, esse esforço coletivo, esse esforço conjunto.

Tivemos já a oportunidade de realizarmos uma série de audiências públicas no primeiro semestre e, retomando os debates no segundo semestre, na semana passada, ouvimos o Relator na Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo. Ontem, tivemos um debate de alto nível com ex-Ministros do Meio Ambiente – ex-Ministra Marina Silva, José Carlos Carvalho, Carlos Minc e Sarney Filho – e, hoje, teremos com os ex-Ministros da Agricultura.

Pelo conhecimento que temos das histórias, das trajetórias dos senhores – quero registrar a presença da Senadora Ana Amélia e do Senador Cyro Miranda –, temos a convicção de que darão uma enorme colaboração a esse debate, para que o Senado Federal, o Congresso Nacional possa oferecer ao Brasil um Código Florestal moderno à altura das expectativas da população brasileira.

Tenho reiterado que, pelas experiências dos senhores como ex-Ministros da Agricultura, em um País muito bem-sucedido na agricultura, porque, como nos afirmou a Embrapa em uma das audiências públicas, nos últimos 35 anos o Brasil aumentou a sua produção agrícola em 268%, mas aumentou apenas em 48% a sua área plantada, o que demonstra sucesso

nas políticas desenvolvidas, V. Ex^{as} têm uma grande contribuição a dar para isso.

Quero registrar, porque tenho muito orgulho de registrar isso, Senador Moka, que tive a honra de ser colega do Ministro Alysson Paulinelli no Fundo Setorial do Agronegócio, que tive a honra de presidir, no Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Ministro Alysson representava o setor produtivo. Isso mostra como foi fácil para mim, porque sempre sob a orientação e a inspiração do Ministro Alysson Paulinelli os nossos trabalhos realmente eram muito facilitados.

Acompanhei na ocasião, e virei um grande entusiasta, o entusiasmo com que o Ministro Alysson Paulinelli defendia as tecnologias de integração lavoura/pecuária/florestas. Procuramos apoiar junto à Embrapa a difusão dessa tecnologia e hoje terei a oportunidade, após a fala dos senhores, de fazer alguns comentários sobre isso. Entendo que é uma das alternativas que o Brasil tem para aumentar muito a sua produção, aumentar muito a sua produtividade e reduzir a pressão sobre novos biomas.

Quero cumprimentar a todos, dizer que estou muito otimista de que, com esse ambiente de diálogo, esse ambiente “distencionado”, nós poderemos, cada um, dar uma contribuição maior à elaboração desse Código Florestal. E esse é o nosso grande objetivo.

Muito obrigado pela presença dos senhores.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Bom dia. É um prazer estar aqui, juntamente com o nosso Presidente do Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, com as boas-vindas ao Ministro Alysson Paulinelli, que pela segunda vez este ano vem à nossa Comissão para debater este assunto tão importante que é a reforma do Código Florestal Brasileiro.

Dou as boas-vindas também ao Ministro Francisco Sérgio Turra. É um prazer tê-lo conosco também, Ministro, mais uma vez, para que a gente possa discutir esse assunto.

Cumprimento o nosso Vice-Presidente da Comissão de Agricultura Waldemir Moka, que tem feito um trabalho muito importante junto com todos nós para que esse trabalho possa ter um resultado positivo para a elaboração do novo Código Florestal Brasileiro.

Nós estamos trabalhando sempre em conjunto, as três comissões, para tratar esse assunto sem embates, sem as divergências que porventura algumas pessoas queiram colocar, de que haja um embate entre agricultores e ambientalistas, cientistas e alguns segmentos da sociedade.

Desde o início dos trabalhos, estamos trabalhando no sentido de ter um Código Florestal a partir de uma

ação conjunta, que seja resultado de uma convergência, porque todos nós queremos ver o Brasil continuar produzindo, aumentar a sua produção agrícola, mas também ter um Brasil cuidando do meio ambiente, cuidando das nossas reservas, cuidando das nossas nascentes, dos nossos rios. É o Brasil que nós queremos. Se outros países cometeram erros ao longo da sua história, nós, brasileiros, temos a oportunidade de não deixar que aconteça isso no nosso País, sem nunca prejudicar a produção de alimentos, que hoje é a maior fonte de riqueza do nosso País. Tanto é que o Brasil tem um superávit na balança comercial hoje graças ao agronegócio brasileiro.

É nesse sentido que eu cumprimento os ex-Ministros, dizendo que se hoje nós temos uma supersafra a cada ano nós devemos isso a cada governo que passou, a cada ministro que passou à frente do Ministério da Agricultura, tanto o Ministro Alysson Paulinelli, que fez um grande trabalho quando esteve à frente do Ministério da Agricultura, como o Ministro Turra, que teve um grande trabalho. Hoje nós temos sempre um resultado daquilo que foi feito no passado.

Queremos continuar avançando, evoluindo. Para isso nós temos que trazer legalidade às pessoas que fazem a agricultura brasileira. Para isso, precisamos aprovar o novo Código Florestal brasileiro de acordo com a necessidade da população brasileira, não apenas de acordo com a necessidade dos agricultores e também não com a necessidade dos ambientalistas, mas, sim, com a necessidade da população brasileira.

Esse é o nosso trabalho aqui no Senado, distencionado, como disse o nosso Presidente Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente. Nós estamos juntos, todos trabalhando para que possamos realmente fazer um trabalho que venha fazer com que o Brasil se torne o maior produtor de alimentos do Planeta e que venha a ser também um País ambientalista, um dos maiores do Planeta, até porque o Brasil tem uma das maiores reservas florestais, de água do Planeta e não queremos perder isso em hipótese alguma. Sabemos que isso é uma riqueza, que, bem utilizado, trará muitos benefícios e renda financeira para o País e também para os proprietários dessas áreas, mas, se queremos cuidar das nossas reservas, precisamos cuidar do ser humano, precisamos cuidar do agricultor, ele, que está lá no campo, que vai fazer com que o Brasil continue produzindo, crescendo e também com que o Brasil cuide de nossas reservas florestais, dos nossos mananciais. Enfim, o Brasil que queremos, produzindo e conservando, este é o Brasil de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo a palavra ao senhor novamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para registrar aqui, com muita alegria, a presença do Deputado Homero Pereira, do Estado do Mato Grosso. É uma alegria tê-lo aqui, meu amigo, revê-lo.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, Senador, Presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz, ex-Ministro, meu amigo Turra, Ministro, dizer da minha alegria de estar aqui.

Na verdade, estou representando aqui a Comissão de Ciência e Tecnologia, porque o Senador Cyro Miranda, que já vai adentrar, teve de tratar de uma questão na Comissão de Infraestrutura.

Mas aproveita esta oportunidade, Senador Rodrigo Rollemberg, para dizer que fui Deputado, como o Deputado Homero Pereira, e ajudei a construir o texto que aprovamos, primeiro, na comissão especial, e, depois, no plenário da Câmara dos Deputados.

Quero dizer a dificuldade que foi votar o texto e também que essa questão do Código Florestal se arrasta já há décadas. É evidente que todo o debate que pudemos fazer na Câmara foi feito. Tenho a consciência tranquila quanto a isso. Só no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, fomos a duas audiências pública, uma em Campo Grande e outra em Corumbá, para que a Comissão pudesse ver o Pantanal, que é, sem dúvida nenhuma, algo a parte.

Esse esforço resultou na votação do texto que aí está. Não participei da votação do texto porque ela aconteceu este ano, mas ajudei a construí-lo e digo que o Código que foi votado é diferente do que se pretende colocar, como a anistia e algo que estimule novos desmatamentos, com o que não posso, absolutamente, concordar. E os debates aqui no Senado vão servir exatamente para que possamos aprimorá-lo.

O debate é importante e o momento é exatamente o de tranquilizar esse debate, fazer com ele ocorra em um clima – divergências vão existir – em que possamos, como estamos, realizar audiências públicas até de forma conjunta, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia.

Quero registrar, mais uma vez, que a classe científica, sim, foi convidada a participar na Câmara dos Deputados. Na época não havia, não tinha sido colocada uma proposta, e eles reconhecer aqui no plenário, quando eu trouxe, à guisa de esclarecimento, um requerimento que os convidava a participar, na Comissão de Agricultura.

Estou colocando essas coisas aqui de forma muito tranquila, mas é importante que a gente resgate também o esforço que foi feito pelo extraordinário homem público que é Aldo Rebelo. Agora, daqui para frente,

nós temos dois relatores: Senador Luiz Henrique, ex-governador de Santa Catarina, e o Senador Jorge Viana, ex-governador do Acre, dois homens públicos da melhor qualidade, maduros e equilibrados. E nós haveremos de fazer, sim, o texto que será o melhor para o País.

As pessoas olham para o Moka e dizem assim: esse aí é latifundiário lá do Mato Grosso do Sul. É o que pessoal vê em mim. Eu sou médico e professor. Não tenho propriedade rural. Sempre defendi a agricultura e a pecuária porque eu defendo a economia do meu Estado. É diferente. Não tenho nenhum motivo para querer um texto ou outro. Tenho, sim, o dever, como cidadão e como Senador da República, de dar ao meu País o melhor texto.

Algumas coisas precisam ser ditas. O Brasil é um país que tem quase três hectares de floresta para cada brasileiro, 2,7 hectares. Qual o país que tem isso? Nós temos ainda mais de 60% da nossa cobertura natural. Qual o país que tem isso? Aqueles que querem nos apresentar aqui não conseguiram ficar com meio por cento das suas reservas naturais. O que esse pessoal tem para nos destinar? –alguns falam.

É claro que nós vamos ver o que está do outro lado. E nós não queremos. Nós queremos que o Brasil fique preservando todo o seu patrimônio ambiental e continue sendo o grande produtor de alimentos. São coisas diferentes. Eu só não concordo com esse discurso acuado. Nós temos que dizer: nós somos, de longe, o país que mais preservou as suas reservas ambientais e, apesar disso, somos grandes produtores de grãos e de carne. Isso é que nós temos de dizer, porque essa é a realidade, e fazer um texto que garanta a nossa liderança na questão ambiental e as condições para que a gente possa continuar produzindo.

Para encerrar, vou citar só um item estatístico. Nas últimas décadas, Senadora Ana Amélia, V. Ex^a, que é do Rio Grande do Sul, nós aumentamos qualquer coisa em cinquenta e poucos por cento da área plantada e mais do que triplicamos – são duzentos e sessenta e poucos por cento – a nossa produção. Só isso justifica. Nós produzimos três vezes mais numa área 50% maior. É disso que nós estamos falando. Então, por que não colocar esses argumentos e essas estatísticas a nosso favor?

Encerro a minha participação, dizendo ao Presidente que me honra muito estar aqui ao lado deste extraordinário – Turra, me permita, mas o Ministro Paulinelli é, sem dúvida, uma referência para todos os brasileiros – homem que até hoje dedica o amor a sua pátria e à terra propriamente dita. Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, primeiro, agradecer as manifestações e endossar as suas manifestações, Presidente Rodrigo Rollemberg, nosso Presidente Acir Gurgacz, a respeito desse desafio que temos pela frente. Se chegarmos até o dia 15 de novembro com este Código votado, será uma grande vitória.

Queria também registrar a minha satisfação pelo que disse o Senador Waldemir Moka, que é o nosso Vice-Presidente na Comissão de Agricultura, dando o esclarecimento. Já se usou uma tática de repetir sempre uma inverdade e ela acaba se tornando uma verdade. E voltou-se a dizer ontem aqui, durante uma audiência pública, que os cientistas não foram chamados ou não tiveram a oportunidade de participar do debate do Código Florestal na Câmara dos Deputados. É importante que a gente também colabore, como fez V. Ex^a, que conviveu e até colaborou na Câmara, quando estava lá, com o brilhante trabalho feito pelo Deputado Aldo Rebelo, que está sendo examinado pelo Senado Federal.

Queria cumprimentá-lo, Senador Moka, pois esse esclarecimento ao País é muito importante, até porque o Código Florestal não é um tema de interesse de produtores rurais não é um tema de ambientalistas, é um tema de interesse do País, da população. Ontem, o Presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, em um debate na Comissão de Infraestrutura declarou as necessidades que a Petrobras, que entra na produção de etanol e de biocombustíveis, vai precisar, em termos de abastecimento desta matéria-prima, para produzir a energia renovável. E é da agricultura que vai sair essa energia renovável, onde o Brasil já se destacou mundialmente pela tecnologia desenvolvida graças aos estudos da Embrapa e também do Programa Brasileiro de Álcool, que foi e é reconhecido mundialmente.

Então, nós temos aí um espaço muito grande e precisamos organizar isso. Não se discutiu até agora o custo econômico disso. E não é apenas o produtor rural. O Código impacta toda a economia brasileira, porque dentro da propriedade tudo vem de fora: a semente, o combustível, o fertilizante, todos os defensivos agrícolas, as máquinas, todo o serviço de informática. Tudo vem de fora da porteira da propriedade rural. Então, é preciso que também os setores que serão afetados por essa matéria tenham consciência e participação política nesse debate. Por enquanto, a gente tem percebido certa omissão ou até um trato marginal deste tema que é tão candente.

Muito obrigada, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg.

Tenho certeza que o nosso Ministro Alysso Paulinelli, o meu conterrâneo Francisco Turra, assim como os demais ex-Ministros virão aqui e darão uma excelente contribuição a este debate, pelo preparo que têm, pelo conhecimento que têm e pela dedicação de vida que deram à causa do desenvolvimento sustentável de nosso País.

Muito obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ainda nas preliminares, muito rapidamente, antes de ouvirmos nossos convidados, que seguramente trarão luz e brilho a este importante debate, eu queria fazer uma sugestão não apenas a V. Ex^a, mas assim como ao Senador Acir e ao Senador Eduardo Braga.

Essa já é a terceira, quarta ou quinta audiência pública que fazemos, e hoje vamos ouvir nossos ex-Ministros da Agricultura, ontem ouvimos nossos ex-Ministros do Meio Ambiente, ouvimos também o Deputado Aldo Rebelo, relator da matéria na Câmara Federal, vamos ouvir nos próximos dias a Academia, vamos ouvir a Associação Brasileira de Ciência – não é isso? –, vamos ouvir a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O que está me parecendo é que essas audiências públicas estão sendo assim de uma importância muito grande, porque elas estão permitindo aos Senadores ir firmando, cada um, seu juízo de valor, à luz daquilo que compreendem, à luz daquilo que cada um traz de si, a sua experiência pessoal de vida.

O que tenho observado é que talvez fosse necessário, em algum momento, que nós pudéssemos fazer, no bom sentido da palavra, um enfrentamento dessas teses todas. Porque o que assisti ontem aqui foi o ex-Ministro José Carlos Carvalho fazer uma defesa veemente da agricultura, inclusive com conceitos e valores a esse respeito, ou seja, qual a importância para a agricultura dos recursos naturais nas propriedades rurais brasileiras; com que nível de produtividade nós estamos convivendo, estamos perdendo, em função... Inclusive no Vale do Rio Doce, que o ex-Ministro Alysso Paulinelli conhece muito.

Então, a proposta que faço é que nós, em algum momento, pudéssemos ter aqui o relator, pudéssemos ter aqui, quem sabe, José Carlos Carvalho, pudéssemos ter aqui a Academia e pudéssemos fazer um enfrentamento claro, que nós não fizemos – esse tipo, não. Nós estamos ouvindo cada setor. Eu me refiro a fazer um enfrentamento aqui. Porque as teses são colocadas e não são rebatidas. Porque nenhum de nós fez um

aprofundamento do tema como fez o Deputado Aldo Rebelo, que virou um especialista do tema.

Então, seria muito importante que esse ponto e contraponto fossem feitos aqui, para que nós Senadores pudéssemos evoluir na afirmação do nosso juízo de valor. Eu acho que seria interessante que, após a rodada com os nossos cientistas, com os nossos pesquisadores, que nós pudéssemos ter aqui todos esses setores debatendo ponto e contraponto a respeito desses temas. Talvez isso pudesse nos ajudar na elucidação, com todos os atores presentes aqui, para nos ajudar a firmar um juízo de valor, tendo em vista a importância da matéria e tendo em vista a emergência temporal, o tempo em que precisamos debater este tema, é a contribuição que trago a S. Ex^a e aos demais pares que compõem comigo essas três comissões que debatem o Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço pela excelente contribuição que será avaliada pelos três Presidentes das comissões que estão trabalhando conjuntamente e ouvindo os dois relatores. Quero registrar a presença do Senador Zeze Perrella. É uma alegria tê-lo aqui.

V. Ex^a quer fazer uso pela ordem?

Eu gostaria de começar a ouvir nossos convidados. (Pausa.)

Pois não. Com a palavra, o Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Pela primeira vez na comissão, mas a gente conhece relativamente bem sobre o tema já que militamos nessa área muitos anos. Mas é mais para cumprimentar o meu amigo Alysson Paulineli, uma figura querida por todos os brasileiros, principalmente por nós mineiros, companheiros de longas batalhas, não é, Alysson? Muito obrigado pela presença.

Cumprimentando meu amigo Alysson, cumprimento todos os nossos ex-ministros. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, nós é que agradecemos e o cumprimentamos. Nós nos sentimos muito honrados com sua presença aqui na comissão.

Antes de prosseguirmos, vamos rapidamente aprovar requerimento da Comissão de Agricultura

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Temos que aprovar o seguinte requerimento, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizado encontro desta Comissão de Agricultura para um ciclo de debates no dia 16 de setembro do corrente

ano, sexta-feira, às 14 horas, na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, com a finalidade de debater o Código Florestal e também a cadeia produtiva do leite.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agradeço mais uma vez a participação e as observações do nosso Senador Ricardo Ferraço aqui nas comissões e vamos continuar. Evidente que chegará o momento de colocarmos aqui as pessoas frente a frente para debater...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Frente a frente os atores não estiveram aqui. Eu gostaria muito de ver...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Estiveram. V. Ex^a é que não esteve.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ricardo, só para dar um esclarecimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Depois que as três comissões começaram a fazer audiências públicas, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É verdade. Depois das três, não, mas no primeiro semestre nós fizemos várias audiências públicas sobre o Código Florestal e tivemos alguns embates. Eu preciso esclarecer porque, no Senado, e eu falo pelo Senado e pela Comissão de Meio Ambiente, aqui está o representante da Comissão de Agricultura, que a comunidade científica, até este momento, foi a mais ouvida pela Comissão de Meio Ambiente e de Agricultura. Tivemos aqui vários representantes indicados pela SBPC, vários indicados pela academia brasileira de ciências e representante da Embrapa. Numa das audiências públicas houve a participação do ex-Ministro Alisson Paulineli, quando tivemos um grande debate.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não tive essa sorte, Excelência, por isso estou aqui pleiteando...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mas terá. V. Ex^a certamente terá a sua contribuição, a sua sugestão é bastante oportuna e importante. E nós faremos uma série de audiências públicas, estamos tentando viabilizar para terça-feira uma audiência pública para discutir a importância do Código Florestal nas cidades, e, no dia 13 de setembro, com ministros do Supremo Tribunal, do Superior Tribunal de Justiça e com juristas, com a OAB, para discutirmos a segurança jurídica no Código Florestal.

Mas eu gostaria de convidar, a pedido do senador Moka...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É para equilibrar. Eu sou vice-presidente da Comissão de Agricultura, o presidente está aqui, e o Senador Ricardo Ferraço é da Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu gostaria que S. Ex^a assumisse...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Excelência, a ordem dos fatores não vai alterar o resultado. Mas agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, agradecendo mais uma vez todas as intervenções, passo a palavra ao Ministro Francisco Turra por 20 minutos.

Registro que, no minuto final, soará a campanha como um aviso de que está chegando ao final; mas se V. Ex^a precisar de mais tempo, a Mesa será absolutamente tolerante porque queremos ouvir as contribuições para este debate.

Com a palavra, com muita alegria, agradecendo a presença de V. Ex^a, Ministro Francisco Sergio Turra.

O SR. FRANCISCO SERGIO TURRA – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, quero saudar o presidente Senador Rodrigo, Senador Acir, Senador Moka, meu querido amigo, ex-Ministro, inspirador, parceiro, Alysson Paulinelli; saudar a nossa Senadora Ana Amélia, nossa coestadua, nossa amiga, nossa companheira; saudar todos os Senadores, todos os presentes; em primeiro lugar devo dizer que fiquei imensamente feliz com esse convite e venho trazer a experiência não apenas de ter passado pelo Ministério, mas também de um dia ter aprovado no meu Estado do Rio Grande do Sul um projeto de minha autoria, o Código Florestal, que hoje continua vigendo, sem nenhuma modificação, apresentado há vinte e quatro anos, aprovado, discutido. Eu recorro quanto foi duro o embate para a gente aprovar um Código Florestal do Rio Grande do Sul, um Estado difícil. Mas nós conseguimos juntar ambientalistas, madeireiros, todos, e passamos dois anos discutindo, debatendo, analisando, avaliando. E aprovamos, por unanimidade, o texto do Código Florestal do Rio Grande do Sul.

Acho que este debate é valiosíssimo. Acompanhei muito bem o o debate, o início do debate na Câmara, Senador Moka, parceiro de todas as horas, como acompanhei, por exemplo, o projeto de biossegurança que o Brasil construiu. E, aliás, as mesmas mãos e a mesma inteligência ... *(Interrupção do som.)* permitiu que nós tivéssemos hoje um marco legal para a biossegurança no Brasil.

E o Código Florestal não foi diferente. Acho que eu começo dizendo o seguinte: se a lei vigente não conseguiu ser implementada até hoje é porque não é boa. É porque estava falha. É isso mesmo. E houve a

necessidade dessa mudança, desse texto aprovado, dessa discussão toda. A gente tem que ter muita coragem de avançar.

Eu tenho preocupações de ter acompanhado o Brasil agrícola muito bem e de ver hoje lá fora, no mundo, o que o mundo espera do Brasil. Eu vi, por exemplo, no mês de março deste ano, na FAO, o Rabobank apresentando os números e dizendo o seguinte: nos próximos vinte anos o mundo vai consumir 40% a mais de alimentos. E 40% desses alimentos sairão do Brasil. Passei em alguns países que me dizem claramente que eles não têm mais condições de competir, por falta de reservas hídricas, por falta de condições climáticas. Você vê um Canadá, você vê uma Rússia, tantos países que têm extrema dificuldade de produzir.

Nosso País, posso dizer a todos, porque passei em todos os continentes vendendo o nosso produto, que é carne de frango, nosso País é visto hoje como a grande reserva na produção de alimentos do mundo. Eu não estou dizendo porque ouvi na rua. Eu estou dizendo porque ouvi da FAO, eu ouvi na presença de tantas nações do mundo agora, em março, e a cada reunião que nós temos se repete exatamente isso.

Então eu digo que o Brasil está vocacionado para ser produtor de alimentos. Quando se desvia o foco e imagina-se que a nossa riqueza é o Pré-sal, eu imagino que é uma aventura. O Pré-sal é um adicional, mas produzir alimentos é uma riqueza.

O que eu gostaria de colocar aqui é que nós estamos tentando compatibilizar, fazer uma lei que permita que a gente produza e preserve. Ninguém de nós está querendo destruir, desmatar. E vamos lembrar um pouco: o próprio Governo brasileiro, com o ProVárzea e tanta coisa, estimulou esse desmatamento indiscriminado, criminoso no passado. Eu recorro, fui prefeito, desmatamento com máquinas, a céu aberto, quando veio, por exemplo, o Prodecer, ninguém cuidou, houve absurdos. Hoje a consciência é outra. Hoje eu vejo que os setores estão organizados para preservar. Quem disser o contrário está enganado.

Eu fico às vezes aborrecido, como brasileiro, quando revelam números de desmatamento de um mês e não há uma punição. Tem que haver. Tem que ficar em cima, não pode acontecer, isso não pode acontecer mesmo. Mas o desejo do brasileiro é produzir, e nós temos todas as condições de preservar também. Se nós tivéssemos que fazer hoje um discurso dizendo assim: “ou vocês permitem que a gente aumente a produtividade e a produção, desmatando, destruindo, ou então vamos preservar o Código Florestal, vamos fazer como alguma coisa que...”

Mas não é isso não. Nós temos aí, imaginem, 220 milhões de hectares de pastagens, para um rebanho

de 170 milhões. Significa vender para o mundo que nós somos incompetentes, improdutivos; áreas que a gente pode apropriar para fazer a agricultura e nem é preciso. Quanto nós ocupamos do nosso território? Setenta e cinco milhões de hectares, num universo de 850 milhões de hectares. E nós ficamos discutindo se estamos aqui querendo aprovar um código para destruir. Não! Mudou a consciência.

Eu vejo no meu setor avícola. Hoje nós vamos para o mundo para defender a sustentabilidade. Já não é mais a qualidade. Nós vamos defender que somos sustentáveis.

O primeiro convite que eu tive foi na casa do Príncipe Charles, lá, dois dias, numa região amazônica, para provar para as ONGs que ele cultiva que nós não estamos, que o frango brasileiro não está destruindo a floresta amazônica. Esse é o discurso. Eu peguei o mapa e mostrei. Olhe onde nós estamos? Nós não temos nada a ver com a destruição da floresta amazônica. Mas o discurso das ONGs era esse. E passamos dois dias, governadores, senadores, a dois anos atrás, e nós fomos fazer a defesa. E o dia inteiro eu ouço que nem o outro o grupo de produtores europeus, Copa Cogeca passou um documento lá na União Europeia, dizendo o seguinte, em Bruxelas: se o Brasil entrar no acordo com a União Europeia, meu Deus da nossa agricultura, vai ser uma destruição, emissão de CO₂, o boi irlandês emite 40%, o brasileiro 90. Vocês imaginem que discurso louco, absurdos um atrás do outro que se vende, e se a gente não desmente... Nós passamos aí a defender. Nós proativamente vamos lá fora, fazemos hoje o *workshop* em Bruxelas, o mundo nos ouve, o Brasil é respeitado. E a gente disse isso que bem o Senador Moka falou; ou seja, nós estamos preservando não 60, mas 67% dos recursos naturais que Deus nos deu. A União Européia não preservou 5. Que moral para chegar hoje e nos destruir!

Então eu acho que esse Código Florestal que está passando por um debate é muito bom, mas ele está criando uma consciência... A gente vê nos nossos aviários, ao redor, preservação, plantio de floresta. Quem vai ver hoje um aviário é uma coisa linda, é uma imagem bonita para vender para o mundo. Não somos destruidores do meio ambiente. A água a gente preserva, cuida, porque, aliás, se a gente não fizesse isso nem venderia o produto para 157 produtos do mundo. É isso que acontece.

Então a experiência que a gente traz aqui é a seguinte: primeiro, graças a Deus, nosso País tem riquezas como nenhum, riquezas naturais que nós podemos preservar, vamos preservar. Aprovamos o Código Florestal no Rio Grande do Sul, aumentamos de 9 para 16% a cobertura verde em vinte anos. E aqui,

se for acontecer esse marco legal aprovado, anotem o que eu falo: em cinco anos nós vamos ter uma preservação ambiental muito melhor do que temos hoje, porque ruim é a gente ter um código vigente atrasado, que não pode ser implementado, que o governo tem que prorrogar a vigência a cada ano.

Então o Deputado Aldo foi consciente, visitou o Brasil, andou, viu o Brasil como ninguém. Ele pode falar. A gente tem que ter uma segurança absoluta. Se houver, digamos, no curso do tempo necessidade de adequar... A gente está aí, por exemplo, temendo a anistia. Bem, eu acho que o desmatador inconsciente tem que ser punido. Fico triste que me digam: olha, aumentou o desmatamento esse mês tanto e não ouço a pena ou não ouço alguém dizendo – você tem que preservar o dobro. E há conceitos tão malucos. A gente fala assim: floresta tem que ser exótica. Vocês andem pelo Brasil, os senhores andem pelo Brasil e vejam um fato que aconteceu quando o Brasil resolveu dizer assim: araucária é árvore sagrada, não pode ser derrubada em condição nenhuma. Hoje, não existem novas plantações de araucárias no Brasil por isso. Se houvesse condição de fazer o manejo, de permitir o plantio e que para derrubar uma você teria que replantar duzentas, nós teríamos o Sul povoado de araucárias e hoje eu sei que muita gente arranca porque diz que é perigoso e que vai inviabilizar a propriedade. Aí nos impinge a ideia de só plantio de árvore exótica, exótica, exótica. É um conceito que acho muito errado.

Então, estou trazendo aqui, por exemplo, preocupações que tenho em relação à anistia. Não é esse o texto que está provado pela Câmara agora, não se anistia ninguém, o conceito de reflorestar, de ajudar mais, de repovoar, está também inserido no texto e o passivo ambiental vai ser resgatado, tem que ser resgatado, há condições de ser sem que a gente possa continuar crescendo.

A expansão da produção agrícola vai continuar pela produtividade em primeiro lugar. De 1975 para cá, um dado para ser anotado: a produtividade cresceu 3,7% ao ano e a americana cresceu 1,6%. Somos muito mais competentes, nossa produtividade está aumentando a passos largos. Sei que nesse código foi cuidado do tema polinização, que é fundamental para termos continuidade, a preservação, não apenas da floresta, mas também das aves, de tudo. Isso foi cuidado – é um tema que olhei – e precisa ser melhor adequado e tratado, talvez até uma sugestão, mas o que devo dizer aqui, acompanhando o debate, acompanhando o texto, que esse texto não vai ser um estímulo ao desmatamento. Tenho certeza de que vai ser um estímulo à preservação, ao aumento da produção, da produtividade e também perante o mundo vamos

passar a ter uma imagem de um país que sabe cuidar do seu meio ambiente, da sua produção.

O Senador Viana estava conosco no encontro na casa do Príncipe Charles. Ele assistiu e está aqui. Qual era o debate? Era tentar desmerecer o Brasil, desmontar a imagem do País que tivemos que fazer a defesa olhando o nosso setor por exemplo e todos os dias, em algum lugar do mundo alguém tentando criar obstáculo para um País que, em poucos anos, se transformou, por exemplo, no maior exportador de carne de frango do mundo, com 41% de tudo que se exporta de carne de aves para o mundo 41% e o segundo, Estados Unidos, com 37%.

O Brasil dá passos rápidos, a gente abre o mercado com nossa competitividade, nossas condições a fruticultura. Imaginem três mil horas de sol no Nordeste! Quem vai competir? Muito doce tudo, tudo saudável, gostoso. O Brasil chega e está lá.

O Senador Reinhold Stephanes deve ter andado como eu e minha tristeza era chegar, quando ministro, ir para o supermercado e olhar nas gôndolas e encontrar frutas argentina, chilena e nenhuma brasileira. Aí, fizemos um acordo com a rede Carrefour que nos permitiu colocar frutas para degustação. Quando chegou a fruta brasileira foi para chegar e ficar. Pescado. Imagine, Senador Moka, o seu Estado, 270 espécies de peixe de água doce! Que país é esse?

Então, acho que temos todas as condições da gente avançar, preservar, aprovar esse marco legal. Pior é não aprovar e deixar como está e a cada ano a Presidenta Dilma e o Presidente Lula prorrogar a vigência porque é impraticável. Então, uma lei que é impraticável não é boa e tem que ser mudada, tem que ser melhorada.

Acho que o texto aprovado na Câmara foi suficientemente estudado, cuidadosamente estudado, e, por isso, recebeu a votação da maioria absoluta e acho que no Senado, tenho certeza absoluta, não será diferente, até porque esse debate unindo comissões, trazendo experiências, é muito válido. Louvo a iniciativa do Senado de continuar isso.

Quando nós falávamos, em princípio, na Lei de Biossegurança, logo que entrei aqui e quando era ministro, fui processado porque a CTNBio aprovou a primeira variedade de uma semente transgênica. E fui processado. Esse “talibanismo” depois foi cessando. No início, na Câmara, Senador Moka, tínhamos que fugir da sala de tão radical era o debate sobre transgênico. Era palavra feia e existia um conceito colocado nas placas do Brasil: transgênicos diziam que eram sementes da morte. Aí vinham os nossos cientistas com um palavreado muito rebuscado, muito refinado

e não conseguiam se sobrepor a uma frase popular: “transgênico, semente da morte.”

O mundo inteiro hoje calou porque sabe que a ciência não pode estar à serviço da vida sem estar à servido do alimento que é vida. E foi a Academia Brasileira de Ciências que nos deu a luz para aprovarmos um projeto de biossegurança. Ela chegou e disse: estamos a favor, é isso aí, a inovação caminha por aí e o debate de 12 anos atrás no mundo era assim: vocês têm soja transgênica? Se tiverem, fim de papo.

Hoje pergunto a cada um dos que estão nos acompanhando: onde há no mundo disponibilidade de soja que não seja transgênica? Os maiores produtores produzem soja transgênica, sem nenhum mal, estudando conceitos da Organização Mundial da Saúde, da União Europeia, sem falar nas nossas universidades, na USP etc. Ainda há algum debate de um mercado que chega e diz que prefere soja convencional. Tudo bem, maravilha. O gosto do consumidor tem que ser atendido e assim é o debate do Código Florestal.

Agradeço muito, espero que tenha ficado no meu limite e tenha trazido apenas a preocupação do nosso setor. Se o texto fosse aprovado com algumas sugestões que já vieram da área de preservação permanente e reserva legal, dois milhões de pequenas propriedades do Brasil ficariam inviabilizadas. Retaliação da propriedade no Brasil é a tônica, é natural, é sucessão familiar mesmo. Então, não haveria como. Esse texto cuidou disso e é talvez para mim a coisa mais importante, a viabilização da pequena propriedade no Brasil, produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Ministro Francisco Sérgio Turra pela sua contribuição nesse debate e passo agora a palavra...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O Ministro Francisco Turra disse que Mato Grosso do Sul tem 270 variedades. Mato Grosso tem quase mil, não é Moka? A serem descobertas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Você não ouviu a provocação do Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Estou dizendo que Mato Grosso do Sul tem 270 espécies e Mato Grosso quase mil a serem descobertas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É a eterna disputa entre os Mato Grossos.

Passo a palavra agora por 20 minutos para o Ministro Reinhold Stephanes. Se V. Ex^a precisar de mais

a Mesa será tolerante, mas com 19 a campanha vai tocar automaticamente.

O SR. REINHOLD STEPHANES – Bom dia a todos. É um prazer estar novamente nesta Casa e acredito estar entre amigos. Essa discussão que existe quanto à rapidez ou não da aprovação do novo Código Florestal, código ambiental, acho que é uma discussão desnecessária. Vamos continuar discutindo, ao longo ainda de muitos anos, essas questões ambientais e o aperfeiçoamento da legislação.

O que acho que é importante considerar é que temos hoje um conjunto de normas, que é composto de quase 16 mil itens, que nunca foi discutido, que nunca foi debatido, simplesmente vem sendo imposto, e se criou esse grande conjunto de normas, dentro das quais quase todos nós estamos (*inaudível*) e principalmente o agricultor que não lê Diário Oficial.

Então, alguém pode dizer: bom, o Código de 1965 foi elaborado por profissionais. É verdade, foi. Já a Medida Provisória de 1996, que se transformou em lei, em 2001, essa não foi discutida, sequer aprovada pelo Congresso e sequer passou pelo Senado. E todas as normas que vieram como decorrência, e aí só as normas do Conama têm um volume de mil páginas em letras pequenas e normas, só isso, considerando todos os outros que emitem normas diariamente pelo Brasil, são normas que não foram efetivamente debatidas e discutidas e nem colocadas em função da academia, da ciência ou da realidade. Então, evidentemente, como primeira premissa, eu diria o seguinte: é importante aprovar, esse código foi debatido, foi discutido, talvez ainda falte alguma coisa, não tenho dúvida quanto a isso, mas temos condições de manter isso num processo dinâmico e, com certeza, vai ser mantido dentro de um processo dinâmico, de aperfeiçoamento futuro, mas no momento é importante que se tenha uma lei para que se comece efetivamente esse processo.

É importante também citar que nesse período – se pegarmos 1965, depois 1996, não sei se a gente pega como data 1996, quando saiu a medida provisória, ou quando foi transformada em lei, em 2001, essa é uma dúvida que cabe ainda ser decidida –, evidentemente houve uma evolução da ciência, houve uma evolução da tecnologia, houve uma evolução dos métodos de produção de sustentabilidade no Brasil.

Eu até chamo à atenção, é uma coisa muito interessante, eu consegui recuperar a capa de uma revista chamada *O Conservacionista*, isso aqui tem mais de trinta anos, era uma revista que circulava no interior do Paraná junto à agricultura do Paraná. Sabe quais os assuntos tratados aqui? Plantio direto, conservação de solo, erosão, papel das minhocas na formação do solo e como produzir biogás. O que quero dizer com

isso é que há mais de quarenta anos se discute, se estuda e se trabalha no campo no sentido de melhorar a sustentabilidade e a conservação do solo no campo. Talvez para nós urbanos isso seja uma novidade, tenha vindo a partir da Eco-92, mas no campo isso é muito antigo. Quer dizer, a Embrapa Norte de Belém estudava solos, lembro que os primeiros documentos sobre estudo e conservação de solos datam de mais de quarenta anos, dos órgãos que antecedem a Embrapa, o antigo DNPEA. Este é um assunto que vem sendo tratado há muito tempo. Hoje temos tecnologias no Brasil, como o plantio direto, que é extraordinário, é uma invenção brasileira, não obstante o seu início ter-se dado no Canadá, mas onde ela se tornou efetiva, em mais de 70%, por exemplo, no Paraná é feito em plantio direto, que usa uma técnica de conservação de solo. Fixação biológica do nitrogênio também foi algo que surgiu no Brasil e que hoje se expande. A integração lavoura/pecuária/floresta que são tecnologias de sustentabilidade. Recuperação de áreas degradadas, e aí o Turra falou bem, o que temos para recuperar de áreas degradadas, combate biológico a pragas. O que eu quero dizer é que a ciência, no caso da Embrapa, e aí tem que ficar muito claro, a maior concentração de conhecimento, em termos de sustentabilidade, em termos de meio ambiente, em termos de meio ambiente e em termos de emissão de gases e efeito estufa, por incrível que pareça, está na Embrapa e no sistema de pesquisa brasileiro. Digo Embrapa e mais as outras dezessete unidades de pesquisa brasileiras. É ali que temos a maior concentração de doutores e pós-doutorados em conservação e meio ambiente – inclusive existe uma Embrapa chamada Embrapa Meio Ambiente, além da Embrapa Florestas. E são órgãos que pouco participaram deste debate ao longo dos anos, mas que têm estudos extraordinários sobre essa questão de mudanças climáticas, impactos na agricultura, cenários futuros, o que vai acontecer com o café em Minas, com a fruta, em Santa Catarina, etc. São estudos que vêm sendo feitos há muito tempo. E muitos desses estudos hoje já não são mais de prateleiras, são coisas efetivamente praticadas.

O que quero dizer com isso? Duas coisas: que os estudos vêm acontecendo já há muito tempo, a consciência em relação a isso vem evoluindo também já há muito tempo no campo e esse processo ainda vai continuar evoluindo. E muitas questões de sustentabilidade não precisam ser impostas por lei no sentido de que se preserve tanto, às vezes de margem mais ou menos, porque pela ciência, pela tecnologia, você pode precisar de mais ou menos margem no sentido de conservar água ou de conservar o solo. Esse é um processo de evolução.

Feita essa pequena introdução, antes de entrar nos pontos que me foram solicitados, gostaria de dizer que eu li os trabalhos apresentados pela SBPC – participei de três reuniões da SBPC. E a conclusão a que cheguei, escrevi isso num artigo que vai ser distribuído, foi publicado e não foi respondido, numa página inteira da *Folha de S. Paulo*, mostrando que ela não havia apresentado absolutamente nenhuma novidade, era uma mera compilação de dados e informações de estudos do passado. E as sugestões que ela fazia eram sugestões absolutamente praticadas já pela agricultura. Uma delas era crescer por produtividade. O Turra bem falou. O Brasil é o país que mais cresce em eficiência no mundo nos últimos dez anos. Não é o mais eficiente, mas é o que mais cresce. É o que mais aumenta a sua produção, em quase 70%, o nosso aumento de produção é eficiência e produtividade. Ou seja, a recuperação de áreas degradadas, todo estudo, mas com detalhes. Os senhores não imaginam o número de detalhes. Existem estudos, e muitos já sendo aplicados, no sentido de recuperação de áreas degradadas para fixar novamente o carbono, o CO₂ na terra. Quer dizer, como isso será feito.

Com isso também quero desmistificar um pouco as colocações que vêm sendo feitas pela academia. Essa mesma discussão, a mesma colocação que estou fazendo aqui eu fiz do plenário para os apresentadores, e não houve discordância nas minhas colocações. Claro que eu os respeito, eles devem participar, e nós devemos continuar num processo de constante debate. E devemos continuar num processo de constante aperfeiçoamento. Mas neste momento, acho que precisamos de uma legislação, o mais rapidamente possível, no sentido de darmos os passos seguintes.

Foram-me solicitados alguns tópicos a serem abordados que são os tópicos mais polêmicos.

Vamos começar por um dos que considero o mais simples, porque acredito que exista uma possibilidade de entendimento entre o meio ambiente e os que têm uma posição de manter o projeto aprovado na Câmara, que é a questão das margens de rios. Áreas consolidadas em margens de rios até 10 metros já têm uma solução muito clara. Nesses rios, com largura de até 10 metros, em vez de recompor 30 metros, recompõem 15 e utilizam os outros 15, embora plantando com sustentabilidade. Quando falo plantando com sustentabilidade, a melhor técnica é o chamado plantio direto, que é uma técnica altamente difundida. Não temos nenhum problema em adotar, eventualmente, outras tecnologias que tenham sido utilizadas para evitar que se polua a água. É claro que estou, assim, enxergando muito mais a coisa de Minas para baixo, do Mato Grosso do Sul para baixo, que têm uma situ-

ação um pouco diferente, quer dizer, se falarmos, talvez, do Acre ou do bioma amazônico, evidentemente, que são coisas um pouco diferentes. Mas a discussão está se fazendo em torno das áreas das margens dos rios que têm mais de 10m de largura. Então, se pegarmos o Paraná, temos quatro rios que nascem no leste, atravessa o Estado inteiro e vão desembocar no rio Paraná lá, no oeste, e, evidentemente, são faixas de áreas enormes, passa por todas as faixas de produção, e o Paraná já está consolidado, em termos de área de produção, há mais ou menos 30 anos, de lá para cá não se desmata mais nada porque já está mais ou menos consolidado nesse período. Então, temos ali rios, quer dizer, onde teremos que recompor entre 100 a 500 m de largura de área. Ora, grande parte das propriedades, e, ali, no Paraná, 90% das propriedades são pequenas, estariam inviabilizadas porque seriam engolidas em parte ou até algumas integralmente por essas margens. Então, evidentemente, o espírito da legislação que veio é de que, se for área consolidada e que se mantiver no mínimo os 15 m e plantar com sustentabilidade, não precisa recompor, pelo menos, é essa a ideia. A discussão está, se isso se fará por decreto, como o Governo deseja, ou se a lei já estabelece a regra, que é o baixo impacto ambiental e o interesse social, que já está lá. Essa é a discussão. O que havia sido sugerido, à época, e aceito pelo Aldo Rebelo e que, agora, vi que essa sugestão também parte de um documento do Ministério do Meio Ambiente, se não, tudo bem, concordamos, mas vamos estabelecer um determinado limite. Então, primeiro, dividiram, não se aplica dessa forma para o bioma amazônico, eles queriam um fórmula diferente, mas, para todo o resto do Brasil, eles aceitam que tem que recompor, no mínimo, 30 m, aí, não 15, nessas propriedades acima de 10 m de largura, 30 m, e, aí, também, para o bioma amazônico, no mínimo, 30 m, mas, nas áreas fora do bioma amazônico, esses 30 m, desde que não ultrapasse 20% do tamanho da propriedade, que é alguma coisa aceita pelas cooperativas e pela agricultura. Aí vou dar o exemplo: a pessoa tem 10 ha na margem do rio, então ele recompõe, é permitido recompor ali apenas 2 há, porque, com 8, continuará plantando e produzindo, ele perde 2, ele se sacrifica com 2, mas tem 8 para produzir, se ele tiver 20 ha, ele só sacrifica 4, ele tem 16 para continuar produzindo, agora, se ele tiver 100 ha, sacrifica 20, se tiver 1000 ha, sacrifica 200. Só que, aquele que sacrifica 200, pode contar, porque já entra nas propriedades maiores, pode contar aquela parte como reserva legal também, pode somar a reserva legal.

Então, é uma fórmula relativamente inteligente, é uma fórmula boa e que, pelo que entendi, pelo

documento que foi mandado pelo Ministério do Meio Ambiente, eles também concordam com essa fórmula, que seria uma forma de conciliar um dos pontos que está em conflito.

A segunda questão é, evidentemente, encostas, topos de morro e várzeas, quer dizer, qual é a posição que nós tomamos. E aí as questões ainda não estão muito bem ajustadas com o pensamento do Ministério do Meio Ambiente. Mas me parece muito claro que, se plantamos sem agredir o meio ambiente, sem problemas com o meio ambiente, sem erosão – claro que não há biodiversidade, mas não há erosão – não há emissão de gás de efeito estufa e plantamos. Vou só dar os exemplos que são clássicos: o vinho no Rio Grande do Sul, que está sendo plantado com sustentabilidade. Se ele está lá, há 50 anos ou 100 anos, e está cada vez mais produtivo, significa que o solo está sendo conservado, porque, se não tivesse, ele não estaria cada vez mais produtivo, ele nem se sustentaria ou, se as maçãs de São Joaquim, aquela coisa fantástica, que é a produção de maçã de São Joaquim, a capital brasileira da maçã, que, praticamente, derrubou a maçã argentina no Brasil. A suculência daquela maçã não se compara com a maçã farelenta da Argentina, não é? É, aquele isopor. Bom, vejam bem, se estão lá os morros e estão plantados, não estão erodidos, gente, por que tirar aquilo de lá? Ou mesmo cafés em Minas e assim por diante. Quer dizer, podemos dar os exemplos, e, principalmente, uma coisa que pouca gente observou: mas quem foi o Ministro da Agricultura, e o Paulinelli talvez conheça melhor do que eu, até por que vem de áreas muito quebradas em Minas, gente, o que tem de pastoreio e gado em cima de encosta e topo de morro, a gente não entende como é que ele sobe lá, mas ele está lá, porque são pequenas propriedades, elas vivem disso, e o interessante é raro ver o morro com problemas, é raro, eles estão lá, basta pegar o helicóptero e sair sobrevoando isso, fiz muito isso.

Então, gente, isso tem que continuar lá, agora, sempre dentro de uma ideia, que é a da sustentabilidade. Como já temos tecnologias, e elas estão aí, ou praticadas, porque, se ele não praticar uma boa tecnologia, ele não vai continuar durante muitos anos lá, e ele tem que aumentar a sua produtividade a cada ano, então, evidentemente, que estão procurando a sua própria tecnologia. Também, o próprio Código, da forma que está elaborado... Então, vejam bem, da forma como as coisas estão colocadas na legislação, que esse plantio deve continuar com sustentabilidade, acho que está perfeito, acho que não há o que mudar nisso. O que surge é uma dúvida que foi levantada pelos ambientalistas, que é uma questão, digo, os ambientalistas foram ao Ministério do Meio Ambiente,

e vejam bem, não estou falando em nome deles não, estou apenas dizendo que li os documentos, e sinto quais são as eventuais dúvidas que têm ali. É que há um entendimento, talvez por uma redação não muito bem feita de que é possível se criar, se utilizar novas APPs, ou seja, eles acham que a redação do art. 8º não ficou muito clara, porque o que se defende como importante são apenas áreas consolidadas que não têm impacto, que não têm risco, que estão lá, que estão produzindo. Não se deseja criar novas áreas, ou seja, onde o morro não está utilizado, onde a encosta não está utilizada, onde a várzea não está utilizada, não está se pedindo que se abram condições para sua utilização.

Então, se a redação está induzindo a essa possibilidade, é só melhorá-la, isso é que tem que ser feito, assim como também vem sendo colocado que, no art. 8º, as áreas consolidadas, enfim, de interesse social, de baixo impacto ambiental, previstas em lei...

Quer dizer, a preocupação é de que nova lei tem de ser feita. E aí se cria um debate jurídico, um vácuo. Então, tem-se que melhorar essa redação, isso não pode depender de nova lei. Vejam bem, em relação aos três tópicos que me foram pedidos por ofício eu me pronunciei. É o problema das margens acima de 10 metros, acho que tem uma solução fácil, conciliável; a questão das encostas e topos de morro também tem uma solução e a questão de melhorar uma redação para evitar que haja uma interpretação duvidosa ou que precise de nova lei.

Eu teria apenas mais dois pontos para colocar. Quantos minutos eu ainda tenho? Acho que pulei um ponto importante, a questão da chamada “anistia”. Temos três situações: para aquele que agiu de acordo com a lei na época em que a lei permitia, evidentemente, não há o que se discutir. Se ele foi multado, autuado, não sei o que aconteceu, morre. Aquele que cometeu uma ilegalidade entre... Aí temos que ver se a data é 1996, a primeira medida provisória, ou 2001 até a data do decreto, julho de 2008, que ele cometeu. O que a legislação que vem prevê? Prevê que ele tem de recompor. Ou seja, ele vai pagar por serviços ambientais aquele crime que ele eventualmente cometeu, entre aspas. Eu estaria disposto a defender isso como correto, porque o objetivo maior da lei é fazer a recomposição, é você atingir objetivos ambientais.

Esse é o grande objetivo, o objetivo não é punir, não é prender ninguém. Se eu atingi esse objetivo, ótimo, até porque temos de entender que muitos desses que foram lá e compraram mil hectares imaginando que podiam derrubar 50, aliás, 500, não derrubaram. Passados dois, três anos, muda a lei... Então, tudo bem, ele até pode ter infringido a lei, mas, sob a ótica deles,

é assim: “eu comprei mil, posso derrubar quinhentos. Se eu soubesse que era só duzentos eu nem teria comprado, não seria econômico eu comprar a área”. Então, embora ele tenha infringido a lei, tem que haver certa compreensão também com isso. Desde que isso seja recomposto, meu Deus, e isso tem um custo de recomposição, acho que é uma forma de compensação. Aí eu acho que é uma questão de bom senso ao se elaborar uma lei. Agora, atenção, nós temos três situações. Uma que não se discute, uma segunda que pode ser discutível e agora, evidentemente, aquele que derrubou a partir da data que está estabelecida – ela pode ser modificada – tem de pagar a multa.

Chamo a atenção para outra questão. Essas multas, se nós a examinarmos, muitos excessos se cometeu. Vou me permitir, e peço desculpas, dizer apenas que, infelizmente, o Presidente da República não leu quando baixou o decreto da criminalização. O Ministro do Meio Ambiente também não leu. Isso eu disse na época e ambos concordaram que não haviam lido, tanto que, três dias depois, o Presidente suspendeu, possivelmente pouquíssima gente leu esse decreto. Se alguém ler esse decreto, verá o quanto é possível praticar excessos em relação à criminalização do homem do campo. É impressionante o que está escrito naquele decreto. Você pode ser preso, você pode ter uma multa de R\$50 mil por uma simples lada de minhoca que você retirou da reserva legal. O decreto, efetivamente, é uma peça que merece se lida. Evidentemente, vai ser alterado.

Por que estou dizendo isso? Além disso, muitos excessos. Posso citar *n* exemplos, no porto do Amazonas, onde passa o rio Iguaçu, todo poluído, seis vaquinhas de um pequeno produtor romperam a cerca e foram tomar a água, que era poluída, absolutamente poluída, do rio. O homem teve as seis vaquinhas confiscadas e uma multa que é superior ao valor da terra dele. Então, também temos que olhar um pouco isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mas esse decreto a que o senhor se refere está em vigor?

O SR. O SR. REINHOLD STEPHANES – É esse que está em vigor no momento. Ele merece ser analisado. Agora, só para mostrar um pouquinho o espírito da coisa, em abril deste ano foi baixada uma portaria pelo Ministério do Meio Ambiente que tem as seguintes expressões, só vou citar duas expressões, é uma portaria muito longa, para que alguém possa regularizar a sua área. Ele faz uma declaração que diz o seguinte: declaro que renuncio ao direito de recorrer administrativamente em relação ao auto de infração. O sujeito tem de declarar.

Mas espere, não cheguei ao ponto principal: Confesso a autoria, a materialidade e a extensão dos danos, conforme consta no referido auto de infração. Ou seja, o fiscal vai lá, multa, e ele assina uma declaração em que confessa que cometi todos esses crimes, senão não converso mais com você. Então, veja, só para mostrar um pouco desses excessos. Temos de zerar esse jogo, começar um jogo melhor.

As sugestões... Aí gasto um minuto apenas para dizer que eu acho que teria de ser reexaminada a questão dos quatro módulos. O Presidente Lula havia concordado com isso numa reunião. Tudo bem que mudou o Governo. O Lula usou a frase: “fazer que nem o imposto de renda”, Foi a frase que ele usou. E isso significava o seguinte: se você tem 4,5 módulos ou 4,1, hoje você está fora do benefício, não tem a reserva legal. Então, eram sempre descontados 4 módulos. Ficou claro isso? Não? Você tem 8 módulos ou 5 módulos. Você só tem obrigações legais de recomposição de reserva em relação aos 4 módulos ou ao 1 módulo respectivamente. Os primeiros 4 estão isentos. Eventualmente pode-se até colocar uma regra de propriedade, de tamanho, para ter essa transição, porque muita gente que tem 4,1, 4,2, 4,3 está fora da regra e está fora da regra. Então, talvez isso mereça uma pequena adaptação. Claro que se o sujeito tem 10 mil hectares... Também não vai fazer diferença você tirar 4 módulos de 10 mil hectares porque ele vai ter de fazer a recomposição no resto.

Mas essa era a ideia do Lula: “que nem o imposto de renda usa”. Eu me lembro que o Presidente Lula achou interessante ser como o imposto de renda, mas depois isso acabou caindo fora no texto. Então, tem-se que dar uma olhada. Uma questão que coloco para debate, e aí invoco o meu querido Estado do Acre, o meu querido Senador Jorge Viana. Antes disso invoco o Pará. Vejam bem, o Brasil adota uma legislação rígida, a mais avançada do mundo, a mais limitante, a que mais custa para o produtor, entre aspas, porque ele também vai ter vantagens, é claro, mas a mais restritiva. Quer dizer, eu tenho restrições para o plantio do arroz aqui, mas posso importar o arroz do Uruguai sem nenhuma restrição. Se eu tenho restrição aqui eu posso importar do Paraguai sem absolutamente nenhuma restrição.

Eu posso ir plantar no Acre – onde praticamente tudo é proibido plantar – e onde se importam até verduras... Eu digo isso porque foram pedir, a assembleia esteve comigo para abrir um posto na divisa para facilitar importações de feijão e de outros produtos. Então, vejam bem, eu não permito que derrubem a floresta do lado de cá, mas aceito que derrubem do lado de lá e compro do lado de lá o produto.

Então, tem que haver uma certa reciprocidade, o que nós é exigido por outros países em outras questões. Eu vou pegar o dendê. Nós não plantamos o dendê no Pará em áreas degradadas, não aceitamos para recuperar e olha que o dendê é a melhor espécie para recuperar áreas degradadas. A melhor, não existe outra melhor para áreas degradadas na região, evidentemente, do Norte, onde dá o dendê. Porque, primeiro, pode-se plantar praticamente na areia; segundo, tem-se que fazer a cobertura do solo para ela com alguma leguminosa; terceiro que, a cada 10 hectares, dá pelo menos a mão de obra de um trabalhador, dá o ano inteiro. Enfim, nós importamos a metade do dendê. E aí, vejam que coisa interessante. Nós não aceitamos plantar o dendê lá, até porque é considerado exótico, agora estou falando do Pará... Não, esse é um estudo científico da Embrapa, estou me referindo a algo bem técnico, bem científico, mas aceitamos que a Malásia derrube florestas para plantar dendê e vender dendê para nós. Entende? Então, existiu já uma emenda minha anterior para se colocar um pouquinho essa discussão da reciprocidade. Imaginem a Europa ter que vender para nós o vinho e o queijo e nós exigirmos o mínimo. Porque lá não tem, há menos de 1% da floresta em pé. Ou seja, diminuiria até a pressão contra o Brasil desses países que normalmente não têm regras, mas exigem que o Brasil tenha regras. Eu acho que deveria haver uma certa reciprocidade. Nós elaboramos até uma emenda que eu considero inteligente, porque atribui isso à Camex, atribui ao meio ambiente, atribui a todo um procedimento para que se exija que os países que exportam para o Brasil, em determinadas situações, tenham pelo menos uma certa correspondência de respeito ao meio ambiente, porque hoje nós importamos de qualquer país, em qualquer condição de produção.

Gente, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado, Ministro Reinhold Stephanes. V. Ex^a foi bem objetivo e trouxe contribuições certamente muito significativas a este debate.

Passo agora a palavra...

Eu quero pedir desculpas, que...

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Para dar uma pequena explicação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não. Com a palavra o Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quero agradecer ao Sr. Ministro pelo esclarecimento, o ilustre que acabou de encerrar a palavra.

Em primeiro lugar, nessa discussão sobre a parte do código ambiental, nós temos que também nos preocupar com os órgãos ambientalistas. Nós temos muitas falhas neste Brasil pelos próprios órgãos ambientalistas. A começar por Rondônia, o ilustre Senador ali, o Acir, que é testemunha das devassas de queima que nós tivemos em Rondônia, onde, há uns 60 dias, fiquei muito aborrecido com o órgão do Ibama, quando fui levar ao conhecimento que ao longo da 364 a queima era só o que estava tendo. Eu fui tratado como um animal. Vejam bem. Além de o Ibama ter uma dívida muito grande com a reposição florestal em Rondônia, nós temos que parabenizar o Instituto Nacional do Pinho, quando funcionava como Instituto Nacional do Pinho. Os catarinenses estão de parabéns, os ilustres Senadores aqui, a proteção da mata que nós temos nas águas, nas montanhas, tudo lá ainda iniciado naquela época.

Quando transformaram em Ibama, a coisa mudou. Foi em 77 que nos mudamos para Rondônia, o Ibama cobrava reposição florestal e nada aconteceu. Bem ao contrário: estão perseguindo os madeireiros com a força da Polícia Nacional. A

fiscalização com 6, 8 policiais com 2 fiscais do Ibama perseguindo os madeireiros que tiram as torções onde os grandes fazendeiros destroem a Mata, E o Ibama não está nem vendo. Vejam bem, madeiras paradas, que é onde aproveitam matérias primas que vão apodrecer, vai ser queimada. Então, nós temos que começar, em primeiro lugar, com os órgãos ambientalistas chamarem a atenção e cumprirem com os seus deveres. E vamos ser objetivos para realmente aprovarmos esse código florestal para agir em todo o Brasil, porque a coisa está ficando feia, muito feia. Digo a franca verdade.

Então, a gente agradece a todos os Senadores, o Ministro, todo mundo, Deputados, aqueles que estão com bom pensamento para realmente fazermos coisas melhores aqui, mas irmanados com os ambientalistas. E que tenham mais responsabilidade, porque se precisa aprovar alguma coisa com a falta da consciência do próprio órgão do Ibama no Estado de Rondônia, a gente aprova.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cassol. Eu quero pedir desculpas porque o Senador Relator Luiz Henrique tinha avisado à Mesa que chegaria um pouco atrasado porque estava em audiência no Palácio do Planalto e eu, por um lapso, não registrei. Quero

fazê-lo agora. E, ao mesmo tempo, agradecer, registrar a presença do Deputado Nelson Morro, do Deputado Valdir Colatto e do Deputado Luiz Carlos Heinze, que também nos honra muito com a sua presença aqui nesta audiência pública.

Com muita alegria agora passo a palavra ao grande mestre, Ministro Alysson Paulinelli.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, meu prezado amigo Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Agricultura, o nosso Senador Acir, Srs. Relatores, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer o convite que me foi feito para, pela segunda vez, trazer a minha opinião com referência ao Código Florestal Brasileiro. Faço-o com o maior entusiasmo, porque sei que o Congresso Nacional tem figuras capazes de buscar as soluções mais adequadas dentro do atual contexto brasileiro, haja vista o hercúleo esforço que fez o Deputado que montou o projeto que aí está, Aldo Rebelo. Eu tive oportunidade de acompanhá-lo em algumas de suas audiências e fiquei impressionado com sua capacidade de apreensão, a sua capacidade de entender as dificuldades do Brasil de hoje. De um lado, o setor produtivo, que cresceu, que se transformou hoje numa das grandes alternativas na produção de alimentos, na produção de energia renovável no mundo e os ambientalistas. Ele foi capaz e teve paciência de ouvir a argumentação de ambos e propor, pelo menos em sua grande parte, soluções que viessem trazer uma busca do entendimento e, principalmente a viabilização para uma lei que não está em condição de ser cumprida. Isso é perigoso para o Brasil.

Eu quero de antemão dizer que eu concordo absolutamente com o que foi dito pelos meus dois antecessores colegas, tanto o nosso Ministro Turra, que eu conheço bem e de quem tive a oportunidade de acompanhar o esforço no Ministério e que trouxe aqui algumas observações importantes, especialmente no setor onde ele atua. E também o nosso Deputado e ex-Ministro Reinold Stefanes, que foi muito objetivo e que aqui levantou questões localizadas de onde se processam as maiores controvérsias.

Eu pediria aos companheiros Ministros, especialmente aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados, que a minha apresentação ficasse um pouco mais, para não repetir os detalhes que aqui foram levantados, com relação ao que eu sinto no Brasil de hoje.

É evidente... Eu fui Ministro da agricultura por muito tempo, de 1974 a 1979, quando, pelo momento em que vivíamos, pela visão de um Presidente que foi muito interessado no setor agrícola, o setor pôde montar algumas de suas estruturas que estão dando

frutos ao País. Por que se fez isso? E essa é uma preocupação que eu tenho, porque muitos dos legisladores são bem mais novos do que eu e, talvez, não tenham fixado na memória o que era o desafio brasileiro nas décadas de 60 e 70. Eu sou profissional do setor e tive a oportunidade de participar na administração de uma universidade, na administração do setor agrícola de um Estado e, depois, com muita honra, da administração do setor agrícola do País.

O Brasil é um país tropical e, por ser tropical, ele pagou pesadíssimos juros pela falta de conhecimento dos seus biomas. O mundo se desenvolveu nas regiões temperadas. Foram quatro milênios, no mínimo, para se formar a agricultura tradicional que o mundo detinha nessa época. Países ricos investiram muito em ciência, em tecnologia, em infraestrutura, na formação de grandes empresas de comercialização ou, enfim, fizeram um esforço programado para assumir a posição que tinham no mercado internacional de alimentos e de fibras. E isso trouxe a países tropicais em desenvolvimento, especialmente a países como o Brasil, um constrangimento de não serem competitivos. O Brasil, na realidade, não tinha capacidade competitiva para enfrentar as grandes nações do mundo, a não ser em produtos tropicais, que lá não se produziam.

Vejam bem o que estou dizendo: o Brasil, por ser tropical, não tinha capacidade de produzir o quanto ele necessitava para si próprio. A grande evolução brasileira se passou especialmente entre a década de 30 e a década de 60. Getúlio Vargas foi o primeiro a fazer um plano de industrialização, um plano de industrialização que atendeu às necessidades brasileiras, especialmente em alguns segmentos que nós precisávamos. Por exemplo, a siderurgia, a Companhia Siderúrgica Nacional, a siderurgia de pequeno porte, especialmente o gusa. E, assim, Getúlio Vargas conseguiu também evoluir nas indústrias de transformação, tecelagem, madeiras, etc. Como ele fez isso? Ele conseguiu fazer essa “industrialização” – entre aspas – através de compra de tecnologia, de busca de novos conhecimentos lá fora, e nós, brasileiros, importamos o conhecimento, as indústrias e até matéria-prima de produtos industrializados. Até os galpões que abrigavam as nossas indústrias eram importados. No meu Estado, por exemplo, eu vejo lá, ainda, verdadeiras peças de museu, galpões importados dos Estados Unidos, da Inglaterra – especialmente da Inglaterra –, da Holanda e de tantos outros. Foi uma indústria montada sobre a economia gerada na agricultura pelo café.

Poucos analisaram que, na década de 30, o Brasil tinha um estoque de 61 milhões de sacas de café, e que as Getúlio administrou muito bem, porque precisava desse dinheiro para fazer o seu primeiro gran-

de programa de industrialização, chamado Programa Estratégico de Desenvolvimento da Industrialização Brasileira. Foi no café, e Getúlio começou a verificar que, como ele próprio colocou mais café no mercado, o preço caiu. Ele teve a coragem de queimar estoques na praça pública para sustentar o preço do café, e ele foi sustentado. E Getúlio concluiu seu plano de industrialização, que começou a modificar o Brasil.

Os senhores já se apercebiam bem, na década de 50, da presença de um conterrâneo meu que, efetivamente, provocou uma profunda mudança no Brasil. Foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, um homem de uma capacidade de trabalho, de uma comunicação efetivamente modelar, que fez com que o brasileiro acreditasse em si próprio. O seu programa de desenvolvimento de 50 anos em 5 de governo foi uma realidade. Poucos observaram que Juscelino pegou no chamado IBC daquela época um estoque de 81 milhões de sacas de café, que deram a ele tranquilidade para executar o seu plano praticamente sem grandes endividamentos do País.

Era o café que sustentava sim! Sustentou a industrialização brasileira e provocou uma mudança no próprio meio rural brasileiro. Se, em 1930, quando Getúlio começou o plano de industrialização, o Brasil só tinha 20% de sua população urbana, quando completa Juscelino o seu plano de governo, o Brasil era outro: metade da população era urbana; metade era rural. As concentrações urbanas passavam a exigir aquilo que o Brasil não estava em condições de produzir.

Lembro-me bem, ainda de calças curtas, da fazenda do meu avô. A fazenda do meu avô era a fazenda típica brasileira. Nas várzeas mais baixas, plantava-se o arroz; nas mais altas, plantava-se o milho e, no meio dele, o feijão e, às vezes, até a mandioca. Cultivava-se um cereal importante, que era o milho. Havia uma horta relativamente suficiente para abastecer a verdura da propriedade, havia as galinhas, havia a vaquinha que se soltava no cerrado brasileiro – era uma vaca para dez hectares –, havia o bezerro, produzia-se carne. Na fazenda do meu avô só se comprava o sal e o querosene. Quando os seus dez filhos, vendo que lá não havia espaço para eles, tiveram de ir para as cidades, lá não havia a várzea baixa para produzir o arroz, não havia o milho, não havia a galinha, não havia o porquinho e não havia o leite, a vaca e a carne. Passaram a ser demandadores de alimentos, e essa demanda foi muito crescente, especialmente nas décadas de 60 e 70, quando o Brasil cresceu de fato. O que ocorreu foi que o Brasil se transformou, infelizmente, em um dos grandes importadores de alimentos.

Eu fui para o governo nesta época e me lembro muito bem das decepções que nós tínhamos. A carne

da entressafra provocava flagelos, filas. Não se comia carne suficiente. Importávamos mais de 30% do nosso consumo da Argentina e do Uruguai e fomos os primeiros importadores de carne da Austrália quando ela se organizou. Nós importávamos quase 100% do trigo que consumíamos. Importávamos arroz das Filipinas e até feijão. Os Estados Unidos da América do Norte não consomem feijão, mas verificaram que o Brasil era um bom mercado e começaram a plantá-lo para vender para o Brasil. O Chile, que não tem área, nos vendeu feijão. O México, que tem pouca área, nos vendeu feijão.

Nós não tínhamos capacidade de autossuficiência. Tudo estava sendo pago pela Conta-Café. A nossa indústria era obsoleta. Está aqui o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Tenho muito respeito pelo meu amigo Rollemberg. Trabalhamos, sim, juntos na ciência e tecnologia para melhorar as condições do nosso fundo. Por isso, quero dar aqui uma informação: Juscelino teve a visão de que a indústria brasileira não podia ser caudatária de conhecimento e montou o CNPq e a Capes para poder dar ao Brasil o início de conhecimento próprio que – graças a Deus! – evoluiu para setores como a Petrobras – ela própria desenvolveu ciência e tecnologia – e o Ita, para o desenvolvimento da ciência aeronáutica.

E em 1974, foi por inspiração natural dos êxitos das organizações científicas que criamos a Embrapa, que era a chave para se dar ao País aquilo que ele não tinha: capacidade de utilizar seus biomas de forma racional e tirar deles aquilo que nós precisávamos para alimentar o País, porque a Conta-Café não estava aguentando as despesas de uma indústria importadora de conhecimento e até de matéria-prima. Posso dizer aos senhores que até as primeiras indústrias brasileiras de tecido trabalharam com algodão importado. Isso dói em qualquer brasileiro.

O Brasil não tem outra alternativa: vai dominar o mercado de algodão no mundo, porque é vocação do País produzir, em suas áreas semiáridas, o algodão de primeira qualidade. Ninguém vai nos bater, porque hoje temos ciência e competência para isso.

Precisávamos urgentemente acudir a economia brasileira. Em 1972, acontece o primeiro choque do petróleo. De US\$3.00, passa, em menos de quinze dias, a US\$15.00 o barril; depois, de US\$11.00 a US\$15.00 o barril. Muitas vezes, no Governo, eu vi decisões de se comprar petróleo no mercado *spot* a US\$19.00, US\$20.00 para o Brasil não parar. Nós consumíamos, naquela época, 80% do petróleo que gastávamos aqui, era petróleo importado. E a Conta-Café foi ficando pequena. Ela não era capaz de sustentar uma indústria obsoleta com uma importação de alimentos crescente.

Em 1968, os Estados Unidos, que eram a grande potência produtora do mundo, passaram pelo vexame de fazer o primeiro embargo não político na exportação de alimentos. O que significa isso? Ele que usou o embargo político especialmente na Guerra Fria, contra o seu principal adversário: a Rússia, que não era autossuficiente, teve de fazer um embargo não político, porque os Estados Unidos só tinham estoques, em seus armazéns e silos, suficientes para alimentar o povo americano por mais seis meses, tempo suficiente para uma safra.

Bastou que isso vergonhosamente fosse anunciado pelo Presidente da República e se tumultuou o mercado internacional. Os preços agrícolas dobraram e o Brasil pagava caro: petróleo quintuplicado, alimento dobrado.

E os países industrializados cada dia queriam mais dinheiro pela venda do conhecimento, da tecnologia industrial que nos fornecia. A Conta-Café não seria mais suficiente.

Eu quero que, sob esse ângulo, venhamos hoje a discutir qualquer restrição que se faça à agricultura brasileira nos dias de hoje. É preciso lembrar o que fizemos, como fizemos, o que somos e o que fomos. É fundamental que se tenha a consciência de que este País viveu o drama de não termos soluções. Vamos nos endividar e ser um País quebrado ou vamos erguer a nossa consciência e fazer deste País o que ele precisa ser?

Confiou-se na cabeça, na massa cinzenta dos nossos profissionais do setor das ciências agrárias. Não nasceu a Embrapa por uma simples vontade ostensiva de se fazer um grande órgão. Nasceu da necessidade de dar ao País a capacidade competitiva que ele não tinha na produção de alimentos, além dos produtos tropicais que já produzíamos. Foi assim que nasceu essa nova consciência de agricultura no Brasil.

Lembro-me bem de que, em 1940 ou 1950, todo o Paraná foi desmatado. As cidades do Paraná não nasceram antes disso. Era terra roxa coberta pelo que tem de bom. Foi desmatada para se produzir alimentos, assim como o oeste de Santa Catarina, o Rio Grande do Sul, São Paulo, terras roxas que não foram suficientes para abastecer o Brasil. Começamos, angustiosamente, produzindo nas terras médias do sul de Minas, do triângulo, de Goiás. Também não eram suficientes.

As nossas importações judiavam de nós. A Conta-Café sumia e o Brasil não tinha solução. Criar uma indústria, uma ciência industrial em pouco tempo não seria muito viável. Criar petróleo, achar petróleo – o Brasil era tido como um país que não tinha petróleo, mas felizmente a tecnologia mudou isso – ou então fazer um esforço no conhecimento do setor agrícola

para que o País pudesse conhecer e utilizar seus próprios biomas. Foi muito grande...

Posso confessar aos senhores o que ocorreu comigo, e é bom que se lembre disso hoje, neste País que já forma 11,5 mil doutores por ano. Quando abriu concurso na Embrapa, tive uma briga com o antigo Dasp, porque eu queria que os que tivessem pós-graduação entrassem direto e os que não tivessem se classificassem porque nós iríamos mandar fazer pós-graduação. Vou confessar aos senhores: foram 52 pós-graduados em 1.000 vagas que criei, três estrangeiros e um naturalizado. Essa era a situação à época. Esta era a situação à época: não se tinha base de conhecimento suficiente neste País. Nós tínhamos de criar essa base. Era a única alternativa que se tinha. Não vi, naquela época, muitos ecologistas gritando, porque eles também estavam pagando muito caro.

Eu tive um diálogo muito interessante. Juscelino Kubitschek foi meu paraninfo e eu fiz um discurso violento contra ele como estudante, dizendo que, se ele tivesse feito pela agricultura brasileira o que ele fez pela indústria, estradas e energia, o Brasil seria outro. Eu estava errado. Nós não tínhamos conhecimento. Seria jogar dinheiro pela janela e não obter resultados. E sabe o que ocorreu? Ele queixou a mim que todos os esforços que fez para melhorar as condições da família brasileira estavam sendo baldados em função do custo da alimentação. A família brasileira, na década de 70, consumia de 42% a 46% de toda a sua renda, não é do salário mínimo, não, de toda a sua renda em alimentação, não sobrando, naturalmente, para vestimenta, transporte, saúde, educação, moradia, etc.

Meus amigos, essa era a situação da década de 60, quando se levantou a bandeira: ou fazemos conhecimento próprio em condições brasileiras, para se produzir no Brasil, ou vamos quer que capitular. Era um grande desafio. Nasce a Embrapa.

Eu vou dizer aos senhores que conseguimos, na época, 200 milhões de dólares do Banco Mundial e mandamos 900 profissionais da Embrapa fazerem cursos fora. Mandamos 468, das 17 instituições estaduais, fazerem curso fora; e mais 99 professores das nossas universidades fazerem curso, com uma determinação que era fundamental e para mim a chave da mudança: ciência vocês vão conhecer nos grandes centros científicos do mundo, mas tecnologia vocês vão fazer aqui, nas condições brasileiras, e resolver o nosso problema. Essa era a marca. Eles foram e voltaram. E em menos de 20 anos mudaram a feição brasileira. O Brasil passou a ser outro.

A soja brasileira, quando eu entrei no governo, só produzia, Senadora Ana Amélia, 200 mil toneladas. Sabe por quê? Porque a soja que estava aqui era a que

veio lá do Hemisfério Norte: da China para os Estados Unidos e dos Estados Unidos pra cá. E ela precisava de 16 horas de sol por dia. Mas só tínhamos 16 horas de sol por dia na pontinha do Rio Grande do Sul, abaixo do Alegrete, como chamam lá. E a nossa produção não passava de 200 mil toneladas.

Eu, hoje, vibro quando vou ao Equador brasileiro e vejo a soja sendo produzida a 57, 60, 65 sacas por hectare. E no Rio Grande do Sul há vários recordes, como no Paraná também. Essa é que foi a mudança. Precisou-se de massa cinzenta. Precisou-se fazer a mudança biológica das plantas que nós queríamos produzir e com elas trabalhar.

Vou simplificar. O café, hoje, não representa, para o Brasil, mais do que 5% da nossa exportação agrícola. Sustentou a indústria, a comida. Nós somos o grande exportador. Entre exportação e importação, o Brasil, este ano, provavelmente passará de 74 bilhões de dólares, e as importações não vão chegar sequer a 18, só do agro. Essa é a chave da qual o Brasil não pode se descuidar. Qualquer obstrução que fizermos a este País estará jogando fora uma oportunidade.

O mundo não tem fome só de alimentos, o mundo, hoje, tem fome de energia renovável que o mundo não é capaz de produzir e nós somos. Economicamente viável.

Lembro-me bem de que passava sobre a minha mesa, em 1975, o programa Proálcool. E como era difícil. Não se produzia mais do que 60 litros de álcool por tonelada de cana. Estamos chegando a 100 e vamos passar disso. A nossa média de produção não era mais do que 60 toneladas. Na cana irrigada nós já estamos com 130 ou mais e vamos passar disso.

Meus amigos, essas são as mudanças que o Brasil provocou por uma razão única: acreditou na sua capacidade de gerar conhecimento, fazer dele inovações, usar essas inovações e ser competitivo no mundo. Será que nós vamos, agora, nos embotar na mente que precisamos de regras nascidas de um “achismo” sem precedente?

Ministro Reinhold, eu lhe conto a história dos 50 por 90%, dos 80%. Eu, quando entrei no governo, tive uma dificuldade. No governo anterior só se falava de Amazônia. E cheguei a confessar ao meu presidente: eu não conheço os biomas da Amazônia; não vou poder ser um bom ministro. Ele falou: “Procure quem você quiser”. Eu procurei os melhores cientistas. u

E quero reverenciar aqui, porque morreu há poucos dias, Paulo de Tarso Alvim, que viveu 21 anos na Amazônia. Um dos homens mais lúcidos que o Brasil já teve. Com ele tive um diálogo longo; e depois dele ele me trouxe os outros cientistas que com ele trabalhavam. “Paulinelli, você é um homem simples, mas correto; não

é você que não conhece o bioma amazônico; o Brasil não conhece o bioma amazônico. Ninguém conhece o bioma amazônico”.

Foi aí que propusemos: vamos só mexer na Amazônia onde nós já temos algum conhecimento que garanta retorno do esforço que faremos agora. Mas vamos pegar o cerrado, que já tem uma infraestrutura e alguma tecnologia já acumulada que pelo menos dê ao agricultor a possibilidade de nos ajudar a ser autossuficientes. Foi assim que nasceram as mudanças brasileiras.

Pois muito bem, onde atuamos na Amazônia, com 50%, funcionou muito bem. O Brasil ampliou sua produção de carne. Ênio Pepino e Ariosto da Riva fizeram os melhores programas de colonização, de que tenho conhecimento, do mundo. Teles Pires, no norte do Mato Grosso, é hoje uma das regiões mais produtivas do mundo.

Houve pouca interferência. Eu procurei não atrapalhá-los. Acho que o governo quando não já atrapalha faz muito bem. Essa sempre foi uma premissa que tive o cuidado de respeitar.

O resultado aí está: um país que cresceu. Em 1998: “Não, 50% não pode ser suficiente; tem que ser 80%”. Eu arrepiava quando autorizava desmatar 50% – o Código Florestal, naquela época, estava sob a minha administração – porque estava autorizando a desmontar biomas que nem eu nem eles conhecíamos. Procuramos alguns de que já tínhamos algum conhecimento para dar ênfase em programas de governo.

Mas vejam o que ocorreu: os programas deram certo. Nós financiávamos desde que se preservassem 50% Respeitaram-se os 50% e o programa deu tão certo. No Araguaia-Tocantins se coloca um bezerro de 6 meses, desmamado, num pasto; em mais 12 a 15 meses você tem um boi de 18 arrobas.

Eles não precisaram mais do governo, que deixou de fiscalizá-los. Eu não sei por que acabaram com os programas de crédito que exigiam fiscalização? E os agricultores também não precisaram mais, porque foram eficientes e produziram o suficiente para abrir o restante. E abriram o restante porque não tinha fiscalização. Agora os estamos penalizando. São incongruências que precisam ser discutidas aqui. Nós vamos querer retroagir com o Brasil?

Eu vou contar um fato que é rápido. Estou exacerbando no tempo. O ano passado – acho que o Ministro Reinhold também fez menção – fui convidado pela Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, que fez um congresso internacional, para fazer uma palestra. Eu fiz a palestra e parece que gostaram. E o presidente internacional da associação internacional de medicina veterinária me convidou para almoçar com ele. Eu

fui, com todo prazer, para conversar um pouco mais. Sabe o que ele me disse? “Eu sei que o meu país é o que mais financia algumas ONGs que estão atazando os brasileiros produtores hoje; eu quero dizer ao senhor que no meu país nós não temos 1, 10, 15 ou 30 metros de margem reflorestada, ou APP; nós não temos uma árvore sequer; uma árvore sequer! E agora, vamos acusar vocês? Não temos reservas legais e vamos acusar vocês de não tê-las. Vocês precisam de, pela ciência, comprovar isso”.

Aí eu vi que o mundo respeita a ciência.

O que foi contado aqui pelo Ministro Turra é uma comprovação lógica, o transgênico foi também vítima de uma miopia muito mais de caráter ideológico. O Brasil atrasou muitos anos para usar a biotecnologia, comprovadamente no mundo, absolutamente certa. Só foram os cientistas que acabaram com isso demonstrando que nenhum resultado negativo haveria de o mundo usar; até a Europa, que se rebelou inicialmente contra isso, hoje usa de preferência o produto transgênico.

Eu espero que essa exacerbação que está havendo com relação ao problema ecológico brasileiro seja colocada em um ponto racional. E vou dizer aos senhores com toda a franqueza, como disse na minha estada no Senado, o Brasil hoje tem – quando fundamos a Embrapa eram 12 escolas de agronomia e nove de veterinária e mais nada –, hoje, de agronomia, nós temos mais de 430 escolas e universidades, de veterinária, mais de 350.

Meus amigos, o Brasil forma hoje 11.500 doutores, tem gente suficiente para conhecer os biomas que não conhecemos. O que precisamos ter é a coragem de fazer programas corretos, não entregar a alguns radicais. Eu estive acompanhando, a pedido do Presidente da SPBC, no Brasil, as reuniões que se fizeram. Fui às universidades, no Norte, no Nordeste, no Sul, no Centro, estive na minha universidade, vi a ansiedade do profissional, do cientista brasileiro para que ele fosse chamado a participar desse processo de evolução de produção em ecologia que ele quer.

No finalzinho, nas reuniões de São Paulo, começaram a aparecer alguns cientistas que eu vi muito mais radicais do que cientistas a colocar absoluta desconfiança em parte de um Código Florestal que, na realidade, foi retirado de um todo. Não tem sentido isso! Por que não vamos analisar o Código como um todo e querer só desmontar a parte se uma foi originária da outra?

Cuidado com esses palpites de cientistas. As instituições científicas precisam ser chamadas, mas cientistas isolados, que tem miopia, que tem excesso de cuidado ou então participam de estudos que não são aceitos por todos, tem de ter cuidado. Se vocês

estão ouvindo, eu recomendaria que, junto com eles, trouxessem as suas instituições, para que se evitassem os exageros que eu ouvi nas últimas reuniões. Vi e a reagia. A SPBC tem minhas cartas mostrando os riscos que ela estaria correndo se assumisse as posições que eu que estavam sendo tomadas. Estão à disposição de vocês.

Meus amigos, não há outra solução. Este Código precisa ser aprovado porque para mim ele também se origina, em várias de suas definições, de um achismo, mas ele tem a inteligência de estabelecer um período de cinco anos para as modificações que precisarão ser realizadas. Eu costumo dizer: o Brasil desaprendeu de políticas públicas, especialmente para o setor agrícola, porque suas leis, não sei se o senhor sabe, nós temos três leis regulamentando o preço mínimo e o preço mínimo não funciona no Brasil. Três leis, uma de Getúlio Vargas, outra já depois de Getúlio e não se respeita. Meus amigos, nós precisamos ser realistas. O que o Brasil precisa depende de conhecimento? Não vamos duvidar. Quem está falando para os senhores é alguém que acreditou na competência brasileira, cujos resultados eu não preciso anunciar, os senhores mesmos serão juízes.

Muito obrigado por esta oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Ministro Alysso Paulinelli, V. Ex^a, com toda a sua experiência, certamente também trará uma contribuição muito importante na elaboração dessa reforma do Código Florestal.

Eu consulto o Plenário se podemos adotar o mesmo critério das reuniões anteriores. Fizemos as inscrições por ordem de chegada. Teríamos cinco intervenções inicialmente, passaríamos a palavra aos nossos convidados, em seguida, mais cinco. E com isso, acredito que com duas rodadas, conseguiremos encerrar a nossa audiência. Enfim, esta é a consulta que faço.

Todos concordam com este procedimento?

Então vamos iniciar pelos autores do requerimento.

O Presidente Acir Gurgacz está sugerindo que ouçamos todos os Senadores, em seguida, a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Todos os inscritos. *(Pausa)*

Eu quero, muito rapidamente, cumprimentar os nossos convidados.

Entendo que nós estamos vivendo um momento importante de definições neste debate. Tivemos também uma audiência pública importante, com muitas contribuições, ontem, na semana passada, com o Relator Aldo Rebelo e com o agora com ex-ministros da agricultura.

Eu queira fazer uma pergunta, aqui está um ministro da agricultura. Ontem foi levantado pelo ex-ministro José Carlos Carvalho uma questão, e eu concordo com ele, e gostaria de ouvir a opinião dos ministros. Nós, no Brasil, temos muitas questões que poderiam contribuir para esse debate sobre o Código Florestal, que seriam questões de política agrícola. Nós não temos hoje, pelo menos que eu saiba, ou de forma bastante significativa, instrumentos creditícios que pudesse valorizar, de uma forma mais efetiva, as boas práticas agrícolas.

Aqui o Ministro Reinhold Stephanes ressaltou muito tecnologias desenvolvidas pela Embrapa como o plantio direto, como a prática extremamente importante para a conservação do solo, conheço o entusiasmo do Ministro Alisson Paulinelli pela tecnologia de integração lavoura/pecuária/florestas. E pergunto se não seria o caso de termos financiamentos extremamente favoráveis a essas boas práticas agrícolas. Se o Brasil não trata de forma, digamos, igual, práticas que são muito mais adequadas ao meio ambiente do que outras técnicas já, digamos assim, ultrapassadas.

Outra questão que quero colocar é que concordo inteiramente com o Ministro Alisson Paulinelli e com os demais ministro que colocaram isso aqui e os dados trazidos aqui pela Embrapa, eu e a Senadora Ana Amélia usamos reiteradamente essas informações que mostram que o Brasil realmente cresceu muito, se desenvolveu muito na sua tecnologia agrícola e no espaço de 30, 35 anos o Brasil ampliou a sua área plantada em torno de 48% e aumentou a sua produção em 268%. Esses números falam por si mesmo. Eu pergunto, ao mesmo tempo, nós não tivemos o mesmo desenvolvimento na pecuária, a unidade animal por hectare da pecuária brasileira ainda é muito baixa. E, historicamente, o avanço da agricultura se dá em áreas de pecuária.

E segundo informações da Embrapa, dos diversos ministérios, nós temos mais de 50 milhões de hectares de pastagens degradadas no País, mais de 50 milhões de pastagens degradadas no Brasil.

Pergunto se não seria o caso, e qual a visão dos Ministros, de o Brasil fazer um esforço de buscar crescer a sua atividade agrícola, pecuária em torno dessas áreas degradadas, investir fortemente no aumento da produtividade da pecuária, abrindo novos espaços para o crescimento da agricultura?

E quero, aqui, fazer um questionamento. Tive oportunidade de participar, quando Reinhold Stephanes era Ministro e eu, Deputado, de uma reunião, salvo engano, da liderança do PMDB, em que se discutia a proposta de desmatamento zero. O Ministro levou a sua concordância em desenvolver um programa,

um acordo, um pacto de desmatamento zero. Eu me lembro de que, na ocasião, o Ministro ressaltou que o único bioma em que não poderia ser feito isso seria o bioma cerrado, bioma que represento parcialmente como Senador do Distrito Federal. E, no curso desse debate na Câmara dos Deputados, em algum momento, o relator Deputado Aldo Rebelo apresentou uma proposta de moratória de cinco anos para novos desmatamentos no Brasil.

Gostaria de ouvir a opinião dos Ministros sobre essa proposta e por que, especialmente ao Deputado Reinhold Stephanes, que está na Câmara, em que momento essa proposta saiu do relatório do então Deputado Aldo Rebelo?

Outra questão, a gente percebe que esse debate é muito complexo. Como disse o Ministro, muitas pessoas que utilizam, hoje, a área de preservação permanente elas a utilizam desde quando a legislação permitia, porque, até um determinado momento, a legislação de área de preservação permanente em pequenos rios era de cinco metros. Isso foi modificado até por uma iniciativa de um Deputado de Santa Catarina, e me foge aqui exatamente o ano. Essas áreas se consolidaram no tempo.

E o projeto do Deputado Aldo Rebelo prevê a criação do Programa de Regularização Ambiental, dando oportunidade àquelas pessoas que estão fora da lei poderem recuperar suas reservas legais ao longo de um período de vinte anos.

E muitos entendem que isso é um tratamento diferenciado com aquelas pessoas que, ao longo dos anos, respeitaram rigorosamente a legislação.

A pergunta que faço: como os senhores encaram a possibilidade, a proposta de isentar do Imposto Territorial Rural toda a propriedade daqueles produtores que, da publicação da lei, estivessem plenamente em dia com a legislação, ou seja, aqueles produtores rurais que averbaram reserva legal, têm área de preservação permanente como prevê a lei, serem isentos totalmente não apenas das áreas de reserva legal, mas em toda a propriedade.

Outra questão aqui levantada pelo ex-Ministro José Carlos Carvalho, com a qual concordo, de que o projeto aprovado na Câmara obriga a recomposição de quinze metros nas áreas de preservação permanente de pequenos rios e córregos.

Conheço muito a realidade próxima do Distrito Federal, de Goiás, de algumas outras regiões do País, entendo que, para os pequenos produtores rurais, especialmente para os agricultores familiares, se não houver incentivos econômicos, instrumentos econômicos, essas pessoas serão incapazes de recuperar

as suas áreas de preservação permanente, ainda que de quinze metros.

E nós estamos falando de um bem coletivo, especialmente a proteção das áreas ripares, das matas ciliares, que cumprem um papel fundamental, que é o da preservação da água, não apenas fundamental para a sustentabilidade da agricultura, como fundamental também para a sustentabilidade dos grandes rios e do abastecimento doméstico das cidades brasileiras.

Em 2015, encerraremos uma série de contratos de concessão de usinas hidrelétricas no Brasil, algo em torno de 20%. E, na tarifa de energia elétrica, hoje é calculada tendo como um dos requisitos a amortização do investimento físico feito na construção da usina hidrelétrica, que, segundo informações da ANA, segundo informações da Fiesp, é algo próximo de 50% do preço da tarifa de energia elétrica, estaria nessa amortização que se encerrará em 2015.

Segundo cálculos da Fiesp, em um seminário recente, isso representaria, em trinta anos, algo em torno de R\$ 900 bilhões, o que significa em torno de R\$ 30 bilhões por ano.

Como a proteção da área de preservação permanente produz um bem coletivo, que é proteção das águas, que é uma matéria-prima fundamental para o funcionamento e sustentabilidade das usinas hidrelétricas, eu considero extremamente razoável, e gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^{as}, o Governo adotar diversas posturas como a redução da tarifa de energia elétrica para as populações mais pobres, a redução da tarifa de energia elétrica para setores industriais que querem incentivar, mas entendo que parte dessa redução, desses R\$ 30 bilhões por ano, deveria ser destinada a um fundo que financiasse o pagamento de serviços ambientais, especialmente a recuperação e Áreas de Preservação Permanente.

Essas são as considerações que gostaria de fazer. E gostaria de ouvir os comentários dos ministros sobre esses temas. E agradeço-os mais uma vez pela grande contribuição que dão a este debate.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença dos Ministros aqui conosco e agradecer a contribuição que os senhores dão para este debate que consideramos muito importante.

Tanto a audiência de hoje quanto a audiência de ontem nos trazem alguns pontos de convergência que considero muito importantes, principalmente com relação às ocupações que foram feitas à época, no-

tadamente na região amazônica, em especial o meu Estado de Rondônia, onde foram desmatados 50% a pedido do Governo.

Tanto ontem, quanto hoje, nas duas audiências, Senador Moka, ficou claro que há uma preocupação em observarmos e darmos continuidade a esse trabalho que foi feito, ou seja, darmos condições para que essas famílias continuem trabalhando sem nenhuma dificuldade.

Mas quero fazer uma pergunta com relação à região amazônica, já que esta corresponde a 60% do nosso País. Temos uma lei única para toda a Amazônia, sabendo que os Estados não são iguais. Rondônia tem uma vocação tem uma vocação agroindustrial, agropecuária. O Acre tem uma vocação para o extrativismo. Enfim, cada região tem uma vocação. É muito grande a Amazônia. Nós temos uma lei única, 27 sub-biomas. É uma região muito grande. Temos uma lei única. Considero que pouco inteligente para a produção agrícola brasileira. Seria talvez uma forma de engessar o crescimento do Brasil?

Outra pergunta, para ser bem direto e não tomar muito tempo dos nossos Senadores que também querem participar da nossa audiência: nas negociações internacionais, quando o Brasil participa, coloca-se na mesa a questão da preservação das áreas de floresta brasileira, principalmente na região amazônica. Já vêm as ameaças de barreiras e tudo mais com relação ao Brasil. Em contrário, isso não acontece. Não está na hora de exigirmos as reservas na Holanda, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos? Entendo que é importante ouvirmos as exigências dos outros países, mas entendo importante que o Brasil se coloque também exigindo que os outros países façam, no mínimo, igual ao que nós brasileiros estamos fazendo.

Essas são as duas questões que coloco. Pelo que os Ministros nos auxiliem nessas colocações.

Agradeço, mais uma vez, a presença de ambos na nossa audiência pública que, de fato, contribuíram muito para o debate nesta Casa.

Passo a palavra, agora, novamente, ao Presidente Rodrigo, para conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito rapidamente, antes de passar para a próxima oradora inscrita, que é a Senador Ana Amélia, quero registrar que o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, pede desculpas, mas está acompanhando o Ministro da Justiça, em uma audiência sobre o Plano Nacional de Segurança pública, S. Ex^a está presidindo a reunião.

Quero colocar em votação, rapidamente, requerimento de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, para que realizemos audiência pública conjunta

das três Comissões, na cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, no dia 16 de setembro, às 14 horas.

Em votação. *(Pausa)*

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a palavra, neste momento, à Senadora Ana Amélia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Essa proposta do Senador Luiz Henrique, à qual estou assinando, seria uma das cinco audiências que faríamos uma em cada região –. Então, seria a primeira com o Senador.

Estamos indo para um debate lá, também no Rio Grande do Sul, mas a audiência em campo seria essa. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Iremos com o maior prazer.

Senadora Ana Amélia.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente Acir Gurgacz, em primeiro lugar, quero cumprimentar as exposições feitas pelos ex-Ministros, os quais, durante a minha carreira como jornalista, tive o prazer de acompanhar seus trabalhos para mostrar ao Brasil o que vinham fazendo, e com senso de responsabilidade e compromissos com o que é mais importante, que é a segurança alimentar, produzir alimentos com qualidade.

Passamos por várias etapas, como referido aqui, uma delas com a biotecnologia, que foi um momento de grande embate, tanto quanto agora em relação ao Código Florestal. Mas isso é assim que se faz, é assim que se constrói uma alternativa e uma solução adequada.

Prestei muita atenção em cada um dos depoimentos, e começo com o Ministro Francisco Turras.

O senhor disse a frase: “O texto é estímulo à preservação” – o texto que foi aprovado na Câmara.

Ontem, aqui, a ex-Ministra Marina Silva, sentada à Mesa, disse: “Proteger a floresta é a exceção, a regra é o desmatamento”. Disse isso sobre o mesmo assunto.

Então, o que há em relação a essa divergência?

O senhor disse que dois milhões de pequenos produtores de frango estariam inviabilizados se não for mantido o que está nesse texto. De que maneira isso vai acontecer se, de fato, houver modificação abrupta ou radical no texto que foi aprovado na Câmara? Por que esse resultado?

O senhor fez uma referência sobre a questão dos embates, no âmbito internacional, como a reunião de Bruxelas, comparativamente ao CO2 da emissão dos gases de um boi irlandês, veja só, 40%, e de um boi

brasileiro, 90%. Talvez a genética seja muito diferente e a gente não consiga entender bem isso. Mas, no comércio internacional, Ministro Francisco Turras, o senhor, hoje, está atuando ativamente nisso, a concorrência e a competição acirrada têm estabelecido barreiras não tarifárias, especialmente ambientais, como forma de barrar a entrada de produto brasileiro nesse mercado.

A Irlanda é uma dos países que têm feito uma campanha sistemática dizendo que boi brasileiro é boi que está em floresta desmatada, na Amazônia, do Senador Acir Gurgacz.

Então, o que está acontecendo? Nós não estamos tendo capacidade para mostrar essa realidade, que é outra, e não a versão imposta pelos nossos concorrentes? Esta é a pergunta para o senhor.

Para o Ministro Reinhold Stephanes: o senhor lembrou bem dos conservacionistas, há 40 anos, que hoje se chamam preservacionistas – mudou apenas o termo, mas o objetivo é o mesmo –, e mostrando essa realidade, já que o agricultor, como depende da terra ele é o principal interessado em evitar a erosão, em fazer curvas de nível, em aplicar o plantio direto, em fazer uma série de procedimentos e manejo para que a terra, que ele trabalha, permaneça com qualidade e solo através desse manejo.

No Rio Grande do Sul, Ministro, o senhor conhece bem, esteve lá tantas vezes, na região de Não-me-toque, onde se faz a Expodireto, a aplicação de agricultura de alta precisão ou de alta tecnologia, o próprio plantio direto, maquinário de altíssima qualidade, hoje, dá uma produtividade de milho de 220 sacas por hectare, chegando até 78 sacas de soja por hectare nessa região. E há matas nativas naquela região. Basta um sobrevoo para se constatar exatamente essa preservação. Então, todas essas atividades é o que chamamos ABC, Agricultura de Baixo Carbono, o que é extremamente recomendável para a questão ambiental.

O senhor falou muito no art. 8º, que está aqui referido, e como adaptar esse artigo. Mas, chamou-me muito a atenção o decreto e o texto do decreto que V. Exª abordou aí, impondo a um agricultor “multado” a confissão de um crime que ele pode não ter cometido. E aí estamos ferindo um princípio constitucional do Direito. Eu lhe pergunto – o decreto que nem o Presidente, nem o Ministro leram o texto dele –: alguma entidade do setor rural, dos produtores rurais ou do próprio setor jurídico, a OAB, por exemplo, não levantou a questão da inconstitucionalidade de uma matéria dessa gravidade em relação ao direito individual? Eu queria colocar ao senhor essa questão.

E, ao Ministro Paulinelli, digo que S. Exª falou de todas as questões do nosso País. Passamos de importadores para exportadores, graças a isso. E aí

eu aproveito a sua fala para elogiar muito, destacar, homenagear e reverenciar o trabalho dos nossos pesquisadores de todas as instituições lideradas pela Embrapa, que fazem um trabalho exemplar. Também no processo da biotecnologia, conseguimos vencer pela ciência, pela lógica da ciência, da sabedoria e do conhecimento.

O Rio Grande do Sul, hoje, está convivendo com essa regulamentação, com a volta dos animais silvestres que haviam sumido pelo excesso de aplicação de defensivos agrícolas. Hoje, não. Hoje, voltaram a conviver nas lavouras: veadinhos, esquilos, toda fauna voltou; abelhas, insetos, tudo voltou graças a essa redução. Eu queria do senhor uma opinião a respeito da tal Emenda nº 164, que é o tema mais polemizado e mais discutido.

E também queria saber se o senhor acredita, já que o Brasil, segundo a FAO, tem 62% do seu território ocupado por florestas nativas, claro, na grande maioria desse percentual, que é necessário ampliar esse percentual para evitar sanções internacionais, além das que nós já temos hoje?

Por fim, queria lhe perguntar o seguinte: um estudo da Esalq, que o senhor conhece bem, que foi apoiado pelo WWF SOS Mata Atlântica e outras organizações, demonstra que apenas com a recomposição de APP e reserva legal, serão gastos mais de dois PIBs do setor agropecuário nacional, algo em torno de um trilhão, cento e vinte bilhões de reais. Quem vai pagar essa conta?

Essas são as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – R0) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem de inscrição, Senador Waldemir Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srs. Presidentes Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg, Srs. ex-Ministros, como já tive a oportunidade de até ocupar aí o espaço da Presidência da Ciência e Tecnologia, eu queria me dirigir especialmente ao ex-Ministro Reinhold Stephanes: por que quando há uma argumentação surge a data, que eles dizem ser mágica, de julho de 2008?

V. Ex^a era Ministro juntamente com o ex-Ministro Carlos Minc.

Eu acho que seria importante que a gente pudesse ouvir aqui do Ministro Stephanes, porque essa é uma questão que para mim é importante. Você tem que entender por que é que se considera julho de 2008. Acho que é fundamental. Para mim parece lógico. Se o Governo aceitou naquele momento aquilo que está no texto, por que hoje tem tanta controvérsia a respeito disso? Essa é uma questão.

Do Ministro Turra eu gostaria... E aí eu não sei, porque às vezes não se tem esses números de cabeça, mas se fala muito em quantidade. Então eu queria que o ex-Ministro falasse quantos milhões de hectares nós usamos para a produção. Isso é que é fundamental. O que nós usamos para produzir é muito pequeno em relação ao que já está preservado. Eu não consigo entender por que o nosso Governo... Eu queria uma ação mais forte, porque nós somos disparados o País que mais preservou o seu patrimônio ambiental. Por que nós não usamos isso e ficamos aceitando daqueles que não preservaram nada. Nós aceitamos isso e parece que nós estamos acuados nesse debate em que nós estamos na frente. Nós é que tínhamos que dizer: olha, é possível produzir o que o Brasil produz sem depredar o meio ambiente. Isso é que seria o lógico, porque é o que acontece no nosso País. E não aceitar como se nós estivéssemos aqui acuados.

Eu acho que parte disso é quando essas ONGs... E aí os interesses... Eu não prejulgo, porque eu conheço ONGs que fazem um trabalho belíssimo, mas existe, não sei se de má fé ou desinformação, nós fazemos coro às vezes a umas coisas que para mim parecem absurdas, a partir do ponto de vista de que elas têm uma orientação internacional muitas vezes de países que não têm absolutamente nenhuma referência em preservação. E nós ficamos aceitando isso gratuitamente aqui.

Finalmente, pedir ao Prof. Alysson Paulinelli essa questão do cerrado... Eu me lembro, Ministro, foi do cerrado o avanço ou mesmo o surgimento de uma cidade hoje no meu Estado, São Gabriel do Oeste, que eram terras que as pessoas consideravam, porque não produziam nada, diziam que não tinham valor nenhum e que hoje são terras altamente produtivas.

Aqui está o Deputado Federal de Maracaju, da cidade dele, que é um dos Municípios mais produtivos do meu Estado. A produtividade lá está acima de 55, 50 sacas por hectare. Há algum tempo o pessoal falava: aí tem o capim barba de bode. Não tinha absolutamente nada. E hoje há uma crítica também em cima do cerrado.

Eu digo sempre o seguinte: meu Deus do céu, nós somos o único País que tem reserva legal!.. Eu não falo isso dizendo que nós não tínhamos que ter. Mas nós temos reserva legal, ninguém tem e, apesar disso, nos acusam ainda de que nós não conservamos o meio ambiente. Ora, nós é que temos reserva legal; nós é que temos a referência em preservação. Não é o contrário.

Finalizo por aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Moka.

Deixe-me só expressar uma preocupação da Presidência da Mesa. O Ministro Alysson Paulinelli me informa que tem um compromisso em Goiânia daqui a pouco, tem um voo daqui a pouco. O Ministro Turra já me informou também disso. Então para que a gente possa ter as considerações dos nossos Ministros, eu vou a todos que as suas falas sejam bem objetivas, para a gente poder ouvi-los.

Consulto o Senador Reditário Cassol se quer fazer uso novamente da palavra, porque está inscrito e tinha falado pela ordem.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO)

– Eu agradeço, sem dúvida nenhuma, por me conceder de novo a palavra. Eu estou muito preocupado. Nós não podemos prolongar muito para resolver esse Código Florestal, porque nós temos problemas sérios dentro do País, em certos Estados, começando com o nosso Estado de Rondônia. Nós temos que fazer alguma coisa para proteger mesmo a parte ambiental, principalmente as nascentes, os riachos, sejam rios pequenos, sejam rios grandes, todos eles. Mas sem perseguições, sem prejudicar ninguém. Convencer a população, levar a realidade a eles, orientá-los, sobre aquilo que nós precisamos.

Vamos fazer isso o quanto mais breve possível para realmente começar a fazer o trabalho necessário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) -Muito obrigado, Senador.

Agradeço a sua colaboração.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres Ministros Alysson Paulinelli, Reinhold Stephanes e Francisco Turra, que acabam de nos trazer subsídios muito importantes para o nosso julgamento.

Eu tenho dito que a função de relator é semelhante à função do juiz. Ontem tivemos oportunidade de ouvir vários ex-ministros do meio ambiente e hoje estamos tendo a oportunidade de ouvi-los. Em ambas as audiências o que ficou ressaltado foi não o interesse particularizado deste ou daquele setor, mas o interesse maior pelo desenvolvimento do nosso País. E é nesse sentido que nós vamos conduzir o nosso relatório. Buscar o equilíbrio entre duas atitudes absolutamente indispensáveis: proteger as nossas florestas, preservar os nossos biomas e garantir a sustentabilidade da produção rural, não apenas para alimentar o mundo, para garantir ser o Brasil a grande fonte supridora de alimentos para o mundo, como também estabelecer o Brasil como a grande plataforma de produção de biocombustíveis, de energia limpa.

Ora, dentro dessa busca nós divisamos possibilidade de estabelecer um equilíbrio e caminharmos até para um consenso. Acredito que os pontos ainda controversos são bem menores.

A Constituição Federal estabelece uma diretriz descentralizadora, aquilo que nós precisamos para o País como um todo, que é um novo Pacto Federativo, que modifique a distribuição das receitas públicas, porque hoje 2/3 delas se concentram na União. Invertendo essa pirâmide, para que 2/3 se concentrem nos Estados e Municípios, como é em geral o arcabouço distributivo entre os entes federados na maioria dos países, dos países desenvolvidos, como é inclusive, e essa é a grande descoberta, a estrutura da China. O governo central chinês traça diretrizes econômicas e políticas e quem executa com força são os municípios. Há um fato relevante que mostra por que em cada carteira escolar tem um computador. É que os municípios são altamente capitalizados e são altamente capitalizados por quê? Porque são sócios das empresas estrangeiras que foram atraídas para aquele país.

A Embraco de Joinville é a maior empresa no seu setor no mundo, é a única brasileira que é líder no mundo. Ela produz compressores para refrigeração e detém 25% do mercado mundial e 50% do mercado norte-americano o que significa dizer que de cada duas geladeiras produzidas nos Estados Unidos, uma tem um compressor da empresa brasileira Embraco.

Ora, numa viagem à China, fui descobrir que o sócio da Embraco é a prefeitura de Pequim. À medida que a Embraco vai crescendo na China, a prefeitura vai perdendo parte das ações e aplicando em educação, saúde e infraestrutura. Ora, o que nós precisamos no Brasil é um novo pacto federativo. Se estabelecêssemos uma meta de, em dez anos, inverter a distribuição da riqueza tributária nacional, teríamos não o quinto, mas o Brasil como uma das maiores potências mundiais.

O que diz o art. 24, que é um dispositivo descentralizador, aliás têm dois só no Brasil? É na política de saúde, com a criação do SUS, Sistema Unificado, que era originalmente Sistema Unificado Descentralizado de Saúde – SUDS, quando o criamos aqui antes da Constituição e a política ambiental. O que diz a Constituição? Art. 24 – em matéria ambiental, a União, os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrente e concorrente não é supletiva, não é subsidiária, não é secundária, é concorrente, é competitiva. No § 1º a Constituição diz o seguinte: Em matéria ambiental, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

A minha pergunta para os três ilustres expositores é se esse projeto de código, tal qual está redigido, atende às normas constitucionais. Vou justificar a minha pergunta: temos a responsabilidade de fazer uma lei

ambiental que garanta a segurança jurídica, ou seja, uma lei duradoura, uma lei que não seja, no mês seguinte, contestada por qualquer entidade no Supremo Tribunal Federal. Eu lhes pergunto se tal qual está redigida atende ao pressuposto de divisão de trabalho na área ambiental, dando à União a competência para normas gerais e aos Estados a competência concorrente para normas complementares ao preceito do arcabouço constitucional concedido à União.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg . Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o outro Relator da Comissão de Meio Ambiente Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar mais uma vez as duas comissões, também os colegas de Ciência e Tecnologia por essa ação conjunta de promovermos audiência. Sei que aqui no Senado – e agora mesmo tive que me ausentar e peço desculpas aos Ministros – eu e o Senador Luiz Henrique para votarmos na Comissão de Relações Exteriores.

V. Ex^{as} foram parlamentares e sabem desses problemas que temos. Gostaria de cumprimentar também a colega Ana Amélia, que tem sido uma dedicada colega no propósito de apreciarmos esse tema tão importante. Cumprimento a Kátia que está ali, nossa querida companheira, que tem uma missão além de ser Senadora e os demais companheiros. Para nós é uma honra recebê-los aqui. Conjuntamente apresentamos essa proposição, junto com os dirigentes das comissões e também relatores, por entendermos que o Brasil precisa tomar uma decisão política sobre uma das mais importantes leis que esta País tem.

É um País continental, é um País que tem, criou e caminha diante do mundo no sentido de ser um dos grandes produtores de alimentos, levando o mundo a um caminho de segurança alimentar, é uma potência florestal. Na agenda de hoje onde estamos discutindo mudanças climáticas, o Brasil está no centro dessa agenda, aliás, vai sediar no ano que vem a Rio+20, grande oportunidade que temos de nos firmar diante do mundo pelas atitudes que adotamos ao longo dos anos e pela maneira como estamos discutindo o futuro.

Queria, Srs. Ministros, dizer que não estou chocado porque quem vive na política e teve, graças a Deus, a oportunidade dada pelo povo do Acre de ter sido prefeito e governador por oito anos, não fica chocado. Mas é uma constatação. Na audiência de ontem, por mais de cinco horas, ficamos ouvindo colegas dos senhores do mesmo governo em pares. Mas é tão distante, querida Senadora Ana Amélia, o posicionamento dos colegas dos senhores de ontem para o dos senhores de hoje que parece que estamos em países diferen-

tes, absolutamente distintos. Eu não acho que seja um problema e talvez seja nossa riqueza os diferentes pensamentos, mas temos que tomar uma posição política sobre uma das mais importantes leis do País e minimamente temos que encontrar algum consenso.

Já não acho que o problema esteja com ambientalistas e ruralistas. Acho que temos um problema, um dever de casa para fazer, porque o Ministro Turra foi colega do Zé Carlos, no mesmo governo do PSDB. O nosso querido Ministro Reinhold Stephanes foi colega do Minc, da Marina, no mesmo governo, mas as posições são antagônicas sobre a mesma matéria. Não há impressão de vida, de onde o mundo deva caminhar, porque nós, ainda bem, somos um pouco diferentes, apesar de lutarmos por um mundo melhor.

Então, como fazer diante disso? O Senado tem que arbitrar? Claro, que esse é um papel dos legisladores, mas para arbitrar com maior justeza temos que fazer um caminho que não diria novo, porque estamos trabalhando nesse tema há muito tempo e o Professor Alysson Paulinelli é uma lenda viva – graças a Deus – é uma lenda da agricultura, da brasilidade e um senhor que já nos ensinou muito e segue nos ensinando, como fez hoje aqui. Mas o que fazer diante disso?

O mundo espera muito do Brasil e os brasileiros esperam também muito de todos nós. Então, não quero me alongar. Ontem, foi uma unanimidade dos Ministros dizendo que o texto que o veio da Câmara é muito ruim para o Brasil e que precisa de mudanças importantes. Hoje, no geral, ouvimos que o texto é muito bom e tem que ser mantido. Aí temos uma situação complexa.

Queria colocar essa preliminar, mas quero apresentar uma proposta para ela, mesmo que normalmente a façamos no final mas farei no começo. Acho que foi muito importante a decisão da Comissão de ouvir a Ministra do Meio Ambiente que está trabalhando e sendo interlocutora do Governo neste momento, Ministra Isabela, que, aliás, foi muito bem e nos ajudou muito a entender a posição do Governo, porque nesse debate tem o governo, a sociedade e obviamente tem o Congresso, que vai tomar e deliberar.

Depois nós ouvimos o autor da proposta, Deputado Aldo, que também colocou com clareza as dificuldades que enfrentou, foi muito feliz – eu diria até – o quanto que andou, viveu e aprendeu sobre esse tema e o esforço dele de tentar ajudar. O certo é que 69 artigos, boa parte dele já resolveu uma grande parte do problema. Temos uma menor parte para deliberar sobre ela. É bom que se digam

Nós temos uma menor parte para deliberar sobre ela. É bom que se diga isso. A Câmara dos Deputados já cumpriu bem o seu papel. Agora está nas mãos do Senado cumprir o nosso.

A ideia de ouvirmos também ex-Ministros do Meio Ambiente, ex-Ministros de vários governos, da Agricultura, acho também que foi muito feliz, Senador Rodrigo, porque são pessoas que viveram as dificuldades da implementação das políticas públicas, ou seja, de fazer valer o interesse da sociedade, do País.

Os senhores fizeram isso. Cada um, em seu tempo, dedicou partes importantes da vida e deram contribuições, tanto é que o Brasil está melhor do que estava ao longo desses anos. Então não há reparo nisso. Alguns podem reclamar que deveria ter ido mais rápido para lá, mas todos nós reconhecemos que o Brasil está se firmando como uma grande nação que nos orgulha a todos.

A proposta é objetiva, para mim foi muito rico ouvir ontem os Ministros de Meio Ambiente, aprendi muito. E para o meu colega também, o Senador Luiz Henrique, que comentava comigo ontem. Para mim está sendo muito importante ouvi-los hoje. Também estou tirando boas lições.

Mas eu queria apresentar uma proposta que poderia ajudar o Senado a deliberar. Temos aí pelo menos uns dois meses pela frente, como quer a Senadora Kátia, para que, até o final de outubro, o mais tardar começo de novembro, possamos deliberar. Eu queria propor que, saindo daqui, não sei se os demais colegas podem endossar, que tivesse uma reunião do fórum de ex-Ministros da Agricultura e de ex-Ministros do Meio Ambiente para minimamente trabalharem alguns pontos, pela experiência de vida que os senhores têm sobre o Código Florestal. É um desafio, é uma proposta. São mulheres e homens públicos da maior qualidade. Que se reunissem fora daqui, um dia só, o Roberto Rodrigues, o Ricupero, os senhores, passem um dia, sem interferência de ninguém, discutindo o Brasil que os senhores conhecem profundamente. Discutindo o Código Florestal e nos apresentem minimamente aquilo que deu para tirar depois de um dia de reunião de dez ex-Ministros da Agricultura deste país e de dez ex-Ministros de Meio Ambiente.

Eu sou engenheiro florestal e técnico agrícola e não conheço relação mais umbilical, mais próxima do que quem produz e o meio ambiente. Eu não conheço. Não tem como produzir sem água. Não tem como produzir enfrentando a biodiversidade, destruindo a biodiversidade. São relações próximas. Todas as vezes que me reúno para fazer uma palestra, um debate com produtores eu digo: tomem posse do que é de vocês. Os senhores são os mais dependentes do meio ambiente, não são adversários. Mas, sinceramente, tem hora que este debate antagônico passa não só para um representante de uma ONG, que tem lá suas razões de colocar com alguma radicalidade um ponto, ou

mesmo alguém que tenha uma posição de confronto, mas estou achando que a gente pode ganhar muito, que o Brasil ganharia muito se esse encontro acontecesse. Acho que daria uma repercussão enorme na imprensa. Os senhores foram colegas, todos ao seu tempo, e poderiam de fato nos ajudar a clarear um pouco algumas posições. Agora, isso não significa dizer buscar consenso. Não significa dizer convencer ou ser convencido, mas conversar.

Eu queria abordar mais alguns aspectos. Srs. Ministros da Agricultura, outra coisa que me incomoda um pouco, porque se é fato que há uma relação de dependência de quem produz e cria – usando um português o mais claro possível – com a água, com o equilíbrio ambiental, eu gostaria que os senhores comentassem porque o nosso país – eu ouvi isso ontem aqui – é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, *per capita*, inclusive. São algumas perguntas, se puderem comentar. Isso decorre de um modelo equivocados que assumimos?

Outra pergunta: por que não conseguimos ainda – e aqui estão o criador da Embrapa e ministros que fortaleceram a produtividade neste país? Qual é a produção de milho hoje dos Estados Unidos? São 350 milhões de toneladas? Parece que está perto disso. E nós temos uma produção de grãos de 140 milhões de toneladas. Nos Estados Unidos, não tem mais terreno para plantar milho ou soja ou trigo, os senhores sabem. A disputa é se se planta milho, soja ou trigo. Como entrou uma política de energia no milho, o milho ocupou espaço tirando da soja e tirando do trigo. Ora um tira do outro, depende de mercado e de política do próprio país.

Agora, como eles conseguem ter uma produtividade de 170 sacas por hectare, chegando a 200 sacas por hectare, e nós ficamos numa produtividade, por mais crescente que tenha sido ao longo dos anos, tão abaixo disso. É uma pergunta, e isso tem a ver certamente com política para o setor agrícola, porque acho que a gente também tem que separar um pouco. Eu não sou radical, a vida me ensinou, e aqui estou aprendendo muito, estou procurando anotar os ensinamentos que tiram e guardando, porque, quando a gente escreve, eles ficam. Mas, sinceramente, não querendo me alongar mais, acho que não é muito adequado a gente pegar todas as mazelas e os gravíssimos problemas do setor do agronegócio, da agropecuária, da agricultura que o Brasil enfrenta e colocarmos na conta do meio ambiente ou das questões ambientais.

Eu gostaria de saber: quanto é do erro do Brasil da política agrícola? Quanto é da falta ainda de tecnologia que já estamos ganhando? Os problemas decorrem disso? Quanto é do modelo insustentável de

produção agrícola que nós adotamos, importado boa parte dele? Quanto é da questão ambiental? Só para um equilíbrio, se nós pudéssemos fazer.

Encerro, queridos companheiros Presidentes, porque sinceramente, acho que a política agrícola do nosso país, por mais esforço que os senhores tiveram, por mais avanços que alcançamos, está muito focada nos produtos, ela não alcançou as propriedades nem os produtores. No meu Estado do Acre, o Ministro Reinhold falou: ah, mas de um lado, do outro... Eu tenho uma visão um pouquinho diferente. Temos 88% de floresta, Ministro, e estamos lutando para importar produtos do Peru, porque o relevo do Acre está 130 metros acima do nível do mar. Assim, não temos como produzir cebola, alho, por isso importamos do Peru, que é bem barato, e abastecemos a Amazônia inteira. Não tem nenhum problema, nenhum demérito nós produzirmos algo e, com esse dinheiro, comprarmos aquilo que a gente não pode produzir, ou até economicamente não é viável. Esse equilíbrio pode ser feito.

No Acre, fizemos a estrada para o Peru, com ajuda do Governo Federal para podermos abastecer uma parte da Amazônia. Penso que a Amazônia não precisa produzir tudo. Ela pode produzir aquilo que é adequado e comprar com o dinheiro dessa produção aquilo que não é adequado produzir lá. Não temos que reproduzir o modelo do Sul na Amazônia, seria um grande equívoco, foi o que o Brasil tentou um pouco antes de o senhor assumir, Ministro Alysso, e o senhor freou isso. O senhor usou uma frase fantástica: eu não posso mexer no que não conheço. O Presidente do Bradesco, quando teve os derivativos ele disse: o meu banco não faz isso porque não faço o que eu não sei, o que eu não conheço. E o Brasil fez muito na Amazônia sem conhecer a Amazônia. Já conhece bastante, tem muito a aprender ainda.

A minha disposição era ver se saíamos desse código com um código que pudesse dar segurança para quem quer produzir e criar, estimular para que o Brasil possa ter política agrícola que nos coloque competitivos do ponto de vista da produtividade, como muitos dos senhores falaram, mas essencialmente que o código, que é florestal, saia com uma regra onde o Brasil, pela primeira vez, numa lei feita para suceder a de 35 e a de 65 e os remendos que ela sofreu, o Brasil possa também se transformar numa potência florestal. Temos a maior área de floresta tropical do mundo e participamos com 4% do PIB florestal do Planeta. Isso é pouco, é nada. Eram essas as minhas considerações. Tomara que, após esses depoimentos ou, quem sabe, uma futura reunião ou uma ação, depois dessa audiência que foi muito rica para todos nós, a gente possa encontrar essa formulação de libertar os produtores

para que eles possam seguir alcançando os objetivos de aumentar a produtividade e aumentar a produção na mesma área, mas, ao mesmo tempo, termos uma lei ambiental que transforme o Brasil numa potência florestal e também da biodiversidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Quero dizer que se essa relatoria fosse fácil, não precisaria ter duas pessoas competentes e experientes como os Senadores Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Muito obrigada, Presidente. Gostaria de cumprimentar nossos ministros e dizer da alegria de poder reencontrá-los e do orgulho que eu pessoalmente tenho de tê-los tido como Ministros da Agricultura, todos, em seu tempo, com seu brilhante trabalho, dedicação total ao nosso setor, fidelidade aos interesses do País, cada dia aprendendo mais com cada um.

Em primeiro lugar, eu gostaria de comunicar à Senadora Ana Amélia, para que ela se tranquilize, porque, acerca da instrução normativa do PRAD, do Ibama, temos como advogado dessa ação o escritório Sérgio Bermudês, que é um dos melhores do País, para atestar a inconstitucionalidade desta matéria. Além disso, na semana passada, estive com o Advogado-Geral da União, para tratar do decreto que foi prorrogado novamente e que deverá vencer agora, em novembro, para que ele pudesse refletir a respeito dos abusos que há naquele decreto, porque, na mudança do decreto, houve a inclusão daquelas multas absurdas, contrariando a lei que diz que a multa não pode ser maior do que a capacidade da atividade econômica do cidadão, e temos lá multas até de R\$50 mil por dia, e também com relação à exigência da averbação da reserva legal.

O próprio Congresso Nacional, já existe acordo sobre isso, que a averbação é uma impossibilidade nacional, então que do decreto também já pudesse ser retirado. Portanto, Senadora Ana Amélia, fique tranqüila, porque as providências, sempre procuramos tomá-las a tempo e a hora na CNA.

Segundo ponto, o Ministro Alysso Paulinelli, meu professor querido, disse a respeito dos estudos, que temos capacidade, hoje, de estudar os biomas e estamos tentando fazer isso, estamos fazendo isso com a Embrapa, a CNA está investindo R\$20 milhões no Projeto Biomas, que agradeço aqui ao Ministro Reinhold Stephanes, que teve a visão, assim como V. Exª teve lá atrás, na iniciativa da Embrapa, com tudo que o devemos, assinamos ainda quando Reinhold Stephanes Ministro, a primeira PPP rural do Brasil, que é uma parceria com a Embrapa, onde estamos

estudando os biomas: são seis vitrines tecnológicas, uma em cada bioma, que servirá de *showroom*, vamos assim dizer, para que os agricultores de forma democrática e gratuita possam ter acesso à tecnologia, e a Embrapa fazendo, então, em rede, pela primeira vez, com a participação de 240 pesquisadores e 350 extensionistas, para que, depois, essas pesquisas possam ser transpostas para as propriedades rurais, de acordo com cada bioma. Então, estamos sim fazendo o dever de casa e, mais uma vez, agradeço a Reinhold Stephanes por essa iniciativa e por ter aceitado a parceria da CNA com a Embrapa.

Eu gostaria de fazer uma pergunta bastante objetiva, especialmente ao Ministro Alysson. Com relação ao cerrado, temos 204 milhões de hectares, na nossa contagem, temos de 50 a 60% dele aberto já em produção. Quantos ainda teríamos para usar do cerrado, se não tivéssemos nenhum impedimento, quanto ainda poderíamos usar do cerrado brasileiro? Pergunto isso por conta de que tenho muitas informações da própria Embrapa de que grande parte desse cerrado, que, hoje, está em pé, não precisa se preocupar, porque ele não é adequado para a produção. Mas gostaria que V. Ex^a pudesse, se tiver condições, responder a respeito da utilização do cerrado, até quanto poderíamos ir.

Outro ponto é o seguinte: olhei e li detidamente o relatório da FAO, da ONU, e a CNA incorporou as metas do milênio, então, estamos participando ativamente no combate à fome, que é uma meta até 2015 reduzir a fome à metade, e não conheço outro jeito de reduzir a fome renunciando com comida, né? Claro que temos políticas em torno disso para que isso aconteça, mas uma coisa me deixou muito curiosa. No relatório da FAO, eles determinam que, para 2050, teremos 2,3 bilhões de pessoas a mais e que seriam necessários mais 120 milhões de hectares de novas áreas incorporadas para que possamos produzir nessas áreas e atender essa demanda de gente, de pessoas que precisam comer até 2050. E fico fazendo aqui a minha conta: 120 milhões de hectares não estão contando com as áreas que podem aumentar a produtividade não, a FAO é claríssima, são novas áreas. E ela coloca para o Brasil uma possibilidade de participar, nesses 120 milhões de hectares, com 10 milhões de hectares de novas áreas.

E estamos aqui, o Senador Tião Viana, acho que teve que dar uma saída, mas estamos aqui discutindo se vamos manter ou diminuir a área de produção de alimentos, e a FAO exigindo do Brasil que colabore com mais 10 milhões de hectares até 2050. Eu gostaria de saber onde e como vamos cumprir essa meta da ONU, eu gostaria muito de saber, estou preocupadíssima com isso. Na verdade, o que estamos fazendo hoje?

E até confesso um pouco de covardia da minha parte, estou lutando com unhas e dentes, assim como tantos companheiros, para que possamos manter os 27% de produção. Você quer aumentar um pouquinho? Não, não, 27, pelo amor de Deus, porque ninguém agüenta mais. Hoje, segundo os dados do IBGE, do censo agropecuário 2006, temos 38% da área brasileira na mão dos produtores rurais, abate 100 milhões que é de reserva legal e APP, só tem 230 para produção. É isso que, pelo menos da minha parte, desesperadamente, estou tentando regularizar, deixar essas pessoas produzirem nessa área. Então, quando vejo os Ministros do Meio Ambiente, os ex-Ministros dizerem que esse projeto é um retrocesso – e esta é uma palavra interessante, é um *marketing*, repetida 24 horas – pergunto: retrocesso em quê, aonde, por que e com quem? Se precisar aumentar essa área e participar em 10 milhões de hectares, não estou nem colocando isso aqui em discussão para não dizerem que estou pregando que se desmate mais 10 milhões de hectares. Isso é um problema para o Governo brasileiro resolver com a FAO, com a ONU. Eu, como representante dos agricultores e Senadora também representante do meu Estado, vou me preocupar com os produtores do agora, que é a minha função, de legalizar a atividade de cada um deles. Agora, confesso que, nessa meta para o Brasil, Senador Moka... Produzimos 145 milhões de toneladas de grãos, a meta que a ONU nos impôs é de 292 milhões de toneladas de grãos até 2050, Alysson. De carne, produzimos 24 milhões de toneladas, a FAO quer que produzamos 50 milhões de toneladas até 2050. Aonde? Aonde? Nestas condições que estamos debatendo aqui hoje?

Eu gostaria muito de que o Senador Tião Viana, que está muito angustiado e com razão, já que é Relator de uma matéria..., Jorge Viana, desculpe, ele sabe que o confundo toda hora, não é por maldade...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Isso é paixão pelo meu irmão, paixão dele também por ela.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – É saudades dele.

Mas ele sabe que não é por maldade, que tenho a maior consideração por ele, foi a convivência com o Tião.

Então, entendo essa angústia dele: recebe Ministro do Meio Ambiente, fala uma coisa, os da Agricultura falam outra. Mas a nossa função, com a maturidade que V. Ex^a tem, assim como Luiz Henrique, de ex-Governador, aliás, todos os Senadores deveriam ser, obrigatoriamente, Governadores antes de vir para cá, nunca fui, mas confesso...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senadora, quem não foi está habilitado e tem o direito.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Mas dá uma experiência. A vivência do Executivo estadual é uma coisa extraordinária, porque você convive com tudo, isso traz uma experiência. Tenho certeza de que os dois saberão arbitrar sobre isso. Não vim, ontem, aqui, à audiência pública, de propósito. Não foi por desrespeito, é porque fartei, não há respostas às minhas perguntas. Então, a repetição do retrocesso, retrocesso, retrocesso, amplia desmatamento, não amplia desmatamento, anistia, anistia, anistia, não consigo, tenho dificuldade, é uma deficiência minha, sou um pouco objetiva. Então, anistia como? Não estou recebendo nada de graça, se a função do órgão ambiental é recuperar o dano, e o dano será recuperado, essa multa vai ter que continuar porque é um castigo aos produtores do Brasil? Transforma-se num castigo, porque o Ministério do Meio Ambiente não é o fisco, não é a Receita Federal para arrecadar dinheiro. Então, se o dano foi recompensado como propõe o projeto, o cidadão vai gastar dinheiro para fazer tudo isso, qual é o sentido da multa, a não ser o castigo? Isso não é anistia, anistia se eu mantivesse no *status quo*, acabou sua multa, o que tenho que fazer? Nada, acabou a multa, isso é anistia, que também não é pecado. Quantas anistias este País já deu, inclusive para assassinos?

Bom, passar para os Estados a autonomia, responda-me: por que não? Por que não passar para os Estados? Hoje, praticamente, já está tudo assim, licenciamento de desmatamento são os órgãos ambientais e estaduais que fazem.

Estamos diminuindo o desmatamento no Brasil. Há oito anos da meta que o ex-presidente determinou já cumprimos 77%, Senador Jorge. Precisamos chegar a 80%. Quer dizer, nós vamos, oito anos antes, cumprir a nossa meta. Graças a quem? Quem licencia desmatamento? Quem licencia desmatamento é o órgão ambiental estadual.

Então, eles estão demonstrando eficiência, e não incompetência, ao contrário. O que não querem perder aqui, Alysson, é o poder político de decisão. Não querem que vá para os governadores porque não querem perder o debate, o discurso e o controle das ações, porque, infelizmente, os órgãos de meio ambiente neste país foram capturados pelos ambientalistas, não são mais órgãos republicanos. Ressalvo a Ministra, tenho muita consideração por ela, há pessoas boas nesses órgãos, não é generalizado, mas, infelizmente, conseguiram capturar todos esses órgãos, e eles não agem mais com imparcialidade.

Agora, quando dizem que não podem passar para os Estados, pergunto: eles querem ser maiores do que a Constituição? Então, que venham para cá, ganhem o mandato e proponham uma PEC para mu-

dar a Constituição, porque o art. 24 é claro, matéria de meio ambiente é de competência concorrente e não é de exclusividade da União. O terceiro ponto, a que ninguém responde, nenhum deles, onde se aumenta o desmatamento. Por favor, diga-me o parágrafo, o inciso, o artigo, em que esse relatório do Aldo implica desmatamento, gente. Não existe possibilidade. Ele ressalvou, em todas as oportunidades, que não há possibilidade de ampliar desmatamento na área de APP e na área de reserva legal. Agora, quando propusemos, lá atrás, e eu, inclusive, como presidente da CNA, fui uma das primeiras a pregar o desmatamento zero na Amazônia, não recebi uma linha de apoio, não recebi uma palavra de apoio. Ao contrário, o ex-presidente Lula e a própria Ministra Isabela foram os primeiros a dizer à imprensa: nós não concordamos com o desmatamento zero. O Aldo, assim mesmo, colocou no seu projeto, inicialmente, uma moratória de cinco anos. Teve de tirar porque ninguém concordou. Que história é essa, então? O art. 16 do Código atual, do Código velho, permite desmatamento, respeitando a reserva legal. É o único artigo que foi copiado *ipsis litteris*, na íntegra, que diz que o desmatamento pode ocorrer desde que haja licenciamento ambiental. Sobre o desmatamento criminoso nós nem vamos falar aqui. Então, Senadores, relatores especialmente, fico com muita dificuldade por não ter resposta sobre isso, para coisas tão óbvias, mas, se não fosse nada disso, só de termos 61% de preservação e 27% de produção, não pode haver dúvida sobre isso. Perdoem-me, mas não pode haver dúvida sobre isso, porque o Código, se continuar como está, no próximo censo agropecuário serão mais 100 milhões de hectares dentro das fazendas de reserva legal e de APP, nós vamos diminuir os 230 milhões de hectares menos 80, porque é o que os ex-ministros do Meio Ambiente querem.

Agora, a serviço de quem e para quem? Não dá, é uma conta que não fecha, uma conta que nós, brasileiros, não podemos aceitar. Menos de 27%, sem considerar a meta da FAO, não dá, é hipocrisia. Ou, então, nós vamos nos desfiliar da ONU, da FAO e não vamos mais ser habilitados a acompanhar as decisões de um organismo tão importante como esse. Ou vamos fazer de conta que essa meta não está sendo posta? O que vamos fazer com essa meta, relatores? Vamos virar as costas para essa meta? A meta está lá, tem de ler o relatório da FAO para depois não termos de voltar aqui para refletirmos sobre um mesmo assunto que já foi posto antes. Então, desculpe-me a demora, Sr. Presidente.

Encerro dizendo que estive anteontem com a Presidenta Dilma, em audiência com o Presidente da CNA. Aliás, fui muito bem recebida, fico muito agradecida por

isso, o que demonstrou uma consideração com os produtores rurais – não comigo, mas com os produtores rurais do país. Fui muito bem recebida. Fomos discutir sobre a política agrícola nova que estamos construindo com o Governo. Começamos com o Reinhold Stephanes. Mais uma vez, Reinhold Stephanes, maravilhoso trabalho, dois anos e meio trabalhando nessa política. Enfim, tive oportunidade de colocar essa política para ela e disse à Presidenta: estamos apresentando um seminário em novembro – e ela confirmou a presença –, dos 60 anos da CNA, que é um estudo da AGV, mais uma vez, sobre a renda brasileira dos produtores rurais. Encontramos o seguinte número: 5,8% dos produtores, apenas, Senadores, o que significa apenas 300 mil produtores de 5 milhões, produzem 78% do PIB agropecuário. Vocês...

Você acham que essas pessoas têm problema ambiental? Não tem, aqui já tiveram recursos para organizar as suas reservas legais, já tiveram recursos para organizar as suas APPs. Estou falando desses 3 milhões e 600, que produzem 7% do VBP brasileiro, que são 70% dos produtores. Esses, sim, eu disse a ela, não dão conta e vão defender a anistia, sim, se tiver. Assim como essa classe C, correspondente a 800 mil produtores, que produzem 13% do PIB agropecuário. Se você dividir por quatro membros da família, a grande maioria das classes D e E, dá menos de 70 reais/dia, o que significa abaixo da linha da miséria. Discutir meio ambiente sem falar de gente? Não há possibilidade, porque esse é o nosso mundo real, estamos aqui por causa dessas pessoas.

./Não dá para discutir sem falar nisso. Eu disse isso à Presidenta. É por esse povo que estamos lutando, em que pese digam por aí que os ruralistas defendem os pequenos para ganhar para os grandes. Que brincadeira, esse povo não tem problema, eles têm contratos internacionais, os ex-ministros sabem disso, eles têm contrato com as *trades*, não vendem produtos se não estiverem com a sua vida regularizada. Estamos falando da grande maioria, são 94% dos brasileiros que estão no campo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Temos um último inscrito. Reitero a necessidade de sermos objetivos em função da agenda dos Ministros. Temos todo o tempo para continuar esse debate, que está fantástico. Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Rodrigo, o próprio Presidente Acir, Srs. Ministros convidados, Turra, Reinhold Stephanes e Paulinelli, caros Colegas. Serei breve, porque, depois do debate dos dois relatores, Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana e agora com a exposição da Kátia

Abreu, só temos uma torcida: fazer com que busquemos o consenso. É uma grande tarefa. O trabalho que os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana terão pela frente nos próximos 60 dias, ou coisa que o valha, não será pequeno para tentar buscar isso. Ou, dentro da tese do Senador Jorge Viana, de reunir os nossos ex-ministros, como estão aqui hoje, assim como os que não puderam comparecer, da Agricultura, como os ex-ministros do Meio Ambiente, para tentar buscar alguma coisa de mais consenso para trazer como subsídio ou os representação de oitivas. Estamos num dilema, sem dúvida alguma, e temos de buscar um caminho.

Isso, na época de bandeirantes, Ministro Paulinelli – V. Ex^a, que foi um grande ministro, lembro-me, inclusive, da época em que eu era Deputado Estadual e V. Ex^a já pregava isso – o Governo estimulava os agricultores a, como bandeirantes, desbravar o Brasil. Recebiam até estímulos para avançar e irem com as famílias pelo Brasil afora. Sei disso. Lembro-me de que no fim dos 80, começo dos anos 90, quando começou devagarzinho a questão do meio ambiente, eu era governador do Estado.

E o Paulo Macarini, que era o Secretário de Planejamento, aconselhou-me: olha, tem uma reunião do Meio Ambiente ali, acho que era bom fazer uma visita ao governador. Mas, na época, não se dava muita bola para isso, não era uma coisa pontual. Aí fomos até lá. Brincando, eu disse: por que vamos falar, praticar, pensar, em meio ambiente? Por que não todo o ambiente? A brincadeira ficou, foi registrada na imprensa catariense à época. Agora, a gente começa a analisar. Eu vi um estudo, não sei se da FAO, vi nos jornais no último fim de semana, que no mundo precisamos aumentar, nos próximos dez anos – e a Kátia falou alguma coisa -, em 10%, 20% a alimentação. Uma coisa mais ou menos nesses termos. Também ouvi na reportagem que das últimas reservas do mundo temos a América do Sul, temos uma parte da África e do leste europeu. E, desses 20% que nos próximos dez anos precisamos aumentar no mundo, destina-se ao Brasil entrar com mais ou menos, em relação aos 20%, em torno de 40%. Eles entendem no mundo, os meios, a FAO, etc., pelo que senti, mais ou menos, que deva ser algo em torno de 40% para o Brasil, que tem esse potencial. Aí precisamos buscar um entendimento, buscar esse clamor, essa demanda mundial. E apelam para nós participarmos desse processo. Agora, deve-se conciliar isso que é importante, quer dizer, a produção com a sustentabilidade. E aí, então, quero deixar aqui essa preocupação com a qual estamos convivendo. Ainda mais os Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, que, com certeza, não estão nem dormindo direito, porque precisam conciliar essas forças, conciliar essas ideias

para buscarmos um consenso no Brasil, de conservarmos. Temos um meio – ou todo – o ambiente, como se diz, e temos a produção. Então, é um trabalho extraordinário e os senhores estão aqui para contribuir.

Quero cumprimentá-los. Paulinelli, eu já disse, o Ministro Stephanes, catarinense de nascimento, pelo menos, e o Turra, fiquei feliz em vê-lo, conselheiro do nosso BRDE, ex-ministro de tantas caminhadas. Vamos meditar, estamos ruminando um entendimento, precisamos buscar e nos aproximarmos daquilo que seja melhor para o Brasil, melhor para todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Quero dizer que a Mesa está com um problema. Todos os três convidados têm compromissos e pediram para falar primeiro, porque estão preocupados com o tempo. A Mesa vai adotar, em função disso, a mesma ordem de intervenções.

Com a palavra o Ministro Francisco Turra.

O SR. FRANCISCO TURRA – Bem, em primeiro lugar, acho que foram tantas as questões que nós precisaríamos do mesmo tempo para respondê-las uma a uma.

Mas, vou tentar olhar sob a ótica de um cenário macro. Por exemplo, o Senador Moka perguntou quantos milhões de hectares nós ocupamos de 850 milhões de hectares que temos? Setenta e oito milhões de hectares, isso culturas temporárias e permanentes. É isso. Uma dúvida que é preciso colocar é a seguinte: Mas nós ocupamos isso? Nós somos eficientes? Eu repito: nós crescemos o dobro da produtividade dos Estados Unidos. O número de 150 milhões deixou a mim mesmo perplexo. Eu chegava no fim, revelava o número da safra, 160 milhões. Mas olhe que produto se divulga? Nos Estados Unidos se divulgam, por exemplo, 350 milhões de toneladas de milho e nós 60. Quantos usam para etanol? Eles usam hoje 130 milhões de toneladas para etanol. Nós temos 600 milhões de toneladas de cana em 6 milhões de hectares. Então, eu somando diria o seguinte: nós produzimos 900 milhões de toneladas e, vejam, nessa divulgação de 150 milhões e poucos é um desafio para a CNA, para a Câmara e para o Senado dizer o seguinte: Olha, quais são os produtos que entram? Os da PGQM, só. Produtos de garantia de preços mínimos. Nós estamos falando de fruta, de um monte de coisa. O Brasil é eficiente, meus caros, mais do que nós sonhamos, muito mais.

Outro detalhe, Senador Viana, nós efetivamente, sobre divergências não tenho nenhuma preocupação. Estava do meu lado o Ministro de Meio Ambiente, José Sarney, o filho, e ele, sobre transgênicos, era absolutamente intransigente: “Não, não, transgênico...” Tudo bem. Aprovamos a Lei de Biossegurança. Eu continuo

vivo, tenho certeza, porque o mundo viu que incorporei a ciência e a tecnologia no alimento. Agora, a tese contrária seria para nos atrasar, que é interesse do mundo em nos deixar atrasados. Então, não vejo nenhum problema em confrontar, nenhum. Mas, se dependesse da idéia de muitos ambientalistas, muitos, o peixe estaria no meio ambiente, passando a mão nas costas e a gente importando o pescado. E o peixe é uma riqueza para o Brasil, por exemplo. Então, veja que eu não vejo um antagonismo, às vezes há uma divergência, a ótica, olhar as questões e também não acho que sou dono da verdade. Mas nós estamos passando aqui com o Ministro a experiência de quem viveu o Brasil, viu o Brasil, viu o mundo desmatar, Senadora Marina – a ex-Senadora falou – que isso é um estímulo ao desmatamento. Ora, sem lei, sem código, a consciência brasileira já não se estimula a desmatar, a destruir. Hoje está na consciência, muito mais do que no código, a consciência do Brasil de preservar. A gente fica louco da vida quando alguém destrói uma árvore na cidade!

Então, nós, que somos defensores da produção, somos defensores da preservação. Somos defensores, e esse código não estimula, essa proposta do Aldo não estimula, ela racionaliza.

Eu repito, uma lei que está vigendo hoje, que não pode ser cumprida e que o governo tem que prorrogar, porque é uma lei burra, tem que ser reformulada. E se não for aí é que se estimula, porque é no meio desses descaminhos que se estimula. Agora, racionalize, estabeleça esse Código Florestal, que não é uma cláusula pétrea, que não é uma cláusula pétrea. Nós vamos ter o direito de flexibilizar. No ano que vem, vamos vendo.

Repito! Fui autor do código florestal do Rio Grande do Sul há 22 anos. Não mudou uma linha. E os Estados têm que ter uma parcela de contribuição, sim; têm que ter autonomia, sim, para serem corresponsáveis, porque a realidade do País é muito abrangente, é muito grande, é diferente, é diversa.

O Senador Jorge Viana, na sua Amazônia, que eu visitei, tem uma realidade. Para ele, riqueza é floresta, preservar. É isso! Para nós não é destruir a floresta, mas é usar bem o que podemos usar. Quanto poderemos nos apropriar ainda sem destruir, sem nada. Nós podemos nos apropriar, segundo a Embrapa, de 90 milhões de hectares a mais, segundo a Embrapa, sem destruir uma árvore, um bioma, sem agredir nada. É só a gente usar produtividade. Por exemplo, na pastagem. Eu repito, 250 milhões de hectares é muito para um rebanho de 170 milhões de cabeças. É só dar produtividade a menos... que nós vamos conseguir isso.

Eu só vou avançar em algumas questões. Sei que cada um vai dar a sua resposta. Eu acho que é uma

responsabilidade imensa do Senado. A Câmara deu um passo muito bonito. Não imaginem que o Deputado Aldo tenha sido objeto de nada. Ele é um estudioso, é um homem competente. Ele viu o Brasil, e ninguém legisla sem olhar o Brasil. É o mesmo que eu, como Ministro, ficar em meu gabinete e nunca olhar para fora. Eu andei pelo Brasil, eu vi o Brasil, eu senti o Brasil nos meus pés e nas minhas mãos.

E ele também! O Aldo é um estudioso. Ele fez com muita responsabilidade e competência.

Haveria algumas coisas para mudar. Eu vi o Ministro Reinhold Stephanes colocou muito bem. Há algumas coisas que, se desse para a gente, sem perder tempo, ajustar um pouco, ou emenda de redação, daria para a gente cuidar alguns aspectos que julgo importantíssimo para o País. Por exemplo, sobre o passivo ambiental, a gente caminhar... áreas degradadas, expansão da produção agrícola, a polinização, que, volto a dizer, é um tema importante, problemas de logística do Brasil. Nós somos culpados de dizer: “tudo tem que ser rodovia. A fluvial não pode, isso não pode, a ferrovia não pode!” por aí também caminha muito do dano ambiental que aconteceu no país.

Mas, meus amigos, perdoe-me, Srs e Srs Senadores e Senadoras, acho que é um contribuição que nós damos. E a minha sugestão é que se for endereçado a alguns de nós algum questionamento para tirar alguma dúvida, eu não terei nenhuma dúvida em responder com a mesma sinceridade que fiz hoje. Eu lamento a gente não ter espaço para passar um a um os questionamentos que foram preciosos, responsáveis e importantes. Por exemplo, sobre áreas degradadas, sobre desmatamento zero. Seria o ideal, eu acho que vai acontecer.

E digo mais: eu acho que vai haver reflorestamento em áreas que precisam ser reflorestadas. Vai haver. E também, volto a dizer, tomara que a gente estude a palavrinha mágica “manejo”. Por que dizer “é proibido você cortar uma araucária!” Eu acho que seria melhor V. Ex^a dizer assim: “eu permito, desde que você plante 100, 200, crescidas. Depois, que estiverem crescidas eu te deixo cortar uma araucária que está apodrecendo e que não nasce mais.”

Manejo é importante para preservar. É importante, e é uma palavra desconhecida até no trato do próprio Código.

Alguém perguntou, e eu preciso apenas dizer isso, como é que nos veem lá fora.

Se deixamos vender essa imagem, sem repelir, eu, por exemplo, já não teria mais consumo de frango, porque um sábio, que nós veneramos, o Evo Morales, diz que o frango brasileiro tem hormônio. Graças a Deus, a partir de quando ele falou, passamos a vender

mais frango, porque mostramos que é uma inverdade absoluta, mas que o mundo coloca o dia inteiro na imagem do produto brasileiro, degradando, destruindo. É hormônio no frango, é agrotóxico, é tudo!

Essa é a forma que têm de nos barrar! Se vocês soubessem as barreiras que a gente tem, e nós andamos pelo mundo! Hoje, nós estamos com o dumping da África do Sul; o Iraque está exigindo mais do que a União Européia, em uma legislação absurda; o vem e faz isso; a Rússia simplesmente nos descarta e diz: “temos dúvida de laboratório, disso e daquilo!” Vem a resposta técnicas e aí é que ela desabilita mais plantas!

Tem de haver uma ação de governo para sermos tratados de igual para igual. Somos um país maduro, preservacionista, produtor e vamos cumprir a meta da Fao, se Deus quiser, sem nenhum esforço. Com produtividade, competência, que nós temos, e apropriação das áreas sem agredir bioma algum, Senadora Kátia. Ouvindo a Embrapa, e a Embrapa, para mim, é a voz da ciência no mundo. Não há empresa mais pura, mais reconhecida no mundo do que a nossa Embrapa.

Perdoem-me a veemência, mas eu falei porque amo o País e amo a vocação principal do País que é de ser produtor de alimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Rodrigo Rollemberg. Bloco. PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Francisco José Turra. Saiba que nós, se tivermos necessidade, faremos, sim, esses questionamentos e agradecemos a disposição de V. Ex^a em responder e de continuar contribuindo permanentemente para esse debate.

Passo agora a palavra ao ex-ministro e Deputado Reinhold Stephanes.

O SR. REINHOLD STEPHANES – Eu vou tentar responder objetivamente cada pergunta que foi colocada. O Senador Acir colocou a questão das negociações internacionais.

Eu acho que uma coisa tem que ficar muito clara. Eu participei de centenas de negociações internacionais, quer indo ao exterior, quer com missões vindas do exterior ao Brasil, e posso garantir que não temos um produto brasileiro embargado, ou tivemos um produto brasileiro embargado por questões ambientais no mundo. Não temos isso, isso não aconteceu! (*Pausa.*)

Como eu posso dizer que em nenhum momento essas questões eram levantadas e discutidas. Em nenhum momento. Agora, também posso afirmar com certeza absoluta que quem mais pressiona, quem mais leva o assunto a fóruns internacionais é o Brasil, através dos órgãos de meio ambiente que nos representam.

E aí – eu não queria ir mais longe – vou contar uma historinha pequena aqui para vocês. Quando estava sendo preparada a Cop-15, o Ministro Pinguelli

Rosas era o coordenador, há mais de ano, de pessoas que iam para a Cop-15. Sessenta dias antes da Cop-15, eu fui para a TV Globo, convidado por toda a direção da TV Globo, por todo conselho editorial, para levar essa questão ambiental. Isso porque eu disse: olha, vocês estão dizendo coisas... Reuniram todos.

Levei três cientistas da Embrapa, fui lá, fiz toda apresentação, a reunião durou quase quatro horas. No final das quatro horas, além de terem pedido algumas desculpas por terem sempre dado informações por desconhecimento... Eu tinha falado à Globo que o Ministério da Agricultura e a Embrapa não haviam participado dos debates da COP 15, quando a agricultura era o setor que mais poderia contribuir em emissão de gases efeito estufa para a COP 15.

A Globo publicou editorial no dia seguinte. Eu fui chamado 28 dias antes para uma reunião, apresentamos quatro propostas, que foram cem por cento aceitas. E quando eu fui à reunião, com a Marina presente, com Pinguelli Rosa presente, eu falei sobre questões como fixação biológica de nitrogênio, ninguém sabia do que se tratava. O que mostra o total desconhecimento. Fale, em plantio direto, o quanto isso podia economizar. Quanto cada hectare recuperado pode economizar ou pode sequestrar de CO₂. Enfim, tudo isso foi colocado...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nas pastagens degradadas, Ministro.

O SR. REINHOLD STEPHANES – Isso, nas pastagens degradadas. Tudo foi colocado e tudo foi aceito. E ali surge um programa, que é a questão que foi levantada, mas depois respondo com mais detalhe, que é criar estímulos para exatamente praticar agricultura sustentável, cujos programas faltam. Já para recuperação de áreas degradadas temos financiamento. Já há dois anos temos esses financiamentos, o ABC.

Embora a coisa esteja começando, ela está caminhando. Mas, evidentemente, precisamos de muito mais estímulos. Por exemplo, quem usa o plantio direto com qualidade, porque existe plantio direto, de forma geral, mas existe com qualidade, deveria, evidentemente, receber incentivo, uma diminuição na taxa de juros para isso. Com isso, nós estaríamos dando uma grande contribuição para conservação e diminuição de emissão de gases do efeito estufa.

Mas a primeira mensagem que eu queria dizer é que essa questão está sendo mais levada do Brasil para fora do que de lá para cá. Isso é muito interessante.

E aí eu fui a uma reunião – só que se fala em dimensões – na Holanda onde havia um debate. A maior universidade holandesa havia sido contratada para fazer um estudo sobre a sustentabilidade do plantio da soja. E eu então fui convidado para fazer uma ex-

posição. Aí eu fiz duas perguntas. Primeira: se vocês não comprarem soja do Brasil, vocês vão comprar soja de quem? Segunda: os senhores tem idéia de qual é a área do Brasil em que se planta soja? Alguém tem idéia da dimensão da área? Só em 2% da área brasileira se planta soja. Acabou a reunião, literalmente, acabou o debate, acabou a reunião. Falta conhecimento, falta dimensão.

Bom, continuando Acir. Eu tinha já passado aqui para o nosso querido Senador Rollemberg, e depois alguém levantou, mas eu já respondo, a questão da reciprocidade. Quer dizer, países vizinhos podem produzir sem nenhuma conservação do meio ambiente, e nós importamos deles. A Europa pode produzir sem ter uma árvore nas beiras dos rios, e nós importamos os queijos, os vinhos, e outros produtos europeus.

Então, há necessidade, e o projeto, é o que alguém levantou aqui...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Fora do microfone) – Eles exigem tudo de nós, e nós não...

O SR. REINHOLD STEPHANES – Então, existe uma emenda que trata disso de forma muito racional, que eu já apresentei aqui à Mesa. Eventualmente, pode ser discutida e pode ser incorporada. Isso diminui um pouco as pressões de lá para cá. Quer dizer, a Holanda não pode mais nos pressionar se ela não tem uma árvore em pé. Quer dizer, a Holanda não pode chegar no Mato Grosso, como eu assisti, lá no gabinete do governador, e dizer: Não, vocês não podem usar vias navegáveis, porque se vocês usarem vocês estarão poluindo o meio ambiente, etc., etc.

Mas, gente, a Holanda é cheia de canais, e vocês fizeram o quê? Agora nós não podemos! Então, você diminui um pouco esse tipo de colocação.

A Ana Amélia...

Quer dizer, quando se colocou esse número aqui, foram colocados dois milhões. Por que um milhão de pequenos produtores, esse foi um dado medido pela Embrapa, um milhão de pequenos agricultores se tornarão inviáveis? Por quê? Porque eles estão nas margens de rios. Eles têm quatro, cinco, dez, vinte ou trinta hectares e estão à margem do rio. Foi ali que eles se estabeleceram, que seus avós, que seus bisavós se estabeleceram. E na hora que eu exijo deles, que eu exigia deles o cumprimento da atual legislação, os trinta metros ou, se fosse ao lado do rio Iguaçu, os quinhentos metros, a propriedade deles desaparece, ou quando eles têm um pequeno riacho que passa por dentro e mais a reserva legal.

Então, efetivamente, um milhão – isso era um dado real, absolutamente real – deixaria a propriedade se cumprisse a legislação que existe hoje. E Santa Catarina enfrentou isso. Por isso que o então Gover-

nador teve que tomar as decisões que tomou, porque na medida em que você forçasse... Nossa sorte é que não se exigia o cumprimento. E aí é que surge a famosa data mágica de julho de 2008, que é uma data mágica – eu já respondo –, porque é a data do decreto, mas que é uma data mágica. Eu até acho que não seria a data correta. Talvez a data correta seria 2001, quando as novas regras entraram em vigor. Mas em todo caso, não vou colocar isso em debate. Eu estou dizendo que a data mágica surge em função do decreto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Agora, Ministro, esse decreto foi de comum acordo com o então Ministro do Meio Ambiente.

O SR. REINHOLD STEPHANES – Não, desse decreto o Ministro da Agricultura e todo o País tomou conhecimento por Diário Oficial. Foi a primeira vez que eu bati na mesa. Dali por diante, nunca mais saiu um ato sem ser conversado. Porque os atos todos eram baixados... Um grupo se reunia, redigia, e então uma menina de... Desculpem-me, não é por questão de idade, porque com 25 anos de idade eu já era Secretário da Fazenda. Não é por questão de idade. Mas uma menina sem absolutamente qualquer conhecimento, absolutamente urbana, sem nenhum histórico, foi quem apresentou e elaborou, com alguns ambientalistas, esse decreto.

Aí eu quero dizer o seguinte, que é a primeira resposta que eu vou dar ao Senador Tião Viana, mas depois vou entrar em mais detalhes. Desculpem-me, Senador Jorge Viana. Eu sabia que era o Jorge, mas é que o Tião a gente tem muito na cabeça. Foi um grande companheiro da gente, um grande Senador, uma figura extraordinária.

Mas quando falo isso, falo até com várias razões. Quando falei no tal jornal conservacionista, de 32 anos atrás, por coincidência, quem está no centro aqui e era reverenciado pelos conservacionistas sou eu. Ou seja, eu nasci na enxada, na nossa Santa Catarina. Eu fui educado em colégio agrícola. Eu fui o Presidente da Comissão que coordenou a Embrapa, quem criou e implantou o Incra, que ajudou a colonizar Rondônia. Eu andei lá, em Ariquemes, Vilhena, Ji-Paraná, andei em Altamira... Ou seja, eu tenho uma certa visão. Eu já estou contando isso porque depois vou responder outra pergunta em função disso, que seria aquela pergunta do... Como vou me sentar à mesa – fiz isto dezenas de vezes – com o Ministro Minc? Enquanto eu estava fazendo isso, o Ministro Minc estava fazendo o que na praia? Então, veja a dificuldade de se sentar com o Ministro do Meio Ambiente. Cito o Minc porque ele foi citado aqui como exemplo. Ou com o Sarney Filho, com quem nós nos sentávamos à mesa. O que eles faziam enquanto eu tratava, na enxada, de con-

servacionismo, tratava de agricultura. E quando eu ia para a mesa de reuniões, com três, quatro, cinco cientistas da Embrapa, em conservação, meio ambiente, doutorado, pós-doutorado, a reunião terminava num desastre, porque o discurso era ideológico, era político, não se conseguia um discurso técnico. Por isso, eu tenho muita dúvida quanto à possibilidade de reunir ex-Ministros de Meio Ambiente com Ministros da Agricultura. Porque os Ministros da Agricultura normalmente têm uma história técnica. Se eu pegar o Cirne Lima... Quer dizer, nem todos. Ultimamente não tem sido bem assim. Mas, historicamente, o Cirne Lima era um homem respeitado nacional e internacionalmente como um homem da agricultura. Quando ele foi escolhido, ele contou a história dele, tudo que ele foi.

Então, é difícil sentar. Depois, nós temos algumas diferenças de pensamento com as quais eu concordo absolutamente. Vejam bem, quando se fala em desmatar ou não desmatar, em biodiversidade, em não biodiversidade, é evidente que a Amazônia... E eu sempre digo o seguinte, eu defenderia não derrubar mais uma árvore no bioma amazônico, sou o primeiro a defender isso, o primeiro a defender isso. Mas, se eu aí olhar o Paraná – aí desculpem se eu tenho a visão distorcida por ter a distorção de Santa Catarina, do Paraná – veerei que o Paraná é o Estado mais desmatado do Brasil. Agora, é o mais eficiente em agricultura, é o mais preservacionista em agricultura. Enfim, você não tem problemas de emissão de gás do efeito estufa, porque há uma neutralidade ali, você não tem problemas ambientais, os rios que vão para o lago Itaipu – dizia-se que em 35 anos Itaipu estaria assoreado – não têm um único metro de assoreamento – porque as coisas são bem feitas. Agora, evidentemente que, assim como eu defendo que se mantenha a produção sustentável no Paraná, é claro que alguém falou seu eu seria a favor dos 5 anos. Não, eu seria, fui um dos que defenderam isso. Isso vai prejudicar pessoas da região Norte, porque não vão poder desmatar durante 5 anos. Embora eu tenha achado que há uma lógica nisso, quer dizer, ocupar o que existe, cada vez com mais sustentabilidade, criando políticas de incentivo a isso, políticas de pagamento, enfim, você tem que criar uma série de coisas adicionais mais ativas e, enquanto a gente decide melhor, estuda melhor as questões do bioma amazônico, vamos dar uma parada. Eu, pelo menos, concordava com isso.

Mas o que eu também queria dizer, já, Senador, aproveitando, fugindo um pouco das respostas que eu estava dando, é que eu debati muito com ambientalistas da televisão – há 3 ou 4 que são grandes ambientalistas – conversei, estivemos em alguns congressos juntos. Veja bem, eu, em todos meus pronunciamentos

digo o seguinte: tenho o maior respeito pelos ambientalistas. Eu acho que ser ambientalista é uma coisa nobre, importantíssima. Agora, entre ser ambientalista e entender de meio ambiente há uma diferença muito grande. A maioria dos ambientalistas com quem tive oportunidade de reunir e discutir tentando acordos, tentando entendimentos... E aí eu citei – desculpe citar novamente o Sarney Filho, citei o Minc, citei outros – eles não conhecem meio ambiente. A própria Marina, por quem tenho o maior carinho e respeito – mas tenho mesmo pela figura humana, pela pessoa – um dia eu disse: “Marina, você já pisou alguma vez no Estado do Paraná? Não. Você já entrou na área de produção de São Paulo, do Paraná? Não.” Então, veja bem, é difícil você efetivamente estabelecer um debate. Claro, eu não estou dizendo que nós tenhamos a verdade, mas por isso uma reunião dessas não é possível. Agora, se escolhermos – e aí eu cito a Isabela como grande exemplo – para debater e escolhermos algumas pessoas desse meio acadêmico científico, mas junto também do meio acadêmico e científico da Embrapa e o sistema, eu costumo dizer: “Gente, a Embrapa é o símbolo, mas nós temos 17 unidades de pesquisa no Brasil, há trabalhos extraordinários, como o Instituto Agrônomo de Campinas, o Iapar, o de Minas, enfim, Viçosa. Nós temos gente extraordinária. Então, tudo bem, vamos escolher grupos de pessoas, cientistas dessa área que não tenham o viés ideológico, o viés político. Evidentemente, aí nós podemos sentar e devemos sentar. Assim como também não devemos só escolher os ministros da Agricultura que têm posições já mais definidas, vamos escolher os mais tranquilos, os mais equilibrados. Aí, talvez, nós chegássemos a um bom termo. Agora, da outra forma, efetivamente é muito difícil. Você vai ter um grupo de um lado e vai ter um grupo do outro lado e dificilmente haverá o bom senso para o entendimento.

Bom o Moka já foi respondido. O Jorge Viana, em parte.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Uma lei para toda a Amazônia, Ministro.

O SR. REINHOLD STEPHANES – É Eu gostaria só de me referir um pouquinho porque eu acho esse tema importante.

Bom, em relação ao consumo de agrotóxico, eu tenho uma visão, mas eu vou deixar isso para algum especialista maior responder, mas acate-a em relação ao atingimento de metas. Veja bem, para mim está muito claro – e com base na ciência; não é opinião pessoal minha, é com base na ciência e nos que entendem – que o Brasil tem que dobrar a produção agrícola nos próximos vinte anos. É o que a FAO quer, é de que o mundo precisa, é o que o mercado que está lá fora, e

os preços melhorando para os nossos produtos. Ou seja, saímos daquela função de grandes importadores, no passado, – uma história muito bem colocada – para um país dinâmico, com uma grande potencialidade de ter a agricultura como instrumento estratégico para o desenvolvimento. Então, veja bem: está previsto que o Brasil dobre-a em vinte anos.

Aí, nós poderíamos perguntar: que problemas ambientais nós teríamos? Primeiro, tem que ficar claro que 70% desse crescimento será através de eficiência, será através de tecnologia, que é o que vem acontecendo. Não teríamos aí nenhuma novidade. A segunda, que já foi colocada pelos outros Ministros, é avanço em áreas de pastagens e que não são 250 milhões de hectares. Utilizam-se hoje 160 milhões de hectares; e 40 milhões de hectares não foram declarados, porque estão mais ou menos degradados. Por isso, não foram declarados ao IBGE como utilizados. Quero dizer, o total seria 200, dos quais, efetivamente, estão se usando 160 milhões de hectares.

Nesse cômputo, nesses próximos vinte anos, a área adicional – porque há a irrigação também como outra forma de crescimento – a ser utilizada seria exatamente dez milhões de hectares nas regiões do cerrado, principalmente, no Matopiba, que tem uma área extraordinária. Isso é o que está previsto e, claro, manter a área atual de produção consolidada, com as correções que estão introduzidas com esse código que foi elaborado.

Agradeço muito a oportunidade, agradeço muito ao Tião Viana em ter nos convocado, isto é, ao Jorge Viana em ter sugerido. Eu vou persistir nisso?. Mas em homenagem ao seu irmão, pronto! Mas, Jorge, obrigado por nos dado essa oportunidade. Agradeço, enfim, a todos que aqui levantaram algumas questões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Reinhold Stephanes por sua contribuição a esse debate.

Passo a palavra ao Ministro Alysson Paulinelli.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Com muito prazer e honra, eu agradeço a oportunidade das perguntas, porque me dão chance de descer a alguns detalhes. Por escolha, baseei a minha exposição nas duas anteriores, que achei que foram muito objetivas, e preferi fazer uma explanação geral sobre a competência brasileira junto ao panorama mundial hoje.

O Brasil é o grande detentor de tecnologia de região tropical do mundo. O Sr. Obama não veio aqui pelos belos olhos da nossa Presidente, não. Aquilo foi uma confissão de que o Brasil deve tratá-la com muito carinho. O Presidente da maior Nação do mundo, da maior economia do mundo, veio ao Brasil para pedir

ao Brasil que os ajude, “porque vocês são detentores da competência para produzir alimento e energia renovável que o mundo não tem. Vocês são capazes de fazer isso, e nós precisamos que vocês ajudem a América do Sul, a América Central, a África e outros países tropicais com o que vocês já detêm.” Essa foi a fala do Sr. Obama. Nós precisamos tomar conta dessa fala, sim. Ela é importante para valorizar o que fizemos até hoje.

Eu aproveitaria... Acho que o Senador Viana foi muito objetivo na sua sugestão. Eu me disponho a vir na hora em que quiser, Senador. Agora, nunca obtive deles – e eu já tenho debatido...

O José Carlos é meu amigo, é meu irmão, chama-me de professor dele. Gosto muito, e ele tem a idéia também de que só vamos resolver a maioria desses, vamos chamar, contextos que estão havendo, através da ciência. Ele defende uma Embrapa para a ecologia. Eu acho que não é preciso. Acho que, no caso da Embrapa, é só não deixá-la passar por 24 anos de apagão científico – de que este moço aqui ajudou tirá-la – que ela sofreu que não vai haver perigo. Ela tem condições de fazer o que nós precisamos com relação ao conhecimento dos nossos biomas e a forma racional de utilizá-los, porque bioma não se utiliza só destruindo, não.

Uma coisa que o cientista a que me referi aqui, o Paulo de Tarso Alvim, me ensinou é que a única que ele aprendeu nos 21 anos na Amazônia é que, das seis horas da manhã às seis horas da noite, a Amazônia produz a energia de que o mundo necessita em um dia e que nós não conhecemos como e nem como utilizá-la. Será que essa não é uma questão em que temos de pensar hoje? Nós temos ou não cientistas?

Eu faço questão de acompanhar os concursos da Embrapa nessa renovação que houve, graças ao chamado PAC. Na Embrapa, só os que contratei em 1974, todos têm condições de aposentar. São mil. Eles já conseguiram contratar 901. Eu vou dar um depoimento aqui com o que os senhores vão ficar chocados. Se, em 1974, nós abrimos um concurso e só apareceram 52 pós-graduados, três estrangeiros e um naturalizado, nos concursos da Embrapa hoje, para uma vaga, aparecem mais de 150 doutores com pós-doutoramento. Gente, isso é uma resposta! Mais de 150 doutores, inclusive com pós-doutoramento, para se preencher uma vaga. Isso é o sinal de que o Brasil tem competência, de que é preciso botar essa competência para trabalhar. Nós estamos nos esquecendo de que, , nós podemos fazer o que o mundo não tem: as nossas universidades.

Quero repetir aqui: quando criamos a Embrapa, eu tinha sido Presidente da Associação Brasileira de

Educação Agrícola Superior – Abeas, por dois anos consecutivos. Eram doze escolas de Agronomia e nove, de Veterinária. Hoje, nós temos o maior potencial de conhecimento de agricultura tropical nessas universidades e nessas escolas. Por que nós não vamos confiar? Por que estabelecer esse debate inútil? Quanto custam as exigências que estão fazendo através do meio do sistema de fiscalização do meio ambiente? Quanto custaria botar cientistas analisando, conhecendo o Acre, a Amazônia, os seus biomas, que são vários, e, depois, nos dizerem: “Este aqui tem que ser intocável. Este aqui você pode aproveitar com um plano de desmatamento ou de uso da madeira sustentável ou outra forma qualquer”. Eu não entendo isso. É o Brasil, que tem o maior potencial, a que chega o Presidente da maior Nação do mundo e diz “vocês tem que nos ajudar, porque vocês têm a tecnologia e tem gente competente para fazer”, e nós aqui não estamos acreditando nisso. Eu acho que há alguma coisa errada.

Ao Senador Jorge Viana, eu diria, Senador, nas discussões que tive, nenhum dos ex-Ministros me garantiu: vocês têm capacidade de executar essa lei que está vigente? É só isso. Quanto ela vai custar ao País? Eles não sabem. Eu faço essas duas perguntas e normalmente termina o diálogo. Normalmente termina o diálogo. Eu vou ser franco com o senhor: o que vocês estão analisando ainda tem muito de achismo. A única vantagem que eu vejo é que esse código dá claramente um rumo para que, dentro de cinco anos, se proponham mudanças com base em estruturação científica. Não é com a base de um cientista – cuidado com isso –, mas, vou repetir: com base em estruturas científicas, porque um cientista é sempre um grande colaborador, mas, quando ele fica solto, ou ele vai pesquisar sexo de anjos ou vai fazer seus *papers* achando que ninguém mais é capaz de contestar. Eu acho que a estruturação científica é muito importante. Acho que a Embrapa ganhou com isso.

A Embrapa tem programas de pesquisa que são respeitados religiosamente e que levam a dar soluções a problemas nacionais. Eu tenho muito medo de um cientista que se rebela, às vezes, sem ter efetivamente um apoio dos seus colegas nessa sua rebelião. Eu sou muito franco com relação a isso. Acho que o Brasil tem competência, acredito nessa competência. O ensino das ciências agrárias no Brasil evoluiu muito. Sou filho de agrônomo, sou agrônomo e pai de agrônomo. Entre meu pai e meus filhos, a diferença de conhecimento e de preparo desse profissional é tão grande que me assusta. Isso me assusta.

Então eu gostaria de ser muito franco: nós precisamos imediatamente tornar viável a legislação que está aí, porque, eu vou repetir, ela foi formada, em

sua grande maioria, na base do achismo. Não há um conceito científico que embase a maioria dessas resoluções que estão aí.

Eu pediria aos senhores que querem, na parte legislativa, chamar o Centro Nacional de Florestas da Embrapa lá de Curitiba, em Colombo, para se manifestar. Lá tem um grupo de cientistas, inclusive um que, por coincidência, é formado em advocacia e estudou muito constituição e legislação. Vocês vão ficar assustados ao saber como é que se modifica uma constituição através de decretos e normas. Ele tem tudo isso catalogado e poderia prestar um grande serviço. É só chamar a Embrapa que eles trazem o seu pesquisador – acho que o nome é Sérgio, desculpem-me, esqueci o nome dele –, é um sujeito excelente, trabalhou junto à SPBC, foi companheiro nosso e eu gostaria de que vocês tivessem oportunidade de ouvir um homem como esse para ver o que se tem feito nesse código. Ele vai explicar isso com detalhes.

O nosso Presidente pediu informações sobre o crédito adequado. O crédito agrícola no Brasil caiu demais. O Brasil teve uma experiência muito boa nas décadas de 60 e 70. De 80 para cá, com as crises econômicas, se bagunçou o chamado crédito rural.

O crédito rural hoje se transformou numa arma perigosa e o Brasil, pior do que isso, não cumpriu o que precisava em termos de complementação de instrumentos de política agrícola. Você abrir crédito ilimitado sem ter seguro é um risco muito grande. Somos o único País grande produtor que não tem seguro. Eu vou dar uma informação aos senhores e gostaria de que estudassem isto: os países ricos do mundo estão subsidiando seus produtores através de seguro. Eles não fazem só seguro de preço. Esse tem empresas privadas que estão fazendo a custo razoável. Eles fazem seguro de renda. Isso arrebenta com qualquer concorrente por mais competente que nós sejamos. Eles estão fazendo isso e nós não podemos ir à OMC para poder contestá-los, porque não é um subsídio; é um instrumento de política agrícola chamado seguro rural.

Nós temos isso no papel. Posso dizer aos senhores que a emenda que estabeleceu o seguro rural no Brasil é de minha lavra. Eu era Deputado na constituinte, com o apoio de todo o Governo, inclusive do PT e do Sr. Lula. Eu falei isso para ele nos 150 anos do Ministério.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Ministro Alysson, um aparte. Na discussão com a presidente, anteontem, da política agrícola nova, o pilar principal era este: renda, crise de renda, garantia de renda.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Espero que ela cumpra, porque não falta mais nada. A lei está pronta.

Criou-se, no Brasil, algo que é muito evoluído e chama-se fundo de catástrofe. Tem toda a regra e a constituição, a emenda é minha, mas é vergonhosa, porque dou só a norma geral, mas chego a detalhes sobre como ela vai ser executada. Fiquei com vergonha, mas tinha certeza de que o Governo tergiversaria. Então botei que ela tem que ser executada através de empresa privada, o Governo monta os recursos como seu concorrente, país concorrente, para poder subsidiar o seguro rural. Não temos seguro rural desde 1988. É muito interessante isso.

Portanto, o crédito é complicado. Agora, saiu recentemente uma norma chamada Agricultura ABC que atende ao agricultor pequeno, médio e grande para fazer uma agricultura conservacionista. Ela comporta todas as atuais tecnologias. Estou dizendo isso porque fui um dos primeiros...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – E tem juros mais baixos?

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Mais baixos. Não é só o juro, porque juro, às vezes, não resolve o problema, mas inclusive dá prazos para que com a renda você pague. Isso que é fundamental.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Se não me engano, são sete anos de carência.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Até mais. Dão até oito anos de carência.

Então eu só quero dizer que, se a gente ficou parado um ano, hoje não são muito mais do que dez ou doze que conseguiram aprovar esse crédito.

Eu peguei toda a Emater e nós fizemos isso. Minas Gerais fez um programa de demonstração da integração lavoura, pecuária e floresta em 311 campos no Estado inteiro. Foi um sucesso. Os agricultores saíram... Mas quem vai nos financiar não tinha o dinheiro para fazê-lo. Agora tem. Basta que se restabeleça a estrutura operativa que o nosso Ministério não tem e coloque isso em funcionamento.

A sua pergunta sobre anistia é mais ou menos no mesmo sentido. Perguntou-me a Senadora sobre...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Moratória.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Anistia ou moratória. Eu gostaria de dizer o seguinte: o espaço é muito pequeno para a gente discutir isso. Eu acho que nós temos que ter bom senso. As sugestões que o Ministro Stephanes levantou aqui são muito procedentes. O próprio Ministério do Meio Ambiente hoje aceita composições. O que não pode é aquela estupidez que está lá e que eles insistem que deve ficar na lei como uma espada de Dâmocles, porque eles não têm condição de fiscalizar aquilo, não.

Gente, fiscalismo no Brasil é um perigo, especialmente quando a lei parte de tergiversações como essas que nós temos. Está-se fazendo, eu faço essa denúncia tristemente e tenho como comprovar isso, o fiscalismo no Brasil, especialmente nessa área. Isso está sendo matéria de se criar dificuldades para se vender facilidades. Sou claro. Isso se repete no Brasil. No meu Estado, criaram dificuldades e vendem facilidades. Será isso que nós queremos no País? Não seria muito mais lógico que nós fizéssemos o inverso pelo estímulo, pela competência, que aqueles que são capazes, ao contrário, recebam, como é a sua pergunta seguinte?

Essa situação de ICM, desculpe, de ITR, o Brasil já tentou várias vezes a variação do ITR em função de tecnologia. Não deu certo até agora, sinceramente. O ITR deixou de ser um instrumento de política agrícola no Brasil há muito tempo, tanto que passou para os Municípios, mas estes não estão usando. Eu acho que nós precisamos ter outros instrumentos. Por exemplo, se as multas fossem bem aplicadas, elas poderiam se transformar em fontes de recursos para pagamentos de serviços ambientais prestados com eficiência. Esse é um exemplo que eu dou.

Preservação de água, tarifa de energia elétrica, que também foram perguntas que os senhores fizeram, me tocam pessoalmente. Eu sou um produtor de águas e me orgulho demais de ser produtor de águas. A minha propriedade, eu a recebi em 1992, e estou trabalhando nela durante todo esse período. Praticamente não tinha água. Eu hoje já tenho água para fazer irrigação de salvação, porque lá é o início do sertão mineiro, é seco, é a mesma isoleta de Confins; e se escolheu Confins porque não chovia muito. Eu tenho lá muita deficiência. Tenho veranico todo ano. No ano passado tive 40 dias de veranico. E produzi água agora, que tenho para fazer até uma irrigação de salvação.

Já tive a visita do Zé Carlos Carvalho, que ficou muito agradecido. Levou toda sua equipe, com 35 membros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Pode ser. Eu agradeço se ele citou, porque é muito meu amigo. E amigo elogiando amigo às vezes é perigoso, né?

O que eu quero dizer aos senhores é que me orgulho muito, porque hoje tenho, na minha propriedade, água suficiente, que eu não tinha. E o fiz por meio de projetos interessantes como o da Embrapa, por exemplo, das barraginhas, que me restabeleceram e elevaram o meu lençol freático. Eu tenho 67 barragens dando suporte a uma das minhas principais bacias e ela voltou a ter água permanente. Não existia água ali.

Eu fico muito feliz com isso e acho perfeitamente possível, não só pelo reflorestamento das nascentes,

não, mas a proteção e o manejo adequado. Proteção e manejo adequado às vezes é muito mais do que só reflorestamento.

O último. Pagamento pela prestação de serviços ambientais. Eu não tenho dúvida, especialmente o pequeno produtor. O grande produtor tem a sua empresa em condições de ser sustentada, autossustentada. O pequeno produtor, não. Ele está deficitário.

Os dados captados pela Embrapa, por meio do estudo que o Dr. Eliseu Roberto de Andrade Alves fez agora é impressionante. Nós podemos pegar aqueles dados e verificar que a maioria dos nossos produtores está abaixo da linha de pobreza. Se se quer combater a pobreza no Brasil, não é penalizando esse produtor, não, mas fazendo isso que você está sugerindo aqui. Isso aqui precisa ser feito.

O Brasil tem um diferencial, mas, infelizmente, tem a dicotomia que todo país subdesenvolvido tem. De um lado uma agricultura de subsistência. Não vamos chamar de agricultura familiar, não, porque fizeram uma confusão com esse termo. Há agricultura de subsistência, onde a subsistência é baixíssima, a renda é baixíssima e é uma miséria; e agricultura empresarial, grande, média e pequena, familiar ou não. Essa, sim, é competente e é possível o seu desenvolvimento com menos ajuda. Para aquela, a prestação de serviços fundamentais precisava ser, essencialmente, para o pequeno produtor, que está fazendo seu autoabastecimento.

Senador Acir, lei única para biomas diferentes. Você tem toda razão. Como o Senador, que mora no Acre, que é do setor agrícola, pode compreender que nós vamos fazer a mesma lei para uma região riquíssima, que o Brasil ainda não soube aproveitar, que é o semi-árido nordestino e tem um rio chamado São Francisco?

Aí, eu não entendo. Fiquei com vergonha do meu estado quando vi aquela movimentação para impedir que se fizesse a transposição das águas do São Francisco. Houve uma movimentação até de governadores. E eu peço desculpas ao futuro. O meu estado fazendo uma coisa dessas? O São Francisco joga, hoje, 600 metros cúbicos de água no oceano atlântico, por segundo. Desculpe-me, meu Senador. Muito obrigado. Por segundo! Por que não tirar 30?

Eu fiz um projeto, em Minas, o Jaíba, de minha autoria, que tirou 80! Naquela época, ninguém gritou. Fiz um dos projetos onde primeiro se falou em reserva ambiental. O Banco Mundial elogiou o projeto e me arrumou dinheiro para realizá-lo. Hoje, eu vejo exatamente o inverso. Que negócio é esse?

Nós vamos abastecer o oceano atlântico? Se vocês forem à China, os rios mais importantes da China,

o Yang Tsé e o Amarelo, já não estão indo ao oceano. Tem um que passa quatro meses sem jogar um litro de água no oceano e o outro já não joga mais. E o chinês está aproveitando essa água dentro do possível, principalmente para irrigação. E nós aqui?

O Brasil precisa e vai ser um país rico, graças a essa arrancada no seu setor agrícola para trazer água da Amazônia para o Nordeste e para onde precisar, sem risco.

Quem falou aqui hoje foi o meu querido colega Reinhold. Não é só a Holanda que está cortada de canais, não; a Alemanha é totalmente cortada de canais navegáveis, por onde passa só um navio com um metro de distância dos dois lados. Meus amigos, eles sabem aproveitar a água. E nós, aqui, estamos jogando quantos bilhões de litros de água doce no oceano a troco de quê? De uma filosofia ou de uma ideologia? Acho que nós temos que separar esse joio do trigo. Não tenham dúvida disso.

Reciprocidade dos países. Bom, o Reinhold já comentou e não tenho dúvida. Eu acho que o mundo vai começar a pensar num programa de organização ecológica. Ele não pode ficar como está, porque o Brasil tem 62, 67...

(Intervenção fora do microfone.)

Completamente. O mundo vai ter que pensar nisso.

Senadora Ana Amélia, com muito prazer. Pesquisadores. A senhora se referiu ao que eles têm feito; e podem fazer muito mais. Pelo amor de Deus, o Senado precisa acompanhar essa Embrapa. Ela passou 24 anos de apagão científico. Esse moço aqui viu as minhas reclamações, quando Roberto Rodrigues, que eu considero irmão...

O Roberto é meu irmão! O que o pai dele fez por mim faria por um dos filhos. Ele me fez isso. E eu tenho pelo Roberto o maior respeito e a maior admiração. Quando o Roberto me falou: “Paulinelli, estou com um problema na Embrapa, ali eu não pude colocar a mão; você poderia me ajudar?” Eu fui lá. A Embrapa tinha 4% de recursos! Uma Embrapa que tinha um orçamento de um bilhão, com 4% de recursos limpos pra fazer pesquisa. Meus amigos, é aquela máquina tão grande que toda sua energia é consumida na máquina e não sobra nada para puxar os vagões. Não pode acontecer isso.

A Embrapa precisa ter recursos pra tirar essas dúvidas dos congressistas, dos brasileiros, dos produtores, dos ambientalistas. Experimentem usar mais a Embrapa, mas não a deixem ficar falida! Perdemos muito da Embrapa. Felizmente, criou-se ali um espírito de corpo que a manteve na base do idealismo, que

sustentou este País e fez o que precisava. Eu me orgulho muito disso!

Eu me lembro bem de que tentei fazer um esforço pra deixar, enquanto governo, um sistema de autos-sustentação da Embrapa. O Presidente da época me falou: “Não vá criar instituições corporativistas; a Embrapa vai valer pelo que ela faz e pelo que ela produz e não porque é uma instituição”. Lição que aprendi e me orgulho disso. A Embrapa não morreu porque ela, efetivamente, tem competência.

Senadora, biotecnologia e redução de químicos. Está havendo muita redução de químicos, sim. Essa pergunta já me foi feita. Hoje, nitidamente começou a cair o consumo de... Não somos o maior... Alguém perguntou e eu vou abordar ali na frente.

(Intervenção fora do microfone.)

Não somos o maior consumidor de agrotóxicos. Você tem uns países que não dão muita estatística, a China é um deles. Embora, na China, as agriculturas serem tão pequenas que eles podem matar as pragas com a mão. Nós não podemos fazer isso aqui. Agora, posso garantir o seguinte: a maioria dos químicos que estamos usando, Senadora, são absolutamente degradáveis. Esse que faz um estrago tremendo na imprensa e especialmente os ambientalistas gritam contra, o grifosato, com 52 dias não se acha absolutamente nenhum resíduo de nada, depois de aplicado. Então, se não há resíduo, que mal faz?

Estamos caindo, sim, graças à biotecnologia. Este ano, já vamos usar, pela primeira vez, um milho transgênico que controla as três lagartas que são fatais. E tem o RR, que permite capinar sem estragar o milho.

São evoluções, no campo da Biologia, que vão nos ajudar muito. E o Brasil, graças a Deus, está conseguindo acompanhar. Existem discussões que acho que temos acompanhar com muito mais preocupação. É, mas nós só temos aqui multinacionais, com semente, com defensivos! Gente, eu tenho medo de uma multinacional, mas de muitas não porque elas são competentes e sabem competir. E se elas estão competindo é porque elas são eficientes, do contrário, não. Agora, precisamos, sim, ter a preocupação de que o Brasil não fique dependente exclusivamente de algumas tecnologias que nós não detemos. Por isso é que existe a Embrapa. A Embrapa tem BT de milho pronto, e eu sou conselheiro lá, tem mais de três BTs prontinhos para lançar, ela não tem dinheiro para fazer isso.

Estou sendo franco com os senhores. Chamem o chefe geral do Ministro, tragam-no aqui. Ela tem hoje um sorgo transgênico que é o único no mundo, não tem recursos para levar à frente. Eu estou tentando ajudá-la no sentido de obter esses recursos porque vai ser uma evolução tão grande para nós e, sobretudo,

estabelecer uma concorrência com as multinacionais que hoje são detentoras dessa tecnologia com naturais expectativas dos investimentos que elas fazem e ter retorno, e aqui no Brasil estão tendo sim. Eu fico feliz desde que não abusem.

Mais ainda, a Emenda 164. Nós vamos gastar muito tempo para discutir, eu preferia que nesta reunião junto com os outros ministros, nós discutíssemos com mais detalhes. Eu só faço essa pergunta: é viável executar a lei como ela está? Quanto custa? Nem é viável e nem sabem quanto custa.

Sessenta e dois das florestas nossas são nativas. Eu abro aqui um parêntese e respondo também à Senadora Kátia. Gente, o Brasil com essa competência que está aí, estocada, hoje estocada, se em um concurso da Embrapa aparecem mais de 150 doutores para uma vaga, está estocada, vamos botar essas pessoas a trabalhar e eu tenho certeza de que elas vão achar as formas de identificar os biomas e como manejá-los. Se ele é intocável, elas vão dizer. Por que a lei, esta que estamos discutindo, transfere aos produtores a obrigação de fazer 20%? Ele tem condições de manter isso?

Eu vou ser franco com vocês, eu mantenho mais de 20%, me custa caro, mas eu tenho verdadeiro amor pela minha floresta. Eu amo aquilo como se fosse parte de mim mesmo porque eu quero entregar aos meus filhos a terra melhor do que eu recebi. Esse é o grande ideal de quem é efetivamente produtor. Tem ano que eu tomo prejuízo, pego dinheiro do meu bolso porque, de outra fonte porque eu trabalho, eu sou um aposentado, professor, que não dá muito não, mas eu trabalho, tem vários trabalhos que me dão renda, e boto lá dentro porque eu sei que eu não posso degradar aquela área e ela já está melhorando. Eu já estou com nove anos de integração lavoura e pecuária.

Os senhores olham o que era a minha terra antes, pelas análises e pelos resultados, que vocês vão ver. Eu tenho alta produtividade, mesmo numa região que é altamente árida, 40 dias sem chover uma gota. Não é brincadeira, não é brincadeira. O meu produto final lá é carne, são os novinhos precoces, dos criados na fazenda, que eu solto com 24 a 30 meses, acima de 17 arrobas. Orgulho-me disso. Vão ampliar porque estou conseguindo melhorar as minhas condições de solo. A capacidade de suporte aumentou muito dentro da minha fazenda e vai aumentar mais, eu tenho absoluta certeza disso.

Recuperação da Mata Atlântica, quanto custará isso. Foi a Senadora também que perguntou. Olha, vamos ser realistas. Lá em Minas agora tem uma briga sem precedente. Consideraram aquela floresta caducifólia da região noroeste de Minas, especialmente

a que é ligada ao polígono das secas, como Mata, e não estão deixando os agricultores expandirem sua produção mais. Está proibido, absolutamente proibido. O próprio governador reconheceu e está refazendo estudo, Não é possível acontecer isso. E outra coisa, quanto custaria para restabelecer essa Mata? Quem vai pagar essa brincadeira? São alguns trilhões, são alguns trilhões.

Os agricultores, sou sincero, hoje já estão começando a enxergar que a celulose, a madeira é um bom negócio. Estão plantando. Esses 311 campos de demonstração que nós fizemos foi um. Nós fizemos. Não, a Secretaria fez, e eu acompanhei entusiasticamente, participando de muitos deles, foi um sucesso sem precedente em regiões onde nós temos deficiência de energia, a floresta desenvolve muito bem, com espaçamento de dez metros, dois ou triângulo de três, um pouco mais adensado, estão sendo produzidos, escutem bem, escutem bem, estão sendo produzidos 520 estéreos em dez anos, 520 estéreos em dez anos por hectares. Temos experimentos, inclusive um que é meu afilhado, e foi meu cabo eleitoral, me ajudou muito quando fui candidato, eu fui político, pelo menos uma vez, tem lá experimentos interessantíssimos, que é do Grupo Votorantim. Está lá à disposição, os dados estão lá, ele até se aposentou recentemente, mas os dados continuam lá.

Esses experimentos que a Epamig e a Embrapa montaram não têm dez anos ainda, mas estão dando indicações de que eles terão o mesmo rendimento da floresta tradicional de lá. Essa manipulação do solo nessas entrelinhas melhora as condições de produção. O Senador que é engenheiro florestal mais do que ninguém pode saber disso porque ali se faz uma fertilização sucesso do solo durante os anos de utilização tanto em agricultura quanto em pastagem. São excepcionais, são tecnologias que estão surgindo.

A Embrapa, nós ajudamos lá pelo nosso trabalho junto com ele na Ciência e Tecnologia, ajudamos a ampliar a integração lavoura e pecuária. É um projeto excelente, o mundo baba quando vê esse projeto e sabe que não tem capacidade de competir conosco.

Ô gente, o Brasil tem um detalhe, eu vivo sempre acompanhando os pronunciamentos da nossa Senadora Kátia e eu gostaria que ela sempre fizesse referência a isso. Nós não temos 48 milhões de hectares de área plantada não, Kátia, o Brasil tem um privilégio, é o juro que nós pagamos durante 500 anos e agora começamos a cobrar.

A agricultura temperada tem uma chamada janela de 12 dias para se plantar, no *corn belt*, você planta dentro daquela janela ou você sabe, plantou antes, cai a produtividade. Esse ano, eles plantaram muito

depois porque o clima não estava bem e eles estão com a produtividade baixa. Aqui no Brasil nós temos 12 meses, nós já produzimos, em grandes áreas brasileiras, duas vezes por ano, e agora três vezes por ano.

O nosso Senador saiu daqui, o nosso Deputado, o Estado dele já está fazendo três culturas em grande área, que é a Região dos Lagos, três culturas por ano. Então veja bem, temos um espaço extra para crescer a nossa produção que ninguém ainda observou bem.

Eu vou responder na hora, Senador, deixe-me completar aqui porque faço questão já que ela me emprestou um carro para me levar até onde eu tenho hoje um compromisso de como produzir água na Universidade de Brasília e de Goiânia, que estão em um curso conjunto, mas eu vou chegar a tempo lá, mas quero terminar aqui.

O Senador Waldemir Moka, ô Senador, ele saiu. Eu tenho o maior entusiasmo brasileiro, o cerrado foi a grande solução que tivemos. Agora eu gostaria de deixar com os senhores aqui uma informação que me deu um tal de Normam Borlaug. Normam Borlaug foi o único Prêmio Nobel da Paz do setor agrícola. Tanto assim ele criou uma fundação, eu tenho a honra de ter a World Food Prize, que é uma fundação que ele em protesto porque não se tem no Nobel um prêmio específico para o setor de alimentos ou agricultura, e ele criou o World Food Prize. E eu tenho a honra de ter esse título.

Então, vejam bem, ele é quem diz: o cerrado brasileiro é terra de fazer longe. Eu nasci no cerrado. Na minha família, cerrado só dado ou herdado.

Meus amigos, é uma das áreas mais estragadas do mundo. Quem começou a estragar o cerrado foi índio. Foi o índio que, quando descobriu o fogo, ia às áreas ruins, botava fogo, para vir a brotação, e ele se escondia para a caça vir e matar mais rápido. E dali se generalizou. O cerrado, até a década de 1980, era queimado anualmente com fogo colocado para ter brotação e melhorar as condições das reses. Essa é a área que se transformou na mais produtiva e competitiva do Globo.

Vou dar aos senhores um depoimento do grande cientista e detentor do Prêmio Nobel da Paz, Norman Borlaug. Ele veio e conheceu a revolução do cerrado, foi para São Paulo. Em São Paulo, falou para 250 agrônomos da Sociedade Paulista de Engenheiros Agrônomos. E ele falou: “Eu sempre tive uma briga com o meu travesseiro. Nunca dormi tranquilo porque sei e conheço agricultura no mundo inteiro. O homem foi lá pegou as melhores regiões, sacou a sua vegetação nativa e vem cultivando e degradando sucessivamente. Eu tinha a minha consciência doendo. Não estaria satisfeito se não visse o que vi no Brasil: o inverso, o

homem pegando – e ele usou essa expressão – terra de fazer longe, de fazer distância, e transformando na mais produtiva e competitiva que o Globo tem hoje, que é o cerrado brasileiro”.

Ô gente, uma declaração está gravada, está num disco, peçam a Agrisus pode dar a vocês esse pronunciamento do Dr. Norman Borlaug. Agrisus é uma fundação criada por um grande agrônomo, Fernando Cardoso, que foi dono da Manah, depois vendeu e criou essa agrisus. Ele tem isso gravado.

Esta é uma declaração: “agora posso morrer feliz”. Morreu no ano atrasado. Deve ter morrido feliz, porque ele viu o Brasil assumir a liderança que ele havia vaticinado: “Vocês vão ser o grande país produtor do mundo”.

Eu acho que é isso que temos que compreender e analisar. E essas pessoas, me desculpem... o meu colega, o Deputado Reinhold Stephanes, tem toda a razão, quem anda depredando o nome do Brasil lá fora são as nossas instituições, algumas custeadas por ONGs, outras com interesse de mostrar lá fora o que eles querem fazer aqui.

Isso não pode continuar assim. O Brasil hoje é sensível. Considero que o Brasil está numa luta, eu brinco muito: quem mora da roça sabe, quando morre um boi, vem a luta dos cachorros, os grandes vão lá e abocanham os grandes nacos de carne, o pequeno, como é pequenininho, tira um pedacinho, os grandes não ligam para ele. Na hora em que se transforma num grande, como é o Brasil, e se transforma num boca preta de todo tamanho e vai lá e pega o maior naco, pode ter certeza de que este vai ser vigiado. É a razão de que eles estão começando a criticar o que nós não somos capazes de fazer.

Será que vamos fazer uma legislação de primeiríssimo mundo, aliás, ela é estratosférica, ela é celeste, na área ambiental e não vamos ser capazes de fazer uma defesa sanitária no Brasil para impedir o que está acontecendo hoje?

Meus amigos, espera aí, onde nós estamos? Que país é este? O Brasil está correndo o risco de perder grande parte do mercado.

Eu até então, aqui está um sujeito que admiro muito, Benedito, está ali junto conosco, ele sabe da minha preocupação. Eu tinha uma preocupação grande com a defesa sanitária que não evoluiu no Brasil. E quero dizer aos senhores que a minha única tábua de salvação é que a China também não ligava para isso. Nesses últimos anos, a China começou a investir maciçamente na defesa, na padronização, na classificação dos seus produtos e vai exigir de nós. E nós não temos rastreabilidade dos nossos produtores. Ô gente, vamos fazer lei que seja efetivamente eficiente

para o Brasil de hoje. Não vamos ficar com bobagens de lei absolutamente inatingíveis. Acho que precisamos pensar mais seriamente nisso.

Srs. Senadores, fico muito feliz de estar aqui, porque sei que está entregue a quem é competente para fazer essa análise.

Senador Luiz Henrique, fico muito honrado pelas suas perguntas. Proteger as nossas florestas, preservar os nossos biomas e agricultura sustentável é a sua preocupação. Parabéns.

Mas vamos proteger biomas conhecidos e analisados para saber como manejá-los, para saber como manejá-los.

A Constituição Federal () eu também fui Constituinte, junto com o senhor, e eu me envergonho do que houve. O senhor se lembra da luta, eu sou municipalista, a luta que nós tivemos, conseguimos colocar 19% da receita para os Municípios. O senhor sabe quanto está hoje, Senador? 11%. Isso é um assalto, isso é uma judiação. E outra coisa, sem contar as responsabilidades que caíram sobre os Municípios. Os prefeitos hoje são mendicantes. Fico muito animado quando vejo a Presidente dizer que vai combater a miséria. Acho que uma das misérias que ela precisa combater é das prefeituras também, porque as prefeituras, hoje, no Brasil, são miseráveis. Elas não têm, na maioria das prefeituras.

O senhor tem toda a razão. Outra coisa, como é que vamos fazer, aliás aqui estou vendo dois relatores, como as regras do Acre vão servir para o seu Estado? Como as regras do seu Estado vão servir para o Acre? Isso indica que estamos querendo fazer locubrações legislativas e não leis palpáveis. Tem que haver uma descentralização. O senhor tem toda a razão. Eu que vou saber junto com os meus pares o que nós precisamos, quais as áreas que precisamos preservar, ou não devemos mexer, ou devemos cultivar, etc, etc.

O projeto não atende ao Código Florestal. Desculpe, o projeto do Código não atende, nem o substitutivo, viu? Repito, a única vantagem que sinto é que este substitutivo abre espaço para colocarmos a ciência, o conhecimento para as novas formulações que ele pretende fazer nesses cinco anos.

Senador Jorge, diferença entre governos e ministros. O senhor tem toda a razão, existe muita diferença sim. Eu, na hora que o senhor quiser estarei aqui com o maior prazer. A primeira pergunta que vou fazer é a seguinte: esse Código como está é exequível? Segundo, quanto custa? A segunda, eles não vão ser capazes de responder, tenho absoluta certeza disso. Mas, mesmo assim, discutirei com muito prazer. O Zé Carlos é um amigo pessoal, eu troco ideias com ele. Ele é entusiasta da ideia de nós termos uma Embrapa para... eu acho que não precisa disso. Nós precisamos de ter instituições científicas com recurso para fazer o

que nós precisamos. Quem arbitra, o senhor está em dificuldades, vou te dar um conselho: ouça a ciência. O senhor vai errar menos.

Reunião conjunta, já disse, desculpe, estou às ordens.

Agrotóxico no Brasil. Não somos o maior consumidor não. Existem alguns países que nem dão estatísticas. A China mesmo é uma. O americano consome mais do que nós ainda. E nós estamos caindo o consumo graças a essas evoluções que estamos tendo na base de novas tecnologias: a integração lavoura e pecuária, o plantio direto e várias outras como a evolução biológica de nossas plantas, e elas precisam vir com muita força.

Política agrícola, meio ambiente e custos. Uma boa questão que o senhor levantou. Quanto custa chegar onde nós estamos na agricultura? Quanto se investiu e quanto está custando descobrir o que o meio ambiente está querendo? Seria uma ótima conta e acho que tem gente no Brasil capaz de fazer isso. É uma boa pergunta o que o senhor fez. E o senhor vai se assustar.

Senadora Kátia, com muito prazer e muita honra, eu tenho visto seu esforço. Às vezes, a incompreensão que todos nós temos; mas, às vezes, a gente precisa de ser duro, sim! Eu acho que, infelizmente, eu trabalhei em um governo da ditadura, mas um governo que sonhou com a democracia. Eu estranhei quando fui convidado para ser ministro. Eu era um líder estudantil, um pouco agitado. Por que fui chamado para ministro? Um dia eu perguntei ao Presidente: Presidente, o senhor conhece meu passado como líder estudantil? Ele me falou: “Eu conheço a sua pessoa e isso é o que é o bastante.” “Ótimo, muito obrigado!” Portanto, eu sei o quanto vale a democracia.

Ele realmente teve de lutar e nós tivemos de ajudá-lo para fazer a abertura que ele fez. E nós não podemos perder a chance de fazer uma democracia que seja uma democracia viável, onde a participação seja competente. A Senadora sabe a preocupação que eu tenho com nossos produtores. O Brasil, por ser grande demais, nossos produtores passaram a ser muito individualistas, eles não se organizam, eles não participam, eles estão mal organizados. Não é culpa dela!. Eu também passei lá. Tentei tirar um grupo que nada tinha com a agricultura, graças a Deus eu o consegui tirar – e hoje só tem agricultores lá. Mas é difícil organizar essa classe produtora. Se nós quisermos aprender com os países que são desenvolvidos, vamos ver as organizações nos Estados Unidos, das *Unions*, das associações de produtores; vão ver na França os sindicatos; na Itália, os sindicatos, e nós vamos ver que lá eles são fortes e capazes de exigir – e exigir mesmo! – ações racionais do governo.

O Senador deve se lembrar disso na Constituinte: eu era o maior entusiasta de fazer aqui uma democracia

representativa. Achava que o parlamentarismo ia dar uma nova feição ao Brasil. Votei, entusiasticamente, até o dia em que fomos votar o famigerado voto distrital. O senhor se lembra? Perdemos por 80 votos. Eu pedi um espaço no Grande Expediente e esculhambei – com todos os meus colegas: “Vocês me desculpem, eu não sou palhaço!” Se vocês indicarem uma democracia representativa no mundo que tem o voto não distrital, me indiquem que eu vou correr lá, às minhas custas, para ver se serve e votarei a favor aqui. Mas, de agora em diante, não voto nada!”

A Constituição brasileira ficou um negócio esquisito: ela veio sendo parlamentarismo até o voto distrital; depois acabou. E não vão aprovar o voto distrital aqui tão cedo, tão cedo. Eu sabia disso!

Essa democracia nós precisamos preservar, Senador. E assim: com representação de classe. Na democracia tem uma regra que é absolutamente infalível, não é só aqui, não, é no mundo inteiro: quem estiver organizado faz; quem não estiver recebe feito. E, na maioria das vezes, mal feito.

Eu fui governo. O governo sente onde o calo está apertando. Se não apertar, ele não faz... Vamos lutar, Senadora! É fundamental que haja esse elã que a senhora tem para fazer a representação do setor produtivo. Eu gostaria de dizer o seguinte: desses 204 milhões de hectares que a senhora me perguntou, eu presumo que, no mínimo – no mínimo –, 120 milhões são absolutamente passíveis de ser usados com rentabilidade. E o restante dá para sobrar muito para se fazer as reservas dos biomas.

Eu mesmo procurei fazer não somente na manutenção da lei dos 20%. O que fizemos? Só tinha financiamento quem fizesse a manutenção, como também na criação de reservas nacionais, estaduais, municipais ou particulares. Eu acho que o bioma tem de ter dono! Bioma sem dono não funciona, a senhora tem toda razão. Há possibilidade de nós ampliarmos muito, só no cerrado, nossa expansão agrícola, sem tumultuar o meio ambiente, ao contrário. Aliás, quem não for apaixonado ou ideologizado, veja o bioma do cerrado depois de 10 anos de cultivo e veja antes. A biologia do solo se modifica, o cerrado passa a ser um ativo – um ativo – patrimônio. E o cerrado é um ativo muito pequeno, se não mexido.

Senador Casildo, não é fácil mesmo, não. Conservar e produzir é fácil! É fácil. Eu gostaria de oferecer uma oportunidade. Eu acho que minha propriedade hoje é exemplo. Dia 30 estará visitando o Secretário do Meio Ambiente para ver como produzir água. Eu tenho recebido lá missões que vão aprender como é que se maneja um solo com benefício desse solo. Eu me orgulharia muito se tivéssemos sua ou outras visitas para ver que é absolutamente possível fazer

produção com conservação. Eu hoje fico feliz: minha produtividade está aumentando, a capacidade de suporte aumentou, minha renda aumentou, eu aumentei o número de funcionários, eu os pago em dia, dentro da lei. E fico muito feliz, porque uma área que estava absolutamente degradada – há 19 anos – para mim serve de exemplo para aqueles que têm dúvida se é possível produzir e conservar. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito bem, prezado Ministro Alysson Paulinelli.

Antes de passar a palavra Acir Gurgacz, como V. Ex^a fez aqui um convite, em público, para o Senador Casildo Maldaner, a Comissão se sente convidada. Como nós decidimos que vamos visitar algumas propriedades que são referências de compatibilização de alta produção agrícola com preservação ambiental, eu já vou sugerir que a Comissão aprove, oralmente, o requerimento de visita e posteriormente, se possível, visitaremos a fazenda do Ministro Alysson Paulinelli.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar à Comissão que viabilizasse as notas taquigráficas destas audiências com a maior urgência, pelo menos para mim e par ao Senador Jorge Viana, porque, como diziam os latinos: *Verba Volant Scripta Manent*. Para nós fazermos uma reflexão melhor, é importante que a gente leia, depoimento por depoimento, com todo o cuidado, a fim de que (como eu afirmei no início desta sessão), como juízes, nós possamos dar o veredito adequado para o futuro deste nosso querido País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Passo essa solicitação à Secretaria das Comissões que encaminhe as notas taquigráficas para os dois relatores, de todas as audiências públicas, e para qualquer outro Senador que assim o solicitar.

Passo a palavra, agora, ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Presidente.

Eu quero só agradecer, mais uma vez, ao Ministro Alysson Paulinelli, que esteve aqui pela segunda vez debatendo este assunto conosco, juntamente com o Ministro Reinhold Stephanes, com Francisco Turra e que nos deram uma lição sobre a agricultura brasileira, através de trabalhos e de exemplos na história de nosso País. Então, quero agradecer também aos dois Relatores,

Quero agradecer também aos dois relatores, Jorge Viana e Luiz Henrique, a permanência aqui. Tenho cer-

teza de que essas audiências, tanto a de ontem quanto a de hoje, vão contribuir muito com os nossos relatores. E nós Presidentes estamos aqui para dar o suporte e o conforto que precisam para pensar e fazer com que nós façamos realmente um código brasileiro para a população brasileira. Não é para ambientalistas, não é para produtores rurais. É para a população brasileira.

Mais uma vez, os meus agradecimentos e cumprimentos ao Ministro Alysson Paulinelli.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero agradecer ao Presidente Acir Gurgacz e aos relatores aqui presentes. Quero agradecer, de forma especial, ao Fernando Sampaio, Diretor da Abiec – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. Quero dizer que o documento foi distribuído. Infelizmente, o nosso tempo impediu a sua participação direta.

Quero dizer, Ministro, da nossa alegria, da minha alegria particular em poder rever V. Ex^a, sempre com esse entusiasmo, com esse amor pelo Brasil e com essa experiência a serviço do interesse público.

Eu tive oportunidade de registrar aqui que pude compartilhar com o Ministro Alysson Paulinelli do Fundo Setorial de Agronegócio. Sou testemunha da sua defesa do Brasil, da sua defesa da Embrapa, da sua defesa do desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura brasileira. E V. Ex^a traz hoje aqui mais uma contribuição bastante significativa de quem tem muita autoridade nesse nosso debate.

Muito obrigado. Foi uma alegria muito grande.

Antes do encerramento, submeto a Ata da reunião à deliberação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.)

Ata da 32ª reunião da comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle, em conjunto com a 32ª reunião da comissão de agricultura e reforma agrária e 33ª reunião da comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 30 de agosto de 2011, terça-feira, às 08h30.

Às oito horas e quarenta e quatro minutos do dia trinta de agosto de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG e ACIR GURGACZ**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambien-

te, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, ANTONIO RUSO, BENEDITO DE LIRA, BLAIRO MAGGI, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, EDUARDO SUPPLY, FLEXA RIBEIRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PAULO DAVIM, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES e WALTER PINHEIRO**. A Presidência anuncia a presença em plenário dos Senhores Senadores João Pedro e Eurípedes Camargo. Deixam de comparecer os demais senadores membros. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 77, de 2011-CMA; nº 49, de 2011-CRA, nº 41, de 2011-CCT; com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) e sua relação com as cidades, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Afonso Nobre – Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); José Carlos Martins – Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Caio Portugal – Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato da Habitação de São Paulo (SECOVI/SP); Nabil Bonduki – Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); João de Deus Medeiros – Diretor do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente MMA; e Celso Santos Carvalho – Diretor de Assuntos Fundiários urbanos da Secretaria Nacional de Programas urbanos do Ministério das Cidades. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ, LUIZ HENRIQUE, JORGE VIANA, BLAIRO MAGGI, WALTER PINHEIRO, ANA AMÉLIA, e ANÍBAL DINIZ**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Ao término da reunião, a presidência submete à votação a leitura da ata da reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, havendo lavrado a presente ata José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e

Luiz Gonzaga Silva Filho, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Acir Gurcacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO CONJUNTA DE 30-8-2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 77, de 2011, da CMA; nº 41, de 2011, da CCT; e nº 49, de 2011, da CRA, para debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, Lei 4.771, de 1965, e sua relação com as cidades.

Nós temos os seguintes convidados: Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; José Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; Caio Portugal, Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato da Habitação de São Paulo; Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; João de Deus Medeiros, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Celso Santos Carvalho, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

Já se encontram aqui presentes o Sr. João de Deus Medeiros, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, que convidado para compor a Mesa; e o Sr. José Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que também convidado para compor a Mesa.

Quero, muito rapidamente, enquanto aguardamos a chegada dos nossos próximos convidados e iniciamos esta reunião – vamos iniciá-la imediatamente –, agradecer a presença dos nossos convidados e re-

gistrar que esta é a 4ª audiência pública conjunta que realizamos após o recesso.

Como já tive a oportunidade de afirmar em outras vezes, a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura estão debatendo a reforma do Código Florestal desde o início deste ano, mesmo antes de chegar o projeto aprovado pela Câmara. Realizamos uma série de audiências públicas no primeiro semestre. Ouvimos, na ocasião, o Relator do Código, ouvimos a Ministra do Meio Ambiente, ouvimos, por duas vezes, representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Academia Brasileira de Ciência.

Quero convidar o Dr. Carlos Nobre para fazer parte da Mesa e o Sr. Caio Portugal também.

Neste semestre, já tivemos a oportunidade de realizar audiências muito produtivas com o Relator do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, com ex-Ministros do Meio Ambiente e ex-Ministros da Agricultura, todos eles trazendo contribuições muito expressivas a esse debate.

Já marcamos uma audiência pública conjunta externa a se realizar na próxima sexta-feira, dia 02, em Esteio, no Rio Grande do Sul, quando da realização da Expointer. Teremos, no dia 13, uma audiência pública conjunta com a participação do Ministro Toffoli, do Supremo Tribunal Federal; do Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; e de Luis Paulo Leme Machado, que é um grande especialista em Direito Ambiental. No dia 16, teremos outra audiência pública externa, desta feita em Chapecó. Temos uma série de outras audiências públicas ou diligências externas aprovadas e devemos marcar as datas nos próximos dias.

Ontem, informava-me o Senador Luiz Henrique, que é o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura, que já entregou o seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça, o qual deverá ser lido na reunião de amanhã. E certamente haverá, em função da complexidade do tema, a solicitação de vista conjunta. É desejo do Relator apreciar na Comissão de Constituição e Justiça, no próximo dia 06 de setembro, terça-feira da semana que vem.

De qualquer forma, quero reiterar o desejo conjunto das Comissões de que, até o início até o início de novembro, meados de novembro, a gente tenha condições de apreciar, definitivamente, a proposta de Código Florestal.

Quero registrar que esta audiência pública de hoje se reveste de uma importância especial, porque entendo que precisamos ter um olhar especial sobre o impacto do Código Florestal nas cidades brasileiras, e esse é o tema de hoje.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, passo a palavra aqui, cumprimentando pelo trabalho que vem desempenhando à frente da Comissão de Agricultura, liderando esse processo de debate sobre o Código Florestal, inovando, inclusive, com a participação da sociedade civil nos debates que a Comissão de Agricultura tem feito em todas as sextas-feiras, ao Presidente da Comissão de Agricultura Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Cumprimento todos os nossos convidados na pessoa do nosso colega João de Deus Medeiros, que tem participado, junto conosco, de várias audiências públicas, vários debates que fizemos tanto aqui em Brasília, na Comissão, como em outras cidades, outras localidades, ouvindo a população brasileira. Cumprimento os Senadores e as Senadoras aqui presentes.

Nessa última semana, Senador Blairo, estivemos em Rondônia e fizemos quatro reuniões em quatro Municípios diferentes para debater assuntos pertinentes à agricultura brasileira, com foco no Estado de Rondônia, já que o preço do leite que os produtores estão recebendo no nosso Estado está, em média, entre cinquenta centavos e cinquenta e cinco centavos. Fizemos quatro reuniões importantes: em Alvorada do Oeste, em São Miguel do Guaporé, em Seringueiras e em Nova Brasilândia. Discutimos, amplamente, com o Secretário de Agricultura do Estado Anselmo de Jesus, ouvimos os sindicalistas, os produtores rurais e seguimos o caminho de que o Conseleite é a solução para que possamos ajudar a melhorar o preço do leite para os nossos produtores.

Mas a conversa sempre chega, no final, Presidente Rollemberg, a isto: “Como está indo o nosso Código Florestal?” A pergunta sempre é: vai ser possível votar neste ano aqui no Senado? Se tiver que voltar para a Câmara, vai ser votado na Câmara ainda? Porque a esperança dos nossos produtores, dos nossos agricultores é de que aconteça, de uma vez por todas, essa votação, para que eles possam ter uma legalidade jurídica, possam estar legais perante a lei e de que haja, pelo menos, um critério ou uma legislação que eles possam seguir. Essa é a preocupação de todos. Entendo que estamos caminhando para isso. Essas audiências públicas, em conjunto, são exatamente para diminuirmos o tempo gasto, diminuirmos o tempo de debate a fim de que possamos avaliar e resolver o mais rápido possível.

Portanto, complementando e respondendo aos nossos amigos que nos ouvem pela TV Senado, pela Rádio Senado, neste momento, nós vamos, sim, continuar em ritmo acelerado com o intuito de aprovarmos, o mais rápido possível, essa reforma do Código Flo-

restal Brasileiro não só para os agricultores, mas para que toda a população brasileira possa ter esse Código pautando o seu trabalho, pautando a sua vida. Essa é a nossa expectativa e a nossa intenção.

Muito obrigado, Presidente Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura.

Registro aqui a presença do Relator na Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão de Agricultura, Senador Luiz Henrique.

Vamos diretamente ouvir os nossos convidados, esclarecendo que, como tem sido feito nas sessões anteriores, nós vamos promover as inscrições dos Senadores pela ordem de chegada.

Quero aqui convidar, para fazer parte da Mesa, o Professor Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Agradeço a sua presença.

Vamos promover as inscrições por ordem de chegada.

A Senadora Ana Amélia, como sempre, é a primeira inscrita; Senador Blairo, segundo; Senadora Vanessa, terceira. Registro, com muita alegria, a presença do Senador João Pedro na nossa Comissão e, agradecendo a presença de todos, quero sugerir um encaminhamento aqui aos nossos convidados e ao Presidente Acir Gurgacz.

Vamos ouvir, primeiro, os representantes do Governo. Em seguida, vamos ouvir os representantes dos órgãos representativos de classe, de segmentos e, por último, o Professor Nabil Bonduki. Vou sugerir que destinemos quinze minutos para cada apresentação. É claro que, se houver necessidade, a Mesa será tolerante e concederá mais tempo. Mas vamos definir esse tempo, já que temos seis convidados, para que cada um possa fazer a sua apresentação.

Então, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, quero convidar, inicialmente, para fazer a sua apresentação, o Dr. Celso Santos Carvalho, representando a Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

O SR. CELSO SANTOS CARVALHO – Obrigando, Senador. Bom dia!

Tenho uma apresentação, mas, basicamente, a minha proposta aqui é trazer, do ponto de vista do Ministério das Cidades, como a discussão sobre o Código Florestal se encaixa numa estratégica, numa política de desenvolvimento urbano para o País que consiga superar nossos graves passivos ambientais e sociais que caracterizam as nossas cidades.

Acho que, basicamente, o nosso diagnóstico parte de uma análise histórica que nos mostra que, acompanhado por essa enorme urbanização que ocorreu no Brasil da década de 50 até hoje, não houve, nas nossas políticas públicas, uma preocupação com a habitação dos mais pobres.

Enquanto na Europa se construía o estado de bem-estar social, no Brasil nós implantamos um estado de deixa-estar social. Quer dizer, não existiam políticas habitacionais que davam conta de receber de forma legal e digna a população que vinha do interior, que vinha da zona rural, e a essa população restou apenas se virar do ponto de vista de moradia, ocupando áreas de risco, áreas de preservação ambiental ou as extremas periferias.

Nesse sentido, o Governo Federal tem implantado no âmbito das cidades uma ação muito concreta para alterar esse quadro. Como? Primeiro, entendendo que a falta de alternativa de habitação popular leva uma camada expressiva da nossa população a ocupar áreas de risco, a ocupar áreas de preservação ambiental. Então, a primeira questão é construir um programa de habitação de interesse social que chegue efetivamente aos mais pobres. Isso foi feito com o Programa Minha Casa, Minha Vida. Além disso, temos investido valores muito importantes – hoje está em R\$30 bilhões – em urbanização e regularização de assentamentos precários.

Precisamos ainda avançar na questão de implantação de parques públicos, de apoio, fomento aos Municípios para que implantem parques públicos, áreas de lazer, áreas verdes nas áreas de interesse ambiental e de fragilidade ambiental. E, agora, para o PPA 2012-2015, o Governo está propondo um programa de gestão de risco e resposta a desastres que coordena a ação do Ministério das Cidades, da Integração Nacional, do Meio Ambiente, do Ministério de Ciência e Tecnologia, do Ministério de Minas e Energia.

Então, existem ações no Governo Federal que buscam reverter o quadro de degradação ambiental nas nossas cidades, que, volto a enfatizar, está diretamente relacionado com o quadro de degradação social, com o nosso passivo social.

Nós não conseguiremos resolver a questão ambiental das cidades se nós não resolvermos, conjuntamente, a questão da moradia dos mais pobres. Isso significa que, na nossa visão, programas extensivos de remoção de populações de área de risco e de áreas de interesse ambiental, não há espaço para se colocar nas nossas cidades. É preciso compatibilizar o direito ambiental e o direito à moradia.

O nosso quadro legal tem avançado nesse sentido. A gente já vê, na Constituição de 1988, quando aparece a função social da propriedade, quando a mo-

radia é entendida como um direito social, portanto, um direito de todos os brasileiros, e quando a gente tem instrumentos, como a usucapião especial urbana, que permite a regularização das posses urbanas.

Em 2001, o Estatuto das Cidades avançou nessa linha ao instituir instrumentos de regularização fundiária e de instrumentos fundiários que permitem garantir a função social da propriedade.

Em 2009, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 11.977, que trouxe o Programa Minha Casa Minha Vida; portanto, avançou na produção de moradia de interesse social em larga escala, e trouxe também, no seu cap. III, a lei nacional de regularização fundiária, que permite a consolidação e a regularização fundiária das ocupações de interesse social inseridas em APP dentro das áreas urbanas consolidadas, desde que esse projeto de regularização resolva as questões ambientais, desculpe-me, resolva as questões de risco e comprove a melhoria das questões ambientais, nesse sentido trazendo a compatibilização do direito social à moradia e do direito social ao meio ambiente equilibrado.

Tudo isso para dizer que agora a gente chega à discussão do Código Florestal. E, no nosso entendimento, a discussão do Código Florestal está dentro desse conjunto de marco legal que permite que nós avancemos na construção de uma cidade sustentável. E a construção de uma cidade sustentável não pode ser uma cidade dividida. Não é possível a gente ter um bairro sustentável e um bairro onde não existe infraestrutura, onde não existem condições adequadas de moradia. Por isso é tão importante que o Código Florestal dialogue, articule-se com esse outro conjunto de leis.

Para isso, nós defendemos: primeiro, que exista um capítulo específico, um tratamento diferenciado para a questão urbana. A função de APP, nas áreas urbanas, é diferente da função das áreas rurais.

Mais especificamente falando do projeto. Em relação ao projeto aprovado na Câmara, a gente acha que a Câmara incorporou uma questão importante da nossa proposta, que é permitir, entender que a regularização fundiária de interesse social pode ser uma atividade de regularização ambiental também e trouxe, na sua proposta para o Código Florestal, as prescrições da Lei nº 11.977.

Então, quando se tem regularização fundiária de interesse social, é possível consolidar ocupações em APP desde que o projeto de regularização resolva as questões de risco e comprove a melhoria das questões ambientais.

Permitiu também a regularização fundiária chamada de interesse específico das ocupações de média e alta renda dos condomínios. Nesse caso, ela exige

que se mantenha, no mínimo, uma faixa de 15 metros de vegetação ao longo dos córregos e rios, mas permite a ocupação com as necessárias compensações ambientais.

Faltaram, em nosso ver, três questões. Primeiro, no caso de APPs em áreas urbanas, o melhor uso para essa APP é o uso de parque público de lazer em áreas verdes. A gente acha que não se sustenta no ambiente urbano, regra geral, uma área com vegetação preservada, intocada, que as pessoas não possam utilizar.

Portanto, é necessário que a gente entenda que a melhor forma de garantir condições ambientais e condições de urbanidade é a gente manter as APPs nas áreas urbanas. A gente é contra a redução de APPs, mas essas APPs devem poder ser utilizadas por toda a população na forma de áreas de lazer, de esportes, ao ar livre, áreas em que não há uma ocupação permanente.

Nessa proposta, a gente acha que existem especificidades em cada cidade, em cada bairro, em cada APP e, portanto, a aprovação de um parque público em APP deve estar condicionada a um processo específico desenvolvido no âmbito dos órgãos ambientais.

Segundo ponto. Existem cidades históricas, existem cidades tombadas pelo patrimônio histórico em que, historicamente, houve ocupação de APP. É importante que o Código Florestal permita a regularização dessas áreas, compatibilizando as razões do tombamento com a questão do Código Florestal.

E, finalmente, nós achamos importante, para que se avance nas ações de urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários, que seja possível, sujeita a um processo administrativo próprio no âmbito dos órgãos ambientais, a implantação de infraestrutura urbana, e mesmo obras habitacionais, em trechos de APP quando se estiver fazendo um programa de urbanização e regularização fundiária de todo o assentamento.

A gente acha que, basicamente, com esses ajustes, a proposta aprovada na Câmara incorpora grande parte das nossas preocupações e pode representar um avanço na questão ambiental das nossas cidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Celso Santos Carvalho, representando a Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

Eu quero pedir desculpas, dar uma explicação: o Dr. Celso trouxe uma apresentação, mas ela estava incompatível com os nossos sistemas e, portanto, não pôde ser utilizada. Mas agradeço a sua apresentação.

Passo a palavra agora ao Sr. João de Deus Medeiros, representando a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – Bom dia, Senadores da Mesa, demais Senadores, senhoras e senhores, a nossa manifestação neste evento vai estar muito pautada em toda uma série de discussões acumuladas com a equipe do Ministério das Cidades, com o Dr. Celso. Durante todo esse processo ainda de discussão do tema na Câmara, nós tivemos vários momentos de debate com a equipe do Ministério das Cidades, momentos, inclusive, de debates no próprio Conselho das Cidades, sobre a questão relativa às previsões do Código Florestal e como isso incide no espaço urbano.

Então, é importante, nesse contexto, nós resgatarmos de imediato que, a partir do parágrafo constante do art. 2º do Código atual, da Lei nº 4.771, nós temos, objetivamente, uma remessa para a regulação da ocupação desses espaços ao Plano Diretor Municipal, que obviamente é uma competência do Legislativo municipal. Porém, esse parágrafo do art. 2º deixa bastante claro que, na elaboração dos planos diretores, os preceitos mínimos estabelecidos no art. 2º passam a ser a referência básica. Ou seja, o plano diretor precisa observar essas prescrições que definem esses espaços como de preservação permanente.

Outro ponto que parece desnecessário, mas em vários momentos nós observamos, inclusive aqui no Senado, é com relação à previsão de reserva legal. Na verdade, não existe, nunca houve, essa previsão da cobrança de reserva legal em espaço urbano.

Então, das prescrições previstas no Código, o que incide sobre o espaço urbano é efetivamente a figura de APP.

É óbvio que no modelo de urbanização – isso não é uma exclusividade da realidade brasileira –, o modelo de aglomeração urbana no que se convencionou chamar de cidade é em essência uma negação do ambiente natural. Na verdade, a nossa tendência de construir esses sistemas antropizados que nós chamamos de cidade, eles têm a insustentabilidade como essência. Isso é bastante óbvio. Se nós pensarmos do ponto de vista ecológico, pensando nos fluxos de matéria e energia, as cidades são ambientes objetivamente insustentáveis. Tanto é que elas dependem, a sua dinâmica depende de uma série de insumos externos. Para não divagar muito, basta nós associarmos à questão da água, que é um bem básico para todos nós, e, de modo geral, a imensa maioria das cidades depende do suprimento de água para a população em espaços extraurbanos.

Outro ponto que também se mostra cada vez mais delicado é a própria gestão dos resíduos, tanto dos resíduos sólidos quanto do esgotamento sanitário.

O fato é que nós temos todo um movimento da própria espécie humana ao longo da sua evolução com essa tendência de promover essas mudanças no ambiente natural, alterando drasticamente esse espaço, fazendo com que você tenha uma aglomeração em que o consumo de matéria e de energia para essa população é muito superior ao que aquele espaço naturalmente poderia suprir, de tal maneira que temos uma relação muito direta com essa necessidade de insumos externos.

Além disso, nós temos, mais recentemente, a compreensão cada vez maior de que essa artificialização do espaço traz uma série de prejuízos, entre eles inclusive prejuízos de ordem psicossomática. As pessoas precisam, em algum momento, de ambientes senão naturais, mais próximos do que seria um ambiente natural, até para o seu lazer, a sua tranquilidade psicológica, espiritual, enfim.

Sobre esse paradigma, algumas tendências têm sido alteradas no âmbito do próprio movimento da urbanização no mundo. Um dos pontos mais ilustrativos desse aspecto é o que o Celso chamou de áreas verdes ou dos parques urbanos, que são não só uma demanda cada vez mais exigida como também é um fenômeno muito interessante, porque você vê nas grandes cidades como essas iniciativas acabam tendo uma recepção massiva da sociedade.

Eu cito até, Senador Rodrigo, esse movimento de urbanização da orla do Lago, na ponta norte do Lago. É impressionante. Aquele era um espaço completamente abandonado. Foi feito um trabalho de urbanização até relativamente simples e todo final de semana há um fluxo de pessoas extraordinário.

Esse é um fenômeno muito claro para o qual nós precisamos também estar atentos, até como uma tendência de aperfeiçoamento do movimento urbano no nosso País e no mundo.

Obviamente, um dos aspectos extremamente sensíveis nesse movimento é a questão chamada de risco. A ocupação de determinados espaços, ainda que acompanhada de uma série de intervenções tecnológicas, pode mitigar em algum caso, mas em muitos não afasta essa questão do risco, que, por conta dessa tendência de ocupação muito densa, passa a se constituir num fenômeno extremamente complicado e de difícil administração por parte dos gestores públicos, em face da catástrofe que se segue em momentos em que, por algum evento climático mais extremo, ocorrem inundações, corrimento de massa, rolamento de rochas, enfim, com perdas materiais e de vidas

enormes, que é um fenômeno, infelizmente, cada vez mais recorrente na realidade das cidades brasileiras.

Como isso dialoga com o Código?

É óbvio que o espaço da APP urbana tem especificidades, como o Celso mencionou, mas em vários aspectos as funções ambientais que são desenvolvidas por esses espaços definidos como de preservação permanente são igualmente importantes no espaço urbano. Por isso nós entendemos como acertado esse movimento da Câmara, que esperamos que se mantenha aqui no Senado, de preservar essa figura da área de preservação permanente também no espaço urbano. Ela é extremamente importante sob esses aspectos.

Nós precisamos também ressaltar que, como o Celso mencionou, boa parte do que foi discutido, do que foi apontado pelo setor urbano, nos parece que está razoavelmente contemplada no texto aprovado na Câmara. Nós temos artigos que tratam especificamente do processo de regularização fundiária de interesse social. E é importante fazermos essa correlação com o Estatuto da Cidade. Não há como pensarmos na revisão do Código sem esse diálogo com o Estatuto da Cidade e também com a Lei nº 6.766, que é a Lei do Parcelamento do Solo.

Essa preocupação existiu em todo o momento em que debatemos isso. E para a regularização de interesse social é importante destacarmos que o próprio Estatuto da Cidade remete essa obrigação ao legislador municipal, para que este, ao definir o plano diretor, faça o mapeamento das áreas críticas e identifique aquelas em que já havia ocupação que se enquadrem nessa característica de interesse social, para definir no plano diretor o que seriam as zonas especiais de interesse social, as famosas ZEIS, que são essas áreas em que nós temos, por conta da caracterização de interesse social, a possibilidade de fazer a regularização dessas ocupações consolidadas que tenham se instalado até o ano de 2001.

Esse é um aspecto em relação ao qual é importante que nós tenhamos uma atenção agora, nessa revisão do Código, para manter essa coerência com as próprias diretrizes do Estatuto da Cidade.

Outro ponto que nós precisamos ressaltar é que essas prescrições, da forma como estão na redação aprovada na Câmara, nos parecem muito mais adequadas do que o texto atual da 4.771, porque o próprio Código passa a fazer remissão a esse processo de regularização fundiária mencionando a necessidade de, nesse processo, garantir primeiro o afastamento do risco.

É completamente absurdo imaginarmos que o Legislativo daria uma mensagem de que, por ser população de baixa renda, com poucas alternativas, nós

abriríamos uma possibilidade de regularização, mesmo entendendo que essa ocupação está num espaço de risco, portanto em qualquer momento essa população estaria sujeita não só a perdas materiais, mas à própria perda de vidas humanas.

Esse afastamento do risco como uma condição prévia para avançar no processo de regularização, mesmo de interesse social, é algo extremamente importante. E o texto aprovado na Câmara traz essa remissão.

A questão da melhoria da qualidade do espaço também é outro processo extremamente relevante que o texto tem que reforçar. A abertura para a regularização de interesse social não pode ser entendida simplesmente como uma alternativa do Poder Público de, como se fala no popular, deixar como está para ver como é que fica. É muito mais um chamamento à responsabilidade do Poder Público para dar uma destinação, uma condição mais adequada de qualidade de vida e de sobrevivência para essa população de baixa renda que vive nesses espaços e, em muitas situações, os ocupam por absoluta falta mesmo de alternativa dentro da malha urbana.

Outro aspecto que o Celso muito bem mencionou como algo que está carente de uma definição melhor é a forma com que, no espaço urbano, nós vamos organizar e administrar o uso das áreas de preservação permanente, dando a elas uma destinação pública.

Isso é extremamente relevante e de novo cito aqui o exemplo que mencionei da orla do Lago com esses investimentos.

Fazer alguma intervenção que viabilize uma utilização pública, principalmente voltada a atividades de lazer, para a população urbana não é apenas algo bem vindo, como é inclusive algo visto por nós como um movimento extremamente estratégico até para que a própria população se apodere e defenda aquele espaço como um espaço público. E nós entendemos que é perfeitamente possível, com algumas intervenções de baixo impacto, dar uma destinação desse tipo para esses espaços de preservação permanente, entendendo que, obviamente com esse cuidado, as funções ambientais que esse espaço desempenha não serão comprometidas com esse tipo de uso.

Esse aspecto, Senador Luiz Henrique, considero importante destacar que para nós, hoje, ainda é problema, porque nós temos na norma atual uma definição que permite esse uso. Mas, da maneira como ficou essa redação, ela só permite naqueles casos em que o espaço está degradado. Então a regra atual é meio confusa, porque se nós temos um espaço de APP na área urbana, mas a vegetação se encontra em estágio médio ou avançado essa possibilidade já fica eliminada.

Ora, isso é um contra-senso. Para nós o interessante é dar um uso adequado, de preferência para esses espaços que estejam mais conservados. E é óbvio que para esses que estão alterados se abre a possibilidade, inclusive com a exigência de ações de recuperação e de melhoria da qualidade daquele espaço.

Outro aspecto a que o Celso remeteu na sua fala e que nós achamos também extremamente oportuno é o direcionamento para a regularização de interesse específico. Ele foge desse contexto do interesse social, mas é importante também trazer para o texto do Código, porque nós não podemos esquecer que o movimento de urbanização é um fenômeno antigo, em vários aspectos, muito anterior a 34. Então, nós temos, sim, uma série de ocupações urbanas que precisam ser vistas sob essa luz da orientação para a regularização de interesse específico.

O que nós procuramos trazer como referência – e o texto aprovado na Câmara absorve isso – foi gerar compatibilidade com o próprio texto da Lei nº 6.766, que define o espaço na malha urbana como não edificante aquela faixa dos quinze metros ao longo dos cursos d'água.

Na regularização de interesses específicos no mínimo nós precisamos manter essa compatibilidade com a Lei do Parcelamento do Solo, obviamente trazendo algumas daquelas prescrições que fazem com que esse processo de alguma maneira dialogue com a melhoria da qualidade da condição daquele espaço.

A própria equipe do Celso está mais atenta a isso, mas entendemos que o texto aprovado na Câmara traz essa previsão específica para interesse social nessa base. Se algum aperfeiçoamento chegar será bem-vindo, mas temos isso já contemplado no texto e consideramos importante que o Senado consolide esse direcionamento.

Pensando na regularização de forma mais geral, a referência para áreas entendidas como patrimônio histórico, Celso, a nossa avaliação é que o texto que foi contemplado na Câmara é o texto que nós havíamos trabalhado com vocês. Como você levantou isso como um ponto que está ausente, não sei se foi um lapso da sua parte, mas o texto aprovado na Câmara incorporou essa remissão, porque no caso de áreas em que há tombamento histórico, o ato de tombamento define os critérios para a regularização, o que, salvo melhor juízo, nos parece o caminho mais adequado. Quer dizer, no próprio ato de tombamento você vê se eventualmente alguma situação precisaria ser adequada. O tombamento se depara com essa questão e define a orientação para essa regularização. Eu até chamo a atenção, Celso, porque, salvo melhor juízo,

esse foi o texto que nós havíamos negociado e produzido junto com vocês.

Sobre a questão, ainda a terceira, que o Celso mencionou, eu acho que isso é bastante relevante, principalmente na primeira fase da revisão aqui, Senador Luiz Henrique.

Quando nós falamos em termos de equipamentos públicos, isso é extremamente relevante no contexto do espaço urbano, principalmente quando temos essas ocupações precárias, porque muitas vezes a precariedade é inclusive ampliada pela dificuldade de o Poder Público fornecer esses serviços de infraestrutura básica para melhorar essa condição da população.

Agora, parece que uma saída também bastante adequada para isso é você vincular essas atividades como atividades que poderão estar no rol daquelas entendidas como de interesse social ou, em algumas situações, inclusive de utilidade pública. E aí, por conta desse tratamento excepcional que o Código pode prever para atividades de interesse social ou de utilidade pública, isso estaria equacionado. Não está no texto que foi remetido para o Senado, e isso para nós é um grande problema, porque as atividades... No art. 8º ficou a previsão do tratamento excepcional para utilidade pública ou interesse social, porém remetendo à lei específica.

Então, veja, se o texto for aprovado da maneira como veio da Câmara nesse particular, mesmo uma situação como essa em que há alguma intervenção para a melhoria dessa condição, com instalação de infraestrutura básica, mesmo que eu reconheça isso como atividade de utilidade pública, pelo texto que veio da Câmara, eu teria que remeter ao Congresso um novo projeto de lei para reconhecer essa atividade como utilidade pública.

Esse eu acho que é um ponto bastante delicado no texto que está no Senado. Se nós conseguíssemos melhorar essa previsão das atividades de utilidade pública e interesse social, inclusive esse aspecto particular do espaço urbano poderia tranquilamente ser resolvido nessa linha. E, salvo melhor juízo, Celso, foi sempre a direção que nós entendíamos como a mais adequada.

Para finalizar, ainda queria chamar a atenção desse aspecto muito particular da questão das áreas de risco. Esse é um fenômeno que não é novo, mas, infelizmente, e até por conta do adensamento das cidades e por conta também dessa tendência de eventos mais extremos em termos de mudanças climáticas que nós vivemos, esse é um fenômeno que está recrudescendo em vários aspectos, ampliando-se enormemente.

Então, o cuidado com áreas de risco no espaço urbano – e tenho certeza de que o próprio Carlos Nobre, que se debate muito com esse tema especificamen-

te vai poder nos falar com muito mais propriedade –, sem dúvida, ter orientação muito clara e precisa para o gestor público na regra geral nacional, chamando à responsabilidade sobre essa necessidade de ter uma orientação para a ocupação dessas áreas definidas como de risco, eu acredito que é uma orientação que o Senado realmente não pode se furtar a reforçar, porque esse é um movimento inicial. Quer dizer, não há como pensarmos um modelo de gestão mais adequada para os nossos espaços urbanos se não criarmos instrumentos e mecanismos que possam administrar melhor a gestão desses chamados espaços de risco. Isso é essencial inclusive para melhorar e dar uma perspectiva de qualidade de vida melhor para a nossa população e de maior tranquilidade inclusive para os gestores públicos. Acreditamos que algumas orientações já estão adequadamente colocadas no texto do Senado, mas eventualmente algum espaço para o aperfeiçoamento dessa diretriz é possível e seria muito bem-vindo para esse processo de orientação da norma geral nacional para a gestão do espaço público.

Para finalizar mesmo, o Celso não mencionou, mas nós tivemos uma previsão que também foi incorporada ao texto aprovado na Câmara, que é aquela orientação para a regularização de algumas áreas urbanas que foram consolidadas sobre espaços de manguezais.

Nós, do meio ambiente, recebemos uma série de críticas, mas veja: esse é outro fenômeno que também não podemos desconsiderar. Em várias situações, esse movimento de ocupação ocorreu com o saneamento, a drenagem desses manguezais. E obviamente a ocupação hoje não só é consolidada, como é um tipo de ocupação que objetivamente alterou completamente aquele ecossistema. Pensar em situações como essa com a perspectiva de retirar essa ocupação e recuperar aquele ecossistema é um movimento que sob vários aspectos não faz muito sentido.

Então há uma previsão que dá uma possibilidade de abertura para a regularização desses espaços quando essas funções ecossistêmicas dos manguezais têm a comprovação técnica de que estão objetivamente comprometidas.

Isso nos parece interessante para dar uma orientação. A atual é a seguinte: se é ambiente de manguezal não existe qualquer possibilidade. E, na prática, o que acontece? Nós convivemos com essa ilegalidade. Quer dizer, espaços, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, a gente sabe que foram consolidados em cima de áreas de manguezal. Pensar no movimento inverso agora, de retirar toda aquela urbanização para recuperar o manguezal realmente soa como algo excessivo.

Então, só chamando a atenção, esse é um texto que foi incorporado na aprovação da Câmara e talvez a gente precise ampliar um pouco mais o debate para haver uma compreensão maior do impacto e do significado que isso tem.

Então, senhores, da nossa parte, são essas as observações. De toda maneira, ficamos abertos para o debate e poder aprimorar esse aspecto da previsão urbana no Código.

Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente Acir Gurgacz, senhores convidados, eu quero comunicar que o meu parecer na Comissão de Justiça já se encontra, desde ontem, naquela Comissão. Portanto qualquer cidadão, além dos Srs. Senadores, pode acessar o parecer.

O meu desejo é que todos possam conhecê-lo previamente, para que nós recuperemos o cronograma que havíamos acertado e que já está atrasado. Então o meu desejo é que com esta comunicação nós possamos votar esse parecer no próximo dia 6. E faço um apelo aos Srs. Presidentes para que façam uma convocação forte dos Srs. Senadores, para que, não obstante tenhamos o feriado do dia 7, todos estejam no dia 6, para que nós possamos votar. É previsível, até pela complexidade da matéria – são 69 artigos –, o meu parecer é denso, é muito possível que na sessão de amanhã haja pedido de vista, e pedido de vista coletiva. Se nós não votarmos no dia 6 vamos perder mais uma semana, só poderemos fazê-lo no dia 14.

Então, eu faço esta comunicação e este apelo para que estejamos todos aqui no dia 6, para iniciar esse processo de votação e, se não conseguirmos concluí-lo, pelo menos avançar nele para concluir no dia 14.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Eu gostaria de apresentar outra sugestão.

Não seria possível votarmos amanhã na CCJ e evitarmos esse pedido de vistas?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Se não houver pedido de vista... É que foram apresentadas 33 emendas. Eu não as estou rejeitando. Foram apresentadas 33 emendas. Eu vou rejeitá-las todas não no sentido de rejeitá-las, mas de remetê-las para as comissões de mérito, sugerindo aos proponentes que as renovem na comissão de mérito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É uma acordo, não é, Senador Luiz?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Acir, se nós pudermos fazer um acordo...

Eu quero dizer que não fiz nenhuma alteração de mérito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Isso é importante.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – As alterações que eu fiz foram de adequação do texto à Constituição com o objetivo de não produzirmos um texto inconstitucional, um texto que seja derrubado no Supremo. Então eu fiz adequações no sentido de alinhar o projeto com o princípio estabelecido no art. 24 e seus parágrafos da Constituição.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Senador Jorge Viana, por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só rapidinho.

Eu conversei ainda ontem – temos conversado muito com o meu colega Senador Luiz Henrique –, mas não tem como. Eu acho até, Senador, sendo bem realista, que nós não vamos votar no dia 6, porque é no meio de um feriado.

E outra, a CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, tem uma composição talvez a mais representativa, com todo o respeito, da Casa, e nós estamos vendo uma matéria que envolve de fato... A constitucionalidade dela está sendo questionada. Ela implica uso da terra, implica a definição de bens de interesse comum.

Eu acho até muito natural que se tenha um bom par de dias lá na CCJ, por mais que o relatório do Senador Luiz Henrique, que ele já apresentou, seja bastante objetivo e que algumas questões de mérito tenham sido levadas para outras comissões. Certamente, terá um debate importante na CCJ sobre a constitucionalidade e, quem sabe, até resolvendo parte dos problemas que o texto da Câmara traz, como é intenção do próprio relator. Então, teremos que encontrar um jeito de seguir paralelo com as audiências nas comissões, tocando o trabalho, enquanto que a CCJ poderá apreciar com o tempo necessário – sei que não será tão longo – essa matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado aos Senadores Relatores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A proposta do nobre Relator Jorge Viana é no sentido de, em havendo vista, deixar para apreciá-la no dia 14?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como uma sugestão, amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, quando V. Ex^a apresentar o seu relatório, poderia fazer uma consulta aos membros. Se houver disposição da maioria da

Comissão de estar no dia 6 para apreciá-lo, poderia marcar para o dia 6; do contrário, a Comissão marcaria para o dia 14. Apenas uma sugestão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A minha preocupação única é que nós efetivamente demos ao País uma lei durável, uma lei factível, exequível, uma lei que não possa ser atacada nos tribunais, até o fim deste ano. No ano que vem, quando teremos a Conferência Rio+20, possamos ter um instrumento que assegure segurança jurídica para a população brasileira em relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não tenho dúvida de que V. Ex^a, com toda sua competência e sua experiência, dará conta desse desafio.

Passo a palavra ao professor Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. CARLOS AFONSO NOBRE – Bom dia, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o tema do debate de hoje é principalmente voltado para os ambientes urbanos, e eu vou continuar na linha dos meios colegas do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Cidades e acrescentar, talvez, um pouco mais de informação sobre um aspecto que considero muito importante.

O Código, quando foi pensado, desde a sua primeira versão na década de 30, foi muito voltado para ambientes rurais, pois o Brasil era um país obviamente rural, à época. Porém, o perfil populacional e de uso da terra no Brasil mudou muito em 70, 80 anos, e hoje o Brasil é um país predominantemente urbano. Os meus colegas já ressaltaram – e não vou repeti-los – a importância de ter um código florestal, um código ambiental voltado para os ecossistemas também olhando o ambiente urbano. O que vou muito rapidamente, em quinze minutos, mostrar-lhes é que precisamos ter parâmetros em ambientes urbanos que, de fato, são muito diferentes de ambientes rurais. Vou tentar, ao final, fazer uma sugestão prática.

Esse é um dado já bem conhecido hoje da ciência. Devo dizer, também, que o que estou trazendo é uma contribuição do conhecimento científico atual, tanto pelo fato de eu representar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, como também trazer aqui alguns resultados de um estudo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Academia Brasileira de Ciências, que esta Comissão já teve a oportunidade de debater. Entendo que haverá mais debates sobre os estudos da SBPC e da ABC. Então, o que a ciência pode iluminar no debate do Código Florestal para áreas urbanas?

Vou muito na linha do último ponto do João Meideiros e que também o Celso tocou várias vezes, que

é a questão das áreas de risco e dos desastres naturais. É bem sabido que a maioria dos desastres naturais ocorrem em áreas que, pelo Código atual e pelo projeto de lei, são consideradas APPs. Principalmente, áreas sujeitas a inundação, nas várzeas e também nas áreas de encosta.

A questão que quero colocar é se os parâmetros que estão sendo debatidos para áreas rurais aplicam-se a áreas urbanas. Vou tentar demonstrar a vocês que não precisamos pensar em outros parâmetros para áreas urbanas.

Não vou ler tudo para vocês. Esse é um livro A Cidade e o Código Florestal, já de algum tempo, um livro pequeno mas muito bom, que já chamava atenção para vários desses pontos que estão sendo discutidos aqui: o uso para lazer das APPs urbanas, o uso condicionado a interesse social e que essas APPs têm de ter características diferentes das APPs de áreas rurais.

O principal fator epistemológico que quero trazer aqui é que o Código, até agora, sempre foi pensado para proteção da biodiversidade, da água, do solo, da fertilidade, mas ele nunca foi pensado como um elemento importante da salvaguarda da vida humana. Esse é um elemento que hoje em dia não pode ficar fora do Código. E salvaguardar vida humana principalmente em áreas de assentamentos, principalmente urbanos, mas há assentamentos em áreas rurais também. Ele leva naturalmente a pensar outros parâmetros para o Código. Acho que ele tem de entrar. Não podemos perder essa oportunidade de introduzir no Código um elemento balizador tão importante quanto os que o Código tradicionalmente busca proteger.

Vou falar de dois elementos, APPs em áreas ripárias e em áreas de encosta. Se olharmos a discussão hoje em curso para cursos d'água entre 5 e 10 metros, se são 15 metros ou se são 30 metros, essa é a discussão, a pergunta que deve fazer é: isso é razoável para proteger a vida em assentamentos em áreas urbanas? E a resposta não é simples.

Em geral, temos que colocar essa pergunta de uma outra forma: qual é a faixa segura para permitir assentamentos nas planícies e inundações dos rios urbanos? Quando colocamos a pergunta dessa maneira, a resposta não é óbvia. Certamente não é um número fixo, 15 metros ou 30 metros. A resposta vai depender do regime hidrológico de cada rio, do grau de impermeabilização de cada cidade, do crescente ou decrescente grau de impermeabilização de cada cidade, do regime de chuvas de cada cidade, se está mudando, em que direção está indo. Não é possível, de fato, estabelecer um parâmetro seguro que funcione bem nos dois ambientes, rurais e urbanos. Então, quero destacar esse aspecto.

Quero mostrar algo muito importante, esse gráfico mostra o número de eventos, por década, de chuvas muito fortes. As barrinhas são 30 milímetros, depois 50, 100 e 100 milímetros em dois dias. Veja, isso é para a cidade de São Paulo. Centro da cidade de São Paulo, década de 30 até a década de 2000. Se olharem chuvas acima de 50 ou 100 milímetros, veremos, no final, aqui tem uns dez episódios por década, um episódio por ano, em média. Essas são as grandes chuvas que causam transtornos, inundações, prejuízos, mortes, na cidade de São Paulo. Nas décadas de 30 e 40, praticamente não acontecia. Acontecia uma por década. Agora, acontece uma por ano. Isso é verdade em toda essa série. Vendo aquela barrinha intermediária, mais de 100 milímetros, vê-se que começou na década de 60, 80. Foi quando o processo de urbanização se acentuou muito. Isso aqui não é nem aquecimento global, é um fenômeno de mudança climática devido à urbanização da cidade de São Paulo.

O fato concreto é que, para a maioria das áreas urbanas do Brasil, a soma do aquecimento global e a urbanização está levando a fenômenos de chuvas intensas muito maiores. Eu poderia falar de outros parâmetros climáticos que levam a desastres, epidemias, problemas de saúde, mas vou me concentrar nesse. Então, isso também não pode ficar de fora da discussão do Código Florestal e quais são os parâmetros que nós devemos ter.

Próximo.

Aqui eu pego alguma documentação, tanto das inundações do rio Mundaú, em 2010, dos rios em Alagoas e Pernambuco, com as chuvas que ocorreram em junho e, depois, na região serrana do Rio, só para mostrar para vocês essa questão fitográfica do leito do rio, da cidade situada na planície de inundação.

Próximo.

Esse é um estudo do MMA – o João de Medeiros distribuiu novamente aqui –, um estudo muito bom para Santa Catarina e, em particular, para a região serrana do Rio. Vocês estão vendo onde deveria ser a APP, vamos dizer assim, parâmetros do Código antes dessa reforma e o estrago que as inundações causaram. Toda essa área urbana foi praticamente varrida.

Próximo.

Esse é o rio Mundaú, em Alagoas, mostrando o canal principal e o canal por onde a água passou nessa inundação.

Próximo.

Mesma coisa, rio Mundaú. Inundação tipo enxurrada.

Próximo.

Essa lista azul é muito maior que a APP. É aonde chegou a água de arraste, não a água da inundação.

Em hidrologia, chama-se passagem de inundação. É bem diferente. Numa várzea, às vezes ela vai e alcança uma extensão muito grande, mas é uma água mais estagnada. Essa é aquela onda da inundação.

Então, de modo geral, estou tentando levar à discussão que este conceito da hidrologia chamado passagem da inundação é muito importante para APPs urbanas, pelo menos aquelas não consolidadas. Eu sei que aqui já foi muito discutida a questão das áreas consolidadas, o que fazer, como proceder. Eu não vou entrar nesse mérito. Acho que essa discussão avançou muito na versão atual e pode avançar mais ainda. Mas aqui são áreas ainda sujeitas a um processo de urbanização. Em inúmeras cidades brasileiras, a urbanização continua.

Qual deveria ser uma área de APP urbana? Então, a proposta para zonas ripárias é a passagem de inundação. Onde há inundação que não seja muito rara, que seja razoavelmente frequente, ali deveria ser uma área protegida. Fazendo isso, protege de erosão, protege a biodiversidade, protege a qualidade da água e, também, a vida. Então, esse seria um parâmetro.

A passagem de inundação é definida, em hidrologia, como aquela faixa cujo pico da inundação é como se o leito do rio fosse aquela faixa. O que acontece é que, quando há uma inundação, o leito extravasa, vai para um monte de áreas planas, e aquela água fica estagnada, às vezes, dias e dias. Não corre. Então, passagem de inundação é onde a água tem uma energia cinética grande e é onde causa destruição. Não que uma área inundada não traga problemas. Ela traz principalmente problemas de saúde, mas a passagem de inundação é que está associada à destruição e à morte.

Próximo.

O debate que acho importante é o seguinte: de que inundação nós queremos proteger a população? Nós podemos fazer uma faixa menor. Por exemplo, aqui, neste diagrama, está escrito “um período de recorrência de dez anos”. É uma inundação que acontece a cada dez anos. Ou nós podemos proteger mais. Eu, particularmente, acho que 25 anos, 30 anos, porque aí significa uma inundação mais rara, mais abrangente. Pela própria dinâmica de crescimento de uma área urbana, 100 anos seria uma grande inundação, que acontece muito raramente. Trinta anos me parece o melhor.

Então, um critério que eu gostaria de deixar aqui – depois eu tenho uma sugestão prática – e para APPs urbanas ripárias, o conceito não é um número fixo, é a passagem de inundação. Depende da topografia da planície de inundação, do regime hidrológico hidráulico, do regime de chuvas, da impermeabilização. Então, não é um número fixo. Ele vai ter de ser definido

através de um estudo hidráulico hidrológico para cada trecho de rio em área urbana.

Próximo.

Nas áreas de encostas é onde temos 70% das mortes por desastres naturais no Brasil. O Celso já destacou isso no começo da fala dele, que é importante também mencionar. Nós vimos um superdesastre acontecendo nos Estados Unidos, agora, com o furacão Irene, que tem uma dimensão muito maior do que as chuvas que aconteceram na região serrana do Rio, em área, em população afetada etc. e houve 36, 38 mortes, que é um número muito alto para um país desenvolvido, não é baixo. Os prejuízos são estimados entre sete e vinte bilhões de dólares. Em países desenvolvidos, porque eles têm sistemas melhores de proteção, é sempre muito maior o prejuízo econômico na infraestrutura do que número de mortes. Em países em desenvolvimento, a gente vê o contrário, e o Brasil não é sujeito ao mesmo tipo de desastre natural que os Estados Unidos. Então, 70% das mortes no Brasil são por desastres naturais em áreas de encostas.

Próximo.

Os elementos são muito claros. A maioria das habitações precárias em áreas de encostas estão em APPs.

Próximo.

Isso aí já é conhecido de todos. Eu vou passar rapidamente.

Próximo.

Desastre da região serrana.

Próximo.

Mostra o antes e o depois em Friburgo, toda aquela região que desceu o morro.

Próximo.

Portanto, muito diferente. Esse é até mais diferente do conceito de APP em encostas para proteção da biodiversidade, do solo e da água. Em áreas urbanas, nós não podemos permitir assentamentos, pelo menos em áreas não consolidadas, que apresentem um risco de deslizamento acentuado.

Os estudos geotécnicos de várias agências indicam que esse número não é fixo. Por exemplo, Serra do Mar, ali o Estado de São Paulo. O Celso é até um grande especialista. Outro dia, descobri um *paper* científico dele de 1989. Gostei de ler até. O número varia. Os especialistas dizem: 18 graus, 20 graus, 25 graus. Em outros lugares, a geologia é mais estável, mas o número que os geólogos dizem, em média, é 25 graus. Não deveria ser superior. E aqui é diferente de APP de área rural. Não poderia ter uso de assentamento acima de 25 graus. Em área rural, você pode imaginar algum tipo de uso rural, mas aqui não. Assentamento não deveria ter 25 graus. Dependendo

dos estudos geológicos, esse número pode ir um pouco para cima, um pouco para baixo, mas será alguma coisa entre 20 e 30 graus.

Próximo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Professor Carlos, um momentinho, por favor. No *slide* anterior, acho que dois *slides* atrás, dá para perceber que o morro desceu exatamente onde era floresta.

O SR. CARLOS AFONSO NOBRE – É, mas olha o topo do morro – esse é parte do estudo do MMA, da investigação que eles fizeram nessa região. A gente vai ver que o topo do morro não é florestado, tem uma estrada. Então, ele tem uma alteração que foi o deflagrador. Isso não significa que áreas de floresta são imunes a deslizamentos. De jeito nenhum. Historicamente, numa escala geológica, elas descem também. Inclusive, vamos dizer assim, num código de plano diretor de cidade, é muito preocupante colocar habitações numa região de risco no vale, como Friburgo mostrou. Mas aí é outra dimensão. Colocar assentamentos numa área de encosta, o risco é muito grande. Quanto mais se protege a vegetação, menor o risco. O risco nunca é zero, vamos dizer assim. Há áreas no Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, por exemplo, condomínios de classe média, que estão em área de risco extremo.

O SR. O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sujeitas a qualquer momento...

O SR. CARLOS AFONSO NOBRE – Não dá para imaginar que em 100, 200 ou 300 anos, se existir ainda esse bairro, não vai ter acontecido um acidente. Acontecerá. E são áreas de vegetação preservada. É que realmente foram colocadas muito próximas de uma encosta íngreme e instável.

Próximo.

Vou passar rapidamente porque quero chegar ao fim.

O relatório do MMA para Santa Catarina e Rio de Janeiro conclui o que vários estudos já haviam concluído. A maioria dos acidentes acontece em área de APP, seja em margem de rio, seja em áreas de encostas

Oitenta e cinco por cento das áreas atingidas por deslizamentos ocorridos em ambas as regiões – Santa Catarina, em 2008, e agora, em janeiro deste ano, na região serrana do Rio –, eram áreas de APP, a grande maioria alterada, não eram áreas que não tinham sofrido alteração.

Próximo.

Vou finalizar, pois eu já passei do meu tempo. Até tentei, com a ajuda da consultoria jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia, fazer uma sugestão de emenda até um pouco mais prática. Em primeiro lugar, definir o que não está definido no Código. Há várias definições fitogeográficas, mas esta não está:

faixa de passagem de inundação. As áreas marginais adjacentes aos cursos d'água definidos pelo limite máximo alcançado por uma cheia e inundação, com período e recorrência. Aí é preciso uma discussão um pouquinho maior. Qual é o período de recorrência? Depende de quão seguro o Código quer colocar um assentamento. Se quiser máxima segurança, aumenta o prazo e onde não se deve ocupar. Então, essa é uma definição de faixa de inundação.

Próximo.

E aí uma sugestão de redação que faz essa diferenciação entre áreas urbanas e áreas rurais. Em áreas urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas de faixa de passagem, definida anteriormente para uma cheia com período de recorrência de 25 anos, terão sua largura determinada pelo maior valor estabelecido por estudos hidrológicos hidráulicos empreendidos por um órgão gestor competente ou por um maior valor estabelecido pelo inciso I do artigo 4º. O inciso I é o que remete às medidas normais para áreas rurais. Quer dizer, seria um maior valor. Nós podemos ter uma topografia particular em que o maior valor é dado pelo inciso IV – 15 metros, 30 metros. Mas, em geral, a faixa de passagem de uma inundação com período de recorrência de 25 anos vai ser um valor maior. E nós temos uma redação – não vou me estender muito no tempo, Senador – semelhante para áreas de encostas, mantidos os 25 graus.

Então, eu finalizo, deixando só esta recomendação para que não percamos esta oportunidade para fazer essa diferenciação de APPs urbanas e os parâmetros serem aqueles necessários para proteger as pessoas e salvaguardar a vida humana. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu é que agradeço, Professor Carlos Nobre, pela excelente contribuição que traz para este debate, registrando que todas as apresentações estarão disponíveis para qualquer Senador que queira depois se aprofundar nas sugestões.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela Ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É para insistir na rapidez em nos enviar os anais das outras reuniões e desta, para que possamos ter elementos para os nossos pareceres nas comissões de mérito. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu solicito à secretaria da comissão, mais uma vez, que imediatamente providencie os dois anais, priorizando os dois relatores e para qualquer Senador que tenha interesse em obtê-los.

Passo a palavra ao Dr. José Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Rodrigo Rollemberg, essas apresentações que vêm para cá em meio eletrônico poderiam ser distribuídas para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Faço essa solicitação às secretarias das comissões para que possam enviar, por meio eletrônico, a todos os Senadores.

Com a palavra o Dr. José Carlos Martins.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINS – Bom Dia, Senador Rollemberg, bom dia Senadores aqui presentes, a todos vocês aqui. É com grande euforia que a Cbic participa deste debate aqui no Senado Federal, que nos permite a oportunidade de externar a importância que achamos que o código florestal tenha que ser dado à área urbana.

Na área urbana nós temos hoje 84% da população, é 0,5% do território nacional. O código florestal de alguma forma acabou passando muito à margem dos assuntos relativos... O debate, Senador, acabou ficando muito restrito à área rural como o próprio nome do código já dizia. O resgate que temos hoje no sentido de podermos discutir um pouco mais, aprofundarmos um pouco mais os assuntos da área urbana nos deixa muito felizes aqui. Agradeço inclusive ao Senador Jorge Viana, que esteve conosco no nosso encontro da construção, quando tivemos oportunidade de externar a ele alguns pontos nossos.

Eu queria também já aproveitar e, de imediato, Senador Rollemberg, passar ao senhor algumas sugestões. Todos os Senadores já receberam, mas eu queria lhe passar oficialmente alguns pontos que consideramos essenciais em termos de revisão do código florestal. Há alguns pontos que são muito, muito importantes. Acho que tem uma vantagem a gente falar depois, não é, Celso? Tem vantagens e desvantagens. A vantagem é que a gente pode reforçar e a desvantagem é que já foi dito, não vamos ser os primeiros a falar a respeito.

Mas, por exemplo, o que o Carlos Nobre aqui falou é um debate que há muito anos nós fazemos. É inconcebível que, aqui para Brasília, eu baixe uma regra – se é 15, 30, 10, 50 metros –, mas desconheça as características regionais. Sempre digo um assunto. No mesmo dia em que ocorreu aquele fato na serra fluminense, naquele mesmo dia, se vocês forem em busca, São Luiz teve a mesma incidência, viu, Senador Aloysio?

Em termos de milímetros de chuva, naquele dia, São Luiz teve a mesma incidência de chuva. Na serra

fluminense tivemos mil mortos; em São Luiz não teve nenhum. Ou seja, estamos tratando desiguais, estamos tentando fazer isso, com uma regra da mesma forma. Isso não é concebível, não é correto isso. Claro que, como o Carlos Nobre falou, eu tenho que levar em conta aspectos geológicos, se o terreno é frágil ou se não é frágil. Como lá nós estamos falando de inclinação, eu estive agora, no final da semana, num local que tinha um hotel feito dentro da rocha que era quase 90 graus. Você entendeu? Acho que isso aqui é função do tipo do solo: aspecto geológico, aspecto de regime de chuvas; é obvio que se deve considerar o regime de chuvas de uma região de muita incidência de chuva, como a área da serra do mar, Senador Luiz Henrique, como a que temos ali na região do litoral de Santa Catarina – sou de Curitiba, ali é minha região. Então, regime de chuvas, condições geológicas, topografia, que é típica da serra fluminense, aquilo é uma calha, é diferente de outros locais em que eu tenho uma planície. E não tem forma de eu fazer por Brasília, de uma canetada, e querer que todo mundo faça igual. Então é importante que a gente tenha em mente que esses são assuntos regionalizados.

Então, a nossa proposta, e eu vou...

Aqui está colocado, não quero entrar no aspecto pontual porque não é a minha virtude, mas eu queria dizer o seguinte: é importante que a legislação federal crie o parâmetro, a referência ou o que queira, mas a decisão, o estudo tem que ser de alguma forma regionalizado. Este Brasil é muito diverso, muito rico por causa disso. Se desconhecermos isso nós estaremos cometendo um grande erro. A oportunidade que temos hoje de revisão desse código, de melhorar muito a vida das pessoas...

Há um assunto que sempre me incomoda muito ali. Quando a gente fala, a gente fala de rio, rio, rio. A gente não pode esquecer que o código fala em até 10 metros; e se estiver falando de 30 centímetros de uma aguinha, eu tenho que deixar 30 metros para cada lado, o que diz o código hoje. Trinta metros é uma beleza para invasão, é uma beleza para depósito de lixo, é uma beleza para coisas desse tipo. Então eu acho que esse aspecto ambiental não pode ser tão simplificado dessa forma. Nós temos que analisar corretamente tudo isso. Então, este até 10 metros é um ponto que a gente deveria colocar.

Concordamos plenamente com tudo o que o Carlos Nobre falou aqui. Isso aqui tem que ser estudado.

Há locais que têm impacto muito maior. Se a recorrência é 25, se é 30, se é 40, Senador Eduardo Suplicy, temos que verificar o grau de confiança, de segurança que a gente tem que dar para a população. Mas tem que ser a partir de estudo técnico; não pode

ser por alguma coisa que parametrize o País como um todo. Então esse é o primeiro ponto que eu queria colocar muito para os senhores.

Outro aspecto que também nos impacta muito...

Senador Luiz Henrique, como eu não tive acesso ao seu texto, eu posso falar alguma coisa redundante, e então o senhor me desculpe. Mas, por exemplo, o aspecto da insegurança jurídica. O que ocorre? Quando eu tenho e não defino o que claramente posso fazer de intervenção numa APP, por exemplo, não consigo entender como que eu faço uma área, um empreendimento, um loteamento que tenha uma drenagem, e eu não chego com essa drenagem ao rio. Pelo amor de Deus! Como é que vou chegar e não ter isso como automático, de eu chegar com essa minha rede ao rio? Vou depender de alguém que licencie?

O que eu quero falar em termos de insegurança é na seguinte linha: que o texto tenha clareza. Sempre que tiver um grau de subjetividade, nós daremos espaço para quem tem má intenção, tanto de um lado quanto do outro. A gente sabe perfeitamente que quando tem subjetividade, o empreendedor que não gosta de fazer a coisa corretamente, Senador, vai usar aquela brecha. A mesma coisa para o licenciador, que poderá exigir coisas que não são compatíveis com a viabilidade do empreendimento somente porque não gostou da cara do sujeito. Então eu acho que a clareza do texto é ponto vital nesse processo. Que a gente tenha ali dentro: é isso, isso e aquilo; o que pode, o que não pode. Entendeu? Eu acho que este é um ponto inteiramente importante, tirarmos esse grau de subjetividade do texto.

É obvio que desde que o ser humano pisou na face da terra ele causou impacto ambiental. Acho que nossa responsabilidade, principalmente num País como o nosso... Os senhores vejam que ganho social são esses programas de habitação, esse tipo de coisa. Estamos aqui discutindo excepcionalidades para aquela região em que houve ocupação irregular. Então eu acho que a gente tem que ter esse cuidado. A gente não pode estimular que isso ocorra no futuro. É importante que a gente entenda por esse lado que nós tenhamos a condição de criar regras...

A gente fala muito da área urbana consolidada, mas vou dizer uma coisa para vocês. O maior problema que o programa Minha Casa Minha Vida tem hoje é que a terra está se tornando tão cara que vai inviabilizar o programa se nós rapidamente não criarmos mecanismos de viabilizar terra urbanizada mais barata. O que quer dizer isso? Isso é área de expansão urbana; não necessariamente área urbana. Então nós temos que criar algum tipo de regra para que essa área de expansão urbana possa obter algum tipo de conceito

relativamente a isso porque é uma realidade nossa. Nós estamos incorporando, graças a Deus, nós estamos tirando carga da palafita, estamos criando, as classes C e D estão subindo, está se falando aí de 40 milhões de pessoas que terão acesso a bens melhores, a condições melhores de vida. Nós temos que prever que esse pessoal vai entrar aí, nós temos que arranjar uma forma... Isso aí vai entrar onde? Em área de expansão urbana. Não vai entrar naquele lugar que é um espaço urbano. Então isso é outro conceito que de alguma forma a gente vai ter que cuidar com carinho. Tudo isso de alguma forma nós estamos contemplando nas nossas propostas.

Volto também ao aspecto da insegurança jurídica. O que ocorre hoje? Mesmo na linha do curso de água. A cidade está implantada. Vamos falar de Recife, vamos falar de um monte de cidades desse tipo. Então você tem aquilo que está implantado; de repente, eu tenho um terreno vazio no meio, você quer fazer alguma coisa naquilo, você não pode porque de alguma forma a legislação ali não permite. Sabe, Senador Walter. Então esse é outro aspecto que a gente tem que considerar. Alguém chega, eu quero fazer um *retrofit* numa região, vou tentar fazer uma derrubada de alguma coisa, quero fazer algum tipo de... Eu não posso. Se eu derrubar, perco aquele direito. O que eu quero dizer é o seguinte: harmonizar muito o desejo ambiental que é de todos nós porque, afinal de contas, o que queremos é dar uma cidade melhor, uma vida melhor para nossos filhos e netos, mas, no entanto, nós temos que ter isto em mente, não podemos fugir do que seja a vida real. Isso é o que eu acho a grande diferença entre o aspecto urbano e o aspecto da área rural. Isso aí é uma coisa que já está ali de fato. Temos as características rurais também sobre isso, que podemos criar até como isonomia, por exemplo, o aspecto do uso antropizado, que a pessoa está lá dentro, que o ser humano está lá dentro. Uma palavra difícil que o engenheiro nem sempre domina.

Então, uma área antropizada em que poderíamos ter o mesmo conceito isonômico que a gente usa para a área rural; que a gente traga isso para a área urbana.

Eu também queria falar de outros pontos que são relativos a área de restingas. Os senhores vejam uma coisa. Área de restinga, o texto hoje em alguns momentos trata aspectos da vegetação, outros ele trata como solo e outro como aspecto geológico. O que ocorre com área de restinga? Área de restinga é litoral brasileiro. E litoral brasileiro tem uma lei específica que se chama Lei da Mata Atlântica, que define claramente quais são os conceitos. Extremamente discutido. Agora se volta neste texto a rediscutir alguns pontos que no nosso entendimento vão também criar insegurança

muito grande. E vou lhes dizer uma coisa: do jeito que está ali, inviabiliza qualquer empreendimento em litoral brasileiro. Porque na verdade ele entra no conceito de quando Pedro Álvares Cabral chegou aqui e não como a nossa vida está hoje. Porque ele leva para o lado do solo, para o lado desse tipo de situação toda. Então é importante que também a gente veja isso. Ou seja, mais um local em que se tenta adequar o que é a realidade, que a gente vive da realidade que estão querendo nos impor.

O Ceará, não é, Senador? O conceito de cordão de areia, esse tipo de situação, eu acho que a gente tem que ter um cuidado para botar o pé no chão, afinal de contas, sobre tudo isso.

Procurei, Senador Rollemberg, dar um pique bem grande aqui para tentar colocar conceitualmente todos esse itens.

Resumo. A preocupação da Cbic é que se tenha um cuidado com a área urbana levando em conta que ali está 84% da população, 0,5% do território nacional e que ela tem muitas peculiaridades; já foi utilizada, já está implantada de fato. Nós temos que minimizar. Eu não gostaria nunca de estar um novo projeto daqui para frente criando excepcionalidades para utilizações irregulares; acho que isso é o pior dos mundos. Hoje temos alguns projetos, planos de governos, programas muito consistentes na linha que eu possa oferecer moradia para as pessoas; acho que isso tem que estar inserido. Nós podemos começar a planejar melhor as nossas cidades, cidades médias, cidades pequenas.

Esse conceito do problema da faixa da APP: nós concordamos totalmente com posicionamentos anteriores aqui, que deva ter o cuidado com cada local em que ela é feita. Vou pegar aqui a intervenção do João de Deus e do Celso também, que eu faça uso, vamos dizer assim, eu tenho que ter o uso da APP porque senão aquilo vira uma peça de ficção e daqui a pouco tem uma invasão.

Eu queria só salientar uma coisa, Celso. Nós temos duas situações: nós temos uma que é uma área pública em que eu faço um loteamento; e eu tenho a mesma situação no condomínio, está certo?

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINS – (...) que tipo de uso. Mas ele não pode querer que a gente viva no mundo da lua e diga que vou botar uma redoma em cima e acabou-se ninguém vai pisar naquilo ali. Acho que a gente tem que ter esse cuidado tanto na área pública, quanto na área em que a gente faz condomínio que, você sabe, hoje, grande parte do programa Minha Casa Minha Vida é feita em forma de condomínio. Eu acho que é justo que se dê para a população de mais baixa renda também um pouco desse tipo de situação.

Bom. Senador, agradeço pela oportunidade que nos permite entrar neste debate. Estamos a disposição, a Cbic, o Caio é quem vai fazer a intervenção seguinte e ele está muito mais preparado em termos técnicos e conhecimento de assunto para poder enriquecer mais o debate. Estamos a sua disposição. Muito obrigado, senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSD – DF) – Muito obrigado ao Dr. José Carlos Martins, vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Agora vamos ouvir nosso quinto convidado, o Dr. Caio Portugal, vice-Presidente do Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato de Habitação de São Paulo, Secovi.

O SR. CAIO PORTUGAL – Bom dia, Senador Rollemberg, agradeço a oportunidade; bom dia aos demais Senadores, aos meus colegas aqui da mesa.

Preliminarmente, gostaria de falar que fiquei muito satisfeito com a colocação aqui dos representantes tanto do Ministério das Cidades, quanto do Meio Ambiente, principalmente do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O setor que representamos dentro do sindicato da habitação é o setor que responde pela produção do novo espaço urbano; é o setor que representa a produção dos loteamentos formais. Uma das maiores críticas que havia do Cipol, da legislação ambiental, principalmente na sua aplicação, era a falta de critérios objetivos e principalmente técnicos. Como bem colocou o José Carlos, a discussão sobre se a faixa deve ser de 15 ou 30. Mais importante do que isso é se a faixa de 15 ou 30 é suficiente para resguardar ou salvaguardar aquela ocupação urbana. Então, este aspecto que foi colocado aqui de a cada empreendimento você buscar a hidrologia, ou seja, o histórico de chuvas naquela região em que se pretende implantar o empreendimento, a situação topográfica natural daquele terreno, a situação geológica daquele terreno é uma situação de hoje, e desde 1991 no Estado de São Paulo todo projeto novo de parcelamento do solo tem que obedecer a esse critério.

Por critérios de geologia, por muitas vezes, esta faixa de preservação é superior até a faixa dos 30 metros nos cursos de água. Então, como colocação preliminar é importante que a gente veja que tanto o setor produtivo quanto membros do Governo e principalmente esta Casa estão caminhando no mesmo sentido, da produção do marco regulatório cada vez mais eficiente, cada vez mais dinâmico e que busque o que é fundamental que é o crescimento e o desenvolvimento sustentável.

Entrando diretamente na nossa proposição aqui, no nosso diagnóstico, sem ser redundante, é uma situação clara já demonstrada até por vários estudos da

Embrapa que 85%, 84% da população brasileira ocupa cerca de 0,5% do território nacional. Só essa característica, só esse diagnóstico nos leva a crer que a situação da ocupação das áreas urbanas e principalmente a aplicação nas áreas de preservação permanente em área urbana deve ter uma função distinta do que aquela que existe na área rural. Enquanto que na área rural ela tem todo um aspecto da biodiversidade, da polinização e do resguardo até do curso de água que vai garantir mormente a questão da própria salvaguarda o recurso hídrico, tão importante para a produção rural, no caso das cidades, a função da preservação dessas faixas, elas têm uma função então diretamente ligada à questão do regime das águas pluviais, na questão da reutilização do restabelecimento dos recursos hídricos que vão ser consumidos pela própria cidade e principalmente garantem uma suavização da questão do microclima dentro das cidades. Numa cidade como São Paulo, por exemplo, há diferenças de três, quatro, cinco graus entre uma região mais arborizada e uma região menos arborizada. Isso vale também aqui para Brasília, vale para todas as cidades do País.

Nosso setor não defende redução de faixa de preservação permanente; pelo contrário, defende, sim, critérios objetivos e claros. Então, o código florestal é importante para reger as áreas de preservação permanente. E o que a gente deseja é que haja critérios cada vez mais claros e objetivos, tanto de mensuração e aplicação. Quanto mais claros forem esses critérios, melhor vai ser tanto para o aplicador que são os órgãos do Sisnama quanto daqueles que são os usuários desse sistema que são todos os cidadãos representados ou não pelo setor produtivo.

Aqui, só para a gente trazer para o campo da realidade o que significa hoje você aplicar a legislação ambiental e o quanto o código é importante nessa aplicação. Hoje, só para os senhores terem uma idéia, eu utilizei aqui o exemplo do Estado de São Paulo, mas poderia utilizar qualquer outro Estado da Federação que, grosseiramente, no que diz respeito a legislações federais e suas regulamentações, se aplicam a todos esses Estados. No caso de São Paulo, quando você tem um empreendimento, você vai ter que aplicar, em termos de legislação atual, o código florestal, no que dispõe o seu artigo 2º, na aplicação das faixas de preservação permanente, quando se tratar de um empreendimento que está dentro do ecossistema de mata atlântica, e a gente tem uma faixa de transição dentro do Estado de São Paulo que são as faixas de cerrado, que tem legislação específica que se aplica. E aqui é importante dizer também que existem várias resoluções que de certa forma atendem ou disciplinam a questão da utilização ou intervenções em APPs.

A primeira delas, a Resolução Conama 237, de 1997, ela regulamenta a questão do licenciamento ambiental e suas várias faces, e, de maneira bastante superficial, faz algum tipo de delimitação de competência dos Entes federativos no processo de licenciamento ambiental.

Como todos sabem, principalmente os Senadores, aqui existe um importante projeto que está em curso nesta Casa que é o PLC 1, que fala justamente desta competência dos Entes federativos no processo de licenciamento ambiental. É um projeto de suma importância para que a gente tenha não só segurança jurídica, mas principalmente uma administração pública mais eficiente separando o que são assuntos exclusivos da União, pertinentes somente ao Estado ou, de forma subsidiária, aos Municípios.

Outro aspecto bastante importante que é a questão da Resolução 303, de 2002, que deu os parâmetros e definições das áreas de preservação permanente. No entanto, essa resolução falhou justamente em precisar, como falou o Carlos Nobre, a questão dos aspectos e objetivos técnicos claros para sua aplicação. Um exemplo somente, que é a questão das APPs de topo de morro, da forma como está se regrando nessa resolução, só para se ter conhecimento, no caso de um Estado como São Paulo, que tem uma estrutura de licenciamento ambiental bastante antiga – hoje toda ela consolidada na companhia ambiental do Estado de São Paulo, Cetesb, desde 1976 e agora especificamente somente na CETESB –, se você perguntar para dez técnicos diferentes da própria Cetesb que têm experiência, cargo acumulado nessa atividade, eles vão responder dez soluções diferentes da aplicação da APP de topo de morro. Então esse tipo de legislação não atende a ninguém principalmente numa sociedade moderna. Então, a revisão desse critério tal qual exemplificado na versão do código que está sendo analisado nesta Casa, ela procura deixar isso de forma muito mais objetiva, muito mais fácil de ser controlada e aplicada.

A própria Resolução 369, de 2006, trouxe uma série de critérios bastante interessantes no que diz respeito a questão de intervenção em área de preservação permanente, inclusive em aspectos mencionados que não estão previstos neste relatório mas que devem ser restabelecidos. A gente deu leve lida no relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique e a gente viu que vários desses aspectos estão consubstanciados lá, e é importante que ali estejam, a gente tem uma lei que seja auto-aplicável, isso é muito importante para um País como o nosso, principalmente para um marco regulatório tão importante quanto este novo código florestal.

Outro item que a gente entra para construir este eixo de legislação pra ser aplicado no caso de novo parcelamento é o decreto do Governo do Estado que criou um grupo de análise de aprovação de projetos habitacionais. Então todo projeto novo de parcelamento de solo ou de condomínio habitacional passa por esse colegiado, que envolve todos os órgãos e autarquias do Estado de São Paulo que vão licenciar esse empreendimento. Não bastasse isso, a própria Cetesb, que fica vinculada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, ela tem mais de duas mil resoluções que tratam dos vários aspectos da aplicação da legislação ambiental. Eu pincei uma apenas que é Resolução SMA 31, de 2009, que exige na aplicação do licenciamento de empreendimentos dentro do ecossistema de mata atlântica que, independentemente da presença de vegetação, ou seja, se você estiver loteando uma área que não tenha nenhuma presença de vegetação, obrigatoriamente você tem que preservar cerca de 20% a título de área verde para que você faça o processo de restauração da floresta, do ecossistema de mata atlântica. Além disso, tudo isso deve dialogar com o plano diretor municipal e a própria legislação municipal correlata que pode também ter legislação ambiental dentro do Município. E vai prevalecer aquela que tiver o critério mais restritivo.

Só para ter uma idéia do fluxograma da aprovação, ele segue esta ordem: você tem que fazer um diagnóstico ambiental dessa área em que se pretende empreender, ele vai obter as diretrizes no Município e num órgão de saneamento para ver se é possível e viável a implantação desse empreendimento, vai se fazer uma prévia num projeto urbanístico, ele vai ser pré-aprovado pelo Município, somente depois é que ele vai ter sua avaliação ambiental. E aí é outra sugestão que a gente também pretende que, se assim os Senadores entenderem como necessário, que é a figura da diretriz ambiental. Essa é uma figura que não existe no nosso ordenamento jurídico e que seria de fundamental importância para os mais variados empreendimentos, seja de ordem rural, seja de ordem urbana. A idéia é que, uma vez apresentado um diagnóstico ambiental que mostre restrições de presença de vegetação ou recursos hídricos que você deva proteger naquele local em que se pretende empreender, que ele seja acelerado pelo órgão do Sisnama, que ele informe quais são as restrições, onde você pode e onde você não pode ocupar. De sorte que o processo caminhará em ordem linear. Obteve-se uma prévia do licenciamento ambiental, pois se caminhará, no caso, tratando especificamente da questão dos empreendimentos habitacionais, de obter o licenciamento urbanístico em cima do prévio licenciamento ambiental, de sorte que

não existissem as idas e vindas e as coisas fossem muito mais transparentes e seguras.

Próximo, por favor.

É isso que estou dizendo, quer dizer, o diagnóstico ambiental para o desenvolvimento de projeto urbanístico é avaliado *a posteriori* do diagnóstico ambiental, o que gera uma série de conflitos.

O ideal é que ele seguisse primeiro para um processo de licenciamento ambiental e depois obtivesse o licenciamento urbanístico. Por conta desse cipoal de legislações, a gente tem instrumentos de regulação tanto do direito material quanto do direito processual de forma, por vezes, imprecisos que geram a famigerada insegurança jurídica, que não atende a ninguém, atola os tribunais e gera insegurança para todos os usuários e, principalmente, para a sociedade como um todo. É óbvio que a prevalência do direito ao meio ambiente é uma garantia à vida, mas deve estar coadunada com a garantia individual, que é bastante importante e que o constituinte de 1988 assim assegurou, que é a questão do ato jurídico perfeito.

Quando a gente coloca isso, o que quer dizer? Se aquele empreendimento, rural ou urbano, obteve o seu licenciamento ambiental adequado e foi implantado obedecendo aquele licenciamento ambiental, ele deve ser entendido como legal, como regular. A legislação não deve retroagir a ponto de ser questionado aquele licenciamento que foi regularmente aprovado, regularmente licenciado e regularmente implantado. É fundamental que a gente tenha essa garantia prevista nesse Código Florestal.

Próximo, por favor.

O diagnóstico do texto que foi aprovado em plenário – isso já foi dito por vários aqui – é o aspecto fundamental para a indústria imobiliária e também para a indústria de obras de infraestrutura, que é a questão da necessidade dos instrumentos de prevenção em áreas de preservação permanente.

Aqui vou mostrar algumas imagens para a gente poder materializar essa necessidade.

Próximo, por favor.

Então do que é que se precisa? Precisa-se de eventuais necessidades excepcionais de transposição por sistema viário. Então, há necessidade de travessia de curso d'água. Essa é uma foto de uma região de São Paulo, da cidade de São Paulo. Veja, se fosse aplicado o Código, hoje jamais seria possível a construção desse sistema viário.

Próximo, por favor.

A instalação de galerias de águas pluviais.

Por questões até da lei da gravidade, e a gente não pode revogá-la. Na condução das águas pluviais elas vão para os pontos mais baixos daquele imóvel,

daquela gleba ou daquele local onde se está implantando essa infraestrutura. Então, obviamente, essa legislação deve permitir que haja esse tipo de intervenção, ou seja, a instalação desse tipo de equipamento nesse local mais baixo, que é a parte que está especialmente protegida.

Próximo, por favor.

A instalação de rede de água potável segue a mesma lógica. Por vezes você tem alguma ocupação e até por necessidade da construção do sistema de água você precisa passar, ou atravessar ou mesmo percorrer uma área de preservação permanente. Daí a necessidade também de que isso esteja previsto, lógico, tudo consubstanciado dentro de um processo administrativo de licenciamento ambiental.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CAIO PORTUGAL – Desculpe.

O SR. (Não Identificado.) – (*Intervenção fora do microfone.*) Não é possível ter licenciamento para isso?

O SR. CAIO PORTUGAL – É possível, só que a redação do Código, como ele veio da Câmara, estava remetendo... Essas possibilidades e hipóteses de intervenção em APP dependeriam de nova lei. Então na proposta do Senador Luiz Henrique já está, de certa forma, assegurado que ela vai estar prevista nesse mesmo dispositivo.

Era essa a preocupação, uma vez que não estava no texto da Câmara.

O penúltimo item, bastante importante, é a questão da implantação do sistema de esgotamento sanitário. Tal qual a questão das águas pluviais, o esgoto também, geralmente, corre para a parte mais baixa da gleba, onde você vai ter de fazer essa captação, interceptação ou mesmo a instalação de equipamentos tais quais os de estação de tratamento de esgoto.

Não menos importante...

Próximo, por favor.

Implantação de infraestrutura de lazer, esporte, educação.

Como bem colocado pelos demais membros da Mesa, é muito importante que haja possibilidade da intervenção em área de preservação permanente para colocação desse tipo de equipamento.

Aqui vou mostrar algumas imagens que são bastante ilustrativas nesse sentido.

Próximo, por favor.

Aqui, à sua direita, você vê um bairro que foi urbanizado na década de oitenta, que foi parcialmente regularizado. Você vê que não existe quase nada de presença de áreas para equipamentos de lazer, áreas de esporte. À sua esquerda você já vê um empreendimento que foi implantado recentemente, em 2011. Isso é na região da periferia da Grande São Paulo, na re-

gião metropolitana de São Paulo. Aí, do lado esquerdo dessa via principal a gente vê um reservatório artificial, que está sendo recomposto com toda uma faixa de instalação para um parque linear e à sua direita você vê a instalação de um equipamento de esporte e lazer.

Aqui fica claro como é importante que você tenha esse instrumento porque ele não só vai servir para nova ocupação, mas também vai poder atender os eventuais déficits de áreas que já foram urbanizadas e não detêm esse tipo de espaço.

Esse é um exemplo de como é possível caminhar o desenvolvimento urbano com a preservação ambiental. Esse é um empreendimento que tem cerca de 55% de mata atlântica preservada. Isso tudo foi transformado em uma área pública. Existe uma associação de proprietários que, em conjunto com a prefeitura municipal e através de um de um termo de compromisso firmado de preservação de área verde, fazem com que essa área seja preservada e garantida todas as condições que citamos no início, como o microclima, como a recepção das águas de chuva para fazer o reabastecimento das águas subterrâneas, que vão ser importantes para o reabastecimento de água potável para as gerações futuras.

Em resumo, a nossa proposta pede a reinserção dos instrumentos necessários à intervenção em APP; a adequação do conceito de restinga ao previsto ao previsto na Lei de Mata Atlântica, para que não haja conflito de legislações e não gere insegurança jurídica; a criação do instrumento da diretriz ambiental e salvaguardar os empreendimentos regularmente licenciados e implantados, admitindo que não haja aplicação retroativa da lei nos casos em que eles forem regularmente licenciados e regularmente implantados.

Agradeço a oportunidade.

Essa era a contribuição inicial que gostaríamos de dar.

Agradeço-lhe, Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Agradeço-lhe a contribuição para este debate, Dr. Caio Portugal.

Passo a palavra ao nosso último convidado.

Em seguida ouviremos os Senadores e o Professor Nabil Bonduki, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia a todos e a todas!

Queria agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg o convite para participar dessa audiência. Queria, também, destacar que, embora tenha sido convidado como professor da Faculdade de Arquitetura e Urba-

nismo da USP – sou urbanista e sou professor – estou neste momento no Ministério do Meio Ambiente, como Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Fui convidado pela Ministra Isabela exatamente no mês de janeiro logo em sequência àqueles grandes desastres naturais que aconteceram aqui na serra fluminense. A Ministra naquele momento colocava exatamente a preocupação de se dar um foco na questão ambiental urbana, uma vez que o protagonismo da questão urbana na discussão ambiental tem sido muitas vezes colocado em segundo plano.

Eu queria começar aqui...

Acho que o fato de falar por último tem algumas vantagens e algumas desvantagens. Primeiro quase tudo que eu queria dizer, em boa parte, foi dito de alguma maneira. Por outro lado, acho que permite, ao fechar um pouco essas cinco ou seis falas, fazer uma síntese e, ao fazer a síntese, introduzir os pontos que me parecem fundamentais que estejam presentes no que diz respeito às áreas urbanas do Código Florestal. Em primeiro lugar, quero aqui reforçar a proposta – acho que isso vai exigir um trabalho grande das comissões de mérito do Senado, que é a necessidade de se introduzir um capítulo específico sobre áreas urbanas no Código Florestal. Parece-me que tudo que já foi dito aqui mostra que existe uma especificidade das áreas urbanas em relação às áreas rurais, o que exige um olhar específico e um espaço específico no Código florestal a respeito desse aspecto, o que não quer dizer que as áreas e as APPs nas áreas urbanas sejam desvinculadas das APPs fora das áreas urbanas. Nós já não podemos trabalhar com ideia de que esses sistemas são como que autônomos. Na verdade, a influência daquilo que ocorre na área urbana é muito forte sobre as regiões fora da área urbana.

E também eu quero reforçar aqui a importância de se observar que as APPs urbanas cumprem uma função ambiental importante sobre vários pontos de vista, inclusive porque nós temos florestas dentro de áreas urbanas. Por exemplo, a floresta da Tijuca é uma das maiores florestas que estão dentro da área urbana. Portanto, nós não podemos separar área urbana das áreas não urbanas, das áreas rurais, como se elas fossem dois universos separados.

Mas um capítulo específico que consiga sistematizar esse conjunto de questões que já foram levantadas aqui me parece extremamente importante, inclusive para dialogar com as legislações específicas, que já foram citadas aqui: o Estatuto das Cidades; a Lei 6.766, que regula o parcelamento do solo; toda a legislação decorrente da Política Nacional de Habitação, por exemplo a Lei nº 11.977, que é a lei que estabeleceu a Regularização Fundiária de Interesse

Social. Portanto, é necessário que o Código Florestal dialogue com essa legislação e consiga introduzir, então, um olhar mais focado na questão ambiental de acordo com essa legislação federal.

Uma outra questão que me parece fundamental na hora de se pensar, então, a questão urbana no Código Florestal é diferenciar situações urbanas, porque se fala de área urbana como se ela pudesse ser pensada de uma maneira unitária. E nós temos aí pelo menos três situações que me parece muito importante serem diferenciadas. Uma questão são as áreas consolidadas precárias, as áreas consolidadas que exigem urbanização, fundamentalmente aquelas ocupadas por assentamentos de baixa renda ou assentamentos precários; as áreas consolidadas urbanizadas com um padrão que, embora não siga o que o Código Florestal determinou... No passado, foram ocupadas, nós vimos aqui algumas imagens disso, e já foi aqui levantado também as áreas de patrimônio histórico, eu não diria somente a questão do patrimônio, mas as áreas que historicamente foram ocupadas com um padrão adequado, que não são as áreas precárias, mas que já têm uma ocupação consolidada.

E, finalmente, uma questão que é muito importante: que são as áreas de expansão urbana. Por quê? Porque as áreas de expansão urbana são as áreas em que podemos introduzir aquilo que se considera o padrão adequado de urbanização, compatibilizando as necessidades urbanas e econômicas com a questão ambiental, lembrando que as áreas de expansão urbana são exatamente aquelas que vão estar na fronteira entre o urbano e o rural e são aquelas que, muitas vezes, por meio do seu processo de ocupação, agravam os problemas de desastres naturais, como já vimos aqui.

O professor Carlos Nobre mostrou aqui o aumento dos níveis de chuva, por um lado, que são determinados pela ampliação das ilhas de calor e das áreas urbanizadas, e também o fato de que as vazões dos nossos rios e córregos se alteram em função da impermeabilização que se vai fazendo geralmente nessas áreas de expansão urbana, com processos bastante acentuados. Como já foi dito aqui, os grandes projetos habitacionais têm sido implantados nas áreas de expansão urbana e trazem impactos importantes sobre as áreas já consolidadas, porque exatamente as cabeceiras dos córregos, as áreas jusantes são impermeabilizadas, aumentando, então, a vazão dos cursos d'água em direção às áreas já urbanizadas, tornando, portanto, mais graves os problemas dos desastres naturais.

Então, é muito importante que se diferenciem essas três situações para que as regras fiquem claras e específicas em relação a elas.

Bom, já foi falado aqui, e, nesse sentido, acho que quase todos estão de acordo, em relação às áreas urbanas consolidadas precárias. Ou seja, aquelas que exigem regularização, urbanização para que, nesse processo de urbanização, se garanta efetivamente a preservação da vida. Ou seja, que as áreas de risco sejam desocupadas e sejam preservadas como áreas de proteção.

É claro que aqui nós vamos ter um problema, um problema que dificilmente vai ser resolvido, porque, se formos adotar o conceito que considero correto do professor Carlos Nobre, o conceito de passagem da inundação, muito provavelmente essas áreas urbanas precárias consolidadas, muito provavelmente, elas não seriam urbanizadas. Então, esse é um conceito que considero muito importante, mas, se ele for aplicado para as áreas consolidadas já ocupadas com população de baixa renda e assentamentos precários, dificilmente elas vão poder ser preservadas de acordo com o conceito que o Estatuto das Cidades estabelece, que é o conceito de garantia ao direito e à função social da propriedade.

Aí temos uma questão que deve ser mais bem discutida. Pois é. Essa é uma questão que deve ser, nos planos e nos projetos de urbanização, melhor discutida.

A questão é: em que medida a legislação... Aí eu vou entrar no ponto seguinte, Senador. É o seguinte: o que uma legislação federal... Porque isto é uma questão muito importante quando se pensa o capítulo urbano: o que deve ser tratado numa legislação federal e o que deve ser remetido para as legislações municipais? Porque as legislações municipais têm uma capacidade de ir para particularidade de cada situação, e a legislação federal vai ter dificuldade de conseguir tratar as diferentes situações que estão sendo colocadas nos 5.500 cidades brasileiras. Então, os conceitos devem ser claramente colocados.

Então, o conceito de baixo impacto ambiental e de função social são dois conceitos fundamentais que devem ser estabelecidos, mas, evidentemente, a aplicação desses conceitos, em grande parte, terá que ser remetida a legislações específicas de caráter municipal. E também os projetos, no caso, por exemplo, das áreas de assentamento precárias, os projetos e os planos de urbanização vão ter condições de estabelecer o que é uma área que efetivamente pode permanecer como ocupação urbana ou onde efetivamente deve haver uma remoção.

Em relação a esse aspecto, eu queria chamar atenção para uma questão, porque precisamos discutir isso de maneira consistente. Acho que será um ponto importante aqui no Senado.

A legislação atual, o Código atual, no art. 2º, vai falar que as APPs em fundo de vale devem estar contadas – ou seja, os 30, os 50, os 100 metros devem estar contados a partir do nível mais alto do curso d'água. E o que está no Código que está sendo votado, que veio da Câmara e que já era desde o primeiro projeto? “Desde a borda da calha do leito regular”. Bom, são dois conceitos bem diferentes. O que é o leito regular? E o que é o ponto mais alto? Aí nós temos um outro conceito que é a passagem da inundação, que é um outro conceito.

Então, esta é a definição: a partir de onde essas faixas são definidas, certamente, é uma questão bastante importante, que deve ser aprofundada e discutida.

Não resta dúvida de nenhuma, como o professor Carlos Nobre mostrou e os outros já falaram, que esse estabelecimento rígido de uma faixa é insuficiente para dar conta da diversidade de situações que nós temos. Agora, como uma legislação federal pode tratar, preservando e salvaguardando a vida humana e, ao mesmo tempo, estabelecendo condições que viabilizem as cidades, que viabilizem os empreendimentos imobiliários, é uma questão que precisa ser bastante discutida e bastante precisada para poder se definir essa questão.

Eu queria dizer também que é extremamente importante o aperfeiçoamento do sistema de gestão das APPs. Nós temos um sistema extremamente frágil e ambíguo em relação à questão das APPs. Em primeiro lugar, a clareza das competências para o licenciamento e para a fiscalização. A quem cabe esse licenciamento? A quem cabe essa fiscalização? O que cabe ao nível estadual? O que cabe ao nível federal? O que cabe ao nível municipal.

Eu entendo que seria muito importante que, nesse capítulo específico do urbano, pudessem ser estabelecidas com clareza essas competências para dar segurança a quem vai empreender saber o que cabe a cada um dos níveis e para podermos, então, criar uma questão que é importante, que é a segurança jurídica para que os empreendimentos possam acontecer.

A segunda questão importante do ponto de vista da gestão é a questão da averbação das APPs nas matrículas dos imóveis urbanos. Nós não temos isso estabelecido na nossa legislação. Então, veja.

O João, inclusive, colocou aqui que o conceito de reserva legal não está presente dentro das áreas urbanas, das propriedades urbanas. Até certo ponto, porque, quando se faz um parcelamento do solo, uma porcentagem da área parcelada deve ser destinada para as áreas verdes, para as áreas (*inaudível*), para o sistema viário. De alguma maneira, não deixa de ser uma espécie de uma reserva de áreas públicas, que

têm uma certa destinação específica que não é para uso urbano.

Em segundo lugar, as áreas de APPs dentro dessas propriedades não podem ser incluídas dentro dessas áreas a serem doadas. Muitas vezes, elas são. Ou seja, se doam para o Poder Público, para áreas verdes, para áreas institucionais áreas que deveriam ser áreas de APPs, áreas em que a ocupação deveria ser, portanto, vedada.

Seria muito importante averbar essas APPs, para que pudesse estar registrado no imóvel o que significa a delimitação delas. Isso também pode abrir uma possibilidade para aquilo que podemos chamar “uma valoração dos serviços ambientais” nas áreas de APP. Por quê? Porque o regime inclusive tributário poderia ser diferenciado em relação às áreas que não são de APPs, uma vez que elas acabam por desempenhar uma função ambiental importante e uma função urbana importante.

Já se falou aqui, e não vou repetir, da necessidade de poder se estabelecer, nessas áreas de APP, um conjunto de infraestrutura que desempenhem um papel importante para as cidades, como parques lineares, como a necessidade, em alguns casos, de passar sistema de drenagem, sistema de infraestrutura urbana.

Finalmente, parece-me bastante importante que se crie... No Ministério do Meio Ambiente, nós estamos iniciando um projeto desse tipo, discutindo com as Cidades e com o Ministério de Ciência e Tecnologia. Trata-se de um sistema de cadastramento e monitoramento das APPs urbanas. Isso é extremamente importante porque... Veja, hoje, o País tem um sistema de monitoramento e acompanhamento das áreas de desmatamento das áreas rurais. Todo mês nós sabemos qual é o desmatamento que acontece nas áreas rurais, na Amazônia, etc. Em relação às áreas urbanas, às áreas verdes urbanas, que têm como consequência, de uma maneira geral, o agravamento dos problemas dos eventos extremos, esse monitoramento e esse acompanhamento não existem.

É muito importante que esse sistema de cadastramento e monitoramento pelo menos pudesse estar pelo menos previsto na legislação de modo a respaldar ações que o Executivo possa fazer para controlar e poder monitorar essas áreas frágeis do ponto de vista ambiental, que geram tantos problemas do ponto de vista da própria vida humana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, professor Nabil.

Pela ordem. Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente, nós tivemos mais uma audiência

altamente esclarecedora. Quero cumprimentar todos os convidados, que nos ofereceram muitos subsídios importantes para nós conduzirmos a aprovação desse Código nas Comissões de mérito. Eu gostaria de cumprimentar todos os expositores.

E peço escusas. Sou relator de projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. Estou sendo chamado para relatar projeto naquela Comissão. Infelizmente, essa é a casa da ubiquidade. Hoje eu teria que estar em três lugares ao mesmo tempo.

Então, eu só queria deixar que foi muito importante a contribuição de todos. Anotei com todo cuidado as coisas que me pareceram mais importantes. E, juntamente com o Senador Jorge Viana, haveremos de aproveitar muitas das observações que aqui foram feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Vamos adotar um procedimento diferente nesta reunião, até pelo grande número de convidados. Vamos ouvir todos os Senadores, pela ordem de inscrição, e, em seguida, vamos ouvir as observações dos membros da mesa.

Minhas observações são muito rápidas, antes de passar para o Presidente Acir Gurgacz.

Quero só também registrar a importância deste debate, uma contribuição realmente significativa.

Gostei muito da sugestão trazida pelo Prof. Carlos Nobre de introduzirmos nas áreas urbanas o conceito de passagem de inundação.

Acho que está muito claro que a redação dada ao art. 8º cria uma série de interpretações jurídicas diferentes. Ao colocar, por exemplo, os termos utilidade pública, interesse social e baixo impacto definidos por lei, isso criará uma série de problemas. Eu estou preocupado. Eu vejo o exemplo de Brasília – e, a exemplo de Brasília, devemos ter casos muito parecidos Brasil afora -, em que há ocupações já consolidadas há muito tempo em torno de lagos artificiais, como é o caso de Brasília. É claro que, em residências à beira do lago, muitas delas têm píeres, *decks*, para acesso ao lago. São atividades de baixo impacto ambiental, mas, da forma como está redigido o Código Florestal, isso precisaria ser definido em lei. Eu acredito que, talvez, Senador Jorge Viana, que é um dos relatores, seja interessante colocar já a definição de baixo impacto ambiental no texto do projeto...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) - V. Exª me permite? O Senador Luiz Henrique saiu, mas ele já conseguiu dar um avanço a esse aspecto. Ele está definindo, na proposta da CCJ, o que é interesse social, interesse público e também baixo impacto. Ele

se prendeu ao que está no próprio Código, definindo isso, e também a resoluções do Conama, o que acho que é muito importante. Em relação ao baixo impacto, ele pegou uma resolução do Conama e já tenta pôr no mesmo texto, como V. Exª está sugerindo. Eu acho que é importante, independentemente se concorda ou não. Quanto mais clara a lei, mais fácil até para divergir ou para concordar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Claro.

Entendo que, dentro do princípio da segurança jurídica, a definição clara em lei, já no Código Florestal, contribui para dar tranquilidade e segurança jurídica.

Eram essas as observações.

Quero, mais uma vez, cumprimentar. Entendo que muitas contribuições foram dadas a esse debate.

Percebo que as divergências maiores não estão dentro da questão urbana, elas estão dentro do tratamento para as áreas rurais.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Quero fazer duas observações rápidas a respeito do que colocou o Dr. João de Deus Medeiros com relação às áreas já consolidadas nas cidades. As áreas consolidadas são aquelas que têm construções antigas, em que ficaria difícil uma modificação agora, nesta altura. Quero trazer isso para a zona rural também. Se é possível fazer com que as áreas consolidadas sejam imexíveis nas cidades, eu entendo que deveria ser feito da mesma forma na zona rural, só para fazer um comparativo, Dr. João. As pessoas das cidades acham que, nas cidades, pode tudo e, na zona rural, não pode nada e, das cidades, ficam criticando quem está na zona rural. É só para estabelecer um comparativo que acho importante que fique pelo menos registrado.

Outra questão. Uma das grandes preocupações dos produtores rurais que têm suas propriedades irrigadas por rios que passam por áreas urbanas é exatamente com a qualidade dessas águas. Enquanto os agricultores e pecuaristas são obrigados a recompor matas ciliares, reservas e outras determinações estabelecidas pela legislação ambiental, as autoridades municipais, estaduais e federais parecem estar isentas de qualquer responsabilidade com a qualidade dessas águas. Infelizmente, temos muitos exemplos aqui, no Brasil, de situações como essa. Eu gostaria de saber se pode ser feita alguma coisa para reverter esse quadro. Os rios, quando passam pelas cidades, são inundados por lixo. Realmente, tem um prejuízo muito grande – aí, sim, realmente, tem um prejuízo grande – para com as questões ambientais.

Eram essas duas colocações que eu tinha para fazer, Presidente, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos aqui. Realmente, engrandeceram muito o debate e trouxeram informações relevantes para os nossos relatores.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Acir Gurgacz.

Quero agora passar a palavra a que é mais assídua, sempre a primeira a chegar a nossas reuniões, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente Acir Gurgacz.

Quero cumprimentar, como já fiz, o Senador Luiz Henrique, o Senador Jorge Viana e os expositores, agora, com um olhar sobre a área urbana, tendo em vista o Código Florestal que está em exame nesta Casa.

Vou direto aos temas, para ajudar o debate.

Começo pelo Celso, do Ministério das Cidades. A Nota Técnica 14 foi emitida pelo ministério a despeito do exame do Código. O item 7 dessa nota técnica reclama necessidade de detalhamento para se enfrentar a questão do passivo socioambiental das áreas ocupadas. O senhor concorda com a necessidade de haver regra para as áreas consolidadas, principalmente em razão de construções e benfeitorias que ali se instalaram quando a legislação permitia? E prossigo. O item 12 dessa mesma nota técnica diz: normas ambientais que não consideram as especificidades das cidades quando sobrepostas à legislação que versa sobre o uso e a ocupação do solo urbano causam conflitos normativos que tornam extremamente difícil que o desenvolvimento urbano sustentável aconteça com a preservação do meio ambiente. É um problema de segurança jurídica abordado pelo Caio e também pelo José Carlos. A pergunta que lhe faço é: o senhor poderia esclarecer com exemplos essa afirmação do Ministério das Cidades? Essa é a pergunta para o senhor.

Para o Dr. José Carlos Martins. A mesma nota técnica, no item 16, diz que a legislação ambiental da área urbana deveria ser considerada em razão de outros elementos ambientais importantes, tais como controle das ilhas de calor, dispersão de gases tóxicos, manejo de águas pluviais, que foi mostrado aqui pelo Caio, e controle das cheias. Considerando os fenômenos de ilhas de calor e manejos de águas pluviais, eu gostaria de saber a relação da impermeabilização com tais problemas, especificamente. O percentual de área construtiva de terrenos e loteamentos não é excessivo? Qual o percentual ideal de área permeável e não

construída em razão do que se tem de equipamentos urbanos e do próprio percentual de construção nos terrenos particulares? Quanto às ilhas de calor, questiono se chegamos a um ponto de impermeabilização em que o frescor da noite já não é mais suficiente para dissipar o calor do dia. Vejo, em filmes de vários outros países, a presença muito maior de áreas permeáveis nas cidades. Qual o problema de se definirem os mesmos padrões em nosso País? Se as proporções entre as áreas construídas e as permeáveis fossem mais similares, o manejo das águas seria mais fácil? Com isso, as APPs teriam menor importância no contexto geral? Essa é a pergunta para o senhor.

Para o nosso João de Deus. Ainda estou em cima dessa nota técnica, que impacta o setor ambiental. Nem vou ler a parte relacionada a essa nota técnica, mas eu queria saber do senhor: o alto grau de impermeabilização do solo é o que causa a pressão por APPs maiores? Resolvido o problema das áreas consolidadas, qual seria a metragem da APP recomendável por duas vertentes: o mesmo grau de impermeabilização do solo e com grau inferior pela exigência de maior área permeável do terreno? Essa é a pergunta para o senhor.

Tinha uma pergunta para o Dr. Nobre, mas ele não está aí. Então, vou deixar de fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – O Dr. Nobre pediu desculpas, porque ele foi a uma reunião jurídica no ministério, mas disse que qualquer pergunta endereçada a ele poderia ser respondida tanto pelo João de Deus como pelo representante...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Eu passo a pergunta para o Dr. Nabil, porque entra na mesma preocupação que ele tem.

Dr. Nabil, dadas as características especiais das áreas urbanas relacionadas à maior concentração humana – aí é área da arquitetura e do urbanismo, sua especialidade também -, qual sugere maior risco de acidentes ambientais, bem como a possibilidade de desrespeito à lei? Pergunto para o senhor: em vez de exigir menor metragem de APPs urbanas, não deveria o novo Código Florestal exigir metragem maior que a demandada na zona rural? Não estaria, nesse quesito, sendo levado mais em consideração o interesse econômico que o interesse propriamente ambiental?

Eu queria perguntar ao Caio sobre a sua exposição. Acho que o Dr. Nabil - não sei se também o Dr. Nobre – mencionou a possibilidade de incentivos para área ambiental. Isso seria uma coisa boa para os empreendedores do setor. E outra questão: o senhor falou muito sobre a definição de competências. Pergunto para o senhor se o Município tem de ser o empoderado, porque as obras são dos planos diretores das cidades? A

competência legal deve ser do Município, no caso do Código Florestal, para definir a competência para regulação dessas questões relacionadas à preservação ambiental, do ponto de vista urbano e também desses empreendimentos todos?

Eu só queria um comentário, porque me chamou atenção - o Celso e o João Augusto falaram muito sobre isto – a questão social. De fato, ela é crucial. Só que, no caso do Rio de Janeiro, os acidentes aconteceram em ocupação desordenada por pessoas de alto poder aquisitivo. O Estado falha em não fiscalizar, em não ordenar isso.

Outra questão: quantos Municípios brasileiros estão hoje fazendo manejo e gestão da questão dos resíduos? Isso foi abordado pelo João de Deus. O saneamento básico no Brasil hoje é uma coisa lamentável. Onde acontece isso? Córregos. O Tietê é um exemplo, como o Guaíba, o Arroio Dilúvio, em Porto Alegre, cidade do meu Estado. Então, há a questão das políticas públicas, o papel da autoridade responsável por isso. Hoje, temos lixões, temos essa verdadeira catástrofe que é o problema da deficiência no saneamento. Então, acho que ficou à margem esse aspecto. Isso está relacionado à educação, à ausência de políticas públicas? O que também está acontecendo?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia a todos.

Cumprimento o nosso Presidente Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, o Acir Gurgacz, da Comissão de Agricultura, e também nossos convidados.

Eu gostei muito hoje da apresentação, embora, no começo, tenha achado que era muita gente. São seis pessoas. Já são 11 horas e temos algumas comissões para andar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Inclusive a de Meio Ambiente, em que temos uma reunião ordinária depois.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Mas essa, o senhor não vai mais fazer hoje, porque não se têm mais condições.

Eu prestei muito atenção às questões colocadas. Quero fazer um comentário e deixar uma pergunta no ar depois.

Parece-me que ficou bem claro nas apresentações de hoje - e me parece que não houve a defesa neste ponto – que, especificamente na questão das APPs, há uma diferença muito grande entre as APPs na área rural, obviamente, e as APPs nas cidades. Foi dito aqui o que dá para compilar da seguinte forma: as

APPs na zona rural têm uma atuação muito mais da preservação da biodiversidade, da vida silvestre e tudo mais e, nas cidades, elas têm muito mais uma função de preservação da vida humana. Isso me parece que é a realidade, é a verdade dos fatos. Então, se for assim, acho que deveríamos tratar de forma diferente estas questões: o que é APP na cidade e o que é APP no campo. De forma bem diferente.

Foi colocada aqui também pelo João de Deus – acho que também foi defendido pelo Celso – a questão de que as APPs devem ser liberadas para acesso ao público a fim de que sejam consolidadas, para que as pessoas possam ter ali espaços de convivência pública, com o que concordo plenamente. Aí, remete-me a outra situação: para que possamos ocupar essas APPs, temos de ter equipamentos também ali, equipamentos de diversão, atracadouros ou outras coisas, enfim, que sejam necessárias.

A mim, fica claro, mais uma vez, que as APPs nas cidades devem ter um tratamento diferente do das APPs no campo.

Aí, vem a pergunta que quero deixar para a mesa – eu não vi esta defesa, mas parece que está implícita -: não seria melhor para todo sistema se deixássemos fora do Código Florestal a questão das cidades e trabalhássemos num outro projeto específico para atender às demandas das questões ambientais referentes à área urbana? Parece que ficou implícito – ou ficou implícito para mim -, mas não ficou claro. Então, a pergunta é: os ministérios – principalmente os ministérios – têm a tendência de separar as duas coisas, ou seja, uma coisa é urbana e outra coisa é rural e trabalharmos de forma diferente essas duas questões?

Seriam essas as minhas considerações.

Eu só queria fazer um comentário aqui em relação ao que o José Carlos Martins disse. Temos trabalhado muito nessa questão. O relatório do Senador Luiz Henrique engordou bastante aquilo que veio da Câmara, mas engordou não com coisas novas. Ele está indo diretamente na direção que o senhor colocou que é de esclarecer, de deixar que a lei seja autoaplicável e de não ficar duplas interpretações. Tenho insistido, desde o início, quando o Código chegou ao Senado, para que não deixemos na mão do Ministério Público, quer seja estadual, quer seja federal, a definição do que se pode fazer ou não. Nós precisamos sair daqui com um projeto que tenha o mínimo de discussão possível e que seja autoaplicável.

Então, sobre a consideração que o senhor colocou, essa é uma preocupação do Senado; ela foi do Senador Luiz Henrique na Comissão de Constituição, será do Senador Jorge Viana e será novamente do Senador Luiz Henrique nas outras comissões.

Parabéns pela participação de todos.

Então, eu só queria deixar esta reflexão: não seria melhor separarmos as duas coisas, tratamento de área urbana e tratamento de área rural, de forma separada e individual? É claro que vai chegar a um ponto em que... As duas estão interligadas, como disse o Senado Acir. Não é possível que um rio que passe pela cidade leve todo o lixo da cidade para a área rural. Mas isso teria de ser tratado de forma clara e específica, porque também não dá para admitir... Vamos pensar em Belém do Pará ou Amazonas, por exemplo. Os rios lá têm n quilômetros. Então, teoricamente, em 500 metros de cada lado, não se pode fazer mais nada. Não se pode nem chegar lá, a não ser com baixo impacto. Então, precisamos pensar que a realidade, no dia a dia, é uma coisa e que a vontade, o desejo é um pouco diferente do que temos condição de fazer.

E atender também à nossa geração. Nós estamos falando muito na geração do futuro, netos, filhos. E nós? E nós? Nós também precisamos ter as coisas, precisamos ter acesso, precisamos construir, melhorar a vida de todo mundo.

Então, ficam essas as minhas considerações, Mais uma vez, parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Presidente, eu estou na mesma situação do Senador Luiz Henrique. Queria pedir desculpas, mas o meu chefe de gabinete, Dirceu Goulart, vai ficar para anotar as respostas das perguntas que eu fiz.

A todos os senhores – estou como relatora numa questão terminativa na Comissão de Educação e começa agora esse trabalho.

Então, muito obrigada a todos; e renovo os cumprimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a Senadora Ana Amélia, absolutamente justificável, a sua ausência, Senadora Ana Amélia.

Agradeço a sua presença e a do Senador Aloysio Nunes.

Passo a palavra do relator da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador, vou citá-lo, mas ele sabe que é no propósito de deixar claro uma das preocupações que ele tem.

Senador Aloysio Nunes também, vou citá-lo na sua ausência, mas é para também colocar adequadamente alguns pontos, como a sua preocupação com os recursos hídricos e a urbanização. Quero associar essas duas questões, que eu acho da maior relevância.

O Senador Luiz Henrique saiu e já deu uma contribuição. O Senador Aloysio tem demonstrado uma preocupação também com as questões dos recursos hídricos. Daí, Senador Blairo, eu penso que nós acertamos quando fizemos essa audiência, que já é uma demanda da sociedade e também uma preocupação de vários movimentos sociais, também uma preocupação de entidades importantes que atuam nessa questão urbana e também do próprio Governo. E é um dos desafios que temos aqui no Senado: como inserir a questão urbana na proposta do Código. E aí, meu querido amigo e colega Senador Blairo, também fui questionado sobre se não deveríamos deixar fora, ou não.

Posso afirmar que foi o tema mais demandado que tive até agora, a questão urbana. E não é para menos, estamos com quase 85% da população vivendo nas cidades, ou em pequenas vilas, ou em pequenas comunidades. Aliás, esse é um dos pontos que eu gostaria que os senhores pudessem abordar do ponto de vista de uma nova legislação do Código – e eu sei que nós temos os estatutos das cidades. O que nós, no Código, deveríamos considerar urbano? A partir de quanto? De que maneira? Porque aí tem uma transição do urbano e do rural, pequeno aglomerado de famílias. Porque eu acredito, Senador Blairo, talvez seja oportuno nós colocarmos um capítulo, ou uma parte, a questão urbana,

V. Exª tem razão, ela tem que ser tratada com as suas especificidades, por isso que talvez ela mereça um capítulo, ou uma parte específica do Código. Talvez, separar e por em outra lei pode ficar um pouco mais complicado, nós estamos lidando, por exemplo, nas APPs, com os mesmos rios, com os mesmos problemas de cheia ou de seca. As áreas de risco, as encostas, também, na transição, às vezes do que é considerado área rural e área urbana. Mas certamente tem que ter um tratamento diferenciado. Aí V. Exª tem toda a razão.

Gostaria de cumprimentar aos colegas que dirigem as duas comissões, por essa audiência conjunta, aos Senadores e Senadoras que também são membros. Quero dizer que me associei a esse propósito, estou muito feliz, Senador Rodrigo, de ver o quanto tem sido importante. Quase todos os colegas que estiveram aqui – não foi um número pequeno, ao contrário, foi uma das audiências que teve maior número de Senadores e Senadoras –, todos eles preocupados com a questão urbana, preocupados com essa lacuna que a proposta da Câmara deixou, seja por uma dúvida, por

exemplo, no art. 8º, em que o Senador Luiz Henrique já deu um passo.

O art. 8º, de fato, trata de interesse público, interesse social e baixo impacto. Ora, claro, para resolver intervenções públicas em áreas de APPs. É muito importante que se discuta e se defina o que está dentro do interesse público, do interesse social e também de baixo impacto.

Ele já apresenta uma proposta, na CCJ, claro que é um artigo complexo, porque, depois disso, ele abre espaço para atividade agropastoris em áreas de APPs. Mas isso nós temos um tempo para tratar. Eu queria me prender, especificamente, à questão urbana, não só porque estamos falando de 85%, ou perto disso, da população, mas o Brasil está vivendo um momento especial de expansão econômica, de crescimento econômico, de melhoria do padrão de renda. Nós sabemos a precariedade das cidades brasileiras. Está aqui o nosso querido Celso que trabalha com essa dificuldade. Os companheiros que trabalham no Ministério do Meio Ambiente também têm essa preocupação, nosso Governo tem, tanto é que criou o Ministério das Cidades. Mas, sinceramente, fui prefeito, fui governador, é um tremendo desafio, nós estamos vivendo uma situação que estamos constatando uma ocupação desordenada e até perigosa em muitas das cidades brasileiras e junto com isso com uma realidade real que está posta, estamos contando os mortos, ano a ano, estação climática mais intensa, a gente conta os mortos, só muda de região.

Estou presidindo uma Comissão de Defesa Civil Temporária, no Senado, andamos todas as regiões do País, identificamos esse problema. O ano passado, o Congresso, a partir de uma medida provisória, mudou a legislação ambiental e colocou, por exemplo – vou citar só uma proposta – uma lei aprovada em dezembro do ano passado, de que se deveria fazer uma adesão ao novo sistema de defesa civil. Nenhum Município, nenhum Estado aderiu por conta de divergência nela. Foi criado um fundo, que é muito importante para o que estamos debatendo, um fundo chamado Funcap. Em relação a isso, a União diz: “Eu ponho três em cada cota que o Município ou o Estado possa abrir uma conta e pôr um. Para quê? Para lidar com problema de risco. Só que não é com risco da prevenção, é com a reconstrução, que é o último estágio. E a ONU que criou também um departamento para trabalhar só com risco – e a sede é, inclusive, no Panamá – ela tem estudos que mostra que, para cada um real gasto na prevenção, você economiza R\$7,00. E nós como não estamos fazendo prevenção estamos gastando só os \$ 7,00.

A proposta de criar o Funcap, também não emplacou nenhum município, nenhum Estado aderiu porque ela prevê recursos apenas para reconstrução.

Por que estou falando isso?

Porque foi identificado na fala de todos que nós temos sérios problemas em encostas, em áreas de APP de encostas; nós temos sérios problemas nas margens dos córregos e rios das nossas cidades e uma chuva – que agora não são pequenas –, está aí, recorrente, nós temos tendo chuvas acima de 100 milímetros, anualmente, em várias cidades do Brasil, isso não acontecia, da maneira que ocorre e nas populações de mais baixa renda.

Então, como lidar com isso?

Primeiro, tem propostas, inclusive, de mudarmos a legislação e colocarmos Governador de São Paulo, outros governadores falaram que aceitam uma para um, desde que seja para atuar nas áreas de risco, retirando as pessoas que estão correndo risco. Obviamente que é inteligente, porque vai economizar muito mais recursos.

Então eu queria aqui me prender, especificamente, gostaria, se os senhores, por favor, pudessem comentar o que deveria ser considerado: Núcleo urbano, ou aglomerado urbano para tratarmos, para termos uma área de transição entre o rural e o urbano?

Gostaria, também, de ouvir dos senhores se deveríamos ter um capítulo a parte, com alguns artigos e, obviamente, as medidas adequadas para lidar com a questão urbana, um pouco do que o próprio Senador Blairo perguntou, ou seja, se deveríamos tratar no Código ou não.

Eu, como tenho, a princípio, uma opinião de que devemos tratar sim. Mas é bom que possamos ouvir a opinião dos senhores sobre esse assunto. E também a questão das áreas de risco. É muito séria nossa situação. Com essa expansão – não estou falando de pouca coisa – nós estamos tendo uma situação, onde em 2005 para cá a classe “a” e “b”, que era de 26 milhões de pessoas e passou para 42 milhões; a classe “c”, que era de 62 milhões de brasileiros, passou para 101 milhões de pessoas. Então são pessoas que agora têm uma renda para fazer um puxadinho, para fazer uma casa nova. Estão fazendo onde? No lugar que tinham o terreno, na área de risco. E aí a situação vai se complicando cada vez mais.

Eu acho que o Código pode dar uma resposta para as prefeituras e para Estados, que nós não podemos brincar com quem está em área de risco, porque estão correndo risco de vida. Separar as áreas de risco já ocupadas de eventuais ações que nós devemos fazer em áreas que ainda não estão ocupadas. Só para citar aqui, a classe “d” e “e”, que era de 92 reduziu para

47. Então nós estamos lidando com uma pressão da própria população. Eu não sei, mas se tivesse essa informação, os senhores que atuam no setor privado, se tem alguma estatística? Nós sabemos, mais ou menos, quantas habitações novas estão sendo construídas, a partir de financiamento, enfim da ação do Governo e tal. Mas, no geral, vocês têm idéia de quanto está sendo a movimentação nas moradias dos brasileiros.

E, por fim, para poder não me estender mais – nem interromper, porque tenho mais é que ouvir a fala dos demais colegas – eu gostaria também de vê se os senhores poderiam encaminhar oficialmente e aí estou me referindo especificamente CBIC – que agradeço terem vindo – e ao Secovi, às propostas objetivas que os segmentos dos senhores têm para a questão das cidades, do licenciamento que pudéssemos, já em cima do texto da Câmara, que nos ajudaria muito, porque agora nós temos que trabalhar com essa objetividade. E o mesmo peço também, sei que o Ministério do Meio Ambiente está trabalhando nesse sentido, mas eu gostaria – porque não criamos ainda um canal – de estabelecer um canal direto com o Ministério das Cidades, e se pudéssemos **(Falha na Gravação)** ... relação de trabalho, visando o aperfeiçoamento que veio do texto da Câmara.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço Senador Jorge Viana, Relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente.

Registro a presença do Senador Eurípedes Carmo.

Passo a palavra agora, ao nosso último inscrito, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, Senador Rodrigo, eu queria insistir num cumprimento que tenho feito a cada uma das audiências públicas que temos realizado, para debater todos os aspectos relativos ao Código Florestal. E nessa audiência de hoje, que tratamos especificamente da questão urbana, da ocupação das áreas urbanas a gente teve elementos importantíssimos para orientar nossos relatores.

Então, tanto o Senador Jorge Viana, quanto o Senador Luiz Henrique terão um trabalho hercúleo no sentido de poder apresentar uma proposta que contemple todos os estudos que têm sido apresentados nessas nossas audiências. E pelo andar da carruagem nós teremos que fazer, inclusive, um esforço, no sentido de não apressar a votação, amanhã na Comissão de Constituição e Justiça, uma comissão vai procurar o Senador Eunício Oliveira no sentido de que a gente ganhe um tempo maior, porque a gente vai, na próxima semana, ouvir os juristas, porque a gente precisa ouvir

todos segmentos que têm opiniões a esse respeito da sociedade para que as propostas de relatório a serem apresentadas pelo Senador Luiz Henrique e também pelo Senador Jorge Viana possam contemplar esses aspectos todos da sociedade.

Então, o que queria dizer é que nessa audiência de hoje a gente reuniu muito mais elementos para que esses relatórios contemplem, verdadeiramente, os anseios do Brasil, porque a nossa preocupação é não ter aprovado essa matéria de maneira apressada. Quanto mais refletida a gente tomar essa decisão, maiores serão as nossas possibilidades de acerto. Então, o grande desafio que nós temos para esse momento, é a gente reunir o máximo possível de informação, que a gente possa fazer essa mediação dos conflitos e dos interesses em favor do Brasil, em favor do meio ambiente e em favor da nossa biografia, porque temos uma responsabilidade de estarmos legislando sobre algo que não diz respeito à geração atual mas, principalmente, as futuras legislações.

Então a gente tem que cometer o menor número de erro possível e, para cometer menos erros temos que ouvir muito mais a sociedade. Então, a audiência de hoje foi uma audiência de altíssimo nível, que nos trouxe muitos elementos e eu só tenho a cumprimentar a todos os debatedores que se dispuseram a vir, nos ajudar na orientação, na busca de luz para um caminho mais acertado.

Muito obrigado a todos.

E que tenhamos todos a sabedorias de nos conduzir convenientemente na construção da proposta que seja melhor para o Brasil, tanto diante dos brasileiros, quanto diante da comunidade internacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Senador Diniz.

Dando sequência agora para ouvirmos as considerações, as perguntas que foram feitas, a Mesa vai conceder cinco minutos a cada um.

Passo a palavra ao Dr. Celso Santos Carvalho, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, do Ministério das Cidades.

O SR. CELSO SANTOS CARVALHO – Vou começar com relação às questões levantadas pela Senadora Ana Amélia.

Resumindo, a posição do Ministério das Cidades, do Governo, nós temos trabalhado nesse assunto numa sintonia muito próxima com o Ministério do Meio Ambiente, mas nossa posição é que existem ocupações consolidadas dentro das áreas urbanas que devem ser regularizadas. A forma de regularização depende da questão da base em que se deu a irregularidade, então, quando houve a irregularidade foi por causa

da ausência de alternativa habitacional, se configura interesse social existem condições específicas para essa regularização. Óbvio que ninguém vai consolidar ocupações em área de risco, mas o que estamos colocando aqui é que a resolução das questões de risco deve ser feito no âmbito de um projeto específico de intervenção; mais do que isso, além da resolução das questões de risco a melhoria das condições ambientais devem ser propiciada e comprovada por esse projeto de intervenção, quando se trata de interesse social.

Quando se trata de outras ocupações de alta renda, média renda, ocupações de condições históricas, o processo de regularização deve considerar essas demais questões e também as compensações ambientais necessárias.

O Senador Blairo coloca a questão da proposta da eventual possibilidade se trabalhar num outro diploma legal. Eu acho que pode ser considerado, mas me parece que é possível, Senador, que a gente coloque um capítulo específico para as áreas urbanas; na verdade o Governo Federal tem trabalhado nessa direção, até agora. A gente tem um capítulo específico para as questões urbanas.

O Senador Jorge Viana, coloca, nesse caso, que seria fundamental a gente definir o urbano. O que é urbano?

Nós temos uma proposta, foi discutida na Câmara, essa definição saiu no projeto aprovado, mas me parece que existe uma questão, quer dizer, uma definição: O que é urbano?

Uma definição legal do âmbito do município. É o que está dentro do perímetro, dos perímetros urbanos. Mas a diferenciação, ou as disposições específicas devem ser para aquela região onde já existe uma ocupação de caráter urbano. Nós propusemos no debate da Câmara, e isso não foi acolhido, mas acho que vale a pena a gente recolocar, a questão da área urbana consolidada. Então, quando estamos falando área urbana, estamos falando área urbana de verdade, real, e não apenas uma definição legal da Lei Orgânica do Município. E uma área urbana consolidada é uma área que tem uma forma de ocupação urbana já definida, infra-estrutura. Existe uma proposta para a caracterização dessa questão.

E, finalmente, eu acho que precisamos estabelecer que apesar da APP ter relação com a questão de risco, ela não esgota a questão de risco. As propostas levantadas aqui pelo Carlos Nobre, nosso companheiro de governo, de estabelecer uma forma técnica e científica de definir APP em áreas urbanas me parece que ficariam mais adequadas no âmbito de um mapa de risco no Município.

Então, acho que além do Código Florestal, existe a necessidade do Município ter um mapa de risco que estabeleça as condições de risco em cada local, em escala adequada.

Existem propostas, inclusive aqui no Senado eu tive oportunidade de discutir com a equipe do Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro, e ele tem propostas de tornar obrigatório, pelo menos nos Municípios mais críticos, um mapa de risco, e eu acho que essa questão, o mapeamento técnico das áreas mais frágeis do ponto de vista do risco deve ser objeto de uma legislação específica, que complementaria as questões mais gerais de APP do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Celso Santos Carvalho.

Vamos ouvir agora o representante da Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, Dr. João de Deus Medeiros.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – Senhores, eu começo reafirmando a nossa compreensão de que a manutenção da previsão no Código Florestal das APPs urbanas é entendida por nós como algo necessário, um avanço, a reafirmação disso, Senador Blairo. E chamo a atenção também para o cuidado que nós temos que ter com relação ao diálogo com a legislação urbanística, e ter o entendimento que isso não significa que nós tenhamos que fazer agora toda uma reformulação da legislação urbanística por trazer essa previsão para o Código.

Mas, eu reafirmo, para nós é extremamente importante, é fundamental que se consolide essa lógica de que nós temos áreas mais frágeis, áreas com determinadas funções, que precisam também, no espaço urbano, ter essa remissão na lei federal como áreas de preservação permanente.

E aí a segunda observação que eu acho extremamente relevante aqui nós reafirmarmos é que o Código Florestal, essa legislação nacional, estabelece parâmetros gerais para aplicação nacional. E é importante ter compreensão de que isso não significa um conflito com a competência legislativa do Município, porque o plano diretor obrigatoriamente tem que ir além dessas prescrições mínimas que são estabelecidas para o ordenamento nacional. E não há nenhum conflito nisso.

Então, sendo bem objetivo: ao definir um parâmetro mínimo para aplicação nacional em espaço urbano, o que a lei nacional está dando é o mínimo. E nós temos que entender que esse mínimo, na maioria das situações, vai se mostrar insatisfatório. Porém, a complementação pode e deve ser feita, e aí a cobrança e a responsabilidade dos gestores municipais, ao elaborarem os planos diretores, fazerem com que essas peculiaridades locais, essas especificidades da cada

cidade sejam atendidas, e a legislação municipal promova a complementação das áreas de proteção, ou coíba a ocupação, nesses espaços adicionais.

Então, nesse sentido, a própria sugestão do Carlos nos parece muito interessante e procedente como uma orientação para os planos diretores, porque realmente eu acredito que seria muito difícil nós já trazeremos para o corpo de uma lei federal, que é uma regra nacional, um parâmetro que seja tão amplo que incorpore uma proteção, digamos assim, integral para todas essas especificidades que vamos ter nas diferentes, nas diversas cidades que temos no Brasil.

Então, acho que o grande desafio aqui, Dr. José Carlos, é exatamente nesse aspecto: de nós entendermos que você tem algumas prescrições para o espaço urbano que estabelecem uma orientação do que é um parâmetro mínimo, e a complementação se faça através da legislação municipal. Os planos diretores já têm essa direção hoje. O que nós precisamos é exatamente cobrar um pouco mais de consequência e de responsabilidade dos nossos gestores na elaboração e implementação dos planos diretores.

Porque, o Nabil sabe, nós tivemos ao longo desse processo, depois da edição do estatuto da cidade, não raro esses conflitos em que os próprios planos diretores queriam trazer regras menos restritivas do que esse mínimo nacional. E aí se estabelece o conflito.

A Senadora Ana Amélia menciona esse problema da impermeabilização. É óbvio que esse é um problema que acirra, amplia a gravidade desses fenômenos, e naquele estudo que nós realizamos no Rio de Janeiro isso ficou bastante evidente. Até eu lembro bem que houve algumas áreas em que você tinha inclusive placas lá das obras da prefeitura, os tais de muros ciclóticos, por exemplo. São verdadeiras armadilhas que, à guisa de intervenções urbanísticas, acabam potencializando o risco. Isso precisa realmente ser revisto, acho que a própria intervenção do Caio foi bastante ilustrativa nesse sentido. Você precisa ter clareza de que as áreas de APP, quando trabalhamos esse conceito de risco, não esgotam o controle do risco.

E novamente o exemplo do Rio de Janeiro é muito claro. Nós tivemos, e o Carlos até mostrou algumas fotos que nós fizemos na região serrana do Rio, o soterramento de casas, com perda de vidas humanas, de construções em loteamentos perfeitamente regulares, construções fora da APP. Naquele exemplo da encosta, todas as casas que foram soterradas não estavam na encosta, estavam na área plana embaixo, que, em tese, pela lei federal, não é APP. Agora, a proximidade com uma encosta instável torna aquela área uma área de risco? É óbvio. E o ordenamento municipal restringindo ocupação nesse ponto pode e deve ser feito.

Então, complementando esta minha fala, eu acho, Senador Jorge Viana, que realmente a incorporação e a consolidação dessas previsões no Código são extremamente pertinentes e necessárias. E talvez o espaço que nós tenhamos ainda para esse aprimoramento, neste momento, ao pensar um possível capítulo específico para a área urbana em que possamos dar um direcionamento mais particularizado, essa orientação inclusive facilitando a operação da norma, seja um movimento que ainda nós tenhamos condição de fazer neste momento de revisão aqui no Senado, e que nós entendemos também que poderia ser muito bem vindo e, reafirmo, nesse contexto de ter no código nacional uma orientação estabelecendo as diretrizes e os parâmetros mínimos para que a legislação municipal, na sua competência, faça a complementação e nos dê a condição de uma boa gestão do espaço urbano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. João de Deus Medeiros.

Passo a palavra agora ao Sr. José Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINS – Bom, Senador, vou tentar correr bastante aqui. Sabe, Senador Blairo, no aspecto de diferenciar área urbana e área rural, nós já tivemos um debate muito grande. Já teve momento que era de um jeito, era de outro, hoje estamos convencidos, não tem forma de você desvincular uma coisa da outra. Não tem por uma série de motivos.

Até se, neste instante, eu chego e retiro tudo do Código Florestal, cria-se um vácuo legal que pára o Brasil, cria uma insegurança total. Seria uma coisa... É claro que também nós entendemos a premência e a necessidade de que o Código Florestal ande mais rapidamente. Em momento algum, o setor urbano quer, de alguma forma, atrapalhar que isso aconteça.

Acho que temos que ter um momento de debate suficiente, mas quem sabe nesse instante não dê para chegarmos em tudo o que precisamos debater e precisemos de alguma coisa posteriormente. Mas é inevitável que neste instante nós tenhamos, e aqui concordamos com o Governo, um capítulo específico para a área urbana dentro do Código, Senador. Eu acho que não tem como isso aí ser um capítulo. A forma, vamos dizer, a prática legislativa, não temos competência para isso. Mas sobre isso eu queria responder imediatamente.

A nossa proposta sempre passa, e por isso a Senadora deu uma grande oportunidade, eu tenho falado muito que ultimamente estamos transformando tudo em número. Esquecemos que tem vida. É coisa de obra pública, é uma porção de coisa desse tipo que estamos levando tudo como se fosse escritório

de contabilidade. É 5, é 10, é 15, é 30. Esquecemos que a vida não é assim e que cada lugar tem uma característica, está certo?

Isso que a Senadora falou, é claro que estamos discutindo se a APP é 15 ou 30 e ninguém está falando em grau de impermeabilidade das cidades. Eu moro em Curitiba, a cidade de Curitiba está impermeabilizada, no entanto ele vai alagar São José dos Pinhais, que é a região metropolitana, na ponta do rio. Não é assim, Senador?

São coisas que são integradas. Por isso esse nosso conceito em que não quero dividir essa coisa tão simploriamente, mas eu falo é da bacia hidrográfica, mesmo, eu falo é da região morfológica, da região geológica, o senhor entendeu? Não é porque eu delimito um município aqui que o outro não tem o impacto daquilo que estou fazendo.

É claro que tem que trabalhar com a impermeabilidade, Senador, mas não é só impermeabilidade. Aí entra outra coisa que é particular de cada local. Uma coisa é a impermeabilidade que vou trabalhar em Brasília e outra coisa a que estou trabalhando em São Paulo. Então em São Paulo não adianta mais eu querer exigir um grau de impermeabilidade. Lá eu tenho que ter obras e algum tipo de ação que de alguma forma reduza o impacto dessa coisa que já está feita. Então eu posso exigir o piscinão, eu posso exigir...

Porque qual é o grande problema? A natureza, quando pingava gota d'água aqui, até que ela chegasse no rio demorava uma semana, quinze dias, alguma coisa desse tipo. Agora ela demora dez minutos. Então isso aqui dá um impacto tão rápido ali que não há estrutura de drenagem que muitas vezes agüente

Mas é lógico, então, volto a frisar: não são coisas que, aqui de Brasília, numa canetada, vou criar regras para o Brasil inteiro. Tem que ser uma decisão local.

E, sabe, João, quando insisto com você, vou te dizer o seguinte: não posso conceber que seja parâmetro mínimo um curso d'água de 50 centímetros, eu deixar 30 metros para cada lado. Ou seja, tem um curso de água de 50 e deixo 60 de APP ao redor, você entendeu? Eu não posso entender isso como parâmetro mínimo para o Brasil.

Acho que essas coisas... De repente, vemos o desastre no Brasil inteiro e começamos a dar parâmetros mínimos que, no fundo, acabam sendo meio o que todo mundo usa.

Acho que temos que ser extremamente rigorosos, acho que o Caio falou. Estou totalmente de acordo com isso. Temos que ser rigorosíssimos com as coisas que têm que acontecer. Vida humana é vida humana. E, com o respeito do Celso, é muito duro estarmos aqui

querendo criar excepcionalidade porque, de alguma forma, temos que criar um problema anterior. Está certo?

Então vamos lá. Agora vou insistir na área de expansão urbana, que não é só área urbana consolidada. A cidade está crescendo. Eu vou falar uma coisa: com Minha Casa Minha Vida não temos esse tipo de problema, porque tem um critério na hora de eu ver um empreendimento, sabe, Senador?

Depois eu vou pedir para o Sr. Nabil, mas eu calculo que a quantidade de unidades que se fazem no Brasil sejam da face de 1,500 milhão a 1,700 milhão unidades por ano. Mais ou menos esse é o número que eu tenho, eu só pediria que o Professor Nabil conferisse isso aí se realmente é mais ou menos isso, se é mais ou menos.

É um número muito grande, a coisa cresce. Eu quero falar da área de expansão, porque o que está acontecendo hoje? Como eu não regulo adequadamente a área de expansão, Senador Blairo, o preço da terra sobe porque eu estou usando só o que existe, por causa desses conceitos. E eu não coloco regularmente alguém naquela ponta porque eu tenho limitantes e constrangedores, e alguém paga essa conta. O senhor compreende?

Daí eu não consigo dar suficiente... Hoje, nós, como CBIC, conversando com o Governo, é muito doído ter que chegar e pedir, "esse valor está muito baixo" para transferir aquele recurso para o dono de uma terra. O senhor compreende? Quando eu gostaria muito que houvesse muito mais casas sobre isso.

Deixe-me ver aqui alguma coisa. O controle das ilhas de calor vai na mesma linha do que eu acabei de falar aí sobre a parte de permeabilidade. É claro que temos que levar em conta. Não sei se neste instante, Senador, são assuntos mais técnicos, mais detalhados, caberia. Num passo seguinte poderíamos aprofundar um pouco mais.

O aspecto do que é rural e o que é urbano, temos que buscar isso, não é, Celso, de alguma forma determinada. Mas, insisto, não pode se limitar àquilo que está consolidado. Aqueles parâmetros que estão ali, que são "x" unidades, que tenham isso, que tenham aquilo, "x" habitantes por hectare, e coisa e tal, não podem ser o parâmetro, porque vou estar inibindo a condição. Estou colocando a sequência.

Os Senhores veja, vou voltar ao negócio da restinga. Quer coisa que limite mais esse tipo de coisa? Vou lá, vou limitar uma construção em algo, ou seja, estamos nos pegando às vezes em itens que não são substanciais. Como a Senadora colocou, permeabilidade ninguém está discutindo.

Agradeço, Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Dr. José Carlos, pela contribuição que o senhor traz a este debate em nome da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, e passo a palavra agora ao Sr. Caio Portugal, Vice-Presidente do Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato da Habitação de São Paulo.

O SR. CAIO PORTUGAL – Bom, procurando não repetir o que os outros já falaram aqui, mas na linha da proposição, eu acho que essa questão da divisão da APP em rural e urbana é fundamental quando você está discutindo um marco regulatório. Mesmo que em nível nacional você esteja estabelecendo critérios mínimos, é importante aproveitar essa oportunidade e discutir nessa legislação, sem deixar essa oportunidade passar para uma outra legislação.

Você pode até ter um eventual código ambiental urbano em que você pode estar resgatando esses padrões mínimos e indo amiúde para discutir outras questões mais importantes. Mas acho que é importante discutir nessa legislação e fixar, seja através de um capítulo, de algum dispositivo, a questão das APPs em área urbana.

Na questão da proposição da diferenciação de área rural para área urbana, a legislação de Mata Atlântica teve uma propositura bastante inteligente. Ela fixou um marco temporal e naquele marco temporal fez uma coligação com aqueles municípios que já tinham o seu plano diretor fixado. No que era o perímetro urbano, ele admitia algum tipo de utilização, algum tipo de ocupação. E naquilo que ainda não era, ia haver uma restrição muito maior na ocupação urbana, exigiria uma preservação muito maior.

Acho que essa é a linha do caminho que devemos buscar para discutir área urbana consolidada, área urbana e área de expansão urbana. Você tendo um marco temporal que seja um marco temporal adequado, coligado à já pré-existência, no município, da fixação de perímetro urbano, você tem ali um critério que, amiúde, no interesse público local, é prerrogativa exclusiva do município, que em algum momento fez a avaliação e definiu.

Então ali você já teria um critério para fazer a distinção do que é a área rural que futuramente poderia ser área de expansão urbana daquela área urbana que já foi definida por perímetro e vis-à-vis também uma área urbana já consolidada em que você pode estabelecer eventualmente algum outro critério, sem existir conflito para que isso não gere, mais uma vez, problemas de segurança jurídica.

O outro aspecto que a Senadora havia colocado para nós era o aspecto da questão da competência. Isso nós até discutimos numa oportunidade com o Se-

nador Jorge e ele nos deu uma colocação que eu achei bastante interessante. Temos que ter critérios mínimos e parâmetro mínimos estabelecidos em nível nacional para que não incorramos no problema de uma eventual guerra fiscal ambiental. Para que o município coloque: no meu município não precisa regar nada em termos de APP, aqui se pode ocupar cem por cento em face do município vizinho, pois estão dentro da mesma bacia hidrográfica. E passem a ocupar de uma outra forma.

Então, acho que ter critérios mínimos nacionais seria importante, e deixar para o município o que lhe cabe. O que lhe cabe, o que é? É a especificidade do planejamento físico territorial urbano. Ele diz para onde a cidade deve crescer, para onde não deve crescer, onde deve ocupar, onde não deve ocupar, as áreas de risco devem estar ali perfeitamente dimensionadas. Esse é o instrumento.

Então, o que cabe num Código Florestal? Dizer exatamente os critérios do que vai ser em área urbana e em área de expansão urbana. Isso já vai ser uma linha mínima, um norte mínimo que vai garantir o planejamento ou a revisão desse planejamento físico territorial urbano dentro do município.

E na linha do incentivo, eu acho que é importante colocar, o Estado de São Paulo chegou a fazer isso em alguma época, o chamado “município verde”. Aquele município que fisicamente já era dotado de grande faixa de preservação de recursos naturais recebia algum tipo de incentivo na manutenção daquele ecossistema em que ele estava ali instalado. Acho que nessa linha, podíamos utilizar, dentro daqueles instrumentos que são cabíveis para o município, para aquela comunidade, para que ela garanta a manutenção daquele espaço que está sendo criado, daquela área pública que está sendo criada, daquele espaço de revegetação de área urbana, dentro de uma área de APP.

Acho que esse instrumento é possível. Uma possível diminuição no valor venal ou na alíquota do IPTU seria um instrumento interessante para você recompensar aquele que presta serviços ambientais. Acho que é possível discutir isso e buscar construir algum tipo de proposta para encaminhar aqui ao Senado.

E, no mais, agradeço a oportunidade, Presidente Senador Rodrigo Rollemberg, da nossa presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Dr. Caio Portugal, pela contribuição trazida em nome da Secovi, Sindicato da Habitação de São Paulo.

E passo a palavra agora ao Professor Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Queria, em primeiro lugar, dizer que estou bastante contente em ter visto aqui um consenso muito grande de parte dos Sena-

dores em relação a se dar um tratamento específico para a questão urbana no Código Florestal.

Parece-me que esta visão está consolidada e é extremamente importante. Temos na faculdade de arquitetura, no laboratório de habitação, promovemos um seminário e será promovido outro seminário sobre as APP's urbanas e esse entendimento é bastante forte no âmbito da universidade de que deve haver um tratamento específico.

Concordo plenamente com o que foi colocado: trata-se de um tratamento específico dentro do Código Florestal e não uma lei a parte, tendo-se claro que não irá resolver todos os problemas ambientais urbanos no Código Florestal, até porque o Estatuto das Cidades, no meu entender, avançou muito em vários aspectos, mas na questão ambiental deixou muito a desejar e há uma série de problemas que existem de impermeabilidade do solo. E os assuntos que foram levantados aqui não serão resolvidos no Código Florestal.

O Código Florestal tem que ter um capítulo específico, mas ele não vai resolver a questão ambiental e nem a questão de risco de uma maneira mais geral. Ele pode contribuir de maneira bastante importante nesse sentido. Parece-me também em relação a isso que a conceituação de urbano é muito importante porque, a partir do momento em que estabelece regras específicas para as APP's urbanas, definir exatamente o que vamos entender por urbano, que é a preocupação do Senador Jorge Viana, me parece uma questão importante.

Eu, em minha fala aqui, reforcei um pouco a necessidade de se esclarecer mais o conceito de área consolidada urbana e de área de expansão urbana e não confundir necessariamente com zona urbana porque as zonas urbanas a gente que os Municípios estendem muitas vezes as chamadas zonas urbanas e isso cria uma dificuldade de se estabelecer regras diferenciadas para uma situação e outra.

Uma coisa é área consolidada e área de expansão urbana, outra coisa é zona urbana e zona rural. Também acho que está muito claro e há um consenso a necessidade de termos regras gerais em nível nacional e diretrizes para que os Municípios, através de seus planos diretores e outra legislação municipal inclusive o Código Ambiental Urbano, outra possibilidade que o Município tem, estabeleça as regras mais específicas em relação às características específicas do Município. Isso me parece importante, mas as diretrizes de nível nacional são importantes.

As questões que o Professor Carlos trouxe aqui são importantes como diretrizes porque é importante estabelecer na lei faixas e a gente sabe que essas faixas sempre são genéricas, mas elas são referências que poderão gerar na legislação municipal uma restrição maior levando em conta uma diretriz que seria a diretriz estabelecidas por esses critérios.

Outras questões que me parecem importante destacar, respondendo ao que o Senador Acir levantou me parece que existe uma liberalidade maior no urbano no que no rural, é importante destacar que a questão quantitativa não é desprezível.

De fato, temos apenas 0.5% do território nacional no território das cidades e temos 99% no rural, o que pode gerar respostas específicas e diferenciadas, preservando-se uma série de aspectos colocados na biodiversidade nas zonas rurais e, nas zonas urbanas, as preocupações são outras como foi levantado pelo Senador Bauer.

A questão da preservação da vida humana é importante e, acrescentando, o fator de qualidade de vida urbana porque as APP's urbanas podem desempenhar um fator adicional de qualidade de vida urbana em vários aspectos, ou seja, seja de convivência, seja de equipamentos de lazer que são necessidades. A necessidade é o equilíbrio entre o urbanizado e o não-urbanizado ou não, o construído, vamos dizer assim, urbanizado, mas não construído nas áreas urbanas. É importante esse equilíbrio que faz parte das necessidades não só do ponto de vista da vida humana, mas também das condições ambientais.

As APPs desempenham esse papel, mas também não se limitam apenas a elas porque esse equilíbrio também pode e deve existir áreas verdes nas áreas urbanas que não são APP's, assim como a questão de risco acontece não só nas APP's. Então, não vamos resolver o problema ambiental urbano e nem o problema de risco no Código Florestal, mas ele dá uma contribuição significativa em relação a isso.

Eu não quero me estender mais, mas acho que se avançou bastante e queria me colocar a disposição do Relator para podermos avançar um pouco mais na construção desse capítulo específico.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSDB – DF) – Eu agradeço a contribuição que V. Ex^a traz ao debate.

Solicito aos Senadores membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle que permaneçam após o encerramento para fazermos rapidamente uma reunião ordinária da comissão para apreciar alguns requerimentos, mas quero agradecer a contribuição extremamente positiva para os nossos trabalhos, o debate realizado na manhã de hoje.

Antes de encerrar os trabalhos, submeto à aprovação da Ata da presente reunião conjunta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

Ata da 33ª reunião ordinária da comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 30 de agosto de 2011, terça-feira, às 11h30, na ala senador nilo coelho, sala nº 2.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia trinta de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ANÍBAL DINIZ, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, REDITARIO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, PAULO DAVIM, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, **VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALVARO DIAS, KÁTIA ABREU e RANDOLFE RODRIGUES**. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à **PAUTA**, destinada à deliberação de matérias. **Item 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 60, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO**, que “Nos termos regimentais, solicita a realização de Audiência Pública para discutir a situação das Unidades do IBAMA no interior do estado do Amazonas, que serão desativados conforme informou o Instituto, com as presenças do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado do Amazonas – SIND-SEP”. Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento. **Item 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 61, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO**, que “Nos termos regimentais, solicita aditamento ao requerimento de 54/2011, com o objetivo de incluir o nome do senhor Moysés Israel, membro da CGFLOR – Comissão de Gestão de Florestas Públicas e Presidente do Sindicato das Indústrias de Madeiras Compensadas e Laminadas no Estado do Amazonas, do Sindicato da Indústria de Serrarias e Carpintarias no

Estado do Amazonas e do Conselho Fiscal da FIEAMT, representando a Federação das Indústrias do estado do Amazonas – FIEAM, no ciclo de debates promovido por esta Comissão sobre o novo Código Florestal”. Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento. **Item 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 74, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO**, que “Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle”. Autoria: Senadores Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 75, DE 2011-CMA**, que “Requeiro, nos termos dos artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discutir os benefícios ambientais decorrentes da utilização da tecnologia de Rochagem na remineralização/rejuvenescimento dos solos, de forma a alterar os níveis de fertilidade. Nestes termos, solicito a participação das seguintes autoridades, com suas respectivas equipes técnicas responsáveis pelo mencionado tema: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e Representante do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB/CDS)”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 81, DE 2011-CMA**, que “Requeiro a realização, por parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do evento internacional denominado “Colóquio sobre Proteção de Espécies Ameaçadas de Extinção”, no dia 14 de outubro de 2011, em parceria com o Su-

perior Tribunal de Justiça (STJ), o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), conforme programação a seguir listada: 09h00 Abertura; 09h30; Retrato das Espécies Ameaçadas de Extinção; 10h30 Valoração Ética, Ecológica, Social e Econômica da Biodiversidade; 11h00 Modelos Jurídicos de Proteção das Espécies Ameaçadas de Extinção; 14h00 A Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas de Extinção; 15h00 Compromissos Internacionais do Brasil; 16h00 Espécies e Ecossistemas Ameaçados: o Papel das Unidades de Conservação no Desenvolvimento Sustentável. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 30-8-2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Quero informar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que os itens 3 e o 6 da pauta foram retirados em função de que o Ministro do Turismo já esteve no Senado na semana passada e que o Ministro Paulo Bernardo estará na Comissão de Ciência e Tecnologia amanhã.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Gostaria que fosse retirado de pauta também o item 8, do qual eu sou o Relator *ad hoc*, em razão de um novo entendimento com o Ministério de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está retirado também o item 8. Informo também que o item 13 está sendo retirado por solicitação do Relator, igualmente o item 15, por solicitação do Relator, e o item 19, por solicitação do autor.

Em apreciação o item 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

A Senadora Vanessa Grazziotin não está presente, então vou assinar a coautoria do requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC.

E CONTR Nº 60, DE 2011

– Não Terminativo –

Nos termos regimentais, solicita a realização de Audiência Pública para discutir a situação das Unidades do IBAMA no interior do estado do Amazonas, que serão desativados conforme informou o Instituto, com as presenças do presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado do Amazonas – SINDSEP

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 2, também de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, vou assinar para que possamos apreciá-lo.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC.

E CONTR Nº 61, DE 2011

– Não Terminativo –

Nos termos regimentais, solicita aditamento ao requerimento de 54/2011, com o objetivo de incluir o nome do senhor Moysés Israel, membro da CGFLOR – Comissão de Gestão de Florestas Públicas e Presidente do Sindicato das Indústrias de Madeiras Compensadas e Laminadas no Estado do Amazonas, do Sindicato da Indústria de Serrarias e Carpintarias no Estado do Amazonas e do Conselho Fiscal da FIEAMT, representando a Federação das Indústrias do estado do Amazonas – FIEAM, no ciclo de debates promovido por esta Comissão sobre o novo Código Florestal. Em apreciação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)
Aprovado.

O item 3 foi retirado, passemos ao item 4. O autor também não se encontra. Passemos ao item 5.

O autor também não está presente, Senador Acir Gurgacz, portanto, vou assinar o requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 74, DE 2011 – Não Terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja feito em reunião conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

Há dois requerimentos extrapauta.

O primeiro deles é de minha autoria.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

Requer a realização, por parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do evento internacional denominado “Colóquio sobre a Proteção de Espécies Ameaçadas de Extinção”, no dia 14 de outubro de 2011, em parceria com o Superior Tribunal de Justiça, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e a União Internacional para a Conservação da Natureza, conforme programação a seguir listada:

- 9h: abertura;
- 9h30: Retrato das Espécies Ameaçadas de Extinção;
- 10h30: Valoração Ética, Ecológica, Social e Econômica da Biodiversidade;
- 11h: Modelo jurídico de proteção das espécies ameaçadas de extinção;

– 14h: A Lista Vermelha das Espécies Ameaçadas da Extinção;

– 15h: Compromissos Internacionais do Brasil;

– 16h: Espécies e Ecossistema Ameaçados – o Papel das Unidades de Conservação no Desenvolvimento Sustentável.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Outro requerimento extrapauta também de minha autoria.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, 102 “a”, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública para discutir os benefícios ambientais decorrentes da utilização da tecnologia de rochagem na remineralização /rejuvenescimento dos solos, de forma a alterar os níveis de fertilidade.

Nestes termos, solicito a participação das seguintes autoridades, com suas respectivas equipes técnicas responsáveis pelo mencionado tema: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e Representante do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB/CDS).

Em apreciação.

Aqueles que concordam com sua inclusão em pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 7. O Relator não se encontra.

Item nº 8. Retirado.

Item nº 9. O Relator não se encontra.

Item nº 10. O Relator não se encontra.

Item nº 11. O Relator não se encontra.

Item nº 12. O Relator não se encontra.

Os demais itens são terminativos.

Portanto, não havendo mais nada a deliberar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 2 minutos.)

Ata da 9ª reunião da subcomissão permanente de acompanhamento da rio+20 e do regime internacional sobre mudanças climáticas, criada por meio do rqs (cre) nº 10, de 2011, que “requer, nos termos regimentais, seja aditado ao requerimento nº 03, de 2007-cre, que criou a subcomissão permanente de acompanhamento do regime internacional sobre mudanças climáticas, a competência para acompanhar o planejamento e as atividades da conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável-rio+20. Dessa forma, requer também que a subcomissão passe a ser denominada subcomissão permanente de acompanhamento da rio+20 e do regime internacional sobre mudanças climáticas”, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 30 de junho de 2011, quinta-feira, às 18:00 horas, na sala de reuniões nº 7, da ala senador alexandre costa.

Às dezoito horas e oito minutos do dia trinta de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com a presença do Senhor Senador **Randolfe Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao **Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa o senhor Francisco Menezes, Diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o professor Marcel Bursztyn, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, e a senhora Diana Sawyer, Pesquisadora Sênior do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas em Brasília. O Senador **Randolfe Rodrigues** assume a Presidência. O Senador **Cristovam Buarque** reassume a Presidência. Faz uso da palavra o Senador **Randolfe Rodrigues**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e dezessete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a in-

tegra das Notas Taquigráficas. –_Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa noite a cada uma e a cada um de vocês!

Declaro aberta a 9ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Esta reunião, dentro desse conjunto, é a quarta reunião e se destina a dar sequência ao nosso ciclo de audiências públicas. Já houve o debate sobre água: como conservar? Já houve um debate sobre energia: para quê e como? E, hoje, há o debate sobre pobreza: como superar?

Chamamos para proferir as palestras de hoje e debater o tema as autoridades especialistas. Aproveito para convidá-los a vir aqui, pedindo ao nosso Secretário que os introduza aqui. Vou esperar que cheguem aqui, para falar o nome de cada um.

A Professora Marília Leão é Presidente da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh). O Professor Marcel Bursztyn é Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB; portanto, até pouco tempo, antes de ele ser substituído, ele era meu chefe, porque é lá que dou aula. A Professora Diana Sawyer é Pesquisadora Sênior do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas em Brasília.

Vou passar a palavra nessa ordem. Quero, em primeiro lugar, informar aos nossos convidados que o tempo que vamos dar é de quinze minutos, mas, obviamente, com tolerância. Aqui, a gente evita, de qualquer maneira, cortar o tempo.

Após a exposição, concederemos a palavra aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que aqui estejam para os esclarecimentos que acharem necessários.

Esclareço que, conforme a regra das audiências, estabelecida no Ato nº 3, de 2011, desta Comissão, cada palestrante terá esse tempo. O mesmo procedimento será adotado para o caso de perguntas aos palestrantes.

Antes de passar a palavra, quero dizer a cada um de vocês que estamos nos preparando e falando para a televisão para termos uma posição em rela-

ção à reunião Rio+20. Ultimamente, está crescendo a preocupação com a Rio+20. Quando começamos, essa preocupação era quase nenhuma, e a reunião Rio+20 vai ser, talvez, a mais importante que vamos ter no Planeta, pelo menos nos próximos vinte anos, trinta anos. Será uma chance ímpar que vamos ter de ver os Chefes de Estado, os Chefes de Governo discutindo o futuro da humanidade. E esse futuro passa por diversos problemas. Listamos esses problemas e estamos provocando esse debate. Como falei, discutimos a questão da água, da energia, da pobreza. Na próxima semana, será a vez da economia verde. Vamos discutir a alternativa do decrescimento. Teremos reunião sobre meio ambiente, obviamente, e sobre uma quantidade muito grande de temas.

Hoje, o tema é a pobreza. Embora eu esteja ligado a todos esses temas, pessoal e academicamente, o tema da pobreza, e Marcel sabe bem disso, é o que mais me inquieta, é o que mais me atrai ao debate, porque, se não resolvermos esse problema, não adiantará resolvermos o resto. Um Planeta equilibrado ecologicamente, mas produzindo para uma minoria rica e deixando de lado a parcela pobre, não é saída humanística. Não adianta proteger o Planeta para poucos. Isso tem de ser feito para todos. A gente tem de conseguir incorporar todos dentro de um mundo onde todas as necessidades estejam atendidas, ainda que nem todo consumo seja permitido, como não deve ser para ninguém o consumo que destrói a natureza.

Por isso, é com muito pesar que lamento que vou ficar um período da reunião fora. Como vocês sabem, na semana passada, faleceu o Professor Paulo Renato de Souza, e, hoje, um grupo de amigos dele vai fazer uma homenagem, uma missa de sétimo dia, um pouco antecipada, por diversas razões. Quem irá, portanto, presidir esta reunião de hoje será o Senador Randolfe. Ao mesmo tempo em que fico triste em não presidi-la – nem mesmo posso ficar aqui todo o tempo –, tenho satisfação, porque sei que a Presidência assumida pelo Senador engrandece esta reunião, não só pela juventude, mas, sobretudo, pelo compromisso que o Senador Randolfe tem, inclusive como representante de um dos Estados da Amazônia, com esse assunto.

O Senador Randolfe já se tem destacado bastante nesses seus primeiros meses, ao ponto de conseguir algo muito raro: foi candidato a Presidente do Senado. E há outro fato ainda mais raro: conseguiu os votos que teve. Proporcionalmente, teve uma boa votação, sobretudo considerando que disputava com o Senador que já era Presidente e que continua na Presidência, porque foi eleito, e que é uma pessoa que tem tido uma presença muito forte no Senado, o Presidente Sarney.

Por isso, vou pedir, Senador Randolfe, que venha para cá e assuma o comando. Vou ficar aí. Em certo momento, saio e volto aqui. Garanto que volto aqui, mas não posso garantir o tempo que vou levar para isso. Estarei aqui antes que termine esta reunião.

Então, passo a Presidência da reunião ao Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senador Cristovam, Presidente desta Subcomissão, a honra é minha de presidir os trabalhos desta Subcomissão durante os debates desta noite de quinta-feira.

Concordo com V. Ex^a. De todos os temas que listamos na Subcomissão para debatermos, não tenho dúvida de que, hoje, debateremos um dos temas da maior importância para ser enfrentado na Conferência Mundial do Meio Ambiente Rio+20, que será realizada no ano que vem, no Rio de Janeiro. Concordando também com V. Ex^a, essa Conferência não resolverá os problemas ambientais se não enfrentar a causa de boa parte dos problemas ambientais do Planeta, que é a questão da pobreza.

Então, a honra é minha, Sr. Presidente, Senador Cristovam, de dirigir esta sessão no espaço de tempo em que V. Ex^a, por compromisso já anunciado anteriormente, não estará presente aqui.

Quero, então, iniciar os trabalhos.

Vamos iniciar o debate com a participação da Sr^a Marília Leão, Presidente da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh).

A senhora terá quinze minutos para fazer sua exposição. Não se preocupe, que já foi determinado pelo Presidente Cristovam que um dos pré-requisitos e princípios da Mesa é não interromper os pronunciamentos. Teremos a tolerância necessária, para que V. Ex^a possa concluir. Fique à vontade.

A SR^a MARÍLIA LEÃO – Muito obrigada, Senador.

Boa noite a todos! Boa noite aos Senadores e às Senadoras presentes e aos convidados estrangeiros, porque sei que há alguns na plateia!

Agradeço-lhes muito o convite. É uma honra e um compromisso importante estar aqui hoje.

Represento aqui minha entidade. É uma organização não governamental de que sou Presidente, a Abrandh.

A Abrandh é uma ONG que foi fundada há quase dez anos para defender os direitos humanos, em especial o direito humano à alimentação. Então, minha fala vai estar muito ligada não só à questão dos direitos, como, principalmente, à questão do direito humano à alimentação e à questão da fome.

O direito à alimentação tem uma importância muito grande no quadro de referência dos direitos hu-

manos, porque ele é o próprio direito à vida, na medida em que não há vida sem alimentação.

Quando a gente fala de pobreza, não há como não falar de fome. Pobreza e fome são dois fenômenos sociais que andam juntos. De uma maneira infeliz e dramática, eles se potencializam; eles têm muita sinergia. Então, onde há pobreza, certamente há fome. E a fome não é representada por aquele quadro de pessoas que ficam sem comer dias ou meses, como a gente vê, às vezes, em imagens dramáticas. Até o medo de não ter como comprar alimentos nós entendemos como situação de fome, situação de insegurança alimentar. Então, fome é um conceito amplo que precisamos entender. Fala-se que muitas pessoas, no Brasil, estão aumentando sua renda, mas a gente ainda entende que muitas famílias, mesmo aquelas que hoje estão empregadas, podem vivenciar episódios de fome, o que está sempre ligado, então, à condição de pobreza.

Outra situação importante é que a fome não é um fenômeno que se instala do dia para a noite. Não é de um dia para o outro que uma família entra em situação de fome. Para uma família chegar a uma situação de fome, ela passa por muitas estratégias para tentar vencê-la. Repito: a fome não se instala de um dia para o outro; é um fenômeno gradativo. As famílias vão criando estratégias, e a última, em geral, é diminuir a comida das crianças. Então, quando numa família as crianças estão com uma alimentação reduzida ou inexistente, isso ocorre por que os outros membros já passaram fome há muito tempo. É com isso que nós nos preocupamos, é dessa questão que nós tratamos. A gente entende que, só com a garantia dos direitos pelo Estado, podemos superar essa situação.

Recebemos um roteiro de perguntas proposto pelo Senador Cristovam para orientar nossa fala.

Dou a primeira resposta, Senador, para a pergunta: como superar a pobreza? Em primeiro lugar, fazemos isso garantindo os direitos que estão assegurados nas constituições dos países para as pessoas. Se assegurarmos os direitos, conseguiremos, em grande parte, superar a pobreza.

Eu não poderia deixar de falar aqui de uma estratégia política adotada pelo Governo Lula que ajudou muito a reduzir a pobreza no Brasil e que construiu bases muito sólidas para o País conseguir enfrentar esse problema, que foi o Fome Zero. Temos de reconhecer que foi uma estratégia muito feliz conseguir reunir políticas públicas, sociais e de segurança alimentar para fazer chegar várias políticas e programas às pessoas mais pobres. Não há dúvida de que o carro-chefe do Fome Zero, programa que mais apareceu, foi a transferência de renda. Isso foi muito importante, mas temos de ver que não houve só isso. Várias outras políticas

foram se organizando e ainda estão se organizando, e, sem dúvida, o conjunto dessas políticas conseguiu fazer com que a gente avançasse.

Os avanços são importantes, mas ainda temos muito a caminhar no Brasil. Por exemplo, a desnutrição infantil no País foi virtualmente eliminada. Essa é uma conquista, uma questão importante para o País. Mas o dramático é que existem ainda algumas situações, alguns segmentos da população cujos indicadores de nutrição e de saúde são absurdamente altos. Hoje, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou um relatório em que se diz que as taxas de mortalidade infantil e as taxas de violência entre povos indígenas continuam dramáticas, continuam muito acima das da população em geral. Então, a gente venceu na maioria da população, mas o Brasil possui segmentos populacionais importantes em que a situação é dramática e muito semelhante à de países muito pobres em desenvolvimento.

Voltando ao Fome Zero, acho que foi um programa muito importante. Nós conseguimos reunir e alocar muitos recursos públicos para esse programa. O orçamento dessa área de segurança alimentar cresceu de R\$13 bilhões, em 2004, para R\$25 bilhões em 2010. Essa é uma conquista importante.

Em 2003, no Fome Zero, em sua proposta – isso estava escrito no documento oficial –, dizia-se que o programa atacaria as causas estruturais da fome e da pobreza. E o Governo pretendia fazer isso por meio da geração de emprego e renda, do aumento do salário mínimo, do incentivo para o primeiro emprego, da recuperação da política habitacional, do incentivo à agricultura familiar e da intensificação da reforma agrária. Sabemos que, em muito desses campos, as ações ainda são muito pequenas, são muito incipientes. Então, quando a gente sugere ao Governo por onde começar, como formular esse novo programa de erradicação da miséria, a nossa sugestão é exatamente que continue intensificando essas propostas de atacar as causas estruturais da fome e da pobreza.

Quando entendemos ser dever do Estado se organizar para fazer cumprir os direitos, sabemos que o Estado não tem condições de assegurar esses direitos do dia para a noite, o Estado precisa de tempo para se organizar.

As perguntas que deixo são as seguintes: quanto tempo o Brasil vai ter de esperar para erradicar a pobreza? De quanto dinheiro precisamos para erradicar a pobreza? Será que não precisaríamos otimizar mais recursos para colocar nesses programas sociais que estão dando certo? Quem monitora o Fundo de Combate à Pobreza, que foi criado por este Congresso Nacional em 2002 e prorrogado em dezembro do ano

passado? Quantos milhões ou bilhões em recursos tem esse Fundo? Quem o está monitorando? O Estado tem aplicado esses recursos máximos desse Fundo no combate à pobreza? Existem outros recursos para colocar nas políticas públicas? São reflexões que a gente precisa fazer, para, enfim, cobrar dos dirigentes.

O que a gente vê também é o seguinte: as intenções do Governo Dilma parecem ser as melhores. Ela lançou o plano Brasil Sem Miséria, declara que a proposta é erradicar a miséria, a extrema pobreza – acho que a expressão “erradicar” é importante, carrega um sentido importante, porque a ideia é eliminar –, aponta muitas ações que serão feitas e as cita no documento oficial: “As ações serão as seguintes: documentação, energia elétrica, combate ao trabalho infantil, segurança alimentar e nutricional, atenção à população em situação de rua, educação infantil, Saúde da Família, Rede Cegonha, distribuição de medicamentos para hipertensos e diabéticos, tratamento dentário, exames de vista e óculos, assistência social por meio dos Cras.

Aí deixo a pergunta: onde está a educação básica? Onde está o ensino básico, Senador Cristovam, nessa lista?

Entendemos que as pessoas têm direitos, mas a maioria nem sabe que os tem e, mesmo quando sabe disso, às vezes, não consegue acessá-los. Para que elas possam saber quais são os seus direitos, ter condições de se organizar e de reclamar esses direitos, elas precisam ter o mínimo de educação básica, precisam saber ler e escrever, precisam ter condições de se comunicar, de escrever, enfim, de procurar seus direitos onde podem encontrar.

Então, a gente sente falta, na elaboração do programa Brasil Sem Miséria, da informação sobre qual é o papel da educação nesse programa, sabendo que a educação liberta e traz autonomia para as pessoas e para as famílias.

Outra questão que é muito importante tratarmos quando falamos de superação da pobreza é o preconceito que ainda existe no Brasil contra a pobreza. Na Abrandh, há alguns projetos com populações que vivem em extrema pobreza, e é muito claro, é muito nítido como a sociedade em geral e como nós, da classe média, muitas vezes, temos uma percepção e um entendimento preconceituoso da pobreza. Muitas vezes, as pessoas empobrecidas são responsabilizadas pela situação, são responsabilizadas por aquela condição. A nossa sociedade assistencialista e paternalista nos ajudou a fazer isso. As nossas políticas públicas, até muito pouco tempo, eram, na sua maioria, assistencialistas.

Respondo à pergunta do Senador: qual é o papel da transferência de renda? Acho que, no Brasil, o papel

da transferência de renda foi exatamente o de quebrar o paradigma do assistencialista, foi o de otimizar e o de tornar o alívio da pobreza uma política direta, que chega diretamente às pessoas.

Então, hoje, as pessoas que estão em condição de extrema pobreza têm direito a uma renda mínima muito pequena, às vezes simbólica, mas que tem dois papéis importantes: transferir um mínimo de renda, para que aquelas pessoas não fiquem na miséria absoluta, e, principalmente, dar visibilidade social para aquelas famílias. As famílias que estão no programa de transferência de renda, hoje, participam de um cadastro social, que é o Cadastro Único. E qualquer prefeito, qualquer governador e qualquer dirigente político deste País sabem quem são as famílias do seu território, do seu município, que vivem nessa condição. Na nossa opinião, um dos papéis fundamentais num programa de transferência de renda é o de facilitar o acesso das famílias cadastradas às políticas públicas essenciais.

Se uma família vive em situação de pobreza, mas tem acesso ao posto de saúde para cuidar da saúde dos seus membros e se as crianças vão à escola e têm acesso a medicamentos, à água potável, à moradia, a situação daquela família fica bastante melhorada. Isso é uma coisa muito óbvia, muito clara.

Portanto, penso que a transferência de renda no Brasil é uma iniciativa muito feliz. O desenho da política é muito bom, mas é preciso aprimorar, ir além, responsabilizar os dirigentes públicos. É preciso responsabilizar os prefeitos quanto a essa população.

Será que todos os prefeitos deste País olham mensalmente o Cadastro Único, a lista das famílias que estão no programa? Será que os secretários de saúde municipais das cidades brasileiras sabem quem são as famílias que estão em extrema pobreza, que estão listadas no Cadastro Único do seu município? Enfim, são questões importantes para se refletir.

Há outra questão importante: quando a gente fala de pobreza no Brasil, a gente tem de falar de pobreza rural. Portanto, erradicar a pobreza rural é um passo muito importante nessa luta para superação da pobreza. Este é o nosso grande paradoxo: no Brasil, grande produtor e exportador de alimentos, a pobreza mais grave e a população mais sofrida e mais carente estão na área rural. Então, é o nosso paradoxo, o paradoxo brasileiro. Hoje, a gente apresenta propostas e discute essa questão. Há muita elaboração nesse sentido, porque a pobreza rural está preparada para ser superada por meio de políticas de produção de alimentos, por meio de intensificação da reforma agrária, por meio de modos sustentáveis de produção de alimentos.

O relator do Direito Humano à Alimentação da ONU, o Sr. Olivier De Schutter, recentemente, publicou

um relatório em que faz uma constatação muito importante. Ele conclui que a produção agrícola e camponesa pode dobrar a sua produção, em termos mundiais, nas áreas consideradas socialmente vulneráveis, por meio de uso de práticas ambientalmente sustentáveis. Ele afirma que a agroecologia é uma forma de desenvolvimento agrícola que não só apresenta fortes conexões conceituais com o direito à alimentação, como também demonstra que é possível avançar rapidamente na concretização desse direito.

Como está o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Pode ficar à vontade.

A SR^a MARÍLIA LEÃO – Então, retomo o que eu vinha dizendo sobre a pobreza rural. Acreditamos que existem fórmulas importantes, programas importantes de incentivo à produção agroecológica, por exemplo, para ajudar não só a superar a pobreza rural, como também a trazer alimentos saudáveis e frescos para os territórios, para as cidades, para os locais.

Outra questão muito importante é a questão da renda. No Brasil, a fome e a dificuldade de acesso ao alimento se dão basicamente pela falta da renda e, em alguns lugares, pela falta da distribuição, do abastecimento. Mas isso ocorre, principalmente, pela falta de renda. O Brasil produz os alimentos de que os brasileiros precisam, mas a carga tributária existente nos alimentos, inclusive nos alimentos básicos, é dramática, especialmente entre os mais pobres.

Então, vamos pensar a economia. Respondo à pergunta do Senador: o que a economia pode fazer pela superação da pobreza? A economia pode repensar a carga tributária dos alimentos básicos; a economia pode gerar empregos para as pessoas que ainda não estão com estudos e qualificação. Enfim, essa questão da carga tributária sobre os pobres é uma coisa dramática no Brasil, especialmente quando a gente vê a composição dos preços dos alimentos.

Sobre o Bolsa Família, só mais um comentário eu gostaria de fazer. O programa, como eu disse, é bem desenhado – é uma política importante –, mas ainda não tem o *status* do que entendemos por uma política de Estado. Ele não tem o *status*, por exemplo, do que a Previdência Social tem. O programa ainda é regido por portarias. Existe uma lei que criou o programa, mas, por exemplo, a atualização do valor repassado às famílias depende de um dirigente, depende do Ministro ou do Presidente da República; ela não está ligada a nenhum índice ou ao salário-mínimo, por exemplo. Então, achamos que o programa de transferência de renda no Brasil precisa se elevar à categoria de uma política pública estabelecida, de uma política de Estado, não ficando no rol de políticas de proteção social

no Brasil. A gente brinca que, se os titulares do Bolsa Família tivessem sindicato, o programa já teria um índice, um indicador, para reajustar as transferências monetárias do programa.

Outra questão muito importante é o perfil nutricional da nossa população. Temos obtido sucesso, e muitas famílias têm superado a pobreza. Os números dizem o seguinte: nos últimos anos, 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta, e 36 milhões entraram na classe média. Mas o que tem acontecido com o perfil de nutrição das famílias que têm emergido para classes de rendas maiores? Infelizmente, as famílias que conseguem se alimentar, que conseguem renda suficiente para se alimentar, têm migrado para um padrão de alimentação muito pouco saudável. A tendência é migrar de um padrão de uma dieta bem simples, que no Brasil é baseada em arroz, em feijão e em alguma proteína, para um padrão de dieta de alimentação rico em gordura, em muito sal, em muito açúcar. Isso tem trazido outro problema que não é tão menos grave do que a desnutrição, que é a questão do excesso de peso, da obesidade. E é mais grave ainda porque onde as prevalências estão crescendo mais rapidamente é entre as famílias de baixa renda, especialmente entre mulheres. Então, a questão da informação e da educação, mais uma vez, é muito importante nesse fenômeno da ascensão social, da melhoria da renda. Deixamos para trás um problema de escassez e de carência e estamos migrando para outro padrão.

Há outra questão muito importante: essa migração para um padrão de alimentos não saudáveis se dá muito na aquisição de alimentos industrializados. No Brasil, não há regulamento que diga o quanto de sal, de gordura ou de açúcar uma indústria pode colocar no alimento, qual o limite que se pode colocar. Isso ainda está sendo discutido e negociado com a indústria. Não há legislação que cuide disso. O limite é nosso paladar. Se nosso paladar aceita determinada quantidade de sal, de açúcar ou de gordura, a indústria coloca essa quantidade desses elementos.

Enfim, são questões sociais que vão surgindo à medida que a gente vai melhorando. Nessa área, o Brasil também tem posições de vanguarda, muitas propostas na área de nutrição e saúde, mas precisa colocá-las em prática.

Acho que meu tempo já se esgotou e vou tentar concluir.

Por fim, a última questão que eu queria registrar é a dos povos indígenas: a situação de desnutrição de crianças e de mortalidade infantil nos povos indígenas, especialmente na região de Mato Grosso do Sul, é muito grave. Deixo isso registrado hoje. Em di-

reitos humanos, dizemos que as pessoas que estão em situação mais vulnerável precisam ser atendidas primeiro. Então, no Brasil, qualquer programa, qualquer ação que vise à superação da pobreza tem de, primeiro, incluir os povos indígenas.

Era isso. Estou à disposição depois para o debate. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Dr^a Marília.

Antes de dar sequência ao debate, faço o registro dos representantes do Corpo Diplomático no Brasil que estão participando do debate nesta Subcomissão. Seja bem-vindo o Sr. Jorge Luís Mendes, Primeiro Secretário da Embaixada de Guiné Bissau no Brasil; o Sr. Juckarin Charuenphuk – espero ter acertado a pronúncia –, Primeiro Secretário da Embaixada Real da Tailândia; a Sr^a Ria Uki Suharsi, Segunda Secretária de Assuntos Políticos da Embaixada da Indonésia; e a Sr^a Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima. Seja bem-vinda, Embaixatriz! É uma honra contar com a senhora neste debate.

Dando sequência aos trabalhos, então, temos o prazer, pelo tempo definido, com toda a possibilidade de prorrogação, como já anunciamos, de passar a palavra ao Professor Marcel Bursztyń, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB.

Primeiro, podem falar as damas, Marcel?

O SR. MARCEL BURSZTYN – Primeiro, falam as damas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Perfeito.

A SR^a DIANA SAWYER – Não, não! Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – A descortesia foi da Mesa, foi da Presidência, Dr^a Diana.

A SR^a DIANA SAWYER – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Nesse sentido, passamos a palavra à Sr^a Diana Sawyer, Pesquisadora Sênior do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas em Brasília, para fazer sua exposição.

Sr^a Diana, fique à vontade.

A SR^a DIANA SAWYER – Obrigada, Sr. Presidente. Acho que não havia necessidade disso, porque não existem prerrogativas de gênero aqui. De qualquer forma, distinta plateia, vou diretamente à minha apresentação, que é um pouco diferente. Não me pautei tanto nas perguntas que me foram enviadas, mas formei um arcabouço para que elas pudessem ser respondidas.

Comecei, primeiro, com o que é pobreza. Desculpem-me se parece muito primário, mas acho que é importante termos bem claro o conceito de pobreza, porque, de acordo com o conceito de pobreza que

adotamos, temos uma forma de atacar, uma forma de mensurar e uma forma de atuar, tanto em formas programáticas, como também ideológicas.

O conceito de pobreza mais usado está vinculado às necessidades básicas. Com relação a isso, diz-se o seguinte: instala-se uma situação de pobreza quando as pessoas não conseguem ter o que necessitam para terem uma vida com certa qualidade. Entra um pouco a noção de qualidade de vida e também o que é o necessário. Então, pensamos em moradia, em educação, em saúde, em água potável e em outros itens que definem a qualidade de vida. Chamaríamos isso de definições de necessidades básicas.

Para separarmos aquelas pessoas que conseguem ter suas necessidades preenchidas daquelas que não conseguem isso, definimos uma linha de pobreza. Está certo? Então, essa linha de pobreza separa os pobres dos não pobres e pode ser definida de forma absoluta ou de forma relativa. Explico: o que é uma linha de pobreza absoluta? Definimos uma linha, como é o Bolsa Família. Dissemos que todas as pessoas que estão abaixo de R\$70,00 *per capita* mensal são as pessoas muito pobres; aqueles que estão abaixo de R\$140,00 são as pessoas pobres. Isso vale para todo território nacional.

Um dos exemplos é a definição de pessoas muito pobres nos Gols do Milênio. Há o dólar PPP. No fundo, esse dólar PPP o que está fazendo? Está comparando o poder de compra. Não estamos simplesmente falando quanto é a renda em termos monetários, mas estamos medindo também o poder de compra, comparado com a média de países mais pobres.

Quando foram definidas as Metas do Milênio, era US\$1 PPP por dia; hoje, passou para US\$1,25 PPP. Aqui é mostrado o que está acontecendo com a situação de pobreza medida de forma absoluta. Digo “medida de forma absoluta” quando se adota uma linha de pobreza de forma absoluta. Estamos vendo que isso está caindo, e dois grupos ali sobressaem: a África Subsaariana e o sul da Ásia. Essas já são para os pobres: são US\$2 PPP por dia – já não são os extremamente pobres; são os que estamos dizendo que são pobres, simplesmente.

Esse é o percentual de população no Brasil, medido também de acordo com esses critérios de US\$1,25 a US\$2. Nós estamos vendo que ela cai. Por exemplo, essa de US\$1,25, referente aos extremamente pobres, está caindo de um pouco acima de 15% para níveis de 5% da população. Então, há uma redução bastante grande da população extremamente pobre medida por esses critérios do Milênio.

Aqui, mostramos como variam essas linhas de pobreza. Só para ilustrar, trouxemos alguns países

do Brics. Na Índia, por exemplo, na área urbana, é de US\$12 e US\$8 por mês; no Brasil, é de US\$45 por mês, considerando essa linha do Bolsa Família; na Rússia, é de US\$38; na China, absoluta em baixa renda, é de US\$8 e US\$10; e, na África do Sul, é de US\$63, comparando com o Reino Unido, que é de US\$1.172 (dólares americanos), e com os Estados Unidos, que é de US\$930 (dólares americanos). Estamos vendo que há uma diferença bastante grande.

Outro exemplo de linha de pobreza absoluta é feita nos Estados Unidos. A linha de pobreza foi baseada numa cesta de alimentos que dê uma alimentação acrescida de um percentual, para pegar outras necessidades, e vem sendo corrigida automaticamente desde 1960 para cá.

Quanto ao que a Marília levanta, por exemplo, no Bolsa Família, não há essa correção automática. É preciso decreto, são necessárias reuniões, são necessárias várias coisas. Até acho que esse é um ponto bastante importante.

Nos Estados Unidos, hoje, a renda média anual é de mais ou menos US\$25,364 mil. Essa seria a linha de pobreza dos Estados Unidos. Cerca de 38% da população viveriam abaixo dessa linha de pobreza nos Estados Unidos.

A linha de pobreza relativa vai classificar os indivíduos, comparando com os outros países ou região. Não há um valor fixo. Diz-se, por exemplo, quantos países estão abaixo da mediana ou estão na metade da mediana no primeiro quartil. O que isso significa? Isso significa que não há um valor absoluto. Ela vai depender da distribuição de renda desse conjunto de países. Essa é uma forma com que os países mais desenvolvidos têm medido a sua pobreza.

Vemos que o valor limite entre a linha de pobreza absoluta e a relativa nos Estados Unidos não varia muito do da Europa Ocidental, se comparamos valores, mas, se pensarmos na proporção de pobres, veremos que, no primeiro, nos Estados Unidos, ele é muito maior apesar de o corte ser o mesmo. Por quê? Por causa da distribuição de renda nos Estados Unidos. Então, essas são formas que existem.

Há outro conceito de pobreza um pouco mais amplo do que esse das necessidades, que é chamado de conceito de pobreza vinculado às capacidades. Refiro-me às capacidades que as famílias têm de decidir o que querem e o que podem ter e também às capacidades que as famílias têm não apenas de decidir, mas também de atingir o que querem. Quero que minha família tenha educação, quero que minha família trabalhe em tal coisa, quero fazer isso, quero fazer aquilo.

Então, como essas pessoas conseguem ter liberdade de definir o que elas precisam, de definir suas necessidades? Isso foi definido por Amartya Sen, filósofo e economista indiano, Prêmio Nobel em Economia.

Esse conceito de pobreza vinculada às capacidades amplia essa noção de pobreza para muito além das necessidades econômicas.

O que pode entrar nessas capacidades? Opressão governamental, falta de recursos financeiros, falsa consciência, ignorância, valores sociais e culturais etc. Então, torna-se uma coisa bastante ampla, que, certamente, todos estão tentando operacionalizar. Uma das consequências desses trabalhos de Sen foi a determinação do Índice de Desenvolvimento Humano, que, de forma comparativa, além da questão da renda e das necessidades, coloca também a questão da mortalidade infantil, a questão da educação etc.

Isso, por exemplo, mostra como se mede – é das Nações Unidas – um índice de pobreza que é baseado também nesse marco teórico de Amartya Sen e das capacidades. Está dependendo da probabilidade de a pessoa sobreviver até a idade de 60 anos. São pessoas com ausência de capacidades. Como se chama isso? Vamos pensar assim: são os analfabetos funcionais.

Mostra-se o desemprego e a população acima do quartil. Isso foi calculado para os países da OECD. Então, vocês começam a ver que essa definição de pobreza coloca países como Estados Unidos, Irlanda e Itália... A Itália já está quase perto de 30%.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Na Itália, há 40% e 7% de analfabetos?

A SRª DIANA SAWYER – É isso que está aqui, que foi calculado. Mas esses são analfabetos funcionais. É impressionante! Até fui verificar para ver se eu não havia errado.

Se eu soubesse que a Marília estava aqui, eu não estaria assim, mas vamos falar um pouco da questão da segurança alimentar, que é outro aspecto da pobreza.

Esse é um mapa da fome que foi feito em 2011 pelo Programa de Alimentação Mundial das Nações Unidas. Em azul claro, estão os países onde há um baixíssimo percentual de fome. Nos amarelos claros, como a gente vê o Brasil, esse percentual é moderado. Conforme a cor vai ficando mais alta, há maior proporção de fome.

Entretanto, vemos, por exemplo, que a linha de pobreza dos Estados Unidos, que é o absoluto, era quase dez vezes mais alta que a nossa, a do Brasil, mas, quando se começam a analisar esses dados de segurança alimentar, vemos que, em 2002, 11% da população dos Estados Unidos estavam em alguma situação de insegurança alimentar. A gente diz que se

está em segurança alimentar quando todos os membros do domicílio têm acesso à alimentação suficiente a qualquer momento. Essas são as famílias que estão em segurança alimentar.

Então, o que vemos? Se são mostrados 89%, isso significa que 11% estavam em insegurança alimentar. E, em situação de insegurança alimentar grave, que retrata as pessoas que passaram fome, havia aproximadamente 3,5%, que eram aproximadamente dez milhões de pessoas.

O Brasil, em 2004, não muito longe, começamos a ver que essas cifras não são tão diferentes das dos Estados, não são tão diferentes. O que acontece? Este é um ponto que quero frisar: a questão de pobreza é difícil de acabar.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRª DIANA SAWYER – O que é esse trim? É o tempo? Já passei do meu tempo! É isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Fique à vontade, fique à vontade. Como dissemos, a tolerância aqui é ampla, geral e irrestrita.

A SRª DIANA SAWYER – Vou procurar ser breve, vou procurar correr um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Eu só queria lhe dizer que a campanha é automática. Então, quando se chega ao final, ela, automaticamente, é acionada. Mas fique à vontade.

A SRª DIANA SAWYER – Está bem.

Esta é uma das perguntas que nos foi enviada: é possível acabar com a pobreza? Depende como enxergamos a pobreza. Podemos acabar com ela, como também podemos não acabar com ela. Depende muito dos parâmetros que estamos tomando e depende muito do marco conceitual com que estamos trabalhando a questão da pobreza.

Vamos seguir um pouquinho?

Vou falar de urbanização, de pobreza e de meio ambiente. Primeiro, falei de segurança alimentar na frente da Marília; agora, vou falar do Professor Marcel. Mas vou só chamar a atenção para um ponto, que é um fenômeno que está acontecendo mundialmente: a alta taxa de urbanização.

Vemos que os mais claros apresentam poucas taxas de urbanização. Taxa de urbanização é população urbana sobre a população total. Estamos vendo que estamos com uma situação já de população urbana, de taxa de urbanização bastante alta. E mais ainda: essas bolinhas vermelhas com um pontinho no meio são cidades com mais de dez milhões de habitantes. Então, começa a se notar um adensamento populacional nas áreas urbanas.

Se, por um lado, estamos vendo esse aumento da taxa de urbanização, por outro lado, não estamos ven-

do um avanço na redução da pobreza nesses países. Normalmente, a gente espera que, como a pobreza se concentra na área rural, à medida que se aumenta a urbanização, a pobreza vá cair, mas isso não se está verificando. E sempre há uma inclinação das taxas de urbanização muito mais acentuada do que da redução da proporção de pessoas em... Na África Subsaariana, a taxa de urbanização passa de 20% a 30% no período de 1981 a 2005, e a proporção de pessoas está acima de 1,25 PPP é de 50%.

Acho que a situação da África Subsaariana ainda é o ponto onde realmente se deve concentrar se estamos pensando numa redução global, numa redução globalizada da pobreza.

Podemos passar adiante.

Então, o que acontece? Há aumento de aglomerações urbanas, uma concentração de pobres, com um sinergismo para situações de riscos ambientais urbanos. Ou seja, estamos criando condições para o aumento de riscos ambientais, tanto dos riscos ambientais construídos pelos homens, quanto dos riscos ambientais decorrentes de desastres naturais.

Vemos que a população urbana mundial que mora em favelas, em construções não adequadas, diminuiu naquele período de 1981 a 2005. Essa população diminuiu. Entretanto, dado o crescimento absoluto de pessoas, passa de 1,135 milhão de pessoas morando em favelas para 1,465 milhão.

Então, você me dá licença, Marcel, para dizer que, no tocante à sustentabilidade do desenvolvimento rural, entre outros fatores, estamos pensando em proteção, em adaptações às mudanças ambientais. Então, pensamos em financiamento, tecnologia, irrigação, cultivos, ensinos agrícolas, regularização fundiária, organização social – aqui, estou misturando verde com marrom –, associados a medidas de proteção social e a políticas públicas.

Se, por um lado, estamos pensando nisso, estamos pensando agora em termos de sustentabilidade do desenvolvimento urbano, o que visa a uma intervenção direta e preventiva que minimize os riscos ambientais. Então, temos de pensar seriamente em habitação, transporte, infraestrutura urbana. Disso todos nós já sabemos, mas acho que vale a pena ressaltar quão importantes são essas partes marrons da sustentabilidade.

Podemos passar adiante.

Há uma pergunta: o que vale mais, fazermos transferência de renda ou oferecermos bens, provermos serviços e bens?

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SRª DIANA SAWYER – Eu já estou passando demais do tempo, não é?

Temos pensado em programas de transferência de renda, especialmente essas que são condicionais, como o Bolsa Família. As pessoas recebem o Bolsa Família, mas têm de colocar as crianças na escola, têm de procurar o médico, têm de vacinar, têm de fazer uma série de coisas. E essa questão de se manter a criança na escola é um ponto que se torna chave para as pessoas, para as crianças e adolescentes do Bolsa Família. O que estamos fazendo com isso? Estamos criando demanda para a educação. Estamos criando valores, mudanças de valores nos nossos jovens. A educação se torna um valor importante. A criança está percebendo isso; a mensagem que ela vem recebendo é a de que “tenho de estudar, tenho de ter educação para sair da pobreza”.

O que vai acontecer com essas pessoas quando chegarem à idade de entrar na faculdade? Há oferta? Há o lado da oferta, que é o de prover serviços e bens? É outro problema. Está certo? Não é o problema da transferência de renda. É o lado da oferta. E essas duas têm de caminhar juntas, porque senão vamos criar mudanças de valores apenas para as pessoas se frustrarem, porque não conseguem inserir-se, não conseguem, às vezes, nem acompanhar uma educação que gostariam de ter.

Então, temos de pensar um pouco pelo lado de ofertas de qualidade e em quantidade suficiente para atender à demanda que os programas de transferência de renda criam. Vejo, Senador, que não são alternativos. Acho que são complementares e têm de ser bem complementares, porque toda essa ação de proteção social, com o Bolsa Família, não vai ser...

Se eu tivesse tempo, eu contaria a história do que aconteceu no México com o programa, com o modelo que eles têm. Mas não vou contar. Posso contar? Posso dizer isso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Por favor, por favor. A senhora tem tempo. Fique à vontade.

A SRª DIANA SAWYER – Isso ocorreu num seminário internacional no México, em que estávamos presentes e em que se avaliava o Progres, que é um programa de transferência condicional de renda, muito parecido com o Bolsa Família. Aliás, acho que o Bolsa Família se inspirou bastante naquele programa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Lá o programa começou bem antes do Bolsa Família. O que inspirou o México foi o Bolsa Escola.

A SRª DIANA SAWYER – Ah, sim! Havia o Bolsa Escola. Perdão, perdão. É que são muito parecidos, são muito parecidos.

Essa antropóloga está, desde o início, acompanhando o Progres, desde o tempo em que ele era oportunidade. E vão acompanhando as pessoas.

Já existe há 20 anos, Senador, o Progres? Acho que é mais do que isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Começou em 1997.

A SRª DIANA SAWYER – Vai para 15 anos. Tem 14 anos.

Então, ela vai acompanhando as pessoas, os meninos, e chega à conclusão de que esses meninos ou esses jovens chegam à idade de entrar na faculdade e não conseguem se dar bem nos cursos. Por quê? Porque a qualidade do ensino que eles receberam não é suficiente para eles concorrerem, competirem com os outros alunos oriundos de escolas melhores, como seria aqui, nas escolas federais.

E aqueles que entram na faculdade saem de lá e não conseguem o emprego que gostariam. O emprego que conseguem não é aquele que eles almejavam, aquele pelo qual lutaram a vida toda deles. Assim, eles estão partindo, como imigrantes ilegais, para os Estados Unidos. Então, foi um pouco a conclusão que ela mencionou: o Progres está fomentando a imigração ilegal para os Estados Unidos.

Esse é um ponto. Foi assim que aprendi: “Gente, temos de pensar uma coisa harmônica”. Essa é a questão da governança. Esse é um ponto que deve ser observado.

Vamos mudar um pouquinho.

Aqui, são os últimos pontos de algumas experiências de políticas globais de redução da pobreza. Então, já está implementado, desde 1999, pelo Banco Mundial, pelo FMI, aquilo que eles chamam de estratégia de redução da pobreza e promoção do crescimento. O que se busca é assessorar os países a planejar, implementar, monitorar e avaliar os prazos, para atingir as Metas do Milênio.

Então, eles trabalham nestes cinco pontos principais: plano em consonância com o orçamento, sistema de monitoramento e de avaliação, metodologia orientada para os resultados – existe essa metodologia –, aprimoramento dos recursos humanos e atenção especial à governança como meio para reduzir a corrupção.

Basicamente, são 49 países que aderiram a isso, metade dos quais da África Subsaariana.

Há um relatório conjunto do Banco Mundial e do FMI, e eles estão otimistas, dizendo especialmente que, naqueles países pobres altamente endividados, a questão da governança foi colocada de forma positiva.

E houve também o consenso de Copenhague, que é outra iniciativa global, que vai dizer quais são

os programas de bem-estar global que são mais relevantes, que são prioritários.

A Aids foi considerada como de alta prioridade, e eles advogam impostos progressivos, impostos de riqueza, impostos de herança. Parece que deu muito barulho, mas não se está ouvindo falar muito do consenso de Copenhague. Depois, você pode dizer sobre isso.

Agora, há o Plano Global Marshall, que pensa em algo em torno de R\$100 bilhões anuais, para promoção do desenvolvimento sustentável, querendo um pouco reviver o Plano Marshall, que foi a ajuda dos Estados Unidos para a recuperação da Europa no pós-guerra. Isso ainda está em início. Acho que todas essas iniciativas estão ótimas, estão o.k., mas acho que não se deve esperar que esses planos cheguem aqui. Os países têm de ter suas iniciativas próprias, não podem esperar que sejam beneficiados por um desses planos. O Brasil, acho, não estaria nisso, de qualquer forma.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Dr^a Diana, obrigada pela exposição. Não precisa pedir desculpa. Nós é que temos de lhe agradecer. O tempo é uma referência burocrática, e a burocracia não triunfa, nem triunfará nesta Comissão. Não é isso, Senador Cristovam? É a orientação do nosso Presidente, Senador Cristovam.

Quero dar sequência e passar a palavra ao Professor Marcel Bursztyn, Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

Repito: referência de tempo é de quinze minutos, mas fique à vontade. Terá a Mesa toda a tolerância necessária para a sua exposição.

O SR. MARCEL BURSZTYN – Boa noite!

Eu queria começar, agradecendo o convite para participar deste debate. Por enquanto, está me agradando muito o que ouvi até agora, embora as duas apresentadoras que me precederam tenham absolutamente embaralhado o meu discurso, porque tangenciaram pontos que eu gostaria de partilhar com vocês. Vou aproveitar o fato de que vários pontos foram levantados e, possivelmente, vou poder saltar alguns elementos que eu havia pensado em apresentar aqui.

Vou usufruir um pouco do meu direito profissional, do meio acadêmico, para usar da prática de ser crítico e para, sobretudo, lançar um olhar para o futuro.

Sempre quando lidamos com alguma realidade que nos chama a atenção no presente, ao lidarmos com essa realidade, iluminamos algumas iniciativas que têm uma aparência e uma percepção alvissareiras, porque são iniciativas que mostram resultado a curto prazo e que são notáveis. Acho que os gráficos e os números que a Diana Sawyer apresentou para

vocês são eloquentes nesse sentido. O risco que vejo é que, de certa forma, nós nos conformemos com a constatação de que as coisas estão seguindo num caminho melhor.

Comparando algumas realidades, notadamente o caso brasileiro – talvez, eu não possa estender esse raciocínio a outros países –, comparando a realidade brasileira hoje em termos de alguns indicadores associados à pobreza, o Brasil, sem dúvida, vive um período mais virtuoso do que viveu há algum tempo. A pergunta que podemos lançar é: em que medida essa tendência é sustentável? Em que medida estamos diante de uma perspectiva de não precisarmos, no futuro, desses instrumentos de atenuação da pobreza de que estamos lançando mão hoje? É o ponto aonde pretendo chegar na evolução do meu raciocínio.

Pobreza é um problema que é quase tão velho quanto a civilização. Todas as sociedades complexas têm algum tipo de diferença entre o nível de bem-estar das suas populações. Em algumas sociedades mais antigas e mais tradicionais e mesmo na atualidade, as desigualdades de acesso às oportunidades e aos bens de serviço disponíveis podem não ser tão exageradas; menciono, por exemplo, uma sociedade tribal isolada onde as pessoas têm razoavelmente o mesmo padrão de vida. Mas, nas sociedades urbanas e industriais que conhecemos e que se constituíram ao longo dos últimos 200 anos de forma bastante acelerada nesse modelo urbano industrial, a pobreza é uma constante e é uma referência que vai aparecer em toda parte, com maior ou menor grau de gravidade.

Lidar com a pobreza também é algo que diferentes sociedades aprenderam a fazer a muito tempo. Se nos reportarmos tão somente ao mundo nos últimos séculos – vamos colocar, mais ou menos, uma divisória no momento em que vários países que entram em cena no panorama mundial aparecem como países colonizados nos últimos 400 anos ou 500 anos –, podemos perceber que, já há 400 anos, os ingleses começaram a se preocupar com a pobreza extrema e com a gravidade que esse problema representava em termos da funcionalidade da sua sociedade. Eles instituíram as primeiras leis de regulação da pobreza, chamada de Lei dos Pobres, que tem 400 anos, que é de 1601. De lá para cá, houve uma sucessão de famílias de iniciativas legais, leis que foram estabelecidas para minimizar o efeito da polarização entre pobres e ricos e as consequências que se traduzem em migrações, em violência, em insurreições, em uma série de conflitos que são ameaçadores da estabilidade das sociedades.

Então, já temos alguma experiência nisso e, olhando para trás, vamos perceber que existem algumas ge-

rações, algumas famílias de instrumentos que, de certa forma, vão sendo reproduzidos com certa diferença de tempo. Se um instrumento aparece numa sociedade ou num país e se revela um instrumento eficaz, um instrumento que obtém resultados satisfatórios, mais cedo ou mais tarde, esse instrumento acaba sendo reproduzido em outras partes. Por exemplo, os ingleses adotaram uma política há 200 anos muito parecida com a que, recentemente, adotamos: a cesta básica. Eles distribuíam uma cesta básica. Eram as chamadas *corn laws*. Eles distribuíam cereais. Era uma renda, para que as famílias tivessem acesso a uma dieta básica de cereais que desse um mínimo de subsistência.

Muitas vezes, pensamos que inventamos um instrumento em alguma parte, mas esse instrumento, de certa forma, já apareceu em outros lugares.

O século XIX foi pródigo em iniciativas de espan-to diante do fato de que a pobreza, realmente, era um problema que acontecia nas cidades que cresciam na Europa e que se industrializavam, mas também foi um século pródigo em novidades que foram criadas notadamente a partir do final do século XIX, quando alguns países – primeiramente, isso ocorreu na Alemanha, mas, rapidamente, espalhou-se por vários países – começaram a criar políticas que, hoje, chamamos de políticas de proteção social.

Há cem anos, mais ou menos, desde a Revolução Industrial, aprendemos a proteger o capital. De 1750 até o final do século XIX, protegemos o capital. Da metade do século XIX em diante, aprendemos também que tínhamos de proteger as pessoas que trabalhavam com o capital; é a proteção social. Cem anos depois, no final do século XX, percebemos que temos de proteger o terceiro elemento dessa tríade. Protegemos o capital, a economia, a sociedade e, agora, o ambiente. Iniciamos uma época de proteção ao ambiente. Se esses três elementos não estiverem devidamente amparados por políticas públicas, não teremos um equilíbrio. É o que nós, hoje, chamamos de desenvolvimento sustentável.

Isso não quer dizer que, quando essa nova fase começa, de proteger a sociedade, deixamos de proteger a economia. Não! Nós somamos a proteção da economia e começamos a proteger também as pessoas. Mais recentemente, protegemos a economia, as pessoas e o ambiente onde as pessoas vivem.

Ora, ao longo do século XX, percebemos que vários países criaram instrumentos que deram tão certo que foram reproduzidos, com certo diferencial de tempo. Os alemães criaram a Previdência Social por volta de 1870; o Brasil cria algo na mesma direção dali a sessenta anos, na década de 1930. Outros países criaram instrumentos associados à Previdência Social, com

mecanismos muito parecidos, como aposentadorias, seguro de acidentes de trabalho, descanso remunerado, uma série de iniciativas que, de certa forma, foram implantadas em muitos países, embora não em todos, com a diferença de que havia graus muito variados de universalização.

Então, o Brasil aprendeu a dispor de uma Previdência Social nos anos de 1930, ainda na época de Getúlio Vargas, mas não conseguimos universalizar isso durante muito tempo. Houve uma constatação de certa forma espantosa ou frustrante: toda vez que tentamos universalizar alguma iniciativa desse tipo, acabamos sofrendo pela perda de qualidade. Quando procuramos universalizar a Previdência ou os serviços de saúde pública, caiu muito a qualidade; aumentou o atendimento, mas caiu a qualidade. Quando buscamos universalizar a educação – existiam boas escolas públicas –, houve perda de qualidade. Quando tentamos universalizar uma série de outros serviços, como a própria Previdência, como a saúde, perdemos em qualidade. Então, este é o desafio: o desafio da universalização. Esse é o primeiro desafio que menciono para vocês, porque não basta quantidade; é preciso também qualidade.

O modo de lidar com a pobreza, nesse sentido, se nos reportamos ao século XX, foi crescentemente o de instituição de mecanismos de amparo, mas esses mecanismos de amparo, de certa forma, eram segregadores, porque, de certa forma, a Previdência Social, por exemplo, limitava-se àqueles trabalhadores que estavam formalmente incluídos no mercado de trabalho, que contribuíam para a Previdência Social e que, portanto, tinham amparo quando se tornavam dependentes de algum mecanismo de compensação, seja por aposentadoria, seja por invalidez, seja por perda do emprego.

Mas isso não resolveu o problema, notadamente em algumas sociedades em que uma parcela enorme da população vivia à margem do mercado de trabalho formal. Não bastasse isso, também ao longo do século XX, notadamente depois da Segunda Guerra Mundial, começamos um processo, no mundo como um todo, que já vinha acontecendo na Europa, um processo de crescimento acelerado da migração do campo para a cidade, a urbanização.

A Diana mencionou para vocês que, hoje, no mundo, mais de 50% das pessoas vivem em cidades. Ora, na cidade, o mundo é diferente. Na cidade, a pobreza é, em primeiro lugar, muito mais percebida, porque as pessoas vivem em aglomerações maiores. Em segundo lugar, a perspectiva de a população que vive em um nível extremo de pobreza sobreviver é muito mais complicada, porque, no campo, bem ou mal, tendo

o mínimo de acesso à terra, as pessoas conseguem produzir algum tipo de alimento, mesmo que precariamente. Quando vamos para a cidade, não se produz alimento, só se compra alimento. Depende de renda para comprar alimentos, e, para ter renda, precisa ter algum tipo de atividade remunerada.

Ora, em que medida, em todos os países do mundo, nos países mais pobres, a sociedade está estruturada de tal forma, que temos como gerar emprego em condições dignas de trabalho e em condições dignas de remuneração que permitam a essas populações adquirir os bens básicos à sua subsistência? Esse é um grande ponto de interrogação que não resolvemos no mundo.

E, de forma até constrangedora, percebemos que o mundo evolui e, de certa forma, integra-se em certas práticas. Por exemplo, hoje, há o telefone celular. Quase todo mundo tem telefone celular em toda parte. No mundo, hoje, há acesso muito maior ao consumo. A pergunta que vem é: “Em que medida, ao termos maior acesso ao consumo de alguns bens que são muito universalizados, estamos resolvendo problemas que são crônicos de várias sociedades?”.

Lidar com a pobreza, portanto, requer criatividade e muita atenção, para ver experiências boas que estejam acontecendo em outros países e para não buscar transferir soluções que foram talhadas sob medida para realidades muito diversas, como se fossem soluções universalizadas.

Durante algum tempo, muitos países tiveram uma prática de enfrentamento da pobreza de omissão, ou seja, a pobreza no campo não era vista, nem percebida. Portanto, o campo cumpria um papel razoavelmente marginal, fornecendo alimentos baratos, porque as pessoas trabalhavam sob condições muito precárias e precisavam comercializar um excedente da sua produção que servia para alimentar de forma barata as cidades, onde a demanda era relativamente pequena, porque a população das cidades era relativamente pequena, comparativamente ao *quantum* de população no campo. Isso vai se alterando, paulatinamente, na medida em que as populações se urbanizam, por um lado, e na medida em que a própria tecnologia aplicada aos processos produtivos agrícolas vai inviabilizando certas práticas tradicionais de populações que geravam, produziam alimentos com algum grau de excedente.

Ora, começam a surgir, então, novas técnicas ou novas doutrinas de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da pobreza. Uma delas é o alívio da pobreza, que é muito divulgada, muito difundida em organismos multilaterais, internacionais. Chama-se *poverty alleviation*. Como um chavão, vamos aliviar a pobreza. Não sei muito bem o que é aliviar a pobreza,

mas vamos entender que existe uma estratégia de fazer com que a pobreza não seja tão extremada, tão extrema, tão grave, como se manifesta em alguns lugares.

Em seguida, vem também outro conceito, que é o de redução da pobreza. Redução da pobreza, se entendermos a pobreza como algo mensurável em renda, pode estar associada tão somente à melhoria do nível de renda, e, aí sim, as políticas de distribuição de renda podem ser alívios no curto prazo.

Chamo a atenção para o fato de que, no panorama da análise comparativa internacional, durante muito tempo, comparávamos os países, usando um indicador muito pouco prático, que era um indicador de produção de riqueza que os economistas mensuravam com o Produto Interno Bruto: um país que gerou mais riqueza comparativamente com outro país que gerou mais riqueza. Chegou-se à conclusão que isso não representava muito parâmetro de comparação.

Passamos à outra etapa, que a Diana mencionou, que era a de medir a renda PPP (paridade de poder de compra). Por quê? Porque o dólar em um país pode render mais, em termos de capacidade de consumo, do que em outro país. Então, vamos fazer uma conta, relativizando. Quando dizemos que um cidadão no país tal ganha um dólar, estamos comparando com o de outro país, mas relativizando quanto vale o dólar efetivamente, em termos de consumo, naquele País. Já é um avanço.

Amartya Sen nos ajuda com a concepção de outro índice, que, como todos os índices, é bom no sentido de que serve para a gente medir alguma coisa, mas acaba sendo ruim, porque, se for um índice muito bom mesmo, com toda complexidade para medir tudo, não há como alimentá-lo com dados, nem temos os números para todos os países. Então, o bom índice está no meio termo entre ser muito genérico, como aquele que é o Produto Interno Bruto, e ser tão específico, que não é aplicável, não é plausível. Então, Amartya Sen nos propõe o Índice de Desenvolvimento Humano, que é um coquetel de indicadores que leva em consideração renda, educação e saúde.

Ora, se um país quer aparecer melhor nas estatísticas internacionais medidas pelo Índice de Desenvolvimento Humano, ele vai tentar melhorar o seu desempenho no índice como um todo. Ora, qual dos três elementos – educação, saúde e renda – temos condições de melhorar com maior rapidez? Sem dúvida, é a renda, se o País dispuser de algum mecanismo que permita transferir essa renda.

Há um mecanismo que possui certa perversidade: se, num país, um contingente muito grande de sua população vive na pobreza extrema, é muito fácil fazer com que ela melhore o seu nível de renda. Um

país cuja população é relativamente rica, se não há um diferencial muito grande entre os mais ricos e os mais pobres, não vai ter tanta facilidade de fazer com que um contingente dos muito pobres passem dessa situação para a de um pouco menos pobres.

No Brasil, há dois ou três dias, saiu um estudo da Fundação Getúlio Vargas, mostrando os dados citados de que tantos milhões de habitantes do Brasil saíram da pobreza extrema para a classe média e de que outros avançaram um pouco mais, como se fosse uma onda de melhoria do nível de renda do povo brasileiro como um todo. É verdade. Mas isso se deve graças a uma situação antecedente extremamente grave, em que, de um lado, havia muita gente numa situação de pobreza extrema.

Por outro lado, a economia brasileira desfrutou de uma fase – nem sempre, podemos supor que teremos essa oportunidade muitas vezes – em que, primeiro, havia um bônus demográfico. O que vem a ser isso? Houve uma redução enorme na taxa de crescimento demográfico – ela entrou na minha seara; agora, vou entrar na dela – no Brasil, nas últimas três décadas principalmente. O Brasil crescia, nos anos 60 e até nos anos 70, a mais de 3% ao ano. Hoje, o Brasil, de acordo com o último recenseamento, cresce a menos de 1,2% ao ano, ou seja, quase um terço do crescimento existente há três ou quatro décadas. Isso faz com que aquela pressão do ônus, do custo de manter a infância, reduza-se relativamente. Digo isso, sem qualquer julgamento valorativo de que a infância custa caro. O fato é que as sociedades com muitas crianças têm de necessariamente despender recursos para educar essas crianças. Hoje, no Brasil, há relativamente menos crianças e relativamente um contingente maior de população na média da pirâmide etária, ou seja, aquela população que está em idade de trabalho. E ainda não há aqui o “ônus” do envelhecimento, como já ocorre em outros países. Quer dizer, aqui, há menos crianças, menos velhos e muitas pessoas na idade de trabalho. Aliado a isso, há o fato de que a economia brasileira está tendo um desempenho muito bom.

Há outro fato: percebemos – não sei por que não se percebeu isso antes – que, melhorando um pouquinho a renda dos muito pobres, o consumo dessa população vai aumentar bastante. Os economistas chamam isso de propensão marginal ao consumo. A propensão de uma população muito pobre transformar um pequeno incremento de renda em consumo é muito maior do que a de uma população muito rica, que já tem o seu consumo satisfeito, fazer o mesmo. Uma população muito rica, que ganha mais dinheiro, vai economizar esse dinheiro. Uma população muito

pobre, que ganha mais dinheiro, vai gastar. Isso vai alimentar a economia do país.

Então, o Brasil vive este momento, digamos, de círculo virtuoso, como os economistas chamam, mas essa oportunidade não acontece todo dia. Aí vem minha indagação, com certa dose de cobrança ou com um toque que pode parecer de pessimismo. Por um lado, de fato, estamos num momento virtuoso de melhoria do nível de renda. Adotamos a estratégia de melhorarmos o nosso Índice de Desenvolvimento Humano no curto prazo, pelo fato de que melhoramos a renda. E melhoramos a renda por que foi muito fácil melhorarmos a renda; isso está sendo barato, porque estamos melhorando a renda de população muito pobre. Custa barato fazer com que o cidadão passe da condição de muito pobre para a de um pouco menos pobre. Isso aparece na estatística. Mas, por outro lado, não estamos fazendo os outros dois elementos do Índice de Desenvolvimento Humano, que é educação e saúde.

Se olharmos para o futuro e nos perguntarmos o que vai acontecer no futuro, vamos ver que estamos vivendo um momento – não nos vamos esquecer de que eu estava fazendo uma trajetória de políticas que se reproduzem num País ou noutro – em que a geração mais recente dessas políticas é constituída pelas políticas de transferências de renda.

Foi inventada, em 1981, no governo Mitterrand, a renda mínima de inserção. Ele cria um programa de transferência de renda sem condicionalidades, baseado no princípio de que todo mundo tem de ter uma renda digna. Se aquela família, aquele indivíduo, o trabalhador tivesse recebendo abaixo desse patamar mínimo, o Estado daria um complemento. Isso é de 1981, tem apenas 30 anos.

Ora, isso evoluiu bastante, o Brasil contribuiu bastante. Aqui, está o Senador Cristovam, um ás dessa inovação. O Brasil lança o Bolsa Escola, que é um programa que associa a melhoria da renda das famílias a uma condicionalidade. Ou seja, traz-se para o horizonte das políticas públicas a noção indissolúvel de que o indivíduo só pode ter deveres quando ele tem seus direitos satisfeitos; juntam-se direitos e deveres. Não são só direitos; são também deveres. Mas como cobrar deveres daquelas populações que, historicamente, não tiveram um grau mínimo de inserção, muito menos de reconhecimento e de legitimação das estruturas políticas às quais elas sempre estiveram subordinadas, como sociedades tradicionais, patriarcais, clientelistas? Algum bônus só chegava, porventura, a essas populações mediatizado por elites que tiravam proveito em termos de estrutura de poder econômico, de estrutura de poder social e, mais recentemente, de estrutura de poder político.

Ora, quando instituímos mecanismos de condicionalidade das transferências de renda, inventamos uma novidade. Talvez, seja a única novidade em termos de instrumentos de proteção social que emanou do mundo chamado periférico, porque todas as outras vieram do mundo chamado central. De certa forma, adaptamos alguns instrumentos que aconteceram na Europa, nos EUA e em outros países. De certa forma, tentamos adaptá-los, buscando, na medida do possível, certo grau de universalização.

Os instrumentos de transferência condicional de renda são novidades do sul, do chamado mundo do sul. Rapidamente, espalharam-se para diversos países. Foi mencionado o caso do México, que é o programa maior de todos, que eu saiba. Ou melhor, o nosso é o maior hoje, não é? Aquele programa foi o maior durante algum tempo.

Eu me dei ao trabalho – quero partilhar com vocês um olhar um pouco atravessado, usando uma expressão neutra – de analisar estudos que vêm sendo produzido em vários países, notadamente em países latino-americanos, sobre efeitos indesejáveis na esfera da política da implantação de programas de transferência de renda com maior ou menor grau de condicionalidade. A primeira constatação de vários estudos que foram feitos revela que é muito difícil a cobrança ou a efetividade das condicionalidades. Pode-se cobrar de uma família o cumprimento de condicionalidades e, com isso, gerar algum tipo de mal-estar. Pode-se gerar um mal-estar humanitário, por deixar essa família desatendida pelo programa, pelo fato de ela não ter cumprido a condicionalidade. Ou se pode, no nível político, gerar algum tipo de insatisfação que se transforme em algum grau de oposição política a quem maneja o programa. A verdade é que a cobrança das condicionalidades deixa a desejar.

Segundo, há uma correlação preocupante entre o grau de universalização de atendimentos a famílias atendidas, a famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, e uma massiva vinculação política dessas populações às estruturas de poder vigente, notadamente aos dirigentes políticos em exercício no poder. Se olharmos para o Brasil nas últimas eleições, a correlação vai além do preocupante, a correlação é gigantesca. Há Municípios em que mais de 90% da população é atendida pelo programa Bolsa Família e em que mais de 90% da população sufragou, votou por determinada condição política associada à implementação do programa. É mera coincidência? É tão somente um reconhecimento político traduzido na vontade política de que o Governo está governando bem? Tenho alguma dúvida. Tenho alguma dúvida e me permito lançar, inclusive, a preocupação quanto à

reinvenção de estratégias ou de práticas tradicionais que existem em um país como o Brasil e em vários países latino-americanos, de forma semelhante, e que configuram o clientelismo. Então, em que medida instrumentos dessa natureza podem servir a fins clientelistas? Como evitar que isso aconteça?

Eu diria que, em pleno gozo de suas faculdades mentais, nenhuma pessoa se oporia a algum mecanismo que pudesse melhorar as condições de vida das populações menos favorecidas. Não se trata disso. Melhorar as condições de vida de populações menos favorecidas, seja por convicção política, seja por credo religioso ou por qualquer outro fator, isso não está em questão. É importante levar em consideração esta questão: como este País, como a sociedade que adota um instrumento para reduzir o ônus da pobreza extrema a curto prazo – e as transferências de renda, com ou sem condicionalidades, são importantes – pode conceber não depender mais de um instrumento dessa natureza? Ou seja, criar um programa de transferência de renda é difícil, mas sair dele é muito mais difícil ainda.

Lanço uma pergunta ao Senador Cristovam: que governante terá coragem, um dia, de chegar à conclusão de que resolvemos a pobreza extrema, de que não vamos mais transferir renda?

Encerro, aqui, minha conversa com vocês com um olhar para o futuro: em que medida, ao transferirmos renda, estamos transferindo também oportunidades?

A minha sugestão é que a gente inicie um movimento por pensarmos o momento seguinte: como transformar as oportunidades do presente em algo acessível a todas as populações, no momento em que a transferência de renda, de fato, gera efeitos positivos sobre a economia?

Então, se me perguntam se sou a favor da transferência de renda, digo que sou a favor da transferência de oportunidades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Por favor, não se acanhem nas palmas, não somente ao professor Marcel, mas à Sr^a Marília e à Sr^a Diana, pelas exposições e pela contribuição para este debate.

Passamos, então, às considerações, aos questionamentos dos Senadores.

Senador Cristovam, com o maior prazer, nós o ouvimos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não vou fazer perguntas específicas, vou fazer alguns comentários relacionados ao nosso compromisso com a reunião que será realizada, em junho do próximo ano, com os chefes de Estado e de Governo. Primeiro, queremos saber se eles vão querer incluir

o assunto pobreza na agenda. É possível que não queiram fazê-lo; é possível que considerem isso como um problema à parte. Temos de pressionar, para que considerem pobreza como parte do problema geral de pensar no futuro da humanidade. Um Planeta protegido ambientalmente só para poucos não é o que se espera de uma sociedade humana que tenha um mínimo de solidariedade com os outros. Temos de pressionar. Esse é o primeiro ponto para conseguirmos que esse assunto entre na agenda.

Falamos em erradicar a pobreza, mas duas coisas impedem isso conceitualmente. Uma é a falta de solidariedade, é o nível de justificar os recursos para isso. Essa falta de solidariedade pode crescer com o tempo. Sabe por quê? A gente viu um quadro que a Diana mostrou. Vou até pedir que ela o mostre outra vez. O número de pessoas que vão envelhecendo e vivendo mais tem tudo a ver com a riqueza. E, na medida em que essa população é mais rica, ela vive mais, porque ela tem acesso aos meios científicos e tecnológicos que garantem a saúde e o envelhecimento. Isso está fazendo com que haja uma diferença tão grande na esperança de vida, que as pessoas que estudam a pobreza não estão olhando isso. A diferença está ficando tão grande do ponto de vista da saúde, que, em breve, haverá a quebra do sentimento de solidariedade, porque vão se considerar espécies diferentes. Isso pode não acontecer em dez anos, em vinte anos, em trinta anos, mas vai acontecer em cinquenta anos se a gente não fizer com que eles tenham acesso ao mesmo nível científico e tecnológico.

Temos de passar a ideia de que não é problema haver desigualdade na gravata, na roupa, no sapato, no carro – pode até não ter carro –, na comida. Todo mundo tem de comer para não passar fome, mas uns podem comer uma culinária fina, outros não. Mas duas coisas não podem ser desiguais: educação e saúde. É imoral uma sociedade que permite que alguns vivam por que têm mais dinheiro do que outros e que permite que alguns morram por que têm menos dinheiro do que outros. Isso é imoral! Isso é indecente! Não é uma questão de sociologia, é uma questão de ética! A outra questão é a educação. É imoral fazer com que uma pessoa possa desenvolver seu intelecto por que tem dinheiro e com que outra pessoa não possa fazer o mesmo por que não tem dinheiro! Essas são duas coisas imorais!

Será que os Chefes de Estado estão dispostos a colocar esses dois problemas ao nível da ética? Talvez não.

Outro assunto é que há uma articulação funcional ainda entre ser pobre e ser rico. Ainda é difícil você fazer a riqueza crescer eliminando a pobreza. Ainda

existe um problema, embora esteja desaparecendo, porque a ideia do exército de desempregados que Marx considerava como uma necessidade do capitalismo já não existe mais, porque hoje o número de trabalhadores necessários para fazer a máquina da economia funcionar é um número tão pequeno, que o exército de desempregados já é secundário para manter os salários.

Os salários de quem consegue, hoje, trabalhar com alta qualificação já é alto. Acabou esse negócio de o capitalismo querer reprimir os salários. Eles têm de pagar bem para os que ganham bem. Mas eles excluíram os outros. Essa é a maldade da sociedade moderna. Não há mais um exército de desempregados, há um exército de descartados.

Então, essa funcionalidade e essa falta de solidariedade crescente podem fazer com que o problema da pobreza deixe de ser moda, como vem sendo nas últimas décadas. A gente tem de resgatar a ética da erradicação da pobreza.

A segunda coisa é dizer como. Aliás, antes de dizer como, temos de dizer o que é a pobreza. Estou de acordo com isso, o que, aqui, foi citado por mais de um dos que falaram.

Marília, você falou da ideia do direito à vida. Eu acrescentaria um direito à vida digna. No direito à vida, basta dar comida, mas apenas dar comida é tratar o ser humano como animal. É a mesma fome. A fome do ser humano é diferente da fome do animal. A fome do animal é de comida; a fome do ser humano é de comida, porque também somos animais, mas é também de saúde, de alfabetização, de cultura, de segurança, de ter um endereço limpo – não falei do tamanho da casa.

A ideia é de que sair da pobreza é ter uma vida digna. É, inclusive, ter uma atividade – não disse emprego –, porque não ter atividade tira a dignidade. Um desempregado, mesmo na Europa, que garante escola, comida, saúde, ainda não tem dignidade plena. Como não vai haver emprego para todos no futuro por que, provavelmente, as máquinas vão fazer as coisas, devemos fazer com que tenham pelo menos uma atividade.

É aí que venho com a pergunta: como erradicar a pobreza? A grande sacada – desculpem-me a palavra juvenil – do Bolsa Escola foi a de dizer “vamos ocupar você, dona de casa pobre, para que seu filho estude”. Isso as pessoas não percebem. Não é transferência de renda, é um programa de ocupação, de “emprego”. Dizemos: “Você, dona de casa, vai ter a dignidade de uma atividade, a de fazer com que seu filho vá à escola. Para isso, a gente lhe paga”.

Uma das coisas que me emocionaram, no Bolsa Escola do Distrito Federal, aconteceu quando eu estava visitando uma escola na cidade do Guará: uma

diretora veio pedir que a gente contratasse uma merendeira, porque não havia merendeira para distribuir a merenda. Eu disse que ia trabalhar para ver como contratar a merendeira. Mas, quando eu estava saindo, uma mulher, Senador Randolfe, estava colocando água numa planta grande, dessas que nem existem muitas no cerrado. Aí chamei a diretora e perguntei: “Como há uma funcionária para dar água à planta? Não pode ela servir a comida?”. Ela disse: “Governador, essa moça não é nossa empregada, não é nossa funcionária. Ela é mãe de uma criança do Bolsa Escola. Ela coloca água na planta para ficar de olho no menino, para que ele não saia da escola”. Eu disse: “É para isso que a gente paga a ela”. É claro que a gente pagava um salário mínimo.

Essa é a concepção, que venho chamando de keynesianismo social, produtivo e, como eu acrescentaria, ecológico, porque é importante plantar árvores. Não sei se botar água é tão importante, mas plantar o é, sim. Qual é a concepção? É diferente do keynesianismo dos países ricos. Lá, eles dão dinheiro ao desempregado, para que ele tenha renda e compre mercadorias, porque a escola está garantida, o saneamento está garantido; aqui, a gente paga, para que ele pinte a casa.

Vejo aquelas favelas do Rio de Janeiro e tanta gente desempregada e fico pensando: por que não contratar os desempregados para pintarem a própria casa? Por que a gente não contrata para que o menino vá à escola? Tudo isso a gente fez aqui. Por que não se faz como a gente fez aqui? Contratávamos desempregados e financiávamos uma carroça. Aí eles passavam a ser os cuidadores do lixo, projeto que a gente chamava Carroça Verde, em que o Marcel tanto ajudou. Inclusive, foi o Marcel quem criou o nome. O programa de desmigração é ideia dele, do Professor Marcel. Pagava-se para a pessoa voltar para sua cidade. Não davam o dinheiro da passagem, pagavam todo mês e davam uma terra, para que ele plantasse. Isso fica mais barato do que tratar, Randolfe, a pessoa na cidade. Mas é claro que a pessoa tem de ir voluntariamente, pois, do contrário, tira-se uma condição fundamental da dignidade, que é a liberdade. Falamos de comida, liberdade, escola, etc.

Então, há essa ideia de a gente trabalhar um programa grande, sistemático, que chamamos de Transferência de Renda Condicionada. Não foi o nosso. O nosso foi o Bolsa Escola. Os Estados Unidos, o Banco Mundial criou essa expressão. Não faz mal. Mas, na verdade, é um programa de ocupação da população pobre, desempregada, para que ela produza aquilo de que ela precisa, para ela fazer, organizadamente, água e esgoto no seu bairro, para que ela construa sua casa.

No programa de construção de casa pelo BNH, há as grandes empreiteiras, por exemplo, com aquelas máquinas todas. Esse programa dá a casa, mas não dá o emprego. A gente pode dar as duas coisas. Eu gostava sempre de dizer que isso é como duas pessoas solitárias: quando duas pessoas solitárias se encontram, acaba a solidão das duas. Se você pega o problema desemprego e se a casa rui, você emprega a pessoa para cuidar da sua casa, para fazer a sua casa, você resolve os dois problemas, o do desemprego e o da casa.

Tenho a impressão de que esse seria o caminho. O Bolsa Escola é um exemplo disso. Aqui, havia muitos programas como esse; depois, fui incluindo outros.

Eu queria tratar desse assunto, dizendo o seguinte: o Marrocos adotou o Bolsa Escola agora, há uns seis meses. Eles deram um nome ao Bolsa Escola que é uma coisa fenomenal. É um nome em árabe, que não entendi, obviamente. Perguntei: o que quer dizer isso? Quer dizer “abrir a porta”. Ou seja, pagar à família, para que a criança estude, eles dizem que é abrir a porta. É o que se faz: abre-se a porta, para permitir a inclusão social. Creio que é disso que a gente precisa. Mas tudo isso implica numa coisa anterior: crescimento econômico não elimina a pobreza, sobretudo no mundo de hoje, em que o crescimento econômico precisa de mão-de-obra muito especializada, não precisa da mão-de-obra não especializada.

Então, crescimento econômico é a base, é o caminho, é necessário, como é necessário o chão para a gente andar, mas o que vai fazer andar para erradicar a pobreza não é a economia. Ela dá a base, mas o que vai fazer isso são políticas sociais desse tipo.

Tenho a impressão de que, se a gente conseguir – e o Brasil pode ser um exemplo –, um conjunto de medidas dessa a partir desse debate que a gente faz toda quinta-feira, a gente vai dar uma grande contribuição. E, se a Presidenta Dilma decidir liderar um movimento mundial junto aos outros chefes de Estado e de Governo para batalhar por uma proposta desse tipo, creio que ela poderá se transformar na grande líder dos próximos anos e décadas, porque há uma carência de líderes. E por que faltam líderes? Porque faltam propostas. Por que faltam propostas? Porque faltam três coisas: valores, ideias e atitudes dos políticos. Gosto de dizer que falta a via: valor, ideia e atitude. A Presidenta Dilma tem a chance de ser a via.

E isso se dá com valor. Valor! Valor! Valor! Isso começa com valor. Não podemos tolerar que os irmãos seres humanos não tenham uma vida digna. Esse é um valor. E há a ideia, e o caminho para isso não é simplesmente a economia, é um programa dirigido diretamente para empregar as pessoas, para que

elas produzam aquilo de que precisam. E a atitude é começar a implantar isso. Depois da Segunda Guerra, implantou-se um programa para se recuperar a Europa economicamente. Por que a Presidenta Dilma não propõe um grande plano desse mesmo tipo para erradicar a pobreza no mundo, empregando, para que produzam aquilo de que precisam, sobretudo para que tenham escola?

E aí concluo com uma coisa que disse a Diana, a quem agradeço por ter vindo aqui. Ela foi convidada de última hora, para substituir... Hein? Ah, foi a Marília! Desculpe-me.

Marília, quero lhe agradecer muito por ter substituído. Você falou uma coisa que achei muito interessante, que foi o fato de que a bolsa do Progreso termina fazendo com que as pessoas emigrem. Tentei muito vender nos Estados Unidos a Bolsa Escola, com a seguinte ideia: “Pague a essas pessoas, para elas ficarem no México. É mais barato do que vocês ficarem com um soldado aqui tentando impedir”. Na época, eu me lembro de que o custo de um policial de fronteira dava para pagar às famílias de mil crianças, para que essas mil crianças estudassem. Quando as crianças crescessem, se não tivessem conseguido emprego, pagariam para colocar água e esgoto, pagariam para urbanizar, ou melhor, pagariam para colocar árvores. Esse, a meu ver, pode ser um caminho.

A Presidenta Dilma poderia ser a líder dessa nova via, desse novo rumo, de um crescimento que sirva de base, sem a ilusão de que se vai erradicar a pobreza. Mas, por meio de políticas desse tipo, a gente pode, sim, viver em um mundo não onde todos sejam ricos, mas onde ninguém seja pobre.

Já repararam que a visão diferente faz com que exista pobre e rico. Não há uma palavra para dizer “não rico”. Já repararam isso? Não há uma palavra para dizer “não rico”. É preciso duas palavras: “não rico” ou “não pobre”, sobretudo “não pobre”. Tem de haver uma palavra que diga que não é pobre – é isso que a gente quer – e tem a chance de crescer na vida, isso sim. E quem dá a chance de crescer é a escola.

Para concluir, Diana, friso uma coisa que você falou. Há duas pernas nas políticas: a perna da renda e a perna da escola. E estamos fracassando pela perna da escola. Estamos condicionando que a mãe ponha a criança na escola, mas não estamos dando a escola, porque o que a gente está dando chama-se escola, mas não é escola. Essa é uma tragédia brasileira. Chamamos de escola o que não é escola. Na escola, deve haver professor bem remunerado, bem preparado, bem motivado e bem dedicado, e esse professor deve contar com uma edificação bonita e com os mais modernos equipamentos. Escola é onde a criança tem

de ficar o dia inteiro, por seis horas. E a gente não tem isso. O resultado é que nossos programas de transferência de renda vão continuar para sempre, porque já está começando a haver pais com Bolsa Família que foram crianças com Bolsa Família. Há meninas com 21 anos cuja família, há apenas oito anos, era beneficiada pelo Bolsa Família; agora, elas tem filhos e recebem o Bolsa Família. E elas terão netos com Bolsa Família. Esta é a tragédia: a persistência da pobreza, contra a qual temos de lutar.

Mas lhes agradeço muito. Não tenho nenhuma pergunta a fazer.

Apenas passo ao nosso Senador Randolfe a palavra, para que ele conduza os trabalhos outra vez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Obrigado, Senador Cristovam.

Agora, vamos passar às considerações, às eventuais argumentações, às ponderações e considerações dos nossos três conferencistas, Senador Cristovam.

E me permitam também fazer uma breve provocação nesse sentido. Peço, em seguida, aos conferencistas, ato contínuo, que aproveitem o tempo para fazer as considerações finais dos senhores e das senhoras. A Mesa dará cinco minutos para cada um, para fazerem as considerações sobre os comentários aqui feitos e também para traçarem suas considerações finais.

Permita-me, Senador Cristovam e nossos conferencistas da noite de hoje, dizer que a experiência do Distrito Federal, a experiência do governo democrático e popular conduzido por V. Ex^a, Senador Cristovam, introduziu a ideia que foi apresentada aqui e que o Marcel nos trouxe como referência, que foi a experiência do governo de Mitterrand, em 1981. A experiência do Distrito Federal foi a primeira em termos de programas de combate à miséria, de combate à pobreza, de renda mínima.

A primeira impressão que se tem é a de que o programa inaugurado no Distrito Federal tem a mesma linha do programa que está em curso hoje, no Brasil. Eu, particularmente, tenho dúvida sobre isso, pois, até na denominação, há uma diferença substancial: uma Bolsa está vinculada à escola, tem um objetivo concreto; a outra Bolsa, embora vinculada ao termo “família”, passa por uma generalidade. Esse é o problema.

O Marcel, inclusive, coloca esta questão: qual governante vai ter a coragem de tirar alguém de um programa de combate à miséria, de tirar alguma família de um programa de combate à miséria? E como a sociedade vai assimilar que não precisa mais de programa de combate à miséria? Deixe-me utilizar um termo ambiental: a sociedade já tem sustentabilidade em relação à miséria, a miséria não existe mais, e não

existe mais analfabetismo. Como a sociedade vai ter esse parâmetro concreto?

Senador Cristovam, o senhor nos apresenta um dado dramático: podemos estar indo para a terceira geração da Bolsa que, originalmente, era Bolsa Escola, mas que não é mais Bolsa Escola, é Bolsa Família. Há um deslocamento do eixo da ideia: a bolsa da escola tinha dupla finalidade, pois retirava a pessoa da miséria e dava um instrumento para a retirada sustentável da miséria, permanentemente, para o futuro, com a educação. Também concordo com o senhor: não existe alternativa para sair em definitivo da miséria, senão a educação.

Hoje, fui entrevistado pela TV Senado, que me fez um questionamento sobre a ampliação da imigração para o Brasil. A ampliação da imigração, obviamente, ocorre pelo crescimento da economia. Este é mais um dilema que existe hoje: para muitas áreas novas da economia brasileira que a expansão econômica produziu, não há técnicos e profissionais, não há mão de obra; temos de importar mão de obra para essas áreas.

E estamos diante de um dilema: estamos debatendo o Plano Nacional de Educação neste ano. Neste ano, começamos o debate do Plano Nacional de Educação e estamos no dilema de quanto vamos investir na próxima década em educação.

Não sei – e aqui termino minha consideração – se os parâmetros propostos hoje pelo Ministério da Educação serão adequados para os desafios que teremos de ter na próxima década, e, se não enfrentarmos os desafios da educação, não sei como conseguiremos enfrentar o desafio da miséria e os outros problemas existentes.

Estamos debatendo esse tema nesta Subcomissão para a conferência do ano que vem, e é uma das responsabilidades e tarefas desta Comissão pressionar, porque esse é um tema do meio ambiente, um tema do futuro, é o tema da pobreza, o tema da miséria. Oxalá esse tema seja inserido nos debates da conferência do meio ambiente no ano que vem!

Por fim, eu só queria exultar e destacar o que disse o Senador Cristovam, que utilizou aqui um termo... Vejam só: durante um período, os debates sobre os modelos econômicos eram debates entre um modelo liberal capitalista, entre o modelo capitalista e suas vertentes, e o modelo socialista. Mas virou uma ditadura muito forte do pensamento único a tese liberal, a tese de modelo econômico afastando o Estado, baseado na trilogia que sustenta hoje a economia brasileira, de metas de inflação, de superávit primário, de alta taxa de juros. Virou um discurso tão forte e único esse modelo, que parece palavrão – permitam-me a expressão –, parece um atentado quando se foge do discurso único.

O Senador Cristovam falou de Keynes, que não propôs, em nenhum momento, a superação do capitalismo; ele propunha, inclusive, um modelo de salvação do capitalismo, um modelo desenvolvimentista a partir do investimento do Estado. Embora, na última grande crise econômica, as grandes potências do mundo tenham se socorrido do Estado para serem salvas da crise econômica, parece que estamos vivendo sob uma lógica de pensamento único, de modelo único econômico, que tem derivação também no combate à pobreza tão forte, que cada vez é mais raro haver citações de modelos diferentes. É a ortodoxia na economia. Parece que é o único modelo possível existente, como se não tivesse havido história do pensamento econômico e modelos distintos do modelo que, como já está mais do que comprovado – está aí a Grécia para nos provar –, é um modelo que amplia e aprofunda a miséria e a pobreza.

Desculpem, mas não pude deixar – fiquei um pouco irrequieto – de fazer essa provocação e essas considerações.

Então, passamos a palavra aos membros da Mesa, por cinco minutos, para comentarem as considerações aqui feitas. E peço também tempo para fazer as considerações finais em relação a esse debate desta noite.

Sr^a Marília Leão, tem a senhora a palavra, por favor.

A SR^a MARÍLIA LEÃO – Obrigada.

Eu queria agradecer aos palestrantes, ao Senador Randolfe e ao Senador Cristovam. É sempre muito bom poder aprender e ouvir. Realmente, esse tema tem muitas nuances, e é sempre bom aprender com outros palestrantes, com outras pessoas que pensam o mesmo tema.

Para finalizar, eu queria só comentar o seguinte. É muito claro para todos nós que a causa estrutural da pobreza no Brasil não é a escassez de recursos. A causa estrutural da pobreza é a péssima distribuição da riqueza e dos recursos nacionais, em todos os aspectos. Então, a palavra de ordem, penso, quando se fala em superação da pobreza, é redistribuir a renda, facilitar o acesso, distribuir oportunidades, distribuir bens e serviços públicos essenciais. E os principais atores nessa grande questão da redistribuição da riqueza são os gestores da política econômica. Hoje, há uma elite de gestores públicos que cuidam da nossa política econômica, e tenho a certeza de que, se eles monitorassem as taxas de pobreza, as taxas epidemiológicas de saúde e todas as que estão relacionadas com a questão da pobreza social, eles encontrariam ótimas saídas para aumentar os recursos, para que o

Estado pudesse oferecer as políticas públicas essenciais para a população.

A gente não vê os gestores da política pública tão preocupados com a questão social como a gente que pensa essa área. Eles estão muito preocupados com metas da inflação, com gestão; é diário o monitoramento desses indicadores econômicos, e os da pobreza são anuais, bianuais, às vezes até muito além.

Sobre a questão da transferência de renda, acho que, realmente, ela é uma das possibilidades, uma das formas de ajudar a reduzir a pobreza. Hoje, no Brasil, estima-se que 16 milhões de pessoas estão em extrema pobreza. É um número grande, expressivo, mas o Estado brasileiro tem todo o conhecimento e os recursos necessários para fazer a inclusão dessas pessoas.

Quanto à questão do Bolsa Família, os nomes são complicados. Fazia muito sentido quando era o Bolsa Escola, no sentido da bolsa de estudos, essa conotação que havia. Quando se migrou para a questão da família, da transferência de renda, acho que o termo “Bolsa” perdeu bastante o sentido. Para mim, menos sentido ainda tem o que o programa define como Programa de Transferência de Renda Condicionada. O Marcel comentou isso. Não faz sentido condicionar nada. Se a renda é um direito, como vamos condicionar alguma questão? Mas acho que a transferência de renda como o Bolsa Família faz devia se chamar Programa de Transferência de Renda com Responsabilização dos Gestores, pois estes têm o dever de encontrar essas famílias e oferecer as políticas públicas essenciais de educação, de saúde.

Não faz o menor sentido excluir, por exemplo, uma família do programa por que a criança não está na escola. Essas são as crianças mais vulneráveis, são as famílias mais vulneráveis. Então, acho que o programa pode ser um pouco aperfeiçoado nesse sentido.

Há outra questão que também deixo para reflexão: os valores estão adequados? Temos mais recursos públicos para aumentar essa transferência? Porque ela ainda é muito pequena. Se há uma política de salário mínimo, por que o valor da transferência para uma família extremamente pobre é tão pequeno?

São questões que a gente tem de considerar, para se refletir o futuro do programa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigada, Professora Marília. Quero lhe agradecer, mais uma vez, que tenha aceitado o convite, que foi feito em cima da hora, em poucas horas, e a senhora aceitou e está aqui conosco.

Passo a palavra à professora Diana.

A SRª DIANA SAWYER – Obrigada. Vou ficar dentro dos cinco minutos, porque, na minha fala, passei do tempo.

Chama muito a atenção, Senador, essa questão da solidariedade. Vai haver uma disparidade tão grande, que, no fim, vai se quebrar a questão da solidariedade. Achei esse um ponto bastante interessante.

Sou demógrafa, e, no meio dos demógrafos, a grande questão é: existe um limite para esperança de vida? E os demógrafos estão divididos. Uns dizem “sim”, que não há como a pessoa atingir a vida eterna, enquanto outros dizem “não”, que, com tecnologia, com isso e com aquilo, não há limite, podemos chegar a uma idade próxima até de uma vida eterna. Se estamos caminhando para isso... Pelo que eles predizem, isso não está muito longe, não. Há várias notícias de população centenária, mesmo no Brasil. E, quanto mais chegarmos a essa diferença, quando chegarmos a esse momento em que a questão do limite não se coloca para o tempo de vida, aí, sim, vamos perder totalmente essa questão da solidariedade.

Essa questão dos valores, como o senhor disse, é primordial, deve ser mantida. É um ponto que não se deve colocar de lado em nenhum momento.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

Agora, passo a palavra ao Professor Marcel.

O SR. MARCEL BURSZTYN – Muito obrigado. Vou ser breve.

Tenho um comentário e uma proposta a fazer.

Primeiro, faço o comentário: atendo-me com veemência à ideia de que as transferências de renda devem ser vinculadas a condicionalidades, ou seja, transferência de renda, sim, mas mediante condições, com a devida atenção ao caráter provisório da iniciativa. Não se pode tornar um instrumento perpétuo de dependência. Não existe sociedade que se construa mediante apenas a busca de direitos. Numa sociedade avançada, todos têm direitos, mas também têm deveres. Não existe nenhuma pessoa que possa ser isentada de deveres, qualquer que seja, nem que seja molhar as plantas da escola, Cristovam. Alguma coisa essa pessoa pode fazer. Então, prendo-me com veemência a esse outro “C”, que é da Transferência de Renda Condicional. Em inglês, a sigla é CCT, Transferência de Renda mediante Condicionalidade. Entendo que esse seja um avanço enorme nas políticas públicas de proteção social e, não por acaso, está se espalhando pelo mundo todo. Esse é o comentário.

Faço a proposta. O Senador Cristovam Buarque é um dos pais da criança, é o pai da Bolsa Escola. Entendo que um dos motivos desta conversa de hoje tem a ver com instrumentalizar ideias, para que elas sejam lançadas na Conferência Rio+20. Na Conferência Rio+10, que aconteceu em Johannesburg, há nove

anos, houve certo espanto de vários colegas meus ambientalistas, que disseram: “Mas os africanos agendaram temas que transcendem a questão ambiental, porque trouxeram o tema da pobreza”. E, com muita propriedade, países muito pobres disseram: “Se não resolvermos a pobreza, não teremos como enfrentar a questão do meio ambiente”.

Endosso esse tipo de conduta que houve e não subscrevo o que meus colegas ambientalistas manifestam como uma frustração em relação ao que aconteceu em Johannesburgo. No Rio de Janeiro, no próximo ano, quando estivermos festejando o Rio +20, teremos de nos lembrar de alguns episódios que aconteceram. No Rio de Janeiro, em 1992, houve um compromisso dos países envolvidos no sentido de destinarem 2% do seu Produto Interno Bruto como ajuda ao desenvolvimento dos países mais pobres. Pergunto se vocês sabem quantos países cumpriram essa meta. *(Pausa.)* Respondo: zero! Nenhum país cumpriu nem a metade dessa meta. Falar em compromissos de solidariedade internacional em termos de ajuda ou desenvolvimento, acho que não dá para esperar muito disso, embora alguns paliativos aconteçam em momentos, em episódios muito extremos.

Solidariedade parece que é um elemento que vem surgindo com certa regularidade nos últimos anos, não em termos de problemas de dramas sociais no mundo, mas em termos de dramas ambientais no mundo. Parece que o meio ambiente incomoda mais do que a pobreza, porque o ambiente é muito mais “democrático” no sentido de que um problema ambiental em um país pode afetar outro país. A pobreza num país não necessariamente afeta outros países.

Então, por que não tirarmos proveito, e aí vai a proposta, da nossa vantagem comparativa de termos ambiente a ser preservado – quando falo de nossa vantagem, não me refiro só ao Brasil, mas ao Hemisfério Sul – e lançarmos a ideia de Bolsa País? Bolsa País seria uma espécie de Transferência de Renda Condicional a países que fizerem bem as suas condicionalidades de cuidar do ambiente do Planeta. Não seria diretamente transferido a famílias, como alguns instrumentos que vêm sendo bastante difundidos, como remuneração por serviços ambientais, pagamento de serviços ambientais, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação ambiental (Redd), que são algumas panaceias que têm surgido aí, algumas muito bem intencionadas, outras, inclusive, com razoável grau de efetividade. Por que não estabelecemos programas internacionais de apoio à proteção do ambiente como um mecanismo que reflita a solidariedade internacional, dado que existe de fato uma preocupação com a degradação do ambiente do Planeta?

Então, já que estamos numa Casa legislativa onde é permitido lançar, inclusive, ideias mirabolantes, por que não pensar na Bolsa País?

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer a todos que estão assistindo ao nosso debate pela televisão.

Agradeço, de maneira muito especial, à Sr^a Marília Leão, Presidente da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos; ao Professor Marcel Bursztyn, Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB; e à Sr^a Diana Sawyer, Pesquisadora Sênior do Centro Internacional de Políticas para o Desenvolvimento Inclusivo das Nações Unidas, em Brasília. Agradeço-lhes pela grande e inestimável contribuição aqui oferecida.

Lembro que, na próxima quinta-feira, vamos discutir economia verde: o que é economia verde? Como implantar uma economia verde? Isso mudará, de fato, o que a gente espera na realidade do mundo? Como fazer?

Desejo a todos que, outra vez, estejam conosco na próxima quinta-feira. Àqueles que quiserem assistir à reunião presencialmente, lembro que faremos essa reunião na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Os que não puderem vir aqui, por favor, assistam à reunião e mandem suas sugestões para o Senado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 17 minutos.)

Ata da 10ª reunião da subcomissão permanente de acompanhamento da rio+20 e do regime internacional sobre mudanças climáticas, criada por meio do rqs (cre) nº 10, de 2011, que “requer, nos termos regimentais, seja aditado ao requerimento nº 03, de 2007-cre, que criou a subcomissão permanente de acompanhamento do regime internacional sobre mudanças climáticas, a competência para acompanhar o planejamento e as atividades da conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável-rio+20. Dessa forma, requer também que a subcomissão passe a ser denominada subcomissão permanente de acompanhamento da rio+20 e do regime internacional sobre mudanças climáticas”, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 07 de julho de 2011, quinta-feira, às 18:00 horas, na sala de reuniões nº 7, da ala senador alexandre costa.

Às dezoito horas e dezoito minutos do dia sete de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristo-**

vam Buarque, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, com a presença do Senhores Senadores **Aloysio Nunes Ferreira** e **Randolfe Rodrigues**. Registra presença a Embaixadora do Clima da Organização Globe International. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública. Atendendo ao **Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa a senhora Maria Amélia Enríquez da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, o professor Donald Sawyer do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, e a senhora Elisa Tonda, representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA – no Brasil. Faz uso da palavra o Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dezenove horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se a dar sequência ao nosso ciclo. Já tivemos o debate sobre quem falará daqui a pouco.

Fizemos uma primeira reunião sobre água: como conservar; uma outra sobre energia: para que e como; outra sobre pobreza: como superar; uma sobre alimentos: como produzir; e hoje é sobre economia verde: o que é.

Nós queremos procurar uma definição para economia verde e tentar analisar a possibilidade de que ela seja a solução para o problema que nós temos

adiante de reorientar o modelo de desenvolvimento da humanidade inteira.

Vou passar a palavra da direita para a esquerda – está bem ou querem deixar para depois? –, agradecendo muito a presença de cada um. Mas antes quero dizer que temos aqui a presença da Senadora Serys Slhessarenko, que hoje é Embaixadora especial do Brasil para o Clima pela Globe, missão dada a ela pela Globe International, que é uma organização de parlamentares mundiais para questões de ambiente, especialmente mudanças climáticas. Ela tem o papel de tentar mobilizar a sociedade e governos para o tema.

Senadora Serys, esse, para mim, é o problema mais difícil da Rio+20. São três os problemas que temos ali. O primeiro são as instalações, que estão indo muito bem, a parte de infraestrutura e, inclusive, de segurança de 150, 200 chefes de Estado que poderemos ter. O segundo é a representatividade. Para mim, esse é o mais difícil, até porque será um ano de eleições nos Estados Unidos, na Alemanha, na França e isso vai dificultar muito a vinda aqui de grandes personagens. O terceiro é – eu gosto de chamar assim, apesar de muitos não entenderem – de retórica: o que a gente vai dizer, qual é o documento que vai sair desse encontro. Vai ser um documento burocrático, tipo Nações Unidas, em que se procura acomodar todos os interesses ou vai ser um documento propositivo, afirmativo? Eu acho que tem que ser mais numa linguagem poética até, que sirva de tema de debate nas universidades, nas escolas, nas faculdades.

Então, Senadora Serys, eu teria um lugar aqui para a senhora, mas, para que fique mais à vontade, a senhora pode ficar aí. A palavra vai ficar aberta para a hora que quiser. Se quiser falar agora, na abertura. Se não, pode falar depois que elas falarem ou no meio da reunião. Na hora que quiser falar, a palavra vai ser aberta, pois para nós é muito importante a sua presença aqui. Quer falar agora? (*Pausa.*)

Então eu vou começar passando a palavra à Srª Elisa Tonda, a quem agradeço muito e que vem aqui como representante do Pnuma.

Nós vamos dar 15 minutos para cada um, mas quero dizer que não vou ficar aqui policiando. Se houver necessidade de mais algum tempo, nós temos possibilidade de concedermos.

Então está com a palavra a nossa representante do Pnuma no Brasil.

A SRª ELISA TONDA – Antes de tudo, quero agradecer muitíssimo a oportunidade que o Senador Buarque nos tem dado de compartilhar com vocês algumas informações com relação ao trabalho, que é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que está promovendo sobre o tema da economia verde.

Comentarei, nesta curta intervenção, o que está contido num informe, num relatório sobre a economia verde que foi lançado em fevereiro deste ano.

Um dos pontos muito debatidos, e gostei muito que o Senador Buarque tenha mencionado na introdução, é justamente a definição de economia verde para a qual estamos apontando e com o que tema se relaciona.

Então, vou comentar com os senhores a definição que está na base do informe da economia verde, não para dizer que é uma definição fechada, mas para dizer que é uma definição inicial sobre a qual nós também gostamos muito de receber comentários e retroalimentações por parte dos atores com os quais estamos dialogando.

Consideramos, e essa tem sido um pouco a base do informe, que a economia verde tem que apontar para melhorar o bem-estar do ser humano e a igualdade social e, ao mesmo tempo, apontar para a redução dos riscos ambientais e as escassezes ecológicas. Ou seja, compreende em si mesma uma diversidade de aspectos que nos leva a pensar que existe uma relação muito direta entre a palavra, o tema da economia verde, e a agenda do desenvolvimento sustentável, e que a economia verde não pretende, de forma alguma, substituir o conceito de desenvolvimento sustentável senão ser um veículo que pode apoiar essa transição.

Outro aspecto que não está diretamente refletido na definição, mas que pode ser um importante estímulo para a reflexão, é a relação que existe e que tem que existir entre o tema e o paradigma de uma economia verde e os esforços que os países estão fazendo ao longo dos anos para erradicar, reduzir a pobreza e como podem esse conceito, esse veículo e as práticas associadas à economia verde também contribuir com medidas que apoiem a redução da pobreza.

Em termos mais concretos, além da definição, alguns dos elementos que pensamos estar relacionados com a economia verde também têm a ver com a promoção de uma economia baixa em carbono, com a promoção de uma economia que faça o uso eficiente dos recursos, das riquezas dos países e também uma economia que esteja fundada em padrões de produção e de consumo sustentável.

Nesse sentido, pensamos que os investimentos e os empregos que deveriam estar associados a uma economia verde deveriam apontar para esses objetivos.

Não sei se estão familiarizados com o informe sobre a economia verde. O informe pretende analisar quais poderiam ser as condições favoráveis para promover a transição para uma economia baixa em carbono e eficiente no uso dos recursos. O que indica o informe, a condição que analisa esse informe é uma

situação em que os **investimentos** que **estão sendo feitos** sejam reorientados, redirecionados de forma tal que 2% desses investimentos que já existem sejam realmente investimentos que, em distintos setores, apoiem a transição para a economia verde.

O informe analisa em detalhes as recomendações para esses tipos de investimentos em dez setores que se consideram prioritários para permitir, para motivar essa transição. E entre esses setores, mencionam-se justamente setores como manufatura, manejo de dejetos, transporte, construção, cidades, bosques, cuidados com a biodiversidade, manejo d'água, assim como as condições habilitadoras que têm que existir no entorno, para promover essa transição para uma economia verde, condições que começam por um marco regulatório ao nível dos países que queiram impulsionar essa transição. **Mas também incluem desenvolvimento de capacidades para que os vários setores saibam como fazer essa transição, tenham o conhecimento e a capacidade necessárias à existência de um marco fiscal que possa promover e apoiar esses tipos de investimentos, assim como um contexto de governança internacional que seja favorável a essa transição.**

Então, o informe conclui que, na suposição de poder reorientar o equivalente a esses 2% do PIB mundial de investimentos, o que se considera é que, no ano de 2050, o crescimento do PIB mundial será um pouco maior do que se prevê com o modelo atual de desenvolvimento. ***Ou seja, muito provavelmente, o que temos considerado como crescimento só será alcançado com atenção às questões ambientais. É mais um provável mito que o relatório está nos ajudando a derrubar.*** Assim como para ir ***medindo***, digamos, ***os elementos*** que têm ***mais a ver com aspectos ambientais, como a realocação de investimentos também permitiria perceber melhoras em alguns dos parâmetros mais diretamente ambientais. E o parâmetro mais*** evidente é como alterar a pegada ecológica do Planeta, e o modelo estima que isso iria reduzir a pegada ecológica em 50%.

Para dar seguimento a essas recomendações, também existem a nível mundial alguns países que tomaram a decisão de tomar a liderança e a vontade de provar que essas afirmações realmente se podiam concretizar. Aqui na região da América Latina e Caribe, por exemplo, temos o exemplo de um país como Barbados, que o primeiro-ministro tomou a decisão de transformar a sua economia em uma economia verde, começando seu trabalho por três setores que ele considera ser setores prioritários, que são: setor de transportes, setor de turismo, de agricultura e o setor de construção. E, juntamente com nossos técnicos, estão identificando tudo o que no

contexto atual da sua economia não está promovendo uma transição para uma economia verde, e tomando medidas que possam apoiar e modificar este padrão de produção e consumo.

Há também muitas experiências individuais no Brasil, assim como em outros países da região, que nos permitem demonstrar que há realmente vontade de dar certos passos como sinal de liderança e de chamar a atenção para os seus próprios recursos e cuidados com o seu meio ambiente. Isso nos deixa com uma esperança muito positiva, um sinal muito positivo de que é um caminho que esses países, além das recomendações de organizações internacionais, consideram uma maneira muito apropriada para promover, aproveitar seus veículos para incentivar o seu desenvolvimento sustentável.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado à Elisa.

Passo a palavra agora à nossa Professora Maria Amélia Enríquez.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRÍQUEZ – Obrigada, Senador Cristovam, que foi nosso professor na Universidade de Brasília.

Em primeiro lugar, sinto-me muito honrada e agradeço o convite.

Como representante da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, informo que teremos um evento agora em outubro, em Brasília, e quero só ressaltar, Senador, que nós propusemos uma oficina para um evento, paralelo ao evento da economia ecológica, para também receber as contribuições da comunidade científica a respeito da construção dessa agenda. E o nosso interesse, com essa oficina, é também oferecer uma contribuição do ponto de vista da sociedade científica à Rio+20. Estendo o convite aos presentes. Esse evento será dia 04 de outubro no âmbito da Universidade de Brasília.

Vou falar rapidamente sobre o contexto. Acho que a Elisa sintetizou a economia verde, a justificativa dessa proposta. Vou tentar mostrar um pouco o lado da crítica do ponto de vista da economia ecológica, o que a economia ecológica observa, a questão da economia verde, e qual seria o sentido, principalmente para os países do Sul. E essa sugestão, na verdade, é uma pretensão.

Quero só levantar umas questões e espero que, em nossa oficina de outubro, a gente realmente consiga congrega essas diferentes contribuições e apresentar alguma coisa mais robusta.

Qual o contexto do surgimento da economia verde?

Primeiro, ela aparece fortemente induzida pela crise, a crise do final dos anos 2000, a crise de 2008 fundamentalmente. Embora, como a gente vai ver daqui a pouco, o conceito de economia verde não seja novo – ele aparece em 98 –, ele surge de uma forma mais como proposição de política pública no final dos anos 2000, de uma forma provocada por tanta crise de pressão inflacionária, déficit fiscal, desemprego. E considerando dois cenários em que o Pnuma tem trabalhado bastante, cenários até 2050, que seriam o cenário de crescimento populacional, que hoje estamos em torno de 7 bilhões de pessoas, em 2050, seríamos nove. Ou seja, em menos de quatro décadas, vamos aumentar dois bilhões de novos consumidores neste Planeta finito. Que pressão isso significa sobre os serviços ecossistêmicos? E um cenário de crescimento econômico, em que, historicamente, tradicionalmente, 20% da população mundial que representa os países ricos, consumiu 80% dos recursos do Planeta.

Com entrada desse contingente populacional num cenário de crescimento econômico, teremos mais concorrentes nesse seletor mercado que era quase um monopólio de países ricos. De um lado, há uma pressão muito forte da crise, exigindo uma onda nova de inovações, para gerar um novo ciclo de crescimento, e duas ameaças fortes. De um lado, esse crescimento, mas não é qualquer crescimento, é um crescimento de população principalmente de países em subdesenvolvimento, e um cenário de crescimento econômico desses Brics. Nesse cenário, o que significa isso como pressão de recursos ecossistêmicos e recursos naturais para suportar esse crescimento?

Quando a gente observa, por exemplo, historicamente, desde o século XIX até o século XX, principalmente no século XX, quando pegamos as *commodities* de uma forma em geral, o que se observou foi uma tendência de queda real de preço, tendência essa que está mudando radicalmente principalmente a partir dos anos 2000.

Fala-se em superciclo de crescimento de preços de *commodities*, mas, na verdade, quais são os principais fatores indutores desse novo crescimento? Sem dúvida, esse cenário de aumento de população global e uma população que, historicamente, estava com uma demanda reprimida muito grande por bens, serviços. Aquela curva mais acentuada, anterior, era o preço dos metais.

Quando se fala em crescimento econômico, os bens minerais são fundamentais para suportar toda a infraestrutura em termos de portos, aeroportos, estradas etc. Então, quando você olha os países de alta renda, a tendência é a redução da participação relativa em termos populacionais. E aqui, temos um aumento

dos países pobres e os países de renda média, que estão muito distantes da renda média dos países de alta renda. Quando se observa esse cenário, de alguma forma, isso provoca uma grande inquietação para quem tinha uma oferta cativa dessas *commodities*, desses bens e serviços no mundo.

Então, eu diria que a economia verde, muito embora ela tenha esse caráter, sem dúvida, de pensar num processo mais eficiente, para reduzir a pegada ecológica, distributiva, a questão da pobreza, mas é uma exigência do sistema, por essas mudanças estruturais na composição populacional e na composição do próprio modelo de desenvolvimento. É uma exigência do sistema por inovações. Considerando que o modelo, a economia verde vem em contraposição à economia marrom, considerando todos os efeitos deletérios da economia marrom, precisamos gerar uma nova onda de crescimento, que seja um crescimento verde. E aí as projeções, com o crescimento verde, embora, num primeiro momento, possa haver uma queda no crescimento do PIB, no crescimento do emprego, mas a economia, nessa transição, como a Elisa colocou, o cenário de 2050 é promissor, da possibilidade de ter um duplo dividendo, um dividendo de crescimento e um dividendo ambiental.

Como eu falei, rapidamente, esse conceito não é novo, aparece no final dos anos 80, mas aparece mais fortemente pelas ações do Pnuma. Em 2008, é lançado esse Novo Acordo Verde Mundial; 2009, o texto Barbier, sobre as múltiplas crises e como a economia verde poderia endereçar essas questões; e mais recentemente, o Tratado das Nações Unidas, acoplado, atrelando o conceito de economia verde com o conceito da sustentabilidade e erradicação da pobreza.

É preciso destacar também que esse conceito de economia verde não tem sido muito visto com muita tranquilidade. Há um mês, nós tivemos um evento, em São Paulo e, conversando com algumas pessoas, principalmente da Cepal, que está fazendo essa discussão no âmbito dos países do sul, percebemos que o conceito não é visto com muita tranquilidade pelos países em desenvolvimento, porque, há pouco tempo, estava se interiorizando a ideia de desenvolvimento sustentável nas suas múltiplas dimensões, não só econômica, mas social, institucional e ambiental e, de repente, vem outro conceito, de economia verde, atropelando a ideia de desenvolvimento sustentável. Então, não está sendo muito simples essa negociação, do ponto de vista dos países do sul, a não ser que você possa atrelar de fato a ideia de economia verde com a ideia de erradicação da pobreza e a ideia de sustentabilidade, que é um princípio que acaba sendo incorporado realmente pela maioria das nações.

Já falei que, na economia marrom, há efeitos adversos. A Elisa já antecipou que, no relatório, se estima 2% de investimento do PIB global, que dá em torno de 1,3 trilhão em 10 setores chaves, como agricultura, transportes, edificações etc. Eles permitiriam esse crescimento que seria superior ao modelo *business as usual*, poderia nessa nova onda de inovações tecnológicas verdes gerar um crescimento qualitativamente melhor e quantitativamente superior ao da Agenda Marrom.

Tudo bem até aqui. Vou tentar colocar um pouco a visão da economia ecológica em relação à ideia de crescer. A ideia de crescimento econômico, na tradição da economia, é um valor quase que sagrado. A economia é direcionada pelo crescimento, o crescimento é o grande *leitmotiv* da vida econômica. Mas a economia ecológica chama a atenção para o fato de que há limite biofísico para esse crescimento. Não podemos crescer infinitamente num Planeta que é finito, cujos recursos são limitados.

Para a economia convencional é bobagem pensar em escassez, em mundo limitado, porque, quando o preço de um bem estiver muito alto, ele vai desencadear as *backstop technologies*, outras tecnologias que vão viabilizar substitutos. Então você pode substituir o capital natural pelo capital manufaturado. Existe um teórico, Herman, que fala o seguinte: você pode ter barcos supersofisticados de pesca, mas se você tiver exaurido os recursos pesqueiros, o que você vai fazer com o barco? Se você tiver exaurido as reservas de petróleo, não adianta você ter sondas supersofisticadas; se você tiver exaurido a biodiversidade, as florestas, não adianta você ter máquinas supersofisticadas. Existe limite para a substituição.

A economia ecológica chama a atenção de se entender qual a capacidade de suporte desse sistema; qual a capacidade que ele suporta agressão, poluição; o nível de agressão, de entropia e a ideia de manter o capital natural crítico. O que é capital natural crítico? Essa é uma discussão que a sociedade tem que definir, dentro desses critérios, desses limites biofísicos mesmo. Então, para a economia ecológica, enquanto a economia convencional e a economia verde estão muito na linha de verificar a questão da eficiência, da produção, da eficiência locativa, a economia ecológica acha que isso é importante, mas essa é a terceira prioridade. A primeira prioridade seria a definição da escala sustentável: até quando e onde podemos usar os nossos recursos naturais e os nossos serviços ecossistêmicos? A segunda prioridade seria a justiça distributiva, porque o sistema da economia marrom tem um padrão equivocado de preços, que leva a um uso predatório de recursos e não promove a justiça

distributiva. Escala sustentável e justiça distributiva não é dada pelo mecanismo automático de mercado. Por último, a eficiência. Aí o mercado garante como realmente seria melhor a locação de recursos.

Então, a escala de recursos é uma decisão política. Eu acho que a gente participou, e vocês, aqui nesta Casa, discutirão fortemente a questão do Código Florestal, que seria o limite, a escala sustentável dos recursos, para não provocar uma desertificação dos solos. A justa distribuição da riqueza também é uma decisão política, e aí a locação eficiente de recursos é o critério técnico. Só que a economia convencional só vê isso aqui, ela ignora esse de trás. Ela, achando que eficiente a locação, por decorrência natural, ela resolve esses problemas aqui atrás. Mas, se a base é iníqua e a escala é sustentável, a eficiência não vai resolver o problema. Então, a escala do que é sustentável é política, ela deve ser prioritária e atender às demais. A economia ecológica coloca claramente: não é uma decisão técnica; é uma decisão política. Isso agride a economia convencional.

Isso é muito interessante, essa figura do Hermann Daly, que fala o seguinte: a economia convencional foi pensada para um mundo vazio, onde havia abundância de recursos natural, de serviço ambiental, e a economia era pequena. Mas o que garante o bem-estar das pessoas não é só os bens e serviços da economia, mas são os serviços ecossistêmicos, a qualidade do ar, a renovação do solo, a renovação dos ciclos. Então, aqui a economia que usa matéria, energia, quer dizer, a economia ecológica vê a economia como um subsistema desse sistema mais amplo, que tem trocas de matéria e energia, e tudo isso aqui resulta na qualidade de vida das pessoas. Só que, nesse mundo vazio, se ignora praticamente os recursos naturais; pega-se uma função econômica e ela ignora que há recurso natural.

O nosso mundo é um mundo cheio, porque a economia cresceu tanto que está sufocando a capacidade dos ecossistemas. Então, você tem que redefinir esse sistema de preços. Essa é uma questão assim fundamental. E isso vai levar a quê? À ideia de fazer a reforma tributária econômico-ecológica, para poder redefinir esse sistema de preços que seja adaptado ao mundo cheio. Nós temos uma lógica de um mundo vazio quando o mundo é outro. Isso é difícil de mudar na economia.

(Próximo, por favor.)

Então, aí você sempre vai ter um conflito estrutural entre economia e meio ambiente, porque a carga ambiental sempre vai existir. Fala-se da desmaterialização, você pode reduzir. Mas isso não é o que está acontecendo. Mesmo você diminuindo o fluxo metabólico, a escala está aumentando. É o tal do efeito-ri-

cochete. Você diminui o uso individual, mas no global ele aumenta.

(Por favor, o próximo.)

Isso aqui fica muito claro na curva ambiental de Kuznetz. Fala-se assim: os impactos ambientais são pequenos quando a riqueza é pouca. Aí você vai aumentando a riqueza e aumenta o impacto ambiental. Mas para níveis mais altos de riqueza, o impacto ambiental é baixo. Ou seja, você precisa sujar primeiro para poder tratar lá na frente, quando você for bem rico.

Só que, na verdade, isso omite que você tenha aqui uma dívida ecológica ambiental, porque essa desmaterialização dos países ricos muitas vezes é à custa das próprias relações internacionais. Você está produzindo demandando recursos da periferia e está descartando poluentes nessa troca aqui.

Então, essa curva é uma pseudocurva, porque, na verdade, a curva seria essa aqui. Você desmaterializa na produção, mas não desmaterializa no consumo.

Isso aqui mostra a produção primária líquida que está nos países do Sul, mas a apropriação está nos países do Norte. Então, você tem essa contradição aí.

Bom, já comentei que isso tem a ver com essa visão de mundo orientada para o crescimento. E isso, até os nossos teóricos mais importantes, por exemplo, Schumpeter, pegando um trabalho clássico dele, Teoria do Desenvolvimento Econômico, de 1911, fala assim:

Se a produção aumentar no futuro ao nível que aumentou no passado, todos os sonhos dos reformadores sociais poderão dar certo. Entretanto, se a política se dirigir à distribuição imediata, não se realizarão nem os desígnios do reformista, nem o aumento da produção.

Quer dizer, você tem na estrutura teórica essa visão orientada para o crescimento. Então, não pensar em crescimento é pensar que não pode ter desenvolvimento, emprego, serviço social.

Na verdade, o que é preciso? Quando a gente observou esse padrão de crescimento da população, quando se observa a composição da população do mundo em alta, média e baixa renda, essa ideia do crescimento não pode ser analisada hipocritamente. Na verdade, cabe aos países que tiveram basicamente essa oferta cativa de bens e serviços e ditam o padrão de consumo do mundo atualizar a ideia do que é bem estar.

Quando se observam os países emergentes, periféricos, percebe-se que eles se miram no padrão de consumo do rico. Eles querem ter o mesmo estilo de vida que é adotado. Então, quando se fala em restrição de padrão de consumo, tem-se que observar como seria essa restrição e quem deveria começar a trabalhar essa restrição.

Então, esse crescimento tem limite. Tanto vimos os limites biofísicos quanto os limites ecossistêmicos. *(Próximo, por favor.)*

Mas para níveis muito baixos de renda... Aqui teríamos o uso material, nessa curva, por nível de renda. Quando o nível de renda é muito baixo, ele tem um benefício em termos de crescimento do capital humano, no índice de desenvolvimento humano. Mas para níveis muito altos de renda, esse benefício é quase negativo. Então, como vai ficar essa conta da distribuição do crescimento?

Essa turma que está nessa ponta aqui não poderia ter o mesmo preço dessa turma aqui. Então, só para concluir, o crescimento tem vantagens importantes para níveis muito baixos de renda, mas para níveis muito altos de renda já está saturado. Então, para esses níveis altos de renda é preciso fazer uma readaptação da ideia do que é bem-estar, porque esse nível aqui, com certeza, vai seguir essa trajetória.

(Próximo, por favor.)

Aqui a mesma coisa. Diversos níveis de indicadores. Aqui o Índice de Desenvolvimento Humano. Aqui o PIB *per capita*. O outro era o fluxo metabólico. Então, sempre mostra que para níveis baixos de renda, qualquer aumento na renda se reflete no desenvolvimento humano. Mas para níveis muito altos já não há muito impacto.

Então, essa mudança de foco no crescimento teria que – voltando com a economia ecológica – pensar na justa repartição de renda, nas medidas de controle populacional e na redução do consumo presente.

Encerro por aqui, para deixar espaço para o debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nós que agradecemos. E quero dizer para os que nos estão assistindo pela televisão que este é o quinto debate desse ciclo de preparação e de elaboração de propostas para a grande reunião que haverá no Rio de Janeiro no final de maio, começo de junho do próximo ano, sob o título Rio+20.

Nós hoje estamos discutindo a economia verde. O que é a economia verde? Nós acabamos de ver, pela professora Maria Amélia, Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica e membro do Painel Internacional de Recursos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, economista com doutorado em desenvolvimento sustentável pela UnB, professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará, que esteve, até o final de junho, assessorando o Ministério de Minas e Energia, na política de *royalties* da mineração.

Nós ouvimos, mais cedo, a Sr^a Elisa Tonda, que é Oficial da Divisão de Tecnologia da Unep. Ela já foi por muitos anos – muitos anos não, por causa da idade dela – funcionária da Unido, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, em que esteve responsável pelos projetos na área de produção e administração de químicas, contribuindo para o fortalecimento internacional da Unep/Unido Network. Ela aqui está como representante da Pnuma e já fez sua fala.

Agora eu passo a palavra para o Donald Sawyer, nosso professor no Centro de Desenvolvimento Sustentável. O Donald é americano de nascimento e brasileiro adotivo, desde o tempo da faculdade, em Harvard; PhD em Sociologia; ex-Coordenador Nacional do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais do Fundo para o Meio Ambiente Mundial. Atualmente, é professor – e meu colega, portanto – no Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB.

Donald, você está com a palavra.

O SR. DONALD SAWYER – Boa noite, Senador Cristovam Buarque, Senadora Serys Slhessarenko e Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Agradeço muito a oportunidade de debater esses assuntos que são tão importantes para a gente encontrar o caminho para o Rio+20 e além. Eu tenho uma visão bastante crítica com relação à economia verde.

Tenho uma visão bastante crítica com relação à economia verde, mas também vou procurar ser construtivo nessa crítica e sugerir alguns possíveis caminhos.

Então, como foi dito, além de governança internacional e redução da pobreza – lembremos disto: redução da pobreza –, também a Conferência Rio+20 terá como tema central a economia verde, conforme a proposta formalizada pelo Pnuma.

Economia verde está relacionada diretamente a mudanças climáticas. Trata-se de baixo carbono, eficiência energética, energia renovável, etc. Houve uma tentativa de relativizar essa fortíssima ênfase em clima, depois de 2007, incorporando biodiversidade e ecossistemas, com a iniciativa apoiada pelo Pnuma sobre a economia dos ecossistemas e da biodiversidade.

Por outro lado, os impactos ambientais referentes à poluição e aos resíduos urbanos, a Agenda Marrom, como também à água superficial e subterrânea, e também à água atmosférica, ficam num segundo plano – a Agenda Marrom e a Agenda Azul –, como também essa possível Agenda Branca, referente à precipitação, aos fluxos de umidade da Amazônia para cá e para o resto do Brasil, que podem ser prejudicados, se houver muito desmatamento, combinado com o aquecimento global, e incêndios.

O que se faz com a economia verde poderá fazer muita diferença para o mundo. Os efeitos positivos

esperados, no entanto, poderão não se verificar, como também, pior do que isso, poderão surgir alguns efeitos negativos inesperados ou perversos, como se diz.

O uso do termo economia verde, aparentemente no lugar, à primeira vista, de desenvolvimento sustentável, que é um termo considerado por alguns como desgastado, esvaziado, merece uma série de cuidados. Hoje, evitar que os efeitos acabem sendo insignificantes ou mesmo perversos, especialmente se desviarmos a atenção para assuntos e espaços geográficos menos importantes, sem manter os diversos ecossistemas funcionando e sem atender às necessidades humanas atuais e futuras.

A economia verde corre o risco de se transformar em algo muito diferente de desenvolvimento sustentável. Esse termo, ainda que vago, usado e abusado, tem um significado explícito, em termos de atendimento de necessidades do presente sem prejudicar o atendimento das necessidades das futuras gerações, que é muito útil. Isso representa o consenso de todos os países do mundo, firmado no Rio de Janeiro, em 1992.

A economia verde, além da falta de respaldo político, porque poderá não ser consensual – a tendência agora é de não atingirmos consenso nessas conferências –, pode ser pior do que desenvolvimento sustentável, em termos de seu significado implícito e seus possíveis usos e abusos; também permite muito abuso.

O desenvolvimento sustentável é necessariamente sistêmico por se tratar de futuras gerações. Não pode ser pontual ou isolado. Mas a economia verde pode não passar de um crescimento superficial de alguns setores ou camadas adicionais. Corre risco de se resumir a atividades ou projetos verdes, atualmente na moda, tais como painéis, fotovoltaicos, moinhos eólicos, parques nacionais remotos, pontos de reciclagem de lixo, hortas orgânicas e pousadas ecoturísticas na selva.

Se for só isso, não vai resolver. Temos de mudar o principal, que são os padrões insustentáveis de produção e consumo.

A economia verde pode, não digo que vá, mas poderá se transformar em lavagem verde cosmética, ou *greenwashing*, como se diz.

Também pergunto: vai reduzir a pobreza, que é esse outro objetivo da Rio+20?

A economia verde, por meio da valoração monetária e instrumentos econômicos tende a reduzir tudo a dinheiro, a valores monetários, prevendo pagamentos feitos por poluidores e recebidos por prestadores de serviços ambientais.

Não podemos evitar o cálculo dos custos e benefícios monetários, não podemos ignorar a realidade do mundo financeiro, mas também nem tudo na sociedade, na população e na natureza são bens ou serviços. Não

há mercado de seres humanos, de culturas, direitos, saúde, flora, fauna ou funções ecológicas.

Pior do que isso: dificilmente, haverá dinheiro suficiente, no Brasil ou no mundo, para pagar todos os serviços ambientais existentes e tão importantes. Por exemplo, para o Código Florestal que está sendo discutido aqui, parece que a saída vai ser pagamento por serviços ambientais para quem mantém reserva legal e área de preservação permanente.

Muito interessante, mas quanto custaria isso? Quem vai pagar? Quer dizer, se supomos, só para fins de raciocínio – não são os números, mas para raciocinar –, R\$200,00 por hectare e temos 100 milhões de hectares nessa condição, isso dá R\$20 bilhões todos os anos. Então, quem vai pagar isso?

O programa Bolsa Família custa R\$15 bilhões por ano. O Brasil está tentando reduzir o déficit de R\$50 bilhões, então, não é uma resposta, talvez, fácil demais.

Esse pagamento por serviços ambientais tem amplo apelo, mas merece questionamentos. Um dos riscos de pagar alguns produtores por seus serviços prestados é que sugere que os outros todos que não receberem esses pagamentos, ou que não continuarem recebendo não são obrigados a se comportar corretamente.

Existe, ademais, o problema de carona de outros que se aproveitam dos serviços prestados pelos outros, mas também existem questões éticas fundamentais: é correto pagar alguém para não fazer mal aos outros?

Quanto às transferências internacionais de novos e adicionais recursos financeiros: o Brasil, os países sempre insistem, é importante para a negociação, mas, basicamente, podemos insistir nessa cobrança, mas não devemos esperar muito. Os países desenvolvidos, atualmente, não estão muito bem: os Estados Unidos estão mal, a Europa está caindo aos pedaços, o Japão está afundando. É difícil contar com esse dinheiro. Por outro lado, está claro que as prioridades dos doadores serão as pequenas ilhas e a África.

Também é importante perceber que existem interesses econômicos por trás das novas propostas.

Já sabem que eu sou sociólogo. Tenho muitos amigos economistas, inclusive o professor Cristovam, mas essa mudança do substantivo, de desenvolvimento para economia, tem já empoderado os economistas, com seus instrumentos econômicos, em vez de comando e controle, que seria a regulação estatal, que é taxada de comando e controle. A natureza torna-se capital natural.

Não podemos ignorar que há muita gente correndo atrás de dinheiro, buscando oportunidades de administrar os fundos ou de receber dinheiro de diversas maneiras.

Também é importante perceber, como a Maria Amélia percebeu e chamou a atenção, que economia verde pode representar uma estratégia para o Norte vender tecnologia para o Sul.

Além disso, o Banco Mundial está propondo algo um pouco diferente, crescimento verde, *green growth*, em inglês, sobre o que certamente o Senador Cristovam tem comentários a respeito. Mas o que eu gostaria de apontar é que estão pensando isso apenas para os países do Sul, o que dá a entender que não se pretende mudar nada nos países desenvolvidos, que têm esse impacto enorme que a Maria Amélia apontou.

Outro tema da Rio+20, a governança internacional ou global, tende a empoderar o Pnuma ou uma agência sucessora para ganhar recursos financeiros e subir de *status*, para se transformar em uma superagência. Ótimo! Seria muito importante esse fortalecimento do Pnuma. Por outro lado, uma vez em que isso ocorre em grande medida implicaria controle pelos doadores, os países desenvolvidos reforçando esse padrão.

Há alguns outros problemas com a governança internacional, mas acho que vou passar adiante.

Quanto ao aditivo verde – às vezes, parece uma apropriação indevida de partidos ou movimentos como o *Greenpeace* –, à primeira vista, verde teria mais a ver com o meio ambiente do que com sustentabilidade. Na realidade, fecha o leque em diversos sentidos.

Eu gosto de dizer que sustentabilidade não é apenas verde, mas abrange todas as cores até situando-se além do arco-íris. O discurso de economia verde está bem elaborado em termos de capital natural, redução de pobreza, baixo carbono, eficiência energética, inovação, governança global etc. Características aparentemente interessantes. No entanto, deve-se levar em conta que todos esses conceitos podem ser jeitinhos engenhosos para substituir ou relegar outros conceitos importantíssimos como soberania, equidade, natureza, funções ecológicas, uso sustentável, direitos fundamentais e a redução de emissões, não apenas do carbono, entre outros valores ou objetivos importantes. Espero que não seja isso, mas economia verde não resume tudo isso, como me parece que a sustentabilidade o faz melhor.

Então, na prática, há que se lembrar que mudanças verdes tópicas e pontuais podem servir para evitar mudanças sistêmicas. A economia verde corre o risco de se limitar a gestos simbólicos, servindo para manter o *status quo* para a maior parte do meio ambiente, da sociedade e da economia. Além disso, existem possíveis efeitos perversos e inesperados, tipo bumerangue ou culatra. Por exemplo, aumento da eficiência pode aumentar a produção ou criação de empregos verdes, embora, por si só, algo positivo, pode eliminar muitos

empregos convencionais na medida em que se substitui força de trabalho por tecnologia moderna. O Brasil também; essa coisa de transferência de tecnologia, o Brasil precisa disso, precisa de inovação, mas, mais do que qualquer outra coisa, precisa de aplicação das tecnologias já existentes. Não necessariamente tudo depende de novas tecnologias do Norte.

No final das contas, então, a economia verde pode favorecer os ricos e os países centrais. Para equivaler desenvolvimento sustentável, a economia verde não pode ser pontual e empresarial, com políticas voltadas somente para isso; teria que ser necessariamente pública, no sentido amplo, com direitos para todos e mantendo funções ecossistêmicas.

Terminando, o mais importante de tudo seria ver o que pode ser feito aqui e agora, sem tratados ambiciosos, vinculantes, que é praticamente impossível, sem agentes de governança global, do mundo todo, talvez sem novos recursos financeiros e novas tecnologias. Caberia muita ação nacional, bilateral, regional entre países emergentes.

Vamos ver como entender as necessidades de presentes e futuras gerações em termos de direitos e deveres. Essa seria uma abordagem realista possível, com base jurídica, com instrumentos, com instituições. Enfim, tanto a economia verde quanto o desenvolvimento sustentável podem e devem ser promovidos. O primeiro não dá para derrubar, descartar, não dá para vencer. Temos que nos juntar a eles. Poderia até ser uma forma de antropofagia – se um brasileiro pode falar nesses termos.

Não se deve perder de vista os avanços de 1992, que foram um marco na história da humanidade ou da Carta da Terra, todo o caminho percorrido nos últimos 20 anos. O que importa são as necessidades do Planeta e das futuras gerações, que dependem da manutenção de funções ecossistêmicas, com ou sem recursos adicionais, novas tecnologias e novas formas de governança global.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Obrigado, Professor Donald.

Eu vou passar a palavra à Senadora Serys. Mas, antes, Senadora, eu queria apenas dizer que eu gostaria que a senhora, como Embaixadora da Globe, pudesse ouvir algo, até para dizer o que acha e criticar, não agora, em outro momento. Mas eu quero dizer – e isso é uma forma de fazer uma pergunta, embora eu tenha aqui duas – que, para mim, não basta uma cor para a economia do futuro. Eu tenho trabalhado com quatro cores diferentes. Sem dúvida alguma, a economia do futuro deve ser verde, no sentido de fugir dos fósseis, que se acabarão em breve e cujas fumaças

geram tantos problemas oriundos de dióxido de carbono, e outras coisas.

Temos que caminhar para uma economia verde, equilibrada ecologicamente, no sentido de usar aquilo que a Terra tem, de maneira reciclável. Mas ela precisa ser branca, do ponto de vista da paz. Não é possível que a economia do futuro ponha como parte do Produto Interno Bruto, Senador Aloysio, os produtos para guerra. Cada vez que um avião passa, joga bombas e mata cinco mil, dez mil pessoas, o que entra no produto econômico não são as mortes, são as bombas, o valor das bombas. Não é possível que a gente considere como produto da economia um desses aviões que custam US\$100 milhões, US\$150 milhões. Na hora de calcular o PIB, temos que tirar todas essas rendas geradas pela indústria de armas. A economia branca é a economia que contribui para a paz.

Eu acho que a economia do futuro tem que ser vermelha, vermelha do social. É aí que entra a luta contra a pobreza. Não é a economia verde em si que vai acabar com a pobreza. São políticas públicas financiadas com o dinheiro da economia, obviamente. Sem economia, não há como haver políticas públicas. Mas as políticas públicas é que vão fazer a economia ser vermelha. Isso vai estar não no aparelho produtivo. Isso vai estar na política fiscal: quem paga impostos e quem se beneficia deles.

Finalmente, eu acho que a economia do futuro tem que ser azul, azul do bem-estar. Usemos o azul como uma metáfora do bem-estar. Não é o produto que determina o bem-estar, embora com pobreza de renda seja difícil ter bem-estar. Aquilo que Maria Amélia colocou ali embaixo, ou seja, em relação àqueles países de US\$300 de renda *per capita* ao ano, vai ser muito difícil eles terem bem-estar. Mas ela mesma mostrou que, lá para cima, para quem tem muita renda não aumenta o bem-estar. É aí que entra a ideia do decrescimento.

A ideia do *green growth*, crescimento verde, pode não ser o caminho sozinho, pode ser um item. Mas o que a gente tem que buscar é o aumento do bem-estar e, às vezes, em alguns momentos, em certos lugares, uma redução do produto pode melhorar o bem-estar. Eu sei, Senador Aloysio, Senador que representa São Paulo, que isso fica difícil às vezes – eu, como brasileiro, penso assim – num país que produz quase quatro milhões de automóveis por ano – não é isso? Mas o bem-estar das populações urbanas brasileiras poderia aumentar, se a gente colocasse menos carros nas ruas e se melhorasse o sistema de transporte público. O aumento e a melhoria do transporte público não se refletem no aumento do PIB. É muito melhor para o PIB fazerem-se 20 automóveis do que um ônibus, embora

um ônibus possa levar 20 pessoas de maneira mais rápida do que 20 carros.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Fazer metrô talvez.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Metrô? Claro. Mas o PIB é menor pelo metrô ou trem do que por um milhão de automóveis. Então, na hora do PIB, o automóvel tem uma cara melhor. Os economistas gostam de dizer: “Fica mais robusto na economia o automóvel, mas não necessariamente no bem-estar”.

Então, eu acho que a economia do futuro vai ser um arco-íris, de quatro cores. São essas quatro cores que, a meu ver, poderão fazer a economia do futuro; A verde, sem dúvida alguma. A economia marrom, descartada. Não existe marrom no arco-íris. Existe? No arco-íris não existe marrom. Então, a economia marrom não dá. A verde sozinha não basta. É preciso a branca. Subentende-se que nós vamos produzir para um mundo em paz. É preciso vermelho: nós vamos produzir para reduzir a pobreza, as necessidades, e não apenas para aumentar a riqueza. Essa é a diferença. Hoje, quando a gente fala em aumentar o produto da economia é para aumentar a riqueza, não é para reduzir a pobreza. Às vezes, a riqueza se espalha, o que os americanos chamam de *trickle down*. Espalha-se, mas nem sempre. É preciso haver um projeto, um programa, um objetivo de reduzir as necessidades públicas.

Finalmente, essa ideia da economia azul, a economia do bem-estar, mesmo que seja, às vezes, necessário trocar o crescimento por um aumento de bem-estar. Aquilo que procuram os que defendem o decrescimento, sobretudo na Itália, na França, a ideia do decrescimento feliz, que é a ideia de que é possível decrescer aumentando a felicidade. Não em qualquer país, mas no conjunto da humanidade, sim. E escolhendo alguns países que terão que decrescer mais; outros, decrescer pouco; outros, não decrescer e outros terão que crescer. Mas é preciso isso. É aí que entra a Senadora Serys, a quem eu passo a palavra, porque ela representa uma organização não governamental internacional que busca ajudar na composição dos diversos interesses de cada país. E aí é que vai entrar – eu creio que Maria Amélia falou sobre isto – a dificuldade da governança para conseguir um projeto para o futuro da humanidade, que é o que nós esperamos que os nossos Chefes de Estado e de Governo construam em maio, junho do próximo ano.

Eu passo a palavra à Senadora Serys. O Senador quer falar também? Depois da Serys?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Uma pergunta. Eu não entendi o que é *green growth*. O senhor me perdoe. Eu não estou a par...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – *Green growth* é a possibilidade...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/ PSDB – SP) – Preciso de uma compreensão melhor do que foi dito pelos nossos palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Então, vamos deixar que eles respondam. Está bem?

Senadora Serys.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO – Peço desculpas, porque estou sem voz. Ela está querendo voltar, mas pode ser que agora ela acabe.

Queria saudar o Senador Aloysio.

E hoje, pela manhã, encontrei-me com o Senador Cristovam, na audiência sobre trabalho escravo e direitos humanos, e ele me convidou para vir aqui. E valeu a pena. Tive dificuldade de chegar aqui a tempo, mas valeu muito a pena ouvir a Elisa; o Pnuma, aliás, está sendo companheiro da Globe, já há um entendimento para a realização desse evento o ano que vem. A Maria Amélia disse muitas coisas importantes aqui. Eu já pedi o material de todo mundo e estou pedindo o seu também, que é muito interessante, mas muito mesmo. Com certeza, ter vindo aqui hoje foi grandioso.

Deixe-me identificar-me primeiro. Estão me chamando de Senadora, mas eu sou ex-Senadora. Meu mandato terminou em fevereiro. Infelizmente, eu não tive nem chance de disputar a reeleição. Mas, enfim, faz parte do jogo.

E eu, durante quatro anos e meio, participei de um grupo de parlamentares do Brasil. Eu, os Senadores Cícero Lucena, Casagrande e dois Deputados, Augusto Carvalho e o então Deputado Antonio Palocci participamos, em nível internacional, durante quatro anos, quase cinco anos, de muitos eventos discutindo a questão de mudanças climáticas, envolvendo – é claro – a questão do mercado de carbono, do desmatamento evitável, biocombustível, os oceanos. Tivemos uma discussão importantíssima sobre oceanos em junho do ano passado, na Inglaterra. Tivemos discussões importantíssimas na China, no Japão, na Alemanha, no mundo por aí, todos levados por essa organização que é chamada Globe International, uma organização mundial de parlamentares para discutir questões ambientais, para ver se se afina um pouco a coisa no mundo, porque cada um quer... Os grandes já destruíram tudo, quase tudo – isso, para simplificar a nossa conversa, porque falei que não posso falar –, e agora queriam exigir, etc.

A Maria Amélia colocou a questão da crise econômica. O Brasil foi muito chamado. Fomos chamados várias vezes – não só duas ou três vezes – para ir a Washington. No Capitólio, se desenvolviam discussões

gigantescas a esse respeito, e aqueles que não ouviam o Brasil nas reuniões anteriores estavam lá querendo ouvir-nos, Senador Cristovam. Queriam ouvir-nos, dando-nos a palavra a toda hora, considerando a participação do Brasil, principalmente porque já discutimos um pouco esta questão de que, sem buscar a erradicação da pobreza, não há jeito de conseguir fazer a proteção do meio ambiente. É preciso haver metas muito claras, para também – agora está acabando mesmo a voz –, ao mesmo tempo em que se busca discutir desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, em que se busca esta nova discussão da economia verde, da capital natural, buscar a erradicação da pobreza.

Não vou entrar nesses detalhes aqui – foram muitos os discutidos –, porque realmente não me permitem nem o tempo, nem a voz. Então, a discussão maior que se levava, para resumir a ópera, era e é a responsabilidade de todos – isso que a gente vem fazendo –, mas diferenciada. Ela tem de ser diferenciada, e não temos dúvida disso.

Como apareceu esta história de Embaixadora Especial do Clima? O Itamaraty que não brigue comigo, mas não tem nada a ver. A Globe tomou a decisão de colocar um Embaixador do Clima pela representatividade; um de cada: Ásia; África; União Europeia; América Latina, que sou eu; um dos Estados Unidos; e Lord Deben, da Câmara dos Lordes da Inglaterra, porque ele preside essa instituição, a Globe International.

Eles decidiram que eu e ele – não sei por que cargas d'água, eu – seríamos coordenadores desse grupo de seis. Para quê? Para organizarmos esse evento no Rio de Janeiro, em 25, 26 e 27 de maio de 2012, emendando na Rio+20. Isso está sendo articulado com o Prefeito, com o Governador do Rio de Janeiro e várias entidades. Infelizmente, eu não tive tempo de ir em casa para pegar o material e trazer, e falar das entidades, das instituições. Lembrei-me do Pnuma, porque a Elisa está aqui. Mas várias instituições internacionais estão contribuindo para que esse evento aconteça.

O grande objetivo seria trazer parlamentares do mundo inteiro. Costumo brincar com o pessoal e dizer que, se trouxermos de 100 ou 110 países, estará de bom tamanho. Serão parlamentares envolvidos com a questão ambiental – mudanças climáticas, com a questão ambiental de um modo geral.

A Globe já está estabelecida em vários países. Aqui, fui a Presidente durante esses quase cinco anos. Como não sou mais parlamentar – aliás, eu lhes disse que não deveria estar mais aqui como Embaixadora, mas eles exigiram. Aqui, no Brasil, o Presidente da Globe hoje é o Senador Cícero; o Vice-Presidente é o

Senador Rollemberg; e a Deputada lá do Amazonas... Meu Deus do céu, agora esqueci.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A Vanessa é Senadora.

A SRª SERYS SLHESSARENKO – A Vanessa também é do grupo. Mas a Vice-Presidente é a Rebeca Garcia. Obrigada.

Então, são quatro Deputados e quatro Senadores, agora, que compõem a Globe International no Brasil. Os Senadores são o Ciro Nogueira, o Rollemberg, a Vanessa e o Cícero, e os Deputados são o Augusto Carvalho, a Rebecca – desculpe agora, sou ruim de memória que só. Mas, enfim, esse grupo está muito envolvido nessa questão. Sabemos do envolvimento das relações internacionais. O Senador Cristovam presidindo a Subcomissão Rio+20 é da mais alta relevância, o Senador Rollemberg, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Faço parte, junto com eles, da Globe, para tratar dessa questão dos parlamentares em termos de legislação, para tentar ver até onde esses parlamentares que vão encostar na Rio+20, em 25, 26 e 27 de maio, conseguem trabalhar com parlamentares do mundo inteiro. Vamos ver se a gente consegue uma interrelação mais aproximada de Senadores e Deputados do mundo inteiro e conseguimos fazer alguma coisa em termos de legislação. Tivemos ideias interessantíssimas em junho do ano passado, ainda em Londres, sobre a questão dos oceanos, que estava uma coisa totalmente desprotegida de legislação.

Em Tianjin, na China, em novembro, houve a última reunião de que participei. Depois ainda participei de uma no México. Na China, nas duas grandes reuniões que tivemos, também essa questão foi bastante ventilada. Estou falando da reunião da Globe, no México, porque houve a COP16, em Cancun, e a Globe, no México, um pouquinho antes da COP16.

Então, em resumo, porque eu também já falei demais, prometi que falaria pouco, mas eu acho da mais alta relevância essa fala de todos os senhores, de todos, indistintamente, da mais alta relevância. Eu vou passar isso tudo para a Globe. Eu acho que para nós é muito importante.

O arco-íris, o nosso Senador fantástico, maravilhoso, o Cristovam. Nós temos uma paixão pela educação, pela forma de tratar a educação, o meio ambiente e outras *cositas más* neste País. Eu fui professora também na universidade federal, por 26 anos, da nossa Federal de Mato Grosso, mas agora já estou aposentada. Quero dizer, Senador, que esse arco-íris é um caminho muito especial. Vou pedir à Globe que chame o senhor, em qualquer momento, para dar umas palavrinhas por aí também nesse sentido. E vou pedir autorização, por-

que também é público o que cada um disse aqui. Vou passar para a coordenação geral da Globe.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senadora, agradecemos muito a sua presença. Fique à vontade se tiver outros compromissos e se a gripe exigir que a senhora saia.

Eu vou passar a palavra para os três, e aí já podem fazer seus comentários finais. Lembro, mais uma vez, que estamos sendo transmitidos ao vivo.

Quero falar da pergunta do Senador Aloysio. Se ele quiser, aliás, fazê-la outra vez...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quero fazê-la outra vez, Senador Cristovam.

Eu ouvi a exposição do Professor Sawyer, que sugeria uma polêmica existente a respeito da conceitualização da economia verde, da economia sustentável. E como nós teremos, brevemente, uma conferência internacional, a Rio+20, e esta Comissão visa nos preparar para isso, eu perguntaria se essa polêmica será um ponto de partida ou se há um entendimento sobre o que é a pauta da reunião, se há um consenso, pelo menos, sobre qual é a direção que esta reunião deve perseguir.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Eu vou lembrar a pergunta anterior que fez o Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Porque eu vi aqui o conceito de economia verde, consegui entender bem a diferença feita pelo professor, que considera economia sustentável a economia verde, e aí aparece outro termo, que é o crescimento verde. Aí eu não sei como colocar o crescimento verde diante dessa paleta do nosso querido Senador Cristovam Buarque, desse espectro que ele tão lindamente nos ofereceu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero colocar as perguntas que me chegaram aqui.

Uma é se a economia verde não pode se transformar em um disfarce à crise ecológica, o que o Donald chamou de *greenwashing*. Foi nesse sentido, não foi?

Segundo, se a economia verde não torna a natureza como um capital natural. Há o capital financeiro e o capital natural.

E a outra, se as propostas da economia verde consideram os efeitos bumerangue, e aqui diz também o efeito culatra, que é o seguinte – eu imagino –: consideramos que a economia está tão bem que falamos em produzir álcool, que não precisamos mais de petróleo. E aí vamos produzir automóvel à vontade e, para isso, vamos destruir florestas para produzir cana, e produzir o efeito bumerangue. A economia fica tão boa que ela termina dando o efeito culatra, o efeito bumerangue.

São as perguntas que nós temos.

Passo a palavra à Elisa, que, além de responder, pode fazer suas considerações finais.

A SRª SERYS SLHESSARENKO – Senador, eu só queria reparar um erro, uma falha: um dos nossos esteios da Globe aqui no Brasil é a nossa Deputada Jandira Feghali – senão ela vai brigar comigo, com toda razão. Ela é um dos nossos esteios da Globe aqui.

Obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Elisa.

A SRª ELISA TONDA – Obrigada.

Eu gostaria de começar, digamos, pela resposta a essas perguntas, abordando justamente o tema de termos clareza sobre uma definição de economia verde, sobre o que discutiremos em um ano mais ou menos. Realmente, essa é uma preocupação de muitos dos países da região. Tenho sorte de ser a pessoa que, em nosso escritório regional, coordena um pouco as atividades que ocorrem em torno do tema economia verde, e nos é dada a oportunidade de sentarmos com muitos representantes de quase todos os países da região para discuti-lo.

Minha opinião é que, realmente, hoje, muitas das discussões estão embasadas numa falta de consenso, numa clareza sobre o que é e o que estamos discutindo. E também, em muitas oportunidades, o que ocorre é que não há conhecimento sobre o que pode estar por trás da definição. Foi muito interessante levar a cabo uma reunião com todos os países da América do Sul sobre esse tema, e os senhores sabem que muitos desses países são extremamente polêmicos com a definição de economia verde. Mas cada um deles ficou com a sua interpretação de como se deveria traduzir realmente o tema economia verde e que experiência os teria levado a esse caminho de transição para uma economia verde. Foi extremamente interessante e uma surpresa realmente que, além de uma definição, sobre a qual justamente havia muitos debates, havia exemplos interessantíssimos e extremamente inovadores, de como os países haviam feito mudanças radicais e muito importantes, de como estavam manejando seu próprio padrão de desenvolvimento, seu próprio padrão de produção a favor do bem-estar, a favor de uma redistribuição mais equitativa dos recursos a favor de uma proteção das riquezas naturais que eles estão tendo em seus países.

Então, penso, sim, que uma falta grande é não se ter chegado a um consenso claro entre todos os países sobre o que significa economia verde e, muito possivelmente, esse será um dos ingredientes de dificuldade para se chegar a um consenso, como aqui mencionaram. Mas, realmente, há muitas iniciativas,

muita vontade e muitos casos exitosos de como se pode fazer e o que realmente pode ser um valor agregado, que, por exemplo, o sistema das Nações Unidas, só nossa agência pode oferecer, é dar conhecimento de que realmente há casos muito interessantes que podem servir de exemplo a outros países, etc.

Isso está também muito relacionado ao tema de *greenwashing*. Realmente, eu não vi muito *greenwashing* nos países com os quais eu interagi. Eu vi mudanças radicais de filosofias nos países da América Latina com os quais tive sorte de atuar. Penso também que, dentro de alguns conceitos, esteja escondido *greenwashing* por trás da palavra economia verde, razão pela qual há um forte debate em torno da própria palavra, além do conceito, da definição que pode estar associada a isso.

Vou tocar muito rapidamente na pergunta que me parece muito interessante sobre a relação entre natureza e um valor, um preço, ou transformá-la em capital e incorporá-la dessa forma em um contexto de valor econômico.

Isso é outro tema de debate muito forte no âmbito dos países da América Latina, o de como podemos associar um preço às riquezas naturais que nós temos, como podemos reduzi-las a um valor econômico.

Justamente, não tem que ser esse o resultado final. O que realmente se espera é que, de alguma forma, as riquezas naturais que os países têm, sobretudo os da América Latina, por serem países megadiversos, com uma riqueza biológica e natural incrível, estejam incluídas nas tomadas de decisões que estão surgindo, que estão sendo levadas a cabo. Ou seja, além de atribuir-lhe um valor em dólar, ou o que seja, que essa seja uma variável que se toma em consideração quando se está planejando, quando se está decidindo sobre uma inversão, sobre um modelo de desenvolvimento, etc.; que isso seja um elemento que se considere na tomada de decisão, além de tê-la associado a um preço, a um número, o que justamente estaria diminuindo, reduzindo o que significa a riqueza natural dos países.

Novamente, permita-me agradecer muitíssimo a oportunidade de estar interagindo e aprendendo com todos vocês com as experiências interessantíssimas que nós estamos compartilhando.

Obrigada, novamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nós é que lhe agradecemos. Peço que leve a todo o pessoal do Pnuma que nós queremos trabalhar juntos, ao máximo.

Passo a palavra à Professora Maria Amélia.

A SRª MARIA AMÉLIA ENRÍQUEZ – Também agradeço as perguntas e parabênz os colegas pela qualidade dos debates.

Na verdade, do ponto de vista do sul, que é o que nos interessa, é muito importante ter claro o contexto em que aparece a ideia de economia verde. Não sei se o Senador Aloysio ouviu – acho que chegou depois –, é uma figura que coloquei na minha apresentação, está disponível, que, embora a ideia de economia verde seja referida no final dos anos 80, ela é referida num texto acadêmico. Ela passa a ter um *status* importante, como elemento direcionador de uma política global, motivada pela crise. Então, na verdade, quando se fala em crescimento verde, primeiro, o crescimento verde seria uma oposição ao crescimento marrom. O crescimento marrom é o crescimento econômico que gerou problemas de poluição, de uso predatório de recursos, ineficiência no uso de recursos e leva à escassez de água potável, à desertificação, perda de biodiversidade, etc.. Esse crescimento não é compatível com esse cenário de crescimento econômico global e de crescimento da população.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARIA AMÉLIA ENRÍQUEZ – Isso, exatamente. Essa lei, essa acumulação primitiva do capital do mundo vazio não é mais compatível no mundo cheio.

Então, o que se espera?

Nesse contexto, uma nova onda tecnológica, à la Schumpeter, de se gerarem inovações que permitam um novo ciclo de crescimento que não leve consigo as mazelas dessa Agenda Marrom. E aí os exemplos, as iniciativas são fundamentais. O que se pode fazer em termos de energia: vamos substituir energias que estão queimando recursos fósseis por uma energia renovável. E aí há todo um esforço para desenvolver as células fotovoltaicas mais eficientes para utilizar energia solar, e muito pouco esforço tem sido feito nesse sentido, energia eólica, outros tipos de energia. Mas uma coisa é importante ter em conta: qualquer tipo de alternativa verde exige, requer um fluxo metabólico. Ela vai retirar do serviço ecossistêmico ou do recurso natural. Mesmo, por exemplo, as energias das turbinas eólicas, elas precisam de um elemento que é muito complicado de ter, que são as terras raras; hoje, 98% das terras raras são quase que um monopólio da China. E é muito complicado o acesso a essas terras raras, porque sempre elas são associadas a minerais radioativos. E a questão do impacto ambiental, porque há um impacto ambiental, há uma base material que vai alimentar esse tipo de energia. Então, a importância de se pensar numa mudança de padrão de consumo. Não é uma questão apenas de mudar para uma coisa menos intensiva. Vamos supor: mesmo que seja menos intensiva, vamos pensar nas turbinas eólicas, ela tem uma base material e ela precisa se renovar. Vamos imaginar que essa energia também baixe muito o

preço dela, porque agora ela é renovável – aí pegando o efeito bumerangue, o efeito ricochete –; como ela é mais barata, o consumidor fica relativamente mais rico – não é? Se o meu salário é mil, eu pagava cem pela minha conta de energia, agora que a energia é mais barata, eu só pago cinquenta. Ou seja, tenho um delta a mais e aí eu vou comprar mais equipamento. Se eu descubro um combustível mais barato, eu vou usar mais o carro. Então, esse é que é o efeito bumerangue. Quando você reduz relativamente o custo daquele recurso que ficou mais baixo porque se tornou mais eficiente, isso estimula você a aumentar o consumo. Então, reduz-se a energia por unidade, a base material – se vem de fóssil, ou se é solar, etc. –, reduz-se o quilowatt/hora, reduz-se a quantidade de base material utilizada, mas a base material aumenta, porque a escala aumenta. Você aumenta porque é estimulado a consumir mais. Esse é o grande desafio que as Nações Unidas têm, o que eles chamam de desacoplamento, a ideia do *decoupling*; como você desacoplar esse crescimento desses efeitos negativos e efeitos de escala também, que é o *decoupling* absoluto: você crescer, mas diminuir o consumo material e diminuir os impactos ambientais vistos.

Eu só vi um caso desse aqui no Brasil: na época do apagão, em que os consumidores eram obrigados a reduzir 20%. E aí usou-se todo tipo de instrumento. Havia multa, por exemplo. O elemento de comunicação, a mídia exerceu um papel fundamental para conscientizar a população. Eu me lembro de que, na época do apagão, em 2001, nós éramos obrigados a reduzir. Isso mudou o padrão de consumo. Nós criamos o hábito de apagarmos as luzes nas oficinas. Mudou realmente. Lembro-me de que, um ano depois, fui para o Canadá. Fiquei chocada ao ver os prédios todos iluminados à meia-noite. E para nós, do Brasil, era uma agressão ver aquele desperdício de energia, porque nós fomos educados a reduzir. Se vocês observarem o período do apagão, que é um exemplo de *decoupling* absoluto, perceberão que nós crescemos, que o PIB cresceu, e diminuiu, em termos absolutos, o consumo de energia elétrica. Mas não apenas um instrumento; nós tivemos instrumentos econômicos: a energia ficou mais cara, pagava multa quem excedesse, a comunicação... Então, foi um conjunto de ações em prol disso.

Agora a economia verde, o crescimento verde, o efeito ricochete a que ele está sujeito, é ruim para nós? Eu diria que a gente tem que fazer desse limão uma limonada. Se há uma pauta global importante, que está na agenda das Nações Unidas, como acho que é o nosso desafio, acho que a proposta desse fórum aqui, é refletir como, a partir desse contexto, a partir dessas implicações, podemos pensar em benefícios

para o Sul e atrelar isso a uma agenda de redução de pobreza e desenvolvimento sustentável, colocando as outras cores do arco-íris, conforme o Senador colocou muito bem aqui.

O efeito ricochete não é ruim para o pobre. Por quê? Porque, se você melhora a eficiência, você libera recursos para atender mais gente pobre que tinha a demanda reprimida. O aumento de eficiência, embora aumente a escala, reduz o preço relativo, permitindo uma política pública mais inclusiva, nessa responsabilidade compartilhada, de acordo com o nível de renda, naquela faixa de renda mais baixa.

Não deu tempo de colocar as sugestões na minha apresentação, mas vão ficar à disposição: promover uma reforma ecológico-tributária, que reorienta esse sistema de preços. Isso é fundamental, acho que o apagão é um exemplo muito interessante para nos inspirar; foi uma coisa imposta, a gente não optou por ele, mas foram usados instrumentos poderosíssimos, que mudaram o padrão de consumo. Eu penso que, nessa pauta de negociação desse tema global, do ponto de vista dos países do centro, o que interessa é essa nova onda de tecnologia e o mercado enorme que se abre para isso. Então, o que os países do Sul têm que ver? Como compartilhar essas novas economias verdes, não a transferência tecnológica, mas, nós que somos de universidade, envolvendo os nossos saberes, as nossas capacidades. É fundamental que a gente trabalhe junto, exija, tenha soberania nessa discussão. Política de patentes, política de *royalties*, acho que tem que deixar claro que não é só uma discussão conceitual, mas uma pauta de negociações em que o Norte tem claramente o que quer, mas em que a gente tem que saber, com soberania, aquilo que a gente quer também.

Então essas questões de compartilhamento tecnológico, patentes, *royalties* têm que ficar muito claras nessa Agenda Verde, que pode ser positiva se tivermos a soberania e a sabedoria de negociarmos isso de forma muito clara. Nós, da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, certamente vamos contribuir com o pensamento científico nesse tipo de debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, professora.

Passo a palavra ao Donald.

O SR. DONALD SAWYER – Em primeiro lugar, além de todos vocês, eu gostaria de agradecer à Elisa Tonda e à Maria Amélia Enríquez pela oportunidade de aprender mais sobre este assunto e discuti-lo.

Senado Aloysio, economia verde já está estabelecida oficialmente pelas Nações Unidas como tema da Rio+20. Isso é oficial, das Nações Unidas.

A idéia de *green growth*, ou crescimento verde, é algo que está sendo desenvolvido, mas ainda não finalizado pelo Banco Mundial, pelas políticas do Banco Mundial. Ainda existe discussão sobre desenvolvimento verde, que acho até melhor, mas que não tem tanto respaldo oficial.

Sobre *greenwashing*, respondendo a uma pergunta, queria deixar claro que estou me referindo ao plano sistêmico, ao plano macro, não necessariamente que as empresas que vão fazer essas coisas estejam praticando disfarces ou lavagens. Embora não seja intencional, os países, ou o mundo, seguem esse caminho e podem achar que estão fazendo tudo de forma sustentável ou verde sem necessariamente atingir esse objetivo. Podem se enganar. Todos se enganam com isso se não tomarem os devidos cuidados.

Queria dizer sobre o efeito bumerangue, ou saiu pela culatra, que é uma das coisas para a qual quero chamar atenção, como outros estão chamando. Eu só gostaria de abordar sob uma perspectiva histórica, porque houve enorme aumento da eficiência com a Revolução Industrial, que foi extremamente positiva, mas foi o que justamente gerou esses padrões de produção e consumo. Também tivemos uma revolução verde. Até que ponto isso foi tão positivo para o meio ambiente? Há paralelos aí ou não?

Eu gostaria de concluir dizendo que, embora seja muito crítico com relação a esse movimento todo, minha sugestão é de aproveitar essa onda. Não peitar, não furar, mas aproveitar a onda da melhor maneira possível, porque economia verde pode servir para sensibilizar tomadores de decisão no Executivo e no Legislativo; pode facilitar a comunicação com a opinião pública e publicada; pode envolver melhor as empresas, sem as quais nada é feito, quer dizer, se não envolvermos as empresas, estamos com o discurso meio vazio; pode influir no pensamento e no comportamento dos consumidores, que, provavelmente, vão entender verde melhor que sustentável, que é uma terminologia técnica e diplomática; eu não poderia deixar de mencionar, sentado ao lado do Senador Cristovam, os alunos. Todos os níveis vão entender isso de maneira mais fácil.

Mas, enfim, o Brasil, como anfitrião da Rio+20, tem todas as condições de influir nisso, até mais que em 1992.

Então, com essa discussão interna envolvendo o Congresso, a Academia, organismos internacionais e muitos outros que estão nos assistindo, que espero que possam participar, possamos realmente encontrar caminhos melhores para o futuro nosso e das futuras gerações.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer em especial à Maria

Amélia Enríquez, ao Donald Sawyer, à Elisa Tonda, a todos os que aqui estiveram, especialmente à Senadora Serys, ao Senador Aloysio.

Esta é a última reunião do semestre. Na próxima semana, ainda há trabalho legislativo, mas é o último dia dos trabalhos, então, melhor não fazer uma reunião. Depois, teremos uma parada de 15 dias. Na primeira semana do semestre seguinte, é melhor não fazermos reunião. Então, a nossa próxima reunião será no dia 11 de agosto, quinta-feira, às 18 horas.

Boa noite a cada uma. Boa noite a cada um.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 57 minutos.)

Ata da 11ª reunião da subcomissão permanente de acompanhamento da rio+20 e do regime internacional sobre mudanças climáticas, criada por meio do rqs (cre) nº 10, de 2011, que “requer, nos termos regimentais, seja aditado ao requerimento nº 03, de 2007-cre, que criou a subcomissão permanente de acompanhamento do regime internacional sobre mudanças climáticas, a competência para acompanhar o planejamento e as atividades da conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável-rio+20. Dessa forma, requer também que a subcomissão passe a ser denominada subcomissão permanente de acompanhamento da rio+20 e do regime internacional sobre mudanças climáticas”, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 11 de agosto de 2011, quinta-feira, às 18:00 horas, na sala de reuniões nº 7, da ala senador alexandre costa.

Às dezoito horas e vinte minutos do dia onze de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao **Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa o Senhor Sebastião Carlos dos Santos, Presidente da Associação dos Catadores

de Gramacho – Rio de Janeiro, o Senhor Tom Rebello, Arquiteto, e o senhor Hazem Galal, Assessor Empresarial da PricewaterhouseCoopers. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dezenove horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

Ata da 12ª reunião da subcomissão permanente de acompanhamento da rio+20 e do regime internacional sobre mudanças climáticas, criada por meio do rqs (cre) nº 10, de 2011, que “requer, nos termos regimentais, seja aditado ao requerimento nº 03, de 2007-cre, que criou a subcomissão permanente de acompanhamento do regime internacional sobre mudanças climáticas, a competência para acompanhar o planejamento e as atividades da conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável-rio+20. Dessa forma, requer também que a subcomissão passe a ser denominada subcomissão permanente de acompanhamento da rio+20 e do regime internacional sobre mudanças climáticas”, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 18 de agosto de 2011, quinta-feira, às 18:00 horas, na sala de reuniões nº 7, da ala senador alexandre costa.

Às dezoito horas e trinta e nove minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Registram presença o Professor Jose A. Puppim de Oliveira, do Instituto de Estudos Avançados das Nações Unidas e o Professor Heitor Gurgulino de Souza, ex-reitor da Universidade das Nações Unidas e Vice-Presidente do Clube de Roma. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao **Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa os Professores Dra. Márcia

Leuzinger, da Universidade de Brasília, Dra Solange Teles da Silva, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade do Estado do Amazonas e Dr. Marcelo Varella, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e trinta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

Ata da 34ª reunião, extraordinária, da comissão de serviços de infraestrutura, da 1ª sessão legislativa ordinária, da 54ª legislatura, realizada em 23 de agosto de 2011, às 9:30 horas, no plenário nº 13, ala senador alexandre costa.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lucia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antônio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Reditário Cassol e Álvaro Dias**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assinam a lista de presença os Senadores não-membros **Clésio Andrade, Renan Calheiros e José Agripino**. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura das atas das 32ª e 33ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Em seguida, a Presidente submete aos Senadores retificação ao Requerimento nº 46, de 2011 – CI: Aprovado o Requerimento nº 46, de 2011-CI, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Walter Pinheiro, Humberto Costa e Delcídio do Amaral; e Aprovado o Requerimento nº 46-A, de 2011 – CI, de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros, por versar sobre o mesmo assunto e mediante acordo entre os membros da Comissão, na forma do Requerimento nº 46, de 2011 – CI. Aprovada a retificação. Submete, também, aos Senadores que os Requerimentos nºs 46, 47 e 48, de 2011 – CI, sejam aditados ao Requerimento nº 46-A, de 2011, do Senador Walter Pinheiro. Aprovado o aditamento. Dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. A Presidente convida os indicados para toma-

rem assento à Mesa. A Presidente concede a palavra ao Senador Lindbergh Farias. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 109, DE 2011**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Jorge Ernesto Pinto Fraxe para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.” A Presidente concede a palavra ao Senhor Jorge Ernesto Pinto Fraxe para fazer sua exposição. Após a exposição, a Presidente concede a palavra ao Senador **Delcídio do Amaral**. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 110, DE 2011**, de autoria da Presidência da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Tarcísio Gomes de Freitas para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.” A Presidente concede a palavra ao Senhor Tarcísio Gomes de Freitas para fazer sua exposição. Após a exposição, a Presidente concede a palavra ao Senador **Cyro Miranda**. Em seguida, a Presidente concede a palavra aos Senadores **Clésio Andrade, Álvaro Dias, Ricardo Ferraço, Blairo Maggi, Eduardo Braga, Jorge Viana, Walter Pinheiro e Antonio Carlos Valadares**. A Presidente comunica a presença do Deputado Federal Luciano Castro (PR/RR). A Presidente declara aberto o processo de votação. O Senador Walter Pinheiro sugere a Presidência que o Diretor do DNIT, apresente-se a esta Comissão anualmente para prestar esclarecimentos do seu trabalho dentro do órgão e o Senador Ricardo Ferraço sugere o dia 23 de agosto de 2012. A sugestão foi aceita. A Presidente declara encerrado o processo de votação. A Presidente convida os Senadores **Lobão Filho e Walter Pinheiro** para serem os escrutinadores. A seguir, a Presidente proclama o resultado, sendo aprovada a indicação do Senhor Jorge Ernesto Pinto Fraxe para Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT por 18 votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma abstenção. A seguir, a Presidente proclama o resultado, sendo aprovada a indicação do Senhor Tarcísio Gomes de Freitas para Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT por 18 votos Sim, nenhum voto Não e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente,

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Declaro aberta a 34^a reunião extraordinária da Comissão de Serviço de Infraestrutura da 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas nºs 32 e 33 da 32^a e da 33^a Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Submeto aos Srs. Senadores a seguinte retificação ao Requerimento nº 46, de 2001, da Comissão de Infraestrutura. Trata-se de um ciclo de audiências públicas conjuntas da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura acerca dos *royalties* do petróleo.

Aprovado o Requerimento nº 46, de 2011, à Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Francisco Dornelles, Walter Pinheiro, Humberto Costa e Delcídio Amaral.

Aprovado o Requerimento nº 46-A, de 2011, à Comissão de Infraestrutura, de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros, por versar sobre o mesmo assunto e mediante acordo entre os membros da Comissão, na forma do Requerimento nº 46, de 2011. Esse requerimento visa a fazer um aditamento de dois requerimentos que versam sobre o mesmo assunto, que seria o ciclo de debates sobre os *royalties* do pré-sal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Submeto ainda aos Srs. Senadores que os Requerimentos nºs 46, 47 e 48, de 2011, da Comissão de Infraestrutura, sejam aditados ao Requerimento nº 46-A, de 2011, do Senador Walter Pinheiro. Trata-se do mesmo assunto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passemos à pauta, mas antes convido para compor a Mesa os Srs.... Solicito ao Sr. Lindbergh que acompanhe o General de Divisão Jorge Ernesto Pinto Fraxe, indicado para exercer o cargo de diretor-geral do DNIT, e Tarcísio Gomes de Freitas, indicado para exercer o cargo de diretor executivo do DNIT. (*Pausa.*)

Cumprimento o General Jorge Ernesto Pinto Fraxe e o Sr. Tarcísio Gomes de Freitas. Quero dizer a V. S^{as} que é um prazer recebê-los aqui nesta Comissão.

Nesta reunião, como prevê o art. 2º do Ato nº 1, de 2009, que disciplina o processo de aprovação de

autoridades no âmbito da Comissão de Infraestrutura, passaremos à segunda etapa de avaliação dos indicados aos cargos de diretor-geral e diretor executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes, Srs. Jorge Ernesto Pinto Fraxe e Tarcísio Gomes de Freitas, respectivamente.

Os relatórios de ambas as mensagens de indicação foram lidos na 32^a reunião da Comissão, realizada no dia 17 de agosto de 2011, pelos Senadores Delcídio Amaral e Cyro Miranda, e foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. Nesta reunião, portanto, os indicados serão submetidos à arguição dos Senadores membros desta Comissão, e, posteriormente, os respectivos relatórios serão deliberados em votação secreta.

Antes, porém, de passar a palavra aos candidatos para suas explanações iniciais, gostaria de tecer algumas breves considerações que julgo de mais alta relevância, sobretudo em virtude dos últimos acontecimentos envolvendo o DNIT.

O DNIT é composto por uma diretoria geral e seis diretorias setoriais, todas nomeadas pelo Presidente da República e submetidas à aprovação deste Senado Federal.

Trata-se, sem dúvida nenhuma, de uma das mais importantes autarquias no contexto econômico brasileiro, pois tem por finalidade implantar a política de infraestrutura do sistema federal de viação, ou seja, é operador fundamental de planejamento estratégico do sistema nacional de transporte nos modais rodoviário, hidroviário e ferroviário.

Nesta semana, passaremos a arguir os indicados para essas sete diretorias, o que significa dizer que a Presidente da República decidiu substituir toda a administração da autarquia, em decorrência dos graves acontecimentos recentemente noticiados pela mídia nacional.

É exatamente por isso que essas mudanças administrativas no DNIT ganharam contorno ímpar não somente para esta Casa, como para todo o País. As denúncias que estamparam os noticiários nacionais, relacionadas a supostas atividades irregulares de ex-integrantes dessa autarquia, não afetaram somente os partidos políticos responsáveis por suas indicações, mas o Brasil como um todo. Isso porque os envolvidos responsáveis pela administração do órgão passaram, como era esperado, a dedicar a sua defesa contra as acusações e acabaram por paralisar ou, quando menos, diminuir os ritmos dos trabalhos essenciais ao País.

Por isso cremos que a sequência de sabatinas que esta Comissão realizará a partir de hoje, iniciando-se com os dois mais importantes cargos administrativos

da autarquia, atrairá ao Senado Federal uma responsabilidade ainda maior para com a sociedade brasileira.

Dirijo-me, agora, aos candidatos aqui presentes. Os senhores, que serão sabatinados nesta e nas próximas reuniões desta Comissão, não vieram somente para responder aos questionamentos dos Srs. Senadores. Muito mais do que isso, estão aqui para firmar um compromisso público à frente dessa missão que lhes foi dedicada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, temos diante de nós uma grande responsabilidade com a aprovação dos nomes aos cargos que lhes são confiados. Saibam todos que iremos, se e quando necessário for, cobrar esclarecimentos a respeito das ações desenvolvidas por essa autarquia.

Agradeço aos Srs. Expositores a presença, bem como a todos os convidados.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 109, DE 2011

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JORGE ERNESTO PINTO FRAXE para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento

Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

1 – Em 17/08/2011, foi lido o Relatório e concedida a vista coletiva, nos termos do Ato nº 1, de 2009-CI.

Concedo a palavra ao Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, para sua exposição.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco/PT – RJ) – Sr^a Presidente, antes, pela ordem. Só justificar. Hoje, estamos vivendo, e não é culpa de V. Ex^a, muito pelo contrário, problemas em todas as comissões, pois temos dois Ministros agora, pela manhã, e dois à tarde. Então, quero anunciar que, daqui a pouco, terei que ir à Comissão de Assuntos Econômicos, onde estará o Ministro Mantega. Está, aqui, também, Senador Blairo, o Ministro Afonso Florense. Hoje, à tarde, virão o Ministro Lobão e o Ministro Pedro Novaes. De forma que está difícil. Hoje, vou ao plenário da Casa questionar o Presidente Sarney, pois temos de alguma forma organizar o nosso trabalho aqui. A reclamação não é só minha, é de inúmeros Senadores. É preciso, minuciosamente, organizarmos.

Assim, quero dizer aos nossos sabatinados de hoje, ao general e ao Dr. Tarcísio, que não estranhem a pouca presença de Senadores hoje aqui. Terá muitos Senadores passando, mas em virtude desse grau de dispersão nas reuniões das comissões. Então, anticipo que, daqui a pouco, vou ter que me retirar desta Comissão, mas retornarei na hora da votação.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDD – GO) – Quero dizer ao Senador Rollemberg que a realização desta comissão de hoje se deve à urgência com que o órgão precisa da sua diretoria já composta e aprovada. Portanto, nós temos por obrigação de colaborar para que haja um bom andamento do Governo.

Durante a semana toda, até quinta-feira, iremos sabatar toda a diretoria, para que essa diretoria possa retomar os trabalhos do DNIT, um órgão, como coloquei aqui, extremamente importante para o desenvolvimento do País.

Concedo a palavra ao General Jorge Ernesto Pinto Fraxe para a sua exposição.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Excelentíssima Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Exm^{os} Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, demais autoridades, convidados, é uma honra muito grande estar hoje aqui. Eu jamais imaginei que, como soldado, um dia teria o privilégio de sentar-me numa comissão do Senado Federal. Para um brasileiro, acho que é uma oportunidade ímpar estar com os senhores aqui.

Servi o Brasil nos mais diversos rincões, constituindo-se em experiência de brasilidade e vivência nacional. Tenho mais de 39 anos de serviços prestados ao País, dos quais, ressalto, grande parte da minha vida profissional dedicada à infraestrutura de transportes, com ênfase em áreas carentes e de difícil acesso.

Ainda no final da década de 70, cumpri a missão de executar a conservação de 736 quilômetros de rodovia, abrangendo trechos das BRs 226, 010 e 230, no Maranhão, já fronteira com a Amazônia.

No início da década de 80, coube-me executar a conservação da BR-174, desde Manaus até Boa Vista e de Boa Vista até a fronteira com a Venezuela.

Cumprida essa missão, prossegui nos trabalhos de conservação rodoviária na mesma região, atacando o trecho da BR-401, de Boa Vista até a fronteira com a Guiana.

No final da década de 90, tive a oportunidade de construir uma adutora no Sridó Potiguar, salvando do flagelo da seca as cidades de Timbaúba dos Batistas, São Fernando e Caicó, no Rio Grande do Norte. Nessa mesma época, iniciei a terraplenagem da pista de pouso e decolagem do aeroporto internacional de

São Gonçalo do Amarante, que, aliás, o noticiário registrou a concessão para o consórcio inframérida, na noite de ontem.

No período de 2004 a 2006, coordenei a construção da infraestrutura do gasoduto Urucu–Coari–Manaus, ao longo das margens dos rios Urucu, Solimões e Negro, numa frente de 600 quilômetros de selva, em convênio com a Petrobras. Nesse mesmo período, supervisionei a construção da pista de pouso e decolagem, pavimentada na linha de fronteira do Brasil com a Venezuela, na serra do BV-8, e a primeira reforma do porto de Parintins.

Do segundo semestre de 2006 até o início de 2009, coordenei o emprego dos batalhões de engenharia no Nordeste brasileiro, onde pude contribuir na duplicação da BR–101, abrangendo trechos do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco.

Nesse tempo, de forma simultânea, iniciamos com os mesmos batalhões a construção de dois canais de aproximação e duas barragens, no projeto de integração da bacia do rio São Francisco com o Nordeste setentrional, assim como a revitalização de suas margens na região de Barra, na Bahia.

Como diretor de patrimônio do Exército, de 2009 a 2010, fui gerente do projeto de ponte metálicas, em parceria com o DNIT, para emprego nas situações de emergência no ambiente de defesa civil. Esse projeto resultou no posicionamento estratégico de oito pontes metálicas com módulos de transporte completos. Aliás, neste momento, nós temos duas dessas pontes instaladas na saída de Belo Horizonte, na BR–381, com um tráfego de 40 mil veículos/dia, porque a ponte, naquela rodovia, cedeu um metro e meio. Virou uma emergência e o Exército foi lá com duas dessas pontes – são pontes inglesas com 60 metros de extensão, biapoiadas, com capacidade de até 80 toneladas.

Finalmente, como diretor de obras de cooperação na atualidade, coordeno três grupamentos de engenharia, abrangendo o total de 11 batalhões de construção, um de combate e uma companhia de construção.

Essas organizações militares de engenharia executam diversas missões de construção, destacando-se obras rodoviárias, hidroviárias e aeroportuárias. E, nesse contexto de gestão, iniciei serviços de revitalização e construção de pistas no aeroporto de Guarulhos e a terraplanagem do Terminal de Passageiros nº 3 de Guarulhos – TPS-3.

Excelentíssimos Srs. Senadores e Senadoras, de forma bem resumida, destaquei as principais missões que cumpro na área de construção ao longo da minha carreira, que considero como credenciais para submeter-me à apreciação de V.Ex^{as} para o cargo que, se concretizado, irá proporcionar-me a honro-

sa oportunidade de prosseguir prestando serviço de grande relevância para nossa Nação. Obrigado pela atenção de todos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao general Jorge Ernesto Pinto Fraxe e passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, que é o relator desta sabatina.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senadora Lúcia Vânia, Presidenta, Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente, demais Senadores, eu só quero aqui cumprimentar o General Jorge Ernesto Fraxe e Tarcísio Gomes de Freitas, os dois sabatinados.

Apresentei aqui o relatório com a indicação do General Jorge Fraxe para a Diretoria Geral do DNIT. Mais uma vez, reitero que se trata de um profissional competente. Vem da Arma de Engenharia, passou por Agulhas Negras, recebeu muitas condecorações, fez trabalhos em todas as regiões do País – na Amazônia, no Nordeste, Centro-Oeste, Sul. É um homem mais do que nunca capacitado, um gestor competente. Desenvolveu obras as mais variadas possíveis na Amazônia, especialmente restauro de rodovias. Conhece bem essa questão rodoviária.

Trabalhou também na própria Infraero, nas obras iniciais do Terminal de Passageiros nº 3 de Guarulhos – TPS 3. Portanto, é um homem absolutamente qualificado, competente e eu não tenho dúvida nenhuma que fará um excelente trabalho como diretor-geral do DNIT.

Quero desejar também ao Tarcísio Gomes de Freitas todo o sucesso também, se a Comissão de Infraestrutura assim entender e o Plenário do Senado também.

Presidente, vou ter de me ausentar da Comissão de Infraestrutura porque, infelizmente, hoje nós temos uma agenda importante com o Ministro Guido Mantega, na Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir a crise. Lamentavelmente, existem várias comissões funcionando às terças-feiras de manhã, o que impossibilita um trabalho efetivo dos Senadores e Senadoras. E eu vou levar ao Presidente Sarney isso porque está impossível os Senadores e Senadoras trabalharem, já que nós não estamos cumprindo os horários das comissões. Consequentemente, as comissões que estão respeitando o Regimento Interno estão sendo prejudicadas.

Infelizmente, eu vou ter de retirar-me, mesmo sendo Relator para um cargo tão importante como é o caso do General Jorge Fraxe, porque é absolutamente impossível a gente fazer um trabalho qualificado no Senado pelo sem-número de agendas fora de horário, que entram em horário de outras comissões, de subcomissões. Então, fica difícil a gente, infelizmente, acompanhar.

Por isso, eu peço a V. Ex^a esse entendimento porque eu vou ter de abrir a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. E, mais uma vez, quero cumprimentar o General Jorge Fraxe.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Delcídio.

Passemos ao Item 2 da pauta:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 110, DE 2011

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de acordo com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Sr. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Autoria: Presidente da República

Relator: Senador Cyro Miranda

Concedo a palavra ao Sr. Tarcísio Gomes de Freitas para a sua exposição.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Exm^a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal; Exmos Srs. Senadores e Exm^{as} Sr^{as} Senadoras aqui presentes; demais autoridades; Exm^o Sr. General de Divisão Jorge Ernesto Pinto Fraxe – com quem eu tive a oportunidade de trabalhar no Exército Brasileiro –, é com grande alegria e com grande satisfação que eu vejo esta oportunidade de debater aqui, no Senado Federal, o futuro de uma autarquia que tem papel fundamental na operacionalização da política de transportes, como é o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Operacionalização essa que tem de buscar resultados, como o aumento da eficiência produtiva das áreas consolidadas, a indução do desenvolvimento de áreas de expansão de fronteira agrícola e mineral, a redução das desigualdades regionais em áreas deprimidas e a integração regional sul-americana. É autarquia que, com a Lei nº 10.233, substituiu outras autarquias, autarquias anteriores que segmentavam as diversas modalidades de transportes, conferindo tratamento único e intermodal.

E este é um desafio que nos cabe agora: promover a intermodalidade, promover o desenvolvimento do transporte hidroviário, do transporte ferroviário, do transporte rodoviário. E essa missão não cabe somente ao DNIT. Cabe também ao próprio Parlamento porque existem questões tributárias envolvidas na viabilização da intermodalidade, o que deve abranger todas as forças vivas da Nação nesse debate e nesse esforço.

Há, pela frente, um grande desafio, um árduo trabalho para operacionalizar as políticas de transporte que passa pelo resgate, pela reconstrução do DNIT, da sua imagem perante a sociedade, resgate da autoestima dos servidores, resgate da política de cargos e salários, da valorização do profissional de engenharia.

No passado, o DNER era o alvo dos recém-ingressos das escolas de engenharia. Todos tinham a intenção de trabalhar no DNIT, de ser residentes do DNIT, do antigo DNER e, a partir dali, desenvolver as suas carreiras dentro da engenharia. E isso caiu um pouco no ostracismo.

E, para projetar o futuro, é necessário olhar o passado, enxergar, no antigo DNER, de quem o DNIT é herdeiro, a excelência na prática da engenharia. Não o final do DNER, mas o início do DNER, o DNER que serviu de referência para engenheiros rodoviários do mundo inteiro que tinham um acervo fantástico, em termos de normativos técnicos, que permitiu pesquisas que levaram, por exemplo, ao método de dimensionamento de pavimentos flexíveis, ao método de desenvolvimento, método de dimensionamento de pavimentos, utilizando métodos mecânicos. Cito aí engenheiros, como o Engenheiro Salomão Pinto, de quem eu tive o prazer de ser aluno, no Instituto Militar de Engenharia. Cito os trabalhos dele na área de envelhecimento de asfaltos, na área de decapagem de asfaltos, na área de dimensionamento de pavimentos.

Então, é com esse olhar no passado que devemos projetar o futuro, fazendo com que o DNIT retome o seu papel de protagonista no seio da engenharia brasileira, responsável pela execução de obras de excelência e de pesquisas no âmbito da engenharia de transportes, e que volte a ser, no futuro, destino perseguido pelos profissionais de engenharia, pelos formados, pelos egressos das escolas de engenharia brasileiras. Isso, por si só, vai promover o desenvolvimento da engenharia nacional.

Estamos numa situação em que o Brasil forma apenas 25, 26 mil engenheiros por ano, e temos países, como a Coreia do Sul, onde são formados 80 mil engenheiros por ano; a Índia, 300 mil engenheiros por ano; a China, 400 mil engenheiros por ano. Isso, por si só, é um quadro bastante preocupante.

O DNIT deve passar por uma reestruturação, por uma reengenharia. O seu regimento interno deve ser adequado às suas novas atribuições e ao que existe de mais moderno em termos de gestão.

É preciso elevar o nível de maturidade em gestão de projetos. E hoje nós estamos no patamar mais baixo que a literatura pode classificar em termos de maturidade e gestão de projetos.

É preciso integrar todos os processos, seja de gerenciamento de escopo, gerenciamento de prazo, gerenciamento de custos, gerenciamento de recursos humanos, gerenciamento de qualidade, gerenciamento de riscos, no desenvolvimento dos projetos de engenharia.

É preciso colher as lições aprendidas nos diversos órgãos da administração pública federal, trazer as lições que trazem transparência às decisões, como, por exemplo, a questão das reuniões que são filmadas na Aneel, a questão da gerência de documentos, dos processos eletrônicos que existem em outras agências, do planejamento estratégico desenvolvido, muito bem desenvolvido recentemente pela ANTT, dos sistemas de controle de patrimônio, que já existem disponíveis, por exemplo, no Exército. Então, trazer aquilo que já existe na administração pública para dentro do DNIT.

Não é possível reinventarmos a roda. Já passou da hora de o DNIT contar, por exemplo, com um escritório de gerenciamento de projetos. Isso é moderno em termos de gestão de projetos, é necessário, com o portfólio que o DNIT administra. E nós já temos exemplos de outros órgãos públicos que já contam com esse instrumento. Cito o exemplo do Banco Central e da própria Agência Nacional de Transportes Terrestres. Que seja dotado de ferramentas que permitam, por exemplo, o acompanhamento físico-financeiro dos empreendimentos de engenharia, por meio do método do valor agregado, ferramenta que já existe desde o Projeto Manhattan, que até hoje nós não usamos nos nossos empreendimentos.

O DNIT também precisa de ferramentas de informações gerenciais. Nós precisamos – nenhum órgão pode almejar a excelência sem um bom sistema de informações – integrar os diversos processos de gestão de projeto. As obras têm de ser precedidas de excelentes projetos de engenharia, projetos esses que devem ser acompanhados, inclusive, na fase de campo.

É necessário fazer a modelagem dessas obras, estabelecer um plano de ataque para que nós possamos perceber a mobilização, otimizar os recursos e também trabalhar com a gestão de riscos.

Outro assunto importante é a capacitação dos nossos engenheiros. No passado, os engenheiros rodoviários do mundo inteiro vinham colher experiências no antigo DNER. E hoje é necessário olhar para fora e verificar o que o Departamento de Transportes da Califórnia vem fazendo em termos de engenharia de valor. É necessário ver o que o corpo de engenheiros do exército americano vem fazendo em termos de administração de hidrovias, e buscar captar essas experiências, captar onde está o *know-how*.

Nós passamos anos estagnados, por exemplo, em termos de engenharia ferroviária, e é necessário agora pegar as boas práticas, verificar as produtividades dos equipamentos e incorporar isso, por exemplo, aos nossos sistemas de custos referenciais.

A capacitação dos servidores é fundamental também para a motivação daqueles profissionais de engenharia.

É necessário colaborar com a ANTT na concessão daquelas rodovias que são viáveis, passando para a iniciativa privada aquilo que é possível ser passado e mostrar, definitivamente, que o DNIT deve subordinar-se ao Ministério dos Transportes, que é quem formula as políticas. O DNIT não pode ser maior do que o Ministério. E a política de transporte deve ser precedida de uma modelagem de transportes, uma modelagem que vai levar em consideração parâmetros macroeconômicos, que vai levar em consideração modelos matemáticos.

Então, o planejamento de engenharia é um planejamento técnico e deve haver a subordinação do DNIT ao Plano Nacional de Logística e Transportes. O DNIT tem que caminhar junto do Ministério dos Transportes para a operacionalização das políticas.

Então, é movido com o espírito de brasilidade que me submeto à arguição dos Srs. Senadores, acatando a decisão soberana e legítima desta Comissão e agradecendo a oportunidade a mim concedida e a cordialidade com que fui recebido pelos membros desta Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda, Relator da matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bom-dia, Presidente Lúcia Vânia, Vice-Presidente Blairo Maggi, que tão bem conduz esta Comissão; Srs e Srs. Senadores; senhores sabatinados; General Fraxe; General... Capitão Tarcísio...

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Não é General!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas chega lá! É questão de tempo só. Se depender do General, você já vai ser o próximo.

Nós já tivemos a oportunidade de estarmos juntos, na semana passada, no gabinete da Senadora Lúcia Vânia. E confesso que fiquei muito entusiasmado, muito contente e admirador dessa postura, o que deveria ser usual e não é. Então, não é que os senhores estão inovando, não. Os senhores estão no lado correto, porque nós não podemos mais conceber o modelo antigo no DNIT e em outros órgãos. Isso facilita a prática do ilícito.

Os senhores mesmos se declararam surpresos de saber que o DNIT não tem as ferramentas usuais em qualquer das áreas por que os senhores passaram. Os senhores já passaram por essas áreas aí e tinham os instrumentos, inclusive, para simulação. Nós até comentávamos: já pensou se uma empresa de engenharia que vai lançar e vender um prédio não faz todo o seu projeto, a simulação correta e, na hora de lançar o prédio, vai vender aquilo por um preço e depois diz assim “Esse preço não dá. Nós vamos ter que chamar os compradores e reajustar; nós vamos ter que fazer um aditamento”? Ela vai quebrar porque, se assinou um contrato, não vão querer pagar.

Então, isso é...

Acho que nós temos que passar uma borracha no passado; o passado agora pertence à Polícia, ao Ministério Público. Os senhores, realmente, com a história que os senhores têm, com o conhecimento que os senhores têm na Amazônia, no Rio de Janeiro, no Aeroporto de Guarulhos, os senhores são, a meu ver, muito qualificados, e os senhores serão muito mais cobrados pela sociedade, porque os senhores têm um plano de ação. Dos outros nós não tínhamos que cobrar porque não tinham plano de ação. Entravam, era um discurso.

E fica também uma ideia, uma sugestão à nossa Presidente para que, a cada seis meses – aliás, isto já é uma ideia do próprio General –, espontaneamente venham aqui e fazer um relato de como as coisas estão acontecendo, e não a gente esperar, depois de um ano e meio, alguma revista fazer uma denúncia. Não!

Então, eu me sinto extremamente contente, otimista. Confio muito nos senhores. Da minha parte, os senhores têm o meu voto. Eu queria aproveitar e pedir para a Senadora colocar em regime de urgência, urgentíssima, porque são duas áreas do DNIT que estão totalmente descobertas. Se nós pudéssemos votar isso ainda amanhã seria ótimo, ou hoje, não sei, conforme a possibilidade do Presidente Sarney.

De maneira que eu só tenho que parabenizá-los. Eu já conhecia a história. Vamos estar juntos. Os senhores contem conosco e nós vamos ser aí uma lupa para ver se todo esse plano de ação realmente se concretiza. Eu tenho certeza de que nós teremos uma outra etapa, uma página virada, uma página mais limpa na história do DNIT.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Cyro Miranda.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Cumprimento a Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, e o

nosso Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi. Cumprimento o General Jorge Ernesto e o Dr. Tarcísio Gomes.

Primeiramente, eu gostaria de falar, General, que eu acho que ninguém melhor do que o senhor para assumir o DNIT neste momento, pela sua história, pelo seu currículo à frente da Engenharia do Exército Brasileiro com tantos serviços prestados pelo Exército, principalmente nessa área rodoviária. A gente sabe que, nos momentos mais críticos, o Exército acaba chegando e resolvendo, como aconteceu agora com a BR-381, onde aquela importante ponte caiu. O senhor sabe que a rodovia da morte é uma das rodovias, um dos desafios que os senhores vão enfrentar.

Eu não poderia deixar de fazer algumas colocações e até algum alerta, General – eu, que sou da área de transportes, da Confederação Nacional do Transporte e represento o transportador brasileiro.

Na realidade, hoje, o País precisa investir no sistema rodoviário, no sistema hidroviário, no sistema ferroviário, 250 bilhões. Nós estamos falando de uma cifra cinco vezes maior do que a que está disponível hoje, inclusive depois deste conflito aí: se são 54 bilhões do PAC, passaram para 72, voltaram para 50 bilhões, como se esses 14 bilhões fossem o problema. Na realidade, nós sabemos que isso é nada perto do que se precisa investir no transporte brasileiro.

Constantemente, são citados os países que fazem do Bric: Rússia, China, Índia. Os investimentos lá são de 100 bilhões, 150 bilhões por ano em infraestrutura de transporte. A China investe mais de 500 bilhões, mas é uma situação à parte. A Índia investe mais de 100 bilhões; a Rússia, mais de 150 bilhões. Nós estamos falando de investimentos que, em três, quatro anos, chegam a 500, 600, 700 bilhões. Nós temos aqui 50 bilhões. É o que o senhor vai ter no DNIT.

De forma que, ao registrar o importante currículo do senhor, eu não sei se eu dou os parabéns ou se eu dou os pêsames, porque o senhor sabe o que vão enfrentar no DNIT.

O problema do DNIT, o problema do Ministério dos Transportes não está só nas questões das denúncias que ocorreram. Eu, por exemplo, do PR, fui um defensor das mudanças. Todos que acompanharam viram que eu achava, como participante do PR, que tinha que haver mudanças mesmo, até porque é um processo que estava extremamente desgastado, independentemente das denúncias, dos resultados delas, de aonde vão chegar esses resultados.

Mas o importante é que, nesse processo, o problema do transporte brasileiro, o problema do DNIT, o problema do Ministério dos Transportes não está no DNIT, não está no Ministério dos Transportes; está na área econômica do Governo. Ou nós enfrentamos isso

de frente ou, então, todos os membros que fizerem parte desses órgãos terão os mesmos resultados para a frente: que não seja de denúncia, mas que seja também de ineficiência não pela pessoa, mas pelo órgão.

Ouvi o Dr. Tarcísio. Acho perfeitamente correto: é preciso mesmo aumentar o número de engenheiros, é preciso melhorar a eficiência do órgão. Tudo isso é importante, mas, não havendo dinheiro, não vai se chegar a nada.

O DNIT, o Ministério dos Transportes, hoje, não agradam aos governadores, não agrada aos prefeitos, não agrada ao transportador brasileiro, não agrada à sociedade brasileira. São mais de nove mil mortes nas rodovias brasileiras por ano. O país em que há mais vítimas no mundo tem três mil mortes; no nosso, são nove mil mortes. Isso porque as nossas rodovias têm traçados antigos, traçados ainda da era de JK, em que havia veículos, por exemplo, como caminhões com sete toneladas, seis toneladas. Hoje, nós temos veículos de quarenta toneladas, de alta velocidade, veículo rápido, ágil, mas continuamos com os mesmos traçados de engenharia das nossas rodovias brasileiras.

A pesquisa da CNT, anualmente, tem demonstrado isto claramente: a grave situação do transporte brasileiro, principalmente do sistema rodoviário brasileiro.

Então, são dados importantes que têm que servir como alerta para todos nós, alerta para o DNIT, para o Ministério dos Transportes, da situação que vocês vão enfrentar e de que o Governo tem que reagir. O Governo vai ter que reagir uma hora. Eu acho que a área econômica do Governo tem que reavaliar a sua posição.

Eu acredito no seguinte: se nós somos contra a PPP, se somos contra a Parceria Público-Privada, é preciso dar um basta nisso. Esse negócio de idealismo, de ideologia, a essa altura, não funciona mais no mundo de hoje. Nós só temos um caminho, hoje, para o transporte brasileiro que são as PPPs. Se nós temos 50 bilhões para investir, se esses valores forem investidos juntamente com empresários privados, adicionando valores que vão ser complementados anualmente, mesmo naquelas rodovias que forem privatizadas e que o pedágio não suporte – e nós sabemos que grande parte delas não suporta os custos, os investimentos que vão ser feitos –, nós sabemos que o Governo pode completar esse valor. Então, podemos transformar esses 50 bilhões em 500 bilhões e resolver todo o problema de transporte brasileiro.

A questão é a seguinte: o Governo tem coragem de fazer isso? Vocês que estão indo para o DNIT vão enfrentar essa situação? Ou então, de seis em seis meses, Presidenta, vamos estar aqui exatamente discutindo o mesmo caos no sistema de transporte brasileiro. É claro que aí sem questão de denúncia, porque não

tenho dúvida de que o currículo do senhor é invejável. Não tenho dúvida de que, neste momento, é o nome melhor para poder tomar conta desse órgão para nós. Mas não haverá a solução do transporte brasileiro, a estrutura do transporte brasileiro.

Nós nos esquecemos de um exemplo muito claro do Presidente Juscelino Kubitschek. Quando investiu em energia e transporte – o binômio energia e transporte –, ele enxergou que você não consegue ter um crescimento econômico se não anteceder a questão da solução dos transportes. Ou então nós vamos ficar concentrados perto dos portos. O País vai continuar investindo. Perto dos portos você consegue escoar rápido o produto. Mas e o Nordeste? E o Norte brasileiro? E o Centro-Oeste? E o escoamento lá da safra do Senador Blairo Maggi? Agora, por exemplo, tem a ferrovia, um investimento que também precisa ser feito. Não tenho dúvida.

Então, os investimentos previstos aqui... Necessários, na realidade, e não previstos. O sistema rodoviário brasileiro precisa de R\$170 bilhões; o sistema ferroviário, pelo menos R\$50 bilhões ou R\$60 bilhões; o sistema de hidrovias, pelo menos R\$20 bilhões ou R\$30 bilhões, porque nós temos que fazer os nossos rios serem navegáveis de novo, até porque o custo do transporte é muito mais baixo.

A multimodalidade de que o Dr. Tarcísio fala precisa funcionar, porque o transportador brasileiro tem que utilizar o melhor meio que tiver. Essa é a visão multimodal de hoje. Por quê? Porque aqui ele vai ser o custo mais baixo, vai usar ferrovia, vai usar hidrovias, vai usar caminhão. E aí ele chega com o custo menor e o Custo Brasil também é reduzido, resolvendo toda essa questão.

Só que não é o que estamos vendo, não, General. Infelizmente, não há dinheiro. A área econômica sempre responde. Cortaram agora principalmente de um Estado que está numa situação gravíssima, que é Minas Gerais. Minas Gerais tem 10,8 mil quilômetros de rodovias em 75 mil. Minas Gerais está em 13º lugar em investimentos rodoviários nos últimos dez anos. Esqueceram de Minas Gerais. E hoje, principalmente, estavam previstos R\$12 bilhões para Minas nos próximos anos. Depois de uma discussão acalorada com o DNIT, chegaram à conclusão de que Minas precisava ter essa recuperação rodoviária. E o que se fez, General? Reduziram para R\$1,5 bilhão. Isso é uma vergonha, uma brincadeira. Como é que um Estado que tem 10,8 mil quilômetros em 75 mil... É muito fácil fazer a conta: 16% de toda a malha rodoviária federal está em Minas. Minas tem 10% da população. Como é que em R\$54 bilhões se investe R\$1,5 bilhão? Não dá nem para acreditar no que a Ministra Miriam fez: cortar

esses investimentos. A situação do Brasil é grave e a de Minas é muito mais grave.

Eu colocaria isso muito mais como um desafio, um alerta para os senhores. Não tenho dúvida de que são as pessoas certas na hora certa, mas esse embate com a área econômica vocês vão ter também. Ou então, de seis em seis meses, nós voltaremos aqui para discutir aquilo que não se conseguiu fazer porque não houve recurso. E vai ter que ser para responder: não há recurso, não há investimento.

Então, essa é uma questão importante. Coloco esse alerta, lanço esse desafio, porque acho que temos que evoluir rapidamente para as PPPs. Nós temos que convencer a Ministra Miriam, que é contra, temos que convencer a Presidenta Dilma de que talvez seja a grande solução do transporte brasileiro. Ou então nós vamos ficar para trás, realmente, quer dizer, crescendo economicamente, até o momento em que vai haver um caos total nesse sistema todo e não sabemos como vamos transportar as nossas mercadorias, os nossos valores, as nossas pessoas, que precisam tanto se deslocar pelo nosso País e que não têm carro.

Seriam essas as minhas colocações, General.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o segundo orador inscrito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente Lúcia Vânia, eu gostaria de indagar, primeiramente saudando os nossos visitantes, ao Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe a respeito do ocorrido recentemente com a Presidente Dilma, inclusive admitindo que, na área dos transportes, havia uma operação sem controle, com orçamentos inflados, e que ensejou a demissão de muitos servidores na área do DNIT, na sede do órgão em Brasília, sem alcançar as superintendências.

E nós queremos indagar de V. Sª se pretende dar continuidade a esse trabalho de mudança, alterando o modelo adotado nas superintendências, que é o modelo que prioriza o interesse partidário. O interesse partidário fica acima da imprescindível qualificação técnica que se deve exigir nessas áreas. Ainda agora, neste final de semana, a revista *IstoÉ* traz um exemplo disso, em Santa Catarina, em que a Ministra Ideli Salvatti, em conversas grampeadas pela Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, negociava cargos do DNIT e lutava para manter um dirigente do órgão no Estado, acusado de várias irregularidades, investigado pelo TCU e pelo Ministério Público, o Sr. João José dos Santos, que está no cargo desde 2003, com indícios de irregularidades apontadas pelo TCU, como o superfaturamento em obras da BR-101 e BR-280. O Ministério Público já abriu investigações para apurar atrasos e inexplicáveis aditivos nos contratos de obras,

rodovias como a BR-101, BR-163, BR-292, BR-158 e BR-470. Então, a indagação é se V. Sª pretende exonerar imediatamente esse ocupante de um cargo de confiança, que, portanto, é demissível *ad nutum*, e se pretende alterar esse modelo, impedir a partidização do órgão e dotá-lo com qualificação técnica de servidores que possam realmente exercer a função com competência.

O jornal *O Globo* recentemente divulgou que o Tribunal de Contas da União aponta que em cada dez contratos do DNIT, quatro têm valores inflados. Uma proporção, portanto, elevada. Novecentos e vinte e seis contratos, ao final de 2009, com 43% deles sofrendo aditivos e 39% que tiveram alterações para a data da entrega da obra. Eu indago se V. Sª pretende tomar providências em relação a essas denúncias, se haverá investigação para a constatação da veracidade das informações e que providências serão adotadas, se houver confirmação dessas denúncias. Em síntese, se dará continuidade às investigações que foram anunciadas pela Presidente da República nessa área, no âmbito do Ministério dos Transportes.

O próprio Corregedor-Geral da União, Ministro Jorge Hage, chegou a afirmar que as irregularidades estariam no DNA do órgão. É evidente que V. Sª já deve ter conhecimento dos processos em curso. E a indagação é, se eles estão em curso, se dá prioridade a eles, continuidade, enfim, que postura adotará ao assumir o DNIT?

Eu indaguei do Ministro que aqui esteve recentemente, Paulo Passos, sobre esse modelo. Aliás, o *Correio Braziliense* traz uma matéria em que informa que V. Sª também adotou esse modelo na Infraero, com a concessão de aditivos, que diz que assinou 19,9 milhões de aditivos para obras da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, e duas prefeituras, 14 termos de aditivos a convênios do Comando do Exército com a Companhia Docas do Maranhão – Codomar. É uma informação do *Correio Braziliense*. Esse é o mesmo modelo praticado no DNIT, que acabou por inflar os orçamentos das obras, com auditorias do Tribunal de Contas apontando o superfaturamento.

Cito como exemplo uma obra no meu Estado, em Maringá, o Contorno Norte de Maringá. Há um superfaturamento gigantesco. A empreiteira aceitou a hipótese de redução de R\$10 milhões, mas uma redução insignificante, a meu ver, diante do impulso que se deu com a concessão de aditivos que inflaram de forma exorbitante o orçamento daquela obra. Eu cheguei a brincar com o Ministro, dizendo: “Olha, só se estiverem construindo um viaduto de mármore, mas, mesmo assim, ainda é muito dinheiro para essa obra”. Parece-me que tudo está no modelo. A informação do

próprio Ministro é que há obras sem projetos executivos e que surgem no decorrer da execução da obra fatos novos que exigem a adoção dessa prática da concessão de aditivos, que esses aditivos são concedidos com participação também do Ministério do Planejamento. E é uma outra indagação, se V. S^a pretende aceitar as imposições eventualmente existentes da parte do Ministério do Planejamento para a concessão de aditivos. Esse modelo em que o projeto não é aprovado com antecedência, a licitação não estabelece o preço final da obra e há a possibilidade de inúmeros aditivos, é o sonho de consumo dos empreiteiros espertos.

Estou colocando isso até porque tive uma modesta experiência. Conheci o que significa realizar uma obra por administração direta. Ou seja, impossibilidade de se conhecer com antecedência o valor final dela, o Estado ficando sujeito às imposições do empreiteiro. Nós tivemos essa experiência, como Governador do Paraná, na obra de uma hidroelétrica. Anulamos a licitação porque o preço estava inflado. Houve a composição de um cartel, num conluio, e inflou o valor da obra. Nós anulamos a concorrência, houve uma proposta para realizarmos por administração direta, eu fui conhecer como se dava esse processo de administração direta, que me parece ser mais ou menos o que ocorre hoje, com essa flexibilização em matéria de aditivos, e não aceitamos a proposta. Fizemos a obra com valor definido e economizamos US\$103 milhões na barragem de uma usina hidrelétrica, possibilitando, com isso, a construção de uma outra barragem, ampliando a capacidade de geração de energia daquela usina. Portanto, se V. S^a estuda a hipótese de mudar essa prática de concessão de aditivos da forma como vem ocorrendo, de forma considerada exorbitante, a razão direta dos desvios apontados pelo TCU.

A outra questão é mais para reflexão. A hipótese de convênios da União com o Estado para a realização de determinadas obras. Uma rodovia, por exemplo. Ao invés de o DNIT administrar diretamente o convênio, repassando a responsabilidade da gestão ao Estado. Eu digo isso porque... Perdoe-me citar um exemplo que eu vivi, mas é o que tenho para apresentar e justificar uma sugestão dessa natureza. Quando governador, celebramos um convênio com o DNER à época, há mais de vinte anos, e o DER do Estado do Paraná realizou uma obra com um custo inferior em 40%. Uma duplicação da BR-376. Iniciamos a pavimentação dessa duplicação com um custo inferior ao praticado pelo DNER em 40%. Daí a sugestão ou a colocação desta hipótese para a análise de V. S^a: se haveria a possibilidade de o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, em determinadas obras, celebrar con-

vênio com os Estados, desde que houvesse redução significativa dos valores finais das obras.

Essa é a questão que coloco.

Portanto, Sr^a Presidente, era o que eu tinha a indagar, pedindo ênfase exatamente aos dois modelos aqui dissertados, a de nomeação das pessoas, com o critério atual que prioriza a partidização, em detrimento da qualificação técnica e profissional, e, na outra questão, o modelo de licitações de execução de obras.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Alvaro e passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas uma consideração. O Senador Alvaro Dias fez tantas perguntas que eu consulto S. Ex^a se não seria oportuno que pudéssemos ouvir os nossos sabatinados, porque eu também teria um conjunto de outras perguntas e tenho receio de que as perguntas fiquem atabalhoadas. Em que pese estamos com uma agenda muito pesada hoje no Senado, acho que essa é uma sabatina importante.

Então, a minha sugestão é para que nós déssemos oportunidade aos nossos sabatinados de responder ao Senador Alvaro Dias e, em seguida, eu faria as minhas intervenções.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a pela compreensão. Era isso mesmo que eu gostaria de fazer, mas, em função das agendas dos Senadores, achei por bem fazer todas as indagações e depois as respostas. Como o Senador Alvaro Dias realmente fez uma série de perguntas e V. Ex^a vai fazer outra, é melhor que o General possa responder ao primeiro bloco.

Com a palavra o General Jorge Fraxe.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Senador Alvaro Dias, vou iniciar as minhas respostas pela questão da notícia que V. Ex^a comentou do *Correio Braziliense* de hoje.

Codomar, 14 aditivos com a Codomar.

A Codomar tinha, que eu encerrei em março, cinco meses atrás, 14 convênios com o Exército de fiscalização de terminais hidroviários. Em quais portos? Urucará, Urucurituba, Nova Olinda do Norte – o Senador amazonense, por quem tenho muito carinho e apreço, acho que está se lembrando, porque é da região –, Novo Aripuanã, Santa Isabel do Rio Negro, São Paulo do Olivença, Tonantins, Humaitá, Manaquiri, Fonte Boa, Benjamin Constant, Barcelos, Jutahy e Santo Antônio do Içá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não houve convênio com o Maranhão. Foi com a Codomar. E não foi de dinheiro. O aditivo foi de prazo, prazo que

o General Fraxe aqui, que fala a V. Ex^a, deu à Codomar, três meses – tipo aviso prévio – para ele procurar outra instituição que fizesse a fiscalização dos portos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só para esclarecer, o jornal fala em 19,9 milhões.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não com a Codomar. Os aditivos estão à disposição. Se V. Ex^a quiser, eu lhe mando cópia de todos eles, hoje ainda, quando eu chegar à diretoria. Foi de prazo. Nós devolvemos à Codomar R\$112 mil, nós devolvemos. Do convênio realizado com a Codomar, nós não utilizamos nem 70% do valor do convênio. Está tudo documentado.

Vou fazer o seguinte, vou lhe mandar inclusive as notas de devolução.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu agradeço. Mas eu acredito em V. S^a.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vou mandar uma pasta, porque não pode ficar aqui neste momento nenhuma dúvida sobre o que está escrito aqui e que estou falando. Faço questão de mandar o documento para V. Ex^a.

Então, 14 aditivos, não foi isso. Para cada porto, era um convênio. Como são 14 portos, aditivo de prazo, para quê? Para que a Codomar procurasse um outro parceiro para fiscalizar os portos. E por que resolvi encerrar esse convênio? Porque a construtora não estava dando conta, e eu disse “não vou ficar nesse negócio aqui não, vou sair”. Foi isso, Sr. Senador.

Aí vamos para Porto Velho. É a mesma coisa. O Exército está fiscalizando o terminal hidroviário e a construtora atrasou e nós tivemos que aditar. A prefeitura disse: “General, vamos aditar, porque eu não posso ficar sem a fiscalização”, e nós aditivamos para atender à prefeitura.

A prefeitura de Araguari: o 11º Batalhão de Engenharia é patrimônio de Araguari, era o antigo ferroviário. Muito bem. Esse batalhão está asphaltando as ruas de Araguari. O aditivo foi feito para aumentar mais quinze ruas para serem asphaltadas. Esse convênio com a prefeitura é debatido na Câmara de Vereadores e lá é ou não aprovado. Então, isso é um benefício para a cidade, e a população diz o seguinte: “Prefeito, continue com o batalhão porque ele está fazendo render cada centavo do município”.

Se V. Ex^a quiser, eu mando a prestação de contas da Prefeitura de Araguari.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não, não há necessidade.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Mas, isso é um benefício para a cidade e vai aumentar mais. A prefeitura pediu agora para aumentar mais avenidas lá, a Avenida Belchior de Godoy a Mato Grosso e a Teodoro Veloso. Ela quer mais avenidas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Talvez fosse importante enviar para o jornal *Correio Braziliense*.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu não tive oportunidade de conversar com o jornal, talvez porque foi muito em cima, e às vezes o jornalista tem uma hora para fechar a matéria. Então, acho que foi isso que aconteceu.

(Próximo, por favor.)

É sobre os milhões com a Infraero.

Vou dar uma notícia aqui, que está à disposição inclusive dos jornalistas: todo processo licitatório de Guarulhos TPS3. Joguei um pregão eletrônico no mercado de R\$400 milhões para o TPS3, e tenho a grata satisfação de dizer a V. Ex^a que nós economizamos R\$125 milhões no orçamento do projeto da Infraero. Isso não é tese, não é hipótese. Isso é um fato. Terminada a licitação, montei um pacote de informações e, de forma pró-ativa, de minha iniciativa, já mandei entregar ao Tribunal de Contas da União, dentro do princípio da transparência. O gestor público que não for transparente, ele já está sob suspeita. Esse é o meu princípio. Quem é gestor público e trabalha com o dinheiro do imposto do brasileiro, dessa gente pobre e sofrida, ele tem a obrigação de prestar conta de cada centavo que ele faz a gestão.

Então, eu peguei os editais, o termo de cooperação, os contratos com as empresas paulistas, o plano de trabalho, todo, todo o processo de contratação do TPS3 e encaminhei ao Tribunal de Contas da União, até para que ele nos ajude, se houve alguma coisa que a gente possa melhorar porque, meus senhores, nada existe em caráter permanente a não ser as mudanças. Quem quiser sobreviver no tempo e no espaço tem que inovar e tem que melhorar.

Essa questão do DNIT, por exemplo, considero uma oportunidade de melhoria. É hora de melhorar, e eu não vou fazer nenhum juízo de valor aqui sobre os meus antecedentes do DNIT, aqueles que nos antecederam lá. Eles viveram o seu momento, as suas dificuldades e estão aí. E se alguém achar que não vai acontecer nenhum problema daqui para frente... Deve ter muito problema em potencial, Senador. São seis bilhões em obras já contratadas este ano e oito bilhões em obras que estão em restos a pagar. Nós estamos falando em 14 bilhões em obras contratadas com base em que tipo de projeto? Eu não sei, Senador. Nós vamos chegar lá com a nova diretoria para avaliar cada projeto, cada contrato, cada sistema de medição para poder chegar a alguma conclusão.

Não posso dizer a V. Ex^a absolutamente nada, o que é irregular e o que não é. Seria leviano da minha parte. Agora, posso assegurar a V. Ex^a que haverá rigor na análise, porque a obrigação do gestor público

é fazer render cada centavo do contribuinte em benefício da infraestrutura.

Então, vou continuar aqui com relação a Guarulhos. O jornal comentou: “Vamos voltar ao assunto do projeto”.

Por que houve aditivo? Nós temos duas obras em Guarulhos. O TPS-3, em que, na licitação agora, nós economizamos 125 milhões. Os editais e tudo estão à disposição, e eu inovei no processo de licitação, Senador. E qual foi a inovação? Nós fizemos um pregão eletrônico, e, dentro do edital, está, além do edital propriamente dito, o seguinte: existe um protocolo de auditoria na empresa. A empresa que ganhar o primeiro lugar no preço vai ser auditada. Para que ela vai ser auditada? Ela tem que provar para o gestor público que se preparou para aquele empreendimento; ela mobilizou uma frota compatível com o cronograma da obra, o cronograma de metas que nós colocamos no edital.

Então, o gestor público, quando monta um edital de licitação, ele tem de considerar que o cronograma de metas e o contrato já têm de ser de domínio público. Senão, ele vira refém da empresa que ganha o edital, porque ela vai dizer como ela quer fazer a obra. Então, já no edital, tem que ter o contrato e o plano de metas, e esse protocolo. Esse protocolo resulta de quê? De uma simulação.

Guarulhos é emblemático para nós, do Exército, porque, do que eu tenho notícia, é a primeira obra pública no Brasil em que foi realizada uma simulação para dimensionar a mobilização da imprensa e para aferir o prazo do cronograma. Nós fizemos uma simulação utilizando um *software* chamado Arena. Esse *software* admite mais de um milhão de variáveis na simulação. Guarulhos é uma obra urbana. Então, há uma flutuação de velocidade de logística muito grande. E nós chegamos a uma otimização e contratamos a obra por 23 meses.

Eu acho que não são todas as obras que estão como Guarulhos hoje. Ela está com o cronograma adiantado. Eu até convido os senhores jornalistas que estão aqui presentes para visitarem Guarulhos e conferirem o cronograma da obra com o Fisco, que está lá acontecendo. A obra está adiantada. Não é muito comum, mas está adiantada. Por quê? Porque nós fizemos uma simulação, nós selecionamos bem a empresa, sem restringir a competição. A licitação não pode restringir a competição. Ela tem de garantir as mínimas condições de proteger a Administração Pública. Tem de buscar esse ponto de equilíbrio.

Por isso, nós vamos fazer uma reengenharia nessa questão de contratação de obra pública, se nós formos aprovados na nossa prova aqui, Capitão. Primeiro,

eu tenho de passar na prova. Se formos aprovados na nossa prova oral, vamos lá. Então, Senador, isso foi...

E por que, Senador, aditivou Guarulhos? Então, eu vou dizer a V. Ex^a o que aconteceu. São duas obras distintas. Hoje, há mil metros de pista em Guarulhos interditados. Está parado. Foram interditados mil metros. Por quê? Porque a Infraero nos solicitou, um ano atrás, que fizéssemos uma revitalização da maior pista de pouso de Guarulhos. Com o andar da carruagem, houve um aditivo. Por quê? Porque a Infraero mudou o projeto. Ela disse: “Eu quero aperfeiçoar esse projeto.” O solo mole da saída rápida prevista aumentou mais dois metros de profundidade. O projeto previa uma profundidade. Quando fomos escavar, tinha mais solo mole do que estava no projeto. O balizamento eletrônico da zona de toque do Centerline, a linha de eixo da pista, foi modificado, para melhor. A Infraero quis oferecer uma revitalização de melhor qualidade para a aviação comercial. Ela solicitou uma aditivação. É isso. E os outros aditivos da Infraero foram para São Luiz, do Maranhão, que nós aumentamos em quatro mil toneladas de massa asfáltica que o projeto não previa. Voltamos ao assunto projeto. E Rio Branco, que foi um aperfeiçoamento da mobilização e a aquisição de uma usina de asfalto nova.

Então, aqui estão as explicações para esses aditivos, que, segundo a imprensa, eu gostei de autorizar.

Meus senhores, eu gostaria, eu lanço um desafio: que me mostrem uma obra no Planeta Terra que começou e terminou como o projeto. Não existe. Sabe por quê? O projeto é uma tentativa – olha o que eu vou dizer – de mostrar ao construtor e ao planejador como é o terreno e como nós vamos modificar esse terreno.

E há um erro, já na literatura mundial, sobre a execução de projeto, que varia ali 3%, 4%, 5%, 6% – isso dos bons projetos, projetos executivos, feitos no maior detalhe possível. Então, nessa questão do projeto, nós vamos apresentar uma sugestão de inovação e de melhoria no DNIT – se nós chegarmos lá.

Primeiro, o projeto deve ser o executivo. Segundo, quando se contrata uma empresa para fazer projeto, tem que se fiscalizar o projeto – não é só a construção não. Tem que fiscalizar.

Existe uma coisa em engenharia rodoviária e ferroviária e até hidroviária, chamada primitivo. O que é o primitivo? É a linha-base do projeto. É o terreno como ele se encontra, natural. Então, o topógrafo tem que passar e levantar o primitivo. Depois, é que ele começa a desmatar, a escavar, a aterrar, e aí o fiscal vai ter uma linha, que é o primitivo, e vai ter a linha do *grade* da obra, pelas camadas de aterro e pelas camadas de corte.

Daí vem o controle. Só se faz um controle efetivo e eficaz se tivermos, desde o primitivo do terreno, todas as linhas de corte e aterro, todas as linhas de intervenção da obra. Então, são questões básicas e chave que nós temos de atacar e de ver, para que se evitem grandes aditivos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Estou 100% de acordo com o senhor: nós não podemos fazer aditivos assim – aditivo, aditivo, aditivo – numa obra. Não. O projeto executivo procura aproximar ao máximo o terreno da sua realidade, mas aí vai depender de como eu contratar o projeto. A campanha de ensaios e de testes de fundação vai ser de quantos em quantos metros? Como eu vou fazer isso? E como eu vou conferir se a projetista está realmente fazendo a sondagem adequada? Ela usou o equipamento adequado? Qual foi o critério utilizado? Quem é o fiscal do DNIT que está acompanhando isso?

Então, essa é a primeira fase, o planejamento. Qual é a qualidade desse projeto?

O Brasil é um país por se construir ainda, não é? O Brasil tem muito a fazer em infraestrutura de transporte, e aí vem aquela correria, aquela pressa, para querer fazer, para melhorar as condições de fazer circular a riqueza no País. E, conseqüentemente, às vezes vêm os projetos que podem não ser de boa qualidade.

Não vou emitir aqui, repito, nenhum juízo de valor sobre essa questão – se está bem ou se está mal –, em respeito aos brasileiros que por lá passaram e por aqueles que lá estão.

O que eu quero dizer sinceramente é que essa situação é uma oportunidade de melhoria. Nós temos de reavaliar a estrutura organizacional do DNIT, dando-lhe uma estatura compatível com a missão que ele tem. Nós temos de valorizar o planejamento detalhado, inclusive com simulação. Nós temos de impor rigor no controle da execução. Nós temos de motivar os recursos humanos do DNIT. O DNIT tem profissionais da mais alta qualidade. Nós temos de buscar elevar essa autoestima dos quadros do DNIT e nós temos de implementar definitivamente uma metodologia de trabalho que dê ênfase à transparência. Após cada reunião colegiada do DNIT tem de sair publicada no *site* o que foi decidido. “Ah, teve um aditivo?” “Teve”. Então, coloca lá no *site* do DNIT: “O Contrato nº 23 foi aditivado em tantos valores por causa disso, disso, porque o corte de terceira foi errado, porque o aterro estava superestimado”. E tem que dizer por quê.

E o DNIT tem que ter toda a memória topográfica e de cálculo à disposição dos órgãos de controle para consultas, quando necessário. Então, eu acredito

que essa é a postura que temos de adotar no caso da gestão das obras públicas.

Eu não sei se consegui responder a tudo, Senador... Ainda falta a parte do superintendente.

Os superintendentes estão aí, cada um no seu lugar. Qual é a visão que eu tenho? O DNIT tem dois combates. Ele tem a zona de combate – como chamamos no Exército –, a linha de frente, que é onde o combate ocorre na realidade. Com quem está isso? Com o superintendente. Ele está tocando as obras lá na frente, e há uma gestão macro, estratégica, aqui atrás, e uma supervisão, um acompanhamento aqui atrás – Brasília, DNIT 7.

Esse homem, superintendente do DNIT, ele tem de trazer com ele o perfil de um líder. O líder tem atributos essenciais: competência, caráter e dedicação. No Exército, nós estudamos isso com afinco, porque nós temos de conduzir homens para o combate.

O líder tem de ser competente, porque a competência lhe confere autoridade intelectual. Ele tem de conhecer do riscado dele, ele tem de saber o que é cada ensaio, para o que é que serve, o que é cálculo estrutural. Ele tem de conhecer tudo isso. Se não conhecer, como é que vai ter competência para aquilo? Ele tem de ser um exímio negociador para buscar resolver os problemas que surgem a toda hora na condução de seus projetos. Ele tem de ter um caráter do mais alto nível, porque ele confere autoridade moral, e ele tem de ser dedicado, tem de estar presente em todos os canteiros de trabalho que ele gerencia com sua equipe, porque a dedicação lhe dá autoridade presencial, confere-lhe capacidade de conferir a qualidade da obra. Obra alguma se controla só por eslaide, *power point* ou por *software*. A obra tem de unir as ferramentas gerenciais e a presença no canteiro. Nada substitui a presença no canteiro, Senador.

Então, essa é a visão que tenho sobre o superintendente e parto do princípio de que quem está lá preenche esses requisitos. E cada caso será um caso que vamos ver um por um, vamos avaliar a gestão de cada um.

Logicamente que tenho de estar sintonizado com o Sr. Ministro Paulo Sérgio Passos, e já estou desde agora: tenho dialogado com ele, tenho buscado horizontes. O Ministro está muito entusiasmado com a nova diretoria, e eu tenho muita esperança de que, todos juntos, poderemos dar uma boa contribuição ao nosso Brasil.

Acredito que... Acho que consegui... Não sei se fiquei lhe devendo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço.

Apenas observo que esse perfil do superintendente desenhado por V. S^a não é compatível com os atuais. Os atuais foram indicados politicamente, partidaricamente. A indagação foi se haveria mudança nesse modelo, se V. S^a aceitará as indicações políticas de pessoas que não possuem essa qualificação técnica para o exercício da função. Essa é uma questão.

Na outra questão, eu indaguei sobre a possibilidade de convênios, mas foi apenas para uma reflexão na realidade.

E quanto à possibilidade de previsão do preço final da obra, eu tenho alguma discordância. Pode ser que as coisas tenham mudado muito nos últimos anos, mas, quando tive a oportunidade de ser Executivo, de ser Governador de Estado, havia possibilidade, sim, de definir o preço final da obra na licitação.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Com relação aos convênios, Senador, eu não vejo nenhum problema nisso, nenhum, nenhum. O senhor atrelou o convênio a um custo até mais baixo.

Essa questão do custo é uma questão muito delicada. Por exemplo, a pesquisa de mercado para determinar o custo de um projeto: por que nós não usamos instituições consagradas que pesquisam o mercado, como o IBGE? Como é que eu vou conseguir, junto com o diretor executivo, o diretor de finanças, o diretor de projetos e planejamento do DNIT, fazer pesquisas de mercado abrangentes, atuais e permanentemente atualizadas, se nós não temos no DNIT um órgão só para fazer isso? Então, eu tenho de buscar um convênio com alguém de cara. Com quem? Com quem é do ramo de pesquisa de mercado. Vamos buscar até para ver se a metodologia do IBGE atende a nossa metodologia de custo de projeto, e vamos buscar pontos convergentes nisso. Eu acho que esse já é um ponto muito importante na pesquisa de mercado.

Com relação ao custo final da obra, sempre haverá uma variação, nem que seja de um centavo, Senador, mas não fecha. Não fecha, Senador, nem que seja de um centavo, não dá para fechar. Para ser sincero: não dá!

E eu continuo dizendo para V. Ex^a: eu vou buscar, de forma obstinada e de forma leal, o perfil do líder da superintendência, vou buscar. Vou buscar, mas não só eu: também o Ministro Paulo Sérgio.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Espero que tenha força para isso.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Obrigado, Senador.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Perguntaria ao Sr. Tarcísio Gomes de Freitas se gostaria de fazer alguma observação a respeito das perguntas.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Só com relação ao custo de projetos.

O DNIT é o gestor do Sicro, que é o sistema referencial de custos de transportes, e um dos trabalhos que nos cabe neste momento é verificar a confiabilidade do Sicro e procurar as melhores formas de fazer pesquisa, principalmente daqueles insumos que são mais significativos na obra e verificando efeitos do tipo escala. Seria interessante que nós pudéssemos, por exemplo, contar com o banco de dados da Secretaria de Receita Federal no que diz respeito a notas fiscais eletrônicas, nós teríamos uma visão muito correta do preço dos insumos no mercado.

Então, o aperfeiçoamento do Sicro é uma necessidade e, além disso, a incorporação ao Sicro dos custos dos outros modos. Já foi desenvolvido um estudo, o Estudo Sicro 3, que vai incorporar, dentro desse caráter multimodal DNIT, também custos ferroviários e custos para o modo aquaviário.

Com relação aos aditivos: acho que o aditivo não pode ser demonizado. Agora, a partir do momento em que tivermos melhores projetos, com certeza, vamos ter maior confiabilidade e menor necessidade de aditivos. É claro que, quando o planejamento de uma obra é feito, um cronograma é estabelecido, a mensagem que o cronograma nos dá é a probabilidade de a obra terminar num determinado prazo. Eventualmente, algumas coisas podem ocorrer, mas aperfeiçoando o processo de gestão de projetos, com um bom processo de gestão de riscos, a gente vai, aos poucos, mitigar esses problemas e diminuir a frequência de aditivos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço e passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr^a Presidente Senadora Lúcia Vânia, General Jorge Ernesto, Dr. Tarcísio Gomes, V. S^{as} talvez não tenham a dimensão do nosso entusiasmo e da nossa motivação com a indicação de V. S^{as} por parte da Presidente Dilma, que tem dado, a meu juízo, nas últimas semanas, uma demonstração inequívoca de determinação e vontade política para alterarmos um conjunto de procedimentos e rotinas que precisam ser alterados não apenas no DNIT, mas num conjunto de outros órgãos da República brasileira. Se tudo estivesse indo medianamente bem, as mudanças não teriam sido tão profundas como estão sendo. Seguramente, V. S^{as} não têm absolutamente responsabilidade alguma com nenhum dos fatos que foram denunciados nas últimas semanas, mas a nossa expectativa é que a chegada de V. S^{as} no DNIT possa representar um marco novo na história dessa importantíssima instituição para infraestrutura brasileira.

Então, eu os saúdo com enorme entusiasmo, pela perspectiva que temos da incorporação de novos métodos, novos procedimentos na gestão do nosso DNIT. Ainda assim preciso fazer alguns questionamentos porque essa é a nossa tarefa, e eu preciso exercê-la com muito respeito, mas com muita franqueza com V. S^{as}.

Começo por onde terminou o Senador Alvaro Dias, que abordou a questão dos aditivos nos contratos do DNIT. O aditivo, de per si, não é um problema, até porque a lei determina que o gestor público pode aditar em até 25%. Se a própria lei determina isso, a lei também trabalha a imprecisão como forma de se concluir uma intervenção, uma obra. O problema são os excessos. Se pegarmos os dados, verificaremos que, entre julho e dezembro de 2009, o número de aditivos aumentou em 53, ou seja, 309 milhões. De julho a dezembro de 2010, o que era 309 milhões foi para 787 milhões – o volume de aditivos em valores pelo DNIT. De janeiro a junho de 2011, já estamos com 354 milhões de aditivos nos contratos do DNIT. Constatações como uma estrada em Mato Grosso, cujo valor, em princípio, foi escandalosamente reajustado.

E a explicação do Ministro, que esteve aqui recentemente, foi, mais ou menos, a seguinte: quando a estrada começou a ser construída, estava previsto um total de 100 quilômetros. Com o andamento da construção, os 100 quilômetros se transformaram em 190 quilômetros, porque havia uma aldeia indígena no caminho. Olhem o nível de improvisação. Manifestação dita aqui por S. Ex^a o Ministro dos Transportes. Quero crer que essa improvisação esteja contribuindo altamente com esse conjunto de aditivos e com essa desorganização no órgão.

A pergunta é: como V. S^{as} pretendem enfrentar esses fatos que se acumulam não apenas na questão dos aditivos? O DNIT também começou a tornar prática aquilo que é exceção, que são contratações sem concorrência pública. Os dados dão conta de que o DNIT aumentou em 33%, de 2009 para 2010, o valor de contratos feitos por dispensa de licitação. Em 2009, o órgão ligado ao Ministério dos Transportes gastou 171, 4 milhões em 90 contratos que não passaram pelo processo de concorrência pública. Em 2010, 228 milhões foram destinados a empresas sem licitação em 80 contratos. As informações constam no relatório de gestão de 2010 do DNIT, enviado ao Tribunal de Contas da União. Na lista de contratações por dispensas de licitação, as fundações que atuam no gerenciamento, por exemplo, ambiental de obras rodoviárias amealharam as faturas mais altas. Em apenas quatro contratos, o DNIT gastará R\$45 milhões para gerenciamento ambiental de obras listadas no Programa de Aceleração do Crescimento. O mais caro contrato

de gerenciamento ambiental sem licitação, de R\$18 milhões, foi fechado com a Fundação Bio-Rio para os serviços de gerenciamento da BR-135 nos Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais. Assim, o que deveria ser uma exceção, porque a lei também estabelece as regras, as oportunidades e as circunstâncias que uma obra pode ser emergencialmente contratada, virou uma regra do DNIT. Inclusive, em meu Estado. A maior obra contratada sem concorrência pública foi em meu Estado, o contorno de Vitória, uma obra de aproximadamente R\$70 milhões.

A pergunta é como V. S^{as} pretendem fazer o enfrentamento dessas questões que dizem respeito à reputação e à credibilidade de um órgão da importância do DNIT. Volto a enfatizar a minha expectativa e o meu estímulo, pelo que li dos currículos de V. S^{as}, pelo que vi dos procedimentos e métodos que pretendem impor e incorporar na rotina do DNIT. Obviamente que a visão que o nosso General Jorge Ernesto incorpora de como ocupará as nossas superintendências regionais por serem braços efetivos, por serem os executores da política implementada pelo conselho do DNIT.

São essas indagações que gostaria de deixar para V. S^{as}, para que pudéssemos tornar claras não apenas as questões relacionadas aos aditivos que passaram, a meu modesto juízo, do limite, mas também da rotina de contratação sem licitação no órgão, sempre incorporando a visão de que crise é também oportunidade para mudança.

Essa é expectativa que temos, por isso cumprimentamos a Presidente Dilma pela indicação de V. S^{as}, pois não estão chegando ao DNIT por indicação política, não que tenha problema na indicação política. A indicação política tem problema quando não reúne a premissa básica da conduta ética e da capacitação técnica. E temos assistido, nos últimos anos, a uma banalização da indicação dos cargos do Poder Executivo, do Governo Federal, por conta disto que se chama de presidencialismo de coalizão. Percebemos que esse presidencialismo de coalizão evoluiu para um patrimonialismo, onde os ministérios foram apropriados pelos partidos, inclusive o meu – faço aqui uma avaliação crítica dessa questão. E acho que a Presidente Dilma, quando toma essa iniciativa, é na direção de recuperarmos a necessidade da meritocracia no setor público, como forma de darmos efetiva resposta ao contribuinte brasileiro. Diga-se de passagem que, no Brasil, paga-se imposto como poucos países.

Então, essa é a expectativa, esses são os questionamentos que faço, mas acompanhados de um enorme entusiasmo com a chegada de V. S^{as} no DNIT, para que possam não apenas fazer a faxina necessária, mas também incorporar novos métodos que possam

dar ao DNIT a dimensão da sua importância no campo da infraestrutura em nosso País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente Lúcia Vânia, General Fraxe, Capitão Tarcísio, dou as boas-vindas à administração pública, complicada, que os senhores terão que ter bastante paciência e perseverança e enfrentarão muito trabalho pela frente. Quero desejar a vocês e a todos que vão assumir os cargos no DNIT sucesso, porque o sucesso dos senhores é a nossa tranquilidade onde nós precisamos das obras.

Eu cheguei a Mato Grosso há 31, 32 anos, tempo em que já estou lá, naquela região. Quando cheguei a Mato Grosso, nós produzíamos em torno de 100 mil toneladas de carga, de produto agrícola naquele Estado. Passados 30 anos, hoje saem de lá, daqueles campos, 30 milhões, 32 milhões de toneladas de grãos, dependendo do ano, de São Pedro e de outras coisas mais.

Mas a estrutura rodoviária que nós temos, com exceção do corredor do Madeira – Amazonas – que o senhor conhece muito bem e que o Senador Eduardo também conhece muito bem –, com exceção daquele corredor, que hoje transporta por lá uns 5, 6 milhões de toneladas, o resto passa no mesmo carro em que passava 30 anos atrás, na mesma estrada, da mesma largura, da mesma capacidade de carga e tudo o mais.

Por isso só, nós podemos ter a ideia de como é difícil e quanto custa caro tirar uma produção de 1.500, 1.600Km dos portos que hoje se utilizam para o Sul.

Então, eu gostaria, junto com o meu entusiasmo da sua ida ao DNIT, de pedir ao senhor e a toda a equipe que não esqueçam, que não deixem em segundo plano o Estado de Mato Grosso e o Centro-Oeste brasileiro, porque, se há região que hoje cresce e está dando suporte à economia brasileira é exatamente o Centro-Oeste brasileiro. Não que o Sul não seja importante; é tão importante quanto o foi no passado. Mas o que nós temos de excesso e o que nós temos na balança comercial se deu exatamente na ocupação do Centro-Oeste e do Mato Grosso nos últimos 30 anos.

Então, General, o senhor conhece também muito bem, nós conversamos já um pouco sobre isso, a questão da BR-163, que é a saída para o Pará, em que será utilizado um corredor novo, que vai sair por Miritituba, Miritituba – Santarém ou Miritituba – Santana, ou Miritituba – Belém, dependendo do projeto de cada um que fará a navegação, das suas conveniências e da sua economia. Nós temos a esperança de que a região do médio norte mato-grossense – Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde –, possam ser brindadas, depois de todos esses anos, com a retirada de mil quilômetros

de estrada até a chegada num porto, que é o que vai acontecer com a BR-163.

No governo do Presidente Lula e agora, no Governo da Presidente Dilma, comandado pelo Luiz Antonio Pagot, que comandou o DNIT até pouco tempo atrás, essa BR-saiu do imaginário, saiu da promessa. Eu fiz três viagens de carro, desde Mato Grosso até Santarém, na primeira vez no ano 2000, e era um carro para andar lá. E eu vi e senti, conversando com a população às margens da rodovia, o quanto eles tinham esperança, no ano 2000, de que essa estrada pudesse ser construída ainda naquele período.

Não se conseguiu fazer lá, mas se conseguiu avançar agora. Como muitos disseram aqui: falava-se muito da estrada, da construção, da necessidade, verdadeiras bandeiras políticas no Estado do Mato Grosso e no Pará, mas, na realidade, nunca houve um único projeto de execução naquela estrada. Portanto, era muita conversa, colocavam recursos, inclusive, no orçamento da União, mas, no final do ano, estrategicamente, mudavam para outra região porque ali não havia projeto.

Então, eu gostaria de dizer a V. Sª que esta estrada, a 163, para Mato Grosso, é de vital importância, e que o senhor, ao assumir o cargo junto com os demais que vão assumir no DNIT, não desviasse a atenção dessa estrada. É uma prioridade do País, uma prioridade do Estado de Mato Grosso e do Pará, e uma prioridade da Presidente Dilma também que a gente possa concluir essa rodovia, assim como as outras que estão em construção no Estado de Mato Grosso, como a 242, as duplicações da BR-163, da 364.

O senhor pode contar conosco aqui, no Senado. Nós podemos ajudá-lo muito. Podemos ajudar a avançar, podemos ajudar a fiscalizar. Nós podemos fazer muitas coisas aqui para ajudar o DNIT e estamos à disposição.

Mas eu gostaria, como mato-grossense, como quem mora no Centro-Oeste e em parte da Amazônia, de que o senhor não deixasse de lado, não deixasse em segundo plano, não deixasse de olhar todos os dias, de dar atenção àqueles que estão construindo essa rodovia, que é de extrema importância para a economia brasileira, para a Região Amazônica, para Manaus, para a Zona Franca de Manaus, que ganha um novo corredor, porque sai de Manaus e vai até Miritituba, podendo ir de caminhão ou, depois, de trem de Mato Grosso até São Paulo ou coisa parecida. Então, é uma rodovia... Eu diria o seguinte: todas as rodovias são importantes. Qualquer estrada que você abra é importante, mas igual a essa, com a importância dela eu desconheço.

E gostaria também de dizer que, na questão levantada aqui, nas questões de aditivos, de projetos... Eu também, General, na minha vida de empresário, já construí muita coisa: fiz porto, estrada, ponte, escola, hospital, fiz uma série de coisas e nunca consegui terminar nada com o orçamento que foi previsto. Nunca! Não consegui. A gente pode fazer um comparativo com a nossa própria casa. Vai começar uma reforminha – olha o “já que tá” –: “Já que tá aqui, faz aquilo; já que tá isso, faz aquilo”. A gente não consegue fechar o orçamento.

Então, deixo registrado também que, em toda essa confusão que se armou, o termo aditivo parece que virou um sinônimo de corrupção, e não é verdade. O termo aditivo é necessário. O senhor deu várias explicações de que aditivo não é só de preço. Aditivo é de metas, é de prazo e de tantas outras coisas que se fazem e é necessário, sim, dependendo da qualidade do projeto, e os projetos nossos não são bons.

Eu, como Governador do Estado de Mato Grosso, visitei e acompanhei muitas e todas as obras que ali foram construídas. Briguei muito com os projetistas. Eles não têm a visão clara de como devem ser as coisas e de como devem funcionar. Hoje, funciona muito o Dr. *Google*. O cara tira uma imagem e quer fazer um projeto por aí. Não é assim. Tem que ir a campo, tem que andar. Então, as coisas são assim. O senhor vai ter lá muitas dificuldades – não tenho dúvida disso –, mas também terá muitas realizações, porque, a cada estrada que se abre, a cada buraco que se tapa, a gente está melhorando a qualidade de vida das pessoas, e é isso que interessa ao País.

Parabéns! Tenha sucesso e felicidades na nova jornada a que o senhor está sendo convocado, porque militar não se apresenta; militar é convocado e nunca diz “não”; sempre diz “sim”. E o senhor disse “sim” a esse momento que o Brasil precisa do senhor.

Parabéns!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só para contribuir com o Senador Blairo Maggi.

Eu dei aqui o exemplo dessa estrada em Mato Grosso que, em princípio, era de cem quilômetros e, depois, passou a ser de 190. Mas tem um caso também no Rio Grande do Sul de uma intervenção com um túnel. O custo da obra foi calculado com a brita que seria escavada do túnel e só depois se chegou à conclusão, porque não se fez a análise geológica, de que essa brita não seria adequada e necessária.

Então, a improvisação e a desorganização viraram uma constante, e tudo isso tem produzido, como consequência, o desgaste absoluto, entre outras coisas, no órgão.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu não havia prestado atenção, Senador Ricardo, no fato de que V. Exª tinha falado da questão de Mato Grosso. Eu conheço bem essa estrada, porque passa lá pela região de Sapezal, onde nós temos uma presença na área agrícola. Essa estrada faz parte do corredor do Madeira-Amazonas e foi construída para isso. De fato, lá tem uma reserva indígena de 70, 80 quilômetros, e os índios, na época, não permitiram a passagem. Mas essa história, essa mudança tem praticamente vinte anos que foi feita, e ela foi feita exatamente para contornar uma reserva indígena. Caso contrário, o Governo Federal não poderia fazer um pedaço de estrada, ligar, como se diz, nada a lugar nenhum. Quer dizer, ligaria, sim, a produção ao porto de Porto Velho e ao porto de Itacoatiara, mas não tinha uma sequência. O Plano Nacional Viário não aceitava. Lembro-me muito bem – isso já faz uns vinte anos – de que foi mudado o traçado da estrada, contornando toda uma reserva indígena, para poder fazer a estrada. Depois, quando virei Governador, numa conversa muito franca com os índios... A gente os conhece muito bem, eles eram muito amigos do meu pai, tem até um índio lá que se chama Blairo, de vez em quando eu o visito lá... A cacique Miriam, minha amiga, fala assim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Ainda não, ainda não é o cacique. Ela fala assim: “Blairo, sai para lá”, “Blairo, para cá”. Eu fico meio assustado, mas depois vejo que é o meu homônimo que está lá junto.

Então, essa estrada, depois, eu, como Governador, acabei, num grande acordo com os índios, com pedágio e tudo mais, nós construímos a estrada, que hoje está asfaltada. Se fosse hoje, não precisaria ter dado a volta, mas, infelizmente, na época, foi necessário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Minha cara Presidente, eu gostaria de registrar que este Senado da República já sabe de várias das virtudes do nosso querido Senador Blairo Maggi, agora de que ele tinha um homônimo cacique de uma tribo no Mato Grosso apenas hoje tomamos conhecimento.

Meu caro General Jorge Fraxe, meu caro Dr. Tarcísio Gomes de Freitas, eu gostaria de iniciar dizendo

que acho que temos que balizar essa questão do DNIT em dois momentos: passado e futuro.

Quanto ao passado, General, tenho certeza de que V. Ex^a haverá de tomar as medidas através dos órgãos de controle e deixar que eles tomem conta dessas questões do passado e tirar o aprendizado sobre os problemas existentes no passado para o futuro. E é a esse futuro que vou me dedicar nas colocações que pretendo fazer a V. Ex^a e ao Dr. Tarcísio.

Eu gostaria, antes, no entanto, de registrar a peculiaridade do currículo de V. S^a.

V. S^a conhece a Amazônia através da engenharia do Exército. E a engenharia do Exército é responsável por boa parte da infraestrutura que existe hoje na Amazônia. Se não fosse o BEC, o Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, a BR-174, por exemplo, não estaria, hoje, aberta e asfaltada. Se não fosse a engenharia do Exército, muitas das obras que existem na Amazônia jamais teriam saído sequer do papel.

Podemos discutir se era meritória ou não a Transamazônica, se era meritória ou não a Perimetral Norte, mas o fato é que ninguém detém melhor conhecimento da geologia, da topografia, das dificuldades e das características da Amazônia do que a engenharia do Exército Brasileiro, bem como a engenharia da Aeronáutica, em função da Comara, que exerceu isso em vários aeroportos no interior da Amazônia.

Portanto, o currículo de V. S^a e a experiência e o conhecimento da Amazônia já animam a todos nós, porque erros e questões históricas não resolvidas poderão ser resolvidas em função dessa característica da sua personalidade, do seu currículo e da sua carreira militar.

Em segundo lugar, quero destacar a longa trajetória que V. S^a tem no Exército Brasileiro, com capacidade, denodo, transparência e firme decisão no cumprimento das missões estabelecidas pelo Exército Brasileiro ao comando de V. S^a.

Quero dar este testemunho porque V. S^a comandou o BEC no Estado de Roraima, V. S^a esteve no Comando Militar da Amazônia importando, portanto, formações importantes na área de engenharia do Comando Militar da Amazônia, o que nos anima muito para que não se repitam erros históricos que têm acontecido por parte do DNIT e por parte de obras, seja de terraplenagem, seja de hidrovias, seja de infraestrutura rodoviária na nossa região.

Quero aqui também dizer a esta Comissão, a esta Presidente e aos Srs. Senadores que eu concordo com a colocação feita em relação aos aditivos. O problema é a banalização dos aditivos. O problema é saber que toda obra que se inicia não custa aquele preço con-

tratado. Está automaticamente aditada em 25%, no mínimo. Esse é o problema. O aditivo foi previsto na forma legal exatamente para poder suportar as diferenças que possam ser encontradas entre um projeto básico e um projeto executivo. Entendeu o legislador que 25% era um número tolerável nessa avaliação. Acontece que, por artifícios jurídicos, esses aditivos acabam se transformando em reajuste de preço, em realinhamento de preço, em aditivo de quantitativo, o que acaba fazendo com que o aditivo, que tem um limitador legal de 25%, acabe ultrapassando.

V. S^a foi com o dedo na ferida. Só há uma maneira de evitar isso em engenharia. Engenharia não é algo virtual. Engenharia é algo concreto. Se houver um projeto feito com boa qualidade e se houver dados e informações sobre o primitivo da obra, não há como inventar, porque número é número, matemática é matemática. Por mais que queiramos fazer um belo discurso, nunca conseguiremos fazer uma alteração em uma equação matemática. Portanto, se V. S^a conseguir melhorar a qualidade dos projetos e se V. S^a conseguir melhorar o gerenciamento e a fiscalização da execução dessas obras, V. S^a estará dando uma grande contribuição a futuro do Brasil.

Creio, Sr^a Presidente, que esta Comissão, a Comissão de Infraestrutura do Senado, deveria, a partir de hoje, ter como meta corroborar e emprestar apoio para que essas modificações nas exigências de projetos e na fiscalização de projetos e fiscalização das obras possam realmente acontecer.

Outra questão básica é a questão das tabelas de preços. Uma das questões que eu tenho percebido permanentemente é que um Brasil de tamanho continental com esse mapa que está em torno de V. S^a não pode ter preços iguais entre o Rio Grande do Sul e a cidade de São Joaquim, na Cabeça de Cachorro, na região do Calha Norte. A logística é completamente diferente. As distancias medias de transporte são completamente diferentes. A geologia é completamente diferente. Existem regiões na Amazônia que não têm pedra. Existem regiões na Amazônia em que o solo mole é praticamente oito, nove, dez metros da superfície que precisa ser enfrentada. Temos vários tipos de solo na Amazônia. No entanto, o Tribunal de Contas da União, quando vai fiscalizar as obras e quando vai fiscalizar os projetos, via de regra, o faz com uma tabela que não leva em consideração as peculiaridades e as características de cada uma das regiões. Isso faz com que a Secretaria de Engenharia e Fiscalização e Controle do Tribunal de Contas aponte superfaturamento em obras, mas algumas vezes também com uma informação que não é a informação real para execução da obra. Isso tudo fruto de que, quando fazemos as

nossas licitações neste País, quando aprovamos um projeto básico, com preço de referência, e colocamos em licitação e o Poder Público admite que aquele é o preço referência, o Tribunal de Contas não se manifesta, porque não há um redesenho em torno da tabela de preços compostos e unitários de engenharia dentro do Tribunal de Contas da União.

Gostaria de ouvir um comentário de V. S^a sobre essa questão.

Outra questão que me parece extremamente importante é colocar a V. S^a e ouvir de V. S^a qual é o posicionamento da nova Diretoria, caso V. S^{as} venham a ser aprovados, com relação às obras que continuam inacabadas na Amazônia.

Ainda há pouco, ouvimos os Senadores Ricardo Ferraço e Blairo Maggi fazerem colocações sobre algumas estradas, mas eu posso citar a V. S^a estradas que V. S^a conhece muito bem. A BR-174, que liga Manaus a Boa Vista – Boa Vista, portanto, à Venezuela – continua, no trecho do Estado do Amazonas, com situações muito delicadas de melhoria de infraestrutura e também de manutenção. Não é apenas a questão de implementação de novas obras, mas há também a questão de manutenção em alguns trechos. Como V. S^a sabe, há um trecho importante da BR-174 cruzando também uma reserva indígena, dos *waimiri atroari*, que nós conhecemos muito bem, em função, inclusive, da implantação daquela rodovia quando do enfrentamento que houve com aquela tribo indígena, que marca um período importante e histórico da Amazônia. Queria ouvir de V. S^a qual o tratamento a ser dado à BR-174.

BR-117. A BR-117 liga o Município de Boca do Acre, no vale do Purus, à cidade de Rio Branco, no Estado do Acre. A obra, no Estado do Acre, foi feita porque foi feito um convênio anterior, com delegação anterior, etc. O então Governador Jorge Viana, competentemente, conseguiu executar essa obra a tempo. Eu tive um pouco mais de dificuldade porque as minhas circunstâncias políticas eram adversas, portanto, só fui conseguir fazer esse convênio de delegação já praticamente nos dois últimos anos em que estava no governo. Só que nós estamos com uma situação peculiaríssima. General, não houve acordo com as duas reservas indígenas, portanto, a estrada, que tem 110km, está com a seguinte situação: dos 110, o projeto executivo e a licitação só levaram a cabo 100km; faltam 10km para poder interligar a rodovia, porque senão teremos uma situação *sui generis*, teremos 100km asfaltados, 10km sem asfalto e depois, da fronteira do Acre até Rio Branco, tudo asfaltado, até Rio Branco. Faltam 10km para concluir.

E dentro das duas comunidades indígenas, tem 30km, 20 em uma e 10 na outra, que, para o senhor ter

uma ideia, não chegou-se a um entendimento porque as compensações ambientais exigidas pelas comunidades indígenas chegaram a um patamar absolutamente irracional e que não teriam nenhum respaldo para a continuidade.

No entanto, o que nós percebemos foi uma certa omissão por parte do Governo Federal, mais precisamente do DNIT, para que nós pudéssemos concluir essa negociação. Se o Governo Federal pudesse fazer uma parceria com o Governo do Estado do Amazonas para que a negociação com essas duas comunidades indígenas fossem retomadas em um outro patamar... Tenho para mim que essa estrada é de uma importância muito grande porque ela interliga uma hidrovía importante, que é a hidrovía do Purus, com uma malha viária extremamente importante, que interligará o Brasil, através do Estado do Acre, com o Pacífico, interligando, portanto, o Polo Industrial de Manaus e a Calha do Purus a um novo mercado, que são os países pós-Andes no Pacífico.

Eu queria comentar com V. S^a também e ouvir de V. S^a a questão da BR-319, que, um dia já foi asfaltada. Eu tinha 18 anos de idade quando tirei minha carteira de motorista e meu sonho era poder pegar um carro, aos 18 anos, e sair de Manaus e chegar ao Rio de Janeiro de carro. Àquela altura, eu pude testemunhar que a BR-319 era asfaltada, Presidenta Lúcia Vânia.

Lamentavelmente, nós tivemos o desprazer de ver aquela estrada ser abandonada e destruída pelo abandono. E hoje, o nosso Estado não tem uma interligação rodoviária ou ferroviária com o resto do Brasil. Há grandes dificuldades de aprovação para o trecho que chamamos de terra do meio, entre Tupana e o Município de Humaitá – e V. S^a sabe o que quer dizer Tupana, uma comunidade acima do Município de Careiro Castanho -, porque todos os estudos de Eia/Rima têm dificuldades de serem aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Instituto Chico Mendes e pelo Ibama. Pergunto a V. S^a qual a alternativa que V. S^a pensa em utilizar para que possamos integrar Manaus com o resto do Brasil.

Finalmente, eu queria colocar duas questões, que inclusive foram base dessa matéria do *Correio Braziliense* com relação aos aditivos com a Codomar. Não está mais aqui o Senador João Alberto, para que eu pudesse tranquilizá-lo: não há nenhum convênio em função de obras no Estado do Maranhão. Àquela altura, o DNIT preferiu fazer convênios com o Codomar para executar obras no Estado do Amazonas, via Codomar. Portanto, esses aditivos de V. S^a com a Codomar foram todos de prazo, inclusive com uma empresa que, no Amazonas, foi decretada inidônea, exatamente porque, depois de todas as tentativas e

todas as tratativas, não cumpriu nenhum dos prazos e tivemos de decretar a inidoneidade dessa empresa. Mesmo assim, ela teve contratos novos assinados e aditivos etc. Mas essa é uma questão, como eu disse, para que os órgãos de controle analisem. Isso não diz respeito ao futuro e àquilo que queremos construir. No entanto, essas obras estão inacabadas e essas obras possuem erros de projeto. Por isso, os portos permanentemente têm problemas, inclusive um executado pelo Exército, que acabou sendo executado com um projeto equivocado. O Exército teve de voltar àquela cidade e refazer o porto, porque era um porto que ficava submerso. Era o primeiro porto submarino do Brasil! Ele passava seis meses do ano debaixo da água, Senador. Literalmente, debaixo da água. O retroporto ficava debaixo da água, tamanho era o erro e tamanho era a boa qualidade do projeto feito no Município de Parintins, um dos mais importantes Municípios do Estado do Amazonas. Obra executada pelo Exército brasileiro, com um projeto assim! Portanto, eu queria ouvir de V. S^a qual é o critério estabelecido pela nova diretoria diante dessas obras que envolvem, para que V. S^a e os Srs. Senadores possam ter dimensão, mais de 41 portos no interior do Estado do Amazonas, num total de 62 Municípios. Porto, para nós, é vital, porque o meio de transporte na Amazônia é a hidrovia.

Finalmente, quero colocar para V. S^a uma última questão: Plano Nacional de Dragagem Hidroviária. General, o Plano Nacional de Dragagem Hidroviária não contempla um rio da Amazônia, não contempla uma hidrovia da Amazônia! A hidrovia do rio Madeira, todos os anos, quando temos uma grande seca, tem três grandes pontos de estrangulamento que V. S^a conhece bem. Um deles é no estreito de Humaitá. Nenhum ponto de nenhuma hidrovia na Amazônia! E o DNIT não tem um plano de sinalização eletrônica das hidrovias da Amazônia! Enquanto isso, nós temos hoje a quarta maior produção de petróleo, com grandes petroleiros navegando em rios da Amazônia e transitando entre outras 35 mil embarcações de pequeno porte. São petroleiros de grande porte navegando entre pequenas embarcações. Na hidrovia do Madeira, são grandes balsas de soja navegando também numa hidrovia que hoje é responsável por quase 50% do abastecimento da cidade de Manaus, do polo industrial de Manaus e de mais de 50% da cidade de Boa Vista, porque, como V. S^a sabe, o grande entreposto de abastecimento de Boa Vista é a cidade de Manaus.

Como último comentário, desnecessário, porque V. S^a conhece bem, a sazonalidade na Amazônia impõe duas situações importantes: primeiro que só temos de quatro a cinco meses para trabalhar com terraplanagem e infraestrutura viária na Amazônia; segundo, o fluxo

de cheias e de vazantes dos rios impõe na questão da construção dos portos um cronograma que não dá para esperar sob pena de termos grandes prejuízos financeiros de dinheiro público, porque aquilo que foi feito acaba se perdendo, e nós estamos, neste momento, correndo o risco, General, de perder obras importantíssimas na calha do Juruá, porque, em função do que está acontecendo com o Dnit, as obras estão ou paralisadas, ou em risco de paralisar, porque não há fiscalização, liberação de verba e o rio, daqui a pouco, enche e vai levar todo serviço e todo dinheiro público pelo canal de macrodrenagem do rio Juruá.

Portanto, eram essas as colocações que gostaria de fazer a V. S^a, desejando êxito nesta missão e parabenizando a Presidenta Dilma pela correção e pela qualidade da escolha do Sr. General e dos demais diretores do Dnit.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O Senador Eduardo Braga falou aqui da banalização dos aditivos. É tema que eu também abordei, e eu trago aqui um exemplo que me parece escandaloso, General: o caso da duplicação da BR-101, do trecho catarinense de Palhoça à cidade gaúcha de Osório. Esse trecho recebeu um aditivo de 73% do seu valor original.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O que se debate não é a premissa legal dos 25%, o que se debate é a exceção que virou regra, a banalização que foi citada aqui contra a qual nós estamos aqui nos posicionando e pedindo que V. S^a pudesse detalhar um pouco mais o enfrentamento sobre essa questão. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como só há dois oradores, eu vou passar a palavra para os dois para que o General pudesse responder a todos.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, colegas Senadores, Sr. Jorge Fraxe, prazer tê-lo aqui, queria também cumprimentar o Sr. Tarcísio, desejar a ambos êxito nessa missão espinhosa. Tendo em vista que temos outros compromissos e a abordagem dos meus colegas foram densas, certamente vão exigir um posicionamento também bastante denso de V. S^a, preocupa-me muito as mudanças e esse processo todo, um tanto quanto traumático, vivido no Ministério dos Transportes nos últimos meses.

É uma área fundamental, estratégica para o País e nós já estamos no final de agosto, eu acabo de chegar nesta madrugada do Acre e eu penso que uma das questões fundamentais que V. S^{as} vão encontrar

é de como promover as mudanças necessárias, dar as respostas necessárias para a sociedade sem paralisar uma área tão essencial para o Brasil.

Eu estou convencido de que um dos maiores legados do Governo da Presidente Dilma será relacionado à infraestrutura do País, especialmente na área de transporte. Estou convencido disso. Ela reúne o conhecimento, as condições, cumpriu um papel fundamental no governo do Presidente Lula, de ser gestora das ações do governo, especialmente na área de infraestrutura, mas, se perdermos um ano, nós estamos falando de 20% do tempo necessário que a Presidente Dilma tem neste primeiro mandato...

Então, eu sendo representante de uma das regiões menos aquinhoadas com infraestrutura necessária, no caso a Amazônia, nós temos um problema grave.

Estamos no final de agosto, e as primeiras chuvas começam em setembro. Existe o risco, no caso da Amazônia, no caso de Estados como Acre, Rondônia e parte do Amazonas, de nós perdermos o ano por conta, primeiro, de um posicionamento adequado da Presidente Dilma, que, vendo a inflação ganhando força, estabeleceu um corte orçamentário de 50 bilhões no começo do ano. Esse corte foi necessário, mas trouxe sérios problemas. Acho que o Governo ainda não hierarquizou como descontingenciar o orçamento. E, se não criar um critério adequado que leve em conta as regiões Norte e Nordeste, nós, de novo, vamos penalizar as regiões que mais necessitam da ação e da presença dos investimentos públicos.

O Sul e o Sudeste, com todo o respeito, incluindo parte do Centro-Oeste, quando estamos discutindo infraestrutura, têm uma malha muito importante já. O déficit e a dívida do Brasil são exatamente com as regiões onde há os mais graves problemas – estou me referindo especialmente ao Nordeste e ao Norte –, tanto que a história já registrou a importância que o próprio Exército cumpriu ao longo dessas últimas décadas. No meu Estado, o Acre, foi uma presença, foi uma verdadeira epopeia que o Exército viveu. V. S^a conhece bem, é um profundo estudioso desse tema, mas o momento que o Brasil vive é outro.

Então, eu gostaria aqui de fazer uma primeira abordagem: como V. S^a vê a presença dos contratos do Exército brasileiro na Amazônia, no Nordeste especificamente? Eles devem ser ampliados? Porque eu entendo que o momento que o Brasil está vivendo é bem diferente daquele de trinta anos atrás. As necessidades estão exigindo um posicionamento para ontem por parte do Governo, e eu sei também o quanto débil é o orçamento das Forças Armadas hoje no País. O Brasil tem uma dívida com os orçamentos das Forças, que são tão requisitadas quando a gente enfrenta qual-

quer problema, seja um problema de defesa civil, seja um problema de ordem pública, seja um desafio de um socorro, de uma emergência na infraestrutura do País. Mas acho que temos que ter a coragem de enfrentar, e esta Comissão, Sr^a Presidente, é o lugar adequado.

Ou nós assumimos que há um descompasso entre as demandas de infraestrutura que o Brasil vive e o regramento que nós temos e que normatiza a ação de empresas e do próprio Governo e mudamos isso, alteramos, independentemente de ser Governo do PSDB, Governo do PT, ou o Brasil vai estabelecer uma situação de manter permanentemente sob suspeita o trabalho do DNIT e de outros órgãos tão importantes.

Nós estamos discutindo aqui – o Senador Ferraço, com propriedade, estabeleceu a preocupação com os aditivos, assim como o Senador Blairo e o Senador Eduardo Braga –, mas eu acho que o problema está mais em falta de transparência do que nos próprios mecanismos que nós temos. Está muito mais vinculado a uma maneira, a um modelo mental dos que fiscalizam e que não têm o propósito de auxiliar, como deveria ser e bem colocou o Senador Braga. Eles não têm o propósito de viabilizar a obra; eles têm o propósito de apresentar problemas.

Eu tenho um exemplo claro. O Ministério Público Federal no Acre fez uma das ações que ganhou maior repercussão no País, quando embargou uma obra do Canal da Maternidade. Era uma obra ainda no governo do Presidente Collor. Havia uma denúncia grave na área de saneamento de desvio de recursos, uma obra superfaturada. A obra tinha um custo de R\$100 milhões, mas o Ministério Público Federal, atuando no Acre, fez uma ação civil pública em que não prejudicou a obra. Ele zelou pelo interesse público, quando estabeleceu, na ação civil pública, que um novo projeto tinha que ser feito, uma nova licitação, estabelecendo um prazo rápido para que a população não ficasse prejudicada.

O objetivo era, de fato, alterar o custo da obra. E aí nós executamos a mesma obra por R\$22 milhões, pouco tempo depois, a partir de uma sentença judicial da Justiça Federal. Isso ficou afixado – eu fiz questão de afixar – nos tapumes da obra, dizendo que estávamos atendendo a uma decisão judicial para executar.

Quer dizer, o Brasil pode seguir esse caminho, mas não é esse o caminho que nós estamos seguindo. Da maneira como nós nos encontramos, teremos gravíssimos problemas nos eventos de maior audiência do mundo que o Brasil vai sediar nos próximos anos. Isso está evidente. Mas o mais grave é que nós podemos perder essa janela do tempo, histórica, para nos posicionarmos melhor do ponto de vista da atividade produtiva, da geração de emprego, passada essa crise mundial que volta agora, muito parecida, obviamente

com diferenciais importantes, com a crise... Mas, do ponto de vista do impacto, é muito importante quanto a de 2008/2009. Se o Brasil perder essa oportunidade de se posicionar melhor, perderemos uma década que pode ser decisiva para o Brasil se firmar como uma grande potência no mundo.

Queria reiterar a V. S^{as} o que o Senador Eduardo Braga estava dizendo: eu sei que nós temos que tratar na Ampac, mas não tem sentido. A mais importante estrada entre Manaus e Porto Velho hoje é a hidrovía do Madeira. E estamos chegando próximos de um período que vai limitar... O tempo de viagem vai praticamente dobrar e limitar também a carga, por conta dos problemas que a gente tem nessa hidrovía. E ela não entra nas prioridades para receber um melhoramento, de modo que possa manter o padrão de cargas e o tempo do percurso de transporte entre Porto Velho e Manaus. E boa parte do abastecimento do Acre depende dessa logística.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Eu me esqueci de abordar que o projeto do porto de Boca do Acre foi cancelado dentro do DNIT.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E esse é decisivo. Nós fizemos a BR-317 obviamente para fazer interligação com a cidade de Boca do Acre, mas o propósito é melhorar a logística de abastecimento e produtiva, fazer um sistema intermodal. Nós temos a BR-364 em a conexão com a 317, ligando com o Pacífico e com a hidrovía do Purus, que tem uma navegabilidade adequada para uma tonelagem muito melhor a partir de Boca do Acre rumo a Manaus.

Então são questões estratégicas para o País, muito bem desenhadas, que estão adequadas do ponto de vista ambiental também, de baixo impacto, e que vão agregar muito ao desenvolvimento daquela região.

Essa é uma prioridade. Os problemas vividos na 317, no trecho que falta, de menos de 100 quilômetros, têm que ser resolvidos imediatamente, sob pena de perdermos o ano de 2011, porque falta só mais um mês e é possível.

Então eu peço uma prioridade para V. S^a, que leve em conta.

A BR-364, do Acre, Governador Tião Viana empenhado, tivemos todo apoio, ao longo desses anos, do Governo Federal. Lamentavelmente a desinformação ou a má intenção de alguns, inclusive políticos do Acre, tentam transformar a BR-364 num caso que não seja de boa referência, quando eu tenho certeza e convicção ao dizer que é talvez um dos maiores exemplos de epopeia para se fazer uma estrada. Ou

alguém acha que tem como construir uma rodovia de 600 quilômetros sem ter uma jazida de pedra, por exemplo, a menos de 300 quilômetros do lugar onde se está fazendo a rodovia? Em alguns lugares chega a mil quilômetros. A pedra que a gente usa na BR vem de perto da Colômbia. São 47 dias de viagem de balsa. O transporte é muitas vezes maior do que o valor do metro cúbico de brita. O cimento que se tem que por, porque nenhum solo vermelho nós temos naquela região. E você tem que lidar com fiscalizações às vezes conduzidas por maus brasileiros que lamentavelmente ocupam cargos de funcionário público que desconhecem, querem buscar uma promoção fácil e cometem um abuso da autoridade pequena que eles têm, tentando transformar numa grande autoridade uma função pública tão nobre que é a de ajudar, e não atrapalhar o Brasil.

Estamos vencendo. A BR deve ficar pronta no ano que vem. Pela primeira vez na história do Acre nela vai haver tráfego o ano inteiro, entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco. O Governo Tião Viana está empenhado. Todas as pontes já estão feitas. São nove grandes pontes. Só para que se tenha uma ideia, são dezoito quilômetros de galerias. Somando-se todas, são quase três quilômetros de pontes e os rios são todos transversais.

Só queria dizer que essa estrada – estou avisando antes – corre o risco de se transformar em uma 319, basta que o Acre tenha um governo ruim, dissintonizado com o Governo Federal. Se não houver manutenção anualmente, em dois, três anos, ela poderá ser fechada e poderá ser destruída, como aconteceu com a 319.

Então, quero concluir pedindo que a gestão de V. S^a leve em conta as peculiaridades que o Norte e o Nordeste têm, especificamente, na região Norte, onde a sazonalidade, o clima, porque só temos... Alguns reclamam que para construir seiscentos quilômetros de estrada, da BR-364, está demorando doze anos, mas as condições são tão adversas que se tem que colocar toneladas de cimento no chão para dar alguma rigidez ao sol. Só quem não conhece é que critica, só quem não conhece o sofrimento do povo do Acre. Mas o pior é dizer que demoraram doze anos. Não, lá só se trabalham quatro meses por ano, o tempo em que é possível trabalhar. Os insumos têm de ir seis meses antes, quando há água nos rios, e o trabalho é feito em quatro dos doze meses do ano.

Então, no fundo, estamos fazendo uma estrada de seiscentos quilômetros, na Amazônia, uma das regiões mais complexar para que se faça uma rodovia, em menos de seis anos.

É óbvio que existe a opção de o Brasil trabalhar com rodovias na Amazônia, mas sou crítico e acho que deveríamos trabalhar com hidrovias, com ferrovias e

transporte aéreo e, só em último caso, com rodovias, mas, lamentavelmente, esse modelo equivocado, caro e ruim para o Brasil vem há quarenta anos.

Então, concluo desejando que V. S^a possa dar a dinâmica que o DNIT precisa manter, precisa ter na relação com o setor que trabalha na área, mas, especificamente, o Brasil não pode ficar refém de questionamentos por conta de deficiências que temos na legislação das licitações e até mesmo nos aditivos.

Somo-me ao Senador Blairo. Não conheço, nem privada, nem pública, nenhuma obra – e eu governei o Acre por quatro anos a Prefeitura da capital. Já fiz obra por valor menor que o previsto, mas, no valor planejado, é quase impossível de acontecer. Pode-se fazer por menos diminuindo metas, mas, normalmente, essas metas são ampliadas e tem-se que fazer por mais.

Então, isso não é sinônimo de corrupção, mas quanto mais transparência V. S^a der às ações do DNIT, aos aditivos, às liberações, mais tranquilidade terá para trabalhar e nós teremos também a tranquilidade de saber que o Erário público está sendo bem conduzido.

Sorte ao senhor, boa condução, que V. S^a ajude à Presidente Dilma a ter como um dos grandes legados de seu Governo, como ela deseja, uma melhor infraestrutura para o nosso País.

Obrigado.

A SR^a. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Jorge Viana.

Quero aqui registrar a presença do Deputado Luciano Castro, que nos honra com sua presença. Seja bem-vindo.

Com a palavra o último orador, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidenta, quero também me somar a essas manifestações, diria até, de expectativa associada ao contentamento de alguns desta Comissão em relação aos indicados.

Mas, antes, gostaria de fazer uma brincadeira. Se os dois indicados passassem por duas sabatinas dessas aqui, talvez nem precisassem fazer nenhuma, se todos os Senadores estivessem aqui não precisassem fazer nenhuma viagem. V. S^{as} já poderiam, efetivamente, assumir o DNIT conhecendo, pelo menos, a partir desse raio X.

Isso não é nenhuma anomalia. Contam aqui que os que vivenciaram, ou melhor, os que obtiveram informações dos que conviveram com Getúlio que, certa feita, Senador Eduardo Braga, num momento de crise, em uma grande reunião pilotada pelo Presidente Getúlio, ele suspendeu a reunião para atender a uma pessoa que trajava não roupas tradicionais de Brasília, da época, que talvez fosse terno de linho, ou me-

lhor, Rio de Janeiro, terno de linho, mas num terno meio de cano curto, todo apertadinho. E todo mundo olhava, olhava, e Getúlio, naquela conversa ali, dava um monte de gargalhada. Quando ele voltou, um dos seus principais assessores dirigiu-lhe a palavra e disse: “Presidente, uma crise braba como essa, a gente aqui discutindo e o senhor sai e fica dando risada ali com aquele sujeito que nem sei quem é? Parece mais um matuto.” Aí o Presidente respondeu: “Olha, o Brasil é ótimo, o Rio de Janeiro é legal, mas primeiro meu São Borja.” Foi ao que a gente assistiu aqui: cada um foi cuidando do seu São Borja.

Acho que é natural. E já que o São Borja foi tratado aqui, obviamente que o meu São Borja se encaixa, a minha Bahia, portanto, se encaixa, eu diria, perfeitamente nesse figurino já apresentado por V. Ex^a, Senador Ferraço. Não há diferença. Eu preferiria transformar essa expectativa minha muito mais num chamamento para a tarefa que os senhores terão pela frente. Vem num momento de mudanças radicais, principalmente de método, de forma, mudanças que, em minha opinião, devem ser acompanhadas de uma decisão nossa.

Eu estou defendendo e estou apresentando, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, um projeto, Senador Ricardo Ferraço, para que principalmente os dirigentes, o diretor-geral ou o presidente de órgãos que nós aqui sabatinamos venham à própria comissão que os sabatina, anualmente, prestar contas dos órgãos que dirigem. Fazemos isso com o Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Banco Central. Não precisa vir a diretoria toda, mas pelo menos, anualmente, o diretor-geral ou o presidente de agências, de órgãos como o DNIT deveriam voltar aqui, para a gente ver se, efetivamente, essas coisas que nós apontamos e que ouvimos dos senhores como compromisso para executar, se efetivamente nós promovemos uma troca de gestão, uma melhoria na gestão e não só uma troca de peças. Nenhuma desconfiança, mas a utilização de uma ferramenta essencial, que é a possibilidade de a gente ouvir, de viva voz, a publicação acumulada, obviamente, de atos patrocinados, dirigidos e comandados por V. S^{as} ao longo de toda uma trajetória no DNIT.

Então, quero ficar muito mais nessa linha. Os senhores são homens que, de certa forma, talharam a vida pública à medida que contribuíram em etapas decisivas do processo, na área de engenharia e de transportes, principalmente o Dr. Tarcísio, que teve a oportunidade de passar também ali um período, como analista, numa das áreas importantíssimas da fiscalização. Que os senhores tenham condições de colocar em prática várias coisas de que reclamaram a vida

inteira – publicização, a informação, a transparência –, relacionando-se sempre de forma franca, aberta.

É natural, eu não vejo nenhum bicho de sete cabeças haver alteração de contrato, mas é extremamente necessário que essas alterações sejam precedidas de um processo de explicitação pública, de conhecimento de todos, do porquê dessas mudanças.

E aí, mais uma vez, até para o Dr. Tarcísio, talvez seja muito mais interessante o senhor fazer agora lá no DNIT, para aliviar a vida dos que o acompanharam e que vão ficar na CGU. Em vez de a CGU ir catar computador onde quer que seja, a CGU pode, a partir do computador dela, acompanhar o que é que o senhor está fazendo no DNIT. Portanto, não precisaria ela esperar o momento de busca e apreensão para tentar saber que alteração o senhor fez, mas que, *on line*, essa CGU possa saber disso. O senhor leva uma responsabilidade e um compromisso de implementar aquilo que o senhor tentou fazer no outro lado, para que as coisas não se configurem assim: como mudou para cá, a prática também muda.

Então, que essa experiência que consagrou a CGU nesse curto espaço de vida como órgão capaz de fiscalizar seja inclusive aprimorada; que o DNIT possa devolver aos órgãos de controle, ao CGU, ao Ministério Público, à sociedade; que o DNIT possa efetivamente discutir isso.

Por que levanto muito essa questão aqui para os senhores? Porque parte dos projetos que às vezes nós julgamos importantes tem um nível de atendimento da pressão – que é legítima a pressão de Parlamentares, pressão de Governadores e de Prefeitos. Precisamos saber, em determinado momento... Não estou propondo que o DNIT abra uma campanha para saber se a obra serve ou não, mas também nós precisamos aprender a escutar a sociedade. O DNIT pode fazer isso. Não temos o DNIT em cada Estado? Não temos uma realidade posta, para a gente inclusive estabelecer esse grau de prioridade? Assim como serve – e aí foi uma questão levantada aqui, na semana passada, pelo Ministro Paulo Sérgio – a pressão da sociedade para justificar que se alterou um contrato porque ali o adensamento populacional encontrou uma nova estrada, um contorno, e se instalou.

Então, era necessária a construção ou de viadutos ou de passarelas, elevando o valor inicial. Se essa sociedade é utilizada como mecanismo de justificativa – nesse caso, estou reafirmando plausível inclusive –, por que essa sociedade não pode servir também como elemento de orientação ou no momento inclusive de ausculta para saber se aquilo é o desejo dela ou não?

Então, não estou propondo que o DNIT abra uma divisão de audiências públicas. Mas o DNIT, Senador

Eduardo, tem condição de saber o que o senhor disse aí. Porque, de repente, o DNIT vai executar um porto que, depois, vira um porto submarino, quando as informações podiam ser utilizadas inclusive antes, para dizer: não dá para tocar esse projeto, porque essa ou aquela variação climática impõe a esse ou àquele rio uma situação que vai transformar esse equipamento em um equipamento, durante longo período, completamente inadequado. Então, esse é um desafio. Não é um desafio de tocador de obra. O tocador de obra os senhores vão ter na ponta. Esse órgão é um órgão que faz licitação, e quem executa obra não é da estrutura de Estado, são empresas.

Portanto, o trabalho mais importante é como os senhores vão fazer essa ligação. Os senhores estão conscientes de que é importante que conheçam de obra; é importante que conheçam de estrada; é importante que conheçam inclusive qual é o desenho dessa nossa geoeconomia, para permitir exatamente uma tomada de decisão sobre o que é prioritário. Agora, é fundamental que tenha uma visão muito mais pautada para essa coisa da gestão, da responsabilidade. Os senhores vão pilotar o maior orçamento. Por isso, acho que essa cobrança é fundamental. E os senhores chegam a um momento com um grau de apoio, eu diria até com uma estrutura montada que é positiva. Então, os senhores vão ter apoio e respaldo. Mas chegam também com uma tarefa que eu poderia chamar de quase que ingloria, porque há um simples desnível, e isso pode efetivamente colocar nossas expectativas e o desejo der todo mundo por terra. Não estou querendo, antecipadamente, crucificá-los nem cobrá-los de nenhum tipo de desempenho. Mas que os senhores saiam daqui hoje imbuídos de que são homens públicos e vão para funções públicas. Acho, Ferraço, que você colocou muito bem: apesar de serem técnicos, os senhores estão chegando a esse cargo pela política. Essa é a diferenciação. Porque todo mundo fica também tratando esse negócio da política como se fosse uma lepra. Os senhores estão chegando a esse cargo pela política. Se não tivesse a política, os senhores não estariam aqui neste exato momento, até porque quem aqui está sabatinando vem disso. Eu não estaria aqui como Senador se não fosse pela política. Quem os indicou o fez depois de, pela via da política, conquistar um mandato popular. Então é pela via da política. Por isso estou fazendo questão da volta.

Vou ser muito sincero, minha missa é de corpo presente. Temo muito porque o sabatinado vem aqui, a gente sabatina, na hora tem uma jura de amor, mas depois que o sujeito vai para lá, tem mandato, ele diz: “Um abraço. Saudações. Já fui.” Essa estrutura termina tendo um peso como se fosse algo extremamente

superior. Eu continuo com a mesma posição. Acho que os cargos dos senhores são de estrutura de Estado e não de estrutura de governantes, nem de governos. Os senhores podem inclusive perpassar governos; óbvio que o cargo depende de indicação, mas estão numa estrutura que tem – cada vez mais, Ferraço – que ser preenchida por gente de Estado. Porque nós passamos; daqui a oito anos... Mandato de Senador até dura muito, mas são só oito anos; daqui a pouco acaba. Veja aqui o depoimento do Ministro Paulo Sérgio. Ele tem 38 anos de carreira pública. Isso é o mais importante. Essas figuras vão ficar. Então acho que a gente tem a obrigação, e essa é a diferença dessa coisa a que me referi aqui citada pelo Ferraço que temos que transformar, ainda que a indicação seja a partir da política, porque é depois do processo eleitoral, nós temos que zelar para que essa indicação obedeça, no maior índice possível, a orientação a partir de uma estrutura de Estado.

Eu me lembro quando discutíamos a questão da Anatel, os debates de criação de agências no Brasil, não só Anatel – naquela época eram Anatel, Aneel, ANP –, e eu tive oportunidade de visitar o Estado inglês; fui ver a reformulação. O Estado inglês havia criado uma agência. Eles haviam feito, desde a época de Margareth Thatcher, a tal da desregulamentação da economia, montaram lá uma agência. Fui lá ver. O sujeito da estrutura de Estado chegou para mim e disse assim: se você pegar as variações de cargos de Thatcher, depois de John Major e Toni Blair até aqui, o senhor vai encontrar variações muito pequenas. Tem gente que está no comando da estrutura de Estado desde a época da Margareth Thatcher. A filosofia mudou com Toni Blair de conservadora para trabalhista. A estrutura do Estado inglês é a estrutura do Estado inglês, me dizia lá o sujeito do hoje Ofcom, que é o órgão de regulação do Estado inglês.

Esse servidor do Estado tem obrigação de tocar as ações de Estado e não a fidelidade dele a Thatcher ou a John Major. A mesma coisa para os senhores. Os senhores devem respeito a quem os indicou. A Presidência da República tem que ser tratada com respeito, mas os senhores devem, neste exato momento, um compromisso maior com o povo brasileiro, com a estrutura de Estado. É isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Walter.

Quero dizer, general, que quem se senta nesta mesa aqui pouco pode defender o seu São Borja. E eu quero dizer a V. Sª que o Senador Blairo já colocou aqui a importância do Centro-Oeste. Então eu pediria a V. Sª que olhasse com muita atenção a BR-060, que

está sendo duplicada e que atinge a área produtiva do Estado de Goiás.

Declaro agora aberto o processo de votação, informando aos senhores Senadores que já se encontra sobre a mesa a cédula de votação devidamente rubricada.

Passo a palavra ao general Jorge Fraxe para que responda às questões colocadas.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vou começar pelo Senador Ricardo Ferraço que nos colocou aqui algumas somas de aditivos bastante consideráveis – não é, Senador? – e contratações sem licitação.

Tenho um princípio comigo de que o dinheiro público deve ser tratado conforme determina a Lei nº 8.666, Lei de Licitações e Contratos.

Essa questão da relação do DNIT com a Fundação não conheço, porque não cheguei ao DNIT, mas, de pronto, para V. Exª, a minha resposta é a seguinte: licitar, contratar por licitação. Essa é a minha resposta de pronto. Não estou analisando o mérito disso. Não sei. A minha ideia é a seguinte: tratar somas altas de recursos em caráter de emergência... Emergência significa algo não desejado, não programado, não previsível, não esperado e acontece, normalmente, por desastres naturais, mas tem um tempo de duração. Passado o tempo previsto de 180 dias, deixou de ser emergência.

Realmente, não tenho como abordar o mérito de cada uma dessas questões, mas a minha questão de pronto é a seguinte: gestão ambiental é previsível, não é emergência.

Aliás, me permitam, vou trazer aqui o que estudei, aprendi e estou procurando dentro da maturidade gerencial aplicar. Todo empreendimento tem uma tríplice restrição. Não é um projeto de *design* é *project*. Todo empreendimento, então, tem que ter uma tríplice restrição: prazo, escopo e custo. Sempre haverá essa tríplice restrição. Isso vai resultar, primeiro, em um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental. É o conhecido EVTEA. Nesse EVTEA vou determinar, inclusive, um gerenciamento de risco: Que grau de risco esse empreendimento vai ter para obter sucesso? Que valor agregado vai oferecer à sociedade? E sai a decisão de fazer alguma coisa. Essa alguma coisa tem que ter projeto. Esse projeto tem que ser detalhado, é um projeto executivo, incluindo não só a parte da engenharia. Dependendo do tipo de projeto, as interferências nele são mais caras que a própria engenharia. Isso acontece. Por exemplo, no componente ambiental, quais são as áreas de preservação permanente, de preservação ambiental, as reservas indígenas, e aqui foi citado o exemplo, os parques nacionais.

Senador Eduardo Braga, a BR-307, que liga São Gabriel da Cachoeira a Cucuí, passa dentro do par-

que nacional do Pico da Neblina. Sabe qual a situação hoje dessa rodovia? É a seguinte: não se pode fazer nada dentro dela, porque a legislação que criou o parque nacional proíbe qualquer exploração dentro dela. Como vai conservar a rodovia, se não pode explorar nenhuma jazida?

Estive reunido, Senador com o Instituto Chico Mendes...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Mas a posição do Instituto Chico Mendes, General, a meu juízo, está equivocada. Há inclusive uma discordância entre a posição do coordenador do Instituto Chico Mendes de São Gabriel, que é contra a estrada, e a posição de alguns técnicos, dentro do próprio Instituto Chico Mendes e do Ministério do Meio Ambiente, que conhecem o estudo que foi feito e que inviabiliza por completo a qualidade de vida de boa parte das comunidades indígenas, se essa estrada não for executada.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vejo ali como uma solução simples um projeto de lei desafetando a rodovia do parque, porque a rodovia inclusive deve servir como equipamento para o próprio Instituto fiscalizar o parque. Então, veja, as interferências...

Na BR-101, Nordeste, Senador, realoquei mais de 130 mil famílias que ocupavam a faixa de domínio da rodovia. Tinham famílias analfabetas. Tivemos que tirar documento, ser os tutores da conta bancária para buscar um contrato para comprar algum imóvel fora da faixa de domínio para realocar aquela família se reveste de um grau de complexidade que não simplesmente colocar as máquinas e ir fazendo o serviço. É muito mais que isso, principalmente em áreas próximas a núcleos urbanos. Se isso não for muito bem estudado, muito bem avaliado, vão vir os aditivos, e de toda natureza. É preciso ter estudo completo do empreendimento, não só o estudo de engenharia, mas de seu componente ambiental, da interferência das concessionárias, água, esgoto, energia elétrica, rede lógica, cabo de rede lógica.

Para os senhores terem uma ideia do que acontece no remanejamento de uma rede de energia elétrica, quando se duplica uma rodovia, a concessionária tem que construir uma rede nova, energizar a rede nova para poder desenergizar a rede antiga, senão compromete hospitais, centros cirúrgicos, supermercados e tudo o mais.

Assim, o estudo do desenvolvimento de um empreendimento, para se buscarem os recursos necessários a ele, requer uma participação não só de engenharia, mas de órgãos ambientais, concessionárias que têm que entender qual é o tamanho desse projeto e quanto ela vai gastar, a companhia de água, a companhia de eletricidade. Ela diz: “Mas no meu orçamen-

to desse ano não está previsto. Preciso prever isso no meu orçamento.”

O aeroporto, a ANAC diz que não pode parar agora a pista, porque a aviação comercial precisa de um prazo para rever os seus contratos comerciais. Então, o mercado precisa de um tempo para reagir às demandas de uma obra.

Concordo plenamente com a questão do aditivo. Não podemos banalizar o aditivo, mas também não podemos demonizar. Nem banalizar, nem demonizar. Como isso se evita? Através de um estudo completo e detalhado de todos os *stakeholders* envolvidos no empreendimento.

Com relação a essa questão da Fundação, já lhe disse: sem estudar o detalhe e o mérito, a meu ver, é licitar, contratar por licitação. É a minha primeira posição. Vamos estudar cada caso. Aqui está o candidato a Diretor Executivo, que é o responsável pela área de licitações e contratos, na estrutura regimental do DNIT. Vamos aprofundar o assunto com muita atenção e com muito cuidado.

Não sei, acredito que tenha atendido as inquietações de V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com base na intervenção do Senador Walter Pinheiro, Presidente, ouvindo a Comissão, por que não transformamos o dia 23 de agosto no dia anual em que estaremos recebendo aqui a diretoria do DNIT para que possamos, no tempo, uma avaliação de tudo o que estamos aqui debatendo?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Será aceita. A Secretaria registrará a data e, no ano que vem, se Deus quiser, estaremos ouvindo o General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu, até quando conversava com a Senadora Lucia Vânia, a uns dias atrás, e o Senador Ciro, se não me engano, disse a ele o seguinte: Senador, o Diretor Geral do DNIT tem que estar pronto a responder qualquer questionamento desta Casa a qualquer dia e a qualquer hora, independentemente de requerimento. É meu dever. Os senhores podem pegar o telefone e dizer: General, eu quero saber o que é que está acontecendo assim e por que está desse jeito. E eu tenho que procurar. Agora, se nós formos transparentes no DNIT e colocarmos tudo de forma proativa e antecipada, eu acredito que nós vamos fazer o nosso trabalho e dever de casa. Essa é a nossa ideia.

Agora o tempo mínimo de reação que eu peço a V. Ex^a é de, pelo menos, 180 dias, seis meses. Eu preciso de seis meses para começar a concretizar os resultados que queremos na reengenharia do DNIT, porque nós temos dois grandes desafios: um, tocar o

que está contratado, o que, se considerarmos os restos a pagar de gestão 2011, beira os 14 bilhões. São 14 bilhões de problemas, porque toda obra é um problema. Não existe obra sem problema, e é problema todo dia. Só isto, por si só, já é um desafio hercúleo: gerenciar essa soma de dinheiro público buscando transparência e correção no trato dessa soma de recursos.

Agora vou ao Senador Eduardo Braga.

Senador, minha família está em Manaus. Somos seis irmãos. Sou roraimense, neto de imigrante sírio, nascido e criado no lavrado nas florestas do Caracará e Mucajá. Conheço, graças a Deus, a Amazônia um pouquinho, e corresponde praticamente a 45% do território nacional. Lugar onde a distância não se mede em quilômetros, mas por dias de viagem. É muito interessante isso. Ninguém pergunta: qual é a distância daqui a tal lugar? São quatro dias, cinco dias, dez dias. A vida na Amazônia é regida pelo regime das águas. Nada se faz na Amazônia que não seja no regime das águas, porque os bens e as pessoas circulam nas águas. A maioria dos bens e pessoas circula pelas águas. Até hoje, se você chegar a Manaus de noite e ligar a rádio Baré ou a rádio Rio Mar e verá o momento dos avisos: “Atenção, D. Maria, o João vai passar no barco tal, no dia tal, a tal hora. A senhora se prepare para receber.” A comunicação é pela rádio AM. O regatão para nas comunidades: faz trocas, leva pessoas, recados e tudo mais, convites... Assim é a vida na Amazônia.

A Amazônia é um Brasil diferente, é um Brasil que nós temos que saber planejar com muita sabedoria. Eu acredito que tem determinadas áreas da Amazônia hoje, que dias efetivos de trabalho já não chegam mais nem a cem, porque as chuvas se aproximam aí.

Então, V. Ex^a falou com preocupação, e isso todos tinham que estar sabendo, sobre a sazonalidade do Brasil. O Brasil são vários continentes, vamos dizer assim. Quando está fazendo frio num lugar, a água está caindo noutro e a seca está caindo noutro. Para cada local desse, tem que haver um cronograma de obra diferente.

Quero dizer uma coisa aqui muito interessante. “General, as obras do PAC estão atrasadas e tal e tal.” Bom, eu fiz, com um determinado parceiro, uma crítica ao cronograma dele, porque ele colocou, no cronograma da obra, 15 horas de rendimento no trabalho. Eu disse que não iria cumprir. Eu tenho mais de 20 anos nessa lida, meus senhores. Quando o cronograma coloca 6 horas de trabalho diário, não é de trabalho, é de um produto que corresponde a 6 horas ininterruptas de trabalho. Então, seis horas de um cronograma é de um produto com uma meta de 6 horas. Para eu, no final do dia, entregar um produto equivalente a 6 horas de cronograma, aquele pessoal que está naque-

le canteiro de trabalho tem que estar ali, no mínimo, doze, senão não entrega o produto. Sabe por quê? Eu vou dizer o porquê: qual é o operador de máquina que fica seis horas ininterruptas numa escadeira, numa moto niveladora, ou um motorista de carreta, caminhão basculante? Nenhum! Ele tem que ir ao banheiro, fazer várias necessidades, tem que almoçar, tem que dar uma respirada no almoço, tem que merendar, tem que abastecer a máquina de combustível, tem que lubrificar a máquina. O serviço para porque a topografia tem que medir; o serviço para porque o laboratório tem que extrair material para conferir se o serviço está no grau de umidade ótima, se o corpo de prova atende à resistência planejada de projeto. Consequentemente, para ele apresentar um produto equivalente a 6 horas de cronograma, ele fica 12 horas no canteiro. Então, vamos dar um choque nesse negócio aqui, no DNIT. Cronograma com dez horas significa que a empresa fica 20 horas no canteiro para apresentar rendimento. Quando o projetista me colocou o cronograma de obra e disse assim: “Não, aqui são 15 horas por dia.” Eu falei: “Meu filho, o dia não tem 30 horas, só 24 horas”. Esse é o problema!

Então, não podemos tratar a obra com um cronograma político, a obra tem que ter um cronograma técnico. A negociação da obra é política, mas o cronograma da obra é técnico, porque produtividade não é milagre. Essa é a questão. Um dos pontos de grande discussão e que gera aditivos é este: planejamento de uma obra com premissa falsa, que é o cara render com a máquina 20 horas, 15 horas ou 10 horas sem parar, mas ele não consegue fazer isso. Tem mais, de 12 meses do ano, quantos meses chove? Não é só na Amazônia, Senador. Tem lugar no Nordeste que, em um dia, choveu 110 milímetros. Então, em quantos meses do ano... Cadê os dados estatísticos da pluviometria? Isso é inteligência operacional. Para no Natal e no Ano Novo; para no Carnaval; para na Semana Santa. A legislação trabalhista impõe limites. Enfim, um cronograma de uma obra tem que considerar os dias efetivamente trabalhados.

Criei uma máxima no Exército: prazo de projeto não é calendário cívico. Quando o projetista elabora um cronograma daquele projeto, considerou dias efetivamente trabalhados. Quis saber quando é domingo, quando é dia Santo, quando é dia de São João, de São Pedro, Natal, Ano Novo, Carnaval... Por quê? Porque não sabe quando é que vão fazer o projeto. Então, ele calcula produtividade e coloca ali, é aquilo ali. O que é que cabe a nós, que somos os gestores? Quando vamos contratar esse empreendimento que tem um projeto executivo, temos que discutir aquela região do empreendimento: como é o regime pluvi-

métrico; quais são os grandes feriados em que lá não se trabalha mesmo – e não adianta querer dizer que vai mudar a cultura daquela região, pode esquecer –; quais são as interferências que eu preciso começar antes da obra; que demanda de prazo vai exigir? Depois de todo esse estudo, vou fazer um cronograma, vou fazer uma simulação desse contrato, vou colocar todas as variáveis na simulação e chegar a uma conclusão de qual é o prazo para fazer essa obra e somente aí é que vamos contratar a obra, porque não vai ter tanto aditivo assim. Então, essa é a grande questão que eu estou falando sobre essa questão das obras.

Com relação, Senador, ao plano nacional de dragagem, como não chegamos ao DNIT, fico na dívida. Tarcísio, por favor, anote isso aí. *(Pausa.)*

O Adão está sentado ali e vai fazer a prova oral dele aqui, talvez ainda durante a semana. É o Diretor Aquaviário do DNIT. Vai ficar navegando nas hidrovias. Ele terá que nos apresentar, sim, que história é essa de Plano Nacional de Dragagem, que eu não conheço. Vai apresentar para todo o DNIT e vai apresentar ao Senado, sim, uma resposta sobre por que não tem nos rios da Amazônia.

O que entendo por uma hidrovia? Hidrovia é sinalização, dragagem, derrocamento, quando necessário, e contenção de margens. Isso é hidrovia. É preciso assegurar ao mercado, ao empresário que vai investir qual é o calado que ele vai contar o ano inteiro. Por quê? Porque ele vai contratar, construir as barcas, os comboios dele e tem que ter um mínimo de segurança para poder investir e ter retorno.

Quero dizer aqui, e o Senador Viana já até se ausentou, que mercado é patrimônio brasileiro. Mercado nacional é patrimônio. Temos que fazer com que esse mercado cada dia mais se fortaleça, através das obras.

Com relação à BR-319, Senador Eduardo Braga, em 1974, eu andei nessa BR-com asfalto zerinho. Saí de Agulhas Negras, num fusquinha, e cheguei a Manaus. Saí dia 7 de dezembro, de Agulhas Negras, e cheguei às vésperas do Natal, em Manaus, dia 24. Passei por ela com asfalto zero. Com muita tristeza, vemos um grande patrimônio desse acabado, destruído. O que é que está acontecendo com aquele meio que o senhor disse? O IBAMA disse que precisa de um mínimo de garantia para liberar as obras. Qual é o receio dos órgãos ambientais? Liberar a construção da rodovia e, de repente, não haver uma política de disciplina de ocupação de área, de atividade econômica, e saírem destruindo aquela floresta bonita que está lá?

Há um estudo da Rodovia do Olingo com uma proposta de monitoramento ambiental, de portais ambientais com postos integrados de fiscalização. Esse estudo já está no mais alto nível da República. Tão logo

isso seja decidido, acredito que, com a concretização da rodovia, considerada como uma rodovia parque, o órgão ambiental deverá liberar o restante dos lotes. Eu estarei particularmente empenhado em dar continuidade a essa tratativa com os órgãos ambientais, tanto com o IBAMA como com o Instituto Chico Mendes. Para essa rodovia, o Exército brasileiro, por intermédio da Diretoria de Serviço Geográfico, está realizando a demarcação de 12 milhões de hectares – são 12 milhões de hectares –, a área entre o Purus e o Madeira. Toda ela está sendo demarcada, inclusive com placa na copa das árvores, para que, no regime das cheias, as pessoas leiam, na copa das árvores, em uma placa, que ali é uma unidade de conservação. O Exército já fez 95% desses 12 milhões de hectares de unidade de conservação para o Instituto Chico Mendes. Então, eu acho que falta pouco para nós conseguirmos a liberação ambiental dessa rodovia. Será um compromisso do DNIT buscar a solução final para isso, assim como buscar, com apoio da bancada do Amazonas a desafetação da 307, do Parque Nacional. Conto com o apoio de V. Ex^a e de toda a bancada do Amazonas.

Com relação a essa questão da FUNAI com o IBAMA para a Boca do Acre, realmente nós vamos ter que buscar a solução no mais curto prazo. O Exército brasileiro tem uma história junto da população indígena e vamos buscar atender as necessidades da Amazônia consertando e construindo soluções com IBAMA e com a FUNAI.

Muito bem, ainda aqui agora, com relação ao Senador Jorge Viana, que saiu, mas tinha uma preocupação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – General, com relação à questão dos portos que estão inacabados.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Assim como eu rescindi, encerrei o convênio com a Codomar, em março... Eram aqueles 14 aditivos, um para cada porto, e dei um prazo noventa dias para a Codomar encontrar um parceiro para fiscalizar. Vamos ter que buscar junto a quem tem a gestão desses portos, se tem alguma coisa com a Seinf, do Amazonas, com prefeituras e com outros órgãos, o seguinte: uma avaliação imediata do estado da arte. Para as empresas que não estiverem respondendo, os estaleiros ou o estaleiro que não estiver respondendo, é o caso de simplesmente rescindir o contrato. Inventariar o que está feito e partir para uma licitação para concluir o que falta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – General, apenas para contribuir, com V. S^a sabe, os altos rios da Amazônia têm um regime hidrológico diferente dos médios e baixos rios. Grande parte desses portos está nos altos rios, acima do ponto médio, como

é o caso de Eirunepé, como é o caso de Carauari, etc. Eu sugeriria a V. S^a, tão logo pudesse entrar em contato com os órgãos gestores – e são diversos, a própria Codomar é o órgão gestor de alguns desses portos...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu sei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– ...as Prefeituras são órgãos gestoras de alguns desses portos e o Estado, através da Seinf, também é gestor de alguns desses portos. Apenas estou colocando isso para V. S^a porque eu acabei de fazer uma visita aos altos rios e fiquei assustado com o prejuízo que o erário brasileiro pode ter se nós não tomarmos uma providência imediata em algumas dessas áreas.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu digo a V. Ex^a o seguinte: se nós passarmos nas nossas provas aqui, inclusive o Adão... Ele vai pegar uma mochila e partir para lá. Sem intermediários, ele vai, um por um, avaliar e apresentar um relatório: quais são as decisões imediatas para que este erro não se propague e não se torne um erro cada dia mais caro ao erário. Faremos um relatório, Adão, sobre essa questão da Amazônia para o Senador.

Aqui tem algo muito interessante que eu gostaria de colocar sobre os portos fluviais da Amazônia. Eles são flutuantes. Dependendo do rio, têm que ser flutuante e deslizante, porque, quando a vazão é muito grande, ficam a 1 km da água, e aí vem um trabalho chamado de poitagem.

O que é isso, o que é uma poita? A poita é um peso, normalmente de concreto, que fica no fundo do rio. É colocado lá dentro do rio e localizado com GPS. Fazem-se cruzamentos. Há cabos dele no flutuante. Como os rios sobem e descem diariamente – o regime das águas sobe e desce diariamente na Amazônia, e as oscilações às vezes são muito grandes –, os operadores desses portos têm que saber muito bem quando solecar e quando tesar, porque, com a própria operação para manter o flutuador alinhado e dentro do nível da água, compatível com a operação da lemea – dos limites de cheias máximas e mínimas –, o que é que pode acontecer? O operador estraga o flutuador. Ele pode rasgar o flutuador. Se ele deixar que o rio suba sem ir lá e solecar o cabo, ele rasga. Então, existe uma ciência...

Essa cultura do terminal hidroviário fluvial é muito *sui generis*. As pessoas têm que amar aquilo, não é, Senador? Têm que tratar aquilo como se fosse algo da sua casa. É desse jeito. São 24 horas por dia olhando o porto, e não pode ser diferente.

Esse projeto tem que buscar quem vai receber, Adão, cada porto. A Prefeitura vai receber? Ela tem suporte logístico e financeiro para bancar uma equipe que vai operar o porto e fazer a manutenção do porto?

Haverá, por exemplo... Fiz um dia desses um desenho, Senador, sobre um defletor, porque o senhor sabe que os rios da Amazônia, pela calha não estar muito bem definida, são aluviões recentes na formação geológica da região, descem muitos balseiros. Senhores, desce lixo, vegetal e tudo e você caminha em cima. Se não cuidar, aquele lixo se acumula e leva a estrutura do porto. Então há que se desenvolver e, se puder, usar até a Ufam, engenheiros ambientais da Ufam, para desenvolver um tipo de defletor, talvez com boia porque, como o rio oscila, não pode ser defletor fixo, tem que ser defletor com bóia; talvez boia e redes metálicas, para que eles façam uma deflexão do lixo e desviem o lixo ao largo, antes de bater na estrutura de porto. Esse foi um pensamento que eu tive há mais ou menos dois meses. E nós precisamos urgentemente desenvolver essa tecnologia de defletores, a exemplo do que eu aprendi com o exército norte-americano, na hidrovia do Mississippi-Missouri. Lá, nas curvas de rios, eles usam o defletor para evitar o derrocamento e as erosões das margens. Podemos transportar esse conhecimento para a proteção das estruturas de portos. Essa é uma notícia que trago a V. Ex^a, e o Adão já sabe que vai ter que pesquisar muito. Mas o Adão é muito competente e gosta disso. Tenho certeza de que ele vai dar conta do recado.

O Senador Jorge Viana, que já não está mais aqui, nos colocou algo bastante interessante: a preocupação da participação do Exército nas obras públicas. E devem dizer assim: “Com um general lá, agora é que ele vai dar obras para o Exército”. Pelo contrário; vai funcionar diferente. Eu vou diminuir muito. Sabe por quê? Porque eu sinto que o mercado não está entendendo bem essa participação do Exército. E por que o Exército participa de obra pública? Primeiro eu tenho que responder essa pergunta. Por quê? O Exército participa de obra pública porque precisa se adestrar. Mas se adestrar para quê? Para guerra? Não é só para guerra, não. Para atender demanda da cidadania. O Exército precisa se adestrar porque, quando acontece um fato como o do Morro do Bumba, quando acontece uma enchente como houve lá em Alagoas, em Pernambuco, o Exército tem que ter gente preparada para socorrer a cidadania, num momento de dor, e responder a isso com eficácia, com velocidade. “Mas eu não treinei.” Porque é missão constitucional nossa. Essa é a grande motivação dessa participação.

Vou dar outra. Se V. Ex^as forem hoje a uma rodovia, vamos escolher como exemplo uma pavimentação rígida. Vamos pegar uma pavimentadora de concreto da Wirtgen, alemã, que custa US\$4 milhões. V. Ex^as vão encontrar um operador que fez um curso na Alemanha e que é um piauiense, lá do sertão do Piauí; ele vem

da seca, da pobreza. Quem daria oportunidade para aquele jovem além do Exército? Como? E ele só tem sete anos, porque a lei do serviço militar diz que ele só pode passar sete anos no Exército. Então, nós estamos capacitando recurso humano, especializando recurso humano para a cidadania, para entregar para Norberto Odebrecht, para OAS, para Camargo Corrêa etc. etc. Usei aqui emblematicamente esses nomes. Então, nós formamos cidadãos. O Exército brasileiro não é uma empreiteira e não é nem melhor nem pior que nenhuma construtora; ele é diferente, porque ele participa da construção da cidadania.

E isso tem um custo elevado. Sabe por quê? Se os senhores procurarem, nas grandes empresas, um patroleiro, um operador de motoniveladora, todos eles já estão chegando ao meu cabelo assim, como os de V. Ex^{as}, de alguns aqui. O que ele tem de patrol, o operador de niveladora não tem nem de idade. Qual é a consequência disso? A produtividade do Exército é pequena em relação à empresa privada. A nossa produtividade é menor. O nosso custo é um pouco diferente nisso, mas porque nós temos um ganho social muito grande.

O que é cidadania no meu entender? É acesso e consciência. Isso é o que entendo por cidadania. Acesso a quê? A educação, a segurança, a educação, a trabalho e a saúde. E consciência de quê? Consciência do papel que cada um tem na sua coletividade, na sua comunidade, na sociedade. Que papel eu desempenho? Qual é a importância como ser humano, como cidadão?

Então, esses dois vetores da cidadania o Exército busca fazer. Não é substituir ninguém; é contribuir, é participar. E qual é o resultado final da participação do Exército em obra pública? Diminuir o custo desse Exército. Toda Força Armada custa. Custa para quem? Para o contribuinte. Ora, se eu tenho um treinamento pelo qual dou um retorno à sociedade de algum produto, estou diminuindo o custo desse Exército para o cidadão, para o contribuinte. Essa é a visão que nós temos.

Agora, podemos fazer isso com obras menores, e em áreas que não são atrativas para o mercado. Temos de buscar áreas de difícil acesso, áreas carentes, áreas de fronteira, onde o Exército se faz presente, buscando ali preservar a soberania.

Então, eu entendo, e nós faremos isso, e buscaremos fazer, pois é inclusive pensamento atualmente do chefe do Departamento de Engenharia, e comungamos dessa ideia, e do próprio comandante do Exército: vamos diminuir a participação do Exército em obra pública e vamos nos limitar a obras de um tamanho mínimo e necessário para assegurar o adestramento que a Nação cobra da sua Força Armada. Essa é a

nossa ideia sobre a participação do Exército em obra pública. Não é missão do Exército, jamais foi, competir com o mercado. Não é.

Não sei se deixei de responder a alguma questão de algum Senador...

Ah, sim: o Senador Walter Pinheiro fez alguns questionamentos, que anotei: temos hoje lá na Bahia a BR-418, e o 11º BEC de Araguari está lá. Estamos nessa rodovia a toda força, Senador. Esperamos receber um restante de recursos ali para podermos concluir esse plano de trabalho no próximo ano, se Deus quiser.

Eu considero que é atribuição e prerrogativa desta Casa cobrar os resultados do DNIT, sim. E dever do DNIT prestar contas. E temos de fazer isso com muita naturalidade. Assim como eu agora, na Diretoria de Obras, comecei a fazer com o Tribunal de Contas da União: fizemos um *workshop* um dia desses, para disciplinar a orçamentação de obra pública pelo Exército. Temos um acórdão sobre isso. E o TCU tem nos ajudado muito, orientando-nos em vários aspectos da gestão pública. E agora não é só o TCU: é a Rede de Controle da Gestão Pública. Quer dizer, é a CGU, o TCU, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. A nossa ideia é manter um canal permanentemente aberto com a Rede de Controle da Gestão Pública. Eu entendo que a confiabilidade e a credibilidade existe na medida da transparência. Quanto mais transparência, mais credibilidade e mais confiabilidade. Então, eu acho que um dos grandes trabalhos que nós precisamos de fazer no DNIT é isto: é abrir esse canal de comunicação permanente.

O Senador disse assim ainda agora: “Espero que o computador da CGU, quando ligar, já tenha as informações do Tarcísio”. Excelente. Eu acho que pode ser assim. Por que não? E por que não em rede com o Senado? Qual é o problema? Nenhum. Então, parabéns até pela ideia. Achei excepcional essa ideia aí. Como a gestão é pública e o trato é da coisa pública, todos precisam saber.

De modo, Senador Walter Pinheiro, que queiro dizer ao senhor que vamos manter esse canal aberto, estaremos sempre prontos a atender qualquer solicitação, qualquer demanda do Senado ou de qualquer outro setor da sociedade, mas, preferencialmente, aqui onde estamos sendo sabatinados, porque se passarmos nesta prova nós sairemos daqui com uma carta de crédito do Senado e não costumamos não cumprir a missão que nos é imposta e que nos é confiada. Considero uma missão muito nobre e da mais alta responsabilidade dirigir o DNIT.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr^a Presidente, eu poderia, para finalizar,

fazer duas rápidas indagações ao nosso General Jorge Ernesto Pinto Fraxe?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nós sabemos que em muitos casos a descentralização ou a delegação de atribuições ou competência contribui para a economia de custos na realização de obras, na execução de obras públicas.

Gostaria de saber a opinião do senhor a respeito de obras que são transferidas aos Estados por conduta do Ministério dos Transportes, mais de perto do DNIT. Obras rodoviárias, por exemplo, lá no Estado de Sergipe, existe um trecho da BR-101 que está sendo executada pelo governo do Estado, que atua, de forma consistente, com resultados bastante positivos e alvissareiros.

E uma outra questão que gostaria de saber se, diante da legislação, da atual da Lei de Licitações o DNIT encontrará dificuldade ou o senhor sugere que haja uma mudança nessa legislação, visando dar maior celeridade, sem criar qualquer obstáculo à transparência? Uma obra pública sempre tem que primar pela qualidade, pelo custo razoável, pela transparência. Mas como harmonizar, combinar esses fatores que são essenciais ao bom desempenho da gestão pública com a Lei de Licitações? V. Ex^a acha que a Lei de Licitações atual cumpre de forma rígida e necessária o objetivo para a qual foi criada? Se pode criar alguma dificuldade à gestão do senhor, ou se ela deve permanecer para que o senhor cumpra a contento a missão que lhe está sendo delegada pela Presidenta da República?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Antes de passar a palavra ao General, quero declarar encerrada a votação, solicitando ao Senador Lobão e ao Senador Walter Pinheiro que fizessem a contagem dos votos.

Com a palavra o General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Na gestão da obra pública, tanto pelo Governo Federal, DNIT, quanto pelo governo estadual, não vejo problema; a questão é o controle, a questão toda é o controle.

Mesmo as rodovias de convênio, onde a obra está delegada ao Estado, o DNIT não pode se omitir ao controle, ele tem que controlar porque tem recurso federal. Então, o DNIT tem que controlar o quantitativo e o qualitativo. Então, o controle tem que ser quantitativo e qualitativo. Essa é uma parte da gestão da qual não abrimos mão; e se a obra é boa ou ruim, vai depender do projeto, Senador. Quando tem um bom projeto, tem uma execução facilitada. Nós costumamos dizer no jargão militar o seguinte: para se ter um bom combate tem que se treinar muito; é preferível sofrer no

treino e sair bem no combate. O projeto é um excelente treino para que se possa combater na execução bem.

A Lei protege, preserva o Erário – e quando eu digo Erário, em última análise, ela está protegendo o cidadão, porque o dinheiro é dele. Eu não vejo dificuldade nenhuma, pelo contrário, acho que ela nos protege, o gestor público também.

O que nós temos que saber é planejar com competência e oportunidade. Se assim o fizermos, nós estaremos cumprindo a nossa missão. Planejar com oportunidade e competência.

No país democrático de direito, em todos os segmentos, as forças da sociedade, têm que ter igualdade de oportunidades. E uma licitação é uma demonstração de um país democrático de direito, porque ela traz em seu bojo a oportunidade igual, a igualdade de oportunidade está ali, na licitação. E os candidatos para aquela obra vão competir em igualdade de oportunidade; vencerá aquele que for mais competente, que apresentar a melhor proposta para a administração. Não vejo dificuldade no cumprimento da Lei não, pelo contrário, acho que ela é muito boa.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr^a Presidente, anunciando: Foi 18 a 0 “sim”. O General Jorge Ernesto está aprovado.

Eu queria fazer, apenas, uma consideração e os meus parabéns ao General pelos 18 a 0.

Então fazer uma consideração e um registro. O registro é que participei, como Secretário de Estado, na década de 90, no início da década de 90, do Governo Edison Lobão, no Maranhão. E nós tivemos a oportunidade de ter o Exército fazendo uma de nossas estradas, ligando dois Municípios importantes do nosso Estado: Barra do Corda a Colinas. E ficou muito claro para a nossa gestão lá que o Exército, além do preço minorado, teve qualidade excepcional na execução da obra e a terminou no prazo estabelecido. Então eu não poderia deixar de fazer este registro aqui, porque vivenciei isso no meu Estado do Maranhão.

Portanto, o Exército mereceu e levou os parabéns à época do então governador. E faço este registro agora, quase 20 anos depois, para dizer que considero importante a presença do Exército na execução de estradas pelo Brasil afora. Até para corrigir distorções de licitação, porque acho mais nobre parte do Exército estar nas estradas construindo o nosso Brasil, do que ficar no quartel, de repente, sem uma função tão nobre.

Então, General, parabéns às Forças Armadas que têm essa característica que poucas pessoas conhecem, não são todos os brasileiros que sabem que o Exército está aí fazendo estradas pelo Brasil afora,

e espero que V. Ex^a agora, já que aprovado, tenha a oportunidade de contratar muito o Exército para fazer estradas por este país.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu pergunto ao Capitão Tarcísio se tem alguma observação a fazer?

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Na verdade, o General já esgotou quase tudo, não é? (*Risos.*) E como já estou acostumado, quando o General fala, o Capitão não fala.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr^a Presidente e Capitão Tarcísio, peço permissão para comunicar que o resultado da apuração foram 18 votos favoráveis. Portanto, aprovado pela unanimidade.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Para concluir, primeiro, a gente fica muito satisfeito com a expectativa depositada, que se reveste de uma responsabilidade muito grande; de transformar, ainda que no DNIT, nesse primeiro momento, a administração pública. Que isso sirva de exemplo para outras autarquias, para outros órgãos da administração pública.

Então, agradeço as palavras do Senador Eduardo Braga, as perguntas do Senador Ricardo Ferraço, Jorge Viana, Blairo Maggi e Walter Pinheiro.

Quero dizer que, como representante da CGU, vou levar a experiência do controle para dentro do DNIT para fomentar – e sobre isso a gente já tem conversado bastante com o General – a questão da transparência e o ambiente de controle, que é fundamental para assegurar a boa governança.

Então precisamos ter um bom ambiente de controle para que possamos ter uma boa governança.

Com relação à Lei de Licitações, ela tem uma sabedoria, pelo menos no que tange às obras. Havendo um bom projeto e um bom planejamento, não há dificuldade de se trabalhar com a Lei de Licitações.

Senador Eduardo Braga, tinha comentado a respeito do sistema de custos. Esse sistema é uma responsabilidade nossa no sentido de fazer esse aperfeiçoamento. Acontece, muitas vezes, até fruto da deficiência de projetos é que não se contemplam todos os serviços que têm que estar presentes naquele orçamento e não se sabe utilizar a tabela de referência. O que é divulgado pela tabela é um custo médio dentro de uma expectativa de utilização do equipamento numa condição média. Aquela tabela pode ser modificada para ser utilizada numa condição mais severa. A parte de transportes pode ser apartada; os preços são pesquisados regionalmente. Lógico que é preciso aperfeiçoar a rotina da pesquisa de preços. É preciso melhorar a nossa pesquisa, nosso banco de dados e incorporar uma série de serviços que existem hoje no sistema de pagamento do DNIT, no sistema de medição do

DNIT, à tabela Sicro. Hoje temos mais ou menos 18 mil serviços cadastrados, aprovados e cerca de 2.500 composições aproximadamente. Essa distorção nós temos que corrigir e expandir o Sicro para os outros modos de transportes.

No mais quero dizer que as preocupações aqui expostas pelos Senadores Blairo Maggi e Jorge Viana fazem parte das nossas preocupações também com relação aos eixos estruturantes, e a ideia é se pautar pelo planejamento de longo prazo, pelo Plano Nacional de Logística de Transportes, que é um trabalho excepcional já realizado que considera essas características, a questão da territorialidade, da intermodalidade. Que leva em consideração a modelagem e o desenvolvimento econômico, separando o Brasil por vetores logísticos e determinando eixos estruturantes, vários deles que fazem parte da preocupação dos Senadores aqui presentes.

Então a ideia é tomar o PNLP como uma Bíblia e caminhar junto do Ministério dos Transportes na Execução do Planejamento dos Transportes.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao General para que faça seus complementos finais.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O Exército Brasileiro tem uma história com a sua Nação à qual serve. Uma história de lealdade e de comprometimento com o Brasil. Sempre foi assim.

E se nós ampliamos a nossa participação em obras públicas, foi atendendo a uma demanda temporária, mas foi uma demanda, do próprio Governo brasileiro.

Recordo-me quando coronel, comandante do 1º BEC o então Governador Garibaldi entrou no meu batalhão e disse: coronel, o senhor tem que fazer uma adutora urgente, porque as cidades vão ficar sem água, o povo vai ficar no flagelo.

Nós nem sabíamos como fazer adutora no batalhão. Eu disse: não, Governador, o senhor não está sozinho, nem as comunidades aqui. O Exército vai estar ombreado com o senhor e com a comunidade. Vamos buscar a solução para Caicó, Timbaúba e São Fernando. E assim o fizemos. Em 180 dias estávamos entregando a adutora.

Isso é uma passagem. Há centenas de passagens do Exército Brasileiro respondendo atendendo à demanda da cidadania. Por isso que é uma instituição que tem credibilidade com o seu povo. Porque nunca faltou ao seu povo. E lhes digo, aqui, com a autoridade que tenho, que é um dos exércitos mais democrático que conheço. Porque ele dá igualdade de oportunidade naquele vetor de acesso que tanto falei aqui, sobre a cidadania.

O Exército brasileiro não faz distinção de cor, de raça, de classe social nenhuma. Nós temos até história de ex-ministros do Exército que são filhos de sargento, com toda honra. Não somos uma casta à parte. Somos, sim, o retrato do nosso povo. Eu sou o único militar da minha família, e o Exército me tratou pelo mérito que tenho, pelo meu esforço, pela minha história, e não por outras coisas. Esse é o nosso Exército. Não é dos generais; é do seu povo.

Então, estou entrando no DNIT, com toda a honra que o Senado me concedeu aqui hoje e digo que é a herança que deixo para o meu filho esse voto de confiança. Isso significa que os líderes desta Casa acreditam no seu Exército.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, com muito entusiasmo e muito carinho, ao Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe e ao Sr. Tarcísio Gomes de Freitas.

Declaro aqui o resultado: ambos foram aprovados com 18 votos, por unanimidade.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, dizendo que o processado seguirá hoje mesmo para a Mesa do Senado.

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.)

Ata da décima oitava reunião da comissão de desenvolvimento regional e turismo, extraordinária, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em doze de julho de 2011, terça-feira, às 14 horas, na sala de reuniões nº 13 da ala alexandre costa, anexo ii do senado federal.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia doze de julho do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Ataídes Oliveira, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, José Pimentel, Acir Gurgacz, Lúcia Vânia e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores João Durval, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. É declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 – Não Terminativo – OFÍCIO “S” Nº 5, DE 2011** “Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

(FCO), referente ao exercício de 2011.” **Autoria:** Ministério da Integração Nacional. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 5, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria ao arquivo. **Resultado:** Após a leitura do relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pelo seu conhecimento e encaminhamento ao arquivo.

ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2008 “Dispõe

sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul.” **Autoria:** Senador Delcídio Amaral. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela

aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator.

ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2010 “Altera os parágrafos

1º e 6º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. (Inclui a faixa de

fronteira da Região Sul entre as regiões que fazem jus à renúncia fiscal relacionada à indústria automotiva).” **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:**

Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **Resultado:** Após a

leitura do relatório, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pela aprovação

do Projeto, com a Emenda nº 01-CDR. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2011** “Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723,

de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores.”

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. A Matéria

ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa. **Resultado:** Após a leitura

do relatório, é concedida Vista à Senadora Ana Rita, nos termos regimentais. **ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2011** “Altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997,

para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal.” **Autoria:** Senador Flexa

Ribeiro. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão Ciência, Tecnologia, Inovação,

Comunicação e Informática em decisão terminativa.

Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2011** “Altera a Lei nº

10.257 de 2001 – Estatuto das Cidades, para dispor sobre a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor dos Municípios com áreas de risco situadas em seu território e dá outras providências.” **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira.

Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. **ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº**

572, DE 2009 “Acrescenta o inciso XII ao artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que “Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos.” **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:**

Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006**

“Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.” **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2011** “Dispõe sobre a instalação de itens de segurança nas escadas, rampas e ressaltos nos locais que especifica.” **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Wilson Santiago. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, DE 2011** “Dispõe sobre a cobrança de diária de hospedagem em hotéis, pousadas e similares.” **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora, para reexame. **EXTRAPAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 19/2011-CDR** “Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública requerida por meio do Requerimento nº 09/2010-CDR, aprovado em 15/12/10, com o objetivo de debater itens relacionados à SUDENE e ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste”. **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores José Pimentel, Ana Rita e Vanessa

Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura das atas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

As atas foram aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Em 13 de abril deste ano, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo deliberou, por meio do Requerimento nº 13, de 2011, por participar, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção e da organização do Projeto “II Fórum Legislativo nas Cidades-Sede (...)”. Até o presente momento, foram realizadas seis visitas: 18 de abril, Fortaleza; 9 de maio, Recife; 16 de maio, Curitiba; 6 de junho, Belo Horizonte; 13 de junho, Manaus; e 5 de julho, Brasília. A sétima cidade será Cuiabá, dia 15 de agosto.

A Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste está promovendo visitas técnicas aos Estados. Já ocorreram três visitas: Alagoas, Paraíba e Piauí – em 23, 6 e 4 de julho, respectivamente.

O Sr. Ministro de Turismo convida todos os membros para a cerimônia de abertura do 6ª Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, que acontecerá no auditório Elis Regina do Parque Anhembi, em São Paulo, dia 13 de julho.

Conforme pauta distribuída previamente, a programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, referente ao exercício de 2011. **Autoria:** Ministério da Integração Nacional. **Relatoria:** Senador José Pimentel.

Pelo conhecimento do Ofício nº 5, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria ao arquivo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu gostaria, já que o relator não está, de fazer uma inversão da ordem. Nos itens nºs 3 e 4, são meus

os relatórios. Eu apresentaria esses dois e, chegando os relatores, fariamos, ou então, ao final, poderiam ser designados *ad hoc* os relatores para essas respectivas matérias.

É a proposta que eu faço para agilizar os trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Defiro o pedido de V. Ex^a, e passamos o ler o item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2010 – Não Terminativo –

Altera os parágrafos 1º e 6º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. (Inclui a faixa de fronteira da Região Sul entre as regiões que fazem jus à renúncia fiscal relacionada à indústria automotiva).

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, é uma alegria poder relatar esse projeto de lei do Senado que se originou de uma iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, especialmente agora, que estou vindo de uma visita a essa região, que precisa muito do apoio parlamentar, legislativo, para criar as condições de desenvolvimento.

O objetivo do projeto de lei do Senado de autoria do Senador Zambiasi é estender os incentivos fiscais, como disse V. Ex^a, concedidos à indústria automobilística das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para empresas instaladas ou que se instalem na faixa de fronteira da região Sul.

Na análise desse projeto, Sr. Presidente Benedito de Lira, as considerações sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade dessa matéria serão feitas na Comissão de Assuntos Econômicos, que vai decidir, em caráter terminativo, o assunto.

Por isso eu gostaria que os Senadores aprovassem esse projeto, quer dizer, vou ler ainda a análise, apenas faço essa observação, uma vez que, como terá outra instância, poderá essa instância próxima dar a palavra final sobre essa matéria.

Pois esse projeto propõe estender esses benefícios para as empresas instaladas que estiverem na faixa de fronteira da região Sul.

É preciso reconhecer, Presidente, que há problemas de insuficiência de desenvolvimento em partes das regiões mais ricas do Brasil, a exemplo da faixa

de fronteira da região Sul, que apresenta indicadores sociais e econômicos com clara desvantagem em relação ao restante do País.

Notem que a extensa faixa de fronteira brasileira necessita sim de políticas de desenvolvimento regional, portanto, políticas de desenvolvimento voltadas para a faixa de fronteira possibilitarão seu desenvolvimento socioeconômico, que, por sua vez, trará, além de melhorias de ordem social e econômica, benefícios para a segurança nacional e para a integração entre os países da América do Sul, em particular do Mercosul. Uma política de desenvolvimento regional bem articulada para a Faixa de Fronteira deveria, portanto, fazer parte da política externa brasileira.

Eu queria também dizer que, apesar da importância desse projeto, não se pode deixar de observar que o desenvolvimento nessa região não foi uma prioridade entre as políticas de desenvolvimento regional, sendo necessária a reversão dessa situação.

A Faixa de Fronteira deve, portanto, contar com instrumentos de desenvolvimento regional, ou seja, com meios para atrair novas empresas ou para possibilitar a expansão daquelas que já estão lá. Por isso, é meritório esse projeto de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi.

O mérito do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2010, é inegável. Justifica-se pelas razões já expostas.

Tenho apenas uma observação a fazer, Sr. Presidente: o § 1º do art. 11-B da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, com redação dada pela Lei nº 12.407, de 2011, limita o acesso aos benefícios fiscais aos empreendimentos habilitados pelo Poder Executivo até 29 de dezembro de 2010. Assim sendo, mesmo que haja autorização para que empresas instaladas na faixa de fronteira da região Sul tenham acesso aos benefícios fiscais, como prevê o presente projeto de lei, elas estariam impedidas de fazê-lo porque os empreendimentos não foram habilitados no prazo previsto pela Lei. Por isso, deve-se estender esse prazo para 30 de junho de 2014, razão pela qual apresento uma emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2010.

O meu voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2010, com a seguinte emenda:

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2010, renumerando-se os demais:

Art. 2º, § 1º do art. 11-B da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, com redação dada pela Lei nº 12.407, de 2011, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11-B...

§ 1º Os novos projetos de que trata o caput deverão ser apresentados até o dia 30 de junho de 2014, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

Esse é o meu voto.

Renovo então o pedido para que se aprove, para que se acelere e a palavra final fique com a Comissão de Assuntos econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Submeto à votação.

As S^{ras} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para discussão e votação em caráter terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2011

Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir seu parecer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

A modificação proposta consiste em permitir a flexibilização do teor de adição de álcool etílico anidro à gasolina na Região Norte. Na legislação vigente, o percentual de adição varia, em todo o País, de 25% a 18%, conforme decisão do Poder Executivo, mas o Projeto de Lei do Senado nº 51, do Senador Mozarildo Cavalcanti, propõe que na Região Norte esse percentual possa ser menor.

O autor justifica sua iniciativa em função do fato de o álcool, produzido no Nordeste e no Sudeste, chegar muito caro à Região Norte em decorrência das dificuldades de logística. Também há menção à importação de gasolina da Venezuela, onde o teor de álcool é menor que o legalmente exigido no País.

A missão desta Comissão tem como respaldo a própria Constituição que, no inciso III do art. 3º, estabelece a redução das desigualdades regionais como um dos objetivos fundamentais do sistema político brasileiro.

No caso específico de Roraima, onde há possibilidade de importação de gasolina da Venezuela, cabe, Sr. Presidente, perfeitamente, flexibilizar o nível de teor de álcool para compatibilizar com os parâmetros adotados no país vizinho. Afinal, cabe a esta Comissão adaptar as normas legais vigentes às circunstâncias e diferenças regionais que caracterizam o Brasil.

Tenho duas observações a fazer em relação a presente redação do art. 9º da Lei nº 8.723, de 1993. A primeira observação se refere à presença de um parágrafo único, logo após os § 1º e 2º do texto legal vigente. Ao que parece, Presidente, quando da aprovação da Lei nº 10.203, de 2001, foram introduzidas duas modificações no art. 9º: o legislador inseriu o § 1º, para ampliar o intervalo de variação do teor de álcool adicionado à gasolina, e, com quase a mesma redação do parágrafo único, inseriu o § 2º. Ao promover as mencionadas modificações, parece ter havido o esquecimento de renomear o parágrafo único como § 2º, o que gerou a situação incorreta agora apontada.

Posteriormente, o mencionado § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 1993, sofreu três modificações pelas Leis nº 10.464, de 2002, e nº 10.696, de 2003, e, no presente momento, pela Medida Provisória nº 532, de 2011. No entanto, nenhuma destas normas teve o cuidado de remover o mencionado parágrafo único.

A segunda observação que faço se refere à Medida Provisória nº 532, de 2011, a qual, na presente data, se encontra em apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Assim, na próxima etapa de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2011, na Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa, deveria haver o cuidado para compatibilizar a redação proposta para os §§ 1º, 2º e 3º do art. 9º pelo Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2011, com o resultado do processo de conversão em lei da MP nº 532, de 2011.

Em síntese, concordo quanto ao mérito da proposição e, tendo em vista as duas observações comentadas, apresento uma emenda de redação onde proponho a supressão do parágrafo único, por ser desnecessário, e a inclusão do § 3º com a mesma redação proposta pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do com a seguinte emenda de redação: Dê-se ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2011, a seguinte redação:

Art. 9º

§ 1º O Poder Executivo poderá elevar o referido percentual até o limite de vinte e cinco por cento ou reduzi-lo a vinte por cento.

§ 2º Será admitida a variação de um ponto por cento, para mais ou para menos, na aferição dos percentuais de que trata este artigo.

§ 3º Na Região Norte, os percentuais obrigatórios de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina poderão ser inferiores aos estabelecidos no caput e no § 1º deste artigo, desde que assegurada a sua adequação ao uso.

Esse é o voto, Senador Benedito de Lira. Da mesma forma, como ele não é terminativo, e ainda precisa ser submetido a duas Comissões como também a de Meio Ambiente, gostaria que a Comissão aprovasse para, então, pelo menos agilizar sua tramitação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, acredito que o relatório da Senadora Ana Amélia, com certeza, é um relatório que nos traz bastante elementos, fundamenta o seu parecer, mas eu estou aqui fazendo um questionamento, por que parece que o governo está por regulamentar a questão do etanol, como combustível.

Não sei, Senadora, se seria prudente nós ouvirmos um pouco o governo neste sentido, embora essa comissão não seja terminativa, mas pode ser que nós deliberemos algo que depois com a regulamentação do governo possa ter muita mudança. Talvez seja interessante se nós pedíssemos vista, até para analisar um pouco melhor.

Confesso que gostaria de analisar um pouco mais, não estou me sentindo totalmente segura para aprovar isso aqui, agora, mesmo não sendo terminativa, considerando que há uma possibilidade do governo regulamentar.

Se eu pedir vista, com certeza, vou ter um prazo curto para devolver o projeto, mas é um tempo que terei, inclusive, de buscar mais informações para poder me posicionar de forma mais tranquila.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu não me oponho, absolutamente.

Acho que é um procedimento regulamentar.

Podemos pedir vista coletiva, que é um caminho.

O outro caminho, diante do seu argumento, de que o governo pode editar, se isso acontecer nos próximos dias, perderá a eficácia do projeto e a comissão lá ou adere ou altera e não reconhece a prejudicialidade do projeto.

Os dois caminhos podem ser tomados.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está concedido o pedido de vista da Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pedido coletivo. Sugestão da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pedido de vista coletivo.

Considerando a presença do eminente Senador Pimentel, vamos ao item nº 1.

ITEM 1

OFÍCIO “S” Nº 5, DE 2011

Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2011.

Autoria: Ministério da Integração Nacional

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 5, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria ao arquivo. Concedo a palavra a V. Exª para leitura do seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Sras. Senadoras, só tem as nossas senadoras hoje, aqui, além de nós, é uma comissão virtuosa.

Vem a análise desta comissão o Ofício nº 5, de 2011, do Ministério da Integração Nacional, que encaminhou a esta comissão, nos termos do art. 14, inciso 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 18, da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, o programa de financiamento para o exercício de 2011, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

O programa de financiamento está acompanhado do Parecer Conjunto nº 18, de 2010, elaborado pela Secretaria de Políticas e Desenvolvimento Regional e pela Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, pertencentes ao Ministério de Integração Nacional, assim com a Resolução do Conselho Deliberativo do FCO.

CONDEL FCO nº 410, de 14 de dezembro de 2010, que aprovou a referida programação.

O expediente do Ofício nº 5, de 2011, foi encaminhado às Comissões do Meio-Ambiente, Defesa do Consumidor, de Fiscalização e Controle, e de Desenvolvimento Regional e Turismo, mediante ao Ofício nº 11, de 2011, do Congresso Nacional, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Um exemplar da programação foi enviado à Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 139, do Congresso Nacional, de 2011.

Análise.

O art. 14, inciso II, da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que cabe ao Conselho Deliberativo da respectiva Superintendência de Desenvolvimento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, aprovar anualmente até o dia 15 de dezembro os programas de financiamento

de cada fundo para o exercício seguinte, estabelecendo entre outros parâmetros os tetos de financiamento por mutuário.

O inciso IV, desse artigo determina ao mesmo Conselho Deliberativo a obrigatoriedade de encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, a que se refere o inciso II, do Caput desse artigo, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo colegiado, a comissão permanente de que trata o § 1º, do Art. 166, da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

A documentação em análise cumpre os dispositivos legais, supra mencionados, e, conforme relatado, a Presidência do Senado Federal já providenciou a distribuição da matéria à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e fiscalização.

Cabe, portanto, a esta comissão tomar conhecimento do expediente e, não havendo observações a fazer, encaminhar o mesmo ao arquivo.

Voto.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício nº 5, de 2011, do Ministério da Integração Nacional, que encaminhou ao Senado Federal, nos termos do Art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Programa de Financiamento para o exercício de 2011, do Fundo Constitucional de financiamento do Centro-Oeste, FCO, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao arquivo.

É esse, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O parecer do eminente Senador José Pimentel.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Há um requerimento que desejo colocar extra-pauta.

É o Requerimento nº 19, de 2011.

“Requeiro nos termos do Art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de audiência pública requerida por meio do Requerimento nº 9, de 2010, aprovado em 15/12/2010, com o objetivo de debater itens relacionados a SUDENE e ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste”.

Esse requerimento foi aprovado na legislatura passada, considerando-se que nesta legislatura a CDR criou uma Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste, consequentemente está cuidando dessas ações.

Então ele é inócuo.

Por isso submeto à apreciação do plenário o requerimento para arquivar, desativar essa audiência pública.

Em discussão.

Encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Itens 2, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, foram retirados de pauta por solicitação dos seus respectivos relatores.

Consequentemente, isso encerra a pauta da sessão de hoje.

Concedo a palavra ao Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero registrar o trabalho de V. Exª de conduzir os trabalhos dessa reunião, neste primeiro semestre, destacando em especial as audiências e as reuniões realizadas em vários Estados da região Nordeste, para discutir o desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, receber um conjunto de sugestões, vinda dos governos estaduais, das assembleias legislativas dessa região, dos setores produtivos para que possamos transformar em demandas, sejam orçamentárias no Plano Plurianual, na LDO, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em que nós estamos discutindo, elaborando e votando. Nesses três Estados já foram realizados esses trabalhos. Presidido por V. Exª, o seu Estado, o Estado de Alagoas, e que já pedi desculpas por não ter podido participar em face de outro evento que tivemos naquela data, aqui em Brasília, que era os 70 anos da nossa Justiça do Trabalho. Por isso, não pude comparecer. Mas, estive lá na Paraíba e mais recentemente no Piauí onde tivemos audiências muito produtivas.

Quero registrar que essa experiência que está Comissão, sob a sua presidência e liderança, tem desenvolvido, particularmente, na minha região, na nossa região, na região Nordeste, tem sido muito importante.

Portanto, antes de encerrar este semestre eu quero registrar os bons trabalhos que V. Exª vem conduzindo e destacando, em especial, a Comissão de Desenvolvimento Regional da Região Nordeste.

Parabéns pela sua condução, pela forma como V. Exª tem conduzido os trabalhos e para mim, que convivi com V. Exª aqui e na Câmara dos Deputados, não é nenhuma surpresa por saber da sua dedicação, do seu respeito para com todos nós.

Por isso, estamos todos de parabéns pelo trabalho conduzido por V. Exª, nosso Presidente Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero aqui ratificar as palavras do nosso Senador Pimentel, agradecer, inclusive, pela disposição de V. Ex^a em coordenar os trabalhos desta Comissão, uma Comissão que considero importante, porque discute o desenvolvimento regional, discute temas que têm um rebatimento muito forte nas nossas Regiões, nas nossas cidades.

Então, foi muito bom durante este período poder conviver com o senhor a frente desta Comissão.

E vamos torcer para que o segundo semestre possa ser tão bom quanto este, no sentido de produzirmos aqui matérias, conteúdos, projetos que possam beneficiar de fato as nossas cidades, as cidades brasileiras, particularmente as Regiões do nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente.

Eu também vou no mesmo caminho dos meus companheiros, Senadora Ana Rita.

E dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que não só foi muito boa essa convivência no primeiro semestre, mas será muito mais no próximo segundo período deste ano e no ano que vem.

E me senti, neste primeiro semestre aqui, muito no ritmo de aprendizagem, e tenho certeza de que, no segundo semestre, a nossa Comissão fará um belo trabalho não só aqui na Casa, mas também fora dela.

V. Ex^a teve a visão de apoiar e incentiva a criação de algumas subcomissões. Inclusive uma delas, a subcomissão que trata do Nordeste já fez algumas viagens. Nós não iniciamos ainda três viagens, Senador Pimentel

Mas a Amazônia mais distante, e não se fez nenhuma viagem. É mais distante, não se fez nenhuma viagem.

Mas, por exemplo, ontem, passamos o dia no Estado do Pará. Agora, na região rural do Município de Nova Ipixuna, que fica a 60 quilômetros distante de outro Município chamado Marabá, tratando de outra questão relativa à violência no campo. Enfim, são muitas as atividades.

Mas acabava de conversar com o Presidente da Comissão do Nordeste, Senador Wellington, que está aqui ao lado, em outra reunião. No segundo semestre, Sr. Presidente, precisamos fazer duas grandes reuniões, para tratar do desenvolvimento regional, uma Norte e outra no Nordeste, com todos, do Norte e do Nordeste. Essa troca de experiências entre nós é muito importante. Acho que, nesse aspecto, o Nordeste tem muito a nos ensinar, porque tem um grau, um nível de

organização muito mais efetivo, de mobilização muito mais sólida do que nós, da Região amazônica, que temos uma organização muito mais recente que a dos senhores do Nordeste.

Então, cumprimento o Senador Benedito de Lira. O seu partido acertou muito ao indicar V. Ex^a para presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

E tenho certeza absoluta de que o senhor vai marcar um ponto não apenas com uma fotografia na parede, mas muito mais do que isso, uma dinamização importante para esta Comissão, graças à dedicação que V. Ex^a tem tido. Cumprimento-o e quero dizer que é uma alegria compartilhar o trabalho com V. Ex^a e ajudá-lo naquilo que for importante, não só para as nossas Regiões, mas para o Brasil inteiro.

Parabéns e obrigada por tudo, Senador Benedito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pela ordem, com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – A nossa Senadora Vanessa sugere uma reunião conjunta das duas Regiões, Região Norte e da Região Nordeste.

Lembro, Sr. Presidente, que os dezesseis Governadores, com os nove da Região Nordeste e os sete da Região Norte fizeram uma reunião de trabalho recentemente com uma agenda, chamada Carta de Brasília, com dez itens.

Talvez Vanessa, deixe-me chamá-la assim, nossa Senadora, nós pudéssemos fazer essa reunião de trabalho, a partir desta Carta, dos dez itens da chamada Carta de Brasília, subscrita pelos dezesseis governadores e entregue à Presidenta da República, entregue ao Presidente do Congresso Nacional, e que todos nós, Senadores, estamos acompanhando, até como forma de fazermos uma avaliação do andamento que tivemos após aquela reunião dos nossos governadores, dos desdobramentos que tivemos; e, a partir dali, atualizar nossa agenda para colocar em prática aquela Carta. Até porque tivemos, na última quinta e sexta-feira, uma reunião do Confaz, que, basicamente, girou em torno daqueles itens: a redistribuição do FPE, do Fundo de Participação dos Estados, em face da declaração de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal. E o Congresso Nacional tem até 2012 para regulamentar e atualizar aqueles critérios à questão do comércio eletrônico.

Hoje, os Estados mais industrializados estão tendo um processo de ICMS em prejuízo dos Estados menos industrializados. E, ali, foram apresentadas propostas para dar resposta a isso. A questão da guerra fiscal, declarada inconstitucional pelo Supremo

Tribunal Federal. Isso traz impactos muito fortes nos Estados em desenvolvimento, porque a industrialização dos quatro grandes Estados foi feita nas décadas de 70 e 80, a partir do incentivo fiscal. Agora, quando as outras regiões começam a se industrializar, o Supremo resolve acolher uma representação. E, por último, a CNI, a Confederação Nacional da Indústria, defendendo os interesses de dois Estados, começou a ajuizar também ação contra os demais Estados, para dificultar a industrialização desses Estados. Temos a questão do pré-sal, que está sendo discutida.

Portanto, toda uma agenda em que os dezesseis governadores construíram com os Senadores, com a Bancada Federal, com as Assembleias Legislativas, eu deixaria, Sr. Presidente, acolhendo a sugestão do Senador Wellington Dias e da Senadora Vanessa, que tivéssemos como agenda, no trabalho, a Carta Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu gostaria, antes de encerrar os trabalhos da nossa Comissão neste período legislativo, primeiro de agradecer a compreensão, a participação e o entusiasmo de cada um dos membros que compõem a Comissão. Só foi possível realizar alguma coisa, porque tivemos o apoio de todos os companheiros e companheiras que compõem a Comissão de Desenvolvimento do Nordeste.

Uma coisa que, realmente, a Vanessa deixou muito claro e me chamava a atenção. Eu ia fazer essa cobrança exatamente no segundo semestre, considerando que a Subcomissão do Desenvolvimento do Nordeste já fez três encontros regionais. Estamos com dois programadas para o começo de agosto, e eu gostaria não de cobrar, mas de lembrar à eminente Senadora Vanessa que precisamos ir à Região Norte, que está sob sua tutela...

SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ainda bem que eu me antecipei, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ...e sua responsabilidade, como Presidente da Subcomissão. Estamos aguardando suas manifestações.

Mas, no geral, acho que a Comissão se desincumbiu da sua missão e das suas ações. Temos muito pela frente ainda.

Como acabou de descrever S. Exª o Senador Pimentel, foi fundamental esse encontro entre os Governadores do Norte e do Nordeste com as Bancadas do Senado e da Câmara também das duas regiões. Por quê? Porque temos uma agenda. Essa agenda, nós a colocaremos em prática.

Ao terminarmos este ano legislativo, temos algo novo para apresentar ao Governo, em função dessa peregrinação nossa pelos Estados do Norte e do Nordeste.

É de fundamental importância para esta Comissão não só para levarmos alguns elementos e sugestões ao Governo, naquilo que vai haver necessidade de ser colocado em prática para desenvolver a região, como aquela tese que estamos defendendo: retornar às Regiões Norte e Nordeste para a agenda nacional. Infelizmente, elas estão afastadas, mas já temos o consenso das Bancadas, o entusiasmo dos governadores e o compromisso do Presidente do Congresso Nacional.

Tenho certeza de que, com essa grande força, estaremos, se Deus quiser, se não resolvendo, mas indicando soluções para minimizar as dificuldades das duas regiões mais pobres do País. A Região Norte, apesar de todas as maravilhas que lá existem, é uma região que precisa, na verdade, da ação imediata do braço presente do Governo e da iniciativa privada. Isso é de fundamental importância.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, desculpe-me interromper V. Exª. Primeiro, quero dizer que acolho as observações, que são extremamente pertinentes. Por isso, eu me antecipei e falei aqui da nossa agenda muito extensa, nesse primeiro semestre.

Ontem mesmo, estivemos no Estado do Pará. Fomos a Belém, primeiro; depois, a Marabá; em seguida, seguimos para Nova Ipixuna e, depois, andamos mais de oitenta quilômetros de chão batido para fazer uma audiência na área onde foram mortos os agricultores José Claudio e a Srª Maria do Espírito Santo. Foi uma experiência fantástica! Já fomos a Rondônia e já fomos ao Amazonas tratar do mesmo assunto.

Mas o que chamou a atenção, ontem – e, lá, pensei na nossa Comissão, pensei em V. Exª –, foi que, quando estávamos indo de Marabá rumo a Nova Ipixuna, uma ponte com mais de dois quilômetros... Eu não conhecia a cidade de Marabá, no Estado do Pará. Uma estrada de ferro, que passa pela ponte, da Companhia Vale do Rio Doce. Aí, nisso, estava passando um trem, Senadora Ana Rita, Senador Pimentel, da Companhia Vale do Rio Doce, com tantos vagões que não consegui contar. Agora, qual é o problema daquele Estado? Um Estado que tem mais de sete milhões de pessoas. Depois, vimos o outro lado da moeda: agricultores reclamando que vivem numa área de assentamento do Incra, num projeto agroextrativista, um projeto que existe há catorze anos e para o qual, até agora, não existe um plano aprovado; e que a lei determina também. A lei determina que só sejam subtraídos 20% da floresta, mas também determina que, em projetos de reservas ambientais, tem que ha-

ver um plano aprovado. Há catorze anos não tem. Por quê? Por conta de uma política tributária em vigor no Brasil, a Lei Kandir, que subtrai, que isenta atividade mineradora do pagamento de uma série de tributos, e não há, para esses Estados, a devida compensação. Isso causa um transtorno social muito grande, Presidente, e esse problema está aqui, sobre nossa mesa e também sob nossa responsabilidade.

Então, acho que temos o mesmo objetivo, o mesmo espírito de pegar os problemas, puxá-los para cá e tentar ajudar nas suas resoluções.

Mais uma vez, cumprimento V. Ex^a e acolho as observações, Senador Benedito. No próximo semestre, vamos voltar tudo de novo, mas pela Comissão de Desenvolvimento Regional.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu só queria registrar também que os bons trabalhos que nós, da Subcomissão, estamos fazendo, devemos, em grande parte, à nossa assessoria: eficiente, dedicada, que prepara os eventos, municia-nos de dados, acompanha-nos e cobra o horário das presenças, dos deslocamentos. Portanto, Sr. Presidente, sei que é V. Ex^a que coordena isso. E eu queria registrar aqui a dedicação dos nossos colaboradores, dos nossos assessores, desde aquele que nos traz o cafezinho, para, nas terças-feiras, quando a gente está meio cansado, despertar; a água. O nosso pessoal da assessoria, da comunicação. Sei que tudo isso é fruto da sua diligência, do seu trabalho à frente da nossa Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, mais uma vez, Senador Pimentel. Se nós não tivéssemos, realmente, essa retaguarda, as coisas não aconteciam e não andavam. Chegamos e encontramos as coisas praticamente já definidas. Então, realmente, eles merecem nossos elogios, nossos agradecimentos.

Eu queria agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, participaram, ajudaram e fizeram com que esta Comissão pudesse andar; e andar até com passos largos.

Estou muito feliz, viu, Vanessa? Porque, tenho certeza absoluta de que V. Ex^a se incorporará na Comissão para que a gente possa também fazer visitas de trabalho à Região Norte. Tenho um desejo muito grande de não só conhecer em detalhes, Ana, mas, ao mesmo tempo, fico preocupado com as dificuldades que reinam naquela região.

Então, é o momento que temos de fazer uma coisa que é de fundamental importância para este País e para essas regiões.

Tenho certeza absoluta, Pimentel, que, ao terminarmos esse período na nossa Comissão, é lógico que vamos deixar um acervo de ações para que as coisas

possam ser tratadas com muito mais responsabilidade, com muito mais competência.

Então, queria agradecer a todos e encerrar este encontro na tarde de hoje, convocando os Senadores e as Senadoras para o próximo período, no segundo semestre, no próximo mês de agosto.

Desejo que nós todos tenhamos 15 dias de recesso com mais tranquilidade, com a família mais próxima, cuidando dos projetos, para chegarmos aqui com uma agenda recheada – tenho certeza disso.

Obrigado e boa tarde.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 25 minutos.)

Ata da décima nona reunião da comissão de desenvolvimento regional e turismo, extraordinária, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em nove de agosto de 2011, terça-feira, às 14 horas, na sala de reuniões nº 13 da ala alexandre costa, anexo ii do senado federal.

Às quinze horas e trinta e um minutos do dia nove de agosto do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Ana Rita, Vicentinho Alves, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Ataídes Oliveira, Maria do Carmo Alves, José Pimentel e Lúcia Vânia. Justifica a ausência o Senador Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Wilson Santiago, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 - OFÍCIO “S” Nº 4, DE 2011, “Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010.”** **Autoria:** Ministério da Integração Nacional. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 4, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria ao arquivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2008, “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul.”** **Autoria:** Senador Delcídio Amaral. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, e não havendo quem queira discutir a matéria, colocado em

votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. **ITEM 3 - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16 DE 2010**, “Acréscenta o art. 23-A à Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dá outras providências. (garante a assunção dos resíduos pela União para mutuários que assinaram contratos de financiamento no SFH de acordo com sua faixa de renda). **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, e não havendo quem queira discutir a matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela rejeição ao Projeto. **ITEM 4 - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2011**, “Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores.” **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Após a leitura do relatório, e não havendo quem queira discutir a matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01-CDR. **ITEM 5 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006**, “Acréscce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.” **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, DE 2007**, “Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.” **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 572, DE 2009**, “Acréscenta o inciso XII ao artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que “Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos.” **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 8 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2011, “Dispõe sobre a instalação de itens de segurança nas escadas, rampas e ressaltos nos locais que especifica.” **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Wilson Santiago. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2011** “Altera a Lei nº 10.257 de 2001 - Estatuto das Cidades, para dispor sobre a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor dos Municípios com áreas de risco situadas em seu território e dá outras providências.” **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatro minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, declaro aberta esta reunião para fazer algumas comunicações e, ao mesmo tempo, formular convites.

A Comissão está dando continuidade aos Estados, principalmente a Subcomissão do Nordeste, e, no próximo dia 29, nós estaremos fazendo visita da Subcomissão para o Nordeste ao Estado do Ceará, que é o quarto Estado a ser visitado. Na quinta-feira passada, realizamos uma reunião administrativa com entidades ligadas ao setor de turismo, com o objetivo de discutirmos as principais demandas do setor.

Ficou acertado que o Alexandre Sampaio nos encaminharia, Senadora, uma espécie de resumo de todos os assuntos que foram tratados por todas as entidades que foram representadas naquela oportunidade. Logo que chegue, nós mandaremos distribuir a todos os Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão.

Na próxima quinta-feira, dia 11, vai haver um seminário no Mato Grosso, mais precisamente na cidade de Cuiabá, quando deveremos tratar do turismo, da sustentabilidade da região, etc. E na segunda-feira, dia 15, haverá o encontro das Comissões de Turismo da Câmara e do Senado, sob a responsabilidade da Subcomissão da Copa, que tratará de assunto relacionado a turismo e Copa do Mundo.

Eu gostaria de propor aos Senadores, já pedi à Comissão para formalizar uma espécie de dicionário, para que nós possamos ter um dia exato, um horário,

compatibilizando a agenda que cada Senador e Senadora no dia a dia com relação às comissões técnicas da Casa, às comissões permanente, para ver se encontramos um dia que seja factível. Até porque nós temos uma agenda de audiências públicas a realizar.

Imagine, Senadora, o constrangimento para a própria Comissão, para o autor do requerimento que formaliza a audiência pública, chegar o dia marcado, as pessoas convidadas muitas vezes deixam seus afazeres, viajam de outros Estados para vir a Brasília, quando chegam aqui não temos sequer, além dos assessores... Os Senadores que propuseram a audiência pública não estão presentes para participar, indagar, enfim, adotar as providências e as decisões pelas quais foram convocados ou convidados, melhor dizendo, para fazer a audiência pública.

Então, precisamos ter um quórum mais qualificado no que diz respeito ao quantitativo, melhor dizendo, ao número de Senadores para que possamos tocar a Comissão.

Eu confesso, das comissões técnicas, esta é uma Comissão nova e que tem muito a fazer, porque o setor de turismo no Brasil precisa cada vez mais de ações, e essas ações, sem dúvida nenhuma, poderão ser provocadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Então, eram essas considerações que eu desejava fazer.

V. Ex^a quer a palavra?

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, primeiro, endossar a sua preocupação no comando da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Presidente Benedito de Lira, e dizer que eu, como o senhor, também me preocupo, sobretudo porque isso tem a ver com a própria imagem desta Casa em relação às pessoas que nós convidamos para participarem das audiências públicas. Esse é o primeiro ponto.

E nós estamos, neste segundo semestre legislativo, com os mesmos dilemas do início desta Legislatura. Eu, que estou iniciando o meu primeiro mandato, penso que nós não temos, no curto prazo, nenhuma saída positiva para esse dilema.

Lamento muito, Presidente, que, apesar da sua democracia na gestão dos trabalhos nesta Comissão de consultar os Senadores, não haverá nenhuma mudança em relação à frequência e ao quórum. E digo por que. Porque, assim como o senhor e os demais Senadores, eu estou em quatro comissões técnicas – quatro comissões! –, como titular e em mais duas como suplente. Eu tenho procurado participar das quatro e das outras duas em que sou suplente. Hoje, por exemplo, não tivesse conduzido rapidamente a audiência públi-

ca... Eu estava agora na Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira e saí para um debate com o Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal. Terminei também com pouca audiência e vim para cá a fim de acompanhar os trabalhos e dar presença e quórum para as deliberações.

Muitas Comissões, hoje, terminaram às 14 horas, como a Comissão de Meio Ambiente. Então, o Senador saiu da Comissão sem almoçar e foi para outra Comissão, como foi o caso do Senador Blairo Maggi.

Nós estamos repetindo os mesmos dilemas do primeiro semestre e, se não houver uma organização dessas Comissões adequada ao nosso tempo e à nossa disponibilidade, nós teremos vários problemas, sem considerar, ainda, o plenário – eu estou inscrita para falar hoje e V. Ex^a também é muito presente no plenário –, e mais os compromissos. Agora mesmo terei que ir a uma audiência no Iphan para tratar de uma questão do Instituto João Goulart, que é de grande interesse para a história do Brasil, especialmente do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Então, lamentavelmente, o seu esforço não vai conseguir um resultado satisfatório por conta disso. Penso que, se deixar como está o horário, a gente vai conseguir fazer alguma coisa, porque, se o senhor mudar para quinta-feira, vai haver a superposição das outras Comissões: Educação, CAE, enfim, as demais.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço à nobre Senadora. Eu estava dizendo aqui ao Senador Vital, que chegou agora, que nós precisamos compatibilizar o tempo, os horários e a agenda de cada um de nós.

A nossa Comissão ocorria, regimentalmente, às quartas-feiras, mas houve dificuldade de quórum por conta do volume de serviço e da superposição das comissões. Cada Senador tem que cuidar de quatro ou cinco comissões, e, além dessas, há a Comissão do Orçamento. Depois, nós mudamos, de comum acordo, para as terças-feiras às 14 horas, mas a gente está tendo dificuldade de reunir os companheiros para realizar a comissão, os assuntos pertinentes, que são mais do que vastos, uma agenda muito boa e muito importante.

Conversando com a Ana Amélia, eu estava pensando que poderíamos fazer de novo uma espécie de consulta, de novo, dessa vez por escrito, para que cada Senador possa dizer: “Bom, o horário melhor será tal; o dia melhor será tal”, a fim de realmente realizarmos a Comissão dentro do seu mister e das suas ações.

Não é má vontade dos companheiros, mas, como disse a Senadora, com quatro, cinco comissões ao mesmo tempo, praticamente quase todas no mesmo horário, fica difícil, impossível até haver uma frequência mais assídua. Por quê? Porque a pessoa que está lá

fora, muitas vezes, não está acompanhando nem sabe desse procedimento. Ela vai imaginar que é falta de responsabilidade, que não se quer dar atenção, que o Senador não está comparecendo. Enfim, a especulação é qualquer coisa que, muitas vezes, não condiz com a verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Então, para evitar esse tipo de comportamento extra Casa, fora Casa, nós precisamos analisar esse aspecto.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpa, Presidente. Até para uma questão de... Como estamos em três, há quórum para deliberar matéria não terminativa.

A SRª SELMA MÍRIAM PERPÉTUO MARTINS (*Fora do microfone*) – Agora há.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois é. Então, eu pediria... Sei que o Senador Vital do Rêgo apoia a sua iniciativa. A gente poderia votar o que não é terminativo, para, pelo menos, dar uma satisfação do nosso trabalho com a votação dessas matérias não terminativas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito bem. Vou iniciar a Ordem do Dia. Há quórum.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Enquanto isso, o Senador... É claro. Eu interrompi o Senador Vital do Rêgo, a quem quero muito bem e que fala muito bonito.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Ser interrompido pela Senadora Ana Amélia, para mim, não é uma interrupção, mas uma complementação, porque nós pensamos muito junto, e eu admiro muito a Senadora. Não há nenhum problema.

Para o senhor ter uma ideia, Presidente, sem fazer nenhuma digressão, até porque concordo com a determinação de V. Exª de fazer a consulta por escrito, não obstante saber do resultado final que é a superposição de horários, eu nem posso me manifestar, porque estou em onze comissões como titular e em mais vinte comissões como membro. Então, eu tenho trinta comissões.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu com quatro já...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É complicado para mim. Agora mesmo eu participei da sabatina na Comissão de Constituição e Justiça de dois candidatos ao Superior Tribunal de Justiça e terei

que voltar para a minha comissão de origem de que sou Presidente, que é Comissão Mista de Orçamento.

Eu estou na seguinte situação: a data que o senhor definir eu vou tentar vir de alguma forma, porque esta Comissão, para mim, é fundamental por força do seu mérito, por força do seu conteúdo.

Vamos atender à solicitação da Senadora Ana Amélia e votar aquilo que não é terminativo. Aí a gente avança, não é, Selminha?

Sou Relator do Item 2.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo, agora, número legal para a deliberação, nós iniciamos a Ordem do Dia. Aliás, proponho a leitura da Ata.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Solicito a dispensa da leitura da Ata, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pediu dispensa da leitura da Ata. Submetto à discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apoio.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores e a Senadora que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Ordem do Dia.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 478, DE 2008

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.*

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, só para fazer um relatório rápido...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Relator.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado.

Esse projeto de autoria do Senador Delcídio do Amaral trata da criação de uma Zona de Processamento de Exportação no Município de Corumbá.

A minha análise, sob o ponto de vista regimental, seguindo a apreciação da nossa consultoria, é pertinente.

Aqui, Senadora Ana Amélia, faço uma confissão de público. Para nós, da Comissão de Turismo, é muito fácil analisar essa matéria, que é efetivamente muito meritória. O Município de Corumbá é um município de fronteira e ganhará e muito com a instalação de uma ZPE. Aqui eu elenco as vantagens que tem o Município à luz do que foi proposto pelo Senador.

Para nós da Comissão, sob o ponto de vista do turismo, do desenvolvimento regional, vai ser muito fácil votar. Agora, fica para o próprio Presidente da CAE e das Comissões Técnicas da Fazenda...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que é o autor da proposta.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – ... o grande desafio, porque o Governo, além de não facilitar as ZPEs, tem fortes restrições por força da renúncia fiscal. A Receita Federal também não abre.

Eu encaminho o meu voto favorável, podendo discutir mais profundamente as razões de ordem econômica – não desenvolvimentista, mas econômica – de instalação com os órgãos da Fazenda competentes, e cabe efetivamente à CAE fazê-lo na forma da lei.

Gostaria de encaminhar favoravelmente a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão,...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – A Ana Amélia quer discutir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ... submeto à votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Concorde plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero comunicar apenas que a matéria ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Essa é a...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidida pelo autor.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Terminativamente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – A bronca está exatamente lá.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) –

Item 3.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2010.

Acrescenta o art. 23-A à Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dá outras providências. (garante a assunção dos resíduos pela União para mutuários que assinaram contratos de financiamento no SFH de acordo com sua faixa de renda)

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição do projeto.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores,

I – Relatório

Vem à apreciação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, cuja ementa é reproduzida acima.

A proposição consiste de três artigos e determina que a União assumam, a fundo perdido, os saldos residuais dos contratos firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) sem a cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), conforme a seguinte proporção da renda familiar (art. 1º):

I – cem por cento para mutuários com renda familiar menor ou igual ao equivalente a cinco salários mínimos;

II – oitenta por cento para mutuários com renda familiar superior ao equivalente a cinco salários mínimos e inferior ao equivalente a dez salários mínimos;

III – sessenta por cento para mutuários com renda familiar superior ao equivalente a dez salários mínimos e inferior ao equivalente a vinte salários mínimos;

IV – quarenta por cento para mutuários com renda familiar superior ao equivalente a vinte salários mínimos.

Também estabelece que “a diferença entre o percentual do saldo devedor residual apurado ao final do contrato e o assumido pela União será refinanciada para o mutuário com encargos e condições limitados aos praticados para operações de financiamento imobiliário para a faixa de renda do mutuário na data de assinatura do refinanciamento ou na data de assinatura do contrato original, o que for mais vantajoso para o mutuário” (art. 1º, § 1º).

Para tanto, autoriza a União a emitir títulos públicos com prazo de resgate de trinta anos e remuneração equivalente à aplicada aos depósitos de poupança (art. 1º, § 2º).

Já o art. 2º da proposição determina que, para fazer face às despesas decorrentes da aplicação da lei dela decorrente, o Poder Executivo faça consignar as dotações correspondentes nas propostas de orçamento da União.

O art. 3º contém a cláusula de vigência.

Em sua justificação, o autor lembra que, para os contratos no âmbito do SFH assinados sem cobertura do FCVS, o mutuário é responsável pelo pagamento do resíduo, mas se trata de dívida insuportável para a maioria deles, em razão do descompasso entre os índices de ajuste da prestação e do saldo devedor. Além disso, identificou uma lacuna na legislação vigente, que permitia a renegociação das dívidas, mas não distinguia mutuários em função da renda, entre outras condições desvantajosas.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Findo o prazo regimental não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 90, XII, e art. 97, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete às comissões estudar e opinar sobre o mérito das proposições submetidas ao seu exame, emitindo o respectivo parecer. É-lhes ainda atribuído discutir e votar projetos de lei ordinária de autoria de Senador, ressalvado projeto de código (art. 91, I, do RISF).

O SFH foi criado por meio da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e desde então passou por diversas mudanças. Já o FCVS foi criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH). De acordo com o art. 2º do Decreto-Lei nº 2.406, de 1988, o fundo será estruturado por decreto e seus recursos destinados a:

I. garantir o equilíbrio do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, permanentemente e em nível nacional; e

II. quitar, junto aos agentes financeiros, os saldos devedores remanescentes de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação.

A partir de 1988, só os contratos de financiamentos populares passaram a ter a cobertura do FCVS e, a partir de julho de 1993, nenhum contrato contou

com a segurança desse fundo. No entanto, mesmo com todas as prestações pagas em dia, durante o prazo do financiamento, persistiram saldos a pagar, normalmente em valores superiores ao próprio valor de mercado dos imóveis.

Isso ocorre porque, ao longo do tempo, os índices de correção das prestações normalmente eram menores do que aqueles aplicados ao saldo devedor, provocando um descasamento desses montantes e resultando em um saldo devedor chamado de “residual”. Além disso, os vários planos econômicos que se sucederam ao longo dos anos 90 tiveram um impacto desproporcional sobre os saldos devedores, aumentando ainda mais essa discrepância.

A proposição ora em comento visa amenizar o problema que tal situação cria para milhares de famílias. Para tanto, determina que os resíduos em questão sejam assumidos pela União, proporcionalmente à faixa de renda do mutuário.

Trata-se de iniciativa meritória, que encara de frente um problema sério e amplamente reconhecido, inclusive pelo Governo Federal, que lançou o projeto “Ô de Casa”, através do qual incentiva a reestruturação dessas dívidas em bases negociadas, com descontos, entre os mutuários e a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), com sucesso relativo.

Essa empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001, foi criada no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, para receber bens e direitos da União e demais entidades da Administração Pública Federal, tais como contratos do SFH.

De acordo com dados da Emgea disponíveis na internet, em 30 de abril de 2011, mais de 219 mil contratos a ela transferidos, ou 18% do total, não haviam sido negociados.

Paralelamente, a Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, com origem na Medida Provisória nº 445, de 2008, trata especificamente dessa matéria. Os dispositivos específicos derivam do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 207, de 1999, que tramitou na Câmara dos Deputados e acabou incorporado à MPV nº 445, de 2008, e se constituem em uma espécie de síntese possível de um longo debate travado naquela Casa Legislativa, que envolveu amplos segmentos interessados na matéria, inclusive a Caixa Econômica Federal, o Poder Executivo e agentes financeiros privados.

Tal norma permitiu a renegociação dos contratos de financiamento habitacional do SFH sem cobertura do FCVS formalizados até 5 de setembro de 2001, bem como daqueles que originalmente contaram com essa cobertura mas que a perderam ou viessem a perdê-la.

Para tanto, tais contratos deveriam estar em desequilíbrio financeiro, nos termos definidos pela própria Lei nº 11.922, de 2009.

Há que se reconhecer que as condições financeiras estabelecidas não eram vantajosas para os mutuários, e tampouco se fazia qualquer distinção em função do poder aquisitivo deles, mas ao menos havia uma janela para se chegar a uma solução pactuada. Infelizmente, contudo, o prazo para renegociação nos termos daquele diploma legal se encerrou no dia 13 de abril de 2010, o que abriu novamente um vácuo na legislação sobre a matéria.

Não obstante toda essa argumentação favorável, o PLS nº 16, de 2010, padece de sérios problemas formais.

No que diz respeito à constitucionalidade da matéria, cabe assinalar que o projeto atende aos requisitos de competência. É da competência privativa da União legislar sobre política de crédito, conforme dispõe o art. 22, VII, da Constituição Federal.

O mesmo já não se pode afirmar no que tange à iniciativa posto que, conquanto estabeleça uma obrigação genérica para que a União assumira os contratos de que trata, na realidade, em última análise, o mandamento se dirige ao Tesouro Nacional, órgão integrante da estrutura do Poder Executivo Federal. É pertinente, portanto, argüir inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

Adicionalmente, há que se atentar para o fato de que projetos autorizativos, do Legislativo para que o Executivo tome determinada providência, também são considerados inconstitucionais. Até recentemente, assim os entendiam a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal, mas não o Senado Federal. Não mais. Desde o dia 15 de junho de 2011, a CCJ consagrou o entendimento de que devem ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse Poder. A exemplo do que já foi feito na Câmara Federal e decisão do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, é importante mencionar que a proposição em tela peca pela ausência de estimativa de custo da iniciativa, bem como de indicação de fonte de recursos ou correspondente corte de despesa equivalente para financiá-la. Nessas condições, agride ao que comanda a Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em razão do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2010. É esse, Sr. Presidente, o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão.(Pausa.)

Encerro a discussão.

Como se trata de projeto terminativo, suspendo a votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, não é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não havendo quem queira discutir, submeto à votação.

Os Srs. E as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Item 5...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Item 4. Meu.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Esse foi o 4, não?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não. Foi o Item 3, do Senador Pimentel. Agora é o Item 4, meu. Agora sou a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem razão. Desculpe.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2011

Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

O relatório é pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.

Observações: a matéria ainda será apreciada pela Comissão de meio ambiente e defesa do consumidor, de Fiscalização e controle, em decisões terminativas.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia para suas considerações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu já havia apresentado este meu relatório com o respectivo voto.

Apenas para refrescar a memória, este projeto é de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. Destaco apenas que, no caso específico de Roraima, Estado do Senador Mozarildo, onde há possibilidade de importação de gasolina da Venezuela, cabe perfeitamente, segundo a nossa avaliação, flexibilizar o nível de teor de álcool para compatibilizar os parâmetros adotados no país vizinho. Afinal, cabe a esta Comissão adaptar as normas legais vigentes às diferenças regionais que caracterizam este nosso imenso e gigantesco País.

Tenho apenas duas observações a fazer em relação à presente redação do artigo 9º da lei. É preciso compatibilizar a redação porque são várias leis sobre a mesma matéria, sobre a adição de álcool à gasolina. Essa compatibilização de textos tem que ser feita em relação à Lei nº 10.213, de 2001; à Lei nº 8.723, de 1993; à Lei nº 10.464, de 2002, e à Lei nº 10.656, de 2003; e atualmente à Medida Provisória nº 532, de 2011. No entanto, nenhuma dessas normas teve o cuidado de remover um parágrafo único que estava adicionado e não foi removido. Então, a minha proposta é que sejam feitas as alterações de redação.

A segunda observação se refere à Medida Provisória 532, deste ano, que, na presente data, se encontra em apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Assim, na próxima etapa de tramitação do PLS nº 51, de 2011, na CMA, em decisão terminativa, deveria haver o cuidado para compatibilizar a redação proposta para os §§ 1º, 2º e 3º do art. 9º pelo PLS nº 51, de 2011, com o resultado do processo de conversão em lei da MP nº 532, de 2011.

Em síntese, concordo quanto ao mérito da proposição e, tendo em vista as duas observações comentadas, apresento uma emenda de redação em que proponho a supressão do parágrafo único, por ser desnecessário, e a inclusão do § 3º com a mesma redação proposta pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

VOTO

Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

Dê-se ao art. 9º da Lei nº 8.723, 28 de outubro de 1993, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 9º

§ 1º O Poder Executivo poderá elevar o referido percentual até o limite de vinte e cinco por cento ou reduzi-lo a vinte por cento.

§ 2º Será admitida a variação de um ponto por cento, para mais ou para menos, na aferição dos percentuais de que trata este artigo.

§ 3º Na região Norte, os percentuais obrigatórios de adição de álcool etílico anidro combustível à gasolina poderão ser inferiores aos estabelecidos no *caput* e no § 1º deste artigo, desde que assegurada a sua adequação ao uso.” (NR)

Esse é o meu relatório e voto, favorável, ao projeto, portanto, com essas alterações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Apesar de já ter sido lido e discutido esse projeto e seu parecer, coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item nº 5 é terminativo e já foi lido. É um projeto de lei do Senado, que exige quórum qualificado e o relator não se encontra. Fica adiado para a próxima reunião.

O Item 6 também é terminativo. O relator é o Senador Paulo Paim, que também não se encontra. Fica adiado para a próxima reunião.

O Item 7, da Senadora Lídice da Mata, está fora.

O Item 8, Senador Wilson Santiago.

O Item 9, Senador Cyro Nogueira.

Encerrada a Ordem do Dia.

Convido os Srs. Senadores para a próxima reunião e encerro a presente reunião.

(Iniciada às 15h31, a reunião é encerrada às 16h04.)

Ata da vigésima reunião da comissão de desenvolvimento regional e turismo, extraordinária, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em dezesseis de agosto de 2011, terça-feira, às 14 horas, na sala de reuniões nº 13 da ala alexandre costa, anexo ii do senado federal.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia dezesseis de agosto do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Benedito de Lira, Lídice da Mata, Ana Amélia, e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Ciro Nogueira, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Justifica a ausência o Senador Ataídes Oliveira. É declarada aberta a reunião. A Presidência informa que recebeu da Secretaria Geral da Mesa comunicado de que o Senador Reditario Cassol ocupará vaga como membro suplente desta Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol; informa, ainda, a sua indicação para participar da Subcomissão Permanente da Amazônia como membro titular. Por força do art. 89, IV do Regimento Interno do Senado Federal, o Sr. Presidente designa o Senador Reditario Cassol como membro titular da Subcomissão Permanente da Amazônia. Conforme pauta previamente distribuída, a presente

reunião tem por objetivo a apreciação de proposições:

ITEM 1 - OFÍCIO “S” Nº 20, DE 2010, “Encaminha ao Senado Federal nos termos do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, o relatório de gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, referente ao exercício de 2009.” **Autoria:** Ministério da Integração Nacional. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 20, de 2010, e encaminhamento da Matéria ao arquivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - OFÍCIO “S” Nº 4, DE 2011**, “Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010.” **Autoria:** Ministério da Integração Nacional. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 4, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria ao arquivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2008**, “Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos produtivos Locais.” **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva 01-CAE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006**, “Acréscita parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.” **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, DE 2007**, “Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.” **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 572, DE 2009**, “Acréscita o inciso XII ao artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que “Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos.” **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2011** “Altera a Lei nº 10.257 de 2001 - Estatuto das Cidades, para dispor

sobre a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor dos Municípios com áreas de risco situadas em seu território e dá outras providências.” **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2011**, “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para determinar que a elaboração do plano diretor seja orientada por carta geotécnica.” **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Amorim**, Vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Boa tarde!

Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Convites e comunicados.

A Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste está promovendo visitas técnicas aos Estados que compõem a região de abrangência da Sudene. Até o presente momento foram realizadas três visitas: 23 de maio, a Alagoas; 6 de junho, à Paraíba; 4 de julho, ao Piauí. A próxima visita será ao Estado do Ceará, no dia 29 de agosto. Comunico que as visitas a Pernambuco e Sergipe, anteriormente agendadas para os dias 8 e 15 de agosto, foram respectivamente adiadas.

A Comissão recebeu o convite do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil para participar do 2º Encontro Estratégico entre Parlamentares e Entidades do Setor Hoteleiro, que acontecerá no dia 26 de agosto no Hotel Pestana, Salvador, Bahia.

Acontecerá, no próximo dia 29 de agosto, a 8ª Visita do 2º Fórum Legislativo na cidade sede da Copa do Mundo de Futebol do Brasil na cidade de Salvador, na Bahia.

Recebemos da Secretaria Geral da Mesa comunicado informando que o Senador Reditario Cassol ocu-

pará a vaga como membro suplente desta Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol.

Recebemos também a sua indicação para participar da Subcomissão Permanente da Amazônia como membro titular.

Como é da competência desta Presidência fazer a designação dos membros das subcomissões, segundo o art. 89, inciso IV, do Regimento Interno, designo o Sr. Senador Reditario Cassol para ocupar a vaga como membro titular da Subcomissão da Amazônia.

Neste momento, está havendo uma sessão solene no plenário do Senado, o que talvez justifique a ausência de alguns Senadores.

Por esse número, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)

Ata da vigésima primeira reunião da comissão de desenvolvimento regional e turismo, extraordinária, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em vinte e três de agosto de 2011, terça-feira, às 15 horas, na sala de reuniões nº 03 da ala alexandre costa, anexo ii do senado federal.

Às quinze horas e cinco minutos do dia vinte e três de agosto do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número três da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Ataídes Oliveira, José Pimentel, João Alberto Souza, Lobão Filho, Armando Monteiro, e ainda os senadores que não compõe esta Comissão Roberto Requião, Renan Calheiros, Romero Jucá, Demóstenes Torres, Valdir Raupp, Humberto Costa, Sérgio Souza, Valdemir Moka, Randolfe Rodrigues, José Agripino Maia e Francisco Dornelles. Deixam de comparecer os Senadores Vicentinho Alves, Ciro Nogueira, Maria do Carmo Alves e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a exposição do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo, Pedro Novais, nos termos do art. 397, § 1º do RISF (Const., art. 50, § 1º). Após a exposição do Sr. Ministro, usam da palavra os Senadores Lobão Filho, Wellington Dias, João Alberto Souza, Demóstenes Torres, Vital do Rêgo, Eduardo Amorim, Antônio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Wilson Santiago, Vanessa Grazziotin, Renan

Calheiros, Ana Amélia, e, ainda, o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que tem como pauta a presença de S. Exª o Sr. Ministro de Estado do Turismo, Sr. Pedro Novais, que fará uma exposição a esta Comissão, que tem afinidade com o Ministério do Turismo, a respeito das ações do seu Ministério na área de infraestrutura turística do País, para que possamos receber, dentro de mais alguns anos, os grandes eventos internacionais na área esportiva.

Assim sendo, designo os Srs. Senadores Wellington Dias e Lobão Filho para que tragam o Ministro até a Mesa, por favor.

Srªs e Srs. Senadores, conforme previamente estabelecido em pauta entregue a V. Exªs, temos a honra de receber aqui na Casa S. Exª o Sr. Ministro de Estado do Turismo, Sr. Pedro Novais, que atendeu gentilmente o convite desta Comissão para que aqui viesse fazer uma exposição a respeito das ações que têm sido desenvolvidas pela Pasta que dirige, para conhecimento dos Senadores e do Brasil como um todo.

Sr. Ministro, V. Exª tem, num primeiro momento, trinta minutos para fazer a exposição e, se for necessário, lhe concederei mais tempo. Depois, será aberta a inscrição dos Srs. Senadores que desejarem fazer qualquer tipo de interpelação ou perguntas ao Sr. Ministro.

A palavra aos Srs. Senadores, após a explanação do Sr. Ministro, será concedida em obediência à lista de inscrição. E para evitar qualquer dúvida sobre o procedimento, vamos fazer uma intercalação entre os partidos de cada um dos Senadores que se inscreverem a lista.

Concedo a palavra ao Ministro Pedro Novais pelo prazo de 30 minutos para fazer sua exposição.

O SR. PEDRO NOVAIS – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, Senador Benedito de Lira; Exmªs Srªs Senadoras Ana Rita e Ana Amélia; Exmºs Srs. Senadores José Pimentel, Renan Calheiros, Wellington Dias, João Alberto de Souza, Romero Jucá, Demóstenes Torres, Lobão Filho, João Alberto já mencionei, repito, é o meu Presidente, no Maranhão, do PMDB; meus companhei-

ros de trabalho, Chefe de Gabinete Bento Afonso dos Santos;; meus amigos, membros do Conselho Nacional de Turismo; senhoras e senhores e imprensa.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é uma grande honra comparecer ao Senador Federal para prestar esclarecimentos sobre minha atuação no Ministério do Turismo.

Exmº Sr. Presidente, o Ministério do Turismo foi criado em 2003, do desdobramento do Ministério do Esporte e Turismo.

Possui cerca de 300 funcionários, sendo 170 de cargos comissionados – DAS.

À época de sua implantação, o Ministério do Turismo tinha recursos da ordem de R\$250 a R\$300 milhões. A partir de então, com o grande crescimento de emendas parlamentares, o orçamento do Ministério, hoje, chega à cifra de R\$3 bilhões. Muito influiu para isso a presteza com que, a partir da administração Mares Guia, o Ministério do Turismo passou a atender e resolver os assuntos grandes e pequenos dos Municípios brasileiros através das emendas parlamentares. O número de emendas parlamentares cresceu enormemente desde 2004.

O orçamento do Ministério do Turismo era, no começo do ano, de R\$3.700 bilhões. Começou de R\$300 milhões e, em 2011, estava em R\$3.700, mais de 10 vezes. Mas todas as emendas de comissão, de bancada e individuais, e mais de 30% do orçamento geral foram contingenciados no começo do ano, de sorte que estamos trabalhando com algo em torno de 15,5 do total, isto é R\$570 milhões, neste número, compreendidos R\$140 milhões para a Embratur.

Os restos a pagar, no começo do ano, a tingiam R\$3.600 milhões. Com o cancelamento das emendas de 2007 e 2008, o orçamento ficou reduzido para apenas R\$2.800 milhões.

Informo, ainda, que cerca de apenas R\$80 milhões foram liberados no primeiro semestre para o pagamento de restos a pagar.

Quero dizer, no entanto, Srªs e Srs. ilustres Senadores, que estou de inteiro acordo com a compressão dos gastos e despesas implantada pela Presidenta Dilma, pois reconheço a necessidade de combater a inflação e a de preparar o País para o rescaldo da crise financeira que está à nossa porta.

Minha preocupação inicial no Ministério do Turismo foi fazer uma administração correta, mas não apenas isso: transparente. E com que instrumentos administrativos e burocráticos isso poderia ser feito, ilustre Senador Wilson Santiago?

A estrutura organizacional do Ministério do Turismo é de 2008 e já não correspondia à realidade do Ministério do Turismo em 2011. Aglutinação de uni-

dades, paralisação de outras, superposição de serviços e rotinas eram o mínimo que se podia constatar. O Regimento Interno, muito menos. Esse é de 2005; a estrutura de 2008 com o Regimento anterior, de 2005. Antes, portanto, da estrutura organizacional da Lei Geral do Turismo, que também é de 2008. Como é possível? Como é possível isso? Falo de fatos, não de ficção. Quem quiser pode consultar o *site* do Ministério do Turismo.

Dediquei os primeiros quatro meses de minha entrada no Ministério do Turismo, eu, pessoalmente, e alguns colaboradores que aqui se encontram, à elaboração dos trabalhos que deverão ser os pilares da administração da Pasta, isto é, uma nova estrutura organizacional, já submetida à Presidência da República, e, pelo que sei, aceita, mas ainda não editada. O Regimento Interno, condizente com a estrutura organizacional nova, está pronto para ser implantado tão logo seja expedido o decreto presidencial.

E, por último, o Plano Nacional de Turismo, já em exame na Presidência da República, segundo me dizem, em condições de ser, em breve, aprovado e publicado. Estou dando especial atenção à regulamentação da Lei nº 11.771, de 2008, denominada Lei Geral do Turismo, e à regulamentação de suas normas e princípios, especialmente o disciplinamento e o ordenamento das atividades dos prestadores dos serviços turísticos.

As conquistas nesse terreno são alvissareiras. Sabemos que bons serviços prestados, a hospitalidade, o aproveitamento cultural, social e ambiental, de lazer e divertimento saudável farão parte do legado de recordações e emoções de todos, nacionais e estrangeiros, de todos que vierem à Copa de 2014.

Insistimos na regulamentação e no aprimoramento das atividades dos prestadores de serviços de que são exemplos os atos que adiante vou mencionar.

Classificação hoteleira. Expedi a Portaria nº 100, que estabelece normas para classificação da rede hoteleira, prática em desuso no País ou feita sem parâmetros e critérios. As normas de avaliação que se estabeleceram constituem instrumento de competitividade entre os meios de hospedagem e, ao mesmo tempo, garantia da qualidade dos serviços contratados pelos usuários. Estudamos o assunto em 24 países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Fizemos oito oficinas com empresários do setor, para nos cercar da devida cautela. Obtivemos ainda da Presidenta Dilma Rousseff, através do Decreto nº 1500, de 2011, a definição do símbolo estrela como avaliação, agora devidamente registrado no INPI.

Também editei no mês passado o cadastro dos prestadores de serviços turísticos, denominado Ca-

dastur, iniciado e experimentado há mais de três anos, mas não oficialmente estabelecido de forma que pudesse a obrigatoriedade dele se efetivar como determina a legislação.

O certificado Cadastur será a identidade do prestador de serviços turísticos, como é o cartão CPF e o cartão CNPJ para a Receita Federal. Formalizamos, através de portaria, a definição do segmento de turismo religioso, como vertente do turismo cultural e estamos selecionando através de chamada pública participantes do turismo religioso em cada macrorregião do País. A esse segmento se dará a prioridade e a dinamização que ele merece.

Criamos o Centro de Informações Turísticas, já em fase de instalação, CIT 14, onde disporemos em um só local de todos os dados referentes à Copa a fim de conhecer a realidade e melhor nos prepararmos para essas ações.

Instituímos o Conselho de Facilitação Turística, criado, mas não devidamente instituído, composto de representantes de 20 Ministérios e em fase de instalação. Acabamos de criar com a participação da Embratur o Frontur, programa de turismo de fronteira, destinado a dinamizar o turismo nas cidades dos Estados fronteiriços com países sul-americanos.

Devo registrar que, ainda este mês, provavelmente nos dias 29 ou 30, lançaremos o Sistema Brasileiro de Registro de Hóspedes. O registro que se faz hoje no País, por ser manual, defeituoso e inconsistente, vai ser substituído por um sistema eletrônico, Senadora Ana Amélia, computadorizado e com armazenagem de dados centralizada. A ficha que se preenche hoje na entrada de qualquer estabelecimento hoteleiro deixará de ser um martírio, o primeiro martírio que se recebe ao se hospedar em hotel – o segundo é pagar. Pois bem, a ficha será eletronicamente preenchida toda vez que a pessoa se apresentar para o *check-in* em qualquer balcão de hotel no Brasil, transferido de um hotel para o outro.

Em setembro, daqui a 15 dias, nós estaremos expedindo dois outros atos normativos: o ato que se refere aos guias de turismo e o ato das transportadoras turísticas. Precisamos estar com esses serviços implantados conscientemente e conscienciosamente, para que os turistas que vierem do estrangeiro, daqui do nosso país, possam levar boa recordação. O serviço do guia de turismo é importante para quem vem ao país pela primeira vez.

Devo mencionar que o Plano Nacional de Turismo inclui as responsabilidades do Ministério para a Copa de 2014, com uma qualificação de 306 mil agentes da cadeia produtiva de turismo; os centros de apoio ao turismo; a acessibilidade para deficientes; a promo-

ção do turismo, inclusive, no exterior que está a cargo da Embratur; e, por último, o monitoramento da rede hoteleira, uma vez que ficou a cargo do Ministério, no país e no exterior, a divulgação das linhas de crédito para reforma, ampliação e construção de novos hotéis.

Já que estamos falando neste ponto, desejo informar que, pelos parâmetros utilizados na Copa da África do Sul, todas as cidades-sede da Copa no Brasil já atendem, hoje, às necessidades de hospedagem fixadas e defendidas pela Copa, em termos de unidades habitacionais, exceto duas: Cuiabá e Manaus, que completarão as suas necessidades até junho do próximo ano.

Nós estamos, como eu disse, comprometidos com a qualificação de 306 mil pessoas, que já trabalham na linha de prestação de serviços: atendentes, informantes de aeroportos, transportadoras turísticas, recepcionistas de hotel, *concierges*, ascensoristas, camareiras, garçons, e muitos outros, e melhorarão o desempenho técnico de suas atividades, se instruirão em ética e cidadania. Muitos aprenderão o essencial de inglês e espanhol; e fazem parte dos nossos programas Bem Receber Copa e Olá, Turista.

A qualificação profissional dessas pessoas está sendo feita por institutos ligados às entidades representativas de classe, sob a orientação curricular e pedagógica da Fundação Getúlio Vargas. O ensino de idiomas é ministrado pela Fundação Roberto Marinho.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, meus senhores e minhas senhoras, falarei agora da crise.

Primeiro, o Ministério do Turismo adotou critérios mais rigorosos para a prestação de contas por parte das entidades privadas sem fins lucrativos. Desde o dia 12 de agosto, o Ministério do Turismo só poderá celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos que aprovarem a aplicação regular de repasses de recursos anteriormente recebidos.

Reduzimos para 30 dias o prazo para que entidades conveniadas apresentem suas prestações de contas. Prestações de contas apresentadas dentro do prazo previsto terão mais quinze dias, se for o caso, para regularizar pendências que forem constatadas.

Publicamos também a Portaria nº 136, que suspende a assinatura de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos pelo prazo de 45 dias. Nesse período, estamos dando prioridade à análise das prestações de contas já apresentadas e com pendências. Estamos realizando um esforço concentrado para que convênios já firmados sejam analisados e reavaliados. Para isso, designamos uma força-tarefa. Devo enfatizar também que todas essas providências foram adotadas pela Embratur, a cargo do Dr. Flávio Dino.

Com relação à ação da Operação Voucher, imediatamente, quando tomamos conhecimento, como manda a prática, solicitamos à AGU a representação judicial para os agentes públicos envolvidos; pedimos à Controladoria Geral da União que nos ajudasse a estabelecer procedimentos administrativos disciplinares para proceder à investigação e à averiguação de todas aquelas falhas apontadas e que deram motivo à Operação Voucher; suspendemos funcionários de suas funções, suspendemos, repito, a celebração de convênios com entidades sem fins lucrativos por mais 45 dias.

Encerrando, Sr. Presidente, quero ler um trecho não escrito por mim, mas pelos membros do Fornatur, Fórum Nacional dos Secretários de Turismo dos Estados, e de outras entidades dos Estados, respaldado esse trabalho pelo Conselho Nacional de Turismo, aqui representado pelo Conselho Gestor, que está ali ao fundo.

Diz o documento:

O turismo brasileiro é maior que eventuais erros ou equívocos administrativos. Sete milhões de empregos e R\$75 bilhões movimentam a cadeia produtiva de mais de 52 elos, com quase todos os setores da economia. Através do turismo, o Brasil se relaciona com dezenas de países em todo o mundo, como destinos ou mercados emissivos.

Conhecedores do funcionamento da estrutura do Ministério do Turismo, uma conquista importante do setor, temos plena ciência e profunda convicção sobre a honorabilidade e correção da maioria esmagadora dos seus servidores. O corpo técnico do MTur é parte do patrimônio turístico brasileiro.

Assim é que, como cidadãos e gestores públicos, conclamamos as atividades responsáveis pela apuração de eventuais crimes ou irregularidades a agirem com o máximo rigor e com maior velocidade possível para punir os verdadeiros culpados e retirar do ambiente do turismo a nuvem de suspeição e a sombra de paralisação.

São empregos, renda e riqueza da sociedade brasileira que dependem da agenda positiva do turismo e da correta percepção de que o turismo é um setor estratégico para o setor econômico.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. e Sr^{as} Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado Sr. Ministro pelas suas explicações.

Eu gostaria, agora, de compor com os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras a maneira mais prática de nós fazermos uma coisa com mais agilidade, por exemplo. Proponho que nós possamos ouvir um bloco de

Senadores e Senadoras para poder, então, o Ministro dar as respostas. Seriam blocos de quatro Senadores. Os Srs. Senadores concordam? Quem discorda levanta o braço.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)

– Sr. Presidente, por favor, V. Ex^a poderia a proposta?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Para as interpelações que os Senadores e Senadoras inscritos farão ao Ministro, para que a gente ganhe tempo, cada um terá cinco minutos para fazer as perguntas que achar necessárias dentro dos temas focados pelo Ministro. Ouviríamos quatro e passaríamos a palavra para o Ministro, para que ele responda o primeiro bloco.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Essa é a proposta da Paraíba.

Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O primeiro Senador inscrito é o Senador Lobão, do PMDB.

V. Ex^a tem cinco minutos para fazer as perguntas e as indagações a S. Ex^a, o Sr. Ministro.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estimado Ministro do Turismo, Pedro Novais, eu, que tenho as mesmas raízes do Ministro Pedro Novaes – nós somos do mesmo Estado, do mesmo partido –, posso afirmar, com toda tranquilidade, tratar-se de um grande brasileiro.

Nosso Ministro, com sua larga experiência de vida, está dando à sua pasta uma dinâmica toda especial, visando, principalmente, a atender, em tempo e com absoluta qualidade, os grandes eventos que ocorrerão em nosso País, como a Copa e as Olimpíadas.

Mas quero, Sr. Presidente, ater-me ao real motivo que trouxe o Ministro a esta Comissão, que é, em resumo, o de prestar todos os esclarecimentos a esta Casa e, principalmente, ao povo brasileiro, sobre a recente operação da Polícia Federal que culminou com a prisão de diversos servidores daquela pasta.

Acompanhei pelo noticiário nacional seus desdobramentos e, sinceramente, fiquei bastante satisfeito com a firmeza do nosso Ministro Pedro Novaes. Nosso Ministro agiu rápido e já exonerou alguns servidores presos durante a Operação Voucher, percebendo que, efetivamente, poderiam estar envolvidos em irregularidades no exercício das suas funções.

O Ministro também começou uma profunda reestruturação da pasta e já autorizou a nomeação de novos 56 concursados, de nível médio e superior, além de ter assinado uma portaria que, doravante, torna mais rigorosa a prestação de contas do Ministério e suspende, por 45 dias, a assinatura de novos convênios com

entidades privadas e sem fins lucrativos, conforme o próprio Ministro aqui declinou ao longo da sua fala.

Eu penso que, com essas ações firmes e no momento, mas sempre com equilíbrio, o nosso Ministro, certamente, seguirá prestigiado pela nossa Presidente Dilma.

Mas, Ministro, eu gostaria também de fazer duas indagações a V. Ex^a. A primeira diz respeito ao meu Estado, o Maranhão. Estive, na sexta-feira, com a Governadora Roseana Sarney, que me disse, em audiência, que, para o Maranhão, foi destinado menos de R\$1 milhão, neste ano de 2011, à pasta do turismo, contrariamente ao que está publicado nas revistas e nos jornais do País em que se afirma que o Maranhão foi o grande beneficiário de sua gestão dentro do Ministério do Turismo. Eu gostaria que V. Ex^a explicasse isso, essa distância entre os números públicos e os que a Governadora me informou.

Em segundo lugar, eu achei estranho que V. Ex^a, estando há apenas seis meses no Ministério, pudesse ter atos ou atitudes que possam ter resultado em uma ação da Polícia Federal. Então, eu gostaria, também, que V. Ex^a pudesse, aqui nesta Comissão, se essas atitudes ou atos ministeriais são das gestões anteriores ou se são desta gestão nova de 2011.

Eu acho que essas perguntas são imprescindíveis para qualquer início de debate e de explicações que a gente possa ter sobre as dúvidas que foram criadas pela imprensa, sendo só para o momento, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente Benedito de Lira, Senadores presentes, meu querido quase conterrâneo Ministro Pedro Novais – digo quase conterrâneo porque me lembrava, há pouco ali, do Coelho Neto, do outro lado do rio Parnaíba, bem perto da nossa capital Teresina, inclusive, V. Ex^a estudou no nosso Estado – é um privilégio muito grande tê-lo aí. Primeiro, quero lembrar a minha gratidão, desde o meu tempo de Governador, de Parlamentar estadual e federal pela nossa convivência. Depois, também falo da importância do Ministério.

Acho que foi um ato acertadíssimo do Presidente Lula a criação do Ministério do Turismo que, desde a gestão do Ministro Mares Guias, ganhou um peso, uma importância muito grande pela sua capacidade de relacionamento no Parlamento, seguido pela gestão da hoje Senadora Marta, do Ministro Luiz Barreto, enfim.

Então quero, neste instante, ressaltar a importância do relato que faz V. Ex^a e apoiar totalmente as propostas aqui encaminhadas, que vão no sentido de estimular cada vez mais essa grande indústria geradora de emprego que é o turismo. Essa é uma área em que o Brasil tem um campo para crescimento gigantesco e certamente contará com o meu apoio, com o

apoio do nosso Partido e, tenho certeza, de todos que o acompanham nesta Casa.

Quero ainda fazer sobre isso um pleito. Nós já conversamos sobre o assunto. Primeiro, quero agradecer a presença de V. Ex^a recentemente lá em São Paulo, no momento em que o meu Estado, o Piauí, fazia lá uma apresentação sobre o potencial que temos, inclusive nessa área do turismo, com o Governador Wilson Martins e com a Bancada Federal, quando muitas autoridades de São Paulo, do Piauí, do Governo brasileiro estiveram presentes.

Então, veja, o ponto que considero importante ainda para a gente trabalhar nessa área é a área da viação regional. Nesta Comissão, comandada pelo Presidente Senador Benedito de Lira, estivemos tratando desse tema. A Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste o fez de modo ainda mais detalhado e especial. E eu creio que nós temos um acumulado de discussões dentro do Governo, tanto no Ministério do Turismo, como no Ministério da Defesa, e agora no Ministério da Aviação Civil e outros.

Eu vim de Teresina ontem, Sr. Presidente, e alguém vinha de Teresina a Brasília para ir a Natal, Rio Grande do Norte. Situações como essa ocorrem. Alguns vêm de Alagoas a Sergipe, de Maceió a Sergipe, de Maceió a Recife ou João Pessoa, cidades bem próximas. E nós não podemos fechar os olhos para essa situação. O Brasil está se preparando para grandes eventos como a Copa do Mundo, as Olimpíadas – agora o Papa acaba de anunciar o Encontro Mundial da Juventude também no Brasil – e não pode mais suportar situações como essa.

Há um entendimento do fórum dos secretários e do fórum dos Governadores no sentido de garantir condições de incentivo a uma proposta elaborada, inclusive, está pronta e eu queria que V. Ex^a pudesse ser o grande condutor dessa saída, de termos de uma política nacional de incentivo, de sustentação, de segurança para essa área da aviação regional.

Por último, vendo e tendo estado presente muitas vezes, feito muitas parcerias no meu Estado e acompanhado o Ministério do Turismo, devo dizer que é importante que a gente tenha, sim, as investigações necessárias. É importante também, eu sempre ressalto isso, que a gente não tenha uma denúncia como uma coisa julgada, ou seja, que se tenha oportunidade de defesa, da mais ampla defesa das pessoas que respondem a inquéritos, a processos, a investigações e, é claro, também comungo do pensamento e da posição de V. Ex^a, e o parabeno por isso: doa a quem doer, seja de qual partido, seja de qual região, enfim, se alguém praticou crime, se alguém cometeu irregularidade, que, na forma da lei, possa pagar por isso.

Eu quero aqui, em nome do povo do Piauí, manifestar a confiança, o apoio e o trabalho aqui, tanto pelo Estado como aqui no Congresso Nacional, de V. Ex^a e de toda a equipe.

Era isso.

Obrigado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente Benedito de Lira, meu querido Ministro Pedro Novais, eu ouvi atentamente o relato de V. Ex^a. Vi de perto a firmeza com que V. Ex^a comanda o Ministério do Turismo. Eu o conheço, sei como V. Ex^a administra com tanta transparência e, acima de tudo, correção.

V. Ex^a já foi Secretário da Fazenda por várias vezes, foi Deputado Federal por várias vezes, passou pela Receita Federal e por muitos outros cargos e hoje está no Ministério do Turismo. O que nós esperamos é que esse Plano Nacional de Turismo venha a ser aquela locomotiva condutora da indústria do turismo, indústria que dá mais emprego e mais renda. Vem aí a Copa do Mundo, vêm as Olimpíadas e tenho certeza de que o Brasil será uma atração mundial e nós devemos aproveitar esse ensejo para mostrar nossa riqueza, para mostrar ao mundo o que é um País em evolução como o Brasil.

Eu conversava com o Embaixador da Hungria e ele me relatava que o número de turistas que seu país recebe por ano é maior do que a sua população. Eu acho que o turismo que chega ao Brasil ainda é muito pouco diante das nossas belezas. Quem já viajou um pouco e vê as belezas fora do Brasil sabe que nós podemos buscar até no interior do nosso País belezas bem maiores do que as que nós encontramos no exterior.

Ministro, eu quero – o Presidente me deu cinco minutos, mas nem preciso desse tempo –, eu quero fazer uma pergunta a V. Ex^a. Eu sinto muito que nós somos pautados por revistas e por jornais. Eu não. Eu não virei ao Senado fazer perguntas em função de publicações. Eu detesto essas coisas. Eu teria que trazer... Eu não assino comissão de inquérito desde que não tenha um motivo comprovador do que possa acontecer. Não é o seu caso, em absoluto, mas eu tomei conhecimento de que, na cidade de Barra do Corda, teria uma obra do Ministério ou uma emenda de R\$1 milhão que teria sido designado para uma determinada empresa e que essa importância seria do Ministério do Turismo. Eu gostaria de perguntar a V. Ex^a: isso é de antes do Governo de V. Ex^a ou de depois da sua posse no Ministério do Turismo? E realmente é obra em andamento? Já existe empresa contratada?

Há uma afirmação de que não teria nem licitação. Eu duvido muito de que isso aconteça por parte

de V. Ex^a. Quem conhece V. Ex^a sabe da maneira que V. Ex^a age.

Sr. Presidente, eu quero apenas parabenizar, encerrando, o nosso Ministro Pedro Novais e dizer a ele que, de nossa parte, nunca faltará o apoio para que V. Ex^a possa fazer a grande administração que fará à frente do Ministério do Turismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço o Senador João Alberto.

Para fechar este bloco, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Não estando presente, com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros, Sr. Ministro, aproveitando a pergunta do Senador João Alberto, queria também que V. Ex^a explicasse como é essa emenda para o Município de Barra do Corda...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Barra do Corda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Barra do Corda, não é?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Barra do Corda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Barra do Corda, não é? Acertei da segunda vez. Qual o motivo pelo qual o Município de Barra do Corda, no Maranhão, recebeu – foi apresentada a emenda por V. Ex^a quando era Deputado e não Ministro –, para construção de uma ponte, o valor de R\$1 milhão? Faz-se a comparação com Jericoacoara, que não teria recebido valor parecido com esse, embora não seja no mesmo Estado, e diz-se que o objetivo era beneficiar uma empreiteira fantasma. V. Ex^a pode nos explicar isso?

Em audiência na Câmara dos Deputados, V. Ex^a admitiu possíveis irregularidades nos convênios de sua pasta e afirmou também que os futuros convênios que foram suspensos após as denúncias de desvios e outros que também foram suspensos só serão efetivados após o Ministério Público verificar sua legitimidade. De que maneira V. Ex^a vai fazer essa verificação? Quais serão as medidas a serem tomadas por V. Ex^a? V. Ex^a acredita que essas medidas podem resolver os problemas futuros?

Pergunto também a V. Ex^a se poderia nos explicar o motivo de o empresário César Gonçalves, que dirigia o Instituto Brasileiro de Hospedagem, mas foi afastado da Brasília tur há cerca de três anos por improbidade administrativa, qual é o motivo de ele participar de contratos no valor de R\$52 milhões com o Ministério do Turismo?

Ministro, o Ministério do Turismo anunciou que passará a adotar novas regras para estabelecer convênios e parcerias com entidades sem fins lucrativos, exigindo que ONGs comprovem a aplicação regular e a despesa dos recursos recebidos. Não está na hora de acabar com essas ONGs, não, Ministro? O Estado não dá conta ou não tem entidades mais sérias, como igrejas, Sesis e Senac, que são aparentemente sérios? Não tem entidades outras que não ONGs, porque muitas vezes essas ONGs são verdadeiros sangradouros do dinheiro público? Se V. Ex^a ainda pretende insistir com as ONGs, que exigências poderiam ser feitas nesses convênios para evitar a facilitação do desvio de verbas?

Ministro, também uma outra ONG – é sempre ONG –, o Instituto Marca Brasil, um dos que mais recebem dinheiro do Ministério do Turismo, pagou passagens aéreas para o Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenação do Ministério do Turismo, Sr. Ricardo Moesch. V. Ex^a considera essa uma prática que deve ser seguida pela Administração Pública?

É notório que a esposa do Sr. Ricardo Moesch trabalha para esse mesmo Instituto Marca Brasil. Na Câmara dos Deputados, V. Ex^a foi indagado sobre um possível conflito de interesses na relação da Moesch com o Instituto e afirmou que, antes de emitir um juízo, teria que analisar alguns documentos. Indago a V. Ex^a: já analisou esses documentos? Se analisou, a que conclusão chegou?

Volto daqui a pouco com outras perguntas, porque meu tempo agora esgotou.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Fechando o primeiro bloco, concedo a palavra a S. Ex^a, o Sr. Ministro, para as respostas.

O SR. PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

O caso do Maranhão, Senador Lobão Filho, é muito interessante. Os Srs. Senadores devem conhecer, e tenho certeza de que conhecem, o Programa de Desenvolvimento do Turismo, constituído de recursos do Bird e do Ministério do Turismo. Em geral, os projetos do Prodetur têm recursos do Bird, 50%, e do Ministério do Turismo, 40%, chegando a 50% também. Mas pode ser menos do Ministério, uma vez que os próprios Estados que recebem esses recursos também oferecem uma contrapartida.

O Prodetur nacional começou em 2008, no segundo semestre. O Ceará, por exemplo, tem um pleito em andamento, já com diversas obras em construção, de US\$250 milhões, sendo US\$ 150 do Bird e US\$100 do Ministério do Turismo. O Rio de Janeiro tem um

pleito de US\$112 milhões, aliás, de US\$187 milhões, sendo US\$112 de financiamento que foi assinado na semana passada. O Senado houve por bem aprovar o endividamento do Estado do Rio de Janeiro. Assim, ele assinou, na semana passada, com o Presidente do Bird, esse contrato de US\$112 milhões. O Ministério do Turismo se compromete a entrar com US\$75 milhões para complementar esse contrato de US\$187 milhões.

Goiás, terra do Senador Demóstenes, tem um pleito de US\$132 milhões, dos quais US\$79 milhões do Bird e US\$53 milhões do Ministério. Pernambuco tem um de US\$125 milhões, sendo US\$75 milhões do Bird e US\$50 milhões do Ministério. Tocantins, US\$72 milhões, aliás, US\$120 milhões, sendo US\$72 milhões do Bird e US\$48 milhões do Ministério do Turismo. Sergipe, Paraná, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Norte. O Piauí, do querido Senador Wellington Dias, tem um pleito de US\$50 milhões, sendo US\$30 milhões do Bird e US\$20 milhões do Ministério do Turismo. Mato Grosso do Sul, também US\$50 milhões.

Só o Maranhão tem um de US\$40 milhões, sendo US\$18 milhões da Corporação Andina de Fomento, não é o BIRD – a corporação Andina de Fomento é uma entidade que também empresta dinheiro para o desenvolvimento do turismo –, e US\$12 milhões, US\$16 milhões do Ministério do Turismo.

Da segunda metade do ano de 80, o Ceará empenhou, agora falo em reais, R\$78 milhões e recebeu R\$51 milhões. Fortaleza, fora daqueles US\$250 milhões do endividamento do Ceará, empenhou R\$20 milhões e recebeu R\$6 milhões. Goiás, R\$39 milhões e recebeu R\$14 milhões. Pernambuco empenhou R\$56 milhões e recebeu R\$44 milhões.

Para não demorar muito, Senador Demóstenes, vou chegar ao fim, o Rio Grande do Norte... O Maranhão empenhou apenas R\$3,3 milhões. Enquanto o Ceará empenhou, repito R\$78 milhões; o Maranhão empenhou R\$3,3 milhões, sendo que o Ceará recebeu dinheiro vivo, R\$51 milhões; Fortaleza, R\$6 milhões; Goiás, R\$14 milhões; Bahia, R\$30 milhões; Pernambuco, R\$44 milhões; Rio de Janeiro R\$11 milhões; Paraná, R\$29 milhões; Espírito Santo, R\$3 milhões; Mato Grosso do Sul, R\$42 milhões; Sergipe, R\$9 milhões. O Maranhão recebeu apenas R\$863 mil, do Prodetur. A minha ida para o Ministério do Turismo facilitou isso para o Maranhão: que ele conseguisse empenhar daquele convenio que foi escandalizado R\$2,5 milhões e recebesse apenas R\$860 mil.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Ministro, só para entender bem.

O SR. DEMOSTÊNES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É a mesma pergunta do Senador Lobão. Essa emenda é referente ao Prodetur?

O SR. PEDRO NOVAIS – Não, não é essa ainda. Essa é a primeira pergunta dele.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Mas eu só quero um esclarecimento. Quer dizer que, em vez de sermos o primeiro Estado brasileiro a receber recurso, nós somos o último? Pelo que entendi, nós somos o último.

O SR. PEDRO NOVAIS – É o último. É o 13º de uma lista de treze. *(Pausa.)*

O Senador Edson Lobão pergunta também se as irregularidades apontadas são das gestões anteriores ou das novas. As irregularidades, todas, que estão sendo apontadas, Senador Edson Lobão, são das administrações anteriores a 31 de dezembro de 2010.

Senador Wellington Dias, posso responder? *(Pausa.)*

Senador Wellington Dias, muito obrigada pelas agradáveis referências que me fez em razão de eu haver estudado, por longo tempo, em Teresina, capital do seu Estado.

Realmente, o problema da aviação regional é um dos mais importantes que se tem a examinar na questão turística. Na audiência que tive com a Presidenta Dilma Rousseff, quando examinamos os objetivos e metas do Plano Nacional de Turismo, Sua Excelência, mostrou a sua preocupação com o desenvolvimento da Aviação Regional. O que eu posso dizer sobre este assunto é que nós temos um estudo já elaborado pela Abetar – Associação Brasileira de Transporte Aéreo Regional – sobre o problema da Aviação Regional do Brasil.

Estou de pleno acordo com o Senador Wellington Dias, estamos fazendo e faremos todas as investigações que nos competem fazer, assegurando sempre, Senado Demóstenes Torres – e V. Exª conhece bem isso, Promotor que foi durante muito tempo – o direito de defesa, os direitos e as garantias das liberdades individuais, que nos compete, sempre, defender e consagrar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Passa a responder o Senador João Alberto.

O SR. PEDRO NOVAIS – Senador João Alberto, realmente o PNT – o Programa Nacional de Turismo – tem capítulos importantes sobre a Copa do Mundo.

A Copa do Mundo é um dos eventos mais importantes que vai acontecer no Brasil, porque o futebol é, como se diz vulgarmente, a coqueluche nacional, mas existem outros grandes eventos que estão acontecendo no País e que vão ocorrer até o fim da década. Está sendo anunciado agora, aquele Programa da Juventude Católica, que, segundo alguns, trará mais estrangeiros para o Brasil do que a própria Copa. Na verdade, a Copa é importantíssima porque a Copa contém e contempla a alma do brasileiro, mas também este

Programa da Juventude Católica, que será realizado no ano de 2012, para o País, é um grande passo para o incremento e o desenvolvimento do turismo.

É verdade, Senador João Alberto: a Hungria recebe mais turistas estrangeiros do que o número dos seus habitantes. Mas não é só a Hungria que faz isso. A Espanha também faz isso. O número de espanhóis é menor do que o número de estrangeiros que visitam a Espanha. Foi por isso, foi conhecendo esta realidade que nós acabamos de criar o Frontur, Programa de Desenvolvimento de Fronteira, destinado a trazer turistas sul-americanos para o País. A Hungria recebe mais estrangeiros, mas estrangeiros dos países próximos. A Espanha recebe mais estrangeiros dos países vizinhos. Então queremos que venham para a Copa do Brasil, em 2012, principalmente, os sul-americanos. É muito mais fácil nós pretendermos trazer turistas dos países vizinhos, que estão no nosso quintal, do que pretender trazer chineses, russos e japoneses.

Sem embargo disso, estamos ampliando e capacitando os nossos escritórios de promoção turística no exterior. Vamos também desenvolver agora esse programa Frontur, principalmente nos quatro Estados contemplados: dois como sede da Copa de 2014 – Mato Grosso e Amazonas, que tem sede em Manaus – e também aqueles Estados que se abriram para os países da América do Sul, como o Acre, com aquela abertura para o Pacífico, e o Amapá, com a estrada Brasil-França, que estará sendo inaugurada dentro de pouco tempo.

Quanto ao assunto Barra do Corda, realmente, Senador João Alberto, eu coloquei em 2009 uma emenda de R\$1 milhão para a construção de uma ponte em Barra do Corda. Coloquei, só que não é verdade que a empresa “x”, “y” ou “z” vá fazer aquela ponte, porque ainda não houve licitação; não é verdade que nenhum centavo de recurso tenha saído do Ministério para a construção daquela ponte, pois o dinheiro só sai quando a Caixa diz que a obra está em condição de ser iniciada. Não há um metro de ponte iniciada. Portanto, houve um lamentável engano sobre este assunto.

Posso responder ao Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu queria só, Ministro, antes, dizer que V. Exª fez uma afirmação que contraria, objetivamente, tudo que foi divulgado. V. Exª tem como expedir uma certidão neste sentido: não há licitação, portanto não se decidiu quem é que vai fazer, que a Caixa não liberou o dinheiro, então nenhum centavo ...

O SR. PEDRO NOVAIS – Farei chegar às mãos de V. Exª, com muito prazer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PEDRO NOVAIS – Responderei agora as indagações de V. Ex^a, e a primeira seria esta sobre a ponte.

Desejo dizer mais que, nos últimos anos, a Senadora Roseana colocou dinheiro para Barra do Corda. O Senador Edson Lobão e vários outros parlamentares do Maranhão colocaram recursos para Barra do Corda, inclusive eu.

Sobre as investigações que estão sendo feitas no Ministério do Turismo: as investigações estão sendo feitas pela Controladoria Geral da União a quem nós pedimos auxílio. Estão sendo feitas no próprio Ministério as investigações das prestações de contas, o exame das prestações de contas, tanto o exame técnico quanto o exame dos documentos financeiros que comprovam o gasto público.

Criamos uma força tarefa, e tenho até algum dado para apresentar a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu até perguntei a V. Ex^a, se V. Ex^a disse que já tem algumas medidas que V. Ex^a irá tomar para evitar que no futuro isso se torne a se repetir. V. Ex^a pode adiantar essas medidas?

O SR. PEDRO NOVAIS – Vou dar alguns dados, se houver alguma falha, V. Ex^a pode pedir que eu complemento.

Em 2011 já foram devolvidos R\$15,803 milhões indevidamente pagos. Foram devolvidos em razão das ações sobre as prestações de contas e sobre os exames da realização dos serviços conveniados. Três milhões e setecentos e setenta mil, além daqueles R\$15 milhões, estão sendo parcelados. Convênios cancelados, no valor de R\$ 3,846 milhões; empenhos cancelados, R\$19 milhões e uma fração. Como V. Ex^a vê, não são valores pequenos. No total, entre empenhos cancelados e convênios, R\$35,389 milhões em 2011.

Em 2011, foram instaurados 300 processos de conta especial – e V. Ex^a sabe que a tomada de conta especial é aquela procedida pelo Tribunal de Contas, depois do processo sair do Ministério e da Controladoria Geral da União e ser examinada pelo Tribunal de Contas. Aproximadamente 1/3 desses instaurados em 2011 são referentes a convênios com entidades privadas.

Quero aqui fazer uma distinção entre entidades privadas.

Existiam ONGs que, até 2010, faziam convênios para promoverem eventos. Como o Senado se recorda, o ano passado houve um grande problema com esses eventos e eles foram proibidos na LDO do ano passado, de tal forma que este ano nenhum convênio com entidade privada para evento foi feito, e nem será feito, porque está proibido. Fizemos alguns ainda com Prefeituras e Governo de Estado para eventos como

São João na Paraíba, São Pedro, para as festas juninas. Esses convênios todos que foram realizados não chegam a R\$40 milhões, em 2011.

Se pudéssemos evitar, de qualquer forma, convênios para eventos dessa natureza, eu acho que seria um grande tento que nós lavraríamos. De qualquer forma, é pretensão deste Ministério – e isso já foi definido nas ações que fizemos anteriormente – não liberar convênio para evento, a não ser para a parte física do evento, por exemplo, para a instalação de um palco, porque a fiscalização chega lá e vê que o palco foi instalado, vê que a obra foi realizada, que a coisa existe, e não para, simplesmente, contratação de bandas e outro tipo de coisa. Essa é uma pretensão que pretendemos implantar.

Acrescento mais, em 2011, foram mandados 210 processos à Controladoria Geral da União.

Sobre aqueles três convênios do Ibrase, um dos quais foi objeto da Operação Voucher, devo informar que, antes de o Tribunal de Contas se pronunciar – e o Tribunal de Contas se pronunciou em acórdão já publicado –, nós já havíamos adotado as providências que ele recomendava, que eram: suspensão de execução do convênio, abstenção de o Ibrase utilizar qualquer parcela de recursos que ainda existisse na Caixa – e, por isso, fizemos um ofício à Caixa pedindo o bloqueio daquele recurso e obtivemos um bloqueio de R\$3,7 milhões – e, em terceiro lugar, providência, pela Caixa, de transferência desse recurso para o Ministério do Turismo, o que será feito quando possível.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Um esclarecimento, Ministro. Afinal de contas, eles receberam quanto? Receberam R\$ 4,4 milhões ou...

O SR. PEDRO NOVAIS – Quatro milhões deste convênio da Operação Voucher, mas receberam outros de outros convênios. Então, o total bloqueado abrange os três convênios, R\$3,7 milhões.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Excelência, eu perguntei também... Se V. Ex^a me permite, V. Ex^a disse que tomará algumas providências para evitar novos desvios. V. Ex^a poderia dizer quais essas providências? V. Ex^a tem intenção de eliminar ou, se não for possível, restringir contratos ou convênios em parceria com ONGs ou OCIPS? Também indagaria a V. Ex^a a respeito do Sr. Ricardo Moesch...

O SR. PEDRO NOVAIS – Estou no meio da resposta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Desculpe.

O SR. PEDRO NOVAIS – Eu vou chegar lá, mas, antes disso, o senhor falou no César Gonçalves.

César Gonçalves é diretor de uma entidade.

Vou explicar o que é o Conselho Nacional de Turismo para que o assunto possa ser entendido.

O Conselho Nacional de Turismo é composto de 71 entidades, que, por sua vez, aglutinam nos Estados entidades daquele setor. Por exemplo, a Associação Brasileira da Indústria de Hospedagem é o órgão central e aglutina a Associação de Indústria de Hospedagem nos Estados; a Indústria de Hospedagem nos Estados é composta pelas redes hoteleiras que existem nos Estados.

Pois bem, os quatro órgãos que tratam de hospedagem no Conselho Nacional de Turismo se reuniram e, segundo sei, solicitaram que o IBH, Instituto Brasileiro de Hospedagem, que é o braço intelectual das entidades da rede hoteleira, vamos dizer, para preparar curso de capacitação para os integrantes da rede hoteleira que vão atuar na Copa. Não são cursos para pessoas que vão ingressar no trabalho da rede hoteleira. São pessoas que já estão lá trabalhando. Então, o Ministério fez este convênio com a IBH, que apresentou o resultado do seu trabalho. A prestação de contas está sendo examinada. Mas, além disso, o Ministério já fez outro convênio, que é a segunda fase do trabalho.

Pois bem, o Sr. César Gonçalves é Presidente da entidade IBH.

Realmente existe esta afirmação, fiquei sabendo dela pelos jornais, de que este Sr. César Gonçalves tem implicação com algumas irregularidades ou denúncias, não sabemos exatamente como é que é, sobre a sua gestão no Governo do Distrito Federal. Estamos atentos a este assunto. Por isso, em vez de darmos andamento à terceira fase, o que já seria adequado fazer, ficamos na segunda fase. Estamos acompanhando de perto o assunto para ver que medida adotar. Quanto à primeira fase, ela está completa, apenas estamos examinando a documentação, que está correta. Quanto à segunda, está em andamento, mas nós fomos advertidos sobre o assunto.

Quanto ao Instituto Marca Brasil, realmente recebemos esta denúncia. Lemos no jornal essa denúncia de alguma acusação que é feita ao Sr. Ricardo Moesch. Como é de praxe, designei uma comissão de investigação, dentro do Ministério, que tem o prazo de 60 dias e que está investigando esse assunto. Dentro em breve, nós teremos o resultado sobre isso, inclusive sobre a acusação de que uma pessoa da família do Sr. Ricardo Moesch trabalhou para esse Instituto Marca Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, é com satisfação que nós assistimos a

presença do Ministro Pedro Novais em nossa comissão. V. Ex^a preside.

Um advogado com larga folha de serviços prestados ao país na condição de advogado tributarista, auditor aposentado, Deputado Federal por sete legislaturas, relator da Lei de Responsabilidade Fiscal, é com esses atributos que o Ministro Pedro Novais vem a está casa falar de turismo.

Em rápida mensagem inicial, S. Ex^a falou das providências nesses primeiros meses, principalmente no Plano Nacional de Turismo e na Lei Geral de Turismo.

Depois atinou para o fato que motivou a sua convocação e durante toda a sua explanação o que se viu, Sr. Presidente, foi um homem absolutamente cioso das suas responsabilidades, dando segmento a um história política sem macula e sem nódoa e que assumiu um posto de um dos mais cobiçados Ministérios dos últimos anos, visto que no entendimento deste Congresso Nacional, o Ministério do Turismo passou ou multiplicou por dez o seus recursos.

O Ministério do Turismo é sem dúvida um ministério de grande simpatia dos parlamentares que localizaram emendas e iniciativas individuais ou coletivas.

As minhas perguntas, já aqui muitas delas foram respondidas de forma satisfatória pelo Ministro Novais, é a respeito da fiscalização dos diversos contratos de repasses que o Governo Federal tem para estados, prefeituras e organizações não-governamentais.

Vejo que quando se tem contratos de repasse para prefeituras ou estados a fiscalização do ministério é viva, é forte.

As fiscalizações das ONGs, pergunto ao ministro, há recursos humanos necessários, no ministério, para fiscalização de todos esses contratos de repasses que são feitos via Caixa Econômica?

Queria aprofundar com o ministro quais são as outras atividades do Ministério do Turismo com relação à Copa, fora as da qualificação de mais de 300 mil cidadãos brasileiros, que o ministro falou agora pouco.

Eram essas as indagações e seja muito bem vindo, Sr. Ministro, a nossa casa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Vital.

Dando continuidade, concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, como bem foi dito aqui, o seu ministério é um dos que mais tem crescido orçamentariamente falando, nos últimos anos e a tendência é que esse crescimento continue a existir face aos grandes eventos que o Brasil deverá sediar nos próximos anos.

Pergunto: diante disso, Ministro, o senhor acha que os mecanismos de fiscalização dos convênios são frágeis ou robustos? Segunda pergunta: Há algum tipo de fiscalização durante o prazo de execução, sobretudo, de serviços, como capacitações, por exemplo? Porque sei que de obras existem.

Somente isso, Ministro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, sem dúvida alguma que o turismo constitui em qualquer país um instrumento indispensável para alavancagem de sua economia, gera emprego e renda a pesar de ser chamada também, nesta área, de a indústria sem chaminés. Ela não provoca agressão ao meio ambiente, produz alegria e traz riqueza a qualquer país.

Um exemplo disso é a Espanha, que recebe mais de 50 milhões de turistas anualmente e é uma das grandes alavancas do desenvolvimento, não só da Espanha, como de tantos outros países da Europa.

O nosso país se recente de instrumentos mais eficazes para prevenir a violência e não deixar que a criminalidade venha se abater sobre os nossos visitantes, como frequentemente tem acontecido. Isso espanta o turista, muitas vezes deixa de visitar, por exemplo, o Rio de Janeiro, por achar muito arriscado diante da criminalidade ali imperante.

De outro lado, o Brasil ainda precisa de obras de infraestrutura que venham a atrair mais ainda o fluxo turístico, notadamente no Nordeste que tem um sol mesmo no inverno. É uma temperatura adequada para quem gosta de praia e para quem gosta de ver belezas naturais.

Ali, naquela região, muitas obras de infraestrutura precisam ser feitas em termos de estradas, de obras como pontes, melhoria dos seus aeroportos, enfim, uma cadeia de infraestrutura que venha a dar suporte a esse sonho que nós todos acalentamos no Nordeste de transformar na maior região turística do nosso país.

Então, perguntaria ao V. Ex^a, neste ponto, o que pensa o Ministério do Turismo fazer para incrementar o fluxo turístico na nossa região?

E por último, Sr. Ministro Pedro Novais, respeito não apenas pela sua experiência, já aqui elogiada por quantos me antecederam, por todos aqueles que me antecederam, e também pela lisura que sempre se ouve na aplicação do dinheiro do povo. Surge, hoje, na imprensa, se não me engano no jornal *O Globo*, que o Ministro do Turismo Pedro Novais vai rever convênios com ONGs do Estado de Sergipe. De fato, uma notícia que deixou os sergipanos na esperança de que V.

Ex^a, na certeza de que V. Ex^a se detenha não só sobre outros casos que surgiram no Ministério, mas sobre este caso, para fiscalizá-lo detidamente, de vez que a notícia que saiu aqui é que o Instituto teria a obrigação, pelo contrato com o Ministério efetuado no ano passado, de qualificar 18 mil pessoas no setor turístico e, segundo a informação da imprensa, esse instituto não tinha experiência nenhuma nesse setor.

Então, perguntaria a V. Ex^a, já que uma parte dos R\$8 milhões já foi recebida, em janeiro desse ano, cerca de R\$3 milhões, o que é que o Ministério está fazendo para saber se, realmente, essa entidade está promovendo todos os meios a fim de cumprir o contrato que tinha com o Ministério do Turismo? Mais uma ONG que está sendo denunciada pela imprensa.

E V. Ex^a sabe que a intenção, não só do Poder Executivo, mas também de parlamentares, que ONGs não sejam beneficiadas com verbas federais. Logicamente que existem, nós temos de reconhecer, existem ONGs que trabalham com eficiência, que mostram serviço, que não praticam desonestidade.

Em Sergipe eu posso citar várias e várias entidades que trabalham com afinco para melhorar a vida dos sergipanos. Por exemplo, o Hospital de Cirurgia. É uma entidade sem fins lucrativos, tem benefícios enormes, tem uma história. Aí nós pensamos se não receber verba federal e nem estadual, como é que vai sobreviver um hospital dessa ordem?

As santas casas de misericórdias, têm mais de 2 mil espalhadas por todo Brasil. As Apaes, exatamente.

Então, separar o joio do trigo. Verificar aquelas que estão roubando o nosso país e aquelas que estão construindo o novo Brasil. Sabendo separar o joio do trigo haveremos de encontrar o caminho certo e determinado para construirmos credibilidade, não só no Ministério do Turismo, mas em todos os governos, em todos os planos, na área federal, estadual e municipal.

Desejo sucesso a V. Ex^a nesse empreendimento que não é fácil. Nessa missão tão difícil que lhe foi entregue pela Presidenta Dilma, num momento de tanta divergência e que estamos a assistir, praticamente, todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrado o segundo bloco, concedo a palavra ao Ministro Pedro Novais. No próximo bloco tem mais quatro e depois encerra. Estou fazendo alternâncias de partidos. Foi o PMDB, depois veio o PSL... (*Pausa.*)

É o terceiro ou o quarto? (*Pausa.*)

Quarto agora.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata. Acho que ninguém vai criar problema. Senador Ataídes, V. Ex^a não pode preterir a mulher. Tem precedência. Com a

palavra a Senadora Lídice da Mata. Próximo será V. Ex^a, Senador Randolpho, depois Wilson e Haupp.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Quero agradecer, Sr. Presidente e ao Senador Ataídes, pela deferência e aproveitar para justificar a minha ausência, até então, neste debate em função de ser autora do requerimento que hoje realizou uma sessão solene em memória dos 30 anos de morte de Glauber Rocha. Por isso, não pude estar aqui desde o início dessa reunião.

Mas, preocupei-me em estar presente, meu caro Ministro, primeiro, pelo conhecimento que tenho do trabalho que V. Ex^a está implantando no Ministério do Turismo e, segundo, porque esses momentos trazem a oportunidade de nós esclarecermos alguns preconceitos em relação ao turismo nacional.

Sempre que a imprensa se refere ao Ministério do Turismo, um ministério recém criado, refere-se em geral com preconceito. Trata o turismo como se fosse uma coisa de segunda classe, de segunda categoria.

Turismo é coisa para viajar, é para passear. Não se entende atividade turística como uma atividade que gera no país 7 milhões de empregos e que tem uma cadeia produtiva em torno de 52 elos nas mais diversas atividades da economia.

Portanto, esses últimos fatos que aconteceram geraram uma opinião mais desfavorável ainda e se tenta com isso diminuir a importância das ações do turismo para o nosso país.

O Fórum Nacional de Secretários de Turismo, semana passada, reunido aqui em Brasília, registrou isso numa carta onde diz que o turismo é muito maior do que todos os problemas que aconteceram nesse ministério. Com a clara intenção de dizer que nós estamos ao lado de todos aqueles que fizeram uma real investigação e identificarem culpados por desvios do dinheiro público, mas que estaremos atento e lutando também para que esse ministério seja respeitado, seja mantido, seja fortalecido, porque assim precisa o turismo nacional.

Nós estamos discutindo em todas as comissões da casa a Copa, de diversas formas. Temos aqui uma subcomissão que participa de um Fórum Legislativo da Copa do Mundo.

Todo mundo fala que o Brasil tem menos turistas do que deveria ter, mas na hora de se exigir recursos no orçamento para o Ministério do Turismo todo mundo desaparece.

Esse ministério surgiu com uma pequena dotação orçamentária e cresceu a sua dotação orçamentária com trabalho do Ministro Mares Guia junto ao Congresso Nacional, para que fosse viabilizado enquanto ministério.

Cabe-nos, além de tudo, defender isso.

Não é possível identificar emenda parlamentar igual a falcatuas. Se caminha para daqui a pouco criar-se uma opinião pública que deve cortar as emendas parlamentares no Congresso Nacional. O que eu considero um absurdo. O parlamento brasileiro não só tem de ter emenda parlamentar individual, como tem de ter o direito de fiscalizar e de acompanhar a execução de todas as emendas no Brasil inteiro.

Não vejo emenda parlamentar com sinal de igualdade de desonestidade, vejo emenda parlamentar com sinal de igualdade, de apoio a projetos que muitas vezes não são prioritários no governo, mas são prioritários para a população a que se destinam nas pequenas cidades do interior do Brasil.

Assim como a relação do Ministério do Turismo com o financiamento das festas juninas no Nordeste é sempre desqualificada pela imprensa do Sul e do Sudeste. Não vê nisto um investimento indispensável para promoção e mobilização de toda uma economia do interior do nosso país, dos nossos estados, em pequenas cidades e que se transformou hoje num grande produto turístico do nosso país.

Quero, portanto, parabenizar V. Ex^a e dizer que V. Ex^a conta com o meu apoio no sentido de fortalecer os recursos para o Ministério do Turismo, tenho a certeza de que agora, com esses episódios, poderão ser mais fiscalizados e nós devemos, V. Ex^a tomará as medidas, com mais rigor ainda, acompanhar a execução das emendas parlamentares e de todas as políticas públicas que esse Ministério vem desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata. Agora, com a palavra Ministro Pedro Novais para a resposta aos quatro Senadores que lhe fizeram as indagações.

O SR. PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadoras; Sr. Senador Vital do Rêgo.

Senador Vital do Rêgo, o Ministério do Turismo tem dificuldades. O Ministro Mares Guia, a Ministra Marta Suplicy e o Ministro Barreto fizeram um trabalho bom no Ministério.

O Ministério, ressalvadas, naturalmente, algumas coisas que se cometem, não é? Mas uma coisa ficou ruim no Ministério... Por ser um Ministério novo, a informalidade preponderou no Ministério do Turismo e ainda prepondera um pouco, agora – embora eu esteja lutando, bravamente, para acabar com a informalidade.

Todos os Senadores aqui presentes, os Deputados, a imprensa, todo o mundo já ouviu falar dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil. Todos já ouviram falar! O Ministério tem várias publicações sobre isso. No Plano Nacional de Turismo do ano passado, quer dizer, que terminou no ano passado, já se fala

nos 65 destinos. Mas não existe um ato (um ato) oficial definindo os 65 destinos de turismo no Brasil. O cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos, uma obrigação criada pela lei, aprovada aqui no Congresso. É obrigatório! Todo prestador de serviço turístico tem de estar cadastrado no Ministério do Turismo: o hotel, o balneário, o *resort*, a transportadora turística. Todos! E o Ministério até começou e implantou o cadastro. Mas não existe um ato oficial definindo esse cadastro... A lei diz: “Esta lei será regulamentada por decreto e portaria.” Mas não existe decreto regulamentando o cadastro nem portaria regulamentando o cadastro. Eu tive de fazer isso, agora, no mês passado, aqui em São Paulo, no lançamento do Salão de Turismo. Hoje, o cadastro é oficializado. Pode até cometer erros. Os erros foram cometidos por mim, mas é oficial, não é chutado.

A Ficha Hoteleira... A lei cria também que toda pessoa quando se registra no hotel tem de ter uma ficha hoteleira e a lei manda que isso seja regulamentado por decreto e portaria. O decreto que regulamentou a lei, em parte, realmente traz a ficha: uma cópia da ficha que antes era usada pela Embratur. Mas o ato oficial que institucionaliza o novo sistema, esse não existe. Nós vamos implantar agora a partir deste mês. Como eu disse: a partir deste mês, nós implantaremos por meio eletrônico a ficha que se preenche toda vez no hotel. Pois bem, isso é um exemplo da informalidade.

Então, muita coisa está sendo feita para corrigir esse defeito. Não é que a Marta tenha feito má administração, nem o Luiz Barreto. É que o turismo estava crescendo de tal forma e o Ministério crescendo... Também – já questionei – os recursos orçamentários, no primeiro ano de Mares Guia, eram menos de R\$300 milhões e hoje são R\$3,7 bilhões. Então, mais de 10 vezes, mais de dez vezes...

Pois bem, quando chegamos ao assunto fiscalização, Senador Vital do Rêgo, é um gargalo o que nós temos. Só não é maior porque, quando os recursos são repassados através da Caixa Econômica, ela se encarrega de analisar o projeto, de aprovar o projeto, de aprovar a licitação e de fiscalizar a obra. A obra só é paga na medida em que a Caixa faz as verificações e as medições. Então, os contratos de infraestrutura, as obras físicas, não há problema nenhum, a Caixa supre isso. Quanto aos eventos feitos por entidades não-governamentais, o Congresso já houve por bem proibir no ano passado. Restam os eventos por Prefeituras... Esses estão sendo feitos... Estão sendo fiscalizados por nós, e o Ministério tem condição de fiscalizar, porque não é um número avassalador, não é um número grande. Nós temos feito a fiscalização e estão (os eventos), pelo que nós sabemos, corretos, não há problema nenhum sobre esse assunto.

Então, aí apenas os outros convênios de capacitação que são feitos com entidades não-governamentais. O Ministério também tem condição de fiscalizar esses convênios. Tem condição de fiscalizar... E nós estamos verificando todos eles agora. Todos eles e fiscalizando e corrigindo os erros e as irregularidades que possam existir. Foi por isso que eu disse há pouco que nós anulamos 19 milhões de empregos. Agora, no mês passado. No caso dessa empresa denunciada, ela também já estava sendo fiscalizada e vigiada. Foi por isso que, quando surgiu a operação *Voucher*, ela não nos pegou tanto de surpresa porque nós conseguimos bloquear parte daqueles recursos que ainda estavam lá. E os processos agora estão sendo examinados pela Controladoria-Geral da União.

Senador Eduardo Amorim.

Senador, a pergunta de V. Ex^a já está um pouco mencionada à resposta ao Senador Vital do Rêgo. Eu tenho tanta inveja de ser Senador que, de vez em quando, eu quero chamar os Senadores de Deputado. É inveja mesmo! (*Risos.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Ministro, permita-me... Aqui, Ministro.

O SR. PEDRO NOVAIS – Sim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – O senhor não acha que durante a execução, sobretudo de serviço... Eu sei que quanto a obras existe a fiscalização pela Caixa Econômica que acompanha realmente aquela obra que está sendo executada. Mas, quanto à prestação de serviços, isso existe também no momento da execução?

O SR. PEDRO NOVAIS – Deve existir, Senador... Eu dou inteira razão a V. Ex^a e à preocupação de V. Ex^a: deve existir... Pode ser que tenha sido descurada nas gestões passadas e até agora não começo de nossa gestão. Eu admito isso: o de que alguma coisa não foi vista. Porque o hábito no Ministério, dentro daquele sistema de informalidade, era o de examinar as informações que vinham dos conveniados e podia ser que não houvesse a fiscalização. Mas agora nós estamos fazendo e vamos continuar a fazer.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – E aí eu volto à pergunta nº 1, porque essa foi a pergunta nº 2, Ministro.

O SR. PEDRO NOVAIS – Sim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Objetivamente, o senhor acha que os mecanismos de fiscalização e de controle do Ministério são frágeis ou são robustos?

O SR. PEDRO NOVAIS – Eu não diria que eles são frágeis nem robustos. Com relação ao programa *Bem Receber Copa*, por exemplo, nós dispomos da Fundação Getúlio Vargas, que faz o monitoramento

desses programas. Com relação a outros, ainda não fazemos isso, mas nós vamos fazer isso agora. Eu descobri que há essa diferença há pouco tempo e estamos enquadrado todos nesse monitoramento da Fundação Getúlio Vargas. E também temos um programa de Fiscalização à Distância, já implantado no Ministério do Turismo. Se V. Ex^a for lá, eu terei a ocasião de lhe mostrar e permitirei que, com um simples tocar de dedo, V. Ex^a contate uma pessoa no Amazonas ou no Rio Grande do Sul, que tenha prestado o curso, e ele vai informar se chegou até o fim do curso, o que aprendeu, o que aquilo resultou em melhoria de trabalho para ele. Esse é um serviço que já existe, pode ser aperfeiçoado e é o que nós estamos fazendo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Então, o senhor está trabalhando para torná-los mais robustos, mais firmes.

O SR. PEDRO NOVAIS – Exatamente.

Senador Valadares...

É o gargalo do turismo brasileiro e nordestino, especialmente, a infraestrutura. Reconheço plenamente... Reconheço plenamente e é por isso que eu louvo a atuação do Governador Deda de ter entrado no programa Prodetur para tentar recursos para melhorar a infraestrutura turística de Sergipe.

Eu quero fazer uma justiça...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ele está conseguindo US\$100 milhões do BIRD, para melhorar a infraestrutura turística de Sergipe.

O SR. PEDRO NOVAIS – Exatamente... É preciso a gente atentar para uma coisa. A infraestrutura feita através de emendas vai para a Caixa Econômica. Ela verifica o plano de trabalho, verifica o projeto, verificação licitação, fiscaliza as obras. O Prodetur, que é esse do qual eu falei agora com o Senador Valadares, ele não vai para a Caixa, ele fica no próprio Ministério. É uma prática que eu já encontrei e que continua. Isso visa facilitar e eu vou explicar por quê. O dinheiro do BIRD demora três anos para entrar nos cofres do Governo do Estado ou da Prefeitura, se o convênio é com a Prefeitura. Já o Ministério tem a facilidade de mandar a contrapartida mesmo antes de o contrato ser assinado com o BIRD, e aquele repasse que o Ministério fizer é considerado pelo BIRD contrapartida. Isso está no contrato. Isso é uma facilidade para que os Estados iniciem suas obras e não fiquem na dependência de esperar três ou quatro anos para que o dinheiro saia do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento. Isso tem ajudado a muitos Estados e ajudou ao Rio de Janeiro. Agora mencionei que o Rio de Janeiro já iniciou várias obras, mas só na semana passada recebeu a grana do Banco Inte-

americano de Desenvolvimento. E isso também é o que está acontecendo e vai acontecer com Sergipe.

Segunda pergunta: como incrementar o fluxo turístico?

Quando apresentei à Presidenta Dilma o Plano Nacional de Turismo, ela me externou esta preocupação: como fazer do nordeste, com todas aquelas belezas naturais que possui, realmente um centro aglutinador de turismo e disseminador ao mesmo tempo? E encomendou um plano para tirar aqueles bolsões de carência, de pobreza e de miséria que existem no nordeste para, através do turismo, nós melhorarmos isso. Infelizmente, isso faz um mês e eu ainda não tive tempo de me debruçar sobre isso em razão da crise... Mas eu farei isso, se Deus quiser.

Eu gostaria que os Senadores me ajudassem, principalmente a Senadora Lídice da Mata, que é preocupadíssima com o turismo, para a gente ver como fazer esse plano. Isso é importantíssimo! Tenho certeza de que se nós chegarmos com um plano viável, a Presidenta Dilma irá colocar recursos adicionais para a gente implementá-lo.

Senador Valadares, a ONG, a entidade do Estado de Sergipe... Aquela entidade do Estado do Sergipe denunciada... O assunto está sendo examinado. O convênio está sendo examinado. Nós estamos esperando a primeira prestação de contas. Estamos mandando pessoas ao local investigar o que está acontecendo. Alguém até me sugeriu: “Não!... Mas já houve uma denúncia e você devia tomar uma providência mais drástica.” Não se pode tomar providência drástica sem assegurar à outra parte o direito de defesa. Eu não sei o que está acontecendo – ainda. Então, esse assunto está sendo cuidado por nós do Ministério do Turismo.

Antes mesmo de V. Ex^a fazer a pergunta, eu já tinha recebido aqui uma informação da Conjur, do Ministério do Turismo: “O convênio celebrado com o Ministério está em execução. Situação atual aguardando a prestação de contas da primeira parcela dos recursos liberados e estamos mandando pessoas ao local para examinar o assunto.”

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ministro, aquela situação do Amapá... Me parece que V. Ex^a disse que, mesmo antes do desencadeamento da Operação Voucher, da Polícia Federal, o Ministério já tinha algum conhecimento das irregularidades daquela instituição, daquela ONG... E foi na administração de V. Ex^a que o Ministério já sabia que existia alguma coisa?

O SR. PEDRO NOVAIS – Responderei agora. O Ministério do Turismo recebeu do Tribunal de Contas um ofício em que pedia algumas informações sobre um convênio do Ibrase. Esse pedido de informações

foi diretamente para a Secretaria Nacional de Programa de Desenvolvimento de Turismo. Diz a solicitação do Tribunal de Contas:

Consoante despacho proferido pelo Relator, Exm^o Sr. Ministro Augusto Nardes, foi determinada a oitiva de V. Ex^a [isto é: do Secretário Nacional de Programa de Desenvolvimento de Turismo] para que, se o desejar, no prazo de cinco dias úteis, a contar do recebimento da presente comunicação, manifestar-se quanto às irregularidades mencionadas abaixo (...) identificadas na execução do Convênio 743.753/2010 (...) Convênio de 2010 [e vem algumas irregularidades] (...)

Achado n^o 1 [Irregularidade o Tribunal chama achado]: celebração de convênio;

Achado n^o 2: ausência de fundamentação, etc...

Lá no item 2, diz o Tribunal de Contas:

Alerto que a questão está sendo objeto de exame neste Tribunal, o que poderá resultar na aplicação de multa, caso venha a ser comprovada. Ressalto que a não apresentação da referida manifestação no prazo fixado não impedirá a apreciação da matéria pelo Tribunal e ensejará o prosseguimento normal do processo em destaque.

Esse foi o ofício que mandou o Tribunal de Contas – repito – para o Secretário Nacional de Turismo. O Secretário Nacional de Turismo pegou as informações, mandou para a Assessoria de Controle Interno, que mandou para o Tribunal de Contas. Eu não tomei conhecimento porque esse é um ato de rotina. Mesmo porque as irregularidades, os tais achados, segundo diz o item 2: “O que poderá resultar na aplicação de multa.” Não é algo tão grave! Aplicação de multa não é algo tão grave e nem alerta para a participação de nenhum funcionário. Apenas aponta as irregularidades. Por isso não me levaram, acho que foi por isso que não me levaram o assunto ao conhecimento. Todavia, a Operação Voucher não é sobre este convênio, é sobre outro, sobre o qual nós não recebemos nenhum pedido de informação. Nenhum pedido. Então, eu não tomei conhecimento do assunto e o Ministério não tomou conhecimento, oficialmente, de qualquer providência do Tribunal de Contas quanto àquele convênio, antes da Operação Voucher. Recebeu depois. E aqui até já mencionei antes um acórdão do Tribunal de Contas, já publicado, que é o de número 2.066, que manda que o Ministério adote várias providências, as quais o Ministério já tinha adotado antes do acórdão.

Senadora Lídice da Mata, o afeto que o Ministério do Turismo tem para com V. Ex^a é tão grande! V. Ex^a é uma das maiores defensoras do turismo brasileiro, e eu só tenho de agradecer as boas referências que V. Ex^a faz e as oportunidades que nós temos de estar juntos toda vez que V. Ex^a tem alguma coisa a sugerir

ao Ministério do Turismo ou a pleitear. E isso é muito pouco. V. Ex^a não demanda muita coisa do Ministério do Turismo a não ser trabalho, trabalho e trabalho. Nós lá estamos às ordens de V. Ex^a. Eu não anotei nada aqui que V. Ex^a tivesse perguntado com maior precisão, mas eu estou às ordens, se V. Ex^a tiver mais alguma coisa a acrescentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Ministro.

Agora, vamos iniciar o terceiro bloco.

Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Sr. Ministro do Turismo, Pedro Novais, Sr^s e Srs. Senadores, quem fala por último vai repetir as mesmas perguntas.

Meu primeiro questionamento ao Ministro era justamente sobre a orientação do TCU quanto a esses convênios, e o Ministro já esclareceu. Porque a informação que eu tinha é que o TCU teria orientado o Ministério a não liberar mais recursos daquele convênio, que eu não lembro o número, do Ibrase, sobre a formação de agências de turismo, de servidores para trabalhar na rede hoteleira do Estado do Amapá. E o Ministro está informando, já informou que não, que não era esse convênio que estava sob investigação, e sim um outro, e que não aconteceu nenhuma operação. Veja bem, nós que somos razoavelmente bem informados não ficamos sabendo de toda a verdade. Imagina a população brasileira. E falo agora sobre Barra do Corda. A cidade de Barra do Corda já está condenada. Se recebia turistas, agora vai ter dificuldade de receber turistas porque já está com sua imagem manchada, e com inverdades. O Ministro está afirmando que aquele convênio ou aquela emenda...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pois não, Ministro Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Muito bem, Dornelles.

Então, vejam bem, para mim, também... Recebemos a informação da mídia, todos os dias, com todo respeito à nossa querida mídia brasileira, que prezamos muito, todo país democrático tem que ter uma imprensa livre, e eu defendo a liberdade de expressão, a liberdade da imprensa, mas, para mim, essa emenda do Deputado à época, Pedro Novais, já estava empenhada, lícita e a obra em execução, e mal executada. Estava em execução e mal executada, porque todas as notícias davam conta de que já havia até empresa

executando a obra, que nem sequer foi licitada ainda e não tem empresa nenhuma tocando a obra. Então, eu acho que a verdade tem que ser dita nesse caso, e já está esclarecida também. Mas coitada da cidade de Barra do Corda, já está, a estas alturas, condenada, principalmente a administração de Barra do Corda. Devemos resgatar a imagem dessa cidade. Temos que fazer um trabalho agora gigantesco para resgatar a imagem tanto das pessoas que supostamente estavam envolvidas nesse convênio, nessa obra, quanto a cidade de Barra do Corda.

E, por último, eu queria dizer que deve fazer uns dois anos ou mais que eu não vou ao Ministério do Turismo. E foi até uma indelicadeza de minha parte, pois eu já deveria ter ido lá visitá-lo e tomar um café, como membro do partido de V. Ex^a. E por falta de convite não foi, V. Ex^a já me convidou para ir tomar um café no Ministério. Eu prometo em breve ir lá.

Eu coloquei sim emendas no Ministério do Turismo no passado. Uma emenda de que me recordo, de dois milhões e meio, e que visitei recentemente as obras, está sendo executada uma obra gigantesca, talvez o dinheiro nem dê para concluir, porque é uma arena com capacidade para 40 mil pessoas, na segunda cidade do meu Estado, a cidade de Ji-Paraná. É uma arena no Parque de Exposições, um dos maiores parques do meu Estado, que recebe, durante uma semana, nas feiras de exposições, todos os anos, em média, em média, 30 a 40 mil pessoas por dia. E tem feito suas festas em arena móvel. Contrata, aluga aquelas arenas pré-montadas, até perigosas, para fazer as suas festas. E essa obra está sendo erguida com recursos do Ministério do Turismo, uma emenda, deve fazer uns dois, três anos, no valor de R\$2,5 milhões. O recurso está sendo, posso lhe assegurar, bem aplicado. E eu concordo quando V. Ex^a diz que vai ter que restringir um pouco mais as emendas para Organizações não Governamentais. Com todo respeito, organizações sérias, como as Santas Casas, já foi referido pelo Senador Valadares, que merecem todo o nosso apoio, que fazem um trabalho sério. Tanto as Santas Casas como outras instituições na área da saúde e também algumas na área do turismo. Não podemos generalizar, mas tem que restringir. Nós temos que saber a origem dessas organizações que vão receber os recursos e as emendas.

E, por último, eu queria defender mais uma emenda da bancada do meu Estado. Nós colocamos, no ano passado, para o Orçamento deste ano, uma emenda de R\$20 milhões, a pedido do Prefeito do PT, do Partido dos Trabalhadores, de Porto Velho, da minha capital, que tem uma aliança com o PMDB, o vice é do PMDB, Emerson Castro, empresário também do ramo

hoteleiro, toca um dos maiores hotéis de Porto Velho, o Aquarius Selva Hotel, que vive sempre lotado, graças a Deus. Graças às obras das usinas lá em Rondônia agora, o turismo de negócios está em alta no meu Estado. Mas não podemos descuidar também do turismo de entretenimento. E essa emenda que foi colocada a pedido do Prefeito de Porto Velho foi para construir um centro de multieventos. Porque, todos os anos, já jogaram, que eu lembro, uns quatro... Desde quando eu fui Governador do Estado, uma festa folclórica chamada Flor do Maracujá, que acho que dá mais gente que a de Parintins, que o Boi-Bumbá de Parintins, que é transmitida em rede nacional, principalmente a Record, a Globo e outras emissoras têm transmitido quase todos os anos, em rede nacional e até fora do Brasil, porque algumas emissoras alcançam até fora do Brasil, então, essa festa tem sido jogada... Porque pega um terreno, aluga um terreno. Aí, no ano seguinte, vão construir nesse terreno, tem que ser deslocada para outra área. Não tem um centro, uma arena, uma arquibancada, como tem a de Parintins. Então, nós colocamos essa emenda a pedido do Prefeito. Toda a bancada assinou, uma emenda de vinte milhões, para construir esse centro de multieventos, podendo servir para essa festa folclórica, tanto a da Flor de Maracujá e outras festas, como também para a Feira de Exposições de Porto Velho, que tem um parque precário, que eu já perdi uma emenda nesse parque também porque não tinha o documento do terreno. E se não tem documento não sai o dinheiro. Eu coloquei também para uma arena no Parque de Exposições. Mas, como não saiu para o Parque de Exposições, vamos trabalhar... E eu quero, gostaria muito que o Ministério do Turismo e que o Governo Federal cumprissem essa emenda de vinte milhões que está no Orçamento para construir esse grande centro de multieventos para abrigar todas as festas tradicionais da nossa capital, Porto Velho.

Parabéns pela exposição. V. Ex^a está sendo muito claro, muito justo, muito correto, transparente com a informação aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Raupp.

Com a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente, Benedito de Lira, boa tarde. Boa tarde, nosso Ministro Pedro Novais.

Não quero fazer aqui nenhum comentário sobre planos ou projetos ou atos de gestão do seu Ministério.

Nesses últimos meses, nós estamos passando uma fase terrível no nosso País, que é sabido por todos nós e por todo o povo brasileiro, que é a corrupção, que tem como mãe a impunidade.

Ouvindo os nobres pares e olhando para V. Ex^a, imagino que V. Ex^a, Sr. Ministro, nesses últimos dias, tem passado maus dias, imagino eu, salvo engano. Digo isso, Sr. Ministro, porque a impunidade neste País, volto a repetir, é soberana e, com isso, vem a corrupção. E no Ministério de V. Ex^a acabou de acontecer um ato que, diria, prova a maior impunidade neste País, a Operação Voucher.

A Polícia Federal fez um trabalho belíssimo, imagino eu; um magistrado com autonomia concedeu uma liminar; prendem-se trinta e tantas pessoas; e, de repente, o Ministro da Defesa vai a favor de todas essas pessoas presas, funcionários do Ministério do Turismo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO)

– Da Justiça. E, por sua vez, a nossa Presidente também vai à televisão e mostra a sua indignação diante da ação da polícia e desse magistrado. Prova disso é que esse magistrado afastou-se do processo, da operação. Eu, como advogado que fui ao longo dos anos, nunca vi um juiz afastar-se de uma operação. Ele foi afastado. Então, imagino que esse ato ocorrido deixou V. Ex^a muito triste por muitos dias, porque ali se provou realmente a impunidade.

Pois bem, Ministro, tenho muitas perguntas a fazer a V. Ex^a, mas vou fazer tão somente uma.

Eu quero só fazer um comentário primeiro: em matéria publicada no jornal *O Globo*, do dia 21/08/2011, a Controladoria-Geral da União afirmou que 100% dos contratos do Ministério do Turismo são irregulares, fruto da falta de fiscalização sobre a aplicação de verbas transferidas às prefeituras e entidades sem fins lucrativos. De acordo com a CGU, todos os 1.644 convênios cuja vigência se encerrou em 31 de outubro de 2009 estavam há mais de 60 dias pendentes de análise, contrariando normas da Secretaria do Tesouro Nacional.

Aí vêm as perguntas, mas não quero a resposta do senhor. A primeira é a seguinte: V. Ex^a tinha conhecimento da inércia existente na área de convênio? Os responsáveis por tais comissões foram responsabilizados? O que V. Ex^a está fazendo para sanar isso? E a CGU o que tem feito além de investigar as irregularidades? Tem punido os culpados? Pois bem. Mas quero ser breve. Eu gostaria que V. Ex^a me respondesse somente uma pergunta: o senhor tinha conhecimento das falcatruas que estavam ocorrendo no Ministério do Turismo, ao lado de V. Ex^a? A reforma do Parque Mutirama, de Goiânia, que tinha 14 empresas concorrentes e tão somente uma foi vencedora, a Warre Engenharia, cidade, inclusive, do Sr. Frederico, Secretário Executivo do Turismo. Eu tenho muito o que falar, Sr. Presidente, mas vou me ater tão somente a essa pergunta. Eu gostaria de saber se V. Ex^a tinha conhecimento ou não?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – *(Fora do microfone.)*

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)

– Presidente Benedito de Lira, Ministro Pedro Novais, demais líderes e Senadores presentes, profissionais da imprensa, senhores e senhoras.

Sr. Ministro, o relato que V. Ex^a faz no dia de hoje e também as respostas até então tornadas públicas não só nos convencem, como também ratificam, mais uma vez, a vida de V. Ex^a, a história de V. Ex^a, aquilo que conhecemos de V. Ex^a ao longo da sua vida e também na convivência com todos nós – eu fui seu colega, como Deputado Federal, durante dois mandatos como também tantos outros que aqui estão –, além de ratificar aquilo que o próprio Ministro Dornelles, quando se dirigiu a V. Ex^a, tornou público na presença de todos nós.

Nós sabemos que não é fácil – todos nós somos conscientes disto – administrar um Ministério diante de fatos que V. Ex^a, tenho certeza, nem conhecimento tinha de nenhum deles e, além disso, também de interesses contrariados que, de fato, tenham ocorrido ao longo do tempo.

Para não me alongar muito, o que quero dizer a V. Ex^a é que V. Ex^a tem a consideração, o respeito da quase unanimidade desta Casa. Isso se vê e se comprova passo a passo, não só pela história de V. Ex^a, mas também... Eu digo não só pela idade de V. Ex^a, mas muito mais pela história que V. Ex^a construiu ao longo de sua própria vida.

Para não me alongar muito, Sr. Ministro, apenas uma pergunta a V. Ex^a no sentido de que todos nós somos conscientes. Eu sou do Nordeste, da Paraíba, do semiárido brasileiro, de um Estado em que, dos 223 Municípios, 170 pertencem ao semiárido. Portanto, as mazelas que, de fato, dificultam o desenvolvimento do semiárido são muito grandes. E o Ministério do Turismo tem contribuído muito para não só desenvolver parte das atividades do turismo rural, do turismo de eventos, do turismo religioso, enfim, de todos esses pontos. Apesar das dificuldades, o Ministério do Turismo tem dado a sua parcela, dentro das suas limitações, no sentido de contribuir com esse desenvolvimento.

Eu pergunto a V. Ex^a: a intenção de V. Ex^a é no sentido não só de avançar no que se refere ao engrandecimento e fortalecimento do turismo religioso, do turismo rural e do turismo de infraestrutura para o Nordeste em decorrência daquilo que V. Ex^a próprio falou, das deficiências que há de recursos para essa área? Então, pergunto se V. Ex^a está com esse propósito não só de engrandecer esse trabalho como também de fazer aquilo que a região nordestina, especificamente o semiárido, desde o litoral até o semiárido, espera de V.

Ex^a e de todos aqueles que engrandecem o Ministério e contribuem para que ele, de fato, vá para frente e não para trás, porque é para frente que se anda.

Parabéns a V. Ex^a pelo posicionamento que teve até então diante desse episódio e de todos esses fatos, porque não é só – repito – a história de V. Ex^a que lhe credencia como também o talento, a experiência e a vontade de vencer os desafios, que engrandecem V. Ex^a e o colocam numa posição de respeito e de destaque que todos nós reconhecemos.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrando as interloquções dos Srs. Senadores, concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, antes de conceder a palavra ao Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Neste instante, houve um probleminha com relação à Lídice. V. Ex^a tem... O Senador Renan Calheiros já lhe deu sinal verde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Tem precedência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Imagina. O direito de encerrar a reunião é do Líder do PMDB obviamente. Eu jamais queria...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero dizer, Sr. Presidente, não vou fazer nenhum questionamento. Não pude participar da reunião como um todo – gostaria enormemente, até para me posicionar de forma mais clara – porque cheguei somente agora de uma reunião importante no Estado de São Paulo. Agora, só queria registrar o fato de que tenho visto na postura não só do Ministro Pedro Novais, mas de todos aqueles que estão à frente do Ministério do Turismo, toda a boa vontade dos senhores de permitirem a continuidade da fiscalização que se faz necessária. Não vi nenhuma atitude de nenhum dirigente do Ministério que pudesse obstruir essa fiscalização, que precisa ter curso.

É o que dizia agora há pouco: a questão da ética, eu não vejo a ética como uma bandeira. Eu vejo a ética como um princípio que todos nós, os agentes públicos, temos que carregar conosco. Eu acho que a melhor forma de fiscalizar não é aprovando tantas regras, não, é determinando a transparência. Eu acho que a transparência de todos os atos públicos é a forma mais eficiente de fiscalização.

Eu conversava com a Senadora Lídice: eu não sou contra emenda parlamentar. Pelo contrário, acho

que é necessária. Agora, tem que ter regras, dar publicidade. Também não sou contra, por exemplo... A imprensa diz que um Senador, um Deputado custa R\$100 mil. Quero dizer que o meu salário está muito longe disso. Inclui, inclusive, o pessoal que trabalha conosco como se fosse o nosso próprio salário, e não o é. Eles recebem o salário deles do Senado. Agora, eu sou a favor que se divulgue quem trabalha, quem está contratado, quanto ganha, como ganha, para onde foi, quantas faltas tem, quantos projetos apresentou. Então, acho que temos que caminhar por aí. Por mais que se contratem policiais federais, por mais que se contratem pessoas para o Ministério Público, auditoria, por mais que seja reforçada a Controladoria-Geral da União, nada disso será tão eficiente quanto a transparência no setor público. E nós avançamos muito. Talvez ainda falte muito, mas demos passos importantes, Ministro.

Então, quero cumprimentar V. Ex^a. Eu ouvi o Senador Ataídes falar. Eu acho que a revolta não foi em relação, pelo menos do que li da imprensa, algumas manifestações, não foi contrária ao juiz, não foi contrária à investigação. Não. Talvez a alguns excessos que estivessem sendo cometidos.

O senhor já pensou se, para os próximos dias, ficar claro que alguns daqueles que foram detidos não tiveram absolutamente nada, absolutamente nada? Não sou eu que vou decretar a inocência, porque sou só uma Senadora. Não sou magistrada, não sou membro do Ministério Público. Mas, se ficar, como vai ser? Como será o reparo? Então, eu acho que o único questionamento que houve foi isso, não em relação à ação efetivamente de investigação por parte da Polícia Federal.

Muito obrigada, Senador Benedito. Cumprimento V. Ex^a, Senador Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado, Senadora Vanessa. V. Ex^a sempre tem prioridade enquanto eu estiver sentado nesta cadeira, como Presidente, tanto V. Ex^a quanto a Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, para encerrar as interloquções dos Srs. Senadores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente Benedito de Lira, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Ministro Pedro Novais, eu também não vou questioná-lo, não vou fazer perguntas. O que V. Ex^a disse hoje aqui é, sobretudo, uma inequívoca demonstração das verdades desse episódio como um todo.

Eu quero, verdadeiramente, cumprimentá-lo pelo aqui falou, pelo seu trabalho no Ministério do Turismo e, especialmente, por sua postura. V. Ex^a tem condu-

zido, com altivez, com transparência e com atitudes, os problemas do Ministério do Turismo.

Na política, Presidente Benedito de Lira, nós sabemos que, muitas vezes, valem mais atitudes do que altitude. E as atitudes do Ministro Pedro Novais são todas corretas no sentido de dar as respostas que a sociedade cobra. São atitudes que levaram V. Ex^a a chamar a CGU, mandar investigar tudo, absolutamente tudo. São atitudes que recomendaram V. Ex^a a bloquear recursos, a cancelar convênios, a demitir pessoas. Por tudo isso, V. Ex^a conta e contará sempre com o apoio do PMDB. Nós vivemos um período de denunciismo, mas nunca é demais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, lembrar que, nas investigações da Polícia Federal e do Ministério Público, V. Ex^a não foi sequer citado, V. Ex^a não é suspeito de nada, absolutamente de nada. E a sua presença hoje nesta Casa é, como eu disse, uma presença esclarecedora, absolutamente esclarecedora de tudo.

Por isso, quero cumprimentá-lo. V. Ex^a sabe a conta em que o PMDB o tem. V. Ex^a é um quadro respeitado do nosso partido, um quadro muito experiente, com larga folha de serviços prestados ao Parlamento, ao seu Estado, o Maranhão, e ao Brasil.

De modo que estamos felizes, satisfeitos, e devo, como disse no início, sobretudo, cumprimentar V. Ex^a por tudo que aconteceu aqui.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Ministro Pedro Novais, para responder às últimas indagações que lhe foram feitas.

O SR. PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Valdir Raupp, realmente os recursos do Ministério do Turismo são muito necessários, não só para desenvolver o turismo como também para melhorar a qualidade de vida nas pequenas cidades brasileiras.

A gente não avalia – quem mora em Brasília, quem mora nas grandes cidades – o benefício que é fazer o calçamento de uma rua de 200 ou 300 metros, que seja, numa cidade do interior do Maranhão, ou do Ceará, ou do Mato Grosso, ou de Rondônia, por onde toda hora está passando um caminhão e levanta aquela poeira e deixa atrás de si as pessoas gripadas, com alergia, com toda espécie de doença. Ninguém imagina a importância que tem um calçamento dessa espécie. Isso pode ser proporcionando pelo Ministério do Turismo.

O que acontece, minha gente, é que, infelizmente, as regras que presidem a liberação de recursos, primeiro a colocação da emenda, a preparação do projeto, do plano de trabalho, a licitação e a liberação dos recursos, são todas iguais, não importa

se o recurso é de R\$200 ou R\$100 mil, ou de R\$1 milhão ou R\$10 milhões; são sempre iguais.

A Presidente Dilma até – quero mencionar isso porque acho que esse assunto ainda vai ser resolvido – prometeu, na reunião dos prefeitos, naquela Marcha dos Prefeitos, que aconteceu parece que em maio, prometeu diminuir um pouco as dificuldades para a liberação daqueles recursos de emendas de até R\$500 mil ou R\$750 mil. Isso iria facilitar enormemente a infraestrutura nas pequenas cidades do Brasil. Infelizmente, isso até agora não saiu. Nós esperamos ainda que possa sair. Mas isso seria de grande importância.

Senador Valdir Raupp, nós somos entusiastas do que o Ministério do Turismo pode fazer, não só pelo turismo brasileiro, mas pela infraestrutura das cidades e das pequenas cidades do Brasil. Anotamos aqui o caso de Ji-Paraná e de Porto Velho. Realmente, nós teremos muito prazer em ajudar o seu Estado, em ajudar todos os Estados do Brasil, principalmente Rondônia, um Estado dirigido por um governador da estirpe do nosso companheiro que trabalhou com a gente aqui, na Câmara, no Congresso, Confúcio Moura.

Senador Ataídes, infelizmente o Senador não pôde esperar, mas eu vou contar a história do projeto Mutirama, este projeto que foi um assunto que ele abordou, e também o Senador Demóstenes tinha abordado.

O Prodetur tem um pleito da Prefeitura de Goiânia para o projeto chamado Mutirama, a requalificação do Parque Mutirama, que existe em Goiás, um parque conhecidíssimo lá na cidade.

Muito bem. Em 2010, aprovado este projeto, foi liberado recurso de 5 milhões para ele. Em fevereiro de 2011, o Ministério Público informa ao Ministério do Turismo que havia uma ação civil pública sobre este assunto e o ministério parou de mandar recurso. Ficou visitando, fiscalizando, examinando a documentação e não mandou mais recurso para lá. Três meses depois, em maio, a Advocacia-Geral da União informa sobre a ação cível pública contra a União, na qual o Ministério Público solicitou suspensão de pagamento e paralisação da obra.

Pois bem. Em 10 de maio, houve a decisão do juiz da 8ª Vara da Justiça Federal que indeferiu o pedido do Ministério Público. Quer dizer, não mandou suspender o pagamento nem mandou paralisar a obra. Mais do que isso, o relatório do TCU concluiu a inexistência de irregularidade na licitação. Então, a obra continuou e continua andando. Depois disso, não houve mais nenhuma decisão judicial, a obra continua andando normalmente.

O Senador Ataídes também indaga se – é, já foi embora, mas só para... – eu tinha conhecimento das falcatruas. Eu não costumo prejudicar. Eu acho que

ninguém deve prejudicar. Se eu condeno funcionários sem lhes dar o direito de defesa, eu estou cometendo um crime. Se eu condeno um empresário anulando um convênio, denunciando um convênio, eu estou cometendo um ato irregular contra aquele empresário. Só que o Ministério do Turismo não trabalha com empresários. O Ministério do Turismo trabalha com governos, no caso do Prodetur. O recurso sai do ministério para o governo do Estado. O governo do Estado é que paga ao empresário. A prefeitura é que paga ao empresário. Então, eu não posso condenar nem absolver, eu tenho que ser imparcial.

Senador Wilson Santiago, garanto a V. Ex^a que é do meu interesse, do interesse da Presidenta Dilma, é do interesse do povo e do governo brasileiro avançar no turismo, em todas as espécies de turismo, em todos os segmentos de turismo, como nós denominamos: o turismo rural, o turismo religioso, o turismo cultural, o turismo de aventura, o turismo de negócios.

É por isso que o ministério tem ajudado, por exemplo, em algumas capitais a construção de centros de convenção para facilitar o turismo de negócios.

O turismo é uma indústria, nós queiramos ou não queiramos. 10% do Produto Interno Bruto da Espanha vem do turismo. Da França, 9,8%. Da Inglaterra, perto de 10%, em todos os países avançados... Só os Estados Unidos não fazem estatística do fluxo turístico do seu país, o quanto o turismo concorre para o Produto Interno Bruto do país porque não precisam. Os Estados Unidos, como dirigente máximo do nosso mundo, não dão tanta importância ao turismo porque, mesmo não dando, todo mundo termina indo para lá para fazer negócio.

Infraestrututa também, Senador Wilson Santiago. Eu acho que a melhor forma de a gente ajudar as comunidades do interior do Brasil é melhorar a infraestrutura e com isso, indiretamente, nós estamos melhorando o turismo.

Ninguém é capaz de imaginar a quantidade de pessoas que a gente encontra nas rodoviárias do interior do Brasil agora se locomovendo para todos os destinos dos Estados. São as pessoas que saíram das classes D e E e ingressaram na classe C e que estão viajando. A gente já vê isso nos aeroportos. Basta ir nos aeroportos, todos cheios, todo mundo reclama até da quantidade de gente que tem nos aeroportos, das dificuldades que se tem de encontrar passagem, porque a classe C está agora envolvida no assunto turismo.

Então, desde que nós possamos melhorar a infraestrutura, isso vai melhorar ainda mais: é mais emprego para o pobre, é mais gente que sai da informalidade e entra na formalidade. Os benefícios são imensos e incalculáveis.

Senadora Vanessa Grazziotin, a fiscalização eu ainda considero muito importante. Como V. Ex^a menciona, o ministério ainda não pôde desenvolver um programa de fiscalização como deveria por causa da carência de funcionários. O número de funcionários concursados do ministério é pequeno. Mas temos uma notícia boa: este mês, agora, esta semana, nós estamos recebendo 56 concursados – na próxima semana, aliás –, 56 concursados que vão ser utilizados preponderantemente na fiscalização e no exame das prestações de contas tanto no que diz respeito à parte técnica quanto à parte financeira.

Um dado que ninguém mencionou mas é preciso mencionar: dos 35 da Operação Voucher apenas 8 eram funcionários do Ministério do Turismo; os outros vinte e tantos eram empresários, auxiliares de empresários, funcionários de empresas, mas não eram funcionários do Ministério do Turismo.

Senador Renan Calheiros, muito obrigado pelas palavras de V. Ex^a que muito me orgulham e muito me envaidecem e é por causa de atitudes dessas que tem V. Ex^a que eu me sinto feliz de pertencer ao PMDB, onde ingressei em 1981.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ministro Pedro Novais, eu havia anunciado que o Senador Renan Calheiros encerrava as interlocuções dos parlamentares. A Senadora Ana Amélia se inscreveu e quando foi chamada não se encontrava, possivelmente estava em outra comissão. Eu pediria permissão a V. Ex^a para conceder a palavra à Senadora Ana Amélia para que ela possa fazer alguns comentários a respeito deste encontro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Rapidamente, Ministro Pedro Novais, agradecendo a sua presença aqui nesta Comissão, da qual sou titular. Ouvi toda a sua exposição. Chamou-me a atenção que V. Ex^a mostrou e alinhou uma série de programas, que o Ministério vai estar desenvolvendo, e que requer e vão demandar recursos, entre os quais um, que interessa muito ao meu Estado, Rio Grande do Sul, que é o programa de turismo de fronteira. Nós temos seis Municípios na fronteira com a Argentina e cinco Municípios com o Uruguai. Então é uma matéria que nos interessa.

Classificação hoteleira, esse cadastro nacional do hóspede nos hotéis, tudo isso demanda recursos. Na abertura o senhor disse que do Orçamento foram contingenciados 30%; e mais, dos restos a pagar, dos 3,6 bilhões de reais, foram liberados, apenas este ano, 80 milhões de reais.

A primeira pergunta: como fazer esse trabalho e em que condições? Segundo, quais foram os sortudos

que conseguiram a liberação desses 80 milhões de reais? Para quem foi essa liberação? Que Municípios ou que Estados receberam esses 80 milhões de reais?

Na classificação, que o senhor pretende implantar, hoteleira, porque temos hotéis hoje que ostentam quatro estrelas, mas não poderiam ter duas, tal é a baixa qualidade do serviço prestado. Quem vai fazer essa classificação? Que comissão? Que grupo? Qual a responsabilidade? Isso não vai se prestar também a algum tipo de irregularidade, na concessão dessa classificação hoteleira pelas estrelas e pela qualidade dos serviços? Quais são os critérios disso? E queria saber também do senhor quando esse cadastro nacional, se eu entendi bem, se eu chegar a um hotel, que esteja na rede, com o meu CPF ou minha identidade, eu estarei automaticamente, sem preencher aquela ficha de quando faz o o check-in, aquela ficha que tem que ir para a EMBRATUR e tal, estará automaticamente num sistema. Esse sistema já existe? Já está montado esse software de ligação? E quando vai montar esse programa, que é muito importante, especialmente considerando a Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016?

Muito obrigada, Presidente, pela aquiescência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Ministro Pedro Novais.

O SR. PEDRO NOVAIS – Se eu esquecer algum ponto a senhora me cobra, porque eu quero responder tudo. São perguntas muito pertinentes e muito objetivas.

O trabalho da classificação é feito pelo Ministério do Turismo, que expediu a portaria inicial e dá todos os passos para que ele seja feito. Nos Estados, como o Ministério não dispõem de unidades nos Estados, ele é feito pelas Secretarias de Turismo dos Estados. No caso do Rio Grande do Sul existe uma Secretaria de Turismo. Muito bem, ele obedecerá àquela classificação aos termos da nossa portaria. Nós temos uma matriz de classificação, em que os sete tipos de meios de hospedagem estão mencionados. Quem fiscalizará? Preponderantemente, o Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial -, com o qual temos convênio e que nos ajudou a fazer a portaria dentro dos parâmetros analisados e avaliados em 24 países, nos ajudou a fazer a portaria e as novas e ele vai fazer a primeira fiscalização.

Muito bem, a senhora pergunta como impedir que hotéis que não valem duas estrelas e que estejam usando quatro. Hoje nós podemos impedir isso, porque o símbolo estrela já está registrado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial como propriedade da União, e pretendemos fazer valer essa propriedade. Nenhum hotel que não esteja classificado dentro

do nosso sistema poderá usar o símbolo estrela. Está dito isso na portaria.

Com relação à ficha, a portaria da ficha ainda não foi assinada, espero assiná-la no dia 29 ou 30, mas posso adiantar à senhora que na ficha eletrônica a pessoa chega ao hotel pela primeira vez, preenche a ficha normalmente ou dita para o atendente, então a pessoa anota tudo aquilo, registra o hóspede, ele vai e se hospeda no hotel. Ele faz isso em Porto Alegre, no dia seguinte ele vai a Santa Catarina, vamos dizer, ele chega ao guichê do hotel e não precisa preencher aquela ficha novamente e nem ditar os dados, bastará dizer, o meu CPF é tal, olhe no sistema. Ele toca no botão e aparece, no sistema, os dados essenciais dele; a pessoa do hotel pergunta se quer fazer alguma alteração e a pessoa responde: não, está tudo ok. Então emite a ficha para ele assinar, se for o caso, aliás, nem precisa emitir a ficha, já registra, dá a chave para ele, ele está registrado. Se no quinto dia ele for a um hotel será a mesma coisa. É assim que vai funcionar.

O sistema está sendo desenvolvido, mas nós vamos fazer uma chamada pública para que as empresas preparem um sistema para o Ministério e para aqueles outros meios de hospedagem que queiram utilizá-lo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Inaudível.

O SR. PEDRO NOVAIS – Não custará grande coisa, não posso dizer à senhora, mas não custará grande coisa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E sobre os sortudos que levaram os 80 milhões e a liberação do resto a pagar?

O SR. PEDRO NOVAIS – Ah, sim, essa é muito boa.

Vou explicar à senhora, restos a pagar de projetos de infraestrutura, nós recebemos uma relação de prioridades da Secretaria de Relações Institucionais, verificamos as medições que já havia e passamos os valores das medições. Não pagamos mais do que foi medido. É esse o sistema adotado, assim foi feito e assim será feito com os novos recursos que recebermos, se eles mandarem a relação. Se não mandarem a relação, nós atenderemos à medida da demandas dos Senadores e Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, quero, ao encerrar este encontro da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença de V. Exª, dizer-lhe que esta Comissão, não agora mais de algum tempo, já é parceira do Ministério do Turismo, considerando que aqui trabalhamos para ajudar o turismo brasileiro, no sentido de destravar algumas ações de competência do Poder Legislativo.

Quero dizer ao Ministro Pedro Novais da minha alegria em tê-lo aqui como Ministro, eu na condição de Senador e Presidente desta Comissão, porque o conheço de muitos anos, da convivência na Câmara de Deputados, V. Ex^a e eu Deputado. Sua presença na Comissão de Orçamento..., podia faltar qualquer pessoa, menos o Pedro Novais, pelo seu talento, pela sua capacidade de articulação e conhecedor profundo de finanças públicas, consequentemente, ajudava muito a Comissão de Orçamento, da Câmara dos Deputados.

Agradeço às pessoas que vieram aqui, ao Conselho Nacional de Turismo, à Confederação de Comércio, a essa plateia, Ministro. Chamou-me a atenção uma coisa, Senador Moka, V. Ex^a, a Senadora Ana Amélia e os demais Senadores que aqui se encontram, temos participado de diversas audiências públicas, com a presença de Ministros dos mais variados, e eu quero agradecer penhoradamente às pessoas que aqui se encontram, porque em nenhum momento o Presidente da Mesa teve vontade de acionar a sirene para pedir silêncio. A plateia se manteve, assim, num silêncio extraordinário para ouvi-lo, considerando inclusive que as informações que V. Ex^a traz a esta Casa são condizentes com uma pessoa que, apesar de estar há pouco tempo à frente do Ministério do Turismo... E recentemente ocorreu o que ocorreu, de que todos temos conhecimento, envolvendo algumas pessoas do Ministério do Turismo. Inclusive, agora o senhor acaba de esclarecer por que, para a cabeça de muita gente no País, os 38 que foram objeto da Operação Voucher eram funcionários do Ministério do Turismo, e apenas cinco ou seis eram funcionários daquela casa.

Então, Ministro, queria agradecer a V. Ex^a pela prestação de serviço que trouxe a esta Comissão.

Antes de encerrar definitivamente este encontro, gostaria de dizer a V. Ex^a que se encontra aqui sobre a Mesa... V. Ex^a ainda tem algum trabalho para fazer, porque a imprensa que aqui se encontra deseja fazer-lhe algumas indagações. E, para que não vá para os corredores, então, o senhor vai permanecer aqui na Comissão à disposição da imprensa, para que possam... Pelo que estou vendo aqui, são quatro perguntas, especificamente. Não sei se há mais alguma coisa ou se ficam limitados a quatro perguntas.

Eu gostaria apenas de fazer com que o assessor de imprensa do Ministério pudesse conduzir a entrevista do Ministro com os jornalistas que aqui se encontram.

Muito obrigado. Dou por encerrada a reunião, agradecendo penhoradamente a presença dos Senadores e Senadoras.

Um grande abraço, Ministro e muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 53 minutos.)

Ata da vigésima segunda reunião da comissão de desenvolvimento regional e turismo, extraordinária, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em trinta de agosto de 2011, terça-feira, às 14 horas, na sala de reuniões nº 13 da ala alexandre costa, anexo ii do senado federal.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia trinta de agosto do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, e Mozarildo Cavalcanti. Justifica a ausência o Senador Ataídes Oliveira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 - AVISO Nº 5, DE 2007**, “Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 297 de 2007 - TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, para consolidar as atividades de Acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional TC 004.375/2005-7.” **Autoria:** Presidente do Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e o encaminhamento ao arquivo. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pelo conhecimento e encaminhamento da matéria ao arquivo. **ITEM 2 - OFÍCIO “S” Nº 20, DE 2010**, “Encaminha ao Senado Federal nos termos do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, o relatório de gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, referente ao exercício de 2009.” **Autoria:** Ministério da Integração Nacional. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 20, de 2010, e encaminhamento da Matéria ao arquivo. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pelo conhecimento e encaminhamento da matéria ao arquivo. **ITEM 3 - OFÍCIO “S” Nº 4, DE 2011**, “Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010.” **Autoria:** Ministério da Integração Nacional. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 4, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria ao

arquivo. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “Ad Hoc” a Senadora Ana Rita. Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pelo conhecimento e encaminhamento da matéria ao arquivo.

ITEM 4 - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2010, “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.” **Autoria:** Deputado Miguel Martini. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo).

ITEM 5 - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2008, “Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos produtivos Locais.”

Autoria: Senador Renan Calheiros. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva 01-CAE. **Resultado:** A Presidência designa Relatora “Ad Hoc” a Senadora Lídice da Mata. Após a leitura do Relatório, é concedida vista ao Senador Wellington Dias, nos termos regimentais.

ITEM 6 - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 2008, “Altera o art. 4º da Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, para suspender a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre a entrada de mercadorias nacionais e estrangeiras na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, bem como para possibilitar a inclusão dos bens finais de informática no regime fiscal especial.”

Autoria: Senador Valdir Raupp. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, DE 2009**, “Altera a Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991, que trata da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências.” **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2009, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2008, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 7 - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2011, “Altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e dá outras providências.”

Autoria: Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2011, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a

constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo).

ITEM 8 - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296, DE 2010, “Acrescenta à Lei 11.977,

de 7 de julho de 2009, que “dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas” e à Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, que “institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências”, dispositivos para determinar que nos empréstimos para aquisição da casa própria, integre a composição da renda familiar o somatório de todas as rendas das pessoas que convivam em uma mesma unidade familiar, e flexibilizar o processo de comprovação de renda.”

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto.

Resultado: Retirado de pauta. **ITEM 9 - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2011**, “Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989,

que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Angela Portela. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com 5 (cinco) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 10 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006, “Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.”

Autoria: Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Após a leitura do Relatório, é concedida vista aos senadores José Pimentel e Cícero Lucena, nos termos regimentais.

ITEM 11 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, DE 2007, “Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenagem

mento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.”

Autoria: Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 411, de 2007. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. **ITEM 12 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 572, DE 2009,** “Acrescenta o inciso XII ao artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que “Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos.” **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do PLS 572, de 2009. **ITEM 13 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2011** “Altera a Lei nº 10.257 de 2001 - Estatuto das Cidades, para dispor sobre a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor dos Municípios com áreas de risco situadas em seu território e dá outras providências.” **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** A Presidência designa Relator “Ad Hoc” o Senador Wellington Dias. Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDR. **ITEM 14 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2011,** “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para determinar que a elaboração do plano diretor seja orientada por carta geotécnica.” **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011,** “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater a promoção do Brasil no exterior, com a presença dos seguintes convidados: o Sr. Flavio Dino de Castro e Costa, Presidente da EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, e o Sr. Domingos Leonelli Neto, Presidente do FORNATUR – Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 21, DE**

2011, “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a participação desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, no Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas, com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Requerimento Nº 58, de 2011 – CAE, aprovado em 16 de agosto de 2011, e Requerimento Nº 46, de 2011 – CI, aprovado em 11 de agosto de 2011, para debater a repartição dos royalties de petróleo entre os entes da Federação Brasileira.” **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011,** “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater a política tributária de incentivo ao turismo, com a presença de representantes do Governo e da sociedade civil.” **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011,** “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater o turismo rural, com a presença dos seguintes convidados: a Sra. Andreia Roque, Presidente do IDESTUR – Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural; o Sr. Francisco Garcez, Presidente da ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural; Ricardo Martini Moesch, Diretor, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo; e Silvio França Torres – Secretário de Habitação do Estado de São Paulo.” **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. Por adendo do Senador José Pimentel, fica incluído representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário. **EXTRA-PAUTA - ITEM ÚNICO - REQUERIMENTO Nº 24/2011-CDR,** “Requeiro que a Comissão realize uma visita técnica às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, visto que tem chegado notícias de interrupção desse serviço em vários pontos, principalmente da Paraíba.” **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Aprovado. Por adendo do Senador José Pimentel, fica incluída visita ao canal norte e leste. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dez minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprova-

da, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

CONVITES E COMUNICADOS

A Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste (CDRDN) está promovendo visitas técnicas aos Estados que compõem a região de abrangência da Sudene. Até o momento, foram realizadas quatro visitas: 23 de maio, em Alagoas (Maceió); 6 de junho, na Paraíba (Campina Grande); 4 de julho, no Piauí (Teresina); 29 de agosto, ontem, no Ceará (Fortaleza). Estava prevista, para o dia 5 de setembro, a visita ao Maranhão; no entanto, por solicitação da maioria dos membros da subcomissão, a visita foi adiada. Uma nova data será agendada e comunicada posteriormente.

INDICAÇÃO

Nos termos regimentais, indico o Senador Zeze Perrella como membro suplente na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em vaga destinada ao bloco de apoio ao Governo.

Senador Humberto, líder do PT.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª deve estar entrando na pauta, e eu gostaria de solicitar, se for possível, a inversão de pauta para iniciarmos com o Item 4, vez que eu relato e tenho um compromisso aqui ao lado, na Comissão de Mudanças Climáticas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Se os Senadores assim o permitirem, não há objeção. A única objeção é a forma, porque ainda está faltando uma assinatura apenas. Poderemos fazer a leitura e votarmos em seguida.

Gostaríamos de solicitar aos Senadores que ainda não responderam ao questionamento sobre o melhor dia e horário para funcionamento desta reunião que assim o fizessem. Por enquanto, responderam os Senadores Paulo Paim, José Pimentel, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira, Armando Monteiro, Vital do Rêgo, Mozarildo Cavalcanti. Gostaria que

os demais se manifestassem, para que pudéssemos conduzir melhor os trabalhos desta subcomissão.

Não havendo objeção, passo a palavra, para leitura do Item 4, à Senadora Vanessa. Já temos quórum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Eduardo Amorim.

O Projeto de Lei da Câmara (PLS) nº 59, de 2010 (Projeto de Lei nº 2.897, de 2008, na origem) propõe alterar a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade –, para disciplinar o plano de arborização urbana e determinar a inclusão, no plano diretor municipal, de diretrizes para sua elaboração.

Segundo a proposta, o plano de arborização deve estabelecer normas sobre o plantio e a conservação de árvores nos logradouros públicos, abrangendo, entre outras questões: definição das espécies a serem utilizadas; inventário de arborização; normas sobre produção de mudas.

II – Análise

Como aponta o próprio autor, Deputado Miguel Martini, em sua justificção ao projeto, a arborização é essencial para a qualidade de vida nas cidades. Uma arborização malfeita pode, entretanto, prejudicar a implantação de equipamentos e serviços urbanos e apresentar efeito estético de baixa qualidade.

A introdução do plano de arborização urbana no Estatuto da Cidade seria, portanto, positiva, tendo em vista que não há, na legislação federal, nenhuma menção a esse tema.

Apresentamos, entretanto, Sr. Presidente, ao final desse relatório, emenda destinada a substituir, como conteúdo do plano diretor, as “diretrizes para o plano de arborização urbana” pela “delimitação dos sistemas de circulação e das áreas livres de uso público, que compõem os logradouros públicos da cidade, a serem objeto do plano de paisagismo urbano”, e a definir o decreto municipal como o instrumento de aprovação do plano de paisagismo urbano.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLC nº 59, de 2010, com a seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CDR (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, de 2010

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para disciplinar o plano de paisagismo urbano.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 42 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 42.

IV – delimitação dos sistemas de circulação e das áreas livres de uso público, que compõem os logradouros públicos da cidade, a serem objeto do plano de paisagismo urbano.” (NR)

Art. 2º O Capítulo III da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 42-A:

“Art. 42-A. O plano de paisagismo urbano a que se refere o inciso IV do art. 42, a ser instituído por decreto municipal, terá por objeto os espaços urbanos não construídos e as áreas livres com funções de circulação, recreação e amenização, entre outras, devendo abranger, pelo menos:

I – o inventário quantitativo e qualitativo da arborização urbana;

II – o planejamento das áreas públicas a serem objeto de plantio, assegurando-se, sempre que possível, a conservação das árvores existentes, assim como, na definição das espécies a serem utilizadas, a utilização majoritária de árvores oriundas dos ecossistemas nativos da região;

III – as normas relativas a produção de mudas, plantio, porte das árvores, manejo, podas, conservação e transplante, considerando-se as condições ambientais de acesso, circulação e segurança dos logradouros a serem arborizados;

IV – o projeto dos equipamentos e do mobiliário urbano a serem implantados, assim como a especificação dos respectivos padrões de pavimentação e de programação visual, que deverão observar as normas de acessibilidade universal;

V – a instituição de programa de educação ambiental com vistas a garantir a efetiva participação da população no trato da arborização, dos equipamentos e do mobiliário urbano implantados.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer da relatora, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº59, de 2010, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Os Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para as devidas providências.

Agora, passo a condução dos trabalhos para o Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – (*Fora do microfone.*)

ITEM 2

OFÍCIO “S” Nº 20, DE 2010 – Não Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal nos termos do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, o relatório de gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, referente ao exercício de 2009.

Autoria: Ministério da Integração Nacional

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 20, de 2010, e encaminhamento da Matéria ao arquivo.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, irei direto à Análise.

II – Análise

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que “os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos”.

O § 4º desse mesmo artigo, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, determina, por sua vez, que “o relatório de que trata o *caput* deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades interregionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.”

Conforme documento anexo ao Ofício “S” sob exame, a KPMG Auditores Independentes examinou os balanços patrimoniais do FCO levantados em 31 de

dezembro de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações dos superávits, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, com a responsabilidade de opinar sobre essas demonstrações contábeis.

Do exame realizado, em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, conclui-se no Parecer que as demonstrações contábeis “representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os superávits de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

Junto a esse balanço devidamente auditado que chega a esta Comissão, cumprindo a exigência legal, também foi entregue relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, em conformidade com o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989.

Além desta Comissão, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização está também encarregada de analisar tanto o relatório como as demonstrações contábeis auditadas que são encaminhadas pelos respectivos conselhos deliberativos dos Fundos, conforme prescrito no § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989:

Art. 20

.....

§ 5º O relatório de que trata o caput deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno.

A sistemática acima descrita foi adotada pela Lei Complementar nº 125, de 2007, com vigência a partir de 3 de janeiro de 2007. Conforme já assinalado, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, ao § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, os relatórios circunstanciados sobre as atividades dos Fundos passaram a ser encaminhados às comissões temáticas das duas Casas do Congresso Nacional que tratam das questões relativas às desigualdades regionais. Assim, cabe a esta Comissão e à sua congênere, na Câmara dos Deputados, atestar se os Fundos Cons-

titucionais de Financiamento estão contribuindo para o fim para o qual foram criados pelos Constituintes de 1988: a redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões do País.

As informações constantes do relatório circunstanciado tornam possível uma melhor compreensão das atividades do Fundo, sendo oportuno ressaltar que as recomendações constantes do relatório demonstram ciência dos administradores quanto às diretrizes de correção da aplicação dos recursos do FCO objetivando o cumprimento da missão do Fundo, que é promover o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, por intermédio de programas de financiamento aos setores produtivos.

A documentação em análise cumpre os dispositivos legais supramencionados e, conforme relatado, a Presidência do Senado Federal já providenciou a distribuição da mesma à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Cabe, portanto, a esta Comissão tomar conhecimento da matéria e, não havendo observações a fazer, encaminhar a mesma ao arquivo.

III – Voto

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício “S” nº 20, de 2010, do Ministério da Integração Nacional – MI, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, esta matéria foi relatada, no ano passado, pelo Exmº Senador... Não?! (*Pausa.*)

Ah, é a 2. Então ele me orientou... Eu não estou entendendo...

Desculpe-me o senhor pulou o item 1.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não havendo quem queira usar da palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos retornar ao item 1.

ITEM 1

AVISO Nº 5, DE 2007

– Não Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 297 de 2007 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamenta-

ram, para consolidar as atividades de Acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional TC 004.375/2005-7.

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e o encaminhamento ao arquivo.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Submete-se a esta Comissão o Aviso nº 5, de 2007 (nº 222, de 7 de março de 2007, na origem), do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 297/2007–TCU (Plenário), proferido nos autos do Processo TC-004.375/2005-7, referente ao acompanhamento da implementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

O acompanhamento traz o sumário das ações desenvolvidas pelo Tribunal em relação ao projeto, informações sobre o estágio atual e respectivo cronograma do empreendimento, acordos e contratos celebrados e questões ambientais e ações judiciais relacionadas ao projeto.

Ressalte-se que todas as informações são do ano de 2007, quando foi elaborado o acórdão.

II – Análise

De acordo com informações contidas no processo, até a data de proferimento do Acórdão, em função de diversos questionamentos judiciais, as obras referentes à transposição do Rio São Francisco ainda não tinham sido iniciadas, à exceção de trechos de rodovias de acesso executadas pelo Comando do Exército.

De qualquer modo, há previsão de que até o final do presente ano sejam iniciadas diversas obras, entre as quais, a execução dos canais, túneis, barragens e aquedutos dos Eixos Norte e Leste do projeto e a construção de linhas de transmissão. Para a execução das diversas obras, estão previstos gastos da ordem de R\$ 529.600.000,00 em 2007.

Os processos judiciais relativos ao empreendimento da transposição do Rio São Francisco foram avocados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em vista da ocorrência de conflitos de competências entre os juízos. O STF, em dezembro de 2006, por decisão da lavra do Ministro Sepúlveda Pertence, declarou sem efeito as decisões liminares que suspendiam a execução do projeto, reconhecendo não estar comprovado, na atual fase do empreendimento, qualquer indício de ato modificador do meio ambiente que pudesse obstar a concessão de licenciamento.

Na proposta de encaminhamento contida no relatório do Tribunal de Contas da União, informa-se que a retomada da execução do projeto pelo Ministério da Integração Nacional ensejará a intensificação das ações fiscalizadoras pelo Tribunal.

Desta forma, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional é uma das obras de maior vulto inseridas no PAC, relativamente à infra-estrutura hídrica.

A previsão dos recursos para o projeto será da ordem de 6,6 bilhões em valores de 2007, destinados à construção do eixo leste e norte.

A integração das bacias receptoras dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. E as ações ambientais e de gestão. O início das obras foi constantemente adiado por questões ambientais, suscitadas por órgãos e entidades governamentais e não governamentais, mandados de segurança e ações civis públicas com pedido de liminar.

Foram interpostos contra o projeto em diversas varas federais do País, suspendendo sua execução. Após a decisão proferida pelo Supremo Tribunal em 18 de dezembro de 2006, foram afastados os óbices judiciais para a concessão da licença de instalação e, consequentemente, para efetiva implantação do projeto.

Em decorrência da decisão do STF, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 297/2007, determinou que o Ministério de Integração Nacional informasse sobre a expedição de licença de instalação tão logo fosse concedida para que o Tribunal pudesse acompanhar as recomendações endereçadas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que seriam implementadas por ocasião da referida licença.

O TCU não identificou, até o momento da elaboração do Acórdão, qualquer indício de irregularidade no processo em referência. O Acórdão nº 297/2007 lembrou apenas, em uma demonstração do zelo costumeiro daquele Tribunal na fiscalização das despesas públicas, a apuração de irregularidades em um processo conexo, o TC – 011.768/2001-1, objeto do Acórdão nº 1.045/2006–TCU (Plenário). Esse processo, que se encontrava em grau de recurso, havia apontado irregularidades na contratação de estudos ambientais e na elaboração de projetos básicos que precederam a implementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

III – Voto

Diante do exposto, considerando que após a expedição da Licença de Instalação, o TCU pretendia intensificar as ações fiscalizadoras relativas ao Proje-

to de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, voto para que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo tome conhecimento da matéria aqui relatada e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Sem deixar de ressaltar que vou fazer a proposta no sentido de que esta Comissão faça uma visita às obras porque as notícias que têm chegado a nós, principalmente da Paraíba, é de interrupção desse serviço em vários pontos.

Essa é a posição do relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nosso Senador Benedito de Lira, nossas Senadoras, nossos Senadores, esta é uma das matérias mais importantes para o Nordeste brasileiro. Esse projeto de interligação de bacias começou a ser discutido em 1847, portanto, na primeira metade do século XIX. À época, o imperador dizia que venderia a última pedra da Coroa para que nenhum nordestino passasse mais sede. Até 2004, nós tivemos muitas ocupações nas cidades nordestinas, em particular, em Fortaleza, por conta da fome e por conta da sede.

Na questão da fome, com o Bolsa Família, o salário mínimo e uma série de programas sociais, graças a Deus, de 2007 para cá, não tivemos mais nenhuma notícia de uma cidade nordestina sendo ocupada, por conta das políticas sociais e das políticas públicas. Mas a velha lata d'água na cabeça e o carro-pipa ainda estão circulando na nossa região.

Nesse projeto, nós tivemos que fazer uma grande composição política entre os Estados doadores e os Estados receptores, e o Presidente Lula foi o grande avalista desse acordo político. Os Estados doadores, particularmente Sergipe e Alagoas, que tinha sido uma grande vítima da barragem de Sobradinho, com tudo que representou para aquelas comunidades, tinham muitas dúvidas sobre o projeto. Foi feito um longo debate, uma série de audiências públicas e, hoje, tanto as comunidades doadoras como as receptoras têm clareza de que o desenho que foi feito, que passa pela revitalização do São Francisco, na sua parte primeira e na parte segunda, e que assegura também a destinação de água para algo em torno de 12 milhões de homens e mulheres do chamado Nordeste setentrional, anda a bom termo no acordo político.

Tivemos sim muitos embates judiciais. O Ministério Público foi obrigado a acionar e, como muito bem o nosso Senador faz referência, o Supremo Tribunal

Federal teve que arbitrar porque, no ritmo que ia – os entraves normais das várias instâncias do Poder Judiciário –, o projeto seria inviabilizado. Superado isso, foram feitas as licitações, tivemos a felicidade de contar com o Exército brasileiro para ajudar nesse processo, principalmente no que diz respeito às desapropriações, porque foram feitas desapropriações de 2,5 km de cada lado dos dois canais, para evitar exatamente a especulação imobiliária e depois transformar em perímetros irrigados. Ontem, Sr. Presidente, por deliberação unânime desta Comissão, nós realizamos a reunião externa da Comissão de Desenvolvimento Regional no Estado do Ceará, sediada nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. A reunião foi presidida pelo Senador Wellington Dias e teve a participação deste Senador, do Senador Inácio Arruda, do Senador Vital do Rêgo, de uma série de Deputados Federais do Estado do Ceará, do Governador Cid Ferreira Gomes, da ampla maioria dos Deputados Estaduais e forte representação de prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias e órgãos federais de Desenvolvimento Regional, a exemplo do BNB, da Sudene, do Dnocs, entre outros órgãos regionais.

Foi uma reunião muito produtiva. Um dos temas principais foi exatamente o programa Água para Todos e a interligação de bacias do rio São Francisco; um debate muito franco, aberto e demonstrativo do que está sendo feito neste País. O Estado do Ceará é aquele que tem a região mais seca do Brasil. Oitenta e quatro por cento do nosso solo é cristalino, ou seja, não temos nem um rio perene. Temos 8,4 milhões habitantes e cerca de 3 milhões de cearenses que vivem fora do Ceará em face das muitas dificuldades.

Temos muita clareza de que o nosso desenvolvimento passa por muitos fatores, mas existem dois que são decisivos. Um deles é o setor energético. Foi a energia de Paulo Afonso, na década de 60, que nos permitiu um processo de industrialização. Como nós não temos recursos hídricos, optamos por outras fontes alternativas de energia. Hoje, o Ceará é autossuficiente em energia, energia termoeletrica, energia eólica e temos a primeira indústria brasileira de energia solar, que esperamos desenvolver ainda mais. Porém no quesito da água, ainda somos muito carentes e precisamos desse projeto do São Francisco.

Por isso, eu entendo que o acompanhamento do Tribunal de Contas da União, dos outros órgãos de controle é muito importante. Aqui tivemos o cuidado de, antes de iniciar o processo de licitação, encaminhar todo o processo e construir com o Tribunal de Contas da União, exatamente para diminuir os embates que poderiam ter uma matéria dessa magnitude.

Portanto, Sr. Presidente, quero registrar aqui a audiência pública desta Comissão, através da Subcomissão de Desenvolvimento Regional, realizada no Ceará, uma excelente reunião, cuja base foi exatamente este projeto, o projeto do São Francisco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Cumprimento V. Ex^a pela narrativa. Quero dizer, quanto ao Estado de Alagoas, que é pequeno, pobre, mas parceiro. Não poderia criar nenhuma dificuldade para que o Estado do Ceará pudesse ser realmente hospedeiro dessa grande obra.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – E a Paraíba também.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Todos os Estados do Nordeste. Eu quero só reforçar, Sr. Presidente, ... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sergipe e Alagoas foram os Estados doadores. As pessoas tiveram sensibilidade. É muito bom que haja esse consenso e essa relação entre todos os Estados do Nordeste, porque todos sofrem do mesmo problema.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É verdade! No nosso caso, ficamos para uma segunda etapa, para facilitar a vida do Ceará.

Mas quero registrar aqui a importância do evento realizado ontem em Fortaleza e chamar atenção para dois pontos. O primeiro, é a necessidade cobrada lá, já tínhamos tratado aqui, Senador Benedito de Lira, de pautarmos aqui a situação dos perímetros irrigados de vários Estados do Nordeste que têm um potencial para geração de alimentos, que, com uma velocidade muito grande, pode ser casado tanto com o programa Água para Todos como o Brasil sem Miséria, enfim, fortalecendo a economia. Da nossa parte, apoiamos a iniciativa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não sei se ainda está em discussão a matéria. Eu pedi a palavra pela ordem apenas para fazer uma sugestão. Como há quórum – e tem sido muito difícil alcançá-lo na Comissão – e como há matérias terminativas que exigem quórum, proponho que votemos as matérias terminativas. As outras que não dependem de quórum poderiam ser votadas posteriormente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Apoiada!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Ex^a a sugestão, que vamos colocar em prática.

Continua em discussão a matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer um breve registro sobre a importância dessa obra e sobre a oportunidade de formarmos uma comissão para acompanhá-la. Almocei com o Comandante do Exército e lhe perguntei sobre essa obra, e ele me disse que a obra andava bem. Mas acho que não seria demais que dois ou três Senadores, uma vez por trimestre ou por bimestre, sobrevoassem, com os helicópteros do Exército, o canal, para nos trazerem notícia de obra tão relevante como essa. No Nordeste, há 30% da população do Brasil e apenas 15% do PIB. Dessa maneira, nós, que somos da área do desenvolvimento regional, não podemos deixar de acompanhar a maior obra que hoje se faz no Brasil para diminuir a desigualdade regional no País.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Atendendo à sugestão, à solicitação da Senadora Ana Amélia, com a anuência do Plenário, vamos passar ao Item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 331, DE 2006

– Não Terminativo –

Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Autoria: Senadora Roseana Sarney.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatório: pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, para fazer a leitura do seu parecer.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, irei diretamente à análise do Projeto.

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o objeto do PLS nº 331, de 2006, integra o rol de matérias sujeitas à apreciação da CDR. Em face da competência terminativa, impõe-se o exame da proposição quanto ao mérito, à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

O projeto sob exame encontra farto abrigo constitucional. Ao lado de determinar, em seu art. 22, XX, que “compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”, a Constituição Federal, no art. 165, § 7º, estabelece que uma das finalidades da aplicação dos recursos orçamentários consiste exatamente em “reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional”. O projeto que examinamos, portanto, nada mais faz do que conferir materialidade a esse importante comando constitucional. A matéria, ademais, não incide no campo normativo reservado à iniciativa privativa do Presidente da República pelo § 1º do art. 61 da Constituição Federal.

No tocante à juridicidade, ao dirigir-se, de maneira uniforme, ao Estatuto da Cidade e à Lei do Saneamento, o projeto assegura adequadamente que tanto os programas de construção de moradias sociais quanto aqueles mais especificamente voltados para as ações de saneamento básico absorvam o louvável princípio de conferir prioridade aos Municípios mais carentes.

No mérito, cumpre enaltecer a iniciativa. De fato, o inadiável empenho nacional no combate à pobreza não admite que se tratem igualmente os desiguais, nem as pessoas, beneficiárias dos programas e projetos sociais, nem os entes políticos responsáveis por sua implementação. Desse modo, como pretende a autora da proposição, os Municípios mais pobres das regiões mais carentes não podem ser instados a contribuir com recursos orçamentários de que não dispõem. É mais do que justificável, portanto, que desfrutem de tratamento menos exigente quanto ao aporte de contrapartidas financeiras nos processos de transferências voluntárias de verbas da União, destinadas a programas de saneamento e de construção ou regularização de habitações de interesse social.

A par de justificáveis, as emendas adotadas na CAE aprimoram a proposição. No entanto, como incidem em praticamente todo o texto original do projeto, impõe-se consolidá-las, o que se opera por meio da emenda substitutiva adiante formulada.

O voto é o seguinte, Sr. Presidente: Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 331, de 2006, na forma da seguinte emenda.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, este projeto de lei é de 2006. Nessa época, nós estávamos iniciando a discussão da construção da nova política habitacional para os trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda, que resultou no pro-

grama Minha Casa, Minha Vida, que começou a ser implementado em 2008.

Até então, nós tínhamos um sistema de financiamento ora com recursos do Tesouro, ora com recursos do FGTS e com um sistema de juros de prestação da casa própria muito injusto, porque era um sistema que absorvia grande parte dos recursos das pessoas de menor renda e excluía os trabalhadores que tinham até três salários mínimos, porque o preço da prestação da casa própria basicamente tornava impossível que esse setor pudesse ter acesso ao financiamento.

Com o programa Minha Casa, Minha Vida, com os aprimoramentos que o Congresso Nacional fez tanto na sua primeira fase, que foram um milhão de moradias, e principalmente, agora, para a segunda fase, já votada pelo Congresso Nacional, que prevê mais dois milhões de moradias, alterou profundamente o critério de viabilização da casa própria, passando a ter um comprometimento máximo de 10% da renda para aqueles que têm até três salários mínimos de renda familiar, ou seja, para quem tem hoje um comprometimento em torno de R\$50,00 e aqui tem um prazo também de limite de até 15 anos.

E o seguro da casa própria, que absorvia 35% daquela parcela, foi reduzido para 2%, com as mesmas garantias. E o subsídio que era dado através do fundo de compensação da variação salarial após o término do contrato, e isso era uma grande fonte de receita para os bancos, foi alterado. O subsídio é dado no próprio mês da prestação, tendo uma redução significativa nesse volume de recursos em que o velho BNH tinha como desenho a partir de 1967.

Eu não estudei a matéria, mas não sei se ela entra em choque exatamente com as políticas que nós aprovamos já em 2011 aqui, no Senado Federal. Por isso, como tenho dúvidas, Sr. Presidente, vou pedir licença ao nosso relator para pedir vistas com respeito ao parecer...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, questão de ordem. Eu não li o substitutivo. Então, acho que isso poderia ajudar e muito a dirimir qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Realmente, Senador. Eu pediria permissão ao Senador para que ele possa ler o substitutivo para o conhecimento de todos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Talvez, assim, esclareça mais as dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É verdade. Ele leu apenas o original, mas foi apresentado um substitutivo ao projeto. Então, terá que tomar conhecimento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) –

O substitutivo acrescenta:

Art. 1º - A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 48-A:

“Art. 48-A. A União poderá reduzir ou dispensar a contrapartida financeira em suas transferências voluntárias destinadas à execução de programas habitacionais de interesse social, quando os recursos sejam transferidos a Município que reúna as seguintes características:

I – tenha população inferior a 25 mil habitantes;

II – esteja localizado nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, nas mesorregiões da Metade Sul ou Noroeste do Rio Grande do Sul, ou em outra área territorial legalmente equiparada a qualquer dessas regiões para efeitos da concessão de incentivos de desenvolvimento regional; e

III – apresente indicadores de desenvolvimento econômico ou social inferiores à média nacional, identificados por lei ou pelo ato normativo que instituir cada programa.”

Art. 2º - O art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passam a vigorar acrescidos do seguinte § 8º:

“A União poderá reduzir ou dispensar contrapartida financeira em suas transferências voluntárias destinadas à execução de programas habitacionais de interesse social, quando os recursos sejam transferidos a Municípios que reúnam as seguintes características:

Inciso I – ter população inferior a 25 mil habitantes;

II – esteja localizado nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste; e nas mesorregiões da metade sul ou noroeste do Rio Grande do Sul, ou em outra área territorial legalmente equiparada a qualquer dessas regiões para efeito de concessão de incentivo ao desenvolvimento regional; e

III – há presentes indicadores de desenvolvimento econômico ou social inferiores à média nacional, identificados pelo ato normativo que institui cada programa.”

Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É o substitutivo. Nós vamos reiniciar a discussão do substitutivo.

Com a palavra o Senador Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, eu quero reconhecer a importância do

substitutivo, mas comungo com a preocupação do Senador Pimentel no sentido, pelo que eu entendi, não da necessidade dessa lei, já que hoje temos políticas mais avançadas do que essa demanda não apenas com a visão regional. Mas a política atual que o Senador Pimentel está colocando, que colocou, é que esse benefício é mais amplo do que o que está proposto aqui.

Então, eu me somo ao Senador e sugeriria que, com permissão do Relator, fosse dada vista coletiva, para que a gente pudesse esclarecer se não estamos votando algo que é menor do que o que está sendo praticado. Acho que foi essa a dúvida do Senador Pimentel. Pelo menos é a que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pedido de vista regimental. Concedo a vista aos Senadores Cícero Lucena, José Pimentel e Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou para o Item 11, do qual sou Relator? Já estou acelerando! Se foi pedido vista, vamos para o 11.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) –

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 411, DE 2007

– Terminativo –

Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Paulo Paim

Pela aprovação do projeto. Concedo-lhe a palavra para leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida. Não gosto de fazer substitutivos. Quero dizer que esse projeto continua sendo de total autoria do Senador Marcelo Crivella.

A ideia do Senador Marcelo Crivella foi considerada interessante, inclusive pelos engenheiros da Caixa Econômica Federal. Mas eles propuseram alterações, e por isso eu tive que fazer o substitutivo, que torna o projeto constitucional e, ao mesmo tempo, fica dentro da flexibilidade da Caixa Econômica Federal.

Por isso eu dei parecer favorável, na forma do substitutivo. Se V. Exª concordar, meu parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer do Senador Paim ao substitutivo, ao Projeto de Lei nº 411, de 2007, de autoria do Exmº Sr. Senador Marcelo Crivella.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Votação nominal, porque o projeto é terminativo.

Quem vota “sim” vota pelo substitutivo; e “não”, contra o substitutivo.

Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Da mesma forma, Sr. Presidente. Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Vicentinho Alves. (*Pausa.*)

João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Paulo Paim é voto conhecido.

Aprovado por unanimidade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, posso agradecer?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Fico muito feliz pelo substitutivo do Senador Paim e quero dizer que se nós conseguirmos aprovar essa lei, nós vamos criar água cinza no Brasil. O que é água cinza? É a água que a gente usa para tomar banho, para lavar as mãos e depois nós a perdemos. Ela podia ser usada, por exemplo, para o vaso sanitário; podia ser usada, com pouco tratamento, para regar jardim,

para limpar as áreas comuns do edifício. E mais, todas as águas que caem do céu nas chuvas, se nós tivermos coletores, não inundarão mais as nossas cidades. Cada edifício, cada escola, cada sindicato, cada repartição pública, no perímetro da sua ocupação, deverá prover o reservatório para armazenar a água que cai da chuva e assim evitar essas tragédias que acabam vitimando os nossos irmãos.

No mundo moderno de hoje, a água – não a água negra –, mas a água chamada cinza tem cada vez mais utilidade e valor. Então, eu agradeço muito a Comissão por ter aprovado o brilhante substitutivo do Senador Paim.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Lucena, eu queria fazer uma correção. Apesar de o projeto já ter sido aprovado, eu queria comunicar ao Senador Pimentel que V. Exª também se incorpora à aprovação do projeto.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, só para dizer que esta Casa está indo nessa linha e nós estamos exatamente discutindo um reservatório para armazenar toda a água que cai sobre o domínio do Congresso Nacional, em particular do Senado, quer seja na refrigeração, quer seja na questão da grama, do verde, que nós precisamos aguar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para deixar mais uma vez frisado que eu fiz apenas ajustes. A ideia central foi mantida de autoria do Senador Crivella. É dele a proposta e o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) –

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 572, DE 2009

– Terminativo –

Acrescenta o inciso XII ao artigo 48, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que “Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, com o objetivo de estabelecer prioridade nas políticas e ações públicas habitacionais da União ao cidadão que perdeu o seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos urbanos.

Autoria: Senador Romeu Tuma

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Com a palavra S. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que já li o meu relatório na reunião passada e foi pela prejudicialidade do projeto, já que a matéria diz respeito à competência da União para promover programas de construção de moradia e melhoria de condições habitacionais e saneamento básico.

Não há restrição à iniciativa parlamentar sobre o tema, no entanto a Medida Provisória nº 514, de 2011, que altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o programa Minha Casa, Minha Vida, introduziu o ordenamento legal equivalente ao que propõe o atual projeto em análise.

Portanto, voto pela prejudicialidade do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Como já foi tomado conhecimento pelos Srs. Senadores, em votação.

Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Lídice da Mata, conhecido o voto. Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Aprovado, por unanimidade.

A matéria foi considerada prejudicada.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 23, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.257 de 2001 – Estatuto das Cidades, para dispor sobre a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor dos Municípios com áreas de risco situadas em seu território e dá outras providências.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

Como o relator não está presente, e considerando que o projeto já entrou três vezes na pauta, vou aproveitar o quórum e vou designar o Senador Wellington Dias como relator *ad hoc* desta matéria, por favor.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O projeto inscreve-se no rol das competências da CDR, nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria insere-se na competência da União.

No mérito, concordamos plenamente com o autor da proposição. Não se concebe que áreas sensíveis possam ser ocupadas sem qualquer planejamento, colocando em risco não apenas seus moradores, mas também os vizinhos e a população em geral.

A rigor, toda a ocupação do território nacional deveria ser planejada, mediante a aprovação de planos diretores municipais, orientados por planos de ordenamento territorial estaduais e federais.

Em resumo, essa é a análise.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 23, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDR

Dê-se à ementa do PLS nº 23, de 2011, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para estabelecer a obrigatoriedade da elaboração de plano diretor nos Municípios com áreas de risco situadas em seu território.”

EMENDA Nº – CDR

Inclua-se a designação “NR” ao final do texto do inciso VI acrescido pelo art. 1º do PLS nº 23, de 2011, ao art. 41 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2011.

EMENDA Nº – CDR

Dê-se a seguinte redação ao texto proposto pelo art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2011,

para o parágrafo único do art. 50 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2011:

“Art. 50

Parágrafo único. Os Municípios enquadrados na obrigação prevista no inciso VI do caput do art. 41 deverão aprovar o plano diretor até a data de 31 de dezembro de 2016.” (NR)

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Voto pela aprovação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação, de acordo com o parecer do relator, e quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o autor da matéria, o Senador Lindbergh, e também o relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – João Durval. (*Pausa.*)

Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – (*Fora do microfone.*) Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – (*Fora do microfone.*) Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Maria do Carmo Alves. (*Pausa.*)

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator e o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Aprovado o projeto, tem ainda, agora, aqui, a votação das emendas.

Vou fazer uma pergunta às Srªs e Srs. Senadores. Posso repetir a mesma votação para as emendas? (*Pausa.*)

Então, aprovadas as emendas.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 116, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para determinar que a elaboração do plano diretor seja orientada por carta geotécnica.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Concedo a palavra ao Sr. Senador Eduardo Amorim para leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto é de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2011, pretende alterar o Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2011 – para determinar que a elaboração do plano diretor seja orientada por carta geotécnica. Complementarmente, a proposição estabelece que os municípios cujos planos diretores tenham sido elaborados em desacordo com essa determinação deverão promover as necessárias adaptações no prazo máximo de dois anos, contados a partir da vigência lei proposta.

Ao justificar o projeto, o autor destaca a “vergonhosa frequência” com que graves acidentes, derivados de condições climáticas, vêm ocorrendo nas cidades brasileiras. Para ele, tragédias como a ocorrida na região serrana do Estado do Rio de Janeiro nos primeiros dias de 2011, a par de serem evitáveis, “trazem à tona a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de planejamento da ocupação do solo urbano”.

Ao lembrar que a Constituição de 1988 tornou obrigatória a aprovação, na forma de lei, de planos diretores municipais destinados a orientar a política de desenvolvimento e de expansão urbana, o autor da iniciativa argumenta no sentido de que a elaboração dessa norma legal deve basear-se no conhecimento prévio das condições geológicas do território municipal.

Distribuído com exclusividade e para decisão em caráter terminativo a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

Compete a esta Comissão, a teor do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o mérito do projeto e, por força da competência terminativa e exclusiva, também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Encontram-se adequadamente atendidos os requisitos de constitucionalidade e juridicidade. Nos termos do inciso XX do art. 21 da Constituição Federal, incumbe à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano. Esse encargo constitucional resultou atendido pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, norma que a proposição em pauta pretende alterar. Ademais, a deliberação sobre a matéria constitui competência do Congresso Nacional, não havendo restrição à iniciativa parlamentar.

Em relação à técnica legislativa, o PLS nº 116, de 2011, foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No mérito, somos favoráveis ao projeto, que constitui louvável contribuição para a promoção sustentável do desenvolvimento urbano.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela **aprovação** do PLS nº 116, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Eduardo Amorim. O voto é conhecido. Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Aprovado por unanimidade.

Terminadas as matérias terminativas, vamos voltar à pauta normal.

Item 5.

Eu queria fazer uma consulta aos Srs. Senadores. O autor e o relator não se encontram. Nós podemos então indicar um relator *ad hoc*... Pronto.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 142, DE 2008

– Não Terminativo –

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos produtivos Locais.

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Como a Senadora Lúcia Vânia não se encontra, eu designo a Senadora Lídice da Mata, Senadora *ad hoc*, para a leitura do relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, cabe a esta Comissão a análise do mérito do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2008, no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional. Considerações sobre os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Assuntos Sociais, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o art. 239 da Constituição Federal, a arrecadação decorrente das contribuições para o PIS e para o PASEP dirige-se ao financiamento do Programa do Seguro-Desemprego, do abono salarial e dos programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES. Neste último caso, os recursos correspondem a 40% da arrecadação total e são aplicados de acordo com planejamento exclusivo do BNDES, a quem cabe o risco de crédito.

Vale notar que, em 2010, o BNDES apresentou desembolsos da ordem de R\$ 168 milhões, sendo que apenas 10,2% desse montante foram destinados a projetos da Região Nordeste, 7,0% para a Região Norte e 6,7% para a Região Centro-Oeste. Por sua

vez, a Região Sudeste recebeu 58,2% do total e a Região Sul, 18,0%.

Tendo em vista que o apoio do BNDES é fundamental para estimular os investimentos, a produção e o emprego das regiões mais carentes do País, fica evidente a necessidade de se implantar medidas no sentido de minimizar esse quadro de disparidade na aplicação de recursos administrados por esse banco, com o objetivo de reduzir os desequilíbrios regionais.

A proposição ora em análise vem ao encontro dessa necessidade, ao estipular critérios para o financiamento dos programas a cargo do BNDES, privilegiando a alocação de recursos em áreas com menor IDH e estimulando o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL).

Os reparos ao projeto efetuados pela CAE na forma do substitutivo aprovado de fato melhoram a clareza do texto e a técnica legislativa.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero manifestar aqui, primeiramente, que considero o projeto da maior importância. Porém, de informações colhidas aqui, principalmente do BNDES – e eu queria dialogar aqui com a nossa Relatora, para ver como a gente deve tratar isso –, há uma preocupação pelo fato de ter uma programação plurianual, e nessa programação, já em andamento, há um conjunto de investimentos sem esse critério do IDH.

Como ficaria essa situação que já está em andamento.

Eu queria aqui fazer um pedido de vista para examinar a matéria e em compromisso, aqui, a tratar com a relatora para a gente encontrar uma forma de uma redação que não leve em consideração prejuízos ao que está em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Loco/PP – AL) – A relatora se manifesta ao contrário?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Concorro integralmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Loco/PP – AL) – Pedido de vista regimental, eu lhe concedo a vista do projeto.

Eu havia saltado o item 3.

ITEM 3

OFÍCIO “S” Nº 4, DE 2011 – Não Terminativo –

Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010.

Autoria: Ministério da Integração Nacional

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pelo conhecimento do Ofício “S” nº 4, de 2011, e encaminhamento da Matéria ao arquivo.

Não estando presente o Senador Mozarildo, designo como relator *ad hoc* a Senadora Ana Rita para fazer a leitura do relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Vou fazer apenas a leitura da análise para sermos mais objetivos. Talvez não seja necessário lermos tudo.

Do exame realizado, em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, conclui-se no Parecer que as demonstrações contábeis “representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, em 30 de junho de 2010 e 2009, os superávits de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”. Junto a esse balanço devidamente auditado que chega a esta Comissão, cumprindo a exigência legal, foi entregue relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, em conformidade com o §4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989.

Além desta Comissão, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização também está encarregada de analisar tanto o relatório como as demonstrações contábeis auditadas que são encaminhadas pelos respectivos conselhos deliberativos dos Fundos, conforme prescrito no § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989:

III – Voto

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício “S” nº 4, de 2011, do Ministério da Integração Nacional – MI, que encaminhou ao Senado Federal, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 30 de junho de 2009, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, ao arquivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão a matéria.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, em função de ter que me ausentar desta reunião para participar da reunião da Comissão Mista de Orçamento, gostaria de solicitar a V. Ex^a e aos meus pares que pudessemos votar quatro requerimentos de minha autoria, invertendo a ordem de votação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Submeto à apreciação dos Srs. Senadores e Senadoras o requerimento da Senadora Lídice da Mata para que possamos fazer a inversão da pauta.

Não havendo quem queira se manifestar, aprovado.

Faremos a leitura dos referidos requerimentos.

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater a promoção do Brasil no exterior, com a presença dos seguintes convidados: o Sr. Flavio Dino de Castro e Costa, Presidente da EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, e o Sr. Domingos Leonelli Neto, Presidente do FORNATUR – Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Em discussão.

Com a palavra a autora.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, como esta é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, achei importante que pudessemos pautar aqui alguns dos principais debates da agenda do turismo no Brasil. Portanto, nós estamos com um debate importante a respeito das prioridades dos investimentos do Brasil no exterior, em função da Copa do Mundo e da sua própria política, do seu plano nacional de investimento para o turismo. Em função disso, apresentei este requerimento e alguns outros

relacionados com a pauta do turismo que virão a seguir e que já justifiquei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Após o encaminhamento da autora, em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a participação desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, no Ciclo de Audiências Públicas Conjuntas, com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Requerimento Nº 58, de 2011 – CAE, aprovado em 16 de agosto de 2011, e Requerimento Nº 46, de 2011 – CI, aprovado em 11 de agosto de 2011, para debater a repartição dos royalties de petróleo entre os entes da Federação Brasileira.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Este requerimento já foi aprovado hoje na CAE, Sr. Presidente. Estão sendo realizados debates em reuniões conjuntas da CAE com a Comissão de Infraestrutura e acho que a nossa Comissão não pode deixar de participar deles. V. Ex^a estará no comando dessa discussão também. Dessa forma, proponho a nossa participação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrado o encaminhamento, em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, como muito bem registra a nossa Senadora Lídice da Mata, nós iniciamos, na semana passada, as audiências públicas ouvindo o Ministro Edison Lobão, em nome do Executivo, por ser o Ministro de Minas e Energia, ao qual a matéria está afeita. Depois ouvimos o presidente da Petrobras, já na quinta-feira. Esta semana, há três audiências públicas, encerrando exatamente no dia 1º. Este é um dos temas sobre o qual a Comissão de Desenvolvimento Regional tem aprofundado o debate, em especial na subcomissão presidida pelo Senador Wellington Dias, do desenvolvimento do Nordeste. Acredito que este requerimento vem somar.

Nós não deveríamos ampliar muito os prazos porque há um compromisso do Presidente do Congresso Nacional de, até 15 de setembro, levar a matéria a voto no plenário do Senado Federal. Portanto, acredito que nós deveríamos aprovar como parte integrante, como muito bem nossa Senadora registra, do que está sendo feito na CAE, para que nós possamos ter um debate profundo, mas dentro de um prazo razoável.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O requerimento é justamente para que nós possamos participar desse debate juntamente com aquelas duas comissões, que amanhã inclusive já ouvirá os governadores. Então, é na mesma direção do que fala o Senador José Pimentel.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com a finalidade de debater a política tributária de incentivo ao turismo, com a presença de representantes do Governo e da sociedade civil.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra V. Ex^a, para fazer o encaminhamento.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, na mesma direção do que vinha falando antes, nós temos, na área de turismo, reivindicação de que o Plano Brasil Melhor possa incorporar a agenda do setor empresarial do turismo, que reivindica sua inclusão nos benefícios já estendidos a outras áreas produtivas do nosso País. Há inclusive um projeto de nossa autoria e dos Deputados Carlos Zarattini e Otávio Leite, no sentido de transformar o receptivo turístico em produto de exportação.

Por isso mesmo, gostaríamos de trazer esse debate a esta comissão, e, posteriormente, definiremos as pessoas que serão convidadas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão.

Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, esse requerimento vem em bom momento, porque estamos discutindo o Programa Brasil Maior, e há um conjunto de medidas que estão na Medida Provisória 540 – ainda num prazo bastante elástico, dos 120 dias, porque ela é de agosto –, um conjunto de incentivos à exportação.

No que diz respeito às micro e às pequenas empresas, é autorizado um faturamento extra de até R\$3,6 milhões, para que se incentive a micro e a pequena empresa na exportação. Há um conjunto de medidas, para os demais setores das empresas, sobre o lucro presumido e sobre o lucro real.

Portanto, acredito que o requerimento vem em boa hora, e nós deveríamos, Senadora Lídice da Mata, fazer uma agenda que pudesse ter a cobertura e o acolhimento na votação da MP 540, que trata dessa matéria.

Portanto, somos favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com a finalidade de debater o turismo rural, com a presença dos seguintes convidados: a Sr^a Andreia Roque, presidente do Idestur – Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural; o Sr. Francisco Garcez, presidente da Abraturr – Associação Brasileira de Turismo Rural; Ricardo Martini Moesch, diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo; e Silvio França Torres, Secretário de Habitação do Estado de São Paulo.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra a autora, para o encaminhamento.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A intenção desse requerimento é fazer uma audiência pública para adiantar o debate, nesta comissão, de um projeto que já se encontra na Casa, na Comissão de Assuntos Sociais, que é a regulamentação do turismo rural em nosso País. Eu acho que esta comissão não pode deixar de ter um debate mais aprofundado a respeito desse assunto, e solicito que possamos debater

com essas pessoas interessadas. No caso, o Sr. Silvio França Torres, que é Secretário de Habitação do Estado de São Paulo, como Deputado, é o autor desse projeto.

É um projeto que tem importância para o Brasil, que tem uma área tão grande, o turismo rural se desenvolve com muita força em nosso País, mas ele modifica regras e flexibiliza áreas do trabalho na região rural, que é indispensável que possamos debater com muito cuidado.

Estava presente até poucos instantes a Sr^a Andréia Roque, que é Presidente do Idestur, participando aqui na nossa Comissão, aguardando a sua aprovação.

Portanto, agradeço aqueles que concordarem com o mesmo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nós tivemos o último Grito da Terra Brasil, agora, no primeiro semestre de 2011, e um dos temas que as entidades da agricultura familiares trouxeram para a agenda é exatamente o incentivo ao turismo rural e as várias experiências que eles têm desde as antigas cassas grandes na região Nordeste, com o fim da escravidão, o resgate de toda essa cultura dos quilombolas, do conjunto de ações que eles apresentaram. Eu colocaria, se a nossa autora, Lídice da Mata, não tiver acordo, para convidar alguém do MDA, porque eles formam um grupo de trabalho nesta área, fruto do Grito da Terra Brasil, eles estão trabalhando muito mais para somar aqui nesta discussão. Nós não especificaríamos quem seria a pessoa, porque pode ser o próprio Ministro, mas, muitas vezes, o técnico que está envolvido na elaboração do projeto, para esse tipo de audiência, que é muito propositiva, talvez ele seja tão importante quanto o Ministro. Portanto, seria um representante do MDA e, em seguida, a gente veria quem seria a pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a anuência da Relatora, está incorporada ao requerimento a solicitação de V. Ex^a.

Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação. (*Pausa.*)

Os Srs. e Sr^{as} Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Item...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ...primeiro eu quero agradecer a generosidade de todos que aprovaram esses requerimentos. Segundo, Sr. Presidente, se continuo contando com essa generosidade de V. Ex^a para o pedido, a solicitação do Senador Antonio Carlos Valadares que tem um projeto de sua autoria no Item 8 e que por estar ausente solicita a V. Ex^a que pudesse retirar o projeto de pauta, já que ele recebe um relatório pela rejeição e ele gostaria de conversar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Parece que nós estávamos conversando a mesma coisa. Antes de V. Ex^a propor, eu já havia colocado aqui como adiado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) –

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 170, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Wellington Dias

Senador Wellington Dias, V. Ex^a tem a palavra para a leitura do relatório.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, vem à análise desta comissão o Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Braga, que visa a alterar o *caput* do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto de renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

A proposição é composta basicamente por três artigos. Então, quando ao mérito, é inegável que os incentivos à instalação de empresas nas Regiões Norte e Nordeste ainda são necessários, dado o grande diferencial de desenvolvimento econômico destas regiões em comparação com o restante do país. Conforme consta da justificação do Projeto, com a proximidade do fim dos incentivos previstos no art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, já se observa uma redução da quantidade de projetos apresentados e há manifestações claras de preocupação por parte dos empresários com relação à viabilidade dos seus negócios.

Assim, concordo com a visão do autor de que os incentivos em questão devem ser mantidos por um prazo maior, oferecendo ao empresariado um horizonte mais favorável quanto ao futuro dos empreendimentos naquelas regiões.

III – Voto

Face ao exposto, recomendo a aprovação do PLS nº 170, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CDR (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2011

Altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto de renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 32, caput, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32 O art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projetos de instalação, ampliação, modernização e diversificação, protocolizados e aprovados até 31 de dezembro de 2023, enquadrados nos setores da economia considerados, por ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.
.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, esta é a nova redação, e o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, primeiro eu registro que a prorrogação desses efeitos, incentivo fiscal, não se trata de isenção fiscal porque são empreendimentos inexistentes; ou seja, como eles ainda não existem nem eles, também, não recolhem impostos.

O segundo registro é de que todo processo de industrialização do Brasil, principalmente as regiões que foram beneficiadas com os polos metais-mecânicos, que têm como base de estruturação o setor metalúrgico, ou seja, as grandes siderurgias, foram feitos todos e o último deles é do final da década de 70, início da década de 80, na Bahia, que é o Polo Petroquímico de Camaçari, que envolve tanto o setor petroquímico, a partir da refinaria de petróleo, quanto o setor metal-mecânico, a partir da indústria siderúrgica naquela região.

Nesse momento, o Norte recebe um polo metal-mecânico no Estado do Pará, com a construção de uma grande siderurgia da Companhia Vale do Rio Doce. E a Região Nordeste recebe três polos metais-mecânicos com a instalação dos parques siderúrgicos de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão.

No que diz respeito aos polos petroquímicos, o Nordeste está recebendo quatro polos petroquímicos: um em Pernambuco, a partir da Refinaria Abreu Lima; uma no Ceará, a partir da Premium II; uma no Maranhão, a Premium I; e uma unidade diferenciada no Estado do Rio Grande do Norte.

Esse projeto de infraestrutura leva, em média, cinco anos para ser implantado. Como eles estão em 2011 na sua fase de execução, a previsão é de que a conclusão dessas grandes estruturas de desenvolvimento regional se dê por volta de 2017. Se nós não tivermos a segurança de uma legislação de incentivo fiscal, como fizemos nas outras regiões do Brasil até a década de 80, nós vamos ter a infraestrutura siderúrgica, a infraestrutura petroquímica, mas não teremos os demais conglomerados, outros arranjos produtivos, que são ali acoplados, se não tivermos o incentivo fiscal.

Portanto, este projeto de lei tem exatamente esse alcance para que os grandes investimentos que a iniciativa privada está fazendo, que o setor público está fazendo, nesses grandes polos, também assegurem ao investidor privado que vai a essas regiões em face dessas plantas em desenvolvimento, a segurança de que até 2023 eles possam fazer os seus desenhos, fazer os seus planejamentos e investimentos.

Por isso, quero parabenizar o autor do projeto e o relator pela visão estratégica que está tendo para com a região Norte e Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão.

Vou fazer um apelo ao eminente Senador Pimentel ou Wellington. Quatro Estados estão sendo beneficiados. Vamos colocar Alagoas, Sergipe, Piauí para ter esse privilégio de também contar com esse círculo de desenvolvimento para evitar que amanhã tenhamos também uma desproporção regional.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não tenha dúvida, Sr. Presidente, de que alcança os outros arranjos produtivos. Fiz questão de falar nesses, em face do grande volume de recursos que estão sendo aportados pela iniciativa privada e pelo setor público. Mas sei dos arranjos produtivos da nossa Alagoas. Vamos ter uma audiência pública desta Comissão em Sergipe, logo logo. Estamos escolhendo a data...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Queria apresentar as minhas escusas ao Senador pelo fato de não ter podido estar ontem no Ceará, pois eu estava em uma outra missão que o Senador Wellington havia me designado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Perfeitamente compreensível, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só para ressaltar. Na verdade, o incentivo no parecer e na redação que atribuímos é para toda a região de abrangência da SUDENE, assim como da Sudam. Inclusive, além dos Estados do nordeste parte do Espírito Santo, da nossa querida Senadora Ana Rita, e parte de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas eu não quero incentivo. Eu quero empenhimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estamos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Queria aproveitar para apresentar à apreciação dos Srs. Senadores o requerimento verbal apresentado pelo Senador Cícero Lucena, sugerindo com aprovação do plenário e da Comissão uma visita in loco às obras do canal que está levando água para o Ceará e à Paraíba.

Em discussão o requerimento verbal do Senador Lucena.

Encerrada a discussão.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sou partidário, Sr. Presidente, que nós poderíamos precisar que o canal leste que beneficia os Estados de Pernambuco e Paraíba, e o canal norte que beneficia Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, sem prejuízo de passar por Alagoas e Sergipe que também tem seus canais sendo feitos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Feito o adendo, continua em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Posteriormente, poderemos dialogar para encontrarmos um dia melhor para essa visita, se possível.

Aprovado.

Submeto as Atas à apreciação dos Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada as Atas das reuniões anteriores.

Nada mais havendo a tratar, encerro a Ordem do Dia.

Agradeço a presença e convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, na hora regimental.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 26 horas e 8 minutos.)

Ata da 31ª reunião da comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática em conjunto com a 30ª reunião da comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle e 30ª reunião da comissão de agricultura e reforma agrária da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 24 de agosto de 2011, quarta-feira, às 08h30.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG**, **ACIR GURGACZ** e **EDUARDO BRAGA**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ**, **ANA AMÉLIA**, **ANA RITA**, **ANGELA PORTELA**, **ANÍBAL DINIZ**, **ANTONIO RUSSO**, **CASILDO MALDANER**, **CÍCERO**

LUCENA, CLÉSIO ANDRADE, CRISTOVAM BUARQUE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPPLY, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, JOÃO ALBERTO SOUZA, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, LINDBERGH FARIAS, PAULO DAVIM, PEDRO TAQUES, RANDOLFE RODRIGUES, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, WALDEMIR MOKA e WALTER PINHEIRO. Deixam de comparecer os demais senadores membros. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 73, de 2011-CMA; nº 46, de 2011-CRA, nº 37, de 2011-CCT; com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), com a presença de Ex-Ministros do Meio Ambiente. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes requerimentos: **1) REQUERIMENTO Nº 76, DE 2011-CMA e Nº 40, DE 2011-CCT**, que “Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura na Expointer 2011, que se realizará na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, entre os dias 27 de agosto e 4 de setembro de 2011. A Expointer é um dos mais importantes eventos agropecuários de maquinário da América Latina e esse encontro proporcionará aos produtores e Parlamentares apresentarem e discutirem possíveis soluções para os problemas do agronegócio brasileiro, especialmente em relação à revisão do Código Florestal”. Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento. **2) REQUERIMENTO Nº 77, DE 2011-CMA; Nº 48, DE 2011-CRA e Nº 41, DE 2011-CCT**, que “requer com fundamento nos artigos 90, inciso II e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para debater a reforma do Código Florestal (Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011) e sua influência nas cidades, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Paulo Safady Simão, Presidente da CBIC; João Batista Crestana, Presidente do SECOVI/SP; Márcio Ackermann, Consultor Ambiental; Raquel Rolnik, Professora da FAU-USP; Nabil Bonduki, Professor da FAU-USP; um represen-

te do Ministério do Meio Ambiente; um representante do Ministério das Cidades.”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento. Comparecem como convidados os Senhores Ex-Ministros Carlos Minc, José Sarney Filho, Rubens Ricupero, José Goldemberg, José Carlos Carvalho e Marina Silva. A Presidência anuncia a presença do Senhor Deputado Federal Ricardo Trópoli, dos Ex-Senadores João Pedro e Eurípedes Camargo, do Senhor Mário Mantovani – da Fundação SOS Mata Atlântica, do Senhor Elias Castilho - Presidente do Parlatino, do Senhor Fernando Cordeiro - Presidente da Assembléia Nacional do Equador, do Senhor Jorge Pizarro - ex-Presidente do Senado do Chile, da Senhora Gabriela Garcia Carranza - Embaixadora do Panamá no Brasil, do Senhor Jorge Montero Figueroa Embaixador do Chile no Brasil e do Senhor Santiago – Ministro da embaixada do Equador. A presidência passa a palavra aos Ex-Ministros, que fazem suas apresentações. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, RODRIGO ROLLEMBERG, EDUARDO BRAGA, ANA AMÉLIA, PAULO DAVIM, CYRO MIRANDA, JORGE VIANA, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, EDUARDO SUPPLY e ANA RITA.** Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Ao término da reunião, a presidência submete à votação a leitura da ata da reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, havendo lavrado a presente ata José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Luiz Gonzaga Silva Filho, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/ PSB – DF) – Declaro aberta a 30ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,

Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública que visa a coletar subsídios técnicos jurídicos para o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), em cumprimento aos Requerimentos nºs 73, de 2011, da CMA, nº 37, de 2011, da Comissão de Ciência e Tecnologia, e nº 46, de 2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Acir Gurgacz e Eduardo Braga, aprovados em 16 de agosto do corrente.

A audiência contará com a presença de ex-Ministros do Meio Ambiente: José Sarney Filho, Deputado Federal, Ministro de 1999 a 2002, José Carlos Carvalho, Ministro em 2002, Marina Silva, Ministra de 2003 a 2008, e Carlos Minc, Secretário de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Ministro de 2008 a 2010.

Foram também convidados os ex-Ministros José Goldemberg e Rubens Ricupero, que informaram sobre a impossibilidade de seu comparecimento hoje.

Quero registrar ainda que amanhã, no mesmo horário, a partir das oito e trinta, teremos audiência pública conjunta, desta feita com ex-Ministros da Agricultura. Estão confirmados o ex-Ministro Alisson Paulinelli, o ex-Ministro Reinhold Stephanes, o ex-Ministro Francisco Turra e o ex-Ministro José Eduardo Andrade Vieira.

Quero submeter uma proposta de requerimento para audiência pública conjunta, já aprovada, pela Comissão de Agricultura, dentro do ciclo de debates sobre o Código Florestal para que, “nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Agricultura na Expointer 2011, que se realizará na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, entre os dias 27 de agosto e 4 de setembro de 2011.

A Expointer é um dos mais importantes eventos agropecuários de maquinário da América Latina e esse encontro proporcionará aos produtores e Parlamentares apresentarem e discutirem possíveis soluções para os problemas do agronegócio brasileiro, especialmente em relação à revisão do Código Florestal.”

Essa audiência pública deverá se realizar no dia 2 de setembro.

Pergunto aos Senadores se concordam com a apreciação extrapauta desse requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo discordância, coloco em votação o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, apenas uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa porque fui a autora do requerimento para essa audiência pública na Expointer porque é o evento do setor da produção agropecuária mais importante do País e a audiência ficará enriquecida com a presença oficial dos representantes da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Ciência e Tecnologia. Os dois relatores, nas referidas Comissões, Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana, estarão participando desse evento representando os setores. Independentemente disso, todos os demais Senadores integrantes das mesmas Comissões serão muito bem-vindos a esse encontro.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia, grande representante do Estado do Rio Grande do Sul.

Entendo que todas essas iniciativas conjuntas da Comissão de Agricultura, da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Ciência e Tecnologia só contribuem para enriquecer o debate e para que tenhamos a oportunidade de ouvir visões diversas e diferentes acerca de um tema tão complexo e tão importante como a revisão do Código Florestal brasileiro.

Quero aproveitar para registrar a presença, que muito nos honra, entre nós do Deputado Ricardo Tripoli, do PSDB de São Paulo.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Eu quero registrar, enquanto aguardamos a presença dos ex-Ministros do Meio Ambiente, que certamente enriquecerão o nosso debate, que estamos consultando as personalidades que foram aprovadas por esta Comissão para serem ouvidas nesses debates conjuntos sobre a reforma do Código Florestal, sobre possíveis agendas.

Era nosso objetivo já realizar na próxima terça-feira uma reunião da Comissão de Meio Ambiente, que eu sugiro aqui que também seja conjunta com as de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, para ouvir personalidades do mundo jurídico a respeito da segurança jurídica do Código Florestal. Entre os nomes aprovados e já consultados, nós temos os do Ministro Herman Benjamin, do Ministro Dias Toffoli, do professor Leme Machado e de diversos outros que já estão sendo consultados.

Era nosso objetivo realizar essa audiência pública na próxima terça-feira, mas estamos tendo dificuldade

de agenda com esses juristas. E provavelmente essa audiência pública se realizará no dia 13 de setembro, primeira semana após a semana do feriado.

De qualquer forma, ainda nesta semana definiremos, com o Relator Jorge Viana e com o Relator Luiz Henrique, as diligências aprovadas por esta Comissão para que possamos visitar alguns daqueles locais aprovados pelas Comissões que demonstram experiências bem sucedidas por terem conseguido aliar alta produção agrícola, alto desempenho da pecuária com sustentabilidade ambiental. Temos exemplos de Municípios como Paragominas, que esteve entre os Municípios com maior índice de desmatamento e que, por uma ação conjunta da prefeitura e da sociedade local, conseguiu reverter essa tendência.

Portanto, é importante conhecer essas experiências bem sucedidas, porque elas podem trazer contribuições efetivas e importantes para esse debate.

Então, recebo aqui uma sugestão do Relator na Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana, para que possamos tentar realizar semana que vem, é claro que depende da agenda dos nossos convidados, uma audiência pública sobre o Código Florestal e as cidades. Alguns nomes de pessoas já aprovados pela Comissão de Meio Ambiente eu sugiro que a gente possa ser colocados em apreciação também no âmbito da Comissão de Agricultura e da Comissão de Ciência e Tecnologia, para que seja conjunta. São eles: o professor Carlos Nobre, representantes do CBIC e da Secovi, o Sr. Marcio Ackermann, a Raquel Rolnik e o Nabil Bonduki.

A ideia é discutir os impactos da APP nos mananciais que abastecem as cidades. Qual deve ser a regulamentação das áreas de proteção permanente dentro das cidades? A divisão de responsabilidade das três esferas, municipal estadual e federal, no código aprovado na Câmara, atende às necessidades? Os papéis e responsabilidades estão bem definidos? As penalidades para os descumprimentos estão claras?

Então, quero aqui sugerir a apresentação oral a ser formalizada imediatamente para que esta audiência pública, tanto dos juristas quanto dessas personalidades para discutir os impactos do Código Florestal nas cidades, seja realizada conjuntamente pelas três Comissões.

Consulto o Presidente da comissão...

Vou colocar em apreciação.

Aqueles que concordam com a audiência pública conjunta das três Comissões permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Quero registrar que, entre nós, além da presença do Relator do Código Florestal na Comissão de

Meio Ambiente, está o Senador Luiz Henrique, que é o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Agricultura e na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu tenho convicção de que nós começaremos a viver um momento muito importante, decisivo, de debates sobre o Código Florestal.

Entendo que as audiências públicas marcadas para hoje e para amanhã e essas que pretendemos fazer sobre o impacto nas cidades e também ouvindo os juristas vão trazer contribuições muito significativas para esse debate.

Os quatro ex-Ministros do Meio Ambiente, que foram Ministros em governos diferentes, deram uma contribuição significativa à questão ambiental no Brasil, até porque nós temos, nos últimos anos, acompanhado uma redução crescente e regular dos índices de desmatamento no Brasil, o que é um aspecto muito positivo e demonstra um acerto e uma contribuição dada por esses ex-Ministros nos últimos anos.

Ao mesmo tempo, amanhã ouviremos ex-Ministros da Agricultura. E para um país que, nos últimos anos, aumentou sua área plantada em 45,8% e aumentou sua produção em 268%, nós devemos reconhecer e louvar também muitos acertos no que se refere à política agrícola. Então, entendo que são pessoas com muita experiência na vida pública, na gestão pública, mas também pessoas com experiência anterior e posterior ao desempenho dessas funções públicas, seja na atividade parlamentar, como é o caso de alguns, seja na sua atividade junto à sociedade civil, seja na sua atividade, como é o caso, hoje, de alguns, assessorando a iniciativa privada. Mas tenho convicção de que teremos contribuições muito significativas.

Da mesma forma, há uma preocupação muito grande sobre como tratar a questão das cidades no Código Florestal, que, sem dúvida, deve ter um tratamento diferenciado em relação ao tratamento dado no meio rural.

E há a questão da segurança jurídica. Essa preocupação vem sendo manifestada por diversos Senadores, da importância de que o texto seja muito claro, de que o texto não deixe margem a dúvidas. Portanto, será fundamental também a contribuição de juristas para esse debate.

Consulto o Presidente Eduardo Braga se quer fazer uso da palavra enquanto aguardamos. A Secretaria da Comissão já está entrando em contato com os ex-Ministros para que possamos iniciar, efetivamente, os nossos debates.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar a iniciativa do nobre Relator Jorge Viana da apresentação da

agenda, com debates tão pertinentes ao tema e com a contribuição de companheiros que possuem larga experiência no setor e larga experiência acadêmica e científica com relação ao tema, tanto como o Professor Carlos Nobre quanto o Dr. Antônio Carlos Hummel, Israel Klabin e os demais convidados, como é o caso de Míriam Leitão, do Paulo Moutinho, do Instituto Imaflora, do Dráuzio Varella, do Beto Veríssimo, Fernando Castanheira, Márcio Ackermann, entre outros.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de fazer uma sugestão a V. Ex^a e aos membros desta comissão. Via de regra, quando marcamos nossas audiências públicas entre 8 horas 30 minutos e 9 horas da manhã – estamos tendo esta experiência também na Comissão de Ciência e Tecnologia –, os convidados acabam se deslocando de seus Estados e das suas cidades de origem no dia dos nossos debates e das nossas audiências públicas. Em função disso, talvez fosse interessante, para o dia de amanhã, pedir à secretária das audiências conjuntas para verificar, junto aos convidados, se não seria mais pertinente estabelecermos um horário como 10 horas da manhã para o início da audiência pública, a fim de que déssemos tempo para que os convidados pudessem chegar ao Senado da República, para a participação das audiências. Por exemplo, estamos informados de que, neste momento, praticamente todos os convidados estão se deslocando para o Senado da República, inclusive muitos deles já no trânsito. No entanto, como sabemos, a audiência pública estava marcada para as 8 horas e 30 minutos. Eu acho que, apenas para que possamos dar certa praticidade, seria interessante talvez ouvir a opinião e a contribuição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores a respeito de como estabelecermos esses horários para poder avançar sobre esse tema.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, acredito que as nossas agendas de viagem precisam ser vistas, a partir da semana que vem, para visitarmos experiências como foi aprovado na reunião anterior, porque tenho informações de que muito provavelmente deverá ser colocado em votação e aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça, até o dia 31, o Código Florestal. A partir daí, começará a correr prazo nas comissões de mérito. Portanto, talvez fosse muito interessante pedir às secretarias que pudesse fazer um cronograma entre as audiências públicas que estamos aprovando e a agenda de viagem que estamos aprovando, para que possamos ter um cronograma dessas audiências, dessas nossas reuniões, a fim de que possamos nos organizar e nos planejar também com relação às outras comissões, as outras subcomissões etc, que estão em funcionamento no Senado da República. Ontem, todos nós testemunhamos, nesta Casa, uma presença que

eu até diria exagerada de ministros simultaneamente. Tivemos ontem quatro ou cinco ministros no Senado da República, com audiências que praticamente foram simultâneas e com a participação de membros comuns de várias comissões. Portanto, creio que essas colocações com relação aos cronogramas serão de extrema importância e valia para a organização dessas audiências e dessas visitas da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, da Comissão de Agricultura e da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quero, portanto, agradecer e devolver a palavra ao nosso Presidente Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero agradecer ao Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, e fazer aqui mais uma sugestão de acrescentar aos convidados para a audiência pública para discutir o impacto do Código Florestal nas cidades um representante do Ministério do Meio Ambiente e um representante do Ministério das Cidades.

Portanto, por requerimento oral, eu o submeto à apreciação do Plenário.

Aqueles que concordam com a sugestão permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero registrar, Senador Eduardo Braga, que concordo inteiramente com a sua sugestão para que possamos, imediatamente, reunir as secretarias das três Comissões, com base já nos nomes aprovados conjuntamente, para que possamos definir um calendário de audiências públicas, de diligências externas, para que todos os Senadores possam se organizar a fim de fazerem parte dessas audiências.

Registro aqui também a presença do Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz. Registro também, com alegria, a presença do Deputado Alfredo Sirkis, que chegou aqui há pouco. E já temos notícia de que a Senadora e ex-Ministra, Marina Silva, já se encontra aqui, está dando entrevista à imprensa, e que os demais também já estão a caminho da Comissão.

Passo, então, neste momento, a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Bom dia, Senador Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, realizamos uma audiência pública em conjunto para debatermos o Código Florestal Brasileiro. Nós estamos fazendo as audiências públicas todas em conjunto, no sentido de debatermos o assunto coletivamente, mostrar a todo o País que há uma unidade, que há uma união no pensamento com

relação às três Comissões. Não há um pensamento ambientalista, não há um pensamento de produtores rurais, não há um pensamento isolado de ciência e tecnologia. Há um pensamento conjunto na tentativa de fazer um Código Florestal que atenda a população brasileira.

Por isso estamos fazendo as audiências públicas todas em conjunto, para que a gente possa, Senador Cyro, aprovar o mais rápido possível, porque a população brasileira está nos cobrando e preocupada com o tempo que vai passando e não há uma definição de tempo, de prazo para que haja essa votação.

Essa demonstração nossa de fazermos essas audiências públicas sempre em conjunto com os Relatores, sempre juntos, é, de fato, uma demonstração de unidade, de que o Senado está unido, tentando fazer aquilo que será melhor para a população brasileira, não que seja melhor para ambientalistas, não que seja melhor para o agricultor, mas, sim, para a população brasileira. Todos nós dependemos da agricultura, todos nós dependemos do meio ambiente e queremos trabalhar exatamente dessa forma, fazer um Código Florestal que atenda os agricultores, que atenda a toda a população brasileira.

Nesse sentido, tivemos na última sexta-feira em Curitiba, Senador Sérgio, um grande evento, uma audiência pública importante, que debateu com profundidade o tema. Esteve junto conosco o Senador Luiz Henrique, que é o nosso Relator da reforma aqui, na Comissão de Agricultura também. Tivemos um evento muito importante. Ouvimos vários segmentos da sociedade, todos puderam se posicionar e tivemos um saldo, colhemos muitas informações positivas daquele evento. Teremos, no dia 2 de setembro, em Esteio, no Rio Grande do Sul, a pedido da Senadora Ana Amélia, mais uma audiência pública para debater esse tema junto com a sociedade, junto também com a Comissão de Meio Ambiente, junto com a Comissão de Agricultura da Câmara Federal também. Ou seja, estamos tentando aglutinar o maior número de pessoas possível para debatermos esse assunto.

Era isso que eu tinha para colocar, Sr. Presidente.

Volto a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Registro, com muita alegria, a presença entre nós da Senadora, Ministra, Marina Silva. É uma alegria muito grande poder recebê-la e já convido V. Ex^a para fazer parte da Mesa. Estamos aguardando os nossos outros convidados, que, pelas informações da Secretaria, também já estão a caminho.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Permita-me acompanhar os comentários do Presidente da Comissão de Agricultura, o Senador Acir Gurgacz, com relação ao evento ocorrido na última sexta-feira, no Estado do Paraná.

Gostaria de registrar que, na minha avaliação, o debate que nós fizemos colocando toda a sociedade organizada, naquele momento, no plenário da Assembleia Legislativa, possibilitou, de alguma forma, que nós ouvíssemos todos os lados, não só o lado da agricultura, não só o lado do meio ambiente, mas também o lado da ciência e tecnologia, porque, naquele evento, também estavam universidades do Estado do Paraná e, como representante das universidades, a Universidade Federal do Paraná, que trouxe a sua contribuição.

Gostaria aqui de destacar a condução de V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz, naquela Comissão, porque, quando falamos em preservação do meio ambiente e falamos em produção rural, alguns entendem que são atividades concorrentes, e nós aqui, do Senado Federal – muito prazer em vê-la, Ministra Marina Silva –, entendemos que é nossa função encontrarmos o equilíbrio, encontrarmos, de certa forma, o equilíbrio entre produção rural e preservação do meio ambiente. E temos que ter a consciência de que estamos falando aqui de uma legislação que vai regulamentar a utilização do solo em propriedades privadas.

Então, eu quero enaltecer também a presença do Relator da Comissão de Agricultura, do Relator da Comissão de Ciência e Tecnologia e da CCJ, o Senador Luiz Henrique, que deu uma aula sobre como ele está vendo essa discussão dentro do Senado Federal; e agradecer todos aqueles que tiveram a oportunidade de participar do evento que ocorreu na última sexta-feira, no Estado do Paraná. Inclusive, nós estivemos também conversando com o Senador Jorge Viana sobre esse debate, e o convidamos também, Senador Rodrigo Rollemberg para que pudesse estar presente naquele momento, mas, devido a sua agenda, não foi possível.

No mais, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, Bloco/PSB – DF) – Quero agradecer, Senador Sérgio Souza, e quero aproveitar aqui para avisar que, hoje, às 14 horas e 30 minutos, nós realizaremos a 3^a Reunião da Subcomissão Permanente da Água, criada por meio do Requerimento nº 38, de 2009, da CMA, da 1^a Sessão Legislativa Ordinária, no Plenário 13, para eleger o novo Presidente da Subcomissão da Água.

Também, no mesmo horário e no mesmo local, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, teremos uma reunião para eleger o novo Presidente da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20.

Registro que há a necessidade de realizarmos essas duas eleições, porque a Senadora Marisa Serrano, que presidia a Subcomissão da Água, foi nomeada para o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e o Senador João Pedro deixou o mandato com a volta do Senador Alfredo Nascimento.

Eu consulto o Senador Jorge Viana se quer fazer alguma colocação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu gostaria de que, já que a Comissão aprovou um sequência de nomes para audiências conjuntas, V. Ex^a também pudesse dar um encaminhamento. Eu me ausentei há pouco. Nessa audiência conjunta, nessa diligência a Esteio – uma proposta da Senadora Ana Amélia –, ficou acertado, então, que teríamos oficialmente representantes da Comissão de Agricultura, da Comissão de Ciência e Tecnologia e da de Meio Ambiente? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O que nós acabamos de aprovar aqui, Senador Jorge Viana, é que será uma audiência conjunta das três Comissões. A audiência pública já está marcada, segundo me informa o Senador Acir Gurcacz, Presidente da Comissão de Agricultura, para o dia 2 de setembro, às 14 horas, em Esteio.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Está bem.

Como eu tomei a iniciativa de apresentar um conjunto de diligências externas, eu gostaria de saber também de V. Ex^a se temos condição de já acertar, inclusive tentando fazer, na próxima semana, a primeira diligência, visitando, obviamente, regiões em que poderemos encontrar os problemas para os quais o Código, na sua revisão, pode apontar soluções. E, nessas mesmas regiões, também é importante levarmos em conta o que fazem as pessoas que estão colaborando com o trabalho da própria Comissão de Meio Ambiente, para encontrarmos exemplos de solução para os problemas, seja de prefeitura, de governo ou mesmo de proprietários. Então, pergunto se é possível, a partir também da semana que vem, iniciarmos essa sequência de viagens. Na nossa proposta, serão cinco viagens, uma para cada região do País, na busca de termos um contato com a realidade dos problemas que hoje estão diretamente vinculados a essa revisão do Código Florestal, que o Senado faz neste momento. Indago se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não apenas é possível, Senador Jorge Viana, como é necessário.

Como sugeriu aqui o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, nós vamos proceder a uma reunião conjunta das Secretarias das três Comissões para fazer um calendário dessas audiências públicas conjuntas que já foram aprovadas, bem como dessas diligências, dessas viagens, para conhecer experiências bem-sucedidas em outros Estados, nas diversas regiões brasileiras, nos diversos biomas brasileiros, que souberam compatibilizar uma agricultura altamente produtiva, uma pecuária de bom desempenho com preservação ambiental. Então, esse é o objetivo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só uma última... Aproveito esse espaço para mais um esclarecimento.

Eu estou aqui ao lado do ilustre Senador Luiz Henrique, que é Relator da matéria, que cria uma expectativa muito grande na sociedade brasileira, especialmente junto aos que lidam diretamente com a atividade produtiva, e também em uma parte importante da sociedade que se preocupa com o modelo de desenvolvimento do País, com a agenda que o mundo discute hoje no Ano Internacional de Floresta, às vésperas da Rio+20, e no próprio Governo.

Ainda ontem eu tive um rápido contato com a Ministra de Meio Ambiente. O Governo está muito preocupado com o resultado desse trabalho, que é muito importante para o País.

Nós temos no Senado quatro Comissões para apreciar essa matéria, além do Plenário. O calendário que, obviamente, temos que estabelecer não pode atropelar o debate necessário de uma matéria tão rica e tão importante. Eu tenho conversado constantemente com o Senador Luiz Henrique e eu sei do esforço dele. Ele queria hoje apreciar, na Comissão de Constituição e Justiça, a constitucionalidade, como ele mesmo tem falado na imprensa, dessa matéria, para que, imediatamente, essa matéria ficasse a cargo das comissões de mérito que vão tratar do mérito da matéria. Ele é Relator em duas delas – na Comissão de Agricultura e na Comissão de Ciência e Tecnologia –, e eu, na Comissão em que essa matéria vai passar por último, na Comissão que hoje sedia esta audiência coletiva. É importante que estejamos todos nos associando à iniciativa do Senador Luiz Henrique para que rapidamente possa passar essa matéria na Comissão de Constituição e Justiça, já que o propósito do Relator é tratar apenas, como ele tem tornado público, a constitucionalidade da matéria para que nas questões de mérito a gente possa aprofundar, com a colaboração

das Senadoras e dos Senadores. E me parece que essa proposta do Senador não foi possível de se viabilizar hoje. Mas seria bom se ele pudesse passar para nós o calendário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique, Relator na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Agricultura e na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Srs. Presidentes, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Ministra Marina Silva, a minha intenção era ter relatado esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, no mês de julho, antes do recesso. Todavia o requerimento formulado pelo nobre Senador Ricardo Ferraço para que a matéria fosse apreciada também pela Comissão de Ciência e Tecnologia ficou para ser votado no Plenário, e decorreu todo o mês de julho e parte do mês de agosto sem votação.

Produzimos um entendimento que propiciou a aprovação do requerimento. Eu me empenhei pessoalmente nisso, junto com o Senador Ferraço e o Senador Eduardo Braga, e, em razão disso, nós aprovamos o requerimento e me foi conferida a relatoria também na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O meu propósito era relatá-lo hoje. O fato de haver necessidade de complementação da reforma política nesta data, na Comissão de Constituição e Justiça, onde devo comparecer também para discutir matérias importantes, adiou mais uma vez a apresentação do meu parecer, mas pretendo apresentá-lo.

Combinei com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício Oliveira, no dia 31, portanto na próxima quarta-feira. E fiz um apelo ao Presidente da Comissão para que, em havendo – o que é previsível – vista, e vista coletiva, nós realizemos a segunda reunião já no dia 6 de setembro. Vamos fazer um esforço para que os Senadores estejam presentes, não obstante o feriado de 7 de setembro, no dia 6 de setembro, quando acredito que poderemos ultimar a votação do parecer.

Esse é o meu desejo. No dia 31 apresentarei. Certamente haverá pedido de vista coletiva. E no dia 6 nós deliberaremos sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Eu faço um apelo a todos os Senadores presentes e aos que estão nos ouvindo neste momento para que agendem a sua presença na Comissão de Constituição e Justiça, no dia 6 de setembro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Gostaria de sugerir, dado que já temos dois expositores, dois ex-Ministros, a Ministra Marina e o Ministro Sarney Filho, que a gente comesse a ouvir os depoimentos deles, porque assim a gente adianta o serviço que estava marcado para as 8h30. Já são 9h37. E a gente ganha tempo com isso.

Agradeço muito a gentileza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço, Senadora Ana Amélia. A Mesa assim procederá.

Quero registrar a presença do Ministro José Sarney Filho, Deputado Federal, que foi Ministro de 1999 a 2002. Já temos aqui também a presença da Ministra Marina Silva.

Quero agradecer, mais uma vez, à Comissão de Agricultura, na pessoa do Presidente Acir Gurgacz, e à Comissão de Ciência e Tecnologia, na pessoa do Presidente Eduardo Braga.

Devo dizer, muito rapidamente, antes de passar a palavra para o Ministro Sarney Filho, da importância deste debate, da contribuição que V. Ex^{as} trazem a este debate, pela experiência bem sucedida que tiveram à frente do Ministério do Meio Ambiente e pela experiência acumulada ao longo da vida pública ou na relação com a sociedade civil.

Esse é o objetivo desta audiência.

Amanhã, ouviremos o ex-Ministro da Agricultura. Na semana seguinte, deveremos ouvir pessoas que aqui virão para discutir a influência do Código Florestal nas cidades e, em seguida, juristas, para tratar da segurança jurídica.

Sem mais delongas, passo a palavra ao Deputado Federal José Sarney Filho, que foi Ministro de 1999 a 2002.

Quero também registrar as presenças do ex-Ministro Carlos Minc, do ex-Ministro José Carlos Carvalho. É uma honra, uma alegria muito grande ter agora a nossa mesa completa para, finalmente, iniciarmos o nosso debate.

Com a palavra, por um período inicial de vinte minutos, o Deputado Federal José Sarney Filho.

O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (PV – MA) – Obrigado, Presidente Rodrigo Rollemberg, Senador Acir Gurgacz, Senador Eduardo Braga, Ministra Marina, meus ex-Ministros, companheiros Carlos Minc e José Carlos, aqui presentes, Senadores e Senadoras, senhoras e senhores.

Vou entrar logo no texto que redigi, mas antes gostaria de fazer uma observação.

A crise climática que está gerando tantos desastres ambientais no mundo todo e que já é uma realidade incontestável, sob todos os aspectos, faz com que

qualquer que seja o parâmetro de desenvolvimento seja feito sob dois tetos, duas vertentes: a vertente da mitigação dos gases de efeito estufa e a vertente da adaptação.

O mundo, que hoje está em crise econômica e financeira, o mundo desenvolvido e o em desenvolvimento sabem que um dos motores propulsores da economia é a economia verde e, dentro dela, os nossos biomas, que prestam relevantes serviços à vida, não só à humanidade, no Planeta Terra, ganham um diferencial totalmente diverso daquilo que tradicionalmente se começou a pensar.

Por isso, costumamos dizer que hoje, seguramente, a floresta em pé vale mais do que a floresta derrubada.

Meus amigos, de forma geral, pode-se afirmar que o texto aprovado pela Câmara traz sérios retrocessos quando comparadas as normas atualmente em vigor.

A grande preocupação do texto trabalhado pelo Deputado Aldo Rebelo não foi assegurar a proteção da floresta e das demais formas de vegetação. Também não foi a de garantir padrões sustentáveis de exploração dos recursos florestais.

O texto aprovado espelha, acima de tudo, as decisão política de consolidar, de tornar regulares variados tipos de ocupações ocorridas em desacordo com a Lei Florestal, notadamente nas áreas rurais.

Elege-se uma data “mágica” – 22 de julho de 2008 – data da edição do mais recente regulamento da Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e passa-se um verdadeiro “cheque em branco” para as ocupações anteriores a essa data serem legalizadas mediante programas de regularização extremamente vagos e mesmo independentemente desses programas. Essa é uma falha que precisa ser corrigida.

Concretiza-se uma verdadeira afronta ao princípio da igualdade perante a lei. Aqueles que protegeram as suas matas nativas, seguiram a lei o tempo todo, devem se sentir lesados, vão receber o mesmo tratamento dos produtores que simplesmente ignoraram a legislação florestal. Um instrumento de grande valia, que deveria ter sido privilegiado seria o pagamento por serviços ambientais aos que hoje estão observando a legislação ambiental, corrigindo o desequilíbrio da presente proposta que está praticamente voltada à regularização e à anistia de quem não a observou. Esta situação é um incentivo e um convite a novas infrações. O que se tem em pauta hoje no Senado Federal? Tem-se um texto com sérios problemas de mérito e também de consistência interna, e com brechas para que as diferentes normas protetivas, mesmo as nele insertas, sejam descumpridas.

Mantêm-se em tese as Áreas de Preservação Permanente (APPs), um dos principais institutos jurídicos nesse campo, mas a largura das faixas protegidas ao longo dos corpos d’água deixa de ser mensurada pelo nível mais alto das águas. Mantêm-se em tese as APPs, mas se reduz a proteção dos mangues, ao se diferenciarem os salgados e apicuns.

Mantêm-se em tese as APPs, mas o texto aprovado, especialmente em seu art. 8º, na prática, admite todo e qualquer tipo de atividade nesses locais, independentemente dos programas de regularização. O texto nesse ponto é tão mal resolvido, que se impõe perguntar: se o *caput* do art. 8º inclui os casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental, atividades agrossilvopastoris, em áreas de preservação permanente, ecoturismo e turismo rural, quais são as “outras atividades” possíveis de serem regularizadas, na forma prevista no § 3º do art. 8º? Não tem.

Comente-se ainda que, nos pequenos cursos d’água, a recomposição só é exigida na faixa de quinze metros de largura, apesar de, no papel, ser mantida a exigência de APP de trinta metros. A esse respeito, a Agência Nacional de Águas já falou: não há rios grande se não houver rios pequenos que contribuam para fazer com o rio grande exista. Então, se a gente começa a atingir os pequenos cursos d’água, naturalmente nós vamos atingir os grandes cursos d’água.

No topo de morros, bordas de tabuleiros e áreas com altitudes maiores do que 1.800 metros, por sua vez, atividades florestais, culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo e pastoreio extensivo passam a ser admitidos. Mais uma vez, descaracteriza-se nesses pontos o instituto jurídico da APP, independentemente dos programas de regularização ambiental. Mesmo que fosse feito ajuste no texto tendo em vista concretizar ligação mais direta entre a consolidação de ocupações preexistentes em APPs e os programas de regularização ambiental, os problemas continuariam, já que o texto sequer traz detalhes sobre a esfera governamental que responderá concretamente por esses programas, nem sobre os limites que eles terão em termos de flexibilização da legislação ambiental. [*Ver arts. 30 a 39, em especial o art. 33*].

Os dispositivos sobre os programas de regularização dão a impressão de que basta o cadastramento nos órgãos ambientais para os problemas de ocupações irregulares estarem resolvidos. Os órgãos ambientais têm capacidade real de fazer esse cadastramento? Eu acho que não. Cadastradas as ocupações irregulares, quais poderão ser mantidas? A lei não diz nada sobre isso. Pelo texto, toda e qualquer ocupação em APP, pelo menos no que toca a atividades agrossilvo-

pastoris, ecoturismo e turismo rural. Esses vão poder ser mantidos.

As APPs, que são concebidas em grande parte para a proteção das próprias populações humanas, se mantido o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, na prática, ficarão descaracterizadas.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados no processo do PL nº 1.876/1999 e apensos, cabe registrar, apresenta problemas sérios também no que se refere ao instituto jurídico da reserva legal. Mais uma vez, simula-se proteção.

São mantidos os percentuais de reserva legal, mas em imóveis com até quatro módulos fiscais (que, na Amazônia, computarão até 400ha) será considerada apenas a área ocupada com vegetação nativa existente na data mágica de 22 de julho de 2008 (art. 13, § 7º).

Tudo o que estou citando aqui tenho os artigos citados nesta palestra e vou deixar na comissão para que os senhores relatores possam fazer as correções, extremamente necessárias.

Também nesse ponto não há vínculo da medida com os programas de regularização ambiental, ou seja, ela será aplicada sem condicionantes.

Além disso, admite-se recomposição da reserva legal com até 50% de exóticas e a compensação em Estados diferentes, dificultando o controle ambiental. (art. 38, §§ 3º, 5º e 6º).

Também as regras sobre regularização de reserva legal são colocadas de forma independente dos programas de regularização e valem inclusive – perigoso – para desmatamentos futuros. (art. 38, caput). Para a comprovação da área consolidada, há demandas muito frágeis do ponto de vista jurídico, como anotações de “fatos históricos”, registros de comercialização e dados agropecuários.

Pelo texto, o proprietário rural fica desobrigado da averbação da reserva legal, que passará a ser controlada pelo cadastro organizado pelos órgãos ambientais. Os especialistas e brasileiros em geral debateram o suficiente as implicações dessa nova regra? Acredito que não... Será que os órgãos ambientais têm realmente condições de assumir essa tarefa? As diferentes esferas do Sisnama foram consultadas sobre isso?

Será que a Secretaria de Meio Ambiente ou o Município no interior do Estado do Amazonas, no interior do Estado do Maranhão terão condições de dar essa resposta? Não acredito.

Falando sobre o Sisnama, deve ser dito que o texto aprovado pela Câmara deixa em aberto, na maior parte de suas disposições, a divisão de responsabilidades entre os órgãos ambientais.

Mesmo havendo um processo em que as responsabilidades administrativas em política ambiental estão

sendo trabalhadas especificamente – o processo do PLP 12/2003, de minha autoria, também em estudo pelo Senado, deve ser esclarecido que o texto que está em negociação nesse segundo processo não chega a um nível de detalhamento suficiente para que a lei florestal possa se omitir nesse campo.

É importante clarificar as competências; não pode ficar esta mistura, esta névoa porque vamos ter confusões jurídicas que vão tornar impossível qualquer tipo de clarificação de propriedade, de atuação, de produção e de proteção.

Se aprovado o texto na forma como saiu da Câmara, nem sequer se terá noção do órgão competente pelas autorizações para exploração sustentável da reserva legal, pelo registro da reserva legal no cadastro proposto, pela emissão da Cota de Reserva Ambiental etc. Em outras palavras, estará configurada insegurança jurídica.

Prova de que não se está tendo a devida atenção com a insegurança jurídica a ser criada está no fato de que o texto não prevê participação do Ministério Público na formalização do termo de adesão e compromisso ao programa de regularização. Não obstante, a assinatura do termo de adesão suspende a punibilidade de crimes ambientais.

Ora, não se há de esquecer que o MP, nos termos do art. 129 da Constituição Federal, tem prerrogativa exclusiva de promoção de ação penal pública. Como é que ele poderá ficar ausente num processo de regularização que pode anistiar? Não tem sentido.

Entendo que esses são os pontos que necessitam mais atenção no texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Como coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, clamo para que o Senado Federal amplie esse processo de debate e efetive todos os ajustes necessários nessa proposta com a devida oitiva dos representantes de diferentes setores governamentais, não governamentais e da ciência brasileira, que já disse que nós precisávamos de muito mais tempo para fazer uma legislação a esse respeito.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Sarney Filho.

Eu quero apenas registrar, antes de passar a palavra para o próximo orador, que a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, em conjunto, já realizaram duas audiências públicas com representantes da SBPC, da Academia Brasileira de Ciências, já aprovaram, novamente, uma terceira audiência conjunta. Ouviremos a comunidade científica quantas vezes forem necessárias para esclarecer esse debate.

Agora, passo a palavra ao Ministro José Carlos Carvalho. Agradecemos muito pela sua presença. Estamos muito honrados com a presença dele, que também foi Secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais.

O SR. JOSE CARLOS CARVALHO – Exmº Senador Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, na pessoa de quem quero saudar os demais Senadores da Mesa, Presidente das Comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia, os Senadores e Senadoras presentes a esta reunião, os meus colegas ex-Ministros aqui presentes e todas as lideranças da sociedade que aqui também comparecem para estimular de maneira ainda mais intensa esse importante debate que, em boa hora, o Senado da República proporciona a respeito do Código Florestal Brasileiro.

Eu queria iniciar as minhas palavras lembrando aos Senadores e às Senadoras, a propósito do tema em debate, que o Brasil é a única nação do mundo que tem nome de árvore.

Faço esta lembrança para colocar o contexto no qual essa questão precisa ser discutida, porque além da importância econômica, social, ambiental das florestas, que, certamente, já foram e serão extremamente debatidas, para o Brasil, as florestas têm uma importância histórica na formação da nossa cultura, na formação da nossa nacionalidade e na formação da nossa Pátria.

Por isso, muito mais, neste momento, do que arbitrar uma disputa política entre segmentos da sociedade, muito mais do que arbitrar uma disputa política entre ruralistas e ambientalistas, o Senado está sendo convocado pela História para definir um estatuto jurídico que dê a salvaguarda e as proteções necessárias às florestas do Brasil.

Nós sabemos e não custa fazer uma rápida retrospectiva histórica para mostrar que o Parlamento brasileiro, o Congresso, em todas as oportunidades que teve, ao longo da história, de decidir sobre o patrimônio florestal brasileiro, decidiu de maneira afirmativa pela sua proteção em razão da sua importância. Isso ocorreu em 1965, com o Código que foi submetido em 1962. No contexto da grande efervescência que o Brasil reclamava na primeira metade da década de 60, surgiu a proposta do Código Florestal, depois votado em 1965, como um fundamento essencial. Naquele momento, o Congresso deu ao Brasil e ao mundo um das mais importantes estatutos jurídicos de proteção de um recurso natural, porque, já em 65, os direitos difusos que viriam ser consagrados muito tempo depois já haviam sido expressos por força da decisão do

parlamento brasileiro, tratando as florestas como bem de interesse comum do povo.

Essa foi, no campo da doutrina, uma das mais importantes mudanças realizadas na dualidade clássica do direito público e do direito privado, criando a expressão do direito para proteger bens coletivos de interesse comum.

Eu acho que é aí que precisamos reforçar o debate desse tema.

O nosso colega e companheiro Zequinha Sarney fez especificamente um debate de todos os pontos críticos. Não vale a pena repeti-los porque eles foram aqui expostos com clareza. Eu prefiro discutir o tema no contexto conceitual em relação àquilo que o Brasil precisa e que nós esperamos que o Senado certamente fará.

Eu gostaria, neste contexto com que estou introduzindo a minha fala de mencionar a questão conceitual do Código, que foi aqui em vários momentos citada em casos específico pelo Ministro Zequinha Sarney.

Nós estamos, pelo menos é o que a gente ouve, fazendo um Código para dar segurança jurídica. Certamente, não há jurídica no texto que este Senado vai votar. Pelo contrário, o texto traz incongruências. É possível ver no mesmo texto dispositivo que manda recompor e que desobriga de recompor. É esse o texto que o Senado vai votar. Na pressa de obter uma solução que atendesse determinados propósitos, nós temos um texto, surpreendentemente, comandos contraditórios.

Se o objetivo é obter texto para dar segurança jurídica, certamente não será o texto que o Senado vai votar que dará segurança jurídica aos proprietários rurais do Brasil na relação com as nossas florestas.

Mas há um outro ponto que eu gostaria de chamar a atenção, porque é muito repetido. Trata-se do fato de que nós estamos, no projeto de lei aprovado na Câmara e durante toda a sua tramitação, nós estamos, aí sim, repetindo os mesmos erros conceituais de todas as legislações precedentes. Mesmo com as distorções que foram aqui apontadas pelo Ministro Zequinha Sarney, ainda que o projeto de lei esteja atenuando despropositadamente uma série de exigências de proteção das florestas, ele repete os mesmos vícios de origem das legislações anteriores porque continua baseado exclusivamente nos mecanismos de comando e controle do Estado. Ele não inova naquilo que é fundamental para a agricultura brasileira. Ele não inova naquilo que é fundamental, sobretudo para a agricultura familiar, porque ele mantém os mecanismos de controle. Ele é mandatário quando trata dos mecanismos de comando e controle e meramente declaratório quando trata de uma questão essencial, que são os incentivos econômicos financeiros, fiscais,

creditícios para que o agricultor possa fazer aquilo que a lei exija que ele faça.

Então, na possibilidade ou no impedimento ou na falta de vontade política de criar as condições de incentivos necessários para recompor, adota-se a solução mais simples, que é retirar a proteção. Esse é um tema central. Então, se não se criam as condições para proteger, retira-se a proteção.

É evidente que, mesmo considerando as distorções aqui mencionadas... Vamos tomar como exemplo um caso de um agricultor familiar, e não falo nem do Norte, estou falando do Sudeste, da região mais desenvolvida do Brasil. Ainda que se possa reduzir para 15 metros a APP e exigir, obviamente, que ela seja recomposta, o agricultor familiar não está capitalizado para fazê-lo. Nós estamos apenas mudando o problema de tamanho. Estamos mudando o problema de tamanho porque é fundamental criar as obrigações e criar os meios para que o agricultor familiar, principalmente, possa estabelecer suas ações e fazer aquilo de que a sociedade precisa.

E aí também acho que, do lado da sociedade, temos que ter clareza de que, com o Código Florestal, em 65, herdando já o conceito de 34, não estamos falando de lei feita ontem, não estamos falando de lei feita pelos ambientalistas, porque sequer a palavra meio ambiente era dicionarizada em 1965. Não era. Então, estamos falando de uma legislação herdada deste Parlamento, deste Congresso, que nos deu estatutos jurídicos que nos permitem ter uma vanguarda, inclusive, nas relações internacionais.

Mas o que nós precisamos claramente perceber é que, se não avançarmos nos instrumentos que permitam aos agricultores, especialmente aos pequenos, recuperar aquilo que ele deve recuperar, certamente vamos continuar tendo o mesmo problema que está posto hoje à decisão do Senado, da Câmara, do Congresso Nacional, porque estaremos perdendo a oportunidade, se continuarmos insistindo só em comando e controle, de fazer uma revolução em relação ao uso da terra no Brasil.

E aqui eu queria fazer um comentário adicional. Todo esse debate está sendo pautado, e não apenas esse debate aqui no Congresso, mas na sociedade brasileira, com a leitura de que o uso predatório dos recursos naturais, o desmatamento e todas as consequências do desmatamento, é um problema ambiental, é um problema ecológico, como se fosse exclusivamente um problema ecológico. Outro erro conceitual, outro equívoco de avaliação. Os recursos naturais renováveis, obviamente que seu uso predatório provoca flagrante dano ao meio ambiente, mas eles são os fatores de produção do negócio agrícola. Eles são os fatores de

produção do setor agropecuário. Não é possível fazer agricultura sem solo e sem água. É disso que nós estamos tratando também. Nós, para termos solo e água, temos que ter cobertura vegetal devidamente protegida.

Ainda agora, os relatórios internacionais apontam um recorde negativo para o nosso País. O Brasil tornou-se o país que é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. São dados recentes. Inclusive no consumo *per capita*, não apenas no consumo absoluto. E uma das razões, certamente, pelas quais esse consumo aumentou é porque nós estamos destruindo sistematicamente todo o *habitat* dos inimigos naturais das pragas da lavoura do Brasil. E, na medida em que destruímos os inimigos naturais, temos que recorrer cada vez mais ao uso de agrotóxicos para fazer aquilo que a natureza não faria por conta própria. Também aí temos uma questão fundamental a ser decidida: a questão do uso predatório dos animais, que é um problema ambiental e um problema econômico.

Nós estamos destruindo – quando destruímos os recursos naturais – as possibilidades da prosperidade futura da agricultura brasileira. Nós não estamos apenas destruindo o meio ambiente, e não falta o exemplo no território brasileiro. E isso não é uma verborragia. Se nós visitarmos extensas áreas das regiões ocupadas no passado no Vale do Paraíba, no meu Estado, no Vale do Rio Doce e no Vale do Mucuri, que foram intensamente desmatadas. A situação foi inversa, porque, regiões como o Vale do Rio Doce, há trinta anos, há quarenta anos, tinham uma produtividade de três unidades por animal por hectare. Houve o desmatamento no auge da pecuária do Vale do Rio Doce. Hoje é 0,6 unidades por hectare. Por quê? Porque nós destruímos os fatores de produção. Acabamos com a nascente, detonamos a qualidade do solo. É impressionante!

Estamos discutindo problemas aqui que eu reconheço que são sérios. Reconheço a pertinência de muitas demandas que vêm do setor agropecuário. Estou muito à vontade para discutir isso aqui, até pelas minhas origens como cidadão. Há pertinência em discutir várias questões que nós estamos examinando aqui, mas é preciso levar em conta que o ponto fundamental é o ponto de equilibrar comando e controle com incentivos econômicos, e podemos atenuar, se essa for a decisão do Parlamento brasileiro, tudo o que for comando e controle e teremos o problema do mesmo tamanho do futuro, porque aqueles que serão obrigados a recompor não vão ter condições de refazê-lo por conta própria. E aí eu quero corroborar mais uma vez as palavras do Ministro Zequinha Sarney, primeiro, para chamar a atenção que nós estamos vivendo sinceramente – uma opinião minha, pessoal – uma dualidade falsa. Um falso dilema que durante esse debate opõem

ruralista e ambientalistas. Nós estamos decidindo aqui é o futuro do Brasil. Uma lei que trata das florestas em qualquer País do mundo é uma lei transgeracional. Nós não estamos decidindo para hoje. Nós não estamos resolvendo o problema de ontem, porque o que está dominando todo o debate no Código de Reflorestamento Florestal no Congresso é o passivo ambiental, é o para traz. Aliás essa lei não trata... É o mais de uso da terra, é uma lei florestal. Nós não podemos chamar o que está sendo colocado aqui porque não tem um artigo que trata de problema florestal no senso amplo. Tem o nome de florestas para corrigir distorções no passado. E eu pela minha relação que tenho com a agricultura acho que devem ser corrigidos.

Sou por vezes severamente criticado por alguns dos meus amigos ambientalistas, mas eu reconheço que nós temos que admitir o uso consolidado das áreas antrópicas do passado.

Eu acho que não é razoável em regiões antrópicas consolidada do Sul e do Sudeste, multar o agricultor por uso de ATP que já vem sendo utilizada pelo seu bisavô. Tranquilo. Agora nós não estamos falando de desmatamento. Não estamos falando de novos desmatamentos. Da mesma maneira que nós entendemos que é razoável, diante da realidade brasileira, admitir o uso antrópico consolidado das áreas de proteção permanente, nós temos que estabelecer uma regra de transição para que elas possam ser recuperadas. E estabelecer uma regra de transição para recuperar APP, sobretudo na pequena e média propriedade, sem criar os meios para que isso possa ocorrer, é jogar o problema para, daqui a trinta ou quarenta anos, novamente o Congresso voltar para fazer uma nova “anistia” – entre aspas –, porque o passivo não vai ser resolvido e vai continuar sendo acumulado.

Então, eu queria, para não tomar demasiadamente o tempo dos meus colegas que ainda terão que falar, introduzir essas colocações. Preferi fazer um debate conceitual, para deixar claro que nós podemos fazer. E acho que é o desafio do Senado. Aqui nós temos Senadores e Senadores eleitos pela soberania do voto popular, eleitos em eleições majoritárias. Aqui, além da representação popular, está representada a Federação e a República e é aqui que eu acho que nós podemos contribuir para dar ao Brasil um estatuto jurídico de proteção das suas florestas que realmente seja sintonizado com o futuro. Nós temos que legislar para o futuro. Está certo que há problemas que precisam ser corrigidos. Nós precisamos encontrar uma maneira de fechar o contencioso que se estabeleceu no uso da terra no Brasil, principalmente depois da Lei de Crimes Ambientais, mas lembrando – e faço isso com maior convicção – que a solução desses

problemas está muito mais em mudanças no âmbito da política agrícola do que em atenuar as exigências de natureza ambiental.

A política agrícola brasileira, hoje, resume-se em uma política de crédito rural. Essa é a política agrícola que o Brasil tem *stricto sensu*, e uma política de crédito rural que ainda hoje financia o produto, financia o cultivo. Se um proprietário vai fazer nove cultivos na sua propriedade, ele vai fazer nove projetos. Essa é a nossa realidade. Ainda hoje, em pleno século XXI, com todas as transformações nos sistemas de produção a que nós assistimos no mundo, nós não tratamos a propriedade rural no Brasil como deveríamos fazer, que é tratá-la como uma unidade de produção sustentável, ao invés de ficar tratando de cultivo de milho, de arroz, de eucalipto, de café, desconsiderando a propriedade como uma unidade de produção sustentável, inserida na bacia hidrográfica e no bioma na qual ela está. Aí, certamente, nós vamos encontrar os caminhos para dar ao Brasil um estatuto jurídico de proteção das suas florestas, eliminar o contencioso e acabar com esse falso dilema de agricultura e meio ambiente, que está posto à decisão do Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro José Carlos Carvalho.

Não posso deixar de observar que concordo em gênero, número e grau com suas colocações.

Quero registrar que, automaticamente, aos dezoito minutos, toca a campainha, apenas para alertar para alerta que falta um minuto.

Passo, agora, a palavra ao Ministro Carlos Minc.

O SR. CARLOS MINC – Bom-dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Senador Rollemberg, Presidente da Comissão do Meio Ambiente; o Senador Eduardo Braga, da Comissão de Ciência e Tecnologia; também o Senador Cyro Miranda, aqui presente; o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Agricultura; meus colegas, ex-Ministros Sarney Filho, José Carlos Carvalho, Marina Silva; todos os Senadores e Senadoras presentes, a população presente e a imprensa, que está acompanhando este debate importante.

Naturalmente, todo o País está de olho no que acontece no Senado. É uma oportunidade ímpar. E eu queria cumprimentar o fato de as três Comissões terem decidido tratar disso em conjunto. Acho que isso é um avanço, mostrando que a Agricultura, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente podem realmente amadurecer esse posicionamento.

Quero chamar a atenção de alguns pontos importantes.

O Ministro Sarney Filho pegou vários tópicos e números e deu sugestões, como também o Ministro José Carlos Carvalho falou da parte importante, conceitual, filosófica, acentuando que do jeito que está isso não é uma Lei de Florestas, embora guarde o nome, mas pouco mais que o nome. Eu vejo da seguinte forma. O Brasil é um país que pode expandir a agricultura e pode expandir a sua proteção ambiental. Talvez seja um dos poucos países do mundo que tenha essa possibilidade.

Sou Secretário Estadual do Ambiente no Rio de Janeiro e digo, Senadores, que o Rio de Janeiro talvez seja o Estado que mais está crescendo em economia, em investimento, em empregos, e é o Estado que menos desmata a Mata Atlântica. Nós conseguimos, em dois anos, dobrar as unidades de conservação municipais, graças a uma série de estímulos. Por exemplo, o ICMS Verde, que dá mais recursos para o prefeito que cria unidades de conservação, acaba com os lixões e protege recursos hídricos. Então, eu acho que isso é perfeitamente fazer no Rio, em outros Estados, no Brasil.

Vou chamar atenção para alguns pontos específicos do projeto, como ele veio da Câmara que atentam contra essa harmonia entre a produção agrícola necessária, a produção de alimentos, a legalização das propriedades, sempre que possível e desejável é, e o aumento da proteção dos nossos biomas dos nossos rios, das nossas florestas. Quero dizer que nós do Rio de Janeiro que, no ano que vem, vamos receber a Rio+20, talvez o maior encontro das Nações Unidas. Todos os países do mundo, por causa da questão climática, estão ampliando a proteção das suas florestas dos seus biomas, dos seus ecossistemas. Então o Brasil, anfitrião da Rio+20, ficaria numa situação muito defensiva se diminuir essa proteção. Acho que isso é um fato relevante, porque o Brasil obteve um protagonismo na questão de biodiversidade, na questão climática, assim como na proteção de alimentos.

Vamos passar alguns pontos concretos e depois algumas propostas objetivas, como cabem numa audiência dessa natureza.

Primeiro, a questão já mencionada pelo Sarney filho sobre o art. 8º quando fala da regularização de desmatamentos, inclusive de atividades agrosilvipastoril. Essa expressão ela realmente é completa. Então a preservação ela vai ser a exceção. Essa é a verdade. Essa expressão, mantida as outras, do turismo, das atividades ligadas às frutíferas, lenhosas, etc, poderia ser substituída pela agroflorestal agroflorestal sustentável. Ninguém, em sã consciência, vai querer propor, embora isso seja dito, arrancar as macieiras das encostas de Santa Catarina, os cafezais do Espírito Santo, ou os

vinhedos, porque várias dessas explorações seguram a erosão com as suas raízes. Ao contrário da pecuária que é uma das principais responsáveis pela erosão, pela movimentação de terra. Então, aqui, no caso, a proposta seria realmente substituir este “agrossilvipastoril” pelo agroflorestal sustentável.

Outra questão importante é onde se misturam também, no meu modo de ver, no art. 8º, as ocupações tradicionais consolidadas, José Carlos Carvalho, às legais e às ilegais. É completamente diferente alguém ter ocupado uma faixa de rio de dez metros, quando a faixa de proteção legal à época era cinco, portanto estava dentro da lei, do que ter ocupado dez metros anos depois, quando a faixa de proteção era trinta. Então, ao colocar de forma parelha a ocupação consolidada legal e ilegal, se faz, Senador Lindbergh – e V. Exª tem se preocupado e escrito sobre o assunto –, uma injustiça com aqueles que seguiram a lei da época. Essa distinção pode e deve ser feita.

Uma outra questão que me chama atenção, neste caso no art. 3º, é a expressão “supressão de vegetação ou consolidação de áreas que foram derrubadas também a título de pousio”. Bom, uma coisa, José Carlos Carvalho, como você falou, é alguém que há 50 anos fez sua agricultura e alguém chegar e dizer que ele é um criminoso, passar o rodo e tirar tudo dali. Quero dizer que eu também sou contra isso. Uma área de pousio é uma área que pode estar em regeneração. Uma área de topo de morro que está em regeneração você considerar de ocupação consolidada para fins de não promover a recuperação, ampliar ou manter é um erro muito sério, porque você não pode equiparar uma produção de alimentos, que, no limite, deve ser legalizada com os cuidados agrônômicos, florestais, de solo, com aquela de pousio. Então, proponho também, neste art. 3º suprimir “pousio” das outras mencionadas, que são razoáveis para efeito de consolidação.

Também me parece, e o Sarney Filho já falou, que restrição às proteções dos manguezais e também apicuns e marismas seja realmente muito grave. Essas são as vegetações mais importantes para as cadeias alimentares, para os ecossistemas, e isso me parece muito, muito sério e indesejável.

Chamo atenção para o art. 8º, que retira a participação do Conama em definições sublegais, ou seja, abaixo daquilo que a lei dispõe. Muitas vezes é dito que o Conama compete com o Parlamento, que são naturalmente os Senadores e Deputados eleitos pelo povo para legislar. Disso não há dúvida. Agora, uma série de definições sublegais que cabe... Isso é algo que existe há muitos anos e não vejo qual o ganho de se extinguir essa instância democrática, Senador Rollemberg.

Dou um exemplo nosso no Conema, no Rio de Janeiro, que é exatamente o estadual equivalente ao Conama. Recentemente, aprovamos normas sobre uso de piscicultura em faixa marginal, conseguindo legalizar e possibilitar a recuperação da piscicultura na região serrana e várias coisas que incrementam baseadas nas leis votadas e existentes. Por exemplo, normatização sobre padrão de emissões. Há a lei e depois você pode ir ajustando e regulando. Então fico muito preocupado com a supressão do Conama. Acho que é um retrocesso em matéria de arcabouço legal na nossa legislação.

A questão da anistia. A preocupação no caso, aqui, é traçar uma base temporal e condições para que haja realmente a recomposição. Porque simplesmente considerar que quem se inscreve, a qualquer momento, poderá recuperar, em 20 anos, inclusive com 50% de exóticas, isso cria o seguinte problema... Eu quero dizer que sou favorável a entendimentos, sou favorável até que a recuperação tenha parte de exótica, mas a questão do corte temporal, Senadores, é muito importante. Senão, o que acontece? Se você permite a reserva legal em outro Estado, onde as terras são mais baratas, permite, sem um corte temporal, que, a qualquer momento, o proprietário utilize e compense essa reserva legal em outra área, e ainda permite que esse prazo seja ampliado pelo próprio governo estadual. O que vai acontecer? Qual vai ser a consequência prática disso? Muitos vão usar a reserva legal ilegalmente; agora, porque não é um corte temporal, claro, em relação a isso, vão recompor ou propor recompor em outro Estado onde o valor da terra é muito mais baixo, podendo inclusive usar o mecanismo – que eu não acho errado, ao contrário – de explorar as exóticas. Vai ser um negócio explorar reserva legal compensando numa área onde a terra valha menos. Então, no caso, a proposta é definir claramente um corte temporal que poderia ser 99, por exemplo, quando esse projeto de lei começou a ser discutido e quando foi regulamentada a lei nacional de crimes ambientais. Aí sim, se faz um corte e diz: “Olha, não é algo que valha para agora, mas daqui para frente”, senão você vai estimulará novos desmatamentos.

Eu queria também chamar a atenção para o mecanismo do ZEE. Quero dizer que estou de acordo, quando fui ministro de Estado, aprovamos para vários Estados do norte ZEEs, legalizando áreas consolidadas. Mas o importante também é marcar consolidadas a partir de que data? Vale a mesma expressão. Porque senão alguém pode desmatar hoje imaginando que o ZEE estadual vai incorporar como consolidada e você vai passar dos 80%, dos 50%. Se você não faz um corte temporal – um mecanismo que eu acho justo e prati-

quei como ministro –, vai acabar virando também um incentivo. Ou seja, vai desmatar além da proteção de 80% na expectativa de que o ZEE estadual considere como área consolidada. Então, no caso, a proposta é estabelecer, mais uma vez, um horizonte temporal claro para o passado e que não estimule novos desmatamentos nessa expectativa.

Eu queria também chamar a atenção para o art. 27. O art. 27 é aquele que cria autorização municipal na questão do desmatamento, desde que haja, por exemplo, uma área ambiental. Então, o que acontece? Eu acho muito bem, e a Constituição é clara quando diz que a União cria a regra geral e os Estados e Municípios, de forma complementar, concorrente, estabelecem normas específicas. Mas a lei geral não pode ser vaga senão nós vamos ter 27 códigos florestais. A lei tem que ir ao detalhe e, aí sim, deixar para cada Estado e Município, a exemplo da Lei da Mata Atlântica, estabelecer outros tipos de norma, mais incentivos, condições de estágios de regeneração diferente, possibilidade do uso sustentável do manejo, até porque a reserva legal não é uma unidade de conservação; é uma área para dar sustentabilidade à produção agrícola. Então, nesse caso, por exemplo, se você diz que um Município pode conceder autorização de desmatamento de vegetação nativa numa área de preservação municipal, o que pode acontecer, Senador Rollemberg? Um prefeito, numa área de pressão no interior da Amazônia, cria uma APA municipal que seja praticamente do tamanho do município, e, sobre essa APA municipal, como é uma APA municipal, ele pode dar autorização de supressão de vegetação. Então, isso me parece uma coisa muito arriscada. Eu sou favorável a que os estados e os municípios tenham esse papel. Atualmente sou secretário estadual do Rio de Janeiro e exerço esse papel: criamos unidades de conservação, criamos normas no Conema, mas a forma como está vai ser um incentivo à pressão e ao desmatamento, com certeza.

Queria avançar para propostas de princípios gerais que esse código pode ter.

Primeira questão: a diferenciação da agricultura familiar. Sou completamente favorável à diferenciação da agricultura familiar. Quando ministro, fizemos acordos, assinamos acordos com a agricultura familiar, inclusive computando a reserva legal nas APPs, para a agricultura familiar. Quando você põe quatro módulos sem a expressão agricultura familiar, Ministra Marina Silva, o problema é que a agricultura familiar não é só uma quantidade de terra: é mão de obra familiar, é o objetivo, há vários aspectos definidos numa lei nacional da agricultura familiar. Então, isso pode gerar o fracionamento de grandes propriedades em pequenas áreas

de quatro módulos, e todas elas vão poder somar a APP com a reserva legal. Então, no caso, a proposta seria realmente para este fim, e não para outros – porque acho que aí os quatro módulos podem entrar –, mas, para este fim da soma, acho que o critério da agricultura familiar é correto, é importante, até limitar uma propriedade, porque, daqui a pouco, a pessoa tem várias propriedades de quatro módulos.

Outra coisa: mesmo para a agricultura familiar – Ministro Sarney Filho, V. Ex^a que é um defensor, participou dos nossos entendimentos também, e sei que há vários Senadores aqui que têm base e defendem a agricultura familiar, que é uma coisa fundamental –, esse cômputo deveria também levar em conta a possibilidade de recuperação das APPs, porque, se para essas APPs, margem de rio, tão completamente desmatadas e sem processos de recuperação, você disser que não precisa de ter a reserva legal porque tem APP, mas aí a APP também está desmatada, e aí não vai ocorrer nenhuma coisa, nem outra. Então, eu acho que, sim, a reserva legal, nesses casos, pode e deve somar com a APP, é justo, mas também é preciso dizer que essa APP tem de ser recuperada, tem que estar em vias de recuperação e tem de ter processos específicos para isso.

Vou pular vários pontos, porque o tempo está acabando aqui, e vou também no ponto do José Carlos Carvalho, na questão princípios, objetivos e diretriz. Essa lei não pode ser uma lei de regularização e de correr atrás de passivos existentes na regularização. Se você for ler os artigos como vieram da Câmara, 90% deles tratam de como fazer para regularizar alguma situação. É importante regularizar? É fundamental, se não teremos uma agricultura na ilegalidade, e ninguém quer isso. Agora, você não pode ter uma lei florestal no País que é vanguarda da biodiversidade, mas cujo eixo seja a regularização desse passivo. Tem que haver uma série de políticas de incentivo.

Que políticas são essas?

Quando eu ainda estava no Ministério, preparamos – e o Presidente Lula assinou em dezembro de 2009 – o decreto Mais Ambiente, que tinha uma série de mecanismos para ajudar os agricultores, sobretudo os familiares, mas os agricultores em geral, com apoio creditício, apoio financeiro, apoio tecnológico. Que, no caso da agricultura familiar, seja o próprio Estado que banque a averbação e o georreferenciamento das APPs e das reservas legais. Muitas vezes, o pequeno quer se regularizar, mas não tem como. Então, tem que haver esse princípio: estimular a legalidade, estimular a recomposição, dar crédito, dar incentivo.

E, por fim, creio que nós temos que incentivar o manejo florestal sustentável. Mesmo o uso, no caso,

da reserva legal, eu sou favorável que ela não seja intocada, porque ela não é unidade de conservação, mas que não seja qualquer uso, que mesmo na parte florestal seja vedado, por exemplo, o corte raso, seja condicionado a um plano de manejo aprovado. Porque uma coisa é usar ou não usar. A outra coisa é usar de qualquer maneira. Aí, você acaba com o instituto da reserva legal como instrumento de sustentabilidade da produção agrícola, das explorações agrícolas.

Então, nesse caso, a sugestão concreta, Senador Rollemberg, era condicionar esse uso vedando o corte raso a planos de manejo e na forma da lei.

Eu queria concluir, dizendo o seguinte: o País inteiro está olhando com muita atenção o Senado e com muita esperança. A própria junção das três Comissões, Senadores, nos enche de esperança. Nós não queremos que triunfe aqui uma tese ambientalista, embora nós, ex-Ministros do Meio Ambiente, lidemos mais com esse lado. Nós, no Rio de Janeiro, temos licenciado projetos importantíssimos, queremos viabilizar a produção agrícola, faz parte do combate à fome a inclusão, ampliar a produção de alimentos. A agricultura tem sido o sustentáculo da balança comercial. Temos que bater palmas para agricultura. Aliás, esse avanço tem sido mais por tecnologia do que por incorporação de novas áreas, é bom que se diga isso. Os próprios líderes agropecuários no Brasil dizem que se pode dobrar a produção sem derrubar uma árvore. Mas o problema é que há uma diferença, há uma distância entre a intenção e o gesto. O discurso é que se pode ampliar a produção sem desmatar, mas o problema é que a lei como está abre “n” caminhos para desmatar legalmente, e não somente no passado, desmatar agora; e não somente na encosta, no topo de morro, e até na reserva legal.

Então, eu acho que tampar essas brechas, criar condições diferenciadas para a agricultura familiar e apontar na política florestal, no fomento, no crédito.

No Rio de Janeiro aprovamos o decreto de pagamento por serviços ambientais. Estamos replantando, Marina Silva, amiga, margens de rio, do rio Guandu, do rio Claro, do rio São João, com os agricultores pagos para recompor as matas ciliares. Já falei do ICMS que dobrou a área de proteção. Nós somos o Estado que menos desmata a Mata Atlântica. Então, a gente tem que ter mais incentivo e menos concessão para desmatamento, já que todos os importantes líderes dizem que é possível ampliar a produção de alimentos sem desmatar. Mas não é isso que está escrito na lei que veio. A lei é uma lei de regularização de passivo e fala “n” possibilidades de como pode desmatar e muito pouco de como incentivar a produção sustentável, o

reflorestamento, a produção de alimentos e a recomposição das áreas que têm que ser recompostas.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós que agradecemos, Ministro Carlos Minc.

Eu gostaria de solicitar que V. Ex^a deixasse as contribuições que trouxe para a secretaria das Comissões, para que os Senadores possam se debruçar, de forma mais detalhada, nas suas sugestões.

Passo agora, com muita alegria, a palavra à Senadora, Ministra, Marina Silva.

A SR^a MARINA SILVA – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus a oportunidade de estarmos aqui. Quero cumprimentar todos os Srs. Senadores aqui presentes, na pessoa do nosso Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg; cumprimentar também o Senador Cyro Miranda, o Senador por Rondônia, Acir Gurgacz; meus colegas ex-Ministros, José Carlos Carvalho, Zequinha Sarney, José Carlos Minc; cumprimento os Srs. Relatores, Senador Luiz Henrique, meu querido amigo Jorge Viana, do Estado do Acre. Cumprimento também os Srs. Deputados que acompanham esta reunião, enfim, todas as organizações da sociedade civil aqui presentes, colegas da imprensa.

Primeiro, quero dizer da minha satisfação de poder saber que temos a oportunidade de debater um tema dessa relevância. Acho que o debate na Câmara dos Deputados ficou prejudicado. Em que pese a grande quantidade de audiências públicas realizadas, houve um recorde em que um setor teve maior proeminência em prejuízo de outros. Nós estamos diante de um desafio de tal magnitude que a lei que sairá no Ano Internacional das Florestas para proteger e promover o uso sustentável das florestas não pode ser a lei de uma parte. Tem que ser a lei de toda a sociedade brasileira. Esse é o desafio que temos. E o Senado como Casa revisora, o Senado que não tem a dificuldade de 513 Srs. Deputados, posto que são 81 Srs. Senadores, talvez seja facilitado o entendimento, o diálogo com os diferentes setores. Ontem, eu tive a oportunidade de estar no Conselho de Meio Ambiente da FIESP, onde fizemos o debate, sei que o relator, Senador Aldo já esteve no Conselho, já esteve nessa Casa. Sorte que nós temos que promover aqui não é o embate de posição de ambientalistas ou de ruralistas, mas o debate. O bom seria que fosse um diálogo. Por que? Porque no debate alguém sai perdendo, alguém sai ganhando. No embate, todos perdemos. No diálogo, há possibilidade de convencimento progressivo. De sorte que eu parabeno o Presidente desta Comissão e demais Comissões, aos Srs. relatores, por nos proporcionar

a oportunidade da escuta. Já não somos mais Ministro de Meio Ambiente, sobre nós, muitas vezes, tem o peso de que somos contra o desenvolvimento. Aqui, de Minc a Zequinha, de Marina a Zé Carlos, teríamos aqui também o Professor Goldemberg que foi Ministro também mas, infelizmente, não pôde vir, Professor Ricupero que também não pôde vir, Coutinho Jorge, que também não pôde vir por questões de circunstâncias, e também o Ministro Henrique Brandão, além do nosso querido e mestre Professor Paulo Nogueira. De sorte que são 10 ex-Ministros de Estado que estão nesse fórum, tiveram a oportunidade de conversar com a Presidente Dilma, com o Chefe da Casa Civil, à época, Ministro Palocci, com líderes dos partidos que se dispuseram a nos receber. Estamos aqui para dizer, em que pese as vezes esses rótulos, precisamos desconstruir os rótulos, porque eles não nos ajudam no mérito de um desafio com essa magnitude. Primeiro, os rótulos fazem a desqualificação do interlocutor. Se alguém defende uma legislação porque, a priori está vendido para ONGs estrangeiras. Se alguém defende uma legislação que não foi feita pelo constituinte originário, nem pelo constituinte derivado porque é fruto de interesses alienígenas de outros países contrários à nossa agricultura, esse alguém não merece respeito de pessoa alguma.

Por isso é mais fácil rotular do que ir ao mérito. Se alguém é a priori defensor da destruição da floresta de forma irresponsável que não tem nenhum compromisso com a proteção ambiental, que não se importa com os serviços ambientais, que não liga para a perda da biodiversidade, que não se importa com os compromissos assumidos em Copenhague de redução de emissão de CO₂ em 36,1% e 70% dessa redução vem do uso da terra, sobretudo, do desmatamento. Se alguém é assim, quem vai querer discutir com essa pessoa? Então, rotular de um lado não ajuda; rotular do outro, muito menos. O bom é que possamos discutir no mérito.

Eu acho que eu e os colegas que me antecederam fizemos, sem combinar, quase que um jogral. O Zequinha pontuou cada uma das questões, o Zé Carlos fez uma discussão do ponto de vista dos fundamentos, porque é engenheiro florestal, nosso Relator Jorge Viana também o é, o Minc pontuou alguns encaminhamentos, dizendo que não estamos tratando o Código como algo hermeticamente fechado, que não precisa de aperfeiçoamentos, e já apresentou inclusive algumas propostas que desmistificam o debate e essas rotulações, quando ele disse: “Topo de morro, declividade com espécies lenhosas ou de ciclo longo podem ser aceitas, porque nós não vamos agora destruir os cafezais, as parreiras, as macieiras seculares que temos no Brasil”.

Essa é uma proposta que, na época em que eu era Ministra do Meio Ambiente, nós já havíamos apresentado na Câmara dos Deputados, e o Deputado Zequinha é testemunha. Mas quando colocamos essa proposta, veio toda a conta: então também pinhos e eucaliptos e também é possível pecuária, é possível agricultura. E aí não dá para fazer, porque nós não podemos viver uma cultura sem senões. O problema nosso é que queremos um mundo sem senões. Quando você diz: pode, desde que sejam as culturas lenhosas e de ciclo longo porque elas inclusive ajudam a fixar o solo, aí as pessoas dizem que, se não pode eucalipto, se não pode pecuária, se não pode agricultura, você está querendo destruir o que já está consolidado nessas regiões. É uma visão infantil do debate que precisa ser feito e que não nos faz avançar.

Feita essa questão de natureza geral, eu fiquei aqui nesta Casa durante 16 anos. Sei que cada um dos senhores aqui é uma instituição, portanto, precisamos conversar com cada uma dessas instituições, que é o senador, com o poder que tem de representar o seu Estado, mas também com o poder que tem de falar pelo Brasil. Neste momento, os olhos do Brasil estão no Senado brasileiro. Oitenta por cento dos Srs. Deputados votaram nesse relatório, com todas as dificuldades que foram colocadas aqui pelos colegas ex-Ministros. Oitenta por cento da sociedade brasileira, segundo a pesquisa Datafolha, é contra a aprovação deste relatório nos termos em que ele foi aprovado na Câmara dos Deputados. O Senado tem a possibilidade de fazer um realinhamento entre representante e representado. Neste momento, há um descompasso entre a vontade da sociedade e aquilo que os nossos legisladores estão dizendo.

Eu sempre dizia, quando eu era Senadora, que somos eleitos para representar as pessoas. Não é para substituir as pessoas. De sorte que, neste momento, é bom nos colocarmos na perspectiva de representados que queremos que os nossos representantes não nos substituam e busquemos, pelo menos, mediar os diferentes interesses, para que tenhamos um texto à altura das florestas brasileiras, da agricultura brasileira e à altura do compromisso assumido pela Presidente Dilma Rousseff no segundo turno, que, por escrito, diferente, sem nenhum demérito, do Governador José Serra, que, através do seu líder, respondeu para o Partido Verde e para a minha pessoa que estariam comprometidos com a agenda que apresentamos, no que concerne ao Código Florestal, a Presidente Dilma disse que vetaria qualquer proposta que signifique aumento do desmatamento e anistia para desmatadores.

Eu sei que há a compreensão de alguns que basta tirar a emenda 164 e o problema estará resolvido.

Eu digo para os senhores, com tranquilidade da alma, que não está; não está. Suponhamos que tenhamos aqui este copo com água e veneno; suponhamos que tenhamos esta xícara com água e veneno, a Emenda 164 está diluída em todo o texto, com muito ou um pouco mais de água, em todo o texto. A emenda foi sintetizada num pequeno frasco e pode ser removida. Mas, ao ser removida, não significa que a diluição dela não está no texto.

Os pontos que o Ministro Sarney levantou, o Minc, o Zé Carlos são a maior prova disso. Quando você diz que as propriedades embargadas por desmatamento ilegal, a partir de agora, poderão ser embargadas, você está tirando do texto que deverão ser embargadas, e isso faz toda diferença. Isso vai atrapalhar, e muito, o plano de combate ao desmatamento.

Quando se estabelece a ideia de que os 27 Estados poderão legislar sobre o Código Florestal, nós estamos trazendo para o espaço das florestas e da agricultura a guerra fiscal, o exemplo da guerra fiscal. O que via permanecer é o seguinte: eu vou para o Estado de Minas se o Zé Carlos flexibilizar tudo. Ou eu vou para o Estado do Amazonas se lá não houver proteção de florestas; valerá mais quem flexibilizar mais. Isso aumenta o desmatamento.

Quando se coloca a questão de que, ao fazer o pedido para a regularização fundiária no cadastro, são suspensas todas e quaisquer penalidades e que os governadores poderão, indefinidamente, por decreto, continuar revogando o prazo para que as punições não sejam feitas, está se estimulando o desmatamento.

Eu não vou repetir tudo o que está neste texto. Agora, eu acho que há uma coisa muito boa que o Senado sinalizou, muito boa mesmo. E confesso aos senhores que eu cheguei a temer. Eu cheguei a temer que seria aprovado tudo do jeito que veio, para não ter que voltar para a Câmara dos Deputados. Mas eu já ouço de muitos dos Srs. Senadores que a Emenda 164 não pode ser aprovada. Se ela não pode ser aprovada significa que o texto vai voltar de qualquer jeito. E se vai voltar de qualquer jeito, então nós temos a oportunidade de fazer um bom texto, de fazer um bom texto. E os Srs. Relatores não vão ficar com a pecha de que estão protelando, porque a Câmara teve dois anos para fazer o debate. O Senado não pode fazê-lo em apenas dois, três ou quatro meses. O Senado é a Casa revisora, e a sociedade tem muitas expectativas, sobretudo, em relação ao que sairá daqui.

Eu não preciso repetir aqui a importância das florestas porque eu sei que os senhores sabem. A proteção da biodiversidade, serviços ambientais, o equilíbrio do regime de chuva, a geração de energia elétrica. Nós somos um País que depende da energia

de hidroeletricidade. A destruição das florestas pode ser o fim da nossa matriz energética. O que nós vamos fazer com um país que tem 45% da sua matriz energética limpa, com a maior parte de hidroeletricidade? Se nós colapsarmos os nossos rios, esse é um prejuízo, é uma conta que ninguém está fazendo. Ainda mais, a produção agrícola brasileira tem um estudo feito pela Esal, coordenado pelo ex-Ministro Roberto Rodrigues, chamado “Geografia recente da agricultura brasileira”. Ele diz que, se as mudanças climáticas continuarem no ritmo que estão, o Brasil prejudicará nove de suas grandes culturas, com exceção de duas, a mandioca e a cana-de-açúcar, sendo que, nos próximos vinte anos, a continuar essa tendência, teriam que ser plantada no Rio Grande do Sul. Olhem o tamanho do problema que estamos enfrentando. Não sou eu quem estou falando. Eu estou tomando emprestado de alguém que conhece da agricultura e que fez isso com o suporte de cientistas.

O Brasil pode dar uma grande contribuição para diminuir as emissões de gases de efeito estufa, como está fazendo, mais de 2 bilhões de toneladas de CO₂, com uma redução, nos últimos anos, de 2005 até 2010, de 80% do desmatamento. Isso é em benefício do sistema climático como um todo, sem dúvida, mas principalmente em nosso benefício.

A meta de redução assumida pelo Brasil em Copenhague depende da diminuição do desmatamento, e nós dependemos de manter o clima equilibrado para que nós não venhamos a pagar um preço altíssimo para a nossa agricultura.

Bem, agora eu queria só entrar numa questão. As motivações para alterar o Código Florestal existem. Os interesses que perpassam essas motivações sabemos que existem. E eu sempre digo: não é errado ter interesses. As pessoas têm interesses diferentes. O erro é alguém querer impor seu interesse de forma ilegítima, em prejuízo dos interesses dos demais. Na democracia, a gente faz a mediação dos interesses. Quanto às motivações, podemos estar alinhados com aquilo que eu chamo de alinhamento com o desafio deste início de século, ou estarmos na contramão desse desafio.

Acho que, nos princípios, eu ainda não vi ninguém dizer que é a favor do desmatamento. Eu li os artigos, ouço as entrevistas, as declarações. Todos até falam em desmatamento zero. O que a gente precisa é estabelecer uma espécie de marco zero, a partir do qual não haverá mais ilegalidade. O que a gente precisa é tornar a lei efetiva para que possamos dar segurança, e que a lei possa ser cumprida.

Obviamente que todos estamos de acordo em relação a isso. O problema é quando vamos traduzir isso do ponto de vista prático. Dizer que topo de mor-

ro e APP pode ter pecuária e agricultura não contribui com o princípio que todos estamos defendendo. Dizer que as 27 unidades da Federação, inclusive os 5 mil municípios, também poderão legislar não contribui com esse princípio. E eu poderia citar aqui tantos que já foram citados.

Então, a motivação, no meu entendimento, deve estar alinhada a um círculo virtuoso da competição pelo caminho de cima, e não o círculo vicioso da competição pelo caminho de baixo.

O que é a competição pelo caminho de cima, queridos Srs. Senadores?

Começarei pela competição pelo caminho de baixo. É, em primeiro lugar, acabar com todos os esforços até aqui conquistados para ajustar as nossas condutas às necessidades do séc. XXI. Sabemos que os recursos naturais são finitos, sabemos que nós precisamos transitar para uma economia de baixo carbono, e sabemos que podemos transformar as nossas vantagens comparativas em vantagens competitivas. A competição pelo caminho de baixo não considera esses aspectos.

A competição pelo caminho de baixo anistia aqueles que descumpriram a lei, em prejuízo dos que a cumpriram. A competição pelo caminho de baixo não quer respeitar as conquistas da Constituição de 1988, nem quer respeitar a legislação infraconstitucional daí derivada, e ainda a competição pelo caminho de baixo usa a pecuária extensiva ou as práticas de expansão predatória e não agrega valor aos produtos. Só um dado, Srs. Senadores: uma cabeça de gado por hectare; para gera um emprego, 400 hectares. A Embrapa já dispõe de tecnologia que pode nos fazer dobrar a produção e gerar um emprego a cada 80 hectares. Para que nós queremos uma lei que permita a competição pelo caminho de baixo e deixar nossa agricultura em maus lençóis, inclusive do ponto de vista competitivo?

Agora vamos para a competição pelo caminho de cima. Mas, aí, é aquela coisa que eu falo: isso não é obra de uma pessoa, não é obra de um governo, não é obra de um setor; é obra de um povo, é obra de um povo, e, nesse momento, acho que a gente pode diluir as nossas diferenças no sentido de fazê-las mais tênues para avançar. Mas aí não é só no discurso, é do ponto de vista da prática, criando os instrumentos econômicos para que isso aconteça. E na competição pelo caminho de cima a gente integra os avanços da Constituição de 88, a gente consegue desenvolver instrumentos para viabilizar a coexistência entre o aumento da conservação e o aumento da produção, como disse o Ministro Carlos Minc, a fim de que com isso possamos proteger mais florestas e preservar os benefícios dos serviços ambientais prestados por ela.

Estimular a governança pública e a evolução competitiva do setor agrícola. Hoje, nós temos regiões do Brasil altamente competitivas, pecuária altamente tecnologicada, com altíssima produtividade. Temos é que reivindicar do Governo os incentivos, as políticas públicas, para que essa seja a regra e não a exceção. Não temos que ficar reivindicando o direito de produzir uma cabeça de gado por hectare, e se nós fizermos o dever de casa, ainda liberaremos cerca de 17 milhões de hectares para o desenvolvimento das mais variadas culturas. Essa é a grande questão que o Senado brasileiro está diante dela.

Eu disse que era muito importante a gente não ficar na rotulação, nas mitificações, e é por isso que é fundamental que a gente não preste o desserviço de dizer que o esforço do constituinte originário, que o esforço do constituinte derivado, dos nossos juristas, dos nossos advogados, da sociedade civil brasileira organizada a duras penas é fruto de interesse alienígena externo ao nosso País.

O Brasil é o país do século XXI. O Brasil está para o século XXI assim como os Estados Unidos estiveram para o século passado. Sendo um país jovem, foi capaz de, *pari passu* com países de cultura milenar e para os padrões de desenvolvimento do século XX, se tornar mais desenvolvido do que ele. No século XXI, o Brasil é o país que reúne as melhores condições para fazer isso. Tem 45% de matriz energética limpa, 22% das espécies vivas do Planeta, 11% da água doce do mundo. O Brasil é o país que pode quebrar o paradigma do modelo de desenvolvimento em bases predatórias e poderia começar muito bem por aquilo que ele é forte. É forte em florestas: 60% do seu território têm florestas; é forte em agricultura: mais de 30% da nossa balança comercial. Agora, só é possível esse vigor todo porque temos florestas.

O Projeto Rios Voadores dá conta de que a Amazônia, só a Amazônia produz 20 bilhões de toneladas de água por dia. Destrua a Amazônia e o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste se transformarão em um deserto.

Alguém já fez o cálculo do que significa bombear 20 bilhões de toneladas de água por dia? Quantas Itaipu seriam necessárias para fazer esse bombeamento, para ter chuva no Sul, Sudeste e Centro-Oeste? Ninguém nunca fez, porque isso são serviços ambientais prestados pela floresta amazônica, e esses serviços se nós não os preservarmos, estaremos matando a nossa galinha dos ovos de ouro.

Nós temos que fazer, sim, a diferenciação – como já disseram – os pequenos agricultores, fazer a diferenciação de quem era legal pela lei antes de aumentar a reserva legal de 50% para 80%, mas não podemos, em hipótese alguma, ser complacente com qualquer tipo

de erro. E ainda podemos criar incentivos econômicos para corrigir os erros. Para isso temos que ter visão estratégica e não nos conformarmos com nenhuma vitória de Pirro. Tirar só a Emenda 164 é uma vitória de Pirro, porque ela está toda diluída dentro desse texto. Isso não é para desqualificar a Câmara dos Deputados, é para aperfeiçoar, é para dar sustentabilidade política para que possam ser feitas as mudanças.

Por último, Srs. Senadores, estou esperançosa de que esta Casa faça o debate à altura do Brasil, à altura das florestas, à altura do povo que tem, porque o capital mais importante para essa mudança nós já temos, 80% da população do lado dos senhores dizendo: Façam uma lei que proteja as florestas, que promova o uso sustentável e que faça com que a agricultura brasileira seja vigorosa, mas não se deixem ir pela competição do caminho de baixo. A competição pelo caminho de baixo não leva o Brasil a lugar nenhum.

Eu dizia, durante as eleições, que a gente precisa de ter pensamentos estratégicos para o nosso País. E é em nome desse pensamento estratégico que, eu tenho certeza, os senhores haverão de encontrar um caminho ou pelo menos uma nova maneira de caminhar. Eu sei que não será fácil para os senhores relatores que eu tenho aqui diante de mim. Eu sei que não será fácil para os Srs. Senadores, mas nós que estamos aqui tivemos que abrir mão de muitas coisas, de computar reserva legal e APP, de dizer que a recomposição não será feita só na sub-bacia e na mesma micro-bacia. Nós tivemos que abrir mão. O movimento ambientalista também está pagando um preço por isso. Está pagando um preço. É preciso que as pessoas percebam que a transigência é em nome do avanço. Agora, o que não podemos é aceitar que se transige desse lado, para que tenhamos algo que seja razoável, e o outro lado não abre mão um milímetro; pelo contrário, só aprofunda os retrocessos. E eu não tenho medo de dizer: a prevalecer esse texto, o desmatamento vai sair de controle, vamos chegar à Rio+20 de cabeça baixa.

Eu fui agora para a Alemanha, um debate difícil, ferrenho, mas eu podia dizer o seguinte: diminuimos a pobreza em quase 40%, aumentamos a compra de equipamentos agrícolas em 28%, mais de 30% cresceu a produção agrícola em toneladas e o desmatamento caiu quase 80%. Não tem discurso protecionista que resista a esse argumento. Somos capazes de aumentar a nossa produção, somos capazes de reduzir pobreza e somos capazes de reduzir desmatamento. Isso é a competição pelo caminho de cima. Isso não nos deixa constrangidos diante daqueles que querem um pretexto só para taxar a nossa agricultura, para taxar os nossos produtos. Então, Srs. Senadores, me desculpem a vee-

mência, mas eu acho que o lado de cá tem transigido, e transigido muito. Poderemos até deixar os pontos, inclusive com divergências – algumas entre nós. E é preciso um gesto, um gesto, em nome do Código Florestal. As florestas brasileiras precisam disso.

E quis Deus, de alguma forma, que dois ex-governadores fossem os relatores. Um engenheiro florestal, porque eu acho que, no Ano Internacional das Florestas, nós merecemos uma lei que trate a proteção como regra, e não como exceção. No texto que está aqui, a regra é a flexibilização para destruir floresta; a exceção é proteger. E, se forem aplicados todos os dispositivos que temos aqui, com o zoneamento ecológico econômico, você reduz de 80 para 50; se você diz que a APP pode ser computada, você já reduz aí praticamente à metade; e, se você diz que, dentro da reserva legal, podem ser plantadas, inclusive exóticas, se você fizer um cálculo, o que vai ficar de proteção em termos de reserva legal é quase zero – se todos os mecanismos de flexibilização forem aplicados do jeito que estão aqui.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª MARINA SILVA – Estou dizendo isso para mostrar que temos – desculpe, meu querido – uma grande oportunidade de fazer o debate, de fazer o diálogo, de forma respeitosa, sem rótulo; de apostar nos convencimento e não em execrar posições *a priori*. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero cumprimentar a Senadora, Ministra Marina Silva, pela sua brilhante exposição. Quero dizer que estou muito honrado e muito feliz com a iniciativa conjunta das três comissões, com a contribuição trazida pelos nobres ministros.

Quero aqui comunicar, mais uma vez, a forma que vamos adotar para os nossos debates. Vamos, inicialmente, ouvir os três autores dos requerimentos, os três presidentes de comissão e, em seguida, por ordem de chegada a esta reunião. A ideia é que tenhamos cinco intervenções. Passaríamos para as observações da Mesa, em seguida mais cinco, blocos de cinco enquanto tivermos Senadores inscritos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não poderiam ficar três, para agilizar mais, já que são muitos Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu penso que, se fizermos cinco, Senadora Ana Amélia, nós vamos agilizar mais. Se, a cada três, passássemos a palavra à Mesa, como são qua-

tro palestrantes, talvez tivéssemos uma demora maior. Acho que poderíamos começar com cinco – inclusive quero registrar que a senhora é a quinta inscrita, e dois não estão presentes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Os requerentes: eu, Senador Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro e Ana Amélia. São os cinco primeiros inscritos.

Bom, como primeiro inscrito, quero dizer da minha satisfação de estar participando desta reunião e quero aqui cumprimentar os presidentes da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz; Senador Cyro Miranda, representando a Comissão de Ciência e Tecnologia. Entendo que esse é um gesto simbólico, de muita importância, que o Senado tem dado, de construção coletiva, conjunta, deste debate em relação às comissões; deste diálogo, Senadora Marina, que temos procurado fazer com os diversos representantes da sociedade sobre esse tema.

Mas eu vou direto ao ponto, cumprimentando todos os ex-ministros pelas brilhantes palestras.

Quero iniciar dizendo o seguinte. Como foi dito aqui, o presidente da Embrapa, quando esteve numa das audiências públicas com a comunidade científica, trouxe um dado muito relevante: nos últimos 30 anos, o Brasil ampliou a sua área plantada em 45,8%, número aproximado disso, e aumentou sua produção em 268%, mostrando, no meu entendimento, de forma cristalina – e aqui quero registrar a presença dos colegas João Pedro e Eurípedes Camargo, que também muito nos honram com suas presenças –, que a forma mais eficiente, mais eficaz de reduzir a pressão sobre novas áreas é através de investimentos em inovação tecnológica em conhecimento.

Dados demonstram que temos mais de 50 milhões de hectares de pastagens degradadas no País, sendo que grande parte desses milhões de hectares na região do cerrado e que temos, como foi dito aqui, uma produtividade na pecuária brasileira baixíssima. Se aumentamos muito a nossa produtividade na agricultura nos últimos anos, permanecemos com a produtividade baixíssima na pecuária – em torno de uma unidade por hectare. E, historicamente, o avanço da agricultura se dá nas áreas de pecuária.

Então, afirmando a minha convicção de que o investimento em inovação tecnológica é uma das grandes alternativas para reduzir pressão sobre os novos biomas, eu gostaria de ouvir a posição dos ex-ministros sobre uma proposta que chegou a ser apresentada pelo Deputado Aldo Rebelo num determinado momento e que depois foi retirada do texto votado pela Câmara, que propunha uma moratória de cinco anos em todos

os biomas brasileiros; ou seja, durante cinco anos todos estaríamos impedidos de desmatar, e todo o avanço da produção agrícola ou pecuária deveria dar-se em áreas já antropizadas. Então, essa é uma primeira pergunta que faço.

Há outra questão, e aí quero saudar as apresentações de todos os ex-ministros, especialmente a fala do Ministro José Carlos Carvalho, quando coloca muita ênfase na necessidade de instrumentos econômicos que incentivem a preservação e que incentivem a recuperação. Não tenho dúvida alguma de que, se aprovarmos o Código Florestal da forma que está, mesmo com a obrigatoriedade de recomposição de apenas 15 metros nas APPs de rios de até 10 metros de largura, e não tivermos incentivos econômicos fortes, o pequeno produtor rural não terá capacidade de recuperar as suas áreas de preservação permanente. Ao mesmo tempo, manifesto uma preocupação, Ministra Marina, demais ministros, de que, com o desmatamento legal, se não tivermos instrumentos fortes de incentivo econômico à preservação, com o aumento do preço dos alimentos no cenário mundial, com o aumento do preço das *commodities*, com a população chinesa aumentando o seu consumo, a população indiana, nós poderemos ter uma corrida às áreas, especialmente de cerrado, onde ainda temos uma grande biodiversidade – somos nascente de uma série de bacias hidrográficas – e, com isso, promover um grande desmatamento legal no cerrado. Nesse sentido, gostaria de ouvir a opinião dos ex-ministros.

Em 2015 se encerrarão as concessões de várias usinas hidrelétricas neste País. Segundo dados da Fiesp, só para esses recursos, hoje, na tarifa de energia elétrica, em torno de 50% aproximadamente são para amortização dos investimentos realizados à época. Isso faria com que, em tese, pudéssemos, já em 2015, reduzir o preço dessas tarifas pela metade. Segundo ainda dados da Fiesp, isso daria uma receita em torno de R\$900 bilhões em 30 anos, ou seja, R\$30 bilhões por ano, o que é mais do que um pré-sal, sendo que todos os investimentos já foram feitos e esses recursos já estariam disponíveis a partir de 2015. Eu pergunto: claro que é importante a redução da tarifa para determinados setores industriais, para a população mais pobre especialmente, mas não seria uma grande oportunidade de, com parte desses recursos, termos um grande fundo para financiar grandes programas de serviços ambientais, que permitam, como disse a Senadora Marina, que o Brasil possa se colocar nesse debate no andar de cima, ou seja, numa discussão de altíssimo nível, sendo um exemplo para todo o mundo?

Essa é a questão que eu gostaria não apenas de colocar para a Mesa, mas para a reflexão das senho-

ras e dos senhores Senadores, agradecendo a atenção de todos e passando a palavra para o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; ao Senador Cyro Miranda, da Comissão de Ciência e Tecnologia; à Sr^a Ministra; aos Srs. Ministros, é um prazer estar aqui com os senhores e a senhora. Agradeço a presença de todos e os parabéns pela explanação que fizeram hoje nesta manhã para as senhoras e para os senhores Senadores.

É preciso reforçar a intenção nossa, Srs. Ministros, de trabalharmos aqui relativamente ao Código Florestal não como uma questão de agricultura nem como uma questão de meio ambiente, mas, sim, como uma questão brasileira, da população brasileira. Não está havendo aqui no Senado um embate entre agricultores e ambientalistas, que fique bem claro isso. Estamos fazendo um esforço muito grande para levar à população brasileira que não há esse embate aqui no Senado. Estamos debatendo, discutindo isso, com uma clareza muito grande, junto com o Senador Luiz Henrique, com o Senador Jorge Viana e com os demais Senadores. Isso mostra que tanto os agricultores quanto os ambientalistas e os cientistas estão realmente preocupados com a população como um todo, com o País como um todo.

Quero colocar uma questão que entendo ser muito preocupante, Ministro. No Código de 65, houve várias modificações, modificações feitas através de decreto, sem que fosse ouvida a população ou o Congresso. Houve várias mudanças significativas em relação a áreas de plantio, áreas de preservação e tudo mais.

Temos vários exemplos, mas cito apenas dois, que considero preocupantes. Houve o incentivo do Governo ao plantio das várzeas, no sul do País. Depois, houve o incentivo do Governo brasileiro à integração da Amazônia, em especial, o meu Estado de Rondônia, para onde a população não apenas foi incentivada a ir, mas foi transferida pelo próprio Governo, que pegou a sua mudanças nas terras que seriam alagadas pelas águas da barragem de Itaipu, colocou-a nos caminhões e nos ônibus e transferiu as pessoas para Rondônia, instalou-as lá e as obrigou a desmatar, e desmatar não simplesmente por desmatar, mas desmatar para ocupar a Amazônia e para tornar aquela área produtiva.

Na época, a área de plantio era de 75%, depois passou para 50% e, agora, passou para 20%. Nessa transição, não houve um estudo científico para justificar por que passou de 75% de área produtiva para 20% de área produtiva. Essa é a minha preocupação.

E o que fazer com essas famílias que estão nessa região do País, que estão no Estado de Rondônia, que foram incentivadas a ir para lá e precisam continuar trabalhando? Essa é a nossa preocupação. Nós não queremos incentivar o desmatamento. Muito pelo contrário: concordo com a Senadora e Ministra Marina Silva quando diz que precisamos conter o desmatamento. Entendo que esse pensamento é coletivo, é de toda a sociedade brasileira, do Senado também. Nós temos de nos preocupar com os seres humanos, com as pessoas que estão lá na Amazônia, em especial no meu Estado de Rondônia. Esta é a minha preocupação: com aquelas pessoas que deixaram seus estados de origem, que foram incentivadas pelo Governo e estão produzindo, estão trabalhando para contribuir para a balança comercial brasileira e estão contribuindo também para levar tecnologia ao campo e tornar a Amazônia bem brasileira – a Amazônia brasileira tem de ser brasileira.

Essa população merece um cuidado especial. É essa a colocação que faço, Srs. Ministros, Sr^a Ministra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Quero registrar a presença do Sr. Mário Manton, Presidente da SOS Mata Atlântica.

E passo a palavra para falar, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg; Presidente Acir; Ministros e Ministras; Sr^{as} e Srs. Senadores.

Quero só fazer uma reflexão, em primeiro lugar, e dizer que aqui no Senado, Ministra, os espíritos podem ter certeza de que estão e estarão desarmados. A senhora tem toda razão – quando é legítimo – de que os interesses de ambas as partes sejam postos à mesa, mas que sejam discutidos democraticamente e não impostos. Nós temos realmente de fazer um equilíbrio. Um equilíbrio entre o nosso meio ambiente, os rios, as hidrelétricas necessárias, as matas, a conservação, como também temos de pensar na produção de nossos alimentos, na balança comercial equilibrada, produzir alimentos mais baratos, ajudar o mundo a combater a fome. Então, aqui vai ser o exercício de irmos para o equilíbrio totalmente desarmados e pensando em um efeito futuro. Nós temos de ter a consciência que o que for aprovado no Congresso Nacional terá repercussão nas vidas de muitos milhares e milhares de brasileiros e de milhares e milhares de pessoas no mundo inteiro. Nós somos responsáveis por isso.

Então, hoje os senhores foram extremamente conscientes. O peso de V. Ex^{as} hoje têm de ser levado em consideração, porque são pessoas que exerceram essa função com muita dignidade e extremamente competentes. Hoje, ouvimos de todos vocês que nós temos de repensar. E é isso o que nós temos de fazer aqui. Então, pode contar... Eu acredito que com o Senado, com o equilíbrio deste Senado desarmado de qualquer espírito para que a gente pense em um todo e não particularmente em um pedaço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Passo agora a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg. Queria também agradecer as manifestações do Senador Cyro Miranda e de nosso Presidente Acir Gurgacz a respeito do debate democrático que está sendo estabelecido nesta Casa a respeito de um tema que interessa a todo o País. Queria cumprimentar também todos os expositores que ocuparam cargos importantes – todos Ministros –, a Secretária de Meio Ambiente de Minas Gerais e os demais Ministros do Meio Ambiente.

Começo minhas perguntas, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, pela ordem das exposições. Então, minha primeira colocação é para o ex-Ministro Sarney Filho. Na sua exposição ficou muito claro... Eu diria uma desqualificação do que foi decidido pela Câmara. Um pensamento parecido com o que a Ministra Marina Silva desposou. Mas eu considero que, quando 410 Deputados votaram favoravelmente, das duas uma... Foram 63 contrários ao projeto do Deputado Aldo Rebelo. Das duas uma: ou não sabiam que estavam votando ou a matéria foi de conhecimento. Então, nesse aspecto, eu gostaria até... Como o senhor é Deputado Federal, também é a Casa que o senhor também representa.

O senhor disse também que uma floresta em pé vale mais que uma floresta no chão ou derrubada – concordo plenamente com V. Ex^a. Só que o relatório de Aldo Rebelo, Ministro Sarney Filho, as florestas não ficarão desprotegidas, pois as novas regras não visam flexibilizar o desmatamento e sim criar alternativas para o cumprimento da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanentes. As novas regras mantêm inalterados os percentuais de Reserva Legal, ou seja: 80% para a Amazônia, que precisam ser preservados; 35% no cerrado e 20% nas demais áreas. A última pergunta a V. Ex^a é: falamos muito no passivo ambiental... Eu sou de um Estado produtor agrícola que tem nesse setor o fundamento de sua economia, que é o Rio Grande do Sul e do qual eu me orgulho muito de representar. Eu lhe pergunto: o custo dessa recomposição ou da solução desse passivo ambiental

deve ser de responsabilidade ou paga pelo consumidor dos alimentos produzidos na área rural, pelos produtores que trabalham e produzem, ou pelo Estado. Então, essas são as questões para V. S^a.

Para o Dr. José Carlos Carvalho, eu tenho uma informação. Quando o senhor foi Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, a sua Secretaria teve um orçamento – gostaria que o senhor confirmasse – de aproximadamente R\$530 milhões. Quero saber se era esse mesmo o orçamento. Se isso for verdadeiro, se procede a informação de que mais de R\$250 milhões, portanto quase metade desse valor, foram destinados a organizações não governamentais. Quero saber se o senhor defende, se esses números forem confirmados, a tercerização dos serviços ambientais, tirando do Estado essa competência que é tão importante.

O senhor também fez menção de que o Código Florestal, de 1965, é a data dele e ainda está em vigor, era um instrumento muito bom, porque o governo, também, no caso, de Minas Gerais e do Governo Federal, do qual o senhor fez parte, estragou o projeto que era tão bom com várias medidas provisórias, que nunca foram votadas, a respeito dessas alterações, e que só serviram para colocar os produtores rurais na ilegalidade. Por exemplo, o aumento das APPs ripárias de 5 metros para 30 metros, no mínimo. Isso não é o que o senhor, com muita propriedade, falou da necessidade de segurança jurídica para o produtor e para o ambientalista, ou para o meio ambiente e para o próprio sistema legal brasileiro. Então, há essa questão da insegurança jurídica.

Já que falo na questão da insegurança jurídica, tenho a informação de que, quando o senhor estava na Secretaria, havia um critério de fiscalização bastante rigoroso, o que deve ser feito. Mas tem um detalhe: quando havia aplicação de multas nas áreas, não havia a informação aos produtores rurais do tipo de APP considerado lesado pelos fiscais. Ou seja, o senhor não tinha conhecimento de que os autos de infração ocorridos em APPs não tinham qualquer detalhamento da discriminação da APP, o que seria um mínimo direito do produtor que sofreu a infração ou a multa para fazer sua defesa. Então, é a questão que também coloco para o senhor: isso também não gera uma insegurança jurídica e até uma lesão no próprio direito do produtor rural?

Para o Ministro Carlos Minc, eu gostaria de cumprimentá-lo pela forma como reconheceu a importância do setor agrícola. Aqui repito o dado que o nosso Senador e colega Rodrigo Rollemberg se baseou. São dados da Embrapa dos últimos 35 anos: houve um aumento da área plantada de 48% cultivada no País, enquanto no mesmo período, 35 anos, o aumento foi

de 268% na produção. Ou seja, o uso de agricultura de alta precisão, como é o caso do meu Estado, que é muito moderno nisso, plantio direto, aplicação de modernas tecnologias de preservação. Estamos aplicando – e aí também para a Ministra Marina Silva – o ABC, a agricultura de baixo carbono, com todas essas novas tecnologias que fazem parte desse processo, inclusive com a modernização da mecanização. E a própria biotecnologia que houve aqui no Congresso Nacional um enfrentamento quando a matéria foi aprovada, mas que agora mostra seus resultados.

O senhor fez uma referência, Ministro Carlos Minc, ao Programa Mais Ambiente. Ao que sabemos, ele nunca saiu do papel. Nenhum órgão ambiental soube ou foi capacitado para aplicar esse Programa. Se isso, de fato, foi implementado, gostaria que V. S^a desse um exemplo do que foi feito.

Tenho uma outra questão para o senhor. Quando era Ministro do Meio Ambiente e também presidente do Conama, foi editada a Resolução nº 412, de 2009, que, em seu art. 8º, permite estabelecer licenciamento simplificado para regularização de moradias de população de baixa renda em APP, conforme as regras estipuladas na Resolução Conama nº 369, publicada pela Ministra Marina Silva. Repetindo, pela importância, os parâmetros da Resolução nº 369 — vou fazer também essa pergunta à Ministra — permitem a regularização dessas residências com recomposição de 15 metros para rios com largura de até 50 metros. Portanto, essa resolução permite mais do que o atual projeto do Código Florestal. Lembro, também, que essa resolução permite ainda que a regularização se dê dentro de 15 metros, se não houver risco. Dessa forma, ela é muito mais permissiva do que o atual projeto de alteração do Código Florestal. Estou perguntando ao senhor se considerou correta a aprovação, como presidente do Conama, dessa norma de ocupação de APP por licenciamento simplificado. Essas são as questões para o senhor.

Para terminar, dirijo-me à Ministra Marina Silva. Ministra, a senhora fez referência ao meu Estado, sobre a questão de que o Rio Grande do Sul vai acabando produzindo mandioca e cana-de-açúcar. Já houve, também, um zoneamento agroclimático para o Rio Grande do Sul em algumas poucas áreas do Estado. Isso foi permitido fazer. Como V. S^a sabe, esses estudos agroclimáticos são decididos tecnicamente com as condições de solo, do próprio clima e da própria situação da composição geográfica do Estado. A produção de mandioca no Rio Grande do Sul está sendo para alimentação animal, dos pequenos agricultores familiares, que uma boa parte está no Rio Grande, ou para produção de biomassa e produção de energia.

Para a senhora, Ministra Marina Silva, a Agência Estado, cumprindo um evento que a senhora participou, chamado Campus Party, em reportagem do dia 18 de janeiro de 2011, atribui à senhora a seguinte frase: não se pode mudar o Código Florestal permitindo que as pessoas façam construções e edificações nas áreas de preservação permanente. Houve muita crítica da senhora ao projeto aprovado na Câmara dos Deputados, porque permite a recomposição até 15 metros para rios com largura de até 10 metros. Durante sua gestão como Ministra do Meio Ambiente e presidente do Conama, foi editada a Resolução nº 369, de que falei há pouco, que, no seu art. 9º, permite a regularização de moradias de populações de baixa renda, como já me referi. Entretanto, o § 1º desse mesmo art. 9º permite que a regularização se dê dentro dos 15 metros, se não houver risco. Portanto, se houver uma casa a cinco metros do rio, em local sem risco geológico, a resolução aprovada por V. Sª regulariza essa área. Eu lhe pergunto, então, qual dos dispositivos está errado: o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados ou a Resolução do Conama nº 369, aprovada pela senhora quando Ministra do Meio Ambiente?

São essas questões. E uma para todos os Srs. Expositores: se concordam com a temporalidade da lei das APPs.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Vamos ouvir agora o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar todos os expositores, os ex-Ministros, parabenizar os presidentes das comissões de Agricultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, por esta audiência pública.

Eu tinha uma preocupação muito grande de quando essa matéria chegasse ao Senado, para que tivéssemos a capacidade de exorcizar alguns fantasmas. O primeiro deles, colocar em posições opostas ambientalistas e agricultores, pessoas do agronegócio, como se, na verdade, estivéssemos em um campo de batalha e o Brasil tivesse menor importância. Segundo, acabar definitivamente com a ideia de que as florestas são problemas. De forma alguma, florestas são soluções. E terceiro, que pudéssemos expor nossos pensamentos sem o risco do policiamento ideológico que aconteceu na Câmara. Acho que o debate na Câmara foi contaminado, sim, foi um debate emocional, foi um debate que sofreu influências externas e variadas. Por isso mesmo, o texto saiu, na minha avaliação, com algumas deformações e comprometimento do objetivo principal.

Achar que... Inclusive, esse debate emocional deu margem a discursos inverídicos. Lançaram, por exem-

plo, mão do argumento de que vai faltar alimento para alimentar o pobre, vai faltar alimento para exportar, vai comprometer a economia do Brasil. Evidentemente, sabemos que isso não é verdade, mas o debate emocional levou a essas argumentações falaciosas, enfim. O contexto foi outro, coisa que não está acontecendo aqui no Senado. Quero fazer esta ressalva.

Está sendo conduzido com muita sensatez, com muita clareza, com muita responsabilidade, permitindo, inclusive, o debate franco e aberto.

Eu tenho o conceito de que nós podemos aumentar nossa produção, fortalecer o Brasil como celeiro alimentar do mundo sem, necessariamente, comprometer as nossas reservas ambientais, até porque, na década de 60, o Brasil produzia um pouco mais de setecentos quilos de grãos por hectare e criava meio boi por hectare e hoje nós produzimos mais de três mil quilos por hectare e um boi por hectare. Acho até que essa densidade por hectare é muito baixa, até porque nós temos o maior rebanho bovino do mundo e há países que tem um rebanho menor do que o nosso e essa densidade é bem maior, maior que a do Brasil.

Portanto, eu acho que a gente tem como crescer, tem como avançar respeitando o que a gente tem de melhor, que é um patrimônio nosso, um patrimônio ímpar. Nós temos, como foi dito pela Ministra Marina Silva, 60% de florestas, temos a maior biodiversidade do mundo, e todas as vezes que a gente fala em biodiversidade, há sempre alguém que questiona: vocês pensam muito em animais, mas e o bicho homem?

Fala-se em biodiversidade, mas eu quero ressaltar que a biodiversidade é uma prateleira de opções científicas. Eu quero lembrar a todos que a maioria do arsenal terapêutico que existe às mãos da ciência parte da nossa biodiversidade. Não podemos esquecer que um dos medicamentos mais utilizados para hipertensão foi extraído do veneno da jararaca, que um dos remédios mais utilizados para insuficiência cardíaca, a digoxina, foi extraído da *digitalis purpurea* e da *digitalis lanata*, porque tudo vem da biodiversidade, tudo vem da nossa riqueza ambiental.

Portanto, eu acho que essa discussão tem que ser assentada em princípios éticos, em princípios técnicos, em princípios que venham contribuir para um Brasil melhor, um Brasil mais pujante do ponto de vista agrícola.

Agora, pergunto rapidamente ao Deputado Zequinha Sarney se essa discussão lá na Câmara não levou em consideração as informações trazidas pelo Sisnama, trazidas pela Embrapa – nós participamos de uma audiência pública aqui no Senado com a presença da Embrapa que foi extremamente interessante –, pela SBPC, pela Academia de Ciência e, sobretudo,

por algumas universidades que tem com que contribuir muito para esse debate, como a Universidade de Campinas, a USP, a Ufesa, a Universidade do Semiárido, lá do Rio Grande do Norte, que tem uma experiência com o semiárido fantástica, eu gostaria de saber se essas informações não foram adicionadas, se o debate não foi enriquecido com essas informações desses órgãos tão respeitados no Brasil.

Eu queria perguntar ao Ministro Minc... É uma situação hipotética. Eu quero saber se é verdade, se isso pode acontecer. É a questão da composição e recomposição, da compensação e recomposição. Primeiro, na questão da recomposição, os vinte anos... Ou seja, o indivíduo destrói uma reserva legal. Aí ele vai e se cadastra no programa de regularização e tem vinte anos para fazer essa recomposição. Então, levando em consideração que ele vai recompor um vinte avos por ano, então ele vai cultivar, até o vigésimo ano, a produção que ele quiser nessa área. Vai recompondo e não vai fazer a recomposição total da vegetação nativa, podendo recompor apenas 50% de plantas exóticas, o que termina... O senhor, inclusive, defendeu que era a favor da plantação de plantas exóticas, o que termina acabando com a metade, se essa lógica for levada a cabo, das nossas reservas, com plantas substituídas por plantas exóticas.

A outra questão é a da compensação. O indivíduo utiliza uma área na região Sudeste, na Mata Atlântica, uma área valorizada no mercado, vai para o Nordeste, no mesmo bioma, compra uma área de menor valor, entrega ao Ibama e continua explorando comercialmente a área que ele derrubou aqui, devastou aqui. Portanto, isso não seria um incentivo ao desmatamento?

Então, eram duas questões que eu ia fazer.

Eu quero agradecer a tolerância, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu é que agradeço ao Senador Paulo Davim. Agradeço a presença ao Deputado Ricardo Tripoli, que nos honra muito; ao Sr. Fábio Feldmann, que foi Secretário de Meio Ambiente, Deputado Federal; ao Sr. Roberto Klabin, Presidente do SOS Mata Atlântica.

E agora passo a palavra para as considerações dos nossos convidados, cinco minutos para cada um.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Há muitos outros inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Cristovam Buarque, nós adotamos aqui o critério de inscrição por ordem de chegada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim. Correto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em função disso, havia inicialmente 23 inscritos. Mas a gente percebe que muitos não estão presentes. Entre os que percebo presentes, temos mais quatro Senadores que ainda não fizeram as suas indagações, que fariam no próximo bloco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não seria melhor fazermos todas? Daqui a pouco, começa a esvaziar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consultei o Plenário, inicialmente, que deliberou nesse sentido. Se houver um entendimento diferente, a Mesa não tem dificuldade nenhuma em rever o procedimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu queira fazer, talvez não consiga. Mas eu retiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu estaria de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, vamos dar continuidade. Com a palavra o Deputado Fábio Feldmann.

O SR. FÁBIO FELDMANN – Presidente, inclusive, eu quero pedir vênica a V. Ex^a, aos Senadores e Senadoras, a todos os presentes, porque, logo após eu responder essas perguntas, vou à Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Assim como inúmeros Senadores aqui tinham outros compromissos, sou autor de um requerimento na Comissão e preciso defendê-lo ainda hoje.

Vou começar com a nossa Senadora, primeiro, quanto à questão da Câmara. Senadora, eu sou Deputado Federal no meu sétimo mandato eletivo. Então, eu conheço bem a Câmara e eu tenho, de certa forma, autoridade para falar na Câmara – não da Câmara; na Câmara. E isso eu falei. Fui um dos que mais ocupou a tribuna alertando os Deputados sobre o retrocesso nessa legislação, sobre a falta, Senador Davim, de discussões apropriadas. Houve audiências públicas? Essas audiências públicas eram todas dirigidas. Não houve novidade, tanto que o SBPC, que é o maior órgão representativo da ciência no Brasil, veio aqui e disse que não havia sido ouvido. Então, essas audiências públicas foram audiências controladas por aqueles que queriam realmente flexibilizar a lei de defesa das nossas florestas.

Quanto à questão de esse novo substitutivo não implicar novos desmatamentos, eu cito, desde já, dois exemplos. O art. 8º diz:

Art. 8º. *A intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente e a manutenção de atividades consolidadas até 22 de julho de 2008 ocorrerão nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas em lei, bem como nas atividades agrossilvopastoris.*

Isso é uma carta branca para o desmatamento, sim.

Diria mais. Estou vendo aqui o artigo que escrevi para a *Folha de S. Paulo*, que infelizmente não trouxe.

Mas o art. 3ª, inciso III, ao definir o conceito de área rural consolidada, estende o regime de pousio para todas as propriedades, sem regra de temporalidade. Então, esses dois exemplos, fora os outros que a senhora já deve ter aí na mão do meu discurso, todos eles não tratam apenas de recuperação de áreas. Tratam de possibilidades de mais desmatamentos.

No que diz respeito à votação na Câmara, se todos estão errados, acontece. A senhora verá que, aqui no Senado, nem sempre aqueles que estão votando têm conhecimento específico do conteúdo. Muitos deles são levados pelas lideranças partidárias. E o PMDB, que é o segundo maior partido da Câmara, por exemplo, entre outros partidos, ouviu somente o Deputado Aldo Rebelo. Não ouviu nenhum de nós, nenhum de nós. Ouviu o Deputado Aldo Rebelo, que tinha aquele discurso fácil: vamos resolver os problemas dos pequenos, fulano de tal está ali há não sei quantos anos!...Não é nada disso! O problema dos pequenos está resolvido nessa lei. O problema é que os grandes querem se escorar atrás dos pequenos para conseguirem seus privilégios. Essa foi a grande questão. Na Câmara, os grandes partidos, tirando o PT, todos eles fecharam questão em torno dessa votação, levados pelas lideranças. A senhora sabe que a bancada ruralista é muito grande na Câmara. Todos os partidos, os maiores partidos têm uma bancada ruralista muito grande, muito influente, tanto que, no ano passado, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, tínhamos mais ruralistas do que ambientalistas. E este ano ganhamos uma votação apertada lá. Então, não tenho dúvida de que a maioria daqueles que votou, na Câmara dos Deputados, não sabia o que estava votando. Houve discursos dizendo: Apontem-me onde implica mais desmatamentos! E aqui já apontei dois artigos e poderia apontar mais, no meu discurso, que fiz aqui e que distribuí, está cheio, os arts. 3º, 4º, 8º, 30, 33, 35, 39, uma série de artigos. Como a Senadora Marina disse, a regra está até 30%, mas as exceções fazem com que a própria regra seja

uma exceção. É aquilo que o Minc disse, a regra aqui é desmatar; a exceção é proteger.

Presidente, acho que não dá mais tempo de responder às outras perguntas.

Quem paga? Muito bem. Essa questão é importante. Eu estive conversando com o Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, e ele me explicou que nenhuma sentença, nenhum acórdão, nenhuma sentença jurídica obrigou nenhum daqueles proprietários que, antes da mudança na legislação de reserva legal, tinham desmatado determinada área a sofrer alguma punição. Eles não foram punidos. A Justiça não está punindo ninguém. Isso é uma enganação que se fala. Quem prova que antes da mudança da legislação tinha sua área desmatada não tem que pagar nada, não sofre nenhuma penalidade alguma, nem administrativa nem jurídica. Ele tem é que refazer, ou teria, pois, com essa lei, já não se sabe exatamente o que vai ser feito.

Então, quem paga? Acho que temos instrumentos – falei isto aqui rapidamente –, podemos e devemos cobrar por serviços ambientais, essa lei não tem instrumentos econômicos adequados para manter, e o Senado pode iniciar esse processo. Eu, inclusive, poderia disponibilizar uma proposta feita pela Frente Parlamentar Ambientalista, entregue ao Deputado Aldo Rebelo e disponibilizada na imprensa toda, que é um substitutivo a esse projeto de lei, que, seguramente, abrange muito mais instrumentos econômicos que possam garantir esse pagamento.

Aqueles que desmataram ilegalmente e aqueles que estão desmatando agora, porque houve um salto no desmatamento, Senador Rollemberg, a partir da aprovação na Câmara... A sinalização é que pode começar a desmatar e não precisa recuperar. Ainda há pouco, eu estava conversando com um fazendeiro do bem, e ele me disse: comprei uma terra em Minas Gerais e fui para lá, mandei dizer que, na área de preservação permanente, cercasse de trinta metros do rio para diante. E o capataz da fazenda disse: não, vamos cercar só de quinze porque a lei já está sendo votada. Então, são exemplos como esse... E o próprio Ibama já disse, em notas oficiais, que o desmatamento no Mato Grosso do Sul aumentou em decorrência da aprovação do Código Florestal. Esses, sim, devem pagar. Quem desrespeitou a lei deve pagar.

Então, são essas as minhas observações.

Sr. Presidente, infelizmente, vou ter de me retirar, mas vou ter acesso às notas taquigráficas daqui. Se for necessário, estarei à inteira disposição. Sou da casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Deputado Sarney Filho.

Agradeço a presença de V. Ex^a e a sua contribuição para o debate.

Passo a palavra para o ex-Ministro Carlos Minc.

O SR. CARLOS MINC – Eu queria cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que fizeram as considerações. Infelizmente, vou ter de escolher alguns temas para responder.

Primeiro, Senador Rollemberg, eu acho ótima a proposta do Deputado Aldo de moratória de cinco anos, de não desmatar nenhum bioma em cinco anos. Só lamento que ela não tenha sido incorporada ao projeto de lei. A proposta é maravilhosa, só que ela não entrou no projeto de lei. Aliás, ela é uma boa oportunidade, se o Senado assim entender, de colocar a moratória de cinco anos no projeto de lei.

Incentivos econômicos ao reflorestamento e à recomposição. Eu acho que isso é fundamental. Por exemplo, nós, no Rio – isso vale um pouco também para algumas questões levantadas pela Senadora Ana Amélia -, aprovamos o decreto de pagamento por serviços ambientais, identificando os recursos: o Fecam, que é um fundo do Estado de compensação de conservação ambiental, e o Fundo de Recursos Hídricos. Inclusive temos colocado no licenciamento ambiental de grandes empresas, como a Petrobras, a obrigação de recompor. Por exemplo, só no Comperj, a Petrobras tem de plantar quatro milhões de árvores. Aí, tem uma negociação com os produtores para já plantarem para isso contar como recomposição das áreas nos vales dos rios próximos, no caso, rio Macacu, rio Caceribu, que são próximos aos Comperj.

O Senador Acir coloca questões das populações que foram levadas a ocupar áreas no passado e que foram praticamente obrigadas, pois, se não desmatassem, não tinham crédito. Quero dizer que, em relação aos assentamentos, à agricultura familiar, à produção de alimentos, a nossa posição é clara e já a manifestamos aqui: tratamento diferenciado, custeio pelo Estado da averbação do georreferenciamento. Nós, no Rio, Senadora Ana Amélia, aprovamos, ainda neste ano, com recursos nossos, do Estado, hortos municipais para fornecer apoios para o reflorestamento.

Senador Paulo Davim, sobre a questão das exóticas, não é em qualquer lado. Por exemplo, a ideia é que isso seja aprovado pelo comitê de bacia. A ideia de usar exóticas numa recomposição numa determinada proporção é uma forma também de viabilizar economicamente o reflorestamento. Depois, não se está falando... Da forma como V. Ex^a falou, parecia que estava tudo plantado e que ia se retirar a mata nativa. Está tudo desmatado e, então, refloresta-se com espécies nativas e também, de acordo com a situação, mantendo pelo zoneamento, com a questão da exótica. Isso

tudo numa situação de correr atrás do prejuízo e não de permitir que alguma área seja desmatada dessa forma. Estamos falando de áreas que já perderam e estamos correndo para ganhar.

Eu queria também saudar essas questões levantadas do plantio direto e da integração com a pecuária. Eu quero dizer, Senadora Ana Amélia, quando fizemos um grande acordo com a agricultura familiar, com a Contag, com a Fetraf e também, na época, com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, que fomos lançar esse acordo na sua terra, na Assembleia do Rio Grande do Sul, com milhares de agricultores, colocamos já naquela época, por exemplo, a questão para a agricultura familiar da soma reserva legal com APP. Então, essa preocupação também existe.

V. Ex^a fez algumas perguntas diretamente ligadas a mim, mas que têm a ver com a questão habitacional em área urbana. Também acho que deva haver um tratamento diferenciado. É completamente diferente você, numa área desmatada urbana, colocar o plano habitacional para baixa renda, por exemplo, Minha Casa, Minha Vida, diga-se de passagem, Senadora, exatamente por faltar uma política habitacional, porque muitas encostas e margens de rios foram ocupadas – no Rio de Janeiro e no Brasil inteiro –, para onde vão as pessoas. Por isso, nós estamos avançando muito com o Morar Carioca, o Morar Seguro, a recomposição. Por quê? A falta de uma política habitacional de mais de 20 anos neste País levou os pobres deste País a ocuparem exatamente essas áreas. Então, na verdade, eu defendo um tratamento diferenciado para a questão da área urbana e da área rural, mas não é você, entendendo o plano habitacional urbano que vai, então, se partir para uma situação de permitir uma ocupação muito ampla, com uma recomposição muito baixa das APPs das áreas rurais.

Só para completar, Srs. Presidentes das Comissões, eu queria retomar um tema que também foi levantado pelos Senadores e também pela Senadora, em relação à fiscalização e ao combate ao desmatamento.

Eu fui Ministro por quase dois anos – um ano e dez meses. Nós conseguimos reduzir significativamente o desmatamento nesse período em 50% em relação ao anterior. Quero dizer da importância que o embargo ao desmatamento ilegal teve nessa redução. Claro que nós também fizemos acordos, por exemplo, com a sociedade civil, com os produtores, a moratória da soja com o setor produtivo, o acordo da madeira legal, o acordo do minério legal, mas você tem que combinar medidas de repressão ao crime ambiental com medidas de estímulo e de entendimento com o setor produtivo, que até precisa do selo verde para exportar o óleo de soja para a Europa, por exemplo.

Então, quero dizer que você não obrigar ao embargo numa área que é desmatada agora, em área protegida, e permitir que um governador amplie por um ano, sucessivamente o outro ano, isso sim é um mecanismo que vai permitir o crime ambiental ser tratado como impunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Ministro Carlos Minc.

Passo a palavra agora ao Ministro José Carlos Carvalho.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Muito obrigado, Presidente Rollemberg.

Eu vou, sucintamente, dar as minhas respostas pela ordem dos questionamentos que foram realizados, a começar por V. Ex^a.

Introduzo aqui uma questão relevante, porque quero voltar à questão dos incentivos econômicos. Primeiro, a questão da moratória. Como todos sabem, essa discussão começou com uma proposta de moratória de cinco anos, como V. Ex^a mencionou, inclusive foi bandeira das principais entidades que representam o setor agropecuário. É impressionante notar que ela desaparece completamente durante a tramitação do projeto. Ao contrário, como diz aqui, o nosso ex-Ministro Zequinha Sarney, a lei voltou a tratar de temas que criam a possibilidade da continuidade do desmatamento. Mas, se nós quisermos realmente fazer uma grande pactuação, porque acho que é isso que precisamos fazer no Brasil, um pacto em torno das nossas florestas, tanto do ponto de vista da sua conservação, quanto do seu uso sustentável e também da atividade agropecuária. Eu quero insistir nisso, nós não estamos fazendo... Uma questão não é excludente em relação à outra. O Brasil pode e deve ser o maior *player* mundial do agronegócio e pode e tem que ser o detentor do maior ativo ambiental do Planeta. Se nós temos as condições de pactuar em torno dessas grandes questões, não há razão para ficar criando falsos conflitos. Então, esta é minha posição: então, voltaria. Mas voltando à questão do setor energético – e essa questão está posta –, porque já houve amortização dos grandes investimentos na usina. Então, em tese, haveria uma grande redução de tarifa no próximo processo de renovação das hidrelétricas.

Eu queria lembrar aqui, já hoje, em razão de lei votada aqui por comando constitucional da compensação das áreas inundadas, inclusive há no Senado, neste momento, um projeto de lei já aprovado na Câmara, que altera a legislação federal que trata da compensação financeira das áreas inundadas, que é o chamado *royalty* do setor elétrico, que está aproximando, praticamente R\$1 bilhão, por ano, que o setor elétrico já paga aos Estados e Municípios com áreas

inundadas, correspondentes as suas represas e hidrelétricas. Com exceção de alguns Estados como Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, são os que me constam... Isso, inclusive, vai ser objeto de minha resposta, depois, à Senadora Amélia... Eles estão reforçando caixa dos tesouros. Eles não estão sendo aplicados, efetivamente, na recuperação das bacias hidrográficas. Esse já é um fato. E eu acho que essa questão é central porque, neste momento, nós poderíamos fazer um fundo ou constituir receita, sem prejuízo de diminuir a tarifa, inclusive ampliar as possibilidades de desconto nas tarifas sociais no setor elétrico, mas garantir recursos para que nós possamos dar, efetivamente, aos produtores rurais, especialmente aos agricultores familiares, condições para fazer aquilo que a lei vai continuar exigindo que eles façam. Então, eu daria essa questão.

Também foi mencionado aqui a questão do Pro-Várzea, da integração da Amazônia. Por isso, eu acho que isso permite uma reflexão. Realmente, nós temos muitos casos – e é preciso reconhecer isso – em que os desmatamentos foram estimulados pelas próprias políticas governamentais, como ainda continua ocorrendo hoje. É possível, desde que o desmatamento seja legal, desmatar com Crédito Rural ou com Crédito dos Fundos Constitucionais do Nordeste, do Centro-Oeste ou da Amazônia. É possível desmatar... Agora, se o agricultor quiser plantar floresta, não tem... Ou tem alguns mínimos, cujas exigências inviabilizam a aplicação dos recursos. Então, essa é a realidade que nós estamos nela hoje. Essa é a realidade que nós estamos hoje! Por isso, eu disse que há necessidade de mudança de política agrícola. É fundamental modernizar a política agrícola brasileira, em corroborando a importância desse setor para o Brasil! O que nós não podemos aceitar (e isso acontece em grandes situações), porque, parafraseando o ex-presidente Bill Clinton: na agricultura brasileira, não há nada de ruim que nós não possamos melhorar o que tem de bom. Está certo? Porque nós vamos, desde o mais predatório, mais empírico ao plantio direto; ao plantio da palha, à integração lavoura/pecuária. Então, nós estamos em dois extremos: de um lado uma agricultura altamente tecnificada que protege, que tem condições de proteger o meio ambiente, conserva solo, faz prática de solo adequada e uma política ainda antiga, até por falta de capital do pequeno que não tem como investir em tecnologia e acaba tendo de fazer uma agricultura empírica do ponto de vista tecnológico. E nesse modelo de uso predatório, como nós não adotamos, como a União Europeia e os Estados Unidos, um subsídio financeiro explícito para a agricultura, indiretamente – é bom colocar essa discussão aqui no Senado –, nós estamos subsidiando nossa agricultura

com nosso capital natural. É com nosso capital natural que ela está sendo subsidiada, porque há aí uma questão essencial. Então, com isso, eu vou responder às questões que a senhora me colocou diretamente, Senadora Amélia. Primeiro, quisera eu ter administrado um orçamento de R\$530 milhões. Mas, graças à sensibilidade do Governador Aécio Neves, seu colega Senador, nós conseguimos passar o orçamento da administração ambiental de Minas de R\$70 milhões para R\$305 milhões durante todo o Governo Aécio Neves. Foi um aumento substantivo. Por que nós aumentamos? Porque nós conseguimos, por lei estadual mineira – graças ao apoio do Governador Aécio –, vincular os recursos da compensação financeira do setor elétrico à gestão do meio ambiente e à gestão dos recursos hídricos, inclusive destinando metade dos recursos para o Fehidro – Fundo Estadual de Conservação e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas. Esse Fundo que opera, anualmente, em torno de R\$80 milhões, deve ser o orçamento dele em 2011, é para financiar projetos (não das ONGs) do terceiro setor através de editais públicos de convocação e de seleção de projeto. E isso faz parte, sim! Faz parte de um trabalho nosso de trabalhar com o terceiro setor. Essa era uma orientação de governo. Nós entendemos que a gestão pública cada vez mais deve incorporar o terceiro setor não apenas na sua formulação, mas também na sua implementação. E isso precisa ter parâmetros de ética e moralidade administrativa, o que nós fizemos através de um fundo, mediante edital de seleção de projetos.

Outra questão aqui que coloca, eu queria aproveitar, a senhora me dá essa oportunidade de desmistificar um pouco o debate quando fala que uma série de restrições foram colocadas por decreto, por normas infralegais, etc, com as medidas provisórias. Mas não é bem assim. Eu gostaria de dizer aqui, por exemplo... Fala-se tanto nas APPs e na averbação de reserva legal. Esse é o mantra. Isso foi aprovado pela Lei nº 7.803, de 1989, por este Congresso. Isso não foi feito por medida provisória, nem por decreto. Isso foi feito no contexto do Programa Nossa Natureza, através de um projeto de lei mandado por esta Casa, pelo então Presidente da República, o atual Presidente do Senado. Então, nós precisamos colocar as coisas.

Outro ponto fundamental: recuperação da reserva legal, obrigatoriedade de recompor a reserva legal. Outra lei aprovada pelo Congresso. E nenhum dispositivo da política de meio ambiente na política agrícola fixada por lei do Congresso em 1991. O Congresso entendendo... E aí, parabéns para aqueles que decidiram que isso é uma questão tão relevante para o próprio negócio agropecuário, por aquelas razões

que nós mencionamos anteriormente, que esta Casa, este Congresso, através de uma lei de 1991, na Lei de Política Agrícola, estabeleceu que, no prazo de trinta anos, agora modificado no projeto de lei que está em discussão, deveria ser realizada a recomposição da reserva legal.

Então, nós estamos falando de regras que passaram pelo crivo do Congresso. É evidente que o Poder Executivo, por decreto, não pode decretar... Ele pode fazer medida provisória. E sem querer açular o debate, também precisamos reconhecer que a medida provisória passa pelo crivo do Congresso. Se essa medida provisória já está há praticamente dez anos no Congresso, o Congresso já teve dez anos de oportunidade de votar a medida provisória.

Acho que essas questões têm que ser postas claramente para a opinião pública, para que a gente possa entender, porque eu estou compreendendo claramente as razões de V. Ex^a.

E menciona-se também, inclusive por conta desse mantra de que não foi o Congresso que decidiu, quando foi o Congresso que decidiu, vai ao projeto de lei um dispositivo de reduzir as competências do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que eu também queria aproveitar aqui agora e introduzir nessa discussão.

Uma das maiores conquistas da nossa Constituição de 1988 foi uma gestão colegiada e participativa. Aliás, o constituinte brasileiro foi tão ousado que logo no art. 1º da Constituição fala que todo poder emana do povo, será exercido pelos seus representantes e diretamente. Isto está no art. 1º da Constituição, numa conquista extraordinária de fortalecer a gestão colegiada e participativa.

Ora, o Conama... Não há nenhuma decisão do Conama que tenha sido invalidada quando questionada no Supremo, porque o Conama atua na esfera infralegal. Ele não inventa normas, ele está praticando normas ou que lhe foram delegadas pelo Congresso ou que estão no âmbito da sua competência.

Então, eu queria dizer claramente que temos que examinar que essas normas principais todas foram aprovadas no Congresso. Eu cito a Lei Nacional da Política Agrícola, que introduziu a exigência da recomposição da reserva legal, e a Lei nº 7.803, que ampliou as áreas de preservação permanente e estabeleceu a exigência da averbação da reserva legal. É isso que se coloca como questões que teriam surgido por decreto ou por decisões infralegais quando não coincide com a realidade daquilo que está vigendo no nosso ordenamento jurídico.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, Sr. Presidente, já que houve referência à questão

da omissão do Congresso em relação a medidas provisórias...

Dr. José Carvalho, queria lhe dizer que eu sou Senadora de primeiro mandato e como jornalista, antes de chegar aqui, sempre fui crítica da omissão do Legislativo em relação a essa questão.

O seu ex-Governador Aécio Neves, que eu admiro muito, foi autor aqui de um... como relator para agilizar a votação e o rito das medidas provisórias.

Como nós temos um Congresso bicameral, ele tem as atribuições de Câmara e Senado, duas Casas com esse rito complicado um pouco mais.

Quero lhe dizer que apoio isso. Também critico, agora como Senadora, a responsabilidade que nós temos aqui, como legisladores, de não deixar uma medida provisória ficar dez anos na gaveta sem ser examinada e votada.

Concordo com V. Ex^a, mas preciso fazer este esclarecimento.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Não estou criticando a omissão do Congresso, até porque acho que o Congresso não é omissor. Permita-me a observação: o Congresso é refém.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ah, obrigada.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Refém de um dispositivo posto na Constituição que o obriga o Congresso a praticamente seguir a agenda...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu lhe agradeço, porque...

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – ...do Poder Executivo e não a sua própria agenda.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...o senhor está agora fazendo justiça. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a contribuição da Senadora Ana Amélia e do Ministro José Carlos Carvalho, que traz informações realmente bastante relevantes para o nosso debate, e passo agora a palavra à Ministra Marina Silva.

A SR^a MARINA SILVA – Eu acho que este é o momento mais importante dessa nossa interação. É o momento de podermos discutir e esclarecer as dúvidas.

Primeiro, Senador Acir, eu queria reiterar as palavras do colega José Carlos, porque, em relação à questão do Código Florestal, todas as modificações foram feitas por lei, exceto a medida provisória, mas também não deixa de ser um mecanismo para a futura de leis, em que pese tenhamos uma posição crítica quanto a esse dispositivo.

Em 1996, o Presidente Fernando Henrique editou a medida provisória que aumentou de 50% para 80% a reserva legal na Amazônia.

As pessoas que estavam de acordo com a lei, que averbaram reserva legal, que estavam corretas, elas não têm por que pagar essa conta. E aí V. Ex^a tem razão, porque, enfim, não se pode mudar a lei, retroagindo-a para prejudicar as pessoas.

Mas se o Presidente Fernando Henrique, em que pese o instrumento – poderia ter sido um projeto de lei –, fez isso, a gente tem que recuperar as circunstâncias. O desmatamento chegou a 29 mil quilômetros quadrados. Naquele momento, o mundo inteiro caiu como uma bomba em cima do Brasil, da agricultura brasileira, que não tinha para onde se virar que não tivesse um ser humano descontente com o que estava acontecendo: fora de controle. O que o Governo entendeu fazer foi editar uma medida provisória ampliando a reserva legal.

Eu me lembro de que nas audiências públicas dessa medida provisória eu era a única que defendia a medida provisória do Governo, porque era na Amazônia. Da base do Governo, ninguém apoiava.

Eu me lembro de uma audiência pública lá em Rondônia que era dentro de um lugar de rodeio. Quando se chamavam os outros Srs. Senadores, eram aplausos e tal; quando me chamavam, assobio, espora, cangalha, tudo o que podiam jogavam em mim, porque eu era a única que defendia a medida provisória. E alguns companheiros meus do PT diziam: mas não sei por que você defende essa medida provisória, primeiro porque é do Governo Fernando Henrique e, segundo, porque você só perde voto e tudo. Eu dizia: eu defendo porque ela está correta. O que a gente pode fazer diante de um desmatamento descontrolado desse?

Por isso eu digo que o debate é que faz a gente chegar ao convencimento, na perspectiva de políticas de longo prazo para os nossos curtos prazos políticos, e não a política de curto prazo para alongar os nossos prazos políticos. O mundo, a humanidade, o Brasil está exigindo de nós política de longo prazo para os nossos curtos prazos políticos. E aí não vale a ética de circunstância, não vale transigir a ética dos valores para a ética das circunstâncias, mesmo que isso renda popularidade, mesmo que isso renda sacrifício, como rendeu naquela época. Mas eu fui até o fim defendendo a medida provisória, mesmo com toda a base do governo contra ele. E quem deu sustentabilidade política para que ele mantivesse a medida provisória, na hora em que ela iria ser mudada, foi a sociedade civil.

Esse sistema, o Prodasen, na época – os servidores lembram –, era o melhor sistema no País, em termos de uso de tecnologias modernas, com Inter-

net, mas ele sofreu um colapso devido à quantidade de emails do povo contra a provação do projeto do Deputado Micheletto.

O Palácio do Planalto recebia a mesma quantidade. Nós estávamos aqui nesta Casa, o Senador - na época Deputado - Arthur Virgílio à mesa, o Congresso já apto a votar, e o Presidente Fernando Henrique ligou para o Arthur Virgílio – o Arthur ficou vermelho, parecia um pimentão –, que nos disse: O Presidente acaba de dizer que é para retirar da pauta.

Eram quatorze parlamentares. Sete Srs. Senadores, sete Srs. Deputados. Só três votaram contra o projeto Micheletto, os outros todos votaram favoravelmente. Havia sido aprovado quase que por unanimidade. Mais de 80% da sociedade, como agora, deu sustentação política a Fernando Henrique, e ele manteve a medida provisória.

Essa mesma sociedade está dando sustentação política para o Senado e para que a Presidente Dilma não permita o retrocesso, para que seja repetido o ato, possível naquela época talvez em circunstância bem piores.

Outra coisa que mudou foi a questão de proteção de topo de morro, mas isso foi feito por lei, como disse o José Carlos, em 1965, aliás em 1935. Mudou-se a questão da mata ciliar em 1986, também por lei, no Congresso.

V. Ex^a falou do problemas dos pequenos. Nós todos concordamos com a necessidade de haver diferenciação. Como vamos interditar a agricultura familiar, os problemas que temos?

Quanto a isso, creio que os senhores já têm uma base muito boa. Fizemos um esforço para fazer um levantamento da ação do Ibama em seis Municípios críticos da Amazônia, provavelmente no arco do desflorestamento, de 2007 a 2011. A conclusão a que se chegou, levantando as operações feitas pelo Ibama, é a de que 90% dos embargos do Ibama, nos seis Municípios examinados, ocorrem em grandes desmatamentos acima de cem hectares ou maiores. Ainda mais, oito por cento em médios desmatamentos e 2% em pequenos desmatamentos.

Então, quando se usa o pequeno e sua situação – por isso elogiei o discurso de V. Ex^a -, porque em estatística não se pode pegar um caso e generalizar ...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MARINA SILVA – Não vou contar porque é algo muito estranho. O Marcos Barros conta que um pesquisador quis provar que, ao se tomar esterco de animal, seria desenvolvida uma bactéria - não sei bem o que era. Ele fez sua tese de doutorado encima disso e, corajosamente, com seu espírito de cientista, digeriu o esterco do animal para defender que o fenô-

meno acontecia. Na banca de doutorado, segundo o Marcos relata, o professor disse: Você fez um trabalho corajosa, de espírito científico, mas comeu esterco para nada, porque é preciso haver uma estatística muito grande para que se prove uma tese científica. Um só caso não vale.

Então, é isso que diz o chefe da banca. Em caso de problema, estatisticamente, não se pega um caso para citar, e foi isso que V. Ex^a disse no discurso. É claro que serve como retórica para ilustrar. E se quisermos ilustrar, podemos. Na Terra do Meio, se eu quiser pegar um caso, um desmatamento de milhares e milhares de hectares, em função desse desmatamento, nós criamos a maior ReBio do Planeta, com mais de três milhões de hectares para uma unidade de conservação. Eu acho que foram cinco mil hectares devastados, assim da noite para o dia, lá na Terra do Meio. Se eu quisesse pegar isso como exemplo também, para generalizar, mas não vale, porque é só um caso. Estatisticamente, não vale.

Então, o dado de realidade é que lá, pequenos desmatamentos, 2%; médios, 8% e 90% foram desmatamentos acima de cem hectares. Ou seja, nós estamos aqui falando de quem tem o poder de usar o correntão, quem tem poder de muita destruição e em prazo muito hábil, antes que os fiscais consigam chegar. Mas V. Ex^a tem razão e estamos de acordo. Vamos excetuar os pequenos.

A pergunta que me foi feita pela Senadora Ana Amélia é em relação à questão da Resolução do Conama, que faz um tratamento diferenciado nas áreas urbanas. Ela falou: “O que está certo? A forma como o Deputado Aldo colocou agora ou é a resolução aprovada pela senhora?”

Primeiro, o que a Resolução Conama fez foi, tipificando caso por caso, estabelecer exceções para atividades de interesse social, para atividades de interesse públicos e atividades notadamente de baixo impacto. O próprio Conama tipifica e trata como exceção e faz uma resolução para isso. Só que tem uma coisa: no Conama, não tem a menor possibilidade de ser o Ministro que aprova aquela resolução, ainda que ele presida o Conselho, certo? O Conama é uma instituição democrática, o único conselho deliberativo desta República – o único! – e que tem uma composição muito interessante. As pessoas dizem: não o Conama foi assaltado pelas ONGs internacionais e essas ONGs é que estão fazendo as regras para o Brasil.

Vamos desmistificar esse aspecto. O Conama tem um presidente, no caso é o Ministro, o secretário executivo – o José Carlos já esteve nas duas posições, não é José Carlos? – e cerca de 22 entidades de trabalhadores da sociedade civil. Nenhuma delas

é ONG internacional, inclusive são ONGs pequenas, não são as famosas *king* ONGs, com todo o respeito pelas grandes organizações brasileiras. São organizações pequenas.

Então, 15 entidades ambientalistas. O Conama tem 14% de entidades ambientalistas, 8 entidades empresariais, grandes entidades. Aí, as grandes representações do empresariado brasileiro. Governos municipais, são 8; governos estaduais, 27/; e Governo Federal, 37. Ou seja, 72 representantes de governo, num total de 70% da composição do Conama é governo, somando Governo Federal, governos estaduais e governos municipais, de sorte que há um membro honorário – não sei se ainda é o nosso professor Paulo Nogueira – e 3 conselheiros sem direito a voto, num total de 108 conselheiros. Não é o Ministro do Meio Ambiente que aprova, mas esse Conselho, que tem poder de resolução. Essa resolução foi feita para tratar as exceções, e não para estabelecer como regra. O que o Deputado Aldo fez foi transformar a resolução em regra, a exceção em regra, sem que tenha o respaldo das câmaras técnicas de altíssimo nível para tratar o caso a caso. A partir de agora, os Estados e os próprios Municípios decretarão o que é de relevância e de interesse social, de interesse público e de baixo impacto. É completamente diferente. Isso permite, sim, aumento do desmatamento sobre áreas que deveriam ser protegidas e sem o olhar rigoroso de um conselho, que, longe de favorecer entidades ambientalistas, as tem em minoria; mas para dar também o seu ponto de vista, a maioria, 70%, é Governo e as organizações do setor empresarial também estão lá.

É uma perda tirarmos o Conama do Sistema Nacional do Meio Ambiente, acabar com as competências do Conama. Isso está, infelizmente, no projeto.

Portanto, eu me sinto inteiramente confortável com a posição democraticamente aprovada no Conama, mas rechaço completamente transformar exceção em regra no projeto do Deputado Aldo Rebelo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministra Marina.

Quero registrar a presença do ex-Deputado Federal Wilson Picler, do PTB do Paraná, do Deputado Sabino Castelo Branco, do Deputado Lupércio Ramos e do Deputado Luiz Carlos Busato, que nos honram com sua presença.

Em função do número de Senadores, vou sugerir um novo encaminhamento. Vamos ouvir os Senadores que estão inscritos e, em seguida, voltaremos a ouvir os Ministros com as suas considerações finais.

Passo, neste momento, a palavra ao relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, o Senador e engenheiro florestal Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srs. Presidentes, eu queria cumprimentar a todos e dizer que esta comissão facilita o trabalho de relatoria, tanto o meu e, tenho certeza, como o do meu colega Luiz Henrique.

Eu queria cumprimentar e agradecer a presença dos ex-ministros: do Zequinha Sarney, do querido colega, companheiro e amigo Carlos Minc, do também irmão, amigo que a gente tem há longa data, José Carlos Carvalho e obviamente, sem diminuir ninguém, falar da minha alegria em ver aqui essa acriana que muito nos orgulha, que é uma irmã que a gente tem – mais velha, é bom que se diga. (Risos) Ela não gosta dessa parte (Risos). Mas é uma querida amiga, a Marina, que tanto nos orgulha pela sua capacidade de tratar um tema tão delicado; e ela, normalmente, aproxima um tema tão delicado, que às vezes é muito técnico, com as lições que a vida nos dá, a todos.

Eu penso que, neste momento, a disposição, que é absoluta, aqui no Senado é de encontrarmos um melhor texto para o Brasil. É fato que temos um dissenso no texto da Câmara, e isso não significa diminuir o trabalho que foi feito lá. Mas houve um desencontro. O próprio relator e o autor, que é o Deputado Aldo, falou que a condução final foi contaminada por interesses de questões políticas, e não mais de procurar o melhor texto.

No Senado, o ambiente é outro. Essa vinda aqui de Ministros e Ministra de Meio Ambiente é determinante para que a gente possa consolidar esse caminho novo. Vamos trazer também ex-Ministros da Agricultura, que certamente virão amanhã, e o objetivo maior nosso é nos prendermos ao texto votado e, obviamente, tirando as lições do Brasil, do País que temos.

Eu gostaria, se fosse possível, de ter comentários, porque, para mim, as exposições apresentadas já colaboram com esse propósito. Sei que o resultado aqui no Senado tem todas as condições de ser bem melhor, voltando para a Câmara já, de certa forma, como parte, senão de um consenso nacional, de um entendimento nacional em cima de um tema tão delicado e tão importante para o presente, mas especialmente para o futuro desta.

Ministros e ministra, todos nós brasileiros temos origem rural, a da Marina, a minha, a dos senhores que estão aqui não passa da terceira geração sem esbararmos numa ligação direta com a natureza, com os recursos naturais. Todos nós somos assim. O Brasil, portanto, vem se consolidando como uma potência mundial na produção de alimentos. É um grande ajudador na busca da segurança alimentar para o planeta. Mas por mais que os números mostrem grande avanço, como foi colocado aqui claramente com do-

cumentos da Embrapa, segundo os quais nas últimas três décadas tivemos um incremento de terra para produção em torno de 30% ou um pouco mais, tivemos um aumento de produtividade de mais de 200%. Isso é muito importante, mostra como a ciência e a tecnologia – aqui está o presidente da comissão que se somou acertadamente neste propósito –, mostra como é relevante a ciência e a tecnologia nesse momento da vida brasileira e neste momento em que decidimos lei tão importante. Mas, mesmo assim, a produção de grãos no Brasil hoje é menor do que a produção de milho dos Estados Unidos. É bem menor. Os Estados Unidos produzem mais de 200 milhões de toneladas de milho; e o Brasil ainda não chegou a 150 milhões de toneladas de grãos. Então, o desafio que temos é enorme em várias frentes, ao mesmo tempo em que somos uma possibilidade de aumento real da oferta de alimentos no mundo, e assim diminuir a fome, que nos envergonha a todos.

Agora, o modelo de agricultura no Brasil talvez não avance por conta de seu modelo agrícola dependente. Foi dito aqui nesta audiência, somos o País que mais consome, e o nosso Ministro José Carlos colocou, *per capita*, somos o maior consumo de agrotóxico do mundo. Isso mostra uma agricultura equivocada que dificilmente vai bater a agricultura dos próprios Estados Unidos.

E aí, na hora em que discutimos a lei mais importante do ponto de vista ambiental, porque ela está colocada implicitamente como também de acesso ao uso do solo, não podemos dissociar esses dois temas. Falei para o Deputado Aldo que a tese que ele usava, inclusive para fazer um contraponto com organizações não-governamentais, é de que tínhamos que ser um País independente na hora da legislação ambiental. Mas como vamos ser um País independente na hora de discutir legislação ambiental? Acho impossível, porque estamos falando do mesmo planeta; estamos falando de uma interdependência que Deus, nosso Criador – para quem acredita – nos colocou, um equilíbrio absolutamente perfeito e numa relação de dependência absoluta. Mas vamos lá. Temos que ser independentes na hora de legislar sobre o meio ambiente, mas temos que seguir dependentes de um modelo ultrapassado e insustentável de produção, que é o que vivemos, que piora em vez de melhorar, porque as exceções estão aí, principalmente em algumas atividades produtivas em grande escala. Mas a grande massa de produção nossa ainda é muito dependente de melhor tecnologia. Não tem capital para melhorar, para incorporar. E aí o que foi colocado aqui: nossa política agrícola é voltada para o produto, ela esquece a propriedade e o produtor. E aí é o absurdo de colhermos pouco em

áreas enormes! Faça esta referência porque na hora em que decidimos a legislação estamos dando uma contribuição e quanto mais acertarmos no equilíbrio entre produção e preservação e conservação dos recursos ambientais, mais vamos estar na busca de um modelo sustentável de produção e mais vamos nos distanciar do modelo insustentável de produção, do qual somos dependentes hoje.

Eu dizia ao Deputado Aldo que temos que ter uma política de independência, de deixarmos de ser reféns das grandes incorporações internacionais produtoras de adubos, de inseticidas, de toda sorte de produtos de agrotóxicos, para sermos dependentes de uma agricultura sustentável, com equilíbrio, onde possamos manejar melhor as águas, o solo e com isso termos mais produção.

Então, eu queria fazer um questionamento, que o tempo de fato é curto e precioso para todos nós, mas como os senhores podem comentar, porque há uma decisão hoje da Ministra Izabella – estive com ela ontem e ela fala em nome do Governo –, há uma posição explícita da Presidente Dilma que foi fundamental para que esse equilíbrio do debate ambiental pudesse ser recolocado quando ela se posicionou pessoalmente, preocupada com o texto que veio da Câmara. Então, ela nos impôs o desafio de buscarmos equilíbrio entre o texto da Câmara e as necessidades do País, mas a Presidente Dilma também tem deixado claramente que nós devemos dar um tratamento diferenciado para a pequena produção, por várias razões que, inclusive, os senhores e as senhoras já colocaram.

Gostaria de ver um comentário como? Quem já foi gestor da política ambiental do País, quem já viveu esse problema do ponto de vista real pode apontar um caminho para que esse texto novo possa fazer essa diferenciação entre a pequena produção – a produção familiar – dos demais produtores. Qualquer sugestão que possa vir para que o texto encontre esse caminho seria de grande utilidade.

Outro aspecto que eu queria pôr. É um tema aparentemente político, tem uma ação, inclusive, do meu colega Luiz Henrique, por conta de Santa Catarina, no Supremo esperando uma decisão. É a relação de como os senhores podem ver, porque eu não acredito que apenas uma lei geral estabelecendo as regras do que pode e do que não pode possa pegar nesse País. Nós temos mais de 5 mil Municípios, 27 Estados. Se não tivermos envolvimento na busca do cumprimento dessa legislação, certamente ela pode cair na situação de não pegar de novo e nós temos uma situação que eu gostaria de ter um comentário – e aí já estou juntando – ... as informações que me chegam é de que apenas 1% das multas aplicadas são pagas e o

Ministro José Carlos colocou claramente que é por conta de a legislação estar muito vinculada à ação de comando e controle.

Eu sei o sacrifício da Ministra Marina, da exposição pessoal, dos riscos pessoais que ele correu, para, usando um instrumento de comando e controle – porque aí o Brasil estava a exigir naquele momento uma posição firme, dura de quem pode mais e aí teria que ter alguém com coragem. E a Marina sempre agiu levando o sentido mais profundo da palavra coragem, porque eu aprendi com um mestre, a quem recorro sempre, que a palavra coragem não é sinônimo do que a gente entende hoje, corriqueiramente. Coragem não é o valente; coragem não é aquele que vai para a frente, mas a palavra coragem – eu acho que a ação da Ministra Marina expressou bem isso – é a ação do coração, mas é uma ação, é uma atitude que tem que se tomar, mas tem que levar o coração junto. Daí a palavra coragem ser tão bonita, e eu comecei a usar muito mais essa palavra mas por esse outro conceito.

Mas o certo é que o Brasil envergonhava a todos nós e chamava a atenção do mundo de ocuparmos uma agenda negativa com quase 30 mil quilômetros quadrados de floresta sendo destruídos anualmente, quer dizer, o Brasil estava destruindo perto de 3 milhões de hectares por ano, pondo fogo e, ao longo de 500 anos, tinha plantado próximo de 2 milhões de hectares de floresta. Essa equação afrontava a todos nós. O certo é que o Governo do Presidente Lula, com ação de ministro, com a participação de Estados, reduziu para números que são bastante importantes hoje e fazem com que possamos vislumbrar alcançar a meta assumida em Copenhague antes do tempo. Isso é muito importante. Ou seja, surtiu algum efeito, cumpriu algum papel, comando... controle.

Mas o tempo é outro. Não cabe mais seguir nesse caminho. O que podemos fazer? Aí entra a última questão que eu queria pôr e que foi levantada aqui nessa audiência.

O Código, do jeito que está, de fato, está voltado para resolver um passivo que temos de uso do solo. É um fato. O desmatamento foi reduzido, mas pode voltar? Pode. O risco existe? Existe. Não acredito, porque sou otimista, que volte aos patamares que estava, mas volta perigosamente.

Mas eu queria por outro componente. O Brasil, hoje, está com o programa Terra Legal em curso, legalizando propriedades em regiões sensíveis como a Amazônia. Defendo, em termos, que se faça uma condução da legalização de terras, mas com muito cuidado, sob pena de daqui um pouco nós termos uma ampliação, em escala exponencial, do desmatamento legal na Amazônia.

Coloco isso porque acho que vai acontecer uma ampliação muito significativa do desmatamento legalizado no Brasil, especialmente na Amazônia. É claro que, se me perguntarem, acho que o Brasil tem que rapidamente acabar com o desmatamento ilegal. Essa é uma meta possível, mais rapidamente possível que zerar o desmatamento. Então, o desmatamento ilegal desaparecendo, a madeira ilegal desaparecendo, nós teremos avançado muito e construído uma autoridade maior diante do mundo.

Eu queria concluir colocando claramente isso. Se votarmos a melhor legislação possível, a que acredito que é possível, e não adotarmos uma política florestal para o Brasil, vamos ter o incremento em vários biomas, inclusive aqui no cerrado, do desmatamento legalizado. Eu gostaria de ouvir um comentário dos Ministros para o pós Código Florestal, porque acredito que nesse semestre nós vamos votar, a legislação sairá melhor do que estava na Câmara, vamos fazer um acordo, o Governo está com uma posição firme, a sociedade está com uma posição firme, e acredito nos meus colegas Senadoras e Senadores para que isso aconteça.

Mas eu gostaria de ouvir um comentário, por último, de como devemos fazer, se nesse código agora ou se o legado desse código é o Brasil tomar juízo e estabelecer uma política florestal para que possamos usar de maneira sustentável os recursos florestais de que dispomos para que, com isso, em vez da conversão de áreas de floresta em áreas de outras atividades, nós possamos fazer o uso desse ativo, que é o ativo mais importante, para que não sigamos neste caminho, sendo uma das maiores potências florestais do mundo e participando com apenas 4% do PIB mundial ligado a florestas.

Era esse o meu pedido de comentários, com os agradecimentos pelas colaborações que já foram fundamentais para que a gente possa encontrar o melhor texto para o Brasil e para a produção agrícola sustentável, para a criação neste país e também para a política de florestas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Tenho convicção de que as contribuições trazidas por nossos convidados colaborarão muito com o relatório de V. Ex^a.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente da nossa Comissão de Meio Ambiente e de Controle, nos-

so Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, meus queridos Ministros Carlos Minc e José Carlos Carvalho, querida Ministra Marina Silva, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, primeiro quero dizer da pertinência desta audiência pública ouvindo os Srs. Ministros do Meio Ambiente do Brasil que foram responsáveis por uma mudança de comportamento do Brasil em relação à política florestal.

O Brasil alcançou uma posição de destaque internacional exatamente porque conseguiu vencer um grande desafio, que era o de cortar o desmatamento na Amazônia, cortar o desmatamento na Mata Atlântica, cortar a linha nacional de desmatamento. Mais que isso, o Brasil conseguiu um grande avanço quando foi talvez um dos poucos países a alcançar a meta do Protocolo de Kyoto. Isso é pouco dito, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, mas a verdade é que a meta do Protocolo de Kyoto no Brasil, em função de que as emissões brasileiras eram fundamentalmente baseadas no desmatamento e nas queimadas e não na emissão de gases de efeito estufa, em função dos combustíveis fósseis, até pelo nosso modelo energético brasileiro... O Brasil, com um número de redução no desmatamento, chegou à COP 15 com uma condição excepcional de liderança no cenário internacional e com a autoridade de um país que detém a maior floresta em pé do planeta. Ao mesmo tempo em que o Brasil possui esse acervo de maior floresta em pé do planeta, o Brasil também é um país que tem a sua economia baseada e fundamentada no agronegócio. E essa é uma realidade que todos nós, ambientalistas ou ruralistas, brasileiros de todas as regiões sabemos. No entanto, é muito importante entendermos que a floresta não é inimiga do agronegócio, ao contrário, a floresta é um princípio e um ativo importante para a manutenção do clima e para a manutenção do ritmo hidrológico, para a manutenção das chuvas que são essenciais para o modelo agrícola brasileiro.

Portanto, tenho repetidas vezes dito, nesta Casa, que não consigo entender um Código Florestal que apenas olhe para o retrovisor, porque, se for para fazer um Código Florestal apenas para legalizar aquilo que está ilegal, estaremos delegando para as futuras gerações um futuro menos inteligente. E Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o que quero dizer aqui é que não há uma trincheira entre aqueles que produzem e aqueles que preservam, ao contrário, o que precisamos é criar uma ponte que possa fazer a interligação entre aqueles que produzem e aqueles que conservam os ativos necessários para as manutenções do clima, da chuva e da umidade relativa do ar.

Recentemente, e ainda ontem ou anteontem em aparte ao Senador Rollemberg, que fazia uso da pa-

lavra na tribuna para registrar a situação de umidade relativa do ar no Centro-Oeste, eu fazia em um aparte a um Senador um registro do que aconteceu na Cidade de Manaus há três semanas. Há três semanas, senhoras e senhores, em Manaus, registramos uma queda nunca antes verificada da umidade relativa do ar, com queda de mais de 40%. Alguns meios de comunicação fazendo manchetes, inclusive, de que a umidade relativa do ar na Cidade de Manaus chegou a 18%, o que não aconteceu, porque, se chegássemos a 18% de umidade relativa do ar na Cidade de Manaus, banhada pelos rios Negro, Amazonas etc., isso significaria dizer que Brasília já estava a essa altura com 2% de umidade do ar e calamidade pública decretada há muito tempo. Mas o que estamos mostrando é que há, efetivamente, algo estranho acontecendo, porque essa umidade relativa do ar em Manaus, que caiu drasticamente, veio acompanhada por uma temperatura superior a 40 graus Celsius em plena floresta amazônica, temperatura que também não é usual e não é comum na Amazônia brasileira. E quem acompanha o ritmo de temperatura da Amazônia percebe que isso não é real.

Portanto, o que temos dito? É que, ao contrário de estarmos fazendo um debate sobre o retrovisor, deveríamos estar olhando como construir um futuro inteligente. E, aí, meus amigos, ficam as perguntas que quero ouvir. Alguns nos acusam de que temos uma reserva legal e somos o único país no mundo que temos reserva legal. Senhores, acho que isso, ao contrário de ter sido algo pouco inteligente, nos fez ter uma vanguarda e uma liderança que é uma vantagem comparativa. Precisamos ter a inteligência de fazer com que o uso e o direito social do uso da terra seja compartilhado, dividido, entre o proprietário da terra e a função de Estado. O que está, a meu juízo, equivocado é querer que apenas o proprietário da terra na reserva legal sobre propriedade particular seja ônus do proprietário da terra. Se isso é uma estratégia de Governo e uma estratégia de nação, somos G1 em biodiversidade. Portanto, precisamos saber como construir a ponte não entre o agronegócio e a floresta, mas entre o presente e o futuro, e o futuro é a biotecnologia, é a economia da biodiversidade. E se quisermos chegar à transição de um país que tem uma economia fundamentada em commodities, em grãos, e, como bem disse o Senador Jorge Viana, a produção de grãos de milho dos Estados Unidos é mais do que o dobro da produção total de grãos do Brasil. Quando o Senador, ainda há pouco, citou os 200 milhões de toneladas de milho, eu e o Senador Rollemberg fomos à ciência e tecnologia da Internet e imediatamente consultamos alguns sites. A verdade é que a produção de milho dos Estados Unidos, em 2011, será de 359 milhões de to-

neladas e a de soja será de 90 milhões de toneladas. A produção brasileira está por volta de 150, 160, 170 milhões de toneladas. Se quisermos ser bastante otimistas, 190 milhões de toneladas. Eles, só no milho, têm o dobro da nossa produção. Mas isso não significa dizer que não tenhamos um papel importantíssimo nisso. Como resolver isso? Como construir a manutenção da reserva legal e o compartilhamento? Em minha opinião, emprestando incentivos econômicos e financeiros para a reserva legal. E para emprestar serviços econômicos e financeiros à reserva legal os serviços ambientais precisam estar explicitados de forma clara dentro do Código Florestal. O Programa de Serviços Ambientais e o Plano de Serviços Ambientais, que está paralisado na Câmara Federal há pelo menos cinco anos, precisa ser inserido como um dos capítulos do nosso Código Florestal. Código Florestal sem serviços ambientais é um Código Florestal que não está condizendo com o presente e muito menos com o futuro. Finalmente, colocar, além dos serviços ambientais, um mecanismo para que os serviços ambientais possam ser monetizados economicamente. Para isso, o Brasil precisa criar aquilo que chamo de *red* tupiniquim. Não precisamos que o *red* esteja instituído e estabelecido na comunidade internacional para podermos criar a relação entre a floresta e a economia, que depende da floresta, no Brasil. O cenário econômico brasileiro é diferente do cenário econômico mundial. O mundo reconhece que o melhor custo/benefício da mitigação do clima é exatamente o carbono florestal, mas o mundo não está em condições de fazer isso diante da crise mundial que aí está nos Estados Unidos, na Europa, os países emergentes sofrendo impactos de uma instabilidade econômica. A ideia certa no momento errado na Comunidade Internacional inviabilizou o Acordo de Copenhague, na COP 15. No entanto, no Brasil, nós podemos ter o Código Florestal no Senado no momento certo, na hora certa, com a ideia certa de que não precisamos estar em trincheiras opostas e que podemos colocar, para viabilizar e resolver de uma vez por todas essa questão da reserva legal, porque a questão da APP não é mais bode na sala. Todo agricultor, seja grande, seja pequeno, seja médio, sabe que, se ele não preservar as suas nascentes, se ele não cuidar das suas encostas, se ele não cuidar das suas margens de rios, ele pagará por isso, pagando da forma mais dolorosa, porque é tendo prejuízo na sua própria propriedade. Portanto, há uma diferença entre APP e reserva legal. APP é um interesse direto do uso da terra. A reserva legal é um direito e um interesse social, coletivo do uso da terra.

Portanto, o enfrentamento no busilis da questão é que o proprietário, o agricultor não quer pagar sozi-

nho esta conta da reserva legal. O que o Congresso e o Senado precisam decidir é se a sociedade brasileira como um todo está disposta a pagar e a compartilhar esse custo da reserva legal.

Quanto ao resto, se a reserva legal vai ser de 80%, de 20%, de 10%, de 1% é uma questão de saber o que é possível dentro de cada bioma.

E, finalmente, para encerrar a minha participação, veja, eu sou daqueles que defendem que a compensação e a reposição do passivo ambiental não devem ser permissivos a ponto de ser anistiado.

Dizem os ruralistas o seguinte: em nenhum momento, no texto da lei, está dito: está anistiado o desmatamento. E é verdade, você não encontra a palavra anistia, mas o texto foi construído com tamanha permissividade e flexibilidade que a consequência do texto é nos levar à anistia.

Quando peço que se aprove um programa de recomposição naquilo que não tem prazo, naquilo que não tem viabilidade de recomposição, estou na realidade tirando a punibilidade e dando, portanto, anistia indireta àqueles que cometeram o desmatamento.

E qual o fato concreto dessa discussão? O fato concreto dessa discussão é que, se a compensação não for além do bioma, ela não acontecerá por razões físicas. A mata atlântica hoje está 27% preservada, entre reservas legais, parques e unidades de conservação.

Portanto, o passivo não tem como ser recomposto na própria bacia, não tem como ser recomposto no próprio Estado e não tem como ser recomposto no próprio bioma. No entanto, a nossa pergunta aos senhores Ministros é: por que não, então, fazermos compensações além dos biomas, mantido o respeito e as características da ciência e da tecnologia para manutenção dos mosaicos dos corredores extremamente importantes para a manutenção dos microclimas e para que possamos ter conexão entre os climas da floresta amazônica, com o cerrado, com a mata atlântica, com a caatinga.

Creio que esses são temas que precisam ser abordados.

E ao encerrar, digo que concordo plenamente que excluir o Conama como um fórum legítimo de debate e de participação do processo do dia a dia e da especificidade do meio ambiente é fazer um retrocesso com o qual não coaduno. E não participarei dessa votação que acaba com a participação da sociedade de forma direta no acompanhamento do caso a caso das exceções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Nós é que agradecemos o seu pronunciamento, Senador Eduardo Braga, Presidente da

Comissão de Ciência e Tecnologia, que demonstra claramente a rica contribuição que V. Ex^a dará e está dando a este debate.

Passo, então, a palavra ao Senador Sérgio Souza.

Perdão, quero anunciar aqui, com muita alegria, com muita honra, as presenças do Presidente do Parlatino, ex-Presidente da Assembleia Nacional do Panamá, o Sr. Elias Castilho; do Presidente da Assembleia Nacional do Equador, Sr. Fernando Cordeiro; do Presidente do Senado do Chile, Sr. Jorge Pizarro; da Embaixadora do Panamá no Brasil, Sr^a Gabriela Garcia; do Embaixador do Chile, o Sr. Jorge Monteiro. *(Palmas.)*

S. Ex^{as} nos honram com a sua presença. Sejam bem vindos.

Esta é uma audiência pública de discussão do Código Florestal, com a presença de ex-ministros do meio ambiente e todos esses que nos honram com as suas presenças estão no Brasil para o encontro do Parlatino, no Rio de Janeiro, quinta-feira e sexta-feira.

Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Vanessa Grazziotin, membros do Parlatino, que acompanham essa delegação. Fiquem à vontade, será uma honra tê-los aqui na nossa sessão.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Ao tempo que lhe cumprimento, cumprimento os demais Senadores aqui presentes. Excelentíssimos Srs. Ministros Minc, Marina Silva e João Carlos Carvalho. Também faço uma referência ao Sarney Filho.

É um prazer tê-los aqui nesta Comissão. E na reunião das Comissões de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e também de agricultura para debatermos esse assunto de tamanha importância para o nosso País e também para o nosso planeta.

Nós temos dois pontos muito debatidos nessa nova redação do Código Florestal, que, ao meu ver, não debate, não devemos aqui trazer um debate ambiental, porque estamos falando de uma regulação de uma propriedade privada. E o Brasil, nós sabemos, a maior parte, a grande parte das suas áreas de preservação estão em áreas públicas e também em reservas indígenas, que não são debatidas dentro dessa legislação.

Mas o ponto principal que nós temos é realmente o equilíbrio, muito bem colocado pelo Senador Jorge Viana, que a preservação, a conservação do meio ambiente e a produção agrícola. E o nosso país, com a sua característica continental, Senador Eduardo Braga, as realidades são muito diferentes. No Amazonas, como no Estado da Senadora Ana Amélia, o Rio Grande do Sul, como no meu Estado, o Paraná, como em regiões do Nordeste, o Árido o Semiárido. Não só em questão de solo e vegetal, mas também em relação ao clima.

Na última segunda-feira, quando embarcava de Curitiba para Brasília, lá chovia, 8°. Quando cheguei aqui, 23°, às 21hs. Então, vejam que no Brasil temos uma complexibilidade muito diversa, até mesmo pelas dimensões que ele tem.

Mas trago também a minha preocupação com a redação do Código, da forma como ele veio da Câmara, Senadora Marina, especificamente, restringindo-me até mesmo por questões do tempo e já pelo adiantado da hora, ao Art. 8°.

O Art. 8° realmente ele é temeroso. Ele é muito claro no que ele diz e no momento em que ele fala em supressão de vegetação. Acho que o Senado Federal vai dar a redação plausível a este dispositivo para que tenhamos realmente o equilíbrio que podemos ter.

E há uma dúvida muito grande sobre o que é área consolidada. Área consolidada é algo onde temos que chegar a um consenso comum entre ambientalistas e ruralistas, para que possamos ter esse equilíbrio tão desejado.

V. Ex^a, Ministra Marina, disse que no Brasil, nós temos mais de 60% de áreas cobertas por florestas. Eu acredito que sejam por florestas nativas. Eu estou descartando as áreas de reflorestamento e também as lenhosas.

Qual é a influência dessas florestas todas no PIB brasileiro? Quanto isso representa no Produto Interno do nosso País. Eu também questiono a V. Ex^a que, assim como os outros países, nós assumimos agora na 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre as mudanças climáticas, que ocorreu em Copenhagen, em 2009, os compromissos voluntários de controle das emissões de gases de efeito estufa, oficializados na Cop 16, em Cancun.

Em que medida as alterações do atual Código Florestal, desse projeto que está no Senado, já aprovadas pela Câmara, podem afetar esses compromissos assumidos pelo nosso País?

E ao Ministro Minc eu gostaria de colocar uma questão que tem me preocupado bastante. Tem uma discussão, Ministro Minc, muito grande em comparações entre como é a preservação ambiental no continente sul-americano, no Brasil, especificamente, e como isso ocorre nos países da Europa, na Ásia, nos países norte-americanos. E eu questiono: a legislação ambiental do Brasil é realmente uma das mais avançadas do mundo? Existe algum outro país, expressivo no cenário internacional, que possua uma legislação ambiental tão ou mais rigorosa do que a nossa? Como é a legislação ambiental nos principais países economicamente falando do nosso planeta?

E eu encerro as indagações perguntando ao Ministro José Carlos Carvalho o seguinte. Já tinha notado

isso e vem um pouco ao encontro daquilo que a Senadora Ana Amélia falou em relação às ONGs. A atuação das ONGs – isso não é só para o senhor, mas também para os demais ministros, tanto para o Ministro Minc e como para a Ministra Marina Silva – no processo do Código Florestal e nas questões ambientais do País, em geral, como V. Ex^{as} vêem? A atuação dessas entidades não governamentais dentro da discussão do Código Florestal e de todas as políticas ambientais no Brasil e no mundo.

E encerro a minha participação dizendo que apresentei recentemente um projeto de lei no Senado Federal que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros, estabelecendo o monopólio das patentes originadas das pesquisas. Trata-se de uma proposição cujo objetivo principal é justamente combater a biopirataria e assegurar aos brasileiros o aproveitamento das nossas riquezas.

Porque dentro daquilo que coloquei para V. Ex^a, Ministra Marina, nós temos mais de 60% das áreas de cobertura florestal, e também foi colocado por um outro colega Senador, talvez grandes produtos tenham sido tirados da nossa biodiversidade. Eu acho que o enriquecimento daquilo que nós podemos tirar da nossa biodiversidade talvez seja a sustentabilidade e o equilíbrio que nós precisamos também na área ambiental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu é que agradeço, Senador Sérgio Souza, pela contribuição de V. Ex^a a este debate. Vamos ouvir agora a Senadora amazônica Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente, eu vou me esforçar para ser muito breve. Não vou fazer perguntas, apenas não podia abrir mão de fazer alguns comentários diante de pessoas que eu acredito têm dado uma grande contribuição e acompanhado de perto todo esse debate relativo ao novo Código Florestal brasileiro.

Primeiro, eu quero dizer o seguinte. Eu não imaginei, eu tenho ido muito à tribuna, eu tenho procurado participar de todos os debates enaltecendo a posição do Deputado Aldo Rebelo. Não porque o Deputado Aldo Rebelo faça parte da bancada do meu Partido, o PCdoB, mas porque ele teve coragem de enfrentar um tema tão polêmico, mas cujo debate é necessário.

Ou será que entre nós, apesar de eu muito ter ouvido, nunca preferi tratar a questão como apenas um boato, mas não como um fato, efetivamente. Ouvido o quê? Ouvido que vários segmentos, setores, pessoas eram contra qualquer tipo de mudança no Código Florestal. Isso foi o que muito se ouviu. Mas superamos aquele problema, porque não acredito que nenhum de

nós, que tem responsabilidade para com o País, que tem responsabilidade com a humanidade, para com o meio ambiente, diga que o Código Florestal é um instrumento moderno, um instrumento suficiente para o Brasil. Ele requer, sim, na minha opinião, e acredito que na dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras, Ministra Marina, uma atualização – essa lei vem da década de 60 –, assim como foi necessário ampliar a área de preservação na Amazônia. E eu era uma daquelas, Deputada, recém eleita, que estava ao lado da então Senadora Marina Silva, defendendo a ampliação da reserva legal na Amazônia de 50% para 80%, e devemos primar para que isso seja não apenas algo escrito na lei, mas para que isso seja uma realidade plausível. Acho que esse deve ser o objetivo de todos nós.

Eu ouvi o Dr. Zé Carlos usar a seguinte expressão – com a qual eu concordo, Dr. José Carlos: o desmatamento tem sido estimulado muito ao longo dos tempos, não é de agora, mas de longo dos tempos, e tem sido estimulado com as próprias políticas governamentais, essa é uma verdade. Mas também é verdade que o desmatamento tem sido também muito estimulado pela ausência das políticas públicas governamentais. Uma verdade não poder ser só dita. Uma verdade tem que estar acompanhada da outra verdade, porque, senão, vira meia verdade, e aí sim é querer tapar o sol com a peneira. Então, o nosso grande desafio está destacado nessas duas frases.

Penso que estamos à frente em relação ao Código Florestal.

O Senador Eduardo Braga, não é porque é do meu Estado, porque estivemos juntos na última campanha, não é porque, e efetivamente eu vi, ele fez um grande esforço para fazer um governo que, ao mesmo tempo, desenvolvesse o interior e preservasse o meio ambiente.... Lá nós somos criticados pela outra ponta. Lá, no Estado, a crítica – e a Marina sabe isso – é que a gente só se importa com a Zona Franca, que a gente se satisfaz com a Zona Franca – e está aqui o Deputado Lupércio –, que nós só nos satisfazemos com a Zona Franca e nos esquecemos do interior.

Amanhã nós temos uma grande atividade lá, Ministro Minc, Ministra Marina, Ministro José Carlos. Será inaugurada uma fábrica, uma unidade de processamento do pirarucu que vai utilizar a superpopulação de pirarucu de áreas de reserva de manejo do Mamirauá – e não do só do manejo – e de outras reservas.

Então, não adianta manter a reserva. Ao lado da reserva, temos que ter políticas que garantam a sobrevivência e a qualidade de vida das pessoas. Por isso, fica difícil, não só para o grande. Não sou ruralista. Não tenho um palmo de terra. Tenho um apartamento

onde eu moro. A terra que eu tenho dividido com uma série de condôminos junto comigo.

Então, veja, acho que precisamos... Esse é o desafio. Entendo o Senador Eduardo Braga e concordo plenamente quando ele diz que precisamos preservar, mas que o ato da preservação é um bem que será usufruído por todos. Então, por que só alguns pagam por todos? Enquanto não resolvermos esse dilema, não vamos chegar a lugar nenhum. Se para o grande é difícil, imaginem, Sr^{as} e Srs Senadores, para os pequenos. Aquele que tem quatro módulos – vamos pegar o máximo –, com 400 hectares, na nossa região tem que preservar 20% de 440 hectares, 80 hectares. Se ele ainda tiver uma APP, se cair no acaso de que ali tenha uma Área de Preservação Permanente, ele vai viver de quê? Quem está em área de assentamento faz coletivamente, tudo mais. Mesmo aquele que não esteja sob tudo isso, ele tem que receber o que ele está preservando. Então eu acho que esse seria o grande salto.

Esse seria o grande salto, e aí eu gostaria, até porque não gosto de usar um exemplo, até mesmo porque eu acho que, além de piegas, destorce muito a realidade. Então, sou daquelas que diz o seguinte, prefiro ter não a melhor lei, mas a lei que nós podemos aplicar, e hoje as leis ambientais no Brasil não são aplicadas.

Eu estive, agora, há pouco mais de um mês, lá em Nova Ipixuma. Chegamos de avião a Marabá e fomos de carro, andamos mais de 100 km de chão batido. Eu, Senador Randolfe, o Senador Pedro Taques foi só até Rondônia e não foi ao Pará.

Chegamos em Nova Ipixuma e lá, Senador Eduardo, o povo dizia: Nós tem forno. Eram pessoas humildes.

Aí eu perguntei para a pessoa que estava ao meu lado se elas produziam muita farinha aqui, porque lá no nosso estado quem tem forno faz farinha, mas era forno de fazer carvão vegetal.

Olhem como a realidade é diferente, era forno de fazer carvão vegetal.

Eles têm forno, não têm como sobreviver.

O IBAMA sabe, todo mundo sabe e deixa. Sabe por quê? Por que é uma Resex, uma reserva extrativista de 14 anos e não tem manejo aprovado.

Eu não quero ilustrar não, está aqui. São dados do IPEA, estudo de 2010. Das 299 unidades de conservação federal, 200 não tinham plano de manejo e não mudou muito do ano passado para agora.

Não tem plano de manejo.

Já estou concluindo.

São 173 que só têm fiscais. Aqui só as federais fora as estaduais.

Então, acho que nós temos de colocar os pés no chão, vamos trabalhar a nossa realidade.

A Lei 9.985, que é de 2000, de 11 anos e que diz que tanto em florestas nacionais, modalidades de reservas, reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável tem de ter conselho deliberativo, tem de ter plano de manejo.

Aí o IBAMA chega, Ministro Minc, e multa um pobre de um coitado de um agricultor, amigo da Maria que foi morta, amigos do Cláudio que foram mortos, porque estavam querendo mudar uma cultura. O IBAMA chega e multa esses que tem o forninho.

Mas, não seria ser o Ministério do Meio Ambiente que deveria ser multado primeiro?

Então, só para concluir, sobre alguns pontos que eu considero polêmicos.

Nunca passou pela minha cabeça que o projeto iria chegar aqui e que daqui houvesse qualquer pressão de quem quer que fosse para sair do jeito que estava. É tipo dois turnos, não é PEC, não é dois turnos, mas politicamente e na prática funciona como dois turnos, Senado e Câmara. Aprovou lá vem para cá e daqui volta para lá. Eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso.

Disse ao Deputado Aldo Rebelo que, eu mesmo, não concordo, não me conformo com a liberação da recomposição de até 4 módulos. Não me conformo, principalmente para a região Amazônica. Quem vive lá sabe que isso pode trazer um grande dano. Não obrigar a recompor até 04 módulos. Não adianta dizer para o agricultor para ele recuperar que ele não tem meios de recuperar.

Em relação à anistia, aí eu não sou ruralista não, mas não vejo no Art. 33 qualquer anistia. O decreto foi assinado, o decreto foi reassinado, não tem anistia. Tem uma forma de punição e qual é a forma de punição? Estou aberta a todas as críticas, inclusive ao semblante de interrogação. Está escrito aqui. Quem desmatou pode entrar, não é Terra Legal é Mais Ambiente o nome do programa, pode se cadastrar no Mais Ambiente. Quem desmatou ilegal pode cadastrar-se no Mais Ambiente. Cadastra-se e recupera a terra, a floresta que foi suprimida ilegalmente.

A partir do momento em que foi cumprido isso, ele é liberado das multas.

Nem o decurso de prazo conta durante o período da vigência do período de recuperação.

A não ser que todos os Ministros do Meio Ambiente, inclusive o Ministro Minc que assinou o decreto e que foi prorrogado agora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Me permita um aparte.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a tem toda razão: a única coisa que acontece é que, a partir do momento em que dou entrada no documento em que digo que vou recompor mas não digo como, não digo onde...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, perfeito, vamos chegar lá...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – E em determinados biomas não há mais espaço para recomposição, o que acontece? A punibilidade é suspensão, é extinta. E ainda se pode prorrogar. Por isso é que digo e repito: não tem aí escrito “anistia”, o que tem é um conjunto de permissões que flexibilizam de tal forma que acabaram levando a, entendeu?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu concordo com V. Ex^a, mas eu ia chegar exatamente aí. Eu não quero fazer nenhuma pergunta, mas eu acho que essa observação do Senador Eduardo pode ser respondida pelo ex-Ministro Minc, que foi quem assinou junto com o Presidente da República e tenho certeza de que quando assinaram não foi para legalizar o desmatamento, não. Sou daquelas que acham que o pardal tem que estar nas ruas, tem que estar nas avenidas, tem que estar nas estradas não é para arrancar dinheiro do povo, não. Não estou preocupada com os R\$26 bilhões que possam deixar de entrar.

(Intervenções fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O que é pardal aqui? É o radar. Lá no meu Estado a gente chama pardal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aqui em Brasília a gente também chama pardal, Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não é para arrancar dinheiro de quem ultrapassa a velocidade, mas é tão-somente para evitar mortes. Eu não estou preocupada com os R\$26 bilhões que podem deixar de ser arrecadados; não arrecada nada mesmo agora, principalmente do pequeno. Eu estou preocupada com a recomposição daquilo que foi subtraído ilegalmente da floresta. Essa é a minha preocupação maior.

Então, Senador Eduardo, repito o que disse desde o início: há convergência nas opiniões. Nós precisamos melhorar a redação, dar prazo, dar tempo, porque se é verdade que ele não pode ser multado, nada pode ser embargado, por outro lado, é verdade também que não conta o prazo para prescrição de crime. Está escrito aqui, que já é um avanço, que não tem nem no decreto.

Acho que é isto, o bom caminho é o caminho do diálogo. Mas eu sou quero voltar a pedir e implorar, porque senão nós vamos ficar no debate teórico e teoria

é importante, mas, sozinha, sem a prática, não leva a lugar nenhum. Leis maravilhosas, só para mostrar para o mundo que nós temos, não adiantam. O que nos interessa é como as leis são aplicadas e qual o grau de eficiência das leis brasileiras em relação ao meio ambiente.

Acho que estamos bem servidos, não só pelas quatro comissões – quero dizer que foi uma vitória de ministros e da Comissão de Ciência e Tecnologia. Nós precisamos dar essa outra visão porque, senão, muda, muda, muda, mas não muda. Não muda porque não tem nada inovador, não tem nada de novo a não ser esses princípios que muitas vezes nem observados são.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Vamos ouvir, agora, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP) – Srs. Presidente Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, parabéns pela qualidade dessas audiências e eu gostaria de objetivamente perguntar aos Ministros Carlos Minc, José Carlos Carvalho e Marina Silva, que têm dado uma colaboração ao lado dos demais, mas muito significativa e certamente todos contribuirão muito para os pareceres dos Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique.

Como gestores, como veem a questão da competência para legislar dos Estados e Municípios como está no relatório aprovado pela Câmara.

O texto aprovado retira, na prática, competência, do Conama para definição dos critérios para regulamentação específica de vários dispositivos. Já mencionaram o assunto, mas eu gostaria de ouvir a conclusão sobre a importância desse órgão na atual sistemática de aplicação da legislação ambiental e como deve ser alterado o Código Florestal nesse ponto.

O texto aprovado na Câmara retira qualquer menção à lei no que diz respeito a crimes ambientais. Como fiscalizar a aplicação da norma sem que haja uma previsão de sanção?

E finalmente, sobre o debate em que se afirma se há ou não anistia decorrente do novo texto, o art. 33 do texto prevê que basta inscrição no plano de regulamentação ambiental (PRA) para que a área seja considerada isenta de multa. Será isso que se chama anistia?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Suplicy, quero agradecer a V. Ex^a e cumprimentá-lo pela sua objetividade, que contribui muito com o Presidente desta reunião, até pelo adiantado da hora.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita, última Senadora inscrita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Infelizmente, o tempo aqui não nos ajuda, porque é um corre-corre, um vai para lá vem para cá, e a gente não aproveita bem os espaços que temos de debate.

Quero iniciar em relação dizendo que, com relação à discussão do Código Florestal, como tem sido importantes essas audiências públicas, porque estamos acumulando informações. Pelo que percebo, estamos também ampliando um conhecimento que se aproxima de um certo consenso sobre as questões. Eu acho que isso nos ajuda e facilita muito. Vamos qualificando o debate e vamos buscando construir, na medida do possível, tentando aproximar àquilo que é mais consensual.

Eu teria três perguntas e vou tentar fazer, para ver se é possível responder ainda a tempo.

Uma pergunta que ainda nos incomoda porque se refere à agricultura familiar – talvez vocês já tenham até se manifestado sobre isso, mas de qualquer maneira eu vou fazer –: no entendimento de vocês, dos palestrantes, nossos ministros que aqui estão e com muita alegria nos os recebemos aqui, a não necessidade de propriedade de até quatro módulos fiscais de recomposem a reserva legal não está restrita a propriedades da agricultura familiar? Como vocês entendem isso? Qual é o entendimento de vocês da não necessidade de propriedade de até quatro módulos fiscais de recomposem a reserva legal não estar restrita a propriedades da agricultura familiar?

Essa medida é um avanço para a agricultura ou um retrocesso para proteção do meio ambiente?

Não fixar um limite temporal para essa isenção é o maior risco?

O que significa para a proteção do meio ambiente considerar como área rural consolidada e, portanto, passível de legalização desmatamentos ilegais ocorridos até 2008? Me parece que essa questão já foi trabalhada por vocês.

Temos condições de comprovar o que foi desmatado até 2008? E o que ocorreu até hoje, por exemplo, não entraria como área consolidada? É possível fazer uma diferenciação? Qual o impacto disso em nossos ecossistemas mais frágeis e que sofrem maior pressão por desmatamento?

E, para finalizar, como é entendida a permissão da compensação em outro Estado sem o cadastramento georreferenciado, que é integrado em ambas as áreas? Haveria perda de controle sobre a conservação da área a ser compensada?

Então essas são as perguntas. Me desculpem se vocês já se pronunciaram sobre algumas delas.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Senadora Ana Rita, pela sua contribuição a esse debate.

Recebi uma solicitação do Deputado Alfredo Sirkis para fazer uma colocação – estou consultando o plenário –, mas queria pedir três minutos em função do nosso tempo.

O SR. ALFREDO SIRKIS – Com certeza, três minutos é suficiente.

A minha colocação é, primeiro, uma exortação aos Senadores, para que não caiam nos mesmos erros da Câmara do Deputados. O debate na Câmara foi extremamente pobre, foi polarizado, inutilmente, buscou-se sempre os pontos de divergência, jamais os pontos de convergência; Foi um cabo de guerra de epítetos onde se buscava, de um lado, caracterizar os ambientalistas como agentes de interesses estrangeiros – até hoje a acusação que me fizeram foi ser agente da agricultura francesa –, e do lado dos ambientalistas, até como reação, uma tendência a não reconhecer como verdadeiras certas preocupações do setor produtivo que me parecem consistentes.

Eu vejo duas coisas fundamentais. Em primeiro lugar, hoje nós dispomos de ferramentas tecnológicas avançadíssimas que, em 1965, nem se sonhava. Então, o Código Florestal modernos tem que incorporar a possibilidade de incorporar essas ferramentas para sintonia fina das diferentes situações. Porque é verdade que nós podemos ter um determinado rio com uma série de situações naturais diferentes nas suas margens ao longo do seu curso. Então, eu acho que é fundamental, por exemplo, conversar muito com o Antônio Nobre, que vai fazer uma apresentação prodigiosa para vocês a respeito das ferramentas tecnológicas hoje disponíveis.

Podendo incorporar isso de alguma forma acho importantíssimo.

Finalmente, para concluir até antes dos três minutos que me deram, acho que uma coisa que faltou absolutamente no debate da Câmara foi a questão dos mecanismos econômicos; a discussão sobre serviços ambientais prestados por ecossistemas; a discussão sobre como podemos atrair uma imensidão de créditos de carbono que estarão disponíveis no dia em que a China e os Estados Unidos se comprometerem com a redução de suas emissões.

Eu acho que o Senado tem a oportunidade de travar o debate profundo que a Câmara não travou. E a bola está com os senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado Alfredo Sirkis.

Vamos, agora, ouvir os nossos nobres convidados, começando pelo nosso Ministro Carlos Minc.

O SR. CARLOS MINC – Obrigado, Sr. Presidente. Também queria saudar a qualidade das questões levantadas e abordar algumas delas, imaginando que o José Carlos Carvalho e a Marina Silva vão abordar outras, dada a imensidão dos temas levantados nesta segunda rodada.

Bem, o relator Jorge Viana, meu companheiro e conhecedor do tema, até profissionalmente, levantou temas importantíssimos: a questão dos agrotóxicos, a questão das especificidades da exploração familiar, a importância de envolver Estados e Municípios, e a questão do risco do desmatamento legal.

Eu acho, Senador Jorge Viana, que a sua preocupação é correta, inclusive na nossa gestão, quando apresentamos dados do cerrado, incorporamos também o cerrado na meta brasileira do clima, já naquela altura dizíamos que era muito mais complexo combater o desmatamento do cerrado só com medidas de repressão. Se bem que na Amazônia também não foi só com medidas de repressão, veja a moratória da soja, pacto da madeira legal, iniciativas de Estado como o bolsa-floresta e várias outras.

Na Amazônia já não era e eu posso mencionar outras também do nosso tempo, como o preço mínimo dos produtos extrativistas, e vários outras que V. Ex^a acompanhou *pari passu* assim como o então Governador do Amazonas e agora Senador. No cerrado tem que haver mais ainda mecanismos tecnológicos e mais ainda mecanismos financeiros, porque lá a autorização legal para desmatar é 65%. E lá estão as águas. Isso tem que ser completamente feito.

O Senador Eduardo Braga levantou um problema que ele levanta sempre – tem coerência – que é a questão do incentivo, dos serviços ambientais. Eu quero dizer, e ele sabe, a todos aqui que eu, como Ministro, até confrontei uma posição de governo para apoiar os governadores do Amazonas no REDD Plus, por exemplo, que passou a ser a posição brasileira. V. Ex^a é testemunha disso. Não era a posição inicial de alguma área econômica do Itamaraty, não era nesse sentido. E nós mudamos a posição trabalhando junto com os Governadores da Amazônia, V. Ex^a à frente. E passou a ser a posição do Governo brasileiro. V. Ex^a confirma exatamente nesses termos.

Eu vejo isso e queria listar aqui, Senador Eduardo Braga, alguns mecanismos que nós criamos e outros que podem e devem ser aperfeiçoados. Por exemplo: Fundo Amazônia, essencial, conseguimos só de um país doador US\$ 1 milhão não reembolsáveis, que foi da Noruega. Isso está em curso, é lento, mas vai avançando.

Outro: Fundo Clima, também foi apresentado pelo Governo, aprovado pela Câmara e pelo Senador, portanto pelo Congresso. Nós temos que usar esse recurso que é 10% do lucro do petróleo e do gás natural para estimular projetos de clima, de recomposição, de fiscalização, de monitoramento.

O terceiro: Preço Mínimo para produtos extrativistas. Tivemos que votar um a um no Conselho Monetário, porque no Brasil sempre teve preço de garantia para soja, café e algodão. Nunca teve para borracha, babaçu, castanha, etc. Agora não basta isso, a gente tem que avançar, por exemplo, na comercialização. Não adianta se ter o preço e não se colocar esse produto na merenda escolar, nos mercados. Estamos falando com os nossos companheiros do Acre, do Amazonas para garantir até no sudeste colocando, por exemplo, a castanha na merenda escolar, que é uma coisa interessante.

Bem, ainda como mecanismos econômicos, eu falei do REDD Plus, do preço mínimo, Fundo Clima, Fundo Amazônia. Aqui no papel que nós distribuimos a vocês, o último ponto – e eu não vou referir todos porque foi distribuído e eu imagino, Senador Rollemberg, que depois será publicado de alguma forma – da nossa contribuição, e nós contamos com o apoio de várias pessoas que ajudaram a fazer esse texto, inclusive o Tasso Azevedo, André Lima e vários outros, que também trabalham com a Senadora Marina Silva e que nos assessoraram a nós todos de alguma forma. Aqui estão listados seis mecanismos econômicos e financeiros, além daqueles cinco que eu mencionei – Fundo Clima, preços mínimos etc.

Por exemplo, política de assistência técnica especializada; preço mínimo e compra de produtos oriundos de manejos sustentáveis de APPs e reservas legais; política de agroindustrialização voltada para produtos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro; compensação por serviço adicional de proteção de vegetação nativa – V. Ex^a falou com muita propriedade desse tema. Acrescentaria tirar, por exemplo, o imposto territorial rural completamente. É uma sugestão concreta retirar, Senador Jorge Viana, o ITR...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MINC – Mas tirar o ITR de todas as áreas de reserva legal e APPs, com certeza. Não se pode pagar imposto em cima de uma área que não se pode utilizar do ponto de vista produtivo. É o mínimo, diz o Senador Acir.

Então, quero dizer que essa preocupação esteve presente no texto que nós apresentamos, mas esteve muito presente no tempo em que estivemos à frente do Ministério e criamos várias dessas políticas ou incrementamos algumas que vinham do tempo da Ministra

Marina e nós levamos adiante muitas propostas dos governos estaduais como o caso do REDD Plus, que mudou realmente a posição brasileira. E a gente tem que levar isso às últimas consequências.

Passando rapidamente aqui para o Senador Sérgio Souza, que fez várias observações: falou do equilíbrio, criticou o art. 8º – e acho que ele tem razão, eu mencionei isso na minha fala inicial –, que abre o caminho da supressão da vegetação; discuti a questão da área consolidada, pois, do jeito que está, até a área de pousio é consolidada. Isso eu falei na minha fala inicial, isso não tem cabimento. Uma coisa é ter lá uma macieira que você não vai tirar; outra coisa é uma área de pousio, que, se você não deixar recuperar a área de proteção, porque é área de pousio... Aí, realmente, isso tem que ser retirado do texto, entendo eu.

Perguntou-se se a legislação é a mais avançada. Acho que a legislação brasileira, em relação à questão florestal, é avançada. Pena que estão passando um pouco a motosserra em cima de uma parte desses avanços. E estou contando com que o Senado valorize o que é avanço e impeça esse recuo, que abre o caminho para o desmatamento. Em outras áreas, nem tanto; na área, por exemplo, de emissões de lixo industrial. E depois há muita impunidade. O problema também é do “cumpra-se”. Lá, no Rio de Janeiro, fizemos mais de cem leis, e o mais difícil foi fazer a campanha do “cumpra-se”, de cumprir essas leis. Alguns Senadores chamaram a atenção disso.

Então, a gente tem de criar mecanismos de proteção dessa biodiversidade, mecanismos de fiscalização, mecanismos econômicos e mecanismos de apoio do Estado, por exemplo, pagando o georreferenciamento e a averbação dessas reservas.

A Senadora Vanessa fez uma série de considerações, inclusive algumas perguntas diretas para mim, e ela teve que sair, seguramente para outra comissão, mas eu vou falar de alguns pontos: a questão do desmatamento estimulado, a questão de APP e reserva legal, cumpram-se as leis florestais.

Realmente, não é fácil fazer cumprirem-se essas leis. Elas também têm que ter esse princípio da sua factibilidade. Eu acho que muita coisa pode e deve ser modernizada. Esse é o intuito também dos parlamentares em geral, mas eu acho que temos de ter um olho específico para, por exemplo, a questão da anistia, que foi um ponto levantado pela Senadora. Falamos disso no nosso texto. Vou só chamar a atenção – não vou repetir toda a argumentação: qual é o ponto central? E qual é a diferença do decreto que nós preparamos e o Presidente Lula assinou em dezembro de 2009, que é o Decreto Mais Ambiente?

Aqui, na forma como o projeto veio para o Senado, não existe um corte temporal, e existe a possibilidade de o governador prorrogar indefinidamente isso. Então, a pessoa está no erro; ela dá entrada na questão da recuperação; não diz a partir de quanto ela pode dar entrada a partir de desmatamentos feitos a partir de que data; então, ela pode fazer o desmatamento ontem, dar entrada; aí não cumpre o prazo de recomposição, e o governador prorroga por um ano; depois, por outro ano; então, você está prorrogando indefinidamente não aquele desmatamento que o sujeito foi levado para Rondônia e fez há 20 anos; você está prorrogando indefinidamente a recomposição do desmatamento feito há seis meses! Isso é equivalente a anistia. E isso, sim, estimula o desmatamento.

Rapidamente, queria só mencionar: o Senador Suplicy fez questões muito diretas. Sobre a questão do Conama, acho que o Senador Eduardo Braga respondeu muito bem. É um retrocesso. Todos os ex-ministros falaram disso, não é admissível, a Ministra Marina falou da composição. Realmente, as ONGs são menos de 15% do Conama, e não é assim... E mais: é complementar; não substitui as leis! Vai no vácuo delas, enquanto não houver outra lei que legisle sobre o mesmo assunto.

Em relação, Senador Suplicy, aos Estados e Municípios, a Constituição é clara: a União tem que legislar sobre a floresta, meio ambiente e recomposição dos biomas. O Estado e o Município podem complementar, podem avançar, podem ser mais rigorosos, podem trabalhar na questão do manejo, podem trabalhar na questão de situações de fragilidade, de situações de vegetação em situação de regeneração. Agora, do jeito como está, a União Federal, ou seja, vocês aqui, Senado e Câmara, estipulariam apenas uma legislação muito genérica, cabendo a cada Estado e a cada Município fazerem 27 códigos florestais estaduais! Então, o ponto aí é como achar o princípio que a Constituição diz que a União estipula regras claras. A partir daí, elas são adequadas, adaptadas, e não podem ter a mesma especificidade no detalhe para a Amazônia e para o Rio de Janeiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CARLOS MINC – Vou concluir.

Ou mesmo dentro da Amazônia, como levantou o Senador Acir, para áreas diferentes.

A Senadora Ana Rita falou dos quatro módulos. Só vou responder essa, até porque concordo com as observações feitas pelo Deputado Sirkis, meu companheiro há alguns anos, não vou dizer quantos, mas já beira meio século.

Senadora Ana Rita, a questão dos quatro módulos, no texto, está confusa. Nós fizemos – eu era

ministro –, assinamos um acordo com a agricultura familiar de 23 pontos. Inclusive gostaria, já que o Senador Jorge Viana falou sobre isso, de passar para ele um documento que foi assinado por mim, pelo então Ministro Cassel e pelos presidentes de todas as representações da agricultura familiar. Porque agricultura familiar não é a mesma coisa que quatro módulos. Agricultura familiar é mão de obra predominantemente familiar, o objetivo... Há várias coisas definidas numa lei federal, que é a lei da agricultura familiar. Na questão dos quatro módulos sem ser agricultura familiar, qualquer um pode partir a sua propriedade em várias de quatro módulos e acaba fragmentando e acabando com... Aí sim é perigo. Mas, no caso do pequeno, da agricultura familiar, eu acho que deve ser contado sim... eu defendo que seja contado, mas também que a APP seja recuperada. Se a APP está toda cortada, daqui a pouco, ele não terá nem uma coisa nem outra. Somam-se as duas, mas dá prazo e incentivo para o pequeno familiar recuperar a sua APP.

Não vou poder responder todas as outras questões.

Quero dizer o seguinte: estamos realmente num impasse. Eu acho que o Senado está demonstrando, pela organização das três comissões e pela intervenção dos Senadores, que o clima aqui está totalmente diferente do clima da Câmara. Buscar consenso, debate em alto nível, questão científica, incentivo econômico, diferenciar o que é consolidado do que é..., diferenciar o que é desmatamento induzido do que é desmatamento ilegal. Diferenciar o que foi há 20 anos e o que foi ontem. Se você soma tudo, o legal e o ilegal, o ontem e o de há 20 anos, aí sim, você está querendo passar uma boiada onde passa apenas um boi. Aí você está querendo pegar o caso que tem que realmente ser reparado e regularizado e botar nessa porteira a boiada que vai aumentar o desmatamento e vai impedir o Brasil de assumir as metas. Porque o Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a ter metas de redução das emissões. A maior parte do governo era contrária a isso. A gente foi buscar apoio na Embrapa, na Ciência e Tecnologia, na universidade. O governo mudou de posição, e o Presidente Lula foi aclamado em Copenhague, porque a gente teve o menor desmatamento da história da Amazônia e fomos o primeiro país entre os países em desenvolvimento a assumir meta de redução. Só que agora a gente tem que cumprir, a gente tem que fazer um “cumpra-se” disso. E não será abrindo a porteira para passar a boiada e confundindo o desmatamento legal com o ilegal, confundindo o que é macieira consolidada com pecuária em topo de morro, que nós vamos alcançar a meta que levou o Brasil a ser considerado protago-

nista da política de floresta, da política de clima e da política de biodiversidade no Planeta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Carlos Minc.

Vamos ouvir agora o Ministro José Carlos Carvalho.

O SR. JOSÉ CARLOS CARVALHO – Obrigado, Presidente. Eu vou começar pela ordem das questões que foram colocadas, principalmente aquelas abordadas pelo Relator Jorge Viana, companheiro de longa data, colega com quem já repartimos e compartilhamos várias das nossas lutas.

Primeiro, em relação à produção de grãos. Colocou-se aqui o potencial de grãos dos Estados Unidos, o que eles produzem efetivamente diante dos potenciais que nós produzimos.

É evidente que o Brasil tem espaço para aumentar a produção; os órgãos científicos que já passaram por aqui já fizeram essas demonstrações. Nós, como já se mencionou aqui, avançamos na agricultura, tecnologicamente, muito. Com exceção de alguns nichos de melhoramento genético, nós temos uma pecuária atrasadíssima, e aí é que está o espaço da modernização do agronegócio do Brasil. Nós podemos ter a produção de carne num espaço muito menor e reorientar esses espaços que estão hoje subutilizados, absolutamente subutilizados no processo de produção, para ampliar a produção, de tal maneira que nós possamos quase que dobrar em relação... (*Falha na gravação.*) Se o próprio Congresso já deu uma lei para cada bioma, de tal maneira que as especificidades desses biomas vão ser alcançadas por leis nacionais específicas. Ato contínuo, os Estados, no uso da competência concorrente do art. 24 da Constituição, exercerão o seu poder de suplementar a legislação federal.

Eu pessoalmente acho que, diante da complexidade, do tamanho continental e das peculiaridades do Brasil, essa é uma questão vital na nova legislação. Por quê? Para quem vem do Sul e do Sudeste – e aqui temos representantes de todo o Brasil –, é percebível, desde o advento da Lei nº 7803, que já tem 15 anos, que é impossível fazer legislação florestal no Brasil sem uma forte influência da realidade amazônica. Então, nós acabamos na lei, e como a lei é simétrica, nós transportamos uma realidade da Amazônia... Por exemplo, o Sul e o Sudeste vão passar a conviver com CRA e PRA, que são coisas que estão sendo assimilada da Amazônia e que serão levadas para o Sul e para o Sudeste. Essa é uma questão que deve ser discutida.

Quando se está em Estados de ocupação consolidada, absolutamente consolidada, você não tem mais... porque a diferença do Brasil é que nós temos uma fronteira econômica móvel no nosso Brasil seten-

trional, diferente praticamente daquilo que já ocorreu no Sul e no Sudeste, mas como a lei é nacional, nós igualamos.

E aí eu quero responder conclusivamente ao meu colega e amigo Jorge Viana o que fazer com a política e com a pós-política – eu acho que essa é a questão.

O Senado tem uma oportunidade rara, que é transformar uma discussão que está muito baseada no uso da terra, muita mais baseada, como disse o Senador Eduardo Braga – e depois quero chegar aos incentivos econômicos na sequência –, para resolver um problema de circunstância, como a Marina mencionou, que é o problema do uso ilegal, do uso irregular, que se tornou irregular, e não estamos fazendo um Código Florestal no sentido amplo. Nós não estamos fazendo uma lei florestal. Nós precisamos fazer uma lei florestal. E não é possível fazer uma lei florestal exclusivamente com mecanismo de comando e controle; é repetir os vícios do passado. Quero voltar a insistir nisso, sobretudo com os novos temas que foram postos, foram colocados aqui. Os temas novos estão rigorosamente ignorados na legislação: a mudança de clima, mecanismo de desenvolvimento limpo, o REDD, as possibilidades de cooperação. Então, há um mundo novo que um código transgeracional teria que levar em conta que não está claramente posto. Acho que esta é uma oportunidade. E uma oportunidade que se vincula ao que disse também aqui o nosso Senador Eduardo Braga.

Ora, se lá em 65, como mencionamos aqui, o Brasil já antecipou, ao transformar suas florestas em bens de interesse comum, de interesse público, criando a terceira geração de direitos, porque tradicionalmente era o público e o privado, criam-se os direitos coletivos que depois viriam se transformar nos direitos difusos atualmente consagrados na Constituição e nas normas. Ora, se é um bem de interesse coletivo, é natural – e aí eu acho que o Brasil tem que assumir isso claramente – que toda a coletividade contribua para a sua manutenção, e isso também está absolutamente silente no projeto de lei que está sendo aqui debatido.

Outra questão ainda sintonizada com a provocação que o Senador Jorge nos fez, para refletir sobre o pós-código: o Brasil tem uma tradição – uma tradição longa – de fazer leis específicas, temáticas ou setoriais sem nenhuma sintonia com a LDO e com a lei orçamentária anual, absolutamente divorciadas. Então, você cria, numa lei setorial, uma série de obrigações para o Poder Público. Nós estamos falando aqui do cadastro e do programa de regularização ambiental, meus amigos; nós estamos falando de seis milhões de propriedades rurais, é disso que nós estamos falando. E se não dermos aos órgãos gestores os meios

necessários, eu lhes pergunto: no dia seguinte – já falando no pós-código –, como vai ser isso resolvido? Porque estamos falando de institucionalidade – e aqui temos a presença de ex-governadores, o Jorge, que tratou muito bem, num ato criando uma secretaria de florestas, e a mesma coisa fez o nosso ex-governador Eduardo Braga. No meu Estado, isso também é bem equacionado, você tem instituições, institucionalidades florestais, para poder atender as demandas que a legislação impõe, e isso também é outro ponto absolutamente silente.

Eu quero fazer um registro público aqui do empenho da Senadora Marina como ministra, de criar um serviço florestal brasileiro que pudesse atender as nossas expectativas. E aí vou fazer aqui uma reflexão. O Congresso me devolveu uma lei pela metade, porque aqui cortaram, não deixaram que uma série de atribuições fossem colocadas no Código, na proposta do serviço florestal. Então é disso também que nós estamos tratando. É evidente que, como se trata de estrutura de governo, isso teria que ser feito em sintonia com o Poder Executivo, mas é preciso tratar da institucionalidade, de como vamos aplicar isso de maneira concreta.

Também volto a insistir em relação aos pontos aqui listados pelo Senador Braga, pelo Senador Sérgio, pela Senadora Ana Rita, que vão além de resolver esse passivo, porque as pessoas ficam perguntando sobre APP e reserva legal. Outro dia mesmo, e é muito freqüente as pessoas perguntarem. Mas isso precisa realmente de uma reflexão. Por que APP? O que é área de preservação permanente? Porque, quando nós legislamos sobre floresta, como nós estamos editando o Código Florestal, não é só de floresta que estamos tratando. Essa é a questão central. Nós estamos tratando de água; nós estamos tratando de conservação de solo, por isso, aparece APP. Ela não está porque, em algum momento, se inventou. Você pode discutir se são 40 m, 50 m, 60 m, mas ela está lá porque é tecnicamente necessária para o interesse da própria agricultura. Então, aí vem esta imbricação: por que aparece APP? Por que vem reserva legal? Como disse aqui o ex-governador Eduardo Braga, nosso Senador.

Meus amigos, primeiro, eu listei aqui rapidamente: Venezuela, Nicarágua, Panamá, Chile, Bolívia, Costa Rica – só para ficar nos países latino-americanos – têm legislação específica para proteção de suas florestas na linha de APP e reserva legal. Não no mesmo grau que nós temos aqui, mas têm. Outra coisa, reserva legal num país que quer se tornar o grande *player* do agronegócio, no mundo em que o mercado – não estou mais falando de norma legal, de regulação – está cada vez mais exigente em relação à qualidade ambiental

dos produtos, reserva legal é uma vantagem, não é um ônus. Nós precisamos inverter essa concepção. Agora, é um ônus que deve ser dividido, porque, se ele é importante para a coletividade – nós, brasileiros, estamos decidindo dessa maneira –, vamos arrumar uma forma de colaborar. Seja através de um fundo do setor elétrico, no momento – o Senador Rollemberg tinha colocado aqui, logo na introdução –, poderia ser uma chance.

Agora, a sociedade brasileira tem que decidir outra coisa. Não dá para, em pleno século XXI, o Brasil manter a mesma política de crédito rural desenhada nos anos 70. Mesmíssima! A única coisa que mudou dos anos 70 para cá foi o manual de operação de crédito do Banco Central, porque o conceito e o conteúdo continuam os mesmos.

Não é razoável que o agricultor que esteja com sua propriedade rigorosamente dentro da lei, e alguns casos acima da lei, receber o mesmo tratamento creditício de um proprietário que não tem. Então nós temos que voltar novamente a pensar num conceito de financiar o uso sustentável da propriedade rural. Precisamos acabar com o modelo de financiar produto, de financiar plantio de arroz, de financiar plantio de milho. A cada financiamento desse, como eu disse aqui, um processo no banco.

O crédito rural tem que ser direcionado para o uso sustentável da propriedade rural. E nesse momento de financiar o uso sustentável da propriedade rural, nós vamos incluir APP, nós vamos incluir reserva legal, nós vamos incluir a redução abusiva do uso de agrotóxico – o Brasil está sendo campeão no uso de agrotóxico no mundo –, nós vamos melhorar as práticas de uso da terra. Nós estamos falando num país, como você citou aqui, que vai desde o plantio direto, altamente tecnificado e extraordinário para o meio ambiente para processos empíricos.

Eu viajo muito de carro, de Belo Horizonte para Vitória. É de doer ver agricultura de montanha, um cidadão num trator arando morro acima, em que o tratorista está correndo risco de vida. Esse é o modelo de uso da terra que nós ainda praticamos, com financiamento do crédito rural. Então, sobra para os ambientalistas uma parcela de culpa que os ambientalistas não têm. E nós precisamos botar isso nos eixos. É lamentável quando falamos que não há tecnologia. É lógico que há tecnologia! Aliás, quem já foi a Machu Picchu, deve ter percebido que os incas, 300 anos antes de Colombo, já faziam agricultura em terraço, já respeitavam curva de nível. Há 300 anos antes de Colombo. Então, não estamos falando de coisa ainda por descobrir. É preciso fazer isso com o espírito voltado para o Brasil, para que nós possamos ter uma agricultura realmente pro-

ductiva, para podermos dobrar, se quisermos, em 10 ou 15 anos, a nossa atual produção de grãos em terras já desmatadas, manter os nossos ativos ambientais, recuperar os nossos ativos ambientais em áreas que, diferentemente da Amazônia, como mata atlântica, foram extremamente depredadas no passado e fazer com que a gente tenha condições de ser uma economia verdadeiramente sustentável. Poucas nações no mundo têm essa oportunidade.

Eu queria concluir com essa reflexão.

O Brasil está conseguindo entrar no grande jogo da economia mundial no momento em que ele ainda pode fazer isso de forma correta, sem todos os erros que os ricos cometeram no passado, sem repetir os erros que os ricos cometeram no passado. Então, nós podemos fazer a diferença. Nós podemos ser uma economia sustentável e fazer a diferença no terceiro milênio, bastando que as coisas sejam dadas sem emoção, com inteligência, e criando as condições objetivas para que eles possam fazer.

E, conclusivamente, porque ficou a provocação aqui do pequeno. Eu acho que se deve adotar a legislação que já trata da agricultura familiar e dar à agricultura familiar um tratamento. Eu, sinceramente, pessoalmente, ainda tenho dúvidas se devemos cancelar a obrigação de reserva legal em todo o universo de pequeno. Tenho dúvidas. Eu, pessoalmente, adotaria uma regra progressiva de tal maneira que atenuasse a responsabilidade, mas que não eliminasse completamente. Mas acho que essa é uma questão que o Senado vai examinar. Eu acho que, até 30 hectares, poderia não ter; de 30 a x, ter; de x a y, fazer uma coisa progressiva de tal maneira que, a partir dos quatro, todos tenham que cumprir rigorosamente aquilo que já era exigido na lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro José Carlos Carvalho.

Realmente é muito bom ouvi-lo. O senhor traz lucidez a este debate.

Antes de passar a palavra a Ministra Marina, eu gostaria de ouvir a opinião de S. Ex^a acerca da proposta de utilizar parte dos recursos da redução das tarifas elétricas em função do fim da amortização dos investimentos na construção das usinas hidrelétricas, na constituição de um fundo que pudesse financiar o pagamento de serviços ambientais.

Com a palavra a Senadora e Ministra Marina.

A SR^a MARINA SILVA – Sr. Presidente, estou usando este dispositivo aqui porque tenho três hérnias de disco na cervical. Então, essa posição é cruel para mim.

Primeiro eu quero, mais uma vez, parabenizar as comissões de Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia, e de Agricultura, por esta audiência. E gostaria de dizer que é uma pena que os outros colegas não tenham podido vir, mas obviamente a gente está inteiramente em concordância naquilo que foi dito aqui, porque éramos aqui ministros de diferentes governos, em diferentes períodos da história, juntos pelo Brasil que nós queremos, o Brasil do século XXI, que é capaz de integrar economia e ecologia numa mesma equação e não de vê-las como se fosse em oposição.

Quero também dizer da minha satisfação em ter aqui o relator, Jorge Viana, do começo ao fim desta reunião, saindo apenas para votar, e dizer, Jorge, que é uma responsabilidade muito grande. Você, como engenheiro florestal, ser relator desta lei, vai precisar da ajuda da sociedade, da ajuda dos seus colegas Srs. Senadores, da ajuda do Governo para fazer um bom texto. Porque como estão dizendo aqui a gente está falando muito mais de agricultura na lei das florestas do que de florestas na lei de florestas. E você, como engenheiro florestal, digamos assim, tem a árdua e feliz tarefa de colocar as coisas nos seus devidos eixos. Mas sei que você vai ter sabedoria e peço a Deus que te ajude a fazer essa construção.

O Jorge falou que sou a irmã mais velha, eu sou do dia 08 de fevereiro de 1958, ele é de setembro de 59. Portanto, são somente alguns meses.

Eu brincava aqui com o Eduardo, quando ele era governador, que ele era o irmão mais velho, porque era de um Estado grande. Então, na hora da briga tinha que chamar o irmão mais velho. Mas, eu fico feliz porque vendo a contribuição que o Minc já deu, o José Carlos também como engenheiro florestal, que tem servido a um governo diferente, mas estamos inteiramente alinhados. Isso não é uma leitura qualquer para ser feita. Se somarmos do Professor Paulo Nogueira, o Recupero, mais o Coitinho Jorge, mais o Professor Henrique Brandão, o José Carlos, eu e o Minc, são mais de 500 anos de experiência ambiental e pode ter certeza o senhor que eu sou quem está contribuindo menos com toda essa experiência. Então, vocês estão diante de um grande desafio e o Jorge fez algumas provocações inteligentes como relator. Não vou repetir o que os meus colegas disseram: ele fez!

O que nós devemos fazer para resolver o problema dos pequenos? O José Carlos já falou, e eu concordo. E acho, Jorge, que uma coisa na qual insistimos, na Câmara dos Deputados, mas que o relator não nos deu oportunidade desse caminho, dessa saída, é ter uma seção, uma espécie de capítulo específico para os pequenos agricultores, para os agricultores familiares.

Se nós fizermos isso, nós vamos resolver a maior parte dos problemas, porque você já vai separar e tirar o discurso que, em nome dos pequenos, você atende a interesses que não são dos pequenos e generaliza para quem sabe, pode e tem como resolver o problema, usando os que não sabem, não podem e não têm. Então, uma seção, um capítulo específico só para agricultura familiar, com as características que tem a agricultura familiar, porque tem uma lei específica, não é somente o tamanho da área; é ser o uso e o trabalho direto pela unidade familiar com contratação de mão de obra sazonal, com um certo nível de produtividade e de renda. A agricultura familiar é isso, não é o tamanho da produtividade que caracteriza o que é agricultura familiar. Então, se fizer isso, já estaremos no caminho que tentamos construir, em que pese dizerem que era pela agricultura familiar. Ninguém quis considerar a nossa proposta.

Em relação à questão de especificidades, porque o País é continental, o José já respondeu. A exemplo do que fizemos com a Mata Atlântica; levou 15 anos para aprovar a lei da Mata Atlântica, e foi na época da minha gestão; trabalhamos incansavelmente os vários governos, até chegar na minha gestão, trabalhamos a sua aprovação.

Mas, agora, a gente já sabe que é possível criar uma lei que vai, inclusive, incentivar o desenvolvimento sustentável para as atividades dentro de um bioma com essas especificidades.

O Jorge mencionou a questão das ações de comando e controle, e que a gente tem que avançar para o apoio às atividades produtivas sustentáveis. De fato, na minha gestão, o que prevaleceram foram as ações de comando e controle porque o plano de combate ao desmatamento estava fulcrado em três eixos estruturantes: combate às atividades ilegais, apoio às atividades produtivas sustentáveis e ordenamento territorial e fundiário.

Nós pensamos o plano estrategicamente e não apenas com as ações de comando e controle, com todas as ações necessárias para que ele pudesse ser um plano sustentável ao longo do tempo. As ações de apoio às atividades produtivas sustentáveis não dependiam do meu Ministério; a parte de ordenamento territorial, em parte, sim; outra parte, não. Mas criamos 24 milhões de hectares de unidades de conservação, aprovamos a lei da gestão das florestas públicas, criamos o serviço florestal brasileiro e ainda criamos a limitação administrativa provisória, que pode interditar qualquer área que esteja sendo devastada por seis meses. Aquilo que estava na nossa governabilidade como instrumentos econômicos para viabilizar, não somente pelas ações de comando e controle, foram

feitas; e alguma coisa o Ministro Rosseto também contribuiu, na tentativa de fazer o ordenamento territorial e fundiário, porque inibiu 35 mil propriedades de grilagem. Vocês têm idéia do que seria não ter inibido essas propriedades em termos de desmatamento na BR-163 e em outras regiões do Brasil, lá na terra do meio, como estavam fazendo a festa?

E, como se não bastasse, fizemos o plano Amazônia Sustentável, que esse, sim, tinha quatro eixos. Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável, os demais que eu mencionei e a inclusão social. Porque não se pode falar de meio ambiente sem colocar os graves problemas sociais. O plano foi feito com a ajuda dos governos, o plano foi feito envolvendo os oito Ministérios, com a coordenação do Ministério do Planejamento e da Integração Nacional, com a Secretaria Executiva do meu Ministério, na época era o Ciro Gomes, depois mudou, mas assim nós fizemos o plano. Nunca me esqueço que o plano foi entregue ao Dr. Mangabeira Unger para a sua implementação. E ao ser entregue ao Dr. Mangabeira Unger o plano não foi implementado. A única coisa que foi feita pelo Dr. Mangabeira Unger foi levar o governo a mandar para esta Casa uma medida provisória sob a alegação de que com isso acabaria o desmatamento, que com isso acabaria o ilegal, que com isso acabaria a grilagem, repassando 67 milhões de hectares de área na Amazônia. O Dr. Mangabeira Unger trabalhou exaustivamente pela aprovação dessa medida provisória, que foi aprovada. Lamentavelmente, não acabou com a grilagem, lamentavelmente agora estamos usando o mesmo discurso para flexibilizar o Código Florestal. Mas nós não podemos nos dar por vencidos. As pessoas me perguntam: a senhora está otimista ou pessimista? Eu digo: nem um, nem outro, eu estou persistente. Por que quem imaginou que a gente faria um plano de combate ao desmatamento que sairia de 27 mil km² para 6 mil Km² no ano passado? Isso parecia um sonho, mas virou realidade. Imaginem se colocarmos em prática as ações de apoio às atividades produtivas sustentáveis etc. etc. que não vou repetir.

Então, temos um grande desafio pela frente.

O Jorge falou do pós-Código. Ele tem razão, e temos que ficar muito atentos. Tem um cenário que acho não podermos contar com ele. Se prevalecer o texto aprovado na Câmara dos Deputados, o pós-Código será um desastre, será um desastre! Porque proteger floresta é exceção e a regra é destruição. As pessoas todas, como o José Carlos, a Maria, sua esposa e tantos que morreram em nome dessa legislação que existe no Brasil, Chico Mendes... Quando o Chico morreu não tinha a lei de crimes ambientais, não tinha o Sistema Nacional de Unidade de Conservação; quando

o Chico morreu, nós tínhamos o velho Código Florestal. Nem isso terão mais para defender florestas, nem a lei teremos mais. Então, o pós-Código aprovado na Câmara dos Deputados será uma catástrofe. Mas, eu acredito que o Senado vai repor e nós vamos ter um pós-Código aprovado que vai exigir de nós trabalho.

Qual o trabalho do pós-Código? É uma política florestal, uma política nacional de florestas. É isso que vai fazer a diferença. Eu defendia isso e dizia, dentro do governo. Falei com o Ministro Palocci: Palocci a gente tem que tirar isso da pauta, convencer o Deputado Aldo, eu sei que é difícil. Vamos tentar fazer um caminho de volta.

E o governo, ao invés de mexer só no Código, faz uma política florestal, porque vocês, por mais que a gente chie aqui, não podem apresentar instrumentos econômicos porque o legislativo não legisla sobre matéria financeira. Quem pode legislar sobre matéria financeira é o Executivo. Nós, por acaso, fizemos uma política social dissociada do Executivo? A política social foi feita pelo Executivo porque ele que podia criar bolsa família, bolsa escola, transferência direta de renda.

Nós fizemos uma política de resíduos sólidos separada do Governo? Não temos como fazer, mesmo com uma política nacional de florestas. O pós-Código, agora, é pedir para a nossa Presidente que encaminhe imediatamente a Política Nacional de Florestas. E com a Política Nacional de Florestas o serviço florestal, que ainda é desse tamanhozinho, ser transformado numa instituição do tamanho da Embrapa. É isso que tem que ser feito; a Embrapa é uma instituição respeitada, com pesquisadores, com uma estrutura fantástica, dentro e fora do Brasil, em vários países da África, dando contribuição. O Brasil tem que ter um serviço florestal do tamanho das suas florestas, do tamanho que ele pode dar para os países florestais, como a Malásia, a Indonésia, a Índia e sem falar nos países *hermanos*.

Então, temos um grande desafio depois desse Código aprovado.

Então, acho que em relação às coisas que o Jorge colocou, eu fico por aqui.

O meu amigo, Governador Eduardo Braga, ele falou sobre várias questões, fez um discurso brilhante. O José Carlos colocou, o Minc também colocou. Eu só vou colocar um senão aqui, na questão da compensação fora do bioma, pelo seguinte: quanto custa um hectare de terra no Sul, Sudeste e Centro-Oeste? Quanto custa um hectares de terra no Norte, por exemplo, no Amazonas? Ou mesmo no Cerrado? Então, todo mundo vai querer utilizar 100% das suas áreas nos lugares em que as suas terras são mais caras e compensar na Amazônia, e aí o seu Estado, daqui a pouco, vai ser...

O SR. CARLOS MINC – Mas Senadora, a questão não é fazer com essa liberalidade...

A SRª MARINA LIMA – Ah, tá. Entendi...

O SR. CARLOS MINC – Só que há uma necessidade física se quisermos fazermos com que haja reposição, porque não cabe no espaço físico posto.

A SRª MARINA SILVA – Então, este questionamento precisa ser feito porque, no meu entendimento, a reserva legal e a área de preservação permanente dentro do bioma, em determinados ecossistemas, é pelo serviço ambiental que ela presta, a função ambiental que ela tem para aquele bioma e para aquele ecossistema. A perda... mas, em alguns casos, será necessário recuperar. É só o cuidado para que não se tenha algo que leve a perder a função desse instrumento de proteção de biodiversidades, de mananciais e assim por diante, porque o Cerrado precisa dessas áreas para proteger o ecossistema do Cerrado, os ecossistemas do Cerrado, do Pantanal, da Mata Atlântica e assim por diante.

Era essa a observação. No resto, concordo com tudo.

O nosso Senador Sérgio, que já saiu, ele falou uma coisa aqui que irei comentar muito rapidamente. Ele disse: Bom, isso aqui não é um debate ambiental porque se trata de regulação dentro de propriedades privadas. É claro que é um debate ambiental! É um debate ambiental e é econômico; é um debate econômico e ambiental, mesmo sendo dentro de propriedade. Se as propriedades privadas pudessem sobreviver sem água, sem agentes polinizadores, sem os serviços ambientais que a floresta presta, ele estaria correto. Mas, como não é possível prescindir de interesse, sim, seja público ou privado, preservar os serviços ambientais prestados pela floresta, que é uma depositária de biodiversidade.

A Senadora Vanessa não fez nenhuma pergunta, e obviamente que ela teve que se ausentar por corretas, mas, ainda do nosso Senador tenho uma coisa aqui. Ele falou que desses 60% do território com florestas é só a parte de floresta nativa e que tem a parte de floresta plantada. O José Carlos me admoestou aqui que de floresta plantada a gente tem em torno de 4%. Logo, a maior parte mesmo é de floresta nativa. O Brasil é um País que, graças a Deus, tem muita floresta nativa.

Em relação à outras questões que ele colocou, de ONGs interferindo nesse assunto, eu acho que a gente tem que ter um olhar adequado e moderno para esse debate. As organizações da sociedade civil têm dado uma contribuição fantástica no mundo inteiro e acho que somente aqui no Brasil que elas são tão execradas por alguns setores. Durante muito tempo os ambientalistas ficavam pedindo aos desenvolvimentistas o que

eles poderiam fazer para proteger a natureza, o meio ambiente. Hoje, são os desenvolvimentistas que estão dizendo para os ambientalistas o que eles poderiam fazer pelo desenvolvimento. Há muitas contribuições sendo dadas para o setor produtivo em todos os seguimentos pela competência acumulada pelo setor ambiental, as ONGs, que, aliás, hoje a competência instalada, a maior parte, vem do mundo das ONGs, porque não foram formados nas universidades; não foram formados dentro dos governos, estão sendo puxados, drenados para dentro dos governos e da academia. Isso, se não for reconhecido como tal, a gente fica fazendo essas satanizações que não servem. Não existe ONG ruim, genericamente, assim como não existe agronegócio ruim, genericamente falando. Existe agronegócio e agronegócio, ONGs e ONGs. E as que se relacionam conosco abertamente, conversam nesses corredores, pedem audiência, não tem nenhuma que seja digna dos achaques que são feitos publicamente como se fosse vendedor, traidor da pátria. Nenhum! Porque se tiver e o Ministério Público não mandar para a cadeia imediatamente estará prevaricando. As que conversam abertamente, aqui nesses corredores, são homens e mulheres de bem tentando contribuir com o desenvolvimento sustentável do nosso País.

A questão da biopirataria, colocada por ele, que está propondo uma agência, uma iniciativa interessante. Eu gostaria, inclusive, de conhecer, mas tem um dado: não vai combater biopirataria sem uma lei. Hoje, nós temos uma medida provisória, tem sanção administrativa, mas não tem sanção penal. E uma lei que não tenha unha, que não tem dente não serve para nada daquilo que a gente quer fazer em termos de proteção. O que é preciso é uma lei aprovada no Congresso. E eu com frustração digo que a primeira lei que eu apresentei, em 1995, chegando aqui – um dia desses eu estava vendo uma entrevista minha, eu tinha um sotaque bem mais carregado do que tenho agora. Fiquei triste, porque perdi o sotaque. Então, à lei apresentada por mim, fiquei aqui 16 anos batalhando e não consegui aprovar a lei, a lei de Acesso aos Recursos de Biodiversidade. Não adianta a gente criar qualquer estrutura se não tivermos uma lei que crie os instrumentos econômicos, mas que também puna os biopiratas. Não vai funcionar.

Bem, agora, vamos à Senadora Vanessa, que não está aqui, mas os nossos telespectadores, vocês que estão aqui, o nosso relator. Há algumas coisas sobre as quais eu gostaria de falar. Por exemplo, ela disse que o nosso Deputado Aldo é corajoso porque enfrentou um tema polêmico. De fato, enfrentou um tema polêmico. Sem demérito, eu sempre digo que o Aldo é um homem de esquerda, tenho respeito pela

sua biografia de esquerda e sempre o tratei com respeito e gostaria, inclusive, de ter sido tratada igualmente. Mas, graças a Deus que aprendi alguma coisa com a minha fé: melhor sofrer uma injustiça do que praticar uma injustiça. Então, estou muito mais feliz de ser injustiçada do que cometer uma injustiça. Eu não preciso entrar em detalhes porque todos os senhores sabem do que estou falando, do ataque injusto que foi feito a mim e ao meu marido, e que eu encaminhei ao Ministério Público para que investigue, porque não se pode, neste País, banalizar qualquer tipo de acusação de corrupção. A banalização da corrupção não nos leva a lugar algum.

Então, tenho respeito pela sua biografia, mas nesse ponto do Código Florestal estamos divergindo. O Deputado Aldo, de fato, enfrentou temas polêmicos. A questão dos transgênicos ele estava lá e ajudou a viabilizar o texto dos transgênicos que nós temos hoje. Eu acho que é um texto excessivamente permissivo; o Brasil poderia ter um modelo de coexistência e não tem; poderia ganhar duas vezes e não ganha, porque tem um texto permissivo.

Na questão de Raposa/Serra do Sol, como uma pessoa que tem inclusive relação com as Forças Armadas, o Deputado Aldo também estava contrário à demarcação de Raposa/Serra do Sol. E agora, na questão do Código Florestal.

Então, eu posso identificar três momentos em que ele enfrentou temas polêmicos: a questão dos transgênicos, Raposa/Serra do Sol e na questão do Código Florestal. Nesses três temas estamos divergindo. Tivemos divergências, mas isso não nos inviabiliza como homens e mulheres que, na democracia, estabelecessem o diálogo em cima de princípios éticos e de respeito uns para com os outros.

Eu não vou me ater mais, porque já estamos no final, mas ela falou o seguinte: que a gente precisa de uma lei que seja exequível, que tenha condições de ser implementada, porque o que nós temos pode ser muito bonita e não ser implementada. Olha, nós temos a lei mais bonita que um país pode ter sobre educação; nós temos a lei mais bonita que um país pode ter sobre saúde. O Sistema Único de Saúde diz que todos os brasileiros têm direito a um tratamento de saúde adequado, mas nós vamos encontrar centenas de pessoas que não conseguem um médico, que não conseguem uma assistência e nem por isso nós vamos dizer: vamos revogar, mudar, adaptar essa lei porque não está sendo cumprida adequadamente. A mesma coisa em relação à educação. Ainda temos 10 milhões de jovens analfabetos, mas a lei diz que é obrigação do Estado educação de qualidade para todas as nossas crianças e nem por isso nós vamos

dizer “vamos agora tornar legal os que são analfabetos mudando a lei”. Então, se é válido para a saúde, se é válido para a educação, é válido também para a legislação ambiental.

E aí, eu quero encerrar dizendo o seguinte: não podemos inverter a equação e, ao invés de passarmos no teste, a gente mudar o teste. Passar no teste é termos um texto que faça a mediação entre preservação e desenvolvimento que integre agricultura, ecologia e economia e partirmos para os instrumentos econômicos e a criação da Política Nacional de Florestas. Isso, sim, vai nos fazer dar um passo para o desafio do século XXI.

Por último, sei que a nossa Presidente Dilma já recebeu ontem a Presidente da CNA. Amanhã, nós vamos ter uma reunião do Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, composto pela OAB, pela CNBB, pela ABI, por várias organizações da sociedade civil. Eu gostaria... E sei que o movimento vai pedir uma audiência também para a nossa Presidente. E tenho certeza de que, da mesma forma que ela recebeu a Presidente da CNA, vai receber também o Comitê em Defesa das Florestas.

Mas, se eu posso pedir para o Presidente das Comissões, da base do Governo, o Relator, da base do Governo, e para o Senador Suplicy, para que também possam fazer a intercessão para que tenhamos a ausculto do representante da agricultura brasileira e do Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável pela nossa Presidente. A primeira mulher Presidente da República e, talvez, a única que possa nos fazer dar o passo que precisamos: gerar o Brasil do século XXI. E o Brasil do século XXI tem de ter florestas, tem de ter biodiversidade e agricultura próspera e, principalmente, um processo de escuta democrática. Tem de ter a visão, o processo e a estrutura. No caso do Código Florestal, da visão, acho que todos nós falamos. O processo é esse, não aquele lá da Câmara. E a estrutura, com certeza, é um texto à altura do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Marina, Ministra Marina.

Eu quero pedir aos Senadores Eduardo Braga, Acir Gurgacz, Cristovam Buarque e Jorge Viana para ficarem mais cinco minutos, após o encerramento desta reunião, para fazermos a eleição – cinco minutos, as urnas já estão ali – da Subcomissão da Água e da Subcomissão da Rio+20.

O Senador Cristovam Buarque pede a palavra. Eu peço, encarecidamente, para o Senador Cristovam ser breve, para que nós possamos fazer as eleições

em seguida. Até porque estamos aqui desde as 8h30 da manhã.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Vou ser breve, Senador. Até porque creio que o que vou apresentar não dá para debater. Mas é uma emenda que estou apresentando ao Código, já no art. 1º, porque eu não sei por que não se colocou, e é importante, hoje, quando a gente faz 57 anos da morte de Getúlio Vargas, que foi quem tomou a iniciativa de dizer que o subsolo brasileiro pertence à Nação, e não ao dono do terreno. Eu me pergunto por que os recursos minerais no subsolo pertencem à Nação e as florestas que estão em cima pertencem ao dono do terreno. Eu estou colocando uma emenda, sabendo que provavelmente não será aprovada, que diz o seguinte: “As florestas brasileiras são patrimônio da Nação brasileira, podendo ser concedido seu uso a particulares dentro das regras definidas por esta lei”.

Fará uma diferença completa você ver as florestas como propriedade do dono do terreno ou ver para uso do dono do terreno. Eu gostaria, naquela hora que pedi, de ouvir a opinião de cada um, mas é impossível ouvir agora. Mas não queria deixar de registrar em público essa minha proposta. E não pude ficar, porque tinha muito o que fazer, comissões, almoço, mas...

O SR. CARLOS MINC – Mas eu queria replicar. Quería permissão... Um minuto!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por mim, não tem problema.

O SR. CARLOS MINC – Só para lembrar... Um minuto apenas! Só para lembrar que, na tradição legislativa brasileira, dos recursos naturais renováveis, o único que é privatizado são as florestas. A fauna é propriedade do Estado, as águas são de domínio do Estado, o subsolo é de domínio do Estado. O único recurso natural expressivo hoje, que não tem o tratamento de domínio do Estado, hoje, são as florestas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Vou encontrar tempo de repor minha justificativa e acrescentar isso. (*Risos.*)

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço ao Senador Cristovam Buarque pela sua contribuição, agradeço aos nossos convidados. Realmente, tivemos um dia especial, hoje, aqui, no Senado Federal, muito enriquecedor para o nosso debate.

Antes do encerramento, submeto a ata da reunião à deliberação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Está encerrada a sessão.

Ata da 32ª reunião da comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática em conjunto com a 31ª reunião da comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle e 31ª reunião da comissão de agricultura e reforma agrária, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 25 de agosto de 2011, quinta-feira, às 08h30.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ e EDUARDO BRAGA**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ANA AMÉLIA, ANTONIO RUSSO, BENEDITO DE LIRA, CYRO MIRANDA, EDUARDO BRAGA, JAYME CAMPOS, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TQUES, REDITARIO CASSOL, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VITAL DO RÊGO, WALDEMIR MOKA, WALTER PINHEIRO e ZEZE PERRELLA**. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Justificou a sua ausência o Senhor Senador Flexa Ribeiro. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 73, de 2011-CMA; nº 46, de 2011-CRA, nº 37, de 2011-CCT; com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), com a presença de Ex-Ministros da Agricultura: Reinhold Stephanes, Francisco Turra e Alysson Paulinelli. A Presidência anuncia a presença do Senhor Deputado Federal Homero Pereira. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes requerimentos: **1) REQUERIMENTO Nº 50, CRA-2011**, que requer, “nos termos regimentais, seja realizado encontro, dentro do Ciclo de Debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 16 de setembro do corrente ano, sexta-feira, às 14h, na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, com a finalidade de debater o Código Florestal, bem como a cadeia produtiva de leite.”. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Colocado em votação, a CRA aprova o requerimento. **2) REQUERIMENTO**

Nº 78, DE 2011-CMA; Nº 42, DE 2011-CCT E Nº 51, DE 2011-CRA, que requer “nos termos dos art. 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, na condição de relatores, a realização de encontro, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no dia 16 de setembro de 2011, às 14:00 horas, tendo como tema o debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que dispõe sobre normas gerais de política florestal.” Autoria: Senadores Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana. Colocado em votação é aprovado o Requerimento. **3) REQUERIMENTO Nº 79, DE 2011-CMA; Nº 43, DE 2011-CCT E Nº 52, DE 2011-CRA**, que “Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento n.º 66, de 2011-CMA, seja realizada diligência na fazenda pertencente ao ex-ministro Alysson Paulinelli, em Baldim (MG), em conjunto, pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), visando conhecer e avaliar a tecnologia de manejo do solo e da água empregada na propriedade para uso agropastoril”. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o requerimento. A presidência passa a palavra aos ex-ministros. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ACIR GURGACZ, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, RICARDO FERRAÇO, ZEZE PERRELA, REDITARIO CASSOL, LUIZ HENRIQUE, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, CASILDO MALDANER**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Ao término da reunião, a presidência submete à votação a leitura da ata da reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos, havendo lavrado a presente ata José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Luiz Gonzaga Silva Filho, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador

Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO CONJUNTA DE 25/08/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/ PSB – DF) – Declaro aberta a 31ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 31ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública que visa coletar subsídios técnicos e jurídicos para o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, Lei 4.771, de 1965, em cumprimento aos Requerimentos nº 73, de 2011, da CMA; nº 37, de 2011, da CCT; e nº 46, de 2011, da CRA, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e Acir Gurgacz, aprovados em 16 de agosto do corrente.

A audiência conta com a presença dos seguintes ex-Ministros: Ministro Alysson Paulinelli, querido amigo, grande referência da agricultura brasileira, que convido para a Mesa; Ministro Francisco Turra, a quem também agradeço muito a presença e a contribuição que dará a esse debate. Estamos aguardando ainda a presença do Sr. Ministro José Eduardo Andrade Vieira e do Sr. Ministro Reinhold Stephanes. Foram também convidados os ex-Ministros Roberto Rodrigues, Arlindo Porto e Pratini de Moraes, que informaram sobre a impossibilidade de seu comparecimento hoje. O Ministro Pratini de Moraes solicitou que comparecesse a esta Comissão o Sr. Fernando Sampaio, Diretor da Abiec – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne –, que nos honra com a sua presença e que trouxe um documento que farei distribuir entre os demais Senadores.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz; o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga; e afirmar, prezados Ministros Alysson Paulinelli e Francisco Turra, que nós temos procurado, aqui no Senado, construir um ambiente de entendimento, um ambiente de equilíbrio para fazer esse debate e poder aprofundá-lo. Esta reunião conjunta das três Comissões demonstra, de forma simbólica, esse esforço coletivo, esse esforço conjunto.

Tivemos já a oportunidade de realizarmos uma série de audiências públicas no primeiro semestre e, retomando os debates no segundo semestre, na se-

mana passada, ouvimos o Relator na Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo. Ontem, tivemos um debate de alto nível com ex-Ministros do Meio Ambiente – ex-Ministra Marina Silva, José Carlos Carvalho, Carlos Minc e Sarney Filho – e, hoje, teremos com os ex-Ministros da Agricultura.

Pelo conhecimento que temos das histórias, das trajetórias dos senhores – quero registrar a presença da Senadora Ana Amélia e do Senador Cyro Miranda –, temos a convicção de que darão uma enorme colaboração a esse debate, para que o Senado Federal, o Congresso Nacional possa oferecer ao Brasil um Código Florestal moderno à altura das expectativas da população brasileira.

Tenho reiterado que, pelas experiências dos senhores como ex-Ministros da Agricultura, em um País muito bem-sucedido na agricultura, porque, como nos afirmou a Embrapa em uma das audiências públicas, nos últimos 35 anos o Brasil aumentou a sua produção agrícola em 268%, mas aumentou apenas em 48% a sua área plantada, o que demonstra sucesso nas políticas desenvolvidas, V. Ex^{as} têm uma grande contribuição a dar para isso.

Quero registrar, porque tenho muito orgulho de registrar isso, Senador Moka, que tive a honra de ser colega do Ministro Alysson Paulinelli no Fundo Setorial do Agronegócio, que tive a honra de presidir, no Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Ministro Alysson representava o setor produtivo. Isso mostra como foi fácil para mim, porque sempre sob a orientação e a inspiração do Ministro Alysson Paulinelli os nossos trabalhos realmente eram muito facilitados.

Acompanhei na ocasião, e virei um grande entusiasta, o entusiasmo com que o Ministro Alysson Paulinelli defendia as tecnologias de integração lavoura/pecuária/florestas. Procuramos apoiar junto à Embrapa a difusão dessa tecnologia e hoje terei a oportunidade, após a fala dos senhores, de fazer alguns comentários sobre isso. Entendo que é uma das alternativas que o Brasil tem para aumentar muito a sua produção, aumentar muito a sua produtividade e reduzir a pressão sobre novos biomas.

Quero cumprimentar a todos, dizer que estou muito otimista de que, com esse ambiente de diálogo, esse ambiente “distencionado”, nós poderemos, cada um, dar uma contribuição maior à elaboração desse Código Florestal. E esse é o nosso grande objetivo.

Muito obrigado pela presença dos senhores.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Bom dia. É um prazer estar aqui, juntamente com o nosso Presidente do Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg,

com as boas-vindas ao Ministro Alysson Paulinelli, que pela segunda vez este ano vem à nossa Comissão para debater este assunto tão importante que é a reforma do Código Florestal Brasileiro.

Dou as boas-vindas também ao Ministro Francisco Sérgio Turra. É um prazer tê-lo conosco também, Ministro, mais uma vez, para que a gente possa discutir esse assunto.

Cumprimento o nosso Vice-Presidente da Comissão de Agricultura Waldemir Moka, que tem feito um trabalho muito importante junto com todos nós para que esse trabalho possa ter um resultado positivo para a elaboração do novo Código Florestal Brasileiro.

Nós estamos trabalhando sempre em conjunto, as três comissões, para tratar esse assunto sem embates, sem as divergências que porventura algumas pessoas queiram colocar, de que haja um embate entre agricultores e ambientalistas, cientistas e alguns segmentos da sociedade.

Desde o início dos trabalhos, estamos trabalhando no sentido de ter um Código Florestal a partir de uma ação conjunta, que seja resultado de uma convergência, porque todos nós queremos ver o Brasil continuar produzindo, aumentar a sua produção agrícola, mas também ter um Brasil cuidando do meio ambiente, cuidando das nossas reservas, cuidando das nossas nascentes, dos nossos rios. É o Brasil que nós queremos. Se outros países cometeram erros ao longo da sua história, nós, brasileiros, temos a oportunidade de não deixar que aconteça isso no nosso País, sem nunca prejudicar a produção de alimentos, que hoje é a maior fonte de riqueza do nosso País. Tanto é que o Brasil tem um superávit na balança comercial hoje graças ao agronegócio brasileiro.

É nesse sentido que eu cumprimento os ex-Ministros, dizendo que se hoje nós temos uma supersafra a cada ano nós devemos isso a cada governo que passou, a cada ministro que passou à frente do Ministério da Agricultura, tanto o Ministro Alysson Paulinelli, que fez um grande trabalho quando esteve à frente do Ministério da Agricultura, como o Ministro Turra, que teve um grande trabalho. Hoje nós temos sempre um resultado daquilo que foi feito no passado.

Queremos continuar avançando, evoluindo. Para isso nós temos que trazer legalidade às pessoas que fazem a agricultura brasileira. Para isso, precisamos aprovar o novo Código Florestal brasileiro de acordo com a necessidade da população brasileira, não apenas de acordo com a necessidade dos agricultores e também não com a necessidade dos ambientalistas, mas, sim, com a necessidade da população brasileira.

Esse é o nosso trabalho aqui no Senado, distencionado, como disse o nosso Presidente Rollemberg,

da Comissão de Meio Ambiente. Nós estamos juntos, todos trabalhando para que possamos realmente fazer um trabalho que venha fazer com que o Brasil se torne o maior produtor de alimentos do Planeta e que venha a ser também um País ambientalista, um dos maiores do Planeta, até porque o Brasil tem uma das maiores reservas florestais, de água do Planeta e não queremos perder isso em hipótese alguma. Sabemos que isso é uma riqueza, que, bem utilizado, trará muitos benefícios e renda financeira para o País e também para os proprietários dessas áreas, mas, se queremos cuidar das nossas reservas, precisamos cuidar do ser humano, precisamos cuidar do agricultor, ele, que está lá no campo, que vai fazer com que o Brasil continue produzindo, crescendo e também com que o Brasil cuide de nossas reservas florestais, dos nossos mananciais. Enfim, o Brasil que queremos, produzindo e conservando, este é o Brasil de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo a palavra ao senhor novamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Só para registrar aqui, com muita alegria, a presença do Deputado Homero Pereira, do Estado do Mato Grosso. É uma alegria tê-lo aqui, meu amigo, revê-lo.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, Senador, Presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz, ex-Ministro, meu amigo Turra, Ministro, dizer da minha alegria de estar aqui.

Na verdade, estou representando aqui a Comissão de Ciência e Tecnologia, porque o Senador Cyro Miranda, que já vai adentrar, teve de tratar de uma questão na Comissão de Infraestrutura.

Mas aproveita esta oportunidade, Senador Rodrigo Rollemberg, para dizer que fui Deputado, como o Deputado Homero Pereira, e ajudei a construir o texto que aprovamos, primeiro, na comissão especial, e, depois, no plenário da Câmara dos Deputados.

Quero dizer a dificuldade que foi votar o texto e também que essa questão do Código Florestal se arrasta já há décadas. É evidente que todo o debate que pudemos fazer na Câmara foi feito. Tenho a consciência tranquila quanto a isso. Só no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, fomos a duas audiências pública, uma em Campo Grande e outra em Corumbá, para que a Comissão pudesse ver o Pantanal, que é, sem dúvida nenhuma, algo a parte.

Esse esforço resultou na votação do texto que aí está. Não participei da votação do texto porque ela aconteceu este ano, mas ajudei a construí-lo e digo que o Código que foi votado é diferente do que se

pretende colocar, como a anistia e algo que estimule novos desmatamentos, com o que não posso, absolutamente, concordar. E os debates aqui no Senado vão servir exatamente para que possamos aprimorá-lo.

O debate é importante e o momento é exatamente o de tranquilizar esse debate, fazer com ele ocorra em um clima – divergências vão existir – em que possamos, como estamos, realizar audiências públicas até de forma conjunta, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia.

Quero registrar, mais uma vez, que a classe científica, sim, foi convidada a participar na Câmara dos Deputados. Na época não havia, não tinha sido colocada uma proposta, e eles reconhecer aqui no plenário, quando eu trouxe, à guisa de esclarecimento, um requerimento que os convidava a participar, na Comissão de Agricultura.

Estou colocando essas coisas aqui de forma muito tranquila, mas é importante que a gente resgate também o esforço que foi feito pelo extraordinário homem público que é Aldo Rebelo. Agora, daqui para frente, nós temos dois relatores: Senador Luiz Henrique, ex-governador de Santa Catarina, e o Senador Jorge Viana, ex-governador do Acre, dois homens públicos da melhor qualidade, maduros e equilibrados. E nós haveremos de fazer, sim, o texto que será o melhor para o País.

As pessoas olham para o Moka e dizem assim: esse aí é latifundiário lá do Mato Grosso do Sul. É o que pessoal vê em mim. Eu sou médico e professor. Não tenho propriedade rural. Sempre defendi a agricultura e a pecuária porque eu defendo a economia do meu Estado. É diferente. Não tenho nenhum motivo para querer um texto ou outro. Tenho, sim, o dever, como cidadão e como Senador da República, de dar ao meu País o melhor texto.

Algumas coisas precisam ser ditas. O Brasil é um país que tem quase três hectares de floresta para cada brasileiro, 2,7 hectares. Qual o país que tem isso? Nós temos ainda mais de 60% da nossa cobertura natural. Qual o país que tem isso? Aqueles que querem nos apresentar aqui não conseguiram ficar com meio por cento das suas reservas naturais. O que esse pessoal tem para nos destinar? –alguns falam.

É claro que nós vamos ver o que está do outro lado. E nós não queremos. Nós queremos que o Brasil fique preservando todo o seu patrimônio ambiental e continue sendo o grande produtor de alimentos. São coisas diferentes. Eu só não concordo com esse discurso acuado. Nós temos que dizer: nós somos, de longe, o país que mais preservou as suas reservas ambientais e, apesar disso, somos grandes produtores de grãos e de carne. Isso é que nós temos de dizer, porque essa é a realidade, e fazer um texto que garanta a nossa

liderança na questão ambiental e as condições para que a gente possa continuar produzindo.

Para encerrar, vou citar só um item estatístico. Nas últimas décadas, Senadora Ana Amélia, V. Ex^a, que é do Rio Grande do Sul, nós aumentamos qualquer coisa em cinquenta e poucos por cento da área plantada e mais do que triplicamos – são duzentos e sessenta e poucos por cento – a nossa produção. Só isso justifica. Nós produzimos três vezes mais numa área 50% maior. É disso que nós estamos falando. Então, por que não colocar esses argumentos e essas estatísticas a nosso favor?

Encerro a minha participação, dizendo ao Presidente que me honra muito estar aqui ao lado deste extraordinário – Turra, me permita, mas o Ministro Paulinelli é, sem dúvida, uma referência para todos os brasileiros – homem que até hoje dedica o amor a sua pátria e à terra propriamente dita. Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, primeiro, agradecer as manifestações e endossar as suas manifestações, Presidente Rodrigo Rollemberg, nosso Presidente Acir Gurgacz, a respeito desse desafio que temos pela frente. Se chegarmos até o dia 15 de novembro com este Código votado, será uma grande vitória.

Queria também registrar a minha satisfação pelo que disse o Senador Waldemir Moka, que é o nosso Vice-Presidente na Comissão de Agricultura, dando o esclarecimento. Já se usou uma tática de repetir sempre uma inverdade e ela acaba se tornando uma verdade. E voltou-se a dizer ontem aqui, durante uma audiência pública, que os cientistas não foram chamados ou não tiveram a oportunidade de participar do debate do Código Florestal na Câmara dos Deputados. É importante que a gente também colabore, como fez V. Ex^a, que conviveu e até colaborou na Câmara, quando estava lá, com o brilhante trabalho feito pelo Deputado Aldo Rebelo, que está sendo examinado pelo Senado Federal.

Queria cumprimentá-lo, Senador Moka, pois esse esclarecimento ao País é muito importante, até porque o Código Florestal não é um tema de interesse de produtores rurais não é um tema de ambientalistas, é um tema de interesse do País, da população. Ontem, o Presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, em um debate na Comissão de Infraestrutura declarou as necessidades que a Petrobras, que entra na produção de etanol e de biocombustíveis, vai precisar, em termos de abastecimento desta matéria-prima, para produzir a energia renovável. E é da agricultura que vai sair

essa energia renovável, onde o Brasil já se destacou mundialmente pela tecnologia desenvolvida graças aos estudos da Embrapa e também do Programa Brasileiro de Alcool, que foi e é reconhecido mundialmente.

Então, nós temos aí um espaço muito grande e precisamos organizar isso. Não se discutiu até agora o custo econômico disso. E não é apenas o produtor rural. O Código impacta toda a economia brasileira, porque dentro da propriedade tudo vem de fora: a semente, o combustível, o fertilizante, todos os defensivos agrícolas, as máquinas, todo o serviço de informática. Tudo vem de fora da porteira da propriedade rural. Então, é preciso que também os setores que serão afetados por essa matéria tenham consciência e participação política nesse debate. Por enquanto, a gente tem percebido certa omissão ou até um trato marginal deste tema que é tão candente.

Muito obrigada, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg.

Tenho certeza que o nosso Ministro Alysson Paulinelli, o meu conterrâneo Francisco Turra, assim como os demais ex-Ministros virão aqui e darão uma excelente contribuição a este debate, pelo preparo que têm, pelo conhecimento que têm e pela dedicação de vida que deram à causa do desenvolvimento sustentável de nosso País.

Muito obrigada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ainda nas preliminares, muito rapidamente, antes de ouvirmos nossos convidados, que seguramente trarão luz e brilho a este importante debate, eu queria fazer uma sugestão não apenas a V. Ex^a, mas assim como ao Senador Acir e ao Senador Eduardo Braga.

Essa já é a terceira, quarta ou quinta audiência pública que fazemos, e hoje vamos ouvir nossos ex-Ministros da Agricultura, ontem ouvimos nossos ex-Ministros do Meio Ambiente, ouvimos também o Deputado Aldo Rebelo, relator da matéria na Câmara Federal, vamos ouvir nos próximos dias a Academia, vamos ouvir a Associação Brasileira de Ciência – não é isso? –, vamos ouvir a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O que está me parecendo é que essas audiências públicas estão sendo assim de uma importância muito grande, porque elas estão permitindo aos Senadores ir firmando, cada um, seu juízo de valor, à luz daquilo que compreendem, à luz daquilo que cada um traz de si, a sua experiência pessoal de vida.

O que tenho observado é que talvez fosse necessário, em algum momento, que nós pudéssemos

fazer, no bom sentido da palavra, um enfrentamento dessas teses todas. Porque o que assisti ontem aqui foi o ex-Ministro José Carlos Carvalho fazer uma defesa veemente da agricultura, inclusive com conceitos e valores a esse respeito, ou seja, qual a importância para a agricultura dos recursos naturais nas propriedades rurais brasileiras; com que nível de produtividade nós estamos convivendo, estamos perdendo, em função... Inclusive no Vale do Rio Doce, que o ex-Ministro Alys-son Paulinelli conhece muito.

Então, a proposta que faço é que nós, em algum momento, pudéssemos ter aqui o relator, pudéssemos ter aqui, quem sabe, José Carlos Carvalho, pudéssemos ter aqui a Academia e pudéssemos fazer um enfrentamento claro, que nós não fizemos – esse tipo, não. Nós estamos ouvindo cada setor. Eu me refiro a fazer um enfrentamento aqui. Porque as teses são colocadas e não são rebatidas. Porque nenhum de nós fez um aprofundamento do tema como fez o Deputado Aldo Rebelo, que virou um especialista do tema.

Então, seria muito importante que esse ponto e contraponto fossem feitos aqui, para que nós Senadores pudéssemos evoluir na afirmação do nosso juízo de valor. Eu acho que seria interessante que, após a rodada com os nossos cientistas, com os nossos pesquisadores, que nós pudéssemos ter aqui todos esses setores debatendo ponto e contraponto a respeito desses temas. Talvez isso pudesse nos ajudar na elucidação, com todos os atores presentes aqui, para nos ajudar a firmar um juízo de valor, tendo em vista a importância da matéria e tendo em vista a emergência temporal, o tempo em que precisamos debater este tema, é a contribuição que trago a S. Ex^a e aos demais pares que compõem comigo essas três comissões que debatem o Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Obrigado, Senador Ricardo Ferraço pela excelente contribuição que será avaliada pelos três Presidentes das comissões que estão trabalhando conjuntamente e ouvindo os dois relatores. Quero registrar a presença do Senador Zeze Perrella. É uma alegria tê-lo aqui.

V. Ex^a quer fazer uso pela ordem?

Eu gostaria de começar a ouvir nossos convidados. (Pausa.)

Pois não. Com a palavra, o Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT - MG) – Pela primeira vez na comissão, mas a gente conhece relativamente bem sobre o tema já que militamos nessa área muitos anos. Mas é mais para cumprimentar o meu amigo Alys-son Paulinelli, uma figura querida por todos os brasileiros, principalmente por nós mineiros,

companheiros de longas batalhas, não é, Alys-son? Muito obrigado pela presença.

Cumprimentando meu amigo Alys-son, cumprimento todos os nossos ex-ministros. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, nós é que agradecemos e o cumprimos. Nós nos sentimos muito honrados com sua presença aqui na comissão.

Antes de prosseguirmos, vamos rapidamente aprovar requerimento da Comissão de Agricultura

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Temos que aprovar o seguinte requerimento, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizado encontro desta Comissão de Agricultura para um ciclo de debates no dia 16 de setembro do corrente ano, sexta-feira, às 14 horas, na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, com a finalidade de debater o Código Florestal e também a cadeia produtiva do leite.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agradeço mais uma vez a participação e as observações do nosso Senador Ricardo Ferraço aqui nas comissões e vamos continuar. Evidente que chegará o momento de colocarmos aqui as pessoas frente a frente para debater...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Frente a frente os atores não estiveram aqui. Eu gostaria muito de ver...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO) – Estiveram. V. Ex^a é que não esteve.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Senador Ricardo, só para dar um esclarecimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Depois que as três comissões começaram a fazer audiências públicas, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – É verdade. Depois das três, não, mas no primeiro semestre nós fizemos várias audiências públicas sobre o Código Florestal e tivemos alguns embates. Eu preciso esclarecer porque, no Senado, e eu falo pelo Senado e pela Comissão de Meio Ambiente, aqui está o representante da Comissão de Agricultura, que a comunidade científica, até este momento, foi a mais ouvida pela Comissão de Meio Ambiente e de Agricultura. Tivemos aqui vários representantes indicados pela SBPC, vários indicados pela academia brasileira de ciências e representante da Embrapa.

Numa das audiências públicas houve a participação do ex-Ministro Alisson Paulineli, quando tivemos um grande debate.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Não tive essa sorte, Excelência, por isso estou aqui pleiteando...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Mas terá. V. Ex^a certamente terá a sua contribuição, a sua sugestão é bastante oportuna e importante. E nós faremos uma série de audiências públicas, estamos tentando viabilizar para terça-feira uma audiência pública para discutir a importância do Código Florestal nas cidades, e, no dia 13 de setembro, com ministros do Supremo Tribunal, do Superior Tribunal de Justiça e com juristas, com a OAB, para discutirmos a segurança jurídica no Código Florestal.

Mas eu gostaria de convidar, a pedido do senador Moka...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – É para equilibrar. Eu sou vice-presidente da Comissão de Agricultura, o presidente está aqui, e o Senador Ricardo Ferraço é da Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu gostaria que S. Ex^a assumisse...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Excelência, a ordem dos fatores não vai alterar o resultado. Mas agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Então, agradecendo mais uma vez todas as intervenções, passo a palavra ao Ministro Francisco Turra por 20 minutos.

Registro que, no minuto final, soará a campanha como um aviso de que está chegando ao final; mas se V. Ex^a precisar de mais tempo, a Mesa será absolutamente tolerante porque queremos ouvir as contribuições para este debate.

Com a palavra, com muita alegria, agradecendo a presença de V. Ex^a, Ministro Francisco Sergio Turra.

O SR. FRANCISCO SERGIO TURRA – Muito obrigado.

Em primeiro lugar, quero saudar o presidente Senador Rodrigo, Senador Acir, Senador Moka, meu querido amigo, ex-Ministro, inspirador, parceiro, Alyisson Paulineli; saudar a nossa Senadora Ana Amélia, nossa coestadua, nossa amiga, nossa companheira; saudar todos os Senadores, todos os presentes; em primeiro lugar devo dizer que fiquei imensamente feliz com esse convite e venho trazer a experiência não apenas de ter passado pelo Ministério, mas também de um dia ter aprovado no meu Estado do Rio Grande do Sul um projeto de minha autoria, o Código Florestal, que hoje continua vigendo, sem nenhuma modificação, apresentado há vinte e quatro anos, aprovado, discutido. Eu recorro quanto foi duro o embate para

a gente aprovar um Código Florestal do Rio Grande do Sul, um Estado difícil. Mas nós conseguimos juntar ambientalistas, madeireiros, todos, e passamos dois anos discutindo, debatendo, analisando, avaliando. E aprovamos, por unanimidade, o texto do Código Florestal do Rio Grande do Sul.

Acho que este debate é valiosíssimo. Acompanhei muito bem o o debate, o início do debate na Câmara, Senador Moka, parceiro de todas as horas, como acompanhei, por exemplo, o projeto de biossegurança que o Brasil construiu. E, aliás, as mesmas mãos e a mesma inteligência ... (Interrupção do som.) permitiu que nós tivéssemos hoje um marco legal para a biossegurança no Brasil.

E o Código Florestal não foi diferente. Acho que eu começo dizendo o seguinte: se a lei vigente não conseguiu ser implementada até hoje é porque não é boa. É porque estava falha. É isso mesmo. E houve a necessidade dessa mudança, desse texto aprovado, dessa discussão toda. A gente tem que ter muita coragem de avançar.

Eu tenho preocupações de ter acompanhado o Brasil agrícola muito bem e de ver hoje lá fora, no mundo, o que o mundo espera do Brasil. Eu vi, por exemplo, no mês de março deste ano, na FAO, o Rabobank apresentando os números e dizendo o seguinte: nos próximos vinte anos o mundo vai consumir 40% a mais de alimentos. E 40% desses alimentos sairão do Brasil. Passei em alguns países que me dizem claramente que eles não têm mais condições de competir, por falta de reservas hídricas, por falta de condições climáticas. Você vê um Canadá, você vê uma Rússia, tantos países que têm extrema dificuldade de produzir.

Nosso País, posso dizer a todos, porque passei em todos os continentes vendendo o nosso produto, que é carne de frango, nosso País é visto hoje como a grande reserva na produção de alimentos do mundo. Eu não estou dizendo porque ouvi na rua. Eu estou dizendo porque ouvi da FAO, eu ouvi na presença de tantas nações do mundo agora, em março, e a cada reunião que nós temos se repete exatamente isso.

Então eu digo que o Brasil está vocacionado para ser produtor de alimentos. Quando se desvia o foco e imagina-se que a nossa riqueza é o Pré-sal, eu imagino que é uma aventura. O Pré-sal é um adicional, mas produzir alimentos é uma riqueza.

O que eu gostaria de colocar aqui é que nós estamos tentando compatibilizar, fazer uma lei que permita que a gente produza e preserve. Ninguém de nós está querendo destruir, desmatar. E vamos lembrar um pouco: o próprio Governo brasileiro, com o ProVárzea e tanta coisa, estimulou esse desmatamento indiscriminado, criminoso no passado. Eu recorro, fui prefeito,

desmatamento com máquinas, a céu aberto, quando veio, por exemplo, o Prodec, ninguém cuidou, houve absurdos. Hoje a consciência é outra. Hoje eu vejo que os setores estão organizados para preservar. Quem disse o contrário está enganado.

Eu fico às vezes aborrecido, como brasileiro, quando revelam números de desmatamento de um mês e não há uma punição. Tem que haver. Tem que ficar em cima, não pode acontecer, isso não pode acontecer mesmo. Mas o desejo do brasileiro é produzir, e nós temos todas as condições de preservar também. Se nós tivéssemos que fazer hoje um discurso dizendo assim: “ou vocês permitem que a gente aumente a produtividade e a produção, desmatando, destruindo, ou então vamos preservar o Código Florestal, vamos fazer como alguma coisa que...”

Mas não é isso não. Nós temos aí, imaginem, 220 milhões de hectares de pastagens, para um rebanho de 170 milhões. Significa vender para o mundo que nós somos incompetentes, improdutivos; áreas que a gente pode apropriar para fazer a agricultura e nem é preciso. Quanto nós ocupamos do nosso território? Setenta e cinco milhões de hectares, num universo de 850 milhões de hectares. E nós ficamos discutindo se estamos aqui querendo aprovar um código para destruir. Não! Mudou a consciência.

Eu vejo no meu setor avícola. Hoje nós vamos para o mundo para defender a sustentabilidade. Já não é mais a qualidade. Nós vamos defender que somos sustentáveis.

O primeiro convite que eu tive foi na casa do Príncipe Charles, lá, dois dias, numa região amazônica, para provar para as ONGs que ele cultiva que nós não estamos, que o frango brasileiro não está destruindo a floresta amazônica. Esse é o discurso. Eu peguei o mapa e mostrei. Olhe onde nós estamos? Nós não temos nada a ver com a destruição da floresta amazônica. Mas o discurso das ONGs era esse. E passamos dois dias, governadores, senadores, a dois anos atrás, e nós fomos fazer a defesa. E o dia inteiro eu ouço que nem o outro o grupo de produtores europeus, Copa Cogeca passou um documento lá na União Europeia, dizendo o seguinte, em Bruxelas: se o Brasil entrar no acordo com a União Europeia, meu Deus da nossa agricultura, vai ser uma destruição, emissão de CO₂, o boi irlandês emite 40%, o brasileiro 90. Vocês imaginem que discurso louco, absurdos um atrás do outro que se vende, e se a gente não desmente... Nós passamos aí a defender. Nós proativamente vamos lá fora, fazemos hoje o workshop em Bruxelas, o mundo nos ouve, o Brasil é respeitado. E a gente disse isso que bem o Senador Moka falou; ou seja, nós estamos preservando não 60, mas 67% dos recursos naturais

que Deus nos deu. A União Europeia não preservou 5. Que moral para chegar hoje e nos destruir!

Então eu acho que esse Código Florestal que está passando por um debate é muito bom, mas ele está criando uma consciência... A gente vê nos nossos aviários, ao redor, preservação, plantio de floresta. Quem vai ver hoje um aviário é uma coisa linda, é uma imagem bonita para vender para o mundo. Não somos destruidores do meio ambiente. A água a gente preserva, cuida, porque, aliás, se a gente não fizesse isso nem venderia o produto para 157 produtos do mundo. É isso que acontece.

Então a experiência que a gente traz aqui é a seguinte: primeiro, graças a Deus, nosso País tem riquezas como nenhum, riquezas naturais que nós podemos preservar, vamos preservar. Aprovamos o Código Florestal no Rio Grande do Sul, aumentamos de 9 para 16% a cobertura verde em vinte anos. E aqui, se for acontecer esse marco legal aprovado, anotem o que eu falo: em cinco anos nós vamos ter uma preservação ambiental muito melhor do que temos hoje, porque ruim é a gente ter um código vigente atrasado, que não pode ser implementado, que o governo tem que prorrogar a vigência a cada ano.

Então o Deputado Aldo foi consciente, visitou o Brasil, andou, viu o Brasil como ninguém. Ele pode falar. A gente tem que ter uma segurança absoluta. Se houver, digamos, no curso do tempo necessidade de adequar... A gente está aí, por exemplo, temendo a anistia. Bem, eu acho que o desmatador inconsciente tem que ser punido. Fico triste que me digam: olha, aumentou o desmatamento esse mês tanto e não ouço a pena ou não ouço alguém dizendo - você tem que preservar o dobro. E há conceitos tão malucos. A gente fala assim: floresta tem que ser exótica. Vocês andem pelo Brasil, os senhores andem pelo Brasil e vejam um fato que aconteceu quando o Brasil resolveu dizer assim: araucária é árvore sagrada, não pode ser derrubada em condição nenhuma. Hoje, não existem novas plantações de araucárias no Brasil por isso. Se houvesse condição de fazer o manejo, de permitir o plantio e que para derrubar uma você teria que replantar duzentas, nós teríamos o Sul povoado de araucárias e hoje eu sei que muita gente arranca porque diz que é perigoso e que vai inviabilizar a propriedade. Aí nos impinge a ideia de só plantio de árvore exótica, exótica, exótica. É um conceito que acho muito errado.

Então, estou trazendo aqui, por exemplo, preocupações que tenho em relação à anistia. Não é esse o texto que está provado pela Câmara agora, não se anistia ninguém, o conceito de reflorestar, de ajudar mais, de repovoar, está também inserido no texto e o passivo ambiental vai ser resgatado, tem que ser res-

gatado, há condições de ser sem que a gente possa continuar crescendo.

A expansão da produção agrícola vai continuar pela produtividade em primeiro lugar. De 1975 para cá, um dado para ser anotado: a produtividade cresceu 3,7% ao ano e a americana cresceu 1,6%. Somos muito mais competentes, nossa produtividade está aumentando a passos largos. Sei que nesse código foi cuidado do tema polinização, que é fundamental para termos continuidade, a preservação, não apenas da floresta, mas também das aves, de tudo. Isso foi cuidado – é um tema que olhei – e precisa ser melhor adequado e tratado, talvez até uma sugestão, mas o que devo dizer aqui, acompanhando o debate, acompanhando o texto, que esse texto não vai ser um estímulo ao desmatamento. Tenho certeza de que vai ser um estímulo à preservação, ao aumento da produção, da produtividade e também perante o mundo vamos passar a ter uma imagem de um país que sabe cuidar do seu meio ambiente, da sua produção.

O Senador Viana estava conosco no encontro na casa do Príncipe Charles. Ele assistiu e está aqui. Qual era o debate? Era tentar desmerecer o Brasil, desmontar a imagem do País que tivemos que fazer a defesa olhando o nosso setor por exemplo e todos os dias, em algum lugar do mundo alguém tentando criar obstáculo para um País que, em poucos anos, se transformou, por exemplo, no maior exportador de carne de frango do mundo, com 41% de tudo que se exporta de carne de aves para o mundo 41% e o segundo, Estados Unidos, com 37%.

O Brasil dá passos rápidos, a gente abre o mercado com nossa competitividade, nossas condições a fruticultura. Imaginem três mil horas de sol no Nordeste! Quem vai competir? Muito doce tudo, tudo saudável, gostoso. O Brasil chega e está lá.

O Senador Reinhold Stephanes deve ter andado como eu e minha tristeza era chegar, quando ministro, ir para o supermercado e olhar nas gôndolas e encontrar frutas argentina, chilena e nenhuma brasileira. Aí, fizemos um acordo com a rede Carrefour que nos permitiu colocar frutas para degustação. Quando chegou a fruta brasileira foi para chegar e ficar. Pescado. Imagine, Senador Moka, o seu Estado, 270 espécies de peixe de água doce! Que país é esse?

Então, acho que temos todas as condições da gente avançar, preservar, aprovar esse marco legal. Pior é não aprovar e deixar como está e a cada ano a Presidenta Dilma e o Presidente Lula prorrogar a vigência porque é impraticável. Então, uma lei que é impraticável não é boa e tem que ser mudada, tem que ser melhorada.

Acho que o texto aprovado na Câmara foi suficientemente estudado, cuidadosamente estudado, e, por isso, recebeu a votação da maioria absoluta e acho que no Senado, tenho certeza absoluta, não será diferente, até porque esse debate unindo comissões, trazendo experiências, é muito válido. Louvo a iniciativa do Senado de continuar isso.

Quando nós falávamos, em princípio, na Lei de Biossegurança, logo que entrei aqui e quando era ministro, fui processado porque a CTNBio aprovou a primeira variedade de uma semente transgênica. E fui processado. Esse “talibanismo” depois foi cessando. No início, na Câmara, Senador Moka, tínhamos que fugir da sala de tão radical era o debate sobre transgênico. Era palavra feia e existia um conceito colocado nas placas do Brasil: transgênicos diziam que eram sementes da morte. Aí vinham os nossos cientistas com um palavreado muito rebuscado, muito refinado e não conseguiam se sobrepor a uma frase popular: “transgênico, semente da morte.”

O mundo inteiro hoje calou porque sabe que a ciência não pode estar à serviço da vida sem estar à servido do alimento que é vida. E foi a Academia Brasileira de Ciências que nos deu a luz para aprovarmos um projeto de biossegurança. Ela chegou e disse: estamos a favor, é isso aí, a inovação caminha por aí e o debate de 12 anos atrás no mundo era assim: vocês têm soja transgênica? Se tiverem, fim de papo.

Hoje pergunto a cada um dos que estão nos acompanhando: onde há no mundo disponibilidade de soja que não seja transgênica? Os maiores produtores produzem soja transgênica, sem nenhum mal, estudando conceitos da Organização Mundial da Saúde, da União Europeia, sem falar nas nossas universidades, na USP etc. Ainda há algum debate de um mercado que chega e diz que prefere soja convencional. Tudo bem, maravilha. O gosto do consumidor tem que ser atendido e assim é o debate do Código Florestal.

Agradeço muito, espero que tenha ficado no meu limite e tenha trazido apenas a preocupação do nosso setor. Se o texto fosse aprovado com algumas sugestões que já vieram da área de preservação permanente e reserva legal, dois milhões de pequenas propriedades do Brasil ficariam inviabilizadas. Retaliação da propriedade no Brasil é a tônica, é natural, é sucessão familiar mesmo. Então, não haveria como. Esse texto cuidou disso e é talvez para mim a coisa mais importante, a viabilização da pequena propriedade no Brasil, produtiva.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado Ministro Francisco Sérgio Turra pela sua contribuição nesse debate e passo agora a palavra...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Pela ordem Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – O Ministro Francisco Turra disse que Mato Grosso do Sul tem 270 variedades. Mato Grosso tem quase mil, não é Moka? A serem descobertas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Você não ouviu a provocação do Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Estou dizendo que Mato Grosso do Sul tem 270 espécies e Mato Grosso quase mil a serem descobertas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É a eterna disputa entre os Mato Grossos.

Passo a palavra agora por 20 minutos para o Ministro Reinhold Stephanes. Se V. Ex^a precisar de mais a Mesa será tolerante, mas com 19 a campanha vai tocar automaticamente.

O SR. REINHOLD STEPHANES – Bom dia a todos. É um prazer estar novamente nesta Casa e acredito estar entre amigos. Essa discussão que existe quanto à rapidez ou não da aprovação do novo Código Florestal, código ambiental, acho que é uma discussão desnecessária. Vamos continuar discutindo, ao longo ainda de muitos anos, essas questões ambientais e o aperfeiçoamento da legislação.

O que acho que é importante considerar é que temos hoje um conjunto de normas, que é composto de quase 16 mil itens, que nunca foi discutido, que nunca foi debatido, simplesmente vem sendo imposto, e se criou esse grande conjunto de normas, dentro das quais quase todos nós estamos (inaudível) e principalmente o agricultor que não lê Diário Oficial.

Então, alguém pode dizer: bom, o Código de 1965 foi elaborado por profissionais. É verdade, foi. Já a Medida Provisória de 1996, que se transformou em lei, em 2001, essa não foi discutida, sequer aprovada pelo Congresso e sequer passou pelo Senado. E todas as normas que vieram como decorrência, e aí só as normas do Conama têm um volume de mil páginas em letras pequenas e normas, só isso, considerando todos os outros que emitem normas diariamente pelo Brasil, são normas que não foram efetivamente debatidas e discutidas e nem colocadas em função da academia, da ciência ou da realidade. Então, evidentemente, como primeira premissa, eu diria o seguinte: é importante aprovar, esse código foi debatido, foi discutido, talvez ainda falte alguma coisa, não tenho dúvida quanto a isso, mas temos condições de manter isso num processo dinâmico e, com certeza, vai ser mantido dentro de um processo dinâmico, de aperfeiçoamento futu-

ro, mas no momento é importante que se tenha uma lei para que se comece efetivamente esse processo.

É importante também citar que nesse período – se pegarmos 1965, depois 1996, não sei se a gente pega como data 1996, quando saiu a medida provisória, ou quando foi transformada em lei, em 2001, essa é uma dúvida que cabe ainda ser decidida –, evidentemente houve uma evolução da ciência, houve uma evolução da tecnologia, houve uma evolução dos métodos de produção de sustentabilidade no Brasil.

Eu até chamo à atenção, é uma coisa muito interessante, eu consegui recuperar a capa de uma revista chamada O Conservacionista, isso aqui tem mais de trinta anos, era uma revista que circulava no interior do Paraná junto à agricultura do Paraná. Sabe quais os assuntos tratados aqui? Plantio direto, conservação de solo, erosão, papel das minhocas na formação do solo e como produzir biogás. O que quero dizer com isso é que há mais de quarenta anos se discute, se estuda e se trabalha no campo no sentido de melhorar a sustentabilidade e a conservação do solo no campo. Talvez para nós urbanos isso seja uma novidade, tenha vindo a partir da Eco-92, mas no campo isso é muito antigo. Quer dizer, a Embrapa Norte de Belém estudava solos, lembro que os primeiros documentos sobre estudo e conservação de solos datam de mais de quarenta anos, dos órgãos que antecedem a Embrapa, o antigo DNPEA. Este é um assunto que vem sendo tratado há muito tempo. Hoje temos tecnologias no Brasil, como o plantio direto, que é extraordinário, é uma invenção brasileira, não obstante o seu início ter-se dado no Canadá, mas onde ela se tornou efetiva, em mais de 70%, por exemplo, no Paraná é feito em plantio direto, que usa uma técnica de conservação de solo. Fixação biológica do nitrogênio também foi algo que surgiu no Brasil e que hoje se expande. A integração lavoura/pecuária/floresta que são tecnologias de sustentabilidade. Recuperação de áreas degradadas, e aí o Turra falou bem, o que temos para recuperar de áreas degradadas, combate biológico a pragas. O que eu quero dizer é que a ciência, no caso da Embrapa, e aí tem que ficar muito claro, a maior concentração de conhecimento, em termos de sustentabilidade, em termos de meio ambiente, em termos de meio ambiente e em termos de emissão de gases e efeito estufa, por incrível que pareça, está na Embrapa e no sistema de pesquisa brasileiro. Digo Embrapa e mais as outras dezessete unidades de pesquisa brasileiras. É ali que temos a maior concentração de doutores e pós-doutorados em conservação e meio ambiente – inclusive existe uma Embrapa chamada Embrapa Meio Ambiente, além da Embrapa Florestas. E são órgãos que pouco participaram deste debate ao longo

dos anos, mas que têm estudos extraordinários sobre essa questão de mudanças climáticas, impactos na agricultura, cenários futuros, o que vai acontecer com o café em Minas, com a fruta, em Santa Catarina, etc. São estudos que vêm sendo feitos há muito tempo. E muitos desses estudos hoje já não são mais de prateleiras, são coisas efetivamente praticadas.

O que quero dizer com isso? Duas coisas: que os estudos vêm acontecendo já há muito tempo, a consciência em relação a isso vem evoluindo também já há muito tempo no campo e esse processo ainda vai continuar evoluindo. E muitas questões de sustentabilidade não precisam ser impostas por lei no sentido de que se preserve tanto, às vezes de margem mais ou menos, porque pela ciência, pela tecnologia, você pode precisar de mais ou menos margem no sentido de conservar água ou de conservar o solo. Esse é um processo de evolução.

Feita essa pequena introdução, antes de entrar nos pontos que me foram solicitados, gostaria de dizer que eu li os trabalhos apresentados pela SBPC – participei de três reuniões da SBPC. E a conclusão a que cheguei, escrevi isso num artigo que vai ser distribuído, foi publicado e não foi respondido, numa página inteira da Folha de S.Paulo, mostrando que ela não havia apresentado absolutamente nenhuma novidade, era uma mera compilação de dados e informações de estudos do passado. E as sugestões que ela fazia eram sugestões absolutamente praticadas já pela agricultura. Uma delas era crescer por produtividade. O Turra bem falou. O Brasil é o país que mais cresce em eficiência no mundo nos últimos dez anos. Não é o mais eficiente, mas é o que mais cresce. É o que mais aumenta a sua produção, em quase 70%, o nosso aumento de produção é eficiência e produtividade. Ou seja, a recuperação de áreas degradadas, todo estudo, mas com detalhes. Os senhores não imaginam o número de detalhes. Existem estudos, e muitos já sendo aplicados, no sentido de recuperação de áreas degradadas para fixar novamente o carbono, o CO₂ na terra. Quer dizer, como isso será feito.

Com isso também quero desmistificar um pouco as colocações que vêm sendo feitas pela academia. Essa mesma discussão, a mesma colocação que estou fazendo aqui eu fiz do plenário para os apresentadores, e não houve discordância nas minhas colocações. Claro que eu os respeito, eles devem participar, e nós devemos continuar num processo de constante debate. E devemos continuar num processo de constante aperfeiçoamento. Mas neste momento, acho que precisamos de uma legislação, o mais rapidamente possível, no sentido de darmos os passos seguintes.

Foram-me solicitados alguns tópicos a serem abordados que são os tópicos mais polêmicos.

Vamos começar por um dos que considero o mais simples, porque acredito que exista uma possibilidade de entendimento entre o meio ambiente e os que têm uma posição de manter o projeto aprovado na Câmara, que é a questão das margens de rios. Áreas consolidadas em margens de rios até 10 metros já têm uma solução muito clara. Nesses rios, com largura de até 10 metros, em vez de recompor 30 metros, recompoem 15 e utilizam os outros 15, embora plantando com sustentabilidade. Quando falo plantando com sustentabilidade, a melhor técnica é o chamado plantio direto, que é uma técnica altamente difundida. Não temos nenhum problema em adotar, eventualmente, outras tecnologias que tenham sido utilizadas para evitar que se polua a água. É claro que estou, assim, enxergando muito mais a coisa de Minas para baixo, do Mato Grosso do Sul para baixo, que têm uma situação um pouco diferente, quer dizer, se falarmos, talvez, do Acre ou do bioma amazônico, evidentemente, que são coisas um pouco diferentes. Mas a discussão está se fazendo em torno das áreas das margens dos rios que têm mais de 10m de largura. Então, se pegarmos o Paraná, temos quatro rios que nascem no leste, atravessa o Estado inteiro e vão desembocar no rio Paraná lá, no oeste, e, evidentemente, são faixas de áreas enormes, passa por todas as faixas de produção, e o Paraná já está consolidado, em termos de área de produção, há mais ou menos 30 anos, de lá para cá não se desmata mais nada porque já está mais ou menos consolidado nesse período. Então, temos ali rios, quer dizer, onde teremos que recompor entre 100 a 500 m de largura de área. Ora, grande parte das propriedades, e, ali, no Paraná, 90% das propriedades são pequenas, estariam inviabilizadas porque seriam engolidas em parte ou até algumas integralmente por essas margens. Então, evidentemente, o espírito da legislação que veio é de que, se for área consolidada e que se mantiver no mínimo os 15 m e plantar com sustentabilidade, não precisa recompor, pelo menos, é essa a ideia. A discussão está, se isso se fará por decreto, como o Governo deseja, ou se a lei já estabelece a regra, que é o baixo impacto ambiental e o interesse social, que já está lá. Essa é a discussão. O que havia sido sugerido, à época, e aceito pelo Aldo Rebelo e que, agora, vi que essa sugestão também parte de um documento do Ministério do Meio Ambiente, se não, tudo bem, concordamos, mas vamos estabelecer um determinado limite. Então, primeiro, dividiram, não se aplica dessa forma para o bioma amazônico, eles queriam um fórmula diferente, mas, para todo o resto do Brasil, eles aceitam que tem que recompor, no

mínimo, 30 m, aí, não 15, nessas propriedades acima de 10 m de largura, 30 m, e, aí, também, para o bioma amazônico, no mínimo, 30 m, mas, nas áreas fora do bioma amazônico, esses 30 m, desde que não ultrapasse 20% do tamanho da propriedade, que é alguma coisa aceita pelas cooperativas e pela agricultura. Aí vou dar o exemplo: a pessoa tem 10 ha na margem do rio, então ele recompõe, é permitido recompor ali apenas 2 há, porque, com 8, continuará plantando e produzindo, ele perde 2, ele se sacrifica com 2, mas tem 8 para produzir, se ele tiver 20 ha, ele só sacrifica 4, ele tem 16 para continuar produzindo, agora, se ele tiver 100 ha, sacrifica 20, se tiver 1000 ha, sacrifica 200. Só que, aquele que sacrifica 200, pode contar, porque já entra nas propriedades maiores, pode contar aquela parte como reserva legal também, pode somar a reserva legal.

Então, é uma fórmula relativamente inteligente, é uma fórmula boa e que, pelo que entendi, pelo documento que foi mandado pelo Ministério do Meio Ambiente, eles também concordam com essa fórmula, que seria uma forma de conciliar um dos pontos que está em conflito.

A segunda questão é, evidentemente, encostas, topos de morro e várzeas, quer dizer, qual é a posição que nós tomamos. E aí as questões ainda não estão muito bem ajustadas com o pensamento do Ministério do Meio Ambiente. Mas me parece muito claro que, se plantamos sem agredir o meio ambiente, sem problemas com o meio ambiente, sem erosão – claro que não há biodiversidade, mas não há erosão – não há emissão de gás de efeito estufa e plantamos. Vou só dar os exemplos que são clássicos: o vinho no Rio Grande do Sul, que está sendo plantado com sustentabilidade. Se ele está lá, há 50 anos ou 100 anos, e está cada vez mais produtivo, significa que o solo está sendo conservado, porque, se não tivesse, ele não estaria cada vez mais produtivo, ele nem se sustentaria ou, se as maçãs de São Joaquim, aquela coisa fantástica, que é a produção de maçã de São Joaquim, a capital brasileira da maçã, que, praticamente, derrubou a maçã argentina no Brasil. A suculência daquela maçã não se compara com a maçã farelenta da Argentina, não é? É, aquele isopor. Bom, vejam bem, se estão lá os morros e estão plantados, não estão erodidos, gente, por que tirar aquilo de lá? Ou mesmo cafés em Minas e assim por diante. Quer dizer, podemos dar os exemplos, e, principalmente, uma coisa que pouca gente observou: mas quem foi o Ministro da Agricultura, e o Paulinelli talvez conheça melhor do que eu, até por que vem de áreas muito quebradas em Minas, gente, o que tem de pastoreio e gado em cima de encosta e topo de morro, a gente não entende como é que ele sobe lá, mas ele

está lá, porque são pequenas propriedades, elas vivem disso, e o interessante é raro ver o morro com problemas, é raro, eles estão lá, basta pegar o helicóptero e sair sobrevoando isso, fiz muito isso.

Então, gente, isso tem que continuar lá, agora, sempre dentro de uma ideia, que é a da sustentabilidade. Como já temos tecnologias, e elas estão aí, ou praticadas, porque, se ele não praticar uma boa tecnologia, ele não vai continuar durante muitos anos lá, e ele tem que aumentar a sua produtividade a cada ano, então, evidentemente, que estão procurando a sua própria tecnologia. Também, o próprio Código, da forma que está elaborado... Então, vejam bem, da forma como as coisas estão colocadas na legislação, que esse plantio deve continuar com sustentabilidade, acho que está perfeito, acho que não há o que mudar nisso. O que surge é uma dúvida que foi levantada pelos ambientalistas, que é uma questão, digo, os ambientalistas foram ao Ministério do Meio Ambiente, e vejam bem, não estou falando em nome deles não, estou apenas dizendo que li os documentos, e sinto quais são as eventuais dúvidas que têm ali. É que há um entendimento, talvez por uma redação não muito bem feita de que é possível se criar, se utilizar novas APPs, ou seja, eles acham que a redação do art. 8º não ficou muito clara, porque o que se defende como importante são apenas áreas consolidadas que não têm impacto, que não têm risco, que estão lá, que estão produzindo. Não se deseja criar novas áreas, ou seja, onde o morro não está utilizado, onde a encosta não está utilizada, onde a várzea não está utilizada, não está se pedindo que se abram condições para sua utilização.

Então, se a redação está induzindo a essa possibilidade, é só melhorá-la, isso é que tem que ser feito, assim como também vem sendo colocado que, no art. 8º, as áreas consolidadas, enfim, de interesse social, de baixo impacto ambiental, previstas em lei...

Quer dizer, a preocupação é de que nova lei tem de ser feita. E aí se cria um debate jurídico, um vácuo. Então, tem-se que melhorar essa redação, isso não pode depender de nova lei. Vejam bem, em relação aos três tópicos que me foram pedidos por ofício eu me pronunciei. É o problema das margens acima de 10 metros, acho que tem uma solução fácil, conciliável; a questão das encostas e topos de morro também tem uma solução e a questão de melhorar uma redação para evitar que haja uma interpretação duvidosa ou que precise de nova lei.

Eu teria apenas mais dois pontos para colocar. Quantos minutos eu ainda tenho? Acho que pulei um ponto importante, a questão da chamada “anistia”. Temos três situações: para aquele que agiu de acor-

do com a lei na época em que a lei permitia, evidentemente, não há o que se discutir. Se ele foi multado, autuado, não sei o que aconteceu, morreu. Aquele que cometeu uma ilegalidade entre... Aí temos que ver se a data é 1996, a primeira medida provisória, ou 2001 até a data do decreto, julho de 2008, que ele cometeu. O que a legislação que vem prevê? Prevê que ele tem de recompor. Ou seja, ele vai pagar por serviços ambientais aquele crime que ele eventualmente cometeu, entre aspas. Eu estaria disposto a defender isso como correto, porque o objetivo maior da lei é fazer a recomposição, é você atingir objetivos ambientais.

Esse é o grande objetivo, o objetivo não é punir, não é prender ninguém. Se eu atingi esse objetivo, ótimo, até porque temos de entender que muitos desses que foram lá e compraram mil hectares imaginando que podiam derrubar 50, aliás, 500, não derrubaram. Passados dois, três anos, muda a lei... Então, tudo bem, ele até pode ter infringido a lei, mas, sob a ótica deles, é assim: “eu comprei mil, posso derrubar quinhentos. Se eu soubesse que era só duzentos eu nem teria comprado, não seria econômico eu comprar a área”. Então, embora ele tenha infringido a lei, tem que haver certa compreensão também com isso. Desde que isso seja recomposto, meu Deus, e isso tem um custo de recomposição, acho que é uma forma de compensação. Aí eu acho que é uma questão de bom senso ao se elaborar uma lei. Agora, atenção, nós temos três situações. Uma que não se discute, uma segunda que pode ser discutível e agora, evidentemente, aquele que derrubou a partir da data que está estabelecida – ela pode ser modificada – tem de pagar a multa.

Chamo a atenção para outra questão. Essas multas, se nós a examinarmos, muitos excessos se cometeu. Vou me permitir, e peço desculpas, dizer apenas que, infelizmente, o Presidente da República não leu quando baixou o decreto da criminalização. O Ministro do Meio Ambiente também não leu. Isso eu disse na época e ambos concordaram que não haviam lido, tanto que, três dias depois, o Presidente suspendeu, possivelmente pouquíssima gente leu esse decreto. Se alguém ler esse decreto, verá o quanto é possível praticar excessos em relação à criminalização do homem do campo. É impressionante o que está escrito naquele decreto. Você pode ser preso, você pode ter uma multa de R\$50 mil por uma simples lada de minhoca que você retirou da reserva legal. O decreto, efetivamente, é uma peça que merece se lida. Evidentemente, vai ser alterado.

Por que estou dizendo isso? Além disso, muitos excessos. Posso citar exemplos, no porto do Amazonas, onde passa o rio Iguaçu, todo poluído, seis vaquinhas de um pequeno produtor romperam a cerca e

foram tomar a água, que era poluída, absolutamente poluída, do rio. O homem teve as seis vaquinhas confiscadas e uma multa que é superior ao valor da terra dele. Então, também temos que olhar um pouco isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mas esse decreto a que o senhor se refere está em vigor?

O SR. REINHOLD STEPHANES – É esse que está em vigor no momento. Ele merece ser analisado. Agora, só para mostrar um pouquinho o espírito da coisa, em abril deste ano foi baixada uma portaria pelo Ministério do Meio Ambiente que tem as seguintes expressões, só vou citar duas expressões, é uma portaria muito longa, para que alguém possa regularizar a sua área. Ele faz uma declaração que diz o seguinte: declaro que renuncio ao direito de recorrer administrativamente em relação ao auto de infração. O sujeito tem de declarar.

Mas espere, não cheguei ao ponto principal: Confesso a autoria, a materialidade e a extensão dos danos, conforme consta no referido auto de infração. Ou seja, o fiscal vai lá, multa, e ele assina uma declaração em que confessa que cometi todos esses crimes, senão não converso mais com você. Então, veja, só para mostrar um pouco desses excessos. Temos de zerar esse jogo, começar um jogo melhor.

As sugestões... Aí gasto um minuto apenas para dizer que eu acho que teria de ser reexaminada a questão dos quatro módulos. O Presidente Lula havia concordado com isso numa reunião. Tudo bem que mudou o Governo. O Lula usou a frase: “fazer que nem o imposto de renda”, Foi a frase que ele usou. E isso significava o seguinte: se você tem 4,5 módulos ou 4,1, hoje você está fora do benefício, não tem a reserva legal. Então, eram sempre descontados 4 módulos. Ficou claro isso? Não? Você tem 8 módulos ou 5 módulos. Você só tem obrigações legais de recomposição de reserva em relação aos 4 módulos ou ao 1 módulo respectivamente. Os primeiros 4 estão isentos. Eventualmente pode-se até colocar uma regra de propriedade, de tamanho, para ter essa transição, porque muita gente que tem 4,1, 4,2, 4,3 está fora da regra e está fora da regra. Então, talvez isso mereça uma pequena adaptação. Claro que se o sujeito tem 10 mil hectares... Também não vai fazer diferença você tirar 4 módulos de 10 mil hectares porque ele vai ter de fazer a recomposição no resto.

Mas essa era a ideia do Lula: “que nem o imposto de renda usa”. Eu me lembro que o Presidente Lula achou interessante ser como o imposto de renda, mas depois isso acabou caindo fora no texto. Então, tem-se que dar uma olhada. Uma questão que coloco para debate, e aí invoco o meu querido Estado do Acre, o

meu querido Senador Jorge Viana. Antes disso invoco o Pará. Vejam bem, o Brasil adota uma legislação rígida, a mais avançada do mundo, a mais limitante, a que mais custa para o produtor, entre aspas, porque ele também vai ter vantagens, é claro, mas a mais restritiva. Quer dizer, eu tenho restrições para o plantio do arroz aqui, mas posso importar o arroz do Uruguai sem nenhuma restrição. Se eu tenho restrição aqui eu posso importar do Paraguai sem absolutamente nenhuma restrição.

Eu posso ir plantar no Acre – onde praticamente tudo é proibido plantar – e onde se importam até verduras... Eu digo isso porque foram pedir, a assembleia esteve comigo para abrir um posto na divisa para facilitar importações de feijão e de outros produtos. Então, vejam bem, eu não permito que derrubem a floresta do lado de cá, mas aceito que derrubem do lado de lá e compro do lado de lá o produto.

Então, tem que haver uma certa reciprocidade, o que nós é exigido por outros países em outras questões. Eu vou pegar o dendê. Nós não plantamos o dendê no Pará em áreas degradadas, não aceitamos para recuperar e olha que o dendê é a melhor espécie para recuperar áreas degradadas. A melhor, não existe outra melhor para áreas degradadas na região, evidentemente, do Norte, onde dá o dendê. Porque, primeiro, pode-se plantar praticamente na areia; segundo, tem-se que fazer a cobertura do solo para ela com alguma leguminosa; terceiro que, a cada 10 hectares, dá pelo menos a mão de obra de um trabalhador, dá o ano inteiro. Enfim, nós importamos a metade do dendê. E aí, vejam que coisa interessante. Nós não aceitamos plantar o dendê lá, até porque é considerado exótico, agora estou falando do Pará... Não, esse é um estudo científico da Embrapa, estou me referindo a algo bem técnico, bem científico, mas aceitamos que a Malásia derrube florestas para plantar dendê e vender dendê para nós. Entende? Então, existiu já uma emenda minha anterior para se colocar um pouquinho essa discussão da reciprocidade. Imaginem a Europa ter que vender para nós o vinho e o queijo e nós exigirmos o mínimo. Porque lá não tem, há menos de 1% da floresta em pé. Ou seja, diminuiria até a pressão contra o Brasil desses países que normalmente não têm regras, mas exigem que o Brasil tenha regras. Eu acho que deveria haver uma certa reciprocidade. Nós elaboramos até uma emenda que eu considero inteligente, porque atribui isso à Camex, atribui ao meio ambiente, atribui a todo um procedimento para que se exija que os países que exportam para o Brasil, em determinadas situações, tenham pelo menos uma certa correspondência de respeito ao meio ambiente, porque hoje nós importamos de qualquer país, em qualquer condição de produção.

Gente, muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Deputado, Ministro Reinhold Stephanes. V. Ex^a foi bem objetivo e trouxe contribuições certamente muito significativas a este debate.

Passo agora a palavra...

Eu quero pedir desculpas, que...

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, só para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Para dar uma pequena explicação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não. Com a palavra o Senador Reditario Cassol.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quero agradecer ao Sr. Ministro pelo esclarecimento, o ilustre que acabou de encerrar a palavra.

Em primeiro lugar, nessa discussão sobre a parte do código ambiental, nós temos que também nos preocupar com os órgãos ambientalistas. Nós temos muitas falhas neste Brasil pelos próprios órgãos ambientalistas. A começar por Rondônia, o ilustre Senador ali, o Acir, que é testemunha das devassas de queima que nós tivemos em Rondônia, onde, há uns 60 dias, fiquei muito aborrecido com o órgão do Ibama, quando fui levar ao conhecimento que ao longo da 364 a queima era só o que estava tendo. Eu fui tratado como um animal. Vejam bem. Além de o Ibama ter uma dívida muito grande com a reposição florestal em Rondônia, nós temos que parabenizar o Instituto Nacional do Pinho, quando funcionava como Instituto Nacional do Pinho. Os catarinenses estão de parabéns, os ilustres Senadores aqui, a proteção da mata que nós temos nas águas, nas montanhas, tudo lá ainda iniciado naquela época.

Quando transformaram em Ibama, a coisa mudou. Foi em 77 que nos mudamos para Rondônia, o Ibama cobrava reposição florestal e nada aconteceu. Bem ao contrário: estão perseguindo os madeireiros com a força da Polícia Nacional. A

fiscalização com 6, 8 policiais com 2 fiscais do Ibama perseguindo os madeireiros que tiram as torinhas onde os grandes fazendeiros destroem a Mata, E o Ibama não está nem vendo. Vejam bem, madeiras paradas, que é onde aproveitam matérias primas que vão apodrecer, vai ser queimada. Então, nós temos que começar, em primeiro lugar, com os órgãos ambientalistas chamarem a atenção e cumprirem com os seus deveres. E vamos ser objetivos para realmente aprovarmos esse código florestal para agir em todo

o Brasil, porque a coisa está ficando feia, muito feia. Digo a franca verdade.

Então, a gente agradece a todos os Senadores, o Ministro, todo mundo, Deputados, aqueles que estão com bom pensamento para realmente fazermos coisas melhores aqui, mas irmanados com os ambientalistas. E que tenham mais responsabilidade, porque se precisa aprovar alguma coisa com a falta da consciência do próprio órgão do Ibama no Estado de Rondônia, a gente aprova.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Cassol. Eu quero pedir desculpas porque o Senador Relator Luiz Henrique tinha avisado à Mesa que chegaria um pouco atrasado porque estava em audiência no Palácio do Planalto e eu, por um lapso, não registrei. Quero fazê-lo agora. E, ao mesmo tempo, agradecer, registrar a presença do Deputado Nelson Morro, do Deputado Valdir Colatto e do Deputado Luiz Carlos Heinze, que também nos honra muito com a sua presença aqui nesta audiência pública.

Com muita alegria agora passo a palavra ao grande mestre, Ministro Alysson Paulinelli.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, meu prezado amigo Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Agricultura, o nosso Senador Acir, Srs. Relatores, Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer o convite que me foi feito para, pela segunda vez, trazer a minha opinião com referência ao Código Florestal Brasileiro. Faço-o com o maior entusiasmo, porque sei que o Congresso Nacional tem figuras capazes de buscar as soluções mais adequadas dentro do atual contexto brasileiro, haja vista o hercúleo esforço que fez o Deputado que montou o projeto que aí está, Aldo Rebelo. Eu tive oportunidade de acompanhá-lo em algumas de suas audiências e fiquei impressionado com sua capacidade de apreensão, a sua capacidade de entender as dificuldades do Brasil de hoje. De um lado, o setor produtivo, que cresceu, que se transformou hoje numa das grandes alternativas na produção de alimentos, na produção de energia renovável no mundo e os ambientalistas. Ele foi capaz e teve paciência de ouvir a argumentação de ambos e propor, pelo menos em sua grande parte, soluções que viessem trazer uma busca do entendimento e, principalmente a viabilização para uma lei que não está em condição de ser cumprida. Isso é perigoso para o Brasil.

Eu quero de antemão dizer que eu concordo absolutamente com o que foi dito pelos meus dois antecessores colegas, tanto o nosso Ministro Turra,

que eu conheço bem e de quem tive a oportunidade de acompanhar o esforço no Ministério e que trouxe aqui algumas observações importantes, especialmente no setor onde ele atua. E também o nosso Deputado e ex-Ministro Reinold Stefanek, que foi muito objetivo e que aqui levantou questões localizadas de onde se processam as maiores controvérsias.

Eu pediria aos companheiros Ministros, especialmente aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados, que a minha apresentação ficasse um pouco mais, para não repetir os detalhes que aqui foram levantados, com relação ao que eu sinto no Brasil de hoje.

É evidente... Eu fui Ministro da agricultura por muito tempo, de 1974 a 1979, quando, pelo momento em que vivíamos, pela visão de um Presidente que foi muito interessado no setor agrícola, o setor pôde montar algumas de suas estruturas que estão dando frutos ao País. Por que se fez isso? E essa é uma preocupação que eu tenho, porque muitos dos legisladores são bem mais novos do que eu e, talvez, não tenham fixado na memória o que era o desafio brasileiro nas décadas de 60 e 70. Eu sou profissional do setor e tive a oportunidade de participar na administração de uma universidade, na administração do setor agrícola de um Estado e, depois, com muita honra, da administração do setor agrícola do País.

O Brasil é um país tropical e, por ser tropical, ele pagou pesadíssimos juros pela falta de conhecimento dos seus biomas. O mundo se desenvolveu nas regiões temperadas. Foram quatro milênios, no mínimo, para se formar a agricultura tradicional que o mundo detinha nessa época. Países ricos investiram muito em ciência, em tecnologia, em infraestrutura, na formação de grandes empresas de comercialização ou, enfim, fizeram um esforço programado para assumir a posição que tinham no mercado internacional de alimentos e de fibras. E isso trouxe a países tropicais em desenvolvimento, especialmente a países como o Brasil, um constrangimento de não serem competitivos. O Brasil, na realidade, não tinha capacidade competitiva para enfrentar as grandes nações do mundo, a não ser em produtos tropicais, que lá não se produziam.

Vejam bem o que estou dizendo: o Brasil, por ser tropical, não tinha capacidade de produzir o quanto ele necessitava para si próprio. A grande evolução brasileira se passou especialmente entre a década de 30 e a década de 60. Getúlio Vargas foi o primeiro a fazer um plano de industrialização, um plano de industrialização que atendeu às necessidades brasileiras, especialmente em alguns segmentos que nós precisávamos. Por exemplo, a siderurgia, a Companhia Siderúrgica Nacional, a siderurgia de pequeno porte, especialmente o gusa. E, assim, Getúlio Vargas con-

seguir também evoluir nas indústrias de transformação, tecelagem, madeiras, etc. Como ele fez isso? Ele conseguiu fazer essa “industrialização” – entre aspas – através de compra de tecnologia, de busca de novos conhecimentos lá fora, e nós, brasileiros, importamos o conhecimento, as indústrias e até matéria-prima de produtos industrializados. Até os galpões que abrigavam as nossas indústrias eram importados. No meu Estado, por exemplo, eu vejo lá, ainda, verdadeiras peças de museu, galpões importados dos Estados Unidos, da Inglaterra – especialmente da Inglaterra –, da Holanda e de tantos outros. Foi uma indústria montada sobre a economia gerada na agricultura pelo café.

Poucos analisaram que, na década de 30, o Brasil tinha um estoque de 61 milhões de sacas de café, e que as Getúlio administrou muito bem, porque precisava desse dinheiro para fazer o seu primeiro grande programa de industrialização, chamado Programa Estratégico de Desenvolvimento da Industrialização Brasileira. Foi no café, e Getúlio começou a verificar que, como ele próprio colocou mais café no mercado, o preço caiu. Ele teve a coragem de queimar estoques na praça pública para sustentar o preço do café, e ele foi sustentado. E Getúlio concluiu seu plano de industrialização, que começou a modificar o Brasil.

Os senhores já se apercebiam bem, na década de 50, da presença de um conterrâneo meu que, efetivamente, provocou uma profunda mudança no Brasil. Foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, um homem de uma capacidade de trabalho, de uma comunicação efetivamente modelar, que fez com que o brasileiro acreditasse em si próprio. O seu programa de desenvolvimento de 50 anos em 5 de governo foi uma realidade. Poucos observaram que Juscelino pegou no chamado IBC daquela época um estoque de 81 milhões de sacas de café, que deram a ele tranquilidade para executar o seu plano praticamente sem grandes endividamentos do País.

Era o café que sustentava sim! Sustentou a industrialização brasileira e provocou uma mudança no próprio meio rural brasileiro. Se, em 1930, quando Getúlio começou o plano de industrialização, o Brasil só tinha 20% de sua população urbana, quando completa Juscelino o seu plano de governo, o Brasil era outro: metade da população era urbana; metade era rural. As concentrações urbanas passavam a exigir aquilo que o Brasil não estava em condições de produzir.

Lembro-me bem, ainda de calças curtas, da fazenda do meu avô. A fazenda do meu avô era a fazenda típica brasileira. Nas várzeas mais baixas, plantava-se o arroz; nas mais altas, plantava-se o milho e, no meio dele, o feijão e, às vezes, até a mandioca. Cultivava-se um cereal importante, que era o milho. Havia uma horta

relativamente suficiente para abastecer a verdura da propriedade, havia as galinhas, havia a vaquinha que se soltava no cerrado brasileiro – era uma vaca para dez hectares –, havia o bezerro, produzia-se carne. Na fazenda do meu avô só se comprava o sal e o que-rosene. Quando os seus dez filhos, vendo que lá não havia espaço para eles, tiveram de ir para as cidades, lá não havia a várzea baixa para produzir o arroz, não havia o milho, não havia a galinha, não havia o porquinho e não havia o leite, a vaca e a carne. Passaram a ser demandadores de alimentos, e essa demanda foi muito crescente, especialmente nas décadas de 60 e 70, quando o Brasil cresceu de fato. O que ocorreu foi que o Brasil se transformou, infelizmente, em um dos grandes importadores de alimentos.

Eu fui para o governo nesta época e me lembro muito bem das decepções que nós tínhamos. A carne da entressafra provocava flagelos, filas. Não se comia carne suficiente. Importávamos mais de 30% do nosso consumo da Argentina e do Uruguai e fomos os primeiros importadores de carne da Austrália quando ela se organizou. Nós importávamos quase 100% do trigo que consumíamos. Importávamos arroz das Filipinas e até feijão. Os Estados Unidos da América do Norte não consomem feijão, mas verificaram que o Brasil era um bom mercado e começaram a plantá-lo para vender para o Brasil. O Chile, que não tem área, nos vendeu feijão. O México, que tem pouca área, nos vendeu feijão.

Nós não tínhamos capacidade de autossuficiência. Tudo estava sendo pago pela Conta-Café. A nossa indústria era obsoleta. Está aqui o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Tenho muito respeito pelo meu amigo Rollemberg. Trabalhamos, sim, juntos na ciência e tecnologia para melhorar as condições do nosso fundo. Por isso, quero dar aqui uma informação: Juscelino teve a visão de que a indústria brasileira não podia ser caudatária de conhecimento e montou o CNPq e a Capes para poder dar ao Brasil o início de conhecimento próprio que – graças a Deus! – evoluiu para setores como a Petrobras – ela própria desenvolveu ciência e tecnologia – e o Ita, para o desenvolvimento da ciência aeronáutica.

E em 1974, foi por inspiração natural dos êxitos das organizações científicas que criamos a Embrapa, que era a chave para se dar ao País aquilo que ele não tinha: capacidade de utilizar seus biomas de forma racional e tirar deles aquilo que nós precisávamos para alimentar o País, porque a Conta-Café não estava aguentando as despesas de uma indústria importadora de conhecimento e até de matéria-prima. Posso dizer aos senhores que até as primeiras indústrias brasilei-

ras de tecido trabalharam com algodão importado. Isso dói em qualquer brasileiro.

O Brasil não tem outra alternativa: vai dominar o mercado de algodão no mundo, porque é vocação do País produzir, em suas áreas semiáridas, o algodão de primeira qualidade. Ninguém vai nos bater, porque hoje temos ciência e competência para isso.

Precisávamos urgentemente acudir a economia brasileira. Em 1972, acontece o primeiro choque do petróleo. De US\$3.00, passa, em menos de quinze dias, a US\$15.00 o barril; depois, de US\$11.00 a US\$15.00 o barril. Muitas vezes, no Governo, eu vi decisões de se comprar petróleo no mercado spot a US\$19.00, US\$20.00 para o Brasil não parar. Nós consumíamos, naquela época, 80% do petróleo que gastávamos aqui, era petróleo importado. E a Conta-Café foi ficando pequena. Ela não era capaz de sustentar uma indústria obsoleta com uma importação de alimentos crescente.

Em 1968, os Estados Unidos, que eram a grande potência produtora do mundo, passaram pelo vexame de fazer o primeiro embargo não político na exportação de alimentos. O que significa isso? Ele que usou o embargo político especialmente na Guerra Fria, contra o seu principal adversário: a Rússia, que não era autossuficiente, teve de fazer um embargo não político, porque os Estados Unidos só tinham estoques, em seus armazéns e silos, suficientes para alimentar o povo americano por mais seis meses, tempo suficiente para uma safra.

Bastou que isso vergonhosamente fosse anunciado pelo Presidente da República e se tumultuou o mercado internacional. Os preços agrícolas dobraram e o Brasil pagava caro: petróleo quintuplicado, alimento dobrado.

E os países industrializados cada dia queriam mais dinheiro pela venda do conhecimento, da tecnologia industrial que nos fornecia. A Conta-Café não seria mais suficiente.

Eu quero que, sob esse ângulo, venhamos hoje a discutir qualquer restrição que se faça à agricultura brasileira nos dias de hoje. É preciso lembrar o que fizemos, como fizemos, o que somos e o que fomos. É fundamental que se tenha a consciência de que este País viveu o drama de não termos soluções. Vamos nos endividar e ser um País quebrado ou vamos erguer a nossa consciência e fazer deste País o que ele precisa ser?

Confiou-se na cabeça, na massa cinzenta dos nossos profissionais do setor das ciências agrárias. Não nasceu a Embrapa por uma simples vontade ostensiva de se fazer um grande órgão. Nasceu da necessidade de dar ao País a capacidade competitiva que ele não tinha na produção de alimentos, além dos produtos

tropicais que já produzíamos. Foi assim que nasceu essa nova consciência de agricultura no Brasil.

Lembro-me bem de que, em 1940 ou 1950, todo o Paraná foi desmatado. As cidades do Paraná não nasceram antes disso. Era terra roxa coberta pelo que tem de bom. Foi desmatada para se produzir alimentos, assim como o oeste de Santa Catarina, o Rio Grande do Sul, São Paulo, terras roxas que não foram suficientes para abastecer o Brasil. Começamos, angustiosamente, produzindo nas terras médias do sul de Minas, do triângulo, de Goiás. Também não eram suficientes.

As nossas importações judiavam de nós. A Conta-Café sumia e o Brasil não tinha solução. Criar uma indústria, uma ciência industrial em pouco tempo não seria muito viável. Criar petróleo, achar petróleo – o Brasil era tido como um país que não tinha petróleo, mas felizmente a tecnologia mudou isso – ou então fazer um esforço no conhecimento do setor agrícola para que o País pudesse conhecer e utilizar seus próprios biomas. Foi muito grande...

Posso confessar aos senhores o que ocorreu comigo, e é bom que se lembre disso hoje, neste País que já forma 11,5 mil doutores por ano. Quando abriu concurso na Embrapa, tive uma briga com o antigo Dasp, porque eu queria que os que tivessem pós-graduação entrassem direto e os que não tivessem se classificassem porque nós iríamos mandar fazer pós-graduação. Vou confessar aos senhores: foram 52 pós-graduados em 1.000 vagas que criei, três estrangeiros e um naturalizado. Essa era a situação à época. Esta era a situação à época: não se tinha base de conhecimento suficiente neste País. Nós teríamos de criar essa base. Era a única alternativa que se tinha. Não vi, naquela época, muitos ecologistas gritando, porque eles também estavam pagando muito caro.

Eu tive um diálogo muito interessante. Juscelino Kubitschek foi meu paraninfo e eu fiz um discurso violento contra ele como estudante, dizendo que, se ele tivesse feito pela agricultura brasileira o que ele fez pela indústria, estradas e energia, o Brasil seria outro. Eu estava errado. Nós não tínhamos conhecimento. Seria jogar dinheiro pela janela e não obter resultados. E sabe o que ocorreu? Ele queixou a mim que todos os esforços que fez para melhorar as condições da família brasileira estavam sendo baldados em função do custo da alimentação. A família brasileira, na década de 70, consumia de 42% a 46% de toda a sua renda, não é do salário mínimo, não, de toda a sua renda em alimentação, não sobrando, naturalmente, para vestimenta, transporte, saúde, educação, moradia, etc.

Meus amigos, essa era a situação da década de 60, quando se levantou a bandeira: ou fazemos conhecimento próprio em condições brasileiras, para se

produzir no Brasil, ou vamos quer que capitular. Era um grande desafio. Nasce a Embrapa.

Eu vou dizer aos senhores que conseguimos, na época, 200 milhões de dólares do Banco Mundial e mandamos 900 profissionais da Embrapa fazerem cursos fora. Mandamos 468, das 17 instituições estaduais, fazerem curso fora; e mais 99 professores das nossas universidades fazerem curso, com uma determinação que era fundamental e para mim a chave da mudança: ciência vocês vão conhecer nos grandes centros científicos do mundo, mas tecnologia vocês vão fazer aqui, nas condições brasileiras, e resolver o nosso problema. Essa era a marca. Eles foram e voltaram. E em menos de 20 anos mudaram a feição brasileira. O Brasil passou a ser outro.

A soja brasileira, quando eu entrei no governo, só produzia, Senadora Ana Amélia, 200 mil toneladas. Sabe por quê? Porque a soja que estava aqui era a que veio lá do Hemisfério Norte: da China para os Estados Unidos e dos Estados Unidos pra cá. E ela precisava de 16 horas de sol por dia. Mas só tínhamos 16 horas de sol por dia na pontinha do Rio Grande do Sul, abaixo do Alegrete, como chamam lá. E a nossa produção não passava de 200 mil toneladas.

Eu, hoje, vibro quando vou ao Equador brasileiro e vejo a soja sendo produzida a 57, 60, 65 sacas por hectare. E no Rio Grande do Sul há vários recordes, como no Paraná também. Essa é que foi a mudança. Precisou-se de massa cinzenta. Precisou-se fazer a mudança biológica das plantas que nós queríamos produzir e com elas trabalhar.

Vou simplificar. O café, hoje, não representa, para o Brasil, mais do que 5% da nossa exportação agrícola. Sustentou a indústria, a comida. Nós somos o grande exportador. Entre exportação e importação, o Brasil, este ano, provavelmente passará de 74 bilhões de dólares, e as importações não vão chegar sequer a 18, só do agro. Essa é a chave da qual o Brasil não pode se descuidar. Qualquer obstrução que fizermos a este País estará jogando fora uma oportunidade.

O mundo não tem fome só de alimentos, o mundo, hoje, tem fome de energia renovável que o mundo não é capaz de produzir e nós somos. Economicamente viável.

Lembro-me bem de que passava sobre a minha mesa, em 1975, o programa Proálcool. E como era difícil. Não se produzia mais do que 60 litros de álcool por tonelada de cana. Estamos chegando a 100 e vamos passar disso. A nossa média de produção não era mais do que 60 toneladas. Na cana irrigada nós já estamos com 130 ou mais e vamos passar disso.

Meus amigos, essas são as mudanças que o Brasil provocou por uma razão única: acreditou na

sua capacidade de gerar conhecimento, fazer dele inovações, usar essas inovações e ser competitivo no mundo. Será que nós vamos, agora, nos embotar na mente que precisamos de regras nascidas de um “achismo” sem precedente?

Ministro Reinhold, eu lhe conto a história dos 50 por 90%, dos 80%. Eu, quando entrei no governo, tive uma dificuldade. No governo anterior só se falava de Amazônia. E cheguei a confessar ao meu presidente: eu não conheço os biomas da Amazônia; não vou poder ser um bom ministro. Ele falou: “Procure quem você quiser”. Eu procurei os melhores cientistas. u

E quero reverenciar aqui, porque morreu há poucos dias, Paulo de Tarso Alvim, que viveu 21 anos na Amazônia. Um dos homens mais lúcidos que o Brasil já teve. Com ele tive um diálogo longo; e depois dele ele me trouxe os outros cientistas que com ele trabalhavam. “Paulinelli, você é um homem simples, mas correto; não é você que não conhece o bioma amazônico; o Brasil não conhece o bioma amazônico. Ninguém conhece o bioma amazônico”.

Foi aí que propusemos: vamos só mexer na Amazônia onde nós já temos algum conhecimento que garanta retorno do esforço que faremos agora. Mas vamos pegar o cerrado, que já tem uma infraestrutura e alguma tecnologia já acumulada que pelo menos dê ao agricultor a possibilidade de nos ajudar a ser autossuficientes. Foi assim que nasceram as mudanças brasileiras.

Pois muito bem, onde atuamos na Amazônia, com 50%, funcionou muito bem. O Brasil ampliou sua produção de carne. Ênio Pepino e Ariosto da Riva fizeram os melhores programas de colonização, de que tenho conhecimento, do mundo. Teles Pires, no norte do Mato Grosso, é hoje uma das regiões mais produtivas do mundo.

Houve pouca interferência. Eu procurei não atrapalhá-los. Acho que o governo quando não já atrapalha faz muito bem. Essa sempre foi uma premissa que tive o cuidado de respeitar.

O resultado aí está: um país que cresceu. Em 1998: “Não, 50% não pode ser suficiente; tem que ser 80%”. Eu arrepiava quando autorizava desmatar 50% - o Código Florestal, naquela época, estava sob a minha administração – porque estava autorizando a desmontar biomas que nem eu nem eles conhecíamos. Procuramos alguns de que já tínhamos algum conhecimento para dar ênfase em programas de governo.

Mas vejam o que ocorreu: os programas deram certo. Nós financiávamos desde que se preservassem 50% Respeitaram-se os 50% e o programa deu tão certo. No Araguaia-Tocantins se coloca um bezerro de

6 meses, desmamado, num pasto; em mais 12 a 15 meses você tem um boi de 18 arrobas.

Eles não precisaram mais do governo, que deixou de fiscalizá-los. Eu não sei por que acabaram com os programas de crédito que exigiam fiscalização? E os agricultores também não precisaram mais, porque foram eficientes e produziram o suficiente para abrir o restante. E abriram o restante porque não tinha fiscalização. Agora os estamos penalizando. São incongruências que precisam ser discutidas aqui. Nós vamos querer retroagir com o Brasil?

Eu vou contar um fato que é rápido. Estou exacerbando no tempo. O ano passado – acho que o Ministro Reinhold também fez menção – fui convidado pela Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, que fez um congresso internacional, para fazer uma palestra. Eu fiz a palestra e parece que gostaram. E o presidente internacional da associação internacional de medicina veterinária me convidou para almoçar com ele. Eu fui, com todo prazer, para conversar um pouco mais. Sabe o que ele me disse? “Eu sei que o meu país é o que mais financia algumas ONGs que estão atazando os brasileiros produtores hoje; eu quero dizer ao senhor que no meu país nós não temos 1, 10, 15 ou 30 metros de margem reflorestada, ou APP; nós não temos uma árvore sequer; uma árvore sequer! E agora, vamos acusar vocês? Não temos reservas legais e vamos acusar vocês de não tê-las. Vocês precisam de, pela ciência, comprovar isso”.

Aí eu vi que o mundo respeita a ciência.

O que foi contado aqui pelo Ministro Turra é uma comprovação lógica, o transgênico foi também vítima de uma miopia muito mais de caráter ideológico. O Brasil atrasou muitos anos para usar a biotecnologia, comprovadamente no mundo, absolutamente certa. Só foram os cientistas que acabaram com isso demonstrando que nenhum resultado negativo haveria de o mundo usar; até a Europa, que se rebelou inicialmente contra isso, hoje usa de preferência o produto transgênico.

Eu espero que essa exacerbação que está havendo com relação ao problema ecológico brasileiro seja colocada em um ponto racional. E vou dizer aos senhores com toda a franqueza, como disse na minha estada no Senado, o Brasil hoje tem – quando fundamos a Embrapa eram 12 escolas de agronomia e nove de veterinária e mais nada –, hoje, de agronomia, nós temos mais de 430 escolas e universidades, de veterinária, mais de 350.

Meus amigos, o Brasil forma hoje 11.500 doutores, tem gente suficiente para conhecer os biomas que não conhecemos. O que precisamos ter é a coragem de fazer programas corretos, não entregar a alguns radicais. Eu estive acompanhando, a pedido

do Presidente da SPBC, no Brasil, as reuniões que se fizeram. Fui às universidades, no Norte, no Nordeste, no Sul, no Centro, estive na minha universidade, vi a ansiedade do profissional, do cientista brasileiro para que ele fosse chamado a participar desse processo de evolução de produção em ecologia que ele quer.

No finalzinho, nas reuniões de São Paulo, começaram a aparecer alguns cientistas que eu vi muito mais radicais do que cientistas a colocar absoluta desconfiança em parte de um Código Florestal que, na realidade, foi retirado de um todo. Não tem sentido isso! Por que não vamos analisar o Código como um todo e querer só desmontar a parte se uma foi originária da outra?

Cuidado com esses palpites de cientistas. As instituições científicas precisam ser chamadas, mas cientistas isolados, que tem miopia, que tem excesso de cuidado ou então participam de estudos que não são aceitos por todos, tem de ter cuidado. Se vocês estão ouvindo, eu recomendaria que, junto com eles, trouxessem as suas instituições, para que se evitassem os exageros que eu ouvi nas últimas reuniões. Vi e a reagia. A SPBC tem minhas cartas mostrando os riscos que ela estaria correndo se assumisse as posições que eu que estavam sendo tomadas. Estão à disposição de vocês.

Meus amigos, não há outra solução. Este Código precisa ser aprovado porque para mim ele também se origina, em várias de suas definições, de um achismo, mas ele tem a inteligência de estabelecer um período de cinco anos para as modificações que precisarão ser realizadas. Eu costumo dizer: o Brasil desaprendeu de políticas públicas, especialmente para o setor agrícola, porque suas leis, não sei se o senhor sabe, nós temos três leis regulamentando o preço mínimo e o preço mínimo não funciona no Brasil. Três leis, uma de Getúlio Vargas, outra já depois de Getúlio e não se respeita. Meus amigos, nós precisamos ser realistas. O que o Brasil precisa depende de conhecimento? Não vamos duvidar. Quem está falando para os senhores é alguém que acreditou na competência brasileira, cujos resultados eu não preciso anunciar, os senhores mesmos serão juízes.

Muito obrigado por esta oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Ministro Alysson Paulinelli, V. Ex^a, com toda a sua experiência, certamente também trará uma contribuição muito importante na elaboração dessa reforma do Código Florestal.

Eu consulto o Plenário se podemos adotar o mesmo critério das reuniões anteriores. Fizemos as inscrições por ordem de chegada. Teríamos cinco intervenções inicialmente, passaríamos a palavra aos

nossos convidados, em seguida, mais cinco. E com isso, acredito que com duas rodadas, conseguiremos encerrar a nossa audiência. Enfim, esta é a consulta que faço.

Todos concordam com este procedimento?

Então vamos iniciar pelos autores do requerimento.

O Presidente Acir Gurgacz está sugerindo que ouçamos todos os Senadores, em seguida, a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Todos os inscritos. (Pausa)

Eu quero, muito rapidamente, cumprimentar os nossos convidados.

Entendo que nós estamos vivendo um momento importante de definições neste debate. Tivemos também uma audiência pública importante, com muitas contribuições, ontem, na semana passada, com o Relator Aldo Rebelo e com o agora com ex-ministros da agricultura.

Eu queira fazer uma pergunta, aqui está um ministro da agricultura. Ontem foi levantado pelo ex-ministro José Carlos Carvalho uma questão, e eu concordo com ele, e gostaria de ouvir a opinião dos ministros. Nós, no Brasil, temos muitas questões que poderiam contribuir para esse debate sobre o Código Florestal, que seriam questões de política agrícola. Nós não temos hoje, pelo menos que eu saiba, ou de forma bastante significativa, instrumentos creditícios que pudesse valorizar, de uma forma mais efetiva, as boas práticas agrícolas.

Aqui o Ministro Reinhold Stephanes ressaltou muito tecnologias desenvolvidas pela Embrapa como o plantio direto, como a prática extremamente importante para a conservação do solo, conheço o entusiasmo do Ministro Alisson Paulinelli pela tecnologia de integração lavoura/pecuária/florestas. E pergunto se não seria o caso de termos financiamentos extremamente favoráveis a essas boas práticas agrícolas. Se o Brasil não trata de forma, digamos, igual, práticas que são muito mais adequadas ao meio ambiente do que outras técnicas já, digamos assim, ultrapassadas.

Outra questão que quero colocar é que concordo inteiramente com o Ministro Alisson Paulinelli e com os demais ministro que colocaram isso aqui e os dados trazidos aqui pela Embrapa, eu e a Senadora Ana Amélia usamos reiteradamente essas informações que mostram que o Brasil realmente cresceu muito, se desenvolveu muito na sua tecnologia agrícola e no espaço de 30, 35 anos o Brasil ampliou a sua área plantada em torno de 48% e aumentou a sua produção em 268%. Esses números falam por si mesmo. Eu pergunto, ao mesmo tempo, nós não tivemos o mesmo desenvolvimento na pecuária, a unidade animal por

hectare da pecuária brasileira ainda é muito baixa. E, historicamente, o avanço da agricultura se dá em áreas de pecuária.

E segundo informações da Embrapa, dos diversos ministérios, nós temos mais de 50 milhões de hectares de pastagens degradadas no País, mais de 50 milhões de pastagens degradadas no Brasil.

Pergunto se não seria o caso, e qual a visão dos Ministros, de o Brasil fazer um esforço de buscar crescer a sua atividade agrícola, pecuária em torno dessas áreas degradadas, investir fortemente no aumento da produtividade da pecuária, abrindo novos espaços para o crescimento da agricultura?

E quero, aqui, fazer um questionamento. Tive oportunidade de participar, quando Reinhold Stephanes era Ministro e eu, Deputado, de uma reunião, salvo engano, da liderança do PMDB, em que se discutia a proposta de desmatamento zero. O Ministro levou a sua concordância em desenvolver um programa, um acordo, um pacto de desmatamento zero. Eu me lembro de que, na ocasião, o Ministro ressaltou que o único bioma em que não poderia ser feito isso seria o bioma cerrado, bioma que represento parcialmente como Senador do Distrito Federal. E, no curso desse debate na Câmara dos Deputados, em algum momento, o relator Deputado Aldo Rebelo apresentou uma proposta de moratória de cinco anos para novos desmatamentos no Brasil.

Gostaria de ouvir a opinião dos Ministros sobre essa proposta e por que, especialmente ao Deputado Reinhold Stephanes, que está na Câmara, em que momento essa proposta saiu do relatório do então Deputado Aldo Rebelo?

Outra questão, a gente percebe que esse debate é muito complexo. Como disse o Ministro, muitas pessoas que utilizam, hoje, a área de preservação permanente elas a utilizam desde quando a legislação permitia, porque, até um determinado momento, a legislação de área de preservação permanente em pequenos rios era de cinco metros. Isso foi modificado até por uma iniciativa de um Deputado de Santa Catarina, e me foge aqui exatamente o ano. Essas áreas se consolidaram no tempo.

E o projeto do Deputado Aldo Rebelo prevê a criação do Programa de Regularização Ambiental, dando oportunidade àquelas pessoas que estão fora da lei poderem recuperar suas reservas legais ao longo de um período de vinte anos.

E muitos entendem que isso é um tratamento diferenciado com aquelas pessoas que, ao longo dos anos, respeitaram rigorosamente a legislação.

A pergunta que faço: como os senhores encaram a possibilidade, a proposta de isentar do Imposto Ter-

ritorial Rural toda a propriedade daqueles produtores que, da publicação da lei, estivessem plenamente em dia com a legislação, ou seja, aqueles produtores rurais que averbaram reserva legal, têm área de preservação permanente como prevê a lei, serem isentos totalmente não apenas das áreas de reserva legal, mas em toda a propriedade.

Outra questão aqui levantada pelo ex-Ministro José Carlos Carvalho, com a qual concordo, de que o projeto aprovado na Câmara obriga a recomposição de quinze metros nas áreas de preservação permanente de pequenos rios e córregos.

Conheço muito a realidade próxima do Distrito Federal, de Goiás, de algumas outras regiões do País, entendo que, para os pequenos produtores rurais, especialmente para os agricultores familiares, se não houver incentivos econômicos, instrumentos econômicos, essas pessoas serão incapazes de recuperar as suas áreas de preservação permanente, ainda que de quinze metros.

E nós estamos falando de um bem coletivo, especialmente a proteção das áreas ripares, das matas ciliares, que cumprem um papel fundamental, que é o da preservação da água, não apenas fundamental para a sustentabilidade da agricultura, como fundamental também para a sustentabilidade dos grandes rios e do abastecimento doméstico das cidades brasileiras.

Em 2015, encerraremos uma série de contratos de concessão de usinas hidrelétricas no Brasil, algo em torno de 20%. E, na tarifa de energia elétrica, hoje é calculada tendo como um dos requisitos a amortização do investimento físico feito na construção da usina hidrelétrica, que, segundo informações da ANA, segundo informações da Fiesp, é algo próximo de 50% do preço da tarifa de energia elétrica, estaria nessa amortização que se encerrará em 2015.

Segundo cálculos da Fiesp, em um seminário recente, isso representaria, em trinta anos, algo em torno de R\$ 900 bilhões, o que significa em torno de R\$ 30 bilhões por ano.

Como a proteção da área de preservação permanente produz um bem coletivo, que é proteção das águas, que é uma matéria-prima fundamental para o funcionamento e sustentabilidade das usinas hidrelétricas, eu considero extremamente razoável, e gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^{as}, o Governo adotar diversas posturas como a redução da tarifa de energia elétrica para as populações mais pobres, a redução da tarifa de energia elétrica para setores industriais que querem incentivar, mas entendo que parte dessa redução, desses R\$ 30 bilhões por ano, deveria ser destinada a um fundo que financiasse o pagamento de serviços

ambientais, especialmente a recuperação e Áreas de Preservação Permanente.

Essas são as considerações que gostaria de fazer. E gostaria de ouvir os comentários dos ministros sobre esses temas. E agradeço-os mais uma vez pela grande contribuição que dão a este debate.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença dos Ministros aqui conosco e agradecer a contribuição que os senhores dão para este debate que consideramos muito importante.

Tanto a audiência de hoje quanto a audiência de ontem nos trazem alguns pontos de convergência que considero muito importantes, principalmente com relação às ocupações que foram feitas à época, notadamente na região amazônica, em especial o meu Estado de Rondônia, onde foram desmatados 50% a pedido do Governo.

Tanto ontem, quanto hoje, nas duas audiências, Senador Moka, ficou claro que há uma preocupação em observarmos e darmos continuidade a esse trabalho que foi feito, ou seja, darmos condições para que essas famílias continuem trabalhando sem nenhuma dificuldade.

Mas quero fazer uma pergunta com relação à região amazônica, já que esta corresponde a 60% do nosso País. Temos uma lei única para toda a Amazônia, sabendo que os Estados não são iguais. Rondônia tem uma vocação tem uma vocação agroindustrial, agropecuária. O Acre tem uma vocação para o extrativismo. Enfim, cada região tem uma vocação. É muito grande a Amazônia. Nós temos uma lei única, 27 sub-biomas. É uma região muito grande. Temos uma lei única. Considero que pouco inteligente para a produção agrícola brasileira. Seria talvez uma forma de engessar o crescimento do Brasil?

Outra pergunta, para ser bem direto e não tomar muito tempo dos nossos Senadores que também querem participar da nossa audiência: nas negociações internacionais, quando o Brasil participa, coloca-se na mesa a questão da preservação das áreas de floresta brasileira, principalmente na região amazônica. Já vêm as ameaças de barreiras e tudo mais com relação ao Brasil. Em contrário, isso não acontece. Não está na hora de exigirmos as reservas na Holanda, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos? Entendo que é importante ouvirmos as exigências dos outros países, mas entendo importante que o Brasil se colo-

que também exigindo que os outros países façam, no mínimo, igual ao que nós brasileiros estamos fazendo.

Essas são as duas questões que coloco. Pelo que os Ministros nos auxiliem nessas colocações.

Agradeço, mais uma vez, a presença de ambos na nossa audiência pública que, de fato, contribuíram muito para o debate nesta Casa.

Passo a palavra, agora, novamente, ao Presidente Rodrigo, para conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito rapidamente, antes de passar para a próxima oradora inscrita, que é a Senadora Ana Amélia, quero registrar que o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, pede desculpas, mas está acompanhando o Ministro da Justiça, em uma audiência sobre o Plano Nacional de Segurança pública, S. Ex^a está presidindo a reunião.

Quero colocar em votação, rapidamente, requerimento de autoria dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, para que realizemos audiência pública conjunta das três Comissões, na cidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, no dia 16 de setembro, às 14 horas.

Em votação. (Pausa)

Aqueles que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a palavra, neste momento, à Senadora Ana Amélia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Essa proposta do Senador Luiz Henrique, à qual estou assinando, seria uma das cinco audiências que faríamos uma em cada região –. Então, seria a primeira com o Senador.

Estamos indo para um debate lá, também no Rio Grande do Sul, mas a audiência em campo seria essa. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Iremos com o maior prazer.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente Acir Gurgacz, em primeiro lugar, quero cumprimentar as exposições feitas pelos ex-Ministros, os quais, durante a minha carreira como jornalista, tive o prazer de acompanhar seus trabalhos para mostrar ao Brasil o que vinham fazendo, e com senso de responsabilidade e compromissos com o que é mais importante, que é a segurança alimentar, produzir alimentos com qualidade.

Passamos por várias etapas, como referido aqui, uma delas com a biotecnologia, que foi um momento de grande embate, tanto quanto agora em relação ao Código Florestal. Mas isso é assim que se faz, é

assim que se constrói uma alternativa e uma solução adequada.

Prestei muita atenção em cada um dos depoimentos, e começo com o Ministro Francisco Turras.

O senhor disse a frase: “O texto é estímulo à preservação” – o texto que foi aprovado na Câmara.

Ontem, aqui, a ex-Ministra Marina Silva, sentada à Mesa, disse: “Proteger a floresta é a exceção, a regra é o desmatamento”. Disse isso sobre o mesmo assunto.

Então, o que há em relação a essa divergência?

O senhor disse que dois milhões de pequenos produtores de frango estariam inviabilizados se não for mantido o que está nesse texto. De que maneira isso vai acontecer se, de fato, houver modificação abrupta ou radical no texto que foi aprovado na Câmara? Por que esse resultado?

O senhor fez uma referência sobre a questão dos embates, no âmbito internacional, como a reunião de Bruxelas, comparativamente ao CO2 da emissão dos gases de um boi irlandês, veja só, 40%, e de um boi brasileiro, 90%. Talvez a genética seja muito diferente e a gente não consiga entender bem isso. Mas, no comércio internacional, Ministro Francisco Turras, o senhor, hoje, está atuando ativamente nisso, a concorrência e a competição acirrada têm estabelecido barreiras não tarifárias, especialmente ambientais, como forma de barrar a entrada de produto brasileiro nesse mercado.

A Irlanda é uma dos países que têm feito uma campanha sistemática dizendo que boi brasileiro é boi que está em floresta desmatada, na Amazônia, do Senador Acir Gurgacz.

Então, o que está acontecendo? Nós não estamos tendo capacidade para mostrar essa realidade, que é outra, e não a versão imposta pelos nossos concorrentes? Esta é a pergunta para o senhor.

Para o Ministro Reinhold Stephanes: o senhor lembrou bem dos conservacionistas, há 40 anos, que hoje se chamam preservacionistas – mudou apenas o termo, mas o objetivo é o mesmo –, e mostrando essa realidade, já que o agricultor, como depende da terra ele é o principal interessado em evitar a erosão, em fazer curvas de nível, em aplicar o plantio direto, em fazer uma série de procedimentos e manejo para que a terra, que ele trabalha, permaneça com qualidade e solo através desse manejo.

No Rio Grande do Sul, Ministro, o senhor conhece bem, esteve lá tantas vezes, na região de Não-me-toque, onde se faz a Expodireto, a aplicação de agricultura de alta precisão ou de alta tecnologia, o próprio plantio direto, maquinário de altíssima qualidade, hoje, dá uma produtividade de milho de 220 sacas por hectare, chegando até 78 sacas de soja por hectare nessa região. E há matas nativas naquela região. Basta um sobrevo

para se constatar exatamente essa preservação. Então, todas essas atividades é o que chamamos ABC, Agricultura de Baixo Carbono, o que é extremamente recomendável para a questão ambiental.

O senhor falou muito no art. 8º, que está aqui referido, e como adaptar esse artigo. Mas, chamou-me muito a atenção o decreto e o texto do decreto que V. Exª abordou aí, impondo a um agricultor “multado” a confissão de um crime que ele pode não ter cometido. E aí estamos ferindo um princípio constitucional do Direito. Eu lhe pergunto – o decreto que nem o Presidente, nem o Ministro leram o texto dele –: alguma entidade do setor rural, dos produtores rurais ou do próprio setor jurídico, a OAB, por exemplo, não levantou a questão da inconstitucionalidade de uma matéria dessa gravidade em relação ao direito individual? Eu queria colocar ao senhor essa questão.

E, ao Ministro Paulinelli, digo que S. Exª falou de todas as questões do nosso País. Passamos de importadores para exportadores, graças a isso. E aí eu aproveito a sua fala para elogiar muito, destacar, homenagear e reverenciar o trabalho dos nossos pesquisadores de todas as instituições lideradas pela Embrapa, que fazem um trabalho exemplar. Também no processo da biotecnologia, conseguimos vencer pela ciência, pela lógica da ciência, da sabedoria e do conhecimento.

O Rio Grande do Sul, hoje, está convivendo com essa regulamentação, com a volta dos animais silvestres que haviam sumido pelo excesso de aplicação de defensivos agrícolas. Hoje, não. Hoje, voltaram a conviver nas lavouras: veadinhos, esquilos, toda fauna voltou; abelhas, insetos, tudo voltou graças a essa redução. Eu queria do senhor uma opinião a respeito da tal Emenda nº 164, que é o tema mais polemizado e mais discutido.

E também queria saber se o senhor acredita, já que o Brasil, segundo a FAO, tem 62% do seu território ocupado por florestas nativas, claro, na grande maioria desse percentual, que é necessário ampliar esse percentual para evitar sanções internacionais, além das que nós já temos hoje?

Por fim, queria lhe perguntar o seguinte: um estudo da Esalq, que o senhor conhece bem, que foi apoiado pelo WWF SOS Mata Atlântica e outras organizações, demonstra que apenas com a recomposição de APP e reserva legal, serão gastos mais de dois PIBs do setor agropecuário nacional, algo em torno de um trilhão, cento e vinte bilhões de reais. Quem vai pagar essa conta?

Essas são as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – R0) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem de inscrição, Senador Waldemir Moka com a palavra.

O SR. WLADEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srs. Presidentes Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg, Srs. ex-Ministros, como já tive a oportunidade de até ocupar aí o espaço da Presidência da Ciência e Tecnologia, eu queria me dirigir especialmente ao ex-Ministro Reinhold Stephanes: por que quando há uma argumentação surgiu a data, que eles dizem ser mágica, de julho de 2008?

V. Exª era Ministro juntamente com o ex-Ministro Carlos Minc.

Eu acho que seria importante que a gente pudesse ouvir aqui do Ministro Stephanes, porque essa é uma questão que para mim é importante. Você tem que entender por que é que se considera julho de 2008. Acho que é fundamental. Para mim parece lógico. Se o Governo aceitou naquele momento aquilo que está no texto, por que hoje tem tanta controvérsia a respeito disso? Essa é uma questão.

Do Ministro Turra eu gostaria... E aí eu não sei, porque às vezes não se tem esses números de cabeça, mas se fala muito em quantidade. Então eu queria que o ex-Ministro falasse quantos milhões de hectares nós usamos para a produção. Isso é que é fundamental. O que nós usamos para produzir é muito pequeno em relação ao que já está preservado. Eu não consigo entender por que o nosso Governo... Eu queria uma ação mais forte, porque nós somos disparados o País que mais preservou o seu patrimônio ambiental. Por que nós não usamos isso e ficamos aceitando daqueles que não preservaram nada. Nós aceitamos isso e parece que nós estamos acuados nesse debate em que nós estamos na frente. Nós é que tínhamos que dizer: olha, é possível produzir o que o Brasil produz sem depredar o meio ambiente. Isso é que seria o lógico, porque é o que acontece no nosso País. E não aceitar como se nós estivéssemos aqui acuados.

Eu acho que parte disso é quando essas ONGs... E aí os interesses... Eu não prejudico, porque eu conheço ONGs que fazem um trabalho belíssimo, mas existe, não sei se de má fé ou desinformação, nós fazemos coro às vezes a umas coisas que para mim parecem absurdas, a partir do ponto de vista de que elas têm uma orientação internacional muitas vezes de países que não têm absolutamente nenhuma referência em preservação. E nós ficamos aceitando isso gratuitamente aqui.

Finalmente, pedir ao Prof. Alysson Paulinelli essa questão do cerrado... Eu me lembro, Ministro, foi do cerrado o avanço ou mesmo o surgimento de uma cidade hoje no meu Estado, São Gabriel do Oeste, que eram terras que as pessoas consideravam, porque não

produziam nada, diziam que não tinham valor nenhum e que hoje são terras altamente produtivas.

Aqui está o Deputado Federal de Maracaju, da cidade dele, que é um dos Municípios mais produtivos do meu Estado. A produtividade lá está acima de 55, 50 sacas por hectare. Há algum tempo o pessoal falava: aí tem o capim barba de bode. Não tinha absolutamente nada. E hoje há uma crítica também em cima do cerrado.

Eu digo sempre o seguinte: meu Deus do céu, nós somos o único País que tem reserva legal!. Eu não falo isso dizendo que nós não tínhamos que ter. Mas nós temos reserva legal, ninguém tem e, apesar disso, nos acusam ainda de que nós não conservamos o meio ambiente. Ora, nós é que temos reserva legal; nós é que temos a referência em preservação. Não é o contrário.

Finalizo por aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) - Muito obrigado, Moka.

Deixe-me só expressar uma preocupação da Presidência da Mesa. O Ministro Alysson Paulinelli me informa que tem um compromisso em Goiânia daqui a pouco, tem um voo daqui a pouco. O Ministro Turra já me informou também disso. Então para que a gente possa ter as considerações dos nossos Ministros, eu vou a todos que as suas falas sejam bem objetivas, para a gente poder ouvi-los.

Consulto o Senador Reditário Cassol se quer fazer uso novamente da palavra, porque está inscrito e tinha falado pela ordem.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu agradeço, sem dúvida nenhuma, por me conceder de novo a palavra. Eu estou muito preocupado. Nós não podemos prolongar muito para resolver esse Código Florestal, porque nós temos problemas sérios dentro do País, em certos Estados, começando com o nosso Estado de Rondônia. Nós temos que fazer alguma coisa para proteger mesmo a parte ambiental, principalmente as nascentes, os riachos, sejam rios pequenos, sejam rios grandes, todos eles. Mas sem perseguições, sem prejudicar ninguém. Convencer a população, levar a realidade a eles, orientá-los, sobre aquilo que nós precisamos.

Vamos fazer isso o quanto mais breve possível para realmente começar a fazer o trabalho necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) -Muito obrigado, Senador.

Agradeço a sua colaboração.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres Ministros

Alysson Paulinelli, Reinhold Stephanes e Francisco Turra, que acabam de nos trazer subsídios muito importantes para o nosso julgamento.

Eu tenho dito que a função de relator é semelhante à função do juiz. Ontem tivemos oportunidade de ouvir vários ex-ministros do meio ambiente e hoje estamos tendo a oportunidade de ouvi-los. Em ambas as audiências o que ficou ressaltado foi não o interesse particularizado deste ou daquele setor, mas o interesse maior pelo desenvolvimento do nosso País. E é nesse sentido que nós vamos conduzir o nosso relatório. Buscar o equilíbrio entre duas atitudes absolutamente indispensáveis: proteger as nossas florestas, preservar os nossos biomas e garantir a sustentabilidade da produção rural, não apenas para alimentar o mundo, para garantir ser o Brasil a grande fonte supridora de alimentos para o mundo, como também estabelecer o Brasil como a grande plataforma de produção de biocombustíveis, de energia limpa.

Ora, dentro dessa busca nós divisamos possibilidade de estabelecer um equilíbrio e caminarmos até para um consenso. Acredito que os pontos ainda controversos são bem menores.

A Constituição Federal estabelece uma diretriz descentralizadora, aquilo que nós precisamos para o País como um todo, que é um novo Pacto Federativo, que modifique a distribuição das receitas públicas, porque hoje 2/3 delas se concentram na União. Invertendo essa pirâmide, para que 2/3 se concentrem nos Estados e Municípios, como é em geral o arcabouço distributivo entre os entes federados na maioria dos países, dos países desenvolvidos, como é inclusive, e essa é a grande descoberta, a estrutura da China. O governo central chinês traça diretrizes econômicas e políticas e quem executa com força são os municípios. Há um fato relevante que mostra por que em cada carteira escolar tem um computador. É que os municípios são altamente capitalizados e são altamente capitalizados por quê? Porque são sócios das empresas estrangeiras que foram atraídas para aquele país.

A Embraco de Joinville é a maior empresa no seu setor no mundo, é a única brasileira que é líder no mundo. Ela produz compressores para refrigeração e detém 25% do mercado mundial e 50% do mercado norte-americano o que significa dizer que de cada duas geladeiras produzidas nos Estados Unidos, uma tem um compressor da empresa brasileira Embraco.

Ora, numa viagem à China, fui descobrir que o sócio da Embraco é a prefeitura de Pequim. À medida que a Embraco vai crescendo na China, a prefeitura vai perdendo parte das ações e aplicando em educação, saúde e infraestrutura. Ora, o que nós precisamos no Brasil é um novo pacto federativo. Se estabeleçêssemos

uma meta de, em dez anos, inverter a distribuição da riqueza tributária nacional, teríamos não o quinto, mas o Brasil como uma das maiores potências mundiais.

O que diz o art. 24, que é um dispositivo descentralizador, aliás têm dois só no Brasil? É na política de saúde, com a criação do SUS, Sistema Unificado, que era originalmente Sistema Unificado Descentralizado de Saúde – SUDS, quando o criamos aqui antes da Constituição e a política ambiental. O que diz a Constituição? Art. 24 – em matéria ambiental, a União, os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrente e concorrente não é supletiva, não é subsidiária, não é secundária, é concorrente, é competitiva. No § 1ª a Constituição diz o seguinte: Em matéria ambiental, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

A minha pergunta para os três ilustres expositores é se esse projeto de código, tal qual está redigido, atende às normas constitucionais. Vou justificar a minha pergunta: temos a responsabilidade de fazer uma lei ambiental que garanta a segurança jurídica, ou seja, uma lei duradoura, uma lei que não seja, no mês seguinte, contestada por qualquer entidade no Supremo Tribunal Federal. Eu lhes pergunto se tal qual está redigida atende ao pressuposto de divisão de trabalho na área ambiental, dando à União a competência para normas gerais e aos Estados a competência concorrente para normas complementares ao preceito do arcabouço constitucional concedido à União.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg . Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o outro Relator da Comissão de Meio Ambiente Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Muito obrigado Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar mais uma vez as duas comissões, também os colegas de Ciência e Tecnologia por essa ação conjunta de promovermos audiência. Sei que aqui no Senado – e agora mesmo tive que me ausentar e peço desculpas aos Ministros – eu e o Senador Luiz Henrique para votarmos na Comissão de Relações Exteriores.

V. Ex^{as} foram parlamentares e sabem desses problemas que temos. Gostaria de cumprimentar também a colega Ana Amélia, que tem sido uma dedicada colega no propósito de apreciarmos esse tema tão importante. Cumprimento a Kátia que está ali, nossa querida companheira, que tem uma missão além de ser Senadora e os demais companheiros. Para nós é uma honra recebê-los aqui. Conjuntamente apresentamos essa proposição, junto com os dirigentes das comissões e também relatores, por entendermos que o Brasil precisa tomar uma decisão política sobre uma das mais importantes leis que esta País tem.

É um País continental, é um País que tem, criou e caminha diante do mundo no sentido de ser um dos grandes produtores de alimentos, levando o mundo a um caminho de segurança alimentar, é uma potência florestal. Na agenda de hoje onde estamos discutindo mudanças climáticas, o Brasil está no centro dessa agenda, aliás, vai sediar no ano que vem a Rio+20 , grande oportunidade que temos de nos firmar diante do mundo pelas atitudes que adotamos ao longo dos anos e pela maneira como estamos discutindo o futuro.

Queria, Srs. Ministros, dizer que não estou chocado porque quem vive na política e teve, graças a Deus, a oportunidade dada pelo povo do Acre de ter sido prefeito e governador por oito anos, não fica chocado. Mas é uma constatação. Na audiência de ontem, por mais de cinco horas, ficamos ouvindo colegas dos senhores do mesmo governo em pares. Mas é tão distante, querida Senadora Ana Amélia, o posicionamento dos colegas dos senhores de ontem para o dos senhores de hoje que parece que estamos em países diferentes, absolutamente distintos. Eu não acho que seja um problema e talvez seja nossa riqueza os diferentes pensamentos, mas temos que tomar uma posição política sobre uma das mais importantes leis do País e minimamente temos que encontrar algum consenso.

Já não acho que o problema esteja com ambientalistas e ruralistas. Acho que temos um problema, um dever de casa para fazer, porque o Ministro Turra foi colega do Zé Carlos, no mesmo governo do PSDB. O nosso querido Ministro Reinhold Stephanes foi colega do Minc, da Marina, no mesmo governo, mas as posições são antagônicas sobre a mesma matéria. Não há impressão de vida, de onde o mundo deva caminhar, porque nós, ainda bem, somos um pouco diferentes, apesar de lutarmos por um mundo melhor.

Então, como fazer diante disso? O Senado tem que arbitrar? Claro, que esse é um papel dos legisladores, mas para arbitrar com maior justeza temos que fazer um caminho que não diria novo, porque estamos trabalhando nesse tema há muito tempo e o Professor Alysson Paulinelli é uma lenda viva – graças a Deus – é uma lenda da agricultura, da brasilidade e um senhor que já nos ensinou muito e segue nos ensinando, como fez hoje aqui. Mas o que fazer diante disso?

O mundo espera muito do Brasil e os brasileiros esperam também muito de todos nós. Então, não quero me alongar. Ontem, foi uma unanimidade dos Ministros dizendo que o texto que o veio da Câmara é muito ruim para o Brasil e que precisa de mudanças importantes. Hoje, no geral, ouvimos que o texto é muito bom e tem que ser mantido. Aí temos uma situação complexa.

Queria colocar essa preliminar, mas quero apresentar uma proposta para ela, mesmo que normalmen-

te a façamos no final mas farei no começo. Acho que foi muito importante a decisão da Comissão de ouvir a Ministra do Meio Ambiente que está trabalhando e sendo interlocutora do Governo neste momento, Ministra Isabela, que, aliás, foi muito bem e nos ajudou muito a entender a posição do Governo, porque nesse debate tem o governo, a sociedade e obviamente tem o Congresso, que vai tomar e deliberar.

Depois nós ouvimos o autor da proposta, Deputado Aldo, que também colocou com clareza as dificuldades que enfrentou, foi muito feliz – eu diria até – o quanto que andou, viveu e aprendeu sobre esse tema e o esforço dele de tentar ajudar. O certo é que 69 artigos, boa parte dele já resolveu uma grande parte do problema. Temos uma menor parte para deliberar sobre ela. É bom que se digam

Nós temos uma menor parte para deliberar sobre ela. É bom que se diga isso. A Câmara dos Deputados já cumpriu bem o seu papel. Agora está nas mãos do Senado cumprir o nosso.

A ideia de ouvirmos também ex-Ministros do Meio Ambiente, ex-Ministros de vários governos, da Agricultura, acho também que foi muito feliz, Senador Rodrigo, porque são pessoas que viveram as dificuldades da implementação das políticas públicas, ou seja, de fazer valer o interesse da sociedade, do País.

Os senhores fizeram isso. Cada um, em seu tempo, dedicou partes importantes da vida e deram contribuições, tanto é que o Brasil está melhor do que estava ao longo desses anos. Então não há reparo nisso. Alguns podem reclamar que deveria ter ido mais rápido para lá, mas todos nós reconhecemos que o Brasil está se firmando como uma grande nação que nos orgulha a todos.

A proposta é objetiva, para mim foi muito rico ouvir ontem os Ministros de Meio Ambiente, aprendi muito. E para o meu colega também, o Senador Luiz Henrique, que comentava comigo ontem. Para mim está sendo muito importante ouvi-los hoje. Também estou tirando boas lições.

Mas eu queria apresentar uma proposta que poderia ajudar o Senado a deliberar. Temos aí pelo menos uns dois meses pela frente, como quer a Senadora Kátia, para que, até o final de outubro, o mais tardar começo de novembro, possamos deliberar. Eu queria propor que, saindo daqui, não sei se os demais colegas podem endossar, que tivesse uma reunião do fórum de ex-Ministros da Agricultura e de ex-Ministros do Meio Ambiente para minimamente trabalharem alguns pontos, pela experiência de vida que os senhores têm sobre o Código Florestal. É um desafio, é uma proposta. São mulheres e homens públicos da maior qualidade. Que se reunissem fora daqui, um dia só,

o Roberto Rodrigues, o Ricupero, os senhores, passem um dia, sem interferência de ninguém, discutindo o Brasil que os senhores conhecem profundamente. Discutindo o Código Florestal e nos apresentem minimamente aquilo que deu para tirar depois de um dia de reunião de dez ex-Ministros da Agricultura deste país e de dez ex-Ministros de Meio Ambiente.

Eu sou engenheiro florestal e técnico agrícola e não conheço relação mais umbilical, mais próxima do que quem produz e o meio ambiente. Eu não conheço. Não tem como produzir sem água. Não tem como produzir enfrentando a biodiversidade, destruindo a biodiversidade. São relações próximas. Todas as vezes que me reúno para fazer uma palestra, um debate com produtores eu digo: tomem posse do que é de vocês. Os senhores são os mais dependentes do meio ambiente, não são adversários. Mas, sinceramente, tem hora que este debate antagônico passa não só para um representante de uma ONG, que tem lá suas razões de colocar com alguma radicalidade um ponto, ou mesmo alguém que tenha uma posição de confronto, mas estou achando que a gente pode ganhar muito, que o Brasil ganharia muito se esse encontro acontecesse. Acho que daria uma repercussão enorme na imprensa. Os senhores foram colegas, todos ao seu tempo, e poderiam de fato nos ajudar a clarear um pouco algumas posições. Agora, isso não significa dizer buscar consenso. Não significa dizer convencer ou ser convencido, mas conversar.

Eu queria abordar mais alguns aspectos. Srs. Ministros da Agricultura, outra coisa que me incomoda um pouco, porque se é fato que há uma relação de dependência de quem produz e cria – usando um português o mais claro possível – com a água, com o equilíbrio ambiental, eu gostaria que os senhores comentassem porque o nosso país – eu ouvi isso ontem aqui – é o maior consumidor de agrotóxico do mundo, per capita, inclusive. São algumas perguntas, se puderem comentar. Isso decorre de um modelo equivocado que assumimos?

Outra pergunta: por que não conseguimos ainda – e aqui estão o criador da Embrapa e ministros que fortaleceram a produtividade neste país? Qual é a produção de milho hoje dos Estados Unidos? São 350 milhões de toneladas? Parece que está perto disso. E nós temos uma produção de grãos de 140 milhões de toneladas. Nos Estados Unidos, não tem mais terreno para plantar milho ou soja ou trigo, os senhores sabem. A disputa é se se planta milho, soja ou trigo. Como entrou uma política de energia no milho, o milho ocupou espaço tirando da soja e tirando do trigo. Ora um tira do outro, depende de mercado e de política do próprio país.

Agora, como eles conseguem ter uma produtividade de 170 sacas por hectare, chegando a 200 sacas por hectare, e nós ficamos numa produtividade, por mais crescente que tenha sido ao longo dos anos, tão abaixo disso. É uma pergunta, e isso tem a ver certamente com política para o setor agrícola, porque acho que a gente também tem que separar um pouco. Eu não sou radical, a vida me ensinou, e aqui estou aprendendo muito, estou procurando anotar os ensinamentos que tiram e guardando, porque, quando a gente escreve, eles ficam. Mas, sinceramente, não querendo me alongar mais, acho que não é muito adequado a gente pegar todas as mazelas e os gravíssimos problemas do setor do agronegócio, da agropecuária, da agricultura que o Brasil enfrenta e colocarmos na conta do meio ambiente ou das questões ambientais.

Eu gostaria de saber: quanto é do erro do Brasil da política agrícola? Quanto é da falta ainda de tecnologia que já estamos ganhando? Os problemas decorrem disso? Quanto é do modelo insustentável de produção agrícola que nós adotamos, importado boa parte dele? Quanto é da questão ambiental? Só para um equilíbrio, se nós pudéssemos fazer.

Encerro, queridos companheiros Presidentes, porque sinceramente, acho que a política agrícola do nosso país, por mais esforço que os senhores tiveram, por mais avanços que alcançamos, está muito focada nos produtos, ela não alcançou as propriedades nem os produtores. No meu Estado do Acre, o Ministro Reinhold falou: ah, mas de um lado, do outro... Eu tenho uma visão um pouquinho diferente. Temos 88% de floresta, Ministro, e estamos lutando para importar produtos do Peru, porque o relevo do Acre está 130 metros acima do nível do mar. Assim, não temos como produzir cebola, alho, por isso importamos do Peru, que é bem barato, e abastecemos a Amazônia inteira. Não tem nenhum problema, nenhum demérito nós produzirmos algo e, com esse dinheiro, comprarmos aquilo que a gente não pode produzir, ou até economicamente não é viável. Esse equilíbrio pode ser feito.

No Acre, fizemos a estrada para o Peru, com ajuda do Governo Federal para podermos abastecer uma parte da Amazônia. Penso que a Amazônia não precisa produzir tudo. Ela pode produzir aquilo que é adequado e comprar com o dinheiro dessa produção aquilo que não é adequado produzir lá. Não temos que reproduzir o modelo do Sul na Amazônia, seria um grande equívoco, foi o que o Brasil tentou um pouco antes de o senhor assumir, Ministro Alysso, e o senhor freou isso. O senhor usou uma frase fantástica: eu não posso mexer no que não conheço. O Presidente do Bradesco, quando teve os derivativos ele disse: o meu banco não faz isso porque não faço o que eu

não sei, o que eu não conheço. E o Brasil fez muito na Amazônia sem conhecer a Amazônia. Já conhece bastante, tem muito a aprender ainda.

A minha disposição era ver se saíamos desse código com um código que pudesse dar segurança para quem quer produzir e criar, estimular para que o Brasil possa ter política agrícola que nos coloque competitivos do ponto de vista da produtividade, como muitos dos senhores falaram, mas essencialmente que o código, que é florestal, saia com uma regra onde o Brasil, pela primeira vez, numa lei feita para suceder a de 35 e a de 65 e os remendos que ela sofreu, o Brasil possa também se transformar numa potência florestal. Temos a maior área de floresta tropical do mundo e participamos com 4% do PIB florestal do Planeta. Isso é pouco, é nada. Eram essas as minhas considerações. Tomara que, após esses depoimentos ou, quem sabe, uma futura reunião ou uma ação, depois dessa audiência que foi muito rica para todos nós, a gente possa encontrar essa formulação de libertar os produtores para que eles possam seguir alcançando os objetivos de aumentar a produtividade e aumentar a produção na mesma área, mas, ao mesmo tempo, termos uma lei ambiental que transforme o Brasil numa potência florestal e também da biodiversidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Quero dizer que se essa relatoria fosse fácil, não precisaria ter duas pessoas competentes e experientes como os Senadores Jorge Viana e o Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Muito obrigada, Presidente. Gostaria de cumprimentar nossos ministros e dizer da alegria de poder reencontrá-los e do orgulho que eu pessoalmente tenho de tê-los tido como Ministros da Agricultura, todos, em seu tempo, com seu brilhante trabalho, dedicação total ao nosso setor, fidelidade aos interesses do País, cada dia aprendendo mais com cada um.

Em primeiro lugar, eu gostaria de comunicar à Senadora Ana Amélia, para que ela se tranquilize, porque, acerca da instrução normativa do PRAD, do Ibama, temos como advogado dessa ação o escritório Sérgio Bermudês, que é um dos melhores do País, para atestar a inconstitucionalidade desta matéria. Além disso, na semana passada, estive com o Advogado-Geral da União, para tratar do decreto que foi prorrogado novamente e que deverá vencer agora, em novembro, para que ele pudesse refletir a respeito dos abusos que há naquele decreto, porque, na mudança do decreto, houve a inclusão daquelas multas absurdas, contrariando a lei que diz que a multa não pode ser maior do que a

capacidade da atividade econômica do cidadão, e temos lá multas até de R\$50 mil por dia, e também com relação à exigência da averbação da reserva legal.

O próprio Congresso Nacional, já existe acordo sobre isso, que a averbação é uma impossibilidade nacional, então que do decreto também já pudesse ser retirado. Portanto, Senadora Ana Amélia, fique tranqüila, porque as providências, sempre procuramos tomá-las a tempo e a hora na CNA.

Segundo ponto, o Ministro Alysson Paulinelli, meu professor querido, disse a respeito dos estudos, que temos capacidade, hoje, de estudar os biomas e estamos tentando fazer isso, estamos fazendo isso com a Embrapa, a CNA está investindo R\$20 milhões no Projeto Biomas, que agradeço aqui ao Ministro Reinhold Stephanes, que teve a visão, assim como V. Ex^a teve lá atrás, na iniciativa da Embrapa, com tudo que o devemos, assinamos ainda quando Reinhold Stephanes Ministro, a primeira PPP rural do Brasil, que é uma parceria com a Embrapa, onde estamos estudando os biomas: são seis vitrines tecnológicas, uma em cada bioma, que servirá de showroom, vamos assim dizer, para que os agricultores de forma democrática e gratuita possam ter acesso à tecnologia, e a Embrapa fazendo, então, em rede, pela primeira vez, com a participação de 240 pesquisadores e 350 extensionistas, para que, depois, essas pesquisas possam ser transpostas para as propriedades rurais, de acordo com cada bioma. Então, estamos sim fazendo o dever de casa e, mais uma vez, agradeço a Reinhold Stephanes por essa iniciativa e por ter aceitado a parceria da CNA com a Embrapa.

Eu gostaria de fazer uma pergunta bastante objetiva, especialmente ao Ministro Alysson. Com relação ao cerrado, temos 204 milhões de hectares, na nossa contagem, temos de 50 a 60% dele aberto já em produção. Quantos ainda teríamos para usar do cerrado, se não tivéssemos nenhum impedimento, quanto ainda poderíamos usar do cerrado brasileiro? Pergunto isso por conta de que tenho muitas informações da própria Embrapa de que grande parte desse cerrado, que, hoje, está em pé, não precisa se preocupar, porque ele não é adequado para a produção. Mas gostaria que V. Ex^a pudesse, se tiver condições, responder a respeito da utilização do cerrado, até quanto poderíamos ir.

Outro ponto é o seguinte: olhei e li detidamente o relatório da FAO, da ONU, e a CNA incorporou as metas do milênio, então, estamos participando ativamente no combate à fome, que é uma meta até 2015 reduzir a fome à metade, e não conheço outro jeito de reduzir a fome renunciando com comida, né? Claro que temos políticas em torno disso para que isso aconteça, mas uma coisa me deixou muito curiosa. No relatório

da FAO, eles determinam que, para 2050, teremos 2,3 bilhões de pessoas a mais e que seriam necessários mais 120 milhões de hectares de novas áreas incorporadas para que possamos produzir nessas áreas e atender essa demanda de gente, de pessoas que precisam comer até 2050. E fico fazendo aqui a minha conta: 120 milhões de hectares não estão contando com as áreas que podem aumentar a produtividade não, a FAO é claríssima, são novas áreas. E ela coloca para o Brasil uma possibilidade de participar, nesses 120 milhões de hectares, com 10 milhões de hectares de novas áreas.

E estamos aqui, o Senador Tião Viana, acho que teve que dar uma saída, mas estamos aqui discutindo se vamos manter ou diminuir a área de produção de alimentos, e a FAO exigindo do Brasil que colabore com mais 10 milhões de hectares até 2050. Eu gostaria de saber onde e como vamos cumprir essa meta da ONU, eu gostaria muito de saber, estou preocupadíssima com isso. Na verdade, o que estamos fazendo hoje? E até confesso um pouco de covardia da minha parte, estou lutando com unhas e dentes, assim como tantos companheiros, para que possamos manter os 27% de produção. Você quer aumentar um pouquinho? Não, não, 27, pelo amor de Deus, porque ninguém aguenta mais. Hoje, segundo os dados do IBGE, do censo agropecuário 2006, temos 38% da área brasileira na mão dos produtores rurais, abate 100 milhões que é de reserva legal e APP, só tem 230 para produção. É isso que, pelo menos da minha parte, desesperadamente, estou tentando regularizar, deixar essas pessoas produzirem nessa área. Então, quando vejo os Ministros do Meio Ambiente, os ex-Ministros dizerem que esse projeto é um retrocesso – e esta é uma palavra interessante, é um marketing, repetida 24 horas – pergunto: retrocesso em quê, aonde, por que e com quem? Se precisar aumentar essa área e participar em 10 milhões de hectares, não estou nem colocando isso aqui em discussão para não dizerem que estou pregando que se desmate mais 10 milhões de hectares. Isso é um problema para o Governo brasileiro resolver com a FAO, com a ONU. Eu, como representante dos agricultores e Senadora também representante do meu Estado, vou me preocupar com os produtores do agora, que é a minha função, de legalizar a atividade de cada um deles. Agora, confesso que, nessa meta para o Brasil, Senador Moka... Produzimos 145 milhões de toneladas de grãos, a meta que a ONU nos impôs é de 292 milhões de toneladas de grãos até 2050, Alysson. De carne, produzimos 24 milhões de toneladas, a FAO quer que produzamos 50 milhões de toneladas até 2050. Aonde? Aonde? Nestas condições que estamos debatendo aqui hoje?

Eu gostaria muito de que o Senador Tião Viana, que está muito angustiado e com razão, já que é Relator de uma matéria..., Jorge Viana, desculpe, ele sabe que o confundo toda hora, não é por maldade...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Isso é paixão pelo meu irmão, paixão dele também por ela.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – É saudades dele.

Mas ele sabe que não é por maldade, que tenho a maior consideração por ele, foi a convivência com o Tião.

Então, entendo essa angústia dele: recebe Ministro do Meio Ambiente, fala uma coisa, os da Agricultura falam outra. Mas a nossa função, com a maturidade que V. Ex^a tem, assim como Luiz Henrique, de ex-Governador, aliás, todos os Senadores deveriam ser, obrigatoriamente, Governadores antes de vir para cá, nunca fui, mas confesso...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador, quem não foi está habilitado e tem o direito.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Mas dá uma experiência. A vivência do Executivo estadual é uma coisa extraordinária, porque você convive com tudo, isso traz uma experiência. Tenho certeza de que os dois saberão arbitrar sobre isso. Não vim, ontem, aqui, à audiência pública, de propósito. Não foi por desrespeito, é porque fartei, não há respostas às minhas perguntas. Então, a repetição do retrocesso, retrocesso, retrocesso, amplia desmatamento, não amplia desmatamento, anistia, anistia, anistia, não consigo, tenho dificuldade, é uma deficiência minha, sou um pouco objetiva. Então, anistia como? Não estou recebendo nada de graça, se a função do órgão ambiental é recuperar o dano, e o dano será recuperado, essa multa vai ter que continuar porque é um castigo aos produtores do Brasil? Transforma-se num castigo, porque o Ministério do Meio Ambiente não é o fisco, não é a Receita Federal para arrecadar dinheiro. Então, se o dano foi recompensado como propõe o projeto, o cidadão vai gastar dinheiro para fazer tudo isso, qual é o sentido da multa, a não ser o castigo? Isso não é anistia, anistia se eu mantivesse no status quo, acabou sua multa, o que tenho que fazer? Nada, acabou a multa, isso é anistia, que também não é pecado. Quantas anistias este País já deu, inclusive para assassinos?

Bom, passar para os Estados a autonomia, responda-me: por que não? Por que não passar para os Estados? Hoje, praticamente, já está tudo assim, licenciamento de desmatamento são os órgãos ambientais e estaduais que fazem.

Estamos diminuindo o desmatamento no Brasil. Há oito anos da meta que o ex-presidente determinou já cumprimos 77%, Senador Jorge. Precisamos chegar

a 80%. Quer dizer, nós vamos, oito anos antes, cumprir a nossa meta. Graças a quem? Quem licencia desmatamento? Quem licencia desmatamento é o órgão ambiental estadual.

Então, eles estão demonstrando eficiência, e não incompetência, ao contrário. O que não querem perder aqui, Alysson, é o poder político de decisão. Não querem que vá para os governadores porque não querem perder o debate, o discurso e o controle das ações, porque, infelizmente, os órgãos de meio ambiente neste país foram capturados pelos ambientalistas, não são mais órgãos republicanos. Ressalvo a Ministra, tenho muita consideração por ela, há pessoas boas nesses órgãos, não é generalizado, mas, infelizmente, conseguiram capturar todos esses órgãos, e eles não agem mais com imparcialidade.

Agora, quando dizem que não podem passar para os Estados, pergunto: eles querem ser maiores do que a Constituição? Então, que venham para cá, ganhem o mandato e proponham uma PEC para mudar a Constituição, porque o art. 24 é claro, matéria de meio ambiente é de competência concorrente e não é de exclusividade da União. O terceiro ponto, a que ninguém responde, nenhum deles, onde se aumenta o desmatamento. Por favor, diga-me o parágrafo, o inciso, o artigo, em que esse relatório do Aldo implica desmatamento, gente. Não existe possibilidade. Ele ressaltou, em todas as oportunidades, que não há possibilidade de ampliar desmatamento na área de APP e na área de reserva legal. Agora, quando propusemos, lá atrás, e eu, inclusive, como presidente da CNA, fui uma das primeiras a pregar o desmatamento zero na Amazônia, não recebi uma linha de apoio, não recebi uma palavra de apoio. Ao contrário, o ex-presidente Lula e a própria Ministra Isabela foram os primeiros a dizer à imprensa: nós não concordamos com o desmatamento zero. O Aldo, assim mesmo, colocou no seu projeto, inicialmente, uma moratória de cinco anos. Teve de tirar porque ninguém concordou. Que história é essa, então? O art. 16 do Código atual, do Código velho, permite desmatamento, respeitando a reserva legal. É o único artigo que foi copiado *ipsis litteris*, na íntegra, que diz que o desmatamento pode ocorrer desde que haja licenciamento ambiental. Sobre o desmatamento criminoso nós nem vamos falar aqui. Então, Senadores, relatores especialmente, fico com muita dificuldade por não ter resposta sobre isso, para coisas tão óbvias, mas, se não fosse nada disso, só de termos 61% de preservação e 27% de produção, não pode haver dúvida sobre isso. Perdoem-me, mas não pode haver dúvida sobre isso, porque o Código, se continuar como está, no próximo censo agropecuário serão mais 100 milhões de hectares dentro das fazen-

das de reserva legal e de APP, nós vamos diminuir os 230 milhões de hectares menos 80, porque é o que os ex-ministros do Meio Ambiente querem.

Agora, a serviço de quem e para quem? Não dá, é uma conta que não fecha, uma conta que nós, brasileiros, não podemos aceitar. Menos de 27%, sem considerar a meta da FAO, não dá, é hipocrisia. Ou, então, nós vamos nos desfilial da ONU, da FAO e não vamos mais ser habilitados a acompanhar as decisões de um organismo tão importante como esse. Ou vamos fazer de conta que essa meta não está sendo posta? O que vamos fazer com essa meta, relatores? Vamos virar as costas para essa meta? A meta está lá, tem de ler o relatório da FAO para depois não termos de voltar aqui para refletirmos sobre um mesmo assunto que já foi posto antes. Então, desculpe-me a demora, Sr. Presidente.

Encerro dizendo que estive anteontem com a Presidenta Dilma, em audiência com o Presidente da CNA. Aliás, fui muito bem recebida, fico muito agradecida por isso, o que demonstrou uma consideração com os produtores rurais – não comigo, mas com os produtores rurais do país. Fui muito bem recebida. Fomos discutir sobre a política agrícola nova que estamos construindo com o Governo. Começamos com o Reinhold Stephanes. Mais uma vez, Reinhold Stephanes, maravilhoso trabalho, dois anos e meio trabalhando nessa política. Enfim, tive oportunidade de colocar essa política para ela e disse à Presidenta: estamos apresentando um seminário em novembro – e ela confirmou a presença –, dos 60 anos da CNA, que é um estudo da AGV, mais uma vez, sobre a renda brasileira dos produtores rurais. Encontramos o seguinte número: 5,8% dos produtores, apenas, Senadores, o que significa apenas 300 mil produtores de 5 milhões, produzem 78% do PIB agropecuário. Vocês...

Você acham que essas pessoas têm problema ambiental? Não tem, aqui já tiveram recursos para organizar as suas reservas legais, já tiveram recursos para organizar as suas APPs. Estou falando desses 3 milhões e 600, que produzem 7% do VBP brasileiro, que são 70% dos produtores. Esses, sim, eu disse a ela, não dão conta e vão defender a anistia, sim, se tiver. Assim como essa classe C, correspondente a 800 mil produtores, que produzem 13% do PIB agropecuário. Se você dividir por quatro membros da família, a grande maioria das classes D e E, dá menos de 70 reais/dia, o que significa abaixo da linha da miséria. Discutir meio ambiente sem falar de gente? Não há possibilidade, porque esse é o nosso mundo real, estamos aqui por causa dessas pessoas.

./Não dá para discutir sem falar nisso. Eu disse isso à Presidenta. É por esse povo que estamos

lutando, em que pese digam por aí que os ruralistas defendem os pequenos para ganhar para os grandes. Que brincadeira, esse povo não tem problema, eles têm contratos internacionais, os ex-ministros sabem disso, eles têm contrato com as trades, não vendem produtos se não estiverem com a sua vida regularizada. Estamos falando da grande maioria, são 94% dos brasileiros que estão no campo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu. Temos um último inscrito. Reitero a necessidade de sermos objetivos em função da agenda dos Ministros. Temos todo o tempo para continuar esse debate, que está fantástico. Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Rodrigo, o próprio Presidente Acir, Srs. Ministros convidados, Turra, Reinhold Stephanes e Paulinelli, caros Colegas. Serei breve, porque, depois do debate dos dois relatores, Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana e agora com a exposição da Kátia Abreu, só temos uma torcida: fazer com que busquemos o consenso. É uma grande tarefa. O trabalho que os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana terão pela frente nos próximos 60 dias, ou coisa que o valha, não será pequeno para tentar buscar isso. Ou, dentro da tese do Senador Jorge Viana, de reunir os nossos ex-ministros, como estão aqui hoje, assim como os que não puderam comparecer, da Agricultura, como os ex-ministros do Meio Ambiente, para tentar buscar alguma coisa de mais consenso para trazer como subsídio ou os representação de oitivas. Estamos num dilema, sem dúvida alguma, e temos de buscar um caminho.

Isso, na época de bandeirantes, Ministro Paulinelli – V. Ex^a, que foi um grande ministro, lembro-me, inclusive, da época em que eu era Deputado Estadual e V. Ex^a já pregava isso – o Governo estimulava os agricultores a, como bandeirantes, desbravar o Brasil. Recebiam até estímulos para avançar e irem com as famílias pelo Brasil afora. Sei disso. Lembro-me de que no fim dos 80, começo dos anos 90, quando começou devagarzinho a questão do meio ambiente, eu era governador do Estado.

E o Paulo Macarini, que era o Secretário de Planejamento, aconselhou-me: olha, tem uma reunião do Meio Ambiente ali, acho que era bom fazer uma visita ao governador. Mas, na época, não se dava muita bola para isso, não era uma coisa pontual. Aí fomos até lá. Brincando, eu disse: por que vamos falar, praticar, pensar, em meio ambiente? Por que não todo o ambiente? A brincadeira ficou, foi registrada na imprensa catari-nense à época. Agora, a gente começa a analisar. Eu vi um estudo, não sei se da FAO, vi nos jornais no último fim de semana, que no mundo precisamos aumentar,

nos próximos dez anos - e a Kátia falou alguma coisa -, em 10%, 20% a alimentação. Uma coisa mais ou menos nesses termos. Também ouvi na reportagem que das últimas reservas do mundo temos a América do Sul, temos uma parte da África e do leste europeu. E, desses 20% que nos próximos dez anos precisamos aumentar no mundo, destina-se ao Brasil entrar com mais ou menos, em relação aos 20%, em torno de 40%. Eles entendem no mundo, os meios, a FAO, etc., pelo que senti, mais ou menos, que deva ser algo em torno de 40% para o Brasil, que tem esse potencial. Aí precisamos buscar um entendimento, buscar esse clamor, essa demanda mundial. E apelam para nós participarmos desse processo. Agora, deve-se conciliar isso que é importante, quer dizer, a produção com a sustentabilidade. E aí, então, quero deixar aqui essa preocupação com a qual estamos convivendo. Ainda mais os Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, que, com certeza, não estão nem dormindo direito, porque precisam conciliar essas forças, conciliar essas ideias para buscarmos um consenso no Brasil, de conservarmos. Temos um meio – ou todo – o ambiente, como se diz, e temos a produção. Então, é um trabalho extraordinário e os senhores estão aqui para contribuir.

Quero cumprimentá-los. Paulinelli, eu já disse, o Ministro Stephanes, catarinense de nascimento, pelo menos, e o Turra, fiquei feliz em vê-lo, conselheiro do nosso BRDE, ex-ministro de tantas caminhadas. Vamos meditar, estamos ruminando um entendimento, precisamos buscar e nos aproximarmos daquilo que seja melhor para o Brasil, melhor para todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Quero dizer que a Mesa está com um problema. Todos os três convidados têm compromissos e pediram para falar primeiro, porque estão preocupados com o tempo. A Mesa vai adotar, em função disso, a mesma ordem de intervenções.

Com a palavra o Ministro Francisco Turra.

O SR. FRANCISCO TURRA – Bem, em primeiro lugar, acho que foram tantas as questões que nós precisaríamos do mesmo tempo para respondê-las uma a uma.

Mas, vou tentar olhar sob a ótica de um cenário macro. Por exemplo, o Senador Moka perguntou quantos milhões de hectares nós ocupamos de 850 milhões de hectares que temos? Setenta e oito milhões de hectares, isso culturas temporárias e permanentes. É isso. Uma dúvida que é preciso colocar é a seguinte: Mas nós ocupamos isso? Nós somos eficientes? Eu repito: nós crescemos o dobro da produtividade dos Estados Unidos. O número de 150 milhões deixou a mim mesmo perplexo. Eu chegava no fim, revelava o número da sa-

fra, 160 milhões. Mas olhe que produto se divulga? Nos Estados Unidos se divulgam, por exemplo, 350 milhões de toneladas de milho e nós 60. Quantos usam para etanol? Eles usam hoje 130 milhões de toneladas para etanol. Nós temos 600 milhões de toneladas de cana em 6 milhões de hectares. Então, eu somando diria o seguinte: nós produzimos 900 milhões de toneladas e, vejam, nessa divulgação de 150 milhões e poucos é um desafio para a CNA, para a Câmara e para o Senado dizer o seguinte: Olha, quais são os produtos que entram? Os da PGQM, só. Produtos de garantia de preços mínimos. Nós estamos falando de fruta, de um monte de coisa. O Brasil é eficiente, meus caros, mais do que nós sonhamos, muito mais.

Outro detalhe, Senador Viana, nós efetivamente, sobre divergências não tenho nenhuma preocupação. Estava do meu lado o Ministro de Meio Ambiente, José Sarney, o filho, e ele, sobre transgênicos, era absolutamente intransigente: “Não, não, transgênico...” Tudo bem. Aprovamos a Lei de Biossegurança. Eu continuo vivo, tenho certeza, porque o mundo viu que incorporei a ciência e a tecnologia no alimento. Agora, a tese contrária seria para nos atrasar, que é interesse do mundo em nos deixar atrasados. Então, não vejo nenhum problema em confrontar, nenhum. Mas, se dependesse da ideia de muitos ambientalistas, muitos, o peixe estaria no meio ambiente, passando a mão nas costas e a gente importando o pescado. E o peixe é uma riqueza para o Brasil, por exemplo. Então, veja que eu não vejo um antagonismo, às vezes há uma divergência, a ótica, olhar as questões e também não acho que sou dono da verdade. Mas nós estamos passando aqui com o Ministro a experiência de quem viveu o Brasil, viu o Brasil, viu o mundo desmatar, Senadora Marina – a ex-Senadora falou – que isso é um estímulo ao desmatamento. Ora, sem lei, sem código, a consciência brasileira já não se estimula a desmatar, a destruir. Hoje está na consciência, muito mais do que no código, a consciência do Brasil de preservar. A gente fica louco da vida quando alguém destrói uma árvore na cidade!

Então, nós, que somos defensores da produção, somos defensores da preservação. Somos defensores, e esse código não estimula, essa proposta do Aldo não estimula, ela racionaliza.

Eu repito, uma lei que está vigendo hoje, que não pode ser cumprida e que o governo tem que prorrogar, porque é uma lei burra, tem que ser reformulada. E se não for aí é que se estimula, porque é no meio desses descaminhos que se estimula. Agora, racionalize, estabeleça esse Código Florestal, que não é uma cláusula pétrea, que não é uma cláusula pétrea. Nós vamos ter o direito de flexibilizar. No ano que vem, vamos vendo.

Repito! Fui autor do código florestal do Rio Grande do Sul há 22 anos. Não mudou uma linha. E os Estados têm que ter uma parcela de contribuição, sim; têm que ter autonomia, sim, para serem corresponsáveis, porque a realidade do País é muito abrangente, é muito grande, é diferente, é diversa.

O Senador Jorge Viana, na sua Amazônia, que eu visitei, tem uma realidade. Para ele, riqueza é floresta, preservar. É isso! Para nós não é destruir a floresta, mas é usar bem o que podemos usar. Quanto poderemos nos apropriar ainda sem destruir, sem nada. Nós podemos nos apropriar, segundo a Embrapa, de 90 milhões de hectares a mais, segundo a Embrapa, sem destruir uma árvore, um bioma, sem agredir nada. É só a gente usar produtividade. Por exemplo, na pastagem. Eu repito, 250 milhões de hectares é muito para um rebanho de 170 milhões de cabeças. É só dar produtividade a menos... que nós vamos conseguir isso.

Eu só vou avançar em algumas questões. Sei que cada um vai dar a sua resposta. Eu acho que é uma responsabilidade imensa do Senado. A Câmara deu um passo muito bonito. Não imaginem que o Deputado Aldo tenha sido objeto de nada. Ele é um estudioso, é um homem competente. Ele viu o Brasil, e ninguém legisla sem olhar o Brasil. É o mesmo que eu, como Ministro, ficar em meu gabinete e nunca olhar para fora. Eu andei pelo Brasil, eu vi o Brasil, eu senti o Brasil nos meus pés e nas minhas mãos.

E ele também! O Aldo é um estudioso. Ele fez com muita responsabilidade e competência.

Haveria algumas coisas para mudar. Eu vi o Ministro Reinhold Stephanes colocou muito bem. Há algumas coisas que, se desse para a gente, sem perder tempo, ajustar um pouco, ou emenda de redação, daria para a gente cuidar alguns aspectos que julgo importantíssimo para o País. Por exemplo, sobre o passivo ambiental, a gente caminhar... áreas degradadas, expansão da produção agrícola, a polinização, que, volto a dizer, é um tema importante, problemas de logística do Brasil. Nós somos culpados de dizer: “tudo tem que ser rodovia. A fluvial não pode, isso não pode, a ferrovia não pode!” por aí também caminha muito do dano ambiental que aconteceu no país.

Mas, meus amigos, perdoe-me, Srs e Sr^{as} Senadores e Senadoras, acho que é um contribuição que nós damos. E a minha sugestão é que se for endereçado a alguns de nós algum questionamento para tirar alguma dúvida, eu não terei nenhuma dúvida em responder com a mesma sinceridade que fiz hoje. Eu lamento a gente não ter espaço para passar um a um os questionamentos que foram preciosos, responsáveis e importantes. Por exemplo, sobre áreas degradadas,

sobre desmatamento zero. Seria o ideal, eu acho que vai acontecer.

E digo mais: eu acho que vai haver reflorestamento em áreas que precisam ser reflorestadas. Vai haver. E também, volto a dizer, tomara que a gente estude a palavrinha mágica “manejo”. Por que dizer “é proibido você cortar uma araucária!” Eu acho que seria melhor V. Ex^a dizer assim: “eu permito, desde que você plante 100, 200, crescidas. Depois, que estiverem crescidas eu te deixo cortar uma araucária que está apodrecendo e que não nasce mais.”

Manejo é importante para preservar. É importante, e é uma palavra desconhecida até no trato do próprio Código.

Alguém perguntou, e eu preciso apenas dizer isso, como é que nos veem lá fora.

Se deixamos vender essa imagem, sem repelir, eu, por exemplo, já não teria mais consumo de frango, porque um sábio, que nós veneramos, o Evo Morales, diz que o frango brasileiro tem hormônio. Graças a Deus, a partir de quando ele falou, passamos a vender mais frango, porque mostramos que é uma verdade absoluta, mas que o mundo coloca o dia inteiro na imagem do produto brasileiro, degradando, destruindo. É hormônio no frango, é agrotóxico, é tudo!

Essa é a forma que têm de nos barrar! Se vocês soubessem as barreiras que a gente tem, e nós andamos pelo mundo! Hoje, nós estamos com o dumping da África do Sul; o Iraque está exigindo mais do que a União Européia, em uma legislação absurda; o vem e faz isso; a Rússia simplesmente nos descarta e diz: “temos dúvida de laboratório, disso e daquilo!” Vem a resposta técnicas e aí é que ela desabilita mais plantas!

Tem de haver uma ação de governo para sermos tratados de igual para igual. Somos um país maduro, preservacionista, produtor e vamos cumprir a meta da Fao, se Deus quiser, sem nenhum esforço. Com produtividade, competência, que nós temos, e apropriação das áreas sem agredir bioma algum, Senadora Kátia. Ouvindo a Embrapa, e a Embrapa, para mim, é a voz da ciência no mundo. Não há empresa mais pura, mais reconhecida no mundo do que a nossa Embrapa.

Perdoem-me a veemência, mas eu falei porque amo o País e amo a vocação principal do País que é de ser produtor de alimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Rodrigo Rollemberg. Bloco. PSB - DF) – Muito obrigado, Ministro Francisco José Turra. Saiba que nós, se tivermos necessidade, faremos, sim, esses questionamentos e agradecemos a disposição de V. Ex^a em responder e de continuar contribuindo permanentemente para esse debate.

Passo agora a palavra ao ex-ministro e Deputado Reinhold Stephanes.

O SR. REINHOLD STEPHANES – Eu vou tentar responder objetivamente cada pergunta que foi colocada. O Senador Acir colocou a questão das negociações internacionais.

Eu acho que uma coisa tem que ficar muito clara. Eu participei de centenas de negociações internacionais, quer indo ao exterior, quer com missões vindas do exterior ao Brasil, e posso garantir que não temos um produto brasileiro embargado, ou tivemos um produto brasileiro embargado por questões ambientais no mundo. Não temos isso, isso não aconteceu! (Pausa.)

Como eu posso dizer que em nenhum momento essas questões eram levantadas e discutidas. Em nenhum momento. Agora, também posso afirmar com certeza absoluta que quem mais pressiona, quem mais leva o assunto a fóruns internacionais é o Brasil, através dos órgãos de meio ambiente que nos representam.

E aí – eu não queria ir mais longe – vou contar uma historinha pequena aqui para vocês. Quando estava sendo preparada a Cop-15, o Ministro Pinguelli Rosas era o coordenador, há mais de ano, de pessoas que iam para a Cop-15. Sessenta dias antes da Cop-15, eu fui para a TV Globo, convidado por toda a direção da TV Globo, por todo conselho editorial, para levar essa questão ambiental. Isso porque eu disse: olha, vocês estão dizendo coisas... Reuniram todos.

Levei três cientistas da Embrapa, fui lá, fiz toda apresentação, a reunião durou quase quatro horas. No final das quatro horas, além de terem pedido algumas desculpas por terem sempre dado informações por desconhecimento... Eu tinha falado à Globo que o Ministério da Agricultura e a Embrapa não haviam participado dos debates da COP 15, quando a agricultura era o setor que mais poderia contribuir em emissão de gases efeito estufa para a COP 15.

A Globo publicou editorial no dia seguinte. Eu fui chamado 28 dias antes para uma reunião, apresentamos quatro propostas, que foram cem por cento aceitas. E quando eu fui à reunião, com a Marina presente, com Pinguelli Rosa presente, eu falei sobre questões como fixação biológica de nitrogênio, ninguém sabia do que se tratava. O que mostra o total desconhecimento. Fale, em plantio direto, o quanto isso podia economizar. Quanto cada hectare recuperado pode economizar ou pode sequestrar de CO₂. Enfim, tudo isso foi colocado...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Nas pastagens degradadas, Ministro.

O SR. REINHOLD STEPHANES – Isso, nas pastagens degradadas. Tudo foi colocado e tudo foi aceito. E ali surge um programa, que é a questão que foi le-

vantada, mas depois respondo com mais detalhe, que é criar estímulos para exatamente praticar agricultura sustentável, cujos programas faltam. Já para recuperação de áreas degradadas temos financiamento. Já há dois anos temos esses financiamentos, o ABC.

Embora a coisa esteja começando, ela está caminhando. Mas, evidentemente, precisamos de muito mais estímulos. Por exemplo, quem usa o plantio direto com qualidade, porque existe plantio direto, de forma geral, mas existe com qualidade, deveria, evidentemente, receber incentivo, uma diminuição na taxa de juros para isso. Com isso, nós estaríamos dando uma grande contribuição para conservação e diminuição de emissão de gases do efeito estufa.

Mas a primeira mensagem que eu queria dizer é que essa questão está sendo mais levada do Brasil para fora do que de lá para cá. Isso é muito interessante.

E aí eu fui a uma reunião – só que se fala em dimensões – na Holanda onde havia um debate. A maior universidade holandesa havia sido contratada para fazer um estudo sobre a sustentabilidade do plantio da soja. E eu então fui convidado para fazer uma exposição. Aí eu fiz duas perguntas. Primeira: se vocês não comprarem soja do Brasil, vocês vão comprar soja de quem? Segunda: os senhores tem idéia de qual é a área do Brasil em que se planta soja? Alguém tem idéia da dimensão da área? Só em 2% da área brasileira se planta soja. Acabou a reunião, literalmente, acabou o debate, acabou a reunião. Falta conhecimento, falta dimensão.

Bom, continuando Acir. Eu tinha já passado aqui para o nosso querido Senador Rollemberg, e depois alguém levantou, mas eu já respondo, a questão da reciprocidade. Quer dizer, países vizinhos podem produzir sem nenhuma conservação do meio ambiente, e nós importamos deles. A Europa pode produzir sem ter uma árvore nas beiras dos rios, e nós importamos os queijos, os vinhos, e outros produtos europeus.

Então, há necessidade, e o projeto, é o que alguém levantou aqui...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Fora do microfone) – Eles exigem tudo de nós, e nós não...

O SR. REINHOLD STEPHANES – Então, existe uma emenda que trata disso de forma muito racional, que eu já apresentei aqui à Mesa. Eventualmente, pode ser discutida e pode ser incorporada. Isso diminui um pouco as pressões de lá para cá. Quer dizer, a Holanda não pode mais nos pressionar se ela não tem uma árvore em pé. Quer dizer, a Holanda não pode chegar no Mato Grosso, como eu assisti, lá no gabinete do governador, e dizer: Não, vocês não podem usar vias navegáveis, porque se vocês usarem vocês estarão poluindo o meio ambiente, etc., etc.

Mas, gente, a Holanda é cheia de canais, e vocês fizeram o quê? Agora nós não podemos! Então, você diminui um pouco esse tipo de colocação.

A Ana Amélia...

Quer dizer, quando se colocou esse número aqui, foram colocados dois milhões. Por que um milhão de pequenos produtores, esse foi um dado medido pela Embrapa, um milhão de pequenos agricultores se tornarão inviáveis? Por quê? Porque eles estão nas margens de rios. Eles têm quatro, cinco, dez, vinte ou trinta hectares e estão à margem do rio. Foi ali que eles se estabeleceram, que seus avós, que seus bisavós se estabeleceram. E na hora que eu exijo deles, que eu exigia deles o cumprimento da atual legislação, os trinta metros ou, se fosse ao lado do rio Iguaçu, os quinhentos metros, a propriedade deles desaparece, ou quando eles têm um pequeno riacho que passa por dentro e mais a reserva legal.

Então, efetivamente, um milhão – isso era um dado real, absolutamente real – deixaria a propriedade se cumprisse a legislação que existe hoje. E Santa Catarina enfrentou isso. Por isso que o então Governador teve que tomar as decisões que tomou, porque na medida em que você forçasse... Nossa sorte é que não se exigia o cumprimento. E aí é que surge a famosa data mágica de julho de 2008, que é uma data mágica – eu já respondo –, porque é a data do decreto, mas que é uma data mágica. Eu até acho que não seria a data correta. Talvez a data correta seria 2001, quando as novas regras entraram em vigor. Mas em todo caso, não vou colocar isso em debate. Eu estou dizendo que a data mágica surge em função do decreto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Agora, Ministro, esse decreto foi de comum acordo com o então Ministro do Meio Ambiente.

O SR. REINHOLD STEPHANES – Não, desse decreto o Ministro da Agricultura e todo o País tomou conhecimento por Diário Oficial. Foi a primeira vez que eu bati na mesa. Dali por diante, nunca mais saiu um ato sem ser conversado. Porque os atos todos eram baixados... Um grupo se reunia, redigia, e então uma menina de... Desculpem-me, não é por questão de idade, porque com 25 anos de idade eu já era Secretário da Fazenda. Não é por questão de idade. Mas uma menina sem absolutamente qualquer conhecimento, absolutamente urbana, sem nenhum histórico, foi quem apresentou e elaborou, com alguns ambientalistas, esse decreto.

Aí eu quero dizer o seguinte, que é a primeira resposta que eu vou dar ao Senador Tião Viana, mas depois vou entrar em mais detalhes. Desculpem-me, Senador Jorge Viana. Eu sabia que era o Jorge, mas é que o Tião a gente tem muito na cabeça. Foi um gran-

de companheiro da gente, um grande Senador, uma figura extraordinária.

Mas quando falo isso, falo até com várias razões. Quando falei no tal jornal conservacionista, de 32 anos atrás, por coincidência, quem está no centro aqui e era reverenciado pelos conservacionistas sou eu. Ou seja, eu nasci na enxada, na nossa Santa Catarina. Eu fui educado em colégio agrícola. Eu fui o Presidente da Comissão que coordenou a Embrapa, quem criou e implantou o Incra, que ajudou a colonizar Rondônia. Eu andei lá, em Ariquemes, Vilhena, Ji-Paraná, andei em Altamira... Ou seja, eu tenho uma certa visão. Eu já estou contando isso porque depois vou responder outra pergunta em função disso, que seria aquela pergunta do... Como vou me sentar à mesa – fiz isto dezenas de vezes – com o Ministro Minc? Enquanto eu estava fazendo isso, o Ministro Minc estava fazendo o que na praia? Então, veja a dificuldade de se sentar com o Ministro do Meio Ambiente. Cito o Minc porque ele foi citado aqui como exemplo. Ou com o Sarney Filho, com quem nós nos sentávamos à mesa. O que eles faziam enquanto eu tratava, na enxada, de conservacionismo, tratava de agricultura. E quando eu ia para a mesa de reuniões, com três, quatro, cinco cientistas da Embrapa, em conservação, meio ambiente, doutorado, pós-doutorado, a reunião terminava num desastre, porque o discurso era ideológico, era político, não se conseguia um discurso técnico. Por isso, eu tenho muita dúvida quanto à possibilidade de reunir ex-Ministros de Meio Ambiente com Ministros da Agricultura. Porque os Ministros da Agricultura normalmente têm uma história técnica. Se eu pegar o Cirne Lima... Quer dizer, nem todos. Ultimamente não tem sido bem assim. Mas, historicamente, o Cirne Lima era um homem respeitado nacional e internacionalmente como um homem da agricultura. Quando ele foi escolhido, ele contou a história dele, tudo que ele foi.

Então, é difícil sentar. Depois, nós temos algumas diferenças de pensamento com as quais eu concordo absolutamente. Vejam bem, quando se fala em desmatar ou não desmatar, em biodiversidade, em não biodiversidade, é evidente que a Amazônia... E eu sempre digo o seguinte, eu defenderia não derrubar mais uma árvore no bioma amazônico, sou o primeiro a defender isso, o primeiro a defender isso. Mas, se eu aí olhar o Paraná – aí desculpem se eu tenho a visão distorcida por ter a distorção de Santa Catarina, do Paraná – verei que o Paraná é o Estado mais desmatado do Brasil. Agora, é o mais eficiente em agricultura, é o mais preservacionista em agricultura. Enfim, você não tem problemas de emissão de gás do efeito estufa, porque há uma neutralidade ali, você não tem problemas ambientais, os rios que vão para o lago Itaipu – dizia-se

que em 35 anos Itaipu estaria assoreado – não têm um único metro de assoreamento – porque as coisas são bem feitas. Agora, evidentemente que, assim como eu defendo que se mantenha a produção sustentável no Paraná, é claro que alguém falou seu eu seria a favor dos 5 anos. Não, eu seria, fui um dos que defenderam isso. Isso vai prejudicar pessoas da região Norte, porque não vão poder desmatar durante 5 anos. Embora eu tenha achado que há uma lógica nisso, quer dizer, ocupar o que existe, cada vez com mais sustentabilidade, criando políticas de incentivo a isso, políticas de pagamento, enfim, você tem que criar uma série de coisas adicionais mais ativas e, enquanto a gente decide melhor, estuda melhor as questões do bioma amazônico, vamos dar uma parada. Eu, pelo menos, concordava com isso.

Mas o que eu também queria dizer, já, Senador, aproveitando, fugindo um pouco das respostas que eu estava dando, é que eu debati muito com ambientalistas da televisão – há 3 ou 4 que são grandes ambientalistas – conversei, estivemos em alguns congressos juntos. Veja bem, eu, em todos meus pronunciamentos digo o seguinte: tenho o maior respeito pelos ambientalistas. Eu acho que ser ambientalista é uma coisa nobre, importantíssima. Agora, entre ser ambientalista e entender de meio ambiente há uma diferença muito grande. A maioria dos ambientalistas com quem tive oportunidade de reunir e discutir tentando acordos, tentando entendimentos... E aí eu citei – desculpe citar novamente o Sarney Filho, citei o Minc, citei outros – eles não conhecem meio ambiente. A própria Marina, por quem tenho o maior carinho e respeito – mas tenho mesmo pela figura humana, pela pessoa – um dia eu disse: “Marina, você já pisou alguma vez no Estado do Paraná? Não. Você já entrou na área de produção de São Paulo, do Paraná? Não.” Então, veja bem, é difícil você efetivamente estabelecer um debate. Claro, eu não estou dizendo que nós tenhamos a verdade, mas por isso uma reunião dessas não é possível. Agora, se escolhermos – e aí eu cito a Isabela como grande exemplo – para debater e escolhermos algumas pessoas desse meio acadêmico científico, mas junto também do meio acadêmico e científico da Embrapa e o sistema, eu costumo dizer: “Gente, a Embrapa é o símbolo, mas nós temos 17 unidades de pesquisa no Brasil, há trabalhos extraordinários, como o Instituto Agrônomo de Campinas, o Iapar, o de Minas, enfim, Viçosa. Nós temos gente extraordinária. Então, tudo bem, vamos escolher grupos de pessoas, cientistas dessa área que não tenham o viés ideológico, o viés político. Evidentemente, aí nós podemos sentar e devemos sentar. Assim como também não devemos só escolher os ministros da Agricultura que têm posições

já mais definidas, vamos escolher os mais tranquilos, os mais equilibrados. Aí, talvez, nós chegássemos a um bom termo. Agora, da outra forma, efetivamente é muito difícil. Você vai ter um grupo de um lado e vai ter um grupo do outro lado e dificilmente haverá o bom senso para o entendimento.

Bom o Moka já foi respondido. O Jorge Viana, em parte.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Uma lei para toda a Amazônia, Ministro.

O SR. REINHOLD STEPHANES – É Eu gostaria só de me referir um pouquinho porque eu acho esse tema importante.

Bom, em relação ao consumo de agrotóxico, eu tenho uma visão, mas eu vou deixar isso para algum especialista maior responder, mas acate-a em relação ao atingimento de metas. Veja bem, para mim está muito claro – e com base na ciência ; não é opinião pessoal minha, é com base na ciência e nos que entendem – que o Brasil tem que dobrar a produção agrícola nos próximos vinte anos. É o que a FAO quer, é de que o mundo precisa, é o que o mercado que está lá fora, e os preços melhorando para os nossos produtos. Ou seja, saímos daquela função de grandes importadores, no passado, – uma história muito bem colocada – para um país dinâmico, com uma grande potencialidade de ter a agricultura como instrumento estratégico para o desenvolvimento. Então, veja bem: está previsto que o Brasil dobre-a em vinte anos.

Aí, nós poderíamos perguntar: que problemas ambientais nós teríamos? Primeiro, tem que ficar claro que 70% desse crescimento será através de eficiência, será através de tecnologia, que é o que vem acontecendo. Não teríamos aí nenhuma novidade. A segunda, que já foi colocada pelos outros Ministros, é avanço em áreas de pastagens e que não são 250 milhões de hectares. Utilizam-se hoje 160 milhões de hectares; e 40 milhões de hectares não foram declarados, porque estão mais ou menos degradados. Por isso, não foram declarados ao IBGE como utilizados. Quero dizer, o total seria 200, dos quais, efetivamente, estão se usando 160 milhões de hectares.

Nesse cômputo, nesses próximos vinte anos, a área adicional – porque há a irrigação também como outra forma de crescimento – a ser utilizada seria exatamente dez milhões de hectares nas regiões do cerrado, principalmente, no Matopiba, que tem uma área extraordinária. Isso é o que está previsto e, claro, manter a área atual de produção consolidada, com as correções que estão introduzidas com esse código que foi elaborado.

Agradeço muito a oportunidade, agradeço muito ao Tião Viana em ter nos convocado, isto é, ao Jorge

Viana em ter sugerido. Eu vou persistir nisso?. Mas em homenagem ao seu irmão, pronto! Mas, Jorge, obrigado por nos dado essa oportunidade. Agradeço, enfim, a todos que aqui levantaram algumas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Reinhold Stephanes por sua contribuição a esse debate.

Passo a palavra ao Ministro Alysson Paulinelli.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Com muito prazer e honra, eu agradeço a oportunidade das perguntas, porque me dão chance de descer a alguns detalhes. Por escolha, baseei a minha exposição nas duas anteriores, que achei que foram muito objetivas, e preferi fazer uma explanação geral sobre a competência brasileira junto ao panorama mundial hoje.

O Brasil é o grande detentor de tecnologia de região tropical do mundo. O Sr. Obama não veio aqui pelos belos olhos da nossa Presidente, não. Aquilo foi uma confissão de que o Brasil deve tratá-la com muito carinho. O Presidente da maior Nação do mundo, da maior economia do mundo, veio ao Brasil para pedir ao Brasil que os ajude, “porque vocês são detentores da competência para produzir alimento e energia renovável que o mundo não tem. Vocês são capazes de fazer isso, e nós precisamos que vocês ajudem a América do Sul, a América Central, a África e outros países tropicais com o que vocês já detêm.” Essa foi a fala do Sr. Obama. Nós precisamos tomar conta dessa fala, sim. Ela é importante para valorizar o que fizemos até hoje.

Eu aproveitaria... Acho que o Senador Viana foi muito objetivo na sua sugestão. Eu me disponho a vir na hora em que quiser, Senador. Agora, nunca obtive deles – e eu já tenho debatido...

O José Carlos é meu amigo, é meu irmão, chama-me de professor dele. Gosto muito, e ele tem a idéia também de que só vamos resolver a maioria desses, vamos chamar, contextos que estão havendo, através da ciência. Ele defende uma Embrapa para a ecologia. Eu acho que não é preciso. Acho que, no caso da Embrapa, é só não deixá-la passar por 24 anos de apagão científico – de que este moço aqui ajudou tirá-la – que ela sofreu que não vai haver perigo. Ela tem condições de fazer o que nós precisamos com relação ao conhecimento dos nossos biomas e a forma racional de utilizá-los, porque bioma não se utiliza só destruindo, não.

Uma coisa que o cientista a que me referi aqui, o Paulo de Tarso Alvim, me ensinou é que a única que ele aprendeu nos 21 anos na Amazônia é que, das seis horas da manhã às seis horas da noite, a Amazônia produz a energia de que o mundo necessita em

um dia e que nós não conhecemos como e nem como utilizá-la. Será que essa não é uma questão em que temos de pensar hoje? Nós temos ou não cientistas?

Eu faço questão de acompanhar os concursos da Embrapa nessa renovação que houve, graças ao chamado PAC. Na Embrapa, só os que contratei em 1974, todos têm condições de aposentar. São mil. Eles já conseguiram contratar 901. Eu vou dar um depoimento aqui com o que os senhores vão ficar chocados. Se, em 1974, nós abrimos um concurso e só apareceram 52 pós-graduados, três estrangeiros e um naturalizado, nos concursos da Embrapa hoje, para uma vaga, aparecem mais de 150 doutores com pós-doutoramento. Gente, isso é uma resposta! Mais de 150 doutores, inclusive com pós-doutoramento, para se preencher uma vaga. Isso é o sinal de que o Brasil tem competência, de que é preciso botar essa competência para trabalhar. Nós estamos nos esquecendo de que, , nós podemos fazer o que o mundo não tem: as nossas universidades.

Quero repetir aqui: quando criamos a Embrapa, eu tinha sido Presidente da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior – Abeas, por dois anos consecutivos. Eram doze escolas de Agronomia e nove, de Veterinária. Hoje, nós temos o maior potencial de conhecimento de agricultura tropical nessas universidades e nessas escolas. Por que nós não vamos confiar? Por que estabelecer esse debate inútil? Quanto custam as exigências que estão fazendo através do meio do sistema de fiscalização do meio ambiente? Quanto custaria botar cientistas analisando, conhecendo o Acre, a Amazônia, os seus biomas, que são vários, e, depois, nos dizerem: “Este aqui tem que ser intocável. Este aqui você pode aproveitar com um plano de desmatamento ou de uso da madeira sustentável ou outra forma qualquer”. Eu não entendo isso. É o Brasil, que tem o maior potencial, a que chega o Presidente da maior Nação do mundo e diz “vocês tem que nos ajudar, porque vocês têm a tecnologia e tem gente competente para fazer”, e nós aqui não estamos acreditando nisso. Eu acho que há alguma coisa errada.

Ao Senador Jorge Viana, eu diria, Senador, nas discussões que tive, nenhum dos ex-Ministros me garantiu: vocês têm capacidade de executar essa lei que está vigente? É só isso. Quanto ela vai custar ao País? Eles não sabem. Eu faço essas duas perguntas e normalmente termina o diálogo. Normalmente termina o diálogo. Eu vou ser franco com o senhor: o que vocês estão analisando ainda tem muito de achismo. A única vantagem que eu vejo é que esse código dá claramente um rumo para que, dentro de cinco anos, se proponham mudanças com base em estruturação científica. Não é com a base de um cientista – cuida-

do com isso –, mas, vou repetir: com base em estruturas científicas, porque um cientista é sempre um grande colaborador, mas, quando ele fica solto, ou ele vai pesquisar sexo de anjos ou vai fazer seus papers achando que ninguém mais é capaz de contestar. Eu acho que a estruturação científica é muito importante. Acho que a Embrapa ganhou com isso.

A Embrapa tem programas de pesquisa que são respeitados religiosamente e que levam a dar soluções a problemas nacionais. Eu tenho muito medo de um cientista que se rebela, às vezes, sem ter efetivamente um apoio dos seus colegas nessa sua rebelião. Eu sou muito franco com relação a isso. Acho que o Brasil tem competência, acredito nessa competência. O ensino das ciências agrárias no Brasil evoluiu muito. Sou filho de agrônomo, sou agrônomo e pai de agrônomo. Entre meu pai e meus filhos, a diferença de conhecimento e de preparo desse profissional é tão grande que me assusta. Isso me assusta.

Então eu gostaria de ser muito franco: nós precisamos imediatamente tornar viável a legislação que está aí, porque, eu vou repetir, ela foi formada, em sua grande maioria, na base do achismo. Não há um conceito científico que embase a maioria dessas resoluções que estão aí.

Eu pediria aos senhores que querem, na parte legislativa, chamar o Centro Nacional de Florestas da Embrapa lá de Curitiba, em Colombo, para se manifestar. Lá tem um grupo de cientistas, inclusive um que, por coincidência, é formado em advocacia e estudou muito constituição e legislação. Vocês vão ficar assustados ao saber como é que se modifica uma constituição através de decretos e normas. Ele tem tudo isso catologado e poderia prestar um grande serviço. É só chamar a Embrapa que eles trazem o seu pesquisador – acho que o nome é Sérgio, desculpem-me, esqueci o nome dele –, é um sujeito excelente, trabalhou junto à SPBC, foi companheiro nosso e eu gostaria de que vocês tivessem oportunidade de ouvir um homem como esse para ver o que se tem feito nesse código. Ele vai explicar isso com detalhes.

O nosso Presidente pediu informações sobre o crédito adequado. O crédito agrícola no Brasil caiu demais. O Brasil teve uma experiência muito boa nas décadas de 60 e 70. De 80 para cá, com as crises econômicas, se bagunçou o chamado crédito rural.

O crédito rural hoje se transformou numa arma perigosa e o Brasil, pior do que isso, não cumpriu o que precisava em termos de complementação de instrumentos de política agrícola. Você abrir crédito ilimitado sem ter seguro é um risco muito grande. Somos o único País grande produtor que não tem seguro. Eu vou dar uma informação aos senhores e gostaria de

que estudassem isto: os países ricos do mundo estão subsidiando seus produtores através de seguro. Eles não fazem só seguro de preço. Esse tem empresas privadas que estão fazendo a custo razoável. Eles fazem seguro de renda. Isso arrebenta com qualquer concorrente por mais competente que nós sejamos. Eles estão fazendo isso e nós não podemos ir à OMC para poder contestá-los, porque não é um subsídio; é um instrumento de política agrícola chamado seguro rural.

Nós temos isso no papel. Posso dizer aos senhores que a emenda que estabeleceu o seguro rural no Brasil é de minha lavra. Eu era Deputado na constituinte, com o apoio de todo o Governo, inclusive do PT e do Sr. Lula. Eu falei isso para ele nos 150 anos do Ministério.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Ministro Alysson, um aparte. Na discussão com a presidente, anteontem, da política agrícola nova, o pilar principal era este: renda, crise de renda, garantia de renda.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Espero que ela cumpra, porque não falta mais nada. A lei está pronta.

Criou-se, no Brasil, algo que é muito evoluído e chama-se fundo de catástrofe. Tem toda a regra e a constituição, a emenda é minha, mas é vergonhosa, porque dou só a norma geral, mas chego a detalhes sobre como ela vai ser executada. Fiquei com vergonha, mas tinha certeza de que o Governo tergiversaria. Então botei que ela tem que ser executada através de empresa privada, o Governo monta os recursos como seu concorrente, país concorrente, para poder subsidiar o seguro rural. Não temos seguro rural desde 1988. É muito interessante isso.

Portanto, o crédito é complicado. Agora, saiu recentemente uma norma chamada Agricultura ABC que atende ao agricultor pequeno, médio e grande para fazer uma agricultura conservacionista. Ela comporta todas as atuais tecnologias. Estou dizendo isso porque fui um dos primeiros...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – E tem juros mais baixos?

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Mais baixos. Não é só o juro, porque juro, às vezes, não resolve o problema, mas inclusive dá prazos para que com a renda você pague. Isso que é fundamental.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Se não me engano, são sete anos de carência.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Até mais. Dão até oito anos de carência.

Então eu só quero dizer que, se a gente ficou parado um ano, hoje não são muito mais do que dez ou doze que conseguiram aprovar esse crédito.

Eu peguei toda a Emater e nós fizemos isso. Minas Gerais fez um programa de demonstração da in-

tegração lavoura, pecuária e floresta em 311 campos no Estado inteiro. Foi um sucesso. Os agricultores saíram... Mas quem vai nos financiar não tinha o dinheiro para fazê-lo. Agora tem. Basta que se restabeleça a estrutura operativa que o nosso Ministério não tem e coloque isso em funcionamento.

A sua pergunta sobre anistia é mais ou menos no mesmo sentido. Perguntou-me a Senadora sobre...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Moratória.

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Anistia ou moratória. Eu gostaria de dizer o seguinte: o espaço é muito pequeno para a gente discutir isso. Eu acho que nós temos que ter bom senso. As sugestões que o Ministro Stephanes levantou aqui são muito procedentes. O próprio Ministério do Meio Ambiente hoje aceita composições. O que não pode é aquela estupidez que está lá e que eles insistem que deve ficar na lei como uma espada de Dâmocles, porque eles não têm condição de fiscalizar aquilo, não.

Gente, fiscalismo no Brasil é um perigo, especialmente quando a lei parte de tergiversações como essas que nós temos. Está-se fazendo, eu faço essa denúncia tristemente e tenho como comprovar isso, o fiscalismo no Brasil, especialmente nessa área. Isso está sendo matéria de se criar dificuldades para se vender facilidades. Sou claro. Isso se repete no Brasil. No meu Estado, criaram dificuldades e vendem facilidades. Será isso que nós queremos no País? Não seria muito mais lógico que nós fizéssemos o inverso pelo estímulo, pela competência, que aqueles que são capazes, ao contrário, recebam, como é a sua pergunta seguinte?

Essa situação de ICM, desculpe, de ITR, o Brasil já tentou várias vezes a variação do ITR em função de tecnologia. Não deu certo até agora, sinceramente. O ITR deixou de ser um instrumento de política agrícola no Brasil há muito tempo, tanto que passou para os Municípios, mas estes não estão usando. Eu acho que nós precisamos ter outros instrumentos. Por exemplo, se as multas fossem bem aplicadas, elas poderiam se transformar em fontes de recursos para pagamentos de serviços ambientais prestados com eficiência. Esse é um exemplo que eu dou.

Preservação de água, tarifa de energia elétrica, que também foram perguntas que os senhores fizeram, me tocam pessoalmente. Eu sou um produtor de águas e me orgulho demais de ser produtor de águas. A minha propriedade, eu a recebi em 1992, e estou trabalhando nela durante todo esse período. Praticamente não tinha água. Eu hoje já tenho água para fazer irrigação de salvação, porque lá é o início do sertão mineiro, é seco, é a mesma isoleta de Confins; e se escolheu Confins porque não chovia muito. Eu tenho

lá muita deficiência. Tenho veranico todo ano. No ano passado tive 40 dias de veranico. E produzi água agora, que tenho para fazer até uma irrigação de salvação.

Já tive a visita do Zé Carlos Carvalho, que ficou muito agradecido. Levou toda sua equipe, com 35 membros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALYSSON PAULINELLI – Pode ser. Eu agradeço se ele citou, porque é muito meu amigo. E amigo elogiando amigo às vezes é perigoso, né?

O que eu quero dizer aos senhores é que me orgulho muito, porque hoje tenho, na minha propriedade, água suficiente, que eu não tinha. E o fiz por meio de projetos interessantes como o da Embrapa, por exemplo, das barraginhas, que me restabeleceram e elevaram o meu lençol freático. Eu tenho 67 barragens dando suporte a uma das minhas principais bacias e ela voltou a ter água permanente. Não existia água ali.

Eu fico muito feliz com isso e acho perfeitamente possível, não só pelo reflorestamento das nascentes, não, mas a proteção e o manejo adequado. Proteção e manejo adequado às vezes é muito mais do que só reflorestamento.

O último. Pagamento pela prestação de serviços ambientais. Eu não tenho dúvida, especialmente o pequeno produtor. O grande produtor tem a sua empresa em condições de ser sustentada, autossustentada. O pequeno produtor, não. Ele está deficitário.

Os dados captados pela Embrapa, por meio do estudo que o Dr. Eliseu Roberto de Andrade Alves fez agora é impressionante. Nós podemos pegar aqueles dados e verificar que a maioria dos nossos produtores está abaixo da linha de pobreza. Se se quer combater a pobreza no Brasil, não é penalizando esse produtor, não, mas fazendo isso que você está sugerindo aqui. Isso aqui precisa ser feito.

O Brasil tem um diferencial, mas, infelizmente, tem a dicotomia que todo país subdesenvolvido tem. De um lado uma agricultura de subsistência. Não vamos chamar de agricultura familiar, não, porque fizeram uma confusão com esse termo. Há agricultura de subsistência, onde a subsistência é baixíssima, a renda é baixíssima e é uma miséria; e agricultura empresarial, grande, média e pequena, familiar ou não. Essa, sim, é competente e é possível o seu desenvolvimento com menos ajuda. Para aquela, a prestação de serviços fundamentais precisava ser, essencialmente, para o pequeno produtor, que está fazendo seu autoabastecimento.

Senador Acir, lei única para biomas diferentes. Você tem toda razão. Como o Senador, que mora no Acre, que é do setor agrícola, pode compreender que nós vamos fazer a mesma lei para uma região riquíssima

sima, que o Brasil ainda não soube aproveitar, que é o semi-árido nordestino e tem um rio chamado São Francisco?

Aí, eu não entendo. Fiquei com vergonha do meu estado quando vi aquela movimentação para impedir que se fizesse a transposição das águas do São Francisco. Houve uma movimentação até de governadores. E eu peço desculpas ao futuro. O meu estado fazendo uma coisa dessas? O São Francisco joga, hoje, 600 metros cúbicos de água no oceano atlântico, por segundo. Desculpe-me, meu Senador. Muito obrigado. Por segundo! Por que não tirar 30?

Eu fiz um projeto, em Minas, o Jaíba, de minha autoria, que tirou 80! Naquela época, ninguém gritou. Fiz um dos projetos onde primeiro se falou em reserva ambiental. O Banco Mundial elogiou o projeto e me arrumou dinheiro para realizá-lo. Hoje, eu vejo exatamente o inverso. Que negócio é esse?

Nós vamos abastecer o oceano atlântico? Se vocês forem à China, os rios mais importantes da China, o Yang Tsé e o Amarelo, já não estão indo ao oceano. Tem um que passa quatro meses sem jogar um litro de água no oceano e o outro já não joga mais. E o chinês está aproveitando essa água dentro do possível, principalmente para irrigação. E nós aqui?

O Brasil precisa e vai ser um país rico, graças a essa arrancada no seu setor agrícola para trazer água da Amazônia para o Nordeste e para onde precisar, sem risco.

Quem falou aqui hoje foi o meu querido colega Reinhold. Não é só a Holanda que está cortada de canais, não; a Alemanha é totalmente cortada de canais navegáveis, por onde passa só um navio com um metro de distância dos dois lados. Meus amigos, eles sabem aproveitar a água. E nós, aqui, estamos jogando quantos bilhões de litros de água doce no oceano a troco de quê? De uma filosofia ou de uma ideologia? Acho que nós temos que separar esse joio do trigo. Não tenham dúvida disso.

Reciprocidade dos países. Bom, o Reinhold já comentou e não tenho dúvida. Eu acho que o mundo vai começar a pensar num programa de organização ecológica. Ele não pode ficar como está, porque o Brasil tem 62, 67...

(Intervenção fora do microfone.)

Completamente. O mundo vai ter que pensar nisso.

Senadora Ana Amélia, com muito prazer. Pesquisadores. A senhora se referiu ao que eles têm feito; e podem fazer muito mais. Pelo amor de Deus, o Senado precisa acompanhar essa Embrapa. Ela passou 24 anos de apagão científico. Esse moço aqui viu as

minhas reclamações, quando Roberto Rodrigues, que eu considero irmão...

O Roberto é meu irmão! O que o pai dele fez por mim faria por um dos filhos. Ele me fez isso. E eu tenho pelo Roberto o maior respeito e a maior admiração. Quando o Roberto me falou: “Paulinelli, estou com um problema na Embrapa, ali eu não pude colocar a mão; você poderia me ajudar?” Eu fui lá. A Embrapa tinha 4% de recursos! Uma Embrapa que tinha um orçamento de um bilhão, com 4% de recursos limpos pra fazer pesquisa. Meus amigos, é aquela máquina tão grande que toda sua energia é consumida na máquina e não sobra nada para puxar os vagões. Não pode acontecer isso.

A Embrapa precisa ter recursos pra tirar essas dúvidas dos congressistas, dos brasileiros, dos produtores, dos ambientalistas. Experimentem usar mais a Embrapa, mas não a deixem ficar falida! Perdemos muito da Embrapa. Felizmente, criou-se ali um espírito de corpo que a manteve na base do idealismo, que sustentou este País e fez o que precisava. Eu me orgulho muito disso!

Eu me lembro bem de que tentei fazer um esforço pra deixar, enquanto governo, um sistema de autos-sustentação da Embrapa. O Presidente da época me falou: “Não vá criar instituições corporativistas; a Embrapa vai valer pelo que ela faz e pelo que ela produz e não porque é uma instituição”. Lição que aprendi e me orgulho disso. A Embrapa não morreu porque ela, efetivamente, tem competência.

Senadora, biotecnologia e redução de químicos. Está havendo muita redução de químicos, sim. Essa pergunta já me foi feita. Hoje, nitidamente começou a cair o consumo de... Não somos o maior... Alguém perguntou e eu vou abordar ali na frente.

(Intervenção fora do microfone.)

Não somos o maior consumidor de agrotóxicos. Você tem uns países que não dão muita estatística, a China é um deles. Embora, na China, as agriculturas serem tão pequenas que eles podem matar as pragas com a mão. Nós não podemos fazer isso aqui. Agora, posso garantir o seguinte: a maioria dos químicos que estamos usando, Senadora, são absolutamente degradáveis. Esse que faz um estrago tremendo na imprensa e especialmente os ambientalistas gritam contra, o grifosato, com 52 dias não se acha absolutamente nenhum resíduo de nada, depois de aplicado. Então, se não há resíduo, que mal faz?

Estamos caindo, sim, graças à biotecnologia. Este ano, já vamos usar, pela primeira vez, um milho transgênico que controla as três lagartas que são fatais. E tem o RR, que permite capinar sem estragar o milho.

São evoluções, no campo da Biologia, que vão nos ajudar muito. E o Brasil, graças a Deus, está conseguindo acompanhar. Existem discussões que acho que temos acompanhar com muito mais preocupação. É, mas nós só temos aqui multinacionais, com semente, com defensivos! Gente, eu tenho medo de uma multinacional, mas de muitas não porque elas são competentes e sabem competir. E se elas estão competindo é porque elas são eficientes, do contrário, não. Agora, precisamos, sim, ter a preocupação de que o Brasil não fique dependente exclusivamente de algumas tecnologias que nós não detemos. Por isso é que existe a Embrapa. A Embrapa tem BT de milho pronto, e eu sou conselheiro lá, tem mais de três BTs prontinhos para lançar, ela não tem dinheiro para fazer isso.

Estou sendo franco com os senhores. Chamem o chefe geral do Ministro, tragam-no aqui. Ela tem hoje um sorgo transgênico que é o único no mundo, não tem recursos para levar à frente. Eu estou tentando ajudá-la no sentido de obter esses recursos porque vai ser uma evolução tão grande para nós e, sobretudo, estabelecer uma concorrência com as multinacionais que hoje são detentoras dessa tecnologia com naturais expectativas dos investimentos que elas fazem e ter retorno, e aqui no Brasil estão tendo sim. Eu fico feliz desde que não abusem.

Mais ainda, a Emenda 164. Nós vamos gastar muito tempo para discutir, eu preferia que nesta reunião junto com os outros ministros, nós discutíssemos com mais detalhes. Eu só faço essa pergunta: é viável executar a lei como ela está? Quanto custa? Nem é viável e nem sabem quanto custa.

Sessenta e dois das florestas nossas são nativas. Eu abro aqui um parêntese e respondo também à Senadora Kátia. Gente, o Brasil com essa competência que está aí, estocada, hoje estocada, se em um concurso da Embrapa aparecem mais de 150 doutores para uma vaga, está estocada, vamos botar essas pessoas a trabalhar e eu tenho certeza de que elas vão achar as formas de identificar os biomas e como manejá-los. Se ele é intocável, elas vão dizer. Por que a lei, esta que estamos discutindo, transfere aos produtores a obrigação de fazer 20%? Ele tem condições de manter isso?

Eu vou ser franco com vocês, eu mantenho mais de 20%, me custa caro, mas eu tenho verdadeiro amor pela minha floresta. Eu amo aquilo como se fosse parte de mim mesmo porque eu quero entregar aos meus filhos a terra melhor do que eu recebi. Esse é o grande ideal de quem é efetivamente produtor. Tem ano que eu tomo prejuízo, pego dinheiro do meu bolso porque, de outra fonte porque eu trabalho, eu sou um aposentado, professor, que não dá muito não, mas eu trabalho, tem

vários trabalhos que me dão renda, e boto lá dentro porque eu sei que eu não posso degradar aquela área e ela já está melhorando. Eu já estou com nove anos de integração lavoura e pecuária.

Os senhores olham o que era a minha terra antes, pelas análises e pelos resultados, que vocês vão ver. Eu tenho alta produtividade, mesmo numa região que é altamente árida, 40 dias sem chover uma gota. Não é brincadeira, não é brincadeira. O meu produto final lá é carne, são os novilhos precoces, dos criados na fazenda, que eu solto com 24 a 30 meses, acima de 17 arrobas. Orgulho-me disso. Vão ampliar porque estou conseguindo melhorar as minhas condições de solo. A capacidade de suporte aumentou muito dentro da minha fazenda e vai aumentar mais, eu tenho absoluta certeza disso.

Recuperação da Mata Atlântica, quanto custará isso. Foi a Senadora também que perguntou. Olha, vamos ser realistas. Lá em Minas agora tem uma briga sem precedente. Consideraram aquela floresta caducifólia da região noroeste de Minas, especialmente a que é ligada ao polígono das secas, como Mata, e não estão deixando os agricultores expandirem sua produção mais. Está proibido, absolutamente proibido. O próprio governador reconheceu e está refazendo estudo, Não é possível acontecer isso. E outra coisa, quanto custaria para restabelecer essa Mata? Quem vai pagar essa brincadeira? São alguns trilhões, são alguns trilhões.

Os agricultores, sou sincero, hoje já estão começando a enxergar que a celulose, a madeira é um bom negócio. Estão plantando. Esses 311 campos de demonstração que nós fizemos foi um. Nós fizemos. Não, a Secretaria fez, e eu acompanhei entusiasticamente, participando de muitos deles, foi um sucesso sem precedente em regiões onde nós temos deficiência de energia, a floresta desenvolve muito bem, com espaçamento de dez metros, dois ou triângulo de três, um pouco mais adensado, estão sendo produzidos, escutem bem, escutem bem, estão sendo produzidos 520 estéreos em dez anos, 520 estéreos em dez anos por hectares. Temos experimentos, inclusive um que é meu afilhado, e foi meu cabo eleitoral, me ajudou muito quando fui candidato, eu fui político, pelo menos uma vez, tem lá experimentos interessantíssimos, que é do Grupo Votorantim. Está lá à disposição, os dados estão lá, ele até se aposentou recentemente, mas os dados continuam lá.

Esses experimentos que a Epamig e a Embrapa montaram não têm dez anos ainda, mas estão dando indicações de que eles terão o mesmo rendimento da floresta tradicional de lá. Essa manipulação do solo nessas entrelinhas melhora as condições de produ-

ção. O Senador que é engenheiro florestal mais do que ninguém pode saber disso porque ali se faz uma fertilização sucesso do solo durante os anos de utilização tanto em agricultura quanto em pastagem. São excepcionais, são tecnologias que estão surgindo.

A Embrapa, nós ajudamos lá pelo nosso trabalho junto com ele na Ciência e Tecnologia, ajudamos a ampliar a integração lavoura e pecuária. É um projeto excelente, o mundo baba quando vê esse projeto e sabe que não tem capacidade de competir conosco.

Ô gente, o Brasil tem um detalhe, eu vivo sempre acompanhando os pronunciamentos da nossa Senadora Kátia e eu gostaria que ela sempre fizesse referência a isso. Nós não temos 48 milhões de hectares de área plantada não, Kátia, o Brasil tem um privilégio, é o juro que nós pagamos durante 500 anos e agora começamos a cobrar.

A agricultura temperada tem uma chamada janela de 12 dias para se plantar, no corn belt, você planta dentro daquela janela ou você sabe, plantou antes, cai a produtividade. Esse ano, eles plantaram muito depois porque o clima não estava bem e eles estão com a produtividade baixa. Aqui no Brasil nós temos 12 meses, nós já produzimos, em grandes áreas brasileiras, duas vezes por ano, e agora três vezes por ano.

O nosso Senador saiu daqui, o nosso Deputado, o Estado dele já está fazendo três culturas em grande área, que é a Região dos Lagos, três culturas por ano. Então veja bem, temos um espaço extra para crescer a nossa produção que ninguém ainda observou bem.

Eu vou responder na hora, Senador, deixe-me completar aqui porque faço questão já que ela me emprestou um carro para me levar até onde eu tenho hoje um compromisso de como produzir água na Universidade de Brasília e de Goiânia, que estão em um curso conjunto, mas eu vou chegar a tempo lá, mas quero terminar aqui.

O Senador Waldemir Moka, ô Senador, ele saiu. Eu tenho o maior entusiasmo brasileiro, o cerrado foi a grande solução que tivemos. Agora eu gostaria de deixar com os senhores aqui uma informação que me deu um tal de Normam Borlaug. Normam Borlaug foi o único Prêmio Nobel da Paz do setor agrícola. Tanto assim ele criou uma fundação, eu tenho a honra de ter a World Food Prize, que é uma fundação que ele em protesto porque não se tem no Nobel um prêmio específico para o setor de alimentos ou agricultura, e ele criou o World Food Prize. E eu tenho a honra de ter esse título.

Então, vejam bem, ele é quem diz: o cerrado brasileiro é terra de fazer longe. Eu nasci no cerrado. Na minha família, cerrado só dado ou herdado.

Meus amigos, é uma das áreas mais estragadas do mundo. Quem começou a estragar o cerrado foi índio. Foi o índio que, quando descobriu o fogo, ia às áreas ruins, botava fogo, para vir a brotação, e ele se escondia para a caça vir e matar mais rápido. E dali se generalizou. O cerrado, até a década de 1980, era queimado anualmente com fogo colocado para ter brotação e melhorar as condições das reses. Essa é a área que se transformou na mais produtiva e competitiva do Globo.

Vou dar aos senhores um depoimento do grande cientista e detentor do Prêmio Nobel da Paz, Norman Borlaug. Ele veio e conheceu a revolução do cerrado, foi para São Paulo. Em São Paulo, falou para 250 agrônomos da Sociedade Paulista de Engenheiros Agrônomos. E ele falou: “Eu sempre tive uma briga com o meu travesseiro. Nunca dormi tranquilo porque sei e conheço agricultura no mundo inteiro. O homem foi lá pegou as melhores regiões, sacou a sua vegetação nativa e vem cultivando e degradando sucessivamente. Eu tinha a minha consciência doendo. Não estaria satisfeito se não visse o que vi no Brasil: o inverso, o homem pegando – e ele usou essa expressão – terra de fazer longe, de fazer distância, e transformando na mais produtiva e competitiva que o Globo tem hoje, que é o cerrado brasileiro”.

Ô gente, uma declaração está gravada, está num disco, peçam a Agrisus pode dar a vocês esse pronunciamento do Dr. Norman Borlaug. Agrisus é uma fundação criada por um grande agrônomo, Fernando Cardoso, que foi dono da Manah, depois vendeu e criou essa agrisus. Ele tem isso gravado.

Esta é uma declaração: “agora posso morrer feliz”. Morreu no ano atrasado. Deve ter morrido feliz, porque ele viu o Brasil assumir a liderança que ele havia vaticinado: “Vocês vão ser o grande país produtor do mundo”.

Eu acho que é isso que temos que compreender e analisar. E essas pessoas, me desculpem... o meu colega, o Deputado Reinhold Stephanes, tem toda a razão, quem anda depredando o nome do Brasil lá fora são as nossas instituições, algumas custeadas por ONGs, outras com interesse de mostrar lá fora o que eles querem fazer aqui.

Isso não pode continuar assim. O Brasil hoje é sensível. Considero que o Brasil está numa luta, eu brinco muito: quem mora da roça sabe, quando morre um boi, vem a luta dos cachorros, os grandes vão lá e abocanham os grandes nacos de carne, o pequeno, como é pequenininho, tira um pedacinho, os grandes não ligam para ele. Na hora em que se transforma num grande, como é o Brasil, e se transforma num boca preta de todo tamanho e vai lá e pega o maior naco,

pode ter certeza de que este vai ser vigiado. É a razão de que eles estão começando a criticar o que nós não somos capazes de fazer.

Será que vamos fazer uma legislação de primeiríssimo mundo, aliás, ela é estratosférica, ela é celeste, na área ambiental e não vamos ser capazes de fazer uma defesa sanitária no Brasil para impedir o que está acontecendo hoje?

Meus amigos, espera aí, onde nós estamos? Que país é este? O Brasil está correndo o risco de perder grande parte do mercado.

Eu até então, aqui está um sujeito que admiro muito, Benedito, está ali junto conosco, ele sabe da minha preocupação. Eu tinha uma preocupação grande com a defesa sanitária que não evoluiu no Brasil. E quero dizer aos senhores que a minha única tábua de salvação é que a China também não ligava para isso. Nesses últimos anos, a China começou a investir maciçamente na defesa, na padronização, na classificação dos seus produtos e vai exigir de nós. E nós não temos rastreabilidade dos nossos produtores. Ô gente, vamos fazer lei que seja efetivamente eficiente para o Brasil de hoje. Não vamos ficar com bobagens de lei absolutamente inatingíveis. Acho que precisamos pensar mais seriamente nisso.

Srs. Senadores, fico muito feliz de estar aqui, porque sei que está entregue a quem é competente para fazer essa análise.

Senador Luiz Henrique, fico muito honrado pelas suas perguntas. Proteger as nossas florestas, preservar os nossos biomas e agricultura sustentável é a sua preocupação. Parabéns.

Mas vamos proteger biomas conhecidos e analisados para saber como manejá-los, para saber como manejá-los.

A Constituição Federal () eu também fui Constituinte, junto com o senhor, e eu me envergonho do que houve. O senhor se lembra da luta, eu sou municipalista, a luta que nós tivemos, conseguimos colocar 19% da receita para os Municípios. O senhor sabe quanto está hoje, Senador? 11%. Isso é um assalto, isso é uma judiação. E outra coisa, sem contar as responsabilidades que caíram sobre os Municípios. Os prefeitos hoje são mendicantes. Fico muito animado quando vejo a Presidente dizer que vai combater a miséria. Acho que uma das misérias que ela precisa combater é das prefeituras também, porque as prefeituras, hoje, no Brasil, são miseráveis. Elas não têm, na maioria das prefeituras.

O senhor tem toda a razão. Outra coisa, como é que vamos fazer, aliás aqui estou vendo dois relatores, como as regras do Acre vão servir para o seu Estado? Como as regras do seu Estado vão servir para o Acre?

Isso indica que estamos querendo fazer locubrações legislativas e não leis palpáveis. Tem que haver uma descentralização. O senhor tem toda a razão. Eu que vou saber junto com os meus pares o que nós precisamos, quais as áreas que precisamos preservar, ou não devemos mexer, ou devemos cultivar, etc, etc.

O projeto não atende ao Código Florestal. Desculpe, o projeto do Código não atende, nem o substitutivo, viu? Repito, a única vantagem que sinto é que este substitutivo abre espaço para colocarmos a ciência, o conhecimento para as novas formulações que ele pretende fazer nesses cinco anos.

Senador Jorge, diferença entre governos e ministros. O senhor tem toda a razão, existe muita diferença sim. Eu, na hora que o senhor quiser estarei aqui com o maior prazer. A primeira pergunta que vou fazer é a seguinte: esse Código como está é exequível? Segundo, quanto custa? A segunda, eles não vão ser capazes de responder, tenho absoluta certeza disso. Mas, mesmo assim, discutirei com muito prazer. O Zé Carlos é um amigo pessoal, eu troco ideias com ele. Ele é entusiasta da ideia de nós termos uma Embrapa para... eu acho que não precisa disso. Nós precisamos de ter instituições científicas com recurso para fazer o que nós precisamos. Quem arbitra, o senhor está em dificuldades, vou te dar um conselho: ouça a ciência. O senhor vai errar menos.

Reunião conjunta, já disse, desculpe, estou às ordens.

Agrotóxico no Brasil. Não somos o maior consumidor não. Existem alguns países que nem dão estatísticas. A China mesmo é uma. O americano consome mais do que nós ainda. E nós estamos caindo o consumo graças a essas evoluções que estamos tendo na base de novas tecnologias: a integração lavoura e pecuária, o plantio direto e várias outras como a evolução biológica de nossas plantas, e elas precisam vir com muita força.

Política agrícola, meio ambiente e custos. Uma boa questão que o senhor levantou. Quanto custa chegar onde nós estamos na agricultura? Quanto se investiu e quanto está custando descobrir o que o meio ambiente está querendo? Seria uma ótima conta e acho que tem gente no Brasil capaz de fazer isso. É uma boa pergunta o que o senhor fez. E o senhor vai se assustar.

Senadora Kátia, com muito prazer e muita honra, eu tenho visto seu esforço. Às vezes, a incompreensão que todos nós temos; mas, às vezes, a gente precisa de ser duro, sim! Eu acho que, infelizmente, eu trabalhei em um governo da ditadura, mas um governo que sonhou com a democracia. Eu estranhei quando fui convidado para ser ministro. Eu era um líder estudantil,

um pouco agitado. Por que fui chamado para ministro? Um dia eu perguntei ao Presidente: Presidente, o senhor conhece meu passado como líder estudantil? Ele me falou: “Eu conheço a sua pessoa e isso é o que é o bastante.” “Ótimo, muito obrigado!” Portanto, eu sei o quanto vale a democracia.

Ele realmente teve de lutar e nós tivemos de ajudá-lo para fazer a abertura que ele fez. E nós não podemos perder a chance de fazer uma democracia que seja uma democracia viável, onde a participação seja competente. A Senadora sabe a preocupação que eu tenho com nossos produtores. O Brasil, por ser grande demais, nossos produtores passaram a ser muito individualistas, eles não se organizam, eles não participam, eles estão mal organizados. Não é culpa dela!. Eu também passei lá. Tentei tirar um grupo que nada tinha com a agricultura, graças a Deus eu o consegui tirar – e hoje só tem agricultores lá. Mas é difícil organizar essa classe produtora. Se nós quisermos aprender com os países que são desenvolvidos, vamos ver as organizações nos Estados Unidos, das Unions, das associações de produtores; vão ver na França os sindicatos; na Itália, os sindicatos, e nós vamos ver que lá eles são fortes e capazes de exigir – e exigir mesmo! – ações racionais do governo.

O Senador deve se lembrar disso na Constituinte: eu era o maior entusiasta de fazer aqui uma democracia representativa. Achava que o parlamentarismo ia dar uma nova feição ao Brasil. Votei, entusiasticamente, até o dia em que fomos votar o famigerado voto distrital. O senhor se lembra? Perdemos por 80 votos. Eu pedi um espaço no Grande Expediente e esculhambei – com todos os meus colegas: “Vocês me desculpem, eu não sou palhaço!” Se vocês indicarem uma democracia representativa no mundo que tem o voto não distrital, me indiquem que eu vou correr lá, às minhas custas, para ver se serve e votarei a favor aqui. Mas, de agora em diante, não voto nada!”

A Constituição brasileira ficou um negócio esquisito: ela veio sendo parlamentarismo até o voto distrital; depois acabou. E não vão aprovar o voto distrital aqui tão cedo, tão cedo. Eu sabia disso!

Essa democracia nós precisamos preservar, Senador. E assim: com representação de classe. Na democracia tem uma regra que é absolutamente infalível, não é só aqui, não, é no mundo inteiro: quem estiver organizado faz; quem não estiver recebe feito. E, na maioria das vezes, mal feito.

Eu fui governo. O governo sente onde o calo está apertando. Se não apertar, ele não faz... Vamos lutar, Senadora! É fundamental que haja esse elã que a senhora tem para fazer a representação do setor produtivo. Eu gostaria de dizer o seguinte: desses 204

milhões de hectares que a senhora me perguntou, eu presumo que, no mínimo – no mínimo –, 120 milhões são absolutamente passíveis de ser usados com rentabilidade. E o restante dá para sobrar muito para se fazer as reservas dos biomas.

Eu mesmo procurei fazer não somente na manutenção da lei dos 20%. O que fizemos? Só tinha financiamento quem fizesse a manutenção, como também na criação de reservas nacionais, estaduais, municipais ou particulares. Eu acho que o bioma tem de ter dono! Bioma sem dono não funciona, a senhora tem toda razão. Há possibilidade de nós ampliarmos muito, só no cerrado, nossa expansão agrícola, sem tumultuar o meio ambiente, ao contrário. Aliás, quem não for apaixonado ou ideologizado, veja o bioma do cerrado depois de 10 anos de cultivo e veja antes. A biologia do solo se modifica, o cerrado passa a ser um ativo – um ativo – patrimônio. E o cerrado é um ativo muito pequeno, se não mexido.

Senador Casildo, não é fácil mesmo, não. Conservar e produzir é fácil! É fácil. Eu gostaria de oferecer uma oportunidade. Eu acho que minha propriedade hoje é exemplo. Dia 30 estará visitando o Secretário do Meio Ambiente para ver como produzir água. Eu tenho recebido lá missões que vão aprender como é que se maneja um solo com benefício desse solo. Eu me orgulharia muito se tivéssemos sua ou outras visitas para ver que é absolutamente possível fazer produção com conservação. Eu hoje fico feliz: minha produtividade está aumentando, a capacidade de suporte aumentou, minha renda aumentou, eu aumentei o número de funcionários, eu os pago em dia, dentro da lei. E fico muito feliz, porque uma área que estava absolutamente degradada – há 19 anos – para mim serve de exemplo para aqueles que têm dúvida se é possível produzir e conservar. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito bem, prezado Ministro Alysso Paulinelli.

Antes de passar a palavra Acir Gurgacz, como V. Ex^a fez aqui um convite, em público, para o Senador Casildo Maldaner, a Comissão se sente convidada. Como nós decidimos que vamos visitar algumas propriedades que são referências de compatibilização de alta produção agrícola com preservação ambiental, eu já vou sugerir que a Comissão aprove, oralmente, o requerimento de visita e posteriormente, se possível, visitaremos a fazenda do Ministro Alysso Paulinelli.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar à Comissão que viabilizasse as notas taquigráficas destas audiências com a maior urgência, pelo menos para mim e par ao Senador Jorge Viana, porque, como diziam os latinos: Verba Volant Scripta Manent. Para nós fazermos uma reflexão melhor, é importante que a gente leia, depoimento por depoimento, com todo o cuidado, a fim de que (como eu afirmei no início desta sessão), como juízes, nós possamos dar o veredito adequado para o futuro deste nosso querido País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Passo essa solicitação à Secretaria das Comissões que encaminhe as notas taquigráficas para os dois relatores, de todas as audiências públicas, e para qualquer outro Senador que assim o solicitar.

Passo a palavra, agora, ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Presidente.

Eu quero só agradecer, mais uma vez, ao Ministro Alysson Paulinelli, que esteve aqui pela segunda vez debatendo este assunto conosco, juntamente com o Ministro Reinhold Stephanes, com Francisco Turra e que nos deram uma lição sobre a agricultura brasileira, através de trabalhos e de exemplos na história de nosso País. Então, quero agradecer também aos dois Relatores,

Quero agradecer também aos dois relatores, Jorge Viana e Luiz Henrique, a permanência aqui. Tenho certeza de que essas audiências, tanto a de ontem quanto a de hoje, vão contribuir muito com os nossos relatores. E nós Presidentes estamos aqui para dar o suporte e o conforto que precisam para pensar e fazer com que nós façamos realmente um código brasileiro para a população brasileira. Não é para ambientalistas, não é para produtores rurais. É para a população brasileira.

Mais uma vez, os meus agradecimentos e cumprimentos ao Ministro Alysson Paulinelli.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero agradecer ao Presidente Acir Gurgacz e aos relatores aqui presentes. Quero agradecer, de forma especial, ao Fernando Sampaio, Diretor da Abiec – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. Quero dizer que o documento foi distribuído. Infelizmente, o nosso tempo impediu a sua participação direta.

Quero dizer, Ministro, da nossa alegria, da minha alegria particular em poder rever V. Ex^a, sempre com esse entusiasmo, com esse amor pelo Brasil e com essa experiência a serviço do interesse público.

Eu tive oportunidade de registrar aqui que pude compartilhar com o Ministro Alysson Paulinelli do Fundo Setorial de Agronegócio. Sou testemunha da sua defesa do Brasil, da sua defesa da Embrapa, da sua defesa do desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura brasileira. E V. Ex^a traz hoje aqui mais uma contribuição bastante significativa de quem tem muita autoridade nesse nosso debate.

Muito obrigado. Foi uma alegria muito grande.

Antes do encerramento, submeto a Ata da reunião à deliberação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Está encerrada a reunião.

Ata da 33ª reunião da comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática em conjunto com a 32ª reunião da comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle e 32ª reunião da comissão de agricultura e reforma agrária, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 30 de agosto de 2011, terça-feira, às 08h30.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de agosto de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG e ACIR GURGACZ**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, ANTONIO RUSSO, BENEDITO DE LIRA, BLAIRO MAGGI, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, EDUARDO SUPPLY, FLEXA RIBEIRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, PAULO DAVIM, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES E WALTER PINHEIRO. A Presidência anuncia a presença do Senhor Senador João Pedro e Eurípedes.** Deixam de comparecer os demais senadores membros. A Presidência declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 77, de 2011-CMA; nº 49, de 2011-CRA, nº 41, de 2011-CCT; com o objetivo de debater o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) e sua relação com as cidades, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Afonso Nobre – Secretário de

Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); José Carlos Martins – Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC); Caio Portugal – Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato da Habitação de São Paulo (SECOVI/SP); Nabil Bonduki – Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); João de Deus Medeiros – Diretor do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente MMA; e Celso Santos Carvalho – Diretor de Assuntos Fundiários urbanos da Secretaria Nacional de Programas urbanos do Ministério das Cidades. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **ANA AMÉLIA, BLAIRO MAGGI, JORGE VIANA, ANIBAL DINIZ**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Ao término da reunião, a presidência submete à votação a leitura da ata da reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos, havendo lavrado a presente ata José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Luiz Gonzaga Silva Filho, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Acir Gurcacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – Senador **Eduardo Braga** – Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO CONJUNTA DE 30/08/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 77, de 2011, da CMA; nº 41, de 2011, da CCT; e nº 49, de 2011, da CRA, para debater o aperfeiçoamento da reforma do

Código Florestal, Lei 4.771, de 1965, e sua relação com as cidades.

Nós temos os seguintes convidados: Carlos Afonso Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; José Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção; Caio Portugal, Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato da Habitação de São Paulo; Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; João de Deus Medeiros, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Celso Santos Carvalho, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

Já se encontram aqui presentes o Sr. João de Deus Medeiros, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, que convidado para compor a Mesa; e o Sr. José Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que também convidado para compor a Mesa.

Quero, muito rapidamente, enquanto aguardamos a chegada dos nossos próximos convidados e iniciamos esta reunião – vamos iniciá-la imediatamente –, agradecer a presença dos nossos convidados e registrar que esta é a 4ª audiência pública conjunta que realizamos após o recesso.

Como já tive a oportunidade de afirmar em outras vezes, a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura estão debatendo a reforma do Código Florestal desde o início deste ano, mesmo antes de chegar o projeto aprovado pela Câmara. Realizamos uma série de audiências públicas no primeiro semestre. Ouvimos, na ocasião, o Relator do Código, ouvimos a Ministra do Meio Ambiente, ouvimos, por duas vezes, representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Academia Brasileira de Ciência.

Quero convidar o Dr. Carlos Nobre para fazer parte da Mesa e o Sr. Caio Portugal também.

Neste semestre, já tivemos a oportunidade de realizar audiências muito produtivas com o Relator do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, com ex-Ministros do Meio Ambiente e ex-Ministros da Agricultura, todos eles trazendo contribuições muito expressivas a esse debate.

Já marcamos uma audiência pública conjunta externa a se realizar na próxima sexta-feira, dia 02, em Esteio, no Rio Grande do Sul, quando da realização da Expointer. Teremos, no dia 13, uma audiência pública conjunta com a participação do Ministro Toffoli, do Supremo Tribunal Federal; do Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; e de Luis

Paulo Leme Machado, que é um grande especialista em Direito Ambiental. No dia 16, teremos outra audiência pública externa, desta feita em Chapecó. Temos uma série de outras audiências públicas ou diligências externas aprovadas e devemos marcar as datas nos próximos dias.

Ontem, informava-me o Senador Luiz Henrique, que é o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura, que já entregou o seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça, o qual deverá ser lido na reunião de amanhã. E certamente haverá, em função da complexidade do tema, a solicitação de vista conjunta. É desejo do Relator apreciar na Comissão de Constituição e Justiça, no próximo dia 06 de setembro, terça-feira da semana que vem.

De qualquer forma, quero reiterar o desejo conjunto das Comissões de que, até o início até o início de novembro, meados de novembro, a gente tenha condições de apreciar, definitivamente, a proposta de Código Florestal.

Quero registrar que esta audiência pública de hoje se reveste de uma importância especial, porque entendo que precisamos ter um olhar especial sobre o impacto do Código Florestal nas cidades brasileiras, e esse é o tema de hoje.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, passo a palavra aqui, cumprimentando pelo trabalho que vem desempenhando à frente da Comissão de Agricultura, liderando esse processo de debate sobre o Código Florestal, inovando, inclusive, com a participação da sociedade civil nos debates que a Comissão de Agricultura tem feito em todas as sextas-feiras, ao Presidente da Comissão de Agricultura Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Cumprimento todos os nossos convidados na pessoa do nosso colega João de Deus Medeiros, que tem participado, junto conosco, de várias audiências públicas, vários debates que fizemos tanto aqui em Brasília, na Comissão, como em outras cidades, outras localidades, ouvindo a população brasileira. Cumprimento os Senadores e as Senadoras aqui presentes.

Nessa última semana, Senador Blairo, estivemos em Rondônia e fizemos quatro reuniões em quatro Municípios diferentes para debater assuntos pertinentes à agricultura brasileira, com foco no Estado de Rondônia, já que o preço do leite que os produtores estão recebendo no nosso Estado está, em média, entre cinquenta centavos e cinquenta e cinco centavos. Fizemos quatro reuniões importantes: em Alvorada do Oeste, em São Miguel do Guaporé, em Seringueiras e em Nova Brasilândia. Discutimos, amplamente, com

o Secretário de Agricultura do Estado Anselmo de Jesus, ouvimos os sindicalistas, os produtores rurais e seguimos o caminho de que o Conseleite é a solução para que possamos ajudar a melhorar o preço do leite para os nossos produtores.

Mas a conversa sempre chega, no final, Presidente Rollemberg, a isto: “Como está indo o nosso Código Florestal?” A pergunta sempre é: vai ser possível votar neste ano aqui no Senado? Se tiver que voltar para a Câmara, vai ser votado na Câmara ainda? Porque a esperança dos nossos produtores, dos nossos agricultores é de que aconteça, de uma vez por todas, essa votação, para que eles possam ter uma legalidade jurídica, possam estar legais perante a lei e de que haja, pelo menos, um critério ou uma legislação que eles possam seguir. Essa é a preocupação de todos. Entendo que estamos caminhando para isso. Essas audiências públicas, em conjunto, são exatamente para diminuirmos o tempo gasto, diminuirmos o tempo de debate a fim de que possamos avaliar e resolver o mais rápido possível.

Portanto, complementando e respondendo aos nossos amigos que nos ouvem pela TV Senado, pela Rádio Senado, neste momento, nós vamos, sim, continuar em ritmo acelerado com o intuito de aprovarmos, o mais rápido possível, essa reforma do Código Florestal Brasileiro não só para os agricultores, mas para que toda a população brasileira possa ter esse Código pautando o seu trabalho, pautando a sua vida. Essa é a nossa expectativa e a nossa intenção.

Muito obrigado, Presidente Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura.

Registro aqui a presença do Relator na Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Ciência e Tecnologia e Comissão de Agricultura, Senador Luiz Henrique.

Vamos diretamente ouvir os nossos convidados, esclarecendo que, como tem sido feito nas sessões anteriores, nós vamos promover as inscrições dos Senadores pela ordem de chegada.

Quero aqui convidar, para fazer parte da Mesa, o Professor Nabil Bonduki, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Agradeço a sua presença.

Vamos promover as inscrições por ordem de chegada.

A Senadora Ana Amélia, como sempre, é a primeira inscrita; Senador Blairo, segundo; Senadora Vanessa, terceira. Registro, com muita alegria, a presença do Senador João Pedro na nossa Comissão e, agradecendo a presença de todos, quero sugerir um

encaminhamento aqui aos nossos convidados e ao Presidente Acir Gurgacz.

Vamos ouvir, primeiro, os representantes do Governo. Em seguida, vamos ouvir os representantes dos órgãos representativos de classe, de segmentos e, por último, o Professor Nabil Bonduki. Vou sugerir que destinemos quinze minutos para cada apresentação. É claro que, se houver necessidade, a Mesa será tolerante e concederá mais tempo. Mas vamos definir esse tempo, já que temos seis convidados, para que cada um possa fazer a sua apresentação.

Então, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, quero convidar, inicialmente, para fazer a sua apresentação, o Dr. Celso Santos Carvalho, representando a Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

O SR. CELSO SANTOS CARVALHO – Obrigado, Senador. Bom dia!

Tenho uma apresentação, mas, basicamente, a minha proposta aqui é trazer, do ponto de vista do Ministério das Cidades, como a discussão sobre o Código Florestal se encaixa numa estratégica, numa política de desenvolvimento urbano para o País que consiga superar nossos graves passivos ambientais e sociais que caracterizam as nossas cidades.

Acho que, basicamente, o nosso diagnóstico parte de uma análise histórica que nos mostra que, acompanhado por essa enorme urbanização que ocorreu no Brasil da década de 50 até hoje, não houve, nas nossas políticas públicas, uma preocupação com a habitação dos mais pobres.

Enquanto na Europa se construía o estado de bem-estar social, no Brasil nós implantamos um estado de deixa-estar social. Quer dizer, não existiam políticas habitacionais que davam conta de receber de forma legal e digna a população que vinha do interior, que vinha da zona rural, e a essa população restou apenas se virar do ponto de vista de moradia, ocupando áreas de risco, áreas de preservação ambiental ou as extremas periferias.

Nesse sentido, o Governo Federal tem implantado no âmbito das cidades uma ação muito concreta para alterar esse quadro. Como? Primeiro, entendendo que a falta de alternativa de habitação popular leva uma camada expressiva da nossa população a ocupar áreas de risco, a ocupar áreas de preservação ambiental. Então, a primeira questão é construir um programa de habitação de interesse social que chegue efetivamente aos mais pobres. Isso foi feito com o Programa Minha Casa, Minha Vida. Além disso, temos investido valores muito importantes – hoje está em R\$30 bilhões – em urbanização e regularização de assentamentos precários.

Precisamos ainda avançar na questão de implantação de parques públicos, de apoio, fomento aos Municípios para que implantem parques públicos, áreas de lazer, áreas verdes nas áreas de interesse ambiental e de fragilidade ambiental. E, agora, para o PPA 2012-2015, o Governo está propondo um programa de gestão de risco e resposta a desastres que coordena a ação do Ministério das Cidades, da Integração Nacional, do Meio Ambiente, do Ministério de Ciência e Tecnologia, do Ministério de Minas e Energia.

Então, existem ações no Governo Federal que buscam reverter o quadro de degradação ambiental nas nossas cidades, que, volto a enfatizar, está diretamente relacionado com o quadro de degradação social, com o nosso passivo social.

Nós não conseguiremos resolver a questão ambiental das cidades se nós não resolvermos, conjuntamente, a questão da moradia dos mais pobres. Isso significa que, na nossa visão, programas extensivos de remoção de populações de área de risco e de áreas de interesse ambiental, não há espaço para se colocar nas nossas cidades. É preciso compatibilizar o direito ambiental e o direito à moradia.

O nosso quadro legal tem avançado nesse sentido. A gente já vê, na Constituição de 1988, quando aparece a função social da propriedade, quando a moradia é entendida como um direito social, portanto, um direito de todos os brasileiros, e quando a gente tem instrumentos, como a usucapião especial urbana, que permite a regularização das posses urbanas.

Em 2001, o Estatuto das Cidades avançou nessa linha ao instituir instrumentos de regularização fundiária e de instrumentos fundiários que permitem garantir a função social da propriedade.

Em 2009, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 11.977, que trouxe o Programa Minha Casa Minha Vida; portanto, avançou na produção de moradia de interesse social em larga escala, e trouxe também, no seu cap. III, a lei nacional de regularização fundiária, que permite a consolidação e a regularização fundiária das ocupações de interesse social inseridas em APP dentro das áreas urbanas consolidadas, desde que esse projeto de regularização resolva as questões ambientais, desculpe-me, resolva as questões de risco e comprove a melhoria das questões ambientais, nesse sentido trazendo a compatibilização do direito social à moradia e do direito social ao meio ambiente equilibrado.

Tudo isso para dizer que agora a gente chega à discussão do Código Florestal. E, no nosso entendimento, a discussão do Código Florestal está dentro desse conjunto de marco legal que permite que nós avancemos na construção de uma cidade sustentável.

E a construção de uma cidade sustentável não pode ser uma cidade dividida. Não é possível a gente ter um bairro sustentável e um bairro onde não existe infraestrutura, onde não existem condições adequadas de moradia. Por isso é tão importante que o Código Florestal dialogue, articule-se com esse outro conjunto de leis.

Para isso, nós defendemos: primeiro, que exista um capítulo específico, um tratamento diferenciado para a questão urbana. A função de APP, nas áreas urbanas, é diferente da função das áreas rurais.

Mais especificamente falando do projeto. Em relação ao projeto aprovado na Câmara, a gente acha que a Câmara incorporou uma questão importante da nossa proposta, que é permitir, entender que a regularização fundiária de interesse social pode ser uma atividade de regularização ambiental também e trouxe, na sua proposta para a Código Florestal, as prescrições da Lei nº 11.977.

Então, quando se tem regularização fundiária de interesse social, é possível consolidar ocupações em APP desde que o projeto de regularização resolva as questões de risco e comprove a melhoria das questões ambientais.

Permitiu também a regularização fundiária chamada de interesse específico das ocupações de média e alta renda dos condomínios. Nesse caso, ela exige que se mantenha, no mínimo, uma faixa de 15 metros de vegetação ao longo dos córregos e rios, mas permite a ocupação com as necessárias compensações ambientais.

Faltaram, em nosso ver, três questões. Primeiro, no caso de APPs em áreas urbanas, o melhor uso para essa APP é o uso de parque público de lazer em áreas verdes. A gente acha que não se sustenta no ambiente urbano, regra geral, uma área com vegetação preservada, intocada, que as pessoas não possam utilizar.

Portanto, é necessário que a gente entenda que a melhor forma de garantir condições ambientais e condições de urbanidade é a gente manter as APPs nas áreas urbanas. A gente é contra a redução de APPs, mas essas APPs devem poder ser utilizadas por toda a população na forma de áreas de lazer, de esportes, ao ar livre, áreas em que não há uma ocupação permanente.

Nessa proposta, a gente acha que existem especificidades em cada cidade, em cada bairro, em cada APP e, portanto, a aprovação de um parque público em APP deve estar condicionada a um processo específico desenvolvido no âmbito dos órgãos ambientais.

Segundo ponto. Existem cidades históricas, existem cidades tombadas pelo patrimônio histórico em que, historicamente, houve ocupação de APP. É importante que o Código Florestal permita a regularização dessas

áreas, compatibilizando as razões do tombamento com a questão do Código Florestal.

E, finalmente, nós achamos importante, para que se avance nas ações de urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários, que seja possível, sujeita a um processo administrativo próprio no âmbito dos órgãos ambientais, a implantação de infraestrutura urbana, e mesmo obras habitacionais, em trechos de APP quando se estiver fazendo um programa de urbanização e regularização fundiária de todo o assentamento.

A gente acha que, basicamente, com esses ajustes, a proposta aprovada na Câmara incorpora grande parte das nossas preocupações e pode representar um avanço na questão ambiental das nossas cidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Celso Santos Carvalho, representando a Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

Eu quero pedir desculpas, dar uma explicação: o Dr. Celso trouxe uma apresentação, mas ela estava incompatível com os nossos sistemas e, portanto, não pôde ser utilizada. Mas agradeço a sua apresentação.

Passo a palavra agora ao Sr. João de Deus Medeiros, representando a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – Bom dia, Senadores da Mesa, demais Senadores, senhoras e senhores, a nossa manifestação neste evento vai estar muito pautada em toda uma série de discussões acumuladas com a equipe do Ministério das Cidades, com o Dr. Celso. Durante todo esse processo ainda de discussão do tema na Câmara, nós tivemos vários momentos de debate com a equipe do Ministério das Cidades, momentos, inclusive, de debates no próprio Conselho das Cidades, sobre a questão relativa às previsões do Código Florestal e como isso incide no espaço urbano.

Então, é importante, nesse contexto, nós resgataremos de imediato que, a partir do parágrafo constante do art. 2º do Código atual, da Lei nº 4.771, nós temos, objetivamente, uma remessa para a regulação da ocupação desses espaços ao Plano Diretor Municipal, que obviamente é uma competência do Legislativo municipal. Porém, esse parágrafo do art. 2º deixa bastante claro que, na elaboração dos planos diretores, os preceitos mínimos estabelecidos no art. 2º passam a ser a referência básica. Ou seja, o plano diretor precisa observar essas prescrições que definem esses espaços como de preservação permanente.

Outro ponto que parece desnecessário, mas em vários momentos nós observamos, inclusive aqui no

Senado, é com relação à previsão de reserva legal. Na verdade, não existe, nunca houve, essa previsão da cobrança de reserva legal em espaço urbano.

Então, das prescrições previstas no Código, o que incide sobre o espaço urbano é efetivamente a figura de APP.

É óbvio que no modelo de urbanização – isso não é uma exclusividade da realidade brasileira –, o modelo de aglomeração urbana no que se convencionou chamar de cidade é em essência uma negação do ambiente natural. Na verdade, a nossa tendência de construir esses sistemas antropizados que nós chamamos de cidade, eles têm a insustentabilidade como essência. Isso é bastante óbvio. Se nós pensarmos do ponto de vista ecológico, pensando nos fluxos de matéria e energia, as cidades são ambientes objetivamente insustentáveis. Tanto é que elas dependem, a sua dinâmica depende de uma série de insumos externos. Para não divagar muito, basta nós associarmos à questão da água, que é um bem básico para todos nós, e, de modo geral, a imensa maioria das cidades depende do suprimento de água para a população em espaços extraurbanos.

Outro ponto que também se mostra cada vez mais delicado é a própria gestão dos resíduos, tanto dos resíduos sólidos quanto do esgotamento sanitário.

O fato é que nós temos todo um movimento da própria espécie humana ao longo da sua evolução com essa tendência de promover essas mudanças no ambiente natural, alterando drasticamente esse espaço, fazendo com que você tenha uma aglomeração em que o consumo de matéria e de energia para essa população é muito superior ao que aquele espaço naturalmente poderia suprir, de tal maneira que temos uma relação muito direta com essa necessidade de insumos externos.

Além disso, nós temos, mais recentemente, a compreensão cada vez maior de que essa artificialização do espaço traz uma série de prejuízos, entre eles inclusive prejuízos de ordem psicossomática. As pessoas precisam, em algum momento, de ambientes senão naturais, mais próximos do que seria um ambiente natural, até para o seu lazer, a sua tranquilidade psicológica, espiritual, enfim.

Sobre esse paradigma, algumas tendências têm sido alteradas no âmbito do próprio movimento da urbanização no mundo. Um dos pontos mais ilustrativos desse aspecto é o que o Celso chamou de áreas verdes ou dos parques urbanos, que são não só uma demanda cada vez mais exigida como também é um fenômeno muito interessante, porque você vê nas grandes cidades como essas iniciativas acabam tendo uma recepção massiva da sociedade.

Eu cito até, Senador Rodrigo, esse movimento de urbanização da orla do Lago, na ponta norte do Lago. É impressionante. Aquele era um espaço completamente abandonado. Foi feito um trabalho de urbanização até relativamente simples e todo final de semana há um fluxo de pessoas extraordinário.

Esse é um fenômeno muito claro para o qual nós precisamos também estar atentos, até como uma tendência de aperfeiçoamento do movimento urbano no nosso País e no mundo.

Obviamente, um dos aspectos extremamente sensíveis nesse movimento é a questão chamada de risco. A ocupação de determinados espaços, ainda que acompanhada de uma série de intervenções tecnológicas, pode mitigar em algum caso, mas em muitos não afasta essa questão do risco, que, por conta dessa tendência de ocupação muito densa, passa a se constituir num fenômeno extremamente complicado e de difícil administração por parte dos gestores públicos, em face da catástrofe que se segue em momentos em que, por algum evento climático mais extremo, ocorrem inundações, corrimento de massa, rolamento de rochas, enfim, com perdas materiais e de vidas enormes, que é um fenômeno, infelizmente, cada vez mais recorrente na realidade das cidades brasileiras.

Como isso dialoga com o Código?

É óbvio que o espaço da APP urbana tem especificidades, como o Celso mencionou, mas em vários aspectos as funções ambientais que são desenvolvidas por esses espaços definidos como de preservação permanente são igualmente importantes no espaço urbano. Por isso nós entendemos como acertado esse movimento da Câmara, que esperamos que se mantenha aqui no Senado, de preservar essa figura da área de preservação permanente também no espaço urbano. Ela é extremamente importante sob esses aspectos.

Nós precisamos também ressaltar que, como o Celso mencionou, boa parte do que foi discutido, do que foi apontado pelo setor urbano, nos parece que está razoavelmente contemplada no texto aprovado na Câmara. Nós temos artigos que tratam especificamente do processo de regularização fundiária de interesse social. E é importante fazermos essa correlação com o Estatuto da Cidade. Não há como pensarmos na revisão do Código sem esse diálogo com o Estatuto da Cidade e também com a Lei nº 6.766, que é a Lei do Parcelamento do Solo.

Essa preocupação existiu em todo o momento em que debatemos isso. E para a regularização de interesse social é importante destacarmos que o próprio Estatuto da Cidade remete essa obrigação ao legislador municipal, para que este, ao definir o plano diretor, faça o mapeamento das áreas críticas e identifique aquelas

em que já havia ocupação que se enquadrem nessa característica de interesse social, para definir no plano diretor o que seriam as zonas especiais de interesse social, as famosas ZEIS, que são essas áreas em que nós temos, por conta da caracterização de interesse social, a possibilidade de fazer a regularização dessas ocupações consolidadas que tenham se instalado até o ano de 2001.

Esse é um aspecto em relação ao qual é importante que nós tenhamos uma atenção agora, nessa revisão do Código, para manter essa coerência com as próprias diretrizes do Estatuto da Cidade.

Outro ponto que nós precisamos ressaltar é que essas prescrições, da forma como estão na redação aprovada na Câmara, nos parecem muito mais adequadas do que o texto atual da 4.771, porque o próprio Código passa a fazer remissão a esse processo de regularização fundiária mencionando a necessidade de, nesse processo, garantir primeiro o afastamento do risco.

É completamente absurdo imaginarmos que o Legislativo daria uma mensagem de que, por ser população de baixa renda, com poucas alternativas, nós abriríamos uma possibilidade de regularização, mesmo entendendo que essa ocupação está num espaço de risco, portanto em qualquer momento essa população estaria sujeita não só a perdas materiais, mas à própria perda de vidas humanas.

Esse afastamento do risco como uma condição prévia para avançar no processo de regularização, mesmo de interesse social, é algo extremamente importante. E o texto aprovado na Câmara traz essa remissão.

A questão da melhoria da qualidade do espaço também é outro processo extremamente relevante que o texto tem que reforçar. A abertura para a regularização de interesse social não pode ser entendida simplesmente como uma alternativa do Poder Público de, como se fala no popular, deixar como está para ver como é que fica. É muito mais um chamamento à responsabilidade do Poder Público para dar uma destinação, uma condição mais adequada de qualidade de vida e de sobrevivência para essa população de baixa renda que vive nesses espaços e, em muitas situações, os ocupam por absoluta falta mesmo de alternativa dentro da malha urbana.

Outro aspecto que o Celso muito bem mencionou como algo que está carente de uma definição melhor é a forma com que, no espaço urbano, nós vamos organizar e administrar o uso das áreas de preservação permanente, dando a elas uma destinação pública.

Isso é extremamente relevante e de novo cito aqui o exemplo que mencionei da orla do Lago com esses investimentos.

Fazer alguma intervenção que viabilize uma utilização pública, principalmente voltada a atividades de lazer, para a população urbana não é apenas algo bem vindo, como é inclusive algo visto por nós como um movimento extremamente estratégico até para que a própria população se apodere e defenda aquele espaço como um espaço público. E nós entendemos que é perfeitamente possível, com algumas intervenções de baixo impacto, dar uma destinação desse tipo para esses espaços de preservação permanente, entendendo que, obviamente com esse cuidado, as funções ambientais que esse espaço desempenha não serão comprometidas com esse tipo de uso.

Esse aspecto, Senador Luiz Henrique, considero importante destacar que para nós, hoje, ainda é problema, porque nós temos na norma atual uma definição que permite esse uso. Mas, da maneira como ficou essa redação, ela só permite naqueles casos em que o espaço está degradado. Então a regra atual é meio confusa, porque se nós temos um espaço de APP na área urbana, mas a vegetação se encontra em estágio médio ou avançado essa possibilidade já fica eliminada.

Ora, isso é um contra-senso. Para nós o interessante é dar um uso adequado, de preferência para esses espaços que estejam mais conservados. E é óbvio que para esses que estão alterados se abre a possibilidade, inclusive com a exigência de ações de recuperação e de melhoria da qualidade daquele espaço.

Outro aspecto a que o Celso remeteu na sua fala e que nós achamos também extremamente oportuno é o direcionamento para a regularização de interesse específico. Ele foge desse contexto do interesse social, mas é importante também trazer para o texto do Código, porque nós não podemos esquecer que o movimento de urbanização é um fenômeno antigo, em vários aspectos, muito anterior a 34. Então, nós temos, sim, uma série de ocupações urbanas que precisam ser vistas sob essa luz da orientação para a regularização de interesse específico.

O que nós procuramos trazer como referência – e o texto aprovado na Câmara absorve isso – foi gerar compatibilidade com o próprio texto da Lei nº 6.766, que define o espaço na malha urbana como não edificante aquela faixa dos quinze metros ao longo dos cursos d'água.

Na regularização de interesses específicos no mínimo nós precisamos manter essa compatibilidade com a Lei do Parcelamento do Solo, obviamente trazendo algumas daquelas prescrições que fazem com que esse processo de alguma maneira dialogue com a melhoria da qualidade da condição daquele espaço.

A própria equipe do Celso está mais atenta a isso, mas entendemos que o texto aprovado na Câmara

ra traz essa previsão específica para interesse social nessa base. Se algum aperfeiçoamento chegar será bem-vindo, mas temos isso já contemplado no texto e consideramos importante que o Senado consolide esse direcionamento.

Pensando na regularização de forma mais geral, a referência para áreas entendidas como patrimônio histórico, Celso, a nossa avaliação é que o texto que foi contemplado na Câmara é o texto que nós havíamos trabalhado com vocês. Como você levantou isso como um ponto que está ausente, não sei se foi um lapso da sua parte, mas o texto aprovado na Câmara incorporou essa remissão, porque no caso de áreas em que há tombamento histórico, o ato de tombamento define os critérios para a regularização, o que, salvo melhor juízo, nos parece o caminho mais adequado. Quer dizer, no próprio ato de tombamento você vê se eventualmente alguma situação precisaria ser adequada. O tombamento se depara com essa questão e define a orientação para essa regularização. Eu até chamo a atenção, Celso, porque, salvo melhor juízo, esse foi o texto que nós havíamos negociado e produzido junto com vocês.

Sobre a questão, ainda a terceira, que o Celso mencionou, eu acho que isso é bastante relevante, principalmente na primeira fase da revisão aqui, Senador Luiz Henrique.

Quando nós falamos em termos de equipamentos públicos, isso é extremamente relevante no contexto do espaço urbano, principalmente quando temos essas ocupações precárias, porque muitas vezes a precariedade é inclusive ampliada pela dificuldade de o Poder Público fornecer esses serviços de infraestrutura básica para melhorar essa condição da população.

Agora, parece que uma saída também bastante adequada para isso é você vincular essas atividades como atividades que poderão estar no rol daquelas entendidas como de interesse social ou, em algumas situações, inclusive de utilidade pública. E aí, por conta desse tratamento excepcional que o Código pode prever para atividades de interesse social ou de utilidade pública, isso estaria equacionado. Não está no texto que foi remetido para o Senado, e isso para nós é um grande problema, porque as atividades... No art. 8º ficou a previsão do tratamento excepcional para utilidade pública ou interesse social, porém remetendo à lei específica.

Então, veja, se o texto for aprovado da maneira como veio da Câmara nesse particular, mesmo uma situação como essa em que há alguma intervenção para a melhoria dessa condição, com instalação de infraestrutura básica, mesmo que eu reconheça isso como atividade de utilidade pública, pelo texto que

veio da Câmara, eu teria que remeter ao Congresso um novo projeto de lei para reconhecer essa atividade como utilidade pública.

Esse eu acho que é um ponto bastante delicado no texto que está no Senado. Se nós conseguíssemos melhorar essa previsão das atividades de utilidade pública e interesse social, inclusive esse aspecto particular do espaço urbano poderia tranquilamente ser resolvido nessa linha. E, salvo melhor juízo, Celso, foi sempre a direção que nós entendíamos como a mais adequada.

Para finalizar, ainda queria chamar a atenção desse aspecto muito particular da questão das áreas de risco. Esse é um fenômeno que não é novo, mas, infelizmente, e até por conta do adensamento das cidades e por conta também dessa tendência de eventos mais extremos em termos de mudanças climáticas que nós vivemos, esse é um fenômeno que está recrudescendo em vários aspectos, ampliando-se enormemente.

Então, o cuidado com áreas de risco no espaço urbano – e tenho certeza de que o próprio Carlos Nobre, que se debate muito com esse tema especificamente vai poder nos falar com muito mais propriedade –, sem dúvida, ter orientação muito clara e precisa para o gestor público na regra geral nacional, chamando à responsabilidade sobre essa necessidade de ter uma orientação para a ocupação dessas áreas definidas como de risco, eu acredito que é uma orientação que o Senado realmente não pode se furtar a reforçar, porque esse é um movimento inicial. Quer dizer, não há como pensarmos um modelo de gestão mais adequada para os nossos espaços urbanos se não criarmos instrumentos e mecanismos que possam administrar melhor a gestão desses chamados espaços de risco. Isso é essencial inclusive para melhorar e dar uma perspectiva de qualidade de vida melhor para a nossa população e de maior tranquilidade inclusive para os gestores públicos. Acreditamos que algumas orientações já estão adequadamente colocadas no texto do Senado, mas eventualmente algum espaço para o aperfeiçoamento dessa diretriz é possível e seria muito bem-vindo para esse processo de orientação da norma geral nacional para a gestão do espaço público.

Para finalizar mesmo, o Celso não mencionou, mas nós tivemos uma previsão que também foi incorporada ao texto aprovado na Câmara, que é aquela orientação para a regularização de algumas áreas urbanas que foram consolidadas sobre espaços de manguezais.

Nós, do meio ambiente, recebemos uma série de críticas, mas veja: esse é outro fenômeno que também não podemos desconsiderar. Em várias situações, esse movimento de ocupação ocorreu com o saneamento, a drenagem desses manguezais. E obviamente a ocu-

pação hoje não só é consolidada, como é um tipo de ocupação que objetivamente alterou completamente aquele ecossistema. Pensar em situações como essa com a perspectiva de retirar essa ocupação e recuperar aquele ecossistema é um movimento que sob vários aspectos não faz muito sentido.

Então há uma previsão que dá uma possibilidade de abertura para a regularização desses espaços quando essas funções ecossistêmicas dos manguezais têm a comprovação técnica de que estão objetivamente comprometidas.

Isso nos parece interessante para dar uma orientação. A atual é a seguinte: se é ambiente de manguezal não existe qualquer possibilidade. E, na prática, o que acontece? Nós convivemos com essa ilegalidade. Quer dizer, espaços, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, a gente sabe que foram consolidados em cima de áreas de manguezal. Pensar no movimento inverso agora, de retirar toda aquela urbanização para recuperar o manguezal realmente soa como algo excessivo.

Então, só chamando a atenção, esse é um texto que foi incorporado na aprovação da Câmara e talvez a gente precise ampliar um pouco mais o debate para haver uma compreensão maior do impacto e do significado que isso tem.

Então, senhores, da nossa parte, são essas as observações. De toda maneira, ficamos abertos para o debate e poder aprimorar esse aspecto da previsão urbana no Código.

Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Sr. Presidente Acir Gurgacz, senhores convidados, eu quero comunicar que o meu parecer na Comissão de Justiça já se encontra, desde ontem, naquela Comissão. Portanto qualquer cidadão, além dos Srs. Senadores, pode acessar o parecer.

O meu desejo é que todos possam conhecê-lo previamente, para que nós recuperemos o cronograma que havíamos acertado e que já está atrasado. Então o meu desejo é que com esta comunicação nós possamos votar esse parecer no próximo dia 6. E faço um apelo aos Srs. Presidentes para que façam uma convocação forte dos Srs. Senadores, para que, não obstante tenhamos o feriado do dia 7, todos estejam no dia 6, para que nós possamos votar. É previsível, até pela complexidade da matéria – são 69 artigos –, o meu parecer é denso, é muito possível que na sessão de amanhã haja pedido de vista, e pedido de vista

coletiva. Se nós não votarmos no dia 6 vamos perder mais uma semana, só poderemos fazê-lo no dia 14.

Então, eu faço esta comunicação e este apelo para que estejamos todos aqui no dia 6, para iniciar esse processo de votação e, se não conseguirmos concluí-lo, pelo menos avançar nele para concluir no dia 14.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Eu gostaria de apresentar outra sugestão.

Não seria possível votarmos amanhã na CCJ e evitarmos esse pedido de vistas?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Se não houver pedido de vista... É que foram apresentadas 33 emendas. Eu não as estou rejeitando. Foram apresentadas 33 emendas. Eu vou rejeitá-las todas não no sentido de rejeitá-las, mas de remetê-las para as comissões de mérito, sugerindo aos proponentes que as renovem na comissão de mérito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É uma acordo, não é, Senador Luiz?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Acir, se nós pudermos fazer um acordo...

Eu quero dizer que não fiz nenhuma alteração de mérito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Isso é importante.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – As alterações que eu fiz foram de adequação do texto à Constituição com o objetivo de não produzirmos um texto inconstitucional, um texto que seja derrubado no Supremo. Então eu fiz adequações no sentido de alinhar o projeto com o princípio estabelecido no art. 24 e seus parágrafos da Constituição.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Senador Jorge Viana, por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só rapidinho.

Eu conversei ainda ontem – temos conversado muito com o meu colega Senador Luiz Henrique –, mas não tem como. Eu acho até, Senador, sendo bem realista, que nós não vamos votar no dia 6, porque é no meio de um feriado.

E outra, a CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, tem uma composição talvez a mais representativa, com todo o respeito, da Casa, e nós estamos vendo uma matéria que envolve de fato... A constitucionalidade dela está sendo questionada. Ela implica uso da terra, implica a definição de bens de interesse comum.

Eu acho até muito natural que se tenha um bom par de dias lá na CCJ, por mais que o relatório do Senador Luiz Henrique, que ele já apresentou, seja bastante objetivo e que algumas questões de mérito tenham

sido levadas para outras comissões. Certamente, terá um debate importante na CCJ sobre a constitucionalidade e, quem sabe, até resolvendo parte dos problemas que o texto da Câmara traz, como é intenção do próprio relator. Então, teremos que encontrar um jeito de seguir paralelo com as audiências nas comissões, tocando o trabalho, enquanto que a CCJ poderá apreciar com o tempo necessário – sei que não será tão longo – essa matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado aos Senadores Relatores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) - A proposta do nobre Relator Jorge Viana é no sentido de, em havendo vista, deixar para apreciá-la no dia 14?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –. Como uma sugestão, amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça, quando V. Ex^a apresentar o seu relatório, poderia fazer uma consulta aos membros. Se houver disposição da maioria da Comissão de estar no dia 6 para apreciá-lo, poderia marcar para o dia 6; do contrário, a Comissão marcaria para o dia 14. Apenas uma sugestão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A minha preocupação única é que nós efetivamente demos ao País uma lei durável, uma lei factível, exequível, uma lei que não possa ser atacada nos tribunais, até o fim deste ano. No ano que vem, quando teremos a Conferência Rio+20, possamos ter um instrumento que assegure segurança jurídica para a população brasileira em relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não tenho dúvida de que V. Ex^a, com toda sua competência e sua experiência, dará conta desse desafio.

Passo a palavra ao professor Carlos Nobre, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. CARLOS AFONSO NOBRE – Bom dia, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o tema do debate de hoje é principalmente voltado para os ambientes urbanos, e eu vou continuar na linha dos meus colegas do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Cidades e acrescentar, talvez, um pouco mais de informação sobre um aspecto que considero muito importante.

O Código, quando foi pensado, desde a sua primeira versão na década de 30, foi muito voltado para ambientes rurais, pois o Brasil era um país obviamente rural, à época. Porém, o perfil populacional e de uso da terra no Brasil mudou muito em 70, 80 anos, e hoje o Brasil é um país predominantemente urbano. Os meus colegas já ressaltaram – e não vou repeti-los – a importância de ter um código florestal, um código ambiental voltado para os ecossistemas também olhando

o ambiente urbano. O que vou muito rapidamente, em quinze minutos, mostrar-lhes é que precisamos ter parâmetros em ambientes urbanos que, de fato, são muito diferentes de ambientes rurais. Vou tentar, ao final, fazer uma sugestão prática.

Esse é um dado já bem conhecido hoje da ciência. Devo dizer, também, que o que estou trazendo é uma contribuição do conhecimento científico atual, tanto pelo fato de eu representar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, como também trazer aqui alguns resultados de um estudo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Academia Brasileira de Ciências, que esta Comissão já teve a oportunidade de debater. Entendo que haverá mais debates sobre os estudos da SBPC e da ABC. Então, o que a ciência pode iluminar no debate do Código Florestal para áreas urbanas?

Vou muito na linha do último ponto do João Meirelles e que também o Celso tocou várias vezes, que é a questão das áreas de risco e dos desastres naturais. É bem sabido que a maioria dos desastres naturais ocorrem em áreas que, pelo Código atual e pelo projeto de lei, são consideradas APPs. Principalmente, áreas sujeitas a inundação, nas várzeas e também nas áreas de encosta.

A questão que quero colocar é se os parâmetros que estão sendo debatidos para áreas rurais aplicam-se a áreas urbanas. Vou tentar demonstrar a vocês que não precisamos pensar em outros parâmetros para áreas urbanas.

Não vou ler tudo para vocês. Esse é um livro A Cidade e o Código Florestal, já de algum tempo, um livro pequeno mas muito bom, que já chamava atenção para vários desses pontos que estão sendo discutidos aqui: o uso para lazer das APPs urbanas, o uso condicionado a interesse social e que essas APPs têm de ter características diferentes das APPs de áreas rurais.

O principal fator epistemológico que quero trazer aqui é que o Código, até agora, sempre foi pensado para proteção da biodiversidade, da água, do solo, da fertilidade, mas ele nunca foi pensado como um elemento importante da salvaguarda da vida humana. Esse é um elemento que hoje em dia não pode ficar fora do Código. E salvaguardar vida humana principalmente em áreas de assentamentos, principalmente urbanos, mas há assentamentos em áreas rurais também. Ele leva naturalmente a pensar outros parâmetros para o Código. Acho que ele tem de entrar. Não podemos perder essa oportunidade de introduzir no Código um elemento balizador tão importante quanto os que o Código tradicionalmente busca proteger.

Vou falar de dois elementos, APPs em áreas ripárias e em áreas de encosta. Se olharmos a discussão

hoje em curso para cursos d'água entre 5 e 10 metros, se são 15 metros ou se são 30 metros, essa é a discussão, a pergunta que deve fazer é: isso é razoável para proteger a vida em assentamentos em áreas urbanas? E a resposta não é simples.

Em geral, temos que colocar essa pergunta de uma outra forma: qual é a faixa segura para permitir assentamentos nas planícies e inundações dos rios urbanos? Quando colocamos a pergunta dessa maneira, a resposta não é óbvia. Certamente não é um número fixo, 15 metros ou 30 metros. A resposta vai depender do regime hidrológico de cada rio, do grau de impermeabilização de cada cidade, do crescente ou decrescente grau de impermeabilização de cada cidade, do regime de chuvas de cada cidade, se está mudando, em que direção está indo. Não é possível, de fato, estabelecer um parâmetro seguro que funcione bem nos dois ambientes, rurais e urbanos. Então, quero destacar esse aspecto.

Quero mostrar algo muito importante, esse gráfico mostra o número de eventos, por década, de chuvas muito fortes. As barrinhas são 30 milímetros, depois 50, 100 e 100 milímetros em dois dias. Veja, isso é para a cidade de São Paulo. Centro da cidade de São Paulo, década de 30 até a década de 2000. Se olharem chuvas acima de 50 ou 100 milímetros, veremos, no final, aqui tem uns dez episódios por década, um episódio por ano, em média. Essas são as grandes chuvas que causam transtornos, inundações, prejuízos, mortes, na cidade de São Paulo. Nas décadas de 30 e 40, praticamente não acontecia. Acontecia uma por década. Agora, acontece uma por ano. Isso é verdade em toda essa série. Vendo aquela barrinha intermediária, mais de 100 milímetros, vê-se que começou na década de 60, 80. Foi quando o processo de urbanização se acentuou muito. Isso aqui não é nem aquecimento global, é um fenômeno de mudança climática devido à urbanização da cidade de São Paulo.

O fato concreto é que, para a maioria das áreas urbanas do Brasil, a soma do aquecimento global e a urbanização está levando a fenômenos de chuvas intensas muito maiores. Eu poderia falar de outros parâmetros climáticos que levam a desastres, epidemias, problemas de saúde, mas vou me concentrar nesse. Então, isso também não pode ficar de fora da discussão do Código Florestal e quais são os parâmetros que nós devemos ter.

Próximo.

Aqui eu pego alguma documentação, tanto das inundações do rio Mundaú, em 2010, dos rios em Alagoas e Pernambuco, com as chuvas que ocorreram em junho e, depois, na região serrana do Rio, só para

mostrar para vocês essa questão fitográfica do leito do rio, da cidade situada na planície de inundação.

Próximo.

Esse é um estudo do MMA – o João de Medeiros distribuiu novamente aqui –, um estudo muito bom para Santa Catarina e, em particular, para a região serrana do Rio. Vocês estão vendo onde deveria ser a APP, vamos dizer assim, parâmetros do Código antes dessa reforma e o estrago que as inundações causaram. Toda essa área urbana foi praticamente varrida.

Próximo.

Esse é o rio Mundaú, em Alagoas, mostrando o canal principal e o canal por onde a água passou nessa inundação.

Próximo.

Mesma coisa, rio Mundaú. Inundação tipo enxurrada.

Próximo.

Essa lista azul é muito maior que a APP. É aonde chegou a água de arraste, não a água da inundação. Em hidrologia, chama-se passagem de inundação. É bem diferente. Numa várzea, às vezes ela vai e alcança uma extensão muito grande, mas é uma água mais estagnada. Essa é aquela onda da inundação.

Então, de modo geral, estou tentando levar à discussão que este conceito da hidrologia chamado passagem de inundação é muito importante para APPs urbanas, pelo menos aquelas não consolidadas. Eu sei que aqui já foi muito discutida a questão das áreas consolidadas, o que fazer, como proceder. Eu não vou entrar nesse mérito. Acho que essa discussão avançou muito na versão atual e pode avançar mais ainda. Mas aqui são áreas ainda sujeitas a um processo de urbanização. Em inúmeras cidades brasileiras, a urbanização continua.

Qual deveria ser uma área de APP urbana? Então, a proposta para zonas ripárias é a passagem de inundação. Onde há inundação que não seja muito rara, que seja razoavelmente frequente, ali deveria ser uma área protegida. Fazendo isso, protege de erosão, protege a biodiversidade, protege a qualidade da água e, também, a vida. Então, esse seria um parâmetro.

A passagem de inundação é definida, em hidrologia, como aquela faixa cujo pico da inundação é como se o leito do rio fosse aquela faixa. O que acontece é que, quando há uma inundação, o leito extravasa, vai para um monte de áreas planas, e aquela água fica estagnada, às vezes, dias e dias. Não corre. Então, passagem de inundação é onde a água tem uma energia cinética grande e é onde causa destruição. Não que uma área inundada não traga problemas. Ela traz principalmente problemas de saúde, mas a passagem de inundação é que está associada à destruição e à morte.

Próximo.

O debate que acho importante é o seguinte: de que inundação nós queremos proteger a população? Nós podemos fazer uma faixa menor. Por exemplo, aqui, neste diagrama, está escrito “um período de recorrência de dez anos”. É uma inundação que acontece a cada dez anos. Ou nós podemos proteger mais. Eu, particularmente, acho que 25 anos, 30 anos, porque aí significa uma inundação mais rara, mais abrangente. Pela própria dinâmica de crescimento de uma área urbana, 100 anos seria uma grande inundação, que acontece muito raramente. Trinta anos me parece o melhor.

Então, um critério que eu gostaria de deixar aqui – depois eu tenho uma sugestão prática – e para APPs urbanas ripárias, o conceito não é um número fixo, é a passagem de inundação. Depende da topografia da planície de inundação, do regime hidrológico hidráulico, do regime de chuvas, da impermeabilização. Então, não é um número fixo. Ele vai ter de ser definido através de um estudo hidráulico hidrológico para cada trecho de rio em área urbana.

Próximo.

Nas áreas de encostas é onde temos 70% das mortes por desastres naturais no Brasil. O Celso já destacou isso no começo da fala dele, que é importante também mencionar. Nós vimos um superdesastre acontecendo nos Estados Unidos, agora, com o furacão Irene, que tem uma dimensão muito maior do que as chuvas que aconteceram na região serrana do Rio, em área, em população afetada etc. e houve 36, 38 mortes, que é um número muito alto para um país desenvolvido, não é baixo. Os prejuízos são estimados entre sete e vinte bilhões de dólares. Em países desenvolvidos, porque eles têm sistemas melhores de proteção, é sempre muito maior o prejuízo econômico na infraestrutura do que número de mortes. Em países em desenvolvimento, a gente vê o contrário, e o Brasil não é sujeito ao mesmo tipo de desastre natural que os Estados Unidos. Então, 70% das mortes no Brasil são por desastres naturais em áreas de encostas.

Próximo.

Os elementos são muito claros. A maioria das habitações precárias em áreas de encostas estão em APPs.

Próximo.

Isso aí já é conhecido de todos. Eu vou passar rapidamente.

Próximo.

Desastre da região serrana.

Próximo.

Mostra o antes e o depois em Friburgo, toda aquela região que desceu o morro.

Próximo.

Portanto, muito diferente. Esse é até mais diferente do conceito de APP em encostas para proteção da biodiversidade, do solo e da água. Em áreas urbanas, nós não podemos permitir assentamentos, pelo menos em áreas não consolidadas, que apresentem um risco de deslizamento acentuado.

Os estudos geotécnicos de várias agências indicam que esse número não é fixo. Por exemplo, Serra do Mar, ali o Estado de São Paulo. O Celso é até um grande especialista. Outro dia, descobri um *paper* científico dele de 1989. Gostei de ler até. O número varia. Os especialistas dizem: 18 graus, 20 graus, 25 graus. Em outros lugares, a geologia é mais estável, mas o número que os geólogos dizem, em média, é 25 graus. Não deveria ser superior. E aqui é diferente de APP de área rural. Não poderia ter uso de assentamento acima de 25 graus. Em área rural, você pode imaginar algum tipo de uso rural, mas aqui não. Assentamento não deveria ter 25 graus. Dependendo dos estudos geológicos, esse número pode ir um pouco para cima, um pouco para baixo, mas será alguma coisa entre 20 e 30 graus.

Próximo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR - MT) – Professor Carlos, um momentinho, por favor. No *slide* anterior, acho que dois *slides* atrás, dá para perceber que o morro desceu exatamente onde era floresta.

O SR. CARLOS AFONSO NOBRE – É, mas olha o topo do morro – esse é parte do estudo do MMA, da investigação que eles fizeram nessa região. A gente vai ver que o topo do morro não é florestado, tem uma estrada. Então, ele tem uma alteração que foi o deflagrador. Isso não significa que áreas de floresta são imunes a deslizamentos. De jeito nenhum. Historicamente, numa escala geológica, elas descem também. Inclusive, vamos dizer assim, num código de plano diretor de cidade, é muito preocupante colocar habitações numa região de risco no vale, como Friburgo mostrou. Mas aí é outra dimensão. Colocar assentamentos numa área de encosta, o risco é muito grande. Quanto mais se protege a vegetação, menor o risco. O risco nunca é zero, vamos dizer assim. Há áreas no Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, por exemplo, condomínios de classe média, que estão em área de risco extremo.

O SR. O SR. BLAIRO MAGGI (PR - MT) – Sujeitas a qualquer momento...

O SR. CARLOS AFONSO NOBRE – Não dá para imaginar que em 100, 200 ou 300 anos, se existir ainda esse bairro, não vai ter acontecido um acidente. Acontecerá. E são áreas de vegetação preservada. É que realmente foram colocadas muito próximas de uma encosta íngreme e instável.

Próximo.

Vou passar rapidamente porque quero chegar ao fim.

O relatório do MMA para Santa Catarina e Rio de Janeiro conclui o que vários estudos já haviam concluído. A maioria dos acidentes acontece em área de APP, seja em margem de rio, seja em áreas de encostas

Oitenta e cinco por cento das áreas atingidas por deslizamentos ocorridos em ambas as regiões – Santa Catarina, em 2008, e agora, em janeiro deste ano, na região serrana do Rio –, eram áreas de APP, a grande maioria alterada, não eram áreas que não tinham sofrido alteração.

Próximo.

Vou finalizar, pois eu já passei do meu tempo. Até tentei, com a ajuda da consultoria jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia, fazer uma sugestão de emenda até um pouco mais prática. Em primeiro lugar, definir o que não está definido no Código. Há várias definições fitogeográficas, mas esta não está: faixa de passagem de inundação. As áreas marginais adjacentes aos cursos d'água definidos pelo limite máximo alcançado por uma cheia e inundação, com período e recorrência. Aí é preciso uma discussão um pouquinho maior. Qual é o período de recorrência? Depende de quão seguro o Código quer colocar um assentamento. Se quiser máxima segurança, aumenta o prazo e onde não se deve ocupar. Então, essa é uma definição de faixa de inundação.

Próximo.

E aí uma sugestão de redação que faz essa diferenciação entre áreas urbanas e áreas rurais. Em áreas urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas de faixa de passagem, definida anteriormente para uma cheia com período de recorrência de 25 anos, terão sua largura determinada pelo maior valor estabelecido por estudos hidrológicos hidráulicos empreendidos por um órgão gestor competente ou por um maior valor estabelecido pelo inciso I do artigo 4º. O inciso I é o que remete às medidas normais para áreas rurais. Quer dizer, seria um maior valor. Nós podemos ter uma topografia particular em que o maior valor é dado pelo inciso IV – 15 metros, 30 metros. Mas, em geral, a faixa de passagem de uma inundação com período de recorrência de 25 anos vai ser um valor maior. E nós temos uma redação – não vou me estender muito no tempo, Senador – semelhante para áreas de encostas, mantidos os 25 graus.

Então, eu finalizo, deixando só esta recomendação para que não percamos esta oportunidade para fazer essa diferenciação de APPs urbanas e os parâmetros serem aqueles necessários para proteger as pessoas e salvar a vida humana. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu é que agradeço, Professor Carlos Nobre, pela excelente contribuição que traz para este debate, registrando que todas as apresentações estarão disponíveis para qualquer Senador que queira depois se aprofundar nas sugestões.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela Ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É para insistir na rapidez em nos enviar os anais das outras reuniões e desta, para que possamos ter elementos para os nossos pareceres nas comissões de mérito. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu solicito à secretaria da comissão, mais uma vez, que imediatamente providencie os dois anais, priorizando os dois relatores e para qualquer Senador que tenha interesse em obtê-los.

Passo a palavra ao Dr. José Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Rodrigo Rollemberg, essas apresentações que vêm para cá em meio eletrônico poderiam ser distribuídas para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Faço essa solicitação às secretarias das comissões para que possam enviar, por meio eletrônico, a todos os Senadores.

Com a palavra o Dr. José Carlos Martins.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINS – Bom Dia, Senador Rollemberg, bom dia Senadores aqui presentes, a todos vocês aqui. É com grande euforia que a Cbic participa deste debate aqui no Senado Federal, que nos permite a oportunidade de externar a importância que achamos que o código florestal tenha que ser dado à área urbana.

Na área urbana nós temos hoje 84% da população, é 0,5% do território nacional. O código florestal de alguma forma acabou passando muito à margem dos assuntos relativos... O debate, Senador, acabou ficando muito restrito à área rural como o próprio nome do código já dizia. O resgate que temos hoje no sentido de podermos discutir um pouco mais, aprofundarmos um pouco mais os assuntos da área urbana nos deixa muito felizes aqui. Agradeço inclusive ao Senador Jorge Viana, que esteve conosco no nosso encontro da construção, quando tivemos oportunidade de externar a ele alguns pontos nossos.

Eu queria também já aproveitar e, de imediato, Senador Rollemberg, passar ao senhor algumas su-

gestões. Todos os Senadores já receberam, mas eu queria lhe passar oficialmente alguns pontos que consideramos essenciais em termos de revisão do código florestal. Há alguns pontos que são muito, muito importantes. Acho que tem uma vantagem a gente falar depois, não é, Celso? Tem vantagens e desvantagens. A vantagem é que a gente pode reforçar e a desvantagem é que já foi dito, não vamos ser os primeiros a falar a respeito.

Mas, por exemplo, o que o Carlos Nobre aqui falou é um debate que há muito anos nós fazemos. É inconcebível que, aqui para Brasília, eu baixe uma regra – se é 15, 30, 10, 50 metros –, mas desconheça as características regionais. Sempre digo um assunto. No mesmo dia em que ocorreu aquele fato na serra fluminense, naquele mesmo dia, se vocês forem em busca, São Luiz teve a mesma incidência, viu, Senador Aloysio?

Em termos de milímetros de chuva, naquele dia, São Luiz teve a mesma incidência de chuva. Na serra fluminense tivemos mil mortos; em São Luiz não teve nenhum. Ou seja, estamos tratando desiguais, estamos tentando fazer isso, com uma regra da mesma forma. Isso não é concebível, não é correto isso. Claro que, como o Carlos Nobre falou, eu tenho que levar em conta aspectos geológicos, se o terreno é frágil ou se não é frágil. Como lá nós estamos falando de inclinação, eu estive agora, no final da semana, num local que tinha um hotel feito dentro da rocha que era quase 90 graus. Você entendeu? Acho que isso aqui é função do tipo do solo: aspecto geológico, aspecto de regime de chuvas; é obvio que se deve considerar o regime de chuvas de uma região de muita incidência de chuva, como a área da serra do mar, Senador Luiz Henrique, como a que temos ali na região do litoral de Santa Catarina – sou de Curitiba, ali é minha região. Então, regime de chuvas, condições geológicas, topografia, que é típica da serra fluminense, aquilo é uma calha, é diferente de outros locais em que eu tenho uma planície. E não tem forma de eu fazer por Brasília, de uma canetada, e querer que todo mundo faça igual. Então é importante que a gente tenha em mente que esses são assuntos regionalizados.

Então, a nossa proposta, e eu vou...

Aqui está colocado, não quero entrar no aspecto pontual porque não é a minha virtude, mas eu queria dizer o seguinte: é importante que a legislação federal crie o parâmetro, a referência ou o que queira, mas a decisão, o estudo tem que ser de alguma forma regionalizado. Este Brasil é muito diverso, muito rico por causa disso. Se desconhecermos isso nós estaremos cometendo um grande erro. A oportunidade que te-

mos hoje de revisão desse código, de melhorar muito a vida das pessoas...

Há um assunto que sempre me incomoda muito ali. Quando a gente fala, a gente fala de rio, rio, rio. A gente não pode esquecer que o código fala em até 10 metros; e se estiver falando de 30 centímetros de uma aguinha, eu tenho que deixar 30 metros para cada lado, o que diz o código hoje. Trinta metros é uma beleza para invasão, é uma beleza para depósito de lixo, é uma beleza para coisas desse tipo. Então eu acho que esse aspecto ambiental não pode ser tão simplificado dessa forma. Nós temos que analisar corretamente tudo isso. Então, este até 10 metros é um ponto que a gente deveria colocar.

Concordamos plenamente com tudo o que o Carlos Nobre falou aqui. Isso aqui tem que ser estudado.

Há locais que têm impacto muito maior. Se a recorrência é 25, se é 30, se é 40, Senador Eduardo Suplicy, temos que verificar o grau de confiança, de segurança que a gente tem que dar para a população. Mas tem que ser a partir de estudo técnico; não pode ser por alguma coisa que parametrize o País como um todo. Então esse é o primeiro ponto que eu queria colocar muito para os senhores.

Outro aspecto que também nos impacta muito...

Senador Luiz Henrique, como eu não tive acesso ao seu texto, eu posso falar alguma coisa redundante, e então o senhor me desculpe. Mas, por exemplo, o aspecto da insegurança jurídica. O que ocorre? Quando eu tenho e não defino o que claramente posso fazer de intervenção numa APP, por exemplo, não consigo entender como que eu faço uma área, um empreendimento, um loteamento que tenha uma drenagem, e eu não chego com essa drenagem ao rio. Pelo amor de Deus! Como é que vou chegar e não ter isso como automático, de eu chegar com essa minha rede ao rio? Vou depender de alguém que licencie?

O que eu quero falar em termos de insegurança é na seguinte linha: que o texto tenha clareza. Sempre que tiver um grau de subjetividade, nós daremos espaço para quem tem má intenção, tanto de um lado quanto do outro. A gente sabe perfeitamente que quando tem subjetividade, o empreendedor que não gosta de fazer a coisa corretamente, Senador, vai usar aquela brecha. A mesma coisa para o licenciador, que poderá exigir coisas que não são compatíveis com a viabilidade do empreendimento somente porque não gostou da cara do sujeito. Então eu acho que a clareza do texto é ponto vital nesse processo. Que a gente tenha ali dentro: é isso, isso e aquilo; o que pode, o que não pode. Entendeu? Eu acho que este é um ponto inteiramente importante, tirarmos esse grau de subjetividade do texto.

É óbvio que desde que o ser humano pisou na face da terra ele causou impacto ambiental. Acho que nossa responsabilidade, principalmente num País como o nosso... Os senhores vejam que ganho social são esses programas de habitação, esse tipo de coisa. Estamos aqui discutindo excepcionalidades para aquela região em que houve ocupação irregular. Então eu acho que a gente tem que ter esse cuidado. A gente não pode estimular que isso ocorra no futuro. É importante que a gente entenda por esse lado que nós tenhamos a condição de criar regras...

A gente fala muito da área urbana consolidada, mas vou dizer uma coisa para vocês. O maior problema que o programa Minha Casa Minha Vida tem hoje é que a terra está se tornando tão cara que vai inviabilizar o programa se nós rapidamente não criarmos mecanismos de viabilizar terra urbanizada mais barata. O que quer dizer isso? Isso é área de expansão urbana; não necessariamente área urbana. Então nós temos que criar algum tipo de regra para que essa área de expansão urbana possa obter algum tipo de conceito relativamente a isso porque é uma realidade nossa. Nós estamos incorporando, graças a Deus, nós estamos tirando carga da palafita, estamos criando, as classes C e D estão subindo, está se falando aí de 40 milhões de pessoas que terão acesso a bens melhores, a condições melhores de vida. Nós temos que prever que esse pessoal vai entrar aí, nós temos que arranjar uma forma... Isso aí vai entrar onde? Em área de expansão urbana. Não vai entrar naquele lugar que é um espaço urbano. Então isso é outro conceito que de alguma forma a gente vai ter que cuidar com carinho. Tudo isso de alguma forma nós estamos contemplando nas nossas propostas.

Volto também ao aspecto da insegurança jurídica. O que ocorre hoje? Mesmo na linha do curso de água. A cidade está implantada. Vamos falar de Recife, vamos falar de um monte de cidades desse tipo. Então você tem aquilo que está implantado; de repente, eu tenho um terreno vazio no meio, você quer fazer alguma coisa naquilo, você não pode porque de alguma forma a legislação ali não permite. Sabe, Senador Walter. Então esse é outro aspecto que a gente tem que considerar. Alguém chega, eu quero fazer um *retrofit* numa região, vou tentar fazer uma derrubada de alguma coisa, quero fazer algum tipo de... Eu não posso. Se eu derrubar, perco aquele direito. O que eu quero dizer é o seguinte: harmonizar muito o desejo ambiental que é de todos nós porque, afinal de contas, o que queremos é dar uma cidade melhor, uma vida melhor para nossos filhos e netos, mas, no entanto, nós temos que ter isto em mente, não podemos fugir do que seja a vida real. Isso é o que eu acho a grande

diferença entre o aspecto urbano e o aspecto da área rural. Isso aí é uma coisa que já está ali de fato. Temos as características rurais também sobre isso, que podemos criar até como isonomia, por exemplo, o aspecto do uso antropizado, que a pessoa está lá dentro, que o ser humano está lá dentro. Uma palavra difícil que o engenheiro nem sempre domina.

Então, uma área antropizada em que poderíamos ter o mesmo conceito isonômico que a gente usa para a área rural; que a gente traga isso para a área urbana.

Eu também queria falar de outros pontos que são relativos a área de restingas. Os senhores vejam uma coisa. Área de restinga, o texto hoje em alguns momentos trata aspectos da vegetação, outros ele trata como solo e outro como aspecto geológico. O que ocorre com área de restinga? Área de restinga é litoral brasileiro. E litoral brasileiro tem uma lei específica que se chama Lei da Mata Atlântica, que define claramente quais são os conceitos. Extremamente discutido. Agora se volta neste texto a rediscutir alguns pontos que no nosso entendimento vão também criar insegurança muito grande. E vou lhes dizer uma coisa: do jeito que está ali, inviabiliza qualquer empreendimento em litoral brasileiro. Porque na verdade ele entra no conceito de quando Pedro Álvares Cabral chegou aqui e não como a nossa vida está hoje. Porque ele leva para o lado do solo, para o lado desse tipo de situação toda. Então é importante que também a gente veja isso. Ou seja, mais um local em que se tenta adequar o que é a realidade, que a gente vive da realidade que estão querendo nos impor.

O Ceará, não é, Senador? O conceito de cordão de areia, esse tipo de situação, eu acho que a gente tem que ter um cuidado para botar o pé no chão, afinal de contas, sobre tudo isso.

Procurei, Senador Rollemberg, dar um pique bem grande aqui para tentar colocar conceitualmente todos esse itens.

Resumo. A preocupação da Cbic é que se tenha um cuidado com a área urbana levando em conta que ali está 84% da população, 0,5% do território nacional e que ela tem muitas peculiaridades; já foi utilizada, já está implantada de fato. Nós temos que minimizar. Eu não gostaria nunca de estar um novo projeto daqui para frente criando excepcionalidades para utilizações irregulares; acho que isso é o pior dos mundos. Hoje temos alguns projetos, planos de governos, programas muito consistentes na linha que eu possa oferecer moradia para as pessoas; acho que isso tem que estar inserido. Nós podemos começar a planejar melhor as nossas cidades, cidades médias, cidades pequenas.

Esse conceito do problema da faixa da APP: nós concordamos totalmente com posicionamentos ante-

riores aqui, que deva ter o cuidado com cada local em que ela é feita. Vou pegar aqui a intervenção do João de Deus e do Celso também, que eu faça uso, vamos dizer assim, eu tenho que ter o uso da APP porque senão aquilo vira uma peça de ficção e daqui a pouco tem uma invasão.

Eu queria só salientar uma coisa, Celso. Nós temos duas situações: nós temos uma que é uma área pública em que eu faço um loteamento; e eu tenho a mesma situação no condomínio, está certo?

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINS – (...) que tipo de uso. Mas ele não pode querer que a gente viva no mundo da lua e diga que vou botar uma redoma em cima e acabou-se ninguém vai pisar naquilo ali. Acho que a gente tem que ter esse cuidado tanto na área pública, quanto na área em que a gente faz condomínio que, você sabe, hoje, grande parte do programa Minha Casa Minha Vida é feita em forma de condomínio. Eu acho que é justo que se dê para a população de mais baixa renda também um pouco desse tipo de situação.

Bom. Senador, agradeço pela oportunidade que nos permite entrar neste debate. Estamos a disposição, a Cbic, o Caio é quem vai fazer a intervenção seguinte e ele está muito mais preparado em termos técnicos e conhecimento de assunto para poder enriquecer mais o debate. Estamos a sua disposição. Muito obrigado, senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSD – DF) – Muito obrigado ao Dr. José Carlos Martins, vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção. Agora vamos ouvir nosso quinto convidado, o Dr. Caio Portugal, vice-Presidente do Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato de Habitação de São Paulo, Secovi.

O SR. CAIO PORTUGAL – Bom dia, Senador Rollemberg, agradeço a oportunidade; bom dia aos demais Senadores, aos meus colegas aqui da mesa.

Preliminarmente, gostaria de falar que fiquei muito satisfeito com a colocação aqui dos representantes tanto do Ministério das Cidades, quanto do Meio Ambiente, principalmente do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O setor que representamos dentro do sindicato da habitação é o setor que responde pela produção do novo espaço urbano; é o setor que representa a produção dos loteamentos formais. Uma das maiores críticas que havia do Cipol, da legislação ambiental, principalmente na sua aplicação, era a falta de critérios objetivos e principalmente técnicos. Como bem colocou o José Carlos, a discussão sobre se a faixa deve ser de 15 ou 30. Mais importante do que isso é se a faixa de 15 ou 30 é suficiente para resguardar ou salvaguardar aquela ocupação urbana. Então, este

aspecto que foi colocado aqui de a cada empreendimento você buscar a hidrologia, ou seja, o histórico de chuvas naquela região em que se pretende implantar o empreendimento, a situação topográfica natural daquele terreno, a situação geológica daquele terreno é uma situação de hoje, e desde 1991 no Estado de São Paulo todo projeto novo de parcelamento do solo tem que obedecer a esse critério.

Por critérios de geologia, por muitas vezes, esta faixa de preservação é superior até a faixa dos 30 metros nos cursos de água. Então, como colocação preliminar é importante que a gente veja que tanto o setor produtivo quanto membros do Governo e principalmente esta Casa estão caminhando no mesmo sentido, da produção do marco regulatório cada vez mais eficiente, cada vez mais dinâmico e que busque o que é fundamental que é o crescimento e o desenvolvimento sustentável.

Entrando diretamente na nossa proposição aqui, no nosso diagnóstico, sem ser redundante, é uma situação clara já demonstrada até por vários estudos da Embrapa que 85%, 84% da população brasileira ocupa cerca de 0,5% do território nacional. Só essa característica, só esse diagnóstico nos leva a crer que a situação da ocupação das áreas urbanas e principalmente a aplicação nas áreas de preservação permanente em área urbana deve ter uma função distinta do que aquela que existe na área rural. Enquanto que na área rural ela tem todo um aspecto da biodiversidade, da polinização e do resguardo até do curso de água que vai garantir mormente a questão da própria salvaguarda o recurso hídrico, tão importante para a produção rural, no caso das cidades, a função da preservação dessas faixas, elas têm uma função então diretamente ligada à questão do regime das águas pluviais, na questão da reutilização do restabelecimento dos recursos hídricos que vão ser consumidos pela própria cidade e principalmente garantem uma suavização da questão do microclima dentro das cidades. Numa cidade como São Paulo, por exemplo, há diferenças de três, quatro, cinco graus entre uma região mais arborizada e uma região menos arborizada. Isso vale também aqui para Brasília, vale para todas as cidades do País.

Nosso setor não defende redução de faixa de preservação permanente; pelo contrário, defende, sim, critérios objetivos e claros. Então, o código florestal é importante para reger as áreas de preservação permanente. E o que a gente deseja é que haja critérios cada vez mais claros e objetivos, tanto de mensuração e aplicação. Quanto mais claros forem esses critérios, melhor vai ser tanto para o aplicador que são os órgãos do Sisnama quanto daqueles que são os usuários des-

se sistema que são todos os cidadãos representados ou não pelo setor produtivo.

Aqui, só para a gente trazer para o campo da realidade o que significa hoje você aplicar a legislação ambiental e o quanto o código é importante nessa aplicação. Hoje, só para os senhores terem uma idéia, eu utilizei aqui o exemplo do Estado de São Paulo, mas poderia utilizar qualquer outro Estado da Federação que, grosseiramente, no que diz respeito a legislações federais e suas regulamentações, se aplicam a todos esses Estados. No caso de São Paulo, quando você tem um empreendimento, você vai ter que aplicar, em termos de legislação atual, o código florestal, no que dispõe o seu artigo 2º, na aplicação das faixas de preservação permanente, quando se tratar de um empreendimento que está dentro do ecossistema de mata atlântica, e a gente tem uma faixa de transição dentro do Estado de São Paulo que são as faixas de cerrado, que tem legislação específica que se aplica. E aqui é importante dizer também que existem várias resoluções que de certa forma atendem ou disciplinam a questão da utilização ou intervenções em APPs.

A primeira delas, a Resolução Conama 237, de 1997, ela regulamenta a questão do licenciamento ambiental e suas várias faces, e, de maneira bastante superficial, faz algum tipo de delimitação de competência dos Entes federativos no processo de licenciamento ambiental.

Como todos sabem, principalmente os Senadores, aqui existe um importante projeto que está em curso nesta Casa que é o PLC 1, que fala justamente desta competência dos Entes federativos no processo de licenciamento ambiental. É um projeto de suma importância para que a gente tenha não só segurança jurídica, mas principalmente uma administração pública mais eficiente separando o que são assuntos exclusivos da União, pertinentes somente ao Estado ou, de forma subsidiária, aos Municípios.

Outro aspecto bastante importante que é a questão da Resolução 303, de 2002, que deu os parâmetros e definições das áreas de preservação permanente. No entanto, essa resolução falhou justamente em precisar, como falou o Carlos Nobre, a questão dos aspectos e objetivos técnicos claros para sua aplicação. Um exemplo somente, que é a questão das APPs de topo de morro, da forma como está se regendo nessa resolução, só para se ter conhecimento, no caso de um Estado como São Paulo, que tem uma estrutura de licenciamento ambiental bastante antiga – hoje toda ela consolidada na companhia ambiental do Estado de São Paulo, Cetesb, desde 1976 e agora especificamente somente na CETESB –, se você perguntar para dez técnicos diferentes da própria Cetesb que

têm experiência, cargo acumulado nessa atividade, eles vão responder dez soluções diferentes da aplicação da APP de topo de morro. Então esse tipo de legislação não atende a ninguém principalmente numa sociedade moderna. Então, a revisão desse critério tal qual exemplificado na versão do código que está sendo analisado nesta Casa, ela procura deixar isso de forma muito mais objetiva, muito mais fácil de ser controlada e aplicada.

A própria Resolução 369, de 2006, trouxe uma série de critérios bastante interessantes no que diz respeito a questão de intervenção em área de preservação permanente, inclusive em aspectos mencionados que não estão previstos neste relatório mas que devem ser restabelecidos. A gente deu leve lida no relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique e a gente viu que vários desses aspectos estão consubstanciados lá, e é importante que ali estejam, a gente tem uma lei que seja auto-aplicável, isso é muito importante para um País como o nosso, principalmente para um marco regulatório tão importante quanto este novo código florestal.

Outro item que a gente entra para construir este cipoal de legislação pra ser aplicado no caso de novo parcelamento é o decreto do Governo do Estado que criou um grupo de análise de aprovação de projetos habitacionais. Então todo projeto novo de parcelamento de solo ou de condomínio habitacional passa por esse colegiado, que envolve todos os órgãos e autarquias do Estado de São Paulo que vão licenciar esse empreendimento. Não bastasse isso, a própria Cetesb, que fica vinculada a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, ela tem mais de duas mil resoluções que tratam dos vários aspectos da aplicação da legislação ambiental. Eu pincei uma apenas que é Resolução SMA 31, de 2009, que exige na aplicação do licenciamento de empreendimentos dentro do ecossistema de mata atlântica que, independentemente da presença de vegetação, ou seja, se você estiver loteando uma área que não tenha nenhuma presença de vegetação, obrigatoriamente você tem que preservar cerca de 20% a título de área verde para que você faça o processo de restauração da floresta, do ecossistema de mata atlântica. Além disso, tudo isso deve dialogar com o plano diretor municipal e a própria legislação municipal correlata que pode também ter legislação ambiental dentro do Município. E vai prevalecer aquela que tiver o critério mais restritivo.

Só para ter uma idéia do fluxograma da aprovação, ele segue esta ordem: você tem que fazer um diagnóstico ambiental dessa área em que se pretende empreender, ele vai obter as diretrizes no Município e num órgão de saneamento para ver se é possível

e viável a implantação desse empreendimento, vai se fazer uma prévia num projeto urbanístico, ele vai ser pré-aprovado pelo Município, somente depois é que ele vai ter sua avaliação ambiental. E aí é outra sugestão que a gente também pretende que, se assim os Senadores entenderem como necessário, que é a figura da diretriz ambiental. Essa é uma figura que não existe no nosso ordenamento jurídico e que seria de fundamental importância para os mais variados empreendimentos, seja de ordem rural, seja de ordem urbana. A idéia é que, uma vez apresentado um diagnóstico ambiental que mostre restrições de presença de vegetação ou recursos hídricos que você deva proteger naquele local em que se pretende empreender, que ele seja acelerado pelo órgão do Sisnama, que ele informe quais são as restrições, onde você pode e onde você não pode ocupar. De sorte que o processo caminhará em ordem linear. Obteve-se uma prévia do licenciamento ambiental, pois se caminhará, no caso, tratando especificamente da questão dos empreendimentos habitacionais, de obter o licenciamento urbanístico em cima do prévio licenciamento ambiental, de sorte que não existissem as idas e vindas e as coisas fossem muito mais transparentes e seguras.

Próximo, por favor.

É isso que estou dizendo, quer dizer, o diagnóstico ambiental para o desenvolvimento de projeto urbanístico é avaliado *a posteriori* do diagnóstico ambiental, o que gera uma série de conflitos.

O ideal é que ele seguisse primeiro para um processo de licenciamento ambiental e depois obtivesse o licenciamento urbanístico. Por conta desse cipoal de legislações, a gente tem instrumentos de regulação tanto do direito material quanto do direito processual de forma, por vezes, imprecisos que geram a famigerada insegurança jurídica, que não atende a ninguém, atola os tribunais e gera insegurança para todos os usuários e, principalmente, para a sociedade como um todo. É óbvio que a prevalência do direito ao meio ambiente é uma garantia à vida, mas deve estar coadunada com a garantia individual, que é bastante importante e que o constituinte de 1988 assim assegurou, que é a questão do ato jurídico perfeito.

Quando a gente coloca isso, o que quer dizer? Se aquele empreendimento, rural ou urbano, obteve o seu licenciamento ambiental adequado e foi implantado obedecendo aquele licenciamento ambiental, ele deve ser entendido como legal, como regular. A legislação não deve retroagir a ponto de ser questionado aquele licenciamento que foi regularmente aprovado, regularmente licenciado e regularmente implantado. É fundamental que a gente tenha essa garantia prevista nesse Código Florestal.

Próximo, por favor.

O diagnóstico do texto que foi aprovado em plenário – isso já foi dito por vários aqui – é o aspecto fundamental para a indústria imobiliária e também para a indústria de obras de infraestrutura, que é a questão da necessidade dos instrumentos de prevenção em áreas de preservação permanente.

Aqui vou mostrar algumas imagens para a gente poder materializar essa necessidade.

Próximo, por favor.

Então do que é que se precisa? Precisa-se de eventuais necessidades excepcionais de transposição por sistema viário. Então, há necessidade de travessia de curso d'água. Essa é uma foto de uma região de São Paulo, da cidade de São Paulo. Veja, se fosse aplicado o Código, hoje jamais seria possível a construção desse sistema viário.

Próximo, por favor.

A instalação de galerias de águas pluviais.

Por questões até da lei da gravidade, e a gente não pode revogá-la. Na condução das águas pluviais elas vão para os pontos mais baixos daquele imóvel, daquela gleba ou daquele local onde se está implantando essa infraestrutura. Então, obviamente, essa legislação deve permitir que haja esse tipo de intervenção, ou seja, a instalação desse tipo de equipamento nesse local mais baixo, que é a parte que está especialmente protegida.

Próximo, por favor.

A instalação de rede de água potável segue a mesma lógica. Por vezes você tem alguma ocupação e até por necessidade da construção do sistema de água você precisa passar, ou atravessar ou mesmo percorrer uma área de preservação permanente. Daí a necessidade também de que isso esteja previsto, lógico, tudo consubstanciado dentro de um processo administrativo de licenciamento ambiental.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CAIO PORTUGAL – Desculpe.

O SR. (Não Identificado.) – (Intervenção fora do microfone.) Não é possível ter licenciamento para isso?

O SR. CAIO PORTUGAL – É possível, só que a redação do Código, como ele veio da Câmara, estava remetendo... Essas possibilidades e hipóteses de intervenção em APP dependeriam de nova lei. Então na proposta do Senador Luiz Henrique já está, de certa forma, assegurado que ela vai estar prevista nesse mesmo dispositivo.

Era essa a preocupação, uma vez que não estava no texto da Câmara.

O penúltimo item, bastante importante, é a questão da implantação do sistema de esgotamento sanitário. Tal qual a questão das águas pluviais, o esgoto

também, geralmente, corre para a parte mais baixa da gleba, onde você vai ter de fazer essa captação, interceptação ou mesmo a instalação de equipamentos tais quais os de estação de tratamento de esgoto.

Não menos importante...

Próximo, por favor.

Implantação de infraestrutura de lazer, esporte, educação.

Como bem colocado pelos demais membros da Mesa, é muito importante que haja possibilidade da intervenção em área de preservação permanente para colocação desse tipo de equipamento.

Aqui vou mostrar algumas imagens que são bastante ilustrativas nesse sentido.

Próximo, por favor.

Aqui, à sua direita, você vê um bairro que foi urbanizado na década de oitenta, que foi parcialmente regularizado. Você vê que não existe quase nada de presença de áreas para equipamentos de lazer, áreas de esporte. À sua esquerda você já vê um empreendimento que foi implantado recentemente, em 2011. Isso é na região da periferia da Grande São Paulo, na região metropolitana de São Paulo. Aí, do lado esquerdo dessa via principal a gente vê um reservatório artificial, que está sendo recomposto com toda uma faixa de instalação para um parque linear e à sua direita você vê a instalação de um equipamento de esporte e lazer.

Aqui fica claro como é importante que você tenha esse instrumento porque ele não só vai servir para nova ocupação, mas também vai poder atender os eventuais déficits de áreas que já foram urbanizadas e não detêm esse tipo de espaço.

Esse é um exemplo de como é possível caminhar o desenvolvimento urbano com a preservação ambiental. Esse é um empreendimento que tem cerca de 55% de mata atlântica preservada. Isso tudo foi transformado em uma área pública. Existe uma associação de proprietários que, em conjunto com a prefeitura municipal e através de um de um termo de compromisso firmado de preservação de área verde, fazem com que essa área seja preservada e garanta todas as condições que citamos no início, como o microclima, como a recepção das águas de chuva para fazer o reabastecimento das águas subterrâneas, que vão ser importantes para o reabastecimento de água potável para as gerações futuras.

Em resumo, a nossa proposta pede a reinserção dos instrumentos necessários à intervenção em APP; a adequação do conceito de restinga ao previsto ao previsto na Lei de Mata Atlântica, para que não haja conflito de legislações e não gere insegurança jurídica; a criação do instrumento da diretriz ambiental e salvaguardar os empreendimentos regularmente licenciados

e implantados, admitindo que não haja aplicação retroativa da lei nos casos em que eles forem regularmente licenciados e regularmente implantados.

Agradeço a oportunidade.

Essa era a contribuição inicial que gostaríamos de dar.

Agradeço-lhe, Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Agradeço-lhe a contribuição para este debate, Dr. Caio Portugal.

Passo a palavra ao nosso último convidado.

Em seguida ouviremos os Senadores e o Professor Nabil Bonduki, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia a todos e a todas!

Queria agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg o convite para participar dessa audiência. Queria, também, destacar que, embora tenha sido convidado como professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – sou urbanista e sou professor – estou neste momento no Ministério do Meio Ambiente, como Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Fui convidado pela Ministra Isabela exatamente no mês de janeiro logo em sequência àqueles grandes desastres naturais que aconteceram aqui na serra fluminense. A Ministra naquele momento colocava exatamente a preocupação de se dar um foco na questão ambiental urbana, uma vez que o protagonismo da questão urbana na discussão ambiental tem sido muitas vezes colocado em segundo plano.

Eu queria começar aqui...

Acho que o fato de falar por último tem algumas vantagens e algumas desvantagens. Primeiro quase tudo que eu queria dizer, em boa parte, foi dito de alguma maneira. Por outro lado, acho que permite, ao fechar um pouco essas cinco ou seis falas, fazer uma síntese e, ao fazer a síntese, introduzir os pontos que me parecem fundamentais que estejam presentes no que diz respeito às áreas urbanas do Código Florestal. Em primeiro lugar, quero aqui reforçar a proposta – acho que isso vai exigir um trabalho grande das comissões de mérito do Senado, que é a necessidade de se introduzir um capítulo específico sobre áreas urbanas no Código Florestal. Parece-me que tudo que já foi dito aqui mostra que existe uma especificidade das áreas urbanas em relação às áreas rurais, o que exige um olhar específico e um espaço específico no Código florestal a respeito desse aspecto, o que não quer dizer que as áreas e as APPs nas áreas urbanas sejam desvinculadas das APPs fora das áreas urba-

nas. Nós já não podemos trabalhar com ideia de que esses sistemas são como que autônomos. Na verdade, a influência daquilo que ocorre na área urbana é muito forte sobre as regiões fora da área urbana.

E também eu quero reforçar aqui a importância de se observar que as APPs urbanas cumprem uma função ambiental importante sobre vários pontos de vista, inclusive porque nós temos florestas dentro de áreas urbanas. Por exemplo, a floresta da Tijuca é uma das maiores florestas que estão dentro da área urbana. Portanto, nós não podemos separar área urbana das áreas não urbanas, das áreas rurais, como se elas fossem dois universos separados.

Mas um capítulo específico que consiga sistematizar esse conjunto de questões que já foram levantadas aqui me parece extremamente importante, inclusive para dialogar com as legislações específicas, que já foram citadas aqui: o Estatuto das Cidades; a Lei 6.766, que regula o parcelamento do solo; toda a legislação decorrente da Política Nacional de Habitação, por exemplo a Lei nº 11.977, que é a lei que estabeleceu a Regularização Fundiária de Interesse Social. Portanto, é necessário que o Código Florestal dialogue com essa legislação e consiga introduzir, então, um olhar mais focado na questão ambiental de acordo com essa legislação federal.

Uma outra questão que me parece fundamental na hora de se pensar, então, a questão urbana no Código Florestal é diferenciar situações urbanas, porque se fala de área urbana como se ela pudesse ser pensada de uma maneira unitária. E nós temos aí pelo menos três situações que me parece muito importante serem diferenciadas. Uma questão são as áreas consolidadas precárias, as áreas consolidadas que exigem urbanização, fundamentalmente aquelas ocupadas por assentamentos de baixa renda ou assentamentos precários; as áreas consolidadas urbanizadas com um padrão que, embora não siga o que o Código Florestal determinou... No passado, foram ocupadas, nós vimos aqui algumas imagens disso, e já foi aqui levantado também as áreas de patrimônio histórico, eu não diria somente a questão do patrimônio, mas as áreas que historicamente foram ocupadas com um padrão adequado, que não são as áreas precárias, mas que já têm um ocupação consolidada.

E, finalmente, uma questão que é muito importante: que são as áreas de expansão urbana. Por quê? Porque as áreas de expansão urbana são as áreas em que podemos introduzir aquilo que se considera o padrão adequado de urbanização, compatibilizando as necessidades urbanas e econômicas com a questão ambiental, lembrando que as áreas de expansão urbana são exatamente aquelas que vão estar na fronteira en-

tre o urbano e o rural e são aquelas que, muitas vezes, por meio do seu processo de ocupação, agravam os problemas de desastres naturais, como já vimos aqui.

O professor Carlos Nobre mostrou aqui o aumento dos níveis de chuva, por um lado, que são determinados pela ampliação das ilhas de calor e das áreas urbanizadas, e também o fato de que as vazões dos nossos rios e córregos se alteram em função da impermeabilização que se vai fazendo geralmente nessas áreas de expansão urbana, com processos bastante acentuados. Como já foi dito aqui, os grandes projetos habitacionais têm sido implantados nas áreas de expansão urbana e trazem impactos importantes sobre as áreas já consolidadas, porque exatamente as cabeceiras dos córregos, as áreas jusantes são impermeabilizadas, aumentando, então, a vazão dos cursos d'água em direção às áreas já urbanizadas, tornando, portanto, mais graves os problemas dos desastres naturais.

Então, é muito importante que se diferenciem essas três situações para que as regras fiquem claras e específicas em relação a elas.

Bom, já foi falado aqui, e, nesse sentido, acho que quase todos estão de acordo, em relação às áreas urbanas consolidadas precárias. Ou seja, aquelas que exigem regularização, urbanização para que, nesse processo de urbanização, se garanta efetivamente a preservação da vida. Ou seja, que as áreas de risco sejam desocupadas e sejam preservadas como áreas de proteção.

É claro que aqui nós vamos ter um problema, um problema que dificilmente vai ser resolvido, porque, se formos adotar o conceito que considero correto do professor Carlos Nobre, o conceito de passagem da inundação, muito provavelmente essas áreas urbanas precárias consolidadas, muito provavelmente, elas não seriam urbanizadas. Então, esse é um conceito que considero muito importante, mas, se ele for aplicado para as áreas consolidadas já ocupadas com população de baixa renda e assentamentos precários, dificilmente elas vão poder ser preservadas de acordo com o conceito que o Estatuto das Cidades estabelece, que é o conceito de garantia ao direito e à função social da propriedade.

Aí temos uma questão que deve ser mais bem discutida. Pois é. Essa é uma questão que deve ser, nos planos e nos projetos de urbanização, melhor discutida.

A questão é: em que medida a legislação... Aí eu vou entrar no ponto seguinte, Senador. É o seguinte: o que uma legislação federal... Porque isto é uma questão muito importante quando se pensa o capítulo urbano: o que deve ser tratado numa legislação federal e o que deve ser remetido para as legislações municipais?

Porque as legislações municipais têm uma capacidade de ir para particularidade de cada situação, e a legislação federal vai ter dificuldade de conseguir tratar as diferentes situações que estão sendo colocadas nos 5.500 cidades brasileiras. Então, os conceitos devem ser claramente colocados.

Então, o conceito de baixo impacto ambiental e de função social são dois conceitos fundamentais que devem ser estabelecidos, mas, evidentemente, a aplicação desses conceitos, em grande parte, terá que ser remetida a legislações específicas de caráter municipal. E também os projetos, no caso, por exemplo, das áreas de assentamento precárias, os projetos e os planos de urbanização vão ter condições de estabelecer o que é uma área que efetivamente pode permanecer como ocupação urbana ou onde efetivamente deve haver uma remoção.

Em relação a esse aspecto, eu queria chamar atenção para uma questão, porque precisamos discutir isso de maneira consistente. Acho que será um ponto importante aqui no Senado.

A legislação atual, o Código atual, no art. 2º, vai falar que as APPs em fundo de vale devem estar contadas – ou seja, os 30, os 50, os 100 metros devem estar contados a partir do nível mais alto do curso d'água. E o que está no Código que está sendo votado, que veio da Câmara e que já era desde o primeiro projeto? “Desde a borda da calha do leito regular”. Bom, são dois conceitos bem diferentes. O que é o leito regular? E o que é o ponto mais alto? Aí nós temos um outro conceito que é a passagem da inundação, que é um outro conceito.

Então, esta é a definição: a partir de onde essas faixas são definidas, certamente, é uma questão bastante importante, que deve ser aprofundada e discutida.

Não resta dúvida de nenhuma, como o professor Carlos Nobre mostrou e os outros já falaram, que esse estabelecimento rígido de uma faixa é insuficiente para dar conta da diversidade de situações que nós temos. Agora, como uma legislação federal pode tratar, preservando e salvaguardando a vida humana e, ao mesmo tempo, estabelecendo condições que viabilizem as cidades, que viabilizem os empreendimentos imobiliários, é uma questão que precisa ser bastante discutida e bastante precisada para poder se definir essa questão.

Eu queria dizer também que é extremamente importante o aperfeiçoamento do sistema de gestão das APPs. Nós temos um sistema extremamente frágil e ambíguo em relação à questão das APPs. Em primeiro lugar, a clareza das competências para o licenciamento e para a fiscalização. A quem cabe esse licenciamento? A quem cabe essa fiscalização? O que cabe ao nível

estadual? O que cabe ao nível federal? O que cabe ao nível municipal.

Eu entendo que seria muito importante que, nesse capítulo específico do urbano, pudessem ser estabelecidas com clareza essas competências para dar segurança a quem vai empreender saber o que cabe a cada um dos níveis e para podermos, então, criar uma questão que é importante, que é a segurança jurídica para que os empreendimentos possam acontecer.

A segunda questão importante do ponto de vista da gestão é a questão da averbação das APPs nas matrículas dos imóveis urbanos. Nós não temos isso estabelecido na nossa legislação. Então, veja.

O João, inclusive, colocou aqui que o conceito de reserva legal não está presente dentro das áreas urbanas, das propriedades urbanas. Até certo ponto, porque, quando se faz um parcelamento do solo, uma porcentagem da área parcelada deve ser destinada para as áreas verdes, para as áreas (*inaudível*), para o sistema viário. De alguma maneira, não deixa de ser uma espécie de uma reserva de áreas públicas, que têm uma certa destinação específica que não é para uso urbano.

Em segundo lugar, as áreas de APPs dentro dessas propriedades não podem ser incluídas dentro dessas áreas a serem doadas. Muitas vezes, elas são. Ou seja, se doam para o Poder Público, para áreas verdes, para áreas institucionais áreas que deveriam ser áreas de APPs, áreas em que a ocupação deveria ser, portanto, vedada.

Seria muito importante averbar essas APPs, para que pudesse estar registrado no imóvel o que significa a delimitação delas. Isso também pode abrir uma possibilidade para aquilo que podemos chamar “uma valoração dos serviços ambientais” nas áreas de APP. Por quê? Porque o regime inclusive tributário poderia ser diferenciado em relação às áreas que não são de APPs, uma vez que elas acabam por desempenhar uma função ambiental importante e uma função urbana importante.

Já se falou aqui, e não vou repetir, da necessidade de poder se estabelecer, nessas áreas de APP, um conjunto de infraestrutura que desempenhem um papel importante para as cidades, como parques lineares, como a necessidade, em alguns casos, de passar sistema de drenagem, sistema de infraestrutura urbana.

Finalmente, parece-me bastante importante que se crie... No Ministério do Meio Ambiente, nós estamos iniciando um projeto desse tipo, discutindo com as Cidades e com o Ministério de Ciência e Tecnologia. Trata-se de um sistema de cadastramento e monitoramento das APPs urbanas. Isso é extremamente importante porque... Veja, hoje, o País tem um sistema

de monitoramento e acompanhamento das áreas de desmatamento das áreas rurais. Todo mês nós sabemos qual é o desmatamento que acontece nas áreas rurais, na Amazônia, etc. Em relação às áreas urbanas, às áreas verdes urbanas, que têm como consequência, de uma maneira geral, o agravamento dos problemas dos eventos extremos, esse monitoramento e esse acompanhamento não existem.

É muito importante que esse sistema de cadastramento e monitoramento pelo menos pudesse estar pelo menos previsto na legislação de modo a respaldar ações que o Executivo possa fazer para controlar e poder monitorar essas áreas frágeis do ponto de vista ambiental, que geram tantos problemas do ponto de vista da própria vida humana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, professor Nabil.

Pela ordem. Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Caro Presidente, nós tivemos mais uma audiência altamente esclarecedora. Quero cumprimentar todos os convidados, que nos ofereceram muitos subsídios importantes para nós conduzirmos a aprovação desse Código nas Comissões de mérito. Eu gostaria de cumprimentar todos os expositores.

E peço desculpas. Sou relator de projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. Estou sendo chamado para relatar projeto naquela Comissão. Infelizmente, essa é a casa da ubiquidade. Hoje eu teria que estar em três lugares ao mesmo tempo.

Então, eu só queria deixar que foi muito importante a contribuição de todos. Anotei com todo cuidado as coisas que me pareceram mais importantes. E, juntamente com o Senador Jorge Viana, haveremos de aproveitar muitas das observações que aqui foram feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Vamos adotar um procedimento diferente nesta reunião, até pelo grande número de convidados. Vamos ouvir todos os Senadores, pela ordem de inscrição, e, em seguida, vamos ouvir as observações dos membros da mesa.

Minhas observações são muito rápidas, antes de passar para o Presidente Acir Gurgacz.

Quero só também registrar a importância deste debate, uma contribuição realmente significativa.

Gostei muito da sugestão trazida pelo Prof. Carlos Nobre de introduzirmos nas áreas urbanas o conceito de passagem de inundação.

Acho que está muito claro que a redação dada ao art. 8º cria uma série de interpretações jurídicas diferentes. Ao colocar, por exemplo, os termos utilidade pública, interesse social e baixo impacto definidos por lei, isso criará uma série de problemas. Eu estou preocupado. Eu vejo o exemplo de Brasília – e, a exemplo de Brasília, devemos ter casos muito parecidos Brasil afora -, em que há ocupações já consolidadas há muito tempo em torno de lagos artificiais, como é o caso de Brasília. É claro que, em residências à beira do lago, muitas delas têm píeres, *decks*, para acesso ao lago. São atividades de baixo impacto ambiental, mas, da forma como está redigido o Código Florestal, isso precisaria ser definido em lei. Eu acredito que, talvez, Senador Jorge Viana, que é um dos relatores, seja interessante colocar já a definição de baixo impacto ambiental no texto do projeto...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) - V. Exª me permite? O Senador Luiz Henrique saiu, mas ele já conseguiu dar um avanço a esse aspecto. Ele está definindo, na proposta da CCJ, o que é interesse social, interesse público e também baixo impacto. Ele se prendeu ao que está no próprio Código, definindo isso, e também a resoluções do Conama, o que acho que é muito importante. Em relação ao baixo impacto, ele pegou uma resolução do Conama e já tenta pôr no mesmo texto, como V. Exª está sugerindo. Eu acho que é importante, independentemente se concorda ou não. Quanto mais clara a lei, mais fácil até para divergir ou para concordar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Claro.

Entendo que, dentro do princípio da segurança jurídica, a definição clara em lei, já no Código Florestal, contribui para dar tranquilidade e segurança jurídica.

Eram essas as observações.

Quero, mais uma vez, cumprimentar. Entendo que muitas contribuições foram dadas a esse debate.

Percebo que as divergências maiores não estão dentro da questão urbana, elas estão dentro do tratamento para as áreas rurais.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Quero fazer duas observações rápidas a respeito do que colocou o Dr. João de Deus Medeiros com relação às áreas já consolidadas nas cidades. As áreas consolidadas são aquelas que têm construções antigas, em que ficaria difícil uma modificação agora, nesta altura. Quero trazer isso para a zona rural também. Se é possível fazer com que as áreas consolidadas sejam imexíveis nas cidades, eu entendo que deveria ser

feito da mesma forma na zona rural, só para fazer um comparativo, Dr. João. As pessoas das cidades acham que, nas cidades, pode tudo e, na zona rural, não pode nada e, das cidades, ficam criticando quem está na zona rural. É só para estabelecer um comparativo que acho importante que fique pelo menos registrado.

Outra questão. Uma das grandes preocupações dos produtores rurais que têm suas propriedades irrigadas por rios que passam por áreas urbanas é exatamente com a qualidade dessas águas. Enquanto os agricultores e pecuaristas são obrigados a recompor matas ciliares, reservas e outras determinações estabelecidas pela legislação ambiental, as autoridades municipais, estaduais e federais parecem estar isentas de qualquer responsabilidade com a qualidade dessas águas. Infelizmente, temos muitos exemplos aqui, no Brasil, de situações como essa. Eu gostaria de saber se pode ser feito alguma coisa para reverter esse quadro. Os rios, quando passam pelas cidades, são inundados por lixo. Realmente, tem um prejuízo muito grande – aí, sim, realmente, tem um prejuízo grande – para com as questões ambientais.

Eram essas duas colocações que eu tinha para fazer, Presidente, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos aqui. Realmente, engrandeceram muito o debate e trouxeram informações relevantes para os nossos relatores.

Muito obrigado, Sr. Presidente e nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Presidente, Senador Acir Gurgacz.

Quero agora passar a palavra a que é mais assídua, sempre a primeira a chegar a nossas reuniões, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Obrigada, Presidente Rodrigo Rollemberg, Presidente Acir Gurgacz.

Quero cumprimentar, como já fiz, o Senador Luiz Henrique, o Senador Jorge Viana e os expositores, agora, com um olhar sobre a área urbana, tendo em vista o Código Florestal que está em exame nesta Casa.

Vou direto aos temas, para ajudar o debate.

Começo pelo Celso, do Ministério das Cidades. A Nota Técnica 14 foi emitida pelo ministério a despeito do exame do Código. O item 7 dessa nota técnica reclama necessidade de detalhamento para se enfrentar a questão do passivo socioambiental das áreas ocupadas. O senhor concorda com a necessidade de haver regra para as áreas consolidadas, principalmente em razão de construções e benfeitorias que ali se instalaram quando a legislação permitia? E prossigo. O item 12 dessa mesma nota técnica diz: normas ambientais

que não consideram as especificidades das cidades quando sobrepostas à legislação que versa sobre o uso e a ocupação do solo urbano causam conflitos normativos que tornam extremamente difícil que o desenvolvimento urbano sustentável aconteça com a preservação do meio ambiente. É um problema de segurança jurídica abordado pelo Caio e também pelo José Carlos. A pergunta que lhe faço é: o senhor poderia esclarecer com exemplos essa afirmação do Ministério das Cidades? Essa é a pergunta para o senhor.

Para o Dr. José Carlos Martins. A mesma nota técnica, no item 16, diz que a legislação ambiental da área urbana deveria ser considerada em razão de outros elementos ambientais importantes, tais como controle das ilhas de calor, dispersão de gases tóxicos, manejo de águas pluviais, que foi mostrado aqui pelo Caio, e controle das cheias. Considerando os fenômenos de ilhas de calor e manejos de águas pluviais, eu gostaria de saber a relação da impermeabilização com tais problemas, especificamente. O percentual de área construtiva de terrenos e loteamentos não é excessivo? Qual o percentual ideal de área permeável e não construída em razão do que se tem de equipamentos urbanos e do próprio percentual de construção nos terrenos particulares? Quanto às ilhas de calor, questiono se chegamos a um ponto de impermeabilização em que o frescor da noite já não é mais suficiente para dissipar o calor do dia. Vejo, em filmes de vários outros países, a presença muito maior de áreas permeáveis nas cidades. Qual o problema de se definirem os mesmos padrões em nosso País? Se as proporções entre as áreas construídas e as permeáveis fossem mais similares, o manejo das águas seria mais fácil? Com isso, as APPs teriam menor importância no contexto geral? Essa é a pergunta para o senhor.

Para o nosso João de Deus. Ainda estou em cima dessa nota técnica, que impacta o setor ambiental. Nem vou ler a parte relacionada a essa nota técnica, mas eu queria saber do senhor: o alto grau de impermeabilização do solo é o que causa a pressão por APPs maiores? Resolvido o problema das áreas consolidadas, qual seria a metragem da APP recomendável por duas vertentes: o mesmo grau de impermeabilização do solo e com grau inferior pela exigência de maior área permeável do terreno? Essa é a pergunta para o senhor.

Tinha uma pergunta para o Dr. Nobre, mas ele não está aí. Então, vou deixar de fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – O Dr. Nobre pediu desculpas, porque ele foi a uma reunião jurídica no ministério, mas disse que qualquer pergunta endereçada a ele poderia ser respondida tanto pelo João de Deus como pelo representante...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Eu passo a pergunta para o Dr. Nabil, porque entra na mesma preocupação que ele tem.

Dr. Nabil, dadas as características especiais das áreas urbanas relacionadas à maior concentração humana – aí é área da arquitetura e do urbanismo, sua especialidade também -, qual sugere maior risco de acidentes ambientais, bem como a possibilidade de desrespeito à lei? Pergunto para o senhor: em vez de exigir menor metragem de APPs urbanas, não deveria o novo Código Florestal exigir metragem maior que a demandada na zona rural? Não estaria, nesse quesito, sendo levado mais em consideração o interesse econômico que o interesse propriamente ambiental?

Eu queria perguntar ao Caio sobre a sua exposição. Acho que o Dr. Nabil - não sei se também o Dr. Nobre – mencionou a possibilidade de incentivos para área ambiental. Isso seria uma coisa boa para os empreendedores do setor. E outra questão: o senhor falou muito sobre a definição de competências. Pergunto para o senhor se o Município tem de ser o empoderado, porque as obras são dos planos diretores das cidades? A competência legal deve ser do Município, no caso do Código Florestal, para definir a competência para regulação dessas questões relacionadas à preservação ambiental, do ponto de vista urbano e também desses empreendimentos todos?

Eu só queria um comentário, porque me chamou atenção - o Celso e o João Augusto falaram muito sobre isto – a questão social. De fato, ela é crucial. Só que, no caso do Rio de Janeiro, os acidentes aconteceram em ocupação desordenada por pessoas de alto poder aquisitivo. O Estado falha em não fiscalizar, em não ordenar isso.

Outra questão: quantos Municípios brasileiros estão hoje fazendo manejo e gestão da questão dos resíduos? Isso foi abordado pelo João de Deus. O saneamento básico no Brasil hoje é uma coisa lamentável. Onde acontece isso? Córregos. O Tietê é um exemplo, como o Guaíba, o Arroio Dilúvio, em Porto Alegre, cidade do meu Estado. Então, há a questão das políticas públicas, o papel da autoridade responsável por isso. Hoje, temos lixões, temos essa verdadeira catástrofe que é o problema da deficiência no saneamento. Então, acho que ficou à margem esse aspecto. Isso está relacionado à educação, à ausência de políticas públicas? O que também está acontecendo?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia a todos.

Cumprimento o nosso Presidente Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, o Acir Gurgacz, da Comissão de Agricultura, e também nossos convidados.

Eu gostei muito hoje da apresentação, embora, no começo, tenha achado que era muita gente. São seis pessoas. Já são 11 horas e temos algumas comissões para andar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Inclusive a de Meio Ambiente, em que temos uma reunião ordinária depois.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Mas essa, o senhor não vai mais fazer hoje, porque não se têm mais condições.

Eu prestei muito atenção às questões colocadas. Quero fazer um comentário e deixar uma pergunta no ar depois.

Parece-me que ficou bem claro nas apresentações de hoje - e me parece que não houve a defesa neste ponto – que, especificamente na questão das APPs, há uma diferença muito grande entre as APPs na área rural, obviamente, e as APPs nas cidades. Foi dito aqui o que dá para compilar da seguinte forma: as APPs na zona rural têm uma atuação muito mais da preservação da biodiversidade, da vida silvestre e tudo mais e, nas cidades, elas têm muito mais uma função de preservação da vida humana. Isso me parece que é a realidade, é a verdade dos fatos. Então, se for assim, acho que deveríamos tratar de forma diferente estas questões: o que é APP na cidade e o que é APP no campo. De forma bem diferente.

Foi colocada aqui também pelo João de Deus – acho que também foi defendido pelo Celso – a questão de que as APPs devem ser liberadas para acesso ao público a fim de que sejam consolidadas, para que as pessoas possam ter ali espaços de convivência pública, com o que concordo plenamente. Aí, remete-me a outra situação: para que possamos ocupar essas APPs, temos de ter equipamentos também ali, equipamentos de diversão, atracadouros ou outras coisas, enfim, que sejam necessárias.

A mim, fica claro, mais uma vez, que as APPs nas cidades devem ter um tratamento diferente do das APPs no campo.

Aí, vem a pergunta que quero deixar para a mesa – eu não vi esta defesa, mas parece que está implícita -: não seria melhor para todo sistema se deixássemos fora do Código Florestal a questão das cidades e trabalhássemos num outro projeto específico para atender às demandas das questões ambientais referentes à área urbana? Parece que ficou implícito – ou ficou implícito para mim -, mas não ficou claro. Então, a pergunta é: os ministérios – principalmente os ministérios – têm

a tendência de separar as duas coisas, ou seja, uma coisa é urbana e outra coisa é rural e trabalharmos de forma diferente essas duas questões?

Seriam essas as minhas considerações.

Eu só queria fazer um comentário aqui em relação ao que o José Carlos Martins disse. Temos trabalhado muito nessa questão. O relatório do Senador Luiz Henrique engordou bastante aquilo que veio da Câmara, mas engordou não com coisas novas. Ele está indo diretamente na direção que o senhor colocou que é de esclarecer, de deixar que a lei seja autoaplicável e de não ficar duplas interpretações. Tenho insistido, desde o início, quando o Código chegou ao Senado, para que não deixemos na mão do Ministério Público, quer seja estadual, quer seja federal, a definição do que se pode fazer ou não. Nós precisamos sair daqui com um projeto que tenha o mínimo de discussão possível e que seja autoaplicável.

Então, sobre a consideração que o senhor colocou, essa é uma preocupação do Senado; ela foi do Senador Luiz Henrique na Comissão de Constituição, será do Senador Jorge Viana e será novamente do Senador Luiz Henrique nas outras comissões.

Parabéns pela participação de todos.

Então, eu só queria deixar esta reflexão: não seria melhor separarmos as duas coisas, tratamento de área urbana e tratamento de área rural, de forma separada e individual? É claro que vai chegar a um ponto em que... As duas estão interligadas, como disse o Senado Acir. Não é possível que um rio que passe pela cidade leve todo o lixo da cidade para a área rural. Mas isso teria de ser tratado de forma clara e específica, porque também não dá para admitir... Vamos pensar em Belém do Pará ou Amazonas, por exemplo. Os rios lá têm n quilômetros. Então, teoricamente, em 500 metros de cada lado, não se pode fazer mais nada. Não se pode nem chegar lá, a não ser com baixo impacto. Então, precisamos pensar que a realidade, no dia a dia, é uma coisa e que a vontade, o desejo é um pouco diferente do que temos condição de fazer.

E atender também à nossa geração. Nós estamos falando muito na geração do futuro, netos, filhos. E nós? E nós? Nós também precisamos ter as coisas, precisamos ter acesso, precisamos construir, melhorar a vida de todo mundo.

Então, ficam essas as minhas considerações, Mais uma vez, parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Presidente, eu estou na mesma situação do Senador Luiz Henrique. Queria pedir desculpas, mas o meu chefe de gabinete, Dirceu Goulart, vai ficar para anotar as respostas das perguntas que eu fiz.

A todos os senhores – estou como relatora numa questão terminativa na Comissão de Educação e começa agora esse trabalho.

Então, muito obrigada a todos; e renovo os cumprimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a Senadora Ana Amélia, absolutamente justificável, a sua ausência, Senadora Ana Amélia.

Agradeço a sua presença e a do Senador Aloysio Nunes.

Passo a palavra do relator da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador, vou citá-lo, mas ele sabe que é no propósito de deixar claro uma das preocupações que ele tem.

Senador Aloysio Nunes também, vou citá-lo na sua ausência, mas é para também colocar adequadamente alguns pontos, como a sua preocupação com os recursos hídricos e a urbanização. Quero associar essas duas questões, que eu acho da maior relevância.

O Senador Luiz Henrique saiu e já deu uma contribuição. O Senador Aloysio tem demonstrado uma preocupação também com as questões dos recursos hídricos. Daí, Senador Blairo, eu penso que nós acertamos quando fizemos essa audiência, que já é uma demanda da sociedade e também uma preocupação de várias movimentações sociais, também uma preocupação de entidades importantes que atuam nessa questão urbana e também do próprio Governo. E é um dos desafios que temos aqui no Senado: como inserir a questão urbana na proposta do Código. E aí, meu querido amigo e colega Senador Blairo, também fui questionado sobre se não deveríamos deixar fora, ou não.

Posso afirmar que foi o tema mais demandado que tive até agora, a questão urbana. E não é para menos, estamos com quase 85% da população vivendo nas cidades, ou em pequenas vilas, ou em pequenas comunidades. Aliás, esse é um dos pontos que eu gostaria que os senhores pudessem abordar do ponto de vista de uma nova legislação do Código – e eu sei que nós temos os estatutos das cidades. O que nós, no Código, deveríamos considerar urbano? A partir de quanto? De que maneira? Porque aí tem uma transição do urbano e do rural, pequeno aglomerado de famílias. Porque eu acredito, Senador Blairo,

talvez seja oportuno nós colocarmos um capítulo, ou uma parte, a questão urbana,

V. Ex^a tem razão, ela tem que ser tratada com as suas especificidades, por isso que talvez ela mereça um capítulo, ou uma parte específica do Código. Talvez, separar e por em outra lei pode ficar um pouco mais complicado, nós estamos lidando, por exemplo, nas APPs, com os mesmos rios, com os mesmos problemas de cheia ou de seca. As áreas de risco, as encostas, também, na transição, às vezes do que é considerado área rural e área urbana. Mas certamente tem que ter um tratamento diferenciado. Aí V. Ex^a tem toda a razão.

Gostaria de cumprimentar aos colegas que dirigem as duas comissões, por essa audiência conjunta, aos Senadores e Senadoras que também são membros. Quero dizer que me associei a esse propósito, estou muito feliz, Senador Rodrigo, de ver o quanto tem sido importante. Quase todos os colegas que estiveram aqui – não foi um número pequeno, ao contrário, foi uma das audiências que teve maior número de Senadores e Senadoras –, todos eles preocupados com a questão urbana, preocupados com essa lacuna que a proposta da Câmara deixou, seja por uma dúvida, por exemplo, no art. 8º, em que o Senador Luiz Henrique já deu um passo.

O art. 8º, de fato, trata de interesse público, interesse social e baixo impacto. Ora, claro, para resolver intervenções públicas em áreas de APPs. É muito importante que se discuta e se defina o que está dentro do interesse público, do interesse social e também de baixo impacto.

Ele já apresenta uma proposta, na CCJ, claro que é um artigo complexo, porque, depois disso, ele abre espaço para atividade agropastoris em áreas de APPs. Mas isso nós temos um tempo para tratar. Eu queria me prender, especificamente, à questão urbana, não só porque estamos falando de 85%, ou perto disso, da população, mas o Brasil está vivendo um momento especial de expansão econômica, de crescimento econômico, de melhoria do padrão de renda. Nós sabemos a precariedade das cidades brasileiras. Está aqui o nosso querido Celso que trabalha com essa dificuldade. Os companheiros que trabalham no Ministério do Meio Ambiente também têm essa preocupação, nosso Governo tem, tanto é que criou o Ministério das Cidades. Mas, sinceramente, fui prefeito, fui governador, é um tremendo desafio, nós estamos vivendo uma situação que estamos constatando uma ocupação desordenada e até perigosa em muitas das cidades brasileiras e junto com isso com uma realidade real que está posta, estamos contando os mortos, ano a ano, estação climática mais intensa, a gente conta os mortos, só muda de região.

Estou presidindo uma Comissão de Defesa Civil Temporária, no Senado, andamos todas as regiões do País, identificamos esse problema. O ano passado, o Congresso, a partir de uma medida provisória, mudou a legislação ambiental e colocou, por exemplo – vou citar só uma proposta – uma lei aprovada em dezembro do ano passado, de que se deveria fazer uma adesão ao novo sistema de defesa civil. Nenhum Município, nenhum Estado aderiu por conta de divergência nela. Foi criado um fundo, que é muito importante para o que estamos debatendo, um fundo chamado Funcap. Em relação a isso, a União diz: “Eu ponho três em cada cota que o Município ou o Estado possa abrir uma conta e pôr um. Para quê? Para lidar com problema de risco. Só que não é com risco da prevenção, é com a reconstrução, que é o último estágio. E a ONU que criou também um departamento para trabalhar só com risco – e a sede é, inclusive, no Panamá – ela tem estudos que mostra que, para cada um real gasto na prevenção, você economiza R\$7,00. E nós como não estamos fazendo prevenção estamos gastando só os \$ 7,00.

A proposta de criar o Funcap, também não emplacou nenhum município, nenhum Estado aderiu porque ela prevê recursos apenas para reconstrução.

Por que estou falando isso?

Porque foi identificado na fala de todos que nós temos sérios problemas em encostas, em áreas de APP de encostas; nós temos sérios problemas nas margens dos córregos e rios das nossas cidades e uma chuva – que agora não são pequenas –, está aí, recorrente, nós temos tendo chuvas acima de 100 milímetros, anualmente, em várias cidades do Brasil, isso não acontecia, da maneira que ocorre e nas populações de mais baixa renda.

Então, como lidar com isso?

Primeiro, tem propostas, inclusive, de mudarmos a legislação e colocarmos Governador de São Paulo, outros governadores falaram que aceitam uma para um, desde que seja para atuar nas áreas de risco, retirando as pessoas que estão correndo risco. Obviamente que é inteligente, porque vai economizar muito mais recursos.

Então eu queria aqui me prender, especificamente, gostaria, se os senhores, por favor, pudessem comentar o que deveria ser considerado: Núcleo urbano, ou aglomerado urbano para tratarmos, para termos uma área de transição entre o rural e o urbano?

Gostaria, também, de ouvir dos senhores se deveríamos ter um capítulo a parte, com alguns artigos e, obviamente, as medidas adequadas para lidar com a questão urbana, um pouco do que o próprio Sena-

dor Blairo perguntou, ou seja, se deveríamos tratar no Código ou não.

Eu, como tenho, a princípio, uma opinião de que devemos tratar sim. Mas é bom que possamos ouvir a opinião dos senhores sobre esse assunto. E também a questão das áreas de risco. É muito séria nossa situação. Com essa expansão - não estou falando de pouca coisa - nós estamos tendo uma situação, onde em 2005 para cá a classe “a” e “b”, que era de 26 milhões de pessoas e passou para 42 milhões; a classe “c”, que era de 62 milhões de brasileiros, passou para 101 milhões de pessoas. Então são pessoas que agora têm uma renda para fazer um puxadinho, para fazer uma casa nova. Estão fazendo onde? No lugar que tinham o terreno, na área de risco. E aí a situação vai se complicando cada vez mais.

Eu acho que o Código pode dar uma resposta para as prefeituras e para Estados, que nós não podemos brincar com quem está em área de risco, porque estão correndo risco de vida. Separar as áreas de risco já ocupadas de eventuais ações que nós devemos fazer em áreas que ainda não estão ocupadas. Só para citar aqui, a classe “d” e “e”, que era de 92 reduziu para 47. Então nós estamos lidando com uma pressão da própria população. Eu não sei, mas se tivesse essa informação, os senhores que atuam no setor privado, se tem alguma estatística? Nós sabemos, mais ou menos, quantas habitações novas estão sendo construídas, a partir de financiamento, enfim da ação do Governo e tal. Mas, no geral, vocês têm idéia de quanto está sendo a movimentação nas moradias dos brasileiros.

E, por fim, para poder não me estender mais - nem interromper, porque tenho mais é que ouvir a fala dos demais colegas - eu gostaria também de vê se os senhores poderiam encaminhar oficialmente e aí estou me referindo especificamente CBIC - que agradeço terem vindo - e ao Secovi, às propostas objetivas que os segmentos dos senhores têm para a questão das cidades, do licenciamento que pudéssemos, já em cima do texto da Câmara, que nos ajudaria muito, porque agora nós temos que trabalhar com essa objetividade. E o mesmo peço também, sei que o Ministério do Meio Ambiente está trabalhando nesse sentido, mas eu gostaria - porque não criamos ainda um canal - de estabelecer um canal direto com o Ministério das Cidades, e se pudéssemos **(Falha na Gravação)** ... relação de trabalho, visando o aperfeiçoamento que veio do texto da Câmara.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) - Eu que agradeço Senador Jorge Viana, Relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente.

Registro a presença do Senador Eurípedes Carmargo.

Passo a palavra agora, ao nosso último inscrito, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) - Na realidade, Senador Rodrigo, eu queria insistir num cumprimento que tenho feito a cada uma das audiências públicas que temos realizado, para debater todos os aspectos relativos ao Código Florestal. E nessa audiência de hoje, que tratamos especificamente da questão urbana, da ocupação das áreas urbanas a gente teve elementos importantíssimos para orientar nossos relatores.

Então, tanto o Senador Jorge Viana, quanto o Senador Luiz Henrique terão um trabalho hercúleo no sentido de poder apresentar uma proposta que contemple todos os estudos que têm sido apresentados nessas nossas audiências. E pelo andar da carruagem nós teremos que fazer, inclusive, um esforço, no sentido de não apressar a votação, amanhã na Comissão de Constituição e Justiça, uma comissão vai procurar o Senador Eunício Oliveira no sentido de que a gente ganhe um tempo maior, porque a gente vai, na próxima semana, ouvir os juristas, porque a gente precisa ouvir todos segmentos que têm opiniões a esse respeito da sociedade para que as propostas de relatório a serem apresentadas pelo Senador Luiz Henrique e também pelo Senador Jorge Viana possam contemplar esses aspectos todos da sociedade.

Então, o que queria dizer é que nessa audiência de hoje a gente reuniu muito mais elementos para que esses relatórios contemplem, verdadeiramente, os anseios do Brasil, porque a nossa preocupação é não ter aprovado essa matéria de maneira apressada. Quanto mais refletida a gente tomar essa decisão, maiores serão as nossas possibilidades de acerto. Então, o grande desafio que nós temos para esse momento, é a gente reunir o máximo possível de informação, que a gente possa fazer essa mediação dos conflitos e dos interesses em favor do Brasil, em favor do meio ambiente e em favor da nossa biografia, porque temos uma responsabilidade de estarmos legislando sobre algo que não diz respeito à geração atual mas, principalmente, as futuras legislações.

Então a gente tem que cometer o menor número de erro possível e, para cometer menos erros temos que ouvir muito mais a sociedade. Então, a audiência de hoje foi uma audiência de altíssimo nível, que nos trouxe muitos elementos e eu só tenho a cumprimentar a todos os debatedores que se dispuseram a vir, nos ajudar na orientação, na busca de luz para um caminho mais acertado.

Muito obrigado a todos.

E que tenhamos todos a sabedorias de nos conduzir convenientemente na construção da proposta que seja melhor para o Brasil, tanto diante dos brasileiros, quanto diante da comunidade internacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Senador Diniz.

Dando sequência agora para ouvirmos as considerações, as perguntas que foram feitas, a Mesa vai conceder cinco minutos a cada um.

Passo a palavra ao Dr. Celso Santos Carvalho, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, do Ministério das Cidades.

O SR. CELSO SANTOS CARVALHO – Vou começar com relação às questões levantadas pela Senadora Ana Amélia.

Resumindo, a posição do Ministério das Cidades, do Governo, nós temos trabalhado nesse assunto numa sintonia muito próxima com o Ministério do Meio Ambiente, mas nossa posição é que existem ocupações consolidadas dentro das áreas urbanas que devem ser regularizadas. A forma de regularização depende da questão da base em que se deu a irregularidade, então, quando houve a irregularidade foi por causa da ausência de alternativa habitacional, se configura interesse social existem condições específicas para essa regularização. Óbvio que ninguém vai consolidar ocupações em área de risco, mas o que estamos colocando aqui é que a resolução das questões de risco deve ser feito no âmbito de um projeto específico de intervenção; mais do que isso, além da resolução das questões de risco a melhoria das condições ambientais devem ser propiciada e comprovada por esse projeto de intervenção, quando se trata de interesse social.

Quando se trata de outras ocupações de alta renda, média renda, ocupações de condições históricas, o processo de regularização deve considerar essas demais questões e também as compensações ambientais necessárias.

O Senador Blairo coloca a questão da proposta da eventual possibilidade de trabalhar num outro diploma legal. Eu acho que pode ser considerado, mas me parece que é possível, Senador, que a gente coloque um capítulo específico para as áreas urbanas; na verdade o Governo Federal tem trabalhado nessa direção, até agora. A gente tem um capítulo específico para as questões urbanas.

O Senador Jorge Viana, coloca, nesse caso, que seria fundamental a gente definir o urbano. O que é urbano?

Nós temos uma proposta, foi discutida na Câmara, essa definição saiu no projeto aprovado, mas

me parece que existe uma questão, quer dizer, uma definição: O que é urbano?

Uma definição legal do âmbito do município. É o que está dentro do perímetro, dos perímetros urbanos. Mas a diferenciação, ou as disposições específicas devem ser para aquela região onde já existe uma ocupação de caráter urbano. Nós propusemos no debate da Câmara, e isso não foi acolhido, mas acho que vale a pena a gente recolocar, a questão da área urbana consolidada. Então, quando estamos falando área urbana, estamos falando área urbana de verdade, real, e não apenas uma definição legal da Lei Orgânica do Município. E uma área urbana consolidada é uma área que tem uma forma de ocupação urbana já definida, infra-estrutura. Existe uma proposta para a caracterização dessa questão.

E, finalmente, eu acho que precisamos estabelecer que apesar da APP ter relação com a questão de risco, ela não esgota a questão de risco. As propostas levantadas aqui pelo Carlos Nobre, nosso companheiro de governo, de estabelecer uma forma técnica e científica de definir APP em áreas urbanas me parece que ficariam mais adequadas no âmbito de um mapa de risco no Município.

Então, acho que além do Código Florestal, existe a necessidade do Município ter um mapa de risco que estabeleça as condições de risco em cada local, em escala adequada.

Existem propostas, inclusive aqui no Senado eu tive oportunidade de discutir com a equipe do Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro, e ele tem propostas de tornar obrigatório, pelo menos nos Municípios mais críticos, um mapa de risco, e eu acho que essa questão, o mapeamento técnico das áreas mais frágeis do ponto de vista do risco deve ser objeto de uma legislação específica, que complementaria as questões mais gerais de APP do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Celso Santos Carvalho.

Vamos ouvir agora o representante da Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, Dr. João de Deus Medeiros.

O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – Senhores, eu começo reafirmando a nossa compreensão de que a manutenção da previsão no Código Florestal das APPs urbanas é entendida por nós como algo necessário, um avanço, a reafirmação disso, Senador Blairo. E chamo a atenção também para o cuidado que nós temos que ter com relação ao diálogo com a legislação urbanística, e ter o entendimento que isso não significa que nós tenhamos que fazer agora toda uma reformulação da legislação urbanística por trazer essa previsão para o Código.

Mas, eu reafirmo, para nós é extremamente importante, é fundamental que se consolide essa lógica de que nós temos áreas mais frágeis, áreas com determinadas funções, que precisam também, no espaço urbano, ter essa remissão na lei federal como áreas de preservação permanente.

E aí a segunda observação que eu acho extremamente relevante aqui nós reafirmarmos é que o Código Florestal, essa legislação nacional, estabelece parâmetros gerais para aplicação nacional. E é importante ter compreensão de que isso não significa um conflito com a competência legislativa do Município, porque o plano diretor obrigatoriamente tem que ir além dessas prescrições mínimas que são estabelecidas para o ordenamento nacional. E não há nenhum conflito nisso.

Então, sendo bem objetivo: ao definir um parâmetro mínimo para aplicação nacional em espaço urbano, o que a lei nacional está dando é o mínimo. E nós temos que entender que esse mínimo, na maioria das situações, vai se mostrar insatisfatório. Porém, a complementação pode e deve ser feita, e aí a cobrança e a responsabilidade dos gestores municipais, ao elaborarem os planos diretores, fazerem com que essas peculiaridades locais, essas especificidades da cada cidade sejam atendidas, e a legislação municipal promova a complementação das áreas de proteção, ou coíba a ocupação, nesses espaços adicionais.

Então, nesse sentido, a própria sugestão do Carlos nos parece muito interessante e procedente como uma orientação para os planos diretores, porque realmente eu acredito que seria muito difícil nós já trazeremos para o corpo de uma lei federal, que é uma regra nacional, um parâmetro que seja tão amplo que incorpore uma proteção, digamos assim, integral para todas essas especificidades que vamos ter nas diferentes, nas diversas cidades que temos no Brasil.

Então, acho que o grande desafio aqui, Dr. José Carlos, é exatamente nesse aspecto: de nós entendermos que você tem algumas prescrições para o espaço urbano que estabelecem uma orientação do que é um parâmetro mínimo, e a complementação se faça através da legislação municipal. Os planos diretores já têm essa direção hoje. O que nós precisamos é exatamente cobrar um pouco mais de consequência e de responsabilidade dos nossos gestores na elaboração e implementação dos planos diretores.

Porque, o Nabil sabe, nós tivemos ao longo desse processo, depois da edição do estatuto da cidade, não raro esses conflitos em que os próprios planos diretores queriam trazer regras menos restritivas do que esse mínimo nacional. E aí se estabelece o conflito.

A Senadora Ana Amélia menciona esse problema da impermeabilização. É óbvio que esse é um problema

que acirra, amplia a gravidade desses fenômenos, e naquele estudo que nós realizamos no Rio de Janeiro isso ficou bastante evidente. Até eu lembro bem que houve algumas áreas em que você tinha inclusive placas lá das obras da prefeitura, os tais de muros ciclóticos, por exemplo. São verdadeiras armadilhas que, à guisa de intervenções urbanísticas, acabam potencializando o risco. Isso precisa realmente ser revisto, acho que a própria intervenção do Caio foi bastante ilustrativa nesse sentido. Você precisa ter clareza de que as áreas de APP, quando trabalhamos esse conceito de risco, não esgotam o controle do risco.

E novamente o exemplo do Rio de Janeiro é muito claro. Nós tivemos, e o Carlos até mostrou algumas fotos que nós fizemos na região serrana do Rio, o soterramento de casas, com perda de vidas humanas, de construções em loteamentos perfeitamente regulares, construções fora da APP. Naquele exemplo da encosta, todas as casas que foram soterradas não estavam na encosta, estavam na área plana embaixo, que, em tese, pela lei federal, não é APP. Agora, a proximidade com uma encosta instável torna aquela área uma área de risco? É óbvio. E o ordenamento municipal restringindo ocupação nesse ponto pode e deve ser feito.

Então, complementando esta minha fala, eu acho, Senador Jorge Viana, que realmente a incorporação e a consolidação dessas previsões no Código são extremamente pertinentes e necessárias. E talvez o espaço que nós tenhamos ainda para esse aprimoramento, neste momento, ao pensar um possível capítulo específico para a área urbana em que possamos dar um direcionamento mais particularizado, essa orientação inclusive facilitando a operação da norma, seja um movimento que ainda nós tenhamos condição de fazer neste momento de revisão aqui no Senado, e que nós entendemos também que poderia ser muito bem vindo e, reafirmo, nesse contexto de ter no código nacional uma orientação estabelecendo as diretrizes e os parâmetros mínimos para que a legislação municipal, na sua competência, faça a complementação e nos dê a condição de uma boa gestão do espaço urbano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. João de Deus Medeiros.

Passo a palavra agora ao Sr. José Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINS – Bom, Senador, vou tentar correr bastante aqui. Sabe, Senador Blairo, no aspecto de diferenciar área urbana e área rural, nós já tivemos um debate muito grande. Já teve momento que era de um jeito, era de outro, hoje estamos convencidos, não tem forma de você desvincular uma coisa da outra. Não tem por uma série de motivos.

Até se, neste instante, eu chego e retiro tudo do Código Florestal, cria-se um vácuo legal que pára o Brasil, cria uma insegurança total. Seria uma coisa... É claro que também nós entendemos a premência e a necessidade de que o Código Florestal ande mais rapidamente. Em momento algum, o setor urbano quer, de alguma forma, atrapalhar que isso aconteça.

Acho que temos que ter um momento de debate suficiente, mas quem sabe nesse instante não dê para chegarmos em tudo o que precisamos debater e precisemos de alguma coisa posteriormente. Mas é inevitável que neste instante nós tenhamos, e aqui concordamos com o Governo, um capítulo específico para a área urbana dentro do Código, Senador. Eu acho que não tem como isso aí ser um capítulo. A forma, vamos dizer, a prática legislativa, não temos competência para isso. Mas sobre isso eu queria responder imediatamente.

A nossa proposta sempre passa, e por isso a Senadora deu uma grande oportunidade, eu tenho falado muito que ultimamente estamos transformando tudo em número. Esquecemos que tem vida. É coisa de obra pública, é uma porção de coisa desse tipo que estamos levando tudo como se fosse escritório de contabilidade. É 5, é 10, é 15, é 30. Esquecemos que a vida não é assim e que cada lugar tem uma característica, está certo?

Isso que a Senadora falou, é claro que estamos discutindo se a APP é 15 ou 30 e ninguém está falando em grau de impermeabilidade das cidades. Eu moro em Curitiba, a cidade de Curitiba está impermeabilizada, no entanto ele vai alagar São José dos Pinhais, que é a região metropolitana, na ponta do rio. Não é assim, Senador?

São coisas que são integradas. Por isso esse nosso conceito em que não quero dividir essa coisa tão simploriamente, mas eu falo é da bacia hidrográfica, mesmo, eu falo é da região morfológica, da região geológica, o senhor entendeu? Não é porque eu delimito um município aqui que o outro não tem o impacto daquilo que estou fazendo.

É claro que tem que trabalhar com a impermeabilidade, Senador, mas não é só impermeabilidade. Aí entra outra coisa que é particular de cada local. Uma coisa é a impermeabilidade que vou trabalhar em Brasília e outra coisa a que estou trabalhando em São Paulo. Então em São Paulo não adianta mais eu querer exigir um grau de impermeabilidade. Lá eu tenho que ter obras e algum tipo de ação que de alguma forma reduza o impacto dessa coisa que já está feita. Então eu posso exigir o piscinão, eu posso exigir...

Porque qual é o grande problema? A natureza, quando pingava gota d'água aqui, até que ela chegasse

se no rio demorava uma semana, quinze dias, alguma coisa desse tipo. Agora ela demora dez minutos. Então isso aqui dá um impacto tão rápido ali que não há estrutura de drenagem que muitas vezes agüente

Mas é lógico, então, volto a frisar: não são coisas que, aqui de Brasília, numa canetada, vou criar regras para o Brasil inteiro. Tem que ser uma decisão local.

E, sabe, João, quando insisto com você, vou te dizer o seguinte: não posso conceber que seja parâmetro mínimo um curso d'água de 50 centímetros, eu deixar 30 metros para cada lado. Ou seja, tem um curso de água de 50 e deixo 60 de APP ao redor, você entendeu? Eu não posso entender isso como parâmetro mínimo para o Brasil.

Acho que essas coisas... De repente, vemos o desastre no Brasil inteiro e começamos a dar parâmetros mínimos que, no fundo, acabam sendo meio o que todo mundo usa.

Acho que temos que ser extremamente rigorosos, acho que o Caio falou. Estou totalmente de acordo com isso. Temos que ser rigorosíssimos com as coisas que têm que acontecer. Vida humana é vida humana. E, com o respeito do Celso, é muito duro estarmos aqui querendo criar excepcionalidade porque, de alguma forma, temos que criar um problema anterior. Está certo?

Então vamos lá. Agora vou insistir na área de expansão urbana, que não é só área urbana consolidada. A cidade está crescendo. Eu vou falar uma coisa: com Minha Casa Minha Vida não temos esse tipo de problema, porque tem um critério na hora de eu ver um empreendimento, sabe, Senador?

Depois eu vou pedir para o Sr. Nabil, mas eu calculo que a quantidade de unidades que se fazem no Brasil sejam da face de 1,500 milhão a 1,700 milhão unidades por ano. Mais ou menos esse é o número que eu tenho, eu só pediria que o Professor Nabil conferisse isso aí se realmente é mais ou menos isso, se é mais ou menos.

É um número muito grande, a coisa cresce. Eu quero falar da área de expansão, porque o que está acontecendo hoje? Como eu não regulo adequadamente a área de expansão, Senador Blairo, o preço da terra sobe porque eu estou usando só o que existe, por causa desses conceitos. E eu não coloco regularmente alguém naquela ponta porque eu tenho limitantes e constrangedores, e alguém paga essa conta. O senhor compreende?

Daí eu não consigo dar suficiente... Hoje, nós, como CBIC, conversando com o Governo, é muito doído ter que chegar e pedir, "esse valor está muito baixo" para transferir aquele recurso para o dono de uma terra. O senhor compreende? Quando eu gostaria muito que houvesse muito mais casas sobre isso.

Deixe-me ver aqui alguma coisa. O controle das ilhas de calor vai na mesma linha do que eu acabei de falar aí sobre a parte de permeabilidade. É claro que temos que levar em conta. Não sei se neste instante, Senador, são assuntos mais técnicos, mais detalhados, caberia. Num passo seguinte poderíamos aprofundar um pouco mais.

O aspecto do que é rural e o que é urbano, temos que buscar isso, não é, Celso, de alguma forma determinada. Mas, insisto, não pode se limitar àquilo que está consolidado. Aqueles parâmetros que estão ali, que são “x” unidades, que tenham isso, que tenham aquilo, “x” habitantes por hectare, e coisa e tal, não podem ser o parâmetro, porque vou estar inibindo a condição. Estou colocando a sequência.

Os Senhores veja, vou voltar ao negócio da restinga. Quer coisa que limite mais esse tipo de coisa? Vou lá, vou limitar uma construção em algo, ou seja, estamos nos pegando às vezes em itens que não são substanciais. Como a Senadora colocou, permeabilidade ninguém está discutindo.

Agradeço, Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Dr. José Carlos, pela contribuição que o senhor traz a este debate em nome da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, e passo a palavra agora ao Sr. Caio Portugal, Vice-Presidente do Desenvolvimento Urbano Sustentável do Sindicato da Habitação de São Paulo.

O SR. CAIO PORTUGAL – Bom, procurando não repetir o que os outros já falaram aqui, mas na linha da proposição, eu acho que essa questão da divisão da APP em rural e urbana é fundamental quando você está discutindo um marco regulatório. Mesmo que em nível nacional você esteja estabelecendo critérios mínimos, é importante aproveitar essa oportunidade e discutir nessa legislação, sem deixar essa oportunidade passar para uma outra legislação.

Você pode até ter um eventual código ambiental urbano em que você pode estar resgatando esses padrões mínimos e indo amiúde para discutir outras questões mais importantes. Mas acho que é importante discutir nessa legislação e fixar, seja através de um capítulo, de algum dispositivo, a questão das APPs em área urbana.

Na questão da proposição da diferenciação de área rural para área urbana, a legislação de Mata Atlântica teve uma propositura bastante inteligente. Ela fixou um marco temporal e naquele marco temporal fez uma coligação com aqueles municípios que já tinham o seu plano diretor fixado. No que era o perímetro urbano, ele admitia algum tipo de utilização, algum tipo de ocupação. E naquilo que ainda não era, ia haver

uma restrição muito maior na ocupação urbana, exigiria uma preservação muito maior.

Acho que essa é a linha do caminho que devemos buscar para discutir área urbana consolidada, área urbana e área de expansão urbana. Você tendo um marco temporal que seja um marco temporal adequado, coligado à já pré-existência, no município, da fixação de perímetro urbano, você tem ali um critério que, amiúde, no interesse público local, é prerrogativa exclusiva do município, que em algum momento fez a avaliação e definiu.

Então ali você já teria um critério para fazer a distinção do que é a área rural que futuramente poderia ser área de expansão urbana daquela área urbana que já foi definida por perímetro e vis-à-vis também uma área urbana já consolidada em que você pode estabelecer eventualmente algum outro critério, sem existir conflito para que isso não gere, mais uma vez, problemas de segurança jurídica.

O outro aspecto que a Senadora havia colocado para nós era o aspecto da questão da competência. Isso nós até discutimos numa oportunidade com o Senador Jorge e ele nos deu uma colocação que eu achei bastante interessante. Temos que ter critérios mínimos e parâmetro mínimos estabelecidos em nível nacional para que não incorramos no problema de uma eventual guerra fiscal ambiental. Para que o município coloque: no meu município não precisa reger nada em termos de APP, aqui se pode ocupar cem por cento em face do município vizinho, pois estão dentro da mesma bacia hidrográfica. E passem a ocupar de uma outra forma.

Então, acho que ter critérios mínimos nacionais seria importante, e deixar para o município o que lhe cabe. O que lhe cabe, o que é? É a especificidade do planejamento físico territorial urbano. Ele diz para onde a cidade deve crescer, para onde não deve crescer, onde deve ocupar, onde não deve ocupar, as áreas de risco devem estar ali perfeitamente dimensionadas. Esse é o instrumento.

Então, o que cabe num Código Florestal? Dizer exatamente os critérios do que vai ser em área urbana e em área de expansão urbana. Isso já vai ser uma linha mínima, um norte mínimo que vai garantir o planejamento ou a revisão desse planejamento físico territorial urbano dentro do município.

E na linha do incentivo, eu acho que é importante colocar, o Estado de São Paulo chegou a fazer isso em alguma época, o chamado “município verde”. Aquele município que fisicamente já era dotado de grande faixa de preservação de recursos naturais recebia algum tipo de incentivo na manutenção daquele ecossistema em que ele estava ali instalado. Acho que nessa linha, podíamos utilizar, dentro daqueles instrumentos que

são cabíveis para o município, para aquela comunidade, para que ela garanta a manutenção daquele espaço que está sendo criado, daquela área pública que está sendo criada, daquele espaço de revegetação de área urbana, dentro de uma área de APP.

Acho que esse instrumento é possível. Uma possível diminuição no valor venal ou na alíquota do IPTU seria um instrumento interessante para você recompensar aquele que presta serviços ambientais. Acho que é possível discutir isso e buscar construir algum tipo de proposta para encaminhar aqui ao Senado.

E, no mais, agradeço a oportunidade, Presidente Senador Rodrigo Rollemberg, da nossa presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é que agradecemos, Dr. Caio Portugal, pela contribuição trazida em nome da Secovi, Sindicato da Habitação de São Paulo.

E passo a palavra agora ao Professor Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Queria, em primeiro lugar, dizer que estou bastante contente em ter visto aqui um consenso muito grande de parte dos Senadores em relação a se dar um tratamento específico para a questão urbana no Código Florestal.

Parece-me que esta visão está consolidada e é extremamente importante. Temos na faculdade de arquitetura, no laboratório de habitação, promovemos um seminário e será promovido outro seminário sobre as APP's urbanas e esse entendimento é bastante forte no âmbito da universidade de que deve haver um tratamento específico.

Concordo plenamente com o que foi colocado: trata-se de um tratamento específico dentro do Código Florestal e não uma lei a parte, tendo-se claro que não irá resolver todos os problemas ambientais urbanos no Código Florestal, até porque o Estatuto das Cidades, no meu entender, avançou muito em vários aspectos, mas na questão ambiental deixou muito a desejar e há uma série de problemas que existem de impermeabilidade do solo. E os assuntos que foram levantados aqui não serão resolvidos no Código Florestal.

O Código Florestal tem que ter um capítulo específico, mas ele não vai resolver a questão ambiental e nem a questão de risco de uma maneira mais geral. Ele pode contribuir de maneira bastante importante nesse sentido. Parece-me também em relação a isso que a conceituação de urbano é muito importante porque, a partir do momento em que estabelece regras específicas para as APP's urbanas, definir exatamente o que vamos entender por urbano, que é a preocupação do Senador Jorge Viana, me parece uma questão importante.

Eu, em minha fala aqui, reforcei um pouco a necessidade de se esclarecer mais o conceito de área consolidada urbana e de área de expansão urbana e não confundir necessariamente com zona urbana porque as zonas urbanas a gente que os Municípios estendem muitas vezes as chamadas zonas urbanas e isso cria uma dificuldade de se estabelecer regras diferenciadas para uma situação e outra.

Uma coisa é área consolidada e área de expansão urbana, outra coisa é zona urbana e zona rural. Também acho que está muito claro e há um consenso a necessidade de termos regras gerais em nível nacional e diretrizes para que os Municípios, através de seus planos diretores e outra legislação municipal inclusive o Código Ambiental Urbano, outra possibilidade que o Município tem, estabeleça as regras mais específicas em relação às características específicas do Município. Isso me parece importante, mas as diretrizes de nível nacional são importantes.

As questões que o Professor Carlos trouxe aqui são importantes como diretrizes porque é importante estabelecer na lei faixas e a gente sabe que essas faixas sempre são genéricas, mas elas são referências que poderão gerar na legislação municipal uma restrição maior levando em conta uma diretriz que seria a diretriz estabelecidas por esses critérios.

Outras questões que me parecem importante destacar, respondendo ao que o Senador Acir levantou me parece que existe uma liberalidade maior no urbano no que no rural, é importante destacar que a questão quantitativa não é desprezível.

De fato, temos apenas 0.5% do território nacional no território das cidades e temos 99% no rural, o que pode gerar respostas específicas e diferenciadas, preservando-se uma série de aspectos colocados na biodiversidade nas zonas rurais e, nas zonas urbanas, as preocupações são outras como foi levantado pelo Senador Bauer.

A questão da preservação da vida humana é importante e, acrescentando, o fator de qualidade de vida urbana porque as APP's urbanas podem desempenhar um fator adicional de qualidade de vida urbana em vários aspectos, ou seja, seja de convivência, seja de equipamentos de lazer que são necessidades. A necessidade é o equilíbrio entre o urbanizado e o não-urbanizado ou não, o construído, vamos dizer assim, urbanizado, mas não construído nas áreas urbanas. É importante esse equilíbrio que faz parte das necessidades não só do ponto de vista da vida humana, mas também das condições ambientais.

As APPs desempenham esse papel, mas também não se limitam apenas a elas porque esse equilíbrio também pode e deve existir áreas verdes nas áreas

urbanas que não são APP's, assim como a questão de risco acontece não só nas APP's. Então, não vamos resolver o problema ambiental urbano e nem o problema de risco no Código Florestal, mas ele dá uma contribuição significativa em relação a isso.

Eu não quero me estender mais, mas acho que se avançou bastante e queria me colocar a disposição do Relator para podermos avançar um pouco mais na construção desse capítulo específico.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSDB – DF) – Eu agradeço a contribuição que V. Ex^a traz ao debate.

Solicito aos Senadores membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle que permaneçam após o encerramento para fazermos rapidamente uma reunião ordinária da comissão para apreciar alguns requerimentos, mas quero agradecer a contribuição extremamente positiva para os nossos trabalhos, o debate realizado na manhã de hoje.

Antes de encerrar os trabalhos, submeto à aprovação da Ata da presente reunião conjunta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Está encerrada a reunião.

Ata da 34ª reunião da comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, da 1ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, realizada em 31 de agosto de 2011.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Reditario Cassol e Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os seguintes Senhores Senadores Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, José Agripino e Gim Argello. Comparecem à reunião os Senadores Lindbergh Farias, Eduardo Suplicy, Álvaro Dias, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Vanessa Grazziotin, não membros da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requeri-**

mento n.º 39 de 2011-CCT, de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga, que “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater o “Plano Nacional de Banda Larga”, tendo como convidado o Exmo Sr Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo”. Comparece à reunião o Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Ângela Portela, Álvaro Dias, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, Anibal Diniz e Flexa Ribeiro. Nesse momento, o Senhor Senador Eduardo Braga requer, oralmente, a inclusão extra pauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extra Pauta, Item 01: Requerimento n.º 45, de 2011 – CCT**, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg que requerem “..., nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública, em conjunto, pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater o tema: “Instrumentos Econômicos para o Código Florestal”, atualmente em curso no Senado Federal por meio do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011, com a participação dos seguintes convidados: José Carlos Carvalho, ex-ministro do Meio-Ambiente; Virgílio Viana, Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável; José Luciano Penedo, Presidente da Bracelpa - Associação Brasileira de Celulose e Papel, e Carlos Young, Professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro”. O requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Luiz Gonzaga Silva Filho, Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo**

Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 31 de agosto de 2011, para a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Plano Nacional de Banda Larga, bem como os impactos da lei recém-aprovada pelo Senado da República, conhecida como PLC nº 116 na TV por assinatura.

Em aditamento ao Requerimento nº 39, de 2011, da CCT, de autoria do Exmº Sr. Senador Eduardo Braga e outros Senadores, iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado da República*.

O requerimento aprovado justifica esta audiência pública e seu ilustre convidado nos seguintes termos.

A instituição, por meio do Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, do Plano Nacional de Banda Larga teve como principal objetivo massificar o acesso a serviços de conexão à Internet em alta velocidade em todo o País. De fato, a crescente disseminação do acesso à Internet contribui positivamente para a circulação de ideias e a difusão de conhecimento em nossa sociedade.

Como já é do conhecimento desta Comissão, havia um requerimento aprovado, de autoria da Senadora do Estado de Roraima, nossa Angela Portela, que tratava a questão do Plano Nacional de Banda Larga com ênfase na região Norte do Brasil. Portanto, esta audiência também tem como meta debater com S. Exª, o Ministro, a priorização da região Norte na implementação do Plano Nacional de Banda Larga.

Comunicados da Presidência.

Expedientes recebidos:

1 – Ofício nº 388, de 18 de agosto de 2011, do Ministério das Comunicações, que trata de denúncia em desfavor da emissora Sociedade Beneficente São Judas Tadeu, em resposta ao Ofício nº 030, de 2011, de iniciativa desta Comissão.

2 – Ofício Circular nº 24, de 24 de agosto de 2011, do Ministério do Meio Ambiente, convidando para a cerimônia de lançamento dos resultados do mapeamento da cobertura da Terra na porção desflorestada da Amazônia Legal brasileira.

3 – Convite aos Srs. Senadores membros da Comissão de Ciência e Tecnologia para participação no seminário Modelo de Avaliação da Qualidade de Acesso à Internet em Banda Larga, promovido pelo Sind Telebrasil, no próximo dia 1º de setembro de 2011, amanhã.

O relatório anual de 2010, encaminhado pelo Presidente do Conselho Diretor da Anatel, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, com um balanço das atividades da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel.

Solicito, então, ao Senador Walter Pinheiro que acompanhe...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ouço, pela ordem, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, ontem deveria ter sido votado na Comissão de Fiscalização e Controle um requerimento meu convidando o Ministro Paulo Bernardo para aquela comissão para tratar de um tema que não é o da banda larga, mas que diz respeito à esfera de competência daquela Comissão de Fiscalização e Controle.

A assessoria do Ministro consultou o Senador Rollemberg, que, por sua vez, conversou comigo, e eu concordei em deixar de votar o requerimento na reunião de ontem, uma vez que o Ministro viria aqui hoje e não teria sentido o Ministro vir duas vezes à Casa. Uma vez que vinha hoje, concordei em retirar de pauta o meu requerimento para que eu pudesse fazer minha indagação hoje. É uma pergunta singela. Gostaria de consultar V. Exª se eu poderia, inicialmente, uma vez que não é objeto desta Comissão, fazer a minha pergunta e o Ministro responder. Depois, terei que ir à Comissão de Constituição e Justiça. Infelizmente, não tem outro jeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador, a questão de ordem de V. Exª tem dois amparos regimentais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só um esclarecimento. O tema que o Ministro está abordando é da mais alta importância, da mais alta relevância, e eu não gostaria de misturar as duas coisas. O meu também é importante e relevante, mas sob outra ótica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Exª sabe que, nesta Comissão e nesta Casa, temos buscado permanentemente a compreensão com relação ao Regimento. O Ministro foi convidado para vir a esta Comissão para tratar dos temas que acabo de relatar aqui quando da abertura desta

reunião: plano nacional de banda larga, bem como o impacto com relação ao novo projeto de lei, aprovado pelo Senado, no que diz respeito à TV por assinatura e às suas implicações nesse setor tão importante das nossas comunicações. Obviamente que V. Ex^a poderá se inscrever e, quando fizer uso da palavra, poderá fazê-lo com absoluta liberdade, como manda o Regimento.

No entanto, não posso fazer uma inversão da pauta, sem que o Plenário desta Comissão se manifeste, sob pena de eu tomar uma decisão monocrática, que não é competência deste Presidente.

Portanto, coloco a V. Ex^a que, inscrito para falar após a apresentação do Ministro Paulo Bernardo, V. Ex^a terá o uso da palavra e poderá fazer as indagações que queira fazer, no exercício de mandato de Senador, como determina o Regimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É claro, é apenas uma questão de ordem prática. Evidentemente, V. Ex^a não foi parte desse entendimento. Quem participou desse entendimento foram o Ministro, por meio de sua assessoria, o nosso colega Rodrigo Rollemberg e eu. V. Ex^a nem a Comissão fizeram parte. Apenas para efeito de, digamos assim, separação dentro dos temas, para não fazer uma confusão com os temas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu apenas peço vênica a V. Ex^a, nós vamos receber o Ministro logo a seguir...

Para uma questão de ordem, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quero, primeiro, dizer que não há, de nossa parte, e até que obviamente depois de consultada a Senadora Ângela Portela, que teve seu requerimento aprovado para uma reunião hoje para tratar do tema de banda larga, na própria linha do que nós sempre trabalhamos aqui ou em qualquer outra comissão, é impossível que o Ministro Paulo Bernardo venha à Comissão e nós tratemos dessa coisa como se houvesse uma blindagem, como se o Ministro... Eu defendo arduamente a manutenção de uma prática que é correta no Parlamento, cada Senador ou assim deve ter sido na Câmara dos Deputados, cada Deputado tem a liberdade inteira de perguntar ao Sr. Ministro sobre o que quer. Até porque, Senador Aloysio Nunes, todos sabemos...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu sei disso. É só uma questão de organização dos trabalhos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acho que só tem um problema nisso e eu ponderaria mais do que uma simples autorização de nossa parte, que não nos compete, mas com a vinda do Ministro, se o Ministro optaria por entrar em um assunto direto,

deixando essa questão da apresentação de banda larga para outro momento. Eu acho que ficaria muito a critério dele. De nossa parte, não há problema, Senador Aloysio, que o Ministro fale ou que o Ministro faça a intervenção dele e, em seguida, ainda que até a ordem dos fatores e a ordem das inscrições, essa ordem principalmente das inscrições obedece a um critério de... Acharmos que é importante que seja aberta a seara de perguntas... Lógico... Vamos abrir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para colocar com absoluta clareza. Do pondo de vista regimental, precisarei, obviamente, consultar o convidado para que possa deliberar sobre... Se não houver objeção... Porque a questão regimental...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como Presidente, tenho que consultar, obedecendo a questão regimental.

Portanto, repito...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, apenas para dizer que na hora de consultar o Ministro, consulte se ele aceita vir outra vez, porque seria muito ruim que ele visse falar da banda larga e falássemos sobre um assunto muito urgente muito importante, como acontece hoje e ele não tivesse a chance de falar da banda larga. Como aconteceu com o Ministro Aloísio Mercadante, que veio aqui falar de um assunto da maior importância que é o Plano de Inovação Científico Brasileiro, e nós, corretamente até pela urgência, desviamos para discutir outros assuntos políticos e ele não voltou.

Gostaria que se ele aceitar a mudança, ele se comprometa em vir, outra vez, falar do assunto previsto para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mais uma vez, repito, e vou passar a palavra pela ordem à Senadora Angela Portela, que como estabelece o Regimento vamos consultar S. Ex^a o Ministro para que ele possa tomar uma decisão, que é monocrática da parte dele, porque foi convidado sob a rege do nosso Regimento.

Com a palavra a Senadora Angela Portela, para uma questão de ordem.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu queria dizer que o nosso requerimento aprovado em abril para chamar o Ministério das Comunicações, o Ministro, o Secretário Executivo, a Telebras, os envolvidos com a implantação do Plano Nacional de Banda

Larga, principalmente na região Norte, nós teremos que discutir num segundo momento. Então não tem nenhuma objeção. O Ministro pode responder e ficar muito à vontade para discutir o tema que ele aceitar e que for aprovado neste plenário. Mas afirmo, Senador Cristovam, pode ficar tranquilo, que nós deveremos ter essa discussão mais detalhada sobre o Plano Nacional de Banda Larga, que é um tema de fundamental importância para o nosso País e para nossa região.

Queria solicitar ao Presidente da CCT que assegure a realização dessa audiência pública para se discutir mais detalhadamente este plano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com absoluta certa, Senadora. A nossa intenção, quando aditamos o requerimento de V. Ex^a para a vinda do Ministro, foi exatamente para que pudéssemos detalhar uma decisão política do Governo Federal com relação ao Plano Nacional de Banda Larga, que, agora, com a aprovação do PLC 116, ganhou novas ferramentas e novos instrumentos para a ampliação dessa importante plataforma tecnológica.

Obedecendo, portanto, o rito processual do Regimento, solicito ao Senador Walter Pinheiro e à Senadora Angela Portela que convidem o nosso Ministro Paulo Bernardo para adentrar no nosso plenário. *(Pausa.)*

Consultado o nosso convidado, com relação à questão de ordem levantada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, e reconhecendo que ontem V. Ex^a apresentou na Comissão de Controle um requerimento que, por entendimento com a assessoria do Ministério, foi retirado de pauta, em função do comparecimento, no dia de hoje, do Ministro na nossa Comissão e, de acordo com o Regimento, consultado, o convidado concordar com a inversão de pauta, passo, portanto, a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para que ele possa fazer a sua indagação e o Ministro possa respondê-lo, numa demonstração de absoluta transparência no comportamento com esta Comissão e de confiança também tanto dos Senadores e das Senadoras bem como do nosso convidado para com os trabalhos da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, eu quero agradecer a condução de V. Ex^a, Sr. Presidente, e a compreensão do Ministro e de todos os colegas da Comissão. Eu dizia, antes de V. Ex^a chegar, Ministro Paulo Bernardo, que eu tinha um requerimento, como é do seu conhecimento, pedindo o seu comparecimento perante a Comissão de Fiscalização e Controle e, para economia de tempo e organização da sua agenda e da nossa, melhor organização da

sua agenda e da nossa, concordei em retirar para que votássemos hoje.

Pedi autorização para fazer a pergunta inicialmente para não misturar os temas. Considero que a minha pergunta aborda um tema da maior relevância, mas da ótica da Comissão de Fiscalização e Controle. O tema do Plano Nacional da Banda Larga é absolutamente fascinante, vital para o País; evidentemente que os esclarecimentos de V. Ex^a deverão ser aproveitados por todos nós e aprimorados com as sugestões que vieram da Comissão.

A pergunta, Sr. Ministro, diz respeito a um assunto que frequentou o noticiário da imprensa nos últimos dias e eu não poderia deixar de fazê-la. É a respeito de avião, de voos que V. Ex^a teria feito imprópriamente, do ponto de vista da ética, enfim, do código de ética da Presidência, em um avião da Construtora Sanches Tripoloni. Isso foi comentado. Um parlamentar que integra a base de apoio do Governo no Congresso relatou à revista *Época* que viu V. Ex^a embarcar, no ano passado, em um avião de propriedade da Construtora Sanches Tripoloni no terminal do aeroporto de Brasília usado por empresas que operam aviões particulares. O avião é um King Air, matrícula PRAJT, que pertence ao empresário Paulo Francisco Tripoloni.

Pergunto a V. Ex^a se esteve a bordo desse avião, se se lembra quando e se V. Ex^a autorizaria também a Anac ou os órgãos federais que controlam os voos divulgar os dados relativos aos deslocamentos dessas aeronaves e das pessoas que nela viajaram nos últimos dois anos.

Obrigado.

O SR. PAULO BERNARDO – Bom dia, Sr. Presidente Eduardo Braga, Sr^s e Srs. Senadores, agradeço o convite para participar do debate nesta Comissão. Se não me engano, é a terceira vez que estamos aqui conversando. É uma oportunidade muito boa para falar dos temas relativos ao Ministério das Comunicações e, eventualmente, responder essas questões que são colocadas aí pelos jornais, pelas revistas. O Senador Aloysio Nunes Ferreira expressa isso e quero agradecer a V. Ex^a porque, de fato, ontem havia um requerimento de sua autoria, parece-me que na Comissão de Fiscalização, e houve uma tratativa com o Senador Rollemberg e a minha assessoria e a concordância de V. Ex^a de abrir mão desse requerimento, visto que eu estava com essa visita, essa audiência marcada aqui na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Senado.

Senador Aloysio, nos últimos trinta dias, por diversas vezes, tenho respondido a essas questões. Para o senhor ter uma ideia, na terça-feira, recebi, da parte de jornalistas, mais ou menos seis questionários in-

dagando sobre essas questões. Quero contextualizar toda essa situação.

Quando houve denúncias contra o Ministério dos Transportes e, particularmente, contra a administração do Dnit, alguns jornais deram informações – certamente, todos os Senadores leram – dando conta de que havia pessoas anônimas usando daquele instrumento comum na mídia brasileira de falar em *off*, dizendo que eu seria o controlador de todos os recursos destinados ao Paraná dentro do Dnit. Desde o início, repudiei isso e fui veemente nas vezes em que tratei disso com jornalistas ou com outras personalidades, particularmente com políticos.

Penso que todos sabem claramente como funciona a administração pública. O Ministério do Planejamento, onde eu me encontrava até o final do ano passado, na verdade, tem como uma das suas atribuições distribuir para os Ministérios os limites orçamentários que são definidos pelo Governo. Portanto, essa era uma das nossas atividades.

Senador Aloysio, por seis anos, fiquei no Ministério do Planejamento e, nesses seis anos – posso dizer isto a V. Ex^{as} com a maior tranquilidade –, nunca fui a um Ministério pedir para que um Ministro liberasse determinada obra. Discutíamos os limites. As prioridades do Governo eram discutidas num colegiado que existe no Governo e que, inclusive, funciona até hoje. Definimos o PAC e definimos que ele seria prioridade. Portanto, as obras relativas ao PAC não são objeto de contingenciamento; todas elas ficam liberadas. E a decisão sobre eventualmente incluir uma obra no PAC cabe ao colegiado, que existe até hoje, que é o grupo gestor do PAC.

Eu queria esclarecer também o seguinte: em alguns casos, por iniciativa do Congresso Nacional, começamos obras que, depois, tornaram-se integrantes do PAC. Eu me lembro de que o Senador Zambiasi – que não está mais aqui, que foi Senador até o início deste ano, mas que pode confirmar isto a qualquer hora –, por um tempo razoável, quase um ano, ficou “brigando” comigo, porque ele queria que liberássemos um dinheiro para a construção de um trecho de linha de trem urbano, a que vai de Porto Alegre, a São Leopoldo e, depois, a Novo Hamburgo – acho que é essa a ordem. Era uma obra de quase R\$700 milhões, e a emenda era de R\$24 milhões a R\$25 milhões. Eu lhe disse: “Não temos condições de liberar. Vamos começar a obra, e isso não vai dar para nada”. No final do ano, fizemos um remanejamento no PAC e achamos que havia espaço para incluir a obra relativa ao trem que operaria na região metropolitana de Porto Alegre. Então, isso foi discutido nas instâncias técnicas, no Ministério das Cidades, que toca a obra agora; no Mi-

nistério do Planejamento, no Ministério da Fazenda, na Casa Civil. Normalmente, isso envolve de 20 a 25 técnicos de todos os Ministérios. Isso foi aprovado, e liberamos os recursos para o Tremurb, e a obra está sendo tocada.

Estou citando isso, porque fui à Câmara na semana passada, e o Deputado Onyx Lorenzoni me perguntou, de forma incisiva, como é o estilo dele: “Como é que uma emenda parlamentar, de repente, vira obra do PAC?”. Eu disse que, nesse caso, por exemplo, V. Ex^a esteve no meu gabinete, junto com a bancada, pedindo, cobrando ou exigindo, legitimamente, diga-se de passagem, porque a bancada tem o direito de fazer isso, que nós liberássemos. E a obra foi incluída no PAC, está sendo tocada lá, e a previsão é de que vai beneficiar uma população enorme, porque serão milhões de viagens de passageiros todos os anos.

Bom, estou contando essa história porque temos a obra de Maringá, aquela obra do Contorno rodoviário de Maringá, que foi incluída no PAC também, e as versões que foram plantadas na mídia dão conta de que sou o padrinho, sou o principal interessado, que eu teria feito todas as gestões e que, portanto, isso significa uma relação espúria com uma empresa.

Na verdade, a obra de Maringá foi avaliada pelo Governo. Tínhamos dados do Dnit mostrando que, por dia, significa um tráfego aproximadamente de 20 mil caminhões dentro da cidade. É uma avenida importante. O centro da cidade fica perto de um lado, e a universidade estadual – uma universidade grande, deve ter uns quinze mil alunos – fica do outro lado, vizinha a essa avenida. Sem contar o transtorno para os caminhoneiros. Você leva um tempão para transitar, porque tem muito sinaleiro, quebra-molas, enfim. Então, fomos convencidos de que seria uma alternativa correta fazer o contorno, mais ao norte, e tirar o tráfego da Avenida Colombo.

Essa obra foi uma iniciativa do Congresso Nacional. Ela originou-se numa emenda de bancada. Foi apresentada uma emenda de bancada – tenho a cópia aqui, inclusive; se não me engano, eram 53 milhões –, em 2008, acho que em 2008 para 2009, e depois – 2007, aponta-me aqui o Senador Presidente Eduardo Braga – tivemos inúmeras tratativas com a Bancada Federal do Paraná. Tínhamos um Deputado aqui que acho que todos conhecem, o Ricardo Barros, que era Vice-Líder no Congresso. Ele me procurou várias vezes, foi à Casa Civil, e nós, depois de ouvidas as instâncias técnicas e também avaliadas as condições orçamentárias e financeiras, resolvemos incluir essa obra no PAC. E é importante, Senador Aloysio: por que nós incluímos no PAC? Porque não havia limite para incluir. Era uma obra grande, de mais de cem milhões. A do

Rio Grande do Sul é de R\$700 milhões. Então, incluir no PAC era a única forma que nós tínhamos de abrir espaço orçamentário para fazer uma obra como essa. Então, significava que a gente remanejava.

Essa emenda foi assinada pela bancada. Tenho aqui a lista de assinaturas. A primeira assinatura é de V. Ex^a, Senador Alvaro Dias. O Senador Alvaro Dias conhece bem, porque ele tem família em Maringá, tem vínculos políticos, embora mais com Londrina, onde começou efetivamente a carreira política, mas sabe da importância dessa obra.

Então, nós recebemos, foi feito um diálogo, e todo mundo sabe que o diálogo, digamos, é amistoso, mas é uma pressão, efetivamente. Essas coisas não são feitas às escondidas. Todos os jornais dizem que um dos motivos de insatisfação do Congresso com o Governo é porque não estão liberando as emendas.

Eu queria dizer, Senador Eduardo Braga, que acho que as emendas são absolutamente legítimas. Quando um Senador, como o Senador Alvaro Dias ou o Ricardo Barros, que foi Deputado, assina isso aqui, é evidente que só está visando uma coisa: queremos investimento no nosso Estado; queremos resolver um problema de gargalo de trânsito, achamos que obra é importante, que ela vai dinamizar a economia. Quer dizer, isso é o que move um Parlamentar para fazer uma emenda como essa.

Então, quero entender como é que eu, como Ministro do Planejamento, quando aceito liberar o recurso, passo a ser um sujeito sob suspeita. O Ministro foi pressionado pela bancada, cedeu...

Estou falando tudo isso, acho importante, porque o que tem por trás da pergunta de V. Ex^a, não do espírito da sua pergunta, mas das matérias que foram motivo de preocupação, é dizer que tenho uma relação espúria, que eu teria aceito eventualmente carona em troca de favor. “Não, como ele liberou a obra, ele liberou para ganhar uma carona no avião, provavelmente, ou alguma coisa desse tipo.” É esse o contexto. Estou tentando situar tudo isso para chegar a esse ponto.

Então, queria dizer para V. Ex^{as} que, no ano passado, por diversas vezes, andei de carona em aviões. Já declarei isso publicamente. Na campanha eleitoral, a Gleisi, então candidata ao Senado, alugou o avião. Eu lembro que, no começo, ela havia alugado um sêneca para viagens, e essas viagens eram para complementar. Às vezes, vai fazer muitas agendas num fim de semana, e as distâncias são grandes. O Paraná não é um Estado tão grande, mas facilmente há distâncias de 500, 600 quilômetros. Várias vezes, eu andei com ela. No final da campanha, ela passou a usar um avião um pouco maior, um cheyenne, mas, em nenhum caso, eram jatos. Ela não tinha jatos para viajar. Se não me

engano, fez algumas poucas viagens de helicóptero, em trechos mais curtos. E também andou com outros candidatos. O Osmar Dias tinha também uma reserva de avião. Alguns candidatos nossos tinham, e ela andou. Então, o que falei foi isso: eu andei, por diversas vezes, em aviões. Eu não sei os prefixos, não sei quem é o dono, até porque uma empresa de táxi aéreo não precisa ter nenhum avião. Ela só precisa ter alguém que ceda um avião que tenha licença da Anac para fazer isso, e isso é alugado.

Então, a resposta para V. Ex^a, objetivamente, é a seguinte: eu não tenho nenhuma lembrança de ter andado nesse avião. Esse avião não foi usado na campanha da Gleisi. A imprensa ficou atrás, queria mostrar que ela teria feito campanha com avião da empresa de Maringá, a Sanches Tripoloni. Não foi usado na campanha. Ela não fez campanha nesse avião. E eu não me recordo de ter andado nesse avião.

Eu até fui muito cauteloso quando fui interpelado na Câmara dos Deputados e falei: “Olha, eu quero ser cauteloso porque, de fato, não recordo. Eu, quando fui Deputado, por exemplo, peguei carona. Às vezes, aconteceu isso.” Pois, na semana passada, apareceu uma história de um avião no qual viajei de carona que eu simplesmente não lembrava mesmo. Eu acho que V. Ex^a deve ter visto. Tinha até um vídeo.

Essa história foi o seguinte: nós tínhamos uma ação de regularização fundiária em Guarapuava, no Estado do Paraná, uma cidade importante na região central do Estado, uma área do Exército que foi ocupada por cerca de 500 famílias. Hoje lá já é um bairro. O Senador Alvaro Dias deve conhecer. Tem igreja, tem comércio, tem, enfim, associação de moradores. Então, nós avaliamos a situação. Resolvemos a nossa situação com o Exército e colocamos em processo de regularização com o objetivo de dar o título fundiário para as famílias lá. Fizemos isso em convênio com a prefeitura. Nós passamos, em última instância, a área toda para a prefeitura. Havia um pedaço que estava ocupado por instalações da Universidade Estadual. Havia um conflito se era do Exército ou da Universidade. Nós passamos pela Universidade Estadual também e resolvemos. E o prefeito queria que eu fosse lá assinar a portaria. Eu estava marcado para ir numa sexta-feira. Acho que o Presidente Lula precisou que eu ficasse, não pude viajar, só viajei na sexta pela manhã, quase meio-dia, e cheguei a Curitiba perto de 14 horas. E o prefeito, insistindo, falou: “não, eu vou mandar um avião te buscar em Curitiba”. E, depois de tratativas com a assessoria, nós combinamos, e eu fui para lá. É uma coisa absolutamente transparente, tanto que cheguei ao aeroporto e estavam o prefeito, secretários, o pessoal da comunidade, a imprensa. Dei entrevista.

Não era uma viagem clandestina. Não era uma coisa escondida. Tentei falar com o Prefeito Fernando Ribas Carne, que estava na Itália, mas deve chegar hoje ou amanhã. Pretendo conversar com ele até porque, se precisar... Era um sêneca, um avião pequeno, não era um jato. Aliás, depois fiquei sabendo que ele ia mandar um jato me buscar lá, e o jato teve problema.

Então, Senador Aloysio, eu vi esse noticiário todo, e é interessante o seguinte, porque tem duas citações de parlamentar: um parlamentar de situação, um governista, e um de oposição, que teriam dito, falado, passado a informação para a imprensa. Eu perguntaria: por que o parlamentar não se apresenta e diz isso? Não é verdade? E a pergunta que V. Ex^a fez, é evidente que eu estou de pleno acordo que a Anac ceda qualquer informação de que disponha nos seus registros. Isso é uma obrigação.

Então, veja bem, eu já ouvi de tudo. “Ah, andava a bordo de jatinhos”, não sei quê. Primeiro que a campanha dela não foi feita com jatinhos. Foi feita com um Sêneca. Quem já fez campanha sabe: um jato custa oito vezes o preço do Sêneca, em termos de hora de voo. Então, é uma campanha diferente. Quando você vai dimensionar isso tem que tomar cuidado.

Então, essas questões, quero dizer que acho que têm de ser muito transparentes. E lembrar o seguinte: quanto à questão que estão falando, de andar de avião, não sei quê, é que estão querendo apontar uma relação espúria, de que “fez isso porque prestou favor, teve uma relação inadequada”.

Eu posso falar, Senador Aloysio, como eu disse, havia quinze, vinte técnicos pelos quais passavam esse problema, e nunca vai aparecer alguém que diga: “Olha, o Paulo Bernardo insinuou, sugeriu que nós incluíssemos tal obra”. Era o contrário, porque eu tinha de jogar na retranca. Tinha de ficar brigando, porque o limite não era suficiente e todo mundo achava que eu exagerava: “Ah o cara não tem sensibilidade”. O Senador Zambiasi, um dia, eu falei para ele: “Pensei que o senhor fosse entrar em desforço físico comigo, se atracar comigo aqui, por causa desse assunto”. Depois, contei isso lá no Rio Grande do Sul.

Então, isso era o que eu queria falar para V. Ex^a. Desculpe por ter me prolongado, me alongado na resposta. Mas essa obra de Maringá é uma iniciativa do Congresso Nacional. A Bancada do Paraná fez a emenda e o Congresso aprovou. Nós fomos demandados, fomos solicitados, fomos até pressionados e, quando tivemos condição, do ponto de vista orçamentário, nós liberamos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para a tréplica.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não vou fazer tréplica, não.

Primeiro, quero esclarecer a V. Ex^a, Ministro Paulo Bernardo, que sou um velho parlamentar, de muitos mandatos, jamais passei uma informação à imprensa sob a condição de anonimato. Realmente, eu detesto esse tipo de comportamento. Mas tenho obrigação, como parlamentar em oposição a V. Ex^a – e V. Ex^a foi de oposição, até de uma oposição sanguinária, eu diria, na época... (*Risos.*) Então, evidentemente que essa questão não poderia deixar de ser feita.

Agradeço a V. Ex^a pela resposta e lamento muito não poder permanecer na reunião. Tenho de ir à Comissão de Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Aloysio, essa é a única questão de ordem que eu não posso conceder a V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu lamento. Eu lamento muito, porque o tema me fascina.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sua presença é absolutamente imprescindível a esta Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. PAULO BERNARDO (*Fora do microfone.*) – ...solicitar uma audiência com V. Ex^a para falar sobre banda larga.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o maior prazer, eu vou, Ex^a. Vou visitá-lo com o maior prazer.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, embora eu não seja da Comissão – e não pretendia questionar o Ministro –, mas eu fui citado e gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É regimental. V. Ex^a tem a palavra pelo art. 14 do Regimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em que pese não ter sido citado pejorativamente.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Ministro Paulo Bernardo, é evidente que essa obra é absolutamente necessária e chega com muito atraso. Eu era ainda governador e já cogitava na sua realização. Portanto, há um atraso aí de 20 anos. É óbvio que eu assinaria duzentas vezes, se fosse necessário, para que a obra fosse realizada. O que está em questão não é a necessidade ou não da obra. Ela

é imprescindível e todos nós sabemos disso. O que está em questão é o custo dessa obra.

Eu disse ao Ministro Paulo Passos, que reconheço ser o responsável pelo setor, eu disse a ele que, mesmo que aquele viaduto que eu vejo, que eu passo por lá e vejo, fosse de mármore, não se gastaria o que está se gastando na execução dessa obra. Aí o Ministro diz: a empreiteira já aceitou reduzir em R\$10 milhões. Esse fato já denuncia que houve superfaturamento. Se o empreiteiro aceitou reduzir em R\$10 milhões já se consagra a existência do superfaturamento, que aditivos foram exorbitantes. Mas a meu ver e é evidente que eu não posso discutir esse assunto com o Ministro Paulo Bernardo, porque também não cabe a ele, mas a meu ver é muito pouco R\$10 milhões de recuo em relação ao valor final. É isso que nós estamos questionando. Nós não podemos ficar passivamente assistindo ao desperdício do dinheiro público, em função do modelo que se adota, em que não há projeto executivo, em que é impossível se saber qual será o valor final da obra. E em razão disso, empreiteiros espertos... Eu não estou aqui denunciando nenhum, nem esse nem aquele, porque, afinal, existem empreiteiros honestos. Mas certamente é o sonho de consumo de qualquer empreiteiro esperto esse procedimento que é adotado atualmente no Governo, em que os aditivos são concedidos e concedidos e concedidos, e fica impossível avaliar o preço final da obra. Essa é a questão.

E obviamente a denuncia de que... Eu posso dizer a V. Ex^a que eu não sou o Parlamentar que informou, mas eu indago agora de V. Ex^a... Eu tenho aqui alguns voos realizados para a mesma cidade, que é Cascavel, e eu indago só de um deles e os outros depois, já que V. Ex^a autorizou, nós podemos solicitar da Anac as informações. Mas o senhor esteve no dia 10 de fevereiro agora no show rural em Cascavel. Lembra-se disso ou não?

O SR. PAULO BERNARDO – Para o *show* rural neste ano, lamentavelmente, fui convidado pelo Dilvo Grolli, que é o coordenador lá, presidente da cooperativa e, lamentavelmente, não pude comparecer. Eu não estive em Cascavel. Eu estive da última vez, se não me engano...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – No ano passado, no outro ano.

O SR. PAULO BERNARDO -- No ano de 2009.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Foi em 2010 que o senhor esteve lá.

O SR. PAULO BERNARDO - É, eu estou aqui com a minha assessora e já posso completar a informação. Fui com a FAB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Enfim, esses dados eu vou, se V. Ex^a permitir...

O SR. PAULO BERNARDO - Com certeza, com certeza.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) - ...vou remeter à Anac...

O SR. PAULO BERNARDO – Perfeitamente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) - ...para que as informações possam ser fornecidas oficialmente. Eu não tenho nenhum desejo...

O SR. PAULO BERNARDO – Perfeitamente, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) - ...de prejudicar e...

O SR. PAULO BERNARDO – Mas não estive. Neste ano eu não fui, não pude. É lamentável.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) - ...o que nós queremos é esclarecer esse fato, porque, obviamente, porque se houver uma relação entre utilização de avião e o crescimento no valor dos contratos celebrados pela empreiteira com o Governo, fica obviamente a critério de quem interpreta. Mas certamente ficamos autorizados a fazer ilações no sentido de que o problema não é o uso do avião; é a consequência do uso do avião. Se o avião produz a mágica de multiplicar contratos, obviamente há aí uma relação espúria, sim. E é isso que nós temos que revelar à opinião pública. É isso que tem que ser esclarecido. Se V. Ex^a utilizou o avião ou não utilizou, isso pode ser esclarecido e deve ser esclarecido. Se V. Ex^a usou o avião e o uso do avião operou a mágica de multiplicar contratos, obviamente aí V. Ex^a tem que admitir que nós não podemos ficar passivamente assistindo a esse procedimento. Essa a razão de a oposição questionar e é nosso dever questionar e nós vamos evidentemente tomar as providências para que a Anac nos informe sobre a eventualidade, já com o seu consentimento, inclusive, da utilização do PR- AJT, que é realmente da empresa Tripoloni.

Era isso só, Sr. Presidente.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a compreensão de V. Ex^a, eu passo a palavra ao nosso Ministro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, pela ordem, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu não poderia, Sr. Presidente, depois de ver as perguntas tão bem respondidas pelo Ministro Paulo Bernardo, deixar de aqui apresentar parabéns a ele.

Vemos realmente diversas denúncias e acho que é papel da oposição fazer todas as questões, mas o Ministro com transparência, com ética, mostrou porque

ele faz parte deste governo há tanto tempo, mereceu a confiança do Presidente Lula e merece hoje a confiança da Presidenta

Dilma e da sua base aliada no Congresso.

Parabéns, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB - AM) – Antes de passar a palavra para o Ministro Paulo Bernardo, gostaria de registrar que o Ministro, como Ministro das Comunicações, obviamente não tem participação nos contratos e nos aditivos provenientes do Ministério dos Transportes e, como Ministro do Planejamento, muito menos ainda.

Então, se V. Ex^a quiser tratar desses assuntos V. Ex^a poderá fazê-lo, mas fica aqui registrado que, como Ministro das Comunicações, não é competência tratar dessa questão, muito menos como Ministro do Planejamento fazê-lo. Mas, como foi citado o Senador Alvaro Dias nominalmente, ele tinha direito regimental a fazer uso da palavra, pergunto a V. Ex^a se deseja acrescentar alguma questão às colocações do Senador Álvaro Dias, que inclusive já se ausentou da comissão. Se V. Ex^a não tem...

O SR. PAULO BERNARDO – Não vou me alongar, até porque o Senador Alvaro Dias retirou-se e, portanto, não há razão para me alongar. Queria dizer que, primeiro, considero que o papel do Senador Aloyzio Nunes e o papel do Senador Alvaro Dias é esse mesmo de fiscalizar, de questionar, de checar o Governo, de indagar questões como essas. De fato, nós precisamos estar atentos aos custos das obras, precisamos ter sempre uma preocupação de que as coisas andem muito bem.

Só não concordo, e acho que dentro do papel legítimo que está fazendo o Senador Alvaro Dias, não concordo quando ele diz que tem o direito de fazer ilações. Acho que ninguém tem o direito de fazer ilações contra a honra de ninguém. As pessoas têm que ter fatos para falar do que está acontecendo. Agora, se você acha que tem o direito de fazer ilações, qualquer pessoa pode começar a fazer ilações e enlamear qualquer um. Só faria essa observação, mas, repito, acima de tudo acho que a oposição ou qualquer Senador investido no mandato tem o direito de questionar o Governo, questionar o andamento dos investimentos. Não vejo nenhuma dificuldade em responder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em aditamento à colocação de S. Ex^a o Ministro Paulo Bernardo, gostaria de aditar que, no Congresso Nacional, no Senado da República, Líder Romero, aqui presente, existem os mecanismos de controle, os órgãos de controle e as comissões pertinentes ao controle e à fiscalização nesta Casa, que não é o caso da Comissão de Ciência e Tecnologia, em

que pese, com toda a transparência e com todo o respeito ao Regimento e também consultando convidado, termos feito a abertura devida para que pudéssemos responder às indagações que estavam a necessitar de respostas por parte do nosso Ministro, que o fez com absoluta transparência, desejo democrático e, acima de tudo, com respeito a esta Casa e a esta Comissão.

Agradeço, portanto, ao Ministro Paulo Bernardo pela forma com que respondeu às indagações de todos os Senadores que fizeram parte dessa primeira parte da reunião.

Passo a palavra ao nosso querido Senador Cyro Miranda, para uma questão de ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) - Pois não, muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Ministro Paulo Bernardo, muito obrigado pela sua presença. Já que V. Ex^a oportunizou e disse que esta Casa, caso tenha uma questão em relação.....É que recebemos do Tribunal de Contas da União que considerou a Sanches Tripolini inidônea em 2009 por irregularidades em obras em Foz do Iguaçu. Em 2010, V. Ex^a incluiu outra obra da Sanches, construção do contorno norte de Maringá em um regime especial do PAC. Quer dizer, mesmo contrariando o TCU, o senhor trabalhou para liberar essas verbas que beneficiaram a Sanches Tripoloni. É só uma informação que o TCU estava pontuando.

O SR. PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Senador Cyro, volto a insistir que quem mais trabalhou e quem mais se empenhou para liberar essa obra foi a Bancada do Paraná. Estava aqui há pouco o Senador Alvaro Dias, signatário da emenda, e confirmou isso. É bem verdade que quem tinha, digamos, um papel mais de coordenador era o Deputado Ricardo Barros, até porque o irmão dele é prefeito de Marigá, o Deputado Silvio Barros.

Com relação a essa questão, considero que temos que sempre atentar para aquilo que vem do TCU. É muito comum ministros, eu fui várias vezes, este ano já umas quatro ou cinco vezes ao TCU, em busca de esclarecimentos e também para prestar esclarecimentos, até porque nós sempre consideramos no Governo que temos obrigação de cumprir aquilo que o TCU determina. Não tenho informações detalhadas sobre isso, porque, de fato, isso é tratado no Ministério dos Transportes. Parece que a empresa foi considerada inidônea e depois isso foi revogado pelo TCU, até porque ela está com a situação normal. O TCU está dizendo, e o Senador Alvaro Dias disse, isso é verdade, que há diferença de preços, estão questionando, tem um processo lá, mas esse negócio de Foz, até onde eu sei, foi depois superado.

Ou seja, a empresa prestou os seus esclarecimentos, e não tenho procuração para falar pela empresa, portanto nós não liberamos. Até porque a lei é muito clara e o sistema não libera. Se a empresa estiver num cadastro de empresas inidôneas, esqueça, não consegue liberar nada. Até Município quando está no cadastro do Cadin, por exemplo, o problema é menor, porque você tem recurso, mas não consegue liberar porque o sistema não aceita. Você coloca no sistema e ele fica bloqueando automaticamente. Com certeza já deveria ter sido resolvido esse problema quando foram liberados os recursos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Cyro Miranda e ao nosso Ministro, eu gostaria de dar início à segunda parte da nossa reunião. Na realidade, parte central do convite realizado a S. Ex^a o Ministro Paulo Bernardo. Agradecemos a sua presença, mais uma vez, a esta Comissão.

Já adiantando um pouco, é importante frisar que, ao tempo em que a implementação do Plano de Banda Larga avança, algumas questões relevantes precisam ser esclarecidas e debatidas no âmbito do parlamento. Por exemplo, quais são, no momento, as metas e os indicadores do programa? Onde se pretende chegar em dois anos em termos de localidades cobertas, quantidades de acessos em serviços e nível de preços? É possível atingir essas metas apenas com a Telebrás? É outra pergunta que se coloca. Já há definição acerca do papel e envolvimento das grandes operadoras privadas de telecomunicações no Plano Nacional de Banda Larga? Qual a visão do Ministério das Comunicações e como o recente decreto que aprovou o PGMU 3 trata a questão do Plano Nacional de Banda Larga, inclusive quanto à licitação da faixa de 450MHz para telefonia rural? Recentemente foram realizados os leilões para exploração de quatro posições de satélites geoestacionários, que irão cobrir o território nacional, inclusive com um ágio de mais de três mil por cento em um dos casos? Haverá aplicação da capacidade destes satélites para as finalidades do Plano Nacional de Banda Larga? E quanto à Amazônia, alguns desses satélites será exclusivo para aquela região que é tão deficiente e carente de serviços de comunicação? Quais as ações que serão tomadas a partir do grupo de trabalho, de conteúdo, serviços e aplicações e como se espera está a área contribuída para as necessidades das pequenas localidades, em especial, com relação à gestão pública, saúde e educação?

Aproveitando, ainda, a presença de V. Ex^a, também gostaria que falasse um pouco sobre três outros assuntos relevantes.

Recentemente, o Senado Federal aprovou o PLC 116, que trata da questão da TV por assinatura e que ainda está em análise pela Presidência da República. Quais os pontos controversos ao Governo? Há previsão para a sanção da referida lei? Em breve, serão realizados grandes eventos no País, a exemplo da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, e também já está sendo preparada a licitação para os serviços da quarta geração de telefonia móvel. Quais as expectativas do Ministério das Comunicações? Por fim, será realizada, ao mesmo tempo, a licitação da faixa de 450 MHz que será utilizada para atendimento às áreas rurais. O que V. Ex^a pode nos falar sobre esse tema?

Como os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras puderam perceber, várias são as indagações e importantes temas estão a palpitar a questão da infraestrutura de comunicação, daí a relevância do convite a V. Ex^a e da sua presença no dia de hoje nesta Comissão. Tenho certeza de que esse debate será extremamente profícuo e que trará importantes informações ao povo brasileiro.

Passo a palavra a V. Ex^a para que possa fazer uso dela por vinte minutos.

O SR. PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga. Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de conversar aqui sobre este Programa, que é o Programa central do Governo, no Ministério das Comunicações. Acho que já tive oportunidade de dizer, quando a Presidenta Dilma me convidou, em dezembro, para ser Ministro das Comunicações, falamos de maneira genérica e abrangente sobre as tarefas dessa área, porque temos coisas importantíssimas ali, o setor de radiodifusão, tem a TV digital que está sendo implementada, tem ainda uma discussão sobre se faremos e como faremos a implantação de um modelo de rádio digital, temos política industrial da área do setor para ser discutida, estamos trabalhando tudo isso, o setor de telecomunicações de maneira geral, mas uma coisa absolutamente ela fez questão de frisar que é importante, a questão da Internet. Isso tem a ver, e o Senador Romero Jucá, inclusive teve oportunidade de participar de conversas sobre isso, isso é absolutamente importante para o Governo, mas é importante para o País, porque vai melhorar o desempenho nosso na educação, vai melhorar a produtividade no trabalho, vai melhorar a qualidade da informação que circula, velocidade da informação que as pessoas recebem, vai democratizar o acesso à informação que as pessoas querem ter, enfim.

Tem um dado de estudo internacional que mostra que mais 10% de pessoas conectadas à Internet pode significar mais 1,4% de PIB, quer dizer, é muito importante e, principalmente, temos que fazer um esforço para que a Internet seja acessível para as camadas

mais populares, mais pobres da população. Porque, hoje, temos uma situação, digamos, de razoável fartura em grandes centros, mas, quando você vai à periferia, não tem. As notícias dão conta, por exemplo, no Morro do Alemão, depois que foi feita a pacificação, o pessoal está vendendo Internet lá igual saquinho de pipoca. É muito forte, as pessoas querem, agora, não tinha as condições ainda e falta infraestrutura, falta facilitar. Temos regiões inteiras do Brasil, e, aí, vários Senadores, a Senadora Ângela está aqui, e já falou comigo várias vezes, o Senador Aníbal, o Senador Eduardo Braga, as regiões, principalmente a região Norte, mas também a Nordeste, têm carência enorme nessa área de telecomunicações particularmente, na infraestrutura.

Então, vou falar e vou tentar ir lembrando das questões que V. Ex^a fez porque acho que, na verdade, essas são as questões centrais que temos. O Brasil, no final do ano passado, tinha 39% dos domicílios com computador. Perdão, domicílios urbanos. Na verdade, a média entre urbano e rural...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Apenas para que os Senadores possam acompanhar, V. Ex^a pode orientar o comando das lâminas. Creio que seja a próxima lâmina.

O SR. PAULO BERNARDO – Pois não. Eu não atentei para a tecnologia disponível na Mesa. Então, ali mostra, do lado esquerdo da tela, os domicílios urbanos, 39%, e os domicílios rurais, 6% apenas com computador. E, com a Internet, tínhamos 31% dos domicílios urbanos. Quer dizer, na média, eram 27% dos domicílios com acesso à Internet e perto de 34%, 35% com computador. Tem uma defasagem que mostra que tem gente que tem computador em casa e não tem conexão, o que evidencia falta de infraestrutura, falta de oferta, falta de dinheiro, falta de recurso para pagar. *(Próximo, por favor.)*

Temos uma pesquisa que foi feita por uma comissão ligada ao Comitê Gestor da Internet mostrando o porquê de as pessoas não terem Internet. Quarenta e nove por cento porque o custo é elevado. Essa pesquisa, me parece, foi feita em março, abril. Nos domicílios urbanos, 52% não têm porque é muito caro. Nos domicílios rurais, 31%. Quando vamos para a outra questão, a falta de disponibilidade, 23% das pessoas dizem que não têm Internet porque não há disponibilidade na sua área. Nos domicílios urbanos, 17%; nos domicílios rurais, 63%. Ali tem uma evolução que é bem significativa do que está acontecendo no Brasil com a Internet. Temos, de 2005 para cá, que a Internet fixa era de pouco menos de 5 milhões em 2005 e estamos perto de 17 milhões de conexões no primeiro trimestre deste ano. Já no caso da Internet móvel, que começou com o advento do 3G, saiu de

quase nada para mais de 23 milhões de acessos no primeiro trimestre deste ano.

A nossa previsão, Senador Eduardo Braga, é de que vamos ter investimentos em infraestrutura, as redes vão crescer muito, mas, com certeza, a Internet móvel vai crescer muito mais rapidamente. Inclusive, no acordo que fizemos sobre banda larga, depois vou falar sobre isso, fizemos inicialmente com as empresas fixas, mas as companhias móveis já aderiram. A Claro aderiu, a TIM aderiu e as outras são ligadas às próprias fixas, no caso da Vivo, da Oi, que são dois braços das mesmas empresas. Portanto, também as empresas de telefonia móvel estão participando. A nossa meta para 2014 é chegarmos a 40 milhões de domicílios com acesso à Internet. Isso significa mais que o dobro do que tínhamos no final de 2010, significa perto de 70% dos domicílios que achamos que têm de ter. No caso da área rural, queremos chegar, em 2014, com pelo menos 30% dos domicílios com acesso à Internet banda larga. V. Ex^a fez uma das questões sobre a Telebrás. A Telebrás era uma empresa em liquidação desde a privatização. O sistema foi privatizado, mas a empresa ficou controlada pelo Governo Federal e foi colocada em liquidação. Tiramos da liquidação, reativamos a empresa, que hoje tem perto de 200 técnicos trabalhando. E temos uma previsão de chegar no final deste ano com 14.500 quilômetros já de redes conectadas. Basicamente, estamos usando as redes das empresas do setor elétrico, as empresas ligadas à Eletrobrás, que têm redes de fibra ótica, mas não têm a parte eletrônica. Os técnicos chamam de iluminar a rede, quer dizer, você colocar a eletrônica para fazer o tráfego de dados. Em 2014, a nossa perspectiva é chegar perto de 31 mil quilômetros, 4.283 municípios abrangidos e todas as capitais já com a rede presente. Nós vamos, pretendemos acelerar isso e conseguirmos resolver algumas questões. Por exemplo, nós fizemos uma licitação para a Telebrás comprar equipamentos para fazer a iluminação dessa rede e enfrentamos dificuldades, porque o TCU apontou problemas, nós fizemos inúmeras tratativas e, finalmente, conseguimos o “de acordo” do TCU para que, renegociados os contratos que foram feitos na licitação, nós pudéssemos... Não foram contratos, foram os termos das estações nós assinamos os contratos e agora a Telebrás está fazendo os investimentos.

Bom, além disso, nós queremos chegar em 2014 com todos os municípios com oferta de banda larga pelo menos de 1 megabit por R\$35,00. Na verdade, eu sempre sou muito cauteloso quando falo em 1 megabit por R\$1,00, porque acho que isso vai cair em desuso. Tanto o 1 megabit vai cair em desuso quanto os R\$35,00 vão ficar caros.

Então, eu acho que a Internet de 1 megabit vai ser muito restrita daqui a 5 anos, vai ter pouca e, provavelmente, vai ter que baratear, porque as empresas já estão oferecendo opções mais interessantes e estão baixando os preços, a concorrência vai ajudar nisso. Mas vejo aí, por exemplo, que a classe B tinha 65% das pessoas com acesso já; quando vai para a classe C já cai para 24% e nas classes D e E, 3%. Quer dizer, mostra que nós temos que ter uma ação para também democratizar do ponto de vista econômico esses dados de acesso à Internet.

Bom, nos termos de compromisso do PNBL, eu acho que é importante, Senador Eduardo Braga, falar uma coisa. As pessoas confundem, nós fizemos uma negociação duríssima com as empresas durante o primeiro semestre, fechamos no final do ano no PGMU 3, que V. Ex^a pergunta, e fechamos um acordo onde as empresas passaram, vão começar agora, daqui a um mês, a oferecer Internet de 1 megabit por R\$35,00. As pessoas, muitas pessoas confundem isso com o PNBL. Na verdade, o PNBL tem em torno de 60 ações, construção de rede, tem uma série de ações, mas nós fizemos esse compromisso porque na nossa visão do Governo – e V. Ex^a perguntou se a Telebrás sozinha tem condições de dar – a nossa visão é a seguinte, que seria muito mais rápido, muito mais veloz a oferta e a adesão das pessoas com esse preço. Como o preço era referência, R\$35,00, foi feito a partir de uma pesquisa do IPEA – nós tínhamos uma avaliação de que um número grande de pessoas aderiria – tem gente que não vai aderir mesmo com R\$35,00, porque vai ficar caro. E nós temos que ter políticas para essas pessoas e estamos trabalhando isso.

Então, vamos ter até 2014, todas as sedes municipais vão ser progressivamente implantadas, oferta indistinta a todos e, até dezembro de 2011, estarão atendidos 543 municípios distribuídos por 25 estados. Não sei se os senhores têm lido os dados, esta Comissão é muito atuante nesta questão, mas neste ano, no primeiro semestre, nós tivemos mais de 2,5 milhões de novos assinantes de Internet. Portanto, essa coisa está andando bastante rápido, nossa expectativa é de que ande mais. Uma coisa com que nós nos preocupamos é que existe no Brasil 3, 4, falam até em 5 mil pequenas empresas que oferecem Internet. Então, nós nos preocupamos em preservar o espaço para essas empresas, que, aliás, empregam muita gente, tem presença, atuam em lugares aonde as gigantes do setor não vão. Então, nós colocamos o seguinte: haverá, obrigatoriamente, oferta, no atacado, para empresas pequenas que estejam no Simples, incluindo a conectividade IP, em sedes municipais com competição limitada, com capacidade total de até 32 megabites por

segundo, em Municípios menores de até 20 mil habitantes, 64 megabites para Municípios com menos de 40 mil habitantes, 128 megabites... Esse é o total, o volume que vai ser oferecido em cada Município desse, e isso já começa em setembro de 2011.

O que nós pretendíamos com isso? Obrigar as grandes operadoras, naquelas localidades onde elas não demonstram interesse e não fazem esforço para estar presente e onde um pequeno provedor pode entrar, porque tem custos menores, tem mais agilidade e consegue oferecer serviço com boa qualidade, com mais presteza.

O SR. EDUARDO SUPLEY (Bloco/PT – SP) – Ministro, há mais de dois milhões de usuários de Internet. Hoje, qual é o total?

O SR. PAULO BERNARDO – Eu tenho aqui, Senador.

São assim: de Internet fixa, 16,8 milhões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO BERNARDO – Não. Dezesseis milhões e oitocentos na fixa e 23 milhões na móvel. Então, nós temos 40 milhões de acessos ativos. Isso quer dizer que há mais gente que usa, porque, às vezes, um acesso pode ser usado por mais de uma pessoa. O que nós queremos é mais que dobrar isso. Em termos de domicílios, por exemplo, queremos chegar a 70% dos domicílios em 2014.

Bom, algumas ações que nós estamos fazendo – eu pedi para pôr essa transparência, esse *slide* em homenagem à Senadora Angela, ao Senador Eduardo Braga, ao Senador Romero, ao Senador Aníbal e à Senadora Vanessa – estava o Randolfe aqui também – que nos cobram sempre. Nós refizemos o planejamento. Havia coisas que estavam previstas para 2014 e que estamos antecipando. Por exemplo, a rede que vai chegar, de Tucuruí para Manaus, vai ser antecipada para junho de 2012. Isso irá permitir conectar com...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em julho de 2012?

O SR. PAULO BERNARDO – Julho de 2012.

Então, nós antecipamos. Também estamos antecipando o que vamos fazer no Amapá. No Amapá, não há nenhuma cidade com rede de fibra ótica. Dá vontade de não falar isso e fingir de que não se lembrou desse dado, mas nós temos de dizer, porque é uma vergonha e nós temos que tratar de resolver isso. E nós temos o compromisso de ir lá...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nem em Macapá?

O SR. PAULO BERNARDO – Nem em Macapá. Macapá tem uma rede, mas ela não conecta em lugar nenhum. Ela vai até Calçoene, que fica mais ou menos na metade do Estado, indo para o Norte, só que,

como ela não tem a outra conexão, ela distribui o sinal de satélite que recebe.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ministro, e no caso do cabo que veio da Venezuela? Por exemplo, nós já estamos, tanto em Boa Vista quanto em Manaus, com o cabo que veio da Venezuela.

O SR. PAULO BERNARDO – Nesse cabo, Senador, só é preciso aumentar a capacidade dele em termos de eletrônica. Não há dificuldade técnica nisso. É um pouco de investimento.

Eu quero dizer que, no caso, esse cabo está sendo operado pela empresa Oi. Nós temos falado com eles, digamos – vou usar um termo polido, como sempre faço. Temos usado uma linguagem clara com eles. Por ocasião da votação do PL nº 116, por exemplo, havia dúvidas se iria ser votado, como estava, e o Senador Jucá atuando nisso. Eu chamei a empresa e falei: “Vocês também não ajudam em nada, porque Roraima tem fibra ótica, Manaus já tem fibra ótica, e vocês não se mexem. Vocês deviam estar fazendo um grande investimento lá e botar serviço à disposição da população. As pessoas querem isso.” Nós temos um compromisso da empresa de apresentar, nos próximos dias, um plano para resolver as questões que estão sendo colocadas em Roraima. Inclusive, parece-me, que o Governador esteve com eles.

Vocês estão indo para Manaus. Como é que vocês irão fazer?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Ministro, apenas para contribuir. Acho que a empresa acaba de anunciar planos, tanto no Amazonas e, creio, em Roraima, para ampliar. Quem tinha um megabyte iria para cinco megabytes, de cinco iria para dez, de dez até cem megabytes. No entanto, no Plano Nacional de Banda Larga, que inclui as questões das escolas, as questões das redes públicas etc., creio que o Ministério das Comunicações pode, no caso de Roraima e no caso do Amazonas, Senadores e Senadoras, fazer um termo de ajustamento de conduta no plano, porque nós não temos necessidade, para mais de vinte Municípios, no caso do Amazonas, e para alguns Municípios, no caso de Roraima, de esperar até julho de 2012, pois nós já temos esse cabo que entra via Venezuela. Eles já resolveram um problema tecnológico de iluminação eletrônica para poder ampliar a banda larga e eu creio que agora basta apenas uma decisão política do Ministério sobre a empresa para que a gente possa ter benefícios de curto prazo.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu queria só dizer, para complementar a fala do Senador Eduardo Braga, que não existe nenhum impedimento de ordem técnica e financeira que impossibilite, neste momento, de a empresa hoje levar a Internet banda

larga para os Municípios de Roraima e do Amazonas, na BR-174, por onde passa a rede de fibras óticas. Digo só para complementar a informação dada aqui pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu vou precisar me retirar, porque tenho uma reunião agora no Palácio do Planalto e eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu compreendo V. Exª e quero registrar que não é só V. Exª não. Se olhar para trás, vai ver que acalmou por completo a participação dos órgãos de comunicação na nossa...

Pela ordem, com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu queria só aplaudir o Ministro Paulo Bernardo e registrar, primeiro, que ele respondeu muito bem todas as questões. Acho que coloca um ponto final, aqui no Senado, nessas indagações que eram feitas pela oposição. Quero também dizer que nós confiamos que o Plano Nacional de Banda Larga é um sucesso. O projeto é arrojado, de confiança do Governo e, no caso de Roraima, no caso da região Norte, registro que o Ministro teve uma atenção especial. Realmente nós contatamos, falamos. Vários Senadores da Amazônia toda mantiveram contato com o Ministério, este refez o plano e efetivamente nós estamos sendo contemplados no planejamento e com a urgência que é possível fazer. É possível, antes de 2012, realmente resolver algumas questões. A Oi está sendo cobrada, nós estamos cobrando, o Ministério está cobrando. Portanto, tenho certeza de que essa questão será equacionada.

Quero agradecer o Ministro publicamente por toda essa atenção que ele tem com o Brasil, mas principalmente com a Amazônia e com o Estado de Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª e devolvo a palavra ao Ministro para que possa responder e continuar sua apresentação, apenas enfatizando que creio, Sr. Ministro, que, se nós fizermos uma gestão junto a essa empresa Oi, teremos como efetivamente implementar, antes de julho de 2012, questões importantes para alguns Municípios no caso da banda larga.

O SR. PAULO BERNARDO – Senador Eduardo Braga, Senadora...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ministro, o senhor falou dessas coisas todas, mas ontem parece que o Ministério tomou também outra decisão em relação ao anel de fibra ótica...

O SR. PAULO BERNARDO – Nós vamos falar sobre isso, vamos falar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu acho que é importante isso, porque pega a América do Sul e responde, de certa forma, sobejamente bem essas relações ou o complemento dessa deficiência de infraestrutura no caso do Norte do Brasil. Acho que era importante que V. Ex^a pudesse até tocar no assunto, pois foi uma decisão tomada ontem por parte do Ministério. Acho que isso é fundamental para que a gente...

O SR. PAULO BERNARDO – Perfeitamente.

Senador Eduardo Braga, Senadora Angela, Senador Walter – acho que posso usar esta palavra “convocamos” –, nós convocamos a Oi para cobrar deles planos de investimentos para a região Norte. Nós já temos infraestrutura. No caso do Amapá, temos que resolver a infraestrutura. Estamos também para anunciar, nos próximos dias, qual vai ser a solução. No caso de Roraima e do Amazonas, não todo o Amazonas, mas estando conectado a Manaus, dá para usar as redes até Manacapuru, aliás, até Coari – passa por Manacapuru e vai até Coari, abrangendo mais seis ou sete Municípios. Então, nós já temos condições de atender uma parcela considerável da população do Amazonas, até porque Manaus concentra uma boa parcela dessa população. E nós deixamos claro que queremos um plano de investimento.

Quero, inclusive, oferecer aqui, se a comissão aceitar, a sugestão de que nos próximos dias – a empresa vai me dizer o que tem condição de fazer ali – nós poderemos fazer uma reunião conjunta para dizer claramente que temos um esforço enorme para apoiar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Está aceito, Ministro.

O SR. PAULO BERNARDO – ...o setor, pra permitir, facilitar que sejam construídas redes para incentivar o crescimento do setor. Mas eles têm que, evidentemente, ocupar esse espaço. No caso, em Manaus já tem tudo pronto e já tem em Roraima. Precisa haver investimentos em centrais, em parte eletrônica, para fazer a distribuição do sinal.

Então, passando adiante, V. Ex^a, no caso da rede na Amazônia, estamos fazendo lá uma previsão para o Acre de mais 4 municípios; no Amazonas, mais 20, com essa ampliação de rede. No Amapá, 7 municípios serão atendidos; na verdade não tem nenhum, hoje. No Pará, mais 32 municípios, além dos 16 que nós já temos hoje. Em Rondônia, mais 7; e em Roraima, mais 4. Nós temos hoje 4 municípios com rede disponível.

Com relação ao satélite, V. Ex^a perguntou. Nós tivemos o leilão feito pela Anatel, que leiloou 4 posições. Um dos leilões deu mais de 3000% de diferença, superior ao que estava com preço mínimo. Portanto, foi uma coisa bastante expressiva. As empresas fizeram um grande investimento de mais de 200 milhões, não é,

Max? É nosso Secretário de Telecomunicação. Quase 250 milhões de reais foram levantados para comprar essas posições. E a informação que temos é de que elas têm interesse em fazer isso o mais rapidamente possível, para colocar esse sinal à disposição.

A nossa previsão é de que vai ter muito mais disponibilidade em todo território nacional. E, evidentemente, na Amazônia isso é absolutamente importante. Vão haver *transponders* que ficarão voltados especificamente para a Amazônia. Os sinais serão de muito melhor qualidade e intensidade mais forte. E com isso, apostamos que vai acirrar a concorrência e baixar os preços das ofertas, porque temos preços, em algumas regiões, absolutamente proibitivos.

Existe prazo de dois anos – não é, Max? – para estar funcionando. Eu acho que é bem possível que se consiga antecipar um pouco.

Bom, uma coisa que V. Ex^a perguntou e aparece duas vezes nos seus questionamentos iniciais é a questão das frequências. Nós estamos prevendo, para leiloar, em abril do ano que vem, a frequência de 450 megahertz, que é uma frequência baixa com sinal de alcance relativamente longo. Os rádios modernos, hoje, têm alcance de até 90 km, desde que o relevo ajude. E vai servir também para as plataformas marítimas, porque na água o sinal se propaga até 200 km.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO BERNARDO – Na Amazônia, se seguir a calha do rio vai longe, Senador, porque a correnteza vai levando também o sinal. Isso foi uma brincadeira!

Mas é o seguinte, no caso de 450 megahertz, o que nós queremos é oferecer, em larga escala, Internet na área rural. Na verdade, acho que isso foi uma deficiência do nosso sistema até hoje não... Ele trabalha com satélite ou com fibra ótica para abastecer de sinal e depois os rádios multiplicam, porque são regiões com baixa densidade populacional.

Por exemplo, no seu estado, Senador, onde tem uma baixa densidade populacional, você leva a fibra ou pega o sinal de satélite em determinada localidade e depois multiplica com rádio. Então, a nossa expectativa é fazer essa licitação em abril. Um dos modelos que está sendo avaliado é o que foi adotado na Suécia, esta Comissão acompanhou, nós fizemos até uma pequena delegação que foi mandada, do Ministério das Comunicações e da Anatel, que foi à Suécia para conhecer, ver as especificidades, ver o que precisa ser feito para adotar isso aqui.

Além disso, nós vamos fazer também em abril, previsão é abril, do ano que vem, o leilão para os celular de quarta geração, 4G, com abrangência também nacional, a tecnologia LTE, e a nossa previsão é de

que, a nossa previsão não, o planejamento que nós estamos fazendo é de que essa vai ser a tecnologia mais utilizada, mais importante na Copa do Mundo, nas grandes concentrações porque há condições de se concentrar um volume expressivo de equipamentos e com isso garantir tráfego de alta velocidade para milhares e milhares de pessoas como, por exemplo, estádio, o centro de imprensa, o QG da FIFA, ou seja, essas localidades que estarão no Rio de Janeiro terão acesso a internet assim como todas as cidades-sedes da Copa, todos os estádios, todas as instalações.

E a partir daí ficarão como legado para o País, acho que é o mais importante porque nós não vamos fazer para a Copa, nós vamos licitar, há um compromisso, uma determinação, aliás, no edital de que nas cidades da Copa sejam instaladas em 12 meses após a assinatura dos contratos, portanto, até 2013 isso deve estar funcionando nas 12 cidades, depois passa a ser usado em expansão no País inteiro. Então essa é questão das novas frequências,

Nós temos uma discussão grande, importante sobre a qualidade da banda larga, isso surgiu forte quando estávamos discutindo o PGMU e fizemos o compromisso com as empresas. Eu recebi uma determinação da Presidenta Dilma de colocar naqueles compromissos já um patamar mínimo de qualidade. Nós já estávamos negociando isso com as empresas e falando, mas nos convencemos de que deveríamos fazer não apenas para as operadoras de telefonia fixa, mas para todas e portanto levamos à Presidenta Dilma, ela concordou desde que seja votado até outubro, que seja feito o regulamento de qualidade para internet fixa e para internet móvel, são diferentes, os dois, porque o parâmetro não igual, e vai ser votado em outubro.

Portanto também vamos adotar um parâmetro mínimo de qualidade na internet, que acho que vai ser uma coisa extremamente positiva. Ontem estive lá o Presidente do Sinditelebrasil e discutimos. Eu falei: olha, essa discussão da qualidade é absolutamente vital porque as empresas fazem contratos e oferecem, por exemplo, 5megabits de velocidade, só que tem de oferecer no mínimo 10%, que é evidente deixa uma margem enorme para oferecer só 10% ou só 15% da velocidade. Nós queremos melhorar isso.

Tem uma questão que eu acho que é importante, o Senado, vários Senadores já nos questionaram sobre isso, nós estamos em revisão da Norma 4, isso aí é um procedimento que vem de 1995, foi feita em uma portaria do Ministério das Comunicações, quando a internet foi introduzida no Brasil foi criada na forma de um serviço de valor adicionado, para fugir do monopólio das telecomunicações. Se fosse enquadrada como telecomunicações, tinha que ser feito pelas

empresas estatais, havia do Governo de fazer isso de forma mais ampla, pulverizar com pequenos provedores, então foi feito isso. A verdade é que a realidade mudou. Temos hoje uma situação, naquele tempo tinha, tecnicamente, uma questão que era a seguinte: o usuário discava então ele saia da rede fixa para carina rede de internet, do ponto de vista físico podia ser a mesma rede, mas, logicamente, era outra coisa e depois isso ficou superado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO BERNARDO – A verdade é que nós temos esta Norma 4 valendo ...

Sou eu que estou apertando esse negócio?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não, é o tal do tempo, que, a cada dez minutos, está nos avisando.

O SR. PAULO BERNARDO – Então, de qualquer forma, sou que estou acionando quando falo demais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O senhor está dando informações importantes, Ministro, pode prosseguir.

O SR. PAULO BERNARDO – Então, o que aconteceu? Temos essa Norma 4, que só vigora para empresas de telefonia fixa, não vale, por exemplo, para telefonia móvel, não vale para as empresas de TV a cabo que fornecem Internet, não vale para os pequenos provedores. Então, estamos fazendo uma revisão.

Já conversei com o setor empresarial. E evidente que vamos considerar. Há várias ponderações. Há muitas empresas pequenas, há grandes empresas que atuam nesse setor. E nós não temos nenhuma determinação ou mesmo intenção de prejudicar todo um setor empresarial.

Eu acho que, em nome da transparência, é importante deixar claro o seguinte: o usuário não pode ser obrigado a pagar por um serviço que tecnicamente não é necessário. Temos que achar uma saída que seja boa para quem usa, para quem paga Internet.

No caso dos compromissos que fizemos no PNBL, Internet popular, banda larga popular, já determinamos que haja um provedor gratuito, ou seja, não vai haver um custo adicional para os assinantes.

Além disso, estamos trabalhando com entidades da indústria, com as operadoras. A Firjam tem um plano bem interessante sobre isso para fazer também Internet com conexão ultrarrápida. Na verdade, queremos chegar a 2014 com isso sendo oferecido já em larga escala no País, tem setor industrial, clientes que demandam muito mais serviço. Então, precisamos colocar isso à disposição.

O celular de quarta geração permite conexões de até 100 megabits por segundo. Então, para essas pessoas que ficam penduradas no celular, navegando

– eu não conheço ninguém assim – essa velocidade vai ser muito útil. Permite, Senador Suplicy, fazer várias tarefas ao mesmo tempo e ficar... esse pessoal que gosta de twittar, entrar no tablet.

E aí o Senador Walter Pinheiro perguntou algo que eu também trouxe para falar, que é o seguinte: na nossa avaliação, uma vez falei isso e acabou tendo uma conotação negativa. Era uma entrevista. E, no outro dia, olhei os jornais e disse: “Falei de mau jeito e acabou virando uma notícia negativa, dei um tiro no pé.” Falei: a verdade é que a Internet vai crescer com velocidade tal, tanto a oferta quanto a demanda e vai haver um número grande de tal forma de aumento no consumo, que nós temos que correr atrás e fazer infraestrutura, ou corremos o risco de ter problema na infraestrutura. E aí disseram: “O Paulo Bernardo diz que a Internet com essa infraestrutura não vai funcionar”. E é verdade, precisamos ter infraestrutura.

Nós estamos fazendo a nossa parte com a Telebrás. Esses satélites vão dar conta de uma série de coisas. As licitações que vão ser feitas tanto por 450 como para a quarta geração vão ajudar muito nisso.

Um projeto que o Senado aprovou recentemente, que é o PL 616 – depois há algumas perguntas que vou tentar responder. Mas isso vai dar um impulso enorme. A Anatel fez um estudo mostrando que nós podemos ter onze milhões de novos assinantes de TV a cabo. Isso significa o que tem hoje, quer dizer, vai dobrar em quatro anos. E uma boa parcela desses novos assinantes será com Internet banda larga associada. Então, precisamos de redes de telecomunicações.

Já que estamos trabalhando há dias nisso, ontem, praticamente, fechamos o conceito disso numa reunião no Ministério da Fazenda, o Ministro Guido Mantega, o Ministro Fernando Pimentel, o Ministro Aloizio Mercadante...

Estou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Estou falando que ele está querendo se inscrever para fazer perguntas.

O SR. PAULO BERNARDO – Ele vai perguntar da TV Senado e da TV Cultura do Pará.

Mas é o seguinte: fechamos a reunião. O Mercadante teve uma indisposição e não foi, mas fechamos com as equipes uma proposta que vai ser redigida em uma semana, como combinamos, para levar para a Presidente Dilma.

Eu acho, Senador, que deve vir uma medida provisória para cá. Nós vamos desonerar a construção de redes de telecomunicação, tirar PIS/COFINS dos equipamentos e também da parte de construção. Isso poderá ser aplicado... Por exemplo, se uma empresa tem uma rede e quer reformá-la, não precisa da cons-

trução civil, mas a parte onde ela fizer investimento poderá ser também aceita. E uma coisa que nós combinamos com a Fazenda é o seguinte: o Ministério das Comunicações vai fazer uma avaliação das propostas antes de a Fazenda dar a isenção.

Qual o objetivo disso? Só um: na hora de dar a habilitação, nós vamos exigir que sejam atendidas as regiões que têm menos estrutura. Ontem eu falei: por exemplo, se alguém quer fazer uma rede de fibra ótica aqui na Esplanada, para vender para os Senadores, Deputados, jornalistas, tudo gente que ganha bem e quer Internet mais rápida, tudo bem, mas nós queremos que faça lá no interior do Pará, no interior do Amazonas, no Amapá. Então, nós vamos colocar para as empresas assim: você me faça um plano em que você atenda esse, esse e esse Estados e nós vamos te autorizar o benefício em todo o País. Eu acho que com isso a gente consegue fazer com que essas empresas voltem os olhos. Se você tiver, Senador, no interior do Pará, uma rede, mesmo que a grande empresa não queira trabalhar lá, há pequenas operadoras que vão fazer isso. Agora, se não tiver rede, se não tiver infraestrutura, é muito mais difícil para uma pequena empresa construir essa infraestrutura.

Então, isso vai ficar redigido em uma semana. Nós pretendemos bater o martelo entre nós e levar para a Presidenta Dilma para que seja decidida a forma como vem para cá.

Bom, eu tinha falado do PL nº 116. A nossa visão é a seguinte: já há algumas grandes empresas que atuam no setor, há pequenas empresas que atuam, e o que vai acontecer? Vão entrar novas grandes empresas, as empresas telefônicas vão entrar nesse mercado, assim como algumas centenas de pequenas empresas. A Anatel, da última vez que eu vi, tinha seiscentos e tantos pedidos de licença para fazer TV a cabo. Às vezes é uma empresa pequena, mas que quer fazer, por exemplo, em Manacapuru. Se você der a conexão para ela, ela vai fazer em Manacapuru, a terceira maior cidade do Estado. Às vezes não é de interesse de uma gigante nacional, mas é de interesse de uma pequena empresa.

O PL nº 116, na nossa opinião, vai significar um impulso grande, vai acirrar a competição. Principalmente nas grandes cidades vai haver uma competição, elas vão se estapear pelo cliente, o que é bom porque deve melhorar a qualidade e diminuir o preço.

E quanto à pergunta que V. Ex^a fez, Senador, o Governo está avaliando. São vários Ministérios que fazem a avaliação, da Cultura, da Fazenda, não sei se o do Planejamento. Normalmente, o do Planejamento também dá parecer. Mas, no caso do Ministério das Comunicações, nós vamos encaminhar a sugestão de

sancionar sem nenhuma alteração, sem veto. Eu não tenho nenhuma informação do que está acontecendo ainda, mas o projeto está na hora já, porque me parece que é a semana que vem o prazo para a sanção. Ontem, o pessoal me disse que a semana que vem dá o prazo.

Então, era isto que eu tinha para falar.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Presidente?

Eu queria, do ponto de vista didático, até para os que estão nos assistindo em todo o Brasil, eu queria fazer ao Ministro Paulo Bernardo, que veio falar sobre o Plano Nacional de Banda Larga, dizer que o termo “banda larga” ainda não é tão bem conhecido. Nós aqui falamos tão corriqueiramente, como o próprio Ministro, ao longo da exposição, mas eu acho que será muito útil se puder, prezado Ministro Paulo Bernardo, fazer uma definição aqui: o que é a banda larga? É uma forma de facilitar as comunicações. Mas, para o público, sobretudo uma questão: aqui, o nosso Senador Aloísio Mercadante, hoje Ministro, muito se empenhou inclusive para a aprovação de um projeto para estender a banda larga, para fins de educação, para todas as escolas até o meio rural. Se pudermos falar um pouco a respeito do ponto de vista da expansão...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com recursos do Fust.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – É, com recursos do Fust.

Mas do ponto de vista da expansão da banda larga nas escolas do Brasil, sejam as privadas, sejam as públicas, no meio urbano, no meio rural, em que pé está, então, ao lado da definição da banda larga, eu acho que isso, prezado Presidente Eduardo Braga, vai ser útil, acho que até para nós, Senadores, compreendermos bem o que é essa tal banda larga. É por isso que eu faço esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, por uma questão de ordem de conteúdo, se assim podemos dizer, eu passo a palavra...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Aproveitando essa larga banda do Suplicy... Isso é alargar a banda, de inscrição, inclusive... Eu lamento, mas vou ter que me retirar porque nós vamos receber agora duas outras bandas, a banda do Orçamento e a banda do PPA, que vai ser entregue agora, às onze e meia, na Presidência, e como nós temos que acompanhar sua companheira de Ministério... Aliás, uma área em que você militou muito durante seis anos no Ministério. Vamos ter que nos retirar. E é importante até para que a gente trabalhe nesse próximo PPA exatamente para a gente alargar essa banda aí que o Suplicy tanto

pleiteia e que os pelo que os companheiros do Norte aqui guerream de dia e de noite.

Então, eu queria só parabenizar o Ministro Paulo pela coragem e continuidade das respostas a essas ilações, porque o pior é quando as pessoas tratam dessas coisas e quando têm a oportunidade de, frente a frente, questionar e vir fazer esse tipo de coisas, não, as pessoas preferem levantar a lebre e depois continuarem fazendo as *off* ilações por aí afora.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem apenas, eu passo a palavra ao Senador Crivella, ampliando essa banda larga.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois é, porque tem uma outra banda aqui que são os *royalties* do petróleo. O Governador do Rio de Janeiro está na Comissão de Economia e nós vamos discutir uma maneira de dividir os *royalties* do petróleo com todo o Brasil.

Presidente, eu vou ter que sair. Agora, eu vou ter que pedir a atenção do Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para um assunto importante. V. Ex^a está falando em infraestrutura. Eu tenho uma preocupação grande, Ministro Paulo Bernardo, porque o Brasil, embora seja a sétima, talvez, num futuro próximo, a quinta economia do mundo, tem uma fragilidade na sua distribuição de energia, nossas redes são predominantemente aéreas... Esses postes são um risco para a vida de todos nós, porque muitos brasileiros morrem em acidentes com esses postes de baixa tensão cravados em todas as grandes e pequenas cidades brasileiras. Os países estão mudando suas redes. Os países sabem da fragilidade delas nas tempestades, e o clima está cada vez mais instável.

V. Ex^a tem uma grande chance agora, no momento em que faz a instalação da infraestrutura de banda larga, de cabos, de dar viabilidade econômica. Viabilidade econômica para que as concessionárias possam atuar juntas. Quer dizer, na mesma vala em que se faz nós podemos colocar cabos de energia elétrica, cabos de conteúdo mais caro, que são os cabos de banda larga, e também de TV a cabo.

V. Ex^a poderia se preocupar com isso. Além do cenário horroroso que fica numa cidade como São Paulo, como Rio de Janeiro, cidades modernas, que vão ter a Copa do Mundo, que vão ter as Olimpíadas, aqueles cabos, aqueles fios pendurados para um lado e para o outro, que fecham curto circuito sempre que há uma chuva mais forte... Eu acho que V. Ex^a deveria se preocupar com isso.

Presidente, muito obrigado.

Um abraço, Ministro.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, como titular da Comissão Mista de Orçamento, eu também não posso faltar a essa agenda com a Ministra Belchior no Gabinete da Presidência, mas eu também não poderia sair daqui sem externar, primeiro, a minha solidariedade absoluta, Ministro Paulo Bernardo, tanto ao senhor como à Ministra Gleisi, porque, ao mesmo tempo em que existem aqueles convictos de que a ilação conduz a política, existe uma bancada aqui muito firme no sentido de que tem uma agenda maior de Brasil acontecendo e é essa agenda que está fazendo com que a gente, de cabeça erguida, faça a defesa deste Governo com muita veemência, apesar de todas as ilações das quais estamos sendo vítimas, porque hoje cada um que diz não à assinatura de uma CPI aqui é taxado de todo tipo de adjetivação, e a gente faz isso de cabeça erguida porque sabe que o Brasil está dando certo.

Especificamente em relação à nossa audiência pública, eu queria propor, se fosse possível, uma outra reunião de trabalho, senão exatamente com o Ministro, poderia ser até com a equipe técnica do Ministério, para a gente tentar por algumas questões bem objetivas em relação à Amazônia. Aí pega Roraima, pega Acre, Amazonas, para a gente poder fazer valer aquela máxima de que não são as respostas que conduzem às inovações, mas as perguntas. A gente precisa se debruçar e fazer todas as perguntas possíveis e necessárias para ver de que forma nós...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Se V. Ex^a me permite...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ..., conversando, há pouco, com o Ministro, estamos acertando uma reunião da nossa Comissão, dos membros titulares da nossa Comissão e daqueles que quiserem fazer parte de uma audiência no Ministério...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ..., com a participação do Ministro e das pessoas envolvidas com o tema, para que nós possamos fazer uma reunião executiva no Ministério em torno da matéria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Maravilha. Então estamos sintonizados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Isso acontecerá na semana do dia 12 para frente, no retorno do recesso branco da Semana da Pátria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Se pudermos realizar pelo menos dois dias antes, para a gente priorizar essa agenda, porque ela é fundamental para...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vamos agendar e vamos informar à Comissão.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Presidente, além dessa reunião no Ministério com a bancada da região Norte, está prevista também a realização daquela audiência pública em que nós vamos poder estar debatendo melhor o Plano Nacional de Banda Larga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro. Claro. Claro. Sem nenhum problema. Aí faremos aqui um debate político em audiência pública.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – No Ministério faremos um debate executivo de como criar um cronograma executivo em cima, inclusive, dessas empresas, como colocado aqui nessa audiência pública.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

E como contribuição filosófica para o final dessa nossa conversa, eu queria que o Ministro Paulo Bernardo... Primeiro, insisto no convite para que a gente possa fazer uma agenda no Acre, que vai ser muito legal. Segundo, quero dizer que a transversalização do Governo é fundamental que seja praticada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério das Comunicações no que diz respeito a nós da Amazônia, porque nós só podemos ter sucesso no nosso projeto de sustentabilidade para a Amazônia se a gente tiver tecnologia e comunicações de altíssima eficiência lá presentes. A gente precisa da solidariedade desses Ministérios.

Nesse sentido fica o meu apelo, concordando integralmente com a condução do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito bem, Senador.

Apenas, agora, para estreitar a banda larga, eu queria passar a palavra ao Sr. Ministro para que ele possa fazer as suas considerações, e aí passamos a palavra para os Senadores inscritos, começando com a Senadora Angela Portela, que vai, obviamente, abordar temas com relação à questão da banda larga na região Norte.

Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO – Obrigado.

Senador Eduardo Suplicy, primeiro, acho que V. Ex^a tem razão, embora o termo “banda larga” já esteja, digamos, sendo bastante difundido, ele ainda é pouco

popular. Parece-me que a origem dessa expressão vem do tempo em que se usava a Internet discada, que tinha uma velocidade limitada a 64 *kilobits* por segundo. Então, você tinha que sair da banda na telefonia e cair na banda da Internet. Depois, com o advento de novas tecnologias, começou-se a ter esse tráfego não apenas automático, como com velocidades maiores. Aí começou-se a falar em banda larga. Então, qualquer coisa com 256 *kilobits* é chamada de banda larga.

Na verdade, parece-me que hoje há uma carência de se fazer uma definição melhor, porque acho que ninguém mais chama 256 *kilobits* de banda larga. As pessoas querem velocidades maiores. Tanto que nós colocamos na nossa negociação com as empresas no mínimo um *megabit*, e muita gente acha que é pouco. Por que nós colocamos um *megabit* achando que era razoável neste momento? Porque, em 2010, 66% das conexões de Internet eram menores que um *megabit*. Portanto, evidentemente, houve um *upgrade*. Então, essa é a origem de banda larga. Eu acho que temos que fazer uma definição talvez daqui a dois anos, três anos. Banda larga pode ser acima de cinco mega, por exemplo. Mas eu não tenho ainda uma definição técnica montada para isso.

Uma outra questão – eu vi que o Senador Cristovam deu uma saída – são as escolas. Nós fizemos o Programa de Banda Larga nas escolas. Nós estamos, na licitação que vamos fazer para frequência de 450 megahertz, uma das coisas que vai ser colocada obrigatoriamente é a instalação nas escolas rurais. Todas as escolas rurais terão de ser abastecidas, conectadas com banda larga pelo prestador de serviços. Portanto, resolveu uma coisa que estamos devendo também, porque uma parte das escolas ainda não tem esse serviço, e ele é absolutamente vital, porque cada vez mais os métodos de ensino abrangem novas tecnologias, métodos audiovisuais, multimídia, uma série de coisas. Ou então simplesmente para possibilitar que a estudantada esteja conectada, esteja conversando. Então, isso vai ser vital. Pretendemos começar isto no ano que vem: conectar todas as escolas do meio rural.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – – Eu passo a palavra à Senadora Angela Portela, para fazer uso, como uma das autoras do requerimento.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu queria expressar a minha solidariedade ao Ministro Paulo Bernardo, expressar a minha solidariedade também à Ministra Gleisi, que tem sido alvo de uma sistemática, desproporcional campanha de difamação. Eu penso que é preciso separar as denúncias que vi-

sam realmente o interesse público daquelas que visam denegrir a imagem, colocar em dúvida a honestidade e a postura ética das pessoas. Então, eu queria registrar aqui, Ministro, a nossa satisfação pelos esclarecimentos que foram dados aqui por V. Ex^a a respeito dessas denúncias.

Com relação ao Plano Nacional de Banda Larga, as iniciativas que foram adotadas pelo Ministério das Comunicações já estão dando resultados concretos. No dia 15 de julho, estivemos lá no Ministério, o Sr. Ministro nos chamou lá, a bancada da região Norte, da Região Amazônica, para presenciarmos lá a assinatura dos contratos entre a Telebras e a Eletronorte para o uso compartilhado da infraestrutura da rede de fibra ótica disponível na região Norte para incorporação dessa infraestrutura no PNBL.

Então, a Telebras poderá usar a estrutura para interiorizar a banda larga na Região Amazônica.

Eu queria dizer que essas iniciativas do Ministério já têm alguns resultados, e eu poderia aqui destacar, porque, em todas as audiências que temos como o Ministro, a gente sempre faz cobranças e cobranças, e a gente vai fazer cobrança hoje novamente. Mas temos que dizer que esses resultados do trabalho realizado pelo Ministério já levaram inclusive a operadora lá de Roraima, a Oi, a ampliar os seus serviços.

Se antes eles ofereciam pacotes de banda larga de 300 kilobytes a R\$120,00, inclusive atendiam poucos bairros, atendiam quatro mil domicílios num universo de 70 mil, na semana passada anunciaram a expansão do serviço. Vão oferecer serviço, pacotes de Internet de 600 kilobytes a R\$39,90. Ainda está caro. Ainda não atende aos critérios do PNBL. Mas também a empresa já informou que já está fazendo os ajustes necessários para atender em 90 dias – eu já estou contando desde 15 julho, viu, Ministro? Porque assinaram o termo de compromisso com o Ministério das Comunicações para, em 90 dias, começar a oferecer pacotes dentro dos critérios do Plano Nacional de Banda Larga. Então, a gente observa que há esse avanço e que é muito importante eu destacar aqui.

Mas eu queria, Ministro, que o Ministério das Comunicações continuasse firme no propósito de estar acompanhando a implantação, a implementação desse plano no Brasil como um todo e principalmente na região Norte. Nós vimos assim, por exemplo, que a empresa Oi tem um *backbone* na maioria dos Municípios. Mas em alguns Municípios onde a estrutura não passa, onde o cabo das fibras óticas, a rede de fibras óticas não passa, que são aqueles Municípios que estão fora do eixo da BR-174, eles não ampliaram ainda. Estão trabalhando na ampliação dessas redes para que os Municípios fora do eixo possam ser contemplados.

Então, a gente quer deixar bem claro aqui que não existe esse impedimento técnico, financeiro, econômico para impossibilitar a inclusão desses Municípios do Estado de Roraima e dos Municípios do Estado do Amazonas no Plano Nacional de Banda Larga. Então, é necessária essa ação firme do Ministério das Comunicações para que esses efeitos sejam sentidos nos usuários da ponta, porque tudo o que eu coloquei como avanço não foi sentido pelo usuário de banda larga na nossa região.

Então, eu queria, de todo modo, pedir essa preocupação, essa atenção especial do Ministério das Comunicações. Eu tive a informação de que os provedores locais já podem se cadastrar no site da Telebras para se habilitarem no Plano Nacional de Banda Larga.

Eu queria, só para encerrar, pedir ao Ministro que esclarecesse um pouco sobre essa questão, porque a informação que nós tivemos na Telebras é de que esses provedores podem se habilitar para oferecer pacote de banda larga de um megabyte por segundo a R\$35,00, sem o ICMS concedido pelos Estados.

O SR. PAULO BERNARDO – Inclusive, Senadora, reforçando a colocação de V. Ex^a, eu venho insistindo junto ao Ministério que seria extremamente importante termos uma delegacia regional do Ministério das Comunicações na Amazônia Ocidental, para que pudéssemos ter não só o acompanhamento, a fiscalização, mas também essa interação do Ministério das Comunicações com essa parte do Brasil que ainda está excluída dessa importante infraestrutura.

E eu gostaria de fazer um adendo, portanto, à colocação de V. Ex^a trazendo a ideia de se estabelecer uma delegacia regional do Ministério das Comunicações para atendimento da Amazônica Ocidental, com sede obviamente na cidade de Manaus.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Só para encerrar, eu queria reforçar essa necessidade de a Telebras realizar esse trabalho, tomando todas as medidas necessárias para que se acabe com essa exclusão digital na Região Amazônica.

As discrepâncias regionais são imensas. O índice de acesso à Internet nas regiões Sul e Sudeste é de 25%, 26%; na região Norte e Nordeste, é de 12% e 11%. Então, é preciso mudar isso.

Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas para poder dar ordem. V. Ex^a é o próximo inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a não terá a palavra pela ordem. Mas pela inscrição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu não quero largar a banda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O senhor está mais que agarrado à banda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu ia apenas sugerir a V. Ex^a que o Ministro pudesse responder aos questionamentos dos Senadores em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, por isso, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu entendi que V. Ex^a estaria passando a palavra ao nosso Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É que V. Ex^a não me permitiu concluir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a não molhou o bico.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É verdade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Eduardo Braga, Sr. Ministro Paulo Bernardo Silva, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto é palpitante. Quero, primeiro, agradecer. Estivemos ontem com o Ministro tratando da TV Senado em vários Estados do Brasil e, em particular, no Pará. Estavam lá companheiros do Amapá, do Paraná, terra do Ministro, e o Ministro, então, assumiu o compromisso de que, até o final de setembro, início de outubro, a TV Senado vai estar em todas as capitais.

O SR. PAULO BERNARDO – A parte digital, não é, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A parte digital, exatamente. Aberta... Até porque alguns deles, o Pará é um dos Estados, Belém, não tem TV Senado aberta, não sei se já está em Manaus. Nós lutamos há bastante tempo em função disso. Nós quatro anos do governo passado, não havia interesse da Governadora em abrir a TV Senado em Belém. Não, isso eu disse várias vezes na presença e na ausência, da tribuna. Mas agora estamos com apoio do Ministro para torná-la aberta para dar acesso, primeiramente, em Belém; depois, com certeza absoluta, em todo o Estado e em todo o Brasil, porque a TV Senado é um

instrumento importante para levar à sociedade brasileira a ação parlamentar dos seus representantes aqui, como é a TV Câmara, que faz um trabalho da maior importância.

Mas, Ministro, algum tempo atrás, apresentei um projeto, ainda na legislatura passada, que pretendia que usássemos recursos, que fosse permitido alterar a Lei do Fust para usar os recursos do fundo de tal forma que pudéssemos implantar a telefonia móvel em todos os Municípios brasileiros. Isso avançou, mas ainda não chegou em todas as regiões, em todos os Municípios, em especial da Amazônia e das regiões menos desenvolvidas.

Na mesma época, o Senado Aloizio Mercadante apresentou também um projeto para utilizar os mesmos recursos do Fust já para a banda larga, para que pudesse levar a Internet a todo território nacional. No caso, levando a Internet, levaria também a telefonia.

Então, com isso, o meu projeto, inclusive, ficou prejudicado em função o projeto do Senador Mercadante, que era mais amplo. O meu seria apensado ao do Senador.

Até hoje esse projeto não foi aprovado da Câmara Federal. Nós o aprovamos aqui. Nós o aprovamos aqui, e, há quatro anos, três ou quatro anos, ele se encontra na Câmara, e o projeto não é aprovado.

Eu gostaria que V. Ex^a pudesse nos dizer se há interesse do Governo em aprovar o projeto, porque o projeto o que faz? Ele simplesmente abre possibilidade de que os recursos do Fust, que são bilhões de reais, que são cobrados dos usuários da telefonia... Na realidade, são colocados na tarifa, então, cobrados do usuário. Eles têm uma destinação, e a destinação dada pelo Governo é outra: para pagamento, para superávit primário, para pagamento dos juros da dívida... Então, há interesse do Governo de dar as condições para que tenhamos banda larga em todo território nacional? E os recursos estão aí disponíveis, basta que haja vontade política do Governo.

Eu gostaria que V. Ex^a pudesse nos esclarecer qual a posição em relação ao projeto do Senador Mercadante, já aprovado no Senado, que está na Câmara.

Outro assunto, isto também nos preocupa muito, Ministro Paulo Bernardo: não basta levar o serviço. Eu tenho dito isso aqui, já tive a honra e presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação, hoje tão bem presidida pelo Senador Eduardo Braga. Para mim você universalizar o serviço não é só disponibilizar o serviço. Não está universalizado. É dar acesso ao usuário ao serviço. Aí, sim, nós vamos disponibilizar. Aí nós vamos ter a questão da qualidade e a questão do valor do serviço cobrado.

A Senadora Angela há pouco falou do custo da Internet no seu Estado. Isso é geral. Nós agora aprovamos o PLS 116, que vai possibilitar as empresas de Telecom a entrarem na TV por assinatura. Mas aí a preocupação qual é? A qualidade do serviço de telefonia móvel está cada vez mais deficiente no Brasil. Eu falo no Brasil porque ele é deficiente em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília. Agora, o quanto ele é deficiente no Pará, no Amazonas, no Acre, em Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador, se V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não, enriquece.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nesse momento em que estamos aqui no debate, veja a questão da informação e da estrutura. Pelo Twitter, um amazonense de Matupi, que é uma comunidade que fica ao longo da BR-230, entre Humaitá e o Município de Apuí, faz a seguinte mensagem: lá em Matupi, a banda larga custa R\$900,00 por menos de 500 kilobytes por segundo. Apenas para demonstrar o que é realmente a carência no interior da Amazônia e de que forma a população hoje pede e espera uma ação efetiva da ampliação dessa infraestrutura e dessa plataforma tecnológica. Apenas para reforçar a posição de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quero parabenizar o seguidor do Twitter de V. Ex^a, que, com certeza, é seu eleitor lá no Amazonas e está atento à atividade do seu representante, que o faz com excelência aqui no Senado Federal.

Então, nos preocupa a capacidade, Ministro, de atendimento das operadoras ao usuário. Você faz uma ligação, a ligação cai, diz que o telefone não existe, você está falando e tem ligar duas três vezes para poder concluir a ligação. Agora, com mais essa abertura do 116, os investimentos serão maciços. Quero saber de que forma o Ministério vai acompanhar ou vai fiscalizar, por meio da Anatel, que também tem seus recursos contingenciados – o fundo de fiscalização também, o Fistel, também é contingenciado –, para poder defender o usuário, que é função da Anatel, da agência reguladora.

Reafirmando o que a Senadora falou, só um dado Senadora: antes fossem 11 acessos por 100 habitantes na região Norte-Nordeste. Essa relação é da região Sudeste.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não foi isso que ela disse.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Doze, dez por cento de acesso à internet.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Desculpe-me. Eu tenho aqui uma informação, Ministro, do Atlas Brasileiro de Telecomunicações de 2011: no Nordeste, 2,51 acessos por 100 habitantes, e no Norte, 2,03 acessos por 100 habitantes. Ou seja, praticamente, é inacessível aos habitantes dessa região. No Sudeste, a relação é de 11,32 acessos por 100 habitantes.

Então, de que forma V. Ex^a, no seu Ministério, está, tenho certeza absoluta, atento para que todos os brasileiros tenham acesso à Internet?

Por último, Presidente, V. Ex^a fez referência ao recesso branco da próxima semana. Só para informar a V. Ex^a que, terça e quinta, teremos sessões deliberativas. Então, podemos marcar as audiências para a semana que vem, pois vamos ter quórum aqui.

Quero também oferecer ao Ministro que a superintendência do Ministério possa também, com muito prazer, ser em Belém.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu apenas quero dizer que a preferência será pela questão geográfica central da região.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas a comunicação independe de espaço. Ela vai pelo éter. Então, não há problema de espaço geográfico, não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, último Senador inscrito na reunião de hoje.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero felicitá-lo pelo trabalho e também pelas respostas que vem dando a essas diferentes críticas, dúvidas e acusações que tem recebido.

Segundo, quero perguntar, respondendo um pouco ao Senador Suplicy, se o que vou falar como definição está bem feita, de banda larga. Eu sou do tempo de avião a hélice. E partir do avião a jato, a gente passou a dizer que tudo o que era rápido era “a jato”. Eu acho que, na verdade, banda larga é informação a jato. Não é isso? É informação transmitida em velocidades que não podem nos sistemas de banda não larga. E tem tudo a ver: banda larga no sentido de que, para um corpo – e não é um corpo, mas um *bit* – ir rápido, é preciso que a estrada seja larga. Então, é a estrada larga para que a informação transite a jato. Sem essa velocidade, fica impossível utilizar o sistema para informações em grande quantidade. Isso já é um grande luxo nosso, porque há 20 anos nem havia transmissão, quanto mais velocidade. Está de acordo essa simplificação do processo de informação a jato?

O SR. PAULO BERNARDO – Se V. Ex^a não ficar chateado, eu vou plagiar isso aí e vou sair falando. Inclusive, em alguns casos, não vou nem citar o autor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu acho que não citar tem uma vantagem: não mostra que eu sou tão velho, do tempo em que avião a jato era uma novidade.

Eu comecei parabenizando o seu trabalho no sentido da implantação de um sistema de comunicação que a gente está tendo. Mas eu queria provocar nas perguntas não como implantadores, mas como criadores, daqui para frente. Não está na hora – já temos alguns centros de tecnologia – de termos no Brasil uma espécie de Instituto Tecnológico da Aeronáutica para comunicações? Ou seja, o ITA conseguir fazer os nossos aviões da Embraer. Quando é que a gente vai ensinar ao mundo, como a gente ensina hoje vendendo aviões, quando é que a gente vai ensinar ao mundo técnicas de comunicações nossas à frente do que estão por aí fora? Ou pelo menos em condição de igualdade com o que está sendo produzido aqui dentro? Então, há a ideia de termos um centro tecnológico de comunicação no mesmo padrão do que nós criamos com a Embraer – desculpe, a Embraer já é um produto –, do que nós criamos com o ITA e com o Centro Tecnológico da Aeronáutica, lá em São José dos Campos?

Segundo, é sobre a educação. Eu estava na sala ao lado, na secretaria, e soube que o senhor falou e teve a gentileza de se referir a mim quando falou em educação.

O SR. PAULO BERNARDO – (*inaudível*).

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu fiquei muito mais de não estar aqui. Mas é bom porque, assim, o elogio não foi de corpo presente. Então, ganha mais força. O reconhecimento, digamos.

Mas a minha reocupação é a seguinte: nós podemos estar jogando fora todos os equipamentos tecnológicos se não mudarmos a escola. Hoje computador na escola é uma condição necessária. Mas, da maneira como é feita a escola hoje, é um desperdício. Começa que são roubados os computadores. A vida útil de um computador numa escola brasileira é curtíssimo, não porque ficam velhos, obsoletos, mas porque são roubados, por causa dos prédios, por falta de cuidado. Segundo, em muitos lugares em que conseguem cadeados, os professores não sabem usar como deveriam. É um recurso maior do que a capacidade de absorção. Isso é algo muito preocupante. É como dar um cavalo, que é o computador, a quem não sabe cavalgar. Não é deixar de dar. Vamos ensinar a cavalgar.

Aí vem a minha segunda colocação. Uma é o centro tecnológico de alto nível. O outro é: como anda o casamento entre Ministério das Comunicações, Ministério de Ciência e Tecnologia e Ministério da Edu-

cação e – eu ponho em separado – as universidades e as escolas técnicas.

Eu não sei se existe, mas a gente precisa ter um verdadeiro conselho executivo desses Ministérios. Se não, tudo o que o Ministério das Comunicações fizer não vai ser aproveitado na ponta por falta de capacidade de absorção. E um instituto como esse que eu proponho só funcionará se as universidades e o Ministério de Ciência e Tecnologia estiverem envolvidos. Daí, inclusive, aproveito para pedir o seu apoio, mas não precisa manifestar aqui.

Acho que estamos demorando muito – já falei isso diversas vezes, a própria Presidenta. O Ministério da Educação tem que ser da educação de base. Universidade tem que estar no Ministério de Ciência e Tecnologia, para não criar mais um só para elas. Se a gente fizer isso, um Ministério da Educação de Base, um Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério das Comunicações trabalhando juntos, aí sim, a gente vai poder aproveitar essa comunicação a jato, essa comunicação em banda larga. Senão, vocês, os senhores vão fazer o trabalho corretissimamente, mas o resultado será lamentável por falta da capacidade de absorção. Não adianta balão de oxigênio para quem não tem pulmão. Está faltando dar pulmão à escola para que ela seja capaz de absorver esse oxigênio que o Ministério das Comunicações está tentando fazer corretamente.

Era isso, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu passo a palavra ao Ministro Paulo Bernardo, para suas considerações, em resposta aos Srs. Senadores.

O SR. PAULO BERNARDO – Muito obrigado.

Eu queria dizer para a Senadora Angela Portela que nós temos acompanhado o trabalho de V. Ex^a e temos interagido. Tenho recebido as cobranças. Quero dizer que todas as vezes que alguém me pergunta sobre a questão da Internet e de certa forma as comunicações na região Norte no País, e às vezes aparece “O Senador disse isso”, eu digo: “Ele tem toda razão”. É muito precário, é muito incipiente, eu diria até, em alguns casos, completamente ausente. Esse caso que mencionou aqui o Senador Eduardo Braga, de uma conexão custar R\$900 é completamente impensável.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO BERNARDO – E, evidentemente, Matupi não é integrante da região mais rica, da região com maior PIB, com maior renda *per capita* do País, é uma região que justamente devia ter um apoio. Nós vamos trabalhar duramente, fortemente para... Não vou prometer, dizer “Nós vamos resolver tudo isso”, porque V. Ex^a sabe que essas coisas vão andando e

você não consegue fazer tudo de uma vez, mas nós temos que reverter essa diferença abissal entre o que tem de oferta e o que tem de condições de preços, o que tem em todo o País e o que tem na região Norte, em alguns lugares também na região Nordeste.

Quando nós fizemos esse compromisso com as empresas de telefonia, muita gente reagiu. Eu vi, até estive em debate na televisão, a pessoa falando “Porque lá onde eu moro, em Perdizes”, por exemplo, Perdizes é um bairro de São Paulo, “lá onde eu moro, em Perdizes, já tem Internet sendo oferecida até mais barata do que isso”. Falei: “Tudo bem, vai lá no Amazonas”. Era R\$ 412 quando nós fomos lá, se não me engano, em março. No Amapá, na capital, digamos, barato, é R\$ 220 uma conexão, e tem lugares que são esses preços aí. Então, nós temos que resolver isso também, porque se a Internet é boa para o crescimento, para o desenvolvimento do País, ela é boa para qualquer região. Nós temos que resolver isso. Então, esse esforço nós vamos fazer.

Eu acho que a notícia de ontem, Senadora, que está nos jornais hoje, dos satélites novos que vão entrar em operação nos próximos dois anos, com certeza é uma notícia muito positiva porque ela vai significar um grande aumento na oferta e, com isso, certamente vai ajudar a baratear o preço e melhorar a qualidade da Internet nessas regiões. Mas nós temos que fazer essas redes que nós falamos aí porque isso vai permitir distribuir em mais larga escala.

Então, acho que nessa conversa que nós estamos marcando, essa reunião executiva, vamos dizer assim, eu acho que nós poderíamos detalhar mais algumas coisas como essas.

O Senador Flexa Ribeiro fez várias questões com relação, primeiro, à TV Senado. Nós estivemos ontem, teve uma delegação, aqui do Senado, com Dr^a Virgínia, Dr. Fernando Mesquita; estiveram lá, também o Senador, quatro Senadores, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Sérgio Souza, do Paraná, o Senador Cícero e também o Senador Randolfe. E nós estamos fazendo, Senador Eduardo, um cronograma para até o comecinho de outubro resolver uma boa parte do que tem lá em termos de atribuição, o termo técnico que se fala, atribuição de canais digitais para a TV Senado, que eu acho que é uma coisa importante, é uma tevê pública, é uma tevê que tem apelo, tem...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O senhor me permite só um aparte em torno desse assunto? Por exemplo, com a ampliação que está acontecendo na tevê por assinatura, se as operadoras de tevê por assinatura que recebem o sinal gerador da TV Senado já colocassem os quatro sinais digitais do Senado na parte digital, nós já

teríamos imediatamente ampliação para milhares de brasileiros que já têm acesso, via provedor de Internet digital, aliás, de tevê por assinatura digital, coisa que, lamentavelmente, hoje, não está acontecendo.

O SR. PAULO BERNARDO – É verdade. Isso vai ser na tevê por assinatura. Nós estamos falando da tevê que vai ter sinal aberto. Então, na verdade, uma vai complementar a outra. Acho que nós vamos ter um avanço grande neste semestre por conta disso.

Com relação à qualidade da telefonia móvel, concordo com a avaliação de V. Ex^a. A tendência que estamos observando, se nós não tivermos e não apressarmos e não atropelarmos mesmo para fazer investimentos, é até piorar, porque o mercado está demandando, o poder aquisitivo está bom, as pessoas estão comprando, as empresas estão disputando, acaba barateando o preço. Então, nós precisamos fazer.

E uma coisa, Senador, que acho que precisa ser dita é o seguinte: telefone celular no Brasil, em algumas condições, ainda é muito caro e até proibitivo. E nós queremos, estamos trabalhando junto com a Anatel lá para vermos formas de melhorar a oferta, ter barateamento desses custos, e evidente que tem que ser associadas a qualidade melhor e a infraestrutura para suportar, porque senão fica mais difícil ainda. A Anatel deve votar o regulamento de qualidade até outubro, 31 de outubro é o prazo que ficou acertado, que eles pediram para votar.

Além disso, nós vamos estimular os investimentos. Acho que V. Ex^a ouviu quando eu falei: para redes de telecomunicação, nós vamos tirar PIS/Cofins e, em alguns casos, para equipamentos também, IPI, de modo que vai desonerar, fica mais fácil para as empresas fazerem os investimentos.

A Lei do Fust, V. Ex^a pergunta, é uma questão que precisa ser resolvida. Nós temos interesse, nós queremos ajudar a resolver isso. No primeiro semestre, digamos assim, a coisa estava avançando, mas nós tivemos uma ponderação a pedido da Fazenda para reavaliar e nós vamos, portanto, retomar essa conversa. Evidentemente, o Governo tem que se colocar todo de acordo para se apresentar, digamos, no Congresso com uma única posição. Não dá para vir aqui o Ministério das Comunicações pedir para os Deputados – no caso agora os Deputados, porque já foi aprovado no Senado – votarem uma coisa A e o Ministério da Fazenda pedir para votarem B ou pedir para não votarem. Nós precisamos nos acertar ali. E eu acho que nós temos condições de fazer isso brevemente.

Com relação ao Senador Cristovam, na verdade fiquei em dúvida se V. Ex^a tinha saído de vez ou ia voltar. O Senador fez uma pergunta sobre banda larga nas escolas, e ele falou especificamente sobre banda

larga na área rural, que é uma coisa que nós estamos devendo. Nós fizemos banda larga nas escolas urbanas, e as áreas rurais ainda não estão atendidas.

Na licitação que nós estamos fazendo para abril do ano que vem, nós, na frequência de 450MHz, para telefonia e Internet na área rural, uma das coisas que está no edital é a obrigatoriedade de conectar todas as escolas da área rural. O serviço já vai ser incluído na obrigação do licitante vencedor do leilão que nós vamos fazer. E eu concordo com V. Ex^a: informação a jato. Hoje nós não sabemos uma definição técnica, ninguém parou, mas, por exemplo, no Brasil, nós estamos trabalhando para ter, em 2014, conexões de 100 megabits, celular de quarta geração vai ter conexões de 100 megabits. Eu acho que nós temos que mirar o exemplo de alguns países.

Eu fui, por exemplo, Senador, na Coreia, e eles já estão colocando como meta um gigabit de velocidade. Até, eu conversando lá com os coreanos, “Mas como é que vocês começaram?”, e uma explicação que me deram é que o povo coreano é muito impaciente, não gosta de ficar na frente do computador demorando, esperando. Eu falei: “Acho que nós vamos dar certo lá também porque também estamos impacientes e vamos precisar resolver essas coisas”.

Então, acho que nós vamos ter, uma hora, que fazer uma definição: o que é a banda larga e o que queremos. Vai ser no mínimo 10 megabits porque nós estamos atrasados, não estamos no mesmo estágio da Coreia, mas colocar uma coisa nesses termos.

Agora, repito: hoje nós temos em torno de 30% dos domicílios que têm Internet, e dois terços desses é menos de um mega, então, na verdade, estamos avançando. Isso precisa ser reconhecido também.

V. Ex^a coloca algumas ideias instigantes que acho que é importante a gente comentar. A ideia de ter um instituto de tecnologia para pesquisa em comunicações, pesquisar tecnologia da informação, da comunicação. Nessa viagem que nós fizemos para a Coreia, e agora há uma delegação brasileira lá, nós recebemos uma proposta do governo coreano. Eles têm lá um instituto chamado INA – e por favor não exija que eu diga exatamente o que significa INA, porque já é uma sigla do inglês, não é o nome coreano. É uma espécie de um instituto que faz, tem essa estratégia de políticas na área de comunicações, e esse instituto foi dos principais que trabalhou na questão da banda larga, como foi feito, e assessora o governo. Ele é mantido pelo governo. E eles se dispõem a fazer aqui uma parceria conosco, poderia ser, por exemplo, com o Ipea, poderia ser com outra instituição, como uma universidade. Nós estamos discutindo isso com eles, talvez até trazer para Brasília uma associação entre pesquisa brasileira

e pesquisa coreana para pensar isso do ponto de vista estratégico para o País.

Por exemplo, a Coreia está marcando para 2013 parar de imprimir livro didático. Eles vão imprimir para pôr na biblioteca, aquela tiragem normal, mas o livro que fisicamente hoje é distribuído para os estudantes vai deixar de ser feito, vai ser entregue no *tablet*. Então, você tem uma errata, você tem uma atualização, simplesmente baixa-se uma atualização, como fazemos nos nossos *tablets*, quem tem. Então, isso resolve um problema de tecnologia, uma coisa muito avançada, a meninada gosta, e resolve um problema ortopédico também, porque existe uma questão que se fala pouco, mas às vezes as crianças saem com mochilas de oito, nove quilos, e isso não é adequado.

E uma coisa, Senador Cristovam, que V. Ex^a perguntou, como anda o casamento do Ministério das Comunicações, do Ministério de Ciência e Tecnologia e do MEC. Eu ia até brincar, falando: “Nós já estamos ficando”. Na verdade, é mais do que isso, porque nós recebemos uma determinação da Presidenta Dilma de nos reunirmos. Já fizemos a primeira reunião, também estava presente o Midic, por conta dos incentivos. E fizemos uma primeira abordagem do que seria um grande plano de tecnologia para a educação, ou educação usando tecnologias; do que nós poderíamos fazer, em termos de equipamentos para serem usados na sala, como o *tablet*, para serem fornecidos para a estudantada, o que poderia ser feito. E o MEC já está trabalhando em termos do que poderíamos fazer em termos de trabalhar isso. E quanto ao das Comunicações, nós entraríamos, evidentemente, exigindo e garantindo o provimento de serviços, porque o serviço é só um detalhe. Na verdade, nós precisamos ter tecnologia, e que seja bem utilizada no ambiente escolar. Tanto o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Midic precisam estudar formas de garantir que também se utilize os conceitos de compra governamental, aquilo que o Governo tem de poder de compra para agregar valor, em termos de produção nacional, de garantir lugar para a pesquisa nacional na produção desses equipamentos, tipo lousa eletrônica, tipo régua, *tablets*, todas essas coisas que podem ser usadas, aparelhos multimídias.

Então, estamos, digamos assim, com o casamento acertado, precisamos só marcar a data para andar com isso.

Mas, de fato, não sei se V. Ex^a já tinha informação disso, nós começamos a trabalhar. Estamos achando que sintonizados na mesma faixa para trabalhar nessas questões.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, permita-me ainda. Sei que estamos querendo sair, mas rapidamente.

Tenho conhecimento... E não vou pedir resposta para isso, não precisa, porque não depende do seu Ministério, mas, se formos só pelo lado técnico, não vamos resolver.

Por exemplo, os *tablets* estão sendo usados na Coreia depois de 40 anos de se colocar como categoria mais privilegiada do País em remuneração os professores, depois de fazer com que esses professores fossem selecionados com muito rigor, depois de acabar com a estabilidade do professor total, absoluta. Ele é estável em relação ao governador e ao prefeito, mas não em relação à dedicação dele. Se a gente não vir no conjunto a escola, não dá.

E aí a minha sugestão, que eu insisto, é que ou federalizamos a educação de base, ou não vamos conseguir tirar todo o proveito da banda larga, que, pelo que o senhor disse, eu já nem digo que é a jato, já temos a foguete, está numa velocidade maior ainda.

Então, essa é uma colocação. Tem que haver uma revolução na educação do ponto de vista do seu funcionamento para adotarmos plenamente a revolução tecnológica.

Agora a última pergunta, sim. Se o senhor não quiser responder, não responda. Eu esperei de propósito quando não estivesse mais quase nenhum Senador aqui, só essa aqui, que eu sei que não tem problema. É uma pergunta política. Quando é que a gente vai acabar com essa história de Deputado, Senador, Governador, Prefeito terem meios de transmissão próprio, terem rádio, terem televisão? Nós já estamos discutindo o fundo público de campanha, FPC, vamos chamar assim. Mas não estamos discutindo o FPT, o fundo privado de transmissão. O que está faltando? E aí não é um trabalho só do Ministério nem do Poder Executivo, é nosso também. Como é que a gente se junta para criar uma democracia onde quem quiser ser dono de televisão vá ser, quem quiser ser político, venha ser, mas sem misturar as duas coisas? Porque fica uma democracia capenga a democracia em que um político pode usar meios de comunicação para bater nos seus adversários, para se promover. E é uma concessão, então nós estamos usando uma concessão pública para finalidades privadas, do ponto de vista político. Ou a gente muda isso, ou a democracia não está completa.

O SR. PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a fez a pergunta, e ainda bem que fez aqui, reservadamente, então ninguém vai ficar sabendo que estamos conversando isso... Mas a secretária da Comissão trouxe aqui um projeto de autoria do Senador Eduardo Suplicy que veda a Parlamentares – e imagino que deva ser a políticos de modo geral, porque se for Parlamentar tem que ser governador, prefeito e

presidente da República também, Deputado estadual, vereador – ter propriedade de meios de radiodifusão.

Eu quero dizer o seguinte: acho que, evidentemente, cabe ao Congresso Nacional decidir um projeto como esse. Nem olhei ainda, vi aqui a capa dele. Mas eu, nas vezes em que fui indagado, falei e vou falar novamente: acho que deveria ser proibido. Hoje não é proibido. Acho que tem uma brecha, uma margem na legislação para que políticos tenham. E aí o que acontece? Na verdade, acho que tem o aspecto da promoção do próprio político, mas acho que tem também um desequilíbrio democrático, porque se você tem – eu até tenho citado – numa cidade uma única rádio que pertence a um político de um lado e o outro lado quer disputar, é evidente que há um desequilíbrio porque acaba tendo uma interferência no processo eleitoral.

Então, eu acho que o que V. Ex^a pergunta deveria ser proibido, e isso permitiria separar o sistema político-partidário, eleitoral, vamos falar assim, de uma área empresarial que influencia a opinião pública, essa que é a verdade. Então, nós nunca vamos ter meios de comunicação absolutamente neutros. Isso não existe, nós teríamos que ser muito ingênuos para achar isso. Mas eu acho que quando está diretamente ligado ao processo eleitoral, evidente que tem interferência. Então, minha opinião é que deveria ser vedado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sr. Ministro, Srs. Senadores, inclusive há um processo baseado no Requerimento nº 782, de 2006, de autoria do Senador Suplicy e dos Senadores Tião Viana e Heloisa Helena, dando interpretação ao Regimento do Senado, já com parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, e agora de forma terminativa na nossa Comissão, que estará pautado

para a próxima reunião desta Comissão, que trata exatamente do tema, um tema em que todos nós entendemos que verdadeiramente não dá para poder ter, de um lado, a ação política partidária, de outro lado, a ação nos meios de comunicação.

Eu gostaria, Sr. Ministro, Srs. Senadores, antes de encerrar esta reunião, agradecendo, obviamente, a participação de V. Ex^a, de colocar em votação – porque nós já estamos com votação na Comissão de Constituição e Justiça do Código Florestal, portanto pós-aprovação, ele passará a tramitar nas comissões de mérito com prazo – o requerimento para audiência conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Agricultura que trata das questões dos incentivos econômicos e financeiros para a floresta em pé e com relação à reserva legal e as APPs. Essa é uma audiência pública extremamente importante que haverá de trazer novos aspectos de como incentivar a preservação da floresta. Talvez encontremos assim um mecanismo que possa dar uma resposta econômica e financeira para a preservação da floresta, tão importante para a manutenção do clima e do regime hidrológico.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro, portanto, encerrada esta reunião, agradecendo a presença e a participação do Sr. Ministro e das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores e convocando uma nova reunião no horário regimental para a próxima semana.

(Iniciada às 10 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

